URBANISMO NA COMPOSIÇÃO DE PORTUGAL

LUÍSA TRINDADE



IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

(Página deixada propositadamente em branco)



I N V E S T I G A Ç Á O

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

EDIÇÃO
Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensauc@ci.uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: http://livrariadaimprensa.uc.pt

CONCEPÇÃO GRÁFICA
António Barros

INFOGRAFIA DA CAPA
Carlos Costa

INFOGRAFIA
Mickael Silva

EXECUÇÃO GRÁFICA
Gráfica de Coimbra

ISBN
978-989-26-0535-7

ISBN Digital
978-989-26-0772-6

DOI
http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0772-6

DEPÓSITO LEGAL
362072/13

© JULHO 2013, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

URBANISMO NA COMPOSIÇÃO DE PORTUGAL

LUÍSA TRINDADE

IMPRENSA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

(Página deixada propositadamente em branco)

O texto que agora se publica é, com pequenas alterações, o que se apresentou como dissertação de doutoramento na área de história, especialidade de história da arte, à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em setembro de 2009 e se defendeu em provas públicas em fevereiro de 2010, sob orientação dos Prof. Doutores Pedro Dias e Walter Rossa.

Nessa primeira versão, deixei expresso um profundo agradecimento aos meus orientadores, colegas, amigos e família que, de tantas e variadas formas, contribuíram para a concretização deste trabalho. Renovo-o aqui.

Na atual versão não posso deixar de acrescentar as contribuições e apoios recebidos entretanto, vertidos nas alterações introduzidas ao texto original. Desde logo as sugestões e críticas pertinentes apontadas pelos membros do júri que arguiram as provas: aos Professores Doutores Amélia Aguiar Andrade, José Custódio Vieira da Silva, Maria Helena da Cruz Coelho e Mário Jorge Barroca, mantendo a ordem desse mesmo ato público, reitero o meu imenso reconhecimento.

Ainda no decorrer deste processo de revisão tive o enorme privilégio de poder usufruir das leituras críticas dos Professores Doutores José Eduardo Horta Correia, Renata Malcher de Araujo e Ramón Betrán Abadía. Neste mesmo sentido impõe-se-me fazer uma menção muito especial ao Professor Doutor José Mattoso, desde logo pela curiosidade demonstrada em querer conhecer o texto, pela atenção que lhe dedicou, sobretudo pela extrema bondade do prefácio com que honra esta edição.

Cumpre-me ainda expressar o meu reconhecimento à Imprensa da Universidade de Coimbra, na pessoa do seu Diretor, Professor Doutor Delfim Ferreira Leão, por prontamente aceitar publicar o trabalho, mas também à Dr. Maria João Padez de Castro, Directora-Adjunta, por todo o profissionalismo e apoio prestado nesta fase. À Drª Maria da Graça Pericão, agradeço vivamente a minuciosa e entusiasta revisão do texto e a amizade que daí resultou.

Porque este trabalho tem uma imensa componente de desenho e porque a Vera Domingues foi em todo o processo, da preparação à revisão, muito mais que a mão que os executou, deixo-lhe aqui o meu sentido obrigado.

Agradeço por fim ao Walter, todo o apoio, o seu apurado espírito crítico e o permanente encorajamento, que tornaram tudo isto possível.

(Página deixada propositadamente em branco)

Aos meus Pais
à Madalena

(Página deixada propositadamente em branco)

Sumário

Prefácio 11
Introdução 15

Parte I — À procura do tipo 21
1. A construção do conhecimento da cidade medieval portuguesa 23
2. Pré-conceitos e modelos: islâmico e cristão ou mediterrânico e godo? 39
O domínio do território 41
A matriz islâmica 45
O território português:
A casa-pátio como indicador 61
3. Forma(s) 83
Fontes 84
O tipo na cidade de fundação: Ferramentas e conceitos
para a definição de uma amostragem 97
O programa 117
A Muralha 121
Igreja 140
Arruamentos e… 141
… casario 146
Ensanches: a comunhão de práticas urbanísticas 161
Ares do tempo 183
4. Agentes e processos de povoamento 191
5. Vinte e dois passos para o tipo 219
Arronches 220
Bragança 245
Caminha 258
Cedovim 275
Chaves 281
Lagos 298
Miranda do Douro 306
Monção 317
Monsaraz 332
Montalvão 341
Nisa 349

Portel 370
Salvaterra de Magos 380
Sines 387
Terena 405
Tomar 416
Torre de Moncorvo 435
Valença 446
Viana da Foz do Lima (Viana do Castelo) 460
Viana do Alentejo 477
Vila Nova de Foz Côa 497
Vila Nova de Portimão 503

Parte II – Imposições e adições 511
6. Judiaria 513
7. Mouraria: casas de mouros ou casas para mouros? 553
8. O emergir da centralidade 571
Terminologia: platea, fórum, açougue… 572
Tendas 580
Feiras e mercados 581
A praça como ação função 584
Adros… 595
… rossios, terreiros e campos 597
Praças fora de portas 601
Passeios cobertos 607
9. A Casa da Câmara 613
O quadro sociopolítico 613
Primeiros espaços 618
O edifício 627
A consolidação do tipo 631
Organização funcional 648

Conclusão 663
Fontes e bibliografia 669

Prefácio

A tese de doutoramento de Luísa Trindade representa, na minha opinião, um passo importante na historiografia medieval portuguesa. Este juízo de valor baseia-se no facto de tratar com manifesta competência e segurança um tema praticamente novo em Portugal – a história do urbanismo – e de o fazer num quadro estrutural, isto é, na sua relação com as condições culturais, sociais, económicas e políticas do país durante o mesmo período. Não se trata, efetivamente, de uma investigação destinada a acumular dados mais ou menos bem classificados, mas de descobrir e explicar o que eles significam para um conhecimento completo da realidade histórica no período considerado.

Com efeito, Luísa Trindade não se limita a fornecer mais uma contribuição para a bibliografia da já bem nutrida história das cidades portuguesas, como ela tem sido praticada entre nós desde os anos 70, em particular a partir do impulso que lhe deu A. H. de Oliveira Marques, e que produziu, efetivamente, uma valiosa série de monografias que alargaram de facto o capital de dados e factos desse capítulo da nossa historiografia. Como a Autora sublinha no seu Prefácio, embora a história das cidades medievais portuguesas conte com uma informação abundante, não produziu praticamente nada sobre as características e a evolução do urbanismo, ou seja os vários tipos de plano adoptados entre nós, a dinâmica que faz evoluir as sua formas, as funções e hierarquia dos elementos próprios das cidades (a rua, a praça, a sede do poder, o casario, os quintais, a igreja, o equipamento defensivo, etc.), os fenómenos que condicionam e explicam as soluções adotadas através dos tempos, a política desenvolvida pela coroa em relação ao controlo da orgânica urbana, etc.

O objetivo nuclear era o estudo das «cidades de fundação», isto é, aquelas que foram inicialmente planificadas segundo um modelo coerente. A Autora analisa 22 casos típicos de «cidades de fundação», demonstra a pertinência da sua classificação na referida categoria e mostra como evoluiu cada um deles até ao começo da Idade Moderna. Trata-se não só de cidades de uma certa importância como Bragança, Caminha, Chaves, Lagos, Sines, Tomar ou Valença, mas também de outras menores como Cedovim, Portel ou Torre de Moncorvo. Não se limita a demonstrar o carácter planificado da distribuição da área edificada. Recorre a um interessante processo de verificação das dimensões e proporções por forma a determinar as caraterísticas dos padrões adotados e das variantes verificadas. O recurso a uma abundante e excelente documentação gráfica torna a leitura agradável e a argumentação perfeitamente convincente.

Fica assim plenamente demonstrado que este tipo de cidades resulta de decisões políticas muito concretas, adotadas durante os reinados de Afonso III e de D. Dinis, e que obedeciam a normas típicas mas flexíveis. As formas impostas pelos homens do rei repetem-se em todo o reino e fazem claramente parte de uma política centralizadora de desenvolvimento económico, demográfico e militar. São uma clara iniciativa do poder administrativo da coroa. Nada têm que ver com as tradições culturais próprias das grandes áreas geográficas preexistentes: o Norte senhorial, o Centro concelhio e o Sul moçárabe. As cidades de fundação exerceram, de facto, um papel unificador. Daí o título da tese: «Urbanismo na composição de Portugal» - uma alusão à terminologia que escolhi para os dois volumes da minha Identificação de um país: oposição e composição.

Trata-se, portanto, de uma verdadeira tese, isto é da demonstração de um princípio interpretativo de um conjunto de dados históricos. A quase total ausência de estudos anteriores sobre o urbanismo português levou, porém, a Autora a traçar uma verdadeira história completa desse tema, suprindo assim a ausência de panorâmicas anteriores. Nas páginas destinadas ao enquadramento da sua «tese» expõe, com excelente conhecimento de causa, o «estado da arte» acerca de todos os problemas fundamentais do urbanismo medieval. Os futuros investigadores de questões afins dispõem assim de uma base segura acerca das questões fundamentais da sua área de pesquisa. Assim, por exemplo, acerca da diferença entre a cidade muçulmana e a cristã, Luísa Trindade não se contenta com o estereótipo habitual do plano desordenado ou mesmo caótico da primeira por oposição ao carácter ordenado ou geométrico do segundo. Procura as razões de tal diferença. Verifica que resulta da prevalência da casa familiar (normalmente com pátio) do mundo islâmico, e do processo de agregação e justaposição de novas casas de membros do mesmo clã, por um processo análogo ao da reprodução celular, por oposição ao plano regular que tem por base a parcela estreita e comprida. O modelo deste tipo não possui inicialmente edifícios de governo. A igreja fica à margem, geralmente no topo do rectângulo formado pelo casario. Um dos elementos mais característicos da sua evolução é o aparecimento do edifício do concelho e as alterações que impõe ao plano inicial. Em alguns lugares, o plano altera-se devido ao aparecimento de bairros das duas minorias étnicas típicas da Península Ibérica, a judiaria e a mouraria. Em alguns casos o crescimento demográfico leva à construção de casas adossadas às muralhas; noutros a depressão demográfica cria vazios na malha dos lotes familiares. A fotografia aérea e o desenho topográfico mostram a quase uniformidade das dimensões dos lotes familiares e da largura das ruas. Esta regularidade torna-se indício dos padrões usados pelos agrimensores.

O excelente conhecimento da Autora da bibliografia especializada, em particular da espanhola e francesa, permite-lhe interpretar minuciosamente os dados selecionados e explicar, a par e passo, o significado dos indícios materiais inscritos no plano e a sua relação com as conjunturas económicas, demográficas e políticas, quer as de carácter geral, quer as próprias dos casos estudados e analisados.

Enfim, na imensa torrente historiográfica atual, dominada por uma grande massa de monografias puramente descritivas e com âmbitos restritos, a tese de Luísa Trindade destaca-se em grande relevo pelo seu caráter abrangente, pelas suas virtualidades enquanto definidora dos vários níveis de importância dos fenómenos observados, como

resenha de elementos significativos pela sua função estrutural, e como recolha de uma bibliografia especializada criteriosamente escolhida. A história do urbanismo medieval português começa realmente com ela.

Carvoeiro, 1 de Setembro de 2011
José Mattoso

(Página deixada propositadamente em branco)

Introdução

Em 1990, num congresso dedicado a D. Afonso Henriques, realizado em Braga, A. H. de Oliveira Marques proferia uma conferência onde, de forma breve mas incisiva, equacionava dois grandes momentos da História portuguesa: os reinados de D. Afonso Henriques e de D. Afonso III. As palavras com que finalizou resumiam expressivamente a questão que, de forma inusitada, lançava à assembleia: com D. Afonso III "*nascia de facto Portugal. Afonso Henriques, monarca portugalês, cedia lugar a Afonso III, rei português*"[1].

Continuando a seguir o mesmo autor, é esse "*pleno Reino de Portugal*" que aqui nos interessa tratar: o que "*nasce em meados do século XIII*" quando, com o termo da Reconquista, "*o espaço cristão se une definitivamente ao espaço muçulmano*".

O tempo forte que sucede a formação do reino e que é também a última etapa da composição inicial do país. Foi esse o termo — *composição* — que José Mattoso escolheu para subtítulo do II volume da sua obra *Identificação de um país: ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325.* Não por acaso, o intervalo abordado terminava em 1325, ano da morte de D. Dinis, quando, mesmo que ainda circunscrita à elite mais próxima do poder, se deteta a consciência de que "*a Nação existe, tem já a sua coerência e a sua autonomia, os seus carateres próprios, a sua capacidade de resistência…*"[2].

1250-1325: balizas de dois longos reinados em que o sentido geral da política e estratégia de âmbito territorial evoluiu sem solução de continuidade. O tempo forte em que à Reconquista pelas armas se seguiu uma outra conquista, desta feita interna, resgatando um território sob muitos aspetos desorganizado, com zonas de povoamento quase rarefeito, lado a lado com outras onde as comunidades gozavam ainda de forte autonomia ou se sujeitavam a poderes concorrenciais. Um território não totalmente conhecido e em grande parte subaproveitado.

À chamada à guerra sucedia-se, agora de forma sistemática e programada, o apelo ao povoamento, substituindo-se a passagem rápida e esporádica dos exércitos por uma ocupação permanente do espaço. As hostes de cavaleiros e peões davam lugar aos "*pobradores*", equipados com arados e enxadas.

---

[1] A. H. de Oliveira MARQUES, "D. Afonso Henriques: rei portucalense ou rei português", Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães *D. Afonso Henriques e a sua época*, Guimarães, Câmara Municipal – Universidade do Minho, 1997, p. 27-31.

[2] José MATTOSO, *Identificação de um país: ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*, vol. II, *Composição*, Lisboa, Editorial Estampa, 1985, p. 211-212.

Conhecer, delimitar e desenvolver economicamente o território foram as grandes linhas de força de toda a política implementada após 1250. Se, isoladamente, poucas seriam as medidas novas, a firmeza e a forma concertada com que a partir de então foram postas em prática, não encontra paralelo nos reinados anteriores[3]. A conceção cesarista do estado — sustentada na aplicação do direito romano — e a construção de uma cada vez mais complexa máquina administrativa, indissociável da criação de uma nova nobreza de corte, zelosa e totalmente fiel ao rei, constituíram vetores inéditos, capazes de assegurar um efetivo controlo do território.

Porque era disso que se tratava: fazer chegar a todo o reino o mando régio ou, como sugestivamente escreveu Armindo de Sousa, "*pôr olhos, ouvidos e mãos de rei, em todo o lado*"[4]. Com D. Dinis, o rei não era já apenas o mais poderoso de todos os senhores mas "*o único senhor*"[5] de um território cujos contornos urgia conhecer e definitivamente fixar.

A itinerância da corte e a presença física do monarca, a multiplicação dos inquéritos gerais, gradualmente mais invasivos e consequentes, a atuação de mais e melhores funcionários régios com um poder fortalecido no domínio da escrita e na imposição de leis gerais, são apenas alguns dos aspetos que contribuíram para o conhecimento cada vez mais preciso do reino. Reino que, estabilizados os limites a sul, construía as suas fronteiras (vocábulo que, significativamente, se fixa nesta mesma altura) a leste e norte, definindo uma identidade por oposição ao *outro,* processo a que não terá sido alheia a criação da universidade ou a substituição do latim pela língua vulgar.

À ação das "equipas" que, com marcos e malhões, demarcavam o território, assinalando a posse com as armas portuguesas e garantindo a sua estabilidade para além do tempo através dos registos oficiais, associava-se a recuperação sistemática de todo um conjunto de fortalezas que, dotadas das mais avançadas técnicas de guerra, asseguravam a integridade do reino. No "desenhar" dessas novas linhas fronteiriças, erguiam-se muitas outras materializando em estruturas físicas os limites negociados diplomaticamente, processo que culminaria nos anos em torno de 1297 e da assinatura do tratado de Alcanizes. Simultaneamente, a criação de uma marinha nacional permitia, finalmente, fazer frente à pirataria sarracena que ainda assolava as costas portuguesas, possibilitando a ocupação do litoral e a própria libertação do espaço marítimo para atividades primárias e comerciais.

Mas a posse e defesa do território passava sobretudo pela ocupação humana, pelo povoamento concentrado de comunidades organizadas que reconhecessem no rei o seu senhor e no espaço habitado uma parte do reino.

Por isso, no cômputo dos dois reinados, o número de cartas de foral atingiu o maior volume até então registado e nunca depois ultrapassado. Em troca de privilégios e isenções — tanto mais significativos quanto repulsivo fosse o território — o rei exigia a

---

[3] Sobre os avanços e limites do processo de centralização veja-se José MATTOSO, "A consolidação da Monarquia e a unidade política", *História de Portugal,* dir. José Mattoso, vol. II, *A monarquia feudal (1096-1480)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 280 e segs.

[4] Armindo de SOUSA, "1325-1480: Condicionalismos básicos", *História de Portugal,* dir. José Mattoso, vol. II, *A monarquia feudal (1096-1480)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 373.

[5] José MATTOSO, "A sociedade feudal e senhorial", *História de Portugal,* dir. José Mattoso, vol. II, *A monarquia feudal (1096-1480)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 195.

fixação dos povoadores por um prazo previamente acordado, estabelecia os tempos para a edificação das casas e para o plantar das vinhas. De norte a sul domavam-se terras incultas, secavam-se pântanos e pauis, povoavam-se matas. Por entre os direitos e deveres contratados de parte a parte definiam-se mecanismos financeiros que permitissem o erguer de estruturas defensivas. As muralhas de pedra, as portas sobrepujadas pelas armas reais ou a presença protetora da torre de menagem, foram elementos cruciais para a captação dos povoadores, garantindo a salvaguarda de corpos e bens contra a violência e destruição provocadas pelos exércitos inimigos. Mas foram também símbolos desse mesmo poder real, que a época transformou em garante de ordem, não apenas contra as ameaças exteriores mas contra toda a injustiça.

O desenvolvimento dos mecanismos de enquadramento das populações, implementado extensivamente em todo o reino, mas com particular incidência nas regiões mais recônditas e periféricas, constituiu a condição necessária à execução de todo um conjunto de medidas que, simultânea e concomitantemente, possibilitaram o desenvolvimento económico do território e com ele o fortalecimento do erário régio. Bastará, como exemplos, destacar a progressiva eficácia e rigor do sistema de recolha de rendas, nas quais a moeda cada vez mais substituía as prestações em géneros, a instituição, em rede e de forma concertada, de dezenas de feiras ou a defesa e melhoramento de caminhos e a construção de pontes. De forma indissociável, para além destas medidas que paulatinamente criavam um espaço nacional de comércio, incentivou-se o comércio externo de que a criação da bolsa de mercadores, a utilização da frota marítima para o comércio com a Flandres e Génova ou a unificação do sistema monetário com a substituição do maravedi de ouro pela libra usada na Europa, constituíram pontos-chave.

O período balizado entre 1250 e 1325 foi, efetivamente, o da consolidação e apropriação do espaço nacional, o que transforma D. Afonso III e D. Dinis n*os* "*grandes cabouqueiros e primeiros artífices do Estado Português*"[6].

Em todo este processo coube aos núcleos urbanos o papel estratégico central. Diretamente sob a alçada do monarca constituíram verdadeiros polos ordenadores, sendo neles e através deles que a coroa progressivamente reclamou a posse, controlou e desenvolveu o território ou, por outras palavras, "compôs" o reino.

Só por intermédio da cidade se logrou o enquadramento político, jurídico, económico, social e cultural das populações. Foi sobretudo a partir do mundo urbano, pela uniformidade das leis e da escrita, da linguagem e dos símbolos, dos usos e dos costumes, que paulatinamente se construiu a noção de identidade e de pertença a uma estrutura mais vasta, um reino, sujeito a um mesmo poder, um rei. Razão pela qual, onde não existiam cidades ou estavam escassamente representadas, se multiplicaram as fundações de Vilas Novas, Vilas Reais, Póvoas…

Instrumento fundamental da ação régia, o urbanismo então praticado foi naturalmente dirigido. E, como invariavelmente sucede nessas ocasiões, as marcas dessa atuação rápida e conduzida ficaram impressas de forma indelével no território, sendo ainda hoje facilmente reconhecíveis nos cadastros atuais. Por vezes é a única pista que nos resta.

---

[6] Armindo de SOUSA, "1325-1480: Condicionalismos básicos", *História de Portugal,* dir. José Mattoso, vol. II, *A monarquia feudal (1096-1480)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 363.

Foi este o primeiro grande momento da história do urbanismo português, momento em que a cidade, por determinação régia, foi protagonista de transformações profundas à escala do território.

Momento claramente circunscrito, uma vez que os últimos anos do reinado de D. Dinis anunciavam já tempos de crise. Aos efeitos da guerra civil que opôs o monarca reinante ao seu sucessor, seguiram-se os resultantes de maus anos agrícolas e as inevitáveis fomes, particularmente intensas a partir dos inícios da década de trinta. O golpe de misericórdia surgiu em 1348 com o grande surto pestífero responsável pelo dizimar de, pelo menos, um terço da população. Numa conjuntura que teimaria em manter-se negativa no decorrer dos cem anos seguintes, as generosas — porque ainda otimistas — cercas defensivas que D. Afonso IV mandara erguer, permaneceriam longo tempo por preencher. Tempo fraco para a história do urbanismo porque em "*regno despovorado*" não se fundam cidades. Salvo raríssimas exceções, seria preciso esperar pelos meados do século XV, quando a curva demográfica finalmente inicia um trajeto ascendente, para reencontrar o processo de fundações urbanas, embora agora a ritmo lento, quase esporádico: Vila Nova de Portimão, Vila Nova de Milfontes ou Caldas da Rainha são já da segunda metade do século XV. O próximo grande surto já não será em território continental.

Mas mesmo sem cidades novas é possível reconhecer como as transformações ocorridas nos séculos XIV e XV em núcleos há muito consolidados — fosse na formação de bairros fora de portas, fosse na abertura de novos eixos viários — traduziam uma continuidade de práticas que, afinal, mais não era do que o reflexo de uma cultura urbanística sedimentada e já amplamente testada. Cultura a que a dinastia de Avis primeiro, e de Avis-Beja depois, confeririam um novo fôlego, uma maior uniformidade e um maior suporte legal.

É essa cultura urbanística o tema central desta dissertação. Com o papel da cidade já claramente identificado pela historiografia recente[7], conhecidos em profundidade os principais protagonistas[8] e com um número significativo de casos isolados levantados em detalhe[9], o enfoque que aqui se propõe incide sobre a forma da "fazer cidade", não "a cidade". Não o caso isolado necessariamente diferente de todos os outros, com as suas especificidades e particularismos. Pelo contrário. Interessa-nos a norma, a regra, a repetição de soluções. Em síntese, os mecanismos de execução necessariamente rotinados que tornaram operacional a formação de uma rede urbana em tão curto espaço de tempo.

---

[7] Veja-se, entre outros, o trabalho de Amélia Aguiar ANDRADE, *Vilas, poder régio e fronteira. O exemplo de Entre Lima e Minho medieval*, dissertação de doutoramento em História da Idade Média apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1994, (texto policopiado).

[8] De que é exemplo a coleção dos reis de Portugal recentemente levada à estampa pelo Círculo de Leitores da qual, para o âmbito cronológico em que aqui especialmente se incide, destacamos Leontina VENTURA, *D. Afonso III*, Lisboa, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 2006 e José A. de Sotto Mayor PIZARRO, *D. Dinis*, Lisboa, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 2005.

[9] Veja-se o extenso elenco enunciado no capítulo 1. *a construção do conhecimento da cidade medieval portuguesa,* p. 34 e seg.

Tendo subjacente o próprio entendimento de cidade, importa identificar os elementos que obrigatoriamente se encontraram presentes, ou seja, o programa. Mas também o esquema compositivo: a forma como as partes se associaram para compor o todo. Identificar os tempos e os meios e, naturalmente, aqueles que, cumprindo o desígnio régio, as executaram no terreno.

Mas porque as práticas com que se urbanizou o território recém-conquistado contrariavam na essência a matriz urbana existente — islâmica e, pelo menos, nas regiões meridionais amplamente consolidada — considerámos essencial confrontar os dois "modelos" descodificando o grau e extensão da rutura e a subsequente sobreposição de novas formas de apropriação do território.

São estas questões em torno das formas ou do "tipo" que constituem a primeira parte desta dissertação. Cuja procura rapidamente se revelou dependente de uma análise em extensão, de um varrer do território a que se tornou necessário impor limites. Por isso a análise incide sobre uma amostragem de 22 casos tratados segundo uma mesma metodologia: a partir do cadastro atual e com o apoio de um amplo conjunto de fontes de diferente natureza tenta-se, num percurso regressivo, interpretar o modelo inicial, a forma abstrata que, mesmo que inconscientemente, terá presido à implantação e que, como qualquer abstração, desapareceu no preciso momento em que, confrontada com o terreno, se materializou.

Mas porque a cidade é um organismo em constante mutação, dedicou-se a segunda parte às chamadas *imposições e adições*. No primeiro caso incluem-se novos elementos que o desenvolvimento da sociedade demandou no decorrer dos séculos seguintes. Judiarias e mourarias, trechos de cidade que diferenças ideológicas mais do que materiais pretenderam isolar do tecido urbano, originando eventuais impasses numa malha originalmente fluida e contínua.

No segundo caso, bem mais marcante que o anterior para o futuro desenvolvimento da cidade, encontra-se a praça, cuja definição e consolidação implicou alterações profundas na estrutura original, no limite até, o seu abandono. Mas porque a configuração da praça foi também, em grande parte, ditada pelo aparecimento de novos equipamentos capazes de responder à complexidade crescente da vida urbana, considerou-se indispensável proceder à análise daquele que foi o grande protagonista desses espaços e cujo impacto largamente extravasou o plano arquitetónico constituindo-se em feito urbanístico: a casa da câmara ou paço do concelho, cujo culminar do processo, já bem na reta final da Idade Média, encerra o presente trabalho.

(Página deixada propositadamente em branco)

Parte I — À procura do tipo

(Página deixada propositadamente em branco)

1. A construção do conhecimento da cidade medieval portuguesa

No processo de construção de uma historiografia do urbanismo português e, concretamente, do urbanismo medieval, importa reconhecer o papel precursor dos geógrafos, condição mantida praticamente sem concorrência até à década de 1970. O primeiro grande impulso surgiu na *Escola de Coimbra* onde, em meados da década de 1920, tiveram início os estudos de geografia urbana, primeiro com Amorim Girão nos trabalhos que dedicou a Viseu e a Coimbra[10], mais tarde com Fernandes Martins em dois textos consagrados a Coimbra, um deles especificamente à cerca medieval[11]. Em 1973, a dissertação de doutoramento sobre a cidade do Porto apresentada por Pereira de Oliveira, trouxe um novo fôlego à investigação em geografia urbana desenvolvida naquela Universidade[12].

Mas seria em Lisboa, com especial incidência a partir da década de 1960 que, sob orientação de Orlando Ribeiro, o estudo da cidade em Portugal viria a constituir-se como tema forte de toda uma linha de investigação. Metodologicamente, surgia marcado pela importância dada aos fatores civilizacionais enquanto elementos explicativos: "*Quase todas as cidades portuguesas (tomando neste sentido lato também as vilas de fisionomia urbana) ascendem a um passado remoto e conservam, na escolha do sítio, na estrutura ou no aspecto, qualquer marca das várias civilizações que presenciaram a sua longa vida*"[13]. Do interesse que as cidades lhe mereceram[14] destaca-se, no que aqui diz diretamente respeito, os estudos sobre Viseu ou aqueles que dedicou a Évora, Lisboa

[10] Amorim GIRÃO, *Viseu, estudo de uma aglomeração urbana*, Coimbra, Coimbra Editora, 1925; Amorim GIRÃO, "Civitas Aeminienses", *O Instituto*, 87, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934, p. 249-261.

[11] Fernandes MARTINS, "Esta Coimbra*", Cadernos de Geografia,* 1*,* Coimbra, 1983, pp. 37-78; Fernandes MARTINS, "A Porta do Sol, contribuição para o estudo da cerca medieval coimbrã*", Biblos XXVII,* Coimbra, 1951, p. 321-359.

[12] J. M. Pereira de OLIVEIRA, *O espaço urbano do Porto. Condições naturais e desenvolvimento*, Coimbra, Instituto de Alta Cultura-Centro de Estudos Geográficos, 1973. Veja-se uma síntese da obra destes investigadores em Fernando REBELO, "A investigação geográfica em Coimbra", *Fragmentos de um retrato inacabado. A Geografia de Coimbra e as metamorfoses de um País*, Coimbra, Instituto de Estudos Geográficos-Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003, p. 33-41.

[13] Orlando RIBEIRO (1963), "Cidade", *Dicionário de História de Portugal vol. II*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1985, p. 60-66.

[14] João Carlos GARCIA, "As cidades na obra de Orlando Ribeiro", *Penélope. Fazer e desfazer a História*, 7, Cosmos, Lisboa, 1992, p. 107-114.

ou Olivença[15]. Igualmente fundamental para o desenvolvimento da disciplina foi a forma como soube atrair alunos e discípulos para o estudo do tema: da *escola* de Orlando Ribeiro saíram quase três dezenas de estudos sobre cidades portuguesas continentais e ultramarinas. É exatamente entre eles[16] que a reflexão sobre uma urbanística medieval portuguesa encontra o seu momento inaugural. Trata-se do texto de Jorge Gaspar, intitulado "A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média", publicado em 1969 na então recém fundada *Finisterra,* Revista Portuguesa de Geografia[17].

Com base no conhecimento disponível sobre cidades de fundação em territórios atualmente franceses, alemães e espanhóis, o autor atestava, quase só por observação morfológica direta, a existência de iniciativas similares em Portugal, identificando as principais cronologias e promotores, caracterizando o tipo de conjuntura determinante e alinhando um primeiro conjunto de casos. Situados no Alentejo oriental e conformando um importante troço da rede urbana fronteiriça, Monsaraz, Vila Viçosa, Assumar ou Campo Maior eram, entre outros núcleos urbanos, a expressão material da política de ordenamento do território com que o poder régio pretendia, a par de intensas negociações diplomáticas, fixar os limites do reino sendo a "*intencionalidade e modernidade*" da fundação denunciada pelo padrão geométrico.

A partir da sua leitura morfológica, Gaspar ensaiava uma tipologia de cidade assinalando os principais elementos do plano e a forma como se articulavam entre si. Concluía deixando a pista para a existência de fundações congéneres noutros pontos do país, tais como o Baixo Alentejo, Riba Côa ou Trás-os-Montes ou para povoações já consolidadas em cujos ensanches tardo-medievais se seguiria a mesma regra, como em Évora e Lisboa.

Sem antecedentes, à exceção da brevíssima referência feita em 1929 por Alberto Sampaio ao fenómeno de fundação de Póvoas[18], a abordagem de Jorge Gaspar permaneceria isolada até meados da década de 1980, só então parecendo despertar o

---

[15] Orlando RIBEIRO, "A Rua Direita de Viseu", *Geographica, Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 16, vol. IV, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1968, pp. 50-63. Os mais significativos títulos dedicados pelo autor à cidade em Portugal encontram-se reunidos em *Opúsculos Geográficos*, vol. V: *Temas urbanos,* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, com destaque para "Achegas para a geografia urbana de Viseu", pp. 235-251; "Em torno das origens de Viseu" (1970), pp. 211-233; "Lisboa, génese de uma capital", pp. 72-102; "Évora. Sítio, origem, evolução e função de uma cidade (1986) pp. 315-337 e "Notas para o estudo da cidade de Olivença", p. 355-365.

[16] Por entre os geógrafos que têm dedicado estudos à cidade em Portugal, destacamos apenas aqueles cujo trabalho incidiu diretamente sobre a época medieval. Muitos outros, porém, são leitura obrigatória, mesmo quando vocacionados para aspetos e cronologias de âmbito mais vasto, caso da visão diacrónica de Teresa Barata SALGUEIRO, *A cidade em Portugal. Uma geografia urbana,* Porto, Afrontamento, 1992; da análise de âmbito territorial de João Carlos GARCIA (1984), *O espaço medieval da Reconquista no sudoeste da Península Ibérica*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1986; ou do exame minucioso sobre a cartografia oito e novecentista — com óbvias potencialidades para o estudo da cidade medieval — realizado por Mário Gonçalves FERNANDES (2002), *Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal (Viana do Castelo, Póvoa do Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926*, Porto, FAUP, 2005; bem como, do mesmo autor, *Viana do Castelo, a consolidação de uma cidade (1855-1926),* Lisboa, Colibri, 1995 e "A evolução do centro histórico de Viana do Castelo", *Monumentos*, 22, Lisboa, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos, 2005, p.6-21.

[17] Jorge Gaspar, "A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média", *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, 8, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1969, p. 198-215.

[18] Alberto SAMPAIO (1923), "As póvoas marítimas", *Estudos Historicos e Económicos*, vol. 2, Lisboa, Editorial Vega, 1979, p. 9.

interesse pelo urbanismo e urbanística medieval portugueses, movimento, aliás, paralelo ao que se verificaria com a história do urbanismo português em geral.

A natureza do tema, tão percetível numa leitura morfológica quanto invisível nos documentos escritos coevos onde praticamente não teve expressão[19], justifica em grande parte que o tema tenha suscitado inicialmente a atenção de geógrafos e arquitetos, por formação mais vocacionados para a leitura de morfologias urbanas e a construção mental de esquemas e imagens espaciais.

Efetivamente, os principais desenvolvimentos subsequentes ao texto de Jorge Gaspar — de cuja leitura invariavelmente partiram —surgiram na área disciplinar da arquitetura, concretamente no âmbito do estudo da cidade da Época Moderna e da procura dos seus antecedentes. Abordagens que, na maioria dos casos, incidiram sobre o tempo longo, procurando na evolução diacrónica explicações para a cidade contemporânea.

Seria esse o caso de Bernardo José Ferrão quando, em 1985, apontava de forma discreta mas incisiva a necessidade de fazer entroncar as realizações urbanísticas setecentistas numa tradição de regularidade detetável desde a Idade Média, "*atestada na fundação de inúmeras cidades geometricamente ordenadas sobretudo destinadas à defesa fronteiriça e ao povoamento...*". Setores novos de cidades espontâneas e o papel disciplinador urbanístico assumido pelas ruas Novas ou Direitas constituíam igualmente prova dessa mesma tradição[20].

Também José Manuel Fernandes, diretamente influenciado pelas linhas de investigação de Orlando Ribeiro e Jorge Gaspar — que cita amiúde —, identificava linhas de continuidade entre a cidade medieval portuguesa e os estabelecimentos urbanos insulares das primeiras décadas da Expansão. O processo de urbanização das ilhas atlânticas surgia marcado por "*um forte tradicionalismo de conceção*" resultante da importação de modelos medievais e metropolitanos, então reelaborados em contexto insular. Tradicionalismo visível num conjunto de características morfológicas relacionadas com a regularidade que o autor — sublinhando uma evolução sem ruturas — designava por "*medievo-renascentista*"[21]. Mais do que um conhecimento profundo da realidade medieval, as propostas de José Manuel Fernandes, valorizando a sobrevivência de procedimentos, o papel estruturante da rua Direita

---

[19] Ao contrário de outros reinos peninsulares, onde a existência de verdadeiros tratados urbanísticos medievais, caso das *Ordenaciones* de Jaime II, datadas de 1300 ou do texto de Francesc Eiximenis, de finais do século XIV, promoveriam desde cedo na historiografia espanhola o interesse pelo urbanismo medieval, desde logo equacionado como potencial modelo da cidade quinhentista hispano-americana. A título de exemplo, veja-se PUIG I CADAFALCH, "Idees teòriques sobre urbanisme en el segle XIV: un fragment d`Eiximenis", *Estudios Universitaris Catalans*, Barcelona, 1936; Gabriel ALOMAR, *Urbanismo regional en la Edad Media: las Ordinacions de Jaime II (1300) en el Reino de Mallorca.* Barcelona, Gustavo Gili, 1976.

[20] Bernardo José FERRÃO (1985), *Projeto e transformação urbana do Porto na época dos Almadas — 1758/1813*, Porto, FAUP, 1997, p. 29-30.

[21] José Manuel FERNANDES (1992), *Cidades e Casas da Macaronésia*, Porto, FAUP, 1996. Do mesmo autor e sobre a mesma temática veja-se igualmente "O Lugar da Cidade Portuguesa", *Povos e Culturas,* 2, Lisboa, Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 1987, p. 79-112; "O Funchal e o Urbanismo de Raiz Portuguesa no Atlântico: estudo comparativo e de enquadramento histórico-estrutural", *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, vol. I, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais, 1989, p. 247-269, assim como *Angra do Heroísmo*, Lisboa, Presença, 1989.

ou a perceção de uma conceção livre de "*constrangimentos da norma rígida*", revelam uma vincada perspicácia e intuição sobre a importância dos antecedentes.

Pelos mesmos anos o tema suscitava a atenção de Paulo Ormindo de Azevedo[22], arquiteto brasileiro a quem a "descoberta" de Portugal na sequência de estudos de pós graduação realizados em Itália — onde a temática era desde os anos setenta objeto de estudos aprofundados[23] —, tornava particularmente sensível ao peso da realidade urbanística imediatamente anterior ao estabelecimento urbano dos portugueses no Brasil.

O autor abordava o problema através da caracterização dos contextos políticos subjacentes ao ato de fundação, provando que a não aplicação generalizada de traçados geométricos não se devia à falta de conhecimento ou experiência prévia, mas apenas à ausência de uma decisão sustentada num forte poder político. Quando o contrário se verificava no Brasil, nas Ilhas Atlânticas ou nos territórios orientais, o resultado denunciava o domínio que os portugueses detinham desde a Idade Média em questões de planeamento urbanístico. Planeamento a que atribuía um forte caráter pragmático percetível, por exemplo, na adaptação às condições locais, na flexibilidade da trama urbana ou na informalidade dos loteamentos e que considerava sustentado por princípios reguladores mais do que por modelos preestabelecidos.

A divulgação do texto de Paulo Ormindo de Azevedo seria, porém, muito limitada. Publicado em Sevilha, numa coletânea de estudos sobre o urbanismo ibero-americano dos séculos XVI a XVIII, acabaria por passar totalmente despercebido no meio científico da historiografia medieval portuguesa. A situação só viria a alterar-se em 1998, ano da sua reedição em Portugal, numa obra de grande divulgação no meio da especialidade[24]. Sintomaticamente, o autor acrescentava então ao título original "*Urbanismo de traçado regular nos dois primeiros séculos da colonização brasileira"* a palavra "*origens"*, sublinhando, dessa forma, o que de verdadeiramente relevante era proposto no texto e fora entretanto fundamentado e desenvolvido por outros investigadores com preocupações paralelas.

A reedição desse texto no âmbito do programa editorial do projeto *Universo Urbanístico Português 1415-1822* nada teve, aliás, de aleatório. Como os seus responsáveis assumiam no prefácio da *Coletânea de Estudos*, o objetivo central da obra era o da reedição de estudos que, ou porque inéditos ou porque inovadores temática e metodologicamente, justificavam ampla divulgação, pondo, de uma vez por todas, fim ao isolamento científico de "*textos que pouco se partilham, menos se discutem e quase nunca se confrontam*". O que finalmente permitiria, a par da divulgação das propostas de Paulo Ormindo de Azevedo, apresentar e confrontar umas tantas linhas de investigação que, num percurso independente mas paralelo, vinham sendo objeto de apuramento sistemático.

---

[22] Paulo Ormindo de AZEVEDO, "Urbanismo de trazado regular en los primeros siglos de la colonización brasileña", *Estudos sobre urbanismo Iberoamericano: siglos XVI al XVIII*", Sevilla, Junta de Andalucia, Consejeria de Cultura, 1990, p. 306-322.

[23] Para um ponto da situação sobre os desenvolvimentos da temática até aos inícios dos anos 80, veja-se Antonio NAVAL MÁS, "Estudios de Historia Urbana, Urbanismo e Centros Historicos en Italia y Francia", *Ciudad y Territorio, Revista de Ciencia Urbana*, 57/58, Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 1983, p.155-172.

[24] Paulo Ormindo de AZEVEDO (1990), "Urbanismo de traçado regular nos dois primeiros séculos da colonização brasileira: origens", *Coletânea de Estudos: Universo Urbanístico Português 1415-1822*, coord. Helder Carita e Renata Malcher de Araujo, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 39-70.

Walter Rossa desenvolveria entre os anos de 1995 e 2001[25] um conjunto de propostas para o avanço do *corpus* de conhecimento sobre o urbanismo medieval português. Com uma linha de investigação direcionada para a compreensão dos contextos de fundação e inicialmente centrada sobre a cidade setecentista, as pesquisas do autor em torno da questão dos antecedentes determinariam um recuo no tempo, perseguindo criticamente, na linha de Fernando Chueca Goitia, o conceito de *invariante*[26]. Tratava-se, afinal, de identificar métodos e processos de estruturação urbana constantes no tempo longo e detetáveis nos mais diversos espaços do Império Português, da Índia ao Brasil, do Magreb às ilhas atlânticas. Processos resultantes da conjugação de elementos vários como a estruturação cadastral modulada, a hierarquização rua/travessa ou as regras de proporcionalidade e coordenação dimensional com que se articulavam o traçado, o espaço público e a arquitetura, elementos invariantes que, em síntese, davam corpo a uma matriz metodológica e cultural constante.

Da extensa linha evolutiva traçada por Walter Rossa, com particular incidência na Época Moderna e concretamente na chamada *escola portuguesa de urbanismo*, interessa-nos aqui fundamentalmente realçar a leitura do período que medeia entre dois grandes momentos da história do urbanismo português: o da definição do espaço e do Estado, coincidente com os reinados de D. Afonso III (1248-1279) e D. Dinis (1279-1325), e o da redefinição do espaço e reformulação do Estado, de acordo com conceitos modernos, no período que, de forma lata, normalmente se designa por *manuelino*. Salientem-se, para a compreensão deste ciclo, os conceitos operativos que o autor desenvolve, concretamente aqueles que designa por *urbanismo regulado* e *nova centralidade* de cuja evolução resultaria, nas primeiras décadas de Quinhentos, o tempo forte da sistematização.

As propostas avançadas de forma ainda algo embrionária numa leitura geral realizada em 1995[27] são definitivamente sistematizadas, em 2001, num artigo elaborado em conjunto com um grupo de alunos do seminário de licenciatura do Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Nesse texto, intitulado *Recenseando as invariantes: alinhamento de alguns casos de morfologia urbana portuguesa de padrão geométrico*[28], Walter Rossa colige e sintetiza as conclusões de vários estudos entretanto realizados, como a sua própria dissertação de doutoramento[29]. O conhecimento apurado a partir da análise comparativa de casos

---

[25] Trabalhos coligidos em Walter ROSSA, *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre urbanismo português*, Coimbra, Almedina, 2002.

[26] Walter ROSSA, "Da certeza à interrogação: uma breve reflexão acerca dos trilhos da historiografia do urbanismo colonial português da Idade Moderna, *Actas do Congresso Portugal-Brasil: memórias e imaginários*, vol. II, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 339-348 (também publicado na coletânea Walter ROSSA, *A urbe e o traço…,* p. 391-403).

[27] Walter ROSSA "A cidade portuguesa", *História da Arte Portuguesa*, dir. Paulo Pereira, vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, pp. 233-323, (também em Walter ROSSA, *A urbe e o traço…,* p. 193-359).

[28] Walter ROSSA, "Recenseando as invariantes: alinhamento de alguns casos de morfologia urbana portuguesa de padrão geométrico", *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre urbanismo português*, Coimbra, Almedina, 2002, p. 425-443.

[29] Walter ROSSA, *Divercidade. Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade,* dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2001 (texto policopiado).

como Angra[30], a rua Nova do Porto, Valença ou Coimbra, elaborada com recurso ao desenho sobre levantamentos atuais vetorizados em suporte digital, permitiram confirmar a existência de "*uma maneira de fazer cidade, um conjunto de normas e procedimentos, mais do que um modelo*". Em síntese, o que caracterizaria a *cidade portuguesa* [31].

O entendimento das práticas urbanísticas medievais teria, simultaneamente, importantes desenvolvimentos na investigação de Helder Carita dedicada a Lisboa e apresentada em 1998[32]. Embora posicionada no início da Época Moderna, o enfoque dirigido ao desenvolvimento urbanístico da capital do Reino no decorrer da Baixa Idade Média, permitiu ao autor corroborar a existência de um modelo urbanístico de rua/travessa que detetou com forma ainda algo embrionária no bairro da Pedreira, da primeira metade do século XIV ou, já plenamente sedimentada, na estrutura quatrocentista de Vila Nova das Portas de Santa Catarina.

Mais do que pelo reconhecimento de uma matriz hierarquizada — que não pode, afinal, desligar-se da que vinha sendo sistematicamente posta em prática desde a segunda metade do século XIII em cidades de fundação — o caso de Lisboa adquire especial relevo pela forma como permite conhecer o tipo de procedimentos subjacentes a ações de povoamento, ensanche e/ou urbanização, extrapolando para situações menos bem documentadas. É o que, intuído em muitos casos e comprovável em número muito reduzido, se verifica com a prática consolidada de cordeamentos, com o caráter institucionalizado e sedimentado de práticas de ordenamento do espaço, com a existência de uma normativa de uso comum, com a instituição de malhas ortogonais em terrenos virgens ou, finalmente, com a imposição de foros diferentes de acordo com a hierarquização do espaço[33].

Induzido por hipóteses de leituras de modernidade na ação urbanística de D. Manuel I, o texto de Helder Carita não deixa, todavia, de tornar evidente a ideia de uma forte linha de continuidade entre a Idade Média e a Época Moderna, no que toca a práticas de ordenamento do espaço.

Nesta síntese sobre o contributo dos arquitetos importa ainda referir, com inquietações semelhantes, o projeto de investigação sobre morfologias urbanas de cidades de origem portuguesa coordenado por Manuel Teixeira, entre 1993 e 1996, mas com desenvolvimentos posteriores sobre outros intervalos cronológicos. Como resultado desse projeto viria a lume um volume sobre o urbanismo português entre os séculos

---

[30] A questão da continuidade de práticas fica especialmente evidente no estudo de Angra de Antonieta Reis LEITE, *Angra. Um porto no percurso da cidade portuguesa*, Prova Final de Licenciatura em Arquitectura apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2000 (texto policopiado). Uma síntese pode ser lida em *Atlântida,* XLVII, Angra do Heroísmo, Instituto Açoreano de Cultura, 2002, p. 15-57.

[31] Walter ROSSA; Luísa TRINDADE, "Questões e antecedentes da cidade portuguesa: o conhecimento sobre o urbanismo medieval e a sua expressão morfológica", *Murphy. Revista de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*, 1, Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2005, p. 70-109.

[32] Helder CARITA (1998), *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da Época Moderna (1495--1521)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.

[33] Vejam-se a este propósito os documentos datados de 1294, 1295 e 1305 e analisados pelo autor onde expressamente se refere a prática de cordeamentos, a definição de largura dos arruamentos ou a divisão e marcação de terrenos, práticas confirmadas por tabelião e membros do conselho da cidade. Helder CARITA, *Lisboa Manuelina*…, p. 33-45.

XIII e XVIII, onde se dava conta das principais realizações urbanísticas operadas em Portugal e no Brasil [34].

Com um primeiro capítulo integralmente dedicado ao período medieval e uma análise particularizada na fundação de Viana da Foz do Lima e Nisa, a obra, para além de colocar a tónica em questões de análise morfológica como a hierarquização viária, a regularidade dos quarteirões ou a medida de frente do lote como unidade base do plano das cidades, cumpriria um papel de relevo pela divulgação de um importante conjunto de cartografia histórica. Tratava-se essencialmente de material do século XVIII, por norma pouco conhecido e de difícil acesso, mas essencial — desde que sujeito a uma crítica rigorosa — ao entendimento das matrizes medievais.

Paralelamente, também sob orientação de Manuel Teixeira, Alexandra Paio[35] elegia como foco principal da sua dissertação de mestrado o tema das *vilas novas* ou o *urbanismo medieval planeado*, em Portugal, entre os séculos XIII e XIV. Depois de uma introdução genérica do tema em contexto europeu e da caracterização do quadro português, identificando iniciativas, motivações e promotores, o estudo ganha um renovado interesse quando o enfoque incide na perspetiva do desenho urbano, em consonância com a área de formação da autora.

Assente sobre uma seleção de sessenta e cinco vilas e cidades de fundação, o estudo em causa é, sem dúvida, aquele que até à data mais detalhada e extensivamente explora as questões da forma e do programa. Identificando os elementos base do "*modelo urbano medieval*", a rua como elemento estruturador, o lote igualitário e a cerca como elemento delimitador, a autora procede à análise morfológica a partir de duas grandes tipologias que subdivide, em função da composição dos elementos. Sobretudo inovadora no contexto da historiografia do urbanismo português pela atenção prestada à análise morfológica — correndo por vezes o risco de conferir à forma um excesso de protagonismo em detrimento do processo histórico que a explica e lhe confere o seu verdadeiro sentido — o estudo levado a cabo merecia um cuidado acrescido na apresentação dos resultados gráficos, quer ao nível da escala das reconstituições, quer, sobretudo, na explanação dos passos que a elas conduziram.

Na verdade, é em grande parte a Alexandra Paio que se deve a definitiva inclusão do tema das vilas novas medievais portuguesas no mapa da historiografia internacional, pela forma como o material desenvolvido no âmbito da tese foi posteriormente objeto de publicação: em 2006, integrando uma versão síntese no volume *Las villas nuevas medievales del Suroeste europeo. De la fundación medieval al siglo XXI*[36], lado a lado com as mais recentes análises feitas sobre o mesmo tema pela historiografia espanhola e francesa; em 2007, e novamente no âmbito do projeto "*Espaço e Património:*

---

[34] Manuel TEIXEIRA; Margarida VALLA, O *urbanismo português, séculos XIII-XVIII. Portugal-Brasil*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.

[35] Alexandra Cláudia Rebelo PAIO, *As novas vilas medievais séc. XIII-XIV: urbanismo medieval planeado*, dissertação de mestrado em Desenho Urbano apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 2001 (texto policopiado).

[36] Alexandra C. R. PAIO, "As novas vilas medievais portuguesas, 1248-1325", *Las villas nuevas medievales del Suroeste europeo. De la fundación medieval al siglo XXI. Análisis histórico y lectura contemporánea*, Actas de las Jornadas Interregionales de Hondarribia (16-18 noviembre de 2006), Pascual Martínez Sopena y Mertxe Urteaga (Eds), Boletín Arkeolan 14, Irun, Centro de Estudios e Investigaciones Histórico-Arqueológicas, 2006, p. 309-346.

o mundo das vilas novas Medievais do Sudoeste", financiado pela União Europeia, constituindo o cerne de um estudo desenvolvido pelo Instituto de Estudos Regionais e Urbanos da Universidade de Coimbra. Agora a cargo de uma equipa interdisciplinar, de que também fazia parte Ana Madaleno, Lusitano dos Santos e Henrique Albergaria, a quem caberia a coordenação, o levantamento de 48 vilas e cidades de fundação, cobrindo quase todo o território português, teria como principal mote a implementação de uma política de valorização patrimonial[37], para cuja divulgação e visibilidade contribuiria o caráter bilingue da edição.

A apresentação é feita sob a forma de fichas, associando uma breve apresentação histórica a um conjunto de elementos gráficos: fotografias atuais, um esquema do principal eixo viário e edifícios ou espaços dominantes, uma reconstituição do traçado original e uma fotografia aérea, acrescidos, nalguns casos, de cartografia dos séculos XVIII e XIX. Uma bibliografia sintética, um conjunto de "*informações úteis*" referentes aos principais valores patrimoniais e uma lista de contactos, completam o esquema delineado. Não sendo, nem pretendendo ser, uma obra de fundo — o que nem sempre explica algumas fragilidades do texto que acompanha as imagens e, por consequência, as reconstituições propostas — cumpre, como foi já referido, um importante papel na divulgação de um tema que, se internamente é ainda desconhecido do grande público, além fronteiras não conseguira, até então, marcar presença em obras da especialidade[38].

Por último, e embora não se reportando especifica ou exclusivamente à faixa cronológica de que aqui nos ocupamos, importa destacar o trabalho desenvolvido por Sandra Pinto sobre protocolos de análise e definição de uma matriz metodológica operativa que, cruzando toda a informação disponível em bases científicas, permita descodificar lógicas de constituição e evolução de espaços urbanos consolidados[39].

É este, em síntese, o que podemos considerar como o núcleo duro dos que, provenientes de outras áreas disciplinares que não da história, arqueologia ou história da arte, mais significativamente contribuíram para a construção de um *corpus* de conhecimento do urbanismo e da urbanística medievais portugueses.

Paralelamente, e sem que a interação seja necessariamente uma realidade, também estas últimas áreas têm registado avanços relevantes para o desenvolvimento da temática. Contributos de enorme relevância, tanto em profundidade como extensão se a perspetiva for a da história urbana, relativamente circunscritos se o enfoque for claramente dirigido para o urbanismo e a urbanística.

Nessa linha, a atenção vai para o conjunto de abordagens onde o mote é, conforme se verificou em parágrafos anteriores, a morfologia urbana de padrão geométrico.

---

[37] AA.VV., *Vilas medievais planeadas de Portugal. Reinados de D. Afonso III e D. Dinis,* Coimbra, IERU, 2007. Com esse mesmo sentido, para além da publicação em causa, o projeto incluiu a criação da Associação Portuguesa de Vilas Novas Medievais e de uma página de internet.

[38] A título de exemplo, veja-se a total ausência de referências a Portugal nas poucas páginas dedicadas às cidades da Espanha cristã em A. E. J. MORRIS, *Historia de la forma urbana. Desde sus orígens hasta la Revolución Industrial*, Barcelona, Gustavo Gili, 1984, p. 168-173.

[39] Vejam-se os primeiros resultados em Sandra Maria Gameiro PINTO, *Análise formal: recursos, princípios, métodos. Subsídios metodológicos para o conhecimento da cidade portuguesa*, dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2006 (texto policopiado).

São análises que se centram essencialmente em torno da constatação da regularidade e de processos que claramente se situam no domínio da racionalidade, em detrimento de discursos sobre os aspetos espontâneos da cidade. O que facilmente se compreende. Quando se elege como objeto de estudo a forma e o significado da matéria — a malha, o programa, o método, a intenção subjacente — é natural que a abordagem incida sobre casos de fundação ou processos de reforma urbanística previamente planeados, onde a intenção deliberada de ordem e planeamento, induzindo o apuramento de métodos e práticas, simplifica a descodificação de objetivos e modelos teóricos. Daí o quase imperativo disciplinar de fazer incidir a investigação sobre as intervenções dirigidas, identificadas com os poderes instituídos, independentemente da sua natureza régia, senhorial (laica ou eclesiástica) ou concelhia.

Um passo importante seria dado por Carlos Alberto Ferreira de Almeida[40] quando, em 1987, caracterizava — ainda que em traços largos, em consonância com a natureza da obra onde surgiu — a formação de uma rede urbana ao longo do rio Minho, contemporânea e similar à que Jorge Gaspar identificara duas décadas antes para a raia alentejana. Como neste último caso, a fundação ou reestruturação de núcleos como Viana, Caminha, Valença, Monção e Melgaço confirmava como também na fronteira norte do Reino o ordenamento consciente do território tinha sido prática comum na Baixa Idade Média. Relevante pela caracterização da conjuntura política, a análise morfológica não foi valorizada para além da simples constatação da regularidade ou de uma breve apreciação toponímica.

Em 1990, Nuno Pizarro Dias alargava a investigação a toda a faixa fronteiriça nortenha, acrescentando ao elenco anterior as vilas de Chaves, Bragança, Montalegre e Monforte do Rio Livre. Embora a tónica fosse colocada na análise comparativa das cercas defensivas, ênfase que a apresentação num simpósio sobre fortificações medievais amplamente justificava[41], o texto foi ilustrado por um conjunto de plantas que, embora muito esquemáticas, permitiam aferir da estruturação geométrica dos traçados.

Sob orientação de Ferreira de Almeida, o tema das cidades de fundação no Norte encontraria, em 1993, a necessária continuidade e aprofundamento na dissertação de mestrado em arqueologia de Paulo Dordio Gomes.[42] Tendo como área de análise as regiões de Trás-os-Montes e Alto Douro, a investigação veio comprovar a implantação de um modelo de reordenamento territorial assente em formas de povoamento concentrado: vilas cercadas, reestruturadas ou fundadas de raiz a que o poder régio atribuía o papel de cabeça de território. Quando a ocupação se fazia *ex novo,* do processo de povoamento resultavam, como por regra sucede, matrizes

[40] C. A. Ferreira de ALMEIDA, *Alto Minho*, Lisboa, Presença, 1987. Também em C. A. Ferreira de ALMEIDA (1987), "Muralhas românicas e cercas góticas de algumas cidades do centro e norte de Portugal. A sua lição para a dinâmica urbana de então", *Cidades e História*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1992, p. 137-141, o autor chamava sumariamente a atenção para a existência de vilas novas, muradas, de fundação régia ou senhorial patenteando na forma importantes novidades urbanísticas.

[41] Nuno Pizarro DIAS, "As cidades de fronteira de Portugal com a Galiza", *Cadernos do Noroeste*, 1-2, vol. 3, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 1990, p. 81-102. Veja-se também Nuno Pizarro DIAS, "Chaves medieval (séculos XIII e XIV)", *Aquae Flaviae*, 3, Chaves, 1990, p. 35-94.

[42] Paulo Dordio GOMES, *Arqueologia das Vilas urbanas de Trás-os-Montes e Alto Douro. A reorganização do povoamento e dos territórios na Baixa Idade Média (séculos XII-XV)*, Porto, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993 (texto policopiado).

ortogonais ainda hoje claramente percetíveis nos núcleos de Bragança, Chaves e Miranda, ou nas vilas do Alto Douro de Vila Nova de Foz Côa, Torre de Moncorvo e Cedovim, que o autor analisa clarificando minuciosamente os contornos políticos da ação régia, bem como as diferentes circunstâncias e resultados que caracterizaram o processo de povoamento em cada uma das regiões.

O tema da cidade de fundação ganhava, entretanto, lugar cativo em obras historiográficas de caráter geral e vasto âmbito cronológico. Na "Nova História de Portugal"[43], A. H. de Oliveira Marques, num capítulo dedicado à cidade portuguesa tardo-medieval em que analisava os elementos estruturantes numa estreita articulação com a sua componente histórica (romana, muçulmana, etc.), dedicava algumas linhas às cidades novas de conformação ortogonal. Referia que os melhores exemplos seriam póvoas marítimas como Setúbal, Lagos, Aveiro, Caminha e Viana do Lima. Entre as muitas outras existentes no interior do País, destacava Tomar, cuja "tessitura urbana clara e regular", melhor indiciava um qualquer esquema prévio de urbanização. Estava-se em 1986.

Dez anos depois, num outro volume da mesma obra, era a vez de Saul António Gomes[44] evidenciar o tema, sistematizando o conhecimento entretanto produzido e avançando novas propostas, quer no sentido de somar outros casos ao universo das vilas de fundação conhecido, quer colocando a tónica em iniciativas que não as do poder régio, caso dos cistercienses ou templários.

Eram as sínteses possíveis à época revelando, nas suas poucas páginas e ausência de imagem, o estado ainda pouco aprofundado e consolidado do conhecimento. É assumindo essa mesma lacuna que Mário Jorge Barroca, em 2002,[45] depois de alertar para a confusão comum entre o estudo da história urbana e o da história do urbanismo, conclui que, ao contrário da primeira onde se tem assistido a um extraordinário desenvolvimento, muito está por fazer no campo da segunda. Sistematizando a sua abordagem em três grandes áreas geográficas, Alto Minho, Alto Douro/Beira Interior e Alentejo, acrescenta ao já extenso elenco de vilas novas os casos de Serpa, Borba e Monforte, para além de salientar o papel da Ordem do Templo na criação de núcleos urbanos como Tomar, Castelo Branco, antiga Vila Franca da Cardosa e Nisa.

Em 2003, as formas de povoamento do território a sul do Tejo foram objeto de análise profunda por parte de Stéphane Boissellier[46]. Com um enfoque especialmente dirigido à forma como o sistema social se traduz no espaço e como, em paralelo, o espaço influi decisivamente nas dinâmicas sociais, Boissellier reflete sobre questões como os diferentes modelos de apropriação/humanização do território ou o sistema de relações que a diversidade de *habitats* (não exclusivamente urbanos) estabelecem entre si, originando um complexo sistema de hierarquias e centralidades para o estudo

[43] A. H. de Oliveira MARQUES, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, *Nova História de Portugal*, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. IV, Lisboa, Editorial Presença, 1986, p. 190.

[44] Saul António GOMES, "Mundo urbano", *Portugal em definição de fronteiras. Do condado Portucalense à crise do século XIV*, coord. de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís Carvalho Homem, *Nova História de Portugal*, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III, Lisboa, Presença, 1996, p. 395-398.

[45] C. A. Ferreira de ALMEIDA; Mário Jorge BARROCA, "Urbanismo gótico", *História da Arte em Portugal. O Gótico*, Lisboa, Presença, 2002, p. 134-143.

[46] Stéphane BOISSELLIER, *Le Peuplement Médieval dans le sud du Portugal*, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003.

das quais utiliza, como principal indicador, os locais de culto. Metodologicamente, como o próprio autor explica, cruza a abordagem dos "*historiens des textes*" com a do urbanista e geógrafo, "*spécialistes des formes*", colmatando as lacunas que qualquer das referidas análises comporta quando desenvolvida isoladamente. A leitura social a que submete a forma e à qual dedica toda a terceira parte do estudo, sob a premissa que "*toute morphogenèse est une sociogenèse*", solidamente ancorada na documentação escrita não encontra, todavia, paralelo à mesma altura na documentação gráfica de suporte.

Na finalização deste breve apanhado sobre enfoques historiográficos manifestamente direcionados para a leitura do espaço urbano medieval, importa ainda referir alguns trabalhos de âmbito monográfico como os de Sílvio Alves Conde, não só aquele que dedica a Tomar[47] como, mais recentemente e em colaboração com Marina Afonso Vieira,[48] o estudo comparado de Nisa, Alpalhão e Montalvão, metodologicamente ancorado no cruzamento de fontes escritas, iconográficas e arqueológicas.

Com o que até aqui se referenciou não se pretende induzir em erro quem pretenda conhecer a totalidade do investimento realizado pela historiografia portuguesa sobre a expressão formal da cidade medieval. O quadro traçado remete apenas para os estudos que tentam fazer da expressão material o ponto de partida para a compreensão do todo civilizacional. Alerta-se, por isso, para o manancial de informação relevante que, de forma dispersa, pode atualmente encontrar-se em largas dezenas de títulos em história urbana.

A verdade é que, apesar de tardiamente chegada à história medieval portuguesa, a cidade como objeto de estudo tornou-se, a partir dos inícios da década de 1980[49] e quase por exclusiva responsabilidade de Oliveira Marques, um tema em franco desenvolvimento[50]. Do seminário sobre cidades[51] que criou e dirigiu, no âmbito do curso de mestrado em História Medieval da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

---

[47] Manuel Sílvio Alves CONDE, *Tomar Medieval. O espaço e os Homens*, Cascais, Patrimonia, 1996. Apesar de ser um dos casos de fundação mais emblemáticos de Portugal e um dos mais precocemente reconhecidos como tal, ainda no século XVIII, é a Alves Conde que se deve a clarificação da sua cronologia, situando o período áureo da execução do plano na segunda metade do século XIII.

[48] Manuel Sílvio Alves CONDE; Marina Afonso VIEIRA, "A paisagem urbana do Nordeste Alentejano entre a Idade Média e os Tempos Modernos", *D. Manuel e a sua época. Actas do III Congresso Histórico de Guimarães. 3ª Secção — População Sociedade e economia*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, p. 263-286.

[49] Fenómeno que em grande parte surgiu como repercussão do extraordinário desenvolvimento da História Urbana internacional, especialmente da francesa. Como sublinhou Bernardo de Vasconcelos e Sousa, "*a publicação, em 1980, do segundo volume da Histoire de la France Urbaine, integralmente dedicado à Idade Média e dirigido por Jacques Le Goff, permitiu que Portugal recebesse de forma concentrada os resultados de um labor com mais de duas décadas possibilitando assim o saltar de etapas quanto aos temas, às perspetivas de abordagem, aos métodos e às problemáticas de investigação*". Bernardo de Vasconcelos e SOUSA, "Leituras, *Histoire de la France Urbaine*", *Penélope – Fazer e desfazer a História,* 7, Lisboa, Cosmos, 1992, p. 173-175.

[50] Para uma visão da produção historiográfica até aos finais da década de 1980 sobre o mundo urbano medieval em Portugal, veja-se Armando Luís de Carvalho HOMEM; Amélia Aguiar ANDRADE; Luís Carlos AMARAL, "Por onde vem o medievismo em Portugal?", *Revista de História Económica e Social,* nº 22, Lisboa, Sá da Costa, 1988, p. 117-138 (concretamente as páginas 127-132), onde se pormenoriza o caminho até então percorrido, realçando as grandes linhas orientadoras da investigação e, ao mesmo tempo, se apontam lacunas, tendências e temáticas privilegiadas. Um balanço posterior encontra-se em Maria Helena da Cruz COELHO, "A rede e as estruturas urbanas antes da expansão. Apresentação", *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 17-22.

[51] O seminário bianual funcionou nos anos de 1981-83, 1984-85 e 1986-87.

da Universidade Nova de Lisboa, resultou um vasto conjunto de estudos de referência solidamente alicerçados numa base metodológica comum[52]. A partir de então e de forma sistemática, incentivou-se a produção de monografias onde, com base no levantamento de acervos documentais inéditos, se identificavam os respetivos contextos físicos, políticos, militares, económicos, administrativos e sociais[53].

Da produção monográfica decorrente dos sucessivos seminários — a que se juntaria o contributo de estudos em curso ou já efetivados por historiadores de outras universidades — resultaria uma obra de síntese, vinda a lume em 1990, onde a forma e a topologia urbanas ocupavam lugar de destaque. Referimo-nos ao *Atlas de cidades medievais portuguesas*[54] onde cada cidade, num total de dezanove, era contemplada com uma ficha descritiva,[55] uma bibliografia selecionada e, de acordo com a definição dos próprios autores, um "*mapa simplificado*". Sem que o segundo volume então anunciado chegasse a ser publicado, a obra é ainda hoje única no género e por isso de grande utilidade. Apesar de tudo, o caráter sumário das representações — sem referências de altimetria ou divisão cadastral, por exemplo[56] — acabaria por inevitavelmente condicionar o seu uso no âmbito da história do urbanismo, ao impossibilitar o reconhecimento seguro da estruturação e evolução das formas, dos programas e dos contextos materiais.

---

[52] A. H. de Oliveira MARQUES (1982), "Cidades Medievais Portuguesas (Algumas bases metodológicas gerais)", *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Presença, 1988, p. 43-67.

[53] Face ao extenso volume de obras publicadas e na impossibilidade de as referir na totalidade, optou-se por mencionar apenas as teses de mestrado e de doutoramento que, realizadas ou ainda em curso, viriam a servir de suporte ao *Atlas de cidades medievais*: Maria da Conceição Falcão FERREIRA (1987), *Uma Rua de Elite na Guimarães Medieval*, *(1376/1520),* Guimarães, Câmara Municipal, 1989; Amélia Aguiar ANDRADE (1985), *Ponte de Lima: o espaço e as gentes (séculos XIV e XV)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990; Rita Costa GOMES, *A Guarda medieval: posição, morfologia e sociedade, 1200-1500, Cadernos da Revista de História Económica e Social*, 9-10, Lisboa, Sá da Costa, 1987; Hermínia Vasconcelos VILAR, *Abrantes Medieval séculos XIV e XV*, Abrantes, Câmara Municipal de Abrantes, 1988; Maria João Violante Branco Marques da SILVA (1987), *Aveiro Medieval*, Aveiro, Câmara Municipal, 1991; Manuela Santos SILVA (1987), *Óbidos Medieval. Estruturas Urbanas e administração concelhia,* Cascais, Patrimonia, 1997; Sérgio Luís CARVALHO (1987), *A vila de Sintra nos séculos XIV e XV,* dissertação de mestrado apresentada à FCSH, Universidade Nova de Lisboa, 1987 (texto policopiado); Manuel Sílvio Alves CONDE (1988), *Tomar Medieval…,* 1996; Ana Maria RODRIGUES, *Torres Vedras, a vila e o termo nos finais da Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995; Maria de Fátima BOTÃO, *Silves, Capital de um Reino Medievo*, Silves, Câmara Municipal, 1992. Refira-se por último, a produção científica de Maria Ângela Beirante entre a qual, para além das monografias dedicadas a *Santarém Medieval*, Lisboa, Universidade Nova, 1980 e *Évora na Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995 (dissertação de doutoramento defendida em 1988), importa destacar todo um conjunto de artigos dedicados à temática urbana, recentemente coligidos em *O ar da cidade. Ensaios de História Medieval e Moderna*, Lisboa, Colibri, 2008.

[54] A. H. de Oliveira MARQUES; Iria GONÇALVES; Amélia Aguiar ANDRADE (coord.), *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas, (séculos XII-XV),* Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990.

[55] A ficha descritiva inclui dados relativos à topografia, população, propriedade, economia, sociedade, administração, fácies militar, religião, cultura, higiene e saúde urbanas, temas que Oliveira Marques propusera como fundamentais na constituição do plano ideal de qualquer investigação científica em torno da cidade. Oliveira MARQUES, "Cidades Medievais Portuguesas…", p. 43-47.

[56] Uma recensão às representações cartográficas normalmente utilizadas pelos historiadores pode ler-se em Suzanne DAVEAU, "A cartografia portuguesa moderna: os mapas temáticos", *Os Mapas em Portugal: da tradição aos novos rumos da cartografia,* coord. de Maria Helena Dias, Lisboa, Ed. Cosmos, 1995, p. 172-174.

Aos coordenadores do *Atlas* deve-se, de resto, o que sem grande margem de erro pode considerar-se o mais extenso e contínuo investimento na história urbana portuguesa. Para além da definição de coordenadas metodológicas, das análises incisivas sobre a caracterização e evolução da cidade tardo-medieval, dos balanços historiográficos ou do estudo de casos sistematicamente desenvolvidos por Oliveira Marques,[57] importa referir a linha de investigação desenvolvida por Iria Gonçalves, tão importante no que toca à sua produção individual[58], quanto no impulso dado ao estudo do tema através da coordenação do projeto *Paisagens rurais e urbanas entre a Idade Média e os tempos modernos: fontes para o seu estudo*[59]. Na mesma linha, destaca-se Amélia Aguiar Andrade com um vasto trabalho desenvolvido a escalas diversas, do estudo de caso à caracterização dos denominadores comuns da paisagem urbana, passando por uma abordagem de âmbito territorial muito direcionada para as questões de fronteira e formação da rede urbana. Este seria, aliás, o tema central da sua dissertação de doutoramento, com foco na região do Entre Lima e Minho e cujas conclusões, assentes numa exaustiva caracterização dos contextos político-administrativos subjacentes ao fenómeno de fundação, se revestem de uma importância fulcral para a história do urbanismo[60].

---

[57] Da vastíssima produção do autor veja-se, "Introdução à História da cidade medieval portuguesa", 1981; "Lisboa medieval (uma visão de conjunto)", 1981; "A persistência do elemento muçulmano na História de Portugal após a Reconquista: O exemplo da cidade de Lisboa", 1981; "Cidades Medievais Portuguesas (Algumas bases metodológicas gerais)", 1982; "Lisboa medieval (introdução metodológica ao seu estudo)", 1987; "Para a História do Concelho de Cascais na Idade Média — I e II", 1987; "Sintra e Cascais na Idade Média", 1987; "Para a História do Concelho de Loulé na Idade Média", 1987; "Lisboa, cidade marítima", 1988, todos eles reunidos em A. H. de Oliveira MARQUES, *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Presença, Lisboa, 1988. No âmbito metodológico e de balanço historiográfico veja-se ainda A. H. de Oliveira MARQUES (1964), *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Estampa, 1988 e A. H. de Oliveira MARQUES, "As cidades portuguesas nos finais da Idade Média", *Penélope. Fazer e desfazer a História*, *7,* Cosmos, Lisboa, 1992, p. 27-34.

[58] "Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia", 1980; "Na Ribeira de Lisboa em finais da Idade Média", 1985; "Posturas municipais e vida urbana na Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa", 1986; "Entre o campo e a cidade na segunda metade do século XIV", 1986; "Uma realização urbanística medieval: o calcetamento da Rua Nova de Lisboa", 1995, artigos coligidos em Iria GONÇALVES, *Um Olhar sobre a Cidade Medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996.

[59] No âmbito deste projeto sediado no Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, salienta-se, para além da transcrição e publicação de documentação inédita — com destaque para os *Tombos da Ordem de Cristo: Comendas a Sul do Tejo (1505-1509)*, organização e revisão geral de Iria Gonçalves, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Universidade Nova de Lisboa, 2002; *Tombos de Santa Maria de Abade de Neiva e São Vicente de Fragoso, concelho de Barcelos (1493-1494),* organização e revisão geral de Iria Gonçalves e Conceição Falcão Ferreira, Lisboa, Centro de Estudos Históricos, 2003 — a dinamização de estudos sobre o território através dos encontros *Jornadas de História sobre Paisagens rurais e urbanas. Fontes, metodologias, problemáticas,* sucessivamente realizados nos anos de 2002, 2003 e 2004, cujas atas saíram a público, respetivamente, em 2005, 2006 e 2007. *Paisagens rurais e urbanas. Fontes, metodologias, problemáticas*, coord. Iria Gonçalves, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, I, 2005, II, 2006, III, 2007.

[60] Para além do já citado estudo sobre Ponte de Lima de 1985, veja-se: "Um percurso através da paisagem urbana medieval", 1987; "Conhecer e nomear: a toponímia das cidades medievais portuguesas", 1993; "Percursos vividos, percursos conhecidos nos núcleos urbanos medievais", 1995; "A paisagem urbana medieval portuguesa: uma aproximação", 1998; "Espaços públicos e espaços privados nas cidades portuguesas da Idade Média", 2003, trabalhos recolhidos em Amélia Aguiar ANDRADE, *Horizontes urbanos medievais*, Lisboa, Horizonte, 2003. O mesmo sucederia com o conjunto de textos sobre a construção do território e fronteira reunidos em *A construção medieval do território*, Lisboa, Horizonte, 2001. Para o tratamento em profundidade e extensão do mesmo tema veja-se, ainda de Amélia Aguiar ANDRADE, *Vilas, poder régio e fronteira: o exemplo do Entre Lima e Minho medieval*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1994 (texto policopiado).

Em pouco tempo o interesse pela cidade medieval despontaria em praticamente todos os núcleos universitários portugueses. Num número significativo de abordagens é dado relevo à análise do espaço enquanto suporte de vivências, caracterizando cronológica, topográfica e funcionalmente os principais edifícios e equipamentos, os percursos que os articulam, os largos e praças mais concorridos. Refiram-se os trabalhos de Maria Helena da Cruz Coelho, Leontina Ventura, Saul António Gomes e Anísio Saraiva, na Universidade de Coimbra, os de Humberto Baquero Moreno, José Marques, Luís Carlos Amaral, Luís Miguel Duarte e Adelaide Millan Pereira, na Universidade do Porto ou os de Conceição Falcão Ferreira, na Universidade do Minho[61].

No mesmo âmbito impõe-se também uma chamada de atenção no que toca aos desenvolvimentos recentes sobre o estudo da casa urbana corrente enquanto elemento fundamental na conformação do espaço urbano, não só pelos dados que permite carrear sobre o ininterrupto processo histórico do *fazer cidade*, mas também pelas informações matricialmente inscritas sobre o *compor cidade* (ritmos, métricas, proporções, etc.).[62]

---

[61] Maria Helena da Cruz COELHO, "Coimbra trecentista: a cidade e o estudo", *Biblos*, 68, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1992, p. 335-365; Maria Helena da Cruz COELHO, "Santo António de Lisboa em Santa Cruz de Coimbra", *Actas do Congresso Internacional Pensamento e testemunho,* vol. I, Braga, 1996, p. 179-205; Leontina VENTURA, "A muralha coimbrã na documentação medieval", *I Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro*, Coimbra, 1979, p. 43-56; Leontina VENTURA, "Coimbra medieval", *Economia, sociedade e poderes. Estudos em homenagem a Salvador Dias Arnault,* Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002, p. 23-40; Entre os inúmeros estudos que Saul António Gomes vem dedicando às cidades medievais portuguesas e onde a componente espacial é sempre um capítulo fundamental, destacamos "A organização do espaço urbano numa cidade estremenha: Leiria medieval", *A cidade. Jornadas inter e pluridisciplinares, Actas II*, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, p. 81-112, "A Praça de S. Martinho de Leiria do Século XII à Reforma de 1546", *Mundo da Arte,* II Série, Janeiro/Fevereiro/Março, 1990 e *As cidades têm uma história: Caldas da Rainha das origens ao século XVIII*, Leiria, Colecção PH — Estudos e Documentos, 1994; Anísio M. de Sousa SARAIVA, "A inserção urbana das catedrais medievais portuguesas: o caso da catedral de Lamego", *Revista Portuguesa de História. Homenagem aos Professores Luís Ferrand de Almeida e António de Oliveira*, vol. 1, tomo XXXVI, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de História Económica e Social, 2002/2003, p. 241–266; Anísio M. de Sousa SARAIVA, "Giudei e cristiani. Coesistenza e cooperazione tra la comunità giudaica di Viseu e il capitolo della cattedrale alla fine del medioevo", *Coesistenza e Cooperazione nel Medioevo*. Actes du IVe Congrès Européen d'Études Médiévales (Palermo-Itália, 23-27 giugno 2009), Ed. Officina di Studi Medievali della Università degli Studi di Palermo, Louvain-la-Neuve, Brepols, 2011 (no prelo); H. Baquero MORENO, "O mercado na Idade Média (o caso de Torre de Moncorvo)", *Estudos de História de Portugal, séculos X-XV*, Lisboa, Estampa, 1982, p. 309-325; José MARQUES, "Património régio na cidade do Porto e seu termo nos finais do século XV (subsídios para o seu estudo)", *Actas do Colóquio O Porto na Época Moderna*, Porto, II, 1982, p. 73-97; José MARQUES, "Braga nos finais da Idade Média (Subsídios para o seu estudo)", *Braga Medieval*, Braga, 1983, p. 43-81; Luís Carlos AMARAL; Luís Miguel DUARTE, "Os homens que pagaram a Rua Nova (fiscalidade, sociedade e ordenamento territorial no Porto quatrocentista)", *Revista de História*, VI, Porto, Universidade do Porto, 1985, p. 7-96; Adelaide Pereira Millan da COSTA, "O refazimento da Praça da Ribeira em finais de Quatrocentos", *Um mercador e autarca dos séculos XV-XVI: o Arquivo de João Martins Ferreira*, catálogo da exposição comemorativa da classificação do Porto como Património Cultural da Humanidade, Porto, Arquivo Histórico Municipal do Porto, 1996, p. 31-34; Adelaide Pereira Millan da COSTA, "O espaço dos vivos e o espaço dos mortos nas cidades da Baixa Idade Média", *O reino dos mortos na Idade Média peninsular*, Lisboa, Sá da Costa, 1996; Maria da Conceição Falcão FERREIRA, "Barcelos, terra de condes. Uma abordagem preliminar" Sep. da *Barcelos Revista*, Barcelos, 1991-1992; Maria da Conceição Falcão FERREIRA (1997), *Guimarães. Duas vilas, um só povo. Estudo de História Urbana (1250-1389)*, Braga, CITCEM-Universidade do Minho, 2010.

[62] Entre a bibliografia dedicada ao tema vejam-se, Maria da Conceição Falcão FERREIRA, "Habitação urbana corrente, no Norte de Portugal medievo", *Morar, tipologia, funções e quotidianos da habitação medieval, Media Ætas, Revista de Estudos Medievais*, 3-4, Ponta Delgada, Patrimonia, 2000/2001, p. 19-31; Sílvio Alves CONDE, "Materialidade e funcionalidade da casa comum medieval: construções rústicas e urbanas do Médio Tejo nos finais da Idade

Na finalização desta brevíssima e inevitavelmente incompleta passagem pela história urbana, destaque-se ainda a atual pluralidade de problemáticas e linhas de investigação em torno do mundo urbano: sés, colegiadas e mosteiros, castelos e cercas, paços, propriedade do solo, paisagem, estrutura e relação de poderes, administração local, justiça, higiene, doença, pobreza, minorias, rituais e vivências religiosas, mercado, legislação e posturas, enfim, a lista seria infindável. A vida urbana medieval é hoje bastante bem conhecida nas suas múltiplas vertentes, sendo aliás difícil encontrar um tema que não tenha já suscitado o interesse de um qualquer investigador. E nessa diversidade há um denominador comum: o contributo inestimável para a compreensão da materialidade urbana — o urbanismo — na sua génese e evolução.

Por entre essa imensa pluralidade de estudos impõe-se uma chamada de atenção para dois contributos essenciais no que toca à compreensão das questões morfológicas: trata-se dos estudos desenvolvidos em torno do espaço ocupado na cidade portuguesa pelas minorias étnicas judaica e mudéjar, amplamente documentados e detalhadamente analisados, respetivamente, por Maria José Ferro Tavares e Maria Filomena Lopes de Barros em cujas obras as questões do urbanismo marcam presença obrigatória[63].

Mesmo dentro da economia deste texto, o panorama não ficaria completo sem uma referência especial ao papel da arqueologia urbana. Apesar dos constrangimentos provocados por uma demasiado frequente dependência dos interesses político-económicos e pela sujeição às leis do mercado, com as inevitáveis limitações decorrentes de uma atuação com caráter de emergência e salvamento, a arqueologia urbana não deixa, por isso, de registar avanços notáveis desde os anos setenta, década marcada pelo início do modelar projeto *Salvamento de Bracara Augusta*, sediado na Universidade do Minho[64]. No âmbito da época medieval, assinale-se a criação, também nessa década, do Campo Arqueológico de Mértola (1978) ou o começo dos estudos em Silves (1979), ambos fundamentais no desenvolvimento do tema em análise[65].

Média", *Media Ætas, Revista de Estudos Medievais*, 3-4, Ponta Delgada, Patrimonia, 2000-2001, p. 49-86; Luísa TRINDADE, *A casa corrente em Coimbra, dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*, Coimbra, Câmara Municipal, 2002. Qualquer destes trabalhos inclui extensa bibliografia sobre a casa corrente medieval.

[63] Destacam-se aqui apenas as dissertações de doutoramento, remetendo para os capítulos deste trabalho dedicados às respetivas temáticas a vasta bibliografia de ambas as autoras. Maria José Pimenta Ferro TAVARES (1980), *Os judeus em Portugal no século XV*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa – I.N.I.C., 1982-1984. Maria Filomena Lopes de BARROS (2004), *Tempos e espaços de mouros: a minoria muçulmana no reino português (séculos XII a XV),* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2007.

[64] A. GASPAR, F. S. LEMOS, M. DELGADO (1986), "O Salvamento de Bracara Augusta", *Actas do Iº Encontro Nacional de Arqueologia Urbana, Trabalhos de Arqueologia*, 3, Lisboa, p. 27-53. Ainda referente a Braga e no mesmo âmbito de área do saber — a arqueologia — refira-se o trabalho recente de Maria do Carmo Franco RIBEIRO, *Braga entre a época romana e a Idade moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*, dissertação de doutoramento em Arqueologia apresentado ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008, sobretudo pela forma como metodologicamente assenta as conclusões na estreita articulação de todo o conjunto de fontes cartográficas e iconográficas disponíveis.

[65] Veja-se *Arqueologia 2000. Balanço de um século de investigação arqueológica em Portugal, Arqueologia & História,* Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses, 54, Lisboa, 2002. Sobre Mértola e Silves veja-se, respetivamente, Santiago MACIAS, *Mértola islâmica. Estudo histórico-arqueológico do bairro da Alcáçova*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 1996 e Rosa Varela GOMES, "Da Silves islâmica à Silves da Expansão. A evidência arqueológica", *Monumentos*, 23, Lisboa, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2005, p. 22-29.

Atualmente poucas são as cidades onde a arqueologia urbana não é chamada a atuar, ainda que demasiadas vezes de forma circunstancial e descontinuada. Lisboa, Porto, Coimbra, Santarém, Évora, Viseu, Chaves ou Moura são apenas alguns exemplos em que a intervenção arqueológica tem sido decisiva para a recuperação de uma materialidade urbana que a documentação escrita, na melhor das hipóteses, apenas muito pontualmente refere.

Do panorama descrito ressalta como o enorme investimento no conhecimento dos contextos históricos que moldaram a cidade medieval portuguesa não encontra ainda paralelo no estudo da sua morfogénese. Apesar dos desenvolvimentos mais recentes, aqui elencados, a análise morfológica com recurso ao desenho como instrumento de representação e interpretação é ainda claramente insuficiente para que se possa, com a definição epistemológica pretendida, falar de uma história do urbanismo medieval português. Ressalta, sobretudo, a dificuldade permanente (que a tradicional compartimentação das áreas do saber facilmente explica) em articular de forma equilibrada a perspetiva histórica e a abordagem morfológica, ainda que dessa complementaridade dependa, em última análise, a aproximação correta — e possível — ao conhecimento global da cidade.

É nesta linha que se inscreve o presente estudo. Refira-se, porém, que a ambição dessa mesma complementaridade apenas se tornou possível pelo trabalho interdisciplinar desenvolvido, entre 2005 e 2008, no âmbito do projeto "História e análise formal na definição do conceito de intervenção em contexto urbano histórico", coordenado por Walter Rossa e financiado pelo Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra.

Só essa circunstância permitiu "desenhar a história", tratando um número considerável de casos e, assim, contribuir para o *corpus* de conhecimento da cultura e *praxis* do território correntes à data das ações de estabelecimento e desenvolvimento urbanos em análise, neste caso, a Idade Média portuguesa.

2. Pré-conceitos e modelos: islâmico e cristão ou mediterrânico e *godo*?

A escolha do título do presente capítulo encerra, por necessidade do próprio tema, uma atitude provocatória. E só assim o poderia ser ao remeter para pré-conceitos que são simultaneamente preconceitos. Como sistematicamente vêm alertando Cláudio Torres e Santiago Macias, "*é sintomático que se continue a estabelecer uma inacreditável dicotomia urbanismo muçulmano versus urbanismo cristão. Quando naturalmente não se trata de um problema de mera cronologia ou de crença religiosa…*"[66]. O que não invalida que, continuando a seguir os mesmos autores, seja "*o facto histórico da «Reconquista» a impor o primeiro grande corte civilizacional*"[67]. Independentemente dos diferentes processos de transformação que afetaram outros domínios, no âmbito da cidade e da sua materialidade edificada, o corte ocorreu, efetivamente, quando o território passou do domínio islâmico ao domínio cristão. Do confronto acabou por resultar a substituição de um "modelo" urbano por outro. O que justificaria, por si só, a primeira parte do título.

Mas porque os termos *islâmico* e *cristão* remetem, numa leitura imediata, para a esfera religiosa, e porque as causas das transformações ocorridas extravasaram amplamente as questões dos diferentes credos, associámos-lhes os termos *mediterrânico* por oposição a *godo*. O que, não sendo uma provocação, é pelo menos discutível como qualquer outra proposta. Não no caso de *mediterrânico*, conceito em que unanimemente se inscreve a civilização islâmica, mas no de *godo*.

Se reduzirmos a aplicação dos termos ao elemento base dos dois modelos urbanos — a parcela tendencialmente quadrangular encerrada ao exterior e aberta por um pátio central *versus* o lote estreito e comprido aberto nos topos — a oposição mediterrânico/godo torna-se mais clara. O primeiro, grego, romano, islâmico ou, se quisermos, omnipresente em todas as culturas que do Próximo Oriente ao Mediterrâneo participaram na criação e desenvolvimento da Civilização Ocidental, o segundo claramente europeu, se bem que, curiosamente, as sua origens sejam ainda quase desconhecidas.

---

[66] Cláudio TORRES; Santiago MACIAS, "A arte islâmica no Ocidente Andaluz: a arquitetura e as artes", *História da Arte Portuguesa*, dir. Paulo Pereira, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p. 163.

[67] Cláudio TORRES, "O Gharb no contexto da civilização islâmica peninsular", *Judeus e Árabes na Península Ibérica: Confronto de religiões e diálogo de culturas*, Lisboa, Centro Nacional de Cultura, 1995, p. 193. A mesma ideia é defendida por Santiago Macias: "*é contudo inegável que a partir de meados do século XIII foram outros poderes e outras áreas de influência a marcar o ritmo de vida das cidades e vilas onde até há pouco o árabe era um idioma corrente*". Santiago MACIAS, "Casas urbanas e quotidiano no Gharb al-Ândalus", *Portugal islâmico: os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, p. 117.

A verdade é que, presente em todo o Ocidente medieval e citado por toda a bibliografia da especialidade como *lote gótico* — designação que peca pela associação direta a uma cronologia que a utilização deste tipo de lote claramente extravasa, quer a montante, quer a jusante — muito pouco se sabe sobre a sua génese. Quando a cidade medieval surge aos nossos olhos, o lote estreito e profundo está já consolidado.

Tudo indica, por isso, que terá sido algures na reta final da Alta Idade Média que este tipo de parcela urbana se configurou, "universalizando-se" rapidamente pela forma como se adaptava e respondia às necessidades da cultura urbana emergente. Neste aspeto, e estritamente como hipótese de trabalho, poderia designar-se como *godo*, termo que, curiosamente, teria estreitas ligações a *gótico* no sentido em que foi cunhado pelos humanistas e ideólogos do classicismo italianizante, não aqui com uma carga pejorativa, mas apenas como algo relativo aos *goti* ou bárbaros. Por outras palavras, *lote godo* remete para uma cronologia anterior à implícita na designação tradicional *lote gótico*, ainda que não o momento das invasões bárbaras mas o tempo em que esses mesmos povos, há muito sedentarizados e caldeados com as populações locais, tiveram condições de fazer ressurgir o mundo urbano. Simultaneamente, a utilização do termo *godo* por oposição a *mediterrânico*, deixa clara a sua origem geográfica e cultural a Norte (ou melhor, *europeia*).

Se da parcela ou elemento base do tecido urbano passarmos para outras esferas, o termo *godo* continua, pela sua amplitude/abrangência cronológica e civilizacional a fazer sentido: aí se poderia incluir a nova ordem político-institucional e jurídica, tanto quanto a estrutura social com base na família nuclear, qualquer deles, como veremos, essenciais — pela diferença — na forma como participaram na desestruturação do modelo urbano islâmico. *Goda* (e como tal *europeia*) seria, afinal, a matriz essencial do "*facto histórico da «Reconquista»*", esse grande responsável pelo corte civilizacional.

Para uma análise do confronto entre os dois modelos e da extensão das transformações urbanísticas ocorridas, importa, em primeiro lugar, apreender a forma como os muçulmanos impuseram o seu modelo civilizacional e com ele o modelo urbano. Condição essencial para aferir a extensão do corte. É que, curiosamente, ao contrário do que sucede noutras regiões do sul da Península Ibérica, a matriz urbana muçulmana desapareceu por completo no atual território português. Pelo menos à superfície.

Facto surpreendente se pensarmos, como expressivamente escreveu Borges Coelho, que "*o simples censo comum nos esclarece desde logo sobre a importância da civilização árabe no Garbe do Andaluz. Seria impunemente que um aparelho religioso-político-militar, ligado a uma pujante civilização material, nos tenha dominado sem consequências relevantes durante 536 anos?*"[68]

Apreender o grau de islamização que os muçulmanos, enquanto maioria política e socialmente dominante, deixaram no espaço do Garb al-Andaluz e a forma como esse legado possa ou não ter perdurado no contexto pós Reconquista, é a chave para a interpretação da cidade medieval portuguesa e da força com que se impôs no território.

[68] A. Borges COELHO, *Portugal na Espanha Árabe*, vol. I, Lisboa, Editorial Caminho, 2ª ed., 1989, p. 18.

O domínio do território

No âmbito da análise urbanística trata-se de enquadrar a questão de acordo com o posicionamento entre vencidos e vencedores, com o domínio efetivo do território e com a imposição de diferentes modelos e lógicas de organização socioespacial: a ocupação muçulmana e a islamização por um lado, a Reconquista e o choque com o modelo cristão, por outro.

Subjacente a todos estes processos haveria a considerar o fundo moçárabe que, no âmbito da caracterização do espaço urbano, corresponde à herança da cidade tardo-antiga — hispano-romana — cujo processo de contração e desagregação é ainda mal conhecido para o atual território português[69]. É essa cidade que, numa longa linha de continuidade, absorverá os choques das sucessivas incursões de que o território foi sendo palco. Se, em termos de cultura espacial, as invasões bárbaras do século V terão sido muito mais responsáveis por um processo de destruição do que de construção, exceção feita à marcação religiosa do espaço[70], o mesmo não se passará com as duas levas posteriores, a islâmica primeiro, a cristã, de matriz franco-romana depois. Em bom rigor, aos moçárabes caberá a síntese de todos estes movimentos mas não uma cidade especifica e por isso caracterizável como algo existente entre os dois momentos aqui em confronto: o islâmico e o cristão pós Reconquista[71].

A quantidade de variáveis em jogo para um período de tempo tão dilatado, com contextos específicos, enquadramentos geográficos e cronologias diversas, conferem à análise uma complexidade acrescida.

O primeiro momento, a entrada do Islão na Península Ibérica, está longe de ser um processo homogéneo, tanto no que toca ao número e origem do ocupante, quanto na forma de conquista. À proveniência magrebina, árabe, iemenita, síria ou

---

[69] Mas que em qualquer dos casos já não seria a "cidade romana". Um pouco por toda a parte, do Oriente ao Ocidente, a arqueologia tem vindo a provar que o processo de transformação da cidade clássica foi um fenómeno datável ainda da Antiguidade Tardia. A "desurbanização" e desaparecimento da coerência urbanística que caracterizava a cidade romana resultou em primeiro lugar da inaplicabilidade das regras que estabeleciam a forma urbana original, fenómeno explicável pelo enfraquecimento do poder municipal. Pierre PINON, "La transición desde la ciudad antigua a la ciudad medieval: permanencia y transformación de los tejidos urbanos en el Mediterráneo Oriental", *La ciudad medieval: de la casa al tejido urbano*, coord. Jean Passini, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-la-Mancha, 2001, p. 193-194. Uma visão global do tema, com destaque para o debate historiográfico suscitado, uma análise dos resultados das escavações arqueológicas incidentes sobre este período, bem como uma listagem exaustiva das obras dedicadas a esta problemática específica, pode ser lida em Sónia GUTIÉRREZ LLORET, "De la civitas a la madina: destrucción y formación de la ciudad en el sureste de Al-Andalus. El debate arqueológico", *IV Congreso de Arqueología Medieval Española*, tomo I, Madrid, CSIC, 1993, p. 13-33.

[70] Como escreveu José Mattoso, "a qualidade das realizações culturais deve-se quase exclusivamente ao prolongamento de recursos vindos de uma época anterior e que agora depende sobretudo do clero […]. É portanto um fenómeno hispano-romano, que deve pouco àquilo que os visigodos trazem de fora da Hispânia". José MATTOSO, "A época sueva e visigótica", *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. I, *Antes de Portugal,* Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, p. 303.

[71] Sobre a questão moçárabe e embora não incidindo na generalidade dos casos sobre questões de espaço, veja-se, José MATTOSO, "Os moçárabes", *Revista Lusitana*, Nova Série, 6, 1985 p. 5-24; Manuel Luís REAL, "Os Moçarabes do Gharb português", *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1988, p. 35-56; Saul GOMES, "Os grupos étnico-religiosos e os estrangeiros", *Portugal em definição de fronteiras. Do condado Portucalense à crise do século XIV,* p. 340-347; Walter ROSSA, *Divercidade…,* p. 201-234; Para o panorama hispânico consulte-se Manuel RINCÓN ÁLVAREZ, *Mozárabes y Mozarabías*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 2003.

egípcia[72], oscilando entre uma cultura nómada e rude e um elevado grau de islamização, com um potencial humano desigual e afetando diferentemente o território[73], acresce o próprio processo de ocupação, diferente consoante a tomada do poder enfrentava a resistência armada ou a capitulação por pacto.

A uma rutura decorrente de ocupação violenta[74] no primeiro caso, contrapunha-se a continuidade pacífica do segundo, caracterizada pela presença de uma reduzida guarnição militar — até finais do século IX, frequentemente instalada fora dos núcleos urbanos em *husun* vizinhos[75] — e, sobretudo, pela conservação de direitos, liberdades e bens permitida às populações autóctones[76].

Assim aconteceu com toda a região entre o Tejo e o Mondego, tendo as principais cidades, Coimbra, Santarém e Lisboa, capitulado através da concertação. O tratado, desaparecido mas referenciado por crónicas árabes posteriores, terá sido celebrado em 714, entre o filho de Muça, Abd-al-Aziz, e Aidulfo, membro da derrotada família real visigótica, com capital em Conímbriga[77]. Gozando de uma extensa autonomia,

---

[72] A chegada dos contingentes sírios e egípcios à Península Ibérica data essencialmente da década de quarenta do século VIII, com o objetivo de esmagar a revolta berbere de 740-742, após o que obrigaram as autoridades a outorgar-lhes importantes concessões territoriais. Fixaram-se especialmente nos distritos de Lisboa, Évora e Faro.

[73] Em 714, os invasores totalizariam 35.000 homens para uma população peninsular que rondaria os 10 milhões de habitantes. Luís ARAÚJO, "Os muçulmanos no Ocidente peninsular", *História de Portugal*, dir. de J. Hermano Saraiva, vol. I, Lisboa, Publicações Alfa, 1983, p. 250. As áreas preferencialmente ocupadas pelos invasores correspondem aos atuais distritos de Lisboa, Setúbal, Portalegre, Évora, Beja, Faro, Santarém e Castelo Branco. Nos territórios a norte a fixação muçulmana foi consideravelmente mais ténue. A. H. de Oliveira MARQUES, "O Portugal Islâmico", *Nova História de Portugal.* dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. II, *Portugal das invasões germânicas à Reconquista,* Lisboa, Presença, 1993, p. 123-124 e 137-143. No que toca à distribuição pelo território de tribos de diferentes origens repare-se, a título de exemplo, como ao contrário de Coimbra (maioritariamente ocupada por berberes), Silves recebe, desde meados do século VIII, um importante contingente de habitantes do Yemén, região que esteve na origem da própria civilização islâmica. Rosa Varela GOMES, "O Barlavento Algarvio nos finais da islamização", *Portugal islâmico: os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, p. 134. Também para *Lisbûna*, os poucos dados existentes permitem confirmar uma forte implantação da aristocracia árabe, nomeadamente de origem iemenita e egípcia, ocupando lugares de destaque na gestão da cidade. Adalberto ALVES, *Em busca da Lisboa Árabe*, Lisboa, CTT Correios de Portugal, 2007, p. 80. Sobre as várias tribos e clãs sediados no Algarve medieval, veja-se José Garcia DOMINGUES, *Portugal e o Andalus*, Biblioteca de Estudos Árabes, Lisboa, Hugin Editores, 1997, p. 70-74.

[74] Caso da atual região do Minho e das regiões localizadas a sul do Tejo onde a conquista pela força envolveu o confisco de terras a favor do invasor. Christophe PICARD, "A islamização do Gharb al-Ândalus", *Portugal islâmico: os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, p. 25-26.

[75] Cristophe PICARD, *Le Portugal musulman (VIIIe-XIIIe siècle). L'Occident dál-Andalus sous domination islamique*, Paris, Maisonneuve et Larose, 2000, p. 230-231.

[76] Essas mesmas condições constam do tratado conhecido por *Pacto de Teodomiro* celebrado entre este e Abd al-Aziz formalizando a capitulação de sete cidades do sudeste peninsular (região de Múrcia). De acordo com o texto, o conde visigótico mantinha-se na qualidade de protegido-aliado salvaguardando, em troca de um tributo, a liberdade de culto, a posse e transmissão da propriedade e uma extensa autonomia política. Sónia GUTIÉRREZ LLORET, "De la civitas a la madina…", p. 22. A tradução do tratado pode ver-se em J. Leite de VASCONCELOS, "Grupos étnicos", *Etnografia portuguesa,* vol. IV, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982, p. 260; Enrique A. LLOBREGAT, "De la ciudad visigótica a la ciudad islâmica en el Este Peninsular", *La ciudad Islâmica. Ponencias y comunicaciones*, Zaragoza, Institución Fernando el Católico, 1991, p. 179-183.

[77] Helena CATARINO, "Notas sobre o período islâmico na Marca Inferior (Tagr al-Gharbi) e as escavações na Universidade de Coimbra", *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII),* coord. de Mário BARROCA; Isabel FERNANDES, Actas dos seminários, Câmara Municipal de Palmela - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, p. 200.

a vivência da população cristã, ainda inequivocamente dominante, prosseguiu sem alterações bruscas, detetando a arqueologia uma atividade contínua assegurada pelas populações locais[78].

Na maior parte dos casos o processo de islamização foi lento e progressivo. Se nos territórios a norte, precocemente recuperados, não chegou nunca a completar-se, noutras regiões revelou-se tardio, numa articulação direta com a evolução política do al-Andaluz, onde períodos de semiautonomia concorreram com outros de maior afirmação e capacidade interventiva do poder central. Se a partir do século IX teve início um acelerado processo de islamização, foi durante o século XI, como sublinhou Cristophe Picard, que, globalmente, as cidades do *Gharb* adquiriram a chamada fisionomia muçulmana, com destaque para três elementos fundamentais: a *madina*, a *qasaba* e a mesquita principal (*al-masjid al jâmi'*)[79].

No âmbito da militarização do território, Hermenegildo Fernandes remete para datas ainda mais tardias, apontando a centúria de duzentos como o período de transformações mais radicais ao modelo de ocupação. Como resposta à queda de Santarém e Lisboa, e agora sob o governo direto dos califas magrebinos, um surto de construção militar varreu a paisagem do Gharb que, sob ameaça contínua, adquiriu um protagonismo na cena militar nunca anteriormente alcançado. Até aí, a posição dos territórios que virão a integrar Portugal, longe dos centros de decisão, caracteriza-se por uma "*dupla excentricidade: a que decorre de serem territórios de fronteira e a que lhes advém de se integrarem num tagr periférico e pouco concorrido*"[80].

---

[78] Cristophe PICARD, "A islamização do Gharb al-Ândalus", p. 26. Para uma análise em profundidade da região de Coimbra veja-se António Filipe PIMENTEL, *A morada da sabedoria. I – O paço real de Coimbra das origens ao estabelecimento definitivo da Universidade,* Coimbra, Almedina, 2006, p. 137-147. Para além de toda uma linha de continuidade, o autor sublinha a afirmação da população autóctone, sobretudo evidente a nível cultural, tornando Coimbra o mais poderoso foco de moçarabismo no Andalus ocidental. Na realidade, a ocupação pactuada ter-se-á traduzido nas primeiras décadas numa implantação diminuta dos instrumentos e meios representativos do poder central, datando apenas do consulado de al-Mansur um verdadeiro controlo administrativo e militar da região.

[79] Cristophe PICARD, "Le changement du paysage urbain dans le Gharb al- Andalus (X-XIIe siècle): les signes d'une dynamique", *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII),* p. 138. Apenas a título de exemplo, a Alcáçova de Coimbra datará dos anos que medeiam entre 994 e 1008. A. F. PIMENTEL, *A morada da sabedoria...,* p. 172; a de Silves, edificada no século X, é profundamente reformulada entre 1191 e 1248. Rosa Varela GOMES, "Da Silves islâmica à Silves da Expansão. A evidência arqueológica", *Monumentos*, 23, Lisboa, DGEMN, 2005, p. 23; para Mértola a datação é mais complexa, podendo a construção ter ocorrido no período que medeia entre os meados do século IX e o final da dinastia abádida. Santiago MACIAS*, Mértola. O último porto do Mediterrâneo*, vol. I, Campo Arqueológico de Mértola, 2006, p. 216. No que toca às mesquitas, a de Lisboa terá sido construída já em pleno século XI; a de Santarém datará do terceiro quartel do século X e a reconstrução da de Mértola do século XII. Veja-se, respetivamente, Clementino AMARO, "Presença muçulmana no claustro da sé catedral: três contextos com cerâmica islâmica", *Garb. Sítios islâmicos do sul peninsular*, coord. de Manuel LACERDA *et alii*, Lisboa, IPPAR, 2001, p. 167-168; Carla do Carmo LOPES; Maria Magalhães RAMALHO, "Presença islâmica no convento de S. Francisco de Santarém", *Garb. Sítios islâmicos do sul peninsular*, p. 35-36. Santiago MACIAS; Cláudio TORRES, "Arqueologia islâmica em Mértola", *Memórias Árabo-Islâmicas*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 153.

[80] Hermenegildo FERNANDES, "Fronteiras e Reconquista", *Portugal islâmico: os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, p. 272. De acordo com Picard, o acentuar do esforço almóada a sul do Tejo, particularmente na linha do Guadiana e do Algarve, associado à migração de muçulmanos para as regiões meridionais, seria responsável pela transformação de assentamentos modestos em verdadeiras cidades, caso de Tavira. C. PICARD, "A islamização do Gharb al-Ândalus", p. 31. Sobre a ocupação islâmica de Tavira no século XII, veja-se Jaquelina COVANEIRO; Sandra CAVACO, "Tavira islâmica. Uma aproximação à vida quotidiana",

Qualquer das questões expostas reveste um caráter fundamental na perceção da marca islâmica no território que é hoje português, concretamente dos tempos, extensão e profundidade com que se introduziu uma nova cultura urbana, inequivocamente de matriz mediterrânica[81], mas igualmente portadora de especificidades próprias. É que, como foi já referido, ao contrário do que ainda hoje acontece na vizinha Espanha, sobretudo nas regiões meridionais, em Portugal o cadastro islâmico à superfície desapareceu, pese embora as frequentes associações algo simplistas entre malhas orgânicas em topografias acidentadas e cidade muçulmana.

É esse mesmo desaparecimento que nos remete para o segundo momento, dependente, no espaço e no tempo, dos êxitos militares cristãos. Se a Reconquista é por natureza um tempo longo de avanços e recuos, é também um tempo marcado por diferentes contextos ideológicos, numa guerra progressivamente endurecida pelo confronto entre o espírito de cruzada franco-romana[82] e a determinação ortodoxa que marcou as dinastias almorávida e almóada.

Invertidas gradualmente as posições — não só do ponto de vista político-institucional mas também literalmente físico, pela permuta dos locais estratégicos e concentração das populações vencidas remanescentes em lugares específicos — e cristianizado o território, colocam-se duas questões cruciais: a primeira incide sobre o próprio movimento de Reconquista, sobre a extensão do que Cláudio Torres e Santiago Macias definiram como a "*a primeira grande ruptura civilizacional na tradição mediterrânica*"[83]. Interessa-nos perceber se a obliteração e transformação que, de forma imediata e evidente, incidiu sobre os edifícios de maior carga simbólica — mesquitas e alcáçovas —, foi um processo extensível à globalidade das estruturas materiais e, entre elas, ao elemento urbano de maior resistência, a matriz cadastral.

A segunda questão, analisada em capítulo próprio[84] mas que aqui enunciamos porque indissociável da anterior, diz respeito à forma como, depois da cidade (re) convertida ao cristianismo, decorreu o processo de instalação daqueles que, embora vencidos, optaram por permanecer no reino e a que o novo estatuto de minoria

---

Tavira, território e poder, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 2003, p. 163-167 e Manuel MAIA, "Muralhas islâmicas de Tavira", *Tavira, território e poder*, p. 155-162.

[81] Cláudio TORRES, "O Islão do Ocidente: fenómenos de permanência e descontinuidade", *Portugal islâmico: os últimos sinais do Mediterrâneo,* Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, p. 57.

[82] Para além da Reconquista ibérica ser exortada por Roma em pé de igualdade com as cruzadas a Jerusalém, sucessivamente encorajada pelo papado em 1114, 1116, 1117-18 e 1123 e das íntimas relações entre os membros da realeza peninsular e cruzados da mais alta nobreza franca, a começar pelo próprio Afonso Henriques, a questão prende-se diretamente com o proselitismo religioso saído do Concílio de Burgos, em 1080, relativo à substituição do rito moçárabe pela liturgia romana, conflito que haveria de desempenhar um papel fundamental no choque entre cristãos, moçarabes e islâmicos. Veja-se a este respeito a análise de W. Rossa sobre Coimbra, concretamente sobre as alterações que a questão acarretaria à expressão edificada da cidade. Walter ROSSA, *Divercidade…,* p. 201-242. Sobre o espírito de cruzada da Reconquista veja-se a nota introdutória de Jonathan PHILLIPS à obra *De Expugnatione Lyxbonensi. The Conquest of Lisbon*, tradução de Charles Wendell David, nota introdutória e bibliografia de Jonathan Phillips, (1ª ed. 1936), New York, Columbia University Press, 2000, p. XIII-XV.

[83] Segundo Cláudio Torres e Santiago Macias "*a primeira grande ruptura civilizacional na tradição mediterrânica acontece nos anos da Reconquista quando são introduzidos nas terras do Sul os primeiros corpos estranhos de uma nova formação social que, de um modo geral, catalogamos como «feudalismo»*". Cláudio TORRES; Santiago MACIAS, "A arte islâmica no Ocidente Andaluz: a arquitetura e as artes", p. 153.

[84] Veja-se o capítulo 7. *Mouraria: casas de mouros ou casas para mouros?*

relegava para bairros periféricos. O que nos remete diretamente para a oposição entre dois modelos distintos e, sobretudo, incompatíveis. Por outras palavras, terão estas comunidades conseguido manter o seu modelo urbano nos espaços que então lhes foram adstritos? Ou, pelo contrário, tiveram de sujeitar-se ao modelo da maioria cristã?

Porque todo o percurso que se segue incidirá sobre o processo de "construção" da cidade medieval portuguesa, e porque esta se impõe num território sob domínio islâmico (embora não igualmente islamizado) parece-nos oportuno, num primeiro momento, realçar os principais traços caracterizadores do urbanismo islâmico, e só depois equacionar os dois modelos civilizacionais em confronto.

A matriz islâmica

Integrada no chamado modelo mediterrânico, herdeira e, em grande parte, síntese da cidade clássica com que apresenta claros pontos de contacto — bastando para tal referir o assentamento de estruturas político-militares em acrópoles, o desenvolvimento da cidade propriamente dita em encosta ou a primazia de estruturas habitacionais organizadas em torno de um pátio central — é inquestionável que a cidade islâmica assume especificidades próprias a ponto de, por entre um tempo e um espaço de tão grande extensão como são onze séculos e três continentes, aparentar um manifesto *ar de família*.



Fig. 1 Tanger, Marrocos

Por entre essas especificidades[85], o traçado, particularmente responsável por esse mesmo ar de família, foi inevitavelmente o elemento que maior atenção despertou, tornando-se um lugar comum na historiografia a tese segundo a qual a cidade islâmica

[85] Entre outras, destaca-se a divisão da cidade em zonas distintas: Alcácer/alcáçova, (*al-Qasr, qasaba*) zona fortificada e centro do poder, implantada por regra no sítio mais defensável e em ligação direta com a cerca principal (podendo comportar a celoquia propriamente dita e o albacar); Medina (*madinat*), com a mesquita preferencialmente assente em posição central; arrabaldes (*rabad*) ou bairros extramuros diferenciados por origem ou tribos, credo religioso (judiarias e moçarabias) ou por ofícios.

se distinguia das demais pelo seu caráter labiríntico e confuso. Subjacente a esta ideia encontrava-se uma outra, simplista e redutora, hoje totalmente indefensável: a falta de ordem inerente ou, por outras palavras, a incapacidade de construir de forma regular, segundo um esquema geometrizado[86].

E é esse aspeto que aqui nos importa especialmente analisar no sentido em que a forma da cidade islâmica não depende de qualquer inaptidão ou sequer de orientações estéticas bastando, para contrariar este último ponto, lembrar as descrições entusiásticas que os cronistas árabes deixaram das cidades regulares de origem romana[87] ou a regularidade geométrica quase obsessiva que caracteriza mesquitas e alcáceres. E se tal não bastasse, cidades como Anjar (Líbano), Samarra (Iraque), Bagdade (Iraque), ou Áqaba (Jordânia) seriam mais do que suficientes para provar a existência de planos urbanos islâmicos de grande rigor geométrico, prévia e globalmente pensados[88]. Prova de que tal prática foi transversal a todo o mundo islâmico são os exemplos ibéricos de Madinat al-Zahra (Andaluzia), Barbastur (Huesca), o arrabalde de El Forti, em Denia (Alicante), Plà d'Almatà (Balaguer), ou troços substanciais de Almería, Pechina, Múrcia, Saltés, Bayyana ou Mértola. A mesma regularidade conscientemente planificada tem sido revelada pela arqueologia para a expansão ocidental de Córdova, dos séculos IX e X, ou para o Bairro de San Vicente, em Sevilha[89].

---

[86] Numa síntese sobre os desenvolvimentos do estudo da cidade islâmica desde os trabalhos inaugurais dos irmãos Marçais até ao mais recente investimento no tema por investigadores japoneses, Manuel Acién Almansa reflete sobre as principais críticas dirigidas à tese tradicional, como a imobilidade do conceito ou as conotações políticas de tipo colonial em cujo âmbito surgia precisamente essa "desordem urbana" responsável pela planta labiríntica. Reconhecendo a validade de alguns dos argumentos, Acién Almaga não deixa de repor alguma ordem à própria critica e à inconsistência de algumas propostas recentes como a substituição do conceito de "*cidade*" por "*sistema*" ou "*mundo*" islâmico, sem que os autores cheguem a explicar o significado de islâmico. M. ACIÉN ALMANSA, "La formación del tejido urbano en Al-Andalus", *La ciudad medieval: de la casa al tejido urbano*, coord. Jean Passini, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-la-Mancha, 2001, p. 13-18.

[87] Referindo-se a Saragoça e Astorga, al-Udrí, conclui, no século XI, que não há "*ninguna otra ciudad que se les parezca*". Também Idrisi louvou as ruas largas e formosas de Saragoça. BETRÁN ABADÍA, "Mutación y permanencia: el plano de Zaragoza en la Edad Media", p. 381-433. Da mesma forma Al Razi refere "*as muitas e boas Ruas e mui anchas*" que há em Beja. Maria da Conceição Lopes, *A cidade romana de Beja: percursos e debates em torno de Pax Iulia*, Coimbra, Instituto de Arqueologia, 2003, p. 199.

[88] Nalguns casos, remetem inquestionavelmente para a tradição clássica, atravessadas por verdadeiros *cardos* e *decumanos* como Aqaba e Anyar. Noutros, privilegiou-se o simbolismo da forma geométrica, caso da Bagdade circular. Outros ainda, como Madinat al-Zahra, desenvolveram-se segundo grelhas viárias ortogonais, onde os edifícios são implantados regularmente e o todo protegido por estruturas defensivas de perímetro geométrico. Pedro JIMÉNEZ CASTILLO; Julio NAVARRO PALAZÓN, "El urbanismo islámico y su transformación después de la conquista cristiana: el caso de Murcia", *La ciudad medieval: de la casa al tejido urbano,* coord. Jean PASSINI, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-la-Mancha, 2001, p. 71-129. Cláudio TORRES; Santiago MACIAS, "A islamização do Gharb al-Andalus", *Memórias Árabo-Islâmicas em Portugal*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 36-37. Sobre Madinat al-Zahra, veja-se Christine MAZZOLI-GUINTARD, *Ciudades de al-Andalus. España y Portugal en la Época Musulmana (s. VIII-XV),* Almed, p. 253-254.

[89] ACIÉN ALMANSA, "La formación del tejido urbano en Al-Andalus", p. 24-25. No âmbito da historiografia portuguesa, desde há muito que Cláudio Torres e Santiago Macias combatem a noção redutora e ultrapassada do urbanismo islâmico como "*espontâneo ou não organizado*", remetendo a raiz do problema para a existência ou não de um poder atuante. Sugestivamente, e como contraponto a vários exemplos de traçados ortogonais islâmicos, apresentam os casos de Marselha ou Génova, cidades nunca islamizadas, mas que, pelo traçado, podiam ser "*facilmente catalogadas de islâmicas".* Na realidade, nem um nem outro modelo são exclusivos de qualquer cultura ou civilização. Cláudio TORRES; Santiago MACIAS, "A arte islâmica no Ocidente Andaluz: a arquitetura e as artes", p. 163-164.

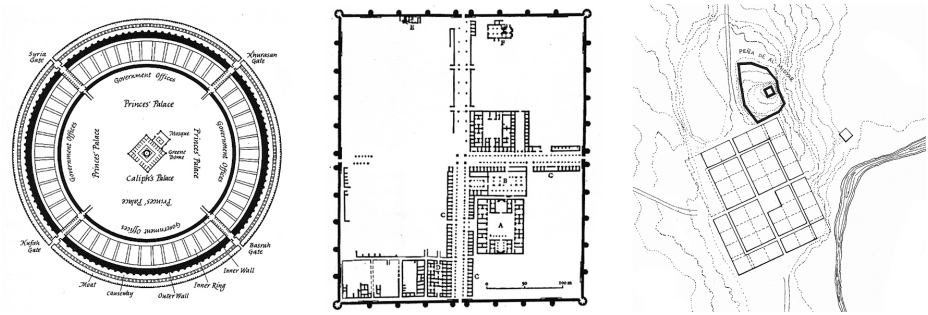


Fig. 2 Bagdade, Iraque, Anjar, Líbano e Barbastro, Huesca, Espanha
(desenho de Barbastro de Betrán Abadía, *La forma de la ciudad*…, p. 75)

E, contudo, esta não foi a regra no mundo urbano islâmico. Se apenas num número restrito de casos o poder político impôs uma solução global, em menos ainda pretendeu impor, para lá do momento fundacional, uma intervenção centralizada e atuante, dotada de instrumentos capazes de estabelecer regras claras — e sanções, em caso de incumprimento — à iniciativa individual. A única forma de fazer prevalecer no tempo o rigor de um traçado geométrico.

E se tal aconteceu, foi unicamente pela forma como o Islão entende(u) a cidade. Na sua suposta "desordem"[90], a cidade revela, afinal, a ordem social, político-jurídica e religiosa da civilização islâmica ou, por outras palavras, materializa no espaço a conjugação de fatores como a estrutura familiar extensa, a liberdade concedida à ação da iniciativa privada, o domínio pleno sobre a propriedade particular e a inexistência de um modelo sagrado de cidade construída. Em consequência, a forma urbana deve ser entendida como a tradução de um modelo cultural que se implanta onde quer que o Islão chegue e, pelas mesmas razões, tende a desaparecer quando o domínio muçulmano sobre o espaço deixa de ser vinculativo.

Vejamos um pouco melhor cada um destes aspetos.

Em primeiro lugar os que decorrem do conceito da *umma*[91], ou comunidade dos crentes e da sua inexistência enquanto entidade abstrata, seja do ponto de vista religioso ou político-jurídico. Ao contrário da cidade cristã, corpo místico hierarquizado e sacralizado, que aspira à salvação enquanto um todo, a comunidade islâmica é apenas

[90] Como a este propósito sublinhou Betrán Abadía a cidade muçulmana só pode ser considerada desordenada se assumirmos que perverte ou contraria uma determinada ordem procedente do mesmo universo cultural responsável pela criação da cidade. O que não é o caso. BETRÁN ABADÍA, *La forma de la ciudad*…, p. 34. Veja-se, também a este propósito e do mesmo autor, "Mutación y permanencia: el plano de Zaragoza en La Edad Media", p. 400-404.

[91] Para um desenvolvimento dos conceitos aqui expostos é fundamental a consulta de BETRÁN ABADÍA, *La forma de la ciudad*…, p. 20-33. Embora com outro objetivo, também o estudo de Pedro Chalmeta sobre a realidade religiosa, jurídica e política da cidade islâmica se revela do maior interesse. Pedro CHALMETA, "Les fonctions de l'agora-forum dans la cite arabo-musulmane", *Plazas et sociabilité en Europe et Amérique Latine*, Colloque des 8 et 9 mai 1979, Paris, Publications de la Casa de Velazquez, 1982, p. 9-18.

um somatório de indivíduos. Se os crentes se associam é porque, de acordo com os preceitos corânicos, só em comunidade se pode alcançar o cumprimento ideal da vontade divina. Nela, a salvação atinge-se não pela comunidade mas na comunidade, sem que esta contenha qualquer origem ou fim místico: é tão só um meio pragmático para atingir um fim, não um fim em si mesma.

Todavia, a civilização islâmica tem um entendimento próprio da relação entre o individuo e a comunidade: igualitária, onde todos os homens são irmãos e como tal iguais perante Deus, cada individuo relaciona-se individual e diretamente com o seu Deus. Sem intermediários, qualquer um pode dirigir a oração coletiva e tudo está escrito no Alcorão, que os homens devem interpretar com uma literalidade extrema[92].

O único poder é o político e esse pertence de forma absoluta ao califa. A comunidade está por inteiro submetida aos desígnios do *Imām* e este, por sua vez, está submetido a Deus, de quem emana toda e qualquer autoridade. Com uma vida política remetida ao domínio omnipotente de um califa (mesmo que parcialmente transmitido a funcionários e chefes locais) o conceito de *umma* não comporta qualquer outro poder jurídico-político distinguindo-se, também neste aspeto, da cidade cristã onde as instituições, a representação dos cidadãos e os instrumentos específicos para o governo da cidade surgem desde cedo.

Daqui decorre que a comunidade não exista enquanto entidade abstrata, seja do ponto de vista religioso, seja político-jurídico, simplesmente porque não constitui uma instância religiosa ou política específica. Logo, a comunidade enquanto tal, não tem qualquer prevalência sobre o indivíduo. Não é mais do que um aglomerado homogéneo, servindo tão só um propósito.

Sem estatuto próprio e na decorrente ausência de instrumentos reguladores, a edificação e a gestão da cidade recai, na prática, quase totalmente sobre a iniciativa particular, com tudo o que de voluntarioso tal situação acarreta.

Realidade que se torna significativamente mais compreensível perante o facto do Islão admitir o regime de propriedade absoluta[93], com reflexos evidentes na liberdade concedida ao indivíduo na disposição e uso dos imóveis. Na realidade, o único limite imposto decorria do preceito corânico segundo o qual cada um devia fazer o bem e evitar o mal o que, em termos práticos, correspondia à defesa dos interesses privados até ao ponto em que tal revelasse ser lesivo aos direitos dos vizinhos[94]. Tal era o limite da liberdade individual.

Em síntese, o principal elemento regulador — senão mesmo o único — da *umma,* resultava do equilíbrio entre a soma de todos os interesses individuais e o bem comum, onde cada um não prejudicasse os demais.

---

[92] Reveladas por Deus, as leis (e não os decretos) são por natureza supra-humanas, razão porque devem ser aplicadas o mais literalmente possível, sem adições ou interpretações subjetivas.

[93] Salvo raras exceções, o poder político islâmico não é proprietário do solo e o loteamento não faz parte das suas atribuições ou desígnios. Por regra, cada povoador compra a parcela — numa proporção que depende exclusivamente do seu poder económico — convertendo-se em proprietário pleno do chão sobre que edifica. BETRÁN ABADÍA, *La forma de la ciudad*…, p. 33.

[94] Youssef KHIARA, "Propos sur L'Urbanisme dans la jurisprudence musulmane", *Arqueologia Medieval*, nº 3, Porto, Afrontamento, 1993, p. 33-46. BETRÁN ABADÍA, *La forma de la ciudad*.., p. 33.

Para velar por este preceito existia a figura do *sahib al-suq* ou juiz do mercado também chamado *muhtasib* (almotacé). Tinha como funções principais obrigar os proprietários dos edifícios arruinados a demoli-los, intervir na construção de muros e edifícios comunais e, sobretudo, superintender nas disputas levantadas em torno de questões como a altura e os limites dos edifícios, servidões, vistas ou condução de águas. As sanções que impunha em matéria urbanística careciam de um corpo jurídico de aplicação geral caracterizando-se, pelo contrário, por ações pontuais, pensadas para cada caso em particular[95].

Ao regime de propriedade plena e à liberdade concedida à iniciativa privada deve-se o facto de, tanto nas cidades previamente planeadas pelo próprio Islão, como naquelas que, de origem clássica e forma regular[96], conquistaram e ocuparam, se registar uma acelerada transformação da fisionomia inicial, ganhando, em poucas gerações, o aspeto denso e compacto tradicionalmente descrito como labiríntico. Assim, da mesma forma que na Damasco medieval apenas sobreviviam vestígios da cidade romana, Bagdade perdera todos os elementos que definiam a sua planta circular, escassos 200 anos depois da sua construção[97]. O mesmo se verificou entre a *Caesaraugusta* clássica e a *Saraqusta* islâmica, hoje Saragoça, ainda que a forma global não tenha sido totalmente apagada.

[95] É disso exemplo o *corpus* de jurisprudência *Kitab al iclān bi ahkam al bunyan* redigido por Ibn Rami, entre 1314 e 1315, ao serviço de um juiz tunisino. Trata-se de um conjunto de regras feitas à medida dos interesses dos cidadãos e das famílias, denunciando um ténue exercício de domínio por parte da autoridade pública. Na realidade, consiste numa compilação de casos e sentenças precedentes pelas quais *Ibn Rami* se guiava em matérias como a utilização de vistas (abertura de lucarnas e portas, mas também as restrições impostas ao *muezzin*, na chamada para a oração), vias de circulação, despejos de águas e obrigações dos vizinhos na manutenção da rede de esgotos. Youssef KHIARA, "Propos sur L'Urbanisme dans la jurisprudence musulmane", p. 41. Para a Península Ibérica conhecem-se dois "tratados" atribuídos aos séculos XI-XII e, ao que tudo indica, também redigidos por funcionários com o cargo de *muhtasib*. O primeiro, de Muhammad al-Saqati, (oriundo de Málaga), o segundo de Ibn Abdun e relativo a Sevilha. Embora este último inclua algumas indicações relativas à construção — medidas e fabrico dos materiais — qualquer deles é bastante mais pobre que o de Ibn Rami, no que toca a questões urbanísticas propriamente ditas. Lévi PROVENÇAL; E. GARCÍA GÓMEZ, *Sevilla a comienzos del siglo XII: el tratado de Ibn Abdun*, Madrid, Moneda y Credito, 1948.

[96] Sobre o complexo processo de transição entre a cidade clássica e a medina muçulmana e as respetivas transformações cadastrais, veja-se o já aqui referido estudo de S. GUTIÉRREZ LLORET, "De la civitas a la madina…", p. 13-33. Ao contrário de rupturas bruscas e destruições em massa, defendidas durante muito tempo pela historiografia, a autora conclui, com base num conjunto alargado de campanhas arqueológicas desenvolvidas de forma sistemática desde os anos 80, por um processo de transição desigual e não generalizável, que ocorre num tempo longo, com início no século III e alcançando, em muitos casos, o século IX. Interessa-nos aqui sublinhar a constatação de que, quando no espaço peninsular surgem as *mudun*, (plural de *madinat*) "*as civitas há muito tempo que estavam mortas*". A desarticulação da trama urbana clássica, iniciada ainda no período tardo-romano, resulta de uma progressiva perda de capacidade de planificação e controlo decorrente do desequilíbrio do sistema social e político que havia usado a cidade como instrumento de romanização. O que significa, em última instância, que o predomínio do interesse privado sobre o público se inicia muito antes da chegada dos muçulmanos, sendo apenas acelerado por estes.

[97] JIMÉNEZ CASTILLO; NAVARRO PALAZÓN, "El urbanismo islámico y su transformación..., p. 76.

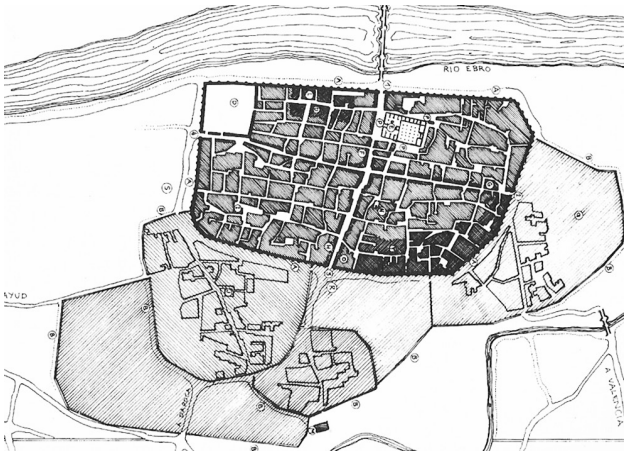


Fig. 3 Saragoça, Espanha: proposta das alterações cadastrais sob domínio islâmico (desenho de Betrán Abadía, *La forma de la ciudad*…, p. 71)

Como salientou Betrán Abadía, após 714, Saragoça foi submetida a um conjunto de pressões decorrentes da apropriação fragmentária do solo e da prevalência do direito privado sobre o público. Daí resultou que, com relativa exceção para o *cardus* e *decumanos,* a generalidade das ruas sofreu torções e reduções ao nível da largura, ao mesmo tempo que se multiplicaram os adarves e becos sem saída. O traçado regular romano, sustentado em épocas anteriores pela constante intervenção do poder público, degenerava então numa malha densa e confusa, quase só sujeita às pressões particulares. Após quatrocentos anos de islamização, a cidade, capital da Marca Superior do al-Andaluz e, mais tarde, do reino taifa, assemelhava-se, pelo menos à primeira vista, a qualquer outra cidade muçulmana[98]. Não deixa de ser significativo verificar como o bairro que em maior grau manteve as características regulares iniciais foi precisamente aquele onde, durante a ocupação islâmica, se instalou a comunidade moçárabe[99].

Da mesma forma, alguns exemplos recorrentemente apresentados como modelos de malhas regulares islâmicas devem a sua persistência ao curto período de ocupação a que foram sujeitos, insuficiente para a transformação do cadastro inicial. Efetivamente, se em El Forti, o arrabalde marítimo de Dānya (atual Dénia), fundado *ex novo* em finais do século XI ou princípios do seguinte, a arqueologia pôde revelar uma matriz marcadamente geométrica, tal deve-se a uma ocupação que pouco terá excedido os cem anos, interrompida pela reconquista cristã, em 1244[100].

[98] BETRÁN ABADÍA, "Mutación y permanencia: el plano de Zaragoza en La Edad Media", p. 399-400.

[99] BETRÁN ABADÍA, "Mutación y permanencia: el plano de Zaragoza en La Edad Media", p. 400. O mesmo tipo de transformação do cadastro foi estudado por Jorge Gaspar para a cidade de Mazagão, na costa atlântica de Marrocos. De acordo com o autor, na cidade que os portugueses abandonaram em 1769 e que cerca de 1820 foi ocupada pela população muçulmana regista-se um processo similar, sobretudo visível ao nível da rede viária, com o corte de ruas e a sua transformação em becos. Ver Jorge GASPAR, "A propósito da originalidade da cidade muçulmana, *Finisterra*, *Revista Portuguesa de Geografia*, 5, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1968, p. 26.

[100] Josep Antoni GISBERT SANTONJA, "Dānia y la Vila de Denia. En entorno al urbanismo de una ciudad medieval", *Urbanismo medieval del país valenciano,* ed. R. AZUAR; S. GUTIÉRREZ; F. VALDÉS, Madrid,

A mesma instalação efémera terá caracterizado Madinat az-Zahra, cidade palatina iniciada em 936 por Abd al-Rahman III e ampliada, de acordo com fontes epigráficas, por al-Hakam II, entre 971 e 975. Tendo sido rapidamente ultrapassada enquanto centro de poder pela edificação da rival Madinat al-Zahira, edificada a partir de 978 por al-Mansur, Madinat az-Zahra foi palco de sucessivos saques e incêndios durante a *fitna*, num processo que culminaria com o extermínio da população, em 1010. Apesar de tudo isso, a cidade ainda foi pensada como possível refúgio de Hisham II, em torno de 1031, tal como Afonso X, depois da tomada de Sevilha em meados do século XII, chegou a reivindicar o uso dos alcáceres para residência da rainha D. Constanza. A verdade é que, quando poucos anos decorridos foi descrita pelo geógrafo muçulmano al-Idrisi, o estado da cidade era já irreparavelmente ruinoso[101].

Como concluiu Acién Almansa, "*el paso de la trama ortogonal originaria que demuestra la arqueología* […] *a la trama laberíntica tradicional, es el resultado de una evolución*"[102]. E essa evolução explica-se pela hegemonia do privado defendida pela jurisprudência islâmica *(Fiqh)*, sobretudo pelo direito de *Finã,* pela invasão e saturação da rua que propicia.

Deixando de lado as exceções e retomando a imagem corrente da cidade islâmica que temos vindo a justificar em grande parte (mas não exclusivamente) pela inexistência de uma autoridade que, acima dos direitos dos cidadãos, impusesse uma gestão firme do espaço, importa, todavia, referir alguns aspetos onde a intervenção estatal se verificava. Para além de gestão mínima, praticamente limitada à resolução de conflitos entre privados, determinados edifícios e estruturas da cidade islâmica mereciam, por parte das autoridades, uma atenção especial. Era o caso da alcáçova, da mesquita aljama e, eventualmente, do traçado das muralhas e dos principais eixos viários[103]. Mas sempre uma intervenção pontual que, incidindo sobre elementos específicos do plano — os de maior carga simbólica e interesse político, militar e religioso —, deixava de lado o grosso da malha urbana, o cadastro propriamente dito.

Exemplo claro dessa preocupação surge na descrição da fundação de Badajoz, ocorrida em torno de 885, por ordem de Abd al-Rahmân b. Marwân al-Yllîqî [104]. A descrição menciona os elementos em que a autoridade teve um papel definidor: mesquitas, alcáçova, banhos e muralhas. Mas nada diz sobre a rede viária ou organização dos bairros residenciais. O mesmo se conclui da fundação de Fez, levantada pela dinastia Idríssida, nos finais do século VIII ou inícios do seguinte: as primeiras obras, provavelmente as únicas que foram objeto de plano prévio, incidiram sobre a construção da muralha e da mesquita principal, seguida do palácio e do mercado[105].

Ediciones Polifemo, 1993, p. 63-103.

[101] Serafín LOPÉZ-CUERVO, *Medina Az-Zahra, Ingeniería y formas*, Madrid, Ministério de Obras Públicas y Urbanismo, 1985, p. 24-29; Paolo CUNEO, *Storia dell'urbanistica. Il mondo islamico*, Roma-Bari, Editori Laterza, 1986, p. 150.

[102] ACIÉN ALMANSA, "La formación del tejido urbano en Al-Andalus", p. 15-16.

[103] JIMÉNEZ CASTILLO; NAVARRO PALAZÓN, "El urbanismo islámico y su transformación ...", p. 77.

[104] Descrição de al-Bakrî, contida na obra de al-Himyarî. JIMÉNEZ CASTILLO; NAVARRO PALAZÓN, "El urbanismo islámico y su transformación ..., p. 84.

[105] A. Dias FARINHA, "O imaginário da cidade muçulmana", p. 67-68.

Um outro setor onde a intervenção estatal pode ser confirmada, independentemente de se efetuar logo na fundação ou num dado momento da evolução urbana, é o que se refere às redes de saneamento. Múrcia, Málaga ou Lérida são disso exemplo[106].

Embora claramente comprovada, a intervenção estatal não constituiu regra na cidade islâmica. Recorrendo novamente a Acién Almansa, "*…no son muchos los casos en que consta esa intervención oficial. Lo que parece evidente es que la población no estaba a la espera de las construciones oficiales y, cuanto al planeamiento en general, quizás sea más adecuado pensar en actividades colectivas, en vez de intervenciones oficiales o estatales*"[107].

Mas outros fatores, igualmente determinantes, justificam a originalidade da cidade islâmica. Do ponto de vista religioso soma-se, ao caráter igualitário da sociedade muçulmana, a inexistência de um protótipo de cidade ideal construída.

O Paraíso prometido pelo Corão não é um espaço construído mas um espaço cultivado, um jardim: o Jardim do Génesis. O modelo ideal é, como seria de esperar num povo nómada habituado ao deserto, um oásis: verdejante, fértil e abundantemente provido de água. O que explica o tom recorrente das descrições dos geógrafos árabes onde, invariavelmente, a fertilidade dos campos envolventes, a abundância de vegetação e os rios caudalosos surgem claramente destacados. Dos elementos construídos, só a solidez dos muros lhes mereceu um louvor idêntico[108]. A tentativa de emular a cidade-jardim do paraíso foi, de resto, entendida pelo Islão como um ato de soberba, sobre o qual cairia, inevitavelmente, a ira de Deus.

Isso mesmo relatam os escritos sagrados a propósito de Saddad ibn Imran ibn Ad, rei do povo de Ad, que pretendia alcançar em vida o paraíso que Deus, por intermédio do profeta Hud, lhe prometera para o Além. Ao longo de quinhentos anos, Saddad construiu uma cidade de ouro e pedras preciosas. Que não chegou, porém, a inaugurar. O grito do anjo enviado por Deus matou o povo de Ad, fazendo recair sobre a cidade blasfema uma maldição: inacessível ao homem, a cidade de Saddad transformou-se numa miragem, apenas visível de noite e a partir do deserto. A tradição repete-se em Valência, cuja destruição é justificada pelos textos coevos como punição pela soberba construtiva atingida no decorrer do século XI, quando os *fata* Mudaffar e Mubarak ocuparam o poder. Neste caso, porém, o grito do anjo foi Rodrigo Dias de Vivar, el Cid Campeador[109].

Não constituindo uma entidade jurídica e sem modelo sagrado, a cidade islâmica não foi, salvo raras exceções[110], um espaço entendido e valorizado como sacro, nem

---

[106] ACIÉN ALMANSA, "La formación del tejido urbano en Al-Andalus", p. 26-27. Sobre a relevância dos sistemas de saneamento na cidade islâmica, veja-se Leva REKLAITYTE, "La vecinidad en peligro: el saneamiento en la madîna andalusí", *La convivência en las ciudades medievales*, ed., Beatriz Arízaga Bolumburu; Jesus Solórzano Telechea, Actas de *Nájera, Encuentros Internacionales del Medievo 2007*, Logroño, Gobierno de La Rioja-Instituto de Estúdios Riojanos, 2008, p. 333-350.

[107] ACIÉN ALMANSA, "La formación del tejido urbano en Al-Andalus", p. 28.

[108] Sobre as descrições dos cronistas e geógrafos árabes, veja-se A. Borges COELHO, *Portugal na Espanha Árabe*, sobretudo as de al-Idrisi, relativas a Silves, Alcácer, Évora e Lisboa, (vol. I, p. 66-68) ou as de Arrazí sobre Coimbra, Santarém ou Lisboa (vol. I, p. 48-50).

[109] Maria Jesus RUBIERA MATA, "Arquétipos ideales de la ciudad árabe", *La ciudad islámica. Ponencias y comunicaciones*, Zaragoza, Institución Fernando el Católico, 1991, p. 57-64.

[110] Incluem-se nestas exceções Bagdade e Fez, fundadas em locais com tradições religiosas, o que lhes conferiu o estatuto de chão sagrado. A. Dias FARINHA, "O imaginário da cidade muçulmana", p. 69.

a tal aspirou. No seu interior só a mesquita é sagrada. Não por acaso, encerra-se sobre si mesma, virando à cidade muros cegos, alheia a tudo o que a rodeia, mantendo com ela relações estritamente funcionais[111]. Não é afetada pela envolvente nem tenta influir sobre ela. Orientada para Meca, não expõe à cidade um rosto especialmente relevante, ao contrário da importância conferida na cidade cristã à porta da igreja — numa assimilação à própria figura de Cristo — local privilegiado, espaço de propaganda e proselitismo, que os conjuntos escultóricos românicos e góticos tão bem sublinham.

Além da mesquita, só um outro elemento logrou aspirar a um ideal: o palácio, o que é próprio de um mundo onde as esferas religiosa e política são indissociáveis e o poder terreno uma emanação e representação de Deus.

Da importância destes dois edifícios, mesquita e palácio, decorre uma outra característica da cidade islâmica: a inexistência de espaços públicos no sentido em que foram entendidos na cidade clássica e serão desenvolvidos na cidade cristã. Como sublinhou Pedro Chalmeta[112], se a medina não privilegiou qualquer elemento do tipo praça, ágora ou fórum, foi porque as funções a eles associadas tiveram como palco quase exclusivo a mesquita e o palácio. Na primeira, com efeito, concentra-se, para lá da vida religiosa, todo o conjunto de atividades socioculturais. É no pátio da mesquita que os homens se encontram, que se publicitam os decretos e se convoca à guerra, que decorre o ensino ou que se guardam os pesos e as medidas. É igualmente na mesquita que se exerce a justiça, espaço onde se encontra o *qadi* ou juiz e o *almotacé* ou senhor do mercado. Este, por sua vez, concentra-se nas ruas adjacentes, com as tendas encostadas aos muros do templo. Nas proximidades, localiza-se a *Qaysaryya* (alcaçaria), onde se comercializam os produtos de luxo.

Resta a atividade política que, exclusiva do califa, como vimos já, encontra na alcáçova o centro de decisão natural — e único.

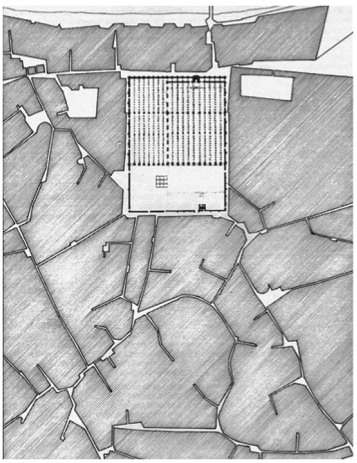


Fig. 4 Córdova, Espanha: implantação urbana da mesquita e tecido envolvente

[111] BETRÁN ABADÍA, *La forma de la ciudad…*, p. 20-26.

[112] P. CHALMETA, "Les fonctions de l'agora-forum dans la cite arabo-musulmane", p. 9-18.

Por último, a feição da cidade muçulmana encontra parte fundamental da sua explicação na estrutura social arábico-islâmica a que se convencionou chamar modelo oriental e que se caracteriza por ter como célula a família extensa[113].

O caráter clânico, a par do papel passivo, secreto e sagrado reservado à mulher, fizeram da casa-pátio de tradição mediterrânica a resposta mais adequada à sociedade islâmica[114]. Se, por um lado, o espaço vago central responde às necessidades de cooperação na organização do trabalho ou na gestão de bens, permitindo e reforçando a coesão da linhagem[115], por outro, os princípios corânicos relativos à custódia da mulher e as decorrentes limitações impostas à sua livre circulação, encontraram neste tipo de estrutura habitacional centrada em torno do pátio, local aberto mas recatado, o espaço necessário ao quotidiano feminino.

Como salientou Cláudio Torres, "*na cidade islâmica a rua pertence ao homem* […], *neste mundo masculino cada passo da mulher é perfeitamente circunscrito aos caminhos da mesquita, à passagem pelo marabu, onde o santo da sua devoção lhe serve de confidente, a uma ida esporádica ao cemitério, onde vai cumprir o culto aos seus mortos. Semanalmente e sempre às mesmas horas do dia, para evitar quaisquer promiscuidades com os utentes masculinos*," passa a tarde nos banhos públicos[116]. Reservado o domínio público exclusivamente ao homem, o dia a dia feminino é, por natureza, um tempo doméstico[117].

---

[113] Sobre o modelo oriental das estruturas de parentesco, veja-se P. GUICHARD, *Al-Andalus. Estructura antropológica de una sociedad islámica en occidente*, Granada, Universidad de Granada, facsímil da ed. de 1976, 1998, p. 55-103.

[114] A casa de pátio central era também a que melhor se adaptava às condições climatéricas das regiões quentes, aquelas por onde o Islão se estendeu. Sobre as cidades do al-Andaluz onde a existência da casa-pátio tem vindo a ser confirmada pela arqueologia (Granada, Málaga, Almería, Valência, Cieza, Pechina, etc), veja-se André BAZZANA, *Maisons d' Al-Andalus. Habitat médiéval et structures du peuplement dans l' Espagne orientale*, Madrid, Casa de Velásquez, 2 vols, 1992. A presença do pátio central é transversal a toda a sociedade, constituindo o elemento estruturante das casas de todos os estratos sociais. As diferenças residem na dimensão e no requinte decorativo. Na zona da alcáçova de Almería, por exemplo, foi posto a descoberto um conjunto de casas de caráter modesto e grande simplicidade, caracterizadas por uma ausência total de decoração onde os omnipresentes pátios, datados do século XI, oscilam entre os 12 e os 9,6 m^2. Lorenzo CARA BARRIONUEVO, *La Almería islamica y su alcazaba,* Almería, Editorial Cajal, 1990, p. 224-228.

[115] J. TORRÓ ABAD, "El urbanismo múdejar como forma de resistencia. Alquerias y morerias en el reino de Valencia (siglos XIII-XVI)". *Actas del Simposio Internacional de Mudejarismo* (Teruel, 16-18 de septiembre de 1993), Zaragoza, Centro de Estudios Mudéjares del Instituto de Estudios Turolenses, 1995, p. 535-598.

[116] Cláudio TORRES, "O Garb-Al-Andaluz", *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. I, *Antes de Portugal,* Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, p. 382.

[117] Na *sura* XXXIII, o Corão aconselha as mulheres a permanecer nas residências.

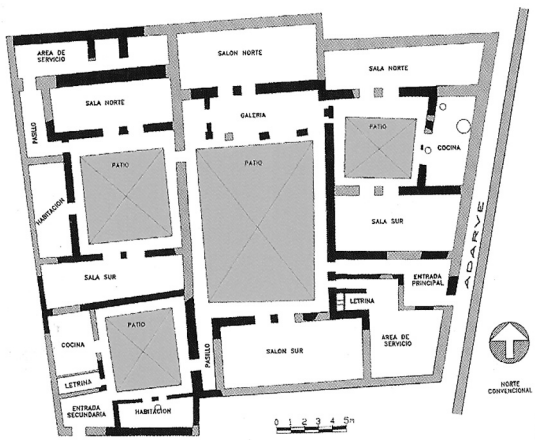


Fig. 5 Múrcia, Espanha, Calle Fuensanta: casa composta por quatro pátios
(desenho de Navarro Palazón; Jimenéz Castillo, *Las ciudades de Alandalús*, p. 108)

Isolada do espaço público envolvente, a casa de pátio central garantia o máximo de privacidade à família, sendo comuns as sentenças que zelavam pela sua defesa, normalmente limitando a altura dos edifícios circundantes a partir dos quais aqueles espaços abertos podiam ser avistados. A mesma precaução afetava os *almuedins* cuja chamada à oração a partir do *alminar* facilitava o domínio visual dos pátios vizinhos, a ponto de se recomendar que o exercício do cargo se restringisse a invisuais[118].

O conceito de honra vinculado à defesa do *haram* e ao caráter sagrado da privacidade feminina, revelou-se um fator de extrema importância para a sociedade islâmica, organizada segundo o modelo da família extensa, agnática e patrilinear, dependente de estratégias de casamento endogâmicas para a conservação dos laços de solidariedade e sangue[119]. Fator que encontra a sua máxima expressão física no caráter introvertido da casa-pátio mediterrânica, modelo que, depois de adotado, foi levado às últimas consequências.

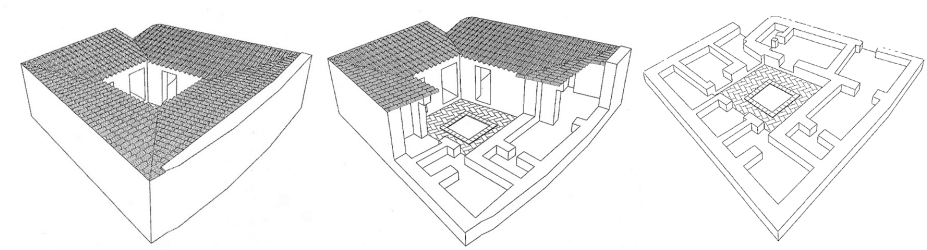


Fig. 6 Casa islâmica: encerramento ao exterior e introversão
(desenho de Santiago Macias, *Mértola islâmica*…, p. 71)

[118] Youssef KHIARA, "Propos sur L'Urbanisme dans la jurisprudence musulmane", p. 36.

[119] A aliança matrimonial perfeita é a que une primos direitos por linha paterna. Pierre GUICHARD, *Al-Andalus. Estructura antropológica...,* p. 102.

O que, em termos urbanísticos — quando associado à ausência de autoridade e gestão pública[120] — comporta implicações profundas. A estrutura da casa-pátio islâmica, cujo caráter intimista ignora o conceito de fachada nobre aberta sobre a rua e que capta toda a luz e ar necessários através do espaço descoberto central permite, na prática, que todas as paredes sirvam de encosto e que nas quatro direções possam adossar-se outras tantas edificações[121]. Resta apenas assegurar o acesso, o que é feito através dos adarves[122], percursos mais ou menos longos pelo interior dos quarteirões e que, em rigor, já quase apenas pertencem aos proprietários a cujas casas dão serventia.

De acordo com esta premissa, as casas podem crescer indefinidamente como manchas de óleo, em lotes próximos do quadrado, numa adequação perfeita a uma organização social baseada em clãs e tribos de linhagem comum, onde a célula familiar agrupa várias gerações sob a autoridade patriarcal e o crescimento se faz por justaposição. O desenvolvimento natural das famílias, a par da chegada de novos membros vindos do exterior, dá lugar ao desenvolvimento das moradas por adjacência de uma nova residência[123].

Ora, este tipo de crescimento, pelo qual os quarteirões têm tendência a juntar-se, acarreta implicações profundas ao nível da rede viária — resultando numa multiplicação infinita de adarves — progressivamente configurada e tão espontânea quanto dependente do acordo e necessidades dos diferentes clãs ou famílias[124].

Dinâmica de crescimento que é, por natureza, incompatível com a preconceção do espaço. Efetivamente, do conjunto de vias de comunicação da cidade muçulmana só as artérias centrais — as únicas inteiramente públicas, substancialmente mais largas e que de forma tão direta quanto possível atravessavam toda a cidade, ligando duas das principais portas da muralha — são suscetíveis de desenho prévio.

---

[120] O que explica as diferenças entre a cidade romana e islâmica, apesar de em qualquer delas a casa-pátio ser a estrutura residencial base. A diferença explica-se pela diferente, senão mesmo antagónica, valorização do espaço público. Efetivamente, a importância que este deteve na cidade romana, ditou recorrentemente a sua planificação e por isso uma maior regularidade, ao mesmo tempo que uma percentagem destinada ao uso comunitário muito superior à contemplada na cidade islâmica. Se a isso juntarmos a cidade como entidade jurídica própria — acima dos interesses privados — e a abundante legislação urbanística produzida por Roma, compreende-se a diferença entre ambas, apesar da semelhança dos mecanismos compositivos.

[121] BETRÁN ABADÍA, *La forma de la ciudad...*, p. 113; TORRÓ ABAD, "El urbanismo múdejar como forma de resistencia..., p. 536-537.

[122] O que explica a utilização posterior do termo adarve como sinónimo de caminho de ronda ao nível das ameias de qualquer estrutura defensiva. Na realidade, nesta como na aceção anterior, trata-se de um acesso em forma de corredor estreito, pelo menos parcialmente entre muros.

[123] Veja-se sobre este aspeto a análise fundamental de Thierry BIANQUIS (1986), "A família no Islão árabe", *História da Família. Tempos medievais: Ocidente, Oriente,* vol. II, dir. André BURGUIÈRE, Christiane KLAPISCH-ZUBER; Martine SEGALEN; Françoise ZONABEND, Lisboa, Terramar, 1997, principalmente p. 286-288 e 290-291, onde o autor analisa o plano das cidades árabes medievais a partir do processo de sedentarização das famílias nómadas.

[124] Em Fustât, a primeira implantação fez-se com tendas, progressivamente substituídas por casas de materiais duráveis. Recorrendo a um estudo comparativo pode observar-se o mesmo processo em cidades de cronologia recente (séculos XIX e XX) caso de Smakieh (Jordânia) e Qdeir (Síria). JIMÉNEZ CASTILLO; NAVARRO PALAZÓN, "El urbanismo islámico y su transformación ...", p. 77-78.

No fundo, para além dos elementos em que o poder estatal intervém (mesquita, alcáçova, muralha e eixos principais) tudo o resto se resume à distribuição do solo urbano entre os diferentes grupos ou clãs[125], desenvolvendo-se, a partir daí, de forma espontânea e aditiva. É este mesmo facto que confere à casa um papel fundamental do fenómeno urbanizador e que sustenta a afirmação de Torres Balbás segundo a qual, na cidade muçulmana, a casa precede a rua determinando o seu traçado[126].

Em Múrcia, como em Fustat (Egito), o primeiro assentamento deixaria livre uma quantidade apreciável de espaço entre as residências. Utilizado numa primeira fase para hortas e jardins, seria, em função das necessidades, edificado à medida que a população aumentava. Na morfogénese da cidade islâmica, a uma fase de ocupação do território sucede, desta forma, uma de densificação e extensão[127]. Como bem resumiram Jiménez Castillo e Navarro Palazón, "*o tecido urbano densifica-se segundo o processo vinculado aos laços familiares. Antes que os filhos o façam, já os pais construíram as suas casas adossadas às dos seus pais e às dos seus irmãos e tios, utilizando nos novos edifícios o máximo possível de muros pré-existentes*"[128].

Acrescente-se que, para além do crescimento normal da família ou da chegada de novos elementos, o fracionamento do cadastro na cidade islâmica é acelerado pelo sistema de heranças, onde nenhum membro do clã é excluído da transmissão dos bens familiares.

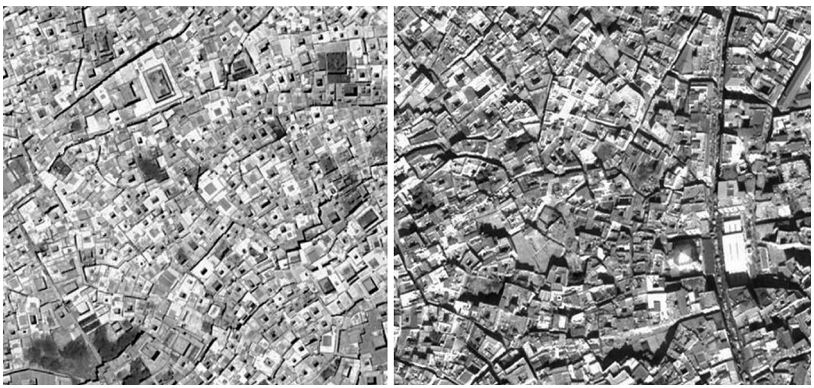


Fig. 7 Fez, Marrocos e Argel, Argélia

[125] Enrico GUIDONI, *La Ville européenne. Formation et signification du quatrième au onzième siècle*, Bruxelles, Pierre Mandaga, 1981, p. 54.

[126] TORRES BALBÁS, "La Edad Media", *Resumen historico del urbanismo en España*, Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 1968, p. 84. Conceito igualmente vincado por Acién Almansa (corroborando e citando Robert Brunchvig) "*la dominante esencial es la vida privada, lo qual es la causa de que en la topografia urbana el espacio publico sea lo negativo, frente a lo positivo del espacio privado*". ACIÉN ALMANSA, "La formación del tejido urbano en Al-Andalus", p. 17.

[127] A colonização do espaço urbano dá-se por duas formas: do exterior para o interior, situando-se as casas mais antigas junto à via pública enquanto o interior do quarteirão permanece desprovido de construções; do interior para o exterior, em que o crescimento se regista pela adição de células residenciais adjacentes, ficando o núcleo original no interior do quarteirão. Se este último modelo parece o mais lógico em áreas completamente livres, o anterior adequa-se melhor a espaços onde já existiam caminhos delineados, o que faz com que ambos convivam no interior da cidade muçulmana.

[128] JIMÉNEZ CASTILLO; NAVARRO PALAZÓN, "El urbanismo islámico y su transformación ...", p. 82.

Concluindo, a cidade islâmica resulta em grande parte da projeção no tecido de todo o sistema social: os graus de parentesco, as relações sociais que ligam os grupos domésticos entre si, as estratégias de casamento, o processo de transmissão de bens e as relações do indivíduo com o poder.

Articulados entre si, os referidos aspetos têm implicações profundas na rede viária, elemento chave da caracterização da cidade islâmica, por contraste com o sistema de ruas abertas da cidade cristã.

Quase sempre identificada como confusa e labiríntica, a rede viária muçulmana[129] comporta, por detrás dessa aparente anarquia, uma clara noção hierárquica assente sobre uma lógica interna: as vias subdividem-se em três categorias de funções diferentes que vão do domínio público ao privado, numa progressão lenta e sem ruturas bruscas. Progressão, de resto, bem evidente na diferença de largura e no traçado: à medida que se avança do centro público para os espaços residenciais privados, o tráfego diminui e o acesso torna-se mais difícil, praticamente reservado aos que aí residem.



Fig. 8 Medina de Córdova, Espanha

As ruas de maior trânsito, os *shari*, eixos principais e estruturantes, articulam o centro da cidade e as portas da muralha, prolongando-se no exterior em caminhos territoriais que levam às localidades mais próximas. Verdadeiros eixos distribuidores da circulação, são os únicos utilizados por quem está apenas de passagem pela

[129] Sobre a rede viária da cidade islâmica veja-se TORRES BALBÁS, "La Edad Media", p. 78-80; TORRES BALBÁS, *Cidades hispano-musulmanas*, introducción y conclusión por Henri Terrasse, Madrid, Instituto Hispano-Arabe de Cultura, 1985, p. 335-343; Enrico GUIDONI, *La Ville européenne...*, p. 59-61.

cidade e os únicos caracterizados por alguma regularidade e largueza[130]. Como eixos principais, atraem os edifícios públicos mais significativos: mesquita, mercado, banhos, locais de armazenamento de bens e hospedarias (*alhóndiga* ou *fundaq*[131]). Quando, transposta a muralha, se transformam em caminhos, surgem os cemitérios e as atividades poluentes. São considerados "direitos" mesmo que nunca o sejam, pela sua posição mediana, equilibrando as duas partes simétricas da cidade[132]. Em Sevilha, no século XII designava-se por *hara mayur,* em cuja tradução literal assentará, provavelmente, a designação mais tardia e já cristã de Calle Mayor.

Estes eixos maiores são intercetados por centenas de outros, secundários, que articulam entre si setores urbanos, separando e rodeando as várias "ilhas" do mesmo bairro. Mais ou menos estreitos e sinuosos, apresentam, frequentemente, um grande desenvolvimento e um plano muito articulado. Entre as várias designações possíveis, *zuqâq* (*azikak* no plural) surge como a mais comum[133].

Por último, os becos sem saída ou adarves (*durûb*, *darb* no singular), que constituem os capilares do sistema. Justificam-se pela organização interna dos quarteirões, servindo de corredor de acesso às várias portas de um mesmo círculo familiar. Mais do que ruas, são quase só serventias, estreitas e cingidas por paredes cegas, apenas interrompidas por um ou outro portal anónimo. São espaços tranquilos. De acordo com o conceito de vida urbana islâmica — e contrariamente ao que se verifica na cidade cristã ocidental — as ruas (dos bairros residenciais) não constituem um prolongamento da casa. Não são locais de permanência, porque a sociabilidade masculina decorre na mesquita e no *souq* e a vivência feminina se circunscreve ao interior das moradas.

[130] Teoricamente, as vias principais teriam uma largura de cerca de 3,5 metros correspondente ao espaço necessário à passagem de dois animais de carga em simultâneo.

[131] Normalmente estruturados em torno de um pátio central porticado. O *fundaq Yadid ou Corral del Carbón*, em Granada, é um dos poucos exemplos desta tipologia que chegou aos nossos dias.

[132] Enrico GUIDONI, *La Ville européenne…*, p. 61.

[133] Embora após a Reconquista, na região de Valência, o termo *zuqaq* seja adotado com o sentido de beco sem saída, originalmente a expressão árabe não era equivalente, referindo-se, pelo contrário, a uma via estreita, de comunicação entre outras vias de maior importância. TORRÓ ABAD, "El urbanismo múdejar como forma de resistência...", p. 539. Sobre a diferença de significados e designações veja-se Enrico GUIDONI, *La Ville européenne…,* p. 59. TORRES BALBÁS, *Cidades hispano-musulmanas*, p. 335 e, para uma caracterização dos *durûb* hispanomusulmanos, p. 369 e segs.

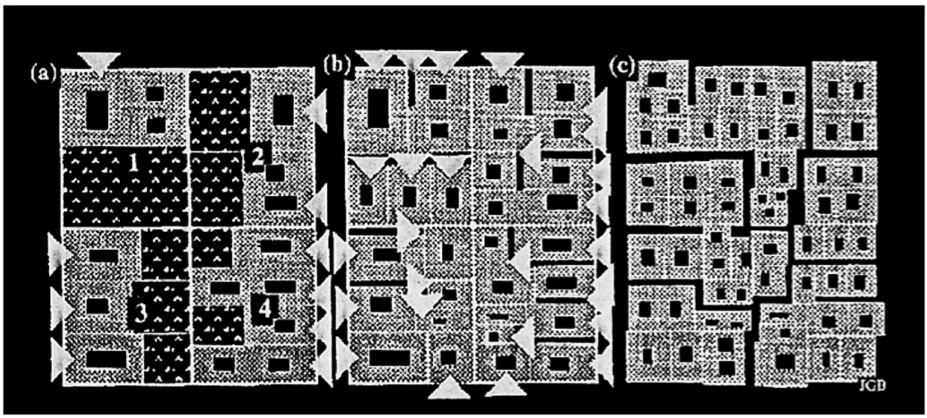


Fig. 9 Processo de formação dos adarves
(desenho de Javier Garcia y Bellido, "Princípios y reglas morfogenéticas de la ciudad islâmica")

Resultado da saturação do tecido urbano, o adarve não emerge com a fundação da cidade nem é fruto de qualquer determinação dos poderes municipais, aparecendo sempre que se repartem habitações muito amplas no interior do quarteirão a que se torna necessário dar serventia. É por isso resultado da iniciativa privada em propriedades privadas, o que explica que, do ponto de vista jurídico, seja também de caráter privado.



Fig. 10 Fez, Marrocos: ruas da Medina

Os levantamentos das cidades de Sevilha, Málaga e Granada, todos eles do século XVIII, mas também o de Córdova, levantado já em 1811, demonstram claramente esta mesma disposição que, de resto, se mantém na atualidade, pelo menos nos bairros menos renovados[134].

[134] Para uma análise sobre a persistência dos *durûb* ou "*vicolo cieco*" nas cidades sicilianas de origem muçulmana veja-se *Vicoli e cortili. Tradizione islamica e urbanistica populare in Sicilia*, coor. de Enrico Guidoni, Palermo, Edizioni Giada, 1984.

O território português: a casa-pátio como indicador

Contrariamente ao exposto, a morfologia urbana islâmica parece não ter sobrevivido em Portugal, pelo menos à superfície. Facto que, em tese, pode atribuir-se a dois fatores essenciais: uma existência original ténue, parcialmente devedora da ocupação de uma rede de importantes cidades existentes pelo menos desde a época romana[135], e a eventual forma com que foi intencional e sistematicamente apagada pela subsequente ocupação cristã.

Quanto ao primeiro fator, convém relembrar o que já foi referido no âmbito da ocupação muçulmana relativamente ao diferente grau de arabização dos invasores, diferente peso numérico ou igualmente diferente tempo de fixação no espaço. Longe de pretender defender o estereótipo da dicotomia entre um Sul fortemente islamizado por oposição a um Norte privado de tal influência[136], a verdade é que nenhum dos fatores referidos pode ser utilizado para explicar o desaparecimento do traçado nas regiões do Sul do País. Aí, efetivamente, à origem iemenita do ocupante, desde o início detentora de propriedades, associou-se um forte afluxo de contingentes muçulmanos fugidos ao avanço cristão, sobretudo no último dos cinco séculos de ocupação efetiva, período em que, simultaneamente, o referido território se converteu num palco privilegiado da atenção do poder central. Quando se trata de compreender a rutura, a região meridional funciona, por isso, como o melhor campo de ensaio, já que nela se reuniram todas as condições necessárias à existência da cidade islâmica nos moldes definidos anteriormente.

Os resultados das intervenções arqueológicas levadas a cabo em cidades do Sul, no decorrer das últimas duas décadas, confirmam a existência do modelo casa-pátio, que aqui utilizaremos como potencial indicador de uma matriz islâmica.

Silves[137] e Mértola são os melhores exemplos, até porque, à profundidade e sistematização das intervenções, se associa uma ampla e continuada divulgação dos resultados.

No bairro da alcáçova de Mértola[138], o conjunto habitacional de cerca de 30 casas posto a descoberto comprova o uso generalizado do pátio central, rondando os 15 a

---

[135] Não se registou até ao momento qualquer fundação islâmica *ex nihilo* no território que viria a configurar Portugal. A ocupação sistemática de cidades preexistentes e em muitos casos plenamente estruturadas terá suscitado por parte dos novos ocupantes mais do que alterações de fundo, adaptações pontuais e especialmente incidentes sobre os edifícios e equipamentos fundamentais à vivência islâmica, justificando, hipoteticamente, uma menos vincada matriz muçulmana.

[136] Sobre esta questão veja-se Adalberto ALVES, "Qalbi Arabi: o património árabo-islâmico em Portugal. Introdução", *Memórias Árabo-Islâmicas em Portugal*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 57-60.

[137] Sobre o investimento arqueológico que há largos anos vem sido desenvolvido em Silves veja-se "Arqueologia em Silves — resultados e perspectivas", *Palácio almóada da alcáçova de Silves*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 2001, p. 19-22.

[138] A bibliografia sobre Mértola é bastante extensa: Cláudio TORRES, "O Garb al-Andaluz", *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. I, *Antes de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, p. 376-379; Santiago MACIAS, *Mértola Islâmica. Estudo histórico-arqueológico do bairro da Alcáçova (séculos XII-XIII)*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 1996; Santiago MACIAS; Cláudio TORRES, "Arqueologia islâmica em Mértola", *Memórias Árabo-Islâmicas*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 1997, p. 151-157; Santiago MACIAS, "Casas urbanas e quotidiano no Gharb al-Ândalus", *Portugal islâmico: os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, p. 109-117; Santiago MACIAS; Cláudio TORRES (1999),

20 m^{2,} ou seja, representando cerca de um quarto da área total das habitações, o que testemunha o papel essencial que desempenhava no dia a dia. Com acesso a partir da rua, por intermédio de um átrio, o espaço circundante era ocupado por diversos compartimentos, entre os quais o salão (habitualmente provido de alcova num dos topos), a cozinha, espaços de armazenamento e latrina.

Tanto no que toca à planimetria como às técnicas e materiais de construção, as casas de Mértola integram-se na tipologia característica do al-Andaluz, bem conhecida para cidades como Almería, Málaga, Sevilha, Múrcia, Dénia ou Saltés[139].

Um dado fundamental para o nosso objetivo é a forma como a arqueologia comprovou o abandono do bairro almóada de Mértola, entre os anos 30 e 40 do século XIII, ou seja, em data coincidente com a Reconquista de Mértola[140] pelos Espatários. Na Mértola cristã, a área em análise seria transformada em cemitério.

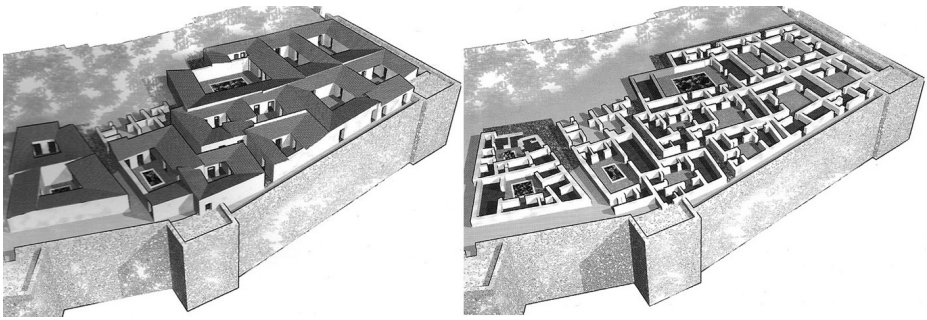


Fig. 11 Mértola: bairro da Alcáçova
(desenho de Santiago Macias, *Mértola. O último porto do Mediterrâneo*, p. 212)

Contrariamente, no espaço da vila onde os novos povoadores se instalaram, não subsistiu qualquer vestígio de estrutura habitacional islâmica. O que a observação direta e as sondagens permitem conhecer, assenta num parcelário datável do século XVI[141].

No caso de Silves e seguindo as conclusões divulgadas por Rosa Varela Gomes[142], intervenções arqueológicas levadas a cabo a partir dos anos oitenta do século XX em

"Contributos da arqueologia medieval para o conhecimento do processo urbanístico e territorial da passagem do Garb al-Andalus para o reino de Portugal", *Universo Urbanístico Português 1415-1822*, Actas do Colóquio Internacional, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 99-112; Santiago MACIAS, *Mértola. O último porto do Mediterrâneo*, Campo Arqueológico de Mértola, 3 vols., 2006.

[139] Para uma caracterização do tecido residencial de Saltés, cidade abandonada em meados do século XIII e nunca reocupada pelos cristãos, veja-se André BAZZANA; Juana, BEDIA; Norbert TRAUHT, "Saltés/Shaltish. Una ciudad islámica en la marisma de Huelva", *El territorio medieval, II Jornadas de Cultura Islámica,* Almonaster La Real, 2001, ed. Juan Aurelio Pérez Macías, Huelva, Universidad de Huelva, 2002, p. 99-136.

[140] Acerca da data de reconquista de Mértola, identificada pela generalidade dos autores como 1238, veja-se, António REI, " A fronteira no sudoeste peninsular (1234-1242). Novas visões da reconquista a partir do Al- Mughrib… de Ibbn Sa'id de Granada", *Arqueologia Medieval*, 8, Porto Afrontamento, 2003, p. 29-41, onde o autor defende o verão de 1241 como a data mais provável.

[141] Cláudio TORRES, "O Islão do Ocidente: fenómenos de permanência e descontinuidade", *Portugal islâmico: os últimos sinais do Mediterrâneo,* Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998.

[142] R. Varela GOMES, "O Barlavento Algarvio nos finais da islamização", p. 138.

diferentes zonas da antiga Medina, puseram a descoberto vários espaços habitacionais com o característico pátio interior. Este tipo de estrutura confirma-se mesmo em edifícios modestos, atestando a transversalidade social do modelo. Como traços caracterizadores sublinhe-se a existência de cozinhas e latrinas, ligadas à rede de esgotos exterior (poços negros e fossas); as paredes levantadas em taipa sobre uma base de pedra (grés de Silves); a cobertura maioritariamente em terraço, sendo algumas divisões cobertas por telha de canudo.

Quanto à rede viária, foi possível perceber uma organização "*em quarteirões, delimitados por vias principais, sendo drenados por outras secundárias e becos dispostos em terraços conforme exige a topografia das vertentes onde se implantou*"[143].

Ao contrário do complexo sistema defensivo, mantido e reutilizado após a Reconquista, a cidade propriamente dita foi sujeita a transformações profundas, oscilando entre a destruição pura e simples e a atribuição de novos usos. O Palácio da Alcáçova, depois de saqueado e temporariamente ocupado pelos novos senhores, foi abandonado e arrasado, erguendo-se sobre os seus destroços novas edificações. Os depósitos de cereais perderam a sua função original, transformados em lixeiras e prisões. De uma forma geral, pode dizer-se que no interior da Alcáçova só as cisternas continuaram em uso. Na Medina, por sua vez, destruiu-se a mesquita aljama e a madraza para dar lugar a novos bairros habitacionais; arrasaram-se casas de origem islâmica para a edificação da nova catedral; transformou-se o complexo balneário em cadeia.

Interessa-nos, sobretudo, registar as alterações profundas que incidiram sobre o tecido urbano de origem muçulmana. Como sublinhou Rosa Varela Gomes "*a maioria dos espaços habitacionais islâmicos reconhecidos no núcleo urbano, foram abandonados, embora outros tenham sido readaptados, verificando-se a desativação de pátios e jardins e a sua ulterior cobertura*"[144].

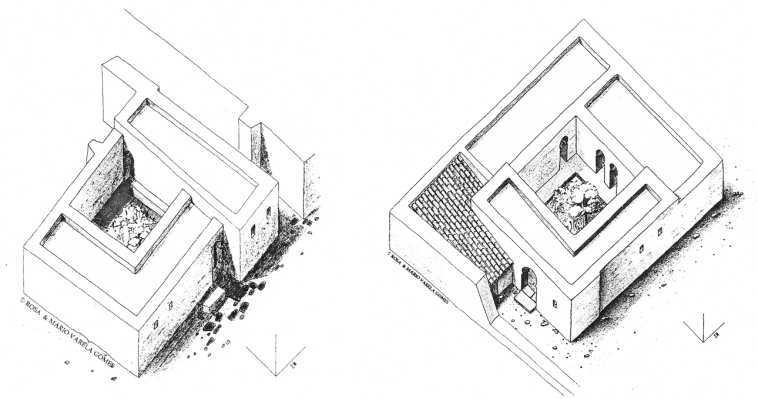


Fig. 12 Silves: habitações almóadas
(desenho de Rosa Varela Gomes, "O Barlavento algarvio nos finais da islamização", p. 139-140)

[143] R. Varela GOMES, "Da Silves islâmica à Silves da Expansão..., , p. 26.

[144] R. Varela GOMES, "A conquista cristã – o fechar de um ciclo?", *Palácio almóada da alcáçova de Silves*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 2001, p. 139-141.

Em muitos casos foi possível documentar arqueologicamente um hiato ocupacional entre a segunda metade do século XIII e os finais do século XV, correspondente ao abandono das estruturas habitacionais islâmicas e à reinstalação de finais da Idade Média, assentes sobre as anteriores mas raramente recorrendo ao seu reaproveitamento[145].

Para além de Mértola e Silves, outros exemplos podem ser aduzidos[146]: em Tavira, a apresentação preliminar do resultado das intervenções arqueológicas realizadas no intramuros, concretamente na Cerca Conventual da Graça, sob responsabilidade da Câmara Municipal (2003), ainda que naturalmente sujeita a revisões resultantes da conclusão dos trabalhos, pôs a descoberto três casas islâmicas. Datáveis do período almóada, qualquer delas apresenta pátio central, registando-se, num caso, a característica entrada em cotovelo, e uma latrina ligada a fossa sética. À semelhança dos exemplos anteriormente referidos, também aqui se assinalou a "*presença de estruturas medievais, sobre o abandono de estruturas islâmicas*"[147].

Os dados conhecidos para Lisboa, embora escassos, revelam-se particularmente interessantes. Escavações realizadas no Castelo de S. Jorge (1996), concretamente na área da Praça Nova[148], a norte da igreja de Santa Cruz, templo erguido sobre uma antiga mesquita, permitiram identificar uma área residencial com várias fases de ocupação, desde a época islâmica até aos inícios do século XIV. Aparentemente sem cortes abruptos (não se regista qualquer tipo de vestígios de incêndio ou destruições maciças), tudo indica que estes espaços habitacionais, com pátios interiores, lareiras e alcovas[149], tenham sido reutilizados, ainda que não possa afirmar-se se existiram alterações de funcionalidade.

Esta nova linha de continuidade é, em parte, esclarecida pelas intervenções arqueológicas efetuadas na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva[150], em local encostado, pelo exterior, ao lanço nascente da cerca moura. Posta a descoberto uma habitação datada do período que medeia entre os anos de 1050 e 1150, com pátio central e entrada em cotovelo, regista-se, durante a terceira fase de ocupação, contemporânea do reinado de D. Afonso Henriques e já posterior à conquista de Lisboa, a transformação do pátio em compartimento interior. No reinado de D. Sancho, a área seria

---

[145] R. Varela GOMES, "Da Silves islâmica à Silves da Expansão..., , p. 28.

[146] Não sendo esse o enfoque do estudo, o mesmo parece deduzir-se das escavações levadas a cabo no castelo de Paderne. Helena CATARINO; Isabel INÁCIO "Vestígios do urbanismo islâmico no Castelo de Paderne: uma primeira abordagem", Xelb, 6, Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves Outubro 2005), Silves, Museu Municipal de Arqueologia - Câmara Municipal de Silves, 2006, p. 281 a 298.

[147] Jaquelina COVANEIRO; Sandra CAVACO, "Casas islâmicas da Cerca do Convento da Graça - Tavira. Nota preliminar", *Arqueologia Medieval*, 9, Porto, Edições Afrontamento, 2005, p. 78.

[148] Alexandra GASPAR; Ana GOMES, "Resultados preliminares das escavações arqueológicas no Castelo de S. Jorge", Actas do Colóquio Lisboa encruzilhada de muçulmanos, judeus e cristãos (850º aniversário da conquista de Lisboa), Arqueologia Medieval, 7, Porto, Edições Afrontamento, 2001, p. 95-102.

[149] Para o conjunto de achados arqueológicos da época islâmica, em Lisboa, veja-se Clementino AMARO, "Arqueologia islâmica em Lisboa: um percurso possível", *Portugal islâmico: os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, p. 61-71.

[150] Ana GOMES; Maria José SEQUEIRA, "Continuidades e descontinuidades na arquitetura doméstica do período islâmico e após a conquista da cidade de Lisboa: escavações arqueológicas na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva", *Actas do Colóquio Lisboa encruzilhada de muçulmanos, judeus e cristãos (850º aniversário da conquista de Lisboa). Arqueologia Medieval*, 7, Porto, Edições Afrontamento, 2001, p. 103-110.

abandonada, propondo as autoras a hipótese de corresponder a uma zona de reparações da base da muralha.

Importa sublinhar como, sob uma aparente continuidade, o que parece ser a única alteração realizada pelos novos ocupantes, seguramente cristãos — o encerramento do pátio central e a sua conversão num compartimento fechado, procedimento também detetável em Silves, como vimos — implica uma reestruturação profunda do complexo habitacional. Efetivamente, foi já referido como a tipologia da casa-pátio respondia, para além das necessidades próprias de uma estrutura familiar alargada e da preocupação constante na proteção à privacidade, a funções essenciais de arejamento e iluminação, apenas complementadas pela existência de pequenas e limitadas lucarnas.

O encerramento daquela fonte fundamental de ar e luz terá necessariamente obrigado à abertura da casa ao exterior, rasgando mais e maiores vãos nas paredes exteriores, condicionando o encosto dos imóveis vizinhos e introduzindo o conceito de fachada, qualquer deles contrários à natureza da casa islâmica e à lógica que preside à formação do tecido habitacional.

Caso isolado e sujeito a confirmação, as transformações operadas na casa posta a descoberto na Fundação Ricardo Espírito Santo, são, apesar de tudo, um indicador. Permitem, quando multiplicadas, perceber como todo um sistema foi posto em causa pela ocupação cristã, para quem o pátio central era um elemento incompreensível.

Parece oportuno citar aqui a conclusão a que chegou Santiago Macias, num estudo sobre Moura, na Baixa Idade Média: "*a organização do habitat, tal como nos surge descrito nessa documentação — e de acordo com vestígios arquitetónicos ainda presentes em muitas delas — nada tem a ver com a tradição urbana mediterrânica de casas organizadas em torno de um pátio central*". Tal facto, registado inclusivamente na Mouraria, dever-se-ia, segundo o mesmo autor, à alteração progressiva dos costumes ancestrais de uma população que, ao ser assimilada, se adaptou "*a formas arquitetónicas importadas do Norte e estranhas ao mundo meridional*"[151]. Aliás, a estrutura morfológica do bairro situado a sudoeste da muralha, que, após a Reconquista, foi configurado para receber a população moura expulsa do intramuros, não oferece qualquer dúvida quanto à quebra de paradigma: quatro quarteirões retangulares, dispostos de forma regular e paralela, separados por ruas retilíneas e fluidas. As casas que compunham estes módulos só podiam ser, como a documentação quinhentista comprova, estreitas e compridas, de fachada virada à rua, ou seja, organizadas ao *modo godo*.

Sobre essa mesma quebra de paradigma, recorde-se como, em diferentes momentos e textos diversos, Cláudio Torres e Santiago Macias têm atribuído à Reconquista e ao "*novo esquema de organização social que lhe está associado, o fim desta tipologia*"[152].

O mesmo tivemos oportunidade de confirmar num estudo de síntese sobre a casa urbana portuguesa, entre os séculos XIV e XVI onde, por entre toda a documentação coeva compulsada, se revelou totalmente omissa a referência a estruturas habitacionais

[151] Santiago Macias, "Moura na Baixa Idade Média: elementos para um estudo histórico e arqueológico", *Arqueologia Medieval,* 2, Porto, Afrontamento, 1993, p.136.

[152] Cláudio TORRES; Santiago MACIAS, "A islamização do Gharb al-Andalus", p. 43 e Cláudio TORRES; Santiago MACIAS, "A arte islâmica no Ocidente Andaluz: a arquitetura e as artes", p. 153.

organizadas em torno de um pátio central, contrariamente ao quintal de fundo do lote, esse sim, quase omnipresente[153].

Para o confronto entre os testemunhos arqueológicos, as fontes documentais e a informação que proporcionam as cidades atuais, revela-se extremamente interessante estabelecer paralelos com o que sucedeu noutras partes da Península, com evolução idêntica mas onde o tema tem merecido um desenvolvimento muito superior ao registado em Portugal[154]. Apesar de toda a relatividade implícita, o certo é que, para além das contingências locais que determinam a diferença de caso para caso, subjaz todo um conjunto de aspetos de caráter geral decorrentes das diferenças que separam a sociedade islâmica da cristã podendo, por isso, ser igualmente aplicados à realidade portuguesa.

Os casos de Valência, Sevilha, Toledo ou Múrcia, a que aqui recorremos pelo volume de informações arqueológicas hoje disponíveis, contextualizam e explicam as conclusões que a arqueologia portuguesa tem vindo a coligir e de que atrás demos conta. Sobretudo o caso de Múrcia[155], onde extensas áreas do tecido urbano têm sido estudadas, esclarece como, quando e porquê se verificou o desaparecimento da casa-pátio, modelo que, como vimos através dos exemplos de Mértola, Silves e Lisboa, existiu igualmente entre nós, pelo menos no decorrer da época almóada.

Em linhas gerais, os trabalhos realizados no centro histórico de Múrcia, amplamente documentados, apontam dois vetores essenciais: por um lado, a transformação da parcela habitacional, por outro, a assimilação/desaparecimento de uma parte relevante da rede viária de terceira ordem, ou seja, os típicos adarves ou becos sem saída. Transformações indissociáveis, como veremos.

Conquistadas as cidades muçulmanas, os monarcas cristãos procederam à repartição do espaço: para além do quinhão que reservavam para a coroa, a distribuição contemplou aqueles que participaram na tomada do território (nacionais ou estrangeiros), o clero, (episcopal e ordens religiosas) bem como os contingentes de novos povoadores, recrutados em proveniências diversas[156]. Igualmente contemplada foi a população muçulmana que optou por permanecer nos territórios submetidos, agora desalojada das medinas e instalada em locais extramuros e periféricos.

---

[153] Luísa TRINDADE, *A casa corrente em Coimbra*…, p. 75.

[154] Uma síntese dos avanços historiográficos e arqueológicos em contexto islâmico verificados em Espanha, entre 1970 e 1990, pode ver-se em Juan ABELLÁN PÉREZ, "Del urbanismo musulmán al urbanismo Cristiano. I. Andalucía occidental", *La ciudad islámica. Ponencias y comunicaciones*, Zaragoza, Institución Fernando el Católico, 1991, p. 194-196. Importa sublinhar que o interesse pela temática não só continuou pela década seguinte como tem vindo a aumentar na atualidade.

[155] Aqui analisado com base no já por diversas vezes citado estudo de JIMÉNEZ CASTILLO; NAVARRO PALAZÓN, "El urbanismo islámico y su transformación ...", p. 71-129 e A. Vicente FREY SÁNCHEZ, *El Jardín de Al-Andalus. Origen e consolidación de la Múrcia Islámica,* Múrcia, Real Academia Alfonso X el Sabio, 2002, p. 87-91. Sobre o enorme investimento da arqueologia urbana dedicada ao período islâmico, em Múrcia, especialmente a partir da década de 1980, veja-se o balanço de Jorge EIROA RODRIGUÉZ, "Arqueologia urbana de la Baja Edad Media en la región de Murcia: datos para un debate sobre el modelo de gestión", *Ciudad y arqueologia medieval*, Antonio Malpica Cuello (dir.), Salobreña, Editorial Alhulia 2007, p. 193-217.

[156] Uma descrição detalhada da forma como se repartia o espaço urbano entre os conquistadores, pode ser lida em Guillermo BORDOY, "De madîna a ciudad: Mayurca/Mallorques", *Al-Andalus espaço de mudança. Balanço de 25 anos de História e Arqueologia medievais*, *homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen*, Actas do Seminário internacional, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2005, p. 294-295.

Apesar da diversidade de situações, pode afirmar-se que, em poucas décadas, houve uma transferência massiva da propriedade[157]. Na Andaluzia, a revolta mudéjar de 1264--66, constituiu um marco fundamental, obrigando a uma mudança da estratégia castelhana e levando, em última análise, a uma aceleração do processo de cristianização das cidades muçulmanas. Foi o que aconteceu em Múrcia onde, numa primeira fase, a ocupação cristã, de acordo com os termos contratados aquando da assinatura do Pacto de Alcaraz, se circunscreveu apenas à alcáçova e a parte dos terrenos adjacentes, situados extramuros. Após 1246, por questões de segurança, Jaime I ordenou a divisão da cidade por um muro, limitando a população mudéjar à metade ocidental. O processo de ocupação cristã da cidade culminaria, já com Afonso X, na expulsão global e definitiva da população islâmica da Medina, a partir de então só admitida num bairro especificamente assinalado para o efeito, situado no arrabalde e circundado por um muro.

Ao contrário deste processo faseado, nas cidades que ofereceram resistência, e só pela força das armas foram conquistadas (Orihuela, Alicante, Mula e Cartagena, por exemplo), as populações autóctones foram, de imediato, obrigadas a abandonar a cidade intramuros, relegadas para locais periféricos ou engrossando o êxodo de muçulmanos para as regiões norte-africanas. Ato seguinte, o monarca cristão procedia ao repovoamento e à distribuição de bens pelos novos povoadores, através dos *repartimentos* oficiais[158].

À semelhança do que vimos para a conquista muçulmana do território no século VIII, as formas de ocupação pelos vencedores e a permanência em maior ou menor grau da população local na cidade conquistada, dependeu do caráter da entrega. E por entre as duas grandes linhas de atuação — pacto ou resistência armada —, a questão da transferência de propriedade deve equacionar-se em função do balanço entre a percentagem de população muçulmana que pode ou quis permanecer e o volume dos novos contingentes cristãos.

Neste âmbito específico, importa sublinhar que o caráter massivo da evacuação deve ser relativizado[159]. Em muitos casos, ter-se-á limitado aos quadros de dirigentes políticos e aos que mais se destacavam na vida política, económica e mercantil da cidade, ou seja, aqueles que abertamente se opuseram à vassalagem castelhana[160].

---

[157] Sobre o período da reconquista cristã na Andaluzia escreveu GONZÁLEZ JIMENEZ: "*Nunca en la historia de la Andalucia bética se había producido una operación de reparto de tierras de proporciones semejantes, que provocó, en poco más de médio siglo, una renovación completa de la titularidad de la propriedad de la tierra de toda la región."* Manuel GONZÁLEZ JIMENEZ, *En entorno a los origenes de Andalucia,* Sevilha, Universidad de Sevilla, 1988, p. 100. Para o desenvolvimento das várias modalidades de transferência de propriedades entre vencidos e vencedores, veja-se especialmente p. 26-29.

[158] Sobre os vários repartimentos oficiais, veja-se José Maria FONT Y RIUS, "El repartimiento de Orihuela (notas para el estúdio de la repoblación levantina)", *Homenaje a Jaime Vicens Vives*, I, Barcelona, Universidad de Barcelona 1965, p. 419-422.

[159] J. M. del ESTAL GUTIERREZ, "Problemática en torno a la conquista y repoblación de las ciudades musulmanas de Orihuela y Alicante por Alfonso X el Sábio", *La ciudad hispanica durante los siglos XIII a XVI*, Actas del coloquio celebrado en La Rábida y Sevilla del 14 a 19 de septiembre de 1981, Madrid, Universidad Complutense, 1985, p. 808-810.

[160] Em Toledo, o bairro norte, habitado pelas classes altas islâmicas foi o que sofreu maior despovoamento, passando as suas casas para a nobreza cristã. PÉREZ HIGUERA, Teresa, "De la ciudad hispanomusulmana a la ciudad mudéjar: el ejemplo de Toledo", *La Città Medievali dell'Italia Meridionale e Insulare,*

A restante população terá em grande parte permanecido, embora amplamente tolhida nos seus direitos. Tal facto estaria, de resto, em sintonia com as necessidades demográficas e económicas, uma vez que a evacuação em massa da população islâmica teria privado os conquistadores de uma mão de obra essencial ao desenvolvimento e sustentação da cidade conquistada. A acreditar nas crónicas, a posição de Cid o Campeador refletiria a prática mais comum: "*que haremos con los moros cautivos? Que los descabecemos, nada ganaremos. Entremos en sus casas, en ellas moremos y de ellos nos sirvamos*"[161]. Razão pela qual os monarcas se certificavam da segurança das populações mouras[162].

No caso de Castela, a própria revolta de 1264 é uma prova evidente de que a esmagadora maioria das cidades contava com importantes contingentes mudéjares, por vezes mesmo percentualmente maioritários.

Só a partir desse momento se pode falar de uma emigração significativa, embora nem assim massiva. Se na Andaluzia Bética o corte foi total[163], o mesmo não se verificou em Múrcia onde, como foi já referido, a comunidade muçulmana pôde subsistir, ainda que compulsivamente apartada[164].

Independentemente da dificuldade de resolução desta questão, prevalece como facto indiscutível o largo processo de mudança de titularidade da propriedade urbana, circunstância que aqui nos interessa particularmente por induzir, embora a ritmos diferentes, uma mudança profunda do sistema urbano.

(a cura di) Aldo Casamento e Enrico Guidoni, Roma, Edizione Kappa. 2002, p. 18-25. Adalberto Alves afirma que, também em Lisboa, a conquista cristã significou, em primeiro lugar, a fuga das elites, permanecendo na cidade cristã apenas os de condição mais humilde. Adalberto ALVES, *Em busca da Lisboa Árabe*, p. 122.

[161] Pedro LAVADO PARADINAS, "La ciudad mudéjar: espacios y nuovas funciones", *La ciudad Islâmica. Ponencias y comunicaciones*, Zaragoza, Institución Fernando el Católico, 1991, p. 434.

[162] Afonso X exige que a população mudéjar de Alicante seja respeitada, amparada e protegida pelas autoridades cristãs. ESTAL GUTIERREZ, "Problemática en trono a la conquista y repoblación de las ciudades musulmanas…", p. 824. Preocupação paralela à dos monarcas portugueses e explicitamente referida nas cartas de foral, como veremos adiante.

[163] Manuel GONZALEZ JIMÉNEZ, "El poblamiento de la Andalucia Betica (siglos XIII al XV)", *Andalucia Medieval, Actas I Coloquio Historia de Andalucia*, Córdoba, Publicaciones del Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Cordoba, p. 1-10. Em Sevilha, a expulsão dos muçulmanos, aliada a um certo fracasso do processo de repovoamento face à frequente deserção dos novos povoadores cristãos, assumiu proporções alarmantes, em torno dos meados do século XIII, obrigando Afonso X a entregar as casas e terras abandonadas a novos e "*buenos pobladores*", por forma a compensar a cidade que se "*despoblaua e se derribaua*". GONZÁLEZ JIMÉNEZ, *En entorno a los origenes de Andalucia*, p. 39. Em finais de 1262, o *repartimiento* de Écija refere que a vila "*se vazió de moros*". Paulina RUFO YSERN, "La conversión de la comunidad musulmana de Écija", *Tolerancia y convivencia étnico-religiosa en la Península Ibérica durante la Edad Media, III Jornadas de Cultura Islámica,* ed. Alejandro García Sanjuán, Huelva, Universidad de Huelva, 2003, p. 159-160.

[164] ESTAL GUTIERREZ, "Problemática en torno a la conquista y repoblación de las ciudades musulmanas…", p. 810.



Fig. 13 Múrcia, Espanha: sobreposição do lote estreito e comprido à casa-pátio
(desenho de Jiménez Castillo; Navarro Palazón, "El urbanismo islámico y su transformación ...", p. 114)

Concentrando várias unidades menores ou repartindo as maiores entre vários proprietários[165], o parcelário foi sujeito a adaptações várias: ocupado, a partir de então, por uma família nuclear com base na célula conjugal[166], ignorando o rigor de privacidade islâmico e procurando, sempre que possível, o contacto direto com a rua (usada como extensão natural da casa e espaço de sociabilidade), o pátio central perdeu todo o seu significado, fosse em termos de organização das tarefas familiares, fosse como principal fonte de luz e ar, cabalmente substituído pelas aberturas na fachada.

O desejo generalizado de colocar as habitações em contacto com a via obrigou ao recurso a frentes estreitas, desenvolvendo-se a habitação no sentido da profundidade. Nesta tipologia de casa comprida, com os alçados laterais convertidos em encosto dos imóveis vizinhos, procurou-se uma fonte extra de iluminação e ventilação num pequeno quintal/pátio traseiro. Que nem remotamente lembra o pátio central muçulmano. Se estruturalmente não comanda a distribuição dos espaços, em termos funcionais revela um uso muito mais prosaico: sem qualquer tipo de cuidado decorativo, serve para despejos, criar um ou outro animal doméstico e plantar, quando o espaço o permite, umas quantas árvores de fruto.

---

[165] No caso de Múrcia, a pequena dimensão de muitas residências islâmicas descritas na documentação coeva era fruto da densificação e repartição do cadastro. Por outro lado, a população muçulmana que, em 1266, abandonou em massa a medina, era numericamente muito superior à cristã, o que explica que os novos povoadores possam ter recebido várias casas contíguas. A atribuição de propriedades a nobres e ordens religiosas foi também um importante fator de concentração de parcelas. Em Valência, nas zonas limítrofes do tecido urbano, a atribuição de um quarteirão ou de várias casas a um só proprietário cristão ficou conhecida como *pobla*, termo a que se acrescentava normalmente o nome do novo proprietário. No centro da cidade, pelo contrário, as escavações arqueológicas revelam que as casas com pátio foram fragmentadas em parcelas menores, favorecendo-se a sua ligação direta com a rua, em detrimento do acesso através dos adarves. Amadeo SERRA DESFILIS, "Orden y decorum en el urbanismo valenciano de los siglos XIV y XV", *La Città Medievali dell'Italia Meridionale e Insulare*, (a cura di) Aldo Casamento e Enrico Guidoni, Roma, Edizione Kappa, 2002, p. 37-50.

[166] Modelo de estrutura familiar que, defendido e incitado pelo culto romano cluniacense, ganhou terreno no sul, a par do processo de Reconquista. Cláudio TORRES, "O Garb-Al-Andaluz", p. 376.

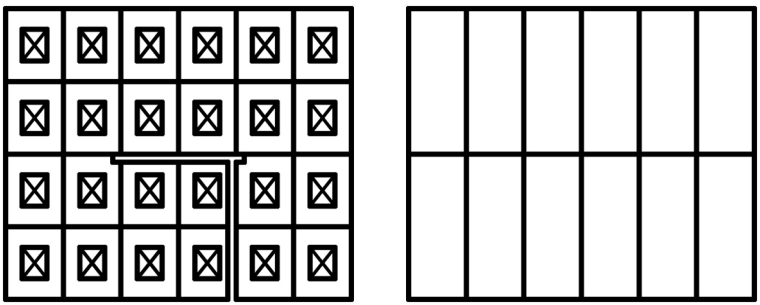


Fig. 14 Representação esquemática de parcelário islâmico e posterior transformação em época cristã (desenho de Jiménez Castillo; Navarro Palazón, "El urbanismo islâmico y su transformación ...", p. 113)

Ainda decorrente do contacto direto da casa com a rua, o novo sistema pôde prescindir do adarve, caído em desuso pela inexistência de casas no interior dos quarteirões[167]. Ações que transformaram radicalmente o cadastro e que as recentes campanhas arqueológicas levadas a cabo em Múrcia sobejamente documentaram: sob os típicos lotes medievais, estreitos e profundos, permanece o cadastro islâmico, onde as unidades habitacionais, acessíveis pelos adarves, se organizam em torno dos característicos pátios centrais[168].

Importa ainda frisar uma diferença fundamental entre a cidade islâmica e a cristã. Enquanto na primeira os lotes familiares vão crescendo em função das necessidades até à saturação do cadastro, na segunda, as parcelas entregues têm, desde a origem, uma configuração muito precisa, refletindo uma forma de propriedade imóvel: por um lado, sendo a propriedade maioritariamente arrendada, verifica-se um controlo estrito dos limites das parcelas por parte dos detentores do solo (assim coartando a ação individual dos diferentes arrendatários); por outro, o facto dos lotes adotarem quase sempre uma disposição retangular e perpendicular à via, significa que se encontram literalmente entalados entre os imóveis vizinhos. A única possibilidade de crescimento (para além do "alçar" de um novo piso) passa pela junção de lotes idênticos. Esta circunstância, juntamente com as disposições legais emanadas do poder municipal, determina uma arquitetura em fileiras cerradas, resultando em quarteirões compactos de forma retangular ou quadrangular e circundados por ruas sempre abertas, compondo uma rede viária ordenada, na medida em que a topografia o permita.

Como bem resumiu Torró Abad: "… *el contraste reside en dos lógicas bien distintas. La del aprovechamiento del espacio en función de las condiciones topográficas del terreno*

[167] Drasticamente diminuída a necessidade de servidões no interior dos quarteirões, os adarves desapareceram tramo a tramo, sendo os que hoje sobrevivem parte de outros bastante mais longos e ziguezagueantes. Se o fenómeno não foi mais intenso foi porque as novas casas, de fachadas estreitas, encontraram outras funções para os adarves: a da ventilação e iluminação e a resolução parcial da necessidade de espaço para despejos. No caso de Múrcia, a ocupação do adarve fez-se de formas diversas: ocupação da totalidade do espaço; ocupação do tramo que abria sobre a via, mantendo o seu desenvolvimento interior que passava a funcionar como pequenos pátios traseiros das diversas casas; ocupação de parte da largura do adarve pelas casas contíguas, deixando apenas espaço para servidão de luz e despejo de águas; ocupação do nível térreo, deixando aos andares superiores a servidão de luz.

[168] JIMÉNEZ CASTILLO; NAVARRO PALAZÓN, "El urbanismo islámico y su transformación ...", p. 91-94, 103 e 114.

y del consenso entre los grupos que lo ocupan (asentamiento andalusí), y el orden derivado de la primacia de derechos de propriedad, rígidos y bien definidos, adquiridos con las cartas de población (asentamiento feudal). La diferencia entre las relaciones de parentesco y las relaciones sociales que conectan a los grupos domésticos entre sí y con el poder, constituyen las pistas más fructíferas para interpretar tal distinción"[169].

Para além da absorção progressiva dos adarves, a restante rede viária islâmica foi sendo igualmente alvo de transformações, mais ou menos lentas mas sempre intencionais, por parte das autoridades cristãs.

Demandando uma rede viária fluida, boa parte dos esforços desenvolvidos teve por objetivo a abertura, regularização e o alargamento das vias públicas: porque a rua passou a ser simultaneamente um espaço de circulação, trabalho, convívio e representação do poder. Não foi apenas a substituição dos tradicionais animais de carga pela carroça que exigiu um espaço viário mais amplo. Ao contrário do sistema islâmico, na cidade e no edificado cristão não existe uma separação entre as zonas de comércio e as áreas residenciais. Muito pelo contrário, produção, venda e residência são funções que se conjugam num mesmo edifício. Os pisos térreos são ocupados por tendas e oficinas que se abrem sobre a rua, expondo as mercadorias no espaço público, o mesmo que é agora local de encontro e de permanência. Acresce que, também contrariamente à discrição e anonimato exterior preconizado pelo Corão, na cidade cristã as fachadas convertem-se em instrumentos de ostentação e prestígio, do palácio do bispo à Casa da Câmara, passando pelas moradas nobres ou burguesas, particularmente decoradas em ocasião de cortejos e procissões.

O que não significa, de modo algum, que as vias fossem agora largas e arejadas. Longe disso: apenas menos estreitas que as muçulmanas e, sobretudo, dotadas de continuidade. O que apenas foi possível pelo caráter interventivo do poder régio e municipal, cada vez mais atuante no controlo das relações entre espaço público e espaço privado.

Da cidade de Valência[170], chegaram até nós 28 disposições do século XIV[171], relativas à abertura ou ampliação de ruas. Para o século seguinte, o número aumenta significativamente, atingindo as seis dezenas[172]. O que, ainda assim, não refletirá a globalidade das decisões, certamente em quantidade muito superior. Na realidade, só as ruelas periféricas parecem ter sobrevivido até finais do século XV.

Para Múrcia, conhecem-se as ordens de Jaime I, mandando abrir a rua Maior, atual da *Trapería,* bem como a disposição de Afonso X, datada de 1266, pela qual o monarca estabelecia uma largura mínima de 20 palmos e obrigava, em troca de indemnizações, os proprietários das casas reedificadas ou construídas de novo a recuar face à rua[173]. Subjacente a qualquer das ações, a intenção de tornar "…*las ruas de la cibdat de Múrcia mas apuestas e a prol comunal de todos*".

---

[169] TORRÓ ABAD, "El urbanismo mudéjar como forma de resistencia...", p. 538.

[170] Sobre as transformações operadas em Valência, veja-se SERRA DESFILIS, "Orden y decorum en el urbanismo valenciano de los siglos XIV y XV", p. 37-50.

[171] Em meados do século XIV, Pedro IV ordena o alargamento de várias ruas e a construção de novas casas. Em 1372 acordou com o concelho a abertura de vários *azucahs* para facilitar o trânsito, medida que obrigou ao derrube de casas e à compensação dos proprietários. TORRES BALBÁS, "La Edad Media", p. 156-157.

[172] TORRÓ ABAD, "El urbanismo mudéjar como forma de resistencia...", p. 539.

[173] JIMÉNEZ CASTILLO; NAVARRO PALAZÓN, "El urbanismo islámico y su transformación ...", p. 124.

Precocemente na região valenciana e mais tarde nas restantes, o edificado foi pontualmente demolido[174] com vista à abertura de praças, espaço inexistente (porque desnecessário) na cidade islâmica. Sobre Granada, escreveu Lúcio Marineo Sículo que "*… as praças e mercados onde se vendem os mantimentos foram, depois de tomada a cidade pelos cristãos, alargadas e enobrecidas*"[175].

Em Toledo[176], o conjunto de transformações verificado, entre os começos do século XIII e os finais do século XV, determinou a fossilização da cidade muçulmana. A transformação mais visível decorreu da construção da catedral gótica, em 1226, no local anteriormente ocupado pela antiga mesquita. A primeira fase da obra, a construção da capela-mor, obrigou à destruição dos zocos dos ervanários e dos barbeiros. Em 1334, rasgou-se uma praça diante da fachada poente, empurrando para sul o zoco dos tintureiros. Finalmente, nos finais do século XIV, o arcebispo de Toledo, D. Pedro Tenório, ordenou a construção do claustro desalojando, para esse efeito, um vasto bairro de comerciantes[177].

Mas não foi apenas pela inclusão no tecido urbano de novos e complexos edifícios que o cadastro mudou. Outras alterações, de pequena escala e por isso menos visíveis, tiveram implicações profundas na malha existente, sobretudo porque multiplicadas em extensão. Para além do desaparecimento dos adarves ou da conversão de antigos pátios em vários quintais de fundo de lote, destaca-se a tendência para reunir num mesmo edifício a função comercial/artesanal e habitacional o que determinou, não só o fim dos bairros estritamente residenciais, como a densificação do edificado em altura, pelo acrescento de vários novos pisos[178].

Um outro indicador da alteração do modelo encontra-se no aparecimento da decoração na porta da rua, em substituição do que até então decorava a entrada do compartimento principal, aberto sobre o pátio, e como tal escondido dos olhares estranhos[179]. De que a atenção prestada à fachada era um fator prioritário na ocupação cristã, fazem eco algumas descrições/críticas quinhentistas: "*Hay muchas casas buenas y cómodos palácios, pero no tienen por fuera aparência alguna* […] *tienen pocos balcones y pequeños, lo cual dicen que es por el calor y por el frio, y la mayor parte de las casas no tienen mas luz que la de la puerta*"[180].

---

[174] Em Badajoz, a implantação da *plaza mayor,* em meados do século XV, fez-se parcialmente sobre um antigo bairro islâmico, demolido para esse efeito. TORRES BÁLBAS, "La Edad Media", p. 168.

[175] Citado por TORRES BÁLBAS, "La Edad Media", p. 96. A tradução é nossa. Sobre as transformações ocorridas em Granada e a transição entre modelos e formas urbanísticas, veja-se Manuel ESPIÑAR, "Del urbanismo musulman al urbanismo Cristiano II", *La ciudad Islâmica. Ponencias y comunicaciones*, Zaragoza, Institución Fernando el Católico, 1991, p. 228-231.

[176] O caso de Toledo foi estudado em profundidade por Jean PASSINI, *Casas y casas principales urbanas. El espacio domestico de Toledo a fines de la Edad Media*, Toledo, Universidad de Castilla – La Mancha, 2004*;* Jean PASSINI*,* "Algunos aspectos del espacio doméstico medieval en la ciudad de Toledo", *El Espacio Urbano en la Europa Medieval,* ed., Beatriz Arízaga Bolumburu, Jesus Solórzano Telechea, Nájera, Encuentros Internacionales del Medievo, Logroño, Gobierno de La Rioja-Instituto de Estúdios Riojanos, 2006, p. 245-272.

[177] T. PÉREZ HIGUERA, "De la ciudad hispanomusulmana a la ciudad mudéjar: el ejemplo de Toledo", p. 22.

[178] Jean PASSINI, *Casas y casas principales urbanas…*, p. 7-8 e p. 620. No Zoco de Toledo, mantendo-se após a conquista cristã a função comercial, incorporam-se residências sobre as minúsculas tendas, T. PÉREZ HIGUERA, "De la ciudad hispanomusulmana a la ciudad mudéjar: el ejemplo de Toledo", p. 21.

[179] Jean PASSINI, *Casas y casas principales urbanas…*, p. 110.

[180] PÉREZ HIGUERA, "De la ciudad hispanomusulmana a la ciudad mudejar: el ejemplo de Toledo", p. 22.

Com o tempo, e na dependência de estratégias imobiliárias de maior vulto, trechos completos da cidade islâmica foram definitivamente apagados. Refira-se, a título de exemplo, as alterações introduzidas na *calle de la Chapineria*, após o incêndio de 1467, por iniciativa do cabido, a quem as casas pertenciam: sobre as casas destruídas, rasgaram-se duas novas ruas bordejadas por um conjunto de moradas iguais, segundo um único modelo. A mudança de paradigma fica bem patente na tipologia escolhida, em nada devedora da organização cadastral anterior: estreitas e compridas, com três pisos, o térreo com duas divisões contíguas e os níveis superiores de construção ligeira em madeira[181].

Significativamente, as alterações então registadas no tecido urbano e que a arqueologia tem vindo a corroborar em inúmeras outras cidades[182], foram passadas a escrito, deixando bem explícito o entendimento depreciativo da cidade muçulmana, por oposição ao conceito de beleza, ordem e nobreza que se pretendia para a cidade cristã. Em carta datada de julho de 1393, dirigida pelo concelho de Valência aos seus representantes em Avinhão, refere-se ter sido Valência edificada "… *per moros a lur costum estreta a meçquina, ab molts carrers estrets voltats e altres deformitats*". A 15 de setembro do mesmo ano, insiste-se nas "*deformitats que son en aquesta ciutat de carrer mourisch e d'altres dolenties*"[183]. A consciência que existia do modelo diferente fica bem patente em expressões como "*carrer mourisc*", "*casa morisca*", "*obra morisca*" ou na alusão a uma casa "*todavia sarracena*" [184].

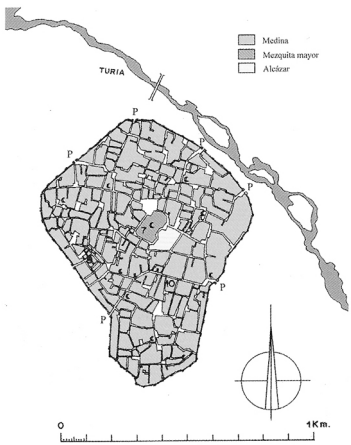


Fig. 15 Valência, Espanha (desenho de A. Almagro, "Planimetría de las ciudades hispanomusulmanas", p. 441)

[181] Jean PASSINI, *Casas y casas principales urbanas…, p. 156 e segs*. e, do mesmo autor, "Algunos aspectos del espacio doméstico medieval en la ciudad de Toledo", p. 259-260.

[182] O mesmo se regista em Sevilha, a partir de 1248 e da entrada das tropas de Fernando III, num processo que, embora lento, reflete de forma inequívoca "*a implantação de uma cultura diferente, um modo distinto de entender e construir a cidade*". Lino ALVAREZ; COLLANTES DE TERAN; F. ZOIDO, "Plazas, Plaza Mayor y espacios de sociabilidad en la Sevilla intramuros", *"Plazas" et sociabilité en Europe et Amerique Latine*, Colloque des 8 et 9 mai 1979, Paris, Publications de la Casa de Velazquez, Serie Recherches en Sciences Sociales-Diffusion de Boccard, 1982, p. 82.

[183] M. Milagros CÁRCEL ORTÍ; J. TRENCHS ODENA, "El consell de Valencia: disposiciones urbanísticas (siglo XIV)", *La ciudad hispanica durante los siglos XIII a XVI,* Actas del coloquio celebrado en La Rábida y Sevilla del 14 a 19 de septiembre de 1981, t. II, Madrid, Universidad Complutense, 1985, p.1428-1497.

[184] TORRÓ ABAD, "El urbanismo mudéjar como forma de resistencia...", p. 538-539.

Os vestígios do passado islâmico surgiam como uma recordação incómoda de uma etapa anterior, vinculada a uma outra religião e cultura definitivamente vencidas. Acima de tudo, os relatos revelam uma incompreensão e inadaptação perante a matriz muçulmana, razão porque, transversalmente a toda a documentação, o adjetivo "*morisco*" surge com conotação pejorativa, sendo aplicado a tudo o que se revelasse contrário à nova ordem, fosse no campo das técnicas, fosse relativamente ao sistema viário. O menosprezo de que este último era alvo saía reforçado pela comparação com os empreendimentos urbanísticos que os novos detentores do solo promoviam, quer em solo virgem, quer sobre estruturas pré-existentes. Deste último caso é exemplo paradigmático a *pobla* construída, em 1313, por Pere de Villa-rasa, conselheiro de Jaime II. A campanha arqueológica aí realizada detetou uma descontinuidade estratigráfica: o derrube das casas islâmicas substituídas por fileiras compactas de casas, segundo um modelo regular que retirava o máximo partido da fachada e de uma rede viária contínua[185].

Dessa mesma "*cristianização da paisagem*" é porta-voz Francesc Eiximenis quando, em 1383, na carta em que dedica o seu "*Regiment de la cosa pública*" aos *jurats* de Valência, refere "*Dotzenament, car com la ciutat sia encara quasi morisca, per la novitá de sa preso, per tal vos cové vetlar que es repare en murs, e en valls, e en carreres, e en places, en cases, e en armes, en guisa que per tot hi apareixca ésser lo crestiá regiment e les crestianes maneres...*"[186].

Nada de semelhante existe para Portugal, como, aliás, sucede com outros reinos hispânicos. Contudo, as transformações urbanísticas registadas em Lisboa, no reinado de D. Dinis, incidindo sobre o vale da Ribeira, junto ao Tejo, com destaque para a reorganização do Largo dos Açougues podem, de alguma forma, indiciar a necessidade de adaptação de uma área já na época islâmica densamente ocupada. Destruída, aterrada e totalmente reconstruída no século XVIII, o levantamento da cidade pré-terramoto, da autoria de Manuel da Maia, permite, ainda que com a necessária cautela, vislumbrar uma rede viária imbricada, onde os adarves parecem assumir um peso significativo.

[185] SERRA DESFILIS, "Orden y decorum en el urbanismo valenciano de los siglos XIV y XV", p. 37-50.

[186] "… como a cidade é todavia quase mourisca, pela novidade da conquista, convém-vos zelar para que se reparem os muros e as valas, as vias e as praças, as casas e as armas, de forma a que tudo aí se assemelhe ao regimento cristão e às maneiras cristãs." Tradução revista por Fernando Montesinos a quem aqui agradecemos. SERRA DESFILIS, "Orden y decorum en el urbanismo valenciano de los siglos XIV y XV", p. 42.

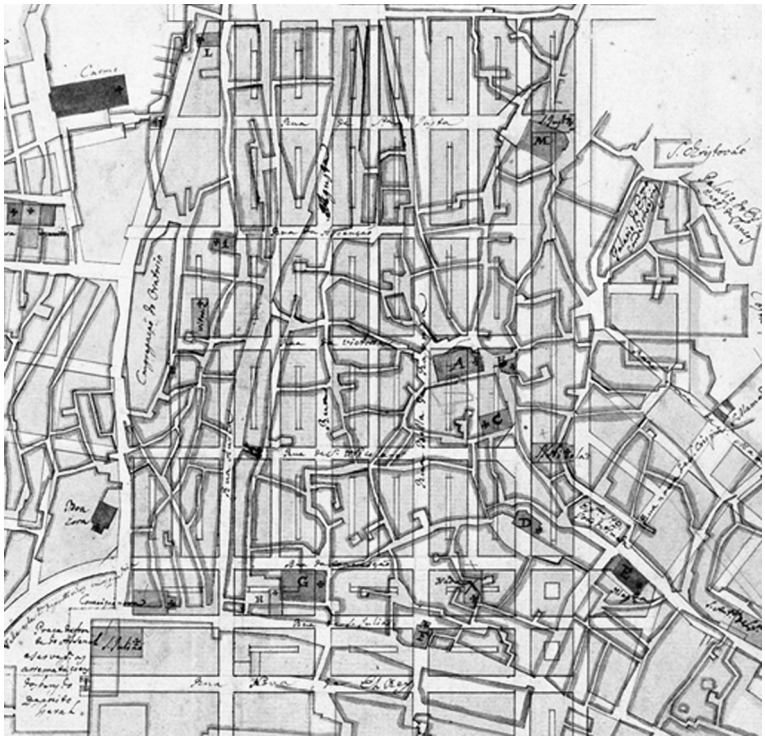


Fig. 16 Lisboa: estudo para o plano da Baixa-Chiado (desenho de Carlos Mardel e Eugénio dos Santos sobre levantamento de Manuel da Maia, 1756-1758, IGP-0354)

O traçado torna-se tanto mais interessante quanto a área em causa é essencialmente plana (embora não o fosse tanto antes dos aterros setecentistas) e teria sido anteriormente marcada pela matriz romana. Apesar das inúmeras dúvidas ainda existentes acerca da zona ribeirinha da Olisipo romana, essencialmente de vocação industrial e portuária, importa referir aqui a hipótese de esquema urbanístico ortogonal ensaiada por Vasco Mantas, sobre a planta de Nunes Tinoco[187] que, a comprovar-se, apenas vem reforçar a intensidade com que, séculos depois, se impôs a matriz islâmica.

A verdade é que, tendo sido totalmente apagado o cadastro antigo desta área, tudo o que a este propósito possa dizer-se ficará sempre no campo incerto das hipóteses. E os dados são muitas vezes controversos. A favor da inexistência de um traçado islâmico poderá adiantar-se que: em contexto muçulmano, as intervenções arqueológicas nesta zona em particular não puseram a descoberto estruturas residenciais organizadas

[187] Vasco Gil MANTAS, "Olisipo e o Tejo", *Lisboa Ribeirinha, Actas do II Colóquio Temático*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1997, p. 26. Partindo de alguns elementos seguros e recorrendo à fotointerpretação, Vasco Mantas refere ser "*provável que se trate de traços de uma quadrícula urbana ortogonal que, num sítio de topografia tão acidentada como é o de Lisboa, não cobriria toda a área urbana com uma orientação única*". Vasco Gil MANTAS, "As cidades marítimas da Lusitânia", Sep. de *Les Villes de Lusitanie Romaine*, Paris, Editions du CNRS, 1990, p.162.

em torno do característico pátio central[188]; os vestígios encontrados indicam que o caráter industrial da área se manteve[189] não sendo por isso um bairro totalmente residencial, aqueles em que, por natureza, mais se justifica a presença de adarves; acresce que, esse mesmo espaço, durante esse mesmo período de ocupação islâmica foi, pelo menos parcialmente, ocupado pelas minorias cristã e judaica. A favor do argumento contrário, ou seja, da existência da marca islâmica ao nível do tecido urbano, não pode deixar de se chamar a atenção para as poucas referências à cidade incluídas na carta que o cruzado inglês enviou a Osbert de Bawdsey: com "*edifícios aglomerados tão apertadamente que, a não ser entre as dos comerciantes, dificilmente se achará uma rua com mais de oito pés de largura*"; num outro passo, e a propósito das pedras que, do arrabalde, os sitiados lançavam sobre o exército cristão, refere "*os terraços das casas, as quais eram ligadas em volta à maneira de muralhas*"[190]. Expressão que, não sendo muito clara, parece poder indiciar uma situação de casas adjacentes umas às outras, formando muros contínuos.

Se o ato de rasgar as ruas Nova e dos Ferreiros está diretamente associado à construção da muralha dionisina e à conquista de terrenos ao Tejo, não podendo identificar-se com a reestruturação de um qualquer legado islâmico, deixa, em qualquer dos casos, uma marca clara da diferente conceção urbanística que a ele presidiu: uma rua larga e fluida onde, ao contrário do *souk* islâmico, a vocação comercial é partilhada em pé de igualdade com a residencial. Uma última referência, datada já do reinado de D. Afonso IV, concretamente do ano de 1329, pode, eventualmente, corroborar essa necessidade de reconversão dos espaços ao determinar que as ruas da cidade sejam bem espaçosas de forma "*que possam as gentes per elas andar e cavalgar sem embargo*"[191].

As cidades conquistadas ao Islão raramente foram alvo de uma destruição total. Pelo contrário: como supostamente aconselhava Cid o Campeador "*entremos en sus casas, en ellas moremos y de ellos nos sirvamos*"[192].

Parte do tecido urbano e dos equipamentos foram adaptados à nova lógica dos conquistadores: ato contínuo à ocupação da cidade foi a consagração da mesquita maior em catedral[193], com a substituição da chamada à oração pelo toque dos sinos,

---

[188] Na Praça da Figueira, sob os vestígios do Hospital Real de Todos os Santos, foi posto a descoberto um bairro habitado entre os séculos X e XI, podendo corresponder à moçarabia da *Lixbuna* islâmica; na rua dos Correeiros, no que seria uma zona essencialmente industrial desde a época romana, encontraram-se vestígios de silos e, no Rossio, detetou-se a existência de uma extensa fossa de despejos.

[189] José Luís de MATOS, *Lisboa Islâmica*, p. 12.

[190] *Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147. Carta de um cruzado inglês*, apresentação e notas de José Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 2ª ed., 2004, respetivamente p. 32 e p. 45.

[191] Iria GONÇALVES, "Posturas municipais e vida urbana...", p. 91.

[192] LAVADO PARADINAS, "La ciudad mudéjar: espacios y nuovas funciones", p. 434. Estratégia que Adalberto Alves, a propósito da conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques, caracterizou como de "Tomar, preservando". Adalberto ALVES, *Em busca da Lisboa Árabe*, Lisboa, CTT Correios de Portugal, 2007, p. 98.

[193] "No dia em que se celebra a festa de Todos os Santos, em louvor e honra do nome de Cristo e do da sua santíssima Mãe, foi purificado o templo pelo arcebispo e quatro bispos, e instala-se aí a sede do bispado". *Conquista de Lisboa aos Mouros…,* p. 69. A sagração da mesquita maior, em Granada, simbolizou a purificação de toda a cidade. Manuel ESPIÑAR, "Del urbanismo musulman al urbanismo Cristiano II", *La ciudad Islâmica. Ponencias y comunicaciones*, Zaragoza, Institución Fernando el Católico, 1991, p. 228.

a par do estabelecimento de uma rede de igrejas paroquiais assente sobre as mesquitas de bairro. Assim se demarcava e estruturava a cidade cristã, introduzindo novos vínculos sociais. Quase de imediato, procedia-se à demolição pontual do edificado envolvente, libertando espaços para os cemitérios e claustros.

Mas logo que a conjuntura económica o permitia, substituíam-se as mesquitas por novos edifícios que proclamavam, pela diferente linguagem arquitetónica e sentido funcional dos seus espaços, o triunfo cristão. Assim aconteceu em Coimbra, Lisboa ou Loulé[194]. Mas não em Mértola, onde a antiga mesquita, embora mudando de função e significado, manteve a mesma aparência até ao século XVI[195].

Preservavam-se as estruturas defensivas e mantinham-se os alcáceres/alcáçovas como centros de poder, agora convertidos em castelos ou palácios reais, sucessivamente readaptadas nos séculos seguintes como sucedeu em Coimbra, Lisboa, Silves ou Mértola. Outros equipamentos, como os banhos, foram refuncionalizados e mesmo os que inicialmente mantiveram a sua atividade, acabaram por interrompê-la no decorrer do século XIV[196].

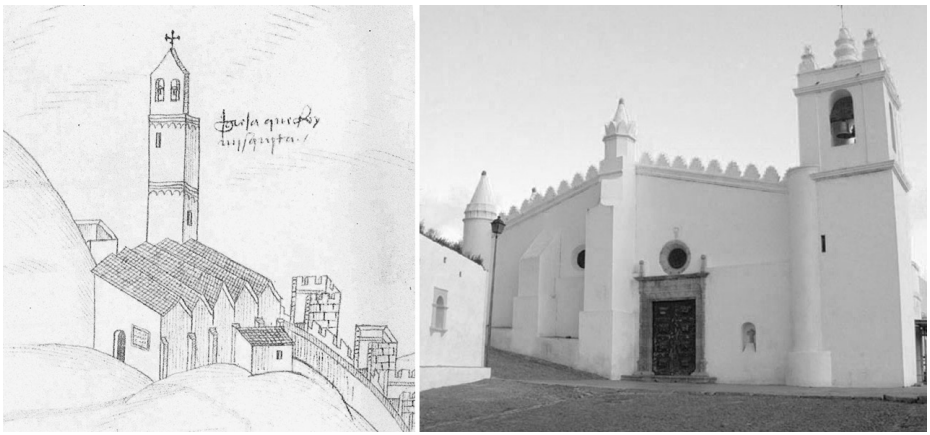


Fig. 17 Mértola: exemplo de adaptação da antiga mesquita a igreja matriz. Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, f. 5 e fotografia atual

Sob esta capa superficial de continuidade, todavia, operou-se uma rutura que privou de sentido o assentamento original muçulmano[197]. Porque os dois modelos eram, na prática, incompatíveis, como bem o demonstra a adaptação da nova parcela à rede viária.

---

[194] A igreja de S. Clemente foi fundada sobre a antiga mesquita. Maria de Fátima Botão, *A construção de uma identidade urbana no Algarve Medieval. O caso de Loulé*, dissertação de doutoramento apresentada à F. C. S. H. da Universidade Nova de Lisboa, 2007, p. 228 (texto policopiado). Sobre o conjunto de mesquitas detetáveis no atual território português, sua transformação e vestígios ainda remanescentes, veja-se Santiago MACIAS; Cláudio TORRES, "Contributos da arqueologia medieval para o conhecimento do processo urbanístico e territorial da passagem do Garb al-Andalus para o reino de Portugal", p. 21-23.

[195] Joaquim Manuel Ferreira BOIÇA; Maria de Fátima Rombouts de BARROS, "A mesquita-igreja de Mértola", *As Ordens Militares: Guerra, Religião, Poder e Cultura*, Actas do III Encontro sobre Ordens Militares, vol. II, coord. de Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Colibri-Câmara Municipal de Palmela, 1999, p. 341-365.

[196] Em Silves, os banhos foram transformados em cadeia. Em Lisboa, encerraram ainda no decorrer do século XIV.

[197] Como bem resumiu Stéphane Boissellier, "*déjà au milieu du XIVe siècle, il ne reste plus grand chose des traces les plus apparentes du passé islamique; sorti de la "mosquée de Mértola, l'historien en mal d'exotisme cherche bien*

A ritmos muito diferentes, por toda a Hispânia e sem que Portugal fosse uma exceção, a cidade islâmica foi sujeita a uma desestruturação interna, ainda que camuflada por um conjunto de aparências. Para estas últimas, a historiografia mais recente criou a designação de *mudejarismo urbano*, ferramenta útil para estudar o que resulta da apropriação e adaptação de determinados elementos arquitetónicos a um novo contexto social e a uma lógica de poder profundamente diferentes[198].

É essa lógica e a sua tradução urbanística que tentaremos de seguida compreender focando, essencialmente, a cidade de fundação, pela simples razão de que aí surge de forma mais nítida, já que genericamente isenta de pré-existências.



Fig. 18 Silves (tecido urbano correspondente ao espaço intramuros)

Mas não sem antes tentarmos responder a uma última questão, por várias vezes enunciada ao longo do presente capítulo: perante os paralelismos aqui estabelecidos com a evolução registada em contexto espanhol e a conclusão de que o processo de cristianização da paisagem urbana islâmica terá sido de natureza similar, como explicar então o desaparecimento da matriz em Portugal, a par da sua persistência em inúmeras cidades meridionais espanholas? Por entre as várias causas possíveis, a dimensão dos núcleos detém um papel fundamental. De um lado grandes cidades, com Córdova à cabeça e que, pese embora a enorme disparidade de estimativas populacionais para o

en vain une culture arabo-islamique dans le colines d'Alentejo ou sur le plages d'Algarve". Aliás, a mesma rutura é detetada pelo autor para as formas de organização do espaço rural concluindo por "*Ce sont bien deux conceptions de l'espace — et, à travers elles, deux conceptions de la société — qui s'affrontent*." Stéphane BOISSELLIER, *Naissance d'une identité portugaise: la vie rurale entre Tage et Guadiana de l'Islam à la reconquête (X^e^-XIVe siècles)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, p. 619 e 179. Aspeto confirmado por Cédric Lavigne para o território de Múrcia onde a redistribuição de terras pelos colonos cristãos alterou substancialmente a matriz islâmica. Cédric LAVIGNE "Assigner et fiscaliser les terres au Moyen Âge. Trois exemples", *Études rurales* 175-176, *Nouveaux chapitres d'histoire du paysage*, Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2006, p. 83.

[198] TORRÓ ABAD, "El urbanismo mudéjar como forma de resistencia...", p. 542. Conceito adotado, por exemplo, por Jiménez Castillo e Navarro Palazón, no estudo já aqui diversas vezes citado "El urbanismo islámico y su transformación ...", p. 111.

século X — de cem mil a um milhão de habitantes —, deixaria, mesmo aceitando a cifra mais baixa, as cidades do Gharb al-Andalus a uma gigantesca distância: em meados do século XII, Lisboa rondaria os 25.000 habitantes e, ao seu lado, todas as outras pouco mais seriam do que pequenas cidades. Coimbra e Santarém contariam com cerca de quatro ou cinco mil habitantes, enquanto núcleos como Elvas, Alcácer, Évora, Beja, Mértola, Silves e Faro nunca terão excedido os dois a três mil[199]. Talvez até mais elucidativa seja a comparação das dimensões das áreas amuralhadas: contra os 15 hectares de Lisboa, surgem os 89,91 de Córdova, os 267 de Sevilha ou os 52,66 de Valência[200].

Os números apresentados, para além de tudo o que traduzem em termos de relevância e pujança cultural, política ou económica, tiveram implicações diretas num elemento determinante para a questão que aqui enunciámos: a forma como se processou o repovoamento cristão. Ao contrário do que sucedeu em Portugal, onde a pequena dimensão dos núcleos se traduziu numa ocupação sem grandes dificuldades — mesmo que em muitos casos o poder régio contasse com a presença moura para as tarefas do povoamento —, nas cidades da Andaluzia o processo foi muito diferente.

A enorme dimensão de áreas urbanisticamente consolidadas associada, por exemplo no caso da Andaluzia Bética, ao fracasso do repovoamento cristão, resultou necessariamente numa transformação muito lenta da paisagem urbana, em parte e durante muito tempo sem reocupação efetiva. Como escreveu J. Abellán Pérez "*el corte radical de la sociedad hispano-musulmana en esta region, su sustitución por otra nueva, que en ningún momento la iguaría en número, hace difícil pensar en transformaciones immediatas…"*. O que explica em grande parte a persistência da marca islâmica em cidades como Sevilha, Córdova ou Jérez de la Frontera[201].

Mas outras justificações podem ser aduzidas, tais como os diferentes "tempos das Reconquistas": para além dos quase cem anos que distanciam a tomada cristã das principais cidades portuguesas das vizinhas espanholas (Coimbra, em 1064, Lisboa e Santarém, em 1147, Évora, em 1165, por sua vez Córdova, em 1236, Valência, em 1238, Múrcia, no ano de 1243 e Sevilha, em 1248) importa salientar o hiato temporal registado entre o fim da Reconquista Portuguesa, em 1248-49, com a queda de Silves e Faro, e a conquista de Granada que, só em 1492, poria efetivamente fim ao domínio muçulmano na Península, facto celebrado em toda a Europa e que mereceria, dois anos volvidos, a outorga pelo Papa do título de Reis Católicos a Fernando e Isabel.

Se da vitória sobre os muçulmanos passarmos à expulsão dos mudéjares, também aí os tempos e processos registam diferenças consideráveis. Ao contrário do que sucedeu em Portugal onde, em 1496, mouros e judeus foram expulsos num processo único, em Espanha, tal ocorreu separadamente, sendo o decreto de expulsão de 1492 exclusivamente dirigido à minoria hebraica. O que explica que parte importante dos mouros portugueses tenha escolhido os reinos vizinhos por destino, em resposta à carta dos monarcas castelhanos que a isso incentivava. Se, entre 1500 e 1502, foi decretada a conversão obrigatória dos mudéjares espanhóis, a partir de então identificados pelo

[199] E. GUIDONI, *La Ville européenne…*, p. 65; Cláudio TORRES, "Lisboa muçulmana", *Lisboa Subterrânea*, p. 83.

[200] C. MAZZOLI-GUINTARD, *Ciudades de al-Andalus…* p. 458.

[201] ABELLÁN PÉREZ, "Del urbanismo musulmán al urbanismo cristiano…", p. 197-198. GONZÁLEZ JIMENEZ, "El Poblamiento de la andalucia Betica…" , p. 3-5.

termo "*mourisco*", só muito mais tarde, entre 1609 e 1614, já no reinado de Filipe III, se concretizou a expulsão geral, afetando cerca de 300.000 pessoas[202]. Números que também não são comparáveis aos da realidade portuguesa.



Fig. 19 Córdova e Málaga, Espanha (desenhos de A. Almagro, "Planimetría de las ciudades hispanomusulmanas", p. 425 e 435)

Acresce que na própria Espanha, entre a conversão forçada e a expulsão, a evolução da comunidade mourisca foi diferente de região para região. Ao passo que em Castela os mouriscos descendentes dos mudéjares assimilaram grande parte dos costumes cristãos, na Andaluzia, pelo contrário, mantiveram acesos os costumes, crenças e formas de vida muçulmanos. É essa, aliás, a razão que explica a sublevação dos mouriscos granadinos, ocorrida entre 1568 e 1570. O facto de recusarem a pragmática de 1567, pela qual deixavam de poder falar, ler e escrever árabe, usar nomes muçulmanos ou vestir de acordo com a sua tradição, apenas comprova como a sua identidade permanecera forte e quase incólume às sucessivas medidas que tentavam impor o sistema de vida cristão.

O que em grande parte explica a forma igualmente diferente da persistência do urbanismo de matriz islâmica. Dominando uma importante parte do território peninsular até praticamente findo o século XV, numericamente muito superiores e expulsos cerca de cem anos depois, os muçulmanos, mudéjares e mouriscos dos reinos vizinhos marcaram de forma indelével os espaços urbanos que prolongadamente habitaram, sobretudo meridionais, conseguindo manter viva uma parte

[202] Em 1609, constituíam 2 a 4% da população peninsular, embora a sua presença oscilasse muito consoante as regiões. As maiores concentrações verificavam-se em Valência e na Andaluzia. O desterro para o Norte de África começou pelos portos valencianos, saindo, em apenas 3 meses, mais de 116.000 pessoas. O êxodo continuou no ano de 1610. Fernando GARZIA DE CORTÁZAR; José Manuel GONZÁLEZ VESGA, *Breve Historia de España*, Madrid, Alianza Editorial, 1995, p. 253-256.

substancial da expressão material da sua cultura, mesmo contra a corrente contrária, cristã, maioritária e dominante. Razão porque cidades como Sevilha, Granada ou Córdova integram ainda na atualidade trechos de traçado inequivocamente islâmico.

Para o caso português, pelo contrário, associando as informações documentais relativas à ocupação das cidades com os dados disponíveis pela arqueologia e o pouco que se conhece dos bairros mudéjares, torna-se inevitável concluir que a matriz islâmica — quase só circunscrita às cidades a sul do Tejo — não só foi efetivamente apagada do tecido urbano ocupado por cristãos, como, fruto de condições sociais, políticas e demográficas, não teve força suficiente para se impor nos bairros onde a minoria foi compulsivamente apartada. Tema a que voltaremos mais tarde.

(Página deixada propositadamente em branco)

3. Forma(s)

> *"... habrá que evitar el formalismo vacío que muchas veces se ha escudado en este tipo de estudios. Cabe, en todo caso, un estudio autónomo de la forma urbana, pero nunca puede hablarse de una autonomía de la forma. Y aun ese estudio autónomo de la forma que han defendido tantos autores implicará, necesariamente, renunciar a explicar la ciudad. Buscar las razones que explican su estado actual será arriesgado, pero sin duda, es la única justificación para emprender estudios de esta naturaleza, porque aquellos que no lo hagan quedarán en lo descriptivo, que es lo tautológico y lo innecesario*"[203].

As palavras de Betrán Abadía, aplicadas ao título do presente capítulo, clarificam o sentido que aqui nos interessa explorar: o de que o investimento no estudo da forma se justifica apenas na medida em que esta é a expressão do processo histórico que a determinou e a consciência de que, do ponto de vista operativo, a forma também não é mais do que um veículo para o conhecimento desse processo.

A forma[204] como elemento significante[205], portanto, forma que resulta e se explica pela interação de fatores de índole diversa — políticos, militares, económicos, técnicos, religiosos, sociais e culturais — cuja atuação conjunta, foi determinante na configuração da cidade, na sua matriz, tanto quanto no seu desenvolvimento e consolidação. Quando devidamente descodificadas, as marcas deixadas no quadro físico permitem compreender como, numa determinada época, se pensou a cidade e como sobre ela se operou. Neste mesmo contexto, procurámos a resposta a duas questões concretas que, embora aparentemente simples, não foram, até hoje, totalmente esclarecidas: qual era, no Portugal da transição do século XIII para o século XIV, o programa base subjacente ao ato de "fazer cidade"? Como e por quem era executado no terreno esse mesmo programa?

---

[203] Ramón BETRÁN ABADÍA, "Las huellas del tiempo: parcelario, tipo y propiedad", *Paisajes rurales y paisajes urbanos: métodos de análisis en Historia Medieval, Aragón en la Edad Media*, III Seminario de Historia Medieval, Zaragoza, 1994, p. 151.

[204] Sobre o conceito de morfologia, central na reflexão teórica italiana a partir da década de 1960, veja-se *Morphologie urbaine et parcellaire*, ed. Pierre Merlin, Saint-Denis, Presses Universitaires de Vincennes, 1988, sobretudo o capítulo de Pierre Merlin intitulado "La morphologie urbaine vue par les experts internationaux" onde o autor sintetiza as principais abordagens desenvolvidas até à data no âmbito da análise morfológica (centradas disciplinarmente nas áreas da Arquitetura e do Urbanismo); F.J. MONCLUS; J.L. OYON, "Espacio urbano y sociedad: algunas cuestiones de método en la atual historia urbana", *Urbanismo e Historia Urbana en el mundo hispano*, Actas del Segundo Simpósio (1982) tomo I, coord. Antonio Bonet Correa, Madrid, Universidad Complutense, 1985, p. 425-443.

[205] Umberto ECO (1973), *O signo*, 3ª ed. Lisboa, Presença, 1985, p. 23 e segs.

Fontes

Contudo, o facto da forma urbana constituir o principal arquivo da história da cidade, materializando a passagem do tempo num processo de reescrita contínua — e por isso já comparado a um palimpsesto — dificulta o seu processo de resgate. Ao contrário do objeto arquitetónico, à escala da cidade, raramente podemos identificar um conjunto de transformações globais com uma cronologia precisa. A evolução da cidade não funciona por estádios que se sobrepõem, como se de uma estratigrafia se tratasse. A ideia da "morte" de uma cidade, substituída por outra que violentamente se lhe sobrepõe, apenas se aplica em situações extraordinárias, por regra decorrentes de catástrofes. A cidade é fruto de milhares de metamorfoses, que ocorrem de forma permanente e simultânea, embora, nesse processo, possam identificar-se tempos diferentes, alguns fracos, quase de aparente imobilidade, outros fortes ou até de acelerações brutais[206].

Torna-se, por isso, fundamental associar à leitura do existente — a cidade na sua expressão contemporânea — todo um conjunto de dados levantados no decorrer do tempo, auxiliares inestimáveis desde que permanentemente aferidos pelo objeto atual, em última análise, o único que não "mente"[207].

É esse conjunto de fontes que importa agora caracterizar, tendo em conta as suas potencialidades e limitações.

A interpretação da cidade atual conta, para além do trabalho de campo, com um conjunto de diferentes métodos de representação, com destaque para os levantamentos cadastrais e a fotografia aérea.

Os primeiros, de acordo com a própria significação do termo (do grego "*linha por linha*"), são a transcrição gráfica detalhada e rigorosa de toda a propriedade, tal como se encontrava no momento em que foram elaborados: registam a localização, configuração e área de todo o edificado e, pelo confronto entre espaços e massas (cheios e vazios do solo), os espaços de uso e domínio público. Importa, sobretudo, sublinhar como o parcelário é, pelas razões induzidas pelos desfasamentos cronológicos na transmissão da propriedade e transformação dos edifícios, o registo material de maior persistência, bem mais do que a rede viária ou a própria topografia[208].

---

[206] Pierre PINON, "La transición desde la ciudad antigua a la ciudad medieval: permanencia y transformación de los tejidos urbanos en el Mediterráneo Oriental", *La ciudad medieval: de la casa al tejido urbano*, coord. Jean Passini, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-la-Mancha, 2001, p. 179. Razão por que, como escreveu Kevin Lynch, "t*al como uma obra arquitetónica, a cidade é uma construção no espaço, mas uma construção em grande escala, algo apenas perceptível no decurso de longos períodos de tempo. O design de uma cidade é, assim, uma arte temporal, mas raramente pode usar as sequências controladas e limitadas de outras artes temporais*". Kevin LYNCH (1960), *A imagem da cidade*, Lisboa, Edições 70, 1982.

[207] Walter ROSSA; Luísa TRINDADE, "Questões e antecedentes da cidade portuguesa: o conhecimento sobre o urbanismo medieval e a sua expressão morfológica", *Murphy,* p. 70-109. Sandra PINTO, *Análise formal: recursos, princípios, métodos. Subsídios metodológicos para o conhecimento da cidade portuguesa,* p. 79-155. Um elenco exaustivo das fontes a utilizar pode ler-se em Beatriz ARÍZAGA BOLUMBURU, *La imagem de la ciudad medieval. La recuperación del paisaje urbano*, Santander, Universidad de Cantábria, 2002; BETRÁN ABADÍA, "Las huellas del tiempo: parcelario, tipo y propiedad", p. 123-156; Jean PASSINI, "El medio urbano como informador arqueológico medieval", *III Semana de Estudios Medievales*, Logroño, Goberno de la Rioja, Instituto de Estudios Riojanos, 1993, p. 89-102.

[208] Trata-se da famosa "lei da persistência do plano" formulada por P. Lavedan (embora tradicionalmente atribuída pela historiografia, sobretudo italiana, a Marcel Poete que, na realidade, se limitou a vincular a regularidade de algumas cidades francesas a uma anterior implantação romana. M. POETE, *Introduction à l'Urbanisme.*

Pelas suas características geométricas é também um dado precioso na perceção e análise morfológicas, possibilitando a identificação de conjuntos cuja homogeneidade indicia a sua instalação conjunta num dado momento; é um auxiliar precioso na reconstituição de unidades cadastrais e edificadas entretanto repartidas; torna evidentes cicatrizes deixadas por acidentes naturais (ribeiras, taludes) entretanto obliterados, etc.

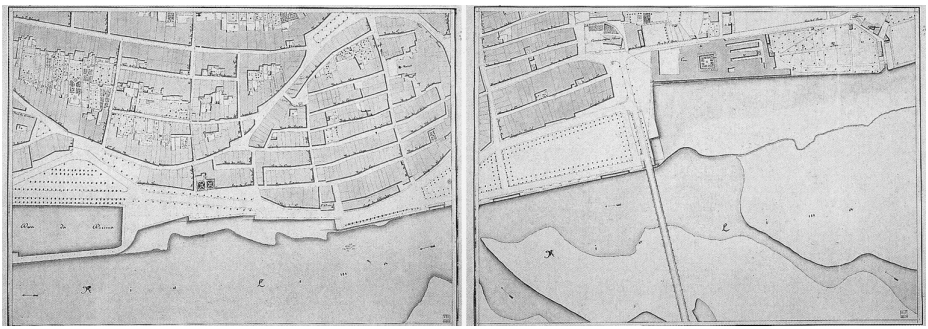


Fig. 20 Viana do Castelo (Carta cadastral de Viana do Castelo, f. 11-12, A.G.T., Ferreira E. V. Salgado, 1868-69, B.A.H.M.O.P.)

Dos primeiros levantamentos com indicação do cadastro — realizados com rigor científico no decurso do século XIX[209] — aos mais recentes métodos aerofotogramétricos[210], os levantamentos cadastrais desempenham no âmbito disciplinar da história do urbanismo um papel idêntico ao que o documento escrito tem para o historiador, exigindo, da mesma forma, todo o processo de "*decifrar e transcrever*"[211]. Na realidade, o teor da informação que fornecem é único, não podendo ser substituído por qualquer outro tipo de fonte. Para determinados níveis da análise morfológica, como adiante se verá a propósito da determinação dos sistemas compositivos e proporcionais das parcelas originais, os levantamentos cadastrais constituem, em rigor, o único suporte possível.

L'evolution des villes. La leçon de l'Antiquité, Paris, 1929, p. 21). P. LAVEDAN, *Qu'est-ce que l'urbanisme? Introduction à l'histoire de l'urbanisme*, Paris, Hemi Laurens, 1926, p. 91. Veja-se a aplicação do conceito a um amplo conjunto de casos em Pierre PINON, "La transición desde la ciudad antigua a la ciudad medieval: permanencia y transformación de los tejidos urbanos en el Mediterráneo Oriental", p. 179-213.

[209] Fundamentais por fixarem a imagem das cidades antes das grandes transformações novecentistas, em muitos casos num estado mais próximo dos séculos XV e XVI do que da atualidade. A sua principal limitação é o facto de cobrirem apenas um número restrito de núcleos urbanos com destaque para os casos de Lisboa, Porto, Coimbra, Braga e Viana do Castelo. Veja-se, entre outros, *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa: sob a direção de Filipe Folque (1856-1858*), Lisboa, Arquivo Municipal de Lisboa, 2000; *Uma Cartografia exemplar: o Porto em 1892, exposição comemorativa do 1º centenário da Carta Topográfica de A. G. Telles Ferreira*, Porto, Arquivo Histórico Municipal, 1992; José Pinto LOUREIRO, org., *Anais do Município de Coimbra (1870-1889)*, Coimbra, Biblioteca Municipal, 1937; Miguel Sopas de Melo BANDEIRA (2002), *O Espaço Urbano de Braga: obras públicas, urbanismo e planeamento (1790-1974),* Braga, dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho, 2002 (texto policopiado); Mário Gonçalves FERNANDES (2002), *Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal (Viana do Castelo, Póvoa do Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926*, Porto, FAUP, 2005.

[210] Refira-se a intensa evolução tecnológica registada nas últimas décadas ao nível dos métodos utilizados, desde o levantamento topográfico eletrónico ao levantamento taqueométrico e sobre ortofotos.

[211] Jean PASSINI, "El medio urbano como informador arqueológico medieval", p. 91.

Paralelamente, e com pontos de contacto ao nível da informação veiculada, a fotografia aérea[212] é hoje, pela facilidade de acesso, atualização e volume de informação que comporta[213], uma ferramenta insubstituível para a história do urbanismo, especialmente quando se trata de ortofotomapas. Embora aparentemente semelhantes, diferem entre si no rigor e, por isso, nas potencialidades de utilização: o ortofotomapa distingue-se da simples fotografia aérea por ser uma imagem capturada na vertical permitindo, a partir de uma coordenada central, retificar qualquer distorção. Reúne, assim, as vantagens da fotografia aérea às da cartografia convencional, uma vez que, podendo ser interpretado como uma fotografia, tem uma escala constante possibilitando a medição direta de ângulos, distâncias e áreas.

Por outro lado, comparativamente à informação veiculada pelos levantamentos cadastrais, permite uma compreensão mais imediata da realidade, principalmente quando se trata de fotografia a cores ou a falsa cor, uma vez que a separação dos temas ou dos objetos nelas contidos é mais fácil e rápida. Acresce ainda a forma como reproduz a superfície a três dimensões[214]. Com conhecimentos mínimos de fotointerpretação, consegue-se uma perceção quase imediata do suporte natural, dos usos do terreno, dos cheios e vazios e dos volumes construídos[215].

Se a combinação dos dois tipos de representação proporciona uma aproximação à tridimensionalidade do fenómeno urbano, a verdade é que esta só pode ser verdadeiramente captada com o recurso ao trabalho de campo: apenas a título de exemplo repare-se como, quer os levantamentos cadastrais, quer as fotografias aéreas, iludem a dimensão das ruas, estreitando-as em função da largura dos beirados facto que, somadas as duas frentes do edificado, pode resultar numa distorção significativa dos valores reais.

---

[212] A primeira cobertura aérea fotogramétrica da totalidade do território português continental foi efetuada em 1947, pela Royal Air Force (Reino Unido). Arquivada no Instituto Geográfico do Exército, a escala 1/30000 não permite, todavia, a definição necessária para estudos de morfologia urbana.

[213] Uma consulta rápida aos *sites* do SNIG - Sistema Nacional de Informação Geográfica e Instituto Geográfico do Exército permite uma visão global do conjunto de materiais disponíveis para a análise do tecido urbano de que são exemplo *O País visto do céu*, Orto-fotografias digitais de Portugal Continental, fotografia aérea digital em formato raster ou vetorial, a Informação Matricial (modelos digitais do terreno) ou programas como o VMap1 (informação geográfica digital normalizada do território português à escala 1:250 000). Ainda a propósito dos mais recentes desenvolvimentos tecnológicos, importa salientar o conjunto de programas acessíveis em linha a qualquer utilizador, de que o melhor exemplo e também o de maior divulgação, é o *Google Earth (*originalmente *Earth Viewer*). Criado pela *Keyhole, Inc*. e desenvolvido a partir de 2004, pela *Google*, disponibiliza um modelo tridimensional do globo terrestre, construído a partir de fotografias de satélite, fotografias aéreas e de SIG 3D (Sistemas de Informação Geográfica). Menos complexo, o *Google Maps* (inicialmente designado como *Google Local*) possibilita a observação de mapas e imagens de satélite, permitindo uma visão detalhada da paisagem urbana (para diversos locais está já disponível a chamada *vista de rua*). Nesta mesma categoria de ferramentas disponibilizadas *em linha* refira-se ainda o *wikimapia*, programa cujo principal interesse (mas que é simultaneamente o seu maior risco) reside nas potencialidades de interatividade que oferece ao utilizador.

[214] José Barreiro GUEDES; João Cordeiro FERNANDES; Eduardo SAAVEDRA, "Novos rumos para a Cartografia topográfica portuguesa", *Os Mapas em Portugal: da tradição aos novos rumos da cartografia,* coord. de Maria Helena Dias, Lisboa, Ed. Cosmos, 1995, p. 132-133.

[215] Sobre a importância e metodologia da aplicação da teledeteção aérea para o estudo das formas urbanas veja-se Vasco Gil MANTAS, "Teledetecção e urbanismo romano: o caso de Beja", Sep. de *Geociências*. Revista da Universidade de Aveiro, 5, 1990, p. 75-88; Vasco Gil Mantas, "Teledetecção, cidade e território: Pax Iulia", *Arquivo de Beja*, I, 3ª Série (1996), p. 5-30; Maria da Conceição Lopes, *A cidade romana de Beja: percursos e debates em torno de Pax Iulia*, Coimbra, Instituto de Arqueologia, 2003, p. 199-202.



Fig. 21 Monção (fotografia aérea de 1958)

Ainda no capítulo das potencialidades da fotografia aérea assinale-se, como fonte documental do maior interesse para a história do urbanismo português, os registos capturados pelos voos de 1958, disponibilizados pelo Instituto Geográfico do Exército, onde se fixou o aspeto das cidades portuguesas antes da construção das grandes infra-estruturas territoriais e do crescimento explosivo registado a partir dos anos sessenta[216].

Para cronologias anteriores ao século XIX, as fontes cartográficas perdem rigor, obrigando a um permanente processo de crítica interna.

A cartografia histórica dos séculos XVII e XVIII[217], revela dados fundamentais para o estudo diacrónico da forma urbana embora, genericamente, seja pouco fiável no que respeita à representação do tecido propriamente dito. Isso porque o objetivo que presidiu à sua realização foi, quase invariavelmente, o da representação das estruturas militares, do que existia ou do que se projetava construir, pelo que tudo o resto foi, frequentemente, registado de forma sumária e pouco precisa.

Mais do que qualquer outra, a cartografia histórica exige o cotejo permanente com os levantamentos atuais. Permite aferir manchas mais do que linhas ou, por outras palavras, identificar a dimensão do tecido edificado, a sua localização relativa, o aspeto

[216] Um importante conjunto de fotografias datadas das décadas de 40 a 60, podem ser consultadas em *Galeria: um século de fotografia aérea*, Municípia, S.A., 2003. No último capítulo da obra, sob o título "Sequências", pode comparar-se a informação veiculada por séries de fotografias aéreas capturadas para um mesmo núcleo, entre os anos 50 do século XX e a primeira década do século XXI.

[217] Veja-se os casos de Caminha, Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção, Melgaço e Viana do Castelo em *Topografia da província de Entre Douro e Minho, Facsimile de Topographia da Fronteyra, praças e seus contornos, raya seca, costa e fortes da Província de Entre Douro e Minho offerecida ao Il^mo Exmo Senhor Sebastião José de Carvalho e Mello, Secretario de Estado de S. Mag^de Fidellissima, delineada por Gonçalo Luís da Sylva Brandão, 1753*, Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1994, ou o vasto conjunto recolhido em Gastão de Mello de MATOS, *Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal*, Lisboa, Comissão de História Militar, 1941. Alguns exemplos de cartografia menos divulgada (Castro Marim, Barcelos, Cascais, Faro ou Lamego, entre outras) foram recentemente publicados em *Portugalliae Civitates — Perspetivas cartográficas militares*, Lisboa, Instituto Geográfico do Exército, 2008. Para o território atualmente espanhol, cujo cotejo com a realidade portuguesa se impõe amiúde, veja-se a obra recentemente publicada, *Ciudades de España*, Ministério de Defensa, 2007.

geral da grelha viária, mas não o desenho rigoroso do seu contorno. Por regra, e porque tal correspondia a um mecanismo de representação mais rápido, tendeu a geometrizar excessivamente a realidade construída.

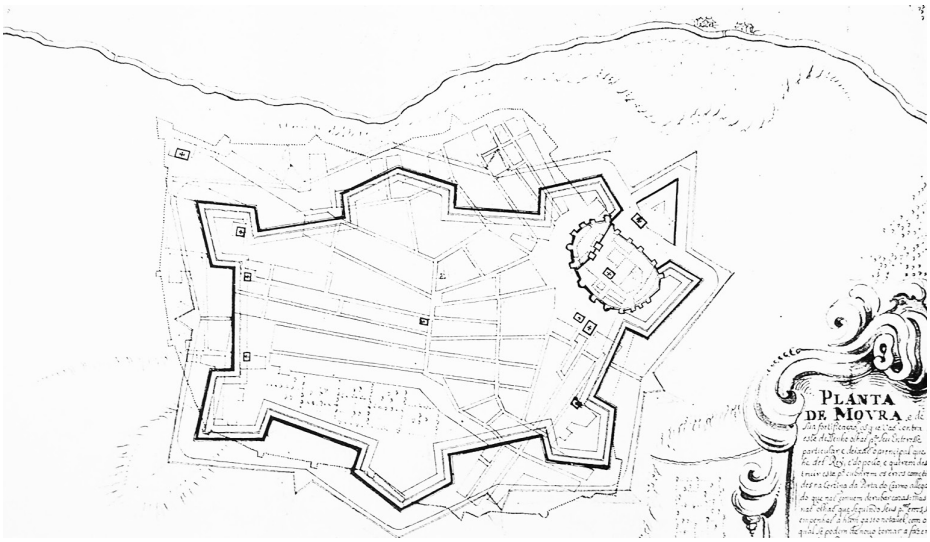


Fig. 22 Moura (Gastão de Mello de Matos, *Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal*, Comissão de História Militar, Lisboa, 1941, BNP, COD. 7445)

Continuando a passar em revista alguns dos materiais que constituem a base do processo de análise morfológica, importa destacar as fontes iconográficas. As representações de cidades, vulgarmente designadas como vistas são, para Portugal e à exceção de Lisboa, raras[218]. E, sobretudo, inexistentes para cronologias anteriores

[218] Lisboa é, como seria de esperar, a cidade mais vezes representada. Reportando-nos apenas às que foram realizadas no século XVI conhece-se, para além da de Georg Braun, a vista de Lisboa de António d'Holanda e Simon Bening incluída na *Genealogia do Infante Dom Fernando de Portugal*, 1530-1534, fol. 8, Ms. 12531, British Library, Londres; a vista iluminada da *Crónica de João I*, 1ª parte, de Fernão Lopes; vista do fol. 25 do *Livro de Horas (dito) de D. Manuel*; a iluminura da vista de Lisboa, da autoria de António de Holanda inserida na *Crónica de D. Afonso Henriques*, de Duarte Galvão, terminada em 1505, Casa-Museu Conde Castro Guimarães, Cascais; a *Ulisiponae Pars*, de Simão de Miranda, realizada em 1575, Archivio di Stato di Torino (Itália) e, finalmente, a vista panorâmica de Lisboa, de autor desconhecido, realizada em torno de 1570, da Leiden University Library, Bodel Nijenhuis Collection, Leyde. Para além das representações da capital, merecem destaque as vistas de Santarém e Évora, a primeira de António de Holanda, a segunda iluminando o foral manuelino da cidade e da autoria de Duarte de Armas. Sobre as representações quinhentistas de Lisboa, veja-se Francisco BETHENCOURT, "Descrições e representações de Lisboa no século XVI", *O imaginário da cidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, p. 117-129; José Augusto FRANÇA, "Imagens de Lisboa através dos séculos", *Rassegna*, Ano XVI, 59, Bologna, 1994, p. 6-17; Raquel Henriques da SILVA, "Iconografia de Lisboa", *Dicionário da História de Lisboa*, dir. de Francisco Santana e Eduardo Sucena, Lisboa, 1994, p. 453-456 e Paulo PEREIRA, "Lisboa (séculos XVI-XVII)", *Simpósio internacional Novos Mundos – Neue Welten. Portugal e a Época dos Descobrimentos,* Deutsches Historisches Museum, Berlim, 23 a 25 de novembro, 2006. Outras coleções do século XVI que contêm igualmente iconografia de estruturas urbanas não foram aqui consideradas por não incidirem sobre o espaço português, mas sobre a presença portuguesa no Índico, caso dos *Roteiros de D. João de Castro* (1538-1541), e das *Lendas da Índia*, de Gaspar Correia (concluído entre 1551 e 1563).

ao século XVI. Apesar de tudo, no que parece ser à partida um panorama pobre, quase só reduzido às vistas que integravam o V volume da obra *Civitates Orbis Terrarum* editado, em 1594, por Georg Braun e Franz Hogenberg[219], (onde se incluem as vistas de Coimbra, Lisboa, Braga e Cascais) ou às realizadas por Pier Maria Baldi[220] já na segunda metade da centúria seguinte (destacando-se entre as mais significativas, Campo Maior, Elvas, Vila Viçosa, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Setúbal, Lisboa, Santarém, Tomar, Coimbra, Porto, Viana e Caminha), a historiografia portuguesa conta com um instrumento de trabalho fundamental: o Livro das Fortalezas, de Duarte de Armas[221].

Incumbido por D. Manuel I de vistoriar as fortalezas da raia portuguesa, Duarte de Armas percorreu, em 1509, toda a linha de fronteira terrestre, de Castro Marim a Caminha[222], desenhando para cada uma das 55 povoações duas vistas panorâmicas[223] tiradas ao natural, a partir de dois pontos, ou "bandas" diferentes. Em 51

---

[219] *Civitates Orbis Terrarum [liber] quintum,* Georgius Braun, Franciscus Hogenbergius, Coloniae, Typis Bertrami Buchholtz, 1594. As vistas de Lisboa e Coimbra foram atribuídas por Armando Carneiro da Silva a Franz Hoefnagel cuja presença na Península Ibérica parece comprovar-se para o período que medeia entre os anos de 1562 e 1567. Armando Carneiro da SILVA, *Estampas coimbrãs*, IX Centenário da Reconquista Cristã de Coimbra, Coimbra, s.d., p. 1-11. Sobre Hoefnagel veja-se especialmente Lucia NUTI, "The mapped views by Georg Hoefnagel: the merchant's eye, the humanist's eye", *World & Image*, vol. 4, nº 2, April-June, 1988. Refira-se, sobre este aspeto, que, interpelada a este propósito num ciclo de conferências realizadas em Coimbra, em 2004, Lúcia Nuti, manifestou grandes reservas na atribuição da gravura de Coimbra a Hoefnagel. A utilização das vistas panorâmicas de Braun apresenta algumas limitações significativas, sobretudo decorrentes da falta de homogeneidade da coleção. As 530 vistas que integram os seis álbuns tiveram métodos e autores diferentes na sua origem, desde a captura no local até à utilização de gravuras mais antigas, passando pela composição através de notas descritivas enviadas para Colónia. Assim, o caráter fidedigno que alguns estudos têm demonstrado existir para a representação de determinadas cidades, não se verifica necessariamente para muitas outras. Essa disparidade pode aferir-se se comparada a vista de Coimbra, fantasista sob muitos aspetos, com a de Valladolid, na opinião de Saínz Guerra "*uma representação fiel da paisagem, da estrutura urbana e arquitetónica da cidade*". J. L. SAÍNZ GUERRA, *Cartografia y Ciudad: las huellas de la ciudad en la cartografia de Valladolid hasta el siglo XIX*, Valladolid, Ayuntamiento, 1990, p. 18-32. O mesmo acontece com a representação que Braun inclui de San Sebastian, cuja fiabilidade foi estudada por comparação com fotografia aérea por ARIZAGA BOLUMBURU, *La imagen de la ciudad medieval*..., p. 44-45.

[220] Integrando o séquito de Cosme III de Médicis, Pier Maria Baldi, pintor e arquiteto florentino, esteve em Portugal de inícios de janeiro a finais de fevereiro de 1669. Lorenzo MAGALOTTI, *Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal (1668-1669),* edición y notas por Angel Sánchez Rivero y Angela Mariutti de Sánchez Rivero, Madrid, Sucesores de Rivadeneyra, 1933. O original pertence ao acervo da Biblioteca Laurenziana (Florença). Sobre a representação de Coimbra veja-se *Viagem de Cosme de Médicis a Coimbra no Século XVII*, coord. Berta Duarte; Raquel Magalhães, Coimbra, Câmara Municipal, 2008.

[221] Duarte de ARMAS, Livro das Fortalezas, int. de Manuel da Silva Castelo-Branco, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições Inapa, 1997. O original pertence ao acervo da Torre do Tombo. Para além do estudo introdutório incluído no referido *fac-símile,* veja-se também de Manuel da Silva CASTELO-BRANCO, "O Livro de Duarte de Armas", *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*, catálogo da exposição, coord. de Francisco Faria Paulino, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, p. 101-105.

[222] Sobre o itinerário de Duarte de Armas empreendido, segundo Manuel da Silva Castelo Branco, no decorrer da primavera e verão de 1509, veja-se Iria GONÇALVES, "Percorrendo a fronteira na companhia de Duarte de Armas", *Media Aetas. Revista de Estudos Medievais*, 2 (II Série), Ponta Delgada, Patrimonia, 2005-2006, p. 67-100.

[223] De acordo com o sistema representativo designado por modelo perspético oblíquo, o qual pressupunha uma visão exterior por parte de um observador situado num ponto elevado exterior à cidade. Sobre os métodos de representação, veja-se Lúcia NUTI, "The Perspetive Plan in the Sixteenth Century: The Invention of a Representational Language", *The Art Bulletin*, vol. 78, nº1, Nova Iorque, College Art Association, 1994, p. 105-128.

dos casos representados, Duarte de Armas levantou igualmente a planta do respetivo castelo. As exceções são, por razões não totalmente esclarecidas já que outras vilas sem castelo e apenas dotadas de cerca, como Caminha ou Monção foram contempladas, os casos de Assumar, Montalvão, Valença do Minho e Vila Nova de Cerveira.

O facto do móbil ser claramente militar — o que estava em causa era a consolidação da defesa no "*estremo de portugall e castella*"[224] — traduz-se no detalhe da representação desenhada, complementada por breves notas explicativas integradas tanto nas perspetivas como, sobretudo, nas plantas. Em conjunto, desenhos e legendas, esclarecem sobre o número e a altura das torres, a localização precisa de portas e postigos, a existência de barbacãs, couraças, fossos e pontes levadiças, troços de muros derrubados ou em vias de derrocada. Para além de assinalar as atalaias que complementavam a linha defensiva, Duarte de Armas inclui, nos casos de maior proximidade geográfica, a relação de cada fortaleza com o território e os castelos do reino vizinho.

Mas talvez seja ainda possível circunscrever um pouco mais a razão de ser do inquérito às velhas fortalezas raianas. Em 1509, não estaria apenas em causa o estado de conservação propriamente dito, mas a sua atualização às novas formas de guerra. Nesta data e tendo em conta a estratégia militar seguida por D. Manuel[225], a informação verdadeiramente relevante seria, porventura, o elenco preciso das estruturas que, no decorrer das últimas décadas, da regência de D. Pedro ao reinado de D. João II, tinham sido apetrechadas com mecanismos próprios para o uso de artilharia. É certamente esse propósito que explica a razão por que Duarte de armas dedicou uma especial atenção à marcação precisa de troneiras, simples, em T ou cruzetadas, aos cubelos circulares quatrocentistas, alguns dos quais, como em Vinhais, ainda apenas com os alicerces abertos, ou às barbacãs novas ou recentemente modificadas, mas em qualquer dos casos já adaptadas à instalação de bocas de fogo.

O grau de veracidade que pode ser atribuído às representações de Duarte de Armas tem, no contexto do presente trabalho e pela forma como se constituiu numa das fontes primordiais, de ser devidamente equacionado. Do conjunto de núcleos que elegemos para uma análise pormenorizada, nove fizeram parte do percurso do escudeiro, pelo que se incluem no álbum: Caminha, Valença, Monção, Chaves, Bragança, Miranda do Douro, Nisa, Montalvão e Arronches. Para todos eles foi feito o cotejo, quer com a realidade atual, através da sobreposição ao levantamento cadastral ou por simples confronto com os vestígios, quer, quando existentes, com

[224] Preocupação paralela à dos Reis Católicos que, em 1496, ordenavam a Diego Lopez de Ayala, capitão da Vila de Fuenterrabía, que inspecionasse as vilas e lugares de província que estivessem em zonas costeiras e fronteiriças, de modo a que fossem fortalecidas e reparadas como convinha. ARIZAGA BOLUMBURU, *Urbanística Medieval (Guipúzcoa),* San Sebastían, Editorial Kriselu, 1990, p. 30.

[225] No cômputo geral da ação militar de D. Manuel, a transição da primeira para a segunda década do século XVI constitui um momento de viragem, verificando-se, a partir de então, um claro investimento em construção de obras novas. Sobre este período, veja-se Mário Jorge BARROCA, "Tempos de resistência e de inovação: a arquitectura militar portuguesa no reinado de D. Manuel", *Portugália*, Nova Série, vol. XXIV, 2003, p. 95-112 e Luís Miguel DUARTE, "1449-1495: o triunfo da pólvora", *Nova História militar de Portugal*, dir. de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, p. 347-391.

dados veiculados por fontes documentais da mesma época, com destaque para o Numeramento de 1527[226] e para as visitações da Ordem de Cristo. No que toca à representação dos castelos, principalmente na versão em planta — desenhada, cotada e legendada — a correspondência encontrada permite concluir por um muito razoável grau de confiança. O resultado pode ser aferido pelo exemplo do castelo de Chaves, que aqui reproduzimos.

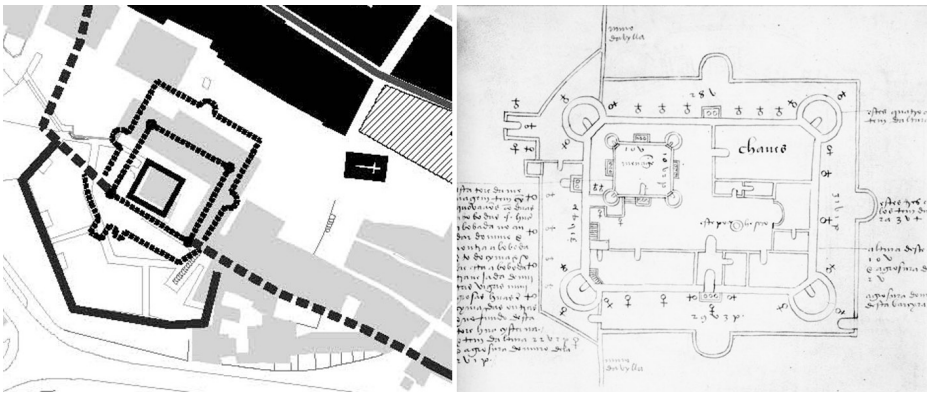


Fig. 23 Ensaio de sobreposição do levantamento do castelo de Chaves segundo Duarte de Armas ao cadastro atual. Levantamento do castelo de Chaves (Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, pormenor do f. 131 v.)

O mesmo se verifica quando se confrontam os desenhos, vistas e plantas das estruturas defensivas, com a documentação escrita da época, de que as visitações e tombos das comendas da Ordem de Cristo são um dos melhores exemplos. Veja-se, a este propósito, a paridade existente entre a descrição da fortaleza de Alpalhão[227], datada de 1506, com o que Duarte de Armas representa no Livro das Fortalezas, apenas três anos depois.

> ¶ *Item na dicta villa huua torre alta e forte. toda de pedra e cal de fundo acima. bem ameada e de booa largura. e tem dous sobrados* […] *a rredor do dicto apousentamento estaa huua çerca novamente começada da fazer e estaa jaa de noue couados d alto. cinquo palmos de grossura e tem tres cubellos nos três quantos da mesma altura e grossura com suas bonbardeiras de pedraria. e tem huu grande portal de pedraria bem obrado com suas portas nouas e fortes. e bem fechadas* […] *dentro da dicta çerca estaa huu pátio xvij varas e meya de longo. e Xiij e meya de largo muy chãao e bem feito. e ao canto do dito patio e çerca estaa a dicta torre...*[228]

[226] Veja-se, por exemplo, o conjunto de informações relativas a Caminha em João J. Alves DIAS, *Gentes e espaços. Edição crítica do Numeramento de 1527-1532. Dicionário corográfico do Portugal quinhentista. Comarca de Entre Douro e Minho*, Cascais, Patrimonia, 1999, p. 43.

[227] *Tombos da Ordem de Cristo. Comendas a sul do Tejo (1505-1509),* org. e rev. de Iria Gonçalves, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2002, p. 29-31.

[228] Descrição da fortaleza de Alpalhão incluída em *Tombos da Ordem de Cristo. Comendas a sul do Tejo (1505--1509)*, p. 30-31.

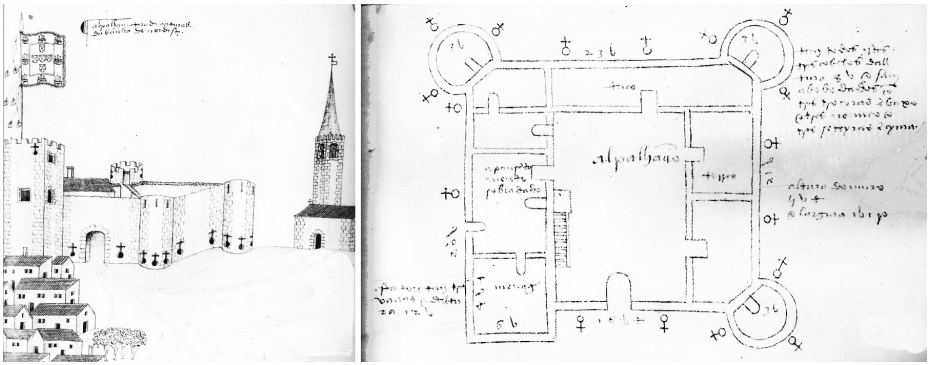


Fig. 24 Alpalhão: pormenor da vista de nordeste e planta
(Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, f. 41v.-42 e f. 125)

Outros estudos levados a cabo por diferentes autores[229], confirmam igualmente a proximidade entre o real e os debuxos, cujos esquissos, realizados *in loco e* minuciosamente apontados, foram depois passados à pena por Duarte de Armas[230]. Confirmam, acima de tudo, a sua utilidade para a historiografia, o que não invalida que cada caso tenha de ser objeto de uma crítica interna rigorosa e detalhada (veja-se, apenas a título de exemplo, a disparidade das medidas apontadas para os dois lados maiores do castelo de Arronches).

[229] Sobre a proximidade dos desenhos à realidade descrita, leia-se o capítulo introdutório de M. Castelo-Branco em Duarte de ARMAS, *Livro das Fortalezas*, p. 18-20 onde o autor recolhe as opiniões de Armando Cortesão, José de Figueiredo ou Gustavo de Matos Sequeira, bem como Manuel CASTELO-BRANCO, "O Livro de Duarte de Armas", *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa,* catálogo da exposição, coord. de Francisco Faria Paulino, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994. Veja-se igualmente Pedro CID, "Castelo de Vide e o álbum de Duarte de Armas: algumas notas, *Estudos/Património*, 8, Lisboa, IPPAR - Instituto Português do Património Arquitectónico, 2005, p. 108-119; Margarida Tavares da CONCEIÇÃO, "Castelo Mendo: a partir de um espaço urbano medieval", *Beira Interior. História e património*, Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior, 1-3 outubro de 1998, ed. de Maria do Céu Ferreira; M. Marcos Osório e A. Augusto Marques, Guarda, 2000, p. 301-314; Margarida Tavares da CONCEIÇÃO, "Transformação do espaço urbano: de Duarte de Armas a Champalimaud de Nussane", *Monumentos*, 12, Lisboa, DGEMN, 2000, p. 33-39 e João José Alves DIAS, *Gentes e espaços*, p. 89-95. O cruzamento de textos da época com as representações do Livro das Fortalezas é particularmente aproveitado no artigo de Vítor Pavão dos SANTOS, "As «casas» do Alcaide-Mor de Mértola no início do século XVI", *Bracara Augusta* XXXI, 71-72, Braga, 1977, p. 255-267, bem como por Manuel Sílvio Alves CONDE; Marina Afonso VIEIRA, "A paisagem urbana do Nordeste Alentejano entre a Idade Média e os Tempos Modernos", p. 263-286. Refira-se, por último, a importância que os desenhos de Duarte de Armas tiveram no estudo empreendido por João Gouveia Monteiro na obra, *Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*, Lisboa, Presença, 1999.

[230] Existem duas versões dos levantamentos de Duarte de Armas, uma em pergaminho, pertencente ao espólio da Torre do Tombo, a outra em papel, do acervo da Biblioteca Nacional de Madrid. Para alguns autores a segunda versão corresponderá a esboços preliminares da primeira ou, eventualmente, a esboços mais aperfeiçoados, feitos a partir dos elementos recolhidos no trabalho de campo, mas ainda assim imperfeitos. De opinião diferente é João José Alves Dias que atribui as duas versões a autores diferentes: "*Duarte de Armas e um qualquer desenhador seu companheiro, talvez para futuras comparações*". Alves DIAS, *Gentes e espaços*..., p. 73. Apesar das diferenças registadas ao nível do detalhe, parece-nos existir uma mesma identidade, quer ao nível do traço, quer dos códigos de representação. Sobre esta questão dos dois códices veja-se Pedro CID, "Castelo de Vide e o álbum de Duarte de Armas: algumas notas", p. 112-114.

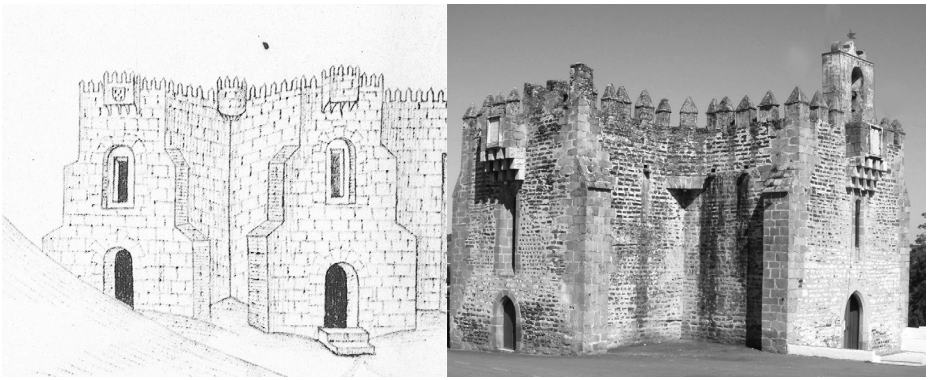


Fig. 25 Terena: Ermida da Boa Nova. Comparação da representação de Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, f. 17 com a igreja no seu estado atual

Se das fortalezas passarmos à representação dos edifícios singulares desenhados por Duarte de Armas, também facilmente se constata o considerável grau de rigor, bastando, para tal, referir a igreja de Terena, a antiga mesquita de Mértola[231] ou o Paço de Sintra[232], sendo o mesmo válido, como notou Alves Dias, para as fontes e pontes[233].

Já o mesmo não pode dizer-se de aspetos como a paisagem natural e, sobretudo, da paisagem construída que envolve as fortalezas, "*tirada do natural*" em duas perspetivas ou bandas diferentes para cada uma das localidades. Simplificada a primeira, tipificada a segunda, os desenhos de Duarte de Armas podem, apesar disso, ser utilizados como indicadores de referência.

Ainda que a estrutura viária urbana seja representada de forma aleatória por entre o aglomerado de casas e o casario seja padronizado e utilizado em bloco para preencher as manchas urbanizadas, a verdade é que não só o "tipo" de casa corresponde, com toda a simplificação inerente, à realidade coeva, como as manchas parecem representar de forma credível o desenvolvimento das povoações à época. É o que parece poder concluir-se de aspetos como a dimensão, direção e densidade da mancha construída, visível, por exemplo, na contenção do casario no espaço intramuros ou, contrariamente, na sua expansão para o exterior, formando um ou vários arrabaldes, mais ou menos compactos, mais ou menos contínuos.

Aspetos que a informação recolhida no Numeramento de 1527, quase invariavelmente, confirma. Repare-se, aliás, como apesar de um casario sempre idêntico, os critérios de utilização de um maior ou menor número de sobrados ou de chaminés,

[231] Joaquim Manuel Ferreira BOIÇA; Maria de Fátima Rombouts de BARROS, "A mesquita-igreja de Mértola", *As Ordens Militares: guerra, religião, poder e cultura*, Actas do III Encontro sobre Ordens Militares, coord. de Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Lisboa, Colibri-Câmara Municipal de Palmela, 1999, p. 345-346.

[232] No caso do Paço de Sintra, o Conde de Sabugosa considera-as "de um valor arqueológico notável e um auxílio inigualável para quem quiser orientar-se sobre o estado do Paço, antes e depois de D. Manuel". Conde de SABUGOSA, *O Paço de Cintra: apontamentos históricos e arqueológicos*, Lisboa, 1903, p. 60-61.

[233] Alves DIAS, *Gentes e espaços*..., p. 72.

de coberturas de telha ou colmo, sempre proporcionais à importância do povoado, coincidem com o que a historiografia da especialidade tem vindo a apurar, provando não serem aleatoriamente utilizados por Duarte de Armas[234]. O mesmo se pode dizer do posicionamento relativo dos edifícios, caso evidente na relação estabelecida entre igrejas e castelos e destes com o tecido edificado corrente. Noutros aspetos ainda, Duarte de Armas pretere a realidade a favor da informação, renunciando às proporções corretas de alguns elementos, por forma a tornar a representação urbana mais explícita e compreensível. É o caso dos pelourinhos ou das bandeiras hasteadas nos topos das torres de menagem, propositadamente exagerados.

Concordamos, por isso, com Alves Dias quando afirma a menor segurança (quando comparada com as informações das estruturas militares) "*no que respeita à casa, quanto à sua forma e estrutura, ao espaço ocupado e ao número de corpos que a constituíam*"[235]. Os dados são pobres se o objetivo pretendido for o detalhe. Ao nível do edificado, da casa individual, não "retrata", efetivamente, nenhuma localidade concreta. Duarte de Armas não desenhou a casa de uma determinada família, num lugar específico. Apenas um "tipo" simplificado de casa que, em abstrato, podia ser de qualquer família, em qualquer lugar. Todavia, se ampliarmos a escala de análise, ou seja, se do objeto arquitetónico passarmos à análise do urbanismo, a informação retoma todo o seu interesse. Como atrás se referiu, é um indicador precioso para o estudo do processo de desenvolvimento, permitindo-nos aferir, com uma margem de segurança muito razoável, o estádio de evolução registado em 1509. Por outras palavras, se o número exato de casas representadas é irrelevante[236], a ordem de grandeza que caracteriza cada povoado na reta final da Idade Média, é credível.

Importa, finalmente, salientar como, no âmbito disciplinar da história do urbanismo, o levantamento de Duarte de Armas assume um lugar praticamente único, sobretudo pelo facto de se tratar de um álbum: uma coleção de desenhos relativos a 57 núcleos (aos 55 localizados na Raia, somam-se as vistas de Barcelos e Sintra) que, numa mesma data, foram elaborados por um único autor, seguindo um mesmo protocolo de representação. O potencial que oferece em termos de estudo comparativo para um universo tão alargado, assegura-lhe um lugar ímpar em termos europeus, de mais a mais tendo em conta a cronologia para que remete[237].

---

[234] Luísa TRINDADE, *A casa corrente em Coimbra...* , 2002.

[235] Alves DIAS, *Gentes e espaços*..., p. 72.

[236] O número de casas representadas é, com efeito, diferente entre o álbum de Madrid e o de Lisboa, como bem notou Alves Dias, mas em termos de leitura geral, quando o que está em causa é o caráter mais ou menos "urbano" do aglomerado, o grau de grandeza, da densidade e localização do casario, o facto não tem qualquer significado. Reproduções de imagens dos dois álbuns, lado a lado, podem ver-se em Alves DIAS, *Gentes e espaços*..., p. 75-82.

[237] O que não significa que seja exemplo único na Europa tardo-medieval: recorde-se o famoso Armorial de Revel, datado de meados do século XV e hoje incluído no acervo da Biblioteca Nacional de França. Encomendado por Carlos I, Duque de Bourbonnais (atual departamento de Allier) a Guillaume de Revel, importa, contudo, referir como, ao contrário do Livro das Fortalezas de Duarte de Armas, as várias dezenas de vistas de vilas e cidades representadas (de Auvergne, Bourbonnais e Forez) acusam na sua conceção, a intervenção de mais do que um autor. Ainda a este propósito, vale igualmente a pena estabelecer o paralelo com o atlas recentemente descoberto em Viena, onde se inclui a relação completa das costas de Espanha, dos seus portos e cidades mais importantes, encomendado em 1622 por Felipe IV a Pedro Teixeira, cosmógrafo português. Para além de realizado mais de um século depois do Livro das Fortalezas, o valor da informação resume-se, praticamente, ao da implantação geográfica. Do reino de Portugal, à época sob o domínio espanhol, inclui as representações de Caminha, Viana,

Quando a análise incide sobre datas mais recuadas, as fontes circunscrevem-se aos vestígios físicos, onde, para além de trechos do cadastro mais ou menos adulterados, a expressão arquitetónica se reduz a edifícios de exceção, castelos, muralhas e igrejas, quase sempre muito reconstruídos ou em adiantado estado de abandono. No que toca ao tecido construído preservam-se algumas pistas, por entre as inúmeras transformações e reconstruções a que os imóveis foram sujeitos com o passar dos séculos: referimo-nos, por exemplo, ao caso dos portais e à forma como permitem aferir, ainda que num intervalo cronológico dilatado, tempos de ocupação, alinhamentos de ruas ou métricas de vãos.

Para os que não se conservam à superfície, a arqueologia urbana é o único recurso possível[238], embora o seu ainda débil desenvolvimento em Portugal impossibilite que a ela se recorra de forma sistemática. Ao contrário do que já vai sucedendo em contexto europeu, onde a arqueologia dirigida a pontos concretos da cidade sucede a investigação e é por ela orientada, em Portugal, as análises urbanas limitam-se, salvo raras exceções, a recorrer a trabalhos arqueológicos já realizados ou em curso — e, por isso, nem sempre incidindo sobre os locais potencialmente mais interessantes — sem que se verifique um verdadeiro trabalho interdisciplinar. Para tal, contribui também o facto de a arqueologia urbana obedecer, quase por norma, a intervenções de emergência ditadas por razões alheias à investigação científica, invariavelmente sujeitas a fortes pressões e, sobretudo, a prazos muito curtos. O que inviabiliza, logo à partida, um trabalho rigoroso e consequente, situação, de resto, recentemente confirmada em Coimbra, relativamente aos vestígios do convento de S. Domingos resultando, pesem embora os insistentes alertas lançados pela comunidade académica, na perda de uma oportunidade única para o conhecimento de um importante trecho da cidade medieval. Como sugestivamente escreveu Malpica Cuello, nestes casos, ainda demasiado numerosos, a arqueologia urbana "*se dedica a certificar la muerte y a examinar los cadáveres poco antes de destruidos*"[239].

Vila do Conde, Porto, Aveiro, Figueira da Foz e Buarcos, Pederneira, S. Martinho, Peniche, Lisboa, Setúbal, Melides, Sines, Vila Nova de Mil Fontes, Albufeira, Sagres, Portimão, Faro e Tavira. Felipe PEREDA; *et al*., *El Atlas del Rey Planeta*: La «descripción de España y de las costas y puerto de sus reinos» de Pedro Teixeira (1634), San Sebastian, Nerea, 2002. Bem mais importante para o caso português, pela inclusão dos levantamentos de Tavira, Castro Marim e Lagos (este último representando apenas o perímetro das muralhas) e pela qualidade geral das representações é o recentemente (re)descoberto Atlas Heliche, hoje incluído no espólio do *Krigsarkivet* ou Arquivo Militar de Estocolmo (secção Handritade Kartverk, vol. 25). Da autoria de Leonardo de Ferrari, o Atlas, contendo 131 esboços de cidades e fortalezas, bem como a representação de cercos e batalhas, foi encomendado nos inícios da década de 1650 por D. Gaspar de Haro y Guzmán, marquês de Heliche (1629-1687) e, entre muitos outros cargos, ministro de Filipe IV de Espanha. Rocío Sánchez RUBIO; Isabel Testón NÚÑEZ; Carlos M. Sánchez RUBIO (eds.). *Imágenes de un Imperio Perdido: el Atlas del Marqués de Heliche – Plantas de diferentes Plazas de España, Italia, Flandres y las Indias*. [Mérida], Presidencia de la Junta de Extremadura, 2004. Para uma recensão circunstanciada veja-se Francisco Roque de OLIVEIRA, *Anais de História de Além-Mar*, vol. 7, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2006, p. 412-419. O levantamento de Tavira, ao que tudo indica remetendo para meados do século XVI, foi já analisado por Luís Fraga da SILVA, *Uma planta inédita de Tavira*, do séc. XVI, Tavira, Campo Arqueológico de Tavira, 2008.

[238] Uma síntese da importância crucial da arqueologia para o estudo da cidade e da metodologia utilizada (por exemplo ao nível das fontes e recolha de informação), pode ler-se em Irene MONTILLA TORRES, "Criterios para un modelo de intervención arqueológica en ciudades historicas", *Ciudad y arqueologia medieval*, dir. Antonio Malpica Cuello, Salobreña, Editorial Alhulia, 2007, p. 47-63.

[239] Antonio MALPICA CUELLO, "Sirve la arqueología urbana para el conocimiento histórico? El ejemplo de Granada", *Ciudad y territorio en Al-Andalus*, ed. Lorenzo Cara Barrionuevo, Granada, Athos-Pérgamos, 2000, p. 25.

Transversal a todos os períodos e de valor inestimável, são, naturalmente, os documentos escritos, da mais variada natureza, proveniência ou cronologia. Se deixarmos de lado os mais evidentes, cartas de foral, tombos de propriedades, doações, aforamentos, emprazamentos e vendas, censos populacionais[240], atas de vereações, posturas, documentação relativa a obra, descrições, com destaque para as Memórias Paroquiais ou para os mais antigos dicionários histórico-geográficos, os registos das grandes campanhas de restauro[241] ou das grandes campanhas de renovação e ensanche urbanos dos séculos XIX e XX, para referir apenas alguns, difícil se torna identificar o que, por entre a produção escrita, documental ou bibliográfica, pode ser posto de lado.

É que, em última análise, tudo o que diz respeito à ação do homem no espaço urbano, independentemente da natureza política, económica, religiosa ou social do ato, pode, por mais breve que seja a referência, interessar ao estudo da morfologia urbana. Apenas um exemplo que nos parece sugestivo: o conjunto de procurações que os concelhos enviaram às cortes de Santarém, em setembro de 1383, pelas quais juravam como herdeiros do trono a infanta D. Beatriz e seu marido Juan I, rei de Castela[242], documento à partida insuspeito para o nosso objetivo, constitui, afinal, pela inclusão do local em que cada uma das procurações foi assinada, uma fonte insubstituível para o estudo da evolução das casas da câmara e, por consequência, dos espaços de maior centralidade nas cidades portuguesas tardo-medievais.

Para além de muito dispersa, a maior limitação da documentação escrita para épocas tão recuadas decorre do facto de não ter obedecido, na esmagadora maioria dos casos[243], a uma intenção descritiva do objeto urbano, pelo que os dados que veicula são por norma insuficientes, com uma informação espacial equívoca e descontínua.

---

[240] Veja-se a importância do teor da informação veiculada para a reconstituição das estruturas defensivas nos recenseamentos de 1513, incidindo sobre a região dependente da administração eclesiástica de Valença ou o Numeramento de 1527-30. António de OLIVEIRA, "A população de Caminha e Valença em 1513", sep. da *Revista Bracara Augusta*, Braga, tomo XXX, 1976 e Alves DIAS, *Gentes e espaços. Edição crítica do Numeramento de 1527--1532…*, 1999. O conjunto de censos populacionais dos séculos XV e XVI, bem como as suas potencialidades e limitações pode ser recolhido em Virgínia RAU, "Para a História da população portuguesa dos séculos XV e XVI", *Do Tempo e da História*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura-Centro de Estudos Históricos, vol. I, 1965.

[241] Sobre esta matéria contamos já com sistematizações como as de Lúcia Maria Cardoso ROSAS, *Monumentos pátrios: a arquitectura religiosa medieval — património e restauro (1835-1928),* Porto, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995 e Maria João Batista NETO, *Memória, propaganda e poder: o restauro dos monumentos nacionais (1929-1960),* Porto, FAUP, 2001; Luís Miguel de Vasconcelos CORREIA, *Castelos em Portugal. Retrato do seu perfil arquitectónico [1509-1949]*, Coimbra, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2007 (texto policopiado). Do maior interesse são os 131 Boletins editados pela Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, entre 1935 e 1990.

[242] *Cortes portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383)*, org. de A. H. de Oliveira Marques, vol. II (1383), Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa - Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1993. Sobre a sua utilização para o que aqui nos interessa veja-se, infra, capítulo 9. *A casa da câmara*.

[243] A descrição do Algarve escrita por Alexandre Massai, nos inícios do século XVII, constitui uma das poucas exceções. Sobre a obra veja-se Lívio da Costa GUEDES, *Aspetos do Reino do Algarve nos séculos XVI e XVII. A descripção de Alexandre Massaii (1621)*, Lisboa, Arquivo Histórico Militar, 1988 e Manuel Viegas GUERREIRO; Joaquim Romero de MAGALHÃES, *Duas descrições do Algarve no século XVI, Cadernos da Revista de História Económica e Social*, 3, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1983.

O tipo na cidade de fundação:
ferramentas e conceitos para a definição de uma amostragem

Operando sobre o conjunto de fontes elencadas, o método de reinterpretação de uma realidade passada e irreversível exige, a par com a crítica dirigida a cada uma delas, a respetiva acareação sistemática e exaustiva com o objeto propriamente dito, a cidade atual e, em termos operativos, com a sua representação desenhada. De forma convergente, o desenho constituiu, desde o início da história do urbanismo enquanto área disciplinar, a ferramenta essencial da análise, da especulação e ensaio das hipóteses, assim como a expressão que melhor se adequa aos resultados. Neste contexto, importa sublinhar os avanços significativos que os desenvolvimentos científicos e tecnológicos das últimas décadas trouxeram à disciplina: utilizando uma cronologia lata, pode afirmar-se que a aplicação do CAD (desenho assistido por computador)[244], a partir da década de oitenta, e a convergente disponibilização, em finais dos anos noventa, de levantamentos aerofotogramétricos georreferenciados[245] permite, na atualidade, níveis de rigor inéditos no tratamento da informação: em ambiente digital, a utilização sobre uma base rigorosa, de uma ferramenta de igual rigor, permite restringir a margem de erro à que ocorreu no momento da implantação ou que decorreu do processo histórico subsequente, ou seja, a margem de erro inerente ao próprio objeto de estudo, não à sua representação[246].

A utilização do desenho digital como ferramenta da interpretação histórica, alarga substancialmente as hipóteses de investigação e compreensão do processo evolutivo, em especial para casos onde as fontes tradicionais (escritas e desenhadas) não permitem ir mais longe. Torna possível pôr em evidência determinados elementos considerados chave para a compreensão da forma e do seu desenvolvimento, individualizando-os, limpando o ruído que todas as representações invariavelmente comportam, centrando a atenção em elementos concretos que, assim individualizados, ganham clareza. Permite sobrepor planos levantados por meios diferentes e de diferente rigor, através da deformação controlada, resultando no que Betrán Abadia sugestivamente designou como um "*entramado planimétrico*" o que, para além de os aferir por confronto, permite, a partir das suas convergências, criar imagens e tecer continuidades.

---

[244] Veja-se sobre o tema Elwin A. KOSTER, "Urban Morphology and computers", *Urban Morphology*, 1998 (1), p. 3-7; Peter J. LARKHAM, "The study of urban form in Great Britain", *Urban Morphology*, 2006 (2), 128--130; Elwin A. KOSTER, "Urban morphology and computers 10 years on", *Urban Morphology*, vol. 13, number 1, 2009, p. 74-76. A Universidade de Pisa foi pioneira neste aspeto desenvolvendo, nos inícios da década de 1980, o estudo da cidade de Capri através da conjugação dos dados do cadastro de 1472, do levantamento cadastral de 1893 e de fotografias aéreas, sendo toda a informação trabalhada em ambiente CAD. Em colaboração com a Arquiteta Sandra Pinto, tivemos oportunidade de desenvolver um estudo de natureza similar, embora restrito a uma única artéria da cidade de Coimbra, permitindo verificar a estabilidade cadastral do troço em análise, entre 1532 e a atualidade. Parte dos resultados, em reconstituição virtual, podem ser vistos em Luísa TRINDADE, "A Praça e a Rua da Calçada segundo o Tombo Antigo da Câmara de Coimbra (1532)", *Media Aetas*, *Paisagens Medievais*, I (2ª Série), Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2004-2005, 121-157 e Sandra PINTO, *Análise formal: recursos, princípios, métodos. Subsídios metodológicos para o conhecimento da cidade portuguesa*, p. 112-114.

[245] De uma forma simples, a georreferenciação consiste na verificação dos pontos de uma qualquer representação do território, segundo um sistema universal de coordenadas, garantido por uma das redes de satélites.

[246] Veja-se a este propósito os exemplos dados por Boerefijn relativamente ao estudo de Grenade-sur-Garrone. Wim BOEREFIJN, "Designing the medieval new town", *Urban Morphology*, 2000 (2), p. 52-53.

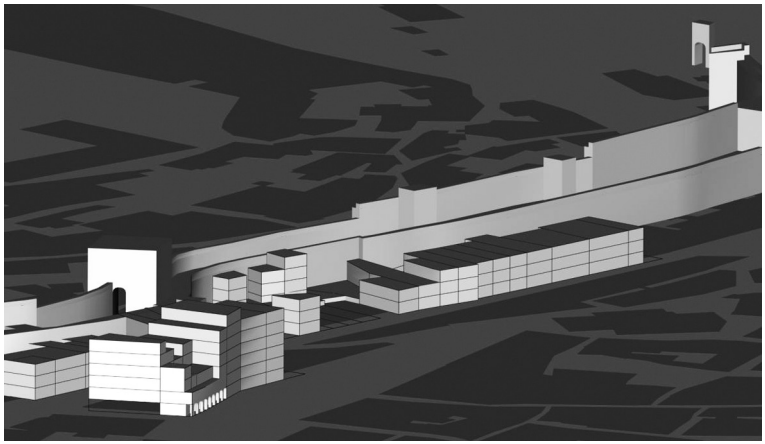


Fig. 26 Proposta de reconstituição do conjunto de propriedades que a câmara de Coimbra possuía na Rua da Calçada, na primeira metade do séc. XVI
(desenho de Sandra Pinto em Luísa Trindade, "A Praça e a Rua da Calçada segundo o Tombo Antigo da Câmara de Coimbra (1532)", p. 149)

Permite-nos fixar sobre um único suporte, num número infinito de camadas (*layers*), toda a informação desenhada de que dispomos sobre a evolução do território em estudo e, a partir dela, colocar todas as hipóteses possíveis (o que pressupõe um enorme rigor na identificação das diferentes categorias, pois enquanto os *dados* decorrem das fontes e são, em tese, fixos, os outros resultam de um processo interpretativo estando, por isso, sujeitos a alteração ou rejeição). Agiliza processos de análise morosos como os de metrologia e permite, a partir da realização de modelos virtuais, uma visão tridimensional, dinâmica e abordável em qualquer escala e desde qualquer ponto de vista do objeto de estudo.

Por outro lado, após o tratamento de um número considerável de casos e a correspondente sistematização gráfica da informação desenhada produzida, torna possível fazer comparações a partir das quais se estabelecem relações, séries ou tipos, única forma de responder às perguntas que colocámos no início do presente capítulo.

A atual rede urbana é, quase sem exceção, aquela que herdámos da Idade Média, tendo em conta que grande número de cidades foram então criadas e as restantes, originadas em épocas anteriores, foram, nessa época, profundamente alteradas.

Na verdade, à exceção das setecentistas Vila Real de Santo António e Porto Covo ou das cidades que surgem já nos meados da centúria seguinte, em função do desenvolvimento das pescas e atividades de veraneio como Espinho e Nazaré ou como resultado dos desenvolvimentos registados ao nível das infraestruturas ferroviárias como o Entroncamento e Pinhal Novo, casos a que se junta, já na década de sessenta do século XX, a criação de Santo André (Sines), o mapa das cidades é, praticamente, sobreponível ao que existia na reta final da Idade Média.

Sendo nosso objetivo o estudo da expressão morfológica, sempre na perspetiva de clarificar qual era o entendimento de cidade na Idade Média portuguesa, a que programa e métodos de execução obedecia, cumpre definir qual o campo de análise.

Por outras palavras, que cidades atuais podem constituir o universo de análise. A resposta ideal seria, naturalmente, todas. Tarefa gigantesca, apenas realizável por equipas alargadas e num espaço de tempo necessariamente longo. Nem essa seria a fonte adequada ao nosso propósito. Quando se elege como objeto de estudo a forma e o significado do quadro material — a malha, o programa, o método, a intenção subjacente — é natural que a abordagem incida sobre processos urbanísticos de fundação onde, no espaço e no tempo, se concentram os elementos considerados imprescindíveis ao "fazer cidade".

A propriedade unitária do solo e o comando das operações, por outro lado, permitem visualizar com uma outra clareza as características dos vários elementos que compõem a cidade: a forma das parcelas, a composição e a hierarquia do sistema viário, os equipamentos coletivos. Os mesmos, de resto, que surgem na cidade dita espontânea — basta pensar na morfologia do lote estreito e profundo, na utilização comum das paredes portantes, na procura da fachada virada à rua, elementos que, em conjunto, determinam a orientação do casario em bandas cerradas, mas também na presença dos quintais de fundo de lote, na existência de cercas defensivas ou no aparecimento tardio da praça. Não se trata por isso de elementos ou formas distintas, consoante a cidade é de fundação ou espontânea/aditiva. Como se de outra cultura se tratasse. Significa, tão só, que à forma explícita da primeira corresponde, por norma, uma maior complexidade de leitura na segunda.

Neste contexto disciplinar, a regularidade resultante de uma intenção deliberada de planeamento traduz o apuramento de métodos e práticas, facilitando a descodificação de objetivos e modelos teóricos. Daí o quase imperativo disciplinar de fazer incidir a investigação sobre as intervenções dirigidas. Por razões meramente operativas, sublinhe-se, nunca por qualquer juízo de valor formalista.

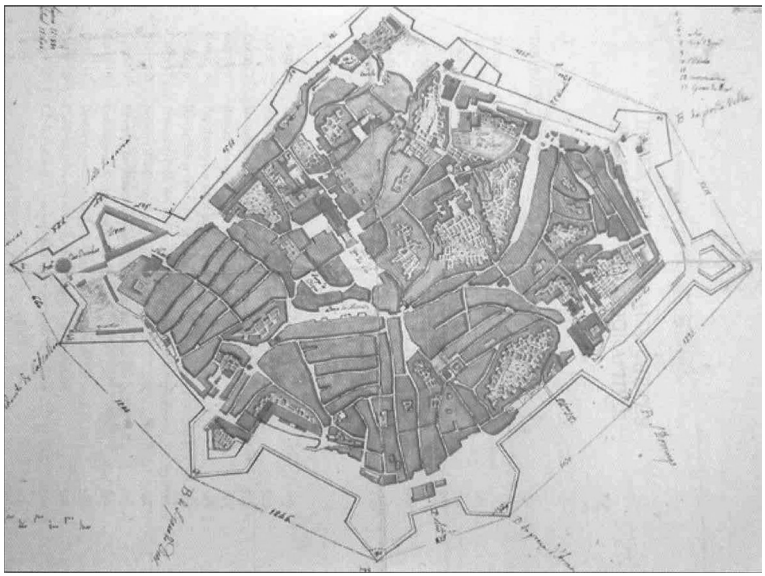


Fig. 27 Elvas: planta da praça e fortes adjacentes. Levantamento de Francisco de Alincourt, 1802, IGE

Paralelamente, também os ensanches ou expansões programadas do tecido urbano nos interessam neste capítulo, uma vez que, em termos práticos, os métodos e os pressupostos subjacentes são quase idênticos aos da cidade de fundação. Os casos de Évora e Elvas, são disso exemplo paradigmático. Resta por fim acrescentar operações urbanísticas de escala comparativamente mais reduzida, como a abertura de ruas e o seu caseamento que, à escala portuguesa, têm no poder régio o seu promotor exclusivo. Veja-se os exemplos das ruas Novas de Lisboa e Porto, a primeira de iniciativa dionisina, a segunda já do reinado de D. João I.

Será, portanto, sobre as cidades, ou parte de cidades, de fundação *ex novo* que o presente capítulo se estrutura.

Não por acaso, umas e outras foram à época frequentemente designadas da mesma forma, como Vilas Novas. Se Vila Nova de Gaia, Vila Nova de Cerveira, Vila Nova de Foz Côa, Vila Nova de Portimão ou, a já mais tardia, Vila Nova de Milfontes, correspondem à criação de povoações, já casos como Vila Nova de Cascais, de finais do século XIV[247], Vila Nova às Portas de Santa Catarina (c. 1410), Vila Nova da Oliveira (1500), Vila Nova do Andrade (1498-1513), Vila Nova de Gibraltar[248], qualquer delas em Lisboa, o Outeiro de Vila Nova, em Évora ou a Vila Nova de Aveiro (1576), são denominações de novos ensanches[249]. Ainda neste âmbito, note-se como, a partir de 1496, a antiga mouraria de Lisboa, desativada como tal pela expulsão da minoria, é rebatizada como Vila Nova, o mesmo se verificando com a Mouraria da vila alta de Santarém[250]. Atitude que pode simbolizar a conquista de um novo espaço a povoar, desta feita por cristãos, num paralelo ao que, na mesma altura, se registava com as ruas Novas, antigas judiarias.

Face à importância que as vilas novas assumem para o nosso propósito, importa clarificar o próprio conceito de cidade de fundação.

No que à expressão morfológica diz respeito, concretamente à sua génese pode, por questões essencialmente operativas, integrar-se todo e qualquer aglomerado urbano numa de duas grandes categorias: aquele que foi previamente concebido e o que surge de forma paulatina, comummente identificado como espontâneo e/ou aditivo.

No primeiro caso, o planeamento surge invariavelmente associado a um poder político forte. Tal é, efetivamente, condição *sine qua non* para que qualquer ação de ocupação de um determinado território por um grupo numeroso de indivíduos seja

---

[247] O topónimo designa o primeiro arrabalde que, apenas algumas décadas após a construção da muralha, prolongava a vila para nordeste. A. H. de Oliveira MARQUES "Para a História do Concelho de Cascais na Idade Média - I", p. 121.

[248] Vila Nova de Gibraltar é referida por Jorge Gaspar como sendo uma iniciativa dos anos oitenta do século XIV, junto ao rio e para ocidente, que elementos posteriores revelam ser predominantemente "habitada por população ligada às atividades marítimas". Jorge GASPAR, "A cidade portuguesa na Idade Média…", p. 146.

[249] O que era uma prática comum noutras zonas da Península Ibérica: em Barcelona, a expansão do tecido urbano para fora das muralhas romanas faz-se através de novos bairros que recebem igualmente os topónimos de Vilas Novas de *Mercadal*, de *Sant Cugat*, de *Sant Pere dels Arcs* ou *del Pi*. Joan BUSQUETS, *Barcelona, evolución urbanística de una capital compacta,* Madrid, Mapfre, 1994, p. 34.

[250] Luís Filipe OLIVEIRA e Mário VIANA, "A Mouraria de Lisboa no século XV", *Arqueologia Medieval*, 2, Porto, Afrontamento, p. 191. Jorge CUSTÓDIO, "As fortificações de Santarém", *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500), Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*, coord. de Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Lisboa, Colibri-Câmara Municipal de Palmela, 2001, p. 413.

antecedida por uma ideia concreta de apropriação do espaço. Alguém que lidere o processo e que institua as regras, mesmo que estas não ultrapassem a sua expressão mínima.

Sempre que tal acontece, o resultado material tende, de acordo com a própria natureza humana, para a criação de uma matriz ortogonal, resultante da partição geométrica do espaço, única forma lógica de concretizar este tipo de ação. Tal aspeto pressupõe um outro igualmente fundamental: a posse do território a povoar. Pertencendo a propriedade do solo ao promotor da fundação que o distribui pelos colonos em troca de uma renda periódica[251], o caráter tributário da ação e a decorrente preponderância dos interesses unitários contribui poderosamente para uma repartição do espaço homogénea e geometrizada. Corresponde, no fundo, à autoridade niveladora exercida por quem distribui o espaço.

A materialização da ordem instituída pelo poder, todavia, será tanto mais garantida quanto mais curto for o tempo da execução. À repartição do espaço segue-se, em termos ideais, uma imediata apropriação e construção de cada uma das parcelas, de acordo com o plano original. O arrastar do processo trará inevitavelmente um enfraquecimento das regras impostas, potenciando o desvio à norma.

A um poder forte e centralizado (monarca, membro da nobreza, clero ou concelho), atuante num curto intervalo cronológico, acrescem as características do local eleito para a implantação. Mesmo deixando de lado as especificidades naturais do território — as primeiras a condicionar a expressão morfológica — importa aferir se se trata de uma ocupação *ex nihilo* ou *ex novo*. A primeira, com o significado de urbanização em solo virgem, ou seja a partir do nada, a segunda, caracterizando uma ação de povoamento em local cuja ocupação anterior foi, por razões várias, obliterada[252].

Se a primeira conta exclusivamente com o quadro físico — relevo, acidentes geográficos, rede viária e fluvial — como condicionante, a segunda depara-se, por norma, com pré-existências mais ou menos significativas, caso de arruamentos abertos, trechos de muros erguidos, locais de culto, materiais de construção abandonados, fatores que determinam, em grau variado, o novo assentamento.

Neste mesmo domínio, onde um desígnio prevalece sobre as vontades múltiplas do grupo humano, há ainda que ter em conta uma variante significativa, até pela frequência com que ocorreu: a refundação e/ou reorganização de aglomerados já existentes. Nestes casos, a análise revela-se muito mais complexa, pela diversidade de situações que um ato desta natureza pode representar: do caráter radical de uma transferência do povoado para um novo local de assentamento[253], à simples alteração

---

[251] A importância que as novas fundações revestiam para os cofres régios traduzia-se em medidas que asseguravam o pagamento dos foros por todos os povoadores, sem exceção. No foral de Vila Nova de Foz Côa, a título de exemplo de uma prática comum, o monarca determinava "... *E devedes hy a meter quinhentos pobradores taaes que non sejam cavaleiros, nem donas, nem escudeiros, nem clerigos, nem homens d'ordim, nem outros homens que sejam poderosos, nem de religiom, nem lh'os possam vender, nem dar, nem doar aqueles a que os hy desdes senon a taaes pesoas que façam ende a mim e a todos meus suçessores, en cada huum ano, compridamente, o meu foro e a vos o vosso*". Carta de foral publicada por António Matos REIS, *Os concelhos na primeira dinastia à luz dos forais e de outros documentos da chancelaria régia*, Porto, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004 (texto policopiado), p. 611-612.

[252] Chaves, Trancoso e Marialva exemplificam casos de assentamentos em locais marcados por preexistências várias.

[253] Mirandela, Torre de Moncorvo, Castro Vicente e Almeida são exemplos de vilas que mudaram de local de assentamento.

do topónimo, passando pela redefinição das normas, direitos e deveres anteriormente contratados entre as partes, ou pela introdução de equipamentos fulcrais do ponto de vista do urbanismo como o erguer de uma cerca ou a construção de uma igreja.

Vale a pena exemplificarmos com um caso que, embora não tenha chegado a concretizar-se, não deixa, por isso, de ser elucidativo das situações em que a outorga de uma carta de foral não significava a criação de uma vila, mas tão só o reconhecimento da sua existência. Trata-se de um documento de 1311, em que os moradores de Alva, aldeia do termo de Freixo de Espada à Cinta, pediam ao rei que os "*fizesse eisentos e lhes desse termho e foro*" comprometendo-se, em troca, a levar para o "*logar d'Alvha*" quatrocentos "*pobradores*", situação que, sob pressão de Freixo, o monarca não autorizou[254]. Mesmo descontando o caráter exagerado da promessa, o episódio relatado remete para o necessário aumento populacional que o reconhecimento do estatuto concelhio certamente exigiria. O acréscimo de quatrocentas famílias ou fogos na aldeia de Alva converteria um espaço rural num espaço urbano, de povoamento concentrado. Exigiria, sobretudo, uma transformação profunda ao nível das estruturas edificadas.

Em qualquer dos casos, importa avaliar o nível de transformações que acarretou ao quadro físico. Casos há, contudo, em que tal desiderato se torna particularmente difícil sem o recurso à arqueologia. É que, do balanço permanente entre a materialidade visível e os dados fornecidos pela documentação escrita, fica-nos muito pouco, pois a primeira desapareceu sem deixar rasto e a segunda apenas levanta o véu sobre o processo. Veja-se o caso de Montalegre, tão interessante quanto de interpretação complexa: quando em 1289, D. Dinis concede nova carta de foral a Montalegre — pois como ele próprio afirma "*a minha pobra de Montalegre é erma pela razão de que aqueles que aí houveram de morar para povoamento, uns morreram e outros se ausentaram por causa do mal e da violência que lhes fizeram os que aí andaram no meu logo*" — e encarrega Pedro Anes, seu clérigo, de a fazer povoar de novo, partindo os terrenos da vila por cem povoadores "*todos de novo, assim como foi da primeira*"[255], estamos, teoricamente, perante uma situação de refundação. Mas em termos processuais corresponde, na realidade, a uma fundação, "*assim como foi da primeira*".

As práticas de fundação de um aglomerado urbano, seguidas ou não por eventuais processos de refundação, ganham clareza quando analisadas através de exemplos concretos, como é o caso de Vila Real[256]. Com uma sequência de forais, o primeiro outorgado por D. Afonso III em 1272, os dois seguintes por D. Dinis, respetivamente em 1289 e 1293, só à terceira tentativa a instituição da vila consegue vingar. Os fracassos anteriores e a necessidade de recomeçar o processo de novo, terão tido, inevitavelmente, implicações profundas ao nível do urbanismo.

---

[254] Documento publicado por Arnaldo Sousa MELO, "Relações interconcelhias no reinado de D. Dinis", *Actas das IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval - As relações de fronteira no século de Alcañices*, Porto, Faculdade de Letras, 1996, p. 567-568.

[255] *Chancelarias portuguesas: D. Afonso IV*, ed. de A. H. de Oliveira Marques e Teresa Ferreira Rodrigues, transcrições Teresa Ferreira Rodrigues, vol. II, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova, 1990-1992, p. 360-363.

[256] Os três forais de Vila Real, encontram-se publicados em João Ayres de AZEVEDO, "Origens de Villa Real", *O Instituto*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1899, vol. VIII, p. 562-564, vol. X, p. 824-827 e vol. XI, p. 943-947.

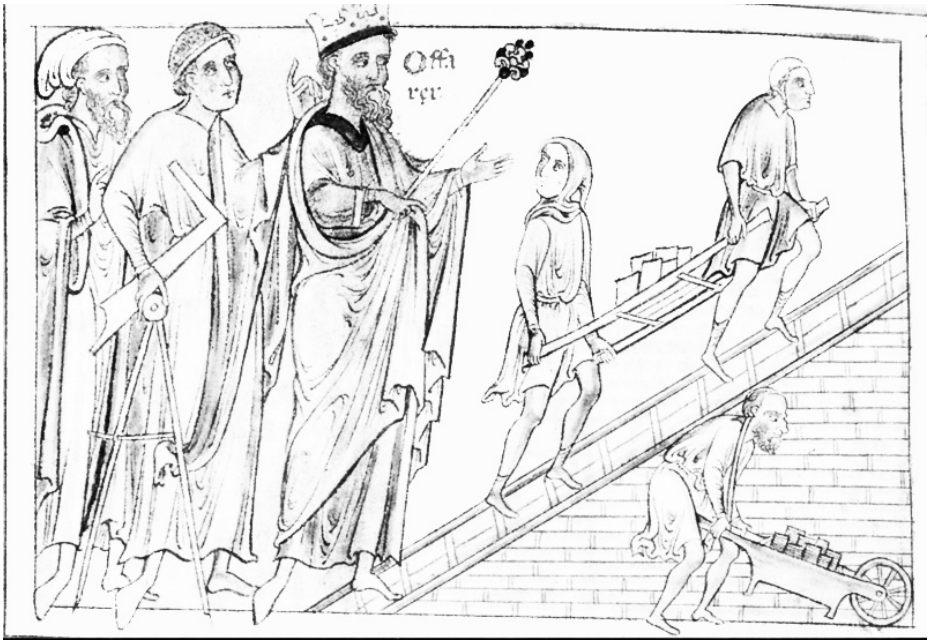


Fig. 28 "O Rei Offa dirigindo a construção da igreja de Santo Albano". Desenho de Matthew Paris, primeira metade do século XIII, Trinity College Dublin Ms. 177 fol. 59v.

Vejamos o perfil típico do que pode considerar-se um ato de fundação, de acordo com os parâmetros atrás definidos.

Em primeiro lugar, a questão do poder, traduzida na figura de um líder que, neste caso, se evidencia no próprio batismo da vila, pelo rei, "*por ser fundação que ele tomou a sua conta, como cousa própria*"[257]. Ao líder compete assegurar a existência de um território: D. Dinis encarrega Rui Gonçalvez, comendador de Barroso, e Pero Anes, seu clérigo, de procederem aos escambos e compras necessárias à constituição da vila e termo de Vila Real. Mas também a capacidade de dispor de efetivos humanos, de uma população: em 1289, o monarca determina que a vila seja ocupada por mil povoadores, número que, em 1293 e perante o insucesso anterior, se vê obrigado a reduzir para metade. Segue-se a repartição dirigida do espaço: "*e con estas coyrelas E con estas almuyas auer cada homen hua casaria dentro no castelo quantos hy poderdes caber, e os outros no Arraualdy*". Note-se como, em reforço deste ponto, ainda alguns anos depois, por carta de 8 de junho de 1304, o monarca vincava que as quinhentas courelas não deviam ser partidas nem demarcadas "*senõ secundo forõ partidas e demarcadas per mha carta e per meu pobrador*"[258], no que mais não é do que a materialização física de um poder forte e centralizado, capaz de impor um "modelo". Ação que idealmente decorre num intervalo de tempo curto: "*E todo Pobrador de vila rreal daquel dia que começar a Pobrar ata tres anos faça casa e vinha...*". Um prazo que, neste caso,

[257] *Monarquia Lusitana*, parte V, 142 v.

[258] Documento publicado por Ayres de AZEVEDO, "Origens de Villa Real", *O Instituto*, vol. XI, p. 1005-1006.

parece até invulgarmente alargado, uma vez que a norma parece ser a da edificação da casa em apenas um ano[259].

Em troca de uma renda anual, que do segundo para o terceiro foral e acompanhando o decréscimo de povoadores, desce de 1500 para 1000 maravedis velhos, o monarca comprometia-se a cercar a vila de muro e a fundar a igreja, sob invocação de S. Dinis, pela grande devoção que tinha a S. Dionísio Areopagita, em cujo dia nascera e pelo qual lhe tinham posto o nome[260].

No caso de Vila Real, o processo de fundação e os atos subsequentes de refundação, colocam dois problemas de forma evidente: em primeiro lugar, a incógnita do que efetivamente chegou a ser realizado no reinado de D. Afonso III. É que, da ação dionisina de escambo e compra de terrenos, colocação de padrões[261], repartição de terras ou intenção de construção da cerca, fica a ideia de que nada permaneceria da fundação anterior, permitindo mesmo questionar-se se a tentativa afonsina terá chegado a concretizar-se.

Já no que toca aos processos de refundação, releva o ato da redução drástica do número de povoadores o que, não se verificando equivalente redução da área concedida, vinha alterar profundamente a repartição original do espaço, a ponto de, em 1293, o monarca permitir aos povoadores que "*o quaireledes e o partades antre vos come melhor poderdes e teverdes por bem e que aia cada huum dos Pobradores casaria no castelo dessa vila quantos hy poderen en guysa tal que esse castelo seia bem pobrado, e que os outros aiam sas casarias no arraualde*", decisão que mais tarde revoga, como foi já referido. Processo que deixa bem claro como o arrastar do tempo e a falha de um dos pressupostos necessários — neste caso o contingente populacional necessário — resulta, por norma, num afastamento do "modelo" original.

Retomando alguns dos principais problemas que o conceito de cidade de fundação suscita, não pode deixar de reforçar-se uma outra questão que passa pela falta de rigor com que o termo é utilizado, fazendo-o corresponder a "cidade planeada". O que não é necessariamente verdade. De facto, se uma cidade planeada é sempre de fundação, o mesmo não acontece com a inversa. Basta, para tal, que ao ato de criação — a cedência do terreno e outorga da carta que regista os direitos e deveres das partes — não haja, pela parte do promotor, interesse ou capacidade de controlar o espaço. Situação que, em termos formais, resultaria numa matriz idêntica à dos chamados núcleos de crescimento espontâneo ou orgânico.

Vale a pena clarificar um pouco a terminologia. O termo *espontâneo*, como o próprio vocábulo indica, traduz uma ocupação original de caráter individual, de iniciativa ou moto próprio, quase instintiva e catalisada pelas qualidades estratégicas do sítio. Uma

---

[259] No caso de Alfandega da Fé, a que D. Dinis outorgou carta de foral em maio de 1294, diz-se "*…E mando que do dia que os dictos pobradores filharem as quayrelas e as vinharias que ata hun ano sejam feytas as casas e ata dous anos sejam as vinhas chantadas e ata cima de três anos averem vingados os herdamentos*". Carta de foral publicada por Matos REIS, *Os concelhos na primeira dinastia…*, p. 593-594.

[260] O mesmo se passará com o mosteiro de Odivelas, a igreja do Porto Novo, junto a Torres Vedras e o próprio Porto Novo denominado, em 1318, por Porto de S. Dinis. *Monarquia Lusitana*, parte V, 2v; Ana Maria Rodrigues "O Porto Novo de D. Dinis e o Porto do Carro de D. Fernando", *Estudos sobre Torres Vedras medieval*, p. 17-24.

[261] D. Dinis ordenou a delimitação do couto "*per padrões devisados*". Ayres de AZEVEDO, "Origens de Villa Real", *O Instituto*, vol. X, p. 945.

situação facilmente defensável, a proximidade a um cruzamento de vias de comunicação, a existência abundante de água ou a fertilidade do solo, são fatores que sempre exerceram uma enorme atração sobre os grupos humanos, cuja fixação ocorre num tempo longo, de forma paulatina. *Espontâneo* é um termo que caracteriza o momento da fixação, não a expressão morfológica. Esta poderá ser diversa consoante o desenvolvimento do processo: se num determinado momento, não muito distante da origem, houver uma intenção de ordenamento, a forma urbana será regular (que não é sinónimo de geométrico, note-se, mas de regulado). Se, pelo contrário, a construção do espaço, o crescimento e consolidação da urbe seguir o seu curso normal, por adições sucessivas, no correr do tempo e sem regulação prévia, global ou parcial, então, em termos de análise morfológica, o termo correto será *orgânico* e/ou *aditivo*.

Termos frequentemente utilizados na descrição de formas urbanas, tanto *espontâneo* como *orgânico* remetem, no discurso corrente, para o oposto de *ordem*. A utilização que aqui se faz destes conceitos alicerça-se, uma vez mais, no seu significado etimológico, o único, de resto, que permite o uso da terminologia de forma transversal às diversas áreas do saber. Ora, *orgânico*, do latim *organicu* refere-se "*a organismos, ao que está provido de órgãos, a seres organizados ou organizações complexas*". Em suma, ao que está "conforme a uma regra geral". Nada, por isso, mesmo que remotamente, anárquico ou desprovido de ordem. A ordem existe. Apenas não se expressa morfologicamente por regras geométricas. Aliás, como sublinhou A. Petruccioli, "*if by spontaneous one intends some kind of anarchical settlement, then the spontaneous pre-industrial city never existed. As history unfolds, the urban organism always responds to the principal of maximum yield and thereby to a formative logic; even when it avoids the geometry of the grid it does not trust itself to luck but follows typical principals of adherence to the morphology of the place and the cultural instances of society*."[262]

Que não é uma questão de "sorte" ou simplesmente fortuita, prova-o a procura sistemática da exposição solar mais favorável, o decalque das curvas de nível como forma de vencer os desníveis, a disposição dos arruamentos de acordo com o percurso natural das águas pluviais, a ocupação de terras altas por questões defensivas, a vizinhança protetora de uma estrutura militar, a proximidade às vias de comunicação, a presença de água, a fixação em locais especialmente férteis ou a disposição do assentamento tendo em vista a defesa dos ventos dominantes. Fatores que revelam a racionalidade inerente à ocupação e apropriação de qualquer território, numa lógica que apenas se expressa por outras formas que não a matriz geométrica.

No mesmo sentido, contraria Walter Rossa o caráter supostamente aleatório dos traçados orgânicos: "*Um pouco por todo lado a disciplina tem vindo a tornar claro como, na essência, os processos urbanísticos ditos orgânicos têm matrizes de comportamento / evolução que, face aos contextos específicos de cada caso, acabam por se revelar previsíveis. Variáveis são as suas expressões, com especial destaque para a arquitectónica. Acresce a isto*

[262] Attilio PETRUCCIOLI *After Amnesia. Learning from the islamic mediterranean urban fabric,* Bari, ICAR - Dipartimento di Ingegneria Civile e Architectura, Politecnico di Bari, 2007, p. 223.

o facto de em toda a História ser este o tipo de estabelecimento e evolução urbana corrente, ainda que mestiçado com outros em graus diversos"[263].

Resta referir que à operatividade destes dois conceitos, em termos de análise teórica, corresponde uma realidade que não é isenta de equívocos já que, na prática, dificilmente nos deparamos com casos puros. Mesmo no caso de uma cidade previamente pensada, onde todos os pressupostos estejam modelarmente reunidos, a materialização física tem, necessariamente, de se articular com fatores que tendem a distorcer o "modelo" teórico: as especificidades do terreno, o tempo de concretização ou a pluralidade de intervenientes, quer ao nível do projeto e da construção quer, sobretudo, do uso do espaço urbano, são contingências que fazem com que entre desenho urbano e espaço edificado raramente exista correspondência absoluta. Citando novamente Walter Rossa "*... tendemos a determinar autores da forma das cidades, quando sabemos à partida que os há apenas para o plano, sendo a realidade — o urbanismo — produto colectivo de uma comunidade*"[264].

Nesta lógica, por entre o amplo número de casos possíveis, optou-se por restringir a amostragem final a um universo de vinte e duas localidades: Viana da Foz do Minho, Caminha, Valença e Monção, no noroeste, Chaves, Bragança e Miranda, em Trás-os--Montes, Torre de Moncorvo, Cedovim e Vila Nova de Foz Côa, no Alto Douro, Tomar e Salvaterra de Magos, no Ribatejo, Nisa, Montalvão, Arronches, Terena e Monsaraz, no Alentejo oriental, Viana do Alentejo e Portel, no Alentejo interior, Sines no litoral e, finalmente, Lagos e Portimão, no Algarve.

A opção por apresentar uma ficha desenvolvida para cada um dos núcleos escolhidos, em que as propostas de reconstituição da malha original assentam numa análise cruzada do contexto histórico com o conjunto de fontes gráficas disponíveis, num permanente confronto com a realidade existente, determinou, por questões operativas, a restrição do número de casos. Apesar das limitações inerentes a qualquer amostragem, considerou-se que a única metodologia capaz de validar as reinterpretações do tecido urbano medieval, passava por uma apresentação completa dos dados e, sobretudo, pela clarificação das diferentes etapas do processo de interpretação garantindo-se, por um lado, a legitimidade das decisões, potenciando, por outro, novas leituras.

Em qualquer caso, o trabalho realizado em torno dos vinte e dois núcleos já referidos passou pelo permanente cotejo com muitos outros, particularmente quando se tratou de aferir a validade de um conjunto de práticas, identificadas como de atuação recorrente. Sobretudo para determinados elementos constituintes do "programa de cidade", com destaque para a composição formal dos quarteirões edificados, revelou--se fundamental a comparação com processos de natureza diferente mas que indiciavam rotinas muito similares: referimo-nos às extensões efetuadas em núcleos já consolidados, maioritariamente extramuros, de que Santarém, Évora, Elvas, Moura, Olivença, Castelo Branco, Serpa, Estremoz, Lisboa ou Coimbra são exemplos concretos.

---

[263] Walter ROSSA, (2000), "No primeiro dos elementos", *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*, p. 410.

[264] Walter ROSSA, "História do Urbanismo e Identidade. A arte inconsciente da comunidade", *História*, 27, 2000, p. 43. Veja-se, também a este propósito, Walter ROSSA (2001), "Recenseando as invariantes: alinhamento de alguns casos de morfologia urbana portuguesa de padrão geométrico", *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre urbanismo português*, p. 427-429.

Reconhecemos que às limitações próprias de uma amostragem se associa, neste caso específico, a subjetividade de uma escolha que não foi, nem podia ser, aleatória. Porquê estes núcleos e não outros? Na sua esmagadora maioria, os casos eleitos resultaram da conjugação de três pressupostos: ser uma cidade de fundação, a sobrevivência (relativa) do cadastro — que entendemos ser a prova irrefutável — e a existência de informação documental, mesmo que escassa. Se o primeiro implicava, desde logo, uma muito significativa redução da rede urbana portuguesa, a obrigatoriedade de conjugação com os dois últimos fatores justificou a escolha final. É que, quando o objetivo é a reconstituição da forma, sem cadastro, de nada serve ter uma ampla informação documental.

O caso de Vila Real já aqui referido é, neste aspeto, paradigmático. Conhecemos a cronologia, o promotor, o contingente populacional previsto, as medidas tomadas no decorrer das várias tentativas de fazer vingar o povoamento. Só não temos a vila medieval. O espaço de implantação inicial foi profundamente alterado no decorrer dos séculos seguintes e, finalmente, transformado em cemitério. Se os dados documentais elencados são inestimáveis no entendimento dos procedimentos políticos, administrativos ou fiscais, quase nada nos revelam da morfologia original. Embora mais ou menos oculta por sucessivas camadas de ocupação, parcialmente destruída, alterada ou substituída, a cidade, na sua expressão contemporânea, é o repositório e o resultado de todo o seu processo de evolução. Por isso, quando devidamente inquirida, é a fonte mais expressiva e, em última análise, só ela permite verificar todo o tipo de interpretações que advenham da utilização e composição dos dados recolhidos nas mais diversas fontes.

A escolha dos casos teve igualmente subjacente a necessidade de uma distribuição geográfica alargada, por forma a comprovar o caráter global e extensivo dos mecanismos apurados. Obedeceu também ao interesse em sondar para além do período cronológico mais forte, grosso modo compreendido entre 1250 e 1320, permitindo (ou não) confirmar a continuidade de práticas.

Resta clarificar o que considerámos como pressupostos básicos a todo o processo interpretativo, conducente à reconstituição do núcleo original: a inexistência de casario encostado à muralha e a identificação dos quarteirões originais com os que bordejam os principais eixos de circulação. A partir destes dois princípios, foi tida em conta a aproximação ao que seria o tamanho médio dos núcleos e a nitidez do traçado, permitindo isolar unidades morfológicas.

No primeiro caso, a preservação de uma faixa de terreno não edificado em torno da cerca justificava-se pela necessidade de preservar a integridade e eficácia das estruturas defensivas: apoiando-se na sabedoria dos autores antigos, Afonso X recomendava, nas *Siete Partidas,* que se deixassem os muros desafogados, afastando pelo menos 15 pés as construções mais próximas. O seu incumprimento não só impossibilitava a circulação das tropas como facilitava a escalada e encobria a abertura de cavas ou minas[265]. Que o corredor vago era uma necessidade real mas que o seu preenchimento

[265] "*Desembargadas e libres deven ser las carreras que son acerca de los muros de las villas e de las ciudades e de los castillos de manera que non deven fazer casa, nin otro edificio que los embargue nin se arrime a ellos. E si por aventura alguna quissiese y fazer casa de nuevo, deven dexar espacio de quince pies entre el edificio que faze, e el muro dela villa, o del castillo. E esto tuvieron por bien los sábios antiguos por dos razones. La una porque desembargadamente puedan los*

por casario era prática frequente, provam-no as destruições que os monarcas ordenaram em localidades como Guimarães[266], Porto, Lisboa, Guarda ou Montemor-o-Velho[267]. O derrube do casario portuense, a mando de D. Dinis, interessa-nos particularmente pela forma explícita como se afirma que as destruições levadas a cabo em "*rredor dos Muros a passadas certas*" são feitas "*assi como o direito outorga*"[268] o que significa que a matéria, também em Portugal, estaria devidamente legislada.

Para além destes aspetos estratégicos, outros fatores parecem legitimar a supressão das fileiras de lotes que, com o tempo, se terão encostado à muralha: por um lado, a área cercada teria em conta um crescimento futuro, sendo frequente a referência aos povoadores "…*que am de viir*" como consta, por exemplo, das cartas de foral outorgadas a Torre de D. Chama, Vila Boa de Montenegro, Cabeça de Conde ou Sesulfe[269]. Por outro lado, e de forma transversal a toda a documentação, perpassa a ideia de que o número de povoadores seria, por norma, reduzido. Este é, todavia, um capítulo para o qual as fontes são particularmente omissas: em pouco mais de uma dezena de casos o número de povoadores foi registado em documentação redigida por altura da fundação. Se Vila Real é inicialmente pensada para 1000 povoadores[270], Vila Nova de Foz Côa para 500[271] e Melgaço para 350[272], e se para Vila do Conde,

---

omes acorrer, e guardar los muros de la villa en tiempo de guerra. La otra porque dela allegança de las casas viniese a la villa o al castillo daño, nin traycion…". *Las Siete Partidas del Sabio Rey Don Alonso*, Partida III, tit. XXXII, ley XXII, p. 186. "*Aprovechanse los omes todos comunalmente de las iglesias, rogando en ellas a Dios que perdone sus pecados e por ende bien assí como a los muros de los castillos, e de las villas no deven arrimar casas, nin tiendas, nin faser otro edificio ninguno*". *Las siete Partidas,* Partida III, tit. XXXII, ley XXIV, p. 186. Recorde-se o episódio da tomada de Santarém por D. Afonso Henriques, escrito por um cónego de Santa Cruz: pela calada da noite, Mem Ramires subiu para o telhado de uma construção adossada à face exterior da muralha, procurando prender uma escada de corda às ameias da fortificação. À primeira tentativa, a escada caiu, optando então por erguer nos ombros um soldado que, atingindo o parapeito, subiu e prendeu a primeira escada de corda. Mário Jorge BARROCA, "Arquitectura militar", *Nova História militar de Portugal*, dir. de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, p. 153.

[266] Entre os imóveis destruídos contavam-se os mosteiros de S. Domingos e de S. Francisco. Pedro DIAS, *A arquitetura gótica portuguesa*, Lisboa, Estampa, 1994, p. 131-132.

[267] O episódio de Lisboa é relatado por Fernão Lopes: "*... e mandou* [el Rei] *derribar todallas casas que estavom juntas com o muro, por se nom colherem os Castellaaons demtro em ellas, e reçeberem por alli dampno*". Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, cap. LXXIV, Porto, Livraria Civilização, s.d., p. 197. Na Guarda, a ação ocorreu durante a segunda guerra com Castela (1372-1373), a par com as primeiras notícias da incursão, pelas Beiras, do exército castelhano. Entre os edifícios derrubados encontrava-se a própria Sé. Rita Costa GOMES, A Guarda medieval, 1200-1500, p. 33-42. Para o caso de Montemor-o-Velho diz-se, a propósito de uma casa na freguesia de Santa Madalena, que a "…*mandou deribar el rey dom Fernando na guera primeira de dom Henrique porque stava apres do muro do dito logo asi como fezerom outras moitas e eso medes as igrejas que stavam apres do dito muro*". Maria Helena da Cruz COELHO, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, p. 30-31.

[268] *Corpus codicum latinorum et Portugalensium* …, vol. II, p. 30.

[269] Cartas publicadas por José MARQUES, "Povoamento e defesa na estruturação do Estado medieval português", *Revista de História,* VIII, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, 1988, p. 27-29.

[270] Ayres de AZEVEDO, "Origens de Villa Real", *O Instituto*, vol. IX, p. 824.

[271] Os forais de Vila Nova de Foz Côa estão publicados por Matos REIS, *Os concelhos na primeira dinastia à luz dos forais e de outros documentos da chancelaria régia,* dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 597 e p. 611-612 (texto policopiado).

[272] *Chancelaria de D. Afonso III,* Livro I, Leontina Ventura, António Resende de Oliveira, vol. I, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 156-159.

em 1296, D. Dinis fixa os moradores da vila e do termo em 200[273], já nos restantes a cifra é consideravelmente reduzida: Vila Nova de Cerveira[274], Montalegre[275], Outeiro de Mulas, Argozelo, Pinelo[276] e Póvoa de Lanhoso[277] são programadas para 100 famílias, Santulhão para 60, Póvoa do Varzim com 54[278], Quarteira[279] 51, Portimão para 40, Caldas da Rainha[280], Paredes[281] e Vila Franca[282] apenas para 30 e, finalmente, Ervedosa e Sanceriz com apenas 20[283].

Números similares aos que Beatriz Arizaga Bolumburu encontrou para Guipúzcoa, onde o número máximo de 320 colonos se regista para San Sebastian, a maior de todas as vilas fundadas na região, seguida de Tolosa, Vergara e Hernani respetivamente com 235, 230 e 215, reduzindo-se em doze outras vilas para valores entre 200 e os 100 e, nas restantes nove, para contingentes populacionais inferiores à centena de famílias[284].

A verdade é que, mesmo para estes casos onde o número é explicitamente referido, a informação não pode ser aceite sem reservas, desde logo porque se refere aos contingentes previstos e não ao número efetivamente recrutado. Que este ficava, frequentemente, abaixo das expectativas, prova-o o caso de Vila Real, já aqui referido[285].

Apesar de todas as franquias municipais prometidas nas cartas de foral, a captação de colonos parece ter sido sempre tarefa difícil: Vila Real, Montalegre e Contrasta são apenas alguns casos em que a iniciativa régia fracassou, obrigando a começar todo o processo do início. E mesmo quando vingavam, nada nos garante que os lugares antevistos fossem totalmente preenchidos: quando D. Dinis refere que muitos dos povoadores de Chaves "*comprarom muytas possissões e nom davam a mim mays que hu morabitino velho*"[286] está, na realidade, a confirmar que nem todas as propriedades inicialmente demarcadas encontraram de imediato arrendatários, facto que permitiu a concentração de várias unidades numa só mão.

Para a dificuldade de recrutamento terá contribuído o facto destes núcleos de fundação terem sido, maioritariamente, erguidos em zonas inóspitas e/ou de fronteira.

---

[273] Maria Rosa MARREIROS, *Propriedade fundiária e rendas da coroa no reinado de D. Dinis. Guimarães*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990, p. 157 (texto policopiado).

[274] Matos REIS, *Os concelhos na primeira dinastia…*, p. 397.

[275] *Chancelarias Régias: D. Afonso IV, vol. II*, p. 360-363.

[276] Maria Rosa MARREIROS, *Propriedade fundiária e rendas da coroa* …, p. 159-160.

[277] Matos REIS, *Os concelhos na primeira dinastia…*, p. 92.

[278] Maria Rosa MARREIROS, *Propriedade fundiária e rendas da coroa* …, p. 126.

[279] Maria Rosa MARREIROS, *Propriedade fundiária e rendas da coroa* …, p. 204.

[280] Saul António GOMES, *As cidades têm uma história: Caldas da Rainha das origens ao século XVIII*, p. 24-25.

[281] Maria Rosa MARREIROS, *Propriedade fundiária e rendas da coroa* …, p. 185.

[282] Freguesia de Sendas, concelho de Bragança. Matos REIS, *Os concelhos na primeira dinastia…,* p. 190.

[283] Maria Rosa MARREIROS, *Propriedade fundiária e rendas da coroa* …p. 158 e 150.

[284] Beatriz ARIZAGA BOLUMBURU, *Urbanística Medieval (Guipúzcoa)*, p. 65.

[285] O que era uma circunstância comum em toda a Europa. Veja-se o caso de Grenade-sur-Garonne, fundada em 1290 por Eustache de Beaumarchais: com uma previsão inicial de 3000 famílias — pelo que o terreno foi dividido em 3000 lotes de 5x15 braças — não tinha, em finais do século XV, mais de 800 lotes construídos. W. BOEREFIJN, "Designing the medieval new town", p. 56.

[286] Nuno Pizarro DIAS, "Chaves Medieval"(séculos XIII e XIV)", p. 67.

Recorde-se o grande investimento de D. Dinis no Norte interior, contemplado com 43 cartas de foral das cerca de 80 que o monarca outorgou ao longo do seu reinado[287]. Daquelas, 33 dirigiam-se à região de Trás-os-Montes[288], uma das zonas mais despovoadas do reino, onde, à rudeza do clima, pobreza do solo e relevo difícil, se associava a situação fronteiriça, constituindo uma das regiões mais martirizadas pelos efeitos destrutivos da guerra, ao longo de toda a Idade Média[289].

Como todas as vilas situadas em locais fronteiriços, os custos da conflituosidade permanente[290], da devastação da guerra e dos danos causados pela passagem dos exércitos invasores, são constantemente "(re)negociados" pelas cartas de foral, pelo alargamento dos direitos concedidos ou pela concessão de novos privilégios. Ao longo de toda a Idade Média, as queixas dos povos são uma constante, pedindo mais benefícios, exigindo perdões e isenções de impostos. Que o poder real, por regra, aceita[291]. Caso contrário as terras despovoam-se, pondo em causa a integridade física do território, abrindo as portas à ofensiva dos reinos vizinhos. Por isso, a lógica dos forais é também e na prática uma lógica concorrencial. Não é por acaso que o povoamento de toda a rede urbana fronteiriça é sistematicamente reforçado pela instituição de coutos de homiziados, política iniciada com D. Dinis, em Noudar, escassos treze anos depois de lhe atribuir carta de foral[292]. Mas mesmo outras regiões, bem mais próximas de Lisboa e Santarém, podiam ser muito pouco atrativas: recorde-se como a criação dos concelhos de Atalaia e Asseiceira, pelo mesmo monarca, teve por objetivo o controlo sobre um território praticamente descrito como selvagem "…*matando hi os homees e as molheres e esbulhando-os e teendo hi o caminho e fazendo hy muito mal e muita malfeitoria*"[293].

---

[287] Acerca das várias estimativas realizadas sobre o número de forais outorgados por D. Dinis, veja-se Alexandre Monteiro PINTO, *«O lavrador» de forais: estudo dos forais outorgados por D. Dinis*, Coimbra, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007 (texto policopiado). A proposta do autor, num total de 86 forais, é apresentada na p. 9 e cartografada no Mapa 1, p. 17.

[288] Maria Rosa MARREIROS, *Propriedade fundiária e rendas da coroa…*, p. 109 e segs.

[289] Sobre o despovoamento de Bragança, veja-se o conjunto de documentos relativos à constituição do couto de homiziados para 200 pessoas, à instituição da feira franca como incentivo ao desenvolvimento e, por último, à fuga da população da área intramuros, publicados por Francisco Manuel ALVES, *Bragança. Memórias Arqueológico-Históricas…,* tomo III, p. 176-185.

[290] Amélia Aguiar ANDRADE, "Fronteira e rede urbana: um aspecto da estratégia régia na consolidação do espaço do Portugal medievo", *A construção medieval do território*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 29-30.

[291] "*... Sabede que os homeens boons daldea de mjdíllim termo dessa mesma [Monsanto] nos Enujarom dizer que o dicto lugar fora ja pouorado de pouoraçom de duzentos homeens E que ora polla neçidade das gerras E pestenençias nõ morauam em elle mais de XX hata trinta moradores Em que em a dicta aldea e seu limjte auja mujtas erdades que jaziam em mortorios E cassas Em pardieiros e ortas em matos e que nõ som adubados nem aprouueitados E jazjam em perdiçõ parte se queriam hir morar a dicta aldea se tiuesem em ella alguuas coussas de seu em que fizessem cassas uínhas ortas pomares...*", o que o rei concede. IANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv. 34, f. 97, publicado por Virgínia RAU (1946), *Sesmarias medievais portuguesas,* Lisboa, Editorial Presença, 1982, p. 204-205.

[292] O apelo ao povoamento dirige-se a "*todolos degradados dos meus regnos e todollos outros assy mouros como judeus como christãaos assy das terras das hordens como d hu quer que seiam que morem e pobrem na mjunha villa de noudar…*". *Chancelarias portuguesas: D. João I,* vol. III, tomo 1, p. 245-246. Sobre a instituição dos coutos de homiziados, veja-se Humberto Baquero MORENO, "Elementos para o estudo dos coutos de homiziados instituídos pela coroa", *Os municípios portugueses nos séculos XIII a XVI. Estudos de História,* Lisboa, Presença, 1986, p. 93-138.

[293] IANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, Liv. III, f. 27v. 3, publicado por Maria Rosa MARREIROS, *Propriedade fundiária e rendas da coroa* …, p. 193.

No que respeita à fronteira, as dificuldades não foram sequer atenuadas pelo facto do tempo forte da política de fundação coincidir com um período de acentuado crescimento populacional em que, pelo menos localizadamente — Minho, o atual distrito do Porto e o vale do Douro[294] (à exceção de Trás os Montes) —, a população portuguesa estava em condições de contribuir com contingentes para áreas deficitárias[295]. Na verdade, os ciclos de migração parecem ter sido preferencialmente curtos, procurando-se o novo estabelecimento num raio relativamente próximo das áreas de origem[296]. Ou seja, dificilmente as preferências da população coincidiriam com as necessidades dos monarcas. Por isso, não raro, a coroa aumentava as franquias municipais, outorgava mais privilégios e reduzia os tributos antes acordados.

Em última análise, por acentuado que tenha sido o crescimento, a verdade é que "*todos os meios humanos disponíveis ainda seriam poucos*"[297], para um reino que, ao mesmo tempo que alargava as suas fronteiras a sul, promovia um intenso programa de colonização. Por isso, como sublinhou Maria Helena da Cruz Coelho, "*os monarcas se apressaram a dar cartas de foral a mouros forros de várias cidades do Sul, no sentido de obstar à saída dos seus habitantes, evitando um vazio populacional*"[298]. Cumulativamente, as últimas fundações dionisinas sentiram, muito pouco tempo depois, as repercussões da quebra populacional, registada a partir de 1348, facto tanto mais grave quanto os tecidos urbanos se encontravam ainda em fase de consolidação. Recorde-se, de resto, que a quebra parece ter sido precedida de um abrandamento e mesmo estagnação, já visível no decorrer das décadas anteriores[299].

Por todas as razões, é hoje particularmente difícil recuperar a dimensão populacional destas vilas.

Foram já feitas várias tentativas para estimar a densidade demográfica a partir do espaço ocupado, recorrendo-se, para tal, à dimensão dos perímetros defensivos e ao cálculo das áreas circunscritas. Mas nenhuma delas é — ou pode ser — conclusiva[300].

---

[294] Comparem-se os valores apresentados pelas Inquirições de 1220 e 1258 para regiões como o Entre Lima e Minho, Porto e Guimarães. Maria Helena da Cruz COELHO, "Os homens ao longo do tempo e do espaço, P*ortugal em definição de fronteiras. Do condado Portucalense à crise do século XIV*, coord. de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís Carvalho Homem, *Nova História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Editorial Presença, 1996, p. 167-184.

[295] Sobre a desigual distribuição da população portuguesa na Idade Média veja-se, Oliveira MARQUES, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV,* p. 18-19.

[296] Oliveira MARQUES, *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Palas Editores, (8ª ed.), 1978, p. 75. Também ao nível do êxodo rural, com a "*possível excepção de Lisboa, a força de atração das cidades não foi geralmente além de um pequeno raio que atingia o hinterland próximo*", Oliveira MARQUES, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, p. 181.

[297] Maria Helena da Cruz COELHO, "Os homens ao longo do tempo e do espaço", p. 171.

[298] Maria Helena da Cruz COELHO, "Os homens ao longo do tempo e do espaço", p. 171-172.

[299] Oliveira MARQUES, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, p. 20.

[300] Oliveira Marques propôs, para a cidade mediterrânica, um cálculo de 160 habitantes por hectare. Oliveira MARQUES (1981), "Introdução à história da cidade medieval portuguesa", p. 14-15. Torres Balbás, por seu turno, observando o universo das cidades muçulmanas ibéricas, adianta a cifra de 348 habitantes por hectare. TORRES BALBÁS, *Cidades hispano-musulmanas*, p. 93-111. Este cálculo foi utilizado para a mouraria de Lisboa por Luís Filipe OLIVEIRA e Mário VIANA, "A Mouraria de Lisboa no século XV", p. 200. Outras tentativas de calcular a densidade populacional, cujos resultados se aproximam deste último cômputo, foram ensaiadas por Alves Conde, para Tomar, com a proposta de 60 fogos por hectare, o que, utilizando um coeficiente de 4,5 almas por fogo, representa cerca de 270 pessoas e por Rita Costa Gomes para a judiaria da Guarda onde,

Vale a pena confrontar os valores encontrados para as vilas estudadas: Vila Nova de Cerveira, 0,6 ha; Vila Nova de Foz Côa, 0,7 ha; Monforte do Rio Livre, 0,8 ha[301]; Monção, 1,8 ha; Melgaço 2 ha; Portel, 2,1 ha; Monsaraz, 2,5 ha; Portimão, 2,6 ha; Bragança, 2,6 ha; Caminha, 2,7 ha; Torre de Moncorvo, 2,8 ha, Cedovim, 3,1 ha; Chaves, 3,1 ha; Nisa, 3,3 ha; Viana do Castelo, 3,4 ha; Valença, 3,5 ha; Lagos, 4,5 ha; Arronches, 6,8 ha e Miranda do Douro, 11,5 ha.

Em rigor, porém, o número de hectares não permite mais do que uma ordem de grandeza relativa. Para que assim não fosse, seria necessário conhecermos dois aspetos essenciais: qual a proporção do espaço intramuros efetivamente construída e qual a dimensão das parcelas atribuídas aos povoadores.

Mesmo descontando o espaço encostado à muralha, desconhecemos a porção de terreno ocupada por terreiros e adros ou pensada para povoadores vindouros. Por outro lado, o facto de não dispormos de valores seguros e em número suficiente para a dimensão dos lotes, impede-nos de dividir o espaço de forma rigorosa. Partindo de uma situação invulgarmente bem documentada, Beatriz Arizaga Bolumburu pôde encontrar para a região de Guipúzcoa o valor aproximado de 50 casas por hectare[302]. A autora contou, para tal, com a certeza de uma divisão inicial igualitária do espaço urbano onde, de acordo com as cartas de fundação, a parcela atribuída a cada família media 8 metros de frente por 12 de profundidade. Ainda assim, a autora sublinha que as cifras encontradas para as diferentes vilas servem apenas de indicadores, já que os cálculos tiveram, inevitavelmente, de assentar nalgumas premissas de valor relativo: um preenchimento total do espaço intramuros (ainda que deixando livre um corredor em torno da muralha), de que as disputas registadas pela posse dos terrenos seriam a prova; que a área em apreço seria plana e sem acidentes naturais que interferissem no loteamento inicial; opção por não entrar em linha de conta com o meio solar (lote com metade do tamanho da parcela padrão), que existia nalgumas destas vilas, caso de Vilarreal.

Para além do número de hectares, os indicadores populacionais podem, igualmente, desempenhar um papel importante. Mas continuam a ser simples indicadores. O censo mandado realizar por D. João III, em julho de 1527[303], nas seis comarcas em

---

numa área de 1 hectare residiria um número próximo das 82 famílias (369 pessoas). M. Sílvio Alves CONDE, *Tomar Medieval, O espaço e os homens*, p. 152; Rita Costa GOMES, *A Guarda Medieval, 1200-1500,* p. 103. O índice criado por Oliveira Marques foi utilizado em *Vilas medievais planeadas de Portugal. Reinados de D. Afonso III e D. Dinis,* Coimbra, IERU, 2007.

[301] Nuno Pizarro DIAS, "As cidades de fronteira de Portugal com a Galiza", p. 88. O mesmo se passava com as cidades fundadas pela mesma altura em Guipúzcoa, onde a dimensão nunca excedia os 7 hectares não chegando, muitas delas, a atingir os 3 hectares de área cercada. ARIZAGA BOLUMBURU, *Urbanística Medieval (Guipúzcoa),* p. 124. Veja-se o quadro apresentado pela autora na p. 65 onde se inscrevem as dimensões de todas as cidades estudadas. O mesmo se passava com as cidades da Biscaia (Bilbao, a maior, não ultrapassava os 6,7 ha) e Alava, onde Vitória, com os seus 20 ha, surgia como exceção, a uma enorme distância das restantes vilas que maioritariamente ficavam abaixo dos 2,5 ha de superfície. ARIZAGA BOLUMBURU, *Urbanística Medieval (Guipúzcoa),* p. 104, nota 26.

[302] ARIZAGA BOLUMBURU, *Urbanística Medieval (Guipúzcoa)*, p. 63. Sobre o caráter igualitário dos lotes, veja-se da mesma autora "La arquitetura popular en la Edad Media (Guipúzcoa)", *Revista de la Facultad de Geografia e Historia*, 4, 1989, p. 60-61.

[303] Para épocas anteriores, os dados veiculados pelas fontes tradicionalmente utilizadas para o cômputo populacional, seja o rol de tabeliães, do reinado de D. Dinis, o dos besteiros do conto, datável de 1422, ou o catálogo

que o País se dividia, é uma das fontes mais utilizadas. Apesar de muito tardio relativamente às cronologias de fundação, tem sido considerado por diversos autores como apresentando resultados próximos dos que caracterizariam o País, nas vésperas do grande surto pestífero[304].

Segundo o Numeramento de 1527-1530[305] as cidades estudadas teriam, à época, os seguintes moradores: Viana da Foz do Minho, 962, Caminha, 280, Valença, 170, Monção, 160, Chaves, 385, Bragança e Miranda, 287, Torre de Moncorvo, 245, Cedovim, 166, Vila Nova de Foz Côa, 152, Tomar, 737, Salvaterra de Magos, 150, Nisa, 295, Montalvão, 153, Arronches, 717, Terena e Monsaraz, 380, Viana do Alentejo, 371, Portel, 473, Sines, 180 e, finalmente, Lagos, 1310.

Mas qual a utilidade destes números para o nosso objetivo?

Em primeiro lugar, o Numeramento contabiliza a população do "*corpo*" da vila e dos respetivos arrabaldes, quase nunca descriminando os valores de um e outro. São raros os casos, como Melgaço, em que se explicita que "*demtro na vylla*" residem 46 moradores[306]. Ora para que os dados possam ser aplicados à origem dos núcleos, torna-se essencial conseguir distinguir uns de outros.

Neste aspeto da distribuição dos moradores entre o intramuros e os arrabaldes, Duarte de Armas pode funcionar como um complemento importante mas, uma vez mais, apenas em termos relativos. E, mesmo que dispuséssemos dos valores repartidos, há que contar com um segundo aspeto, tão ou mais relevante: os cômputos referem-se a moradores, fogos ou vizinhos[307], remetendo, como sublinhou Virgínia Rau, para a unidade sobre a qual incidia a tributação.

Para o nosso objetivo, tal pode ser equiparado a famílias, independentemente do número de pessoas que a compõem. Ora o número de moradores/famílias não é necessariamente equivalente ao número de casas construídas. Em muitas das situações, bastaria entrar em linha de conta com a lenta e continuada fuga das populações das zonas altas e muralhadas para os arrabaldes próximos (Coimbra, Santarém, Bragança ou Montemor-o-Novo são disso exemplo) para que tal significasse um número relevante de casas abandonadas e, por isso, não contabilizadas para efeitos fiscais.

Por razões várias — decréscimo populacional provocado pelos flagelos das pestes, fomes e guerras[308], movimentos migratórios para outras regiões[309] ou, simplesmen-

---

das igrejas, de 1320-1321, são demasiado vagos e permitem apenas estabelecer ordens de grandeza entre as povoações. Oliveira MARQUES, "A população portuguesa nos finais do século XIII", *Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Portugália, 1965, p. 51-54

[304] Oliveira MARQUES, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, p. 16.

[305] Júlia GALEGO; Suzanne DAVEAU, *O Numeramento de 1527-1532. Tratamento cartográfico. Memórias do Centro de Estudos Geográficos*, 9, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1986, p. 107-109. Os dados referem-se às sedes das unidades administrativas. Sobre o Numeramento, veja-se Virgínia RAU, "Para a História da população portuguesa dos séculos XV e XVI"; Anselmo Braamcamp FREIRE, "Povoação de Entre Doiro e Minho no XVI século", *Archivo Histórico Portuguez*, vol. III, Lisboa, 1904-1906, p. 241-273. P. Avelino de Jesus da COSTA,*O Bispo D. Pedro e a organização da Arquidiocese de Braga*, 2ª edição refundida e ampliada, Braga, 1997, p. 225-253.

[306] Alves DIAS, *Gentes e espaços. Edição crítica do Numeramento de 1527-1532*…, p. 36.

[307] Virgínia RAU, "Para a História da população portuguesa dos séculos XV e XVI", p. 13 e segs.

[308] Um amplo conjunto de exemplos de vilas atingidas pelo despovoamento foi recolhido por Oliveira MARQUES, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV,* p. 23-24.

[309] Para o caso de Valença, o cotejo entre a informação veiculada pelo censo mandado realizar por D. Manuel,

te por uma questão de maior comodidade na vivência quotidiana — a verdade é que a existência de propriedades urbanas abandonadas está amplamente documentada por toda a documentação[310]. De forma ainda mais vincada na maior parte das cidades aqui estudadas. Não por acaso, Caminha, Valença, Chaves, Bragança, Miranda, Arronches, Monsaraz, Vila Nova de Portimão e Silves foram, em alturas diversas, alvo de tentativa de repovoamento, através da instituição de coutos de homiziados[311]. Se os núcleos da faixa fronteiriça não escapavam aos problemas demográficos que, de forma generalizada, se faziam sentir por todo o reino, sofriam, mais do que quaisquer outros, os danos da guerra: Monforte do Rio Livre é muito "… *desfraudada por seer mujto no stremo e por razam das guerras passadas*"[312] e Chaves porque "… *he frontaria assy como pellas guerras que ataa ora forom* [...] *ficou e he destrroyda e despobrada…*"[313].

em 1513, e o Numeramento joanino, de 1527, demonstra que, entre essas datas, a sede do concelho (vila e arrabalde) sofreu uma redução de 201 para 170 moradores, ou seja, uma perda de 31 famílias, situação para a qual António de Oliveira encontra como causa mais provável a emigração. Contudo, como refere o mesmo autor, quando feitas as contas à população total da vila e do termo, nota-se um crescimento de 12,92% face ao censo de 1513, o que está de acordo com a dinâmica demográfica do século XVI. António de OLIVEIRA, "A população de Caminha e Valença em 1513", p. 16-17.

[310] Veja-se como, em 1385, D. João, Mestre de Avis, Regedor e Defensor do Reino, ordenava que os pardieiros existentes na vila de Loulé fossem distribuídos "*a todolos que moram fora nos arravaldes e termo e que se colham logo aa vila e façam casas em elles pera sas moradas…*". *Actas das vereações de Loulé*, edição de H. Baquero Moreno; leitura paleográfica de Luís Miguel Duarte e João Alberto Machado, Porto, 1984, p. 58-59. Veja-se também Maria de Fátima BOTÃO, *Construção de uma identidade urbana. O caso de Loulé*, p. 263-266. A Alta de Coimbra é outro exemplo significativo: em 1312, eram abundantes os pardieiros e casas arruinadas, não conseguindo D. Dinis recrutar quem as quisesse valorizar. A situação manteve-se pois, em 1373, D. Fernando referia-se ao interior da cerca como "*mui despovoada e falida de companha*" razão por que, para além dos privilégios e isenções concedidos, autorizava o concelho a doar chãos e pardieiros aos que neles se comprometessem a fazer casas de morada. Que as medidas fernandinas não deram os resultados esperados, prova-o o facto de, em 1443, o regente D. Pedro dar continuidade à política de exceção aos moradores da cerca de Coimbra "*por se melhor povoar, porquanto houvemos por informação que é muito despovoada...". Livro 2º da Correia (Cartas, Provisões e Alvarás Régios registados na Câmara de Coimbra) 1273-1754*, organização, leitura e notas de José Branquinho de Carvalho, Coimbra, Biblioteca Municipal, 1958, p. 4-13 e 36. Luísa TRINDADE, *A casa corrente em Coimbra*…, p. 127-128.

[311] Humberto Baquero MORENO, "Elementos para o estudo dos coutos de homiziados instituídos pela coroa", p. 93-138. A política de instituição de coutos de homiziados de D. Dinis, D. Fernando, D. João I e D. Afonso V incide, quase exclusivamente, sobre a linha de fronteira terrestre. A de D. João II, em menor número, recai sobre o litoral (Caldas da Rainha, Vila Nova de Mil Fontes e Mexilhoeira, no Algarve).

[312] *Chancelarias portuguesas: D. João I*, vol. IV, tomo 1, p. 55-56.

[313] *Chancelarias portuguesas: D. João I*, vol. III, tomo 3, p. 35-36.



Fig. 29 As destruições causadas pela guerra. Iluminura das *Chroniques de France*, finais do século XIV, British Library, Ms. Royal 20 C VII, f. 41v.

Dimensão da área intramuros (ha)	Número de habitantes (1 ha x 160)	Dados do Numeramento de 1527 (nº de fogos no total da vila)	Numeramento de 1527 (conversão de fogos em habitantes, a partir do coeficiente de 4,5)
Vila Nova de Foz Coa 0,7	112	Vila Nova de Foz Coa 152	684
Monção 1,8	288	Monção 160	720
Monsaraz 2,5	400	Monsaraz 380	1710
Bragança 2,6	416	Bragança 287	1291
Miranda do Douro 11,5	1840	Miranda 287	1291
Caminha 2,7	432	Caminha 280	1260
Torre de Moncorvo 2,8	448	Torre de Moncorvo 245	1102
Cedovim 3	480	Cedovim 166	747
Chaves 3,1	496	Chaves 385	1732
Nisa 3,3	528	Nisa 295	1327
Viana do Castelo 3,4	544	Viana do Castelo 962	4329
Valença 3,5	560	Valença 170	765
Lagos 4,5	720	Lagos 1310	5895
Arronches 6,8	1088	Arronches 717	3226

Quadro I — áreas e valores para uma estimativa populacional

O quadro apresentado inclui os valores estimados para a área intramuros, calculada a partir da medição dos perímetros defensivos (coluna 1); o respetivo número de habitantes estimado a partir do índice proposto por Oliveira Marques, de 160 habitantes por hectare (coluna 2); o número de fogos ou vizinhos indicado no Numeramento de 1527 para as sedes das unidades administrativas, não diferenciando os residentes no intramuros daqueles que habitam os arrabaldes (coluna 3); a conversão do número de fogos em habitantes, a partir do coeficiente de multiplicação de 4,5.

Incluímo-lo aqui, apenas para reforçar a ideia da extrema dificuldade em comparar os valores encontrados. Porque não são valores absolutos (desde logo porque

sujeitos a coeficientes de multiplicação demasiado relativos), porque não coincidem no espaço (ora se referem apenas à área cercada, ora à totalidade da vila) e, sobretudo, porque se distanciam demasiadamente no tempo. Mas também porque não permitem uma leitura geral, já que, num intervalo temporal tão vasto, as vicissitudes por que passou cada um dos núcleos são demasiado variáveis. Basta pensar na diferente evolução das vilas litorâneas, entre os finais do século XV e os inícios do XVI, face às do interior e, dentro destas, nas diferenças que separavam as que se localizavam em vias de comunicação importantes, relativamente a outras mais isoladas.

Repare-se como, utilizando o exemplo de Melgaço, para o qual temos a cifra de povoadores estipulada pelo rei aquando da outorga da carta de foral, em 1258, e o número de vizinhos no interior da cerca em 1521, a diferença é abissal: 350 famílias contra apenas 46, no século XVI. E neste caso nem sequer se coloca a hipótese de uma fuga do espaço cercado para os arrabaldes já que, como Duarte de Armas comprova, menos de duas décadas antes do Numeramento, o casario existente em Melgaço encontrava-se, integral e exclusivamente, contido no interior da cerca. Se a estes dados juntarmos o cálculo em função da área que ocupa (2 ha), o número encontrado andaria próximo das 70 famílias. E, se da proposta de Oliveira Marques (160 habitantes por ha) passarmos para a de Torres Balbás, (348 habitantes por ha), o resultado, embora aumentando para as 155 famílias, fica, ainda assim, muito aquém do previsto pelo monarca.

Mais próximo, é o caso de Vila Nova de Cerveira, para a qual D. Dinis espera conseguir 100 povoadores[314], número não muito distante dos 70 que aí residiam em 1527[315]. O facto do Numeramento os contabilizar por grosso, corpo da vila e arrabalde, não parece ser neste caso muito significativo já que, recorrendo uma vez mais a Duarte de Armas, sabemos que o casario extramuros, especialmente concentrado em torno da atual igreja matriz, era ainda muito reduzido[316].

Dos elementos apresentados, o único que nos surge como verdadeiramente útil para o nosso propósito, é a representação do conjunto das áreas muralhadas, lado a lado e a uma mesma escala, permitindo aferir grandezas relativas e confirmar a reduzida dimensão dos núcleos portugueses, de resto paralela ao que se fazia na generalidade do espaço ibérico.

Para épocas tão remotas como as que aqui nos importam, os cálculos serão sempre muito imprecisos, tanto mais que, ao falarmos de povoações de reduzidas dimensões, uma margem de erro de umas dezenas de edifícios pode fazer toda a diferença: em muitos casos, corresponderia, praticamente, à diferença entre ter ou não casas encostadas às muralhas.

Por entre todas as incertezas que rodeiam a questão da população destinada a ocupar os novos núcleos urbanos, optámos, pelo conjunto de razões apontadas, por "apagar" do cadastro intramuros o casario encostado às estruturas defensivas. Excetuando esse anel, o restante tecido corresponde, quase invariavelmente, aos quarteirões que

[314] Matos REIS, *Os concelhos na primeira dinastia*…, p. 397.

[315] Alves DIAS, *Gentes e espaços. Edição crítica do Numeramento de 1527-1532*…, p. 42.

[316] Duarte de ARMAS, *Livro das Fortalezas*, f. 113-114.

bordejavam os principais eixos viários, de acordo com o que parece ser uma das características identificadoras dos núcleos de fundação portugueses.

O programa

Como qualquer núcleo urbano já consolidado[317], a cidade de fundação constituía, desde o primeiro momento, a resposta a três funções elementares: a defesa de corpos e bens, o apoio espiritual e as estruturas de suporte ao povoamento concentrado. Estruturas militares (castelo e/ou cerca), igreja e um conjunto de parcelas (urbanas e rurais) determinado em função da população esperada são, por isso, os três elementos fundamentais de qualquer vila nova. A sua presença constante pode ser comprovada pela consulta do quadro anexo onde, lado a lado, se regista a reconstituição hipotética dos núcleos estudados. É, no fundo, o que Frei Silvestre de Tomareis descreve a propósito do processo de povoamento levado a cabo por Frei Gonçalo "*in principio populacionis de Aurem* [Ourém] *in ipso loco de Tomarel cepit hereditatem in qua platauit uineam. edificauit eclesiam. et domos. et cetera que humanae uite necessaria uidebantur*"[318]. Ou seja, uma vez tomada a posse da herdade, assegurava-se o essencial à sobrevivência da população: desbravar e plantar as terras, prover ao enquadramento espiritual e à edificação do casario. Frei Silvestre omite apenas as estruturas defensivas, que podemos incluir no "*mais que fosse necessário à vida humana*".

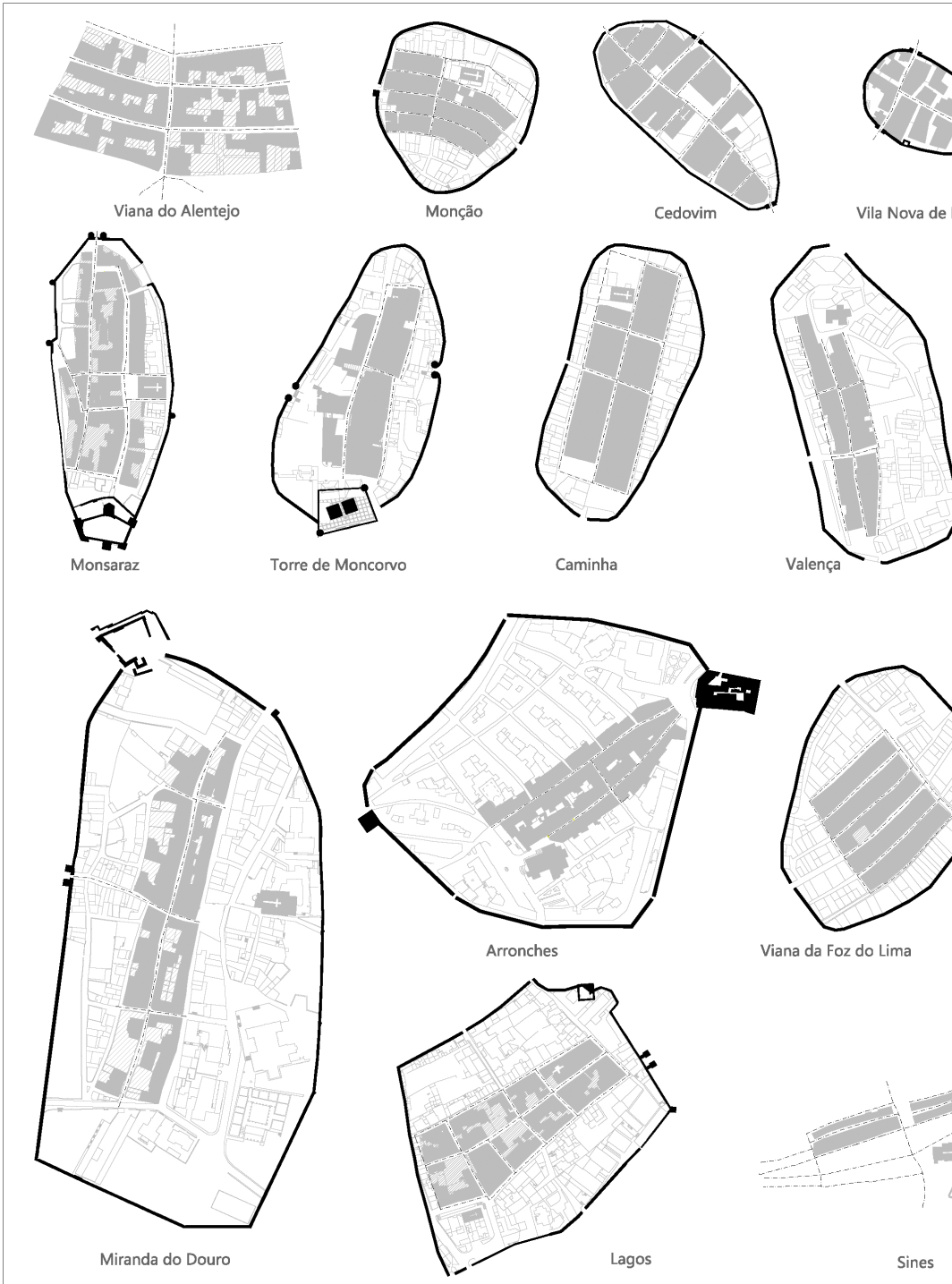
Mas, tão ou mais importante do que a sua presença constante, o conjunto de desenhos permite constatar a forma como esses três elementos se relacionam entre si ou, em bom rigor, a autonomia de cada elemento face ao conjunto. Não se trata aqui de uma questão de distância, mas do que pode caracterizar-se como uma dissociação intencional. Se isoladamente cada um dos elementos obedece a determinadas especificações, como veremos, como conjunto não decorrem de uma conceção unitária, onde a disposição de cada um se encontra, à partida, formalmente dependente da dos outros. Simplificando, nenhuma abstração prévia exigia uma determinada implantação de eixos viários, em cuja interseção se localizasse obrigatoriamente a igreja ou que aqueles tivessem, no seu enfiamento e em posição simétrica, as portas da muralha. Longe disso.

[317] Os mesmos três elementos que D. Dinis refere no ato de tomada de posse de San Félix de los Gallegos, na sequência do Tratado de Alcanizes: "*el castilllo por las puertas del y con sus llaves* […] *por portas y por livras e per laves la egreja dese mesmo logar* […] *e "la villa sobredicha por tella e por terra*". *GTT*, vol. 9, 4564, p. 530.

[318] Saul António GOMES, *Introdução à História do Castelo de Leiria*, p. 28.

ANÁLISE COMPARATIVA

Comparação morfológica dos núcleos originais em estudo

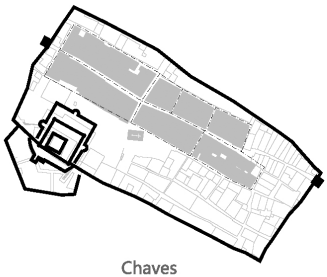


Escala 1:5 000

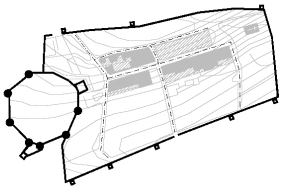
10 50 100 200 400



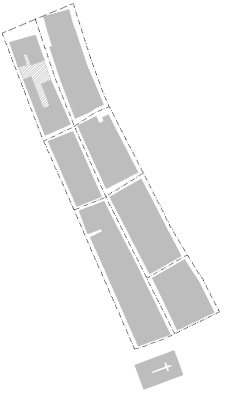
Foz Côa



Chaves

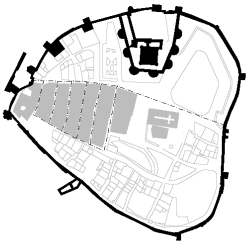


Portel

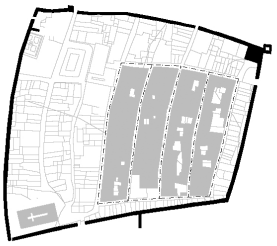


Salvaterra de Magos





Bragança



Nisa

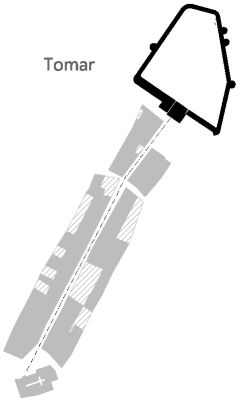


Tomar





Montalvão



Terena

Como se os homens responsáveis pelo "fazer cidade" partissem para o terreno munidos, não de uma qualquer peça desenhada, rígida e pré-concebida[319], mas de um programa livre — composto pelas três partes referidas — cuja execução assentava sobre um conjunto de procedimentos práticos e rotinados. Da soma das partes, cuja articulação se fazia no entendimento concreto do terreno, resultaria a cidade.

Aspeto que nos remete para os processos e agentes da fundação, concretamente para dois tempos e dois níveis de decisão diferentes. A resolução das questões estratégicas cabia, naturalmente, ao promotor — que regiões povoar, que estruturas defensivas erguer, qual a escala do núcleo ou a atribuição do padroado dos templos, enfim, as linhas gerais do programa, eram questões que extravasavam o âmbito concreto, dependentes de estratégias territoriais de âmbito mais vasto e constituindo, por isso, matéria política da exclusiva competência do monarca ou do senhor da terra. Decididos os contornos e tempos da fundação, a sua efetivação — no fundo, a disposição dos elementos no terreno — parece ter ficado a cargo dos responsáveis pela ação de fundação propriamente dita, cujo perfil analisaremos no capítulo seguinte[320].

A responsabilidade que lhes é atribuída na prossecução de um programa — e, simultaneamente, a liberdade que lhes é concedida pela ausência de diretivas formais rígidas —, fez com que a composição dependesse, quase exclusivamente, do suporte físico natural e de eventuais preexistências. A decisão do traçado da muralha, da escolha do local para a implantação do castelo, da igreja ou do conjunto de quarteirões, obedeceu a princípios elementares e quase empíricos, como o aproveitamento das curvas de nível e de acidentes naturais, para a muralha; dos pontos estratégicos onde a defesa era mais fácil ou necessária, para o castelo (o que podia justificar o abandono de estruturas existentes como parece ter acontecido com o Alcácer Velho de Arronches, preterido a favor do castelo novo, edificado noutro lugar); da orientação a nascente, para o templo; ou do alinhamento em função do caminho e da melhor exposição solar, no que toca ao casario. Por isso, e apesar de um inegável "ar de família", o mesmo conjunto de elementos resultará em soluções finais necessariamente diferentes.

Vejamos os elementos um por um.

---

[319] Embora não correspondesse seguramente à prática corrente, a existência de planos desenhados está comprovada para a Idade Média, sendo um dos mais antigos o realizado, em 1306, para a fundação de Talamone, vila portuária criada por Siena. O "projeto" representa uma muralha aproximadamente circular com 3 portas e 24 torres, as vias, a igreja e o castelo. Sobre as parcelas retangulares a construir, inscreveu-se o nome do colono a quem foi concessionada. Donatella CALABI, "La longue histoire de la regularité des villes nouvelles", *ECDJ*, 9, coord. Walter Rossa e Adelino Gonçalves, Coimbra, Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2005, p. 36. Francesca UGOLINI, "La pianta del 1306 e l'impianto urbanistico di Talamone", *Storia della città*, 52, Milano, Electa Editrice, 1989, p. 77-82. Para o caso português, as referências a desenhos urbanísticos são já muito tardias: em 1482 D. João II, a propósito do calcetamento da rua Nova de Lisboa, determinava o levantamento minucioso da artéria "*pyntada em papell*" onde nem as sacadas e balcões seriam omitidos. Determinando o côvado como a medida utilizada e fazendo-o corresponder no levantamento a um dedo, a planta pintada teria, segundo os cálculos de Iria Gonçalves, seis metros de comprimento. Iria GONÇALVES "O calcetamento da Rua Nova de Lisboa", *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996, p. 125. Também para o reinado de D. João II, pode apontar-se a referência aos 15 desenhos ou pinturas de Çafim, que António Carneiro teria em sua posse, Hélder CARITA, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos…,* p. 48 ou a provável existência de um plano que, em 1480 e ainda no reinado de D. Afonso V, acompanharia os apontamentos pelos quais se preparavam novas reformas nas muralhas de Ceuta. No texto diz-se "... *esta fortaleza avera tres portais nos muros de fora nos luguares omde vam emlegidos....*". Pedro DIAS, *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822), O Espaço do Atlântico*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, p. 21.

[320] Veja-se infra o capítulo 4. *Agentes e processos de povoamento*.

A muralha

No âmbito que aqui nos interessa diretamente, a análise da muralha terá, sobretudo, de recair sobre a sua existência enquanto elemento físico, estrutura cujo porte e perenidade marcou de forma indelével o espaço urbano, desde logo por definir os contornos do território sobre que se atuava. Obviamente que, também enquanto estrutura física, o seu principal papel — e sem dúvida o mais evidenciado pela documentação da época — foi o de defesa do espaço a povoar, podendo condicionar, em obediência a questões de eficácia militar, a implantação e o desenvolvimento de outros elementos, como o casario ou a igreja, aspetos a que voltaremos.

Mas não é como estrutura militar que aqui a abordaremos, aspeto, de resto, alvo de grande investimento e, por isso, bem conhecido. Pelo menos tão bem quanto a documentação o permite, sendo já numerosos os estudos que se centram sobre os processos de edificação, os grandes ciclos construtivos e as estratégias políticas subjacentes ou os avanços técnicos, em função da poliorcética[321].

Se a defesa foi a função mais imediata da muralha medieval, esteve longe de ser a única. Foi também entendida como símbolo do poder régio e identitário, ícone de ordem e estabilidade, elemento sagrado e sacralizador, ao mesmo tempo que funcionou como barreira fiscal e jurídica ou agente separador de dois mundos, política, cultural e socialmente distintos. O peso da muralha no imaginário e vivência quotidiana, pode ser aferido pela forma como, da iluminura aos selos concelhios, dos textos sagrados às descrições literárias, não houve, como sublinhou Cesare de Seta, técnica ou meio em que a arte e o saber ocidental tenham deixado de expressar o tema das muralhas na cidade. Se aqui fazemos referência ao seu caráter polissémico e multifuncional, é para reforçar a ideia da sua inevitabilidade como elemento do programa de fundação da cidade. Elemento que, de resto, para Afonso X de Castela, se confundia com a própria

[321] Por entre a vasta bibliografia disponível, destacamos como títulos fundamentais: Humberto Baquero MORENO, "Os castelos portugueses (1350-1450)", *Livro do Congresso. Segundo congresso sobre monumentos militares portugueses*, Lisboa, Património XXI — Associação Portuguesa para a Protecção e Desenvolvimento da Cultura, 1984. Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, "Muralhas românicas e cercas góticas de algumas cidades do Centro e Norte de Portugal. A sua lição para a dinâmica urbana de então", *Cidades e História*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987 e "Castelos e cercas medievais. Séculos X a XIII", *História das fortificações portuguesas no mundo*, dir. de Rafael Moreira, Lisboa, Alfa, 1989. José Custodio Vieira da SILVA, "Séculos XIV e XV", *História das fortificações portuguesas no mundo*, dir. de Rafael Moreira, Lisboa, Alfa, 1989. De Mário Jorge BARROCA veja-se, entre outros, "Do castelo da Reconquista ao castelo Românico (séc. IX a XII)", *Portugália*, Nova Série, Vol. XI-XII, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1990/91; *A Ordem do Templo e a arquitetura Militar Portuguesa do século XII*, sep. de *Portugália*, Nova Série, XVII-XVIII, Porto, 1996-1997; "D. Dinis e a arquitectura militar portuguesa", Actas das *IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval: as relações de fronteira no século de Alcañices*, tomo 1, Porto, 1998; "Castelos medievais portugueses. Origens e evolução (séc. IX-XIV)", *La Fortaleza Medieval: realidad y símbolo,* eds. Juan António Barrio Barrio, José Vicente Cabezuelo Pliego, Alicante, 1998; "Arquitectura militar", *Nova História militar de Portugal*, dir. de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003. João Gouveia MONTEIRO, *Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média, Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*, Lisboa, Colibri, 1999 e "Reformas góticas nos castelos portugueses ao longo do século XIV e primeira metade do século XV", Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos, *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, edições Colibri, Câmara Municipal de Palmela, 2000; "Castelos e armamento", *Nova História militar de Portugal*, dir. de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003. Rita Costa GOMES, *Castelos da Raia,* Vol. I: *Beira,* Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1996 e *Castelos da Raia,* Vol. II: *Trás-os-Montes*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2003.

definição de cidade[322]. Fazemo-lo de forma breve porque não é esse o nosso objetivo mas, sobretudo, porque também estes aspetos foram já amplamente tratados[323].

Numa sociedade como a medieval, caracterizada por uma forte mentalidade simbolista, onde nada é apenas o que parece ou se limita à sua função imediata, onde tudo é signo de outra coisa e parte de um jogo de relações contínuas, a muralha foi sempre a tradução do poder, da estabilidade e da ordem.

Ordem inspirada por Deus e mantida pelo rei, fosse pela sua presença física ou por intermédio dos seus delegados. A cidade foi, como salientou José Mattoso, o local de exercício do poder[324]. Que a muralha, até pelo seu aparato volumétrico, mais do que qualquer outro elemento, refletia e que a colocação das armas reais sobre as portas apenas vincavam.

Símbolo de poder utilizado, em primeiro lugar, na "construção do reino" e na consolidação de uma identidade, quer a nível local, no que Ferreira de Almeida caracterizou como "*cercas reunião*"[325], quer a nível nacional, materializando em estruturas físicas — gigantescos marcos de pedras — os limites negociados diplomaticamente. Ao mesmo tempo que asseguravam a integridade do País face aos reinos vizinhos, contribuíam para consolidar uma identidade, construída por oposição ao *outro.* Por vezes literalmente, como o demonstra a fundação de Contrasta/Valença em finais do século XII, e que, afinal, mais não foi que a resposta portuguesa à ação de Fernando II, em Tui. Ao opor-se provocatoriamente frente àquela — por contraste —, o monarca português reequilibrava o frágil sistema de forças, na linha de fronteira[326]. Mas talvez o melhor exemplo dessa identidade, em que cada núcleo se integrava numa rede mais vasta e diretamente dependente do rei, tenha sido captado por Duarte de Armas ao representar, em escala muito ampliada, as bandeiras do reino e do rei, hasteadas sobre as torres de menagem. Se projetarmos para o século XIII a imagem veiculada pelo *Livro das Fortalezas*, perceberemos a importância que tal revestiria para uma época em que o conceito de *um rei, um reino* se afirmava como base de todo o pensamento político[327].

---

[322] Nas *Siete Partidas*, a cidade é definida pelo monarca castelhano como "*todo aquel lugar que es cercado de los muros, com los arrabaldes et los edificios que se tienen com ellos*". *Las Siete Partidas*, VII, tit. XXXIII, ley VI, *Del entendimiento e del significamiento de otras palavras escuras*.

[323] Veja-se, apenas a título de exemplo, Francesco FINOTTO, *La città chiusa. Storia delle teorie urbanistiche dal Medioevo al Settecento,* Venezia, Marsilio, 1992; *La Ciudad y las Murallas*, eds. Cesare de Seta; Jacques Le Goff, Madrid, Cátedra, 1991; *Jerusalem, Rome, Constantinople, l'image et le mythe de la ville*, textes réunis par Daniel Poirion, Paris, Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 1986.

[324] José MATTOSO, "Introdução à História urbana portuguesa. A cidade e o poder", *Cidades e História,* Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, p. 16.

[325] Ferreira de ALMEIDA, "Muralhas românicas e cercas góticas …", p. 139. O papel da muralha na consciência de pertença a uma comunidade é igualmente destacado por Jacques LE GOFF, "Construcción y destruicción de la ciudad amurallada. Una aproximación a la reflexión y a la investigación", *La ciudad y las murallas*, p. 17.

[326] Amélia Aguiar ANDRADE, "De Contrasta a Valença: a formação de uma vila medieval", *Monumentos*, 12, Lisboa, DGEMN, 2000, p. 9-13.

[327] Sobre a consolidação da identidade do Reino e a forma como a figura do monarca "*resume o País*", a partir do governo dionisino, veja-se o texto fundamental de Armindo de SOUSA, "1325-1480 — Condicionalismos básicos", *História de Portugal*. dir. José Mattoso, vol. II, *A Monarquia feudal*, sobretudo p. 365-374.

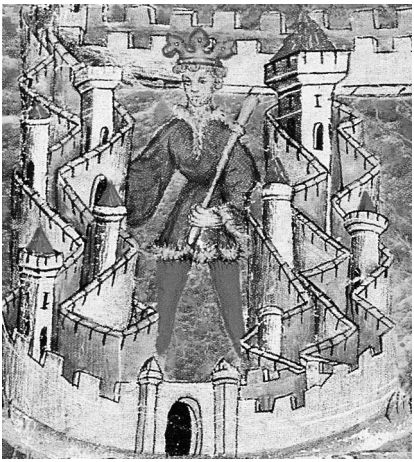


Fig. 30 O Rei. Iluminura da *Crónica Geral de Espanha*, Academia das Ciências de Lisboa

Por todas as razões, a associação da muralha ao rei surgia de forma quase imediata. Para o monarca, a construção de fortificações era, simultaneamente, um direito e um dever. Direito ao monopólio, consagrado pelo *ius crenelandi*, dever, como já destacava Afonso X, de zelar pela "*grant seguranza et grant amparamiento de todos comunalmente*", ao mesmo tempo que se honrava e enobrecia o reino[328]. É o bem comum que está em causa e que a propagação do direito romano consagra como dever da realeza. Por isso, nas crónicas, os grandes reis são, invariavelmente, os grandes construtores de muralhas, associação que Rui de Pina claramente explicita na Crónica de D. Dinis[329].

Sobretudo a partir de 1287, o controlo efetivo das fortificações passava, inexoravelmente, para as mãos da coroa, fruto do novo modelo territorial que extinguia as tenências e as substituía pelas terras e pelos julgados. Acresce que a coroa era a única autoridade capaz de pôr em marcha o complexo processo de edificação de uma cerca urbana. Não só pelo indispensável recurso aos cofres do estado, no enorme esforço financeiro que um ato desta natureza representava, como também no acionar da anúduva, recrutamento compulsivo de mão de obra, a que todos tentavam eximir-se.

A esta ideia de definição de um espaço onde preside a ordem e o bem comum, associa-se a questão jurídica. Tal como era consagrado na carta de foral, a cerca criava uma dicotomia que se traduzia na aplicação de estatutos jurídicos diferentes, consoante o local de residência. Para os que habitavam o intramuros, o regime de penalizações era, por regra, mais leve, da mesma forma que os crimes aí cometidos implicavam penas mais graves. Nos forais de Santarém, Coimbra e Lisboa, de 1179,

[328] "… *cercar las cibdades, et las villas et los castiellos de buenos muros, et de buenas torres, ca esto la face mas noble, et mas honrada et mas apuesta*". *Las Siete Partidas...*, II, Título XI, Ley II, *Cómo el rey debe homrar á su tierra.*

[329] Rui de PINA, *Chronica do muito alto e muito esclarecido principe Dom Diniz,* p. 312. O mesmo tinha feito o Conde D. Pedro, na *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. IV, p. 243.

quem matava um homem da vila pagava 500 soldos. Se a vítima fosse do termo, a multa não excedia os 60 soldos.

Também nas vertentes político-administrativa e social a muralha podia funcionar como linha divisória. São inúmeros os exemplos em que se excluem do exercício de cargos públicos todos os que não habitem no interior da cerca. O que vinha apenas reforçar uma certa diferenciação social que, sem ser exclusiva, permitia identificar o espaço delimitado pela muralha como aquele em que preferencialmente residiam as elites militares, civis e eclesiásticas. As rivalidades detetadas entre os habitantes da cerca e os dos arrabaldes, são apenas um reflexo dessa diferenciação.

Como fronteira fiscal, a questão é um pouco mais complexa: embora a muralha (concretamente as suas portas) fosse eleita como local preferencial de cobrança de determinados tributos que incidiam e oneravam a circulação de produtos, caso da portagem, não constituía, necessariamente, uma linha demarcatória. Na realidade, nem sempre se regista uma correspondência entre o espaço delimitado pelas muralhas e aquele que se encontrava sujeito à cobrança do tributo: não só os produtos transacionados nos arrabaldes eram igualmente taxados, como o imposto podia não incidir apenas sobre a vila propriamente dita ou cabeça de concelho, mas estender-se às aldeias do termo.

Se da cobrança passarmos ao regime de isenção, ou mais concretamente à sua substituição pela soldada, verifica-se que também este não se limitava aos que, de forma permanente, residiam no interior da cerca, englobando, pelo contrário, todos os habitantes do termo, desde que inscritos na carta do concelho e, por isso, auferindo do estatuto de vizinhos[330]. No limite, pode afirmar-se que a cerca funcionava como fronteira fiscal nos casos em que a portagem incidia apenas sobre a sede do concelho e quando o crescimento desta não dera origem a arrabaldes ou estes tivessem sido englobados por uma nova cintura defensiva.

Qualquer que seja o plano, social, jurídico ou fiscal, o facto da cerca encerrar uma determinada população num espaço concreto traduzia-se, na prática, numa maior e mais eficaz capacidade de controlo por parte das autoridades. Fator que assumia uma relevância tanto maior quanto, com o avançar da Idade Média, a vida urbana se tornava progressivamente mais complexa em virtude do crescimento das populações citadinas, da dinamização da atividade comercial ou da crescente mobilidade social.

Neste rápido percurso pelas diferentes leituras e funções da muralha, não poderíamos deixar de lado o seu potencial evocativo no plano alegórico. Com base no arquétipo da Jerusalém Celeste, descrita no Apocalipse de S. João, a cidade, e com ela a muralha, assume em todos os autores medievais um caráter eminentemente sagrado. Porque a cidade refletia o esplendor de Deus, Jerusalém rodeava-se de uma muralha grande e alta, erguida com toda a espécie de pedras preciosas, numa sequência de doze fiadas que, partindo do jaspe, culminavam na ametista. "*As doze portas eram doze pérolas e cada porta feita de uma só pérola*"[331]. No século IX, Rábano Mauro, arcebispo de Móguncia, elege os muros como o símbolo da inexpugnabilidade da fé. Protegem

[330] Nas Ordenações Afonsinas, porque "*achamos muitos desvairos antre os direitos e usanças da terra querendo trazer todo a boa concordança*" o monarca elenca as condições para o reconhecimento do estatuto de vizinho. *Ordenações Afonsinas*, liv. II, tít. XXX, p. 270.

[331] *Apocalipse*, cap. 21, vers. 2. Veja-se a este propósito Mireille MENTRÉ, "L'image de la Jérusalem céleste dans l'iconographie des XIe et XIIe siècles", *Jerusalem, Rome, Constantinople, l'image et le mythe de la ville,* p. 17-23.

os crentes, como se de uma escolta de anjos se tratasse. Ideia reforçada em meados do século XIII pelo dominicano Vincent de Beauvais, ao estabelecer o paralelo entre a sacralidade das relíquias e a dos muros e portas da cidade[332].

A muralha como símbolo, portanto. Símbolo místico, símbolo de poder e ordem, símbolo do rei. Com consequências práticas até ao nível das penas criminais. Como sublinhou Luís Miguel Duarte, saltar por cima dos muros constituía uma agravante a qualquer evasão da cadeia[333]. Significava, em última análise, o desrespeito pelos símbolos visíveis do poder régio.

Tendo subjacente todo o simbolismo, vejamos então as implicações da cerca ou muro, — muralha foi, em Portugal como em Castela, um termo raramente utilizado à época[334] — no processo de fundação de novos núcleos urbanos.

São raros os núcleos medievais que não foram dotados de uma qualquer estrutura militar. Independentemente de qualquer outra função desempenhada, o investimento numa cerca, num castelo, ou em ambos os dispositivos, foi uma condição indispensável para a eficácia das políticas de povoamento, garantindo a proteção de homens e bens e, com isso, "*a fixação das gentes à terra e a sua dedicação ao trabalho de a arrotear e fazer produzir*"[335]. D. João I refere abertamente o facto ao reconhecer que " *…o lugar de terena se despouorou nas guerras passadas porque nam era cercada hos moradores della nam tijnham como se deffender e guardar o seu*"[336].

Por isso, a cerca foi utilizada como argumento de peso nas negociações que precediam a criação de vilas novas[337]. Quando a iniciativa partia da coroa, o muro constituía um dos elementos mais atrativos. Recorde-se o caso de Vila Real, a cujos povoadores D. Dinis promete, em 1289 e na sequência de duas anteriores tentativas de fundação falhadas, mandar fazer um muro "*logo e boo*". Da mesma forma, nos casos em que o processo de elevação a vila partiu de um pedido das populações, a promessa de erguer uma cerca parece ter pesado na aceitação do monarca. O recurso a tal compromisso foi utilizado pelos habitantes de Segura, em 1299, [338], pelos de

---

[332] Francesco FINOTTO, *La città chiusa,* p. 52-54.

[333] Luís Miguel DUARTE, *Justiça e Criminalidade no Portugal Medievo (1459-1481),* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, p. 416. Já nas *Siete Partidas*, considerando o caráter sagrado dos muros e portas, Afonso X determinava que *"…ninguno non deve entrar nin sallir sobre los muros con escaleras nin dotra manera , nin so ellos , nin quebrantar las puertas, nin entrar sobrellas nin so ellas. Ca qual quier que lo feziese seyendo de edat, e en su seso, deve morir por ello". Las Siete Partidas*, Liv, V, tit. VIII, lei III, p. 358.

[334] Assunção corroborada, para Castela, por Félix BENITO MARTÍN, *La formación de la ciudad medieval: la rede urbana en Castilla y León*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2000, p. 121.

[335] José MARQUES, "Povoamento e defesa na estruturação do Estado medieval português", *Revista de História,* VIII, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, 1988, p. 11.

[336] IANTT, *Odiana*, Liv. 3, f. 279 v, publicado por Virgínia RAU, *Sesmarias medievais portuguesas*, p. 170-171.

[337] Tal como a sua ausência foi usada como justificação para o não reconhecimento de autonomia: em 1376, em resposta aos moradores de Urros que não se conformavam por a vila ter sido sujeita a Torre de Moncorvo, o monarca argumentava que *"o dito logo d'Urros era terra chã e de pouca campanha e que non avya nem huma fortalleza"*. Carlos Alberto de Abreu FERREIRA, *Torre de Moncorvo: percursos e materialidades medievais e modernos*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, p. 31 (texto policopiado).

[338] O concelho de Segura queixava-se a D. Dinis que, por morarem na fronteira com Leão, recebiam grandes perdas e danos sempre que havia guerras na terra e que seria de grande proveito para o rei e para o Reino a construção de

S. João da Lomba[339], em 1324 e, no ano seguinte, pelos de Castrelos[340]. O mesmo fizeram os moradores de Sines quando, em 1362, pediram ao monarca que os tornasse autónomos de Santiago do Cacém.

Não admira, por isso, que, do conjunto de núcleos estudados, apenas Salvaterra de Magos não apresente qualquer estrutura defensiva, facto que certamente encontra na sua localização, interior e protegida pelo rio Tejo dos perigos que a proximidade a uma das principais vias terrestres representava, a principal justificação. Todos os restantes foram dotados, logo no momento de fundação ou nos anos imediatamente subsequentes, de pelo menos um dos elementos ou, em última análise, da vontade expressa de o erguer, ainda que por vezes só (muito) mais tarde fosse possível concretizá-lo[341]. Em algumas vilas, a defesa encontrava-se garantida pela proximidade de um polo alcandorado numa elevação próxima, pelo que a *vila baixa* pôde prescindir de estruturas militares, como se verificou em Tomar.

Das duas tipologias, castelo e muralha, interessa-nos, sobretudo, explorar o papel desta última, pelas implicações que terá tido sobre os restantes elementos do núcleo urbano: é que, mesmo que fisicamente dissociada destes, o facto de os incluir no seu interior seria já razão suficiente para que tal acontecesse.

Porque interessou particularmente ao poder régio, o processo de construção das muralhas foi também o que mais registos deixou na documentação coeva, permitindo conhecer melhor os tempos e os métodos de decisão/construção, fundamentais para a perceção da influência que a estrutura possa ter tido na conformação do núcleo.

A cerca funcionou como elemento configurador do traçado, quando a imposição da construção foi coeva da fundação: nestes casos, constituiu o primeiro dos elementos, delimitando um espaço fechado sobre o qual se atuava.

A escolha do local de implantação e traçado da cerca[342] relacionava-se diretamente com a dimensão pretendida para o núcleo que, como vimos, se calculava em número

---

uma fortaleza que eles se comprometiam a construir caso o monarca os tornasse de novo isentos, como eram antes de serem considerados "*aldeiaaos de Salvaterra*". O rei acede, com a condição expressa de o concelho edificar "*ffortaleza no dicto logo*" no prazo de dois anos. Matos REIS, *Os concelhos na primeira dinastia…*, p. 214.

[339] Pedido ao rei para "que lhis desse foro e lhys mandasse assinaar logar em que fezessem villa na dicta terra da Lonba e que eles fariam hy a ssa custa hua cerca de muro de cem braças per deffendimento dessa terra". IANTT, *Chancelaria de D. Dinis* livro IV, f. 97v. Maria Fernanda MAURÍCIO, *Entre Douro e Tâmega e as inquirições afonsinas e dionisinas*, Lisboa, Colibri, 1996, p. 109 .

[340] Os moradores da terra das aldeias de "*Arçadigas, Tarroso, Regesende, Souto Chãao, Verrandi, Mayalde, Santa Comba de Castrellos e de Veyga*" pediram a D. Afonso IV que lhes desse foro e "*lhis mandasse assignaar logar em que fizessem villa na dicta terra das ditas aldeyas*". Em troca, comprometiam-se a fazer à sua custa uma "*cerca de cem braçadas para defesa da terra*". Acedendo ao pedido, o monarca ordena que se faça "*villa no lugar a que chamam Santa Cruz*", rebatizando-o como Vila Nova de Santa Cruz do Extremo. Os que recebessem herdades eram obrigados a "*pobrar e morar na villa*". Francisco Manuel ALVES, *Bragança…,* tomo III, doc. 133, p. 286-288.

[341] Apenas com muralha: Viana do Castelo, Caminha, Valença, Monção, Vila Nova de Foz Côa, Portimão. Apenas com castelo: Terena, Montalvão e Nisa (até meados do século XIV), mas também Sines e Viana do Alentejo, pelo facto das cercas previstas não terem chegado a ser concretizadas. Com castelo e muralha: Lagos, Monsaraz, Arronches, Portel, Torre de Moncorvo, Miranda do Douro, Bragança e Chaves.

[342] Em Castela, a ação interventiva da coroa seria idêntica. Em Burgos, Afonso X ordenava que o concelho seguisse o traçado que definira: "*quel muro de la cerca que lo llevaban por logar que estrechaba mucho la villa, esto no*

de povoadores. Razão por que, em muitos casos, se estabeleceu o número de braças: 400, para Viana do Alentejo[343], 160, para a Póvoa da Bemposta[344], 207, para Arraiolos[345], 200, para Vila Nova de Foz Côa[346] ou 100, para as cercas de Vinhais[347], Castrelo e Lomba. Noutros, deu-se como exemplo a dimensão de uma outra vila, caso do Redondo cuja muralha devia ser "… *tamanha come a cerca da vila do Alandroal*"[348].

tengo por bien que sea, quando que vaya por logares que yo mandé, en guisa que llege al outro muro, porque las casas de Santa Maria queden dentron...", BENITO MARTÍN, *La formación de la ciudad medieval…,* p. 154. Na fundação de Vilarreal, dizem os cronistas que Afonso X "… *senalou los lugares por donde fuese la cerca. E fizo facer luego una puerta labrada de piedra, é esta es la que está en el camino que viene de Toledo, é mandou a los del lugar como ficiesen la cerca*". Júlio CARO BAROJA, "Los núcleos urbanos de la España cristiana medieval", *Vivenda y urbanismo en España*, Barcelona, Banco Hipotecario de España, 1982, p. 72.

[343] ANTT, *Chancelarias Régias, D. João II*, Livro 17, f. 70. Trata-se de uma carta régia, de 3 de maio de 1452, onde se inclui traslado da doação da vila de Viana do Alentejo feita a 22 de outubro de 1314, por D. Dinis e D. Isabel aos Infantes D. Afonso, seu filho e herdeiro, e a D. Beatriz, sua mulher. Inclui as condições estabelecidas pelo monarca para a construção do muro da vila de Viana, de que se fizeram duas cartas régias, em 9 de novembro de 1314.

[344] Na carta de foral (1315), o monarca ordena que "*facam en na dita pobra da Benposta hua cerca de muro de cento e sassenta braças en derredor e que colham dentro huum poço que hy esta e que façan de guisa que aja agua dentro en na çerca e o muro seer en alto e en ancho pela medida e pela marca de Miranda e fazer duas portas a esse muro e [em] cada porta desse muro fazer dous cubelos e fazerem-no deste San Joane Bautista que ora vem ata cinque anos e devem-no fazer de pedra e cal assi como virem os meesteiraaes que seja boon lavor. E os pobradores e os seus sucessores deven a manteenr este muro e reffaze-lo cada que for mester*". Prazo que não foi cumprido uma vez que, seis anos passados sobre essa data, o monarca reduzia o foro para metade com vista, não apenas a um melhor povoamento da vila, mas também para "… *acabarem mais aginha o muro que hy fazem".* Maria Rosa MARREIROS*, Propriedade fundiária e rendas da coroa* …, p. 162.

[345] ANTT, *Leitura Nova*, Livro 2 de Direitos Reais, f. 299v.-300. Trata-se de uma carta datada de 26 de dezembro de 1305, pela qual os procuradores de Arraiolos se comprometem "…*a fazer duzentas e sete braças de muro derredor da dicta villa darraiollos aly per hu he divisado per dom Joham Symhom. E o muro deve seer dalto tres braças e em amcho huua braça. Item nos obrigamos a fazer no dicto muro dous portaaes darco com sas portas e com dous boons cubellos quadrados en cada porta. E as portas devemolas a fazer aly hu he deuisado. E esto fazemos consirando que seera serviço de Deus e de nosso Senhor El Rey e prol do dicto concelho e por duas myll liuras que nos da nosso Senhor elRey pera aiuda do dicto muro*".

[346] Na carta de foral, datada de 1314, D. Dinis determina que "*devedes hy a fazer muro en essa vila de duzentas braças en rredor e en alto quanto poder tanger huum cavaleiro de cima d'huum cavalo com hua lança de nove covados acima e devede lo logo comecar a ffazer e fazerdes em ele cada ano de guisa que seia fecto e acavado ata dez anos*". IANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro IV, f. 67v.-68. Publicado por Matos REIS, *Os concelhos na primeira dinastia*…, p. 611-612.

[347] Matos REIS, *Os concelhos na primeira dinastia*…, p. 92.

[348] "*Eles an a ffazer a ssa custa huum castello en essa vila do Redondo tamanho come a cerca da vila do Alandroal e tão alto e tan ancho e com duas portas e en cada hua das portas dos cubelos que o comecem logo e que o façam a mays coste que poderem nom aleando del maão*…". Matos REIS, *Os concelhos na primeira dinastia*…, p. 533. Em Borba, a cerca da vila deverá ser "*tamanha e tan alta como lhis eu mandar e que eles fazer possam*". António Joaquim ANSELMO, *O Concelho de Borba*, Borba, Câmara Municipal de Borba (fac-simile da edição de 1907),1997, p. 69-70.



Fig. 31 Arraiolos: vista aérea e porta flanqueada por cubelos

Para além da indicação do local e dimensão da cerca, a documentação coeva, ainda que escassa, prova como a construção das estruturas militares foi um processo cuidadosamente ponderado e não totalmente deixado ao critério das populações. A verdade é que, como destacou Mário Barroca, as estruturas defensivas góticas não estavam já ao alcance de qualquer um: "*a construção de um castelo gótico revela-se uma empresa que não se compadece com soluções empíricas. Obedece pelo contrário a um saber arquitectónico elaborado, a regras bem definidas pela lógica da poliorcética*"[349]. Em causa está, desde meados do século XIII, um conjunto de dispositivos formal e funcionalmente distintos, cuja eficácia depende de uma estreita articulação. As cercas góticas são composições complexas, onde elementos tão distintos como cavas e barbacãs (extensas ou parciais), carcovas e couraças, muros e torres, atuam em sintonia.

O que explica o dirigismo patente na documentação dionisina[350]. Por questões de eficácia defensiva, determinava-se a largura (uma braça parece ser o mais comum) e altura do muro, fosse por comparação — a da Bemposta deve ser pela "*medida e pela marca de Miranda*"— ou recorrendo ao padrão que resultava da soma das alturas de "*hum cavalleiro em çima de hum cavallo com huma lamça de IX côvados* [para que]

[349] Mário Jorge BARROCA, "D. Dinis e a arquitectura militar portuguesa", p. 818.

[350] Pouco se sabe sobre a forma como estas especificações eram passadas às populações. As que chegaram até nós incluíam-se, sobretudo, nas cartas de foral e em procurações dos concelhos onde se registavam os compromissos. No caso de Alegrete, o monarca refere explicitamente que devem "…*ffazer a cerca do muro da dicta villa de Alegrete e manteeren na pera todo sempre assi come conteúdo em hua sa carta que en eu tenho*". Matos REIS, *Os concelhos na primeira dinastia…,* p. 437. A primeira vez que nos surge uma referência concreta a um "caderno" explicativo é já em data muito tardia, o que põe em causa a representatividade da prática para épocas anteriores. De qualquer forma, repare-se como, à exceção disso, todo o conjunto de indicações encontra paralelos em exemplos do século XIII e XIV. Trata-se da carta, datada de 1493, em que D. Manuel, donatário da ilha da Madeira ordena, com a anuência de D. João II, a construção da cerca do Funchal "… *da gramdeza ao menos tamanha como Setuual*". Nela refere-se o envio, em anexo, de um "… *caderno da maneyra que se ha de fazer a cerqua e da despesa*". As várias medidas eram aí minuciosamente indicadas "*Emrroda*", "*do alto atee opeitorill com os alicerces*" ou de "*dancho*". Ao longo dos cerca de 1600 metros, o muro seria guarnecido de "*ameas todo Em Roda*". José Manuel Azevedo e SILVA, *A Madeira e a construção do Mundo Atlântico (séculos XV-XVII),* Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1995, p. 833; Iria GONÇALVES, "Um projeto adiado: a muralha quatrocentista do Funchal", *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996, p. 211.

nom posa ferir nem dar com ella ao que estever amtre as ameyas", como se estabelecia para as muralhas de Viana do Alentejo e Vila Nova de Foz Côa.

As portas, enquanto pontos de maior vulnerabilidade de toda a estrutura, foram também alvo de indicações detalhadas, com destaque para a obrigatoriedade de as enquadrar por cubelos (Viana do Alentejo, Bemposta, Arraiolos ou Redondo). Para Castelo de Neiva, D. Fernando ordenava aos moradores que erguessem sobre a porta principal da cerca "… *hua torre tal e tam alta como cada hua das que no dicto castelo stam*"[351].

Estabelecia-se um prazo para a construção (dois, cinco ou dez anos são valores recorrentes) com o qual se pretendia assegurar o início imediato das obras e a sua concretização total pelo que, frequentemente, se associavam ao prazo expressões do tipo "*comecem logo*" ou "*nom aleando del maão*…"[352].

Por último, garantiam-se os meios financeiros necessários à edificação, fosse pela doação da terça das rendas[353], pela isenção de tributos por um prazo determinado[354], pelo aumento do património concelhio[355], atribuindo verbas[356] ou partilhando a responsabilidade das construções[357].

Para além destes aspetos relacionados com a configuração da estrutura propriamente dita, tudo o que eventualmente tivesse a ver com a disposição de outros elementos no seu interior, é omitido. À exceção de umas quantas notícias sobre a necessidade de incluir fontes e poços existentes (Viana do Alentejo e Bemposta) ou construir cisternas (Castelo de Neiva) e cuja função de abastecimento estava, uma vez, mais intimamente associada à capacidade de defesa e resistência do núcleo, a documentação dos séculos XIII e XIV não vai mais longe no que estas estruturas possam ter implicado na composição do miolo urbano. A estrutura viária e a sua ligação às portas ou a relação do casario com a cerca, parece ter ficado à margem dos interesses imediatos dos sucessivos monarcas. Por outro lado, o facto da disposição dos diversos elementos obedecer a um conjunto de práticas rotinadas, poderia tornar desnecessária a sua explicitação.

---

[351] Matos REIS, *Os concelhos na primeira dinastia*…, p. 92.

[352] Caso das indicações dadas pelo monarca para a cerca do Redondo.

[353] Caso dos forais de Vila Nova de Cerveira e Caminha. Manuel Serpa de CARVALHO, *Forais de Caminha*, Caminha, Câmara Municipal, 1984.

[354] Em Vilarinho de Castanheira, como contrapartida de fazerem "… *fortaleza e hua booa cerca em que vos defendessedes*", os moradores ficavam livres de tributos pelos 15 anos seguintes. José MARQUES, "Povoamento e defesa na estruturação do estado português", p. 20.

[355] A Alfandega da Fé, D. Dinis concede, em 1308, a aldeia de Sambade "*pera ajuda de fazer esse meu castelo e pera mantiimento dessa mha vila e desse castello*". Maria Rosa MARREIROS, *Propriedade fundiária e rendas da coroa*…, p. 165.

[356] Viana do Alentejo, Arraiolos, Mirandela e Lagos, por exemplo.

[357] Frequentemente, repartiam-se os encargos com as estruturas militares, cabendo ao concelho a cerca e ao monarca o castelo, como sucedeu em Torre de D. Chama, estipulando-se, em 1287, que "…*esses povoadores devem a fazer essa vila e muralhala de muro. E se eu hy quizer fazer alcaçava fazela per mim e fazela guardar per mha conta*". Publicado por Francisco Manuel ALVES, *Bragança*…, tomo III, p. 289; ou em Vila Boa de Montenegro (1301): "*o concelho e os da terra devem acercar a vila de muro e el rey dar lhy a anuduva, per ajuda de cercar a vila. E se nosso Senhor El Rey quiser fazer Alcácer en essa vila faça o a ssa custa*". Matos REIS, *Os concelhos na primeira dinastia*…, p. 214. Sobre as formas de financiamento, veja-se Gouveia MONTEIRO, *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média*…, p. 167 e segs.

A verdade é que será preciso esperar pelo reinado de D. João I, e concretamente pelo ano de 1414, para encontrar um testemunho onde cerca, casario e eixos viários são objeto de indicação conjunta: trata-se da ordem de construção de uma cerca, "*a par*" do castelo de Outeiro de Miranda, cuja obra estava, aliás, já começada. Aos que aí quisessem morar, o monarca doava os chãos livres de qualquer encargo: "*Porem fiando nos do dom abade de crasto de auellaãs alcaide do dicto castello per esta carta lhe damos poder e lhe mandamos que elle possa dar e de os chãaos de dentro da dicta cerca aos do dicto lugar e de fora delle que hi quiserem fazer casas e morar e pobrar em ellas Repartindo lhes os chãaos segundo ujr que cada huu merece e que as casas seiam fectas em boa hordenança pera as Ruas vjrem bem fectas…*"[358].

No geral, o processo não difere de muitos outros que conhecemos para datas anteriores: o rei, como promotor, escolhe o local e determina a construção da cerca, assegurando a captação de povoadores através da concessão de importantes benefícios. No terreno, delega a ação no abade do Mosteiro de Castro de Avelãs, a quem caberá o controlo da partilha dos lotes.

O que este caso permite entrever com invulgar clareza é o modo como a muralha e o respetivo miolo — arruamentos e casario — são pensados conjuntamente no momento de fundação. Quando o monarca determina que "… *as casas seiam fectas em boa hordenança pera as Ruas vjrem bem fectas…*" está a verbalizar uma prática já secular que, até essa data, só a forma urbana comprovava. Como veremos adiante, as indicações genéricas do monarca caracterizam, na perfeição, as cidades portuguesas dos séculos XIII e XIV.

E, mesmo assim, muito fica por esclarecer. Tudo o que se possa dizer da forma como a muralha determinava essas ruas bem feitas e bordejadas por casas bem ordenadas, depende exclusivamente da observação dos núcleos e da decorrente interpretação.

A relação mais estreita parece estabelecer-se entre a muralha/castelo e os eixos estruturantes. Como já há muito tempo Jorge Gaspar[359] observara, o arruamento principal, aquele que constitui a espinha dorsal do núcleo urbano, tende a ligar as portas da cerca ou uma das portas e o castelo. Estão no primeiro caso as vilas de Valença, Chaves, Viana da Foz do Lima, Bragança, Melgaço, Redondo, Alandroal e Monção e, no segundo, Monsaraz, Arronches, Alegrete, Moura ou Avis.

Nesta relação direta entre os locais das portas e a orientação dos eixos — não exclusivamente reduzida ao eixo principal, uma vez que as restantes vias tenderiam a rasgar-se em função daquele (paralelas as ruas, perpendiculares, as travessas), — importa referir como o papel determinante parece ter pertencido ao terreno. Quando na documentação se indica que estas sejam abertas nos "*luguares comvinhavees*", ou quando se menciona apenas o número de portas, tudo indica, como é corroborado pela análise direta dos núcleos, que as portas intercetavam caminhos pré-existentes ou os percursos naturais de mais fácil acesso a outros núcleos próximos. É essa a razão porque, tão frequentemente, a rua Direita mais não é do que um troço de um caminho que se prolonga para lá das portas da vila. Por isso, também, raramente a rua

[358] *Chancelarias portuguesas: D. João I*, vol. III, tomo 3, p. 173. Os antecedentes deste episódio, datados de 1355, estão publicados em Francisco Manuel ALVES, *Bragança…,* tomo III, p. 129.

[359] J. GASPAR, "A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média", p. 209.

Direita o é em termos formais. Decalcando o terreno, curva-se quando necessário, sem que tal altere o caráter direto do percurso.

Um processo que nada tem de estranho ou que em nada significa falta de planeamento. Revela, pelo contrário, um entendimento da paisagem e uma prática de atuar rotinada em função da eficácia. Por isso, os "*luguares comvinhavees*" podiam ficar ao critério de quem, na prática, comandasse as operações e conhecesse o terreno.

Da relação entre o muro e os eixos decorre, em grande parte, a configuração da mancha formada pelo casario, já que este se estabelece preferencialmente ao longo da via principal, para a qual vira as fachadas, como veremos adiante. Uma mesma relação formal pode estabelecer-se entre a mancha do tecido residencial e a configuração do perímetro da muralha: formando manchas compactas de quarteirões paralelos, quando o perímetro é circular ou ovalado, caso de Bragança, Monção ou Viana da Foz do Lima; em fileiras longilíneas, quando o perímetro é retangular. A verdade é que, também neste caso, o terreno parece ser determinante, sendo as características do local de implantação a ditar a forma da área ocupada: um cabeço circular sugere as primeiras, ao passo que um outeiro alongado, inspira a segunda. As terras planas oferecem uma maior liberdade de opção, podendo a mancha ser compacta, como em Nisa, ou alongada, como se preferiu em Caminha.

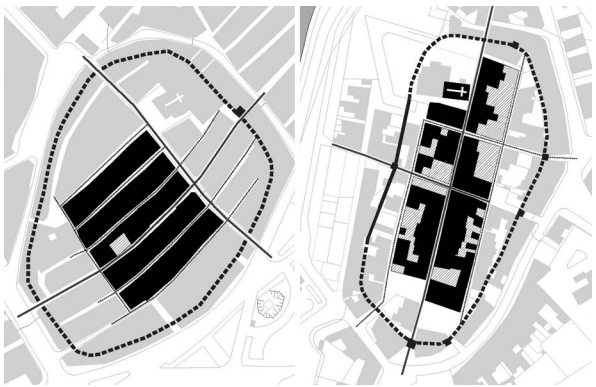


Fig. 32 Viana da Foz do Lima e Caminha: propostas de reconstituição da morfologia original

A questão da interdependência entre o perímetro da muralha e o seu preenchimento interior levanta uma outra problemática: a das cercas previstas no momento de fundação mas, por razões várias, só tardiamente realizadas ou mesmo nunca concretizadas. Embora nem sempre tenhamos os dados completos, foi procedimento normal que o promotor estabelecesse prazos rígidos para a edificação da cerca e do casario, normalmente mais dilatados para a primeira e de um a três anos para o segundo. O que significa que, pelo menos idealmente, o processo decorreria em simultâneo, o que era, afinal, um dos pressupostos da cidade de fundação: ações dirigidas em tempos curtos. Mas não são raros os casos em que tal não sucedeu.

Em Viana do Alentejo, Sines[360] e Assumar[361], as populações não cumpriram os compromissos assumidos com a coroa. Em qualquer deles, o projeto inicial de construção de uma cerca urbana seria, em épocas posteriores, substituído pela edificação de castelos: o de Assumar, no reinado de D. Afonso IV, hoje quase totalmente desaparecido mas de que resta uma lápide comemorativa da construção, os de Viana do Alentejo e Sines, já só no século XV[362].

A questão que se coloca é a de saber se, também nestes casos, existiu interação. É que, embora não tenhamos nenhum dado que o comprove, a dedução lógica será a de que à decisão de erguer o muro se segue a marcação no terreno: só assim as duas ações — muralha e edificação do casario — podem decorrer em simultâneo. Com efeito, só depois de inscrito ou desenhado o perímetro da cerca no terreno, eventualmente por sulcos ou marcos, se pode saber onde construir o casario.

Veja-se o caso de Vila Real de Panoias: no foral de 1289, D. Dinis assumia todos os encargos com a construção das defesas, comprometendo-se a fazer "*muro logo e boo*". Em 1293 voltava a repetir a promessa de "*fazer o muro da vila bóó e cercala toda*" e, em 1304, adiava o projeto para data incerta: "*…eu fico pera lhys fazer o muro em essa vila quando o poder fazer querendo deus*". Acontece, porém, que, desde a primeira data, o monarca determinava que cada morador houvesse uma casaria dentro no castelo "*quantos hy poderdes caber*", ordem que repetia em 1293, para que a cerca fosse bem povoada[363]. Mesmo que das duas primeiras tentativas nada tenha sido feito, quer no que toca à muralha, quer relativamente ao casario, a verdade é que à terceira tentativa de fazer vingar a vila, o processo de construção das casas de morada terá tido início, sem que o mesmo se verificasse para a tão anunciada cerca. Mas esta não poderia deixar de ser equacionada, senão no perímetro exato, pelo menos na definição da área, mesmo que a sua construção fosse adiada para quando o monarca o pudesse "*fazer querendo deus*".

Nesta mesma linha de raciocínio importa destacar o caso paradigmático de Viana do Alentejo[364], onde fica bem patente o dirigismo da ação no que toca à decisão do traçado do muro. Data de 1314 e regista por escrito a aceitação, por parte dos procuradores do concelho, das condições impostas por D. Dinis para a construção do muro da vila. Comprometem-se a erguê-la no "*luguar que lhes El Rey mamdar*", numa extensão de 400 braças em redor. De acordo com as indicações deverá ter uma braça de ancho ou largura e ser suficientemente alta para que "*hum cavalleiro em çima de hum cavallo com huma lamça de IX covados nom posa ferir nem dar com ella ao que estever amtre as ameyas*". Abrigará no seu interior uma fonte, rasgando-se no seu perímetro três portas nos "*luguares comvinhavees*", cada uma flanqueada por dois bons cubelos. O monarca

---

[360] *Chancelarias Portuguesas: Dom Pedro I*, p. 323-324.

[361] Se Assumar continuava, em 1314, dependente de Monforte era porque, segundo o rei, não haviam cumprido o compromisso assumido de fazer "*…cerca de muro em que vos defendessedes*". IANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro III, f. 88v. Matos REIS, *Os concelhos na primeira dinastia…,* p. 215.

[362] Mário Jorge BARROCA, *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422),* vol. 2, tomo 2, p. 1555-1557. Para Viana do Alentejo e Sines veja-se infra, o capítulo 5. *Vinte e dois passos para o tipo.*

[363] Forais publicados por João Ayres de AZEVEDO, "Origens de Villa Real", vol. X, p. 826, XI, p. 944 e XII, p. 1006.

[364] IANTT, *Chancelarias Régias, D. João II*, Livro 17, f. 70.

contribui com mil libras, prometendo os moradores "*nom allçarem delle maão*" até que a obra se dê por terminada. Cerca que, afinal, como o comprova documentação posterior[365], nunca viria a ser erguida.

E contudo, mesmo não se tendo dado início à edificação da cerca, como tinha sido assumido perante o rei, o tecido urbano que resultou da reorganização dionisina do povoado existente obedece a uma configuração regular, de contornos bem definidos, podendo facilmente inscrever-se num perímetro próximo das 400 braças. Onde não faltam sequer três caminhos principais, eventualmente os três pontos para os quais se projetara a abertura das portas. Demasiados "ses", sem dúvida. A verdade é que em Assumar, onde a muralha igualmente não passou de intenção, a mancha urbana forma um retângulo quase perfeito, como se tivesse originalmente obedecido a um (projeto de) perímetro de igual configuração.

Com um traçado que parece muito mais vinculado às características do terreno do que a um qualquer desejo de composição geométrica[366], a muralha desempenha no momento de fundação (no que respeita exclusivamente à análise formal) quase só um papel de definição do perímetro, materializando no terreno a dimensão pretendida para o novo núcleo. Regra geral, as portas intercetam os acessos naturais, ditados pela lógica, não parecendo obedecer na sua localização, uma vez mais, a uma intenção de simetria ou composição geométrica. Porque a lógica dos acessos se prolonga no interior da muralha, constituindo quase sempre o eixo central um troço do caminho territorial — aquele por onde mais facilmente se vencem as características naturais do terreno ou que, de forma mais direta, liga duas localidades — mais do que uma situação em que as portas vinculam a rede viária urbana, parece ser esta que reforça a localização daquelas. A disposição dos restantes elementos do programa ocorre com relativa liberdade face ao anel de pedra, nunca o tocando.

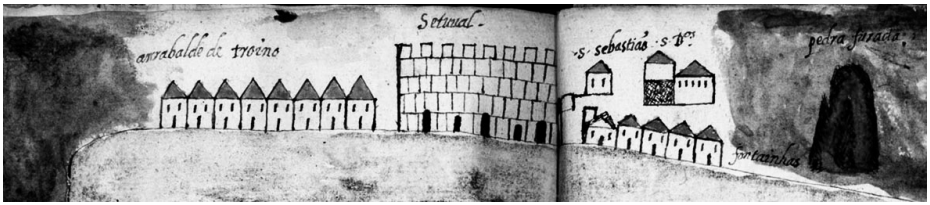


Fig. 33 Setúbal. Biblioteca Nacional da Ajuda, Cód. Ms 50-V36, f. 344.

Só numa fase posterior da evolução urbana, quando o casario preenche todo o espaço intramuros e extravasa a muralha, esta desempenha um papel dirigente. As casas encostam-se à cerca, criando renques de lotes que decalcam e seguem a forma

[365] Veja-se p. 477-496.

[366] Ao contrário do que se verifica com os castelos, onde a forma retangular parece ser a mais frequente, facto facilmente explicável pela muito menor dimensão dos recintos. Veja-se, sobre este aspeto, a análise realizada por Gouveia Monteiro sobre a meia centena de plantas elaboradas por Duarte de Armas. Gouveia MONTEIRO, *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média…*, p. 51 e segs..

da muralha, formando anéis ovalados. Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira são exemplos paradigmáticos desta evolução. O poder magnético da muralha é mais forte junto às portas da cidade, ao longo dos eixos de circulação por elas intercetados ou rodeando os rossios e chãos exteriores onde, tantas vezes, se realizava o mercado e a feira. Mesmo nos casos em que a ocupação do intramuros não estava ainda totalmente saturada, estes locais exerciam uma atração irresistível.

Não admira, por isso, que o casario aumentasse com o tempo, engolindo no seu interior as estruturas defensivas, encostando-se ou "alçando-se" sobre o muro ou sobre a barbacã, ocupando as cavas e os fossos, contrariando abertamente o que a eficácia defensiva aconselhava e a legislação impunha, como vimos anteriormente[367]. A questão é, aliás controversa[368]. Ao mesmo tempo que toda a legislação medieval intenta travar o processo, o boicote surge pelas mãos dos próprios poderes, régio e concelhio, afinal tantas vezes os primeiros a alienar troços fundamentais da cerca urbana.

Nem sempre, como se conclui, o processo de açambarcamento das muralhas por parte de particulares decorria da decadência ou esvaziamento de funções da estrutura militar. O efeito de atração parece sobrepor-se ao que a lógica aconselharia. Um exemplo verdadeiramente significativo, pelo significado e importância militar que a cerca da capital constituía à época, encontra-se na Cerca Fernandina. Com efeito, apenas dez anos depois de concluída, e sem que nada na conjuntura político-militar permitisse dar por terminados os conflitos com Castela, o monarca via-se obrigado a ordenar a destruição do casario que, por exemplo na freguesia de São Mamede, iniciara já o inevitável processo de aproximação à cerca[369].

[367] Veja-se, supra, nota 265.

[368] Tal como sucedia nos reinos vizinhos. Apesar da lei geral, registam-se, por vezes, exceções: no foro de Viguera, de inícios do século XII, estatuía-se que todo aquele que tivesse vigas apoiadas no muro do concelho ou da vila, seria obrigado a refazê-lo, caso tal o danificasse de alguma forma. Deveria também deixar entre o muro e a sua casa o espaço necessário para que um cavaleiro armado pudesse passar folgadamente. Embora algo equívoco, permite-nos entender como, já nos inícios do XII, existia o costume de apoiar casas nas muralhas. Mais contraditório ainda, é o foro de Sahagún, dado por Afonso X, em 1255, pelo qual se permitia aos homens de São Fagundes "*hacer casas juntadas com el muro*" ficando, em contrapartida, com a obrigação de manter o trecho da cerca que utilizavam como encosto. Nos costumes de Tortosa (Catalunha), de finais do XIII, a regra parece mais realista: como norma geral, proibia-se a realização de qualquer edificação que afetasse os muros da cidade; porém, reconhecia-se àqueles que tinham as suas casas encostadas, a possibilidade de apoiar arcos ou construir latrinas. BENITO MARTÍN, *La formación de la ciudad medieval…*, p. 121-122.

[369] Miguel Gomes MARTINS, *Lisboa e a guerra nos finais da Idade Média (1367-1411)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001 p. 118.

VIANA DA FOZ DO LIMA

Tecido urbano

Ocupação dos espaços contíguos à muralha





Escala 1:3 000

10 50 100 200 300

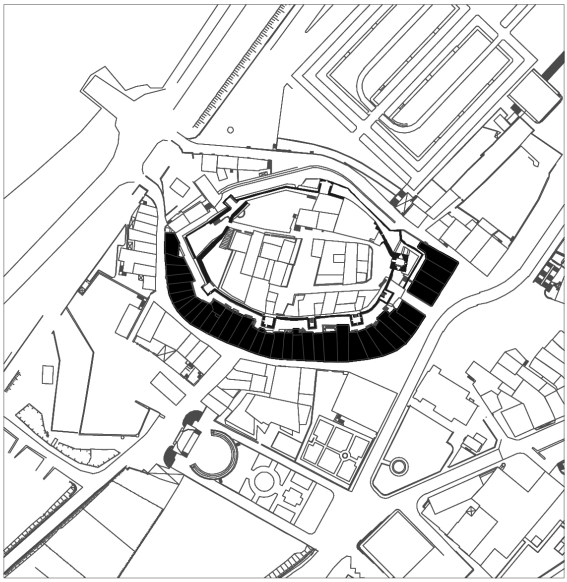
N

VILA NOVA DE CERVEIRA

Tecido urbano

Ocupação dos espaços contíguos à muralha





Escala 1:3 000

10 50 100 200 300

N

Um outro caso que corrobora essa simultaneidade entre a construção do muro e a sua apropriação pelos moradores, respeita ao Infante D. Pedro, a quem D. Duarte, em 1435, autoriza a "*fundar acerqua do muro e em cima delle algumas [casas] por averem melhor vista*". A muralha em causa era a de Aveiro que, como se sabe, estaria ainda longe de concluída, prolongando-se os trabalhos pelo menos até à década de noventa do século XV[370]. Apesar de tudo, o monarca impunha como condição que o infante deixasse "*ao muro seu peitoril E ameas de guiza que quando bier tempo de gramde necessidade despachadamente possam andar per el e sem embargo sse possa defender*". Na generalidade dos casos documentados nas chancelarias régias a condição era ainda mais rigorosa, prevendo-se, em caso de necessidade, a destruição pura e simples dessas construções. Fórmula que viria a ser consagrada nas Ordenações Manuelinas[371].

Sintetizando, a muralha marcará profundamente a evolução da cidade, muito mais do que a sua origem. Vejamos algumas das situações em que tal ocorreu, mesmo que, muitas vezes, as repercussões reais das medidas tomadas em sua função tenham ficado aquém dos objetivos.

Razões tão variadas quanto surtos de crescimento demográfico ou um maior afluxo de gentes de fora, a atração exercida pelas terras planas mais cómodas e acessíveis ou a perspetiva de um trato comercial mais livre, o menor custo dos terrenos, a exigência por parte de determinadas atividades de áreas superiores ou da proximidade de cursos de água, funcionaram como fatores determinantes à fixação de núcleos populacionais no espaço exterior às muralhas. Estruturavam-se, como vimos, em função dos eixos de circulação e das portas da cidade, densificando-se em torno de um templo (muito frequentemente um convento mendicante) ou do espaço utilizado para a realização de feiras e mercados semanais.

Poucos foram os núcleos urbanos que não viram o casario espraiar-se pelas encostas ou planaltos vizinhos. O dinamismo crescente destes núcleos extramuros, essencialmente vocacionados para a produção artesanal e trocas comerciais, funcionou como um íman sobre as populações das vilas cercadas, processo visível a partir das últimas décadas do século XIII, já num contexto de estabilidade do território face ao perigo muçulmano. Ao longo das centúrias seguintes, as referências documentais ao processo de abandono multiplicam-se, indiciando uma intensificação do fenómeno e a sua generalização a praticamente todo o Reino.

Ao que tudo indica, face a situações de perigo concreto, as populações parecem confiar na proximidade da cerca como medida de proteção suficiente. Não era esse, todavia, o entendimento da coroa. O que justifica o esforço dos sucessivos monarcas para inverter a tendência. Só no reinado de D. Fernando, quase duas dezenas de localidades receberam importantes privilégios da coroa, tendentes a estimular o repovoamento das respetivas cercas[372].

---

[370] Maria João SILVA, *Aveiro medieval*, p. 31.

[371] *Ordenações Manuelinas*, Livro I, tít. XLIX, art. 43, p. 355. O mesmo se passava nas cidades dos reinos vizinhos, caso de Madrid onde, em 1495, se emitiam licenças para edificar sobre as muralhas "*corral o casa lo qual quisiere* […] *com condiçion que por neçesidad para la defensa de la villa, lo que Dios no quiera, se uviere de derribar*". Carmen LOSA CONTRERAS*, El concejo de Madrid en el tránsito de la Edad Media a la Edad Moderna*, Madrid, Dykinson, 1999, p. 494.

[372] Chaves, Freixo de Espada à Cinta, Montemor-o-Velho, Monsanto, Portalegre, Elvas, Lamego, Coimbra, Abrantes, Santarém, Vila Real, Viseu, Covilhã, Torres Novas, Arraiolos, Ouguela e Montemor-o-Novo. Veja-se, a este propósito, J. Gouveia MONTEIRO, *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média…*, p. 222-233.

Mas os monarcas não se limitaram à concessão de benesses, recorrendo, pelo contrário, a medidas mais drásticas, obrigando ao abandono dos arrabaldes, interditando o seu crescimento, ordenando o que podemos caracterizar como um recolher obrigatório e definitivo. Assim aconteceu em 1483, quando D. João II ordenou a todos os moradores de aldeias e casais situados no raio de uma légua de distância de Monforte do Rio Livre que se recolhessem e fossem morar "*continuadamente dos muros a dentro na vila*". Quem não acatasse a ordem no prazo de um ano, perderia os bens que trouxesse da coroa, redistribuindo-os o monarca apenas por aqueles que aceitassem residir na vila[373].

Do ponto de vista da coroa a desertificação das cercas era sinónimo de fragilidade defensiva[374]. Não bastava que os muros estivessem em bom estado de conservação. A capacidade de sobrevivência de uma praça forte aos cercos que os avanços da poliorcética tornavam cada vez mais longos, dependia da existência de efetivos humanos permanentes e de reservas de víveres suficientemente volumosas. O que só aconteceria caso houvesse uma população residente numericamente relevante. Acresce que a riqueza concentrada nos arrabaldes aumentava as hipótese de derrota em caso de hostilidades. À mercê do exército inimigo, permitia-lhe não só subsistir durante longos períodos de tempo, como exercer uma enorme pressão psicológica sobre os sitiados, que viam os seus bens sistematicamente destruídos.

Esta mesma ideia é expressa por D. João I de Castela nas cortes de Madrid de 1433, ao tomar medidas para evitar que, no intuito de povoar arrabaldes planos e abertos, se despovoasse o que era forte e cercado[375]. O mesmo argumento foi usado pelos habitantes de Sesimbra quando, em 1360, tentavam impedir que a justiça da vila ficasse na dependência de Azeitão: "… *he stranho despobrar se tal castello por se poboarem as aldeas do monte*"[376].

Como em Portugal, também os efeitos das medidas castelhanas serão diminutos ou simplesmente temporários. Aqui, como lá, o processo era, salvo muito raras exceções, irreversível.

Mas os monarcas contavam com poderosos aliados na luta pelo repovoamento das cercas. Referimo-nos aos grupos dominantes, geralmente residentes no intramuros. São eles que apresentam as queixas ao rei, chamando a atenção para as tensões que o crescimento dos bairros extramuros provocam, pondo em perigo o equilíbrio do sistema urbano, ameaçando os poderes locais. Para as autoridades concelhias — como para o monarca — a situação traduzia-se numa fragilização dos mecanismos de controlo, numa maior dificuldade em impor a ordem fiscal e política. Também do ponto de vista social afrouxava o controlo sobre as populações. O concelho de Sória queixava-se aos Reis Católicos, em 1497, que aos seus arrabaldes afluíam inúmeros delinquentes e malfeitores, indo e vindo sem que pudessem ser controlados ou punidos[377].

---

[373] A iniciativa não terá tido sucesso, já que o Numeramento de 1527-32 atribui a Monforte do Rio Livre apenas 30 moradores. Gama BARROS, *História da Administração Pública em Portugal*, vol. II, p. 138.

[374] J. Gouveia MONTEIRO, *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média…*, p. 222 e segs.

[375] LADERO QUESADA, "Economia mercantil y espacio urbano: ciudades de la corona de Castilla en los siglos XII a XV", p. 290.

[376] *Chancelarias portuguesas: D. Pedro I*, p. 517-520.

[377] LADERO QUESADA, "Economia mercantil e espacio urbano: ciudades de la corona de Castilla en los siglos XII a XV", p. 259.

Se em muitos casos as medidas régias pouco ou nada alteravam, mesmo que insistentemente repetidas, noutros tiveram implicações diretas no tecido construído, fosse pela reorganização de determinados espaços, fosse pela suspensão do desenvolvimento de outros. Dos vários exemplos possíveis escolhemos dois, com repercussões diferentes: Elvas e Montemor-o-Novo.

No primeiro caso, o abandono dos bairros da Alcáçova e Corujeira, que os procuradores do concelho justificam perante as cortes de 1412 pela "*servidom que he má e fragosa*", teve como consequência um processo de repovoamento, ordenado pelo rei e dirigido pelas autoridades concelhias. Se ao primeiro ficou a dever-se todo um conjunto de isenções e privilégios, ao segundo competiu "*o processo de ocupação e talvez até do loteamento e redefinição do espaço*". Destinado, numa primeira fase, a um número máximo de 100 povoadores, o sucesso da ação levou a que, na década de sessenta, D. Afonso V alargasse a iniciativa a outros 50[378].

No caso de Montemor-o-Novo[379], poucos foram os monarcas que, ao longo dos séculos XIV a XVI, não tentaram inverter a tendência de despovoamento que atingia a "vila alta". A localização estratégica, numa das principais rotas de penetração dos exércitos castelhanos, surge aqui como fator determinante da atenção régia. D. Fernando é bem explícito quando confirma os privilégios concedidos para que a cerca fosse "*milhor povoada*": "*Por ho dito luguar seer em gramde estrada*". Mas era precisamente a proximidade ao grande eixo viário, por onde continuadamente circulavam gentes e mercadorias, que atraía a população da cerca. Aí existia um mercado (referido em 1367) e "*boas estalages em que podem bem pousar e se agasalhar os muitos senhores e cavaleiros e escudeiros que passavam pollo dito logar*" (1449).

Aos que quisessem permanecer no interior da cerca, os monarcas concediam um sem número de privilégios e isenções: reservava-se-lhes o exercício de cargos públicos, ao mesmo tempo que se dispensavam dos serviços concelhios, como o transporte e guarda de presos. Gozavam de primazia na escolha de serviçais, de isenção de pousada, da imposição do sal ou do pagamento da sisa de bestas de sela e de albarda. Os peões não seriam açoitados publicamente e os escudeiros beneficiariam de todos os privilégios e liberdades dos cavaleiros.

Ao mesmo tempo que se dava um forte impulso à "vila alta", limitava-se o desenvolvimento da "vila baixa": aos mercadores, "*asy moradores da villa como de fora della*", proibia-se a venda noutro local que não a praça de dentro. Aos que tinham tendas no arrabalde, concedia-se-lhes o prazo de um ano para que recolhessem à cerca. Não se autorizava a construção de novas atafonas fora de muros e proibia-se que do interior da cerca saísse telha, madeira e pedra (de casas ou pardieiros)[380], louça de pão, vinho e azeite.

E, contudo, a tendência era irreversível. D. Manuel parece tê-lo reconhecido e tentado até exercer alguma ação reguladora no desenvolvimento do bairro extramuros,

[378] Fernando Branco CORREIA, *Elvas na Idade Média,* p. 269.

[379] Veja-se A. Banha de ANDRADE, *Montemor o Novo, vila regalenga,* p. 42-47.

[380] O mesmo aproveitamento de materiais de construção das casas abandonadas no interior da cerca com vista à edificação no arrabalde regista-se em Alcácer do Sal. Por uma Visitação da Ordem de Santiago, datada de 1534, onde a zona alta é descrita como abandonada e em ruínas, denuncia-se o roubo de ombreiras, de janelas e portas de boa pedra, bem como madeiras e tijolos. Maria Teresa Lopes PEREIRA, *Alcácer do Sal na Idade Média*, p. 61.

concretamente na denominada "Praça Nova". Em 1501, isentava de foro quem edificasse moradias no Rossio, ordenando ao concelho que doasse o terreno "*segundo virdes que he necesario pera a pesoa que o pedir*", sob condição de erguer casa no prazo de um ano e um dia. A localização do terreno a doar era objeto de indicações detalhadas por parte do monarca. Em 1504, proibia que se abrissem covas no Rossio, para fazer adobes, ou deixassem os porcos à solta, esburacando o chão. Curiosamente, apesar de todos estes esforços, em 1508, cedia novamente aos apelos e pressões dos moradores da cerca, repondo as mesmas medidas limitativas que impusera em 1497.

Muitos outros casos em que velhas cercas ou outras de construção mais recente trouxeram alterações à cidade já consolidada, podiam ser aqui incluídos: da doação de chãos na cerca de Coimbra à criação de novos espaços de mercado, providos de alpendres e chafariz, no intramuros de Torre de Moncorvo, passando por ações de verdadeira colonização de espaços que as novas e maiores cercas do século XIV vêm rodear e, assim, valorizar. Bastará, como exemplo desta última situação, recordar o conjunto de bairros regulares edificados em Évora e Elvas ou a Vila Nova de Santa Catarina, em Lisboa, caseada nos inícios do século XV, por ação de D. João I, a que adiante voltaremos.

O que interessa aqui vincar é que, em todas estas situações, o impacto da muralha se faz sentir no processo de evolução e crescimento da cidade. Não tanto na sua origem.

A igreja

Não é sem alguma surpresa que se verifica a forma como o posicionamento da igreja, na esmagadora maioria dos casos analisados, evidencia uma sistemática independência ou desprendimento físico face a todos os restantes elementos constituintes do programa. Mesmo quando surge próxima ou até mesmo tangencial, em nenhum dos casos considerados interfere com o tecido edificado. Surge invariavelmente à margem da malha, optando-se por um posicionamento lateral ou de topo. No primeiro caso temos Chave, Miranda do Douro ou Monsaraz; exemplos do segundo podem encontrar-se em Caminha, Bragança, Arronches, Montalvão ou Portel. O templo não penetra no tecido que serve e, por isso, não introduz qualquer tensão na forma urbana. Não determina a formação de uma praça, capaz de induzir uma hierarquia espacial. Nalguns casos, em que se opta por manter um local de culto preexistente, nem sequer existe no espaço definido pela cerca, caso de Viana da Foz do Lima, até 1400, de Vila Nova de Cerveira, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa ou Cedovim.

Para além desta marginalidade, a posição da igreja no terreno parece seguir dois critérios únicos: a preferência por uma posição topograficamente saliente e a observação estrita da orientação canónica. Nada denuncia — mesmo quando os elementos mais se aproximam uns dos outros — qualquer intenção de coordenar o sentido da malha com o do templo.

A mesma independência física pode ser constatada relativamente à muralha. Na verdade, para o caso português, não conhecemos nenhum exemplo em que o templo, construído em pedra e destinado a resistir, tenha sido incorporado no circuito militar,

participando conjunta e ativamente na defesa do núcleo, à semelhança do que se registou em várias regiões da Europa[381].

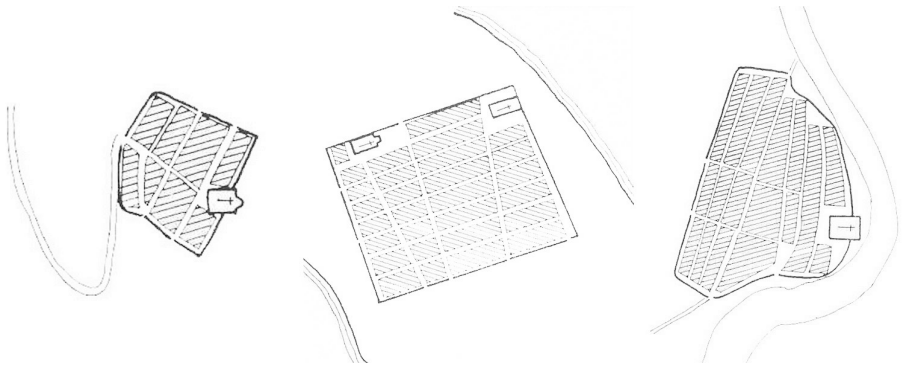


Fig. 34 Salinas de Leniz, San Sebastian e Tolosa (Guipúzcoa, Espanha). Cidades de fundação onde a igreja integra o circuito defensivo (desenho de B. Arizaga Bolumburu, *Urbanística Medieval (Guipúzcoa)*, p. 85, 86 e 89)

Arruamentos e…

De todos os elementos primários da cidade medieval, cerca, templo e tecido residencial, este último foi, pela sua natureza plural — um conjunto de parcelas e quarteirões cujo número dependia da cifra de povoadores previstos — aquele que obrigou ao estabelecimento de relações formais e a uma conceção global articulada. Um processo que, como os anteriores, parece ter seguido práticas simples e rotinadas.

É, de resto, pelo reconhecimento dessas rotinas ou mecanismos de atuação comuns que se torna possível identificar famílias ou séries. O critério base para tal foi o da relação gerada entre parcelas e vias, ou seja, a forma como se estruturou o tecido urbano em função da maior ou menor complexidade da rede viária. Em função disso, isolámos duas grandes famílias a que chamámos ordenação linear e ordenação cruzada (ou em espinha de peixe).

Mas antes de analisarmos essas séries importa salientar aqui dois aspetos fundamentais para a sua compreensão: a parcela e a travessa. A primeira, estreita e comprida com a casa à face, constitui o elemento base da composição, tema a que voltaremos de forma

[381] Em Guipúzcoa, a igreja encostava-se à cerca nas vilas de Eibar, Azpeitia, Deva, Cestona, Hernani ou Placencia. ARIZAGA BOLUMBURU, *Urbanística Medieval (Guipúzcoa)*, p. 71-83. O mesmo se verificou nalgumas bastides do Sudoeste francês de que são exemplo Beaumont du Périgeoux ou Montreal. Jacques DUBOURG, *Histoire des bastides. Les villes neuves du Moyen Âge*, Bourdeaux, Éditions Sud Ouest, 2002, p.197. Estratégia semelhante foi utilizada em Aragão, em vilas como Castellote, Montalban, La Ginebrosa ou Cantavieja. BETRÁN ABADÍA, *La Forma de la ciudad…,* respetivamente p. 385, 389, 405 e 409. O facto de tal situação não se registar em Portugal não significa que o templo não tenha desempenhado, em diversas situações, uma função defensiva. Em muitos casos, seria mesmo o único local de refúgio, substituindo castelos ou torres. D. Estevão Soares da Silva, arcebispo de Braga, expressa essa mesma realidade quando, em 1227, manda erguer a igreja de Moredo "… *facio ecclesiam in ipsa villa de Moredo et pono ibi reliquias ut in tempore guerrarum homines ipsius ville se et suas res recipiant in aedem et ibi defendant se et suas res…*". Publicado por José MARQUES, "Povoamento e defesa na estruturação do Estado medieval português", p. 23.

mais detalhada. Posicionados com a fachada virada à rua, os edifícios surgem lado a lado criando fiadas mais ou menos extensas. E aqui entra o segundo dos elementos, a travessa: uma via estreita, cuja função é a de permitir a passagem, interrompendo o alinhamento de parcelas e assim dando origem aos quarteirões. Por ser comum a qualquer das séries, a travessa não foi tida em conta na sua diferenciação e caracterização.

1. Ordenação linear

Na sua versão mais simples constitui uma rua única, bordejada de ambos os lados por "casarias". As fachadas dos edifícios sucedem-se ao longo de um troço do caminho original, assim transformado em rua. Tem como exemplos mais elucidativos Terena, Portel e Montalvão.

Quando a maior dimensão do núcleo (pretendida no momento de fundação ou resultante do crescimento subsequente) inviabiliza a solução de rua única[382], decalcada sobre o caminho prévio, formam-se outras vias paralelas. Para além da dimensão e da introdução de alguma tensão no tecido, uma vez que o trajeto preexistente verá aumentada a sua centralidade, nada muda verdadeiramente no sistema de relação dos edifícios com as vias, todas elas estruturalmente equivalentes, todas elas de acesso aos edifícios ou "casarias". Caminha, Valença, Chaves, Miranda do Douro, Torre de Moncorvo, Salvaterra de Magos, Monsaraz, Sines e Lagos exemplificam este esquema.

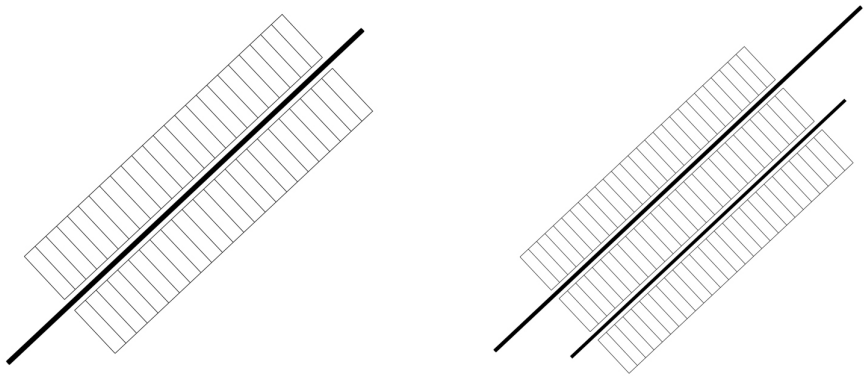


Fig. 35 Representação esquemática da ordenação linear

2. Ordenação cruzada ou em espinha de peixe

Aqui designada por cruzada, por coerência para com a série anterior, é comummente conhecida por espinha de peixe, termo sem dúvida pertinente pela correspondência formal imediata com a relação gerada entre vias e edifícios. Ao contrário da série linear, nesta, o caminho original é sobretudo uma via de passagem, sendo o casario edificado ao longo de um conjunto de vias de distribuição

[382] Entre outros aspetos pouco funcionais (distância, por exemplo), o prolongamento indefinido da rua única dificultaria a construção de uma cerca envolvente.

perpendiculares àquele e equivalentes entre si. É um sistema mais complexo que a ordenação linear por originar dois níveis diferentes de vias: as de circulação e as de acesso ao grosso da mancha residencial. Em termos estritamente formais, o resultado final pode gerar manchas mais ou menos quadrangulares, retangulares ou ovaladas, sem que tal produza qualquer alteração de natureza tipológica. Na verdade, a forma depende apenas de as vias perpendiculares ou de distribuição se restringirem a um dos lados do caminho/eixo principal ou adquirirem uma forma simétrica ou espelhada. No primeiro caso integram-se Bragança, Tomar, Nisa ou o ensanche de Arronches e, no segundo, Viana do Alentejo. Vila Nova de Foz Côa e Cedovim são exemplos de mancha ovalada.

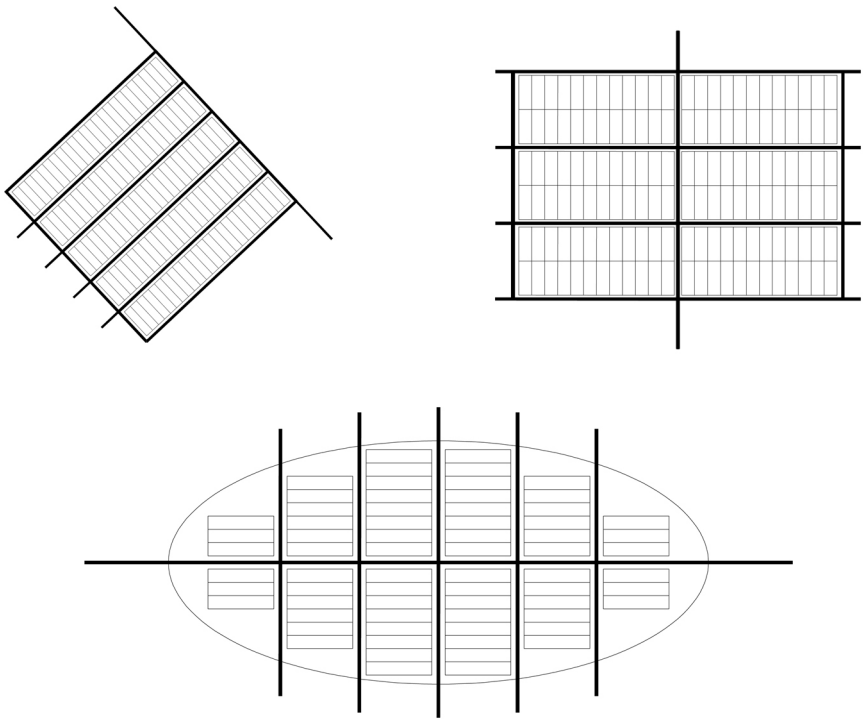


Fig. 36 Representações esquemáticas da ordenação cruzada ou em espinha de peixe

Os casos estudados permitem ensaiar algumas conclusões.

Em primeiro lugar, a frequência com que o núcleo se vincula a um caminho pré-existente. Bordejado de ambos os lados por construções, o caminho transforma-se em rua, mais ou menos reta ou encurvada, de acordo com o trilho que decalca. É o modelo mais simples de atuação. A extensão do caminho transformado em rua é ditada simultaneamente por vários fatores, com particular relevância para a topografia, a existência de muralha e a necessidade de concentrar o povoamento. Desse decalque depende em grande parte a sobrevivência do núcleo urbano: ao transformar em rua

central um caminho territorial, traz-se obrigatoriamente para o interior da vila, mesmo que apenas de passagem, um fluxo contínuo de viajantes[383], gente que compra e vende, mas também gente que paga direitos[384]. Não por acaso, essa rua decalcada do caminho tomava frequentemente a designação de rua dos Mercadores, rua das Tendas ou, menos frequentemente, rua dos Francos (Coimbra, Guimarães e Braga) indicando, em qualquer dos casos, constituir o nervo da vida económica da localidade.

Que dessas trocas e tributos dependia em boa medida a subsistência e desenvolvimento da vila, prova-o a abundante documentação que, sobre esse aspeto específico, chegou até nós.

Trata-se, por regra, de pedidos dirigidos pelas populações aos monarcas, no sentido de tornarem determinados trajetos compulsivos para todos quantos circulassem na região. É que, mesmo quando a fundação de uma vila nova se fazia sobre um caminho existente, razões várias podiam levar à sua substituição por outro, próximo mas suficientemente distante para que os prejuízos se sentissem de imediato. O caso mais comum é precisamente a substituição de um percurso íngreme, o que passava pelo interior da cerca, por outro plano, que atravessava o arrabalde.

Vale a pena ver de perto o caso de Moreira de Rei, com uma descrição particularmente elucidativa, apresentada pelos moradores a D. Fernando, em 1375[385]. Começam pelo passado, quando tudo corria bem: no tempo de D. Afonso IV e D. Pedro I, ou mesmo ainda no próprio reinado de D. Fernando, "*em seendo pazes*", os moradores habitavam o arrabalde pelo qual seguia um caminho muito movimentado, o que lhes permitia vender pão e vinho e muitas "*outras cousas per que aviam seus mantymentos*". Ao presente, porém, a situação alterara-se radicalmente porque "*despois desto en as guerras se forom pera dentro da dicta cerca com todo aquele que aviam e moram todos em ella*". E apesar de por aí passar, desde tempos antigos, o caminho utilizado pelos que seguiam de Trancoso para Marialva, a verdade é que o velho percurso fora preterido a favor do que atravessava o arrabalde. Com o fluxo de viajantes a passar à margem das suas moradas e tendas, já não conseguiam vender os seus produtos ou sequer cobrar os seus direitos. Sensível às queixas dos moradores, D. Fernando tornou obrigatória a passagem pelo interior da vila, determinando coimas para os casos de incumprimento.

A mesma situação de concorrência entre os caminhos do arrabalde e os da cerca verificou-se para Coimbra, em 1377. Destaca-se, neste caso, a forma minuciosa com que a carta régia explicita o roteiro que, a partir de então, seria obrigatório para todos os que viessem de Viseu, Porto, Leiria ou Santarém: "*que o caminho da ponte corresse*

---

[383] Em 1360, os moradores de Azeitão atribuíam o desenvolvimento da vila ao facto de ser atravessada por "*mujtas companhas pera suas lauras E outrossy auja pello dicto logo strada publica pera mujtas comarcas e pera outros lugares fora del [do senhorio do rei] per que hiam mercadores e outras mujtas companhas*", ideia que voltavam a vincar mais à frente ao explicitar que a vila "*jaz em caminho per que husam de hir muitas companhas de Lixboa pera o Algarue e pera outros muitos lugares de Portugal e pera Castella*", *Chancelarias portuguesas: D. Pedro I,* p. 517-520.

[384] No caso de Melgaço, a questão dos tributos é claramente enunciada por D. Pedro, em 1361, quando determina que "*…todos vaam daqui en diante pella dicta viila de Melgaço […] porque me foy dicto que se fazia per o dicto caminho muitos maaos fectos e que eu perdia porem muitos dos meus direitos das cousas que per el levavam*". Matos REIS, *Os concelhos na primeira dinastia*…, p. 387.

[385] IANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, Liv. I, f. 162v. Publicado por Matos REIS, *Os concelhos na primeira dinastia*…, p. 645.

geeralmente per a porta d Almedina e da porta d Almedina corresse per a cerca desa cidade per a porta do castello e da porta do castello corresse pera Ribella e per esse caminho se corressem per trás a torre do mosteiro de Sancta Cruz E dhi endiante per monte Royo assi como vay sair per cima doos paaços e da gafaria e dhi endiante per sob onde esta a forca assy como se vay sair aa ponte da auga demais dhi endiante pellas stradas derreitas"[386]. Tratava-se, afinal, de substituir um trajeto curto e direto — constituído pelo último troço da rua das Tendas e pela rua de Coruche — por um outro, a cuja enorme extensão acrescia o esforço de subida de toda a Alta e o contorno da colina pelo lado nascente.

Muitos outros exemplos podiam ser referidos: em 1302, D. Dinis determinava, relativamente a Vila Nova de Foz Côa, que todos "*os que passam per freixeo e per moxagata e que se vaao passar aas barcas que os constrangades que vaao e venham per essa mjnha pobra e aqueles que o fazer nom qujserem mandamos que os filhedes por descamjnhados*…"[387]; em 1313, obrigava-se a passar por Vila Real quem se dirigia de Bragança a Amarante; em 1321, os moradores de Castro Rei, tal como os de Bretiande em 1324, reivindicavam a passagem dos caminhos pelas respetivas vilas; o mesmo pedido fariam os habitantes de Alcáçovas a D. Pedro argumentado que, já desde o reinado de D. Dinis e com o objetivo de que a vila fosse "*mjlhor pobrada*", os que viajassem entre Évora e Alcácer do Sal e entre Beja e Montemor-o-Novo, eram obrigados a atravessar Alcáçovas, considerando-se todos os outros caminhos existentes defesos[388].

Exemplos suficientes para comprovar como a inclusão de caminhos territoriais constituía uma prática matricial no plano das vilas novas, condição para que a fundação fosse bem sucedida.

Importa, finalmente, referir o caráter alinhado e contínuo da rua — um "espaço-canal" — como uma das características marcantes da cidade de fundação. Disso faz eco a célebre referência de Afonso X, quando, nas *Siete Partidas,* explica que a organização da hoste "*es así como la puebla de la villa*": "*si fuere luenga deben dexar una calle en medio toda derecha; et si fuere quadrada deben dexar dos o fasta quatro, las unas en luengo et las otras en travieso*"[389].

Mas mais importante do que isso é a forma como a rua, entendida como espaço público, constituiu uma preocupação permanente das autoridades e foi por elas protegida das permanentes tentativas de invasão e distorção por parte dos privados[390]. Mesmo que o alcance das medidas ficasse durante muito tempo aquém do desejado. Os exemplos conhecidos são poucos e dirigidos a artérias ou localidades concretas, mas sucedem-se no decorrer de toda a Idade Média: D. Dinis estabelecia, pelo menos para a rua Nova de Lisboa, uma largura mínima de oito braças[391]; em 1329 D. Afonso IV determinava que *as ruas* (novamente de Lisboa) fossem bem espaçosas, para que as gentes pudessem

---

[386] IANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, Liv. II, f. 11v. Matos REIS, *Os concelhos na primeira dinastia*…, p. 508-509.

[387] *Chancelarias portuguesas: D. João I*, vol. III, tomo 1, p. 204.

[388] *Chancelarias portuguesas: D. Pedro I,* p. 267.

[389] *Las siete partidas,* II, tít. XXIII, ley XX.

[390] Mesmo a postura que vigorou durante toda a Idade Média, permitindo que os imóveis ocupassem até um terço da rua "*pera fazer balcom saydo E a beira do telhado*", por regra utilizada como prova de uma ocupação excessiva das vias, não deixa, em rigor, de testemunhar a existência de um controlo por parte das autoridades. *Livro das Posturas Antigas*, leitura e transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, Câmara Municipal, 1974, p. 107.

[391] H. CARITA, *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos*…, p. 33.

por *"elas andar e cavalgar ssem embargo"*[392]*;* uma referência de 1391 revela que o Porto se regia por uma "*ordenação da villa*", em cujo texto se proibia a projeção dos sobrados pela forma como ocupavam as vias[393]; aliás, as posturas da mesma cidade punham igualmente em causa a colocação de ramadas, alpendres e escadas ou qualquer outra coisa que fosse *"embargo e estreitura da rrua"*[394]*;* D. João I referia a necessidade das *"Ruas vjrem bem fectas*…"[395]; D. Afonso V, em 1474, ordenava a destruição das sacadas, alpendres e balcões que entravassem a circulação[396]. A partir dos finais do século XV, o empenho da autoridade sobre a regulamentação do espaço público transforma-se, fruto do reforço e generalização de D. Manuel, numa política sistemática, determinada e consequente[397].

O esforço por uma configuração "ordenada" dos eixos viários foi, de resto, reconhecido, sobretudo nas descrições dos grandes acampamentos militares, montados para longos assédios, mas cuja semelhança ao processo de fundação de vilas era claramente evidente, como Afonso X sintetizara ao dizer que "*es así como la puebla de la villa*"[398]. Do arraial estabelecido frente a Sevilha, em 1248 por Fernando III elogiaram-se as "*calles departidas, cada unas por orden compasadas, et apuestas et bien ordenadas*"[399]; Fernão Lopes descreveu o acampamento montado pelos castelhanos durante o cerco a Lisboa de 1384, como sendo cortado por "*gramdes e bem hordenadas rruas...*"[400]; em 1431, o arraial que D. Juan II mandou edificar na Vega de Granada *"…estaba ordenado por sus calles en muy fermoso asiento*"[401] e, finalmente, do acampamento erguido pelo exército castelhano, em 1489, frente a Baza dizia-se "*que en espacio de cuarenta días se ficieron más de mil casas, puestas en orden por sus calles*"[402].

… casario

Ao longo do(s) eixo(s) viários agregam-se as parcelas individuais, em princípio tantas quanto o número de famílias previstas. Um melhor aproveitamento do espaço

---

[392] E. Freire de OLIVEIRA, *Elementos para a história do Município de Lisboa*, vol. I, Lisboa, 1887-1911, p. 97-98.

[393] A determinação dirigia-se às casas da rua da Lada obrigando a que "*o sobrado primeiro não saia fora, segundo a ordenação da vila*". José Ferrão AFONSO, *A rua das Flores*..., p. 63, nota 137.

[394] Iria GONÇALVES, "Posturas municipais...", p. 92, nota 103.

[395] *Chancelarias portuguesas: D. João I*, vol. III, tomo 3, p. 173.

[396] A. Costa LOBO, *História da sociedade em Portugal no século XV*, p. 102.

[397] H. CARITA, *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos*…, p. 86-89. Sobre as várias notícias, veja-se Iria GONÇALVES, "Posturas municipais…", p. 92; Luísa TRINDADE, *A casa corrente em Coimbra…,* p. 59-62 e 101-104.

[398] Até nos métodos de demarcação do espaço de implantação do acampamento: a Regra dos Templários aconselhava a utilização de cordas para o assinalar dos limites (J. Gouveia MONTEIRO, *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, p. 266) o que, como veremos no cap. 4 *Agentes e processos de povoamento*, era prática seguida em todos os atos relacionados com o ordenamento, demarcação e povoamento de qualquer território.

[399] *Primera Crónica General*, ed. Menéndez Pidal, I, texto, cap. 1127, p. 768, citado por TORRES BALBAS, "La Edad Media", p. 113.

[400] Fernão LOPES, *Crónica de D. João I,* I vol., cap. CXIV, p. 220-221.

[401] J. Gouveia MONTEIRO, *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, p. 266-267.

[402] TORRES BALBAS, "La Edad Media", p. 133.

urbano e a necessidade de cada fogo dispor de contacto direto com a rua determinou a forma do lote, retangular, estreito e mais comprido do que largo. É normalmente designado pela bibliografia da especialidade como lote gótico embora aqui se opte por designá-lo como *godo*[403].



Fig. 37 Castelo de Vide: Rua de Santa Maria

Virando um dos topos menores à rua, as parcelas encostam-se umas às outras, concebidas para uma edificação entre paredes meãs. A fachada principal é sempre a que confronta com a via onde, para além do acesso ao interior do imóvel, se situa a tenda ou a oficina, cuja sobrevivência depende da possibilidade de contacto direto com o transeunte. Frequentemente, o fundo do lote é ocupado por um quintal que, para além de assegurar um segundo ponto de arejamento e iluminação da casa, proporciona uma zona de despejos, criação de animais ou cultivo de algumas espécies.

Parece ter sido prática comum o aproveitamento de um eixo primário orientado no sentido norte-sul, pela forma como proporcionava aos topos das parcelas uma exposição a nascente e poente[404]. Significa isso que as duas únicas fachadas livres (frente e traseiras) aproveitavam a melhor exposição solar, aspeto da maior relevância face à escassa largura da fachada e ao desenvolvimento em profundidade do lote. Por entre as cidades estudadas, este tipo de orientação verifica-se em Caminha, Valença, Miranda do Douro, Terena, Pavia, Nisa e Bragança.

[403] Veja-se supra p. 40.

[404] BETRÁN ABADÍA, *La forma de la ciudad…*, p. 250.

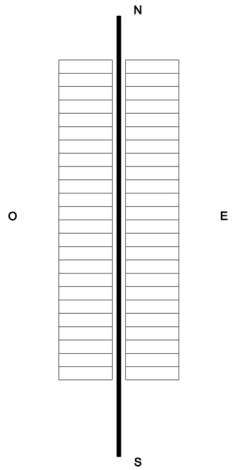


Fig. 38 Representação esquemática da orientação do casario por forma a aproveitar a melhor exposição solar

Quando, na configuração dos núcleos, se opta por várias ruas paralelas, à primeira fileira de parcelas encosta-se uma outra, que assim se dispõem costas com costas, pela junção dos quintais. Ao caráter densamente construído visível a partir das ruas, onde a sucessão de fachadas se sucede ininterruptamente, contrapõe-se o miolo não edificado no interior dos quarteirões. Quando não existem quintais, as casas encostam diretamente umas nas outras, limitando a entrada de ar e luz aos vãos rasgados na fachada principal, a única liberta de construções[405].

As paredes meeiras que separam as parcelas são normalmente construídas por materiais mais sólidos e constituem propriedade comum aos dois vizinhos que as utilizam. São, por isso, o elemento com maior disposição para a permanência e aquele que maior rigidez confere ao parcelário. Permitem, pelo seu caráter portante, a sustentação das vigas de madeira, libertando a fachada de cargas e possibilitando a abertura de vãos. A dimensão da frente da parcela é, assim, frequentemente ditada pelo uso racional das vigas de madeira[406], uma vez que dimensões superiores a seis metros são, não só difíceis de encontrar como, sobretudo, demasiado onerosas. Já no sentido do comprimento nada impede que o lote se desenvolva. Por isso são frequentes *ratios* de 1 para 3 ou 4, ou seja, parcelas três ou quatro vezes mais longas que largas.

[405] Para as cidades aragonesas, Betrán Abadía refere como prática comum o fazer recair o cálculo da renda ou imposto sobre a dimensão da fachada principal, por ser a parte mais valorizada do imóvel e, frequentemente, a única face liberta de imóveis contíguos. BETRÁN ABADÍA, *La forma de la ciudad…*, p. 246.

[406] Vittorio Franchetti PARDO, *Historia del Urbanismo siglos XIV e XV*, p. 58. No regimento de construção (*Regimento dos carpinteiros pedreiros E aprendizes…*) promulgado pela câmara de Lisboa, em 1499, por ordem régia, as maiores peças de madeira, chamadas *vigas e pontooes*, tem de comprimento 30 palmos ou seja 6,60 metros. H. CARITA, *Lisboa manuelina e a formação de modelos…*, p. 184.

A casa edificada sobre este tipo de parcela só pode crescer em altura pela sobreposição de pisos ou em profundidade, pela edificação no quintal de estruturas mais ou menos independentes e ligeiras, processo que contribui para a característica irregularidade da linha de fundo dos lotes. Uma terceira via de ampliação faz-se pela junção de várias parcelas contíguas, mantendo-se as paredes portantes no interior da casa.

Para o caso português, a documentação é omissa em dados que permitam saber como se estabelecia o traçado. O facto de não termos qualquer documento onde se determine a largura e profundidade dos lotes e/ou das ruas, remete-nos, exclusivamente, para a observação e interpretação do cadastro atual.

A verdade é que, por estável que tenda a ser, seis ou sete séculos de uso originam transformações profundas. Pontualmente, consegue-se isolar um número significativo de parcelas onde a configuração se mantém próxima da original. Quando em número suficiente, permitem-nos recuperar as dimensões padrão estabelecidas no momento de instalação, de acordo com o princípio de divisão equitativa pelo número de colonos esperados. Embora, também este aspeto, não seja explicitamente corroborado pela documentação, alguns indícios parecem sugerir a prática de parcelamento uniforme: em Montalegre, em 1288, Pero Anes, decide "*partir os herdamentos da vila*" por cem povoadores, pagando cada homem um maravedi[407]. Em Chaves, no reinado de D. Afonso III, estabelecia-se a quantia de um morabitino velho como foro único para todas as "possessões" entregues aos povoadores[408]. Também em Vila Real, em 1289, as instruções régias determinavam que cada um dos mil povoadores recebesse, por um morabitino e meio anual, uma courela para vinha, uma almuinha e uma "*casaria*" dentro da cerca[409]. Ora foros idênticos só fazem sentido quando aplicados a parcelas iguais.

O que não significa que o caráter igualitário prevalecesse por muito tempo: em Chaves, o monarca refere expressamente que muitos dos "*pobradores do dito logar comprarom muytas possissões e nom davam a mim mays que hu morabitino velho*"[410].

Em muitas situações congéneres europeias, porém, a divisão inicial admitia um leque diferenciado de tipos de lotes, cuja atribuição teria em conta a hierarquia social do povoador. Assim aconteceu em Grenade-sur-Garone, onde a composição do tecido residencial se fez através de três parcelas de dimensões diferentes, correspondentes a uma, uma e meia e duas vezes o módulo[411] ou em Guipúzcoa onde, nalgumas vilas, se disponibilizava um ou meio "*solar*"[412]. O mesmo se verificou em Aragão onde as cartas de foro do tipo de Sobrabe, especialmente vinculadas a zonas de fronteira e, por isso, destinadas a aliciar uma população guerreira, previam uma repartição heterogénea do espaço especialmente atrativa para os cavaleiros: em Maria de Huerva, Tormos

[407] *Chancelarias portuguesas: D. Afonso IV*, vol. II, p. 360-363.

[408] A informação consta de uma carta de sentença passada por D. Dinis, em 1305. Pizarro Pinto DIAS, "Chaves Medieval", p. 67.

[409] Ayres de AZEVEDO, "Origens de Villa Real", *O Instituto,* vol. VIII, p. 562-564.

[410] Pizarro Pinto DIAS, "Chaves Medieval", p. 67.

[411] Wim BOEREFIJN, "Designing the medieval new town", p. 53.

[412] ARIZAGA BOLUMBURU, *Urbanística Medieval (Guipúzcoa),* p. 162-163.

Barbués e Saragoça distribuía-se *"... unoquoque cauallero duas iugatas de terra bonas et unoquoque pedon una Bona jugata de terra..."*[413].

Também em Portugal, nas cartas de foral que seguem o paradigma do Numão, igualmente atribuídas a zonas fronteiriças, se estabelecia a diferença entre a condição social dos povoadores, desde logo atraídos pela equiparação do estatuto de cavaleiro a infanção e do peão a cavaleiro (Caminha, Valença, Monção, Melgaço, Viana da Foz do Lima, Vila Nova de Foz Côa ou Torre de Moncorvo). Nada, contudo, nos permite saber se essa distinção também se materializava no dimensionamento diferenciado dos lotes.

Já a divisão regular do espaço a edificar é comprovada em trechos significativos do cadastro atual de Viana da Foz do Lima, Monção ou Nisa.

A multiplicação de parcelas justapostas pressupõe um modo de agrupamento e distribuição do solo urbano tendente a desenvolvimentos lineares. Contudo, a necessidade de assegurar a circulação transversal obriga a interrompê-los a distâncias razoáveis, através da abertura de ruas-travessas, normalmente de menor largura que as vias longitudinais[414]. Desta forma, as fileiras de casas erguidas ao longo dos eixos dão origem a quarteirões, igualmente retangulares, estreitos e alongados.

A forma como estes quarteirões, em número variável consoante a dimensão do núcleo, se articulam entre si remete-nos, de novo, para as séries. Ambas parecem obedecer a composições extremamente simples. Simplicidade que decorre do número e tipo restrito dos elementos em jogo e que, de forma simples, podemos definir como ruas e casario, ainda que as primeiras possam incluir duas tipologias (principais e secundárias, bem como de passagem e distribuição) e o segundo desempenhe simultaneamente as funções residencial e comercial.

O que pretende vincar-se é que nenhum outro elemento, de qualquer outra natureza, interfere nestas composições, facto que confere uma consistente homogeneidade interna ao tecido. Vimos já como, pelo menos na fase de instalação, o casario se mantém a uma distância relativa da muralha. O mesmo se pode dizer quanto à igreja que, embora mais próxima, nunca penetra no interior da malha, preferindo-se uma localização de topo ou lateral à mancha edificada.

Acrescente-se agora a inexistência de outro tipo de equipamentos como a praça[415], fosse em posição central e funcionando como elemento base da composição, fosse periférica, mas, em qualquer dos casos, indutora de uma hierarquia espacial, ao qualificar funcionalmente um determinado espaço em detrimento de outros.

O facto de a praça se encontrar ausente do programa inicial da cidade resulta, em grande medida, do caráter ainda incipiente da vida urbana, mais vincado nestas pequenas cidades de fronteira e periferia. Como sublinhou Oliveira Marques, "*com poucas excepções, as actividades principais das cidades não se afastavam radicalmente das*

[413] BETRÁN ABADÍA, *La Forma de la ciudad…*, p. 347.

[414] Em certos casos, quando estas ruas-travessas têm uma largura suficiente, pode surgir uma fiada de lotes de fachada paralela à via. Nestes casos os quarteirões assumem quatro frentes. Veja-se, por exemplo, os casos de Nisa ou Arronches.

[415] Sobre a inexistência da praça na cidade portuguesa no decorrer dos séculos XII a XIV, veja-se infra o capítulo 8. *O emergir da centralidade*.

do campo. Aquelas eram sobretudo aglomerados de casas mas a sua função primária não as distinguia em especial da região campestre".[416]

São núcleos de vocação defensiva e agrícola, muito mais do que comercial e por isso bem diferentes de muitas bastides francesas onde a praça ocupa o centro geométrico da cidade e é, por sua vez, quase integralmente ocupada pelas *halles*, estruturas de madeira onde decorria o mercado permanente e em cujo piso superior o concelho tinha a sua sede. Algo que também não existia em Portugal: a sede do poder, a casa da câmara, é um equipamento que apenas faz a sua entrada na cidade no decorrer da segunda metade do século XIV e só bem mais tarde exigirá a centralidade de uma praça. Em cronologias mais recuadas, quando a comunidade tinha necessidade de reunir, fazia-o ao ar livre ou sob o pórtico da igreja[417].

É nos espaços residuais deixados de permeio entre os diversos elementos do programa, entre a muralha e o casario, normalmente entre este e a porta principal ou nas proximidades da igreja ou do castelo, que a população encontra o terreiro necessário a todo o conjunto de atividades comunitárias, da reunião alargada do *concilium* à realização do mercado e da feira. Se em termos funcionais o terreiro substitui, em grande medida, o papel que a praça virá a adquirir com o tempo (embora acrescida de novas e importantes funções), em termos formais o espaço em causa não foi, na origem, alvo de qualquer preocupação, não podendo por isso considerar-se um "feito urbano".

A configuração de um tecido neutro facilitava o processo de distribuição dos lotes entre os povoadores. Morfologicamente idênticos e com uma localização igualmente (des)qualificada, todas as parcelas detinham um mesmo valor, sendo, por isso, equitativamente taxadas[418].

Constatando este mesmo caráter neutro da malha para um conjunto de cidades aragonesas, à margem da qual surgem, mais do que articulados, simplesmente justapostos, os restantes elementos urbanos como a igreja ou o castelo, Betrán Abadía conclui que "*más que de una planificación urbana, solo puede hablarse, en rigor, de una planificación parcelaria*"[419]. Essa planificação parcelária exigiria, segundo o mesmo autor, pouco mais do que a estrita e indiferenciada sucessão de parcelas ao longo de uma ou mais vias paralelas cortadas por perpendiculares, num processo caracterizado por um elevado grau de mecanização, em resposta a algumas condicionantes simples e inteiramente lógicas, conseguindo-se resultados muito similares em todas as fundações.

---

[416] Oliveira MARQUES, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, p. 191

[417] Para um desenvolvimento das questões relativas ao aparecimento da casa da Câmara na cidade portuguesa, veja-se, infra, capítulo 9. *A casa da câmara*.

[418] Ao contrário do que sucedia nalgumas bastidas do Sudoeste francês onde a superioridade dos lotes que envolviam a praça se traduzia num custo consideravelmente mais elevado que os restantes.

[419] BETRÁN ABADÍA, *La Forma de la ciudad…*, p. 260.

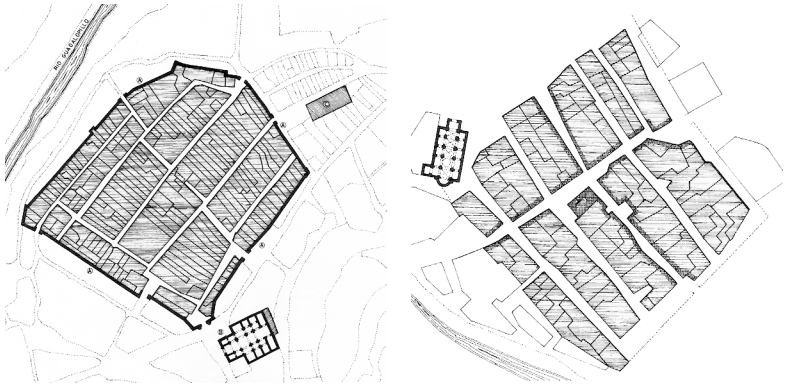


Fig. 39 Alcorisa e Villa Franca do Campo (Espanha). Cidades de fundação aragonesa que exemplificam a ausência de praça no plano original (desenho de Betrán Abadía, *La Forma de la ciudad*…, p. 403 e 429)

Nas suas linhas gerais, as conclusões de Betrán Abadía podem ser transpostas para a rede urbana portuguesa: elementos simplesmente justapostos, dos quais apenas o casario implicaria alguma planificação. Processo que decorreria de um conjunto de práticas simples e mecanizadas, visíveis quer na articulação dos diversos quarteirões entre si, quer destes com a rede viária.



Fig. 40 Vilas espanholas de Salvatierra de Esca (Zaragoza) Manzanera (Teruel) e Muniesa (Teruel). (desenhos de Betrán Abadía, *La Forma de la ciudad*…, p. 371, 425 e 427). Compare-se a semelhança de soluções com as vilas portuguesas de Monsaraz, Chaves e Viana do Castelo

De forma igualmente rotinada, a rede viária que servia os quarteirões obedecia a uma hierarquia elementar: ruas longitudinais mais largas, cruzadas por travessas, mais estreitas, permitindo o atravessamento dos quarteirões e agilizando a circulação no interior da vila. Noutros casos ainda, onde as fileiras de lotes não encostavam costas com costas, a hierarquia surgia entre as ruas principais, para as quais viravam as fachadas, e as secundárias, bordejadas pelas traseiras dos lotes, como ainda hoje claramente se verifica em Nisa.

Em cronologias posteriores, esta hierarquização do espaço urbano teve correspondência no valor das propriedades: num documento relativo a Vila Nova de Lisboa,

datado de 1420, D. João I estabeleceu o foro anual de três coroas para as casas da rua Direita e de duas coroas para as casas das travessas[420]. Para a generalidade dos casos anteriores, a simplicidade da malha e o número estrito de quarteirões não deveria obrigar a estabelecer essa diferenciação, desde logo porque, pelo método de justaposição de parcelas com as fachadas viradas à rua, as travessas eram ocupadas pelos topos dos quarteirões, ou seja, pelas paredes laterais dos edifícios. Assim, quer neste caso, quer no das ruas secundárias ocupadas por traseiras, as casas que com elas confrontavam, dispunham de fachadas viradas às ruas principais, não havendo razão para que o foro fosse diferentemente calculado.

Continuamos, portanto, perante mecanismos simples e rotinados. Uma forma de fazer cidade baseada num conjunto de princípios elementares. Quando, em 1420, D. João I determina que em Outeiro de Miranda "*as casas seiam fectas em boa hordenança pera as Ruas vjrem bem fectas*…"[421] está a descrever o que era a prática corrente: da justaposição simples de parcelas resultam casas bem ordenadas e decorrem ruas bem feitas, no fundo, eixos retilíneos bordejados por quarteirões semelhantes, subdivididos em parcelas idênticas.

Se esta parece ter sido a prática comum, a análise formal de alguns casos, todavia, permite equacionar se o processo de composição dos diversos quarteirões entre si e destes com a rede viária não seria algo mais aprimorado, sem chegar a ser complexo.

Processos em que o lote, o quarteirão e a rua foram pensados em conjunto, estabelecendo entre si um sistema de relações formais com base em regras algébrico-geométricas. Da análise morfológica de Caminha, Monção ou Arronches constata-se que o dimensionamento de toda a malha tem subjacente uma modulação.

Embora a análise desenvolvida não tenha a descodificação dos modelos geométricos como tema central — nem a nossa formação base o permitiria — pareceu-nos importante comprovar como, pelo menos nalguns casos, as matrizes regulares resultaram da aplicação de harmonias algébrico-geométricas que, embora simples, implicaram um raciocínio geométrico como base do processo de atuação sobre o território. Neste âmbito, a prática que parece deter a primazia é a que parte do quadrado como módulo, progredindo para formas retangulares. De fácil aplicação no terreno — bastando para tal uma corda como instrumento e uma só dimensão como padrão — e por isso ao alcance de qualquer "povoador", permitia estabelecer séries e ritmos próprios, cuja aplicação se estende da parcela ao quarteirão e à rua, assegurando de forma eficaz a perpendicularidade.

Claro que estas questões entroncam diretamente na figura do povoador e, sobretudo, no domínio dos conhecimentos que a execução destes procedimentos exigiria. Questão até hoje sem resposta e que não é, de resto, exclusiva do caso português. É que, apesar de todas as evidências físicas, a aplicação da geometria às cidades medievais de fundação não deixou qualquer prova documental explícita: não podemos,

[420] *Chancelarias portuguesas: D. João I*, vol. IV, tomo 1 (1410-1425), Lisboa, Centro de Estudos Históricos-Universidade Nova de Lisboa, 2006, p. 56-57.

[421] *Chancelarias portuguesas: D. João I*, vol. III, tomo 3, p. 173.

na prática, fazer corresponder o nome de um único técnico[422] a uma cidade concreta, da mesma forma que nenhuma regra expressamente enunciada foi, até hoje, encontrada na documentação escrita relativa a um ato de fundação urbana.

Este hiato tem necessariamente de ser contrabalançado com outras fontes que comprovam o conhecimento, ensino e uso da geometria no decorrer de toda a Idade Média, aceitando-se, em consequência, as evidências físicas dos traçados que chegaram até à atualidade como prova suficiente.

De forma necessariamente sucinta[423] recorde-se como a tradução para árabe do Almagesto de Ptolomeu, no século IX, e daquele para latim em 1175, potenciou a divulgação da obra clássica[424] transformada, desde então, numa autoridade. Da mesma forma, os *Libros del saber de Astronomia*, redigidos por ordem de Afonso X de Castela, compilaram e verteram para castelhano o saber disponível à data, com destaque para os trabalhos árabes de al-Zarquali[425] e das Tábuas Toledanas, ambos atribuídos ao século XI. Em 1320, as tábuas afonsinas eram conhecidas em Paris e, pouco depois, traduzidas do castelhano para latim, possibilitando o rápido alastramento do seu conhecimento por toda a Europa[426]. Neste contexto, importa referir os chamados Almanaques Portugueses de Madrid[427] redigidos entre 1321 e 1339 e que, pelo menos em parte, constituem a versão portuguesa de um almanaque árabe, segundo o texto e as tábuas de Azarquiel. Especialmente interessantes são, segundo Luís de Albuquerque, as anotações que acompanham o texto por demonstrarem, em definitivo, "*provas da capacidade dos astrólogos que traduziram e se serviram dos manuscritos. Eles apontavam as suas próprias observações, muito provavelmente para as compararem e criticarem, ou comentavam os textos com oportunidade e correctamente. Numa palavra: possuíam uma preparação que lhes permitia ir além das operações rotineiras com vista à preparação de horóscopos e prognósticos*"[428].

---

[422] Nalgumas situações conhecem-se nomes de responsáveis por transformações pontuais, caso do agrimensor Benedetto da S. Maria in Duno que, em 1294, se encarrega da obra da Piazza Maggiore de Bolonha, sob o controlo de oito cidadãos e quatro notáveis eleitos para esse efeito. Angelica ZOLLA, "Bologna. La Piazza Maggiore", *Le Piazze italiane dal medievo all'ottocento. Progettazione, vedute, metrologia,* a cura di Enrico Guidoni, Edizione Kappa, 2006, p. 40. Na realidade os nomes que sobreviveram associam-se a obras de arquitetura, sistemas militares ou obras hidráulicas. É o caso da construção das muralhas de Ávila, ordenada por Raimundo de Borgonha, entre 1093 e 1100, onde trabalharam os mestres de "*jometría*" Cassandro Romano e Florín de Pituenga. Julio CARO BAROJA, "Los núcleos urbanos de la España cristiana medieval", p. 70.

[423] Para um maior desenvolvimento da questão veja-se David Friedman, *Florentine new towns. Urban design in the late Middle Ages*, MIT, 1988, p. 117-148. K. D. LILLEY, "Taking measures across the urban landscape: aspects of urban design before the Renaissance", *Urban Morphology*, 1998 (2), p. 91. W. BOEREFIJN, "Designing the medieval new town", p. 49-62.

[424] Conhecem-se, na atualidade, trinta e duas cópias manuscritas da versão de Gerardo de Cremona.

[425] Azarquiel o Al-Zarquali (Toledo, c. 1029 — Sevilla, 1087).

[426] Não por acaso, John de Murs, John de Lignères e João da Saxónia prepararam, entre os anos 20 e 30, um curto tratado sobre o cálculo de ângulos incluindo uma escala geométrica como a de al-Zarquali.

[427] Designação que advém do facto de estarem integrados no Códice 3349 da Biblioteca Nacional de Madrid. Para além do elenco de outras obras conhecidas e utilizadas em Portugal nos últimos séculos da Idade Média, uma análise completa dos referidos almanaques pode ler-se em Luís de ALBUQUERQUE, *Os Almanaques Portugueses de Madrid*, Coimbra, Junta de Investigações do Ultramar, 1961.

[428] Luís de ALBUQUERQUE, *Os Almanaques Portugueses de Madrid*, p. 8-13.

A este conhecimento de matriz clássica e árabe, apenas ao alcance de uma minoria erudita, a Idade Média associou muitas outras formas de divulgação de princípios geométricos, comprovando-se um saber disponível em distintos níveis de profundidade. São os próprios textos medievais que estabelecem a distinção entre o que designam como *mensores literatti* ou *demonstrator* e os *mensores layci* ou *exercitator*[429]. *Os primeiros, seriam aqueles que, com base no saber erudito, seguiam as demonstrações geométricas e explicavam os teoremas; os segundos, em número muito superior, corresponderiam a algo próximo de técnicos especializados em medições, atuando de acordo com o uso comum e por isso considerados layci* ou leigos em matéria científica.

Entre uns e outros, ou seja, entre a elite letrada, corporizada, por exemplo, nos mestres construtores chamados à obra da catedral de Milão e descritos como "*virtuosi industriosi et expertissimi viri, artis scilicet geometrie*", e os que, em muito maior escala, se socorriam de princípios geométricos simples e de caráter prático, registam-se ainda outros níveis de domínio do saber[430] com destaque para o tipo de textos conhecidos como *Practica Geometria*, onde, à tradição romana dos agrimensores, se juntava a geometria de Boécio, de Gerbert d'Aurillac e de Euclides, sendo a obra mais conhecida o livro de Villard de Honnecourt[431].

Um outro exemplo, bastante mais relevante para o nosso propósito por se referir diretamente às questões de agrimensura, é o de Bertrand Boysset que viveu, entre 1355 e 1416, na Provença[432]. Pertencente à alta burguesia de Arles, o que se sabe da sua vida revela uma figura de cultura acima da média, leitor assíduo e autor de crónicas, cantigas heroicas e tratados técnicos. A sua obra mais importante, redigida em provençal e acompanhada por 183 ilustrações, está dividida em dois textos: *La Siensa de destrar* e *La Siensa d'atermentar*[433].

Composta entre os finais do século XIV e 1416, toda a obra apresenta um claro objetivo pedagógico: para a descrição do perímetro das superfícies, medição das áreas das parcelas e sua delimitação, Boysset recorre a um número reduzido de operações aritméticas e a uma geometria rudimentar, por forma a possibilitar uma fácil transposição dos preceitos teóricos para o terreno, exemplificando frequentemente através de imagens.

---

[429] Nas suas várias designações, a distinção surge evidente nos trabalhos de Abelardo de Bath, datado das primeiras décadas do século XII, no *Practica geometriae* redigido em Pisa, em torno de 1220, por Leonardo Fibonacci ou no tratado de *Geometria Culminensis,* de cerca de 1400.

[430] Recorde-se como nas universidades medievais a geometria era uma das disciplinas que constituíam o *quadrivium*, a par da aritmética, astronomia e música.

[431] *Villard de Honnecourt: disegni dal manoscritto conservato alla Biblioteca Nazionale di Parigi* (n. 19023) presentato e commentato da Alain Erlande-Brandenburg, Milano, Jaca Book, 1988; Roland BECHMAN, *Villard de Honnecourt: la pensée technique au XIIIe siècle et sa communication*, Paris, Picard, 1993.

[432] Monique CLAVEL-LÉVÊQUE; Pierre PORTET, "Bertrand Boysset, arpenteur artésien de la fin du Moyen Âge (vers 1355/1358-vers 1416), et ses traités techniques d'arpentage et de bornage", *Dialogues d'histoire ancienne*, 2, l'Institut des Sciences et Techniques de l'Antiquité (ISTA) — CNRS, 1996, p. 244.

[433] Traduzível, de forma simples, por ciência de medir e delimitar propriedades.



Fig. 41 Bertrand Boysset, *La Siensa de destrar*, f. 220 e 239

Os vários exemplos conhecidos comprovam o crescente interesse e divulgação da geometria a partir do século XII e a sua aplicação na resolução de problemas práticos de demarcação e medição do território, seguramente extensíveis ao processo de traçar dos lotes e das ruas. Em termos operativos, como concluiu David Friedman, referindo-se à concretização no terreno das mais complexas realizações florentinas, qualquer agrimensor, independentemente do caráter rudimentar da sua técnica, podia executar as operações geométricas necessárias ao estabelecimento da forma urbana. O que, note-se, não é o mesmo que idealizar formas urbanas complexas, processo só acessível a uns quantos.

A verdade é que, por entre as largas centenas de novas fundações levadas a cabo por toda a Europa, as cidades de forma complexa constituíram uma exceção. Na esmagadora maioria dos casos as regras não foram aplicadas à conceção global da cidade, no sentido de organismos pensados como sistemas fechados, de forma e dimensão fixa, em que as partes se relacionam com o todo, num ritmo rigorosamente simétrico e proporcional. O exemplo paradigmático dessa aplicação continua a ser o conjunto das cidades florentinas, fundadas no Vale do Arno, com destaque para San Giovanni (1269-99), e Terranuova (1337)[434], embora outras possam ser apontadas[435].

---

[434] David FRIEDMAN, *Florentine new towns…,* p. 166. Sem aceitar incondicionalmente a autoria de Arnolfo di Cambio a quem Vasari, no século XVI, atribui os planos de San Giovanni e Castelfranco (1299), Friedman não tem dúvidas que os projetos tenham sido desenvolvidos por um profissional especializado.

[435] Caso de Villarreal de los Infantes, fundada por Jaime I de Aragão no reino de Valência, cerca de 1270. José Luís GARCÍA FERNÁNDEZ, "Trazas urbanas hispanoamericanas y sus antecedentes", *La ciudad hispanoamericana: el sueño de un orden*, Buenos Aires, CEHOPU, 1989, p. 215 com reconstituição na p. 92. É provável que o autor da traça de Villarreal tenha sido Nicolosa, "engenheiro" originário da cidade de Albenga na costa da Ligúria, a noroeste de Génova. A pista encontra-se na crónica de Jaime I onde se menciona um engenheiro militar que serviu o monarca no cerco de Maiorca em 1229 e que durante a campanha de 1254 forneceu o plano de ataque à cidade de Burianna, a escassos quilómetros de Villarreal. O mestre estava ainda ao serviço da coroa aragonesa em junho de 1280 quando construiu uma ponte de madeira em Belaguer para Pedro III, filho de Jaime I. Ocupando o que parece ser um cargo permanente na corte, é muito provável que tenha sido ele o autor do plano de Villarreal. David FRIEDMAN, *Florentine new towns…,* p. 110-111.

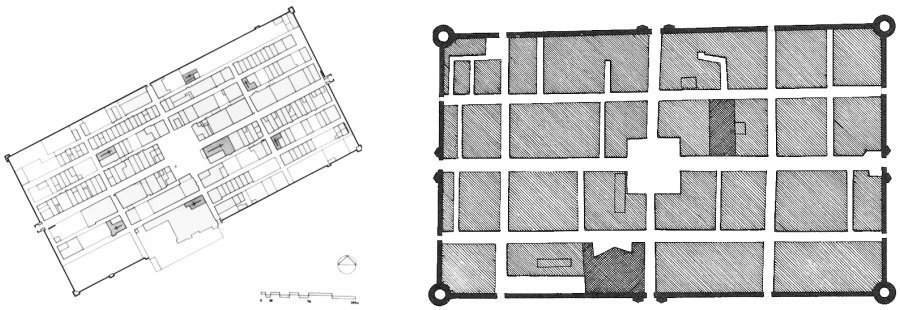


Fig. 42 Terranuova, c. 1337, Toscana, Itália (desenho de D. Friedman, *Florentine New Towns*, p.20) e Villareal, c. 1270, Valência, Espanha (desenho de José Luis Garcia Fernandez, *La Ciudad Hispanoamericana. El sueño de un orden*, p. 92)

A par destas exceções que, de forma operativa, podemos caracterizar como cidades de projeto ou pré-desenho, edificaram-se centenas de outras — onde se inclui o caso português — a que chamaremos cidades de programa (embora as primeiras tenham igualmente subjacente um programa). Ao contrário daquelas, estas eram pensadas como organismos constituídos por diversas partes mas cuja composição era feita no terreno e em cuja implantação entrava um número alargado de variáveis. Se umas eram antecedidas de uma composição abstrata, outras dependiam de uma práxis no terreno. E nestas, em que o processo de composição se limitava praticamente só ao parcelário, tratava-se tão só da transposição para o terreno de um conjunto de procedimentos mecanizados e de fácil execução, em que o estabelecimento de linhas e ângulos retos, proporções algébrico-geométricas de 1:2 ou o rebatimento da diagonal de um quadrado (1x√2), respondiam, na prática, à maior parte das necessidades.

Neste âmbito específico do uso de procedimentos elementares, repare-se como alguns dos casos mais citados pela historiografia internacional como exemplo de complexidade formal têm vindo a ser desmontados por estudos recentes.

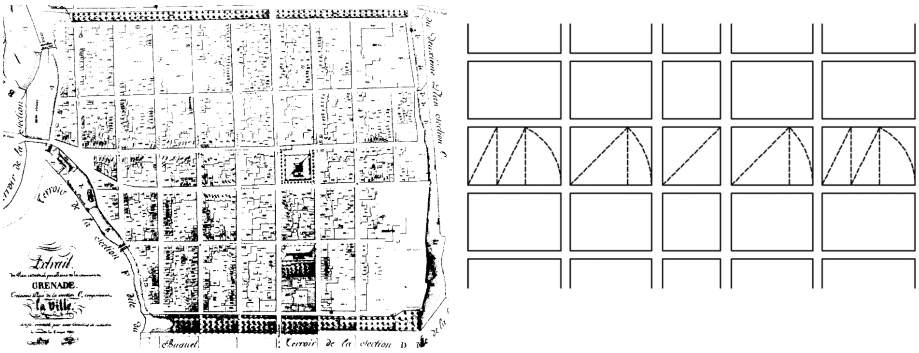


Fig. 43 Grenade-sur-Garonne (Haute-Garonne, França): proposta de regra proporcional da constituição dos quarteirões por Bucher (segundo W. Boerefijn, "Designing the medieval new town", p. 52)

Vale a pena lembrar aqui Grenade-sur-Garonne, fundada por Eustache de Beaumarchais, em 1290: a sua (aparente) sofisticação, levou vários historiadores a justificar o plano a partir do uso de relações geométricas complexas onde o quadrado como módulo, o rebatimento da sua diagonal (*diagon*) e secção de ouro (*auron*), teriam estado na base do dimensionamento dos três tipos de quarteirões utilizados. Num estudo realizado nos finais da década de noventa, o primeiro realizado com base no plano cadastral atual de Grenade, Wim Boerefijn[436], chega a algumas conclusões que importa aqui referir pelas implicações metodológicas que implicam.

Em primeiro lugar, a constatação de que o plano não apresenta o rigor geométrico que à primeira vista aparenta ter e em que durante muito tempo se acreditou[437]: as ruas apresentam uma ligeira curva e uma diferença ao nível das dimensões que chega a atingir valores na ordem dos 5,2 metros. Uma segunda conclusão aponta, por aceitação acrítica de propostas anteriores não confirmadas no terreno, para a utilização de valores que, embora em conformidade com as hipóteses propostas[438], não têm correspondência precisa nas evidências físicas. Por último, assente numa medição rigorosa de todos os blocos, o autor conclui que, em vez de um sistema geométrico complexo, as três séries de blocos corresponderiam respetivamente a um quadrado, quadrado e meio e dois quadrados, subdivididos em 12, 18 e 24 lotes cada, ou seja, um processo metrológico de simples proporção aritmética.

Como remata o autor: *"... many theories have been put forward over the last 150 years that suggest complex geometrical figures underlying medieval architectural design, based on very poor and often far-fetched sources, and verified inadequately. The basic point here, it would seem, is that the idea of geometry underlying medieval design, often referred to as secret or sacred is not just fed by historical sources, which are often hard to interpret, but probably more so by the idea of the medieval mind as thinking symbolically and mystically. Of course, this idea is correct up to a certain point, but this does not mean that medieval man could not think rationally, and could not lay out a town on the basis of simple metrology, with or without explicit or secret symbolism in the underlying form or numbers."*[439]

Para além dos aspetos já destacados, como a utilização de uma base fiável, o mito do rigor absoluto ou a constatação de métodos simples e facilmente aplicáveis na construção da cidade, o estudo de Boerefijn chama a atenção para um outro facto relevante: a necessidade de aceitar um intervalo de tolerância entre os valores da evidência física (a cidade) e os valores que possam ter presidido ao desígnio inicial. E este aspeto é, para o nosso objetivo, de extrema importância porque diretamente relacionado com a capacidade — e legitimidade — de aferir da intenção inicial.

[436] W. BOEREFIJN, "Designing the medieval new town", p. 49-62.

[437] Mito comum a muitos casos, normalmente fundado na utilização de cartografia inadequada. Sobre este aspeto veja-se BETRÁN ABADÍA, "Las huellas del tiempo: parcelario, tipo y propiedad", p. 125.

[438] Segundo o autor as sugestões de Bucher, o primeiro a debruçar-se sobre o assunto, foram aceites, parcialmente mal interpretadas e não totalmente verificadas por historiadores como Friedman, Kostof ou Randolph.

[439] W. BOEREFIJN, "Designing the medieval new town", p. 57.

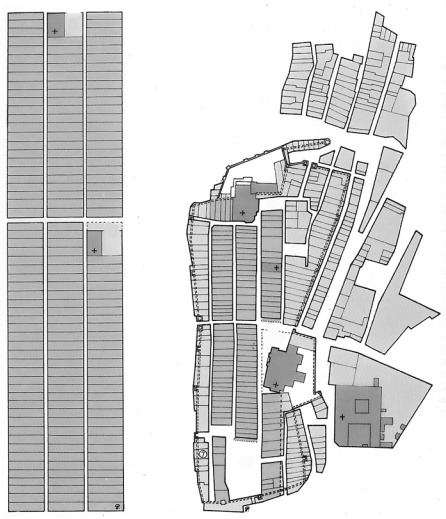


Fig. 44 Viana, Navarra, Espanha: proposta de reconstituição do parcelário (desenho de José Luís Garcia Fernández, *La Ciudad Hispanoamericana. El sueño de un orden*, p. 92)

A verdade é que nunca uma realização é um decalque preciso do projetado: em grau variável, as distorções verificam-se no próprio momento de instalação. E a ocupação no tempo longo que lhe sucede, mais não faz do que aumentá-las. A maior ou menor capacidade técnica do responsável pelo processo de arruamento[440], os métodos e instrumentos disponíveis, a configuração do terreno ou o confronto com acidentes naturais, são apenas alguns dos aspetos capazes de introduzir desvios à regra. Mesmo no caso da existência de pré-desenho, a sua transposição para uma escala como a da cidade gera erros. Por outro lado, o prazo que decorre entre a delimitação das parcelas e a sua edificação, o grau de ocupação do parcelário, a manutenção de uma autoridade capaz de manter as normas, sobretudo na relação entre o espaço privado e o público, as alterações e as sucessivas reconstruções do edificado, no decorrer dos séculos, são outros tantos fatores que, inevitavelmente, ampliam a deturpação do desígnio inicial.

A aceitação desta margem de tolerância é uma das duas principais premissas subjacentes às tentativas de interpretação do raciocínio implícito na construção da cidade. Assim, no conjunto de casos trabalhados, procedeu-se, através do cotejo de todas as medições, à progressiva anulação do que terão sido eventuais desvios. A segunda premissa, tão ou mais importante, diz diretamente respeito a esse raciocínio, defendendo-se não a utilização de uma regra específica (√2, duplo quadrado ou outras igualmente possíveis, geométricas ou aritméticas) mas que a composição dos elementos — lote, quarteirão e rua — obedeceu a um sistema de relações proporcional, mesmo que em muitos casos tal decorresse apenas da utilização de um sistema de medição modular.

[440] Os diferentes graus de domínio da geometria têm sido considerados em estudos recentes como explicação para a maior ou menor ortogonalidade das cidades ou, nas palavras de K. D. LILLEY, da diferença entre cidades ortogonais e cidades quasi-rectilineares: "*The two types of medieval surveyor, the lay measurer and the literate measurer, thus appear to find an expression in the physical form of medieval towns, the latter contributing to the creation of urban landscapes with orthogonal plans, and the former creating towns with quasi-rectilinear plans.*" K. D. LILLEY, "Taking measures across the urban landscape…", p. 91.

As hipóteses que aqui ensaiamos, testadas sobre o levantamento digital atual da cidade, não deixam, como em qualquer trabalho desta natureza, de compreender um grau de subjetividade, maior ou menor consoante os dados de que dispomos e, sobretudo, o estado de conservação do cadastro. Por isso as reduzimos a um número restrito de casos. Viana da Foz do Lima, Monção, Caminha, Bragança, Viana do Alentejo, Nisa ou a expansão do casario de Arronches para poente demonstram, mesmo à vista desarmada, resultarem de um processo dirigido de ocupação do território, onde a geometria atuou como instrumento base. As análises que apresentamos em anexo mais não fazem do que decompor o método, a norma. Porque o desenho foi o instrumento base da análise e porque, por uma questão de coerência metodológica, se considerou indispensável enunciar todas as etapas do processo interpretativo — sob pena de invalidar a proposta final — remetemos para o capítulo *5. Vinte e dois passos para o tipo,* onde os exemplos atrás referidos são examinados em detalhe e em escala adequada.

Por essa razão, limitamo-nos aqui a chamar a atenção para alguns aspetos que consideramos determinantes para a compreensão do processo de "fazer" cidade.

— relação estreita entre o ato de "arruar" e a topografia que prevalece sobre qualquer geometria prévia;
— ortogonalidade da rede viária e do parcelário;
— parcelário regular ao longo de uma via (frequentemente preexistente) segundo lotes estreitos e compridos; divisão por paredes mestras de meação;
— modulação com base no quadrado e na sua evolução algébrico-geométrica para o retângulo;
— interrupção das fiadas por travessas, permitindo o atravessamento perpendicular;
— sucedâneos da unidade base do parcelário — o lote — os quarteirões são rectangulares, estreitos e compridos;
— mono-direcionamento da malha;
— Quarteirões constituídos por fileira de um único lote ou duas fileiras de lotes dispostos costas com costas;
— Hierarquização viária segundo o sistema de ruas e travessas ou ruas de fachada e ruas de traseiras;
— Dimensionamento da secção da rua proporcional à dimensão do lote;
— Distanciamento uniforme das ruas (medidas de eixo a eixo);
— Ausência de espaços públicos formalmente configurados;
— Autonomia física dos vários elementos.

Procedimentos simples que, à vista do terreno e associados a princípios de eficácia defensiva, escolha de locais salubres, presença de água ou aproveitamento da melhor exposição solar, permitiam dispor os três principais elementos do programa, muralha, igreja e tecido residencial, sobretudo este último, o único, como vimos, que exigia uma efetiva composição, mesmo que elementar. Procedimentos rotinados cuja efetivação dependia, no limite, de uma só corda e uma só dimensão padrão. E por isso ao alcance de qualquer povoador, por superficial que fosse a sua formação específica em matérias de geometria.

Ensanches: a comunhão de práticas urbanísticas

Que este conjunto de práticas constituía à época a forma de "fazer cidade" comprova-se nos ensanches de núcleos já consolidados: quando o crescimento o exigiu, a extensão do casario fez-se recorrendo a mecanismos em tudo idênticos. A própria designação de "vilas novas", a que já fizemos referência anteriormente[441], atesta a similitude de procedimentos.

Vale a pena ver alguns exemplos. Chamamos a atenção para o amplo raio cronológico em que se integram, denunciando uma continuidade de práticas que atravessa toda a Idade Média[442].

A urbanização levada a cabo, nos finais do século XII ou inícios da centúria seguinte, pelo mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, no espaço que mediava entre o referido cenóbio e o rio Mondego, constitui o exemplo conhecido mais remoto. Detetado por Walter Rossa[443], caracteriza-se, seguindo o autor, por "*uma matriz geométrica baseada em três ruas paralelas de secção regular: a da Moeda, a de Tinge Rodilhas (hoje Rua da Louça) e a do Corvo (outrora Rua dos Pintadores)*". A estruturação geométrica que teria servido de base à edificação do bairro é ainda hoje percetível, sobretudo no quarteirão central, edificado a eixo da igreja, onde os lotes apresentam uma dimensão média/aproximada de 25 palmos de frente por 50 de profundidade, ou seja um duplo quadrado, e os eixos retilíneos que de ambos os lados o delimitam, obedecem a uma largura média de 15 palmos.

Para o século XIV os exemplos são mais numerosos, embora, na generalidade, as evidências se circunscrevam quase exclusivamente à estruturação da rede viária, uma vez que as profundas alterações registadas ao nível do loteamento original inviabilizam qualquer análise formal minimamente fiável.

É o caso da freguesia de Santo Estevão ou do Santíssimo Milagre, em Santarém, com uma composição em ruas e travessas alinhadas com o eixo principal da rua de Santo Estêvão que, segundo Ângela Beirante, estaria já definido no século XIV, senão antes[444]. Terá sido também o caso da urbanização do Bairro da Pedreira, em Lisboa, na primeira metade do século XIV, para o qual Hélder Carita com base num documento que refere a "…*travessa pública q vai ter à rua direita…*"[445] identifica ainda em "*estado embrionário*" o modelo urbano baseado numa estrutura de rua/travessa[446].

---

[441] Veja-se supra p. 100.

[442] As análises que aqui apresentamos e que comprovam o seu uso frequente não pretendem ser mais do que demonstrativas da utilização de uma harmonia aritmética simples, que outros estudos, para diferentes casos e cronologias, já haviam explorado. Para além do bairro frente ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, destacam-se os casos da rua Nova do Porto, rasgada em torno de 1395, ou os já mais tardios casos de Angra ou de Vila Nova do Andrade (Bairro Alto), em Lisboa. Dados que comprovam uma atuação contínua ao longo de toda a Baixa Idade Média portuguesa prolongando-se, sem ruturas, pelas primeiras décadas do século XVI. Walter ROSSA, "Recenseando as invariantes", p. 429-434.

[443] Walter ROSSA, *DiverCidade* …, p. 465-472.

[444] Ângela BEIRANTE, *Santarém Medieval*, p. 84.

[445] Gustavo de Matos SEQUEIRA, *O Carmo e a Trindade*, Vol. I, p. 60.

[446] H. CARITA, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos*…, p. 36-37.

ESTREMOZ E SANTARÉM

Tecido urbano actual

Bairro de Santiago (Estremoz) e Bairro de Santo Estevão (Santarém)

Troços existentes de estruturas defensivas (medieval e moderna)





Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

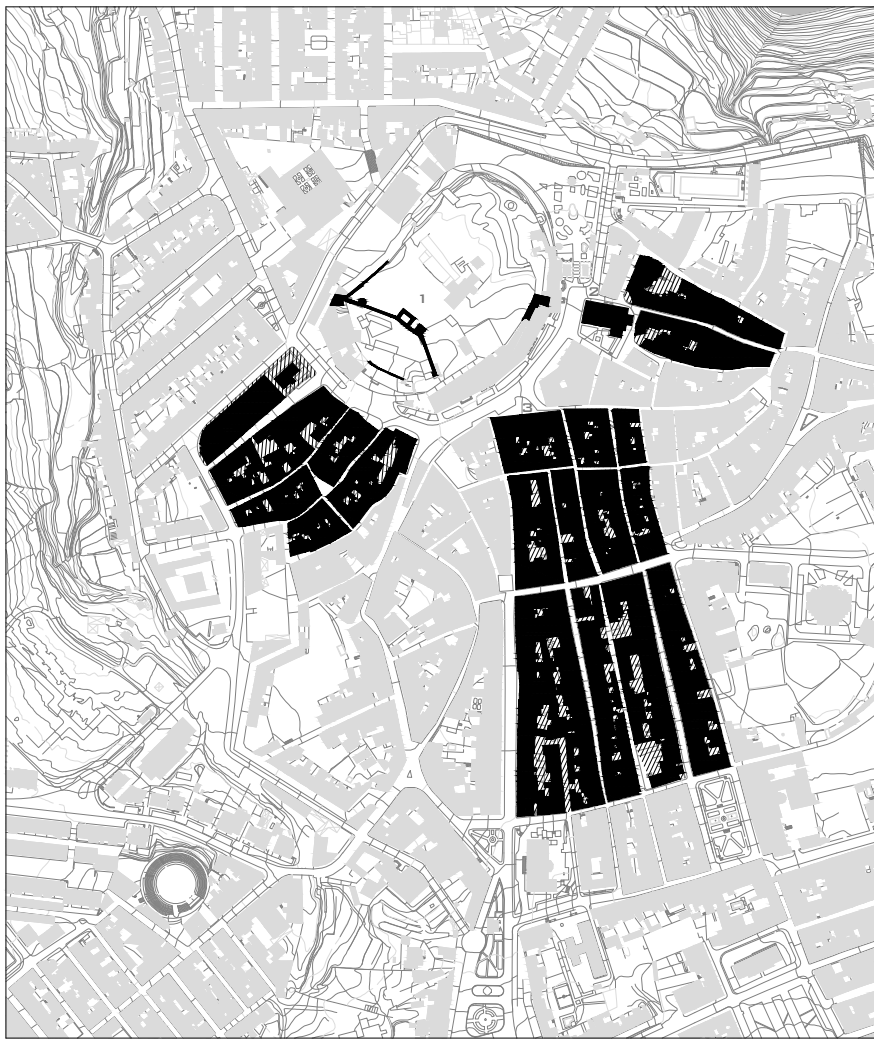
MOURA

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual correspondente às expansões do arrabalde (séc. XIV e XV/XVI)

Troço da cerca medieval

1. Área intramuros 2. 1º Arrabalde 3. Expansão séc. XV/XVI



Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

N

ELVAS E ÉVORA

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual correspondente aos quarteirões do ensanche de Elvas e Arrabalde da Porta de Moura (Évora)

Área circunscrita pela cerca velha de Elvas

Traçado da cerca velha de Elvas

Troços existentes das muralhas modernas





Escala 1:10 000

10 50 100 200 400 800

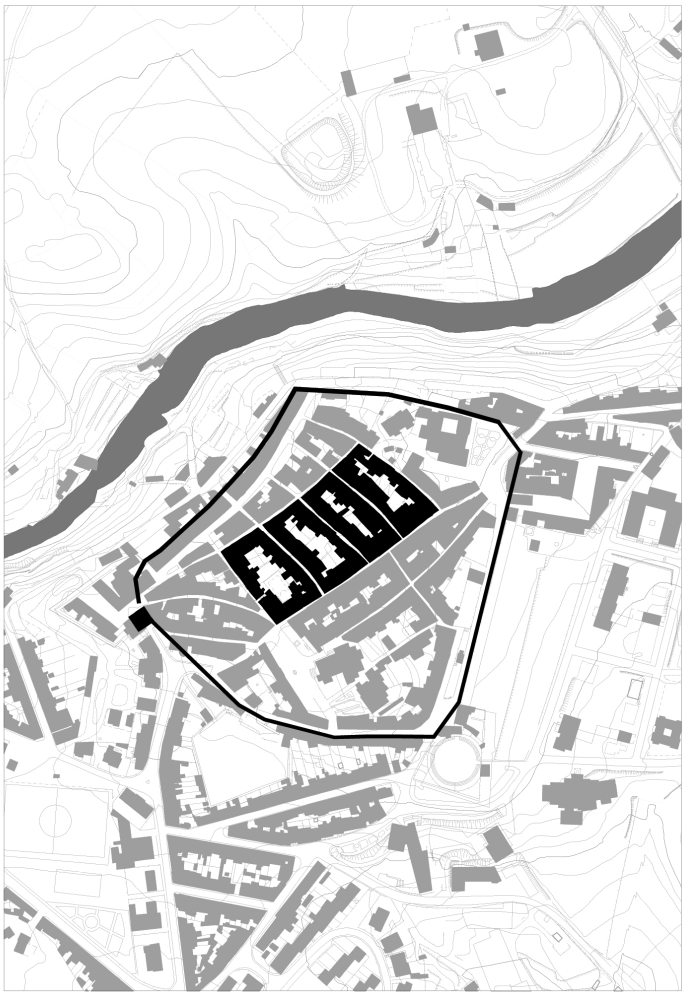
N

ARRONCHES

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual correspondente aos quarteirões do ensanche

Troços da muralha medieval



Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

N

OLIVENÇA E SERPA

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual correspondente aos quarteirões dos ensanches

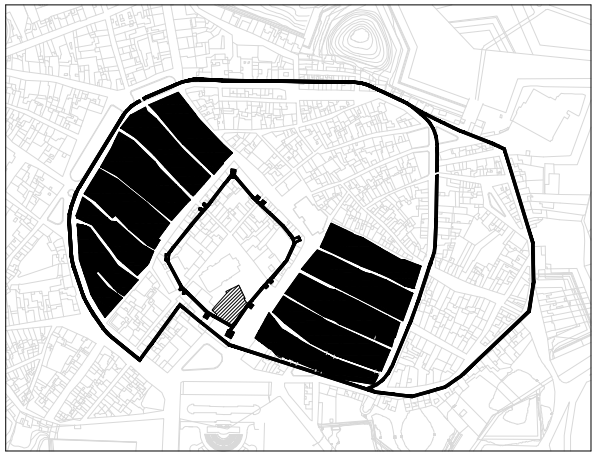
Área circunscrita pela cerca islâmica de Serpa

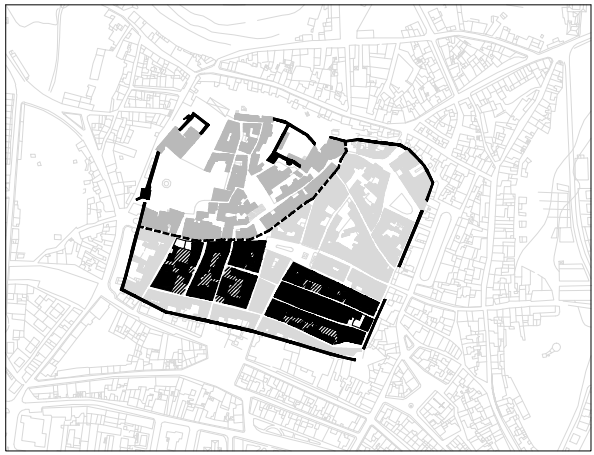
Traçado hipotético da cerca islâmica de Serpa

Área correspondente ao castelo de Olivença

Troços existentes da cerca dionisina (Serpa e Olivença), fernandina e manuelina (Olivença)

Estruturas defensivas de Olivença segundo reconstituição de Rui Rosado Vieira, *Centros urbanos no Alentejo fronteiriço, Campo Maior, Elvas e Olivença, (de inícios do século XVI a meados do século XVII)* , Lisboa, Livros Horizonte, 1999, p. 127





Escala 1:7 500

10 50 100 200 400 800

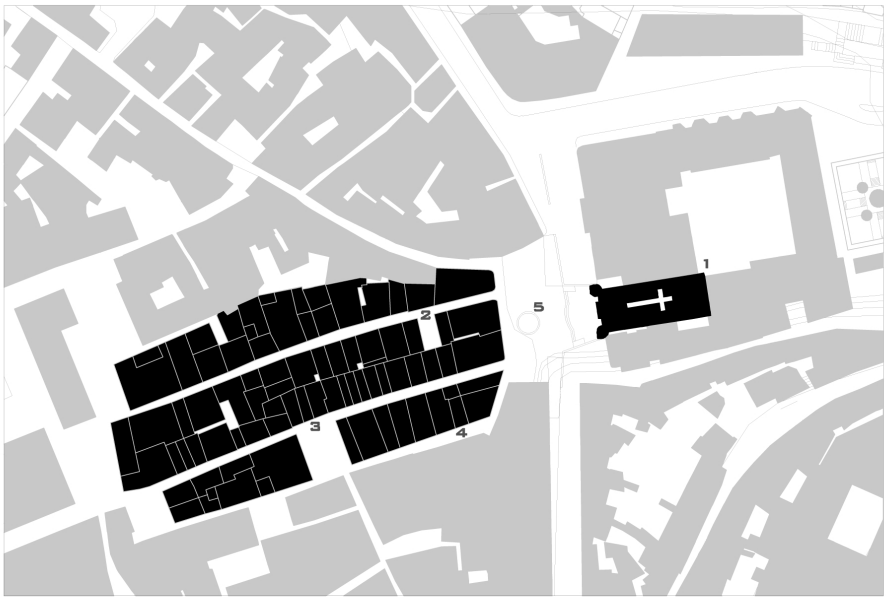
COIMBRA

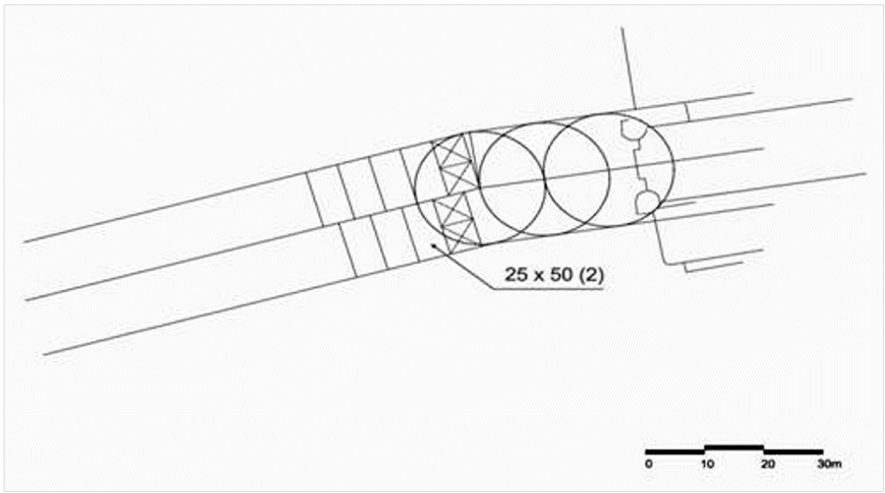
Tecido urbano actual

Tecido urbano actual correspondente ao bairro frente a Santa Cruz (séculoXIII)

1. Mosteiro de Santa Cruz 2. Rua da Moeda 3. Rua da Louça 4. Rua do Corvo 5. Adro de Sansão (actual Praça 8 de Maio)

Desenho de Walter ROSSA , *DiverCidade. Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade* , Coimbra, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2001, (texto policopiado), p. 467





Escala 1:2 000

10 50 100 200

N

PORTO

Tecido urbano actual

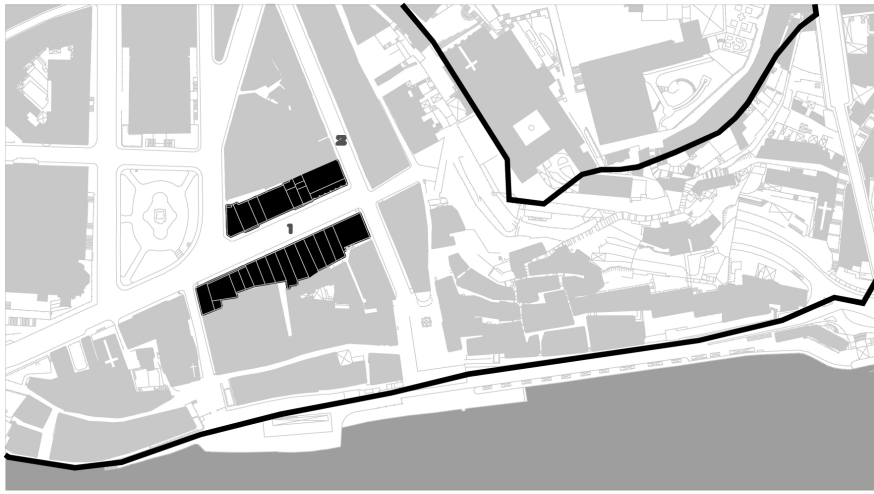
Tecido urbano actual correspondente à Rua Nova (ou Rua Formosa, séc. XIV-XV)

Troços da cerca velha e muralha fernandina

Rio Douro

1. Rua Nova (actual Rua do Infante D. Henrique) 2. Rua de S. João Novo

Desenho de Walter ROSSA (2001), "Recenseando as invariantes: alinhamento de alguns casos de morfologia urbana portuguesa de padrão geométrico", *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre urbanismo português* , Coimbra, Almedina, 2002, p. 444





Escala 1:2 000

10 50 100 200

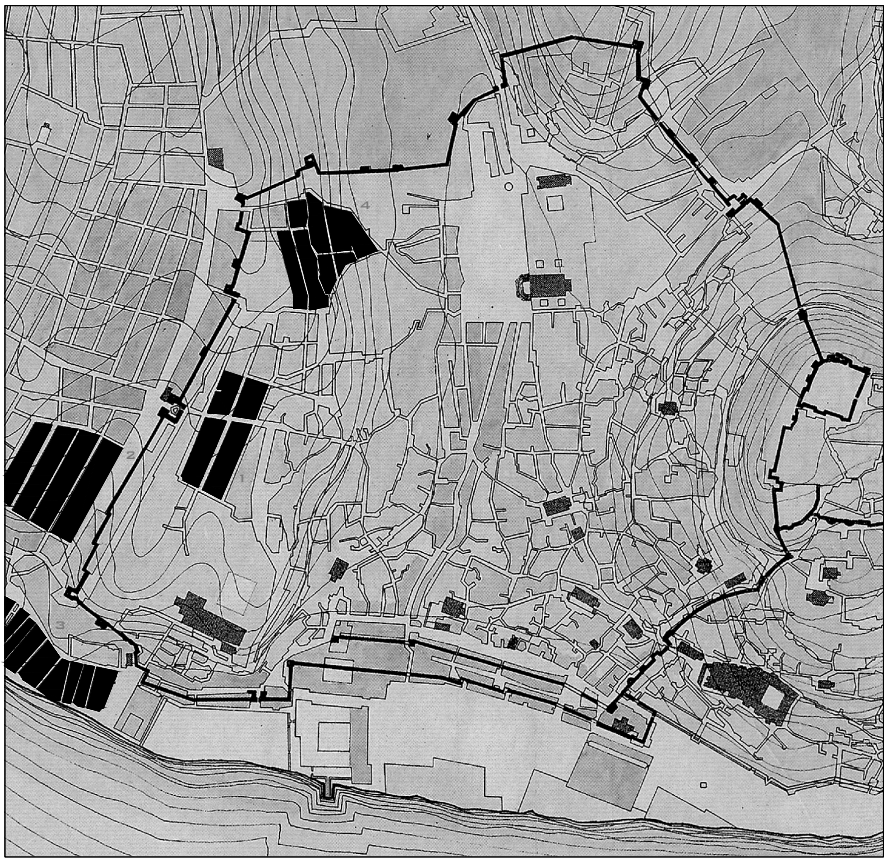
N

LISBOA

Tecido urbano correspondente às novas urbanizações dos séculos XV e XVI

1. Vila Nova de Santa Catarina 2. Vila Nova do Andrade (1ª fase Bairro Alto) 3. Cata-Que-Farás 4. Vila Nova de Oliveira

Desenho de Helder Carita, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da Época Moderna (1495-1521),* Lisboa, Livros Horizonte, 1999

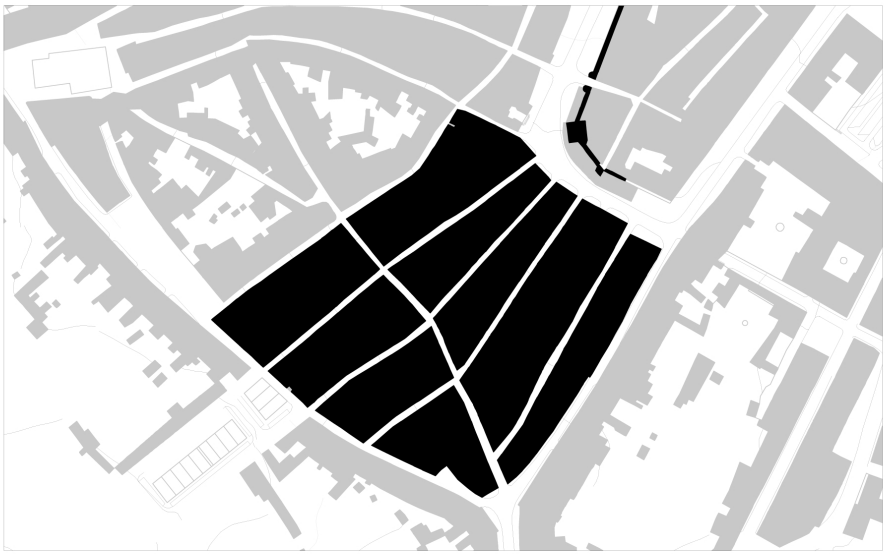


BORBA E CASTELO DE VIDE

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual correspondente aos quarteirões dos ensanches

Troços existentes da muralha medieval de Borba e cerca velha de Castelo de Vide





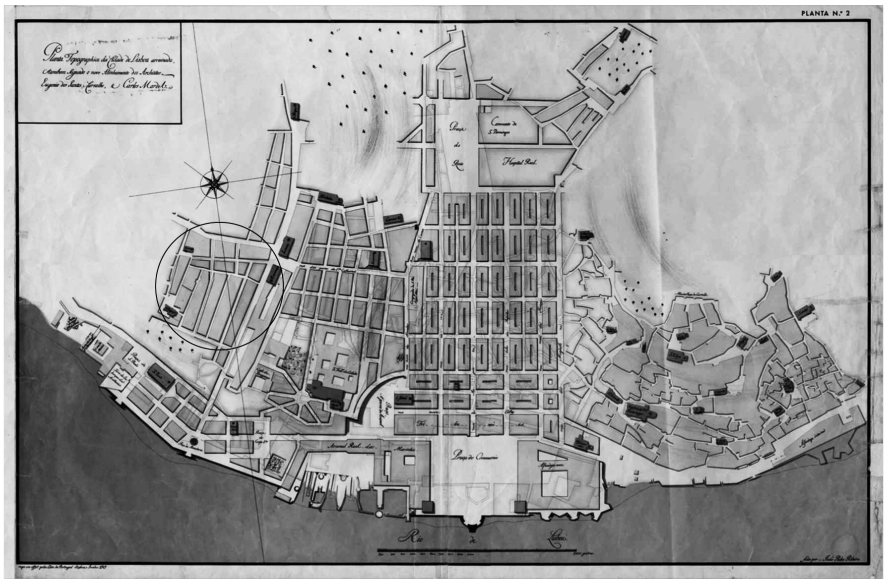
Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

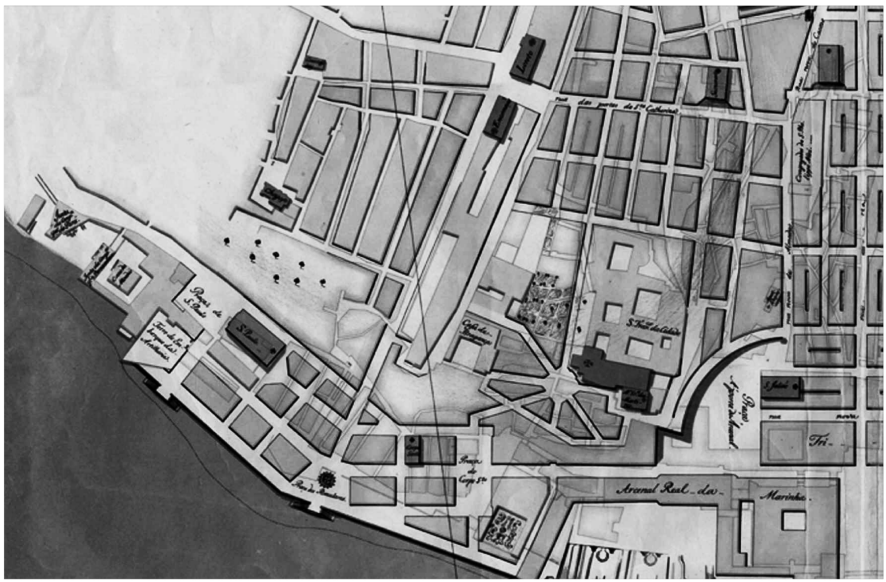
N

LISBOA

Planta Topographica da Cidade de Lisboa arruinada, tambem segundo o novo Alinhamento dos Architectos Eugenio dos Santos e Carvalho e Carlos Mardel, des. por João Pedro Ribeiro, *Lisboa 1758, O Plano da Baixa Hoje*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2009 (DVD)
Sem escala



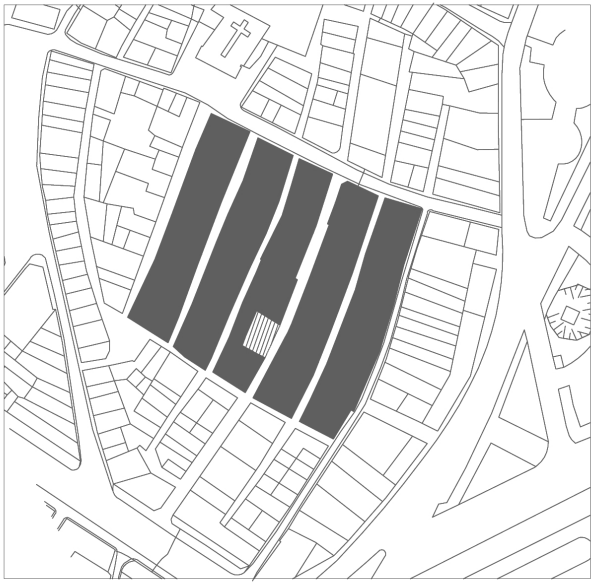
Pormenor

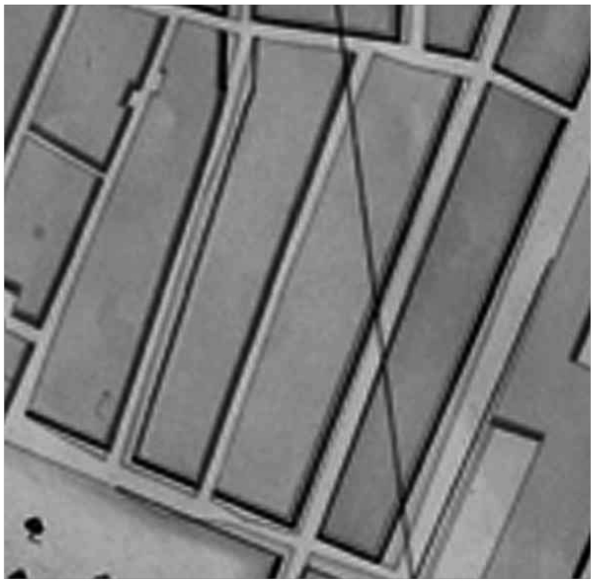


VIANA DA FOZ DO LIMA E LISBOA

(pormenores)

Comparação do tecido original de Viana da Foz do Lima (meados séc. XIII) com os quarteirões relativos à primeira fase de urbanização de Vila Nova do Andrade (finais século XV)





Escala 1:2 000

10 50 100 200

Em Moura, o primeiro bairro construído logo após a Reconquista no exterior da cerca, a sudoeste, destinava-se a albergar a população muçulmana. Constituído por três a quatro quarteirões, estreitos e compridos, com o lado maior paralelo entre si, de duplos lotes organizados costas com costas, as ruas que os separavam descreviam uma ligeira curva, acompanhando a topografia[447]. Entretanto, o povoado cresceria para leste do castelo, organizando-se o casario de cada lado da Rua de Aroche que, como o topónimo indica, seguia em decalque a via que levava àquela localidade. Entre o bairro e a muralha situava-se a pequena capela de S. João Batista, existente desde inícios do século XIV e que, a partir de 1455, por ordem de D. João II e em função do desenvolvimento do arrabalde, passa a incorporar as funções de matriz[448], substituindo-se à igreja de Santa Maria do Castelo. O desenvolvimento desta zona, que inicialmente e à exceção do facto de não ser murado se assemelharia a qualquer núcleo de fundação, obrigaria à multiplicação de vias paralelas formando um tecido que, em 1427, era designado como Arrabalde Novo[449]. Na última, a Via Longa, a justaposição dos quarteirões mudava de sentido, organizando-se perpendicularmente à via. Já no século XVI, o crescimento deste bairro para sul é feito através do prolongamento das travessas que atuam como linhas de expansão, mantendo-se a unidade morfológica[450].

Mas os exemplos mais sugestivos encontram-se nas expansões de Évora e Elvas, em qualquer dos casos estreitamente relacionadas com a edificação das novas e amplas muralhas. Em Évora[451], a "cerca nova" terá tido início em data anterior a 1353, ano em que já são mencionadas as Portas da Lagoa e de Avis, indiciando a definição do traçado e a construção efetiva de importantes troços. O mau estado da cerca romano-goda (em 1340 refere-se o muro quebrado) e as dimensões já claramente insuficientes (cerca de 10 hectares) foram as duas principais causas subjacentes à tomada de decisão de D. Afonso IV de mandar construir uma nova muralha. Com uma extensão que rondava os 3000 metros e abarcando uma área que excedia os 50 hectares, era superior à do Porto e só algumas décadas depois seria ultrapassada pela Cerca Fernandina, de Lisboa. Com 10 portas, 35 torres, fossos e barbacãs, envolvia todo o antigo muro, à exceção da área ocupada pela alcáçova que, por razões estratégico-militares, continuava a confrontar diretamente com o campo.

Neste, como em muitos outros casos, o desconhecimento da data exata do início da construção dificulta o conhecimento cabal do processo de transformação do solo. Ao que tudo indica, a construção da cerca terá vindo sancionar um crescimento urbano dirigido que, desde inícios do século XIV, se fazia sentir. A edificação da muralha ou, se quisermos, o momento de definição do seu futuro traçado, englobando a totalidade das iniciativas na sua maioria ainda em curso, veio necessariamente alterar o valor do solo que, de periférico e desprotegido, passava a integrar a cidade propriamente dita,

[447] Santiago MACIAS, "Moura na Baixa Idade Média... p. 135-137.

[448] Reconstruída em 1502. José Custódio Vieira da SILVA, *O tardo-gótico em Portugal. A arquitectura no Alentejo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989, p. 121.

[449] Santiago MACIAS, "Moura na Baixa Idade Média…", p. 137.

[450] Grosso modo balizado a norte pela rua dos Ourives e a sul pela praça Gago Coutinho e de nascente para poente entre a rua das Espingardas e rua Serpa Pinto (topónimos atuais).

[451] Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média*, p. 59-75.

com toda a carga valorativa que tal facto implicava. Ao longo de todo o século XIV, e em muitos casos em simultâneo com a construção da cerca, assiste-se ao caseamento de vastas áreas a par da reorganização de outras.

Das novas construções — denominadas na documentação por "*casarias*" — e da sua disposição segundo um esquema regular, é exemplo todo o processo levado a cabo no arrabalde da Porta de Moura, que Ângela Beirante considera ter sido, após a transferência da antiga população muçulmana para a freguesia de São Mamede, "*uma criação ou recriação da igreja catedral, proprietária de grande percentagem do seu solo*"[452]. Parte receberia inclusivamente o topónimo de Vila Nova do Outeiro. As ruas do Machede, de Mendo Estevens, da Oliveira e de Paio Ourigues, que num traçado retilíneo ligavam a cerca velha à nova, constituiriam os eixos ordenadores de todo o espaço, preenchido progressivamente por travessas perpendiculares. O bairro compreendido entre as ruas de Mendo Estevens e Paio Ourigues, já em 1345, estaria ocupado por cerca de 105 foreiros.

No arrabalde de S. Francisco, junto à rua de Malforo ou no arrabalde da Porta de Alconchel, em ferragiais pertencentes ao bispo e ao cabido, o processo seria similar. O espaço situado ao fundo da Rua de Alconchel foi, depois de transformado em casarias, dado a "*pobradores*".

Em qualquer dos casos, o caráter programado e dirigido das iniciativas ficou inequivocamente marcado no terreno constituindo, ainda hoje, unidades morfológicas perfeitamente identificáveis que, quando isoladas do contexto em que se inserem, pouco diferem de qualquer "Vila Nova".

O processo de Elvas é similar, desde logo pela cronologia. A "cerca nova" ou "cerca de fora" terá sido iniciada ainda antes de 1355, data em que surge a primeira referência conhecida e onde se menciona a Porta de Olivença[453]. Delimitava uma área de cerca de 30 hectares onde se integrava não só o tecido urbano entretanto edificado, como toda uma vasta extensão de chãos e ferragiais. Como em Évora, a construção da "cerca nova" levou a que, a partir do século XIV, a designação de arrabalde desaparecesse quase por completo. No espaço ganho no intramuros, e uma vez mais à semelhança do que simultaneamente ocorria em Évora, surgiam casarias. Na realidade, a semelhança de processos não resulta de uma simples coincidência, já que um dos principais interessados na ação ordenadora do espaço foi o próprio bispo de Évora. Da sua iniciativa são, pelo menos, os bairros de matriz regular detetados a norte da rua de S. Francisco/Corredoura. O mesmo tipo de cadastro, indício claro de uma ação dirigida, foi posto em prática, ao longo dos séculos XIV e XV, nos arruamentos a sul da feira (correspondente às atuais ruas do Cabrito, Falcato, beco do Pintor e rua dos Arcos) ou no espaço compreendido entre as igrejas de S. Lourenço e Santiago.

O Bairro de Santiago, em Estremoz, estruturado ao longo da rua Direita que, da porta poente da cerca, levava à igreja de S. Tiago, já existente em 1279, os bairros que a noroeste e sudeste envolveram o núcleo original de Olivença, e que tudo indica estarem completamente formados até aos finais do século XV[454], a expansão do ca-

[452] Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média*, p. 67.

[453] Veja-se Fernando Branco CORREIA, *Elvas na Idade Média*, p. 312-318.

[454] Segundo o Numeramento de 1527, a sede do concelho teria, à data, 1053 moradores, o que demonstra

sario a sul-sudoeste do núcleo cercado de Borba, o tecido que a nordeste da cerca de Viana do Castelo praticamente reproduz os cinco quarteirões originais ou o preenchimento do interior da muralha dionisina de Serpa e de Arronches, são apenas alguns exemplos onde o "arruar e casear" seguem os mesmos princípios que as cidades de fundação. Este último exemplo de Arronches é, sem dúvida, dos mais evidentes constituindo, ainda hoje , o conjunto de quatro quarteirões formados por lotes costas com costas, uma unidade morfológica de grande coerência. O traçado, distanciamento e secção das ruas ou os valores inteiros que definem o perímetro global do bairro, são alguns dos fatores que demonstram, inquestionavelmente, a existência de um padrão modelador do espaço.

O mesmo é visível nos dois grandes projetos régios de abertura das ruas Novas, a de Lisboa, por D. Dinis, a do Porto, por D. João I, definindo, em qualquer dos casos, novos eixos de desenvolvimento urbano ao longo das margens dos respetivos rios. Se a modelação da rua Nova ou Formosa, do Porto, foi já estudada por Walter Rossa[455], o mesmo pode agora fazer-se para a rua Nova de Lisboa, com base na reconstituição cadastral retificada por Cláudio Monteiro, a partir do *Tombo das praças, ruas, casas e edifícios públicos, na parte da cidade que ficou arruinada pelo terramoto.* Mandado elaborar por decreto de 29 de novembro de 1755, nele foi descrita detalhadamente a propriedade existente nas vésperas da catástrofe, para efeitos de avaliação imobiliária[456]. Recorde-se que é exatamente para estas ruas que a documentação régia coeva não só estipula uma largura padrão —"*que fique a rrua doyto braças*", como comprova a divisão do espaço com o recurso a cordas o que, como bem sublinhou Hélder Carita, "*gera uma tendência natural para a ortogonalidade*"[457].

Por ser um dos casos melhor documentados, deixámos para último o "caseamento" de Vila Nova de Santa Catarina. Trata-se de mais uma operação imobiliária levada a cabo por D. João I, a partir de 1410, desta feita em Lisboa, preenchendo parte dos terrenos incluídos pela recém construída cerca fernandina.

Para além de conhecermos alguns aspetos que ajudam a compreender a forma como o processo se desenrolava — a compra do terreno aos Peçanhas por duzentas mil libras, a existência de um vedor de obras, a própria utilização do termo "casear" e "caseamento", definindo uma operação de urbanização em larga escala —, a documentação sobrevivente comprova a estruturação do novo bairro a partir de um eixo central,

---

o crescimento do casario no exterior da cerca original. Por outro lado já em 1464, os moradores se queixavam a D. Afonso V que não havia espaço no interior dos muros para construir casas. Sobre a evolução de Olivença, veja-se Amândio BARROS, Alterações urbanísticas em Faro e Olivença na 2ª metade do século XV", p. 159-174; Orlando RIBEIRO, "Notas para o estudo da cidade de Olivença", Opúsculos Geográficos, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, vol. V: Temas urbanos, 1994, p. 355-365 e Rui Rosado VIEIRA, Centros urbanos no Alentejo fronteiriço. Campo Maior, Elvas e Olivença, (de inícios do século XVI a meados do século XVII), Lisboa, Livros Horizonte, 1999, p. 121-122.

[455] Walter ROSSA, *DiverCidade…*, p. 754-757.

[456] Cláudio MONTEIRO, *Escrever direito por linhas rectas. Legislação e planeamento urbanístico na Baixa de Lisboa (1755-1833)*, AAFDL, Lisboa, 2010. O estudo em causa comprova o dimensionamento modelar dos lotes que, pelo lado sul, compunham a frente da rua Nova ou dos que, de ambos os lados, delimitavam a rua dos Ferreiros, mandada erguer pelo mesmo monarca, em posição paralela à anterior mas correndo pelo lado de fora da muralha .

[457] H. CARITA, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos*…, p. 33-35.

gerador do conjunto, e de uma sequência de travessas perpendiculares, hierarquicamente submetidas a esse eixo. É o que fica evidenciado pelo teor de um documento, datado de 1420 e dirigido ao corregedor, procurador, vereadores e homens bons de Lisboa, pelo qual D. João I reajustava as rendas inicialmente combinadas e registadas no "*Livro do Tombo das dictas casas*", por entender que os moradores são "*proues*" e que, desta forma, "… *o dicto lugar da ujlla noua se probara muito mjlhor*…"[458]. Ao estipular valores diferentes para as casas, consoante se localizassem na rua Direita ou nas travessas, três coroas para as primeiras, duas para as segundas, o discurso régio confirma a aplicação do modelo hierárquico da rua/travessa[459], o caráter uniforme do loteamento (rendas iguais para casas idênticas), bem como a presença de algumas das principais premissas de um ato de urbanização dirigido: a posse do terreno nas mãos de um promotor, a necessidade de povoar num curto espaço de tempo, a ação controladora exercida, no caso, pelo vedor de obras.

Outros exemplos podiam ser aqui incluídos. Alguns, datáveis já de finais do século XV e inícios da centúria seguinte, melhor confirmariam a evolução das práticas de urbanização sem que, aparentemente, se detete qualquer solução de continuidade. O bairro edificado a sul da cerca de Moura, o grande ensanche de Castelo de Vide[460], ou os que em Lisboa são promovidos por D. Manuel — de 1501, *Cata-que-farás,* na margem do Tejo, descrito por Hélder Carita como constituído por quarteirões retangulares perpendiculares ao rio e ao eixo estruturador, a *rua direita de Cata-que-farás* para a qual abriam as várias travessas; a primeira fase de Vila Nova do Andrade (Bairro Alto) ou a também Vila Nova, desta feita da Oliveira, ainda que neste último caso uma topografia mais acidentada impedisse uma estruturação tão clara[461]— constituem um conjunto de casos que, de forma articulada, merecem uma análise detalhada mas que, pela cronologia adiantada, entendemos não dever incluir no presente trabalho.

A linha de continuidade sai reforçada se, dos ensanches, voltarmos à cidade de fundação. Apenas a título de exemplo, não podemos deixar de referir a primeira fase de urbanização do Funchal, na zona leste da baía[462]. Repare-se como o núcleo de Santa Maria do Calhau cumpre, na íntegra, os princípios elementares dos núcleos medievais em fase de instalação: uma rua única decalcando o caminho (neste caso paralelo ao mar), bordejado de ambos os lados por casario estruturado em quarteirões retangulares, com o eixo maior paralelo à via. No topo poente do casario, erguia-se o pequeno templo de Nossa Senhora do Calhau. O crescimento do núcleo inicial fez-se pela abertura da rua Nova que, a norte, corria paralela à anterior.

---

[458] *Chancelarias portuguesas: D. João I*, vol. IV, tomo 1, p. 56.

[459] H. CARITA, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos*…, p. 39.

[460] A sudeste da cerca, constituído por sete quarteirões balizados entre as atuais rua da Torrinha e rua da Cruz.

[461] Os bairros de Cata que Farás e Vila Nova da Oliveira foram estudados por H. Carita em *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos …,* p. 91-95*;* ao mesmo autor deve-se o estudo desenvolvido do Bairro Alto ou Vila Nova do Andrade. *Bairro Alto. Tipologias e modos arquitectónicos*, Lisboa, Câmara Municipal, 1994.

[462] Esta continuidade foi enunciada por José Manuel FERNANDES, *Cidades e casas da Macarronésia*, p. 117 e p. 137. As reconstituições que aqui apresentamos são de Manuel C. TEIXEIRA; Margarida VALLA, *O urbanismo português, séculos XIII a XVIII, Portugal-Brasil*, respetivamente p. 61 e 71. Sobre a relação entre os dois núcleos insulares entre si e destes com a tradição medieval, veja-se p. 55.

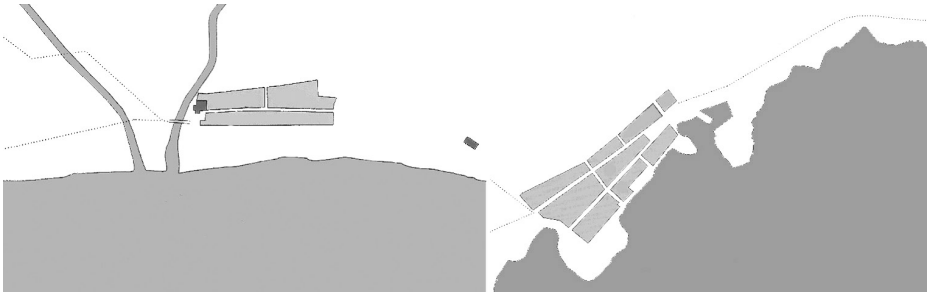


Fig. 45 Funchal e Ponta Delgada: propostas de reconstituição da morfologia inicial (desenho de M. Teixeira; M. Valla, *O Urbanismo português séculos XIII a XVIII*…, p. 61 e p. 71)

A mesma constatação é válida para Ponta Delgada: uma rua central, sobreposta ao caminho que corria ao longo da costa, surge ladeada por quarteirões, com o lado maior paralelo ao eixo. Uma vez mais, o desenvolvimento do núcleo acabou por configurar uma segunda via, transformando a Corredoura, limite inicial do povoado, numa rua bordejada de ambos os lados por casario contínuo. Como sempre, o templo não interfere, localizado a uma distância considerável, a nascente do aglomerado[463].

Num caso e noutro, se apresentados sem legenda, qualquer dos esquemas passaria facilmente por uma fundação dos séculos XIII ou XIV. A grande diferença residiria apenas na ausência de estruturas defensivas, facto que a situação insular, pelo menos numa primeira fase, pode ajudar a explicar[464].

As questões da ocupação dirigida do espaço remetem diretamente para uma outra hipótese: estaria a arquitetura contemplada no programa de fundação? Não nos referimos apenas à partição do lote, sobretudo à medida de frente ou fachada mas, por exemplo, ao dimensionamento e posicionamento dos vãos, no fundo, a um conjunto de características que lhe conferissem o carácter de "arquitetura de programa". As pistas para responder a esta questão são escassas e os casos em que tal parece comprovar-se, tardios. Sabemos que na rua Nova ou Formosa, no Porto[465], as casas obedeciam a um padrão construtivo fixo: casas de pedra e carpintaria, em que os pisos térreos eram destinados a lojas e os sobrados a habitação. A documentação refere como elementos comuns, escadas e divisórias em taboados, cozinhas com fogareiros e chaminés, armários e "*privadas*". Que os imóveis eram todos do mesmo tipo provam-no expressões

[463] Ao contrário de Teixeira e Valla não consideramos para efeitos de composição do núcleo original a ermida de Nossa Senhora da Conceição, a poente do núcleo e só referenciada em 1525, mas a ermida de S. Sebastião, a nascente e futura matriz, documentalmente comprovada pelo menos desde 1504, ano em que surge referida num testamento. Nestor de SOUSA, *A arquitetura religiosa de Ponta Delgada nos séculos XVI a XVIII*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1986, p. 97.

[464] Mas cuja necessidade virá a provar-se mais tarde. Sobre o desígnio de construção da muralha do Funchal, veja-se Iria GONÇALVES "Um projeto adiado: a muralha quatrocentista do Funchal", p. 211-220.

[465] José MARQUES, "Património régio na cidade do Porto e seu termo nos finais do século XV (subsídios para o seu estudo)", Actas do Colóquio *O Porto na Época Moderna*, vol. II, Porto, 1982, p. 80-81; Luís Carlos AMARAL; Luís Miguel DUARTE, "Os homens que pagaram a Rua Nova (fiscalidade, sociedade e ordenamento territorial no Porto quatrocentista)", *Revista de História*, VI, Porto, Universidade do Porto, 1985, p. 7-96. José Ferrão AFONSO, "A construção de um novo centro cívico: notas para a história da Rua Nova e da zona ribeirinha do Porto no século XV", *Museu*, IV Série, 9, 2000, p. 40.

como "…*que fossem da sua grandez e da sua feiçom*" ou "que "*lhe seiam acabadas e fectas e corregidas de todo ponto assy e pela guissa que som fectas as outras casas que stam na dicta Rua de sobreloia e chamjnees a almarios e esto sei aa nossa custa…*"[466]. A verdade é que neste empreendimento régio, como parece ter igualmente sucedido em Vila Nova de Lisboa, erguida pela mesma altura e pelo mesmo monarca, como vimos, as casas foram edificadas pela coroa e, só depois de concluídas, entregues aos arrendatários, garantindo-se, por essa via, uma maior uniformidade[467].

Mas nem sempre tal acontecia. Em Santarém, embora ainda em data mais tardia, encontramos de novo uma situação que indicia uma urbanização onde, à repartição do terreno, parece associar-se uma uniformização do edificado, através de um conjunto de determinações que os enfiteutas deveriam obrigatoriamente cumprir: trata-se de um conjunto de chãos no Arnado, desocupados desde que D. Fernando, no "tempo das guerras com Castela" e por questões de eficácia defensiva, mandara queimar as casas que se erguiam do lado de fora da muralha, indemnizando os donos[468]. No reinado de D. Duarte, em 1435, houve demanda entre o concelho e o contador da comarca, Gil Peres de Resende, sobre a posse dos ditos chãos. A sentença foi favorável ao concelho mas, como a carta se perdeu, passados mais de vinte anos o contador decidiu pô-los a render para a coroa. Dividiu o terreno em cerca de 12 quinhões de 12 côvados de largura e aforou-os na condição de fazerem casas "*de paredes de pedra e call e taypas madeiradas e telhadas*" e de pagarem um escudo de ouro por ano.

Um último exemplo, desta feita relativo a uma das últimas vilas de fundação medieval: nas Caldas da Rainha, fundada em 1488[469], para um número inicial de 30 moradores, vinte dos quais homiziados[470], o acordo estipulado obrigava à plantação de vinhas e edificação das casas no prazo de três anos. A partir da análise dos tombos das propriedades do Hospital, Saul António Gomes pôde constatar que, na Rua Nova, a instituição era proprietária de "… *deez moradas de casas de cada bamda* […] *as quaees moradas sam de duas casas tereas cada hua delas com seu qujntall…*". Para além destas características comuns, pelo menos dezassete delas mediam os mesmos 40 metros^2 de área, denunciando uma repartição homogénea das parcelas.

Para cronologias mais recuadas não temos, em rigor, qualquer dado sobre o assunto. A informação disponível indica que os chãos eram distribuídos aos colonos estipulando-se prazos curtos para levantar as edificações. Nada, na documentação, nos autoriza a ir mais longe. Repare-se, contudo, que essas são exatamente as indicações que temos para as Caldas da Rainha. E só a existência de tombos posteriores permite entrever uma tipologia seguida por todos os arrendatários. A verdade é que, tal como as dimensões das casas seriam determinadas pelas do lote onde se implantavam, também os materiais seriam idênticos, dentro de uma mesma lógica de contenção. Misto de pedra miúda e madeiramentos, não resistiram à passagem

[466] *Chancelarias portuguesas: D. João I,* vol. IV, tomo 1, p. 89 e p. 103.

[467] Walter ROSSA, *DiverCidade…*, p. 756.

[468] Ângela BEIRANTE, *Santarém Medieval*, p. 112-115 ver notas 25 a 29.

[469] Saul António GOMES, *As cidades têm uma História: Caldas da Rainha das origens ao século XVIII*, p. 34-35.

[470] A população aumentou em 1501, quando D. Manuel estendeu os privilégios a mais trinta homens livres e dez cadastrados.

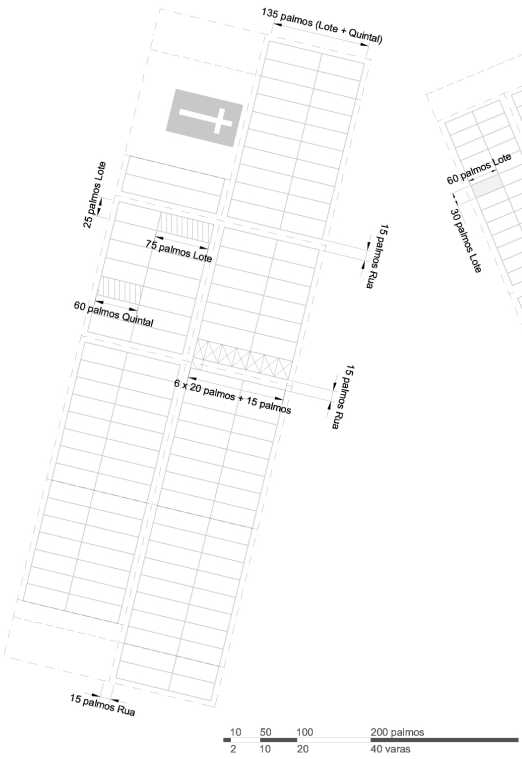
do tempo[471]. É também provável que os próprios vão rasgados nas fachadas fossem semelhantes, desde logo porque, numa largura tipificada, deveriam responder a um mesmo programa: vão de acesso à casa e vão de acesso à loja, tenda ou oficina. Em rigor, todavia, para além de um dimensionamento comprovado em inúmeras situações, pouco mais pode adiantar-se sobre esta problemática específica. Em muito maior grau que o cadastro, as edificações desapareceram sem deixar rasto, substituídas por outras mais recentes. Na sua ausência, qualquer conclusão será precipitada.

O que pode constatar-se, com acentuado grau de segurança, é a forma como, desde o século XIII, a repartição das parcelas urbanas obedeceu a um dimensionamento padrão, num intervalo que vai dos 15 palmos de frente para Nisa, até aos 30 palmos de Salvaterra de Magos, passando pelos 20 de Monção e os 25 de Caminha. O lote retangular, tanto mais alongado quanto incluir quintal de fundo ou traseiras (Caminha e Viana do Alentejo, por exemplo), forma-se a partir da multiplicação de um módulo quadrangular com os mesmos 15 a 30 palmos de lado.

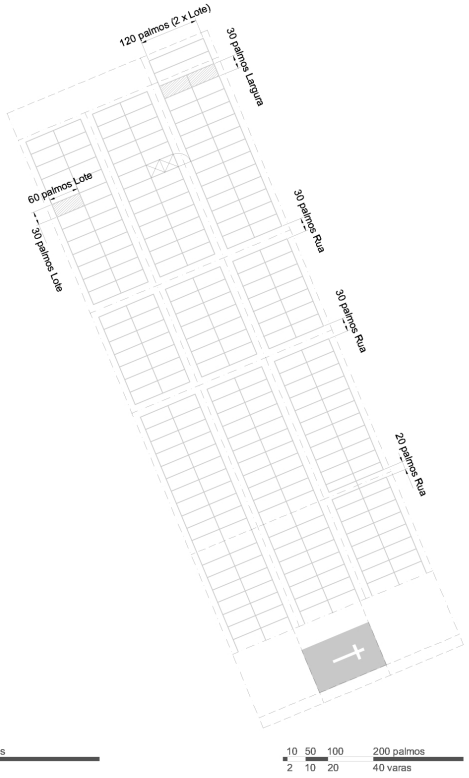
Mais interessante do que a proporcionalidade do lote, de conceção extremamente simples, dependendo a sua transposição para o terreno de apenas dois homens munidos de uma só corda com uma só medida, revela-se a extensão dessa proporcionalidade à configuração dos eixos viários: em Salvaterra de Magos aos 30 palmos de frente do lote correspondem os mesmos 30 palmos da largura da rua, o mesmo se verificando para Viana do Castelo com 20/20 ou para Nisa, com 15/15. Noutros casos, como em Arronches e Caminha, embora a secção da rua seja menor que a frente de lote, mantêm-se uma proporção direta de 15/30 ou 25/15 palmos.

[471] Beatriz Arizaga Bolumburu pôde comprovar a fragilidade das construções medievais erguidas nas cidades novas guipuscoanas. Vítimas de sucessivos incêndios, que os materiais frágeis se encarregavam de propagar em grandes extensões, foram compulsivamente reconstruídas por determinação régia e concelhia nos finais do século XV e inícios da centúria seguinte, substituindo radicalmente o anterior sistema construtivo em madeira por outro à base de "*cal e canto e argamassa*". As normativas ou *Ordenanzas*, vigentes em quase todos os núcleos, produziram, nas palavras da autora, "*una rutura brusca en la arquitectura popular urbana*". ARIZAGA BOLUMBURU, "La arquitectura popular en la Edad Media (Guipúzcoa)", *Revista de la Facultad de Geografia e Historia*, 4, 1989, p. 63-66. A título de exemplo, um decreto régio de 1499, determinava que todas as casas construídas a partir dessa data em Tolosa, fossem de pedra. Aos proprietários das casas de madeira ainda subsistentes, a lei concedia um prazo de quinze anos para a sua substituição. Note-se o paralelo com a legislação manuelina no sentido de obrigar a construir "*parede direita de pedra e cal*" H. CARITA, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos…*, p. 87; Luísa TRINDADE, *A casa corrente em Coimbra…*, p. 91-92.

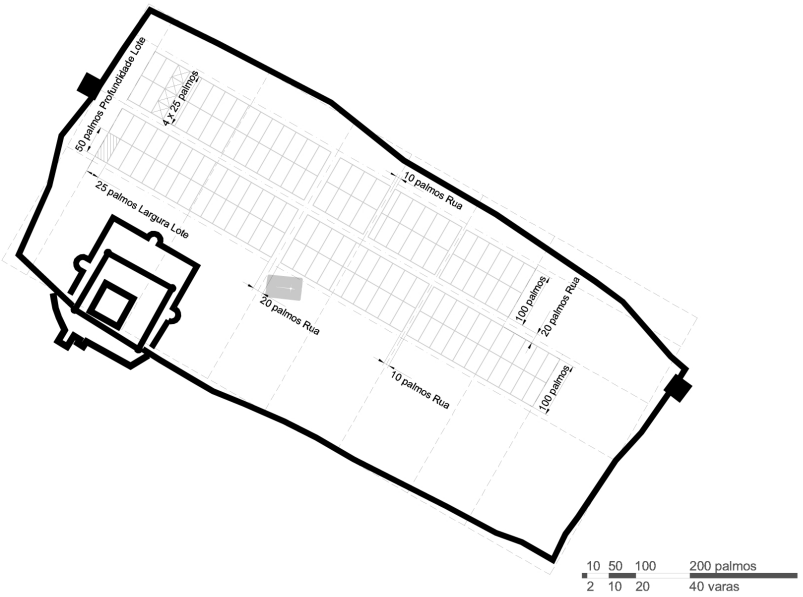
CAMINHA



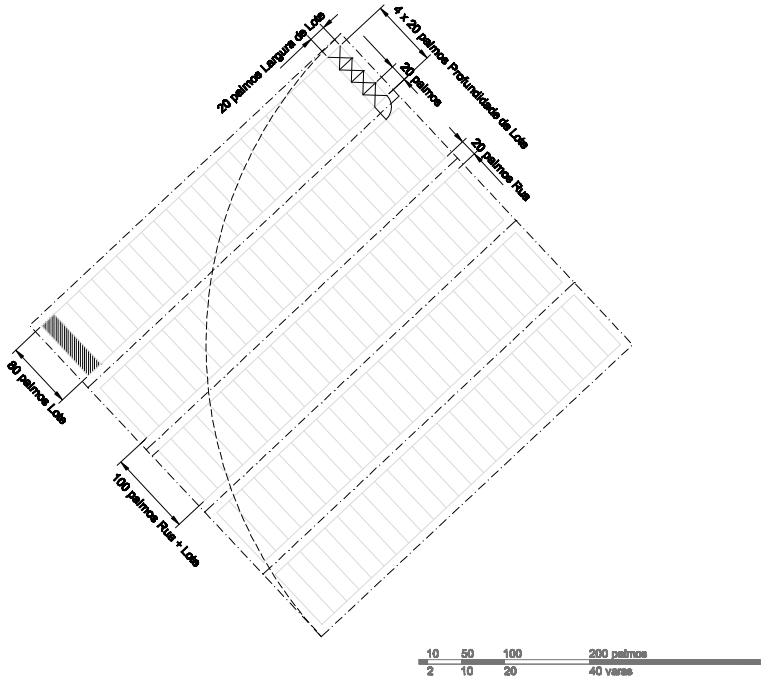
SALVATERRA DE MAGOS



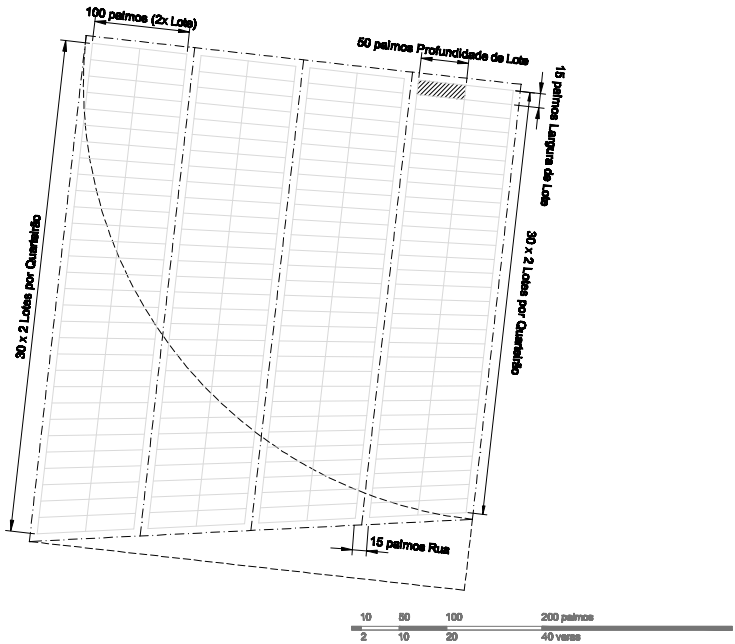
CHAVES



VIANA DA FOZ DO LIMA



NISA



Com igual nível de segurança, a análise morfológica de um número reduzido de vilas, aquelas em que o cadastro original foi menos adulterado e de que Viana do Castelo (ou da Foz do Lima) ou o bairro de Arronches constituem os melhores exemplos, permite ir mais longe e constatar como a aplicação de uma regra algébrico-geométrica extrapolou a simples relação lote/rua para se estender ao conjunto quarteirões/rede viária. Para além das referidas vilas, também Caminha e Nisa autorizam, agora com toda a propriedade, a identificar práticas de composição na cidade medieval portuguesa, ainda que restritas ao tecido residencial. Como os desenhos anexos (depurados das deformações decorrentes da passagem ao terreno[472]) permitem facilmente perceber, o tratamento dos diferentes elementos, numa escala que, partindo do lote, alcança o perímetro da mancha urbanizada, surge inscrito num mesmo sistema proporcional. Basta para tal referir o caso de Viana do Castelo onde um perímetro quadrangular de 500 palmos de lado (ou 100 varas), é progressivamente dividido em 5 partes (quarteirões) iguais, por sua vez subdivididos em 25 lotes de 20 palmos cada e para cujos cálculos, parcela e rua são contemplados em articulação.

Como já anteriormente Walter Rossa avançara relativamente à relação lote/rua[473], a constatação da aplicação de um ordenamento algébrico-geométrico, desde o século XIII, agora comprovado não só para um vasto conjunto de casos, como alargado a todo o tecido urbano edificado, impõe uma releitura da suposta "modernidade" atribuída ao lote e edifício manuelino, onde tais constatações surgem amplamente comprovadas por documentação escrita[474]. Repare-se como o próprio lote de 30 palmos de frente por 60 de profundidade, encontrado por Helder Carita para o Bairro Alto[475], tem os seus antecedentes em Arronches, Miranda do Douro, Tomar, Torre de Moncorvo, Viana do Alentejo ou em Salvaterra de Magos. A grande diferença, à exceção deste último caso, é que em todos os restantes se associa o característico quintal de fundo ou traseiras, algo que já não faria sentido numa cidade como a Lisboa quinhentista (na qual D. Manuel manda derrubar todos os olivais "*de muros a dentro*"[476]), muito menos nas zonas centrais em que o dito lote manuelino é detetado[477].

O que fica por demonstrar para períodos anteriores, como foi já referido, é se o estabelecimento de tais relações proporcionais se estendeu do lote ao edificado ou, por outras palavras, se a largura da parcela — e por consequência da fachada — determinou a altura do edifício.

Tal como Helder Carita constatou para a época manuelina, com especial incidência em Lisboa mas igualmente aplicável a outras regiões do Império, como Ceuta ou Çafim exemplificam, também para a Idade Média podemos — quase só por análise formal do traçado sobrevivente — detetar o uso de métricas uniformizadas e proporcionais de

---

[472] As várias etapas que precederam e justificam a fase aqui apresentada podem ser consultadas nas fichas relativas a cada um dos casos, incluídas no capítulo 5. *Vinte e dois passos para o tipo.*

[473] Walter ROSSA, "Recenseando as invariantes", p. 432.

[474] H. CARITA, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos*…, p. 183-186.

[475] H. CARITA, *Bairro Alto. Tipologias e modos arquitectónicos*, p. 48.

[476] H. CARITA, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos*…, p. 85.

[477] Mas que em contexto brasileiro onde o espaço era generoso, voltariam a impor-se como regra estabelecida em todas as cartas de fundação. Walter ROSSA, "No primeiro dos elementos", p. 421.

grande flexibilidade formal. As palavras que o autor dedica ao método utilizado na definição dos edifícios da Época Moderna, podem ser justamente aplicadas ao traçado das cidades portuguesas fundadas mais de dois séculos antes: "*a este edifício não correspondia um modelo formal idealizado mas um modelo flexível capaz de responder às mais variadas situações*"[478].

É exatamente essa flexibilidade que permite — e justifica — a formação de séries diferentes, bem como a existência de variações formais em cada uma dessas mesmas séries. Trata-se, em síntese, de "*uma maneira de fazer cidade, um conjunto de normas e procedimentos mais do que de um modelo*"[479].

Ainda antes de vermos quem as aplicava importa ressalvar um último aspeto.

Cidades sem modelo conceptual prévio foram, indiscutivelmente, as mais comuns em toda a Europa nesta mesma cronologia. Mesmo que em muitos casos a historiografia teime em apresentar, quase exclusivamente, os casos excecionais. No decorrer dos séculos XII, XIII e XIV, encontramo-los em França, em Inglaterra, por toda a Península Ibérica, até mesmo em Itália para a qual Enrico Guidoni descreve núcleos em que adotando "*... la línea retta come irrinuciabile strumento formale", se transforma* um caminho em rua, ao longo da qual se agregam parcelas idênticas[480].

Ares do tempo

Com as páginas que se seguem pretende-se apenas recordar alguns dados, hoje bem conhecidos. Mas que, neste contexto preciso, terão necessariamente de funcionar como premissas subjacentes ao entendimento da cidade medieval portuguesa. São eles que, em grande medida, explicam os traços comuns a centenas de fundações em toda a Europa. Referimo-nos à cultura da época ou, talvez de forma mais expressiva, aos "*ares do tempo",* que aqui exemplificamos a partir de dois aspetos indissociáveis: uma mesma utilização da cidade como instrumento político e a velocidade/intensidade com que ideias e formas viajaram na Idade Média, mesmo relativamente a um reino geograficamente periférico como foi Portugal.

No primeiro caso, importa identificar a dimensão que a cidade adquiriu como instrumento crucial ao exercício do poder, sobretudo na cronologia que aqui nos interessa, como garante efetivo da "construção" e consolidação dos reinos medievais. A fundação de cidades novas, a par da reestruturação profunda de núcleos existentes,

[478] H. CARITA, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos*…, p. 186.

[479] Walter ROSSA, Luísa TRINDADE, "Questões e antecedentes da cidade portuguesa: o conhecimento sobre o urbanismo medieval e a sua expressão morfológica", *Murphy*, p. 80.

[480] Os esquemas apresentados são em tudo similares aos que se encontram em Portugal, desde o mais simples e já referido de rua única bordejada por casario de ambos os lados (Pontedera, de 1180, fundada por Pisa para proteger a estrada de Valdarno, comportando cerca de 100 habitações), passando pela etapa seguinte em que a necessidade de ampliar o modelo anterior introduz uma duplicação que é atravessada por uma rua perpendicular à principal (descrita como "*borgo allungato com vincoli trasversali"* e de que Santa Crocce sull'Arno é um bom exemplo) até Massa Marítima, datada de 1228, cuja malha, perfeitamente geométrica organizada em espinha de peixe e autónoma relativamente ao perímetro triangular da muralha lembra, de imediato, o esquema posto em prática em Viana do Alentejo. Enrico GUIDONI, *Arte e urbanística in Toscana. 1000-1315*, Roma, Bulzoni, 1970, p. 118-119.

inseridas em estratégias territoriais concertadas e sistemáticas, está hoje comprovada para toda a extensão do espaço europeu, da Península Ibérica às margens do Elba, das Ilhas Britânicas à Sicília. O alargamento geográfico tem sido acompanhado por um alargamento cronológico, com destaque para as iniciativas precoces de Alfredo, o Grande, no alinhamento fronteiriço de dezenas de *burhs* que, em finais do século IX, foram erguidos para defesa do Wessex[481] ou das fundações aragonesas promovidas por Sancho Ramirez, em Navarra, entre 1090 e 1135[482]. A partir da segunda metade do século XII, as iniciativas multiplicam-se exponencialmente e, por toda a parte, surgem verdadeiras redes urbanas que garantem a posse efetiva do território, a um tempo política, militar e económica. Desenhando fronteiras, promovendo o desenvolvimento de terras interiores ou assegurando as saídas pelo litoral, o seu número, localização e cronologia raramente permitem duvidar da existência de uma estratégia concertada onde a cidade foi, simultaneamente, causa e consequência da crescente centralização do poder político.

As fundações castelhanas em Guipúzcoa, a colonização planificada do reino das Baleares, por Jaime II, a reorganização do povoamento na planura litoral da Província de Castellón por Jaime I, as cidades levantadas no País de Gales por Eduardo I, as centenas de novos núcleos decorrentes da colonização germânica em territórios como a Pomerânia ou a Silésia, as cidades fundadas pela República de Florença a partir de finais do século XIII no Vale do Arno e ao largo dos Apeninos, os núcleos criados por Veneza na costa do Adriático (atual Croácia) ou as bastidas do Sudoeste francês, para referir apenas alguns dos exemplos mais conhecidos, dão bem conta da transversalidade e extensão do fenómeno de fundação urbana em todo o Ocidente europeu. A este fenómeno de autocolonização da Europa, só interrompido em meados do século XIV com o revés demográfico provocado pela Peste Negra, devem-se centenas de *Novus burgus, Newtowns, Terras muratas, Bastides, Villeneuves e Pueblas.* Ou as *vilas novas* portuguesas.

Instrumento ao serviço de estratégias de poder, o urbanismo então praticado foi naturalmente dirigido. Independentemente da especificidade e complexidade formal que as diferentes iniciativas assumiram, o modo de atuação inerente ao próprio ato de fundação — a conjugação essencial de fatores como a existência de um promotor, de um espaço delimitado e a sua divisão por um contingente populacional específico — determinou o aparecimento generalizado de matrizes urbanas racionalizadas ou tramas regulares.

Portugal não ficou à margem deste processo. Aliás, só dificilmente poderia ficar.

Os exemplos que se seguem, elencados sem qualquer preocupação de exaustividade, pretendem apenas servir de indicativo do tipo de situações onde as práticas urbanas possam ter sido de alguma forma consideradas, mesmo que, dessa mais do que plausível influência, não exista hoje qualquer prova documental.

---

[481] Da vasta bibliografia dedicada ao tema, veja-se D. HILL; A. R. RUMBLE (eds.) *The Defence of Wessex: The Burghal Hidage and Anglo-Saxon fortifications*, Manchester, Manchester University Press, 1996.

[482] BETRÁN ABADÍA, *La forma de la ciudad…*, p. 291 e segs.

É no seio das estreitas relações estabelecidas entre a corte portuguesa e as cortes de França, Aragão e Castela, especialmente intensas no decorrer dos séculos XII a XIV, que surgem os casos mais explícitos. Circunscrevendo-nos praticamente só aos reinados de D. Afonso III e D. Dinis, surge naturalmente à cabeça a célebre estadia de quase duas décadas do então ainda infante D. Afonso no reino de França, onde Branca de Castela, sua tia, exercia a regência em nome do seu filho menor, Luís IX. Não resta hoje dúvida que a educação de Afonso III na corte francesa, supervisionada pela rainha — que o intitulava como "*Afonso, o Sobrinho*" para o distinguir de "*Alphonse, o filho*" (Alphonse de Poitiers, 1220-1271) — teve uma influência decisiva no percurso político de Afonso, enquanto rei[483]. Pelo seu casamento com D. Matilde de Dammartin, Condessa de *Boulogne*[484]*, D. Afonso associou à sua já longa familiaridade à corte, a chefia de "uma das maiores casas nobres de França*"[485].

Foi protegido de Luís IX, ao lado de quem combateu Henrique III de Inglaterra, na batalha de Saintes. Aliás, da confiança que gozava junto do rei de França dá conta a forma como este intercedeu a seu favor junto do papa Inocêncio IV, apoiando a sua nomeação como curador e defensor do reino de Portugal[486].

Para avaliar os efeitos que a longa estadia do infante no círculo restrito da corte francesa possa ter representado no contexto que aqui particularmente nos interessa, recorde-se como a fundação de cidades foi um instrumento chave na estratégia pela posse dos territórios disputados pelas coroas francesa e inglesa, tanto quanto no processo de fortalecimento do poder régio. É certo também que, de um universo de mais de 250 bastidas, apenas 11 tinham sido criadas até 1245[487], data em que o infante regressa a Portugal. O que, se analisado por outro ponto de vista, significa que D. Afonso terá testemunhado uma das fases mais intensas de todo o processo: a da discussão e definição da estratégia, bem como o impacto de algumas das primeiras realizações, caso da fundação, em 1240, do burgo novo ou *ville-basse* de Carcassone[488] ou de Aigues Mortes[489], cujo imenso significado, à época, se justificava por constituir o único porto francês no

---

[483] Do peso que a cultura francesa exerceu em D. Afonso III dá bem conta a escolha dos nomes dos dois primeiros filhos do monarca: Branca, em homenagem à rainha sua tia, Dinis, por ter nascido no dia de *Saint Denis,* patrono e protetor da casa real e do reino de França. Sem precedentes na tradição portuguesa reflete, como sublinhou Leontina Ventura, "*que o seu preito era maior com a sua pátria adotiva do que com Portugal*". Leontina VENTURA, *D. Afonso III,* p. 204.

[484] De *Boulogne-sur-mer*. D. Matilde era viúva de Filipe Hurepel, falecido em 1234, filho de Filipe Augusto e meio-irmão de Luís VIII, rei de França.

[485] Leontina VENTURA, *D. Afonso III*, p. 179-180.

[486] José MATTOSO, "Dois séculos de vicissitudes políticas", *História de Portugal,* dir. José Mattoso, vol. 2, *A Monarquia Feudal*, (1096-1480), Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 130.

[487] Aigues-Mortes (1240), Aignes (1242), Bouloc (1242), Le Fousseret (1245), Montastruc La Conseillere (1241), Castelnau de Montmiral (1222), Cordes (1222), Saint Sulpice sur Tarn (1241), Villefranche-D'Albigeois (1239), Lauzerte (1241) e Montauban (1241-44). Françoise DIVORNE; *et al*, *Les Bastides d'Aquitaine, du Bas-Languedoc et du Béarn. Essai sur la regularité*, Bruxelles, AAM Editions, 1985. Veja-se igualmente Jacques DUBOURG, *Histoire des bastides. Les villes neuves du Moyen Âge,* Bordeaux, Éditions Sud Ouest, 2002.

[488] Edificada na outra margem do rio Aude, destinava-se a acolher os proscritos da cidade, ato de que o monarca encarregou Jean d'Escraignes. No curto prazo de três meses, o terreno foi dividido em doze quarteirões regulares, dando-se início à construção das casas. A. E. J. MORRIS, *Historia de la forma urbana*, p. 134.

[489] Pierre LAVEDAN, *Histoire de L'Urbanisme. Antiquité - Moyen Âge*, p. 312-313.

Mediterrâneo e, por isso, ponto de embarque, escassos anos depois da 7ª e 8ª cruzadas, em cujas hostes se contava o próprio Luís IX.

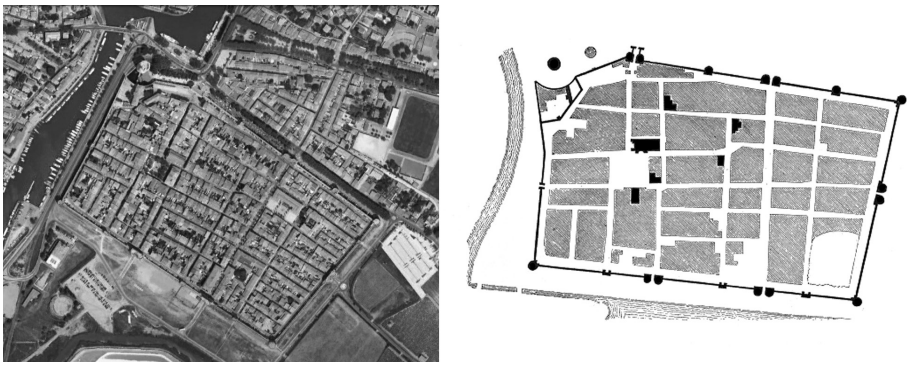


Fig. 46 Aigues-Mortes, Languedoc-Roussillon, França.
(Desenho de A. E. J. Morris, *Historia de la Forma Urbana*, p. 131).

Mas, relativamente às práticas urbanísticas, não seria sequer necessário procurar fora dos territórios pertencentes à casa de Boulogne: entre eles contava-se Épinay-le-Comte (Orne), vila nova fundada entre os anos de 1223 e 1235, por Filippe Hurepel, primeiro marido de D. Matilde. Embora pouco ou nada se saiba da vila propriamente dita, um censo datado de 1420 demonstra como, pelo menos, as parcelas agrícolas adstritas ao núcleo urbano foram divididas em formas geométricas estandardizadas e de dimensões fixas, de acordo com um método de cálculo simples e eficaz assente na "*bourgeoisie*", uma unidade metrológica definida e estável, correspondente a uma unidade fiscal[490].

Além de que D. Afonso não esteve só. Um número significativo dos que virão a ocupar lugares políticos de relevo na sua futura corte, fizeram igualmente o seu tirocínio em França. Entre os que, junto de S. Luís, constituíam a *militia* do infante português, contavam-se Estevão Anes, Rui Gomes de Briteiros, Pedro Ourigues, João Peres de Aboim, Pero Martins Casével e Pero Martins Petarinho, bem como, possivelmente, Rodrigo Peres de Espinho, Mateus Martins, Martim Peres, João Moniz, Eimerico, Miguel Fernandes e Pedro Martins[491]. Dois deles, pelos menos, João Peres de Aboim e Estevão Anes, virão mais tarde a protagonizar processos de fundação de vilas novas nos seus próprios domínios, o primeiro responsável por Vila Boim e Portel[492], o segundo, por Barbacena, Almodôvar e Alvito.

À experiência francesa somava-se a do Levante espanhol através de outras figuras como Pedro Sanches, (1187-1258) tio do infante, a quem o Papa pede que "*assista com o seu conselho e favor*"[493] o futuro monarca no seu regresso a Portugal. Conde

[490] Cédric LAVIGNE, "Assigner et fiscaliser les terres au Moyen Âge..., p. 90.

[491] Leontina VENTURA, *D. Afonso III*, p. 190 e p. 215-216.

[492] Veja-se a respetiva ficha incluída no capítulo 5. *Vinte e dois passos para o tipo*.

[493] Bula *Grandi non immerito* de Inocêncio IV e datada de 1245. Em Leão deteve simultaneamente várias tenências: Astorga, Leão, Astúrias, Estremadura, Trasserra, Touro e Zamora, Salamanca e Lima; em 1244, cede ao

de Urgel, pelo casamento com Aurembiax e cunhado de Afonso IX de Leão em cuja corte ocupou o cargo de mordomo, Pedro Sanches foi, ao serviço de Jaime I, seu primo e rei de Aragão, Senhor de Maiorca e de várias terras e fortalezas recém-conquistadas ao Reino de Valência; participou na conquista de Sevilha, em 1248, sob o comando de Fernando III de Castela e Leão, o mesmo ano em que a sua presença é detetada em Portugal junto de D. Afonso, então defensor e regedor do reino[494]. Como destacou Leontina Ventura, alguns dos antigos oficiais de Pedro Sanches "*serão dos mais importantes auxiliares de Afonso na tomada de poder e, assumida a realeza, chegarão a ser seus oficiais. Soeiro Pais de Valadares e Rui Gomes de Briteiros contam-se entre eles*"[495].

A proximidade ao Levante espanhol torna-se especialmente evidente no reinado seguinte, pelo casamento de D. Dinis com D. Isabel de Aragão: neta de Jaime I, e filha de Pedro III e de Constança da Sicília, Isabel foi irmã de Jaime II de Aragão e de Frederico da Sicília, sobrinha de Jaime II de Maiorca e cunhada de Roberto de Nápoles, quatro monarcas que tinham em comum um novo estilo de administração, onde o ideal político do "*Bom Governo*" era sustentado pelas mais modernas técnicas de administração[496]. Aragão tornara-se à época uma potência mediterrânica, assumindo um papel crucial no jogo político peninsular. A escolha de D. Isabel foi, por isso, como salientou José Mattoso, "*a primeira demonstração do êxito dionisino ao nível das relações externas*"[497]. A historiografia tem vindo a somar dados que comprovam o papel político interventivo de D. Isabel ao lado de D. Dinis, fosse envolvendo-se ativamente nos conflitos entre o marido e o filho, futuro D. Afonso IV ou entre este e Fernando de Castela, fosse na proteção dada aos aragoneses residentes em Portugal, ou ainda na colaboração direta que prestou nas negociações com o reino de Aragão, atuação comprovada pelas cartas que dela se conservam no arquivo da coroa de Aragão.

monarca aragonês o Reino de Maiorca (que recebera por troca do Condado de Urgel) obtendo, em contrapartida, várias terras e fortalezas recém-conquistadas ao Reino de Valência. Leontina VENTURA, *A nobreza de corte de Afonso III,* p. 563-564.

[494] Leontina VENTURA, *D. Afonso III*, p. 197.

[495] Leontina VENTURA, *D. Afonso III*, p. 190.

[496] Reinando simultaneamente (Jaime II de Aragão, de 1291 a 1327, Frederico da Sicília, de 1296 a 1337, Jaime II de Maiorca, de 1256 a 1311 e Roberto de Nápoles, entre 1305-1342), qualquer dos quatro monarcas era herdeiro das formas de governo vanguardistas que Frederico II de Hoenstaufen instaurara na Sicília. A substituição, em 1268, da dinastia dos Hoenstaufen pela dos Anjou, levou à imigração de vários dos tecnocratas para outros reinos europeus, desde logo, para Maiorca e Aragão. Não por acaso, este último reino viria a ter a chancelaria mais perfeita do seu tempo. Gabriel ALOMAR, *Urbanismo regional en la Edad Media: Las Ordinacions de Jaume II (1300) en el Reino de Mallorca*, Barcelona, Gustavo Gili, 1976, p. 35.

[497] José MATTOSO, "Dois séculos de vicissitudes políticas", p. 149.

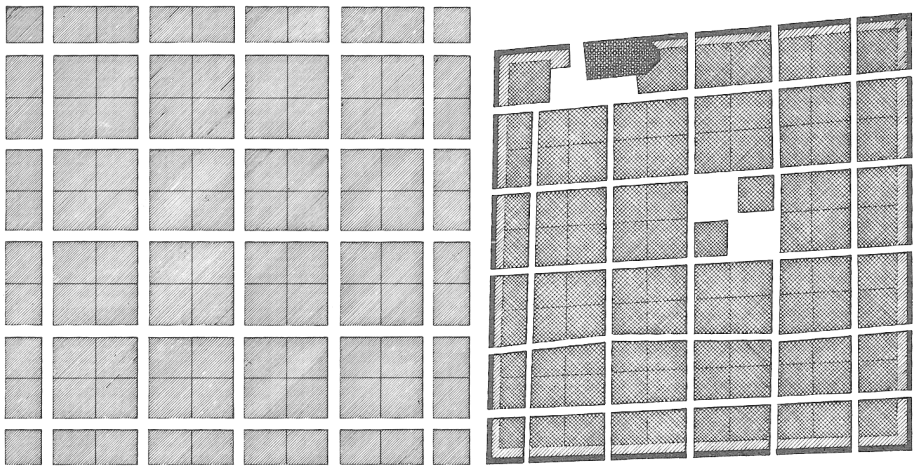


Fig. 47 Esquema das pueblas de Jaime II para Maiorca segundo as *Ordenaciones* (1300) e planimetria esquemática de Petra (desenho de Gabriel Alomar, *Mallorca*..., p. 63 e 66)

Por entre uma tão intensa trama de contactos, só muito dificilmente a enérgica política de fundação de cidades levada a cabo pelos reis de Aragão e das Baleares, no controlo e reorganização dos territórios recém-conquistados, podia passar despercebida aos monarcas portugueses. Tanto mais que não faltam sequer episódios de contactos diretos. A arbitragem de D. Dinis no conflito gerado pela posse do reino de Múrcia — simultaneamente reivindicada pelo seu genro, D. Fernando de Castela e pelo seu cunhado, Jaime II de Aragão — tem, no contexto que aqui nos interessa, de ser valorizada: ao longo de mais de dois meses, entre meados de junho e inícios de setembro de 1304, D. Dinis, acompanhado de mil cavaleiros e donas, atravessou toda a Hispânia com destino a Torrellas, local de encontro dos três reis[498].

Da trama familiar que envolvia D. Dinis nas casas reais europeias, é suficientemente sugestiva a descrição de Sotto Mayor Pizarro: *"... o seu pai, era primo co-irmão do rei S. Luís IX de França e de Carlos de Anjou, pelo que D. Dinis era primo muito próximo dos reis Filipe III e Filipe IV de França, seus contemporâneos na governação. A sua mãe era sobrinha de Eduardo I de Inglaterra, pelo que D. Dinis era primo segundo do monarca inglês e terceiro primo de Eduardo II de Inglaterra. Ao casar com a sua prima Isabel de Aragão, D. Dinis torna-se genro do conquistador da Sicília, Pedro III de Aragão, e cunhado de Afonso III e Jaime II de Aragão. Neto de Afonso X e sobrinho de Sancho IV, foi sogro de Fernando IV e avô de Afonso XI de Castela*"[499].

Para além destes laços familiares — entre os quais se destaca a proximidade à esfera de ação de Afonso X, o Sábio, avô de D. Dinis — muitas outras vias possibilitaram seguramente o conhecimento da importância que a cidade de fundação assumiu na política da época. As vias são múltiplas. Desde logo, a mobilidade da nobreza entre as diferentes cortes peninsulares: Fernando Joanes Porto Carreiro, Martim

[498] *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. IV, p. 248-251.

[499] José A. Sotto Mayor PIZARRO, *D. Dinis*, p. 51.

Gil de Riba de Vizela, Martim Anes do Vinhal ou Durão Pais são exemplo de nobres que assessoraram os monarcas portugueses, ao mesmo tempo que desempenharam importantes cargos em Castela e participaram nalgumas das mais importantes conquistas da época, como Múrcia e Sevilha. D. Vataça[500] e D. Branca de Portugal, irmã de D. Dinis, são igualmente casos a focar. Esta última, abadessa do mosteiro cisterciense de Las Huelgas, em Burgos[501], esteve diretamente ligada à fundação de Briviesca, a cujos povoadores outorgou carta de foral, em 1314[502].

Mas também a mobilidade do clero regular e secular ou das Ordens Militares, sabendo-se que, por exemplo, aos Templários ficou a dever-se a fundação de duas das mais regulares cidades novas portuguesas: Tomar e Nisa[503]. Sem esquecer as correntes migratórias espontâneas que terão ajudado ao povoamento de áreas recém-conquistadas[504] ou a fixação de estrangeiros nos núcleos urbanos mais importantes[505]. No âmbito do povoamento organizado[506], os episódios multiplicam-se, remontando ao reinado de D. Afonso Henriques. Pouco se sabe sobre as formas urbanas daí resultantes, mas o simples facto de terem existido, tem que ser aqui referenciado: em 1158, Atouguia foi entregue a Guilherme Descornes (*de Cornibus*), originário da França setentrional, e povoada por *franci* e *gallici* (respetivamente, franceses do norte e franceses do sul); Lourinhã, doada a um antigo cruzado de nome Jourdan; Vila de *Cira,* a cruzados ingleses e, em 1169, Vila Verde, perto de Alenquer, a D. Alardo, que a povoou com um grupo de francos.

Com D. Sancho I, o apelo à vinda de colonizadores estrangeiros dispostos a enraizar-se em Portugal intensificou-se. Em troca da terra comprometiam-se à prestação do serviço militar, auxiliando o monarca na luta contra o infiel. Francos e flamengos foram os responsáveis pela fundação de Sesimbra, em 1199, e Vila dos Francos (Azambuja), em 1200, sob a direção de Raulino. A Montalvo de Sor, perto de Benavente, os colonos francos chegaram em vários grupos, como o comprova a carta régia enviada aos pretores, alvazis e homens-bons de Lisboa, Santarém e Alenquer, em maio de 1199,

---

[500] A propósito de D. Vataça, veja-se a ficha relativa a Sines, incluída no capítulo 5. *Vinte e dois passos para o tipo.*

[501] Cujo senhorio teria adquirido com os 20.000 maravedis que D. Afonso X, seu avô, lhe deixara em testamento. Leontina VENTURA, *D. Afonso III*, p. 208.

[502] J. L. SAINZ GUERRA, *La génesis de la plaza en Castilla*, p. 188; TORRES BALBÁS, "La Edad Media", p. 126. Félix SAGREDO FERNANDEZ, *Briviesca antigua y medieval. De Virovesca a Briviesca: datos para la Historia de la Bureba*, Madrid, Imp. Industrias Graficas, 1979, p. 172-186.

[503] Vejam-se as respetivas fichas incluídas no capítulo 5. *Vinte e dois passos para o tipo.*

[504] Caso de Leiria para a qual existem referências a castelhanos, aragoneses, biscainhos, galegos, anglo-saxónicos, italianos e gregos. Saul António GOMES, "Imigrantes e emigrantes", *Portugal em definição de fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, coord. de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, *Nova História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Presença, 1996, p. 376.

[505] Em Lisboa existiam colónias de mercadores ingleses, genoveses, florentinos e placentinos, catalães, castelhanos e bretões. Saul GOMES, "Imigrantes e emigrantes", p. 371-381. Sobre a presença de francos em Coimbra veja-se Leontina VENTURA, "O elemento Franco na Coimbra do século XII: a Família dos Rabaldes", *Revista Portuguesa de História*, XXXVI, vol. 1, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de História Económica e Social, 2002/2003, p. 89-114. Recorde-se as ruas dos Francos de Coimbra, Guimarães e Braga, já aqui referidas.

[506] Gama BARROS, *História da administração pública em Portugal…*, vol. II, p. 146; Bernardo de Vasconcelos e SOUSA, "Elementos exógenos do povoamento em Portugal durante a Idade Média", *Portugal no Mundo*, dir. de Luís de Albuquerque, Lisboa, Alfa, 1989, p. 38-52.

ordenando que procedessem à demarcação de terras destinadas ao grupo recém-chegado (sob comando de D. Guilherme) e a outros colonos esperados para breve. Não será certamente coincidência o conjunto de topónimos que, no Alto-Alentejo, remetem para uma origem franca: Montalvo e Montalvão, Tolosa, Nisa e Arez, reforçam o significado da componente estrangeira no povoamento da região.

Não se pretende, com os exemplos aduzidos, provar qualquer importação de modelos. Modelos, aliás, que não caracterizaram a cidade medieval portuguesa. Queremos apenas deixar claro que a cidade como instrumento e as práticas de fundação foram aqui, como em toda a Europa, comuns. Tal como comuns foram os resultados.

4. Agentes e processos de povoamento

Como já foi enunciado no capítulo anterior, a historiografia debate-se com o enorme silêncio que envolve todos aqueles que, no terreno, demarcavam os arruamentos e dividiam as parcelas urbanas ou, para utilizar uma expressão mais adequada, aqueles sobre quem recaía a responsabilidade de "*arruar e casear*"[507]. Quem eram, que funções lhes eram cometidas e quais os métodos e instrumentos com que atuavam, são aspetos para os quais a documentação compulsada fornece apenas referências isoladas, pouco esclarecedoras e de incerta representatividade. O que aqui deixamos escrito é, até certo ponto, de caráter dedutivo ou até especulativo e, seguramente, demasiado genérico.

Na tentativa de colmatar essas lacunas, para além da documentação diretamente relacionada com a criação ou reorganização de cidades, alargámos o campo de análise a vários outros procedimentos que, embora de natureza e escala diferentes, apresentam manifestos pontos de contacto ao nível dos mecanismos de atuação. Facto justificável por terem implícita uma mesma noção de propriedade e obedecerem, como tal, a uma igual necessidade de circunscrever o que pertence a proprietários diferentes. Referimo-nos às demarcação de fronteiras, delimitações dos termos concelhios ou aos processos de repartição das terras em sesmos. Todos eles, em síntese, tinham um mesmo objetivo e atuavam sobre um mesmo objeto: o ordenamento, a partição e o povoamento do território[508]. Por isso, como veremos, os cargos e as funções diluíam-se, detetando-se os mesmos homens nos diferentes processos.

---

[507] Se o termo "*arruar*" só se deteta a partir do século XVI, "*casear*" é bastante anterior, encontrando-se na documentação de D. João I relativa a Vila Nova de Santa Catarina com o sentido de construir casas: "… *como o cazear q he começado de fazer em Villa Nova*" (Lisboa). H. CARITA, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos…,* p. 39. Associado a casear, o termo "*casarias*" é utilizado nos forais de Vila Real, de 1289 e 1293, publicados por João Ayres de AZEVEDO, "Origens de Villa Real", vol. X, p. 824-827 e vol. XI, p. 943-947, ou, na primeira metade do século XIV, em Évora, a propósito da urbanização levada a cabo pelo bispo, no arrabalde da Porta de Moura. Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média*, p. 68.

[508] Tomando como amostragem a documentação compilada nas Gavetas da Torre do Tombo (doravante citada apenas como *GTT*), bem como o inquérito que, por determinação régia, Mendo Afonso de Resende realiza entre 1537-38, sobre a Raia — de Castro Marim a Caminha — pode elencar-se um conjunto de instrumentos mentais e físicos seguramente utilizados de forma transversal na atuação sobre o território, independentemente dos diferentes contextos e cronologias. *As Gavetas da Torre do Tombo*, Centro de Estudos Históricos e Ultramarinos, 12 vol., 1960-1977; *Demarcações de Fronteira*, introd. e coord. de H. Baquero Moreno, transcrição de Maria da Luz Ferreira de Barros, Centro de Investigação e Documentação de História Medieval, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto, 3 vols., 2003.

Ao alargamento temático, associámos um intervalo cronológico amplo, balizado entre o século XII e os finais do XV, ainda que a esmagadora maioria dos exemplos utilizados se inscreva nos séculos intermédios. Os riscos subjacentes a um arco temporal tão dilatado são, em grande parte, contrapesados pela própria natureza das fontes em causa: é que as demarcações de fronteiras e termos concelhios realizadas em épocas mais recentes, ou o que delas conhecemos através dos processos de inquirição e confirmação, remetem, quase sempre, para um passado mais ou menos longínquo. A distância temporal que as separa do período original é compensada pela memória das testemunhas, indagando-se *"… os omens antiigos"* para que *"dissessem o que sabiiam ou ouviram dizer a seus avoos…"*[509].

O primeiro aspeto que transparece da leitura cruzada deste tipo de fontes é o elevado número de intervenientes. Sem exceção, todos os relatos mencionam, para além da presença dos representantes do rei e oficiais concelhios, individualidades locais (proprietários, abades, párocos) e "... *muytos outros homeens bóós*". Conferindo autoridade ou simplesmente testemunhando, a sua presença comprova como a validade dos processos de partição do território dependia, em grande parte, do caráter público[510] — e ritualizado[511] — do ato.

Os primeiros, ou seja, aqueles que a coroa mandatava para o comando das operações, eram recrutados nas mais variadas esferas e estratos: arcebispos, bispos, monges ou simples clérigos, nobres, mestres e comendadores das ordens militares, cavaleiros fidalgos e alcaides, mas também corregedores, sacadores, porteiros e bacharéis em leis[512]. Em muitas situações, todavia, o nome surge isolado, sem qualquer indicação adicional.

---

[509] *GTT*, vol. III, doc. 2852, p. 636.

[510] Na delimitação do novo concelho de Contrasta, realizada em finais do século XII por ordem de D. Sancho I, estiveram presentes o porteiro Martim Nunes, Paio Gonçalves Carramondo e "*oitros omees d elRey que y andavam e do senhor da Terra*, Martim Peres da Maia". Amélia Aguiar ANDRADE, *Vilas, poder régio e fronteira*, p. 230. O mesmo caráter é visível quando, em 1395, D. João I encarregou Rui Perez de Trancoso, seu servidor, de arrolar os bens da coroa na comarca da Beira. Na abertura dos procedimentos, a 18 de fevereiro desse mesmo ano, Rui Perez fez juntar, no adro da igreja de S. Pedro, o ouvidor, os vereadores, o procurador, tabeliães e outros muitos homens bons. "Tombo da Comarca da Beira (1395)", edição de Anselmo Braancamp Freire, *Archivo Historico Portuguez*, X, 1916, p. 209. São inúmeros os exemplos compulsados nas *GTT*. Veja-se, por exemplo, *GTT*, vol. IX, doc. 4485, p. 54 e segs. a propósito das delimitações dos concelhos de Moura e Noudar, em 1311.

[511] Os atos de demarcação surgem envoltos em rituais e gestos simbólicos como o verter o vaso do vinho ou o "*chantar*" da cruz na árvore ou na pedra. Veja-se sobre este aspeto Rita Costa GOMES, "A construção das fronteiras", p. 367.

[512] Em torno de 1400, é ao arcebispo de Braga, D. Martinho, que compete o comando e a supervisão da demarcação dos limites do reino, na região de Bragança. Esteve apenas presente nos momentos cruciais, pois no decorrer do processo propriamente dito, representavam o reino de Portugal, Gomes Martins de Goês, o cavaleiro Gomes Fernandes e Afonso da Costa, corregedor da Comarca. *GTT*, vol. XI, doc. 5665, p. 51 e seg. O bispo de Lamego, por seu turno, é nomeado por D. Dinis como "*enqueredor, departidor e demarcador em todos os logares das fronteyras per hu partem ou devem partir os termhoos dos reynos de Portugal e de Leon…*". *GTT*, vol. III, doc. 2813, p. 603 e seg, . O Comendador do Barroso é mandatado por D. Dinis para o povoamento e fundação de Vila Real de Panoias. João Ayres de AZEVEDO, "Origens de Villa Real", vol. X, p. 890. Em 1298, a delimitação da fronteira entre Badajoz-Cáceres e Moura-Serpa tem por responsáveis máximos Frey Martim Nunez, mestre do Templo e D. Afonso Pires Farynha, comendador de Moura pelo Hospital. *GTT*, vol. VIII, doc. 4402, p. 386. No processo de constituição da Póvoa de Cerveira, a figura principal parece ser a do sacador régio de Entre Lima e Minho. António Matos REIS, *Os concelhos na primeira dinastia…,* p. 396-398.



Fig. 48 Bertrand Boysset, *La Siensa de destrar,* f. 28v.-29

São coadjuvados por juízes de fora ou em exercício nas localidades e, obrigatoriamente, por notários, escrivães e tabeliães, a quem cabia a memória escrita de todo o processo[513].

No seu conjunto, em bom rigor, nem o estatuto nem os cargos referidos autorizam a responsabilizá-los pelo "desenhar" do território. E, contudo, ainda que o âmbito da sua ação fosse nuns casos estritamente de supervisão, noutros claramente administrativo, são eles que os documentos coevos intitulam como *departidores*, *demarcadores* ou povoadores[514].

O que não é um procedimento exclusivamente português. Por toda a Europa, quase sem exceção, só os responsáveis máximos e os agentes administrativos foram registados pela documentação. Se algum técnico colaborou, o seu nome não foi assinalado. Apenas a título de exemplo, entre os homens que Eduardo I de Inglaterra aponta, em 1283, para chefiar a fundação de New Winchelsea, dois, Henry le Waleys e Thomas Alard, são agentes governamentais e homens de negócio, sendo o terceiro, John Kirkeby, tesoureiro do reino e futuro bispo de Ély. Designado como *ordonnateur,* teve a seu cargo a compra e troca dos terrenos necessários à constituição da nova cidade[515]. Em França, a fundação de Montréal promovida pelo conde Alphonse de Poitiers,

[513] A importância do registo escrito no processo de formação de Caminha, chefiado por Estêvão Lourenço, foi detalhadamente analisada por Amélia Aguiar ANDRADE, *Vilas, poder régio e fronteira*, p. 355-366. Sobre o mesmo assunto, mas na perspetiva das inquirições régias, veja-se Luís KRUS, "Escrita e poder: as inquirições de Afonso III", *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*, Redondo, Patrimonia Histórica, 1994.

[514] *GTT*, p. 603, doc. 2813.

[515] Pierre LAVEDAN, *Histoire de L'Urbanisme*, p. 397. Sobre o processo de fundação de New Winchelsea, um dos mais bem conhecidos de todos quantos foram levados a cabo em Inglaterra, veja-se Maurice BERESFORD, *New towns of the Middle Ages. Town plantation in England, Wales and Gascony*, London, 1967, p. 14 e segs.

em 1255, é entregue ao senescal d' Agenais, coadjuvado pelo notário, Pons Maynard. Os relatos atribuem-lhes a responsabilidade por "*ad tulliandum carrerias, platea et casaleria et loca domorum dividenda et adjudicanda*"[516]. Jaime II de Maiorca entregou a urbanização das Baleares a *ordenadors,* tal como, na Boémia, a organização das vilas novas era confiada aos *locatores*. Em ambos os casos, o que deles se conhece denuncia-os como oficiais administrativos e financeiros[517].

Ordenadors e *locators*, corresponderiam, por isso, ao povoador português, no perfil e no âmbito de funções que lhes estavam cometidas. E, como eles, concentraram todo o protagonismo, eclipsando por completo as figuras dos agrimensores que, esticando cordas ou contando passadas, dimensionavam e inscreviam no terreno as decisões por aqueles tomadas.

Se as matrizes geométricas inscritas em território urbano e rural não fossem suficientes para comprovar a sua existência, algumas fontes, pouquíssimas e verdadeiramente excecionais, referem-se-lhes explicitamente, colocando-os lado a lado com todos aqueles outros que a documentação teima em, isoladamente, classificar como *ordenadors* e *locators*.

Entre esse escasso grupo de fontes destaca-se, até pela proximidade geográfica ao caso português, o *Libro del Repartimiento*[518] onde se registou o repovoamento do território de Múrcia, definitivamente integrado na coroa de Castela em 1266, por Afonso X de Castela. O documento identifica cada um dos membros do grupo constituído pelo monarca para levar a cabo a gigantesca tarefa[519], esclarecendo o âmbito das suas funções, aspeto que nos interessa particularmente pela forma como pode ser extrapolado para processos similares, permitindo "arrumar" os numerosos e diversificados intervenientes que detetamos na documentação portuguesa.

A comissão é dirigida por três "*partidores mayores*": o nobre D. Gil Garcia de Azagra, o "*maestro Jacobo de las Leys*", cuja formação jurídica é atestada pelo epíteto, e o arcediago e chanceler de Castela, "*maestro Gonzalo*". Como bem sublinhou Cédric Lavigne, as três figuras referidas desempenham uma função representativa (da nobreza, justiça e igreja) garantindo, simbólica e institucionalmente, o ordenamento das terras, a fixação dos limites das parcelas, a fidelidade das medições. Da comissão faziam ainda parte sete "*partidores medianos*", homens próximos da corte, alguns dos quais tinham participado no processo de Reconquista. No terreno, controlam a execução das ordens dadas pelos "*partidores mayores*", zelando pela boa marcha dos trabalhos de divisão e registo das propriedades. Estão em contacto permanente com os verdadeiros autores do trabalho, os "*partidores menores*", em número de quatro: Lorenzo Rufa, homem da confiança de Afonso X, tinha a seu cargo a arbitragem dos conflitos que pudessem

---

[516] Pierre LAVEDAN, *Histoire de L'Urbanisme*, p. 311.

[517] Um desses ordenadors, Ramón Desbruyl, atuou desde o início na fundação de três das principais *pueblas*, Felanitx, Llucmajor e Menorca. No decorrer dos anos seguintes, o monarca voltou a recorrer aos seus serviços com o objetivo de evitar que os colonos as abandonassem. Gabriel ALOMAR, *Urbanismo regional en la Edad Media: Las Ordinacions de Jaume II (1300) en el Reino de Mallorca*, Apéndice II, p. 109-113. Pierre LAVEDAN, *Histoire de L'Urbanisme*, p. 311.

[518] O *Libro del Repartimiento* foi detalhadamente estudado por Cédric LAVIGNE, "Assigner et fiscaliser les terres au Moyen Âge..., p. 81-108.

[519] Só no *III repartimiento* distribuem-se 29490 parcelas, correspondentes a 3296 hectares. C. LAVIGNE, "Assigner et fiscaliser les terres au Moyen Âge…", p. 87.

surgir; Martinet, escrivão e Bartolomé e Berenguer Puig, *sogueadores*, termo que significa, literalmente, aqueles que utilizavam a *soga* (corda), ou seja, os verdadeiros agrimensores[520].

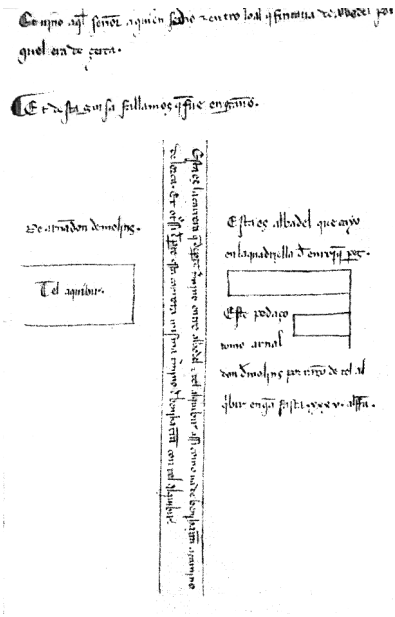


Fig. 49 Desenho de parte do parcelário atribuído pela *V repartición de Múrcia*, a propósito da resolução da contenda registada entre os novos proprietários (desenho de González Villaescusa, "Un parcelario regular andalusí en Múrcia…", p. 341)

Para além deste relato interessa-nos um outro, alusivo à chamada *V Repartición*, levada a cabo em dezembro de 1271, com o objetivo de distribuir as terras ainda vagas por um contingente de 244 colonos chegados posteriormente. O facto de descrever uma fase mais adiantada do processo e de se circunscrever a um número reduzido de colonos, confere-lhe um caráter mais banal e, talvez por isso, mais representativo do que seria a constituição normal destas equipas. A direção é confiada a Garcia Dominguez, notário régio, e Juan Garcia, seu escrivão. No decorrer dos trabalhos são assistidos por dois cavaleiros, homens cuja participação nas repartições anteriores tornava experientes nestas matérias. Juntava-se-lhes um representante das autoridades municipais, um nobre, membro da antiga família reinante e agora convertido ao cristianismo e, finalmente, os *sogueadores,* Bartolomé e Berenguer Puig a que se associa, desta vez, um terceiro, Berenguer Ferrer[521].

[520] C. LAVIGNE, "Assigner et fiscaliser les terres au Moyen Âge… ", p. 82-83.

[521] Cédric LAVIGNE, "Assigner et fiscaliser les terres au Moyen Âge… ", p. 88. Ainda sobre a *V repartición de Múrcia,* veja-se o estudo de González Villaescusa, especialmente interessante pela análise que faz de um dos raros vestígios de documentos gráficos que chegaram aos nossos dias. Realizado por "*Atimpir, el sogeyador de Albadel*", expressamente chamado da Andaluzia para confirmar o estado das parcelas antes da repartição, o desenho das propriedades em causa é acompanhado por uma legenda onde se refere o caminho e as dimensões das terras

Se, de meados do século XIII e de Múrcia, avançarmos para Arles, em finais da centúria seguinte, encontramos a transposição para imagem das descrições do *Libro del Repartimiento*. Com efeito, os tratados redigidos por Bertrand Boysset[522] sobre a arte de medir e delimitar as terras agrícolas, oferecem um quadro particularmente expressivo do processo medieval de ordenamento do território[523]: sob o olhar atento dos "*mayores*" e na presença dos escrivães e notários que registam por escrito todo o ato, os agrimensores manuseiam as cordas, as varas e esquadros ou colocam os marcos e malhões, não faltando, sequer, a indicação das matrizes geométricas impressas sobre o terreno.

Claro que só por analogia podemos utilizar estas fontes para o caso português, onde a "secura" da documentação quase nada revela sobre a figura do povoador. Importa, por isso, descodificar, nas entrelinhas, o papel exato que lhe cabia.

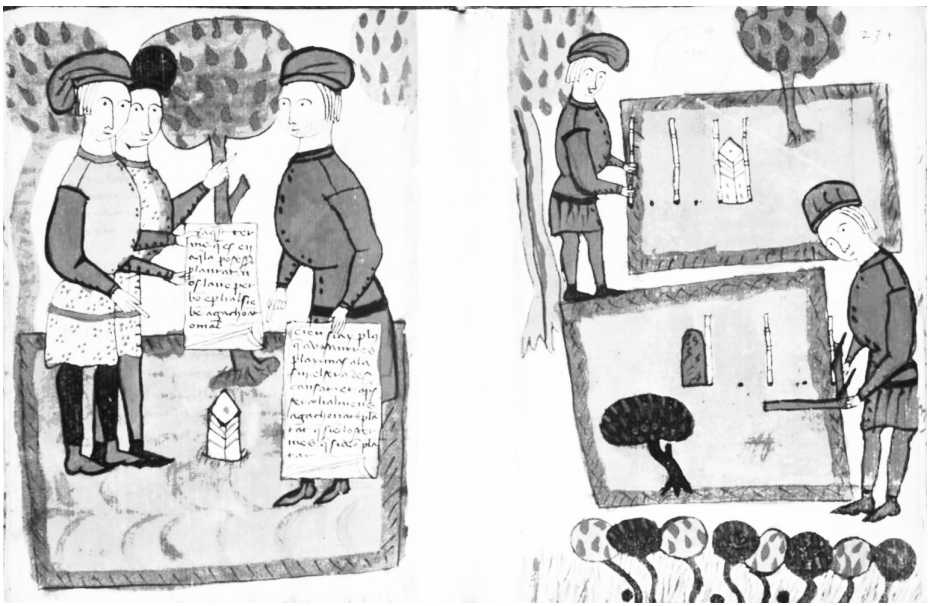


Fig. 50 Bertrand Boysset, *La Siensa d'atermentar*, f. 243v.-244

As decisões estratégicas cabiam, naturalmente, ao promotor. Que regiões povoar, a eventual necessidade de erguer estruturas defensivas, a escala do núcleo, o padroado

que com ele confinam. *Ricardo* GONZÁLEZ VILLAESCUSA, "Un parcelario regular andalusí en Múrcia (reinterpretación de una centuriación o los excesos de la investigación de los años setenta", *Las formas de los paisajes mediterrâneos*, Jaén, Universidad de Jaén, 2002, p. 325-344.

[522] Monique CLAVEL-LÉVÊQUE; Pierre PORTET, "Bertrand Boysset, arpenteur artésien de la fin du Moyen Âge, p. 244.

[523] C. Lavigne chama a atenção para a forma como a historiografia tem vindo a provar as estreitas semelhanças dos processos de repovoamento e distribuição de terras entre regiões tão diversas quanto os territórios da atual Alemanha e a Península Ibérica. Cédric LAVIGNE, "Assigner et fiscaliser les terres au Moyen Âge… ", p. 81.

dos templos, enfim, as linhas gerais do programa eram questões que extravasavam o âmbito concreto, constituindo matéria política da exclusiva competência do monarca ou do senhor da terra. Decisões em que o conselho era ouvido: D. Dinis refere explicitamente ter mandado "*fazer a dicta Vila Real per consselho dos prelados e dos homes bõons dos meus Reynos e de mha Corte e porque era o logar mays convenhavil pera sse fazer hy forteleza*"[524].

Nalguns casos, por regra associados ao prestígio alcançado pelo núcleo, a tradição coloca o próprio promotor no terreno, atribuindo-lhe a iniciativa de aspetos tão concretos quanto os arruamentos, as divisões ou a escolha de materiais. O exemplo mais eloquente dessa apropriação de funções é relatado na crónica de Afonso X, a propósito da fundação de Vila Real: "… *e partió de Segóvia, é fué a Toledo, é dende à la frontera, é pasando por un lugar que dicen el Pozuelo de Don Gil, que era en termino de Alcaraz, entre tanto que llegaban las campañas porque habia enviado, mando venir gentes de su comarca, é ordenou en cual manera se poblase alli una villa, é mandou que digesen Villa Real, é ordenou luego las calles, é senalou los lugares por donde fuese la cerca. E fizo facer luego una puerta labrada de piedra, é esta es la que está en el camino que viene de Toledo, é mandou a los del lugar como ficiesen la cerca*"[525].

Não seria esse, seguramente, o processo comum. O que não significa que a forma não pudesse ser contemplada pelos promotores, ainda que limitada a orientações genéricas: para a constituição da vila de Outeiro de Miranda, D. João I determina "…*que as casas seiam fectas em boa hordenança pera as Ruas vjrem bem fectas*…". No terreno, porém, delega essa responsabilidade ao abade de Castro de Avelãs, alcaide do castelo, a quem por *"… esta carta lhe damos poder e lhe mandamos…*" que reparta e atribua os chãos[526].

Por entre os homens que o rei nomeia para o comando das operações e a quem designa como "*meu pobrador*"[527], alguns nomes surgem de forma repetitiva. Acresce que, a avaliar pelas escassas informações aduzidas, parecem inscrever-se num estrato intermédio — alcaides, clérigos — cuja presença sistemática neste tipo de tarefas parece estar muito mais diretamente relacionada com a ação propriamente dita do que com a representatividade simbólica e institucional atribuída às altas individualidades. Incluem-se nesta categoria os casos de Martinho Martins, Paio Eanes de Valença, Rui Martins, Pero Anes e Afonso Rodrigues.

Os três primeiros chefiam um número considerável de ações de povoamento: Martinho Martins, deteta-se em Parada, Quintela e Vilarinho; Paio Eanes de Valença, em Paço de Rei, Penaguião, Fermentões e Caminha; Rui Martins, em Vilar de Pombares, Póvoa de Arufe e Vale de Bidoedo[528]. Pero Anes, também conhecido por Foucinha ou Foncinha, surge, em 1287-89 nomeado como povoador do rei em Montalegre sendo incumbido, logo no ano seguinte, do conjunto de escambos necessário ao estabelecimento do termo de Vila Real[529].

---

[524] António Matos REIS, *Os concelhos na primeira dinastia*…, p. 213.

[525] Júlio CARO BAROJA, "Los núcleos urbanos de la España cristiana medieval", p. 72.

[526] *Chancelaria de D. João I*, vol. III, tomo 3, p. 173.

[527] Quando o termo é utilizado no plural indica os povoadores, *pobradores* ou *populatores,* com o significado de colonos ou moradores; no singular refere-se sempre ao representante do promotor.

[528] José MARQUES, "Povoamento e defesa na estruturação do estado medieval português", p. 14-15.

[529] Em 1300, recebe do monarca, a título vitalício e isento de foro, um herdamento em Mirandela. Maria Rosa MARREIROS, *Propriedade fundiária e rendas da coroa* …, p. 145 e 148.

O caso de Afonso Rodrigues é ainda mais significativo. Identificado como procurador e povoador de D. Dinis em terras de Bragança e de Miranda, o monarca incumbe-o, em 1284, de povoar e elevar a concelho o vilar de Sanceriz. No ano seguinte, concedeu foral aos povoadores de Valverde e, em 1290, encontramo-lo a negociar com o mosteiro de Castro de Avelãs o escambo de Outeiro de Muias pelas aldeias de Gostei e Castanheira. Em 1299, a carta que confere autonomia concelhia ao reguengo da Ribeira de S. Lourenço, rebatizado como Vale de Nogueira, é, uma vez mais, da responsabilidade de Afonso Rodrigues. Em 1301, concede aos moradores da aldeia de Zoio um quinhão do Vilar de Refoios outorgando, no ano seguinte, foral a Sesulfe. É ainda o mesmo Afonso Rodrigues que o monarca nomeia como seu povoador e juiz na questão que opunha os concelhos de Torre de D. Chama e Mirandela[530].

A verdade é que os exemplos referidos constituem exceções: para além de associarem os mesmos nomes a ações distintas de povoamento, permitindo reconstituir pelo menos parcialmente o seu *curriculum*, em dois casos — Afonso Rodrigues e Rui Martins — sabemos que acumularam a função com o cargo de alcaide de Bragança. Num terceiro — Pero Anes Foucinha — a documentação identifica-o como clérigo do rei.

Na generalidade das ocasiões, porém, as ações surgem isoladas e os nomes destituídos de qualquer outra informação. João Gonçalves é apontado como o povoador de Viana do Castelo[531], Lopo Álvares encarregue da mesma ação em Mirandela, Rodrigo Rodrigues povoa o Campo de Jales[532], Heitor Vicente (ou Migueis) tem a seu cargo a organização de Vila Boa de Montenegro[533], João Peres é nomeado, em 1308, "*pobrador de Torre de Meem Corvo*", ficando encarregue de devolver aos moradores de Sambades as suas terras e aldeias[534] e João Domingues é nomeado, em 1319, povoador de Moinho do Açor[535]. Para a fundação de Miranda do Douro foram chamados João e Estêvão, de que apenas se sabe serem monges de Alcobaça[536].

O que a documentação registou sobre alguns dos exemplos elencados permite-nos traçar as linhas gerais do que seria o papel concreto do povoador e o âmbito dos seus poderes.

Nomeados pelo monarca e atuando em seu nome[537], competia-lhes escolher e adaptar, por entre um conjunto de procedimentos comuns a qualquer ato de fundação e superiormente definidos pelo monarca, a sua aplicação concreta a cada caso específico.

---

[530] Maria Rosa MARREIROS, *Propriedade fundiária e rendas da coroa*…, p. 148-154.

[531] A carta que o monarca dirige ao povoador, em 1265, foi publicada por Manuel António Fernandes MOREIRA, "Viana nas suas origens", sep. de *Estudos Regionais*, 12, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1993, p. 57.

[532] José MARQUES "Povoamento e defesa na estruturação do estado medieval português", p. 14-15.

[533] Maria Rosa MARREIROS, *Propriedade fundiária e rendas da coroa* …, p. 137.

[534] António Matos REIS, *Os concelhos na primeira dinastia*…, p. 94.

[535] Maria Rosa MARREIROS, *Propriedade fundiária e rendas da coroa* …, p. 193.

[536] *Monarquia Lusitana*, vol. V, pág. 253.

[537] Em 1298, D. Dinis concedeu a D. Martim Perez, chantre de Évora, o "… *poder de lhys prometer e outorgar por mim e em meu nome…*" no processo de negociação com o tenente e juízes de Alter do Chão. Documento publicado por António Matos REIS, *Os concelhos na primeira dinastia…*, p. 588.

Um passo fundamental era a constituição do couto, compreendido pela área intramuros e pelo *cautum* ou anel de terras envolventes, que asseguravam a viabilidade económica da vila. Nem sempre, porém, a totalidade das terras necessárias pertencia ao promotor. Em muitas situações, o monarca viu-se obrigado a negociar a compra e escambo de propriedades, evitando enclaves isentos da jurisdição municipal e régia no interior do futuro concelho. No Norte, senhorial e densamente povoado, os processos de escambos foram particularmente complexos e morosos. Para a formação de um termo contínuo em Viana da Foz do Lima, D. Afonso III teve de compensar a família dos Velhos, o bispo e o cabido de Tui, o mosteiro de Tibães e a Ordem do Hospital[538]. Em Caminha, o processo tutelado por Estêvão Lourenço, clérigo do rei, coadjuvado pelo povoador Paio Eanes de Valença, decorreu ao longo de quatro meses e envolveu propriedades dispersas por dezoito paróquias[539]. Ao contrário dos dois casos anteriores, no processo de Vila Nova de Cerveira, D. Dinis procedeu às negociações com os proprietários das terras necessárias ao *cautum*, ainda antes de atribuir a carta de foral. Assim, entre 1317 e 1321, por intermédio do seu sacador, assistido pelo almoxarife e por dois escrivães, o monarca escambou vinte e nove casais e a igreja de S. Cipriano[540]. Na segunda tentativa de fazer vingar Vila Real de Panóias, o monarca encarregou Rui Gonçalves, comendador de Barroso, e Pero Anes, seu clérigo, de procederem aos escambos e compras necessárias. As palavras do rei esclarecem o poder dos seus representantes: " *... e o que elles mester ouueren para esses escanbhos entregade o a quen vos eles mandaren e en este e nas outras cousas que vos mandaren pera meu seruiço* […] *e a todalas cousas que eles fezeren per Razon dos ditos escanbhos ou conpras...*"[541].

Reunida a área necessária ao novo concelho, impunha-se a demarcação clara dos limites através de "padrões devisados"[542], a seleção precisa do local de implantação da vila e a divisão e distribuição das parcelas. Referindo-se a Vila Real, D. Dinis deixa bem claro que as quinhentas courelas não devem ser partidas nem demarcadas "*senõ secundo forõ partidas e demarcadas per mha carta e per meu pobrado*r"[543]. Pero Anes, por seu turno, "*... aveo-se com o concelho*..." de Montalegre, em 1288, no sentido de partir os herdamentos da vila por cem povoadores[544].

[538] António Matos REIS, *Os concelhos na primeira dinastia…,* p. 389-393.

[539] Amélia Aguiar ANDRADE, *Vilas, poder régio e fronteira…,* p. 355-365.

[540] António Matos REIS, *Os concelhos na primeira dinastia…,* p. 396-398.

[541] João Ayres de AZEVEDO, "Origens de Villa Real", vol. X, p. 890.

[542] João Ayres de AZEVEDO, "Origens de Villa Real", vol. X, p. 945.

[543] João Ayres de AZEVEDO, "Origens de Villa Real", vol. XI, p. 1006.

[544] Maria Rosa MARREIROS, *Propriedade fundiária e rendas da coroa…*, p. 135.



Fig. 51 Bertrand Boysset, *La Siensa d'atermentar*, f. 209 e f. 253v.-254

Seguia-se a negociação como o povo da terra, cabendo ao povoador, de acordo com a política definida pelo monarca, estabelecer os tributos e respetivas formas de pagamento (em moeda e/ou géneros), bem como os direitos e deveres para com a coroa. Matéria de especial importância era o conjunto de medidas adotadas no sentido de promover o povoamento, especialmente problemático em zonas fronteiriças. Às benesses capazes de atrair povoadores como o estabelecimento de um período inicial de dispensa de foro, a redução das taxas para os moradores de fracos recursos ou isenção de portagens, associavam-se outras, de caráter restritivo, como a instituição de um prazo mínimo de residência, apenas findo o qual os povoadores eram autorizados a transacionar as parcelas recebidas.

Frequentemente, o papel dos povoadores estendia-se para lá do período de instalação. São chamados a inquirir e ajuizar contendas surgidas a propósito das delimitações entre municípios vizinhos, da insolvência de rendas ou para avaliar as causas do insucesso do povoamento[545].

A ampla margem de manobra que parece caracterizar a ação dos povoadores surge concretizada no caso de Vila Boa de Montenegro[546]. Com efeito, na carta de foral que

[545] Em 1310, Julião Periz "*pobrador pelo rei*", foi encarregado por D. Dinis de proceder a um inquérito para determinar as confrontações dos termos da vila de Ansiães, Vila Flor e Vilarinho da Castanheira. Em 1293, Afonso Rodrigues, alcaide de Bragança e seu povoador foi nomeado juiz entre Mirandela e Torre de D. Chama, tendo o povoador sentenciado a favor da última, decisão confirmada pelo monarca, em julho de 1303. Maria Rosa MARREIROS, *Propriedade fundiária e rendas da coroa* …, p. 148-154.

[546] Maria Rosa MARREIROS, *Propriedade fundiária e rendas da coroa* …, p. 137-138. O caso de Montalegre foi detalhadamente estudado por António de Castro HENRIQUES, *O rei e a Terra do Barroso: montanha, periferia e poder régio séculos (XII-XIV),* Lisboa, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2003, (texto policopiado).

Heitor Miguéis, vassalo do rei e seu povoador, outorgou a título condicional aos moradores da Terra de Montenegro, elege o local de assentamento — que se faça a vila "*na cabeça de sobre Celeiros*", atribui-lhe a denominação de Vila Boa, determina a construção da muralha, define como termo do novo concelho a terra de Montenegro e estabelece os rendimentos fiscais devidos à coroa em 3000 libras de moeda velha, a pagar numa única vez no ano, foro perdoado nos primeiros dois anos de fixação. Entre outras isenções e privilégios por ele concedidos, contava-se a dispensa de pagamento de portagem em todo o reino, o produto das multas judiciais e a proibição de residência do rico-homem na vila e seu termo. No âmbito judicial, determinava a eleição de três juízes, escolhidos, respetivamente, entre os cavaleiros, os homens da vila e, por último, os da Terra de Montenegro. Na esfera militar, e para além da obrigatoriedade de construção da cerca, isentava os moradores da vila que possuíssem cavalo e armas de pagar direitos pela courela atribuída. O mesmo não se aplicaria, contudo, a outras herdades foreiras, posteriormente adquiridas. Prometia, finalmente, que, caso a coroa decidisse construir aí um castelo, os moradores não ficariam sujeitos ao alcaide. O desenvolvimento económico era assegurado pelo povoador através da imposição de uma feira mensal[547].

Estabelecidas as condições entre o delegado régio e os futuros vizinhos, a minuta foi, no ano seguinte, aprovada pelo monarca e promulgada a carta de foral. Com alterações mínimas[548], o texto concebido no local pelo povoador foi, como sublinhou Alexandre Herculano, o verdadeiro foral, ainda que a existência do concelho como entidade pública só fosse reconhecida após a promulgação régia[549].

Parece, por tudo isto, poder concluir-se que, em muitos casos, a responsabilidade pelo povoamento de uma região pressupunha uma certa autonomia na fixação das condições oferecidas aos povoadores. É o caso da Mata de Urqueira, situada no termo de Ourém: a 13 de maio de 1299, o monarca doou, a título vitalício, a referida mata ao seu vassalo Martim Lourenço de Cerveira, com o encargo de a povoar; a 20 de maio nomeou-o povoador, prometendo, na carta que então lhe concedeu, respeitar as condições dos contratos que ele viesse a estabelecer com os respetivos povoadores[550].

Em síntese, se quiséssemos reconstituir a cadeia de comando, teríamos de situar o monarca no topo, assessorado por um grupo de conselheiros, definindo as estratégias globais, que outros, por si mandatados, particularizavam no terreno, negociando com as gentes da região, por entre as quais seriam recrutados os moradores do novo núcleo. As decisões concretas tomadas pelos povoadores, *in loco,* eram depois retificadas pelo monarca e constituíam a base para a redação da carta de foral. Só este conhecimento do terreno explica que um número significativo de cartas de foral saísse da chancelaria régia contemplando instruções tão detalhadas quanto a menção a fontes existentes,

---

[547] Maria Rosa MARREIROS, *Propriedade fundiária e rendas da coroa* …, p. 138. Os forais de Vila Boa de Montenegro, datados de 1301 e 1303 encontram-se publicados por António Matos REIS, *Os concelhos na primeira dinastia…,* p. 598-601

[548] Sobretudo omissões relativas à isenção da anúduva e nome dos lugares designados por Heitor Miguéis "*pera acoirelarem-se pera os que morarem dentro da dita vila*".

[549] Alexandre HERCULANO, "Apontamentos para a História dos bens da coroa e dos forais (1843-1844), *Opúsculos*, vol. IV, Lisboa, Presença, 1985, p. 422. Maria Rosa MARREIROS, *Propriedade fundiária e rendas da coroa* …, p. 137.

[550] Maria Rosa MARREIROS, *Propriedade fundiária e rendas da coroa* …, p. 192.

a extensão exata da muralha ou o número de portas a rasgar, recomendações apenas possíveis se ancoradas num contacto direto com o território, com a topografia, com os caminhos que o atravessavam. Só isso, aliás, permitiria registar os limites precisos do novo município e as confrontações com os concelhos vizinhos.

Este processo prévio surge de forma particularmente explícita na formação de Vila Nova de Cerveira. Antes de qualquer outra medida, D. Dinis mandara saber, por intermédio dos seus oficiais, se existiam homens dispostos a integrar a póvoa que queria fundar "*a par do* [seu] *castello de Cerveira*" e quais as suas condições. Como a resposta fora afirmativa, ordenava que escolhessem cem, aos quais, de acordo com as condições estabelecidas, daria "*pera acoirelamento de sa pobra esses vinte oyto cassaees e essa Eigreja de San Cibraon* […] *tanto que o padroado della seja meu*". Só depois disso os escambos foram realizados com os proprietários, trocados os casais em causa por outros que o rei havia em Valdevez, permutada a igreja de S. Cipriano pela de Santa Comba. Redigidas as escrituras pelos tabeliães, podia, finalmente, proceder-se à delimitação do termo, o que o rei ordena de imediato: "*veede per u compre de lhis dardes termho* […] *e enviade mi dizer todo também da obridaçom, come do escanbho, come do terminho per hu divisardes…*". Iniciado em 1317, o processo de fundação de Vila Nova de Cerveira decorreria ao longo dos quatro anos seguintes, apenas concluído em outubro de 1321, com a outorga da carta de foral[551].

Tomadas as principais decisões, apurada a área do termo, eleito o local de implantação da vila e decidido o número de povoadores — do qual decorria o número de parcelas urbanas e rurais — a questão que se coloca neste ponto é a de saber, especificamente para o caso português, a quem competia desenhar no terreno as divisões. Poderá, de alguma forma, identificar-se o povoador com o "agrimensor" medieval?

É uma questão para a qual, em bom rigor, não temos uma resposta definitiva. Vimos como, apesar da quase inexistência de referências concretas, a historiografia internacional tem defendido a atribuição deste tipo de tarefas a figuras específicas que, no terreno, acompanhavam os povoadores, *ordenatores* ou *locatores.* Seriam os loteadores parisienses do século XII, os *destradores* e *atermenadores* provençais do século XIV, a que Bertrand Boysset faz referência nos seus tratados ou os *sogueadores* castelhanos[552]. Mas, nem uns nem outros podem associar-se a casos concretos de fundações urbanas.

São escassíssimos os documentos portugueses que mencionam a prática de medições, pelo que se justifica que aqui se elenquem.

Em 1295, a propósito de um terreno necessário à abertura da rua da Ferraria, em Lisboa, refere-se que o concelho e o tabelião, "... *fizeram-no logo medir por cordas, d`ancho e de longo,* […] *e puseram ahi divisões*..."[553]. Mas não diz por quem.

Em 1282, desta vez num documento alusivo a Tavira, diz-se que o "casteleiro" de Castro Marim, verificando os figueirais e vinhas do rei e não chegando a uma conclusão segura, mandou, perante os tabeliães públicos, o alcaide, os alvazis e muito homens bons, medi-los pelos "*quadreleyros*" jurados, Pedro Garcia, João Dominguez e Martim Ramiriz.

---

[551] António Matos REIS, *Os concelhos na primeira dinastia…,* p. 396-398.

[552] Pierre Lavedan, *Histoire de L'Urbanisme*, p. 310-311. Monique CLAVEL-LÉVÊQUE; Pierre PORTET, "Bertrand Boysset, arpenteur artésien de la fin du Moyen Âge, p. 244.

[553] Hélder CARITA, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos*, p. 33.

Em 1300, D. Dinis nomeia Pedro Garcia, seu sesmeiro, como povoador do reguengo de Vide encarregando-o explicitamente de repartir o território por quarenta povoadores[554].

Em 1415, Afonso Lourenço, carpinteiro de profissão e sobrinho *"de Joham dObidos meestre do dito Senhor* [rei], é chamado pelo monarca a Almeirim *"pera poer deuisoões per honde os ditos marcos podiam e auyam de sser postos que disse e demarcou como meestre e devisador aas deuisoões sobre ditas"*[555].

Já nos inícios do século XVI, surge-nos a figura do arruador: o livro das vereações da Ribeira Grande (S. Miguel, Açores) regista, em fevereiro de 1555, e sob o título "*arruador dos chãos desta villa e seu termo*", a eleição de Joham Rodriguez da Lomba, por ter "*fallecido Pero Teixeira que era arruador do pryncypio desta vyla*"[556].

No seu conjunto, referem atos concretos de medição e divisão de terrenos, associando diretamente à tarefa povoadores, sesmeiros, "*quadreleiros*", "*mestres devisadores*" ou arruadores[557]. À exceção deste último, cuja ausência de referências para datas anteriores não nos permite retirar qualquer conclusão, denunciam igualmente uma certa sobreposição de funções entre os diversos "cargos".

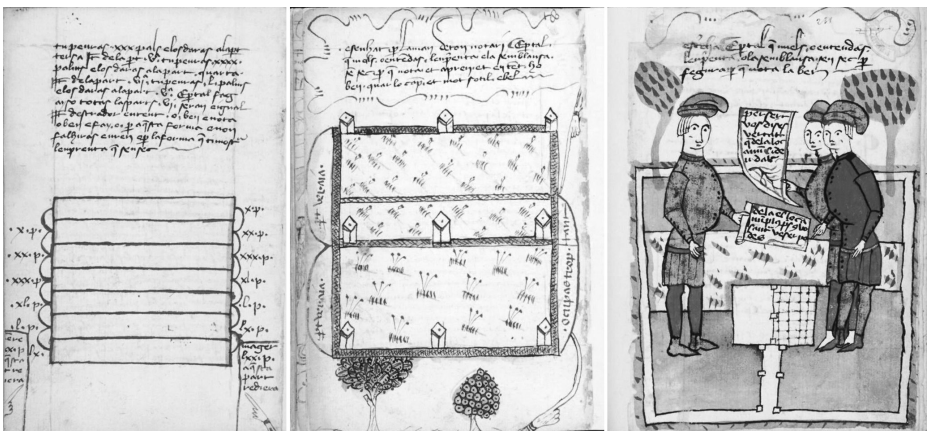


Fig. 52 Bertrand Boysset, *La Siensa de destrar*, f. 53v, 172v. e 231v.

[554] Maria Rosa MARREIROS, *Propriedade fundiária e rendas da coroa …*, p. 198.

[555] Publicado por Sousa VITERBO, *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses,* vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, reprodução em fac-símile da edição de 1904, 1988, p. 472. Foram igualmente carpinteiros quem, na centúria seguinte, demarcou e mediu o Rossio frente ao convento de S. Bento, no Porto. Com efeito, perante o juiz, procurador e vereadores do concelho realizou-se a medição "*per certos homens ofyciais e amtiguos que rezam tinham de o saber*": tratava-se de Luís Afonso e Afonso Pires, carpinteiros e Pero Sanchez, pedreiro, cuja ação, precedida pelo tradicional juramento sobre os Evangelhos, se dera por terminada com a respetiva assinatura do Auto de demarcação. Publicado por José Ferrão AFONSO, *A Rua das Flores no século XVI*…, p. 186.

[556] António dos Santos PEREIRA, *Ribeira Grande (S. Miguel – Açores) no século XVI. Vereações (1555-1578*), Ribeira Grande, Câmara Municipal, 2006, p. 97-98. Informação disponibilizada por Antonieta Reis Leite, no âmbito da investigação em curso conducente à dissertação de doutoramento, na Universidade de Coimbra, sobre cidade e território nos Açores e que aqui agradecemos.

[557] Num documento de 1547, embora não se mencione o cargo, refere-se expressamente a ação de arruar como prática que antecede a construção de edifícios. Trata-se do pedido dirigido pela abadessa do convento de São Bento da Ave-Maria, do Porto, ao concelho para que "*lhes vam em pesoa aruar e balysar a dita rua e serventya*" "*pera que tanto que a teverem aruada fazerem as ditas casas*". Publicado por José Ferrão AFONSO, *A Rua das Flores no século XVI*…, p. 186-189.

Vale a pena, por isso, passar em revista o que se sabe sobre eles, tentando descortinar se a sua ação pode associar-se aos processos de fundação de núcleos urbanos.

A caracterização dos sesmeiros foi, há muito, estabelecida por Virgínia Rau, cujo trabalho aqui seguimos[558].

Sesmeiro era o nome dado aos homens que demarcavam as terras do concelho, reservando as áreas para usufruição comum e dividindo as restantes equitativamente entre os povoadores. *Sesmo* era uma fração de determinada área de terreno onde se talhavam as courelas que o concelho atribuía aos povoadores, *sesmar*, o ato de repartir e *sesmarias*, as terras distribuídas[559].

O sistema surge no século XIII, opondo-se e substituindo, progressivamente, a presúria como forma de apropriação e divisão tumultuária do território, realizada, sem controlo, por particulares[560]. As sesmarias, pelo contrário, são o reflexo direto do processo de centralização política e reorganização do reino, sistematicamente empreendido a partir de D. Afonso III, traduzindo o controlo e intervenção crescente do rei e dos seus funcionários sobre o território. Por isso, o aumento progressivo de sesmeiros aparece na razão inversa (no espaço e no tempo) das referências a presúrias feitas no território de Portugal. Numa palavra, a sua presença e multiplicação corre paralela ao desenvolvimento do regime municipal[561].

Inicialmente eleitos pelo concelho e sujeitos à retificação régia[562], os sesmeiros eram recrutados por entre os homens-bons, não sendo raro que os próprios juízes em efetivo acumulassem a função, como se verificou em Penamacor, Trancoso ou Pinhel[563]. Para além de expressões genéricas como "… *com tanto que seja pera ello perteencente* […] *E direitamente ssem maliçia husse do dicto oficio...*"[564], nada se especifica em termos de capacidades técnicas.

Ao que tudo indica, eram inicialmente eleitos em número de seis, o que não só permitia dividir o trabalho como evitar parcialidades. As terras que sesmavam, ou seja, que dividiam em lotes ou sesmos, recebiam a designação dos seis dias da semana, excluído o Domingo, no decorrer dos quais, os seis sesmeiros, um por dia, repartiam as terras que tinham a cargo. Neste aspeto concreto da divisão do território, os foros medievais espanhóis, com destaque para os de Cáceres e Usagre, são consideravelmente mais claros: a *sexma,* extensão de terreno que ficava a cargo do *sexmero,* dividia-se em vinte partes, por sua vez subdivididas em outras cinco. Resultava assim que, no final, cada *sexmo* comportava 100 parcelas ou *quiñones*[565].

---

[558] O tema foi tratado pela autora na dissertação de doutoramento, sendo publicado em 1946. A edição aqui seguida é da Editorial Presença, de 1982.

[559] Virgínia RAU, *Sesmarias medievais portuguesas*, p. 56-57.

[560] Virgínia RAU, *Sesmarias medievais portuguesas*, p. 37-41. Oliveira Marques caracterizou a presúria como uma forma de apropriação "*às vezes pouco menos que anárquica, traduzindo-se por esbulhos e atropelos de toda a ordem*". A. H. de Oliveira MARQUES, "Sesmarias", *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d., vol. V, p. 542-543.

[561] Virgínia RAU, *Sesmarias medievais portuguesas*, p. 57.

[562] Ao longo do século XIV, com a crescente interferência da coroa na vida interna dos concelhos, o cargo de sesmeiro, como todos os outros, recairá cada vez mais em indivíduos indicados pelo rei.

[563] Virgínia RAU, *Sesmarias medievais portuguesas*, p. 217, 219 e 222.

[564] Virgínia RAU, *Sesmarias medievais portuguesas*, p. 197-198.

[565] Francisco SOLER Y PÉREZ, *Los comunes de villa y tierra y, especialmente el del señorio de Molina de Aragón*,

Muito pouco se sabe sobre as divisões dos sesmos em Portugal, mas não pode deixar de notar-se como, em vários casos, a centena foi a cifra indicada. Apenas a título de exemplo, recorde-se como, em 1303, se determina que em Maiorga *"… os sesmeiros deuem asesmar o termo de suso dito em tal maneyra que aja cem casaes com cem pobradores"*[566]. Outros exemplos, em que a centena é a cifra apontada para o número de povoadores, detetam-se em Montalegre[567], Vila Nova de Cerveira[568], Outeiro de Mulas, Argoselho, Pinelo[569] e Póvoa de Lanhoso[570].

Para além de sesmeiro, a documentação utiliza uma outra designação para os homens que dividiam as terras aráveis: a de *coireleiro* ou *quadreleyro*, decorrente da denominação das parcelas como coirelas ou quadrelas[571]. De acordo com Santa Rosa Viterbo, sesmeiro e quadreleyro tinham rigorosamente o mesmo significado, sendo usados indistintamente, opinião em que é secundado por Virgínia Rau[572].

A equivalência de significado entre os dois termos verificava-se igualmente do lado de lá da fronteira: na confirmação do foral de Cáceres, datada de 1231, diz-se que Fernando III concedera a "*vnicuique vicino de Cáceres suas casas, haereditates, hortos, molinos, alçaceres, & totas sua partitiones, quas fecerint per suos quadrellarios, vel per mandatum Concilij, factae & apreguonatae in die Dominico: & praestent similiter omnes partitiones, quas postea fecerint, tam de aldeis, quam de Villa...*". Quando, alguns anos depois, o concelho de Cáceres incluiu este mesmo trecho nas suas *Ordenanzas* fê-lo já em versão românica, traduzindo o termo *quadrellarios* por sesmeiros: "*De sus casas. Mando E concedo a cada un vicino de Cáceres sus casas, heredades, hortos, molinos, alcazares, et todas suas particiones que fueren fechas por sus Sesmeros E por mandado de concejo en Domingo fecho*"[573].

Para além de identificar de forma inequívoca as duas funções, o documento citado introduz uma outra questão: a da natureza do solo sobre o qual atuava o sesmeiro. A historiografia portuguesa tem identificado sistematicamente a missão do sesmeiro — e pelo que ficou dito, do quadreleiro — com a divisão das parcelas aráveis que integravam os termos concelhios. E, de facto, é esse o contexto em que se insere a esmagadora maioria das referências feitas a sesmos, sesmeiros e sesmarias. Contudo, alguns indícios permitem pensar que, como em Aragão ou Castela, as

---

Madrid, 1921, p. 195 e *Fuero de Usagre (siglo XIII) anotado con las variantes del de Cáceres*, R. de UREÑA Y SMENJAUD; A. BONILLA Y SAN MARTIN, Madrid, Hijos de Deus Editores, 1907, p. 147-148.

[566] Virgínia RAU, *Sesmarias medievais portuguesas*, p. 56.

[567] Maria Rosa MARREIROS, *Propriedade fundiária e rendas da coroa* …, p. 135.

[568] C. A. Ferreira de ALMEIDA, *Alto Minho*, p. 157.

[569] Maria Rosa MARREIROS, *Propriedade fundiária e rendas da coroa* …, p. 159. O foral de Outeiro de Mulas encontra-se publicado por António Matos REIS, *Os concelhos na primeira dinastia…,* p. 586.

[570] António Matos REIS, *Os concelhos na primeira dinastia*…, p. 394.

[571] Virgínia Rau chama a atenção para a eventual ligação entre os *quadreleyros* e os *quadrilleros,* referidos na II Partida de Afonso o Sábio, como os homens a quem competia a repartição dos despojos de guerra pela hoste. Por analogia, os *quadrilleros* poderiam ser os indivíduos destinados a repartir as terras conquistadas. Virgínia RAU, *Sesmarias medievais portuguesas*, p. 50.

[572] Joaquim de Santa Rosa de VITERBO, *Elucidário*, vol. II, Livraria Civilização, 1993, p. 112 e 503. Virgínia RAU, *Sesmarias medievais portuguesas*, p. 46.

[573] Virgínia RAU, *Sesmarias medievais portuguesas*, p. 46.

funções adstritas ao cargo pudessem ser mais amplas e incluir igualmente a divisão de lotes urbanos.

O que faria sentido, pelo menos em termos processuais. A organização de um novo concelho, compreendendo a área da vila propriamente dita, delimitada ou não por muralhas e o termo ou alfoz, garantindo aos povoadores as leiras e casais essenciais à sua subsistência, eram ações que ocorriam em paralelo. É, de resto, frequente que a carta de foral estabeleça um prazo para a concretização de ambas como sucede, por exemplo, no foral de Alfândega da Fé, datado de 1294, onde, para além de indicar o local da vila — ao redor do castelo —, o monarca estabelecia o prazo de um ano para a construção das casas, de dois para a plantação das vinhas e de três para fazer vingar os herdamentos[574]. A mesma complementaridade na atribuição de bens de diferente natureza aos colonos, surge explícita no caso de Vila Real quando, em 1289, D. Dinis determina que a cada um dos mil povoadores seja distribuída uma courela para vinha, uma almuinha e uma "*casaria*" dentro da cerca ou, quando já não fosse possível, no arrabalde[575]. Um outro documento do mesmo monarca, desta feita relativo a Campo Maior, é ainda mais explícito ao referir "... *que foron dadas as dictas cousas* [vinha, horta, casas e campo] *en sosmaría do começo da pobrança da terra...*"[576].

É evidente a associação entre morar na vila — onde é atribuída a casaria — e cultivar uma coirela no alfoz, estando implícito, em muitos casos, a dependência entre uma e outra[577]. Em Penalva do Castelo, o rei manda distribuir as herdades pelos interessados para que povoem a vila. Acontece que, embora lavrem as terras, vão "*fazer moradas alhures e levam para la os fruitos que an daquel termo e despobram a dita vila*", contra o que o povoador tinha estabelecido, pelo que o monarca estabelece um prazo curto para que povoem a vila, sob pena de perderem as herdades[578]. O mesmo fica patente na fundação de Vila Boa de Montenegro, em 1301, onde a demarcação do termo é feita "*pera acoyrelarem sse pera os que morarem dentro na dicta vila*", ou em Maiorga, nos coutos de Alcobaça, para a qual o abade Fr. Pedro estabelece, por carta de 1303, que "*os sesmeyros deuem dar sesmarias a quantos quiserem morar na dita poboa*" [579].

Ora nada indica que as divisões do solo urbano e das parcelas rústicas ficassem a cargo de duas pessoas diferentes[580]: quando, em 1319, D. Dinis decide criar a póvoa

---

[574] O foral de Alfândega da Fé encontra-se publicado por Francisco Manuel ALVES, *Bragança...,* tomo IV, doc. 110, p. 324-325.

[575] João Ayres de AZEVEDO, "Origens de Villa Real", vol. IX, p. 824-827 e vol. X, p. 943-947.

[576] Virgínia RAU, *Sesmarias medievais portuguesas*, p. 162.

[577] Relação que se estabelecia apenas no caso dos agricultores. No repovoamento de Montalegre estabelece-se um foro para os moradores que tomassem herdamento na Póvoa, e outro para os "*meesteiraes e outros mercadores e outros homens que hy ueerem pobrar se nom ouueren herdamento*". António de Castro HENRIQUES, *O rei e a Terra do Barroso…,* p. 153. A composição diferenciada dos núcleos e a distribuição de jeiras apenas pelos agricultores era prática corrente em toda a Europa. Na carta de *paréage* de Grenade-sur-Garonne, em função dos 3000 colonos previstos, estabelece-se uma repartição do território em 3000 lotes para a edificação de casas, 3000 "casals" (almuinhas) e apenas 2000 parcelas de terra arável, o que significa que um terço da população se dedicava a outras atividades que não a agricultura.

[578] António Matos REIS, *Os concelhos na primeira dinastia…*, p. 217.

[579] Respetivamente, António Matos REIS, *Os concelhos na primeira dinastia…*, p. 95 e Virgínia RAU, *Sesmarias medievais portuguesas*, p. 56.

[580] Não tomámos em conta os exemplos que ligam as sesmarias e os sesmeiros à atribuição de bens urbanos

denominada Moinho do Açor, entre Coruche e Lavar, delega em João Domingues, "*povoador*", o poder para dar "*casarias e sesmarias*" a quantos aí quisessem residir[581]. É certo que os dois termos parecem opor-se, mas o que aqui nos interessa é a forma como a responsabilidade do parcelamento rural e urbano é entregue a uma só pessoa. Recorde-se que o testemunho mais claro — e tardio — referente ao arruador de Ribeira Grande, o designa como "arruador dos chãos desta villa e seu termo".

E se "chão" foi, segundo Santa Rosa Viterbo, o designativo de uma parcela agrária, foi também uma forma de identificar os lotes urbanos. É sob essa designação que se referem as propriedades urbanas que D. João I manda distribuir em Outeiro de Miranda, as que D. Afonso V manda construir em Santarém ou que se transacionam os terrenos, em Lisboa, na urbanização de Vila Nova do Andrade, já nos finais da centúria[582]. Talvez não seja mera coincidência que a extensão que Sousa Viterbo lhe atribui — de 60 por 30 palmos — encontre inúmeros paralelos no dimensionamento dos lotes de cidades novas (ou bairros), com destaque para Caminha, Salvaterra de Magos, Arronches ou Viana do Alentejo.

Voltando à questão fundamental, é novamente nas fontes dos reinos vizinhos que encontramos referências mais claras e explicitas: na *carta puebla* dada a El Espinar pelo concelho de Segóvia, em 1297, refere-se a função dos quadreleiros, como já vimos, o mesmo que sesmeiros: "*tenemos por bien que para partir los herediamentos e los solares para las moradas que ayan quadreleros*[583]. *A mesma junção de tarefas sob um só cargo, transparece igualmente nas póvoas asturianas, do século XIII, onde o lote urbano é designado por quadrella* e o repartimento por *aquadrellamiento*, deduzindo-se, por isso, que ficava a cargo do *quadrelero*. Em Aragão, por outro lado, onde *quiñon* significava a parcela arável, utilizava-se o termo *quiñonero*, para designar os homens que, sob a supervisão da autoridade, delimitavam o termo, elegiam o lugar de implantação da Póvoa, "*… de a vos fuere mellor visto e mas conveniente*" e parcelavam o solo urbano para as edificações. Segundo Betrán Abadía, competia-lhes igualmente a repartição

não aproveitados pelos respetivos proprietários, mesmo que anteriores à Lei das Sesmarias promulgada em 1376, por entendermos corresponderem a uma realidade diferente. Nestes casos, não se trata de lotear e demarcar um território "sem dono" ou "*herdamentos vagos*", como acontecia no momento de instalação original, mas de atribuir chãos, casas e pardieiros ou seja, parcelas já consolidadas, a quem se comprometesse a rentabilizá-las. Refira-se todavia que, neste âmbito, as sesmarias urbanas são uma presença importante. Apenas a título de exemplo, em 1339, o corregedor de Beja manda que os sesmeiros deem, tanto no corpo da vila como nos arrabaldes e aldeias, todos os campos e pardieiros que achassem desaproveitados há mais de dez anos. Alguns anos depois, em 1366, o regimento dos Regedores de Entre Tejo e Guadiana continha um artigo onde se determinava que os sesmeiros de cada localidade dessem de sesmaria as casas desaproveitadas e os pardieiros nas cercas das vilas e nos arrabaldes, com a condição de fazerem casas e outra coisa não. Em Alcáçovas e Moura mencionam-se "a*sy cassas como uynhas e herdades*". Virgínia RAU, *Sesmarias medievais portuguesas*, p. 71-72, p.196-197 e p. 207-208.

[581] Virgínia RAU, *Sesmarias medievais portuguesas*, p. 56.

[582] *Chancelarias portuguesas. D. João I*, vol. III, tomo 3, p. 173. Maria Ângela BEIRANTE, *Santarém medieval*, p. 112. H. CARITA, *Bairro Alto. Tipologias e modos arquitectónicos*, p. 48. Sobre o termo chão veja-se Rui Maneira CUNHA, *As medidas na arquitectura, séculos XIII-XVIII. O estudo de Monsaraz*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2003, p. 94-95.

[583] Virgínia RAU, *Sesmarias medievais portuguesas*, p. 48. Tal como *cuadrillas* e *cuadrilleiros* se utilizava na distribuição do solo arável. Para a distribuição das terras de Múrcia (III e IV *repartimiento*), Afonso X de Castela criou a *cuadrilla* ou unidade que repartia por seis colonos (três cavaleiros vilãos e três peões). Um ou dois deles, denominados *cuadrilleros*, tinham a responsabilidade de constituir os lotes proporcionais, atribuí-los e fazê-los registar junto da equipa de repartidores. Cédric LAVIGNE, "Assigner et fiscaliser les terres au Moyen Âge..., p. 86.

das terras aráveis entre os colonos, bem como a organização de tudo o que dissesse respeito a pastos, águas e vias de comunicação territoriais. A sua presença deteta-se, em meados do século XIII, nas fundações de Mosquerela, Camarena, Valdelinares, Peña Calva, Atorela, Turriles y Salmansa[584]. As duas funções sob o mesmo cargo, de novo.

Vincando este duplo caráter rural e urbano, pelo menos ao nível da utilização indistinta da terminologia, refira-se como, em castelhano medieval, sesmo podia igualmente significar o "*distrito o parroquia de la villa propriamente dividida em seis; sesmero los que mandam en el sesmo o barrio*"[585].

Da mesma forma que, em Portugal, o termo *quadrela* surge associado a superfícies urbanas, quer com o sentido de lotes/parcelas, quer como sinónimo de bairro. Assim, no Porto, a comunidade judaica recebe trinta quadrelas na rua de S. Miguel[586] e num rol de privilegiados de Évora, redigido em 1475, a cidade é dividida em quadrelas, ao que tudo indica, como sinónimo de bairro. Também em bairros ou quadrilhas se divide o espaço urbano para efeitos de manutenção da ordem e segurança, ficando cada uma das partes a cargo de um quadrilheiro[587]. Finalmente, é também em quadrilhas que se reparte a extensão da cerca fernandina do Porto, aquando da sua construção[588].

Quadrela ou quadrilha, quadreleiros ou quadrilheiros foram, indiscutivelmente, termos de uso urbano que, em qualquer dos contextos detetados, remetem para noções de espaço, superfície ou extensão.

O caráter difuso dos termos, cargos e funções explica-se parcialmente por, na prática, os métodos e instrumentos utilizados para medir, partir e delimitar serem comuns ao parcelamento das terras aráveis, dos lotes urbanos ou demarcações de limites. Não espanta, por isso, que os mesmos homens fossem chamados nas diversas situações: por carta régia, datada de 1 de fevereiro de 1300, Pedro Garcia, sesmeiro do rei no reguengo de Vide (termo de Arraiolos), é nomeado povoador deste extenso domínio, ordenando-se explicitamente que o reparta por quarenta povoadores[589]. Paio Eanes de Valença, povoador em Paço de Rei, Penaguião, Fermentões e Caminha, está também presente nas demarcações da fronteira entre Portugal e Leão, em 1334, em Monforte do Rio Livre[590].

---

[584] BETRÁN ABADÍA, "Las huellas del tiempo: parcelario, tipo y propiedad", p. 155.

[585] Virgínia RAU, *Sesmarias medievais portuguesas*, p. 55. Sobre o caráter isolado e pouco claro da expressão veja-se Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média,* p. 54-55.

[586] Maria José Ferro TAVARES, *Os judeus em Portugal no século XV,* p. 65. Veja-se o documento de medição e demarcação das propriedades do concelho na Colina do Olival datado de 1420, em José Ferrão AFONSO, *A Rua das Flores no século XVI*…, p. 183-184.

[587] *Ordenações Manuelinas*, liv. 1 tít. 54: "*Dos Quadrilheiros*".

[588] Em 1367, D. Fernando aprovou os planos apresentados por João Lourenço, seu meirinho-mor no Entre Douro e Minho e vedor da obra "*fazendo-se 4 quadrelas que se dessem de empreitada tendo cada uma um homem bom por inspetor*". *História da cidade do Porto*, vol. I, dir. Damião Peres, Porto, Portucalense Editora, p. 272-273. O mesmo termo de "quadrellas" é utilizado para referir as extensões da muralha de Castelo Rodrigo que ruíram (1447), por serem de pedra e barro. A. Costa LOBO, *História da sociedade em Portugal no século XV*, Lisboa, Edições Rolim, 1984, p. 104. Também em 1384, durante o cerco de D. Juan I a Lisboa, a vigilância da muralha pressupôs a sua divisão em quadrilhas ou lanços, distribuídos por fidalgos e cidadãos honrados munidos de sinos para lançar o alarme. J. Gouveia MONTEIRO, *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, p. 344.

[589] Maria Rosa MARREIROS, *Propriedade fundiária e rendas da coroa* …, p. 198.

[590] *GTT*, vol. VIII, doc. 4281 p. 1.

Vejamos então, o (pouco) que nos diz a documentação sobre métodos e instrumentos.

Para medir o território utilizavam-se vários sistemas: tiros de besta[591], passadas de cavalo[592], passadas de homem[593] e cordas[594]. Porque o sistema estava longe de ser uniforme e porque cada uma das unidades comportava múltiplas variantes, refere-se por vezes a correspondência utilizada: "... *e deste malhoom ao de cyma da sera cortando ao direito são dezanove cordas que lavávamos pera midyr e cada corda tem cynquoenta e quatro pasos d'omem andando follgados e por este cordell se foy midyndo quanto havya te chegar onde Vallença chega ao termo*"[595].

São vários os exemplos que atestam a prática do cordeamento, utilizada, quer para medir grandes extensões, quer para calcular lotes urbanos[596].

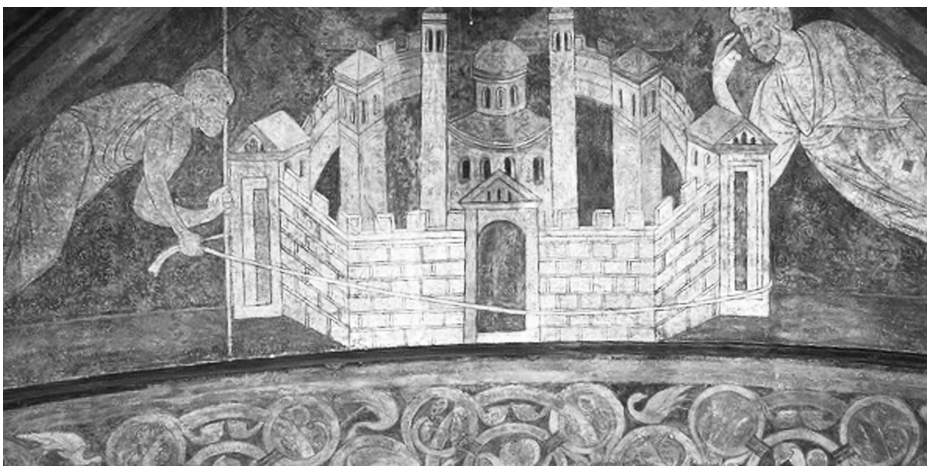


Fig. 53 A corda como instrumento de medição. Representação de Jerusalém Celeste, Igreja de Santa Maria e S. Clemente, séc. XII, Bona, Alemanha

[591] Um tiro de besta rondava os 200 metros. Oliveira MARQUES, "Pesos e medidas", *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, p. 68.

[592] O documento em causa fá-las equivaler a um côvado e três dedos. *Demarcações de Fronteira*, vol. I p. 125.

[593] Ao longo da Idade Média utilizaram-se, pelo menos, dois tipos de passos, o maior e o menor. O primeiro, mais frequente, correspondia a cinco pés. Oliveira MARQUES, "Pesos e medidas", *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, p. 68. Em alguma documentação encontra-se referência ao passo menor: *"... mandey pasear per o alem e contar as pasadas de marco a marco. E cada passo he de quatro palmos*". *Demarcações de Fronteira,* vol. I p. 155.

[594] Segundo Oliveira Marques a corda-padrão mediria 12 côvados, ou seja, o equivalente a cerca de oito metros. Oliveira MARQUES, "Pesos e medidas", *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, p. 68.

[595] *Demarcações de Fronteira*, vol. I p. 163. Também na *Regra, statutos e difinições da Ordem de Santiago* (1509) se menciona explicitamente que o registo em tombo das propriedades aforadas pela ordem, demarcadas e medidas "*per cordas de certas varas de medir*", inclua a informação "d*e quamtas varas he cada corda*". Isabel Maria Lago BARBOSA, "A Ordem de Santiago em Portugal nos finais da Idade Média (Normativa e Prática)", *As ordens de Cristo e de Santiago no início da Época Moderna: a normativa*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1999, p. 268.

[596] A utilização da corda como um dos mais usados instrumentos de medição regista-se por toda a Europa. Enrico GUIDONI, *Storia dell`urbanistica, il duecento*, p. 242. Em Inglaterra as contas reais registam o preço pago pelas cordas utilizadas na medição dos lotes das cidades novas. Maurice BERESFORD, *New towns of the Middle Ages...,* p. 145.

Na inquirição ordenada por D. Dinis, em 1315, para resolver a contenda sobre a demarcação dos limites entre os concelhos de Sortelha e Sabugal, uma das muitas testemunhas ouvidas, Domingos Mendes de Sortelha, declara que "*el sacorda passa per quarenta anos que el vio a homens delrey de portugal medir a ponte do sabuguall com homens do sabuguall per corda…*"[597]. Já aludimos ao documento de Lisboa, datado de 1295, onde se relata como o concelho e o tabelião, fizeram medir os terrenos "... *por cordas, d`ancho e de longo*, […] *e puseram ahi divisões* ..."[598]. Foi também através da corda que Duarte de Armas mediu cada uma das fortalezas da Raia, como ele próprio atesta quando se autorretrata (ou ao seu ajudante) no alto da torre de menagem do castelo de Olivença[599].

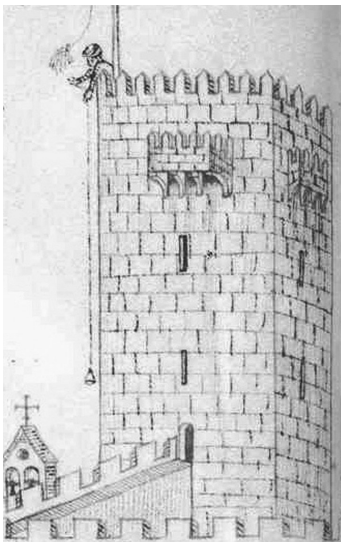


Fig. 54 A corda como instrumento de medição. Pormenor da vista de Olivença, Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, f. 22v.

Com passos ou cordas, as demarcações orientam-se "*ao dyante e ao direito*", "*… cortando ao direito…*"[600] originando, necessariamente, matrizes ortogonais. A linearidade decorrente do uso da corda entrará, de resto, na linguagem comum utilizando-se, no século XVI, "*por cordel*" ou "*cordear*" com o significado de alinhar: "*… para todas as casas ficarem yguais e por cordel…*" ou "*… da parte de demtro se fará huu lanço de casas de cabo a cabo que cordem com as paredes de alguas casas que no dito lanço houver…* "ou ainda "*… se faram paredes novas que cordem com as velhas…*"[601].

[597] Rita Costa GOMES, *A Guarda Medieval...,* p. 18-19. A carta de sentença foi integralmente publicada por António Matos REIS, *Os concelhos na primeira dinastia…*, p. 613-623. O trecho transcrito encontra-se na p. 613.

[598] H. CARITA, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos*, p. 33.

[599] Duarte de ARMAS, *Livro das Fortalezas*, f. 23.

[600] *Demarcações de Fronteira*, vol. I p. 166 e p. 163.

[601] H. CARITA, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos*, p. 170-171 e 181.

As grandes distâncias, medidas por cordas ou passos, traduziam-se em léguas, cujo significado era igualmente muito variável, podendo ser simples, boas ou pequenas. Embora tudo aponte para que, em Portugal, se utilizasse a correspondência aos 3000 passos que Afonso X definira nas *Siete Partidas,* a verdade é que, como sublinhou Gastão Melo de Matos, a légua era estimada numa hora de caminho a pé "*o que pode explicar que nas regiões planas tivessem grande extensão, mas não que o mesmo caso se desse em regiões montanhosas*"[602].

Independentemente da sua extensão, importa referir a forma como a légua foi correntemente utilizada na divisão administrativa do território podendo encontrar-se, por diversas vezes, como um valor padrão para a dimensão ou administração dos termos concelhios. Em 1289, D. Dinis estabelece que até uma légua em torno de Vila Real "*no aia uenda de regatia nenhua nen Mesteyraes*"[603]; em 1376, D. Fernando decide elevar Vila Nova da Rainha a município, concedendo-lhe, por termo, uma légua em redor[604]. Também o infante D. Henrique atribui uma légua "*ao redor*" do Cabo de Trasfalmenar (Sagres)[605]. Na carta em que D. Manuel eleva Ribeira Grande a sede do concelho, datada de 1508, descreve-se o processo de medição: "... *uma légua de termo ao redor, contada do pelourinho d`ele para todas as partes em redondo*"[606]. É também a légua que serve de baliza quando, em 1516, o monarca pretende combater o despovoamento que atingira o intramuros de Monforte de Rio Livre, fazendo cair a imposição de residência sobre todos aqueles que morassem no raio de uma légua ao redor da vila[607].

---

[602] Henrique da Gama BARROS, *História da administração pública em Portugal...*, tomo IV, p. 338-339. Oliveira MARQUES, "Pesos e medidas", *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, p. 68. Gastão Mello de MATOS, *Contribuição para o estudo de antigas medidas portuguesas*, Madrid, C. Bermejo, 1953, p. 863.

[603] João Ayres de AZEVEDO, "Origens de Villa Real", vol. IX, p. 827.

[604] João Pedro FERRO, *Alenquer Medieval (Séculos XII-XV), Subsídios para o seu estudo,* Cascais, Patrimonia, 1996, p. 28.

[605] A. Costa LOBO, *História da Sociedade em Portugal no século XV*, p. 445.

[606] Maria Helena da Cruz COELHO, Romero de MAGALHÃES, *Poder Concelhio*, p. 138.

[607] José MARQUES, *A Arquidiocese de Braga*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, p. 313. A légua era também a medida utilizada como base para o número de funcionários concelhios necessários. João José Alves DIAS, *Gentes e Espaços*, p. 130.



Fig. 55 A vara como instrumento de medição
(Bertrand Boysset, *La Siensa de destrar*, f. 11v.-12 e f. 163)

Para extensões mais curtas, utilizava-se preferencialmente o sistema que tinha por unidade-base o palmo, sobretudo os múltiplos de 3 e 5, ou seja, o côvado e a vara.[608].

Ao longo dos séculos XV e XVI, o registo das dimensões das propriedades urbanas é sempre expresso em varas e côvados[609]. É também a vara que Duarte de Armas utiliza para medir as torres e os panos de muralhas das estruturas defensivas raianas.

---

[608] Sobre a questão das medidas em Portugal veja-se o já várias vezes aqui citado artigo de A. H. de Oliveira MARQUES, "Pesos e medidas", *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, p. 67-72; Mário Jorge BARROCA, "Medidas-padrão medievais portuguesas" *História, Revista da Faculdade de Letras*, II Série, vol. IX, Porto, Universidade do Porto, 1992, p. 53-85, e o artigo de Mário VIANA, "Algumas medidas lineares medievais portuguesas: o astil e as varas", *Arquipélago. História*, 2ª Série, 3, Universidade dos Açores, 1999, onde o autor chama a atenção para a existência dos dois sistemas de medição usados paralelamente: o "*de medir pano*" e o "*de craveira*", cujos valores diferentes vêm explicar as discrepâncias encontradas na documentação. No sistema de medir pano, o palmo é de 0,183, o côvado de 0,550, a vara de 0,917 e, finalmente, a braça de 1,833. No sistema de craveira, por seu turno, o palmo é de 0,220, o côvado de 0,660, a vara de 1,100 e a braça de 2,200. De acordo com esta explicação, grande parte dos problemas levantados nos artigos mencionados anteriormente ou nos que, também relativos às medidas medievais portuguesas, a seguir se indica, ficam resolvidos. João M. CASACA, *O palmo craveiro e as antigas unidades de comprimento*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2006; António REI, "Pesos e medidas de origem islâmica em Portugal. Notas para o seu estudo", *Chão de Letras*, 1, Câmara Municipal de Évora, 1998.

[609] Veja-se, a título de exemplo, Isaías da Rosa PEREIRA, "O hospital do Espírito Santo da vila da Castanheira", *Do Tempo e da História,* Tomo IV, Universidade de Lisboa - Instituto da Alta Cultura, Lisboa, 1971, p. 53-95; o *Tombo das Capellas e Hospícios da Villa de Guimarães,* de 1498, estudado por Alberto SÁ, *Sinais da Guimarães urbana em 1498,* dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Minho, Braga, 2001. Os exemplos de Braga apresentados por Rui MAURÍCIO, *O Mecenato de D. Diogo de Sousa...,* p. 51. O *Tombo Antigo da Câmara de Coimbra (1532)*, introdução, leitura e notas de J. Branquinho de Carvalho, Coimbra, Biblioteca Municipal, 1964. O côvado é o padrão utilizado para descrever os açougues do rei em Pinhel, em 1395, bem como no século XV em Santarém, seja em propriedades régias, seja nas pertencentes à igreja do Salvador. Côvados e varas são indistintamente usados nos tombos das confrarias de Torres Novas. "Tombo da Comarca da Beira (1395)", edição

Para cronologias mais recuadas, pelo contrário, as dimensões quase nunca são referidas, não se conhecendo, até à data, nenhum caso integrável em contexto de fundação. As cartas de foral portuguesas nunca associaram ao número de povoadores e lotes pretendidos um dimensionamento padrão, ao contrário do que sucedeu noutras partes da Europa, de que é exemplo a diretriz incluída na carta que estabelece a fundação de Villarreal de Urrechua "… *partan el mayor solar en esta manera, que seia de seis brazadas en ancho e nueve en luengo, segun uso e costumbre de la tierra de Guipuzcoa, e que el médio solar que seia la mitad destas dichas brazadas en ancho e en luengo*"[610].

Curiosamente, as poucas referências a medidas encontradas para os séculos XIII e XIV dão primazia à braça, em detrimento da vara e do côvado: D. Dinis promove as demolições necessárias para que a rua Nova tenha, pelo menos, oito braças de largura e as delimitações de um terreno, em anos próximos, referem *10 braças em ancho e 10 em longo*[611]. Também em braças são indicados os perímetros das cercas urbanas, o que facilmente se compreende por ser a medida maior e por isso a mais apropriada para grandes extensões. O seu uso fica patente nos casos de Arraiolos, Bemposta, Viana do Alentejo, Redondo, Foz Côa ou Lomba[612].

Os vários limites assim medidos assinalavam-se com a imposição de cruzes, estacas, marcos de pedra ou malhões, a que se associavam acidentes geográficos de maior visibilidade como árvores, penedos ou linhas de água[613]. Também se encontra documentada a prática de demarcação através de sulcos abertos pelo arado[614], sistema muito utilizado na delimitação das presúrias, e que era, afinal, a permanência de uma das mais conhecidas práticas romanas[615].

---

de Anselmo Braancamp Freire, *Archivo Historico Portuguez*, X, 1916, p. 281. Manuela MENDONÇA, *O Tombo da igreja do Salvador de Santarém*, Lisboa, Colibri, 1997, p. 60-61. Ângela BEIRANTE, *Santarém medieval*, p. 112-115. *Confrarias medievais da região de Torres Novas: os bens e os compromissos,* transcrição paleográfica de Leonor Damas Lopes, intr. de Margarida Teodora Trindade, Torres Novas, Câmara Municipal, 2001.

[610] Beatriz ARIZAGA BOLUMBURU, *Urbanística Medieval (Guipúzcoa),* p. 202.

[611] H. CARITA, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos,* p. 33.

[612] Veja-se p. 127.

[613] Constituídos por marcos de pedra, pedra e terra ou pedra e argamassa continham inscrições — sobretudo as quinas de Portugal, por oposição às faixas de Aragão e aos Leões de Castela — mas também cruzes chantadas. Isolados ou dispostos em grupo formando um pequeno recinto, os marcos distinguem-se dos malhões; estes caracterizam-se por um amontoamento de pedras, com uma altura variável, chegando a ser "*tam altos como hum homem*". Alguns eram encimados por cruzes de madeira que os tornavam mais visíveis. Uns e outros aproveitavam a proximidade de elementos naturais que sublinhassem e facilitassem a sua localização: árvores de maior porte, penedos, cursos de ribeiras, cordilheiras, funcionavam como pontos de referência. Qualquer destes sistemas era já utilizado na Época Romana. Veja-se a este propósito Gérard CHOUQUER; François FAVORY, *L'arpentage romain: histoire des textes, droit, techniques*, Paris, Editions Errance, 2001, p. 62-63.

[614] Virgínia RAU, *Sesmarias medievais portuguesas*, p. 33.

[615] No âmbito dos rituais romanos de fundação de cidades e, concretamente, na cerimónia intitulada *inauguratio*, o *pomerium* ou perímetro da cidade era rasgado no terreno por um arado, puxado por uma junta de bovinos e conduzido por um sacerdote. O sulco aberto constituía o limite do espaço sagrado. O ritual é descrito por Plutarco, Virgílio, Catão e Horácio. A representação do ritual foi utilizada nas moedas comemorativas da fundação de Cæsaraugusta, atual Saragoça. Do mesmo ritual dá conta Isidoro de Sevilha nas *Etimologias*, texto latino, versión española y notas por Jose Oroz Reta y Manuel A. Marcos Casquero, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1982-1983, p. 227.

Tudo o que ficou dito até agora, da base de recrutamento à simplicidade das tarefas remete-nos para uma figura que, sendo presença obrigatória em qualquer dos processos referidos — demarcação, sesmarias ou fundação — tende a passar despercebida pelo caráter vago e plural das referências: a dos homens-bons.

Para além de serem convocados como testemunhas, porque assim o exigia o caráter público do ato, constituíam o elo de ligação ao território sobre que se atuava[616]. Alguns eram designados como "*antigos*", com uma autoridade legitimada pela idade avançada, traduzida num profundo conhecimento da terra: na contenda sobre os limites dos concelhos de Sortelha e Sabugal o rei ordenava que "… *fossen hy homens boons sabedores da terra e dos mays antigos…*"[617].

Como foi já anteriormente referido, num conjunto assinalável de casos, o seu papel deteta-se igualmente no período de negociações que precedia a fundação propriamente dita. No Barroso, os representantes do rei acordaram as condições do povoamento com o "povo" da terra, expressamente convocado para esse efeito e é o próprio monarca quem refere*"… a postura que Pero Anes foucinha, meu clérigo pos convosco da mha parte…*"[618].

A estas funções acresciam outras, ao que tudo indica, mais diretamente relacionadas com a atuação sobre o território. No caso das demarcações de fronteira sabemos que lhes competia amalhoar as extremas, ou seja, erguer os marcos e malhões que assinalavam os limites das propriedades: na inquirição sobre a posse e os limites de Barrancos, uma das testemunhas ouvidas diz "... *que os vio andar amalhoando e que herom obra de sessenta ou setenta omens*", entre os quais vinham os alcaides, escrivães e regedores da vila.[619]. O mesmo se depreende da ocasião em que D. Dinis enviou Aparício Domingues "*seu sobre-juiz e Joham Lourenço*", cavaleiro e seu vassalo, "… *pera poerem com os homeens boons que hi veerem polos concelhos marcos e divisões en aqueles logares* …"[620]. Ainda mais sugestivo é o trecho seguinte: "… *E elle tomara os dictos homens bons de Moura e de Serpa quaes elle achara que foram em aquella partyçom quoando ho dycto Dom Martym Nunez mestre do Tempple e Dom Afomso Pyres e outros partyram e com muitos homens bons do templle e alem delle foram apeegar juramento dos Samtos Avamgellos a dycta partyçom dos dictos termos com aquelles homens bons que ja damtes nella forom*"[621] .

---

[616] "*Outro sy o dicto Roy Perez E eu aluaro perez escripvam [do] dicto senhor chegamos Ao Regeego da pobooa delRey pera emquerer e marcar as herdades do dicto Senhor e pera se todo esto mylhor e mays cõpridamente Saber fez perante sy vijr Johã gonçallues e joham dominguez Juízes do dicto logo e outros homéés bóós dese mesmo logar".* "Tombo da Comarca da Beira (1395)", edição de Anselmo Braancamp Freire, Archivo Historico Portuguez, X, 1916, p. 216.

[617] Publicado por Rita Costa GOMES, "Sobre as fronteiras medievais: a Beira", p. 62-71. Exemplos onde a idade é referida podem ser lidos em *GTT,* vol. III, doc. 2852, p. 626 e p. 628 .

[618] Publicado por António Matos REIS, *Os concelhos na primeira dinastia…,* p. 584.

[619] *GTT*, vol. III, doc. 2853, p. 669.

[620] *GTT*, vol. VIII, doc. 4364, p. 301-302.

[621] *GTT*, vol. III, doc. 2852, p. 622. O Fuero de Usagre, no título 423, "*De partir heredades*", refere explicitamente o trabalho conjunto dos sesmeiros e homens bons: "*Quándo conceio quisier partir per conceio en die domingo manden a los sexmeros que partan los que les mandaren de tal lugar a tal lugar et tomen ommes bonos de conceio et eguen ios sexmos*". *Fuero de Usagre (siglo XIII)...*, p. 147.



Fig. 56 Bertrand Boysset, *La Siensa de destrar*, f. 293v.

Se para as fundações portuguesas não dispomos de dados concretos, importa estabelecer paralelos com regiões geograficamente próximas onde os processos de fundação ocorreram de forma muito similar, quer ao nível da escala, quer nos programas adotados ou na resultante morfológica, caso de Guipúzcoa ou Astúrias. Em qualquer dessas regiões pode, comprovadamente, atribuir-se este tipo de tarefa a um conjunto de homens bons escolhidos para esse efeito. Na carta de foral de Munguía, datada de 1376, determina-se que os novos povoadores comprem os lotes por preços convenientes de acordo com o que decidirem, sobre os santos evangelhos, os homens bons encarregues de ordenar a cerca da dita vila[622]. O mesmo encargo de repartição dos lotes está patente em Villareal de Urretxu e Azpeitia: "… *e que los solares dende que los partan Joan Garcia de Aichaga e Martin Ibañez de Salete e* […] *por cuanto nos dijeron que son omes Buenos e sin sospecha* […] *Pero que tenemos por bien que estos dichos cinco omes que fagan jura sobre los santos evangelios e la señal de la cruz que bien e verdadeiramente farán la dicha igualdad e partición de los dichos solares e médios solares e sin banderia alguna*"[623] .

[622] Beatriz ARIZAGA BOLUMBURU, *Permanencias urbanísticas...,* p. 47.

[623] Beatriz ARIZAGA BOLUMBURU, *Urbanística Medieval (Guipúzcoa)*, p. 202 e José Ignacio LINAZASORO RODRÍGUEZ, *Permanencias y arquitetura urbana: las ciudades vascas de la época romana a la ilustración*, Barcelona, Gustavo Gili, 1978, p. 117.

À mesma conclusão chegou Ruíz de la Peña, após estudar detalhadamente o processo de fundação das póvoas asturianas, desencadeado no decorrer do século XIII: "*fijado el lugar para «hacer la puebla», se procedia al aquadrellamiento o división de las quadriellas assignadas a cada uno; el reparto de los lotes entre los beneficiários se encomendaba a una comissión de «hombres Buenos» y comportaba para aquéllos la obligación de venir a residir a la puebla y construir allí sus casas en un plazo determinado*"[624].

Um documento português de meados do século XIV, exemplifica como a mesma escolha do povoador por entre os homens bons era prática comum entre nós: trata-se da anuência de D. Pedro ao pedido de nomeação de um povoador para o concelho de Vinhais, em 1363: "…*vi a carta que me enujastes em que diziades que a uos compria huu pobrador que fosse compridoyro aa terra* […] *E diziades que porque salvador dominguez mercador morador em essa ujlla he homem boom e asesegado e quite de mãaos fectos e tal que compre pera seer nosso pobrador porque he meu serujço e prol de uos* […] *mando que o aiades por nosso pobrador e que façades por el em aquello que a seu officio perteencer segundo se sooe fazer em esta razam no tempo dos outros pobradores que hi ouue em essa terra E el jure dello aos auangelhos que bem e djreitamente obre desse officio…*"[625].

Iniciámos o capítulo referindo os problemas que o tema suscita. Encerramo-lo sem respostas concretas e inequívocas. Pela documentação compulsada, todavia, é possível entrever algumas linhas gerais.

Em primeiro lugar, o paralelismo detetado entre os vários processos: independentemente de se tratar de demarcações de fronteiras, limites concelhios ou divisão do solo em parcelas, os métodos, os instrumentos e os intervenientes são comuns.

Por entre as comitivas numerosas que presenciam os atos destacam-se os que representam o rei. De perfil muito variado, alguns revelam uma experiência acumulada em múltiplos processos de povoamento e demarcação. Clérigos ou oficiais administrativos, sozinhos ou coadjuvando outras figuras maiores eram, por sua vez, assessorados por tabeliães e homens-bons dos locais em que atuavam. Industriados pelo rei, tomavam, *in loco,* as decisões necessárias, aplicando por entre um conjunto de soluções rotinadas as que melhor se adaptavam a cada caso. Convocam a população, negoceiam as condições, cumprem os rituais e fazem registar por escrito todos os procedimentos. Transmitem o conhecimento da terra ao monarca da mesma forma que, pelo poder delegado e pelos procedimentos seguidos, materializam a presença do rei, mesmo nas regiões mais periféricas do reino.

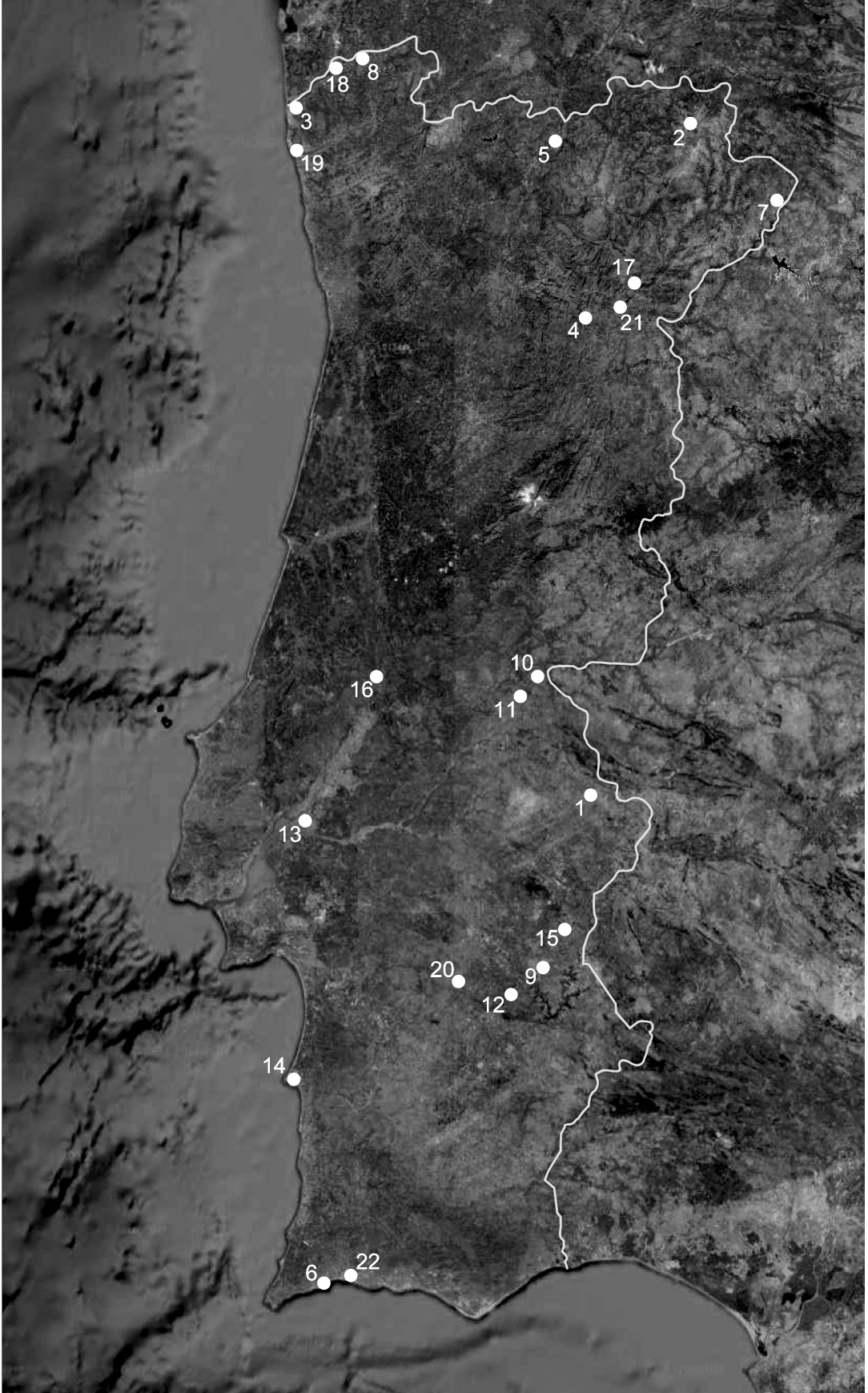
Alguns parecem especialmente enviados pelo monarca, sobretudo nos casos estratégicos ou nos que se afiguravam de resolução difícil e morosa, particularmente quando as negociações envolviam outros poderes instituídos. Noutras ocasiões, de caráter mais corriqueiro, o rei nomeava como seu povoador alguém da terra, escolhido

[624] Juan Ignacio RUÍZ DE LA PEÑA, *Las «Polas» Asturianas en la Edad Media. Estudio y diplomatario*, Oviedo, Universidad de Oviedo, Departamento de Historia Medieval, 1981, p. 109-111.

[625] *Chancelarias portuguesas. D. Pedro I*, f. 90v-91, [855], p. 389-390. Também a medição e demarcação das propriedades do concelho na Colina do Olival, no Porto, foi feita, em 1420, por Joham Giraldez, mercador, vizinho e morador na dita cidade, embora aqui a tarefa fosse desempenhada em conjunto com Gonçalle Anes, vedor das obras que, chegado "*aa Rua do Souto lançou logo ho codell a huma quadrella*". Com eles seguia o tabelião encarregue de registar por escrito todo o processo. José Ferrão AFONSO, *A Rua das Flores no século XVI…*, p. 183-184.

por entre os seus próprios funcionários: alcaides, juízes, sacadores. Em inúmeras ocasiões, a escolha recairia em homens-bons, idóneos e sem suspeita. Ou nos próprios sesmeiros que eram, afinal, de todos os homens-bons, aqueles que mais prática teriam na divisão e demarcação do território.

A verdade é que, no caso das cidades portuguesas como na generalidade das cidades fundadas de novo em toda a Europa, os procedimentos não exigiriam grande especialização. Os programas eram modestos e sua transposição formal normalmente simples. O domínio de princípios elementares relacionados com o aproveitamento eficaz do quadro físico, a capacidade de resolver operações aritméticas básicas, de medir e de cordear, traçando linhas direitas e cruzando-as em ângulos retos, seriam, quase só, os requisitos exigidos para a composição de uma vila nova.


18
8
3
19
5
2
7
17
21
4
10
16
11
1
13
15
20
9
12
14
6
22

5. Vinte e dois passos para o *tipo*

Analisadas as formas e os agentes e processos de povoamento nos dois capítulos precedentes, segue-se uma amostragem de 22 casos de vilas de fundação, de cronologia e localização diversas[626]. Importa sublinhar que não se trata de monografias extensas e exaustivas, nem tal aqui seria possível, mas apenas "sondagens" que, a partir do cruzamento das fontes e bibliografia disponível, permitam a perceção e construção gradual das linhas gerais de atuação e formalização anteriormente analisadas. Por outras palavras, identificar o todo ou partes do *tipo* em 22 situações diferentes.

(por ordem alfabética)
1. Arronches
2. Bragança
3. Caminha
4. Cedovim
5. Chaves
6. Lagos
7. Miranda do Douro
8. Monção
9. Monsaraz
10. Montalvão
11. Nisa
12. Portel
13. Salvaterra de Magos
14. Sines
15. Terena
16. Tomar
17. Torre de Moncorvo
18. Valença
19. Viana da Foz do Lima
20. Viana do Alentejo
21. Vila Nova de Foz Côa
22. Vila Nova de Portimão

[626] Sobre os critérios que presidiram à escolha dos casos veja-se capítulo 3. *Forma(s)*, p. 106-107.

Arronches

Situada na margem esquerda do Rio Caia e definitivamente reconquistada aos muçulmanos em 1235, no reinado de D. Sancho II[627], Arronches viria a integrar o conjunto de vilas fortificadas que constituíam a primeira linha defensiva do reino. É essa mesma localização raiana que explica, em grande parte, as vicissitudes pelas quais passou no período pós-Reconquista, como objeto de doações sucessivas para logo de seguida ser recuperada pela coroa, face ao evidente valor estratégico que representava na defesa do reino.

Vejamos os principais passos.

Em 1236, D. Sancho doava o "*castrum*" de Arronches ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, cujo prior prestara, de acordo com as crónicas coevas, uma preciosa ajuda na Reconquista da vila aos mouros[628].

Menos de três décadas volvidas, em 1264, D. Afonso III propunha aos crúzios a troca do "*castello*" de Arronches pelo reguengo de Maceira, nas proximidades de Leiria, justificando a decisão pela localização da vila "*in confinio Regni Portugalie",* de cuja eventual perda viria grande dano e perigo ao rei e ao reino[629]. Por entre as condições acordadas para o escambo, Santa Cruz mantinha apenas a posse da igreja de Arronches.

Em 1271, era a vez de D. Afonso III doar Arronches, desta feita, em regime de morgado, ao infante D. Afonso. Seguindo as práticas em uso nas cortes francesa e castelhana, o monarca dotava o seu filho segundo de um verdadeiro potentado onde, para além de Arronches, se integravam as também fronteiriças vilas de Portalegre, Marvão e Vide[630].

No reinado de D. Dinis, Arronches voltaria a mudar de mãos. Efetivamente, no contexto conflituoso que ao longo de três décadas caracterizou a relação dos dois irmãos, D. Dinis e o Infante D. Afonso[631], os vastos domínios deste último representavam um perigoso enclave territorial, tanto mais grave quanto a proximidade que tinha a Castela.

---

[627] Alexandre Herculano, sem concretizar o ano, defende a anterioridade da conquista de Arronches relativamente à data de 1236, avançada por Frei António Brandão na *Monarquia Lusitana*, parte IV, cap. XVI, f. 140, com base no argumento de que "*submetidas Badajoz, Elvas e Jurumenha, era impossível que os sarracenos sustentassem ainda Arronches, encravada em territórios nos quaes, por muitas léguas em volta, campeavam victoriosas as armas christans*". Alexandre HERCULANO, *História de Portugal*, tomo IV, Livraria Bertrand, [18-?], p. 341.

[628] *Chancelaria de D. Afonso III*, Liv. I, vol. 1, Coimbra, 2006, pp 107-108. A participação do prior crúzio é relatada nos *Anais Quatrocentistas de Santa Cruz de Coimbra* e na *Crónica dos Sete primeiros reis de Portugal,* (ed. crítica por Carlos da Silva Tarouca), Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1952, vol. I, cap. XI, XII, p. 35-36.

[629] *Chancelaria de D. Afonso III*, Liv. I, vol. I, Coimbra, 2006, p. 357-361. Veja-se sobre o assunto Leontina VENTURA, "A fronteira luso-castelhana na Idade Média", *Revista da Faculdade de Letras*, II série, 15, Porto, 1998, p. 41.

[630] *Chancelaria de D. Afonso III*, Liv. I, vol. 2, Coimbra, 2006, p. 85-87. A doação de 1271 englobava as vilas de Arronches, Marvão e Portalegre. O senhorio de Vide seria acrescentado em 25 de maio de 1273. *Chancelaria de D. Afonso III*, Liv. I, vol. 2, Coimbra, 2006, p. 140 e p. 152-153. Ao contrário da doação de D. Afonso III, quer os *apanages* franceses que Luís VIII instituiu em benefício dos secundogénitos, quer os *mayorezagos* régios adotados em Castela, revertiam para a coroa em caso de inexistência de descendência masculina legítima. Bernardo SÁ-NOGUEIRA, "A constituição do senhorio fronteiriço de Marvão, Portalegre e Arronches em 1271. Antecedentes regionais e significado político", *A Cidade,* Nova Série, 8, Portalegre, 1991, p. 24-27. Leontina VENTURA, *D. Afonso III*, p. 155-156.

[631] Para uma análise dos motivos que estiveram na base dos conflitos, veja-se SÁ-NOGUEIRA, "A constituição do senhorio fronteiriço de Marvão, Portalegre e Arronches em 1271…", p. 34.

Por isso, Arronches voltaria à posse da coroa em 1287, após dois meses de cerco, o mesmo sucedendo a Portalegre e Marvão, em 1300. Como compensação dos territórios perdidos, o infante D. Afonso recebia as vilas de Armamar, Ourém e Sintra[632] o que, em termos reais, significava o enfraquecimento do poder do infante: a um importante senhorio constituído por vilas e castelos contíguos e fronteiriços, que o próprio monarca qualificava como "… *dos mays fortes do reyno e mays perigosos ao reyno porque stavam na fronteyra del*"[633], sucedia-se um outro, de caráter disperso e localização interior, mesmo que as rendas fossem mais elevadas[634].

Para o nosso propósito os factos relatados revelam-se de enorme importância, sobretudo, no âmbito da caracterização das defesas da vila. Por entre os documentos elencados, refere-se um "*castrum*" (1236), um "*castello*" (1264), bem como um assédio de dois meses, montado pelo exército conjunto dos reis de Portugal e Castela (1287). O que pressupõe uma vila bem fortificada, capaz de resistir a cercos prolongados.

A tradição, todavia, com base nos relatos dos cronistas, atribui a construção do castelo a D. Dinis: "*Este rei em seu tempo fez quasi de novo todalas Villas, e Castellos de riba Dodiana, ha saber: Serpa, Moura, Olivença, Campo Maior, Ouguella, cujos alcaceres, e castellos fez de fundamento com muitas dezpesa, e assi fez na dicta Comarqua dantre Tejo, e Odiana hos Castellos de Monforte, e Darronches*…"[635].

A campanha de obras em causa só pode referir-se a trabalhos de reconstrução e atualização de uma estrutura pré-existente, modernização que a torre de menagem, representada por Duarte de Armas, poderá testemunhar[636].

O problema do castelo é, porém, mais complexo. Na verdade, dois anos depois de D. Afonso III recuperar a posse da vila ao mosteiro de Santa Cruz, ou seja, em 1266, o monarca concedeu-lhe um terreno "… *quod habeo in villa mea de Arronches in loco ubi fuit alcaçar vetus ubi fratres sancte Crucis habitare solebant et ipsum terrenum non extendatur amplius quam muros antiqus alcaçaris veteris intra se includebat in quo terreno faciant domos ad colligendum ibi fructus suos et res suas et ad faciendum ibi mansionem*…"[637]. Recorde-se que os crúzios mantinham o padroado da igreja de Arronches.

Ora esta doação parece contrariar a ação anterior do monarca: se o argumento utilizado por D. Afonso III para reaver o "*castellum*" de Arronches assentou, como ele próprio indica, em questões de estratégia militar, por que desistiria, apenas dois anos volvidos, do Alcácer velho de Arronches?

---

[632] José MATTOSO, "Dois séculos de vicissitudes políticas", *História de Portugal,* dir. José Mattoso, vol. II, *A Monarquia Feudal (1096-1480),* p. 159-161.

[633] IANTT, *Chancelaria D. Dinis*, Liv. III, f. 90v.

[634] *Monarquia Lusitana*, parte V, f. 130-a. José A. de Sotto Mayor PIZARRO, *D. Dinis*, p. 82-86 e 125-127.

[635] Rui de PINA, *Chronica do muito alto e muito esclarecido principe Dom Diniz…,* Capítulo XXXII, p. 94; *Crónica de Portugal de 1419*, edição crítica, introdução e notas de Adelino de Almeida Calado, Aveiro, Universidade de Aveiro, 1998.

[636] Duarte de ARMAS, *Livro das Fortalezas*, f. 31-32 e 124v.

[637] *Chancelaria de D. Afonso III*, Liv. I, vol. 1, Coimbra, 2006, p. 410-411.

A explicação para este facto, na ausência de outros dados documentais que o clarifiquem, tem de basear-se exclusivamente na análise da cidade atual e na lógica de ocupação do espaço.

O raciocínio seguido parte de alguns pressupostos inequívocos:

— sob o domínio muçulmano, Arronches contava já com uma estrutura militar a que o mouro Razis faz clara referência "*Neste território (do termo de Egitânia) há fortes castelos onde o clima é mui são, tal como o de Monsanto, que é muito sólido; o de Arronches; o de Montalvão que se encontra no cimo de um monte muito elevado...*"[638]; o que justifica que, em 1236, surja a referência ao "castrum" de Arronches;
— em 1264, a coroa chama a si a posse do "*castellum*", considerado de extrema importância para a defesa do reino;
— em 1266 faz-se referência a um alcácer velho, subentendendo-se, pela sua doação, a perda de valor estratégico; a ter sido já construído sob domínio cristão não seria, escassos trinta anos decorridos sobre a conquista, considerado velho e alienável; por isso, tudo indica que o alcácer velho fosse o de origem muçulmana;
— ao mesmo tempo, se a expressão "*ubi fuit alcaçar vetus*", indicia, por um lado, o desaparecimento ou, pelo menos, o desativar da estrutura, acusa, por outro, a existência de uma outra, "nova" por oposição àquela, e que a coroa conservava na sua posse; só admitindo a existência de um novo castelo se entende a decisão tomada por Afonso III, em 1266; seria este castelo novo que, mais tarde, D. Dinis viria a reconstruir (dos danos sofridos no cerco de 1287?), atualizando-o de acordo com as mais recentes técnicas militares?

A aceitarmos a existência do referido *Alcacer vetus*, e perante a ausência total de vestígios materiais, será possível conjeturar sobre a sua localização?

A análise atenta do levantamento atual de Arronches pode fornecer algumas pistas.

De acordo com a tradição, o mosteiro de Santa Cruz edificou a igreja de Santa Maria no ano imediato à Reconquista[639], conservando o padroado, mesmo depois do escambo realizado com a coroa, em 1264[640].

O templo que hoje existe, e que na primeira metade do século XVI veio substituir o primitivo, ocupa o local mais alto de toda a vila, aquele de onde se detém o melhor

[638] Texto reconstituído por Lévi-Provençal a partir da tradução espanhola da *Crónica do Mouro Razis*, da *Crónica Geral de Espanha de 1344* (versão portuguesa) e de fontes árabes. A. Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, vol. I, p. 44.

[639] A sua fundação é atribuída a S. Teotónio, prior de Santa Cruz, logo em janeiro de 1236. Falecido entretanto, a obra viria a ser concluída por D. João Pires que nela colocou como prior o irmão D. Godinho. Pinho LEAL, *Portugal antigo e moderno. Vol. 1, p. 239. Diccionario Geográfico (Memorias Paroquiais de 1758),* Arronches, p. 611-618.

[640] *Chancelaria de D. Afonso III,* Liv. I, vol. I, Coimbra, 2006, p. 363-364. A igreja representada por Duarte de Armas na primeira década do século XVI deverá ser ainda o templo original. A campanha de construção do atual edifício, embora atribuída ao primeiro quartel do século XVI, ter-se-á arrastado no tempo, decorrendo ainda em 1542 quando, já assente o pórtico renascentista da autoria de Francisco de Loreto, a igreja se mantinha sem portas e "deuassa". Pedro FLOR, "O Portal da Igreja Matriz de Arronches e a Escultura do Renascimento em Portugal", *O Largo Tempo do Renascimento: Arte, Propaganda e Poder,* coord. Maria José Redondo Cantera, Vitor Serrão, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2008, p. 5.

campo de visão sobre o território circundante, protegendo, precisamente, a parte da colina que a Ribeira de Arronches e o Caia não circundam.

O espaço que a este e sul envolve a igreja, local onde mais tarde se construiu a Misericórdia, apresenta ainda hoje um tecido edificado pouco denso e até algo desarticulado, ao mesmo tempo que o crescimento da vila se fazia exatamente para a vertente contrária da colina, virada a norte, facto inexplicável, a não ser que o terreno em causa estivesse de alguma forma condicionado.

O mesmo terreno que linhas de relevo e muros de suporte parecem envolver de forma circular.

A hipótese que aqui deixamos — e que sem intervenção arqueológica que a suporte não passa disso mesmo — remete para uma situação frequentemente posta em prática na Reconquista cristã: a ocupação, por parte dos conquistadores, das estruturas militares existentes, a par da sacralização da mesquita, convertida em templo cristão, sob a invocação de Santa Maria[641]. Recorde-se como, na cidade muçulmana, alcácer e mesquita apresentam, invariavelmente, uma relação de estreita vizinhança. Seguindo este raciocínio, parece plausível que a igreja ocupe, parcialmente, o espaço do antigo alcácer.

O facto de Santa Cruz manter o padroado da igreja após 1264, quando Arronches retorna ao domínio real, pode explicar a decisão régia tomada em 1266, de doar ao mosteiro o espaço envolvente, possibilitando, dessa forma, o desenvolvimento do cenóbio. Nesse espaço, já antes habitado pelos crúzios — representando a opção mais natural no período imediatamente seguinte à Reconquista — seriam então edificados os celeiros e a mansão, sem que excedessem o espaço delimitado pelos muros do alcácer velho.

Se o rei podia ceder o local do castelo velho, já desativado e reutilizado para outros fins que não militares, era porque, entretanto, se edificara o novo castelo, no canto nordeste da colina, protegendo o ponto de acesso mais fácil. A escolha dessa implantação pressupõe, implicitamente, que todos os restantes pontos de acesso estavam seguros, situação só possível pela construção coeva da muralha. Castelo e cerca formam, do ponto de vista da eficácia militar, um sistema articulado, pensado em simultâneo.

Só assim se explica que, em 1287, o infante D. Afonso conseguisse oferecer tão prolongada resistência ao cerco montado pelo exército conjunto de D. Dinis e Sancho IV de Castela: *"… foi o cerco mui apertado e com estarem ambos os dous reis presentes com a melhor gente, a disposição defensável da villa e a boa gente que o infante D. Afonso tinha assi dos moradores como de outros seus vassalos* […] *fizeraom tão boa resistência que foi bem necessario todo o poder dos Reys contra elle"* [642].

Resumindo, a partir de todos os dados coligidos, pode afirmar-se que, na viragem do século XIII, Arronches se encontrava apetrechada com os elementos fundamentais ao funcionamento eficaz de qualquer núcleo urbano: cerca, castelo e igreja. Resta agora articulá-los entre si e com a mancha edificada.

---

[641] Os casos de Lisboa, Coimbra, Faro e Mértola são disso exemplo. Veja-se o capítulo 2. *Pré-conceitos e modelos*…, p. 77.

[642] *Monarquia Lusitana*, parte V, 129 vº-b.

Para além do registo de Duarte de Armas e de um conjunto de levantamentos seiscentistas, o cadastro atual e os vestígios arquitetónicos remanescentes (torre e cubelo do castelo, cortina noroeste da cerca medieval, bem como um elevado número de portais em arco apontado, dispersos pelo tecido urbano) permitem avançar com uma reconstituição da vila medieval.

Como noutros casos, partimos da representação feita por Duarte de Armas, em torno de 1509, para recuar até aos inícios do século XIV, época em que supomos existirem já os principais elementos constituintes do núcleo urbano.

Nas duas vistas panorâmicas, capturadas de este e oeste,[643] verifica-se que, ainda no século XVI, a vila era fortemente marcada pela presença dominante da igreja e do castelo, a primeira situada no topo sudoeste, o segundo no topo contrário, virado a nordeste e protegendo, como foi já referido, o ponto de maior fragilidade em caso de ataque.

Este, de que hoje apenas permanece visível uma torre e um cubelo, apresentava uma planta regular retangular, com dez torres adossadas, três das quais semicirculares. A torre de menagem, duas a três varas mais alta que as restantes e igualmente mais espaçosa, ocupava o centro da cortina oriental, adossada ao muro pelo lado exterior. Todo o perímetro do castelo era antecedido por uma barbacã, (que no pano sul adotava um perfil em forma de serra muito pronunciado) precedida, por sua vez, por um fosso que, à exceção do lado tangente à vila, impedia o acesso direto aos muros da fortaleza. Note-se como dos registos de Duarte de Armas, quer ao nível das vistas panorâmicas, quer no levantamento do castelo, se pode inferir que Arronches não fora um alvo prioritário na política da coroa de adaptação ao uso de bocas de fogo, estando totalmente ausentes as troneiras, simples ou cruzetadas, ou os cubelos característicos já do século XV[644].

A cerca urbana, partindo dos ângulos do castelo, dotada de torres e antecedida por uma barbacã extensa[645], seguia a linha topográfica mais favorável, envolvendo a totalidade do casario existente. Deste, como em todas as outras perspetivas do Livro das Fortalezas, nada se pode aferir relativamente à sua organização, entrevendo-se apenas o preenchimento denso do espaço, as coberturas de telha e algumas chaminés. O que ressalta de imediato é a total ausência de bairros extramuros e a forma como, nos inícios de Quinhentos, o edificado se restringia ainda ao interior da cerca medieval, o que se explica pelas dimensões generosas do perímetro fortificado com um traçado que, em grande parte da sua extensão, aproveitava a pendente natural do terreno[646].

---

[643] Duarte de ARMAS, *Livro das Fortalezas*, f. 31-32. A planta do castelo é representada no f. 124 v.

[644] Sobre o século XV como período de transição entre a neurobalística e a pirobalística veja-se, Mário Jorge BARROCA, "Tempos de resistência e de inovação: a arquitectura militar portuguesa no reinado de D. Manuel", p. 95-112.

[645] Pela representação de Duarte de Armas, a barbacã é a única parte das estruturas defensivas de Arronches que, em inícios do século XVI, se encontrava em mau estado, tendo perdido o coroamento ameado em grande parte da sua extensão. Fontes documentais referem que, em 1439, estava em curso a reparação dos muros da vila. J. Gouveia MONTEIRO, *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média…*, p. 140.

[646] A reconstituição recentemente apresentada na obra *Vilas medievais planeadas de Portugal, Reinados de D. Afonso III e D. Dinis,* propõe um traçado de muralha diferente e consideravelmente mais reduzido sem que, contudo, apresente qualquer dado que a sustente. Com um perímetro ovalado, circunscreve-se praticamente ao que definimos como a matriz inicial da vila, ou seja, aos quarteirões que se estendem de ambos os lados das duas ruas que ligam a igreja ao castelo. Para além de contrariar a topografia e de implicar o corte de todos os quarteirões que perpendicularmente ocupam o espaço a oeste e que constituem uma unidade formal, tem como principal

Na extensão e na densidade, o casario representado por Duarte de Armas é corroborado pelos dados do *Numeramento de 1521*, contabilizando para Arronches uma população de 2850 habitantes, correspondentes a cerca de 717 famílias/casas[647].

Cifra seguramente muito superior à que a vila apresentaria nos últimos anos do século XIII, época em que o casario pouco excederia o espaço que medeia entre a igreja e o castelo, desenvolvendo-se longitudinalmente e de forma direta ao longo das duas ruas que constituem ainda hoje uma unidade morfológica claramente identificável. Na composição, como na extensão do edificado, ou no dimensionamento dos lotes (parecem ser vários os que correspondem ainda aos originais), aproxima-se de outros núcleos também aqui analisados, caso de Valença ou Torre de Moncorvo. O seu desenvolvimento apenas faz sentido a partir do momento em que é edificado o castelo novo pelo que, quer no que respeita à datação, quer pela matriz de implantação, o trecho da cidade em análise deve ser identificado já como cristão[648]. Pela mesma época, e igualmente no interior da muralha, estaria já edificado o pequeno núcleo no canto sudoeste pelo qual se fazia o acesso direto de uma das portas da muralha (a mais próxima do ponto de confluência da Ribeira de Arronches com o Caia e que Langres apresenta protegida por uma torre) ao Alcácer velho/igreja matriz.

O restante espaço intramuros, situado a noroeste e em terreno inclinado, só posteriormente seria ocupado, expandindo-se o casario ao ritmo do aumento populacional. A forma como se efetuou esta expansão é matéria que aqui nos interessa particularmente abordar, reconstituindo a matriz original, cuja regularidade é ainda hoje nitidamente identificável no levantamento cadastral. Compositivamente, revela uma complexidade muito superior à que encontramos no núcleo inicial, cuja simplicidade — mas também eficácia — justificava que fosse um dos métodos de urbanização mais utilizados.

O trecho em causa forma um grande retângulo perfeito, de 176 por 88 metros, composto por quatro quarteirões paralelos, de dimensões muito semelhantes e comportando, cada um deles, duas frentes de lotes, dispostos costas com costas e miolo preenchido por quintais. Cinco ruas paralelas e de secção similar separam os quatro quarteirões[649], distanciando-se entre si uniformemente, com cerca de 44 metros de permeio, medidos de eixo a eixo.

---

argumento-contra a representação de Duarte de Armas, cuja dimensão da cerca coincide, como referimos, com a população indicada pelo Numeramento, cifra totalmente incompatível com a pequena muralha proposta pelos autores. Com a representação de Duarte de Armas coincidem os levantamentos seiscentistas, realizados no âmbito do projeto de transformação de Arronches numa praça militar abaluartada, onde a velha cerca medieval é sistematicamente representada, embora com graus de detalhe consideravelmente diferentes. A representação mais segura é, sem dúvida, a de Nicolau de Langres, podendo aferir-se o seu grau de precisão pelo levantamento do castelo, idêntico ao que da mesma estrutura realizou Duarte de Armas. BNP, COD. 7445, f. 11. Em qualquer dos casos, também nos levantamentos realizados por João Tomás Correia e Luis Miguel Jacob, o perímetro da muralha medieval é visível. Gastão de Mello de MATOS, *Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal*, Comissão de História Militar, Lisboa, 1941, Estampas XVII, LXXI e LXXII. O castelo de Arronches, embora representado de forma estilizada, é igualmente visível no levantamento publicado pelo P. Luís Caetano de Lima, na *Geografia Histórica* entre 1734-1736. Luís Caetano de Lima, *Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa*, Lisboa Occidental, Off. de Joseph Antonio da Sylva, 1734-1736 p. 303.

[647] Júlia GALEGO; Suzanne DAVEAU, *O Numeramento de 1527-1532…*, p. 108.

[648] Sobre as transformações operadas sobre o tecido urbano islâmico após a reconquista cristã veja-se o capítulo 2. *Pré-conceitos e modelos…*.

[649] Rua de Assumar, da Figueira, do Açougue, do Pocinho e do Arco.

Quer a linha exterior dos quarteirões, quer o traçado e distanciamento entre as ruas, são de uma evidente regularidade podendo, sem qualquer manipulação do cadastro atual, atribuir-se as diferenças mínimas registadas à passagem do "modelo" ao terreno, cuja pendente, de quase oito graus, mais ajuda a explicar.

A expansão do casario para o terreno vago a noroeste teve como ponto de partida o renque de lotes que delimitava, por esse lado, a implantação original da vila, ou seja, o fuso de duas ruas que preenchia o espaço entre a igreja matriz e o castelo.

A partir dele, e rasgando as novas artérias na direção este-oeste — a mais indicada para o escoamento das águas pluviais — dispôs-se regularmente o casario, ainda que a sua edificação pareça ter sido progressiva. Se o desenhar das ruas que constituem o esqueleto do bairro evidenciam uma ação única, planeada e levada a cabo de uma assentada só, já a divisão interna dos lotes não apresenta a mesma clareza ou uniformidade de dimensões. Existe, porém, um padrão: de forma repetitiva, os quarteirões apresentam, na metade inferior das ruas e no lado virado a sul, um grupo de lotes onde as dimensões, quer de fachada, quer de profundidade, são mais uniformes. É, de resto, nesses mesmos renques, correspondentes às frentes norte das ruas do Açougue, do Pocinho e da Figueira, que sobrevivem alguns portais de vão em arco quebrado.

A ocupação do novo bairro parece, por isso, ter começado pelo extremo mais baixo, nas proximidades da muralha e da Porta do Rio, escolhendo os primeiros habitantes os lotes que, em cada uma das novas ruas, ocupavam a frente norte, implantação que lhes possibilitava, pela orientação da fachada a sul, a melhor exposição solar. A sua ocupação num momento coincidente ou muito próximo do ato de urbanização — onde a regra vigora sobre as vontades individuais — justifica a sua maior regularidade, característica que tende a esbater-se quando a apropriação dos lotes é progressiva e lenta, como parece ter-se registado no espaço restante, sobretudo nos lotes sombrios virados a norte, naturalmente menos apetecíveis.

Embora com um grau de segurança muito inferior ao que sustentou a análise do esqueleto viário do ensanche, pelo reduzido número de lotes considerados válidos para a amostragem, coloca-se a hipótese do parcelamento ter, por regra, um módulo quadrangular de 30 palmos de lado. Ao lote, de 30 palmos de frente por 60 de profundidade (correspondente à medida do *chão*[650]), acrescia o quintal nas traseiras, de 30 por 30 palmos.

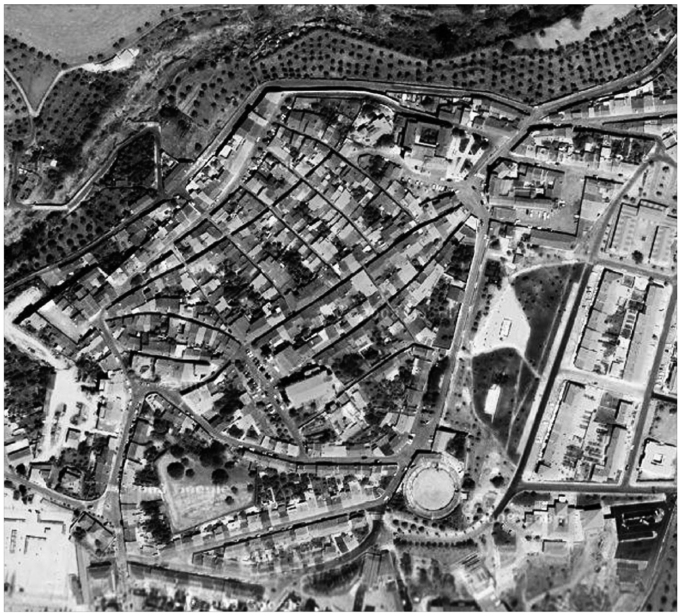
[650] Veja-se o capítulo 4. *Agentes e processos de povoamento*, p. 207 .

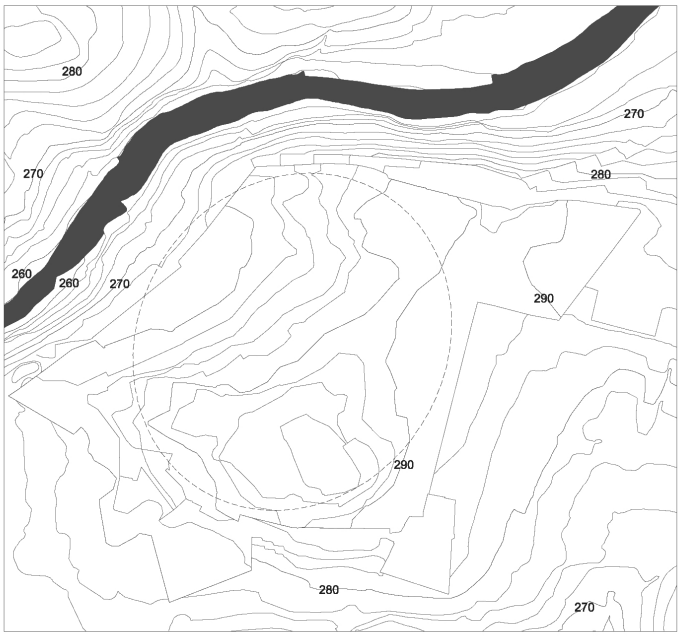
ARRONCHES

Território

Ribeira de Arronches

Área aproximada da implantação medieval: inserção topográfica





Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

N

ARRONCHES

Área do núcleo actual em análise

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual correspondente à implantação medieval

Ribeira de Arronches



Escala 1:5 000

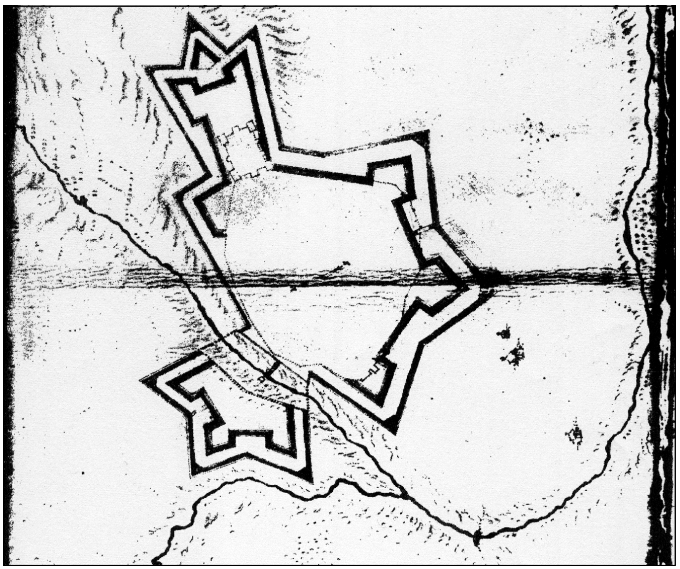
10 50 100 200 400

N

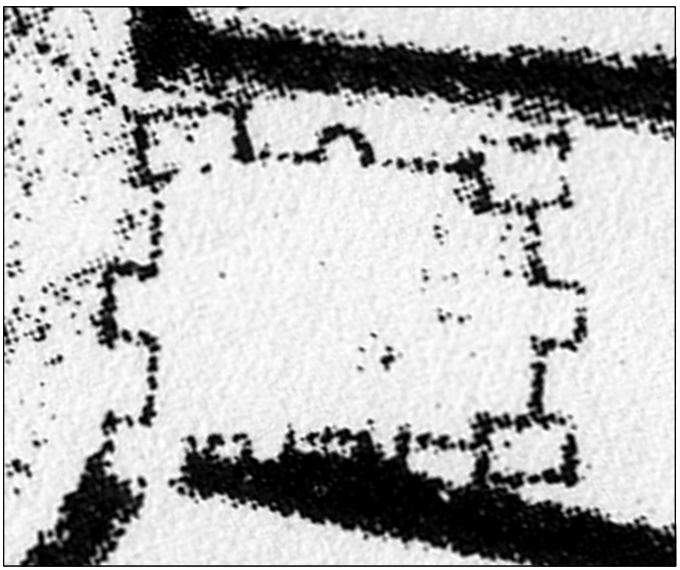
ARRONCHES

Cartografia

Arronches (indicação da cerca e castelo medievais), Nicolau de Langres, *Desenhos e Plantas de todas as Praças do Reino de Portugal*, c. 1661, B.N.L., Cod. 7745 (pormenor)
Sem escala



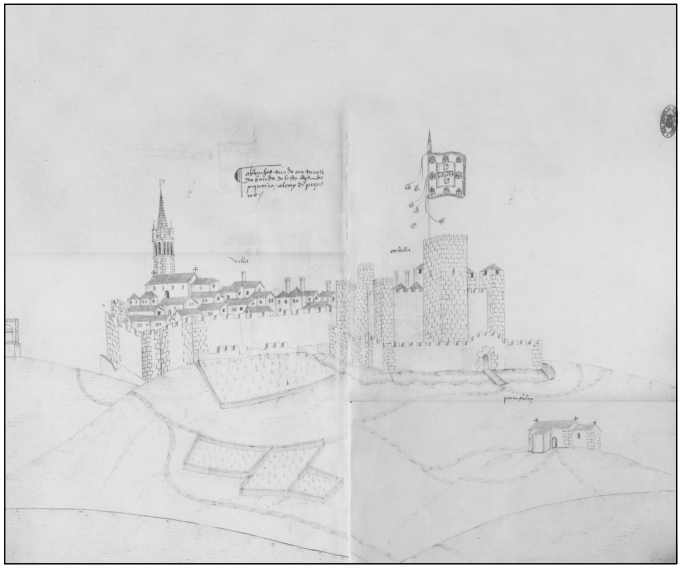
Perímetro do Castelo de Arronches segundo Nicolau de Langres, *Desenhos e Plantas de todas as Praças do Reino de Portugal* , c.1661, B.N.L., Cod.7745 (pormenor)
Sem escala



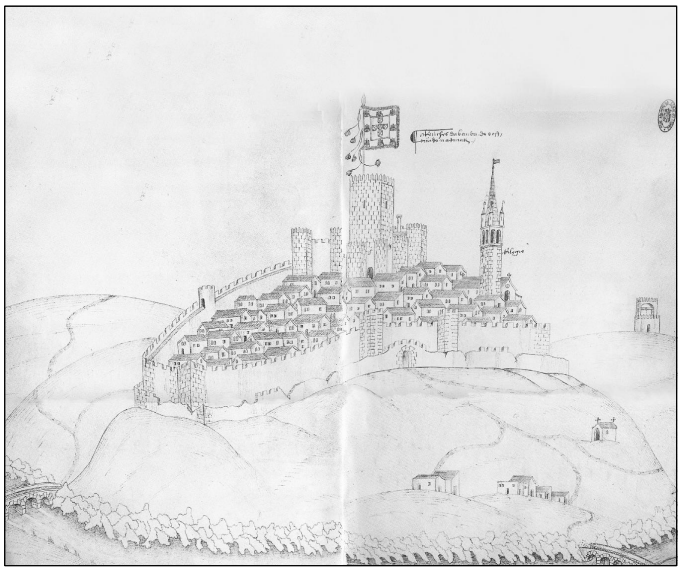
ARRONCHES

Iconografia 1

Vista de Arronches a partir de Nascente, Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, c.1509



Vista de Arronches a partir de Poente, Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, c.1509

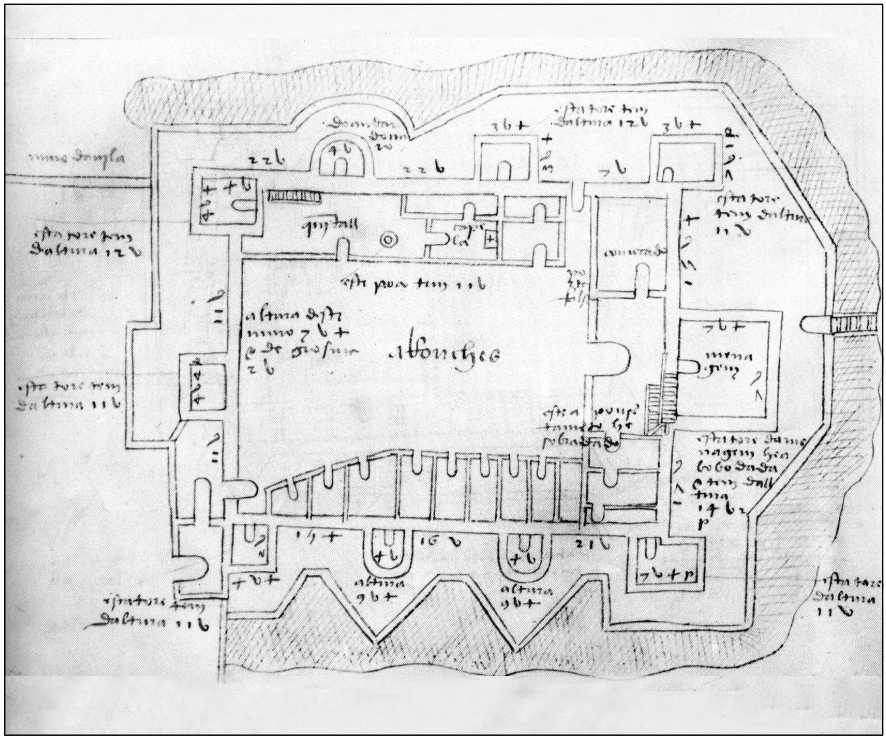


ARRONCHES

Iconografia 2

Planta do Castelo de Arronches, Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, c. 1509

Sem escala

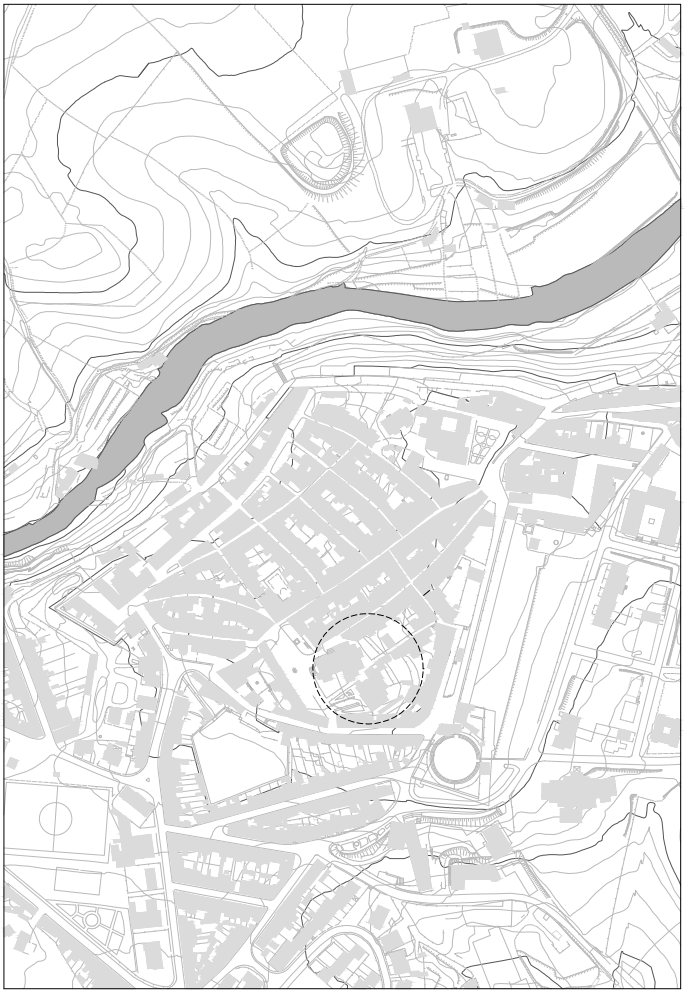


ARRONCHES

Interpretação 1

Tecido urbano actual

Localização hipotética do Alcácer velho



Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

N

ARRONCHES

Interpretação 2

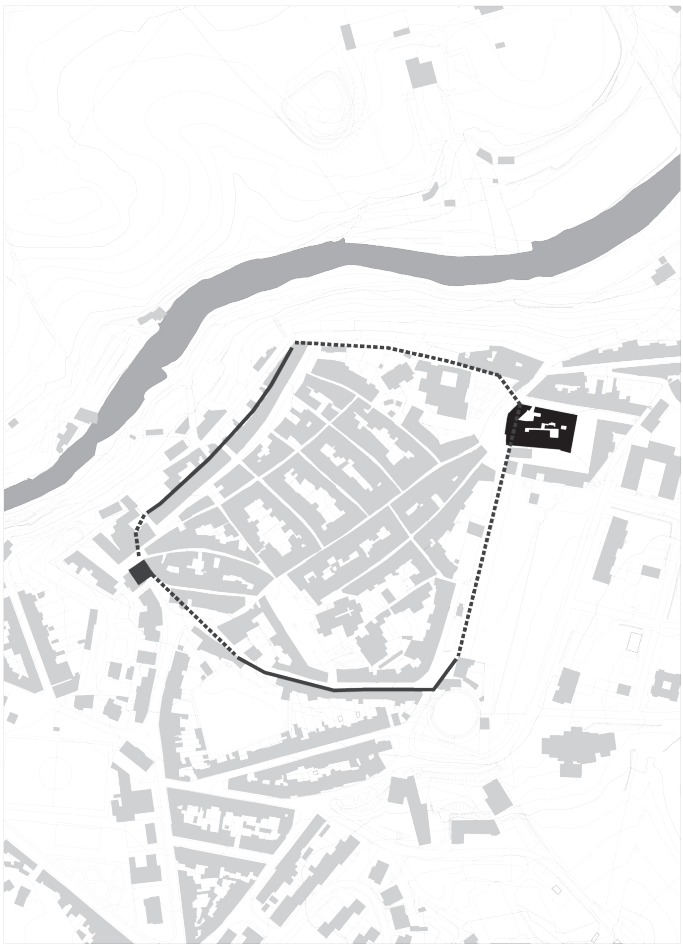
Reconstituição da cerca de Arronches

Tecido urbano actual

Traçado existente da cerca medieval

Traçado hipotético da cerca e torre medievais

Local de implantação do Castelo



Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

N

ARRONCHES

Interpretação 3

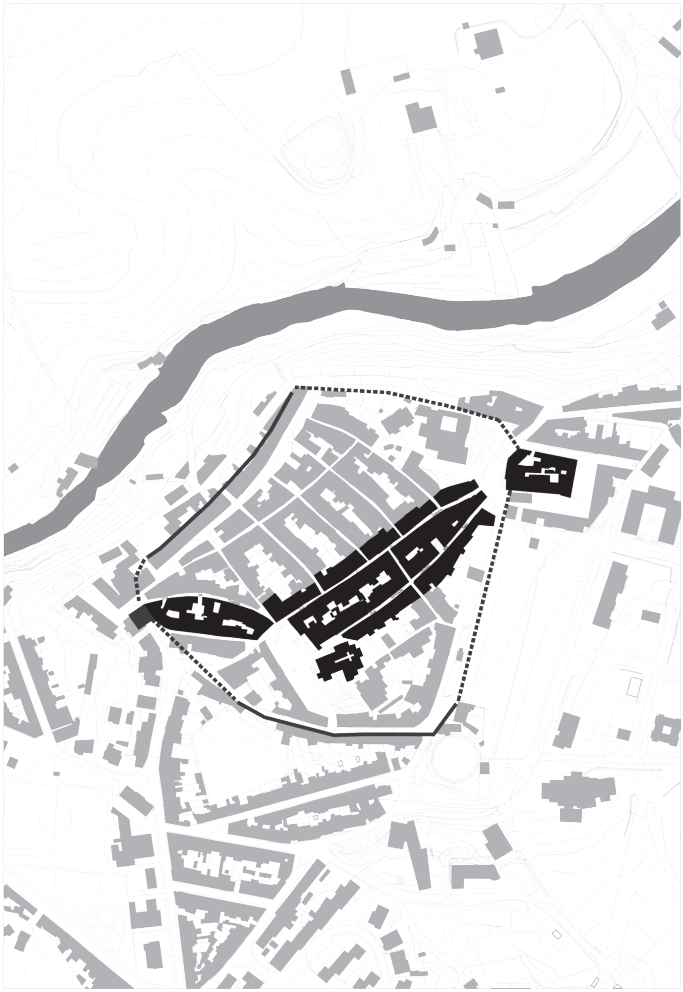
Reconstituição da cerca, castelo e tecido urbano medievais
Preenchimento progressivo do espaço intramuros, 1ª fase de urbanização

Tecido urbano actual

Tecido urbano correspondente à 1ª fase de implantação medieval

Traçado existente da cerca medieval

Traçado hipotético da cerca medieval



Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

N

ARRONCHES

Interpretação 4

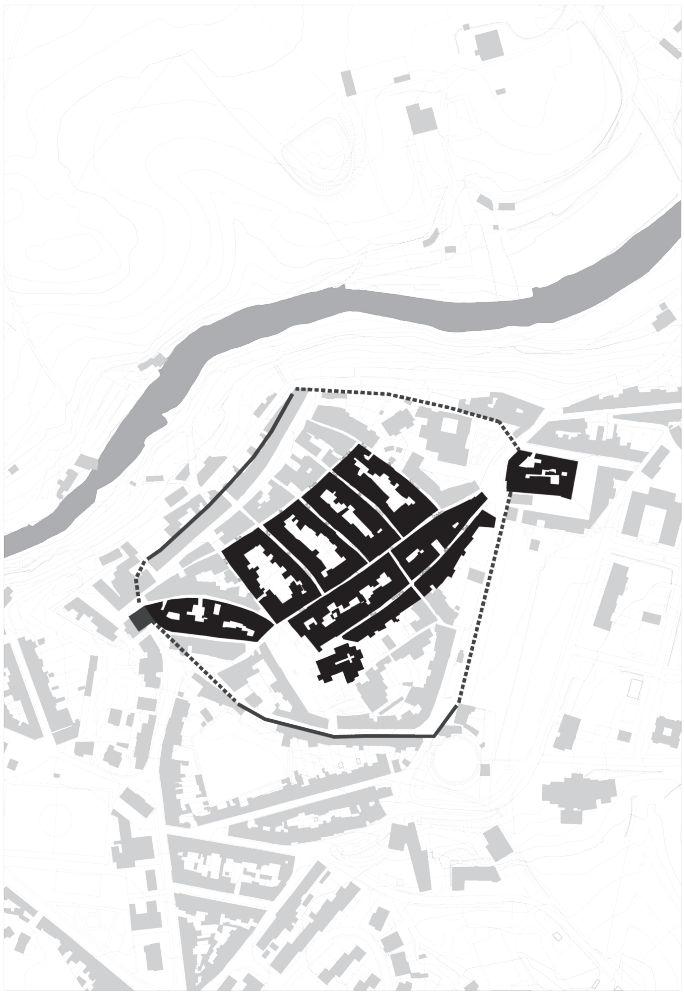
Reconstituição da cerca, castelo e tecido urbano medievais
Preenchimento progressivo do espaço intramuros, 2ª fase de urbanização

Tecido urbano actual

Tecido urbano correspondente à 1ª e 2ª fases de implantação medieval

Traçado existente da cerca medieval

Traçado hipotético da cerca medieval



Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

N

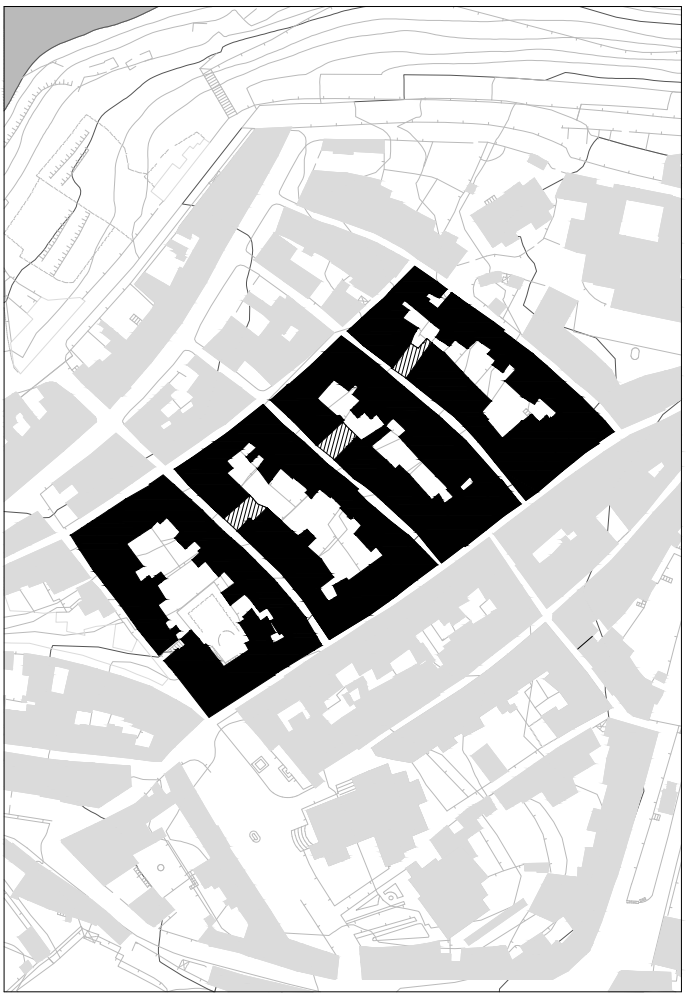
ARRONCHES

Interpretação 5

Tecido urbano actual

Tecido urbano correspondente à implantação medieval

Localização dos portais medievais existentes



Escala 1:2 000

10 50 100 200

N

ARRONCHES

Interpretação 6

Reconstituição hipotética da regra algébrico-geométrica utilizada no ensanche

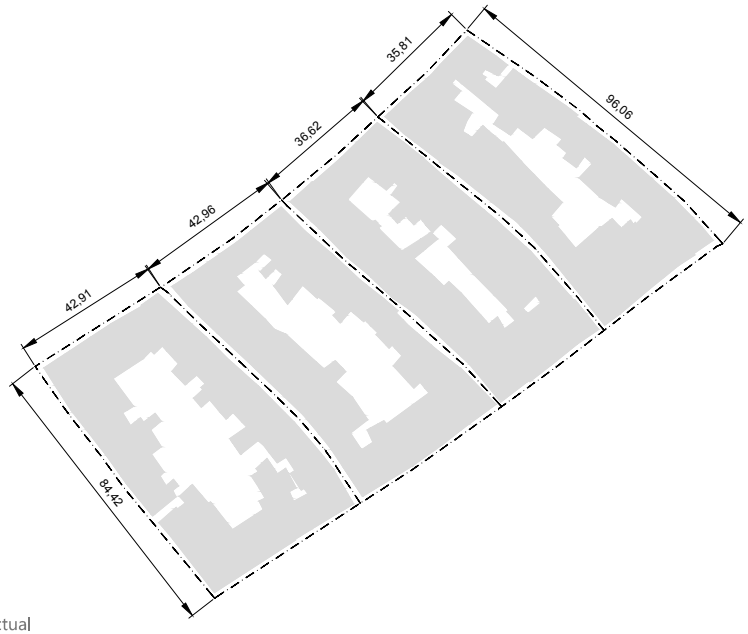


Fig. 1 Cadastro actual

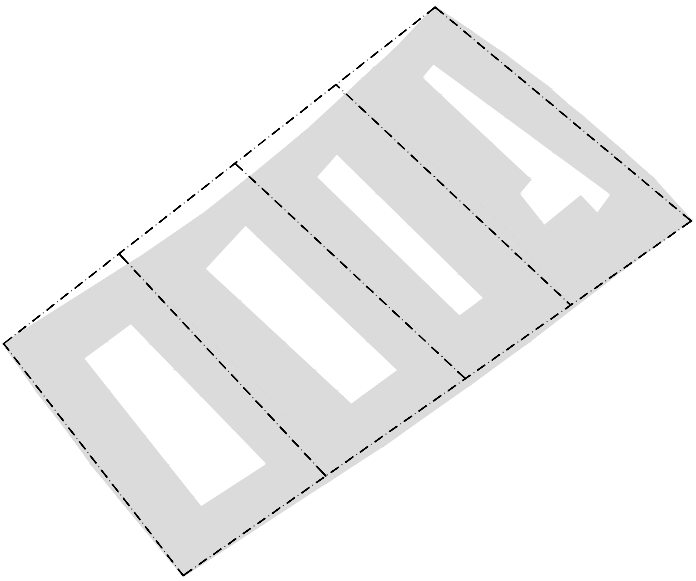


Fig. 2 Adaptação progressiva do existente ao modelo teórico

ARRONCHES

Interpretação 7

Reconstituição hipotética da regra algébrico-geométrica utilizada no ensanche

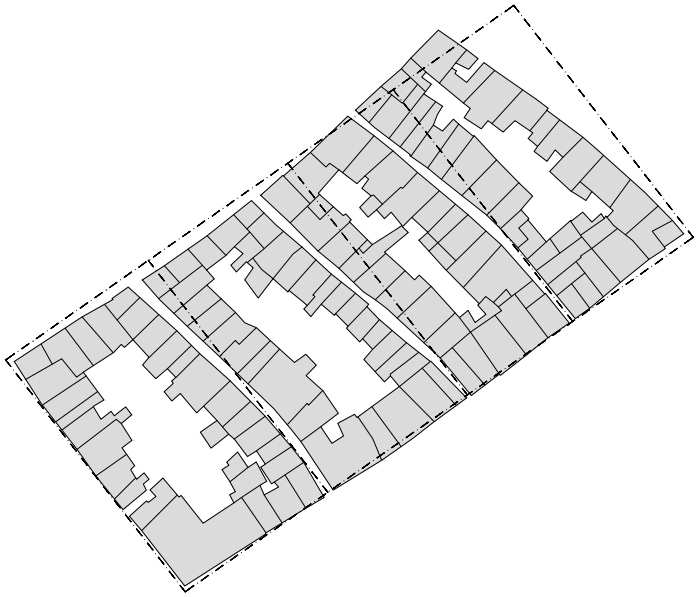


Fig. 3 Adaptação progressiva do existente ao modelo teórico

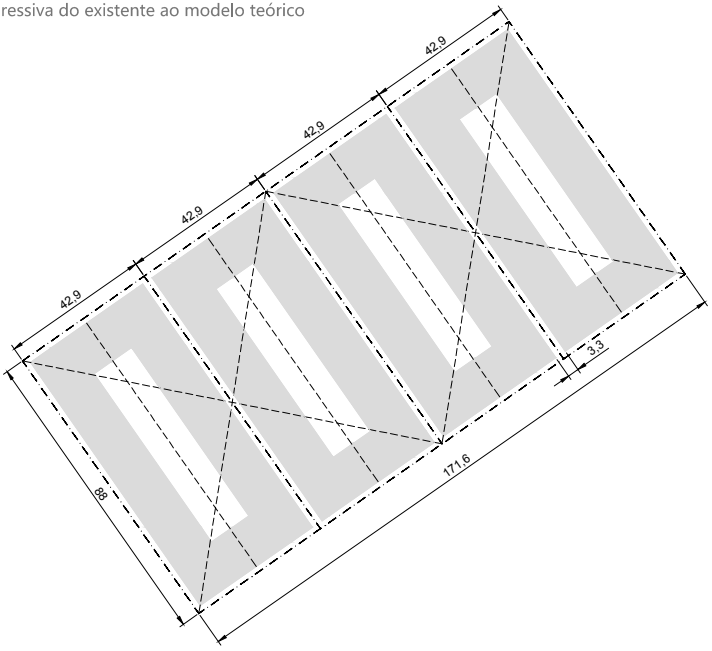


Fig. 4 Reconstituição hipotética do modelo teórico utilizado

ARRONCHES

Interpretação 8

Reconstituição hipotética da regra algébrico-geométrica utilizada no ensanche

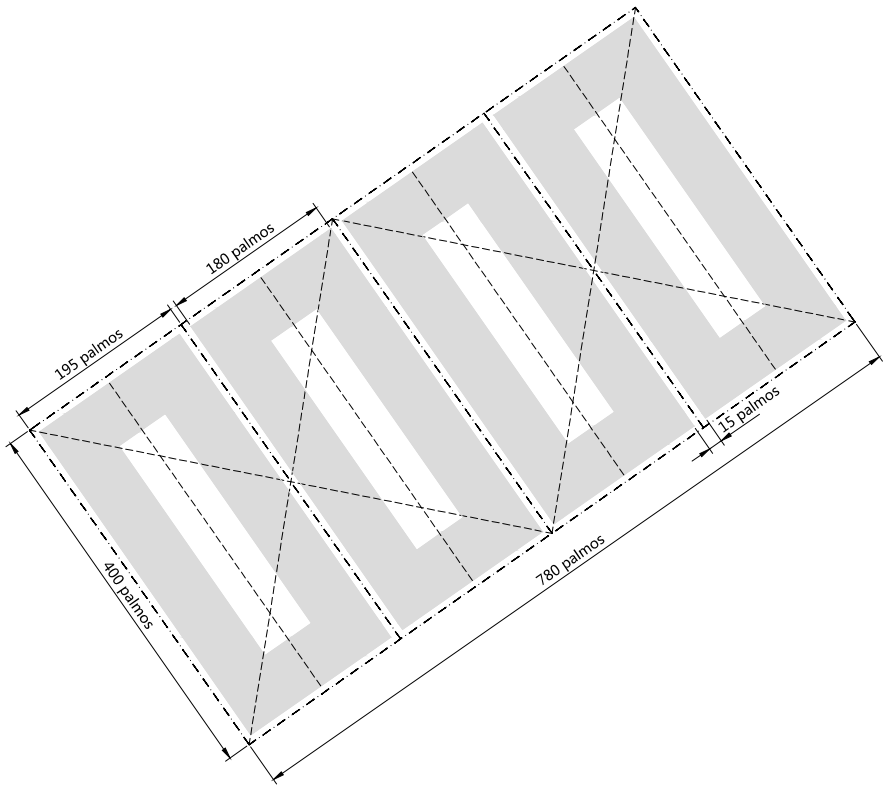


Fig. 4 Reconstituição hipotética do modelo teórico utilizado

10 50 100 200 palmos
2 10 20 40 varas

ARRONCHES

Interpretação 9

Reconstituição hipotética da regra algébrico-geométrica utilizada no loteamento do ensanche

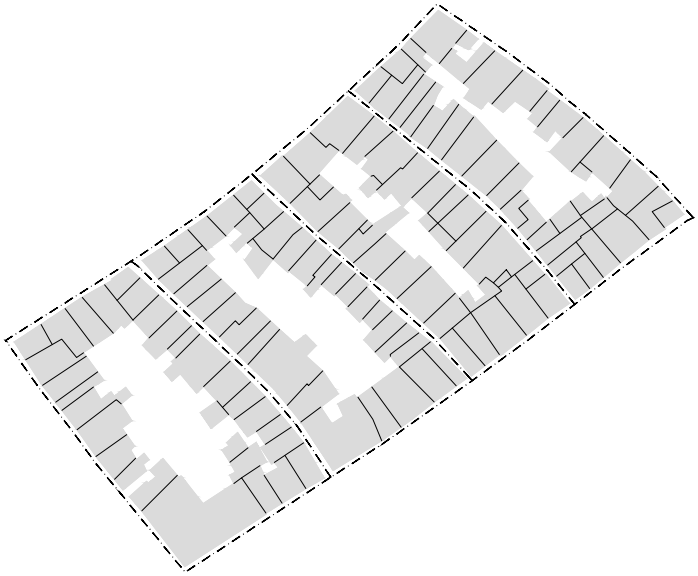


Fig. 1 Cadastro actual

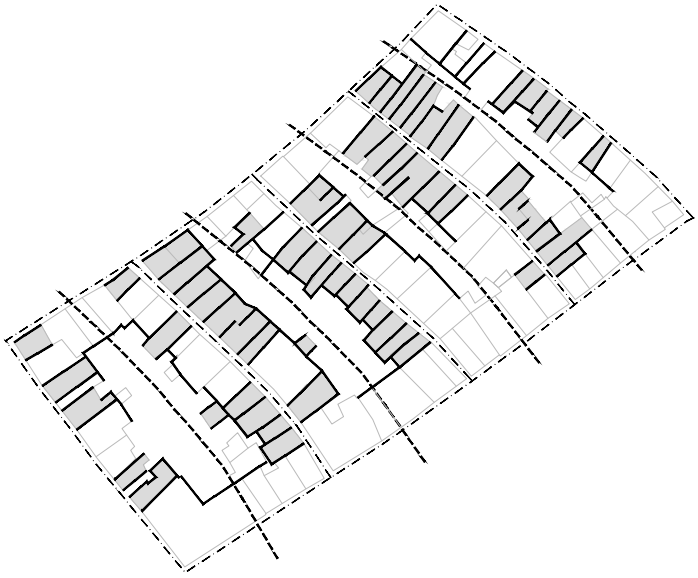


Fig. 2 Lotes que servem de base à profundidade e largura padrão

ARRONCHES

Interpretação 10

Reconstituição hipotética da regra algébrico-geométrica utilizada no loteamento do ensanche

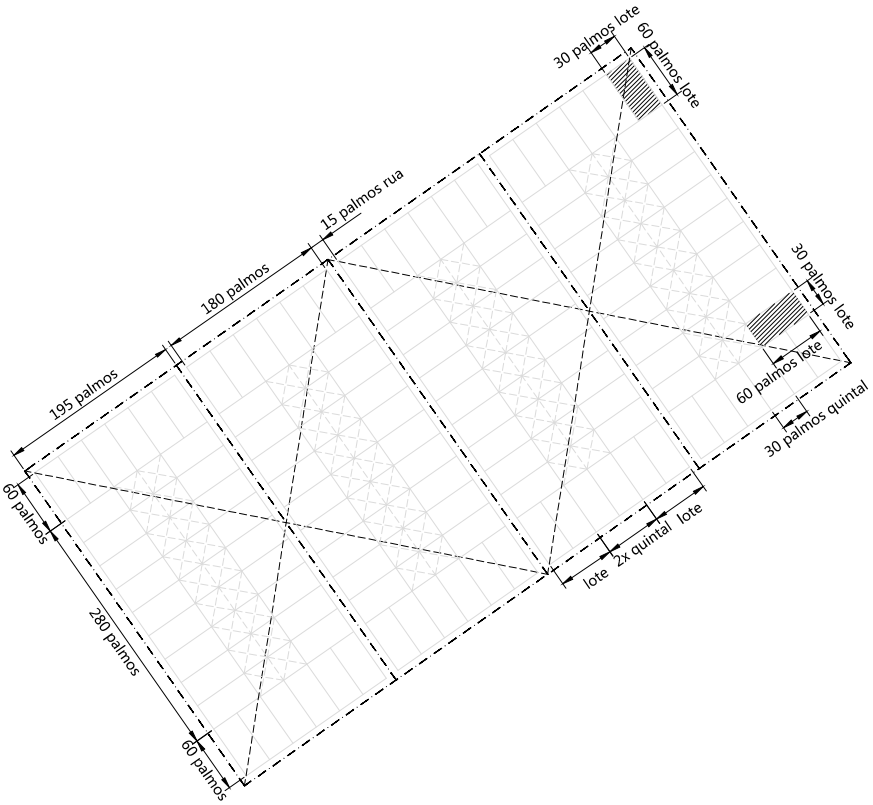
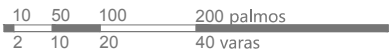


Fig. 3 Hipótese de métrica utilizada



ARRONCHES

Fotografias 1

Arronches



Vestígios actuais do castelo medieval



Torre existente (cortina Oeste)



Cubelo existente (cortina Sul)



Troço da cerca medieval (cortina Noroeste)



ARRONCHES

Fotografias 2

Rua de Santa Maria





Rua do Arco e Rua do Pocinho





ARRONCHES

Fotografias 3

Portais medievais existentes





Portais medievais existentes





Bragança

A fundação de Bragança, em 1187, constitui um inequívoco sinal de mudança na política de povoamento e organização territorial, seguida por D. Sancho I[651]: o enquadramento das populações em núcleos urbanos diretamente dependentes do monarca, tornava-se um instrumento fundamental na afirmação e expansão da autoridade régia, permitindo, a um só tempo, travar a proliferação de terras imunes e trazer as populações para a órbita do rei. Uma inversão estratégica que explica as cinquenta e oito cartas de foral outorgadas ao longo do seu reinado, numa proporção diretamente inversa ao número de cartas de couto concedidas. As cidades constituiriam, a partir de então, um aliado fundamental no confronto com outros poderes instituídos, tanto mais concorrenciais quanto se tratava, como no caso de Trás-os-Montes, de regiões periféricas. Linha de atuação continuada pelos monarcas seguintes e que, ultrapassado o período de anarquia e o seu abandono pontual, atingiria o ponto mais alto nos reinados de Afonso III e D. Dinis[652].

Bragança resulta de um ato deliberado de fundação: num terreno especialmente adquirido para o efeito (a herdade de Benquerença, que o monarca troca com o mosteiro de Castro de Avelãs pelas vilas de S. Julião, Argoselo e Pinelo[653]), dotada de um termo (as Terras de Bragança e Lampaças) e regida por documento próprio, datado de 1187[654].

O teor de alguma documentação relativa a Bragança permite equacionar a hipótese de, no mesmo local ou nas proximidades, ter existido já um aglomerado urbano: é nesse sentido que aponta a referência, rara entre nós, à "*civitatis Braganciae*" incluída na carta de foral ou, novamente, no texto da carta pela qual D. Afonso V eleva Bragança a cidade, em 1464: "…*e esto fazemos porque ouvemos certa informaçom que antigamente ella era cidade e assy no foral que tem he nomeada por cidade e depois se despovorou e quando se tornou a rehedeficar ficou villa*…"[655].

---

[651] Sobre a política de D. Sancho I veja-se José MARQUES, "Os Municípios na estratégia defensiva dionisina", *Revista da Faculdade de Letras, História*, 15, Porto, Universidade do Porto, 1998, p. 526-527.

[652] Veja-se o elevado número de forais concedidos à região por D. Dinis. Os 33 elencados por Rosa Marreiros, colocam o Distrito de Bragança no topo das prioridades do monarca. Rosa MARREIROS, *Propriedade fundiária e rendas da coroa…,* p. 110 e p. 131.

[653] Frei Francisco Brandão data o escambo realizado entre D. Sancho I e o Mosteiro de Castro de Avelãs de 1187, ou seja, o próprio ano da fundação de Bragança. Pelo documento, que existiria no cartório da Sé de Miranda, o mosteiro concedia ao monarca a "*hereditate que accepi ab eis de benequerencia quod vocant Civitate Bragancia*" que recebera da Infanta D. Sancha, segunda mulher de Fernão Mendes, o Bragação e irmã de D. Afonso Henriques, por troca com a vila de S. Julião e a igreja de S. Mamede. *Monarquia Lusitana*, Parte V, cap. XXXXVI, f. 110. Ao que tudo indica, o documento referido é um traslado do século XIII, existindo ainda uma outra cópia dos séculos XII-XIII onde o escambo surge datado do ano de 1194 e se acrescentam aos bens envolvidos na troca, as vilas de Argoselo e Pinelo. Rui de AZEVEDO; Avelino de Jesus da COSTA; Marcelino Rodrigues PEREIRA, *Documentos de D. Sancho I (1174-1211),* vol. I, Universidade de Coimbra, 1979, doc. 21, p. 33-34 e doc. 76, p. 118-119. Na análise que faz de Bragança, Paulo Dordio Gomes atribui o escambo a esta última data, ou seja, sete anos após a fundação. Dordio GOMES, *Arqueologia das Vilas urbanas …* p. 73-75. Em termos de coerência processual, contudo, a primeira data faz muito mais sentido: a fundação de Bragança faz-se em propriedade régia, adquirida ao mosteiro de Castro de Avelãs cerca de um mês antes (4 de maio de 1187) da atribuição da carta de foral (1 de junho de 1187).

[654] O foral de D. Sancho I, posteriormente confirmado por D. Afonso II (1219) e D. Afonso III (1253), estabelecia um foro anual de dois mil morabitinos. *Chancelaria de D. Afonso III*, Liv. I, vol. I, p. 18-21. Francisco M. ALVES, *Bragança*…, tomo III, Doc. 56-57, p. 107-111 e Rui de AZEVEDO, *Documentos de D. Sancho I…,* doc. 24, p. 38-39.

[655] Francisco M. ALVES, *Bragança…,* tomo III, Doc. 88, p. 189.

A posição fronteiriça de Bragança marcaria, não só o próprio processo de fundação, como todo o seu desenvolvimento posterior. A defesa dos limites do reino, a passagem constante de exércitos inimigos, a destruição e o despovoamento, constituem a essência de toda a correspondência trocada entre o concelho e a coroa. Embora datada de 1455, a descrição de D. Afonso V pode bem caracterizar todo o percurso medieval de Bragança : "… *Esguardando como a dicta villa de bragamça he muito fronteira com os Reinos de castella de que os nosos per muytas vezes Receberam guerra e trabalho E olhando a gramde despouoraçom E dapnjficamento da dicta villa per causa do quall ella nom pode seer bem guardada E defendida do que sse poderia Recreçer gram prigoo e trabalho a ella E desseruiço a nos o que deus defemda…*"[656].

Não admira, por isso, que a construção da cerca defensiva fosse equacionada desde o primeiro momento: em 1188, apenas um ano após a outorga da carta de foral, D. Sancho I deixava em testamento uma quantia em dinheiro para a edificação dos muros. Iniciada, efetivamente, nos anos imediatos, a construção ter-se-á prolongado por várias décadas. Se em 1200 estava já adiantada, como indicia a doação de uma vila rústica em Ledra feita pelo monarca ao pároco de Santa Maria de Bragança "*pro bono seruicio quod nobis in muris nostris de ciuitate Bragancie fecistis et facitis*"[657], ainda em 1258, no âmbito das Inquirições de D. Afonso III, diversas testemunhas referem que o concelho de Bragança levava a terça dos dízimos das igrejas de Santa Maria de Bragança e de Santa Maria de Grijó "*pro ad faciendum murum*"[658].

Poucas décadas passadas, todavia, os procuradores de Bragança pediam a D. Dinis auxílio "*per razom dos nossos muros da vossa villa de Bragança que estam deRibados e mal parados*"[659].

Seguramente restauradas por D. Dinis, e ao que tudo indica também melhoradas por D. João I, a verdade é que no reinado de D. Afonso V os procuradores de Bragança, presentes nas cortes de Lisboa de 1439, comunicam ao monarca o mau estado do muro, muito derrubado e em iminência de ruir em vários pontos do circuito[660].

Ainda mais frequentes do que as notícias relativas ao mau estado das fortificações, são as que denunciam o despovoamento de Bragança e que, embora referentes a todo o espaço da vila, incidem particularmente sobre o núcleo original, cercado pelas muralhas. Tendência que obrigará a medidas enérgicas por parte dos sucessivos monarcas: em 1364, D. Pedro concedia privilégios a quem quisesse viver no intramuros; quando em 1383, D. Fernando concedeu a Bragança uma feira franca anual fê-lo com o intuito de que "*por esto* [fosse] *mais pobrada e mantheuda*"[661]. Igualmente confiante no crescimento potenciado pelas feiras, em 1413, D. João I tentava, uma

[656] Francisco M. ALVES, *Bragança…,* tomo III, Doc. 83, p. 178-181.

[657] Dordio GOMES, *Arqueologia das Vilas urbanas* …, p. 37. José MARQUES, "Povoamento e defesa na estruturação do estado português…", p. 20.

[658] Dordio GOMES, *Arqueologia das Vilas urbanas*…, p. 74. Francisco M. ALVES, *Bragança...*, tomo , III, p. 409.

[659] Francisco M. ALVES, *Bragança…,* tomo III, Doc. 72-A, p. 153.

[660] Francisco M. ALVES, *Bragança…,* tomo III, Doc. 76, p. 161-165.

[661] *Chancelaria de D. Afonso III*, Liv. I, vol. 2, p. 110-111. Já em 1272, D. Afonso III concedera uma feira anual a Bragança, com início a 16 de julho e decorrendo ao longo de 15 dias. Sobre as diversas feiras instituídas em Bragança no decorrer dos séculos XIII a XV, veja-se Virgínia RAU, *Feiras medievais portuguesas*, p. 83-85.

vez mais, estancar o êxodo que atingia a vila velha, determinando que aquelas se realizassem no interior da cerca[662].

Nenhuma das medidas, porém, parece ter alcançado os resultados pretendidos: em 1439, os representantes de Bragança traçavam o pior cenário, mesmo que descontando o exagero que quase sempre caracterizava os pedidos dirigidos aos monarcas: aos 150 ou 200 moradores que no passado residiam no interior da cerca, contrapunham, para o seu próprio tempo, apenas 25. O processo de despovoamento também se fizera sentir no termo, reduzindo para metade os dois mil habitantes que antes aí residiam[663]. Razão pela qual, em meados do século, D. Afonso V instituía em Bragança um couto para cinquenta homiziados, cifra que elevava para duzentos, em 1454[664].

No capítulo da morfologia, a vila intramuros acusa precisamente esse abandono secular, facto que, associado a transformações posteriores, justifica que a mancha edificada sobrevivente seja pouco densa.

Do período original restam cinco quarteirões de pequenas dimensões, ainda claramente identificáveis no cadastro atual, aliás, praticamente inalterado desde os finais do século XIX, coincidindo quase na íntegra com o levantamento realizado em 1897[665]. Ocupam a metade inferior da circunferência grosso modo definida pela cerca, imediatamente contíguos à porta principal da vila, por onde se estabelece o acesso direto ao arrabalde[666]. Retangulares e paralelos entre si, pelo seu topo norte passava o eixo principal que cortava todo o intramuros no sentido este-oeste, pondo em contacto direto as duas portas da vila. Embora a reconstituição das parcelas seja hoje praticamente impossível face às transformações sofridas no interior dos quarteirões, importa realçar a forma como estes abrem em leque, aumentando sucessiva e uniformemente o seu cumprimento em intervalos de 25 palmos, implantação que, pela sua maior complexidade, denuncia conhecimentos de agrimensura por parte de quem a projetou no terreno[667].

Na metade superior do espaço cercado, onde o casario é rarefeito, destacam-se os elementos de prestígio: o castelo, a igreja de Santa Maria e a cisterna onde, no piso superior, decorriam as reuniões concelhias[668].

Na organização do espaço original, Bragança aproxima-se do esquema compositivo de Viana do Castelo, Monção e Nisa, integrando-se na série que denominámos de ordenação cruzada (ou em espinha de peixe), ainda que as vias de distribuição se restrinjam a um dos lados do eixo principal, via essencialmente de passagem.

---

[662] Francisco M. ALVES, *Bragança…,* tomo III, Doc. 84-85, p. 182-183.

[663] Francisco M. ALVES, *Bragança…, ,* tomo III, Doc. 76, p. 161-165.

[664] Francisco M. ALVES, *Bragança…, ,* tomo III, Doc. 82-A, p. 176-177.

[665] O elenco da cartografia histórica de Bragança pode ser consultado em Mário Gonçalves FERNANDES (2002), *Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal...,* p. 381-382; 400-401; 404.

[666] O arrabalde deve ter surgido precocemente: já em 1258 e depois em 1320, se fazia referência a quatro igrejas, duas no intramuros, Santa Maria e S. Tiago, e duas no arrabalde, S. Vicente e S. João. Dórdio GOMES, *Arqueologia das Vilas urbanas*…, p. 74.

[667] Monção e Viana do Alentejo constituem formalmente casos similares.

[668] Veja-se o capítulo 9. *A casa da câmara*.

A muralha que, tudo indica ter sido reconstruída por D. Dinis, como foi já referido, protegia uma área de 3 hectares[669], sendo reforçada ao longo do circuito por torres maioritariamente quadrangulares. A porta principal, que a poente fazia a ligação com o arrabalde, era flanqueada por duas torres hexagonais. Duarte de Armas representa uma barbacã extensa protegendo a cerca principal em todo o seu perímetro, parcialmente derrubada no troço virado a sul.

O castelo, adossado ao troço norte da cerca e provavelmente edificado no reinado de D. Dinis, viria a ser profundamente alterado com a edificação da imponente torre de menagem[670] cuja campanha de obras, embora ainda iniciada por D. João I, se prolongou, pelo menos, até à terceira década do século XV: em 1439 os procuradores de Bragança presentes nas cortes de Lisboa testemunhavam que a torre ainda não estava acabada, "*nem ho* [estará] *tam cedo*"[671].

[669] N. Pizarro DIAS, "As cidades de fronteira de Portugal com a Galiza", p. 99.

[670] Em 1436 D. Duarte refere as rendas que foram tomadas "*por El Rei meu senhor e padre cuja alma deus aja pera se despenderem na obra da torre que se faz em essa vila*". Francisco M. ALVES, *Bragança…, ,* tomo III, Doc. 73, p. 153-154 e Doc. 74, p. 155. Sobre a torre de menagem veja-se J. Gouveia MONTEIRO, *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média…,* p. 59 e 61.

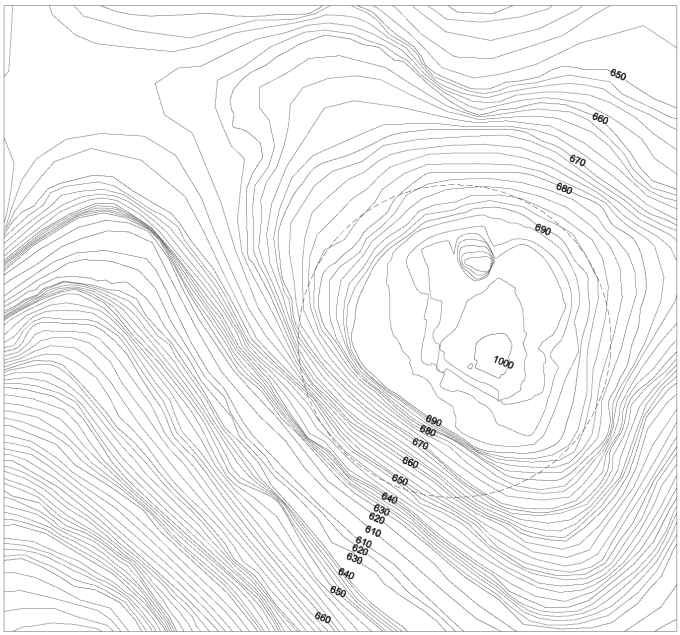
[671] Francisco M. ALVES, *Bragança…,* tomo III, Doc. 76, p. 161-165.

BRAGANÇA

Território

Área aproximada da implantação medieval: inserção topográfica





Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

BRAGANÇA

Área da cidade actual em análise

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual correspondente à implantação medieval



Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

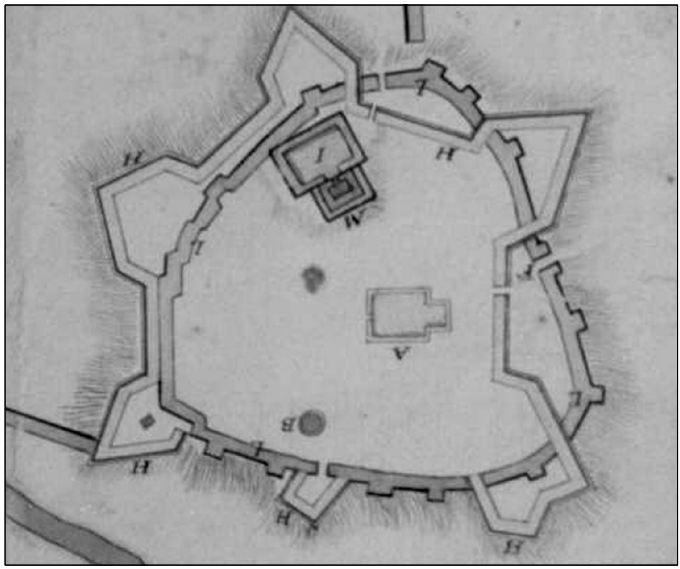
BRAGANÇA

Cartografia 1

Plano de la Ciudad de Braganza con sus Fortificaciones, 1762, Madrid, Real Academia de la Historia, R. 203, Sign. C/IC9p (pormenor)
Escala aproximada 1:2 500



Planta da Praça de Bragança Cituada na Prov. de Trás-os-Montes, José Monteiro de Carvalho, 1754 (pormenor)
Escala aproximada 1:2 500

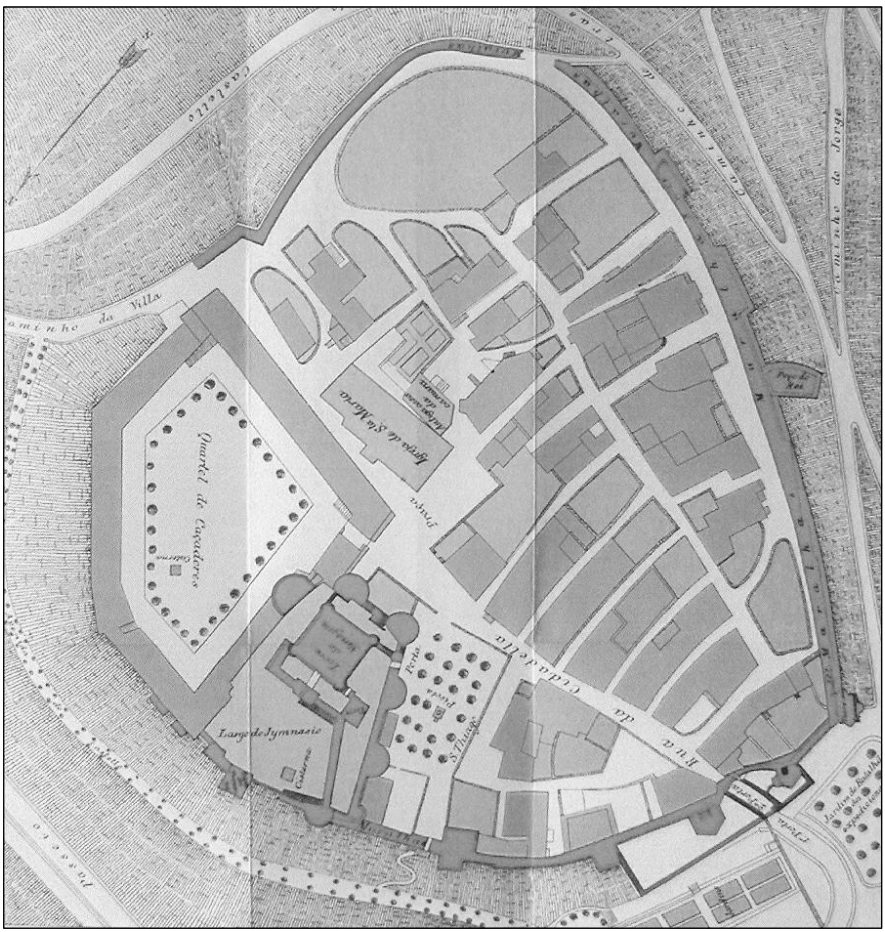


BRAGANÇA

Cartografia 2

Planta Geral da Cidadella da Villa de Bragança, 1897, Albino Pereira Lopo, *Bragança e Benquerença*, Imp. Nac. - Casa da Moeda, Lisboa, 1983, pp. 82-83 (edição fac-similada pela de 1900, extraída do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, nº 3 e 4, de 1898-1899)

Sem escala



BRAGANÇA

Iconografia 1

Vista de Bragança a partir de Poente, Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, c.1509



Vista de Bragança a partir de Nascente, Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, c.1509

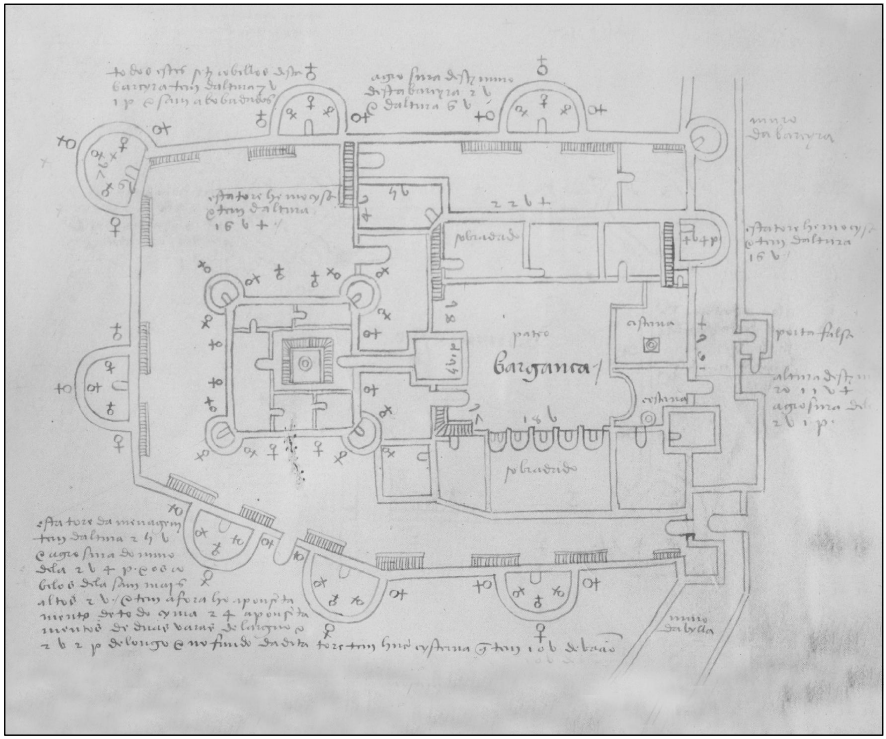


BRAGANÇA

Iconografia 2

Planta do Castelo de Bragança, Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, c. 1509

Sem escala



BRAGANÇA

Interpretação 1

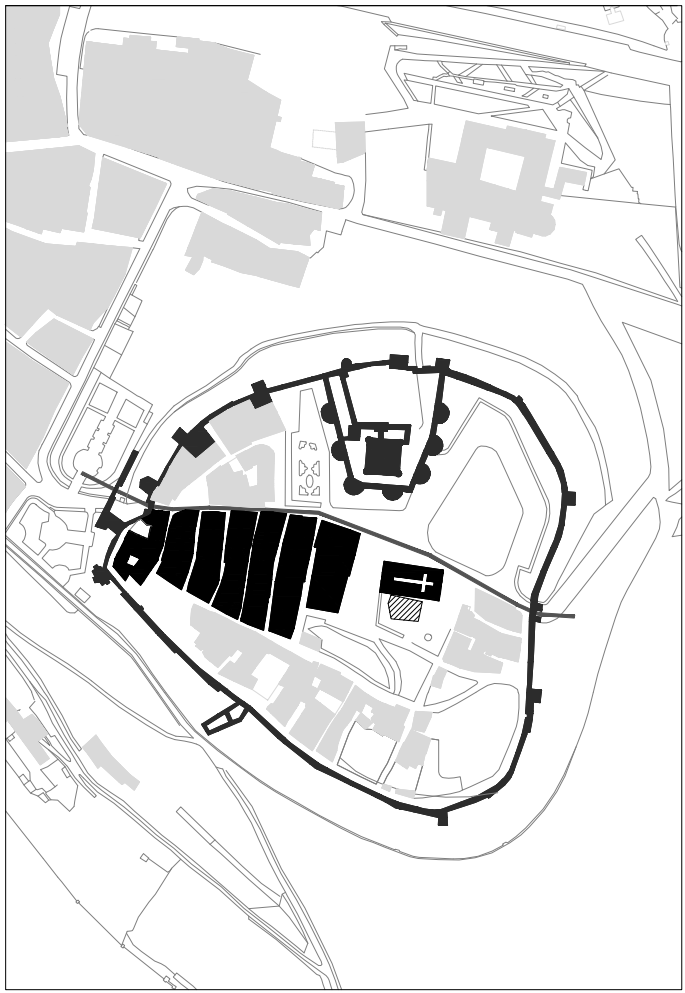
Tecido urbano actual

Tecido urbano actual correspondente à implantação medieval

Localização da cisterna de Bragança

Traçado existente da cerca, torres e castelo medievais

Eixo de acesso principal



Escala 1:2 500

10 50 100 200 250

N

BRAGANÇA

Interpretação 2

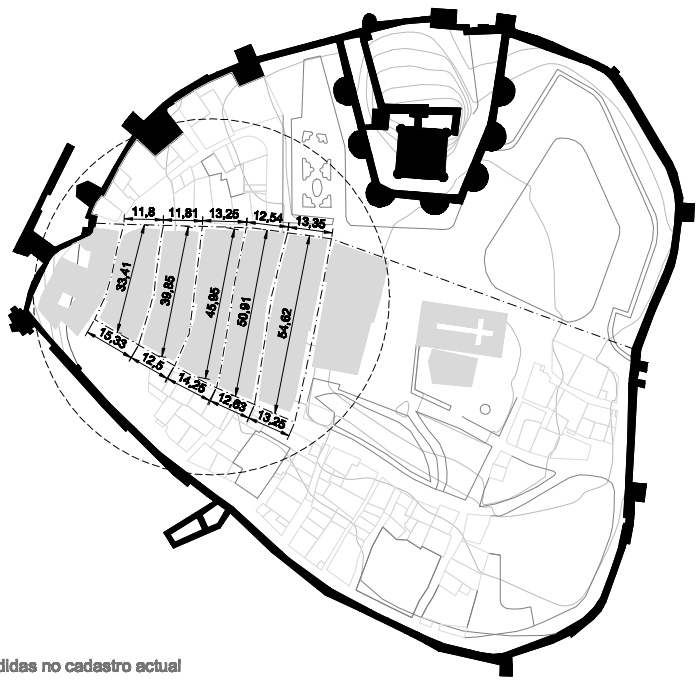


Fig. 1 Indicação das medidas no cadastro actual

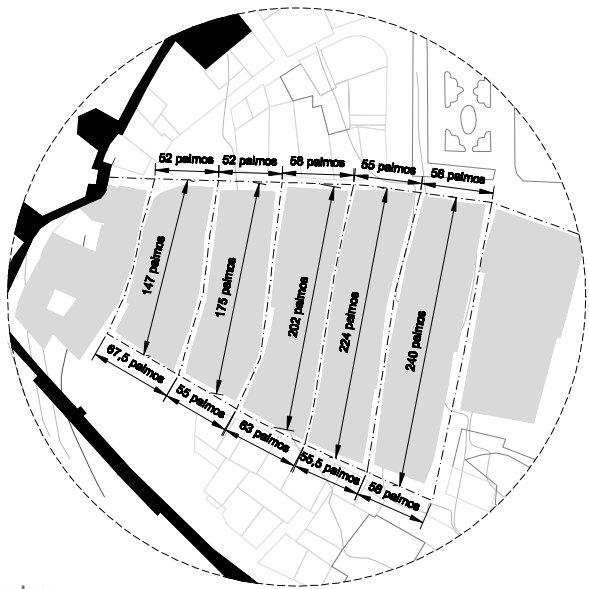


Fig. 2 Transposição das medidas para palmos

10	50	100	200 palmos
2	10	20	40 varas

BRAGANÇA

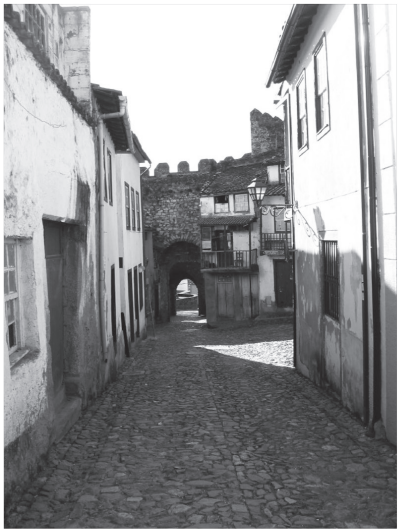
Fotografias

Torre de Menagem e Porta da muralha





Rua e Travessa





Caminha

A fundação de Caminha constituiu parte fundamental do programa de investimento régio pensado para o Alto Minho e sistematicamente posto em prática no decorrer da segunda metade do século XIII. Iniciado o processo de criação da póvoa, ainda com D. Afonso III, será já na década de oitenta que se institucionaliza e consolida o núcleo urbano, com carta de foral outorgada em 1284, considerando-se, por isso, D. Dinis como o seu grande impulsionador.

Os testemunhos recolhidos nas inquirições de 1258 — sobre o juiz de Caminha ou o "*monte u steve o castelo de Camina*" — associados à referência à igreja de "*Sancte Marie de Camine*", incluída na listagem de igrejas dependentes do bispado de Tui realizada em 1259, denunciam a origem anterior do núcleo e a sua transferência para uma nova implantação. Identificado o castelo original com o lugar de Vilarelio[672] (atual freguesia de Vilarelho), o afastamento da pirataria associado à necessidade de desenvolvimento da atividade comercial marítima e fluvial[673] terá ditado, a partir da década de cinquenta e por iniciativa de D. Afonso III, a deslocação do povoado para a linha costeira. O processo de Caminha é, por isso, contemporâneo da atenção prestada por este monarca às vilas de Melgaço e Valença, materializando-se, no caso de Caminha, na escolha de uma implantação mais favorável, no incentivo à construção de uma muralha como o prova a epígrafe de 1260[674], na licença conseguida para erguer uma nova matriz no interior da vila (a original situar-se-ia igualmente em Vilarelho) ou na ascensão da vila a cabeça de julgado. Em 1275, D. Afonso III estabelecia o tributo a pagar à coroa em 200 morabitinos, denunciando o caráter municipal da vila, embora certamente ainda algo incipiente. O reconhecimento completo e institucionalizado do estatuto municipal só virá a acontecer por ação de D. Dinis, com a outorga da carta de foral em 24 de julho de 1284[675]. Tal como todos os outros núcleos urbanos fundados ou reestruturados nesta época ao longo do curso do Lima (Melgaço, Valença, Viana, Monção e Vila Nova de Cerveira), o modelo escolhido foi o foro breve de Salamanca, cujo articulado se considerava suficientemente atrativo para garantir o povoamento das zonas instáveis de fronteira[676].

---

[672] C. A. Ferreira de ALMEIDA, *Alto Minho*, p. 148.

[673] O rio Minho, ainda pouco assoreado, permitia o trânsito aos navios de cabotagem que frequentavam os portos da Biscaia e do Norte da Europa, tal como outros portos portugueses com que estabeleciam variadas trocas. Maria Alfreda CRUZ, *Caminha. Evolução e estrutura da vila da Foz do Minho*, Caminha, 1988, p. 15.

[674] A epígrafe, descoberta em 1979 e atualmente exposta na Câmara Municipal de Caminha, é uma cópia moderna (com texto adaptado) de um original medieval incorporado na torre da Porta da Piedade, no pano oriental da muralha, comemorando, precisamente, o início da construção da cerca defensiva. Mário Jorge BARROCA, *Epigrafia medieval...*, vol. II, p. 883-884.

[675] Publicado por Manuel Raimundo Serra de CARVALHO, *Forais de Caminha*, Caminha, Câmara Municipal, 1984, p. 10 e António Matos REIS, *Os concelhos na primeira dinastia*…, p. 568-571.

[676] Sobre o tipo de privilégios concedidos pelas cartas de foral inspiradas no foro breve de Salamanca (aplicado em Portugal nas versões Numão/Guarda), veja-se António Matos REIS, *Origens dos municípios portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991, p. 160-177. Uma análise especificamente dedicada a Caminha pode ver-se em Maria Helena da Cruz COELHO, "A ação régia de D. Afonso III e D. Dinis em Caminha", *Homens, espaços e poderes, séculos XI a XVI. I Notas do viver social,* Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 199. Entre os privilégios mais significativos conta-se o direito de dispor livremente da propriedade, desde que cumprida a obrigação de habitar a vila por um prazo superior a um ano e um dia, a dispensa de 2/3 dos *miles* do concelho do fossado, a equiparação

Assegurando o desenvolvimento e a eficácia do novo núcleo urbano, D. Dinis encetava um longo e complexo processo de reorganização das terras vizinhas criando um *cautum* amplo e contíguo, através de múltiplos escambos e compras com a nobreza e o clero da região[677]. Encarregava de todo o procedimento Estevão Lourenço, clérigo da sua confiança que, no terreno, seria assistido por Paio Eanes de Valença, identificado pela documentação como povoador de Caminha e cuja experiência em ações congéneres está documentalmente comprovada para os casos de Paço de Rei, Penaguião e Fermentões[678].

A estas duas figuras centrais juntaram-se, no decorrer do processo, tabeliães, meirinhos, juízes, mordomos e alcaides, oficiais da justiça e do fisco, bem como clérigos de igrejas e mosteiros de padroado régio da região, caso dos abades de Ganfei e de Friestas.

Para além da consolidação do poder régio na região, o estabelecimento do novo concelho significava para a coroa uma entrada anual de 1000 maravedis velhos[679].

Nos anos seguintes, D. Dinis não descurou a atenção prestada à vila: em julho de 1291, concedia uma carta de feira, a realizar no terceiro dia de cada mês, dotada dos mesmos privilégios que a de Viana; o fortalecimento do concelho passou igualmente pela ampliação dos bens, fosse pela integração de várias courelas[680], fosse pela entrega de todos os reguengos, portagens, direitos, foros e rendas que o monarca tinha ainda em Caminha, a que somava a terça da décima das igrejas da vila, para ajudar à reparação dos muros[681].

Para a reconstituição da vila medieval, a cartografia histórica existente é claramente insuficiente, pouco mais permitindo que a identificação dos contornos gerais da muralha. A malha urbana propriamente dita, não tendo sido o verdadeiro objetivo dos engenheiros militares responsáveis pelos levantamentos, carece de realismo, surgindo indiscriminadamente geometrizada.

A recuperação da imagem medieval de Caminha baseia-se, por isso, nas perspetivas e no levantamento da muralha realizado por Duarte de Armas[682], bem como nos vestígios ainda existentes — troço nascente da muralha, esqueleto viário, lotes quinhentistas — globalmente suficientes para uma caracterização fidedigna da morfologia original.

---

para efeitos judiciais do cavaleiro ao infanção e do peão a cavaleiro-vilão, a instituição de um mesmo foro à totalidade dos vizinhos, a isenção do imposto de portagem em todo o reino, a proibição de aí pousar rico-homem ou o acolhimento prestado aos fora da lei.

[677] IANTT, *Leitura Nova*, Liv. 2 de Direitos Reais, fls 223-227. Para uma caracterização detalhada de todo o processo, veja-se Amélia Aguiar ANDRADE, *Vilas, poder régio e fronteira*..., p. 355-361.

[678] Veja-se p. 199 do capítulo 4. *Agentes e processos de povoamento.*

[679] Em 1321, a amputação do termo de Caminha a favor de Vila Nova de Cerveira leva o monarca a reduzir o tributo para 700 morabitinos velhos. Maria Helena da Cruz COELHO, "A acção régia de D. Afonso III e D. Dinis em Caminha", p. 203.

[680] As courelas dos vizinhos das paróquias de Santa Maria de Caminha e Santiago do Cristelo, catorze casais em Moledo, três casais em Santa Eulália de Venade e dois casais em Argela. Maria Helena da Cruz COELHO, "A acção régia de D. Afonso III e D. Dinis em Caminha", p. 210.

[681] Estipulado logo na carta de foral: "*… damus vobis tertiam partem decimarum ecclesiarum ipsius ville pro ad refficiendum muros…*".

[682] Duarte de ARMAS, *Livro das Fortalezas*, f. 115-116 e 133v.

Implantada *ex nihilo* num istmo onde o Rio Minho e o Rio Coura confluíam e na mais estreita proximidade do mar, o núcleo urbano de Caminha foi, desde o primeiro momento, dotado de uma cerca defensiva, de contorno ovalado, com cerca de 2,5 metros de espessura por 9 de altura[683]. Circundando uma área de 2,5 hectares, virava a cortina poente ao rio Minho, confrontando, a norte e nascente, com as praias do rio Coura. Ao longo de todo o circuito erguiam-se treze torres, três das quais incorporavam as portas da vila: a principal e de maiores dimensões, rasgada a sul e conhecida como Porta de Viana, a Porta do Sol, virada a nascente e, finalmente, aberta sobre o rio Minho, a Porta do Mar.

No reinado de D. João I estava em curso a construção de uma "*couraça*", sendo referido pelos moradores de Viana, sobre quem recaía parte do custo da obra, que os trabalhos se arrastavam há muito[684]. A estrutura em causa deverá corresponder à que Duarte de Armas desenhou na perspetiva tirada a partir de sul, na prática, um simples cercado de pedra protegendo a área do cais. Em 1513, o senado projetava reconstruir esta mesma estrutura, referindo-se-lhe como o "*que ha de seer mui grande hobra*"[685].

Como reforço da sua capacidade defensiva, Caminha contava ainda com uma extensa barbacã, igualmente representada por Duarte de Armas: com cubelos semicirculares providos de seteiras cruzetadas, acompanhava cerca de metade da extensão da muralha principal. No censo de 1513 refere-se como a população se empenhava, desde há pelo menos oito anos, nessa "*obra muito grande e de muito custo*", não esclarecendo, todavia, se era obra de raiz ou simplesmente de construção dos troços em falta, com vista ao encerramento de todo o perímetro, objetivo, de resto, nunca totalmente alcançado[686].

O espaço intramuros era atravessado, no sentido norte-sul, por três vias retilíneas: a Rua dos Meios, também conhecida por Rua dos Mercadores ou Direita, a Rua dos Cavaleiros ou da Ribeira e, finalmente, a Rua do Poço ou do Vau[687]. Ao caráter urbano do eixo central, para onde se viravam as fachadas alinhadas e de dimensões padronizadas, contrapunha-se o ambiente de traseiras e muros de quintal das ruas secundárias, diferença, aliás, ainda hoje muito marcada.

No sentido este-oeste, ou seja, cruzando os eixos anteriormente referidos, igualmente paralelas entre si e de traçado linear, abriam-se duas outras vias, no enfiamento das portas do Sol e do Mar. A dimensão de todas as ruas situa-se no intervalo entre os 3,10 e os 3,70 metros, podendo apontar-se os 15 palmos (3,30 metros) como valor médio.

---

[683] A muralha de Caminha foi já detalhadamente estudada por Marta Aguiar, pelo que aqui seguiremos as conclusões da autora. Marta Marques AGUIAR, "Contributo cartográfico para a reconstituição das cercas medievais de Viana e de Caminha", *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500), Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*, coordenação de Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Lisboa, Edições Colibri-Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp 877-884.

[684] J. Gouveia MONTEIRO, *Os castelos portugueses nos finais da Idade Média*…, p. 140.

[685] António de OLIVEIRA, "A população de Caminha e Valença em 1513", p. 7.

[686] Na *Descripção da Villa de Caminha* diz-se que o segundo muro não rodeia a vila "*pela parte do rio que olha para o poente*". "Viana", separata de *O Vianense,* 1878, p. 59.

[687] Os topónimos Rua dos Meios, da Ribeira e do Vau são os referidos no censo de 1513. António de OLIVEIRA, "A população de Caminha e Valença em 1513", p. 8. O poço que dava o nome à rua virada a nascente foi representado por Duarte de Armas na planta de Caminha, com a indicação de ser "*muito largo e de muita água*". Duarte de ARMAS, *Livro das Fortalezas*, f. 133v.

Cinco quarteirões retangulares alinhavam-se ao longo da rua Direita, constituídos por lote único de quintal nas traseiras, o que lhes conferia um formato estreito e profundo. Com uma frente média de 25 palmos, a área de implantação da moradia ocupava 75 palmos de profundidade, prolongada em mais 60 palmos de quintal. Em época posterior, o casario terá ocupado progressivamente os espaços residuais, utilizando a muralha como encosto, situação já consolidada nos inícios do século XVI, de acordo com o número de habitantes referido no censo de 1513[688]. No canto superior esquerdo da mancha edificada, a supressão do que seria o sexto quarteirão deu lugar à implantação da igreja românica de Santa Maria, de dimensões muito inferiores às do edifício que, no século XVI, a substituiu ainda que, no novo edifício, fossem incorporados um pórtico (obstruído) e uma cachorrada do templo original.

Junto à igreja, reforçando o caráter público e concorrido do local, localizava-se o principal poço da vila que Duarte de Armas assinala como tendo "*boa água de beber*"[689].

Seguindo um dos esquemas compositivos mais comuns, com paralelo, por exemplo, em Chaves ou Miranda do Douro, Caminha revela uma execução de vincada ortogonalidade, para o que terá certamente contribuído a topografia plana do local de implantação. Não deixa de ser curioso verificar como a reconstituição hipotética do traçado original indicia a utilização de uma regra geométrico-aritmética-base, excecionalmente extensível à localização do templo. Ainda assim, este mantém-se, como sempre, à margem do tecido residencial.

[688] Marta Aguiar distribuiu o número de habitantes elencados no censo de 1513 por lotes de dimensões equivalentes aos das parcelas quinhentistas sobreviventes obtendo, dessa forma, uma aproximação ao cadastro de inícios do XVI. Conclui que, quer a Rua dos Cavaleiros, quer a do Poço, teriam casas/lotes encostados à muralha. Marta AGUIAR, "Contributo cartográfico para a reconstituição das cercas medievais de Viana e de Caminha", p. 882. De facto, o recenseamento que, em 1513, D. Manuel mandou fazer em Caminha, indica uma cifra de 191 fogos no interior da cerca, claramente superior aos cerca de 60 lotes que parecem constituir a malha original. A comparação com os valores encontrados pelo Numeramento de 1527 nada permite adiantar já que a cifra de 280 moradores aí referida é relativa à vila e arrabalde, conjuntamente. António de OLIVEIRA, "A população de Caminha e Valença em 1513", sep. da *Revista Bracara Augusta*, tomo XXX, Braga, 1976, p. 8; João J. Alves DIAS, *Gentes e espaços. Edição crítica do Numeramento de 1527-1532…*, p. 43.

[689] Duarte de ARMAS, *Livro das Fortalezas*, f. 133v.

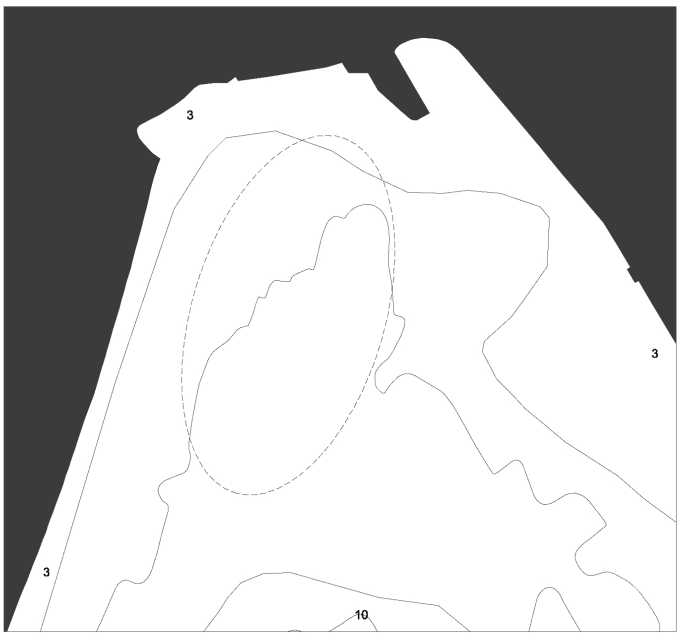
CAMINHA

Território

Rios Minho e Coura

Área aproximada da implantação medieval: inserção topográfica





Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

N

CAMINHA

Área do núcleo actual em análise

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual correspondente à implantação medieval

Rios Minho e Coura



Escala 1:5 000

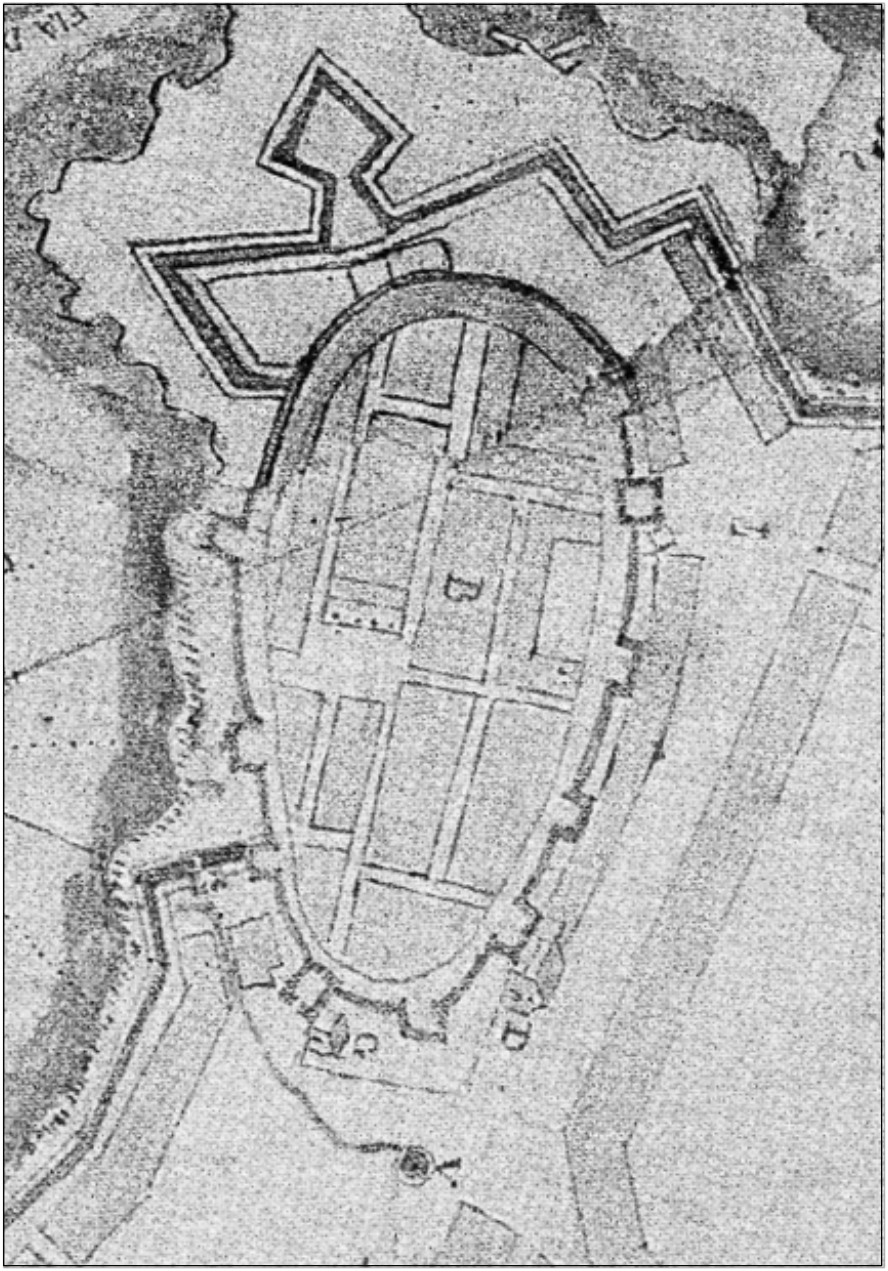
10 50 100 200 400

N

CAMINHA

Cartografia

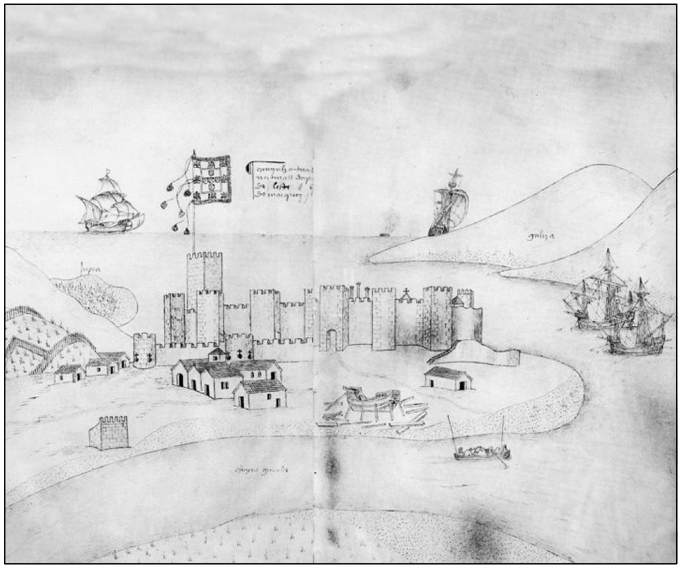
***Planta da Praça de Caminha*, séc. XVIII, S.G.L. (pormenor)**
Sem escala



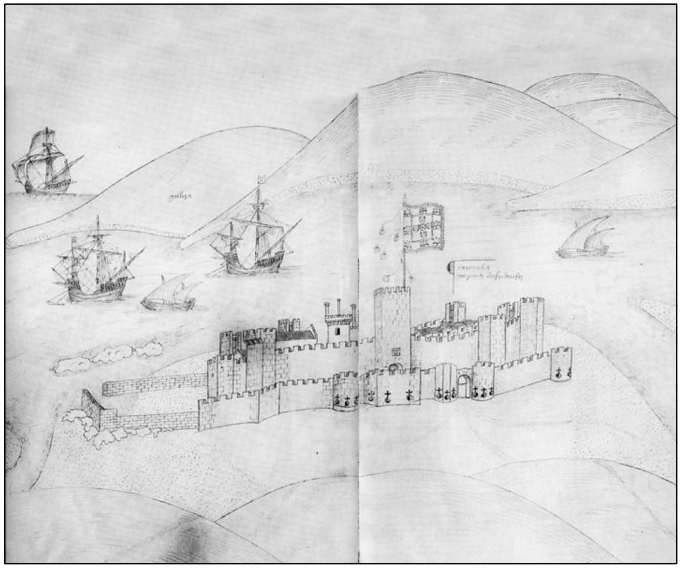
CAMINHA

Iconografia 1

Vista de Caminha a partir de Nascente, Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, c.1509



Vista de Caminha a partir de Sudoeste, Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, c.1509

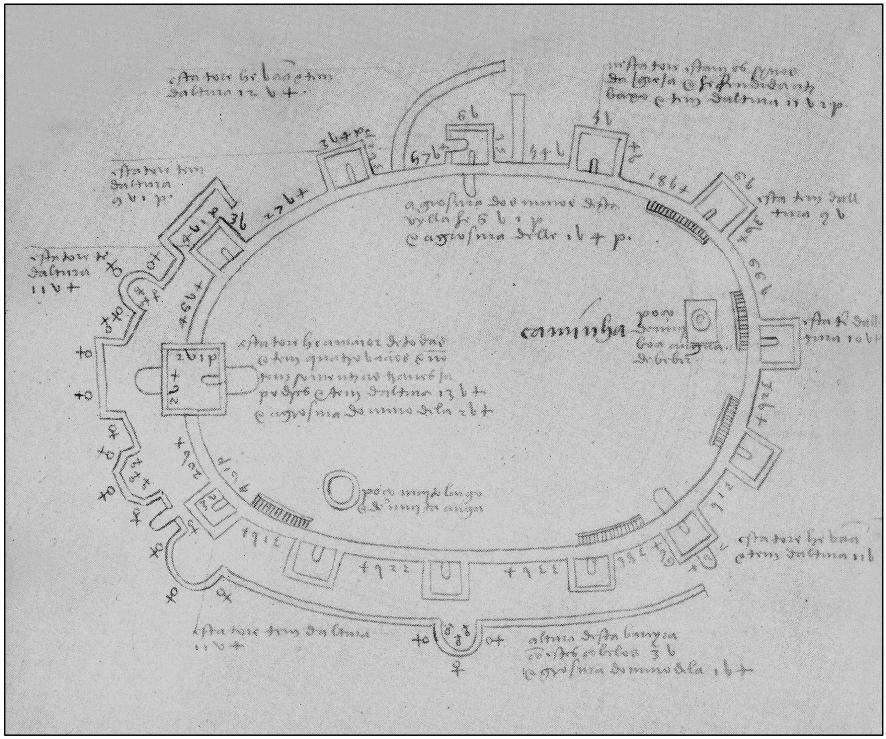


CAMINHA

Iconografia 2

Levantamento da Cerca da vila de Caminha, Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, c.1509

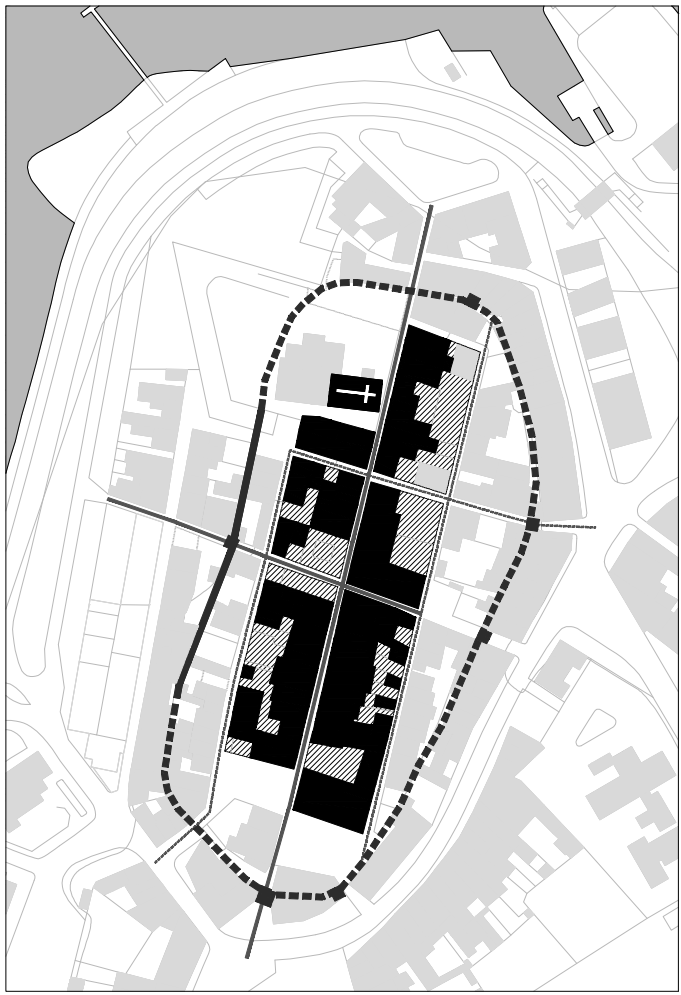
Sem escala



CAMINHA

Interpretação 1

- Tecido urbano actual
- Tecido urbano actual correspondente à implantação medieval
- Rios Minho e Coura
- Traçado existente da cerca medieval
- Traçado hipotético da cerca medieval
- Eixos de acesso principal
- Eixos de acesso secundário



Escala 1:2 500

10 50 100 200 250

N

CAMINHA

Interpretação 2

Reconstituição hipotética da regra algébrico-geométrica utilizada no núcleo original

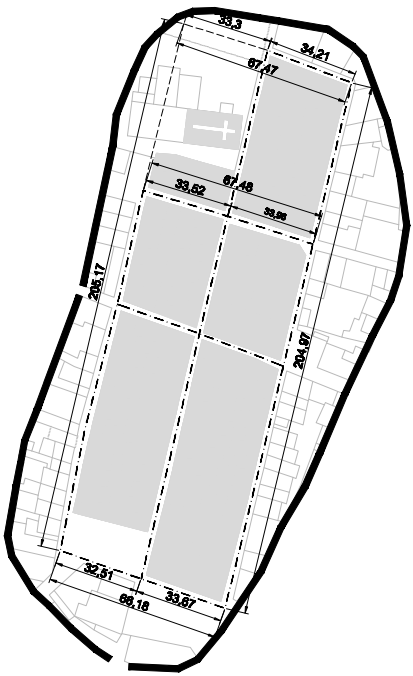


Fig. 1 Cadastro actual

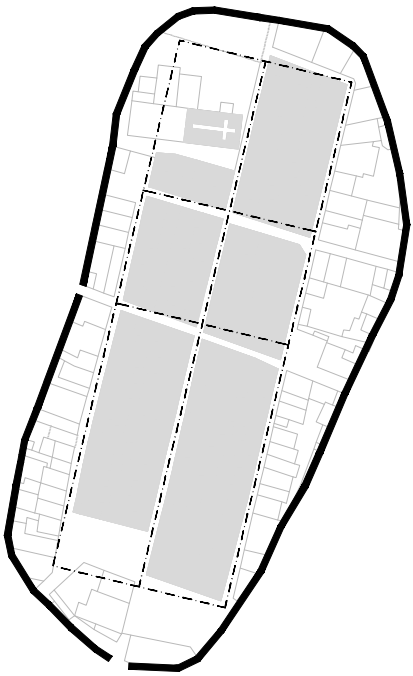


Fig. 2 Adaptação progressiva do existente ao modelo teórico

CAMINHA

Interpretação 3

Reconstituição hipotética da regra algébrico-geométrica utilizada no núcleo original

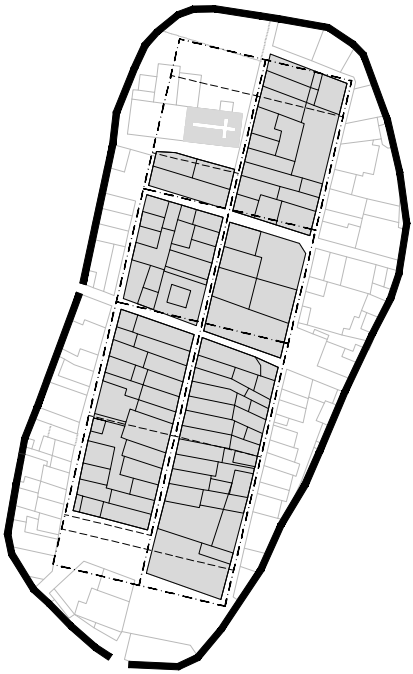


Fig. 3 Adaptação progressiva do existente ao modelo teórico

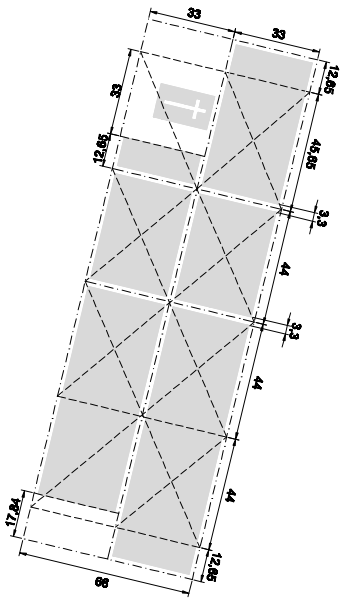


Fig. 4 Reconstituição hipotética do modelo teórico utilizado

CAMINHA

Interpretação 4

Reconstituição hipotética da regra algébrico-geométrica utilizada no núcleo original

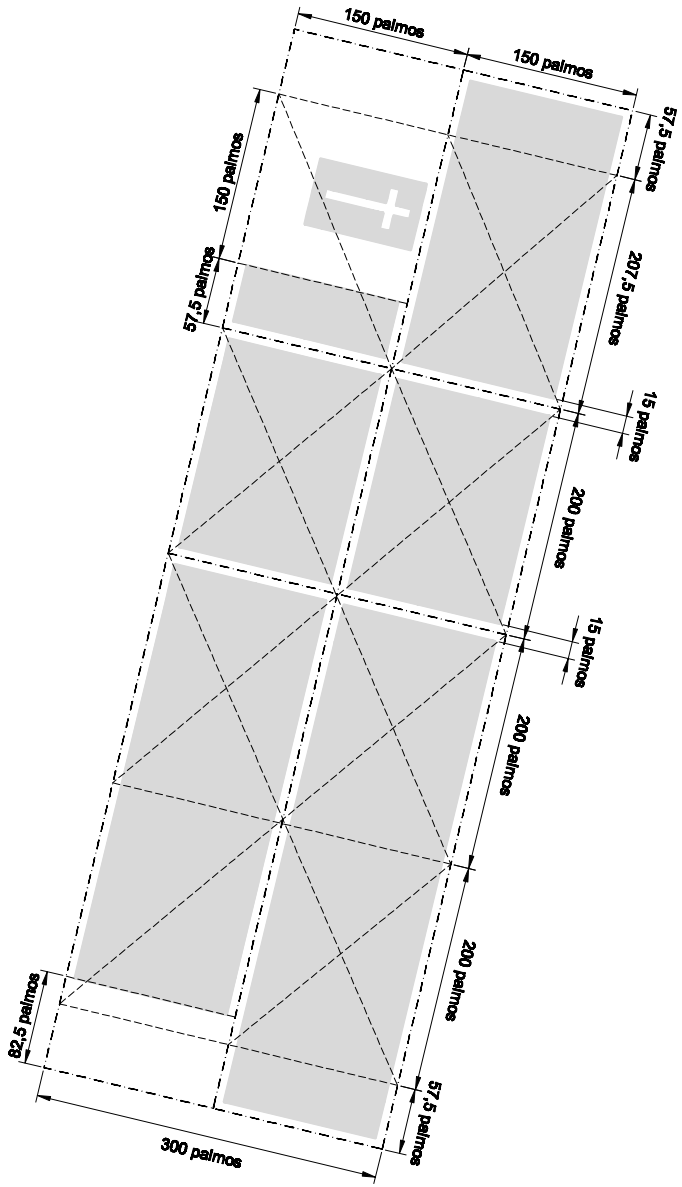


Fig. 5 Reconstituição hipotética do modelo teórico utilizado

10	50	100	200 palmos
2	10	20	40 varas

CAMINHA

Interpretação 5

Reconstituição hipotética da regra algébrico-geométrica utilizada no loteamento do núcleo original



Fig. 1 Cadastro actual

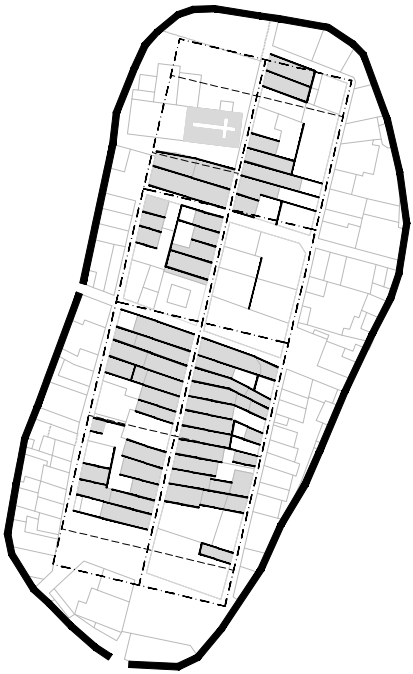


Fig. 2 Adaptação progressiva do existente ao modelo teórico

CAMINHA

Interpretação 6

Reconstituição hipotética da regra algébrico-geométrica utilizada no loteamento do núcleo original

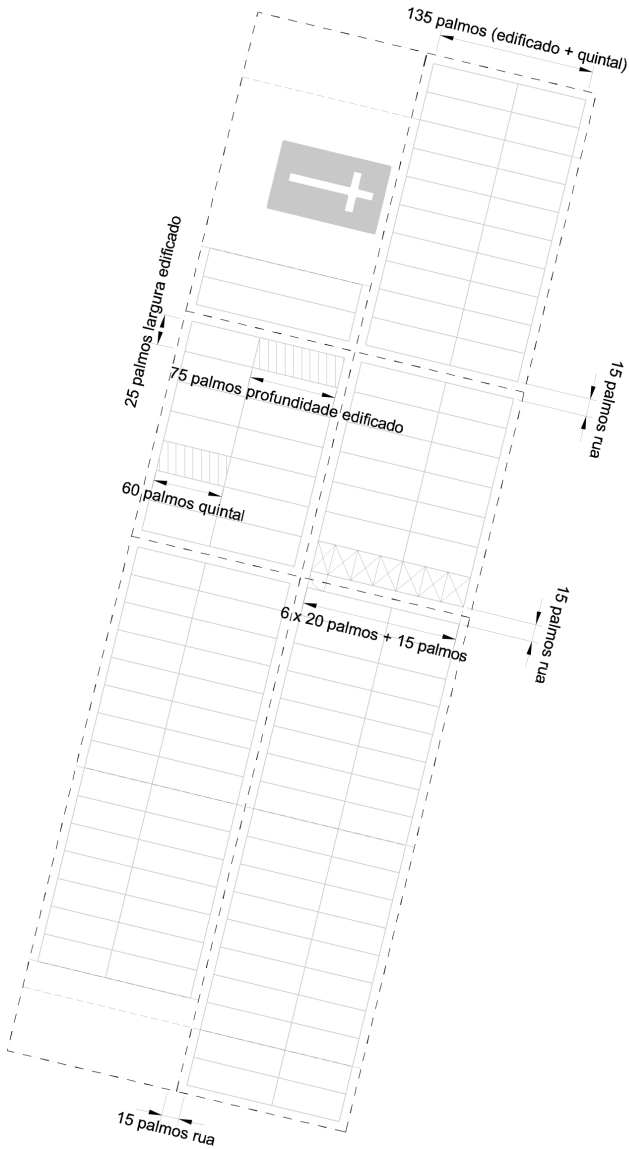
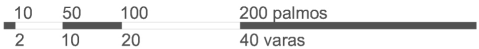


Fig. 3 Hipótese de métrica utilizada



CAMINHA

Fotografias 1

Rua Direita





Rua Direita e Porta de Viana





CAMINHA

Fotografias 2

Rua do Vau e Rua dos Cavaleiros





Porta do Mar e Igreja de Santa Maria





Cedovim

Por carta de foral outorgada em Lisboa, a 5 de fevereiro de 1271, D. Afonso III cedia ao novo concelho todos os direitos reais, à exceção da colheita, moeda, anúduva, hoste e direitos de padroado, em troca de um foro estipulado em 200 Libras[690].

Implantada no topo de uma colina pouco elevada, a sede concelhia organizava-se de acordo com um esquema muito regular: um eixo maior longitudinal, cruzado por diversos outros, transversais e de menor largura, o exemplo típico da "espinha de peixe".

A definição precisa do contorno ovalado, especialmente evidente na fotografia aérea, levou já alguns autores a colocarem a hipótese de Cedovim ter sido, originalmente, provida de uma cerca[691], cujas portas abririam no enfiamento do eixo longitudinal e da travessa central. Embora a hipótese pareça ser a única capaz de explicar de forma plausível a linha de contorno exterior da mancha edificada, o seu desaparecimento integral terá ocorrido em data precoce uma vez que, já em 1758, o abade Luiz Teixeira de Barros afirmava, em resposta ao inquérito do Padre Luiz Cardoso e concretamente ao artigo onde se questionava a existência de estruturas defensivas, que a vila "*não he murada nem tem torre ou edeficio antigo*"[692]. A ter existido, o seu desaparecimento sem deixar rasto permite conjeturar se não se trataria apenas de uma cerca erguida em materiais ligeiros, por exemplo uma estrutura em terra batida, acompanhando o declive do terreno, como sabemos ter existido no Sabugal Velho (erguida entre os séculos XII e XIII) ou, como alguns testemunhos parecem indicar, em Alfaiates[693].

A verificar-se o contrário, ou seja, na ausência de cerca ou muro, refira-se como, ainda hoje, o eixo estruturante que atravessa toda a vila no sentido este-oeste e à cota mais alta, é chamado rua do Penedo, o que poderá remeter para a presença de um afloramento granítico que, pela sua altura e provido ou não de alguma estrutura suplementar, funcionasse como atalaia, numa situação próxima à que se verificava, por exemplo, em Viana do Castelo.

No que toca aos restantes elementos do programa, comprova-se, através da contenda sobre os direitos de padroado[694] que em 1281-82 opôs monarca e concelho, a existência a essa data da igreja de S. João Baptista, templo que, em 1304, seria objeto de doação ao bispo de Lamego. Poucos anos depois, em 1321[695], refere-se já a igreja de Santa Maria, taxada em 100 libras. Em ambos os casos, a localização escolhida, junto aos caminhos de saída e a uma distância razoável do tecido edificado, cumpre

[690] *Chancelaria de D. Afonso III*, Liv. I, vol. 2, p. 76-77.

[691] Paulo Dordio GOMES, *Arqueologia das Vilas urbanas de Trás-os-Montes e Alto Douro…*, p. 104. Alexandra Rebelo PAIO, *As novas vilas medievais séc. XIII-XIV: urbanismo medieval planeado*, p. 208.

[692] Publicado por Francisco de Jesus FEGO, *Cedovim. Memórias da terra e das gentes (subsídios para a sua História)*, Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal, 1995, p. 49-51.

[693] Marcos OSÓRIO, "Contributos arqueológicos para a história de Alfaiates (Sabugal) retirados dos escritos de Brás Garcia Mascarenhas (séc. XVII)", *Praça Velha*, Ano 8, nº 18 (1ª série), Guarda, 2005, p. 53-70. Marcos OSÓRIO "O urbanismo e a arquitectura do Sabugal Velho (Aldeia Velha, Sabugal). Tentativa de caracterização de uma aldeia fortificada no Riba-Côa dos séculos XII-XIII", *Actas do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior, Da Idade Média à contemporaneidade ambientes e musealização*, vol. 4, 2008, p. 9.

[694] F. Jesus FEGO, *Cedovim. Memórias da terra e das gentes…*, p. 41-42.

[695] *Catálogo de todas as igrejas…*, p. 117-118 (referidas como Santa Maria e S. João de de Cedão).

a característica autonomia que temos vindo sistematicamente a encontrar entre os diversos elementos.

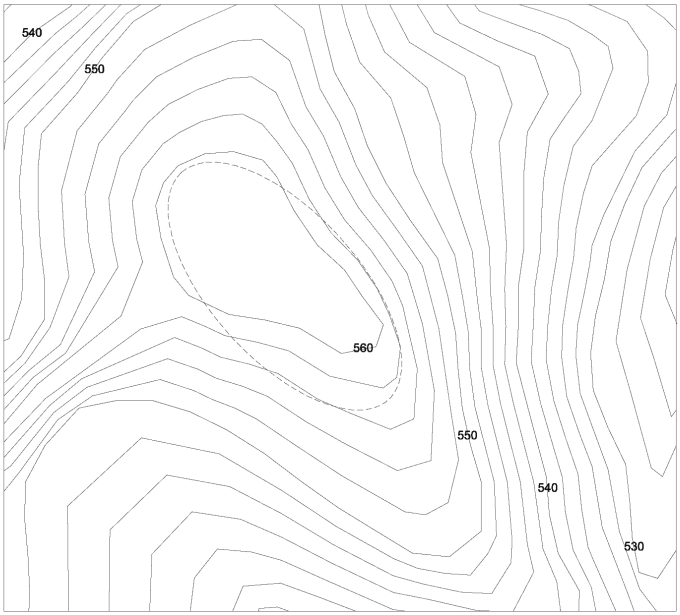
Com uma estruturação hierarquizada em rua e travessas, Cedovim é um bom exemplo de como a disposição este-oeste do eixo principal conduz a uma configuração em espinha de peixe, como forma de garantir que todas as parcelas aproveitassem a melhor exposição solar. Resta por último referir como o largo que atualmente se abre na interseção da rua do Penedo com a travessa da Praça decorrerá de alterações posteriores, relacionadas com a edificação da casa da câmara e do pelourinho quinhentista.

CEDOVIM

Território

Área aproximada da implantação medieval: inserção topográfica





Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

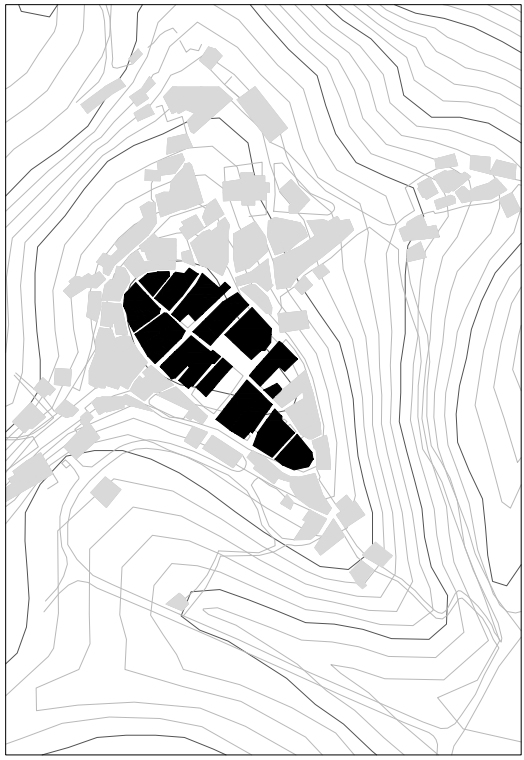
N

CEDOVIM

Área do núcleo actual em análise

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual correspondente à implantação medieval



Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

N

CEDOVIM

Interpretação

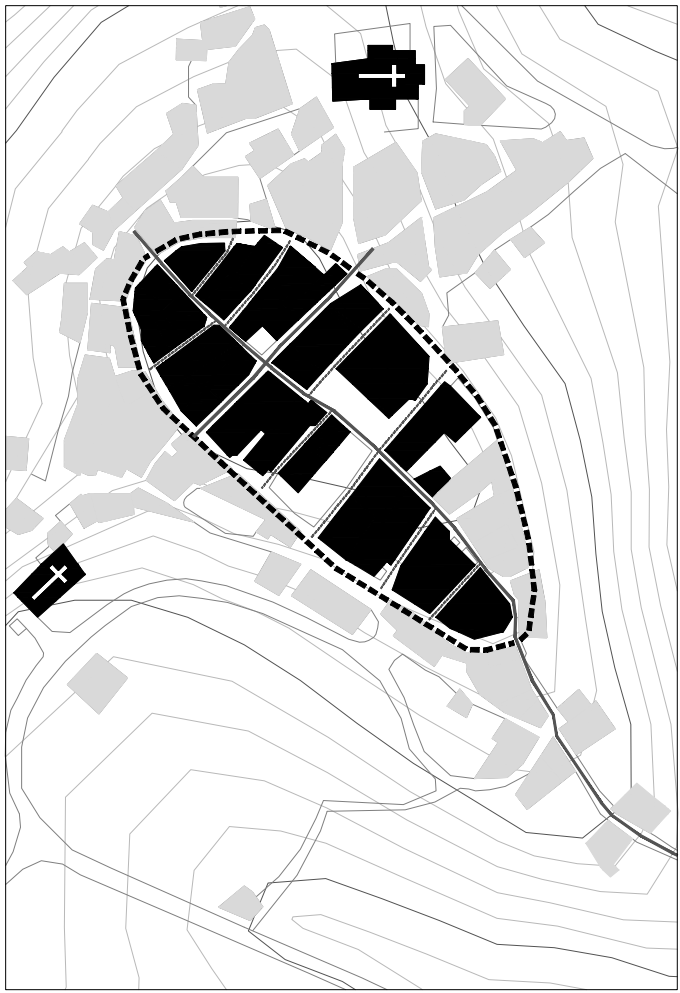
Tecido urbano actual

Tecido urbano actual correspondente à implantação medieval

Traçado hipotético da cerca medieval

Eixos de acesso principal (Rua do Penedo)

Eixos de acesso secundário



Escala 1:2 500

10 50 100 200 250

N

CEDOVIM

Fotografias

Rua D. Maria José Boléo Tomé e Rua Dr. José Maria Ramos





Rua Fernando Martinho e Travessa do Penedo





Chaves

O processo de formação de Chaves medieval foi já objeto de diversas análises de fundo, pelo que aqui nos limitaremos a apresentar as principais conclusões que suportam a análise morfológica[696].

Neste âmbito, importa realçar o modo como a implantação medieval se fez por sobreposição a pré-existências várias, com destaque para os vestígios da Aqua Flávia romana, cujo volume e significado podem ser plenamente aferidos pelas termas recentemente postas a descoberto na Praça do Arrabalde[697].

Na Alta Idade Média, ultrapassados os momentos de maior instabilidade, Chaves inscreveu-se no âmbito da ação de repovoamento desencadeada por Afonso III das Astúrias, no decorrer da segunda metade do século IX, convertendo-se na sede *da civitas Flavias*. Entre o século XI e os meados do século XIII, todavia, a alteração do modelo de administração e de controlo do território, preterindo as *civitates* a favor das terras encabeçadas por castelos, remeterá Chaves para um longo período de esquecimento[698], ultrapassada por Santo Estêvão, cuja implantação num ponto mais elevado, na margem oposta do Tâmega, oferecia melhores condições de defesa.

Quase totalmente ignorada pela documentação da época, só a partir de meados do século XIII, quando as vilas vêm por sua vez destituir o antigo modelo administrativo das terras[699], Chaves volta a ser referenciada, coincidindo com o período de refundação que aqui nos interessa analisar.

Situada no vale do Tâmega, num corredor natural de circulação, Chaves desempenhará um papel estratégico na defesa da fronteira norte do reino, precisamente no ponto preferencial de penetração de exércitos inimigos.

A ausência de testemunhos documentais não permite esclarecer totalmente o momento em que a vila volta a desempenhar um papel de destaque, sabendo-se, apenas, que terá ocorrido em data anterior a 1258. Com efeito, os testemunhos coligidos em resposta ao Inquérito régio de 1258, permitem retirar duas conclusões: em primeiro lugar, que a essa data já Chaves se encontrava reorganizada como concelho, como o

---

[696] Nuno José Pizarro DIAS, "Chaves medieval...", p. 35-94; Paulo Dordio GOMES, "O povoamento medieval em Trás-os-Montes e no Alto-Douro. Primeiras impressões e hipóteses de trabalho", *Arqueologia Medieval*, 2, Porto, Afrontamento, 1993, p. 171-190; Paulo Dordio GOMES, *Arqueologia das Vilas urbanas de Trás-os-Montes e Alto-Douro...,* 1993*;* Ricardo J. TEIXEIRA, *De Aquæ Flaviæ a Chaves. Povoamento e organização do território entre a Antiguidade e a Idade Média*, dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996 (texto policopiado). Do mesmo autor pode ler-se um resumo do tema em "Castelos e fortificações da região de Chaves entre a "Reconquista" e a Baixa Idade Média", *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol. VII, *Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica*, Porto, ADECAP, 2000, p. 89-111. Mário Gonçalves FERNANDES, *Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal...,* 2005; Maria Fernanda MAURÍCIO, *Entre Douro e Tâmega e as inquirições afonsinas e dionisinas*, Lisboa, Colibri, 1996.

[697] Descobertas em agosto de 2008, os primeiros dados apontam para um importante edifício termal que, edificado no século I ou II d.C., viria a ser alvo de derrocada no século IV. Entre os vestígios encontrados destaca-se a piscina central, originalmente coberta por cúpula, e a conduta que levaria a água para todos os tanques do balneário.

[698] Ao longo de todo o século XII e primeira metade do século XIII, a documentação escrita parece traduzir um quase desaparecimento de Chaves como lugar central ou cabeça de território. Ricardo TEIXEIRA, *De Aquæ Flaviæ a Chaves…,* p. 207.

[699] José MATTOSO, *Identificação de um país…,* vol. II, p. 123-127.

prova o conjunto de referências à "*Villa de Chavis cum suo termino*", à paróquia, ao "*concilium*", ao juiz e ao julgado, bem como a menção feita ao diploma de D. Afonso III, que terá sido exibido aos inquiridores, no qual se estipulava o foro a pagar por cada "*populator*"[700]; em segundo lugar, indiciam que essa reorganização seria já uma segunda tentativa, precedida por outra, fracassada, talvez ainda no reinado de D. Sancho II[701]. Só isso explica as referências à "*popula vela*" ou aos "*hominibus de popula vetera que fuit in castello de Clavibus et ex quo ipsa villa depopulavit*"[702].

Se para além da carta apresentada aos inquiridores, alguma dúvida restasse sobre a atribuição da reorganização de Chaves a D. Afonso III, a prova última encontra-se numa carta de sentença de D. Dinis, datada de 1305, onde expressamente se menciona o processo de fundação: "… *quando meu padre El Rey Don Afonso pobrara a terra de Chaves que a dita terra fora partida pelos pobradores a possessões e que fora posto que de cada possessom ouvesse o dito meu padre e os que depois veessem hu morabitino velho*"[703].

Todos os autores são unânimes em apontar a data de 1253 como a mais provável para a iniciativa afonsina, ano em que, para além da incursão em Trás-os-Montes, o monarca voltaria a Santo Estevão para receber como sua mulher a infanta D. Beatriz, filha de Afonso X, de Leão e Castela. Da tarefa de povoamento ficou encarregado Fernão Mendes Cogominho, *dilectus e fidelis vassalus* de Afonso III que, ainda em 1261, é referenciado como tenente do castelo de Chaves[704].

Neste período inicial, para além da repartição das possessões pelos povoadores, como menciona a carta de D. Dinis e da edificação da igreja de Santa Maria, já referida em 1258, terá de incluir-se a (re)construção do castelo e da cerca vilã, obras que estavam em curso quando os inquiridores passaram por Chaves na primavera de 1258 ou em janeiro de 1259[705]. Os trabalhos prolongaram-se, pelo menos até meados da década seguinte, como se deduz pela isenção de anúduva que o monarca concedeu, em 1264, aos moradores das terras que as igrejas de Santa Leocádia, Moreiras e S. Miguel de Nogueira possuíam nos termos de Chaves e Montenegro[706].

---

[700] Respetivamente *P.M.H. Inquisitiones*, 1527, 1355, 1354 e 1353. A referência ao julgado e Chaves e à carta outorgada por Afonso III em *P.M.H. Inquisitiones*, 1527. A única carta de foral de Chaves que chegou aos nossos dias foi a outorgada por D. Manuel, em dezembro de 1514. É no seu texto que se refere "… *posto que na dicta villa e terra ouvesse nos tempos antigos diversos foraes forã finalmente reduzidos e concordados a hua composiçam feicta antre el Rey dom denis e a dicta billa e terra confirmada e declarada por el Rey dom afoonso o quarto seu filho na forma e maneira que se segue…*" , publicado por J. Timóteo Montalvão MACHADO, "Forais de Chaves", *Revista Aquæ Flaviæ*, 4, Chaves, 1990, p. 95-104. Já em 1474, quando a vila solicitou a D. Afonso V um traslado da carta de foral, o documento não existia. Pizarro Pinto DIAS, "Chaves Medieval…", p. 69.

[701] Ricardo TEIXEIRA, *De Aquæ Flaviæ a Chaves…,* p. 210.

[702] *P.M.H. Inquisitiones*, 1354.

[703] Pizarro Pinto DIAS, "Chaves Medieval", p. 67.

[704] Havendo registo de ter estado em Toledo em 1248, por ocasião do testamento de D. Sancho II, Fernão Mendes Cogominho surge na corte portuguesa a partir de 1253. Por essa razão, Leontina Ventura equaciona a hipótese do nobre se ter mantido vários anos em Castela regressando a Portugal no séquito de D. Beatriz, que Afonso III vem precisamente encontrar em Chaves, região de que Fernão Mendes Cogominho era originário (julgado de Montenegro, c. de Chaves). A partir dessa altura, é sempre designado como *consiliarius regis e privatus* do rei. Terá morrido a 26 de março de 1277. Leontina VENTURA, *A nobreza de corte de Afonso III*, vol. II, p. 633-638.

[705] Pizarro Pinto DIAS, "Chaves Medieval…", p. 44-45.

[706] *Chancelaria de D. Afonso III*, Liv. I, vol. 1, Coimbra, 2006, p. 367-368.

Apesar das fortificações seiscentistas, a estrutura urbana medieval é ainda hoje perfeitamente identificável, constituindo-se na fonte primária para a reconstituição do tecido original. Já para o castelo e cerca, sobretudo esta última, hoje muito incompleta, as representações de Duarte de Armas[707] e a cartografia setecentista[708] permitem recuperar o traçado com grande precisão.

Com um perímetro de aproximadamente 860 metros e delimitando uma área de cerca de 4 hectares[709], a muralha desenhava um retângulo quase perfeito, em cujos topos menores se rasgavam duas portas: a de Cima, virada a noroeste, e a de Baixo ou do Arrabalde, a sudeste, ambas protegidas por torres. Entre as duas, e com um traçado retilíneo, corria o principal eixo da vila, a rua Direita, prolongando, em toda a extensão do intramuros, o caminho que atravessava o Tâmega. Em 1509, Duarte de Armas representou uma barbacã extensa protegendo todo o perímetro da cerca, nalguns pontos em mau estado de conservação.

O castelo[710], adossado à muralha, erguia-se no quadrante sudoeste do espaço intramuros, aproveitando o ponto mais alto de toda a área de implantação da vila.

No interior da cerca, o tecido edificado organizava-se em quarteirões retangulares, alinhados ao longo da rua Direita e separados entre si por travessas, cuja largura era, em média, metade da do eixo principal. Os lotes, duplos por quarteirão e dispostos costas com costas, mediam cerca de 25 palmos por 50 de profundidade, o que indica um módulo base de 25 por 25 palmos como padrão.

Tudo sugere que a primitiva igreja se situava à margem da mancha edificada, embora muito próxima, ou seja, numa composição muito diferente da que atualmente existe e que resulta do aumento do templo e da supressão de parte considerável do quarteirão. São vários os argumentos a favor desta hipótese: em primeiro lugar, parte da igreja original foi conservada na reconstrução posterior, podendo ver-se, do lado esquerdo da atual fachada, a frontaria românica composta pelo portal e pela torre que o encimava. Os vestígios são suficientemente eloquentes para denunciar a reduzida dimensão do templo original, que assim não colidiria com o alinhamento global dos quarteirões. Por outro lado, a praça que hoje se encosta à fachada lateral da igreja de Santa Maria a Maior, resulta de sucessivos alargamentos conseguidos à custa da demolição do edificado, parte do qual pôde ainda ser registado por fotografia[711]. Por último, embora meramente por comparação com outros casos, se por um lado era essa a situação mais comum — pela qual a igreja nunca interferia com o tecido construído — por outro, a existência de uma praça em data tão precoce seria caso invulgar. Note-se como a rotação do templo face à linha do casario, cumprindo a orientação canónica, projetava o adro para a zona do castelo, vocacionando o quadrante sudoeste da vila para espaço ou terreiro de funções várias.

---

[707] Duarte de ARMAS, *Livro das Fortalezas*, f. 95-96 e 131v.

[708] *Planta da Praça de Chaves*, Manuel Pinto Vilalobos, século XVIII, BNL.

[709] Pizarro Pinto DIAS, "Chaves Medieval…", p. 56.

[710] Em 1386, na sequência da tomada de voz por D. Beatriz e pelo rei de Castela e do cerco montado à vila por D. João I, Chaves foi doada a D. Nuno Álvares Pereira que, por sua vez, a doaria a sua filha D. Beatriz e ao seu genro D. Afonso, conde de Barcelos e primeiro duque de Bragança. Nos paços que mandou construir no interior do castelo de Chaves, residiria o duque grande parte da sua vida.

[711] Publicadas por Pizarro Pinto DIAS, "Chaves Medieval…", p. 53.

Condicionado pelo eixo estrutural, o crescimento da vila terá levado à multiplicação de vias paralelas àquele, preenchendo-se progressivamente o espaço até ao encosto ao muro[712]. A trama regular que assim se formou, associada ao passado de *Aqua Flavia*, foi interpretada como de matriz clássica. Embora a hipótese fosse posta de lado por Pizarro Pinto Dias em 1990 e novamente por Dordio Gomes em 1993, deve-se a Ricardo Teixeira[713] a revisão do problema à luz de novos dados arqueológicos, entretanto recolhidos.

Sem pôr em causa a conceção global do plano que o arqueólogo — na esteira dos que o precederam — atribui à fundação de Afonso III, a eventual influência de preexistências romanas parece verificar-se no retomar de certos alinhamentos subjacentes. Todavia, nem os dados recolhidos nas parcelas urbanas situadas na rua de Maria Rita e na esquina da rua de Santo António com a rua Padre José Fontoura, nem a análise realizada no edifício de S. Paulo, permitem corroborar, de forma conclusiva, o eventual decalque de uma matriz romana. Quanto à sobreposição da muralha medieval à romana, Ricardo Teixeira encara "*com muita reserva a possibilidade do traçado ser exatamente o mesmo, tal é a escassez de pedras romanas integradas nos panos visíveis da muralha medieval*". Hipótese mais viável, dada a quantidade de achados (epígrafes honoríficas, colunas caneladas, etc.) aí recolhidos, parece ser a da correspondência entre a atual Praça Camões e o antigo fórum romano.

Pela parte que nos toca, consideramos não existir um único elemento em toda a composição que contrarie a lógica de fundação medieval bastando, para tal, o cotejo com Caminha, Valença ou Miranda do Douro. Efetivamente, Chaves pode considerar-se, sob todos os aspetos, um caso típico, seja no protagonismo do eixo central, no alinhamento dos quarteirões ou na forma como estes se relacionam com os restantes elementos presentes: cerca, castelo e igreja. Em última análise, o retomar de alguns eixos pode simplesmente encontrar na melhor adaptação à topografia a explicação suficiente.

[712] Processo que terá ocorrido de forma lenta. A necessidade de incentivar o povoamento da cerca é comprovada quando, em 1380, nas Cortes de Torres Novas, o concelho e os homens bons de Chaves referem que "*pera se a cerca da dicta villa auer de pobrar*" os que moravam no interior da cerca estavam isentos de aposentadoria, o que D. Fernando confirma. Em 1527, o Numeramento revela 385 fogos, não distinguindo os valores para as áreas intra e extramuros. Júlia GALEGO; Suzanne DAVEAU, *O Numeramento de 1527-1532…*, p. 107. O arrabalde, não sendo extenso, tinha já, em 1509 quando Duarte de Armas o representa, um caráter consolidado, distribuindo-se o casario por ambos os lados da ponte.

[713] Ricardo TEIXEIRA, De *Aquæ Flaviæ a Chaves…*, p. 128-129.

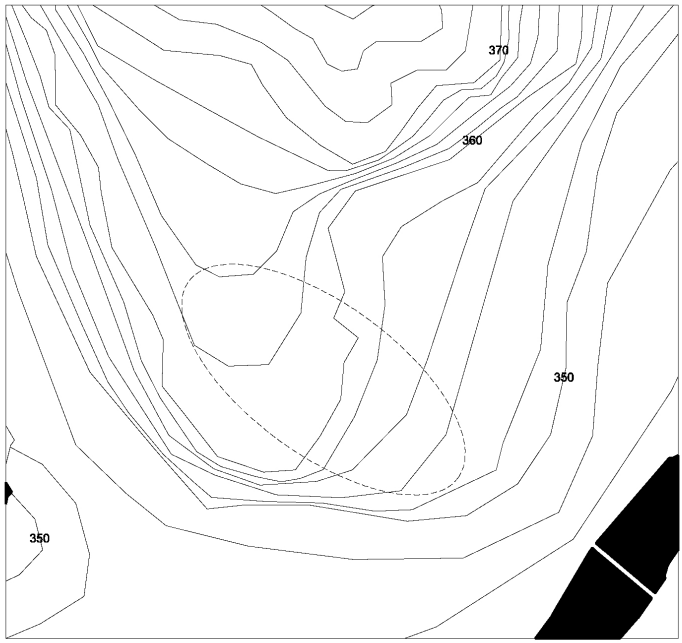
CHAVES

Território

Rio Tâmega

Área aproximada da implantação medieval: inserção topográfica





Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

N

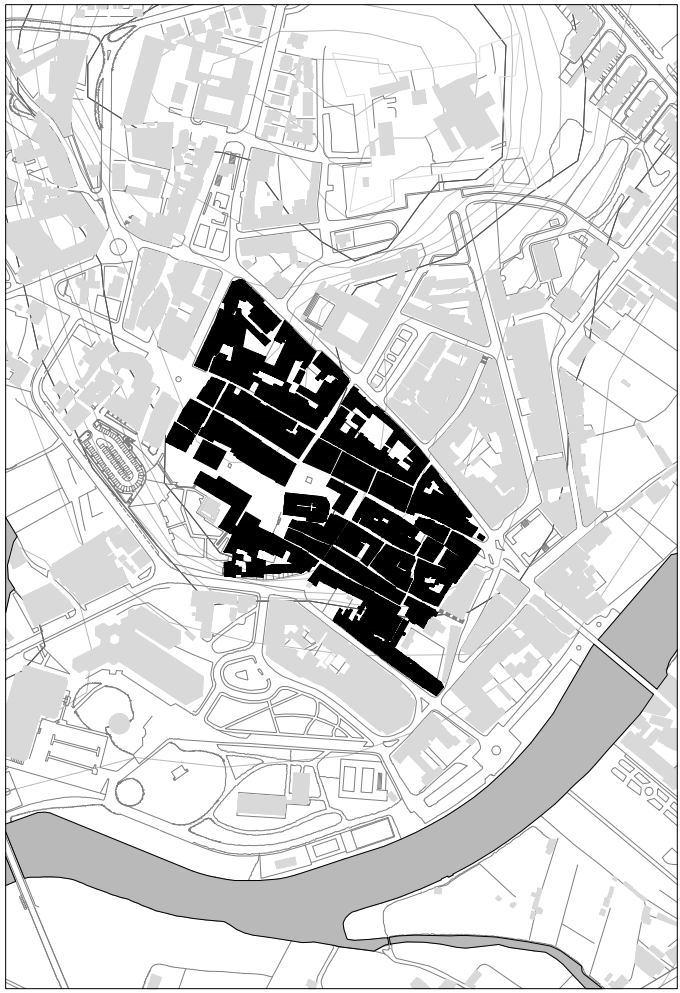
CHAVES

Área da cidade actual em análise

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual correspondente à implantação medieval

Rio Tâmega



Escala 1:5 000

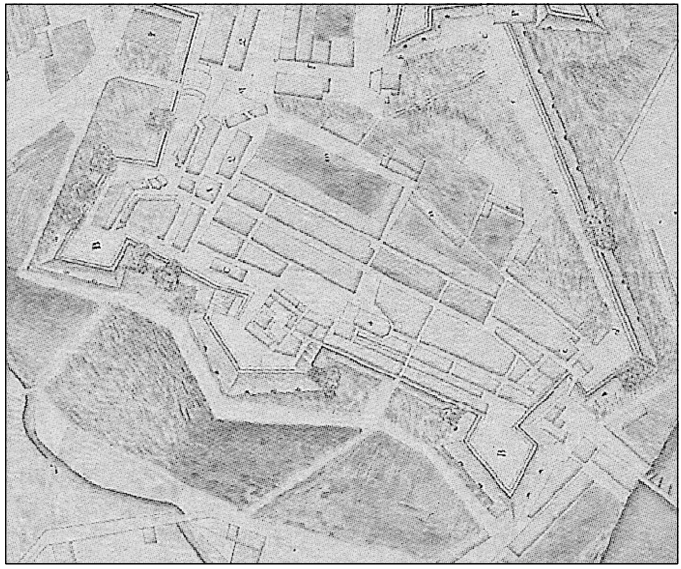
10 50 100 200 400

N

CHAVES

Cartografia 1

Cópia da Planta da Praça de Chaves, Joaquim Freitas Coelho,1797, G.E.A.E.M. (pormenor)
Escala aproximada 1:5 000



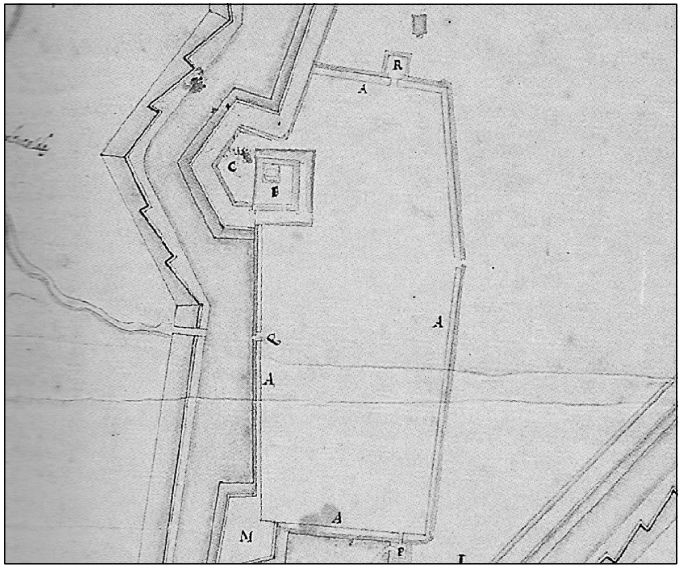
Plano de la Plaza de Chaves , séc. XVIII, Arquivo Histórico Municipal (pormenor)
Escala aproximada 1:5 000



CHAVES

Cartografia 2

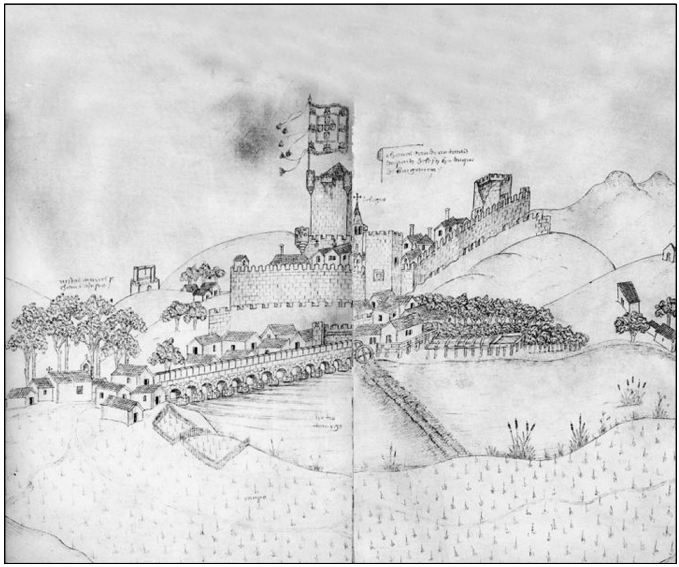
***Planta da Praça de Chaves*, Manuel Pinto VilaLobos, séc. XVIII, B.N.L. (pormenor)**
Sem escala



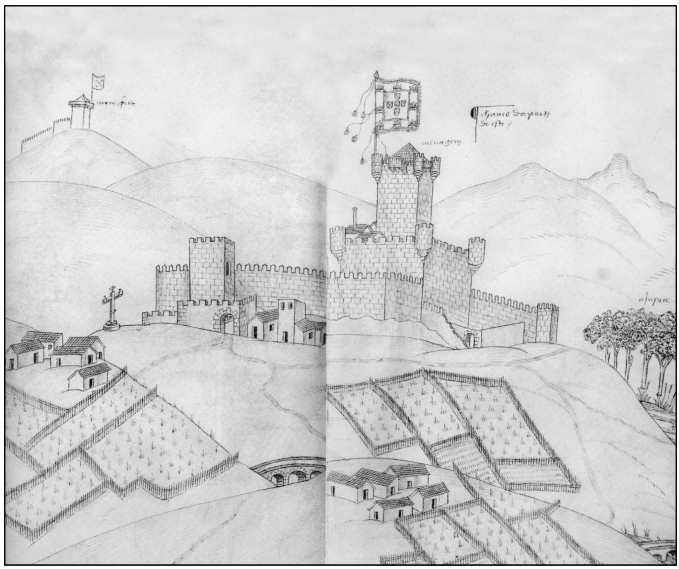
CHAVES

Iconografia 1

Vista de Chaves a partir de Nascente, Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, c.1509



Vista de Chaves a partir de Poente, Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, c.1509

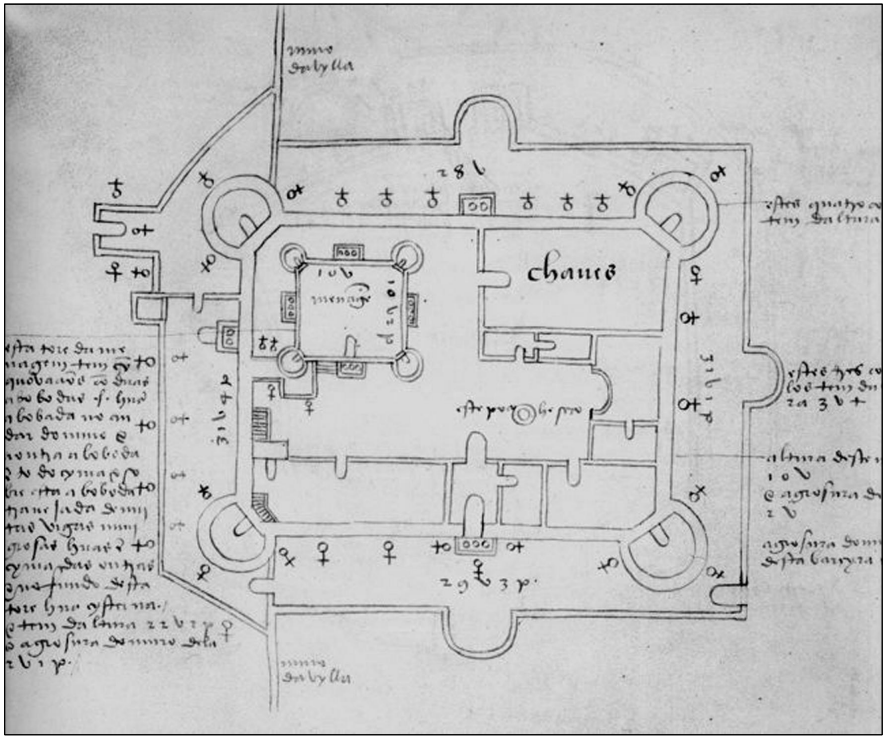


CHAVES

Iconografia 2

Levantamento do Castelo de Chaves, Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, c. 1509

Sem escala



CHAVES

Interpretação 1

Tecido urbano actual

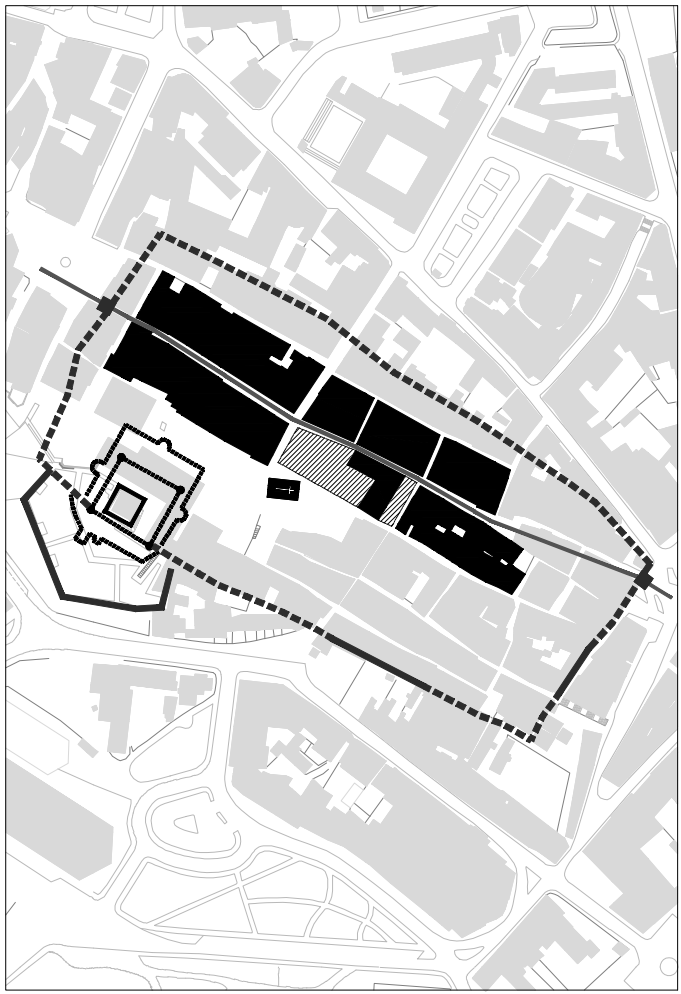
Tecido urbano actual correspondente à implantação medieval

Traçado hipotético do perímetro medieval do castelo de Chaves

Traçado existente da cerca e torre medieval

Traçado hipotético da cerca e torres medievais

Eixo de acesso principal



Escala 1:2 500

10 50 100 200 250

N

CHAVES

Interpretação 2

Reconstituição hipotética do tecido urbano original, a partir de registos antigos

Tecido urbano actual

Tecido urbano correspondente à implantação medieval

Reconstituição hipotética do tecido urbano original actualmente correspondente à Praça da República



Fig. 1 Cadastro actual



Fig. 2 Praça da República (actual)

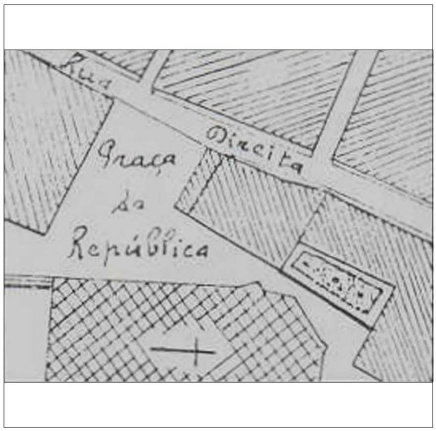


Fig. 3 *Chaves 1892*, Estudo Geo-Hydrológico de Chaves, J.M. Rego Lima (pormenor)



Fig. 4 *Praça D. Carlos I* (actual Praça da República), Crónica da Vila Velha de Chaves, p. 364

CHAVES

Interpretação 3

Reconstituição hipotética do tecido urbano original, a partir de registos antigos

Tecido urbano actual

Tecido urbano correspondente à implantação medieval

Reconstituição hipotética do tecido urbano original actualmente correspondente à Praça da República



Fig. 5 Cadastro actual com indicação do lote em questão

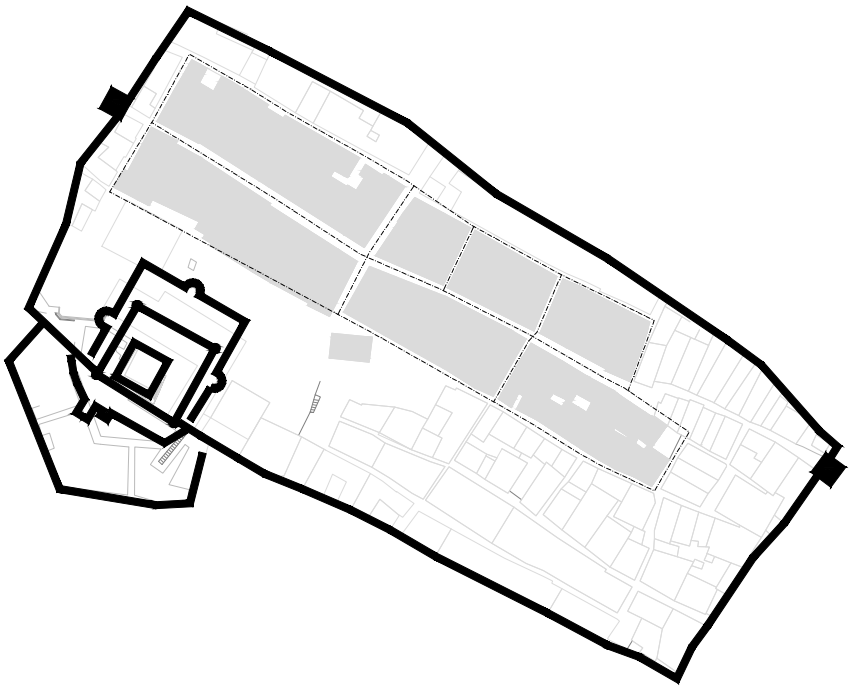


Fig. 6 Fotografia da área correspondente ao edifício demolido

CHAVES

Interpretação 4

Reconstituição hipotética do núcleo original



CHAVES

Fotografias 1

Rua Direita e Travessa da Rua Direita





Rua General Sousa Machado e Torre de Menagem





CHAVES

Fotografias 2

Vestígios da muralha nas traseiras da Rua do Poço



Vestígios do topo Sudeste da muralha



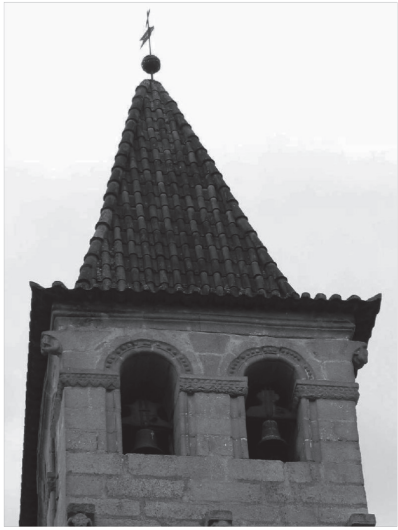
CHAVES

Fotografias 3

Igreja de Santa Maria



Pormenor dos vestígios românicos da primitiva igreja de Santa Maria





Lagos

No caso de Lagos, a outorga da carta de foral por D. Pedro I, em 1361[714], não corresponde a um processo de fundação, nem tão pouco parece indiciar qualquer reorganização de fundo da povoação existente. Em resposta ao pedido dos moradores de Lagos, que se queixavam dos inconvenientes que a sujeição a uma sede distante originava, sobretudo traduzidos numa justiça lenta e pouco eficaz, a desanexação do termo de Silves e a concessão de autonomia concelhia é justificada pelo monarca como uma forma de evitar o despovoamento, garantindo-se, por essa via, a defesa de um dos lugares "*mais fronteiro e temeroso que auia no regno do algarue*", apenas a dia e meio de distância dos "*mouros de além-mar*" [715].

A conjugação de várias notícias documentais, balizadas entre os finais do século XII e os meados da centúria seguinte, ou seja, muito anteriores a 1361, permitem caracterizar Lagos como um povoado de pequenas dimensões, embora já dotado de uma estrutura defensiva. O castelo — de origem muçulmana e fundamental, quer como ponto de defesa da costa, quer pela sua localização num dos acessos privilegiados à cidade-capital de Silves —, é referido pelo cruzado alemão como um dos que os cristãos tomaram após a reconquista de Silves. Sabe-se, igualmente, que foi objeto de doação por D. Sancho I, em 1189[716]. É já depois de definitivamente reconquistada (o que terá ocorrido na década de quarenta do século XIII), que surge nova referência, desta feita à "*aldeia de Lagos*" doada, em 1253, por Afonso X de Castela a D. Frei Roberto, bispo de Silves[717].

As notícias seguintes denunciam o reinado dionisino como um período decisivo na consolidação de Lagos. Quando D. Dinis, em 1299, ordena aos "*pobradores*" de Lagos que elejam "*dous homeens boons por seus juyzes*", revela a existência de um povoado minimamente organizado. No mesmo sentido aponta a informação veiculada, em 1758, pelo prior da freguesia de São Sebastião, em resposta ao inquérito sobre os danos causados pelo sismo de 1755. Baseando-se em documentação entretanto desaparecida refere, a propósito da muralha, que "*se acha uma carta de el-rei D. Afonso IV, no ano de 1370[718], escrita ao corregedor da vila de Lagos, para continuar a obra dos muros da vila dentro, que lhe faltavam 500 varas em roda, para se obviarem os danos que os moradores da vila padeciam, dos mouros que continuamente infestavam a mesma vila e então haviam invadido a vila com doze galés*".

De acordo com esta informação, coube a D. Afonso IV dar continuidade a uma obra já anteriormente iniciada, fechando um circuito que, de acordo com alguns autores, protegeria apenas a frente marítima. Para esse efeito, o monarca concedia,

---

[714] *Chancelarias portuguesas, D. Pedro I*, Lisboa, 1984, p. 263-264.

[715] Confirmando o clima de instabilidade, já no ano anterior, D. Pedro concedera aos moradores de Lagos o direito de andarem armados. *Chancelarias portuguesas, D. Pedro I*, p. 196.

[716] Ângelo RIBEIRO, "Silves", *História de Portugal*, dir. Damião Peres, vol. II, Barcelos, Portucalense Editora, 1929, p. 131-132 e p. 142.

[717] "*…e aldea que dizen Lagos* […] *com todos sus términos e con todos sus pertenencias assy como Lagos las avie en tiempo de moros…". Chancelaria de D. Afonso III*, Livro III, p. 247.

[718] A data indicada refere-se, certamente, ao ano de Cristo de 1332.

a título de empréstimo, 20.000 reais, mais tarde parcialmente perdoados por D. Fernando[719].

O castelo e as muralhas de Lagos foram sistematicamente transformados nos séculos seguintes, quer por obras de atualização, quer por destruições, com destaque para os danos causados pelo terramoto de 1755[720]. Apesar de tudo, tanto os troços sobreviventes, como os levantamentos de Alexandre Massai[721] realizados em 1617 e 1621, com destaque para o último onde o circuito medieval é desenhado em toda a sua extensão, permitem reconstituir a muralha erguida nos reinados de D. Dinis e D. Afonso IV.

Desenhando um perímetro aproximadamente retangular, a cerca veio delimitar uma área relativamente elevada sobre a foz da Ribeira de Bensafrim. No ângulo norte, precisamente o que mais se aproxima da Ribeira por onde se fazia a penetração no interior do território, localizou-se o castelo, aproveitando, certamente, o primitivo reduto islâmico, ainda que desse período não se tenha identificado, até hoje, qualquer vestígio material.

A vila intramuros ou "*vila de dentro*" como era conhecida nos finais do século XVI[722], organizava-se ao longo de três eixos paralelos e retilíneos que, da porta principal, virada a nascente e aberta sobre o rio, se prolongavam por todo o espaço cercado, no sentido nascente-poente. Três ruas perpendiculares permitiam a ligação entre eles, estabelecendo a central a comunicação direta entre as duas portas da vila, situadas a norte e a sul.

O esquema compositivo é particularmente visível no levantamento de 1924, destacando-se, tal como ainda hoje, o caráter residual de toda a faixa de terreno que, de ambos os lados, preenchia o espaço entre o casario e a muralha.

---

[719] José António de Jesus MARTINS, *Lagos Medieval*, s. l., 2001, p. 34-35. Nos finais do século XIX ou inícios do século XX, José Gomes Relego Arouca, presidente da Junta da Paróquia da Freguesia de Santa Maria de Lagos, escreve: *El Rei D. Affonso 4º a instancia de João Lourenço, Alcaide do Castelo e João Parente, Alvazil em 1320 mandou fazer a cerca ou muro que resguardasse a parte mais alta e povoada da terra. Em 14 de outubro de 1332, o mesmo Rei mandou a Martim Álvaro, Corregedor do Algarve, acabasse com todo o cuidado a cerca principal, alias que ficaria despovoado a terra por causa das insolências dos Mouros, que contra ella acomettiam todos os dias e que de presente o haviam feito com 12 gallés, o que logo terá sido feito em 1320 visto El-Rei ter mandado para esta obra 12.000 reis, o que se prova por um pergaminho que existe na câmara desta cidade*. O mesmo manuscrito é ainda citado por Manuel P. Rocha, em 1909, data em que se encontrava no arquivo da Câmara. Manuel João Paulo ROCHA, *Monografia de Lagos*, Fac-símile da edição do Porto, Tip. Universal, 1909, Faro, Algarve em Foco, 1991.

[720] Embora grande parte das obras posteriores estejam sobretudo relacionadas com a edificação de uma nova e mais ampla muralha, erguida por ordem de D. Manuel, para proteger no seu interior os arrabaldes entretanto formados, o facto da cerca medieval ser integrada nesse novo circuito (constituindo o topo sul), implicará transformações profundas ao longo dos períodos subsequentes, quer no reinado de D. João III, quer sob a dominação filipina. O que hoje existe resulta, em grande parte, do profundo restauro e reconstrução efetuados pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, no decorrer da primeira metade do século XX. *Muralhas de Lagos*, Boletim da DGEMN, 104, Lisboa, 1961.

[721] IANTT, *Planta da cidade de Lagos,* 1617, Códice Casa do Cadaval; *Planta da cidade de Lagos*, 1621, Códice Vieira da Silva, Museu da Cidade de Lisboa.

[722] Manuel Viegas GUERREIRO; Joaquim Romero de MAGALHÃES, *Duas descrições do Algarve no século XVI, Cadernos da Revista de História Económica e Social*, 3, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1983, p. 143.

A igreja de Santa Maria da Graça, a única existente no intramuros e localizada no ângulo sudoeste relativamente à margem do tecido urbano, parece ter sido edificada em data muito posterior à consolidação da vila, uma vez que o *Catálogo de todas as igrejas*, de 1320-1321, não lhe faz qualquer referência[723]. Do templo primitivo já nada resta, totalmente destruído no sismo de 1755. Nas Memórias Paroquiais refere-se a intenção de reconstruir o templo que ficara "*rrazo com o chão*", projeto que não viria a concretizar-se, utilizando-se exclusivamente o local como cemitério[724].

O traçado regular de Lagos foi justificado por alguns autores como sendo uma sobrevivência da Lacobriga romana que, ultrapassando sem alterações de vulto a dominação muçulmana, seria posteriormente adotado pelos conquistadores cristãos[725].

Se outras razões não houvesse para contrariar a referida tese, bastaria, para tanto, salientar os resultados das sucessivas sondagens arqueológicas realizadas por Estácio da Veiga e continuadas por José Joaquim Nunes e Santos Rocha, pelas quais a localização de Lacobriga tem vindo a ser identificada com o Monte Molião[726], a cerca de dois quilómetros de distância. Identificação corroborada, não só pela posição mais plausível com o sufixo "briga", como, sobretudo, pelo volume e características dos achados postos a descoberto. Na razão inversa, o que a arqueologia tem posto a descoberto na área urbana de Lagos — mosaicos, ânforas e cetárias — revela-se insuficiente para sustentar a hipótese de correspondência entre a Lacobriga romana e a Lagos medieval. Se para Jorge de Alarcão, em Lagos, poderá ter existido uma "villa" suburbana de Lacobriga, já para Vasco Mantas, a ocupação estaria relacionada com o desenvolvimento de um núcleo portuário[727]. Em nenhum dos casos, todavia, uma vila da importância de Lacobriga.

---

[723] A. H. de Oliveira MARQUES, "Para a História do Algarve medieval", p. 171-172.

[724] O texto das Memórias Paroquiais foi publicado por Rui Mendes PAULA, *Lagos, evolução urbana e património*, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 1992.

[725] Rui Mendes PAULA, *Lagos, evolução urbana e património*, p. 25 e Frederico Mendes PAULA, *Lagos no período árabe*, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 1997; veja-se a reconstituição apresentada no cap. 2, *Antecedentes,* fig. 3.

[726] Na *História do Reino do Algarve*, redigida em torno de 1600, por Fernandes Serrão, refere-se o "*outeiro a que chamam o Molião, onde dizem que esteve fundada uma cidade, cuja memória o longo tempo com a ruína dela sepultou*". M. Viegas GUERREIRO; J. Romero de MAGALHÃES, *Duas descrições do Algarve no século XVI,* p. 144.

[727] Jorge de ALARCÃO, *Roman Portugal*, vol. II, Fasc. 3, Évora, Faro e Lagos, p. 183-184; Vasco Gil MANTAS, "As civitates: esboço da geografia política e económica do Algarve romano", *Noventa Séculos Entre a Serra e o Mar,* Lisboa, 1997, p. 288-289. Ainda sobre os vestígios encontrados no Monte Molião, veja-se Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos SANTOS, *Arqueologia Romana do Algarve (Subsídios)* Vol. I, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1971/72, p. 349-351.

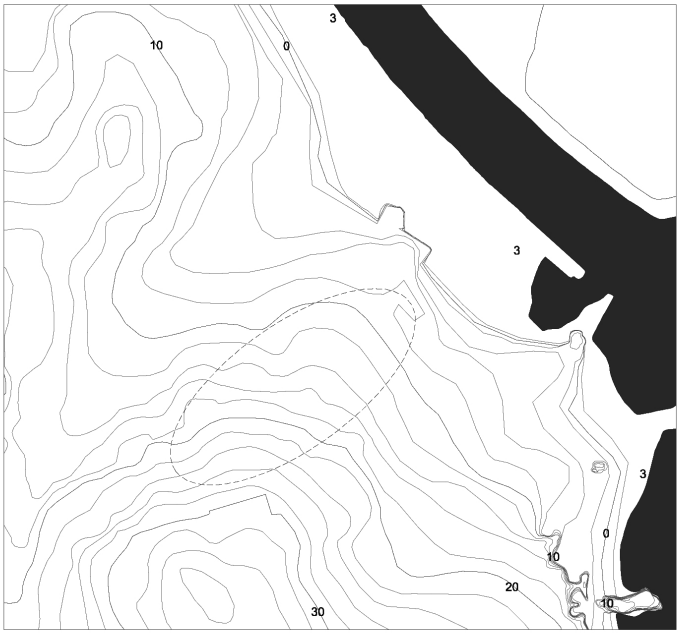
LAGOS

Território

Ribeira de Bensafrim e Oceano Atlântico

Tecido urbano actual correspondente à implantação medieval





Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

N

LAGOS

Área da cidade actual em análise

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual correspondente à implantação medieval

Ribeira de Bensafrim e Oceano Atlântico



Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

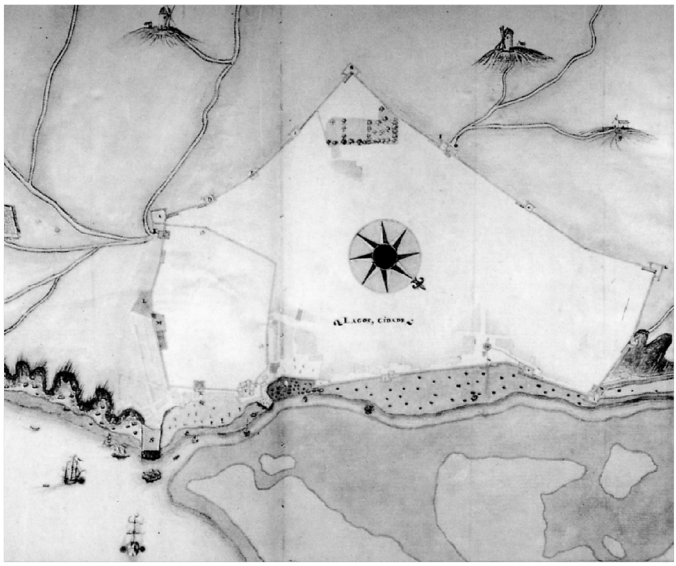
N

LAGOS

Cartografia 1

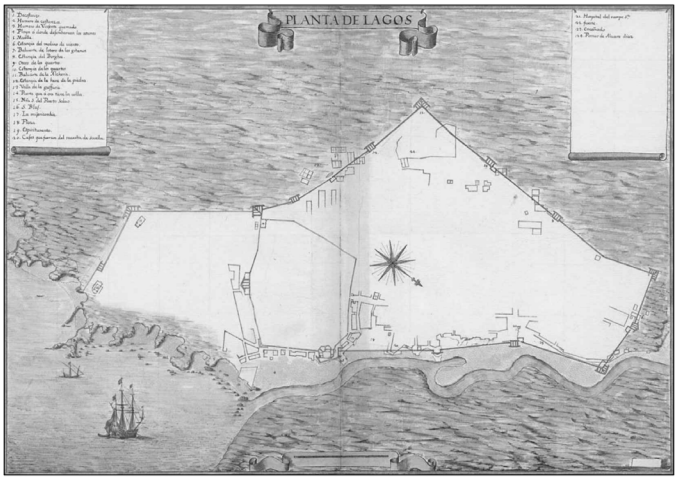
Planta da cidade de Lagos, 1617, Lisboa, Museu da Cidade, Códice de Alexandre Massaii, *Discripção do Reino de Portugal*, fl. (pormenor)

Sem escala



Planta de Lagos, Atlas Heliche, Arquivo Militar de Estocolmo (secção Handritade Kartverk, vol. 25, planta 13), Leonardo de Ferrari, 1655.

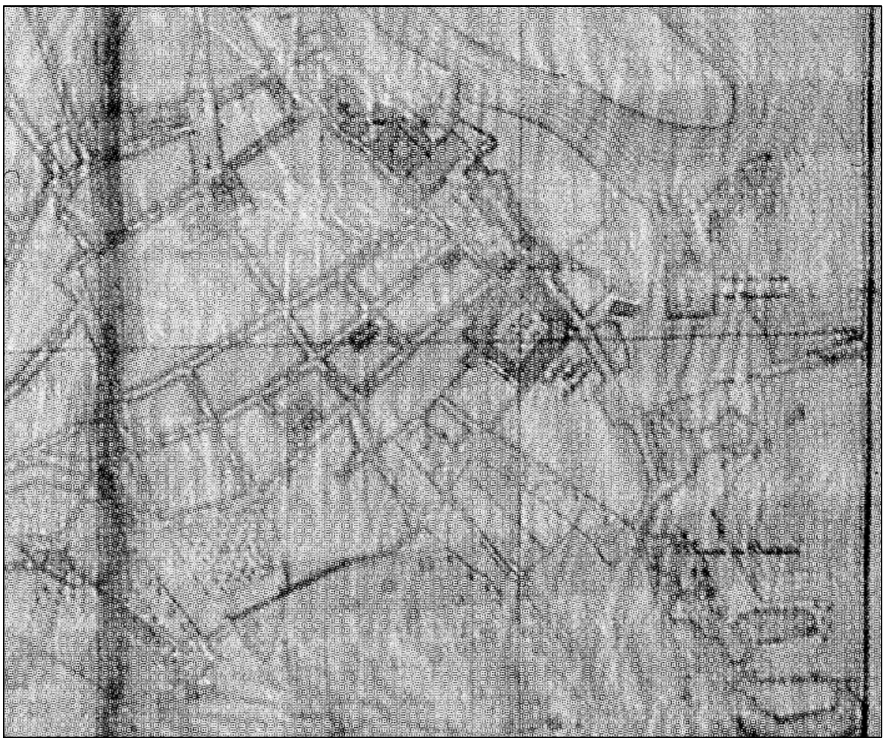
Sem escala



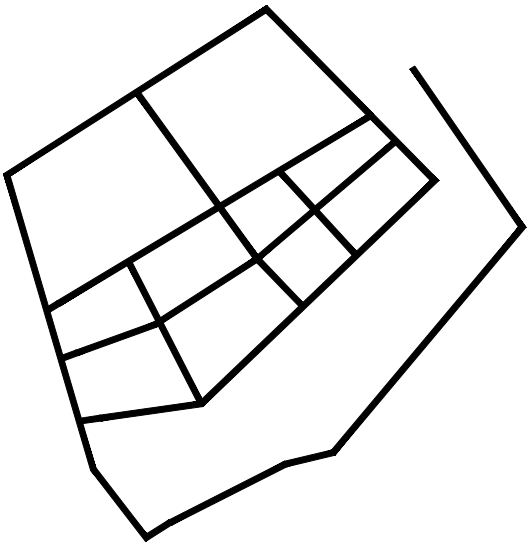
LAGOS

Cartografia 2

Planta da cidade de Lagos, 1824, Lisboa, Capitão Raul Frederico Rato, Câmara Municipal de Lagos (pormenor)
Sem escala



Transposição dos eixos viários representados na planta anterior



LAGOS

Interpretação 1

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual hipoteticamente correspondente à implantação medieval

Ribeira de Bensafrim

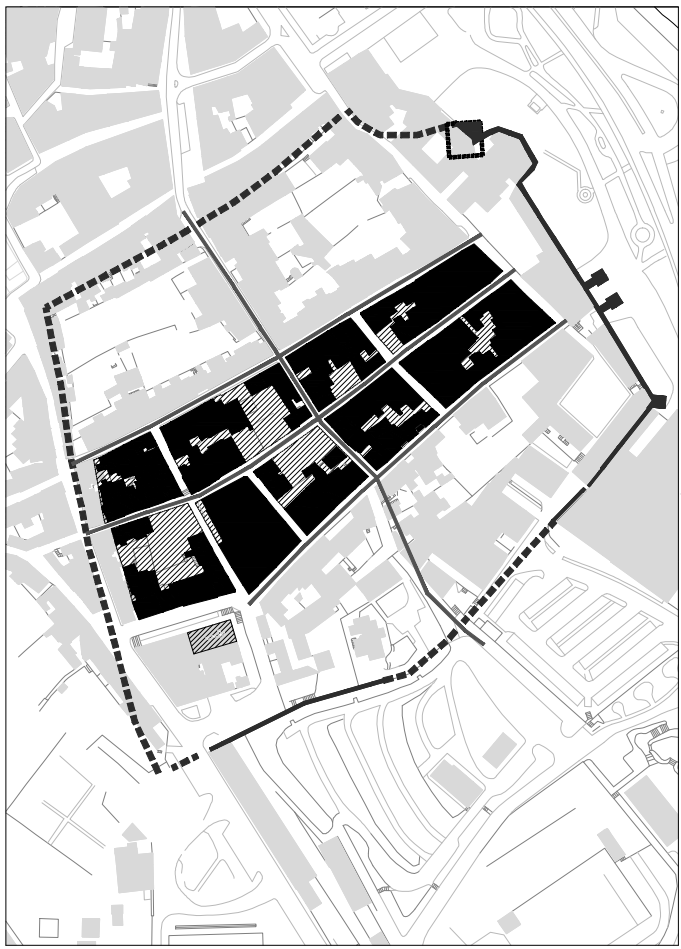
Traçado hipotético do perímetro medieval do castelo de Lagos

Traçado existente da cerca medieval

Traçado hipotético da cerca medieval

Localização aproximada da destruída igreja de Santa Maria da Graça

Eixos de acesso principal



Escala 1:2 500

10 50 100 200 250

N

Miranda do Douro

O processo de fundação de Miranda, sobre o Douro e adotando o nome da antiga terra, deve-se à iniciativa de D. Dinis, materializado por carta de foral datada de setembro de 1286[728]. Por ela, o monarca concedia ao concelho todos os herdamentos que aí possuía estabelecendo, em troca, um foro pago em moeda: XV soldos de Portugal *per capita*. Como medida de incentivo ao estabelecimento dos povoadores, "*presentes come aos que ham de viir*", o foro só entraria em vigor quatro anos passados sobre essa data. Para si, reservava os direitos de padroados sobre as igrejas, construídas ou a construir, e exigia auxílio militar sempre que solicitado.

Sobre o processo de construção propriamente dito — o "*lavor da villa*" como se lhe refere o próprio monarca — conhecem-se alguns dados relevantes, veiculados por Frei Francisco Brandão na "Monarquia Lusitana": de acordo com uma carta de D. Dinis, que existiria no cartório do Mosteiro de Alcobaça, os trabalhos empreendidos na vila terão decorrido entre julho de 1294 e abril de 1298, sob direção dos monges cistercienses João e Estevão[729]. O teor da informação suscita algumas questões de difícil resposta: terão os monges de Alcobaça exercido apenas a gestão financeira do processo de fundação de cujos gastos davam, na ocasião, conta ao monarca? Ou poderá a sua presença relacionar-se com um acompanhamento especializado da edificação das estruturas militares, de acordo com a tradição construtiva dos "*barbati*" cistercienses? O que, aliás, não seria caso isolado: Frei Francisco Brandão noticia a carta de quitação passada por D. Dinis a "… *frei Pedro, religioso de Alcobaça "castelleiro dos castellos de Monsanto e Sabugal das despesas q fizerão na fabrica e reformação destes castellos*"[730]. O facto dos monges João e Estevão só serem referidos oito anos após a outorga do foral de Miranda leva a crer que, qualquer que tenha sido o seu papel, não deverá ter estado relacionado com a escolha do sítio ou repartição inicial das terras pelos povoadores.

Coincidindo com a fase final das obras, em setembro de 1297[731], e certamente relacionado com a assinatura do Tratado de Alcanizes e com a relevância da posição fronteiriça[732], o monarca deslocou-se a Miranda atribuindo diversos privilégios de incentivo ao povoamento[733], estabelecendo como contrapartida que morassem "*per*

[728] Publicado por Francisco Manuel ALVES, *Bragança…*, p. 83-84.

[729] Frei Francisco Brandão publica o traslado da carta dionisina a partir do original, conservado no cartório de Alcobaça "… *que eu recebi conto e recado de Fr. Ioane e Fr. Estêvão meus frades* […] *de todolos dinheiros que estes frades despenderão e receberão do lavor da minha villa de Miranda, dês quinze de Iulho da era de mil trezentos e trinta e dous que os ditos frades começarom a receber para o dito lavor e despender ata onze de abril da Era de mil trezentos e trinta e seis* …". *Monarquia Lusitana*, parte V, f. 253.

[730] *Monarquia Lusitana*, parte V, f. 296v.

[731] *Itinerários régios medievais. Elementos para o estudo da administração medieval portuguesa. I. Itinerário del-rei D. Dinis (1279-1325),* Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1962, p. 48.

[732] A demarcação do termo expressa exatamente essa proximidade à linha de fronteira: "*E dou avos por termho assy como se começa per essa vila e des y pela agua de Doyro a enfesto e des y como vay aas devisoens per u parte o Reino de Portugal com o Reyno de Leon e des I como se vay per esse lombo ao termho d'Alcaniças e como parte per termho de Bragança e como parte per termho de Ulgoso, assy como vay a Doyro*". José MARQUES, "Os municípios na estratégia defensiva dionisina", p. 538-539.

[733] A localização fronteiriça justifica que a preocupação com o povoamento fosse permanente no decorrer de toda a Idade Média razão por que, em 1404, D. João I instituía, em Miranda, um couto para sessenta homiziados. Francisco Manuel ALVES, *Bragança…,* p. 99-104.

seus corpos en a Vila de Miranda sem outro engano cõ casas pobradas". Que essa era uma preocupação central, provam-no as próprias palavras do monarca quando isenta os moradores de todos os foros reais, à exceção de voz e coima "*per razõ da pobrança desa vila*".

Por "*lavor da vila*" deverá entender-se a edificação da muralha e do castelo para cuja implantação foi escolhida a extremidade noroeste, reforçando o ponto em que a topografia permitia um acesso mais fácil. Para a reconstituição da cerca, cujas dimensões faziam de Miranda a maior de todas as póvoas fundadas em Trás os Montes, contamos, para além dos troços ainda remanescentes, com as representações de Duarte de Armas e com o "*Plano de la Plaza de Miranda y su castillo*", levantado no século XVIII[734], onde o traçado foi detalhadamente registado.

Aproveitando quase na totalidade a plataforma natural que coroava a elevação e que, a nascente e sul, caía em escarpa sobre o Douro, a muralha formava um retângulo irregular, aberta a nordeste e a poente por duas portas principais, flanqueadas por torres quadrangulares, a última ainda hoje existente. Na cortina virada a poente, e que o rio não protegia, os mecanismos de defesa eram reforçados, associando-se ao castelo e torre que respetivamente se erguiam nos ângulos noroeste e sudoeste, uma extensa barbacã . O troço que circundava o castelo seria, ao que tudo indica, de construção mais recente, diferenciando-se do restante muro pelo bom estado de conservação, pela inclusão de seteiras cruzetadas, e pelo designativo de "*barreira nova*". Do lado oposto, uma terceira porta aberta na muralha principal permitia o acesso direto ao Douro por um caminho íngreme que uma couraça protegia em toda a sua extensão. O mau estado em que se encontrava em 1509, justifica o epíteto de "*Velha*" com que Duarte de Armas a designa.

Do castelo dionisino quase nada chegou à atualidade, reduzido a alguns muros pela explosão de 1762 e pelas demolições que se seguiram. Na verdade, esse castelo era já o resultado de uma profunda reforma posterior, empreendida por D. João I, a quem se deve, concretamente, a iniciativa da construção da torre de menagem como elucida o brasão régio com a bordadura de castelos interrompida pelas extremidades da Cruz de Avis[735].

Em finais da Idade Média, era um castelo de perímetro retangular, com os ângulos reforçados por quatro torres: três quadrangulares, sendo a de menagem de maiores dimensões, e uma hexagonal. Na face virada à vila, as preocupações defensivas parecem ter sido ainda mais acentuadas obrigando quem por esse lado pretendesse aceder ao interior da fortaleza a superar um significativo número de obstáculos: ultrapassado o fosso, erguia-se uma primeira barreira ou barbacã cuja entrada, flanqueada por cubelos circulares, dava acesso a um primeiro recinto; neste rasgava-se uma segunda porta ligada à torre que protegia a entrada principal do castelo e em cujo interior o percurso se fazia em forma de cotovelo. Garantia-se com esta sucessão de dispositivos

[734] *Plano de la Plaza de Miranda y su castillo conforme se halló después de averse bolado éste*. 1762. Madrid, Real Academia de la Historia, R 213 Sign. C/Ic 67p. Veja-se Carmen MANSO-PORTO, *Cartografia Historica Portuguesa: Catálogo de Manuscritos (Siglos XVII-XVIII)*, Madrid, Real Academia de la Historia - Departamento de Cartografia y Bellas Artes, 1999.

[735] Mário Jorge BARROCA, "De Miranda do Douro ao Sabugal: arquitectura militar e testemunhos arqueológicos medievais num espaço de fronteira", *Portugália*, Nova Série, XXIX - XXX, 2008-2009, p. 240.

a vocação da fortaleza como último reduto defensivo capaz de resistir mesmo que a vila caísse nas mãos do inimigo[736].

No interior da muralha, a vila organizava-se ao longo de um eixo central e estruturante, a rua Direita, paralela à qual corria uma outra, secundária. Várias ruas travessas permitiam o atravessamento dos quarteirões retangulares e alongados que, alinhados num esquema regular, viravam o lado maior às ruas longitudinais. Do conjunto de travessas, a que dava acesso à porta poente, antiga rua da Costanilha e atual rua Mouzinho de Albuquerque, viria a adquirir um maior protagonismo, facto que poderá explicar-se por ser esse um dos espaços de ocupação mais antiga, correspondente ao pequeno núcleo de povoamento inicial, decorrente da presúria de Miranda (entre finais do século IX e inícios do seguinte). Esta hipótese foi sugerida por Mário Jorge Barroca com base na identificação de um troço de muralha, situado ao lado esquerdo da porta oeste, com características pré-românicas (aparelho não isódomo, com rolhas e cunhas), ou seja, muito anteriores ao sistema defensivo construído a mando de D. Dinis[737]. A observação da malha urbana de Miranda torna-se, a partir do reconhecimento desta preexistência, mais compreensível: a reorganização dionisina passou pela instalação do esquema de ordenação linear — os quarteirões ao longo de um ou dois eixos — na proximidade imediata do núcleo primitivo, sem, contudo, se sobrepor.

Do lado poente da mancha assim definida, e de acordo com a orientação canónica, situava-se a igreja; no topo noroeste, o castelo. Entre a mancha edificada e a cerca urbana, à exceção do referido casario correspondente ao burgo original, ficava todo um corredor de espaço residual, que o crescimento da vila se encarregaria de preencher.

Com uma dimensão superior, Miranda do Douro reproduzia o esquema de Valença, Caminha ou Chaves, sobretudo visível no tipo de organização adotada para o casario.

[736] Como sublinhou Rita Costa Gomes, esta dicotomia entre castelo e vila materializava-se também na própria vigilância, estando a vela e rolda do primeiro entregue ao alcaide e aos seus homens e a guarda da vila aos moradores. Rita Costa GOMES, *Castelos da Raia,* Vol. II: *Trás-os-Montes*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2003, p. 140.

[737] Mário Jorge BARROCA, "De Miranda do Douro ao Sabugal...", p. 220.

MIRANDA DO DOURO

Território

Área aproximada da implantação medieval: inserção topográfica





Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

N

MIRANDA DO DOURO

Área da cidade actual em análise

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual correspondente à implantação medieval

Rio Fresno



Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

N

MIRANDA DO DOURO

Cartografia

Plano de la Plaza de Miranda y su castillo,1762, Madrid, Real Academia de la Historia, R. 213, Sign. C/lc67p (pormenor)
Escala aproximada 1:5 000



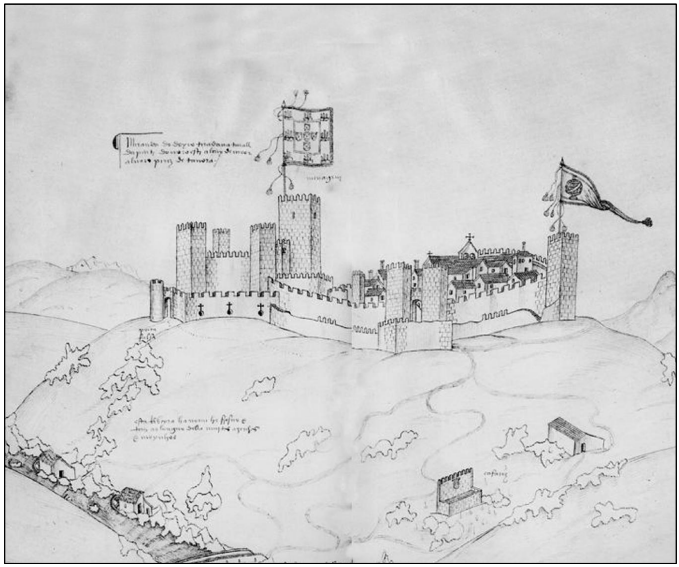
Planta topográfica da Praça de Miranda do Douro, José Champalimaud de Nussane, 1780, G.E.A.E.M. (pormenor)
Escala aproximada 1:2 500



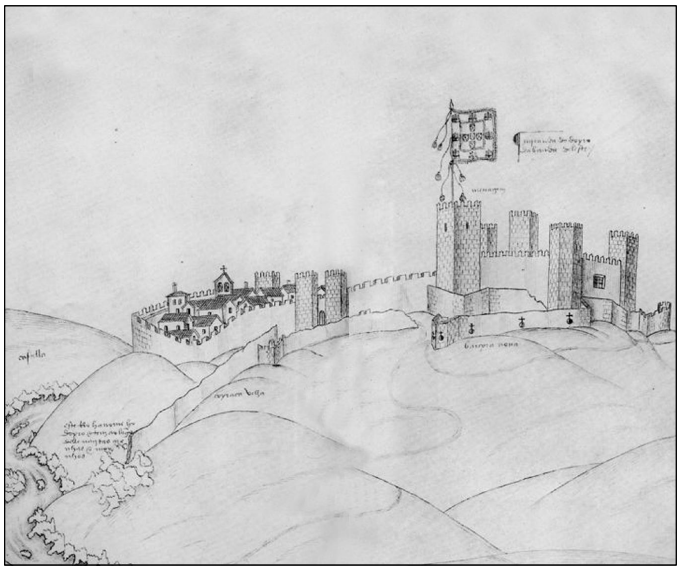
MIRANDA DO DOURO

Iconografia 1

Vista de Miranda do Douro a partir de Noroeste, Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, c.1509



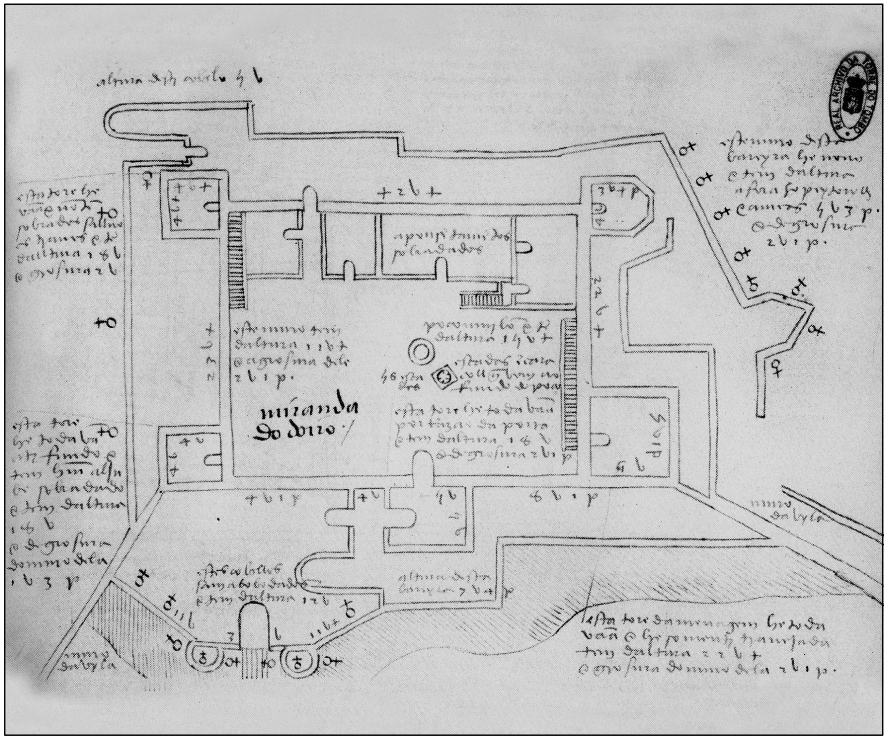
Vista de Miranda do Douro a partir de Nascente, Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, c.1509



MIRANDA DO DOURO

Iconografia 2

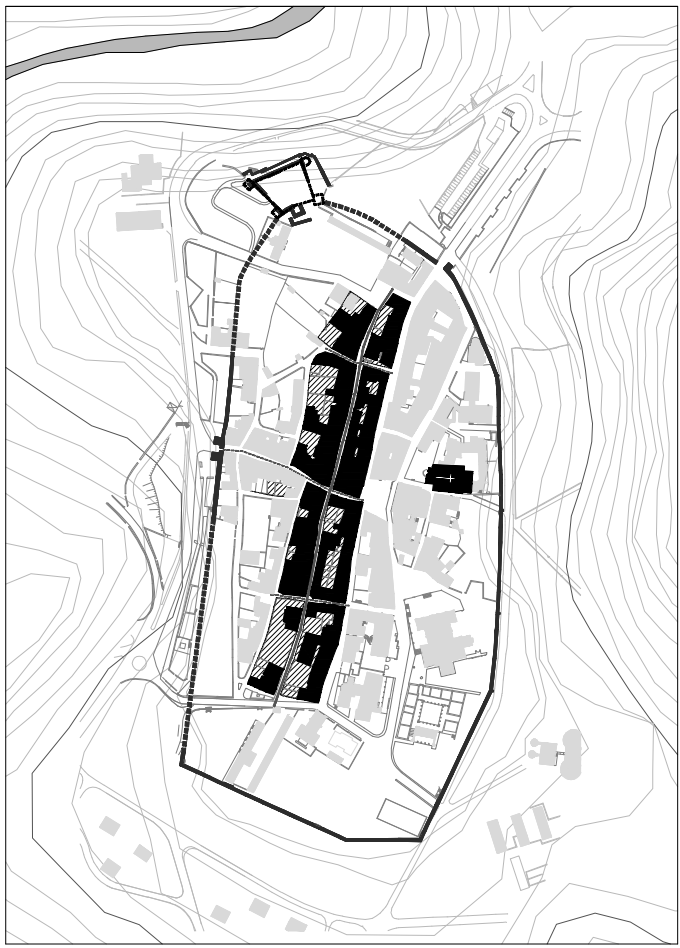
Levantamento do Castelo de Miranda do Douro, Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, c. 1509
Sem escala



MIRANDA DO DOURO

Interpretação 1

- Tecido urbano actual
- Tecido urbano actual correspondente à implantação medieval
- Rio Fresno
- Traçado hipotético do perímetro medieval do castelo de Miranda do Douro
- Traçado existente da cerca medieval
- Traçado hipotético da cerca medieval
- Eixo de acesso principal
- Eixos de acesso secundário



Escala 1:5 000

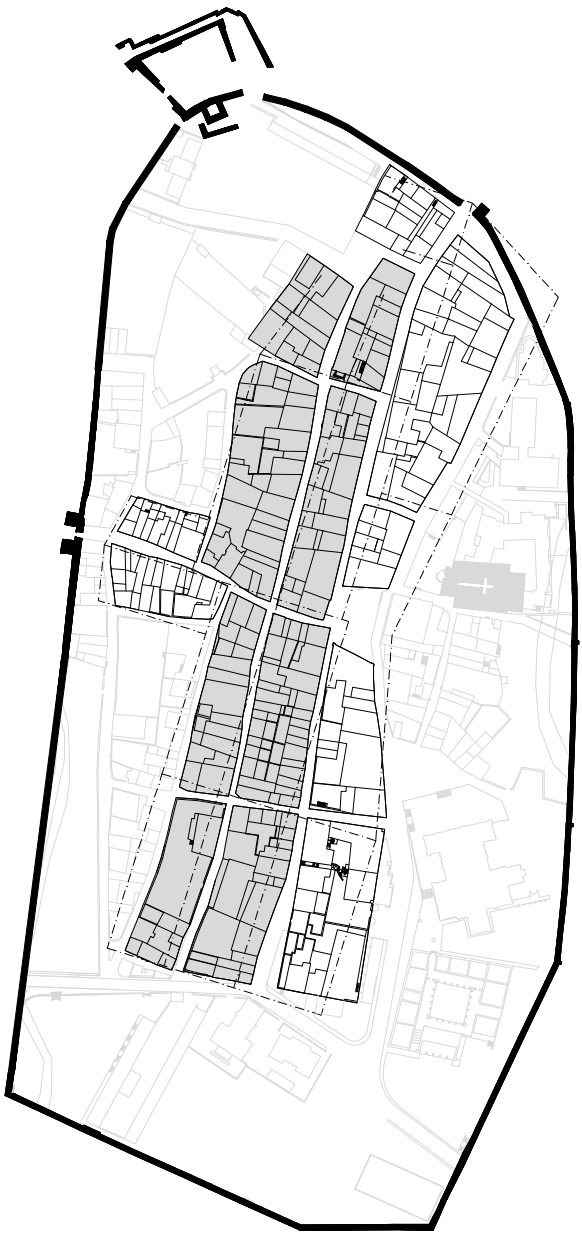
10 50 100 200 400

N

MIRANDA DO DOURO

Interpretação 2

Exposição do cadastro actual correspondente à área de implantação do núcleo original



MIRANDA DO DOURO

Fotografias









Monção

A 12 de março de 1261, D. Afonso III criou no couto de Mazedo, na margem esquerda do Rio Minho e em posição estratégica sobre o vau, uma vila nova que batizou como Monção, outorgando-lhe uma carta de foral decalcada da de Valença[738].

A iniciativa integrava-se no âmbito de uma política global, particularmente intensa a partir das inquirições de 1258, que colocava o Alto Minho e, sobretudo, a linha de fronteira[739], no foco da atenção régia. Como destacou Amélia Aguiar Andrade, os testemunhos reunidos em resposta ao inquérito revelavam abertamente a fragilidade do poder régio na região, onde os poucos municípios existentes — Melgaço, Contrasta e talvez Mazedo — eram incapazes de contrapesar o poder da nobreza ou a influência exercida pela Sé de Tui[740].

A ação régia, implantada e seguida de forma continuada ao longo dos reinados de D. Afonso III e D. Dinis, teve, na passagem da década de 50 para a de 60 do século XIII, um ponto alto. Entre 1258 e 1262, quatro vilas, Melgaço, Contrasta/Valença, Monção e Viana (as três primeiras no curso do Lima e regularmente distanciadas em cerca de 30 quilómetros) receberam cartas de foral ou viram as suas renovadas. Em todos os casos, a carta atribuída seguiu o modelo do foro breve de Salamanca[741], cujo articulado já dera provas de ser o mais eficaz na captação de povoadores para as pouco atrativas regiões fronteiriças.

A carta outorgada a Monção, em 1261, vinha regular a existência coletiva da população que habitava o couto de Mazedo, da qual pouco ou nada se sabe. Ainda assim, algumas pistas parecem indiciar que a comunidade que precedeu Monção teria já caráter municipal, talvez até dotada de algum tipo de fortificação elementar, desde o reinado de D. Sancho I. É disso exemplo a forma como Mazedo surge designada por vila, nas Inquirições de 1258; o tributo pago anualmente à coroa de 400 maravedis velhos; a possibilidade de existir uma primeira versão do foral e, finalmente, a referência aos "*miles de monçom*"[742].

O que quer que existisse, foi considerado insuficiente pela coroa, justificando a atribuição de um novo documento mais propício à reorganização e desenvolvimento da região. O que não terá sido fácil ou imediato. Denunciando algumas dificuldades

---

[738] *Chancelaria de D. Afonso III*, Liv. I, vol. 1, p. 85-89. A concentração da população na nova vila terá contado, entre outros, com os moradores da extinta vila de Badim e de Pena da Rainha. Teresa A. Marques MAGALHÃES, *Monção: do foral velho ao foral novo*, Monção, Câmara Municipal, 1998, p. 18.

[739] Amélia Aguiar ANDRADE, *Vilas, poder régio e fronteira…*, p. 327 e segs.

[740] Um exemplo elucidativo dessa mesma influência encontra-se na disputa entre D. Dinis e o Bispo de Tui, por os clérigos de Entre Lima e Minho mandarem redigir os seus documentos a tabeliães da cidade de Tui, facto que o monarca português não podia aceitar. Amélia Aguiar ANDRADE, *Vilas, poder régio e fronteira…,* p. 452.

[741] Sobre as origens do modelo seguido, veja-se António Matos REIS, *Origens dos municípios portugueses*, p. 160-177. Entre as benesses concedidas, destacava-se a equiparação, para efeitos jurídicos, do cavaleiro ao infanção e do peão ao cavaleiro vilão, uma carga fiscal mais leve e convertida num único tributo ou a isenção de pousada.

[742] C. A. Ferreira de ALMEIDA, *Alto Minho*, p. 169 e segs. Matos Reis admite a possibilidade de existência de um foral anterior a 29 de abril de 1258, data em que a carta outorgada pelo monarca a Melgaço refere seguir o foral de Monção. António Matos REIS, "Os forais antigos de Melgaço, terra de fronteira", *IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. As relações de fronteira no século de Alcanices*, *História,* Revista da Faculdade de Letras, II Série, 15, Porto, Faculdade de Letras, 1998, p. 110.

iniciais no processo, a renda foi por várias vezes reduzida: em 1261, para 300 maravedis velhos; em 1282, já com D. Dinis, para a quantia de 200 maravedis velhos. Só quando, em 1305, o monarca acrescentou ao território dependente da vila todo o julgado de Pena da Rainha[743], a renda voltou a subir, atingindo então as 500 libras.

Parece ser este, aliás, o segundo grande período de investimento régio na vila de Monção, com implicações na esfera económica, religiosa e militar. No mesmo ano em que ampliou o termo, o monarca instituiu uma feira quinzenal[744] e iniciou uma profunda reforma da muralha existente, cujas obras terão decorrido, de acordo com testemunho de Rui de Pina, até 1308. Foi também nesta data que, através de permuta como o bispado de Tui, conseguiu o padroado da igreja de Santa Maria[745] justificando tal facto a construção de um novo edifício de que hoje resta apenas o portal gótico[746].

Por tudo isto, Monção pode ser considerada a terceira peça fundamental na estratégia dionisina para a região do Entre Lima e Minho, cronologicamente situada entre dois outros grandes investimentos: a criação dos núcleos urbanos de Caminha e Vila Nova de Cerveira, respetivamente, em 1284 e 1321.

Da muralha (re)construída por D. Dinis[747], e hoje praticamente desaparecida, permanece uma cicatriz evidente no cadastro, corroborando o traçado que Duarte de Armas[748] e a cartografia do século XVIII[749] registaram. De perímetro circular e cingindo uma área de cerca de 2 hectares[750], era aberta a poente e nascente por duas portas praticamente afrontadas, que a rua Direita (atual rua Conselheiro Adriano Machado)[751] punha em contacto direto. Como estruturas defensivas complementares, Monção dispunha — para além da torre de menagem erguida junto à Porta da Vila, quadrangular e com cerca de 13 metros de altura — de uma barbacã extensa, envolvendo todo o perímetro da cerca principal. Do ponto em que a fortaleza mais se aproximava do leito do Rio Minho, partia uma couraça com torre no extremo, assegurando o acesso à água, mesmo em caso de cerco.

---

[743] Amélia Aguiar ANDRADE, *Vilas, poder régio e fronteira*…, p. 452.

[744] Não coincidente com a de Ponte de Lima, por forma a evitar a concorrência entre os dois mercados. Virgínia RAU, *Feiras medievais portuguesas*, p. 127.

[745] Teresa A. Marques MAGALHÃES, *Monção: do foral velho ao foral novo*, p. 19. A igreja de Mazedo é já referida na listagem realizada entre 1258 e 1259, relativa às igrejas do bispado de Tui, no território de Entre Lima e Minho. Avelino Jesus da COSTA, *A comarca eclesiástica de Valença do Minho. (antecedentes da diocese de Viana do Castelo)*, sep. de *I Colóquio Galaico-Minhoto*, Braga, 1981, p. 161.

[746] Em 1320, o templo era taxado em 100 libras. *Catálogo de todas as igrejas…,* p. 114.

[747] A muralha desapareceu quase na sua totalidade, quer engolida pelo casario, quer no processo de transformação da vila em praça de guerra abaluartada. Um troço ainda percetível, encontra-se junto ao Hospital da Misericórdia, entre a rua da Glória e a rua Conselheiro Adriano Machado, antiga rua Direita. Andreia SOUSA, *Núcleos Urbanos Medievais da Fronteira do Minho*, Prova final da Licenciatura em Arquitetura apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2007, (texto policopiado), p. 52-54.

[748] Duarte de ARMAS, *Livro das Fortalezas*, f. 107-108 e 133.

[749] *Monção*, Manuel Pinto de Vilalobos, 1713, BNL; *Planta da Praça de Monção*, Gonçalo Luís da Silva Brandão, 1758, BPMP; *Praça de Monção*, J. J. de Almeida, 1802, G.E.A.E.M..

[750] Nuno Pizarro DIAS, "As cidades de fronteira de Portugal com a Galiza", p. 92.

[751] A abertura, em data desconhecida, de um terceiro vão a sul, comprova-se pelo topónimo ainda em uso de "Escadas do Postigo".

Quando, no século XVI, o escudeiro de D. Manuel representou Monção, não existia ainda qualquer arrabalde. A população da vila, que o censo realizado duas décadas depois[752] aponta rondar os 680 habitantes, permanecia ainda totalmente circunscrita à área protegida pela muralha, embora devesse já preencher a totalidade do espaço cercado. Originalmente, a malha construída seria de menores dimensões deixando espaços significativos por edificar, sobretudo junto à muralha. Embora não exista qualquer informação sobre o número de colonos inicialmente previstos pela coroa para Monção, quer as cifras conhecidas para outras localidades próximas — trezentos e cinquenta povoadores para Melgaço e cem para Vila Nova de Cerveira —, quer a análise do que parece ser o número médio de quarteirões previsto no momento fundacional (cinco em Viana da Foz do Lima, seis em Caminha, cinco em Valença, etc.,) corroboram o padrão apontado para Monção.

Com um esquema compositivo quase integralmente conservado e particularmente visível através da fotografia aérea, o espaço intramuros de Monção surge cortado pela rua Direita que, no sentido nascente-poente, ligava a Porta da Vila à Porta do Postigo. Duas outras vias, uma a norte, outra a sul, corriam paralelas, alinhando-se ao longo de todas elas os diversos quarteirões, de profundidade quase rigorosamente idêntica. Os que ocupavam a metade nascente da circunferência desenhada pela cerca esboçavam uma linha ligeiramente arqueada, de acordo com a inclinação pronunciada do terreno. Um outro eixo, correndo em linha reta no sentido norte para sul, cruzava todos os anteriores permitindo o atravessamento dos quarteirões.

Este cruzamento de eixos, pese embora a relevância do primeiro face ao segundo, pode levar, numa análise superficial, a integrar o caso de Monção na série cruzada ou em espinha de peixe, quando na realidade a estrutura obedece ao esquema de vias paralelas a um eixo principal aqui, aliás claramente identificado pelo topónimo de rua Direita. Acima de tudo, Monção prova como, em tantos casos, a tentativa de classificar a realidade em séries ou famílias, mesmo que sob o signo da operatividade, pode resultar num exercício pouco interessante.

Voltando ao tecido urbano, verifica-se ainda hoje a subdivisão dos quarteirões em parcelas duplas, alinhadas costas com costas e sem indícios de quintais nas traseiras, medindo, em média, 4 a 5 metros de frente por 10 metros de profundidade.

A igreja situa-se no quadrante nordeste da vila, precisamente aquele que mais transformações sofreu nos séculos posteriores, sendo hoje difícil reconstituir o aspeto original. Não parece, todavia, descabida a hipótese de que o templo se encontrasse isolado da mancha mais densamente urbanizada.

[752] Segundo o Numeramento de 1527, na vila e arrabaldes contabilizavam-se 170 moradores. João J. Alves DIAS, *Gentes e espaços. Edição crítica do Numeramento de 1527-1532…*, p. 38.

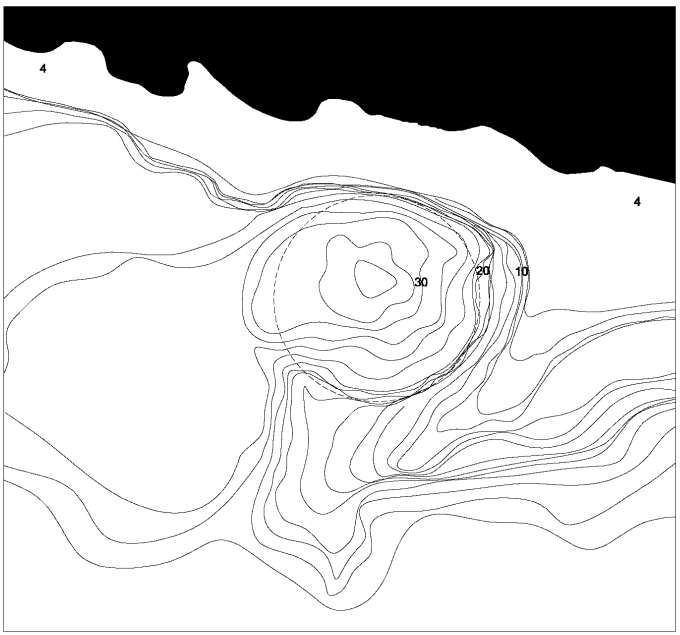
MONÇÃO

Território

Rio Minho

Área aproximada da implantação medieval: inserção topográfica





Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

N

MONÇÃO

Área do núcleo actual em análise

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual correspondente à implantação medieval

Rio Minho



Escala 1:5 000

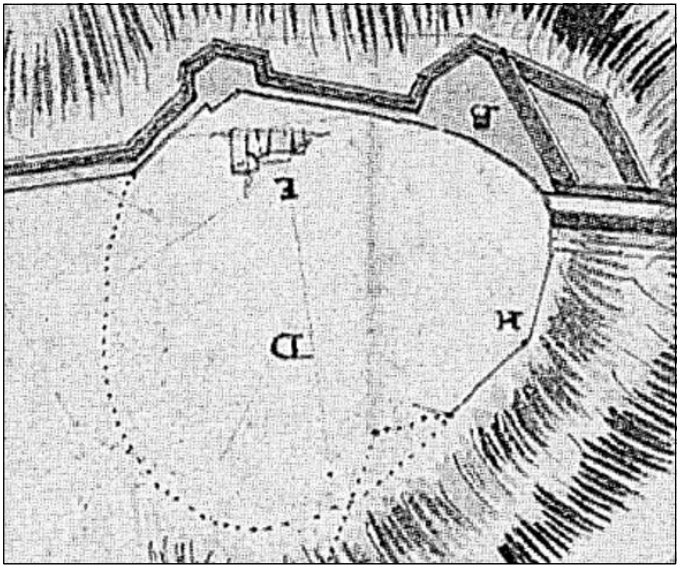
10 50 100 200 400

N

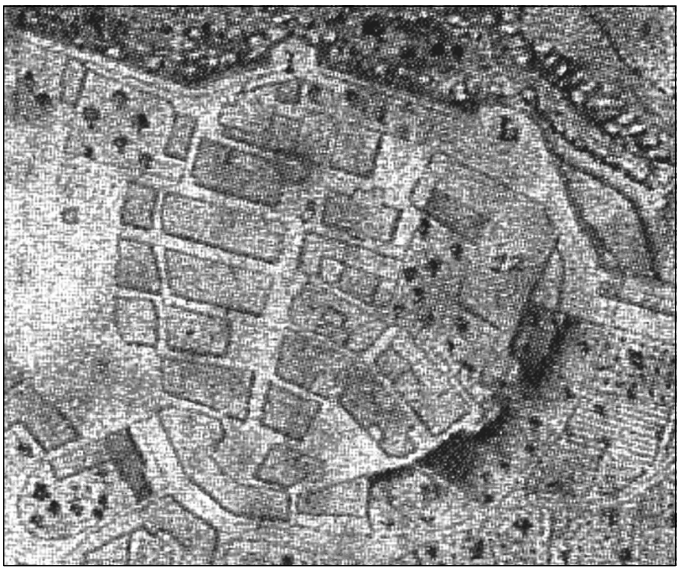
MONÇÃO

Cartografia

Planta da Praça de Monção, Manuel Pinto VilaLobos, 1713, B.N.L. (pormenor)
Escala aproximada 1:2 000



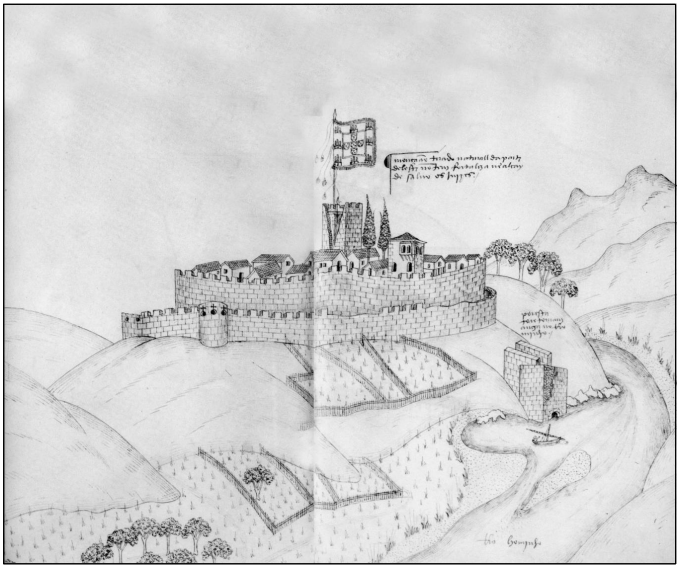
Planta da Praça de Monção, J.J. de Almeida, 1802, G.E.A.E.M. (pormenor)
Escala aproximada 1:2 000



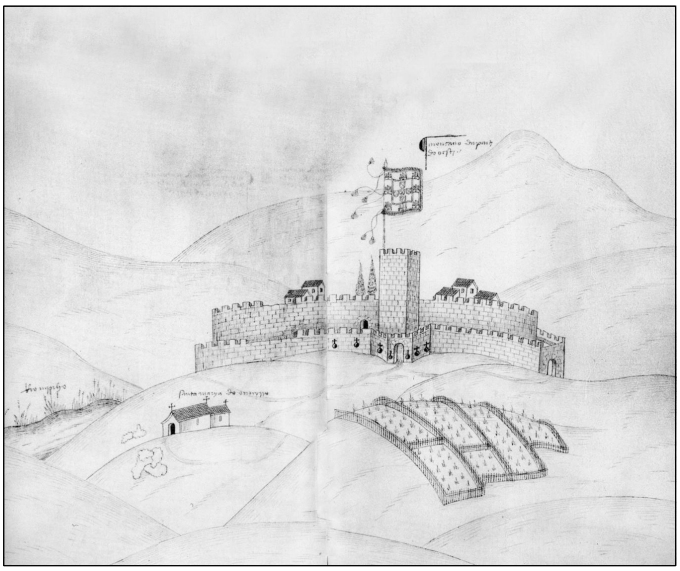
MONÇÃO

Iconografia 1

Vista de Monção a partir de Nascente, Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, c.1509



Vista de Monção a partir de Poente, Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, c.1509

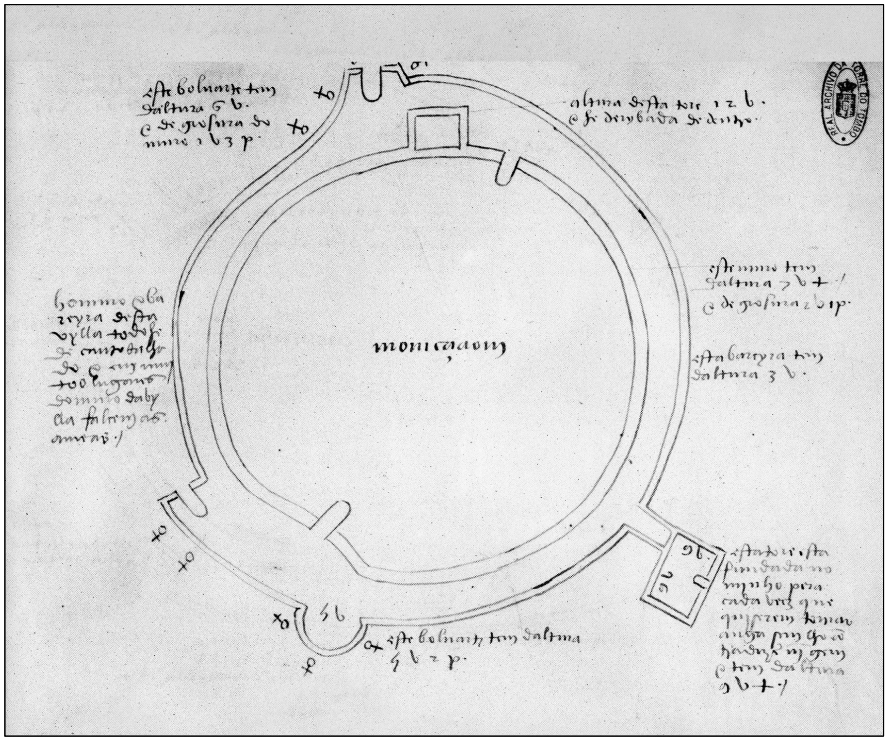


MONÇÃO

Iconografia 2

Levantamento da cerca de Monção, Duarte de Armas, *Livro das Fortalezes*, c. 1509

Sem escala



MONÇÃO

Interpretação 1

Tecido urbano actual

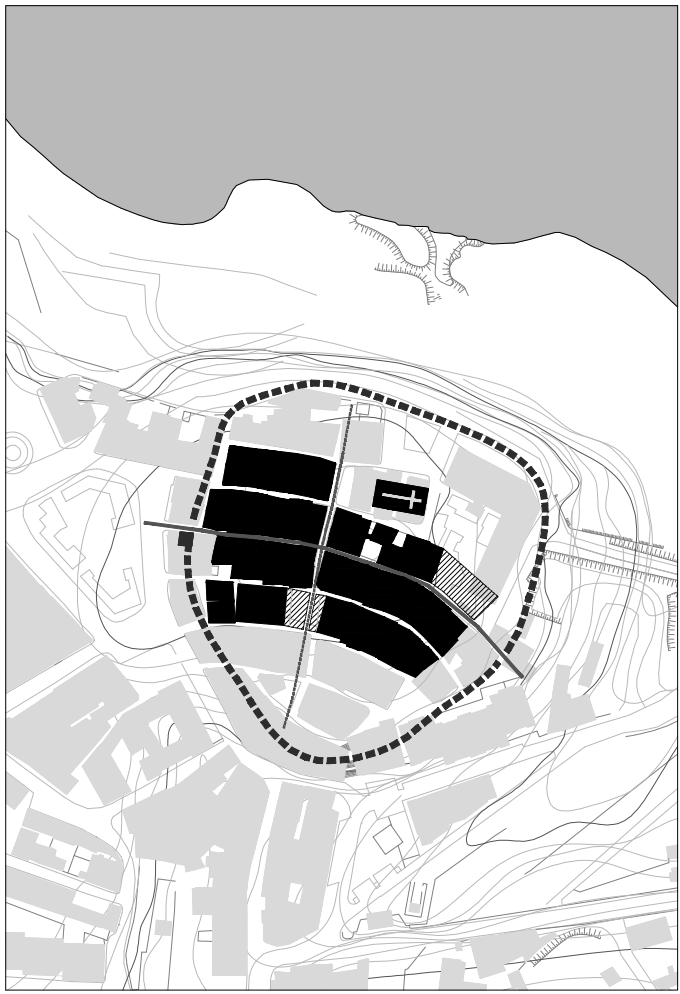
Tecido urbano actual correspondente à implantação medieval

Rio Minho

Traçado hipotético da cerca e torre medievais

Eixo de acesso principal

Eixo de acesso secundário



Escala 1:2 500

10 50 100 200 250

N

MONÇÃO

Interpretação 2

Reconstituição hipotética da regra algébrico-geométrica utilizada no núcleo original

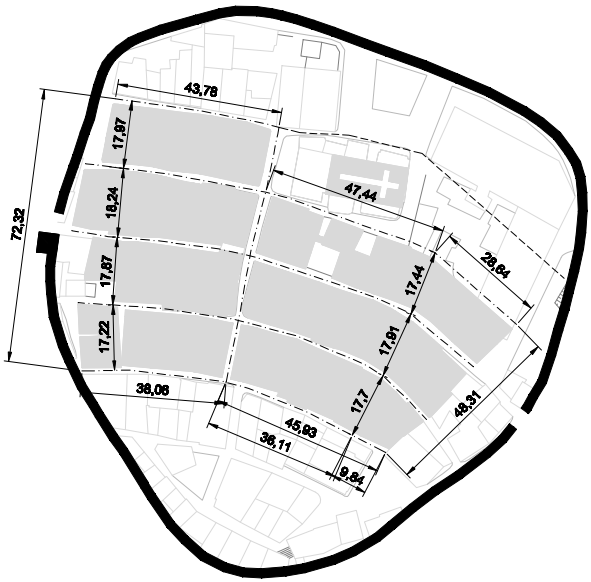


Fig. 1 Cadastro actual

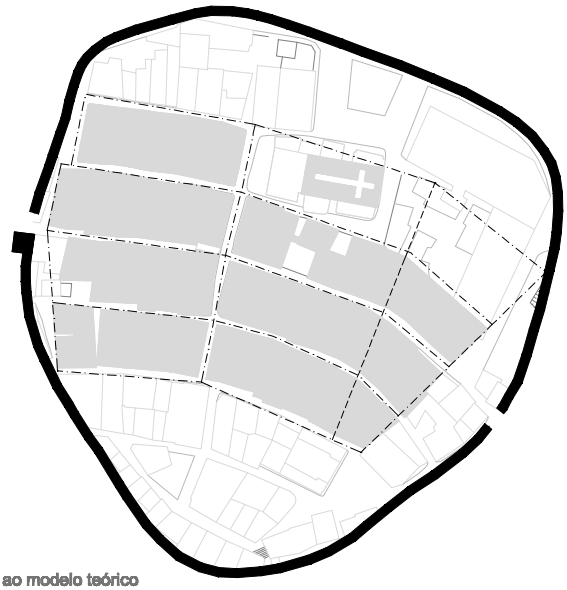


Fig. 2 Adaptação progressiva do existente ao modelo teórico

MONÇÃO

Interpretação 3

Reconstituição hipotética da regra algébrico-geométrica utilizada no núcleo original

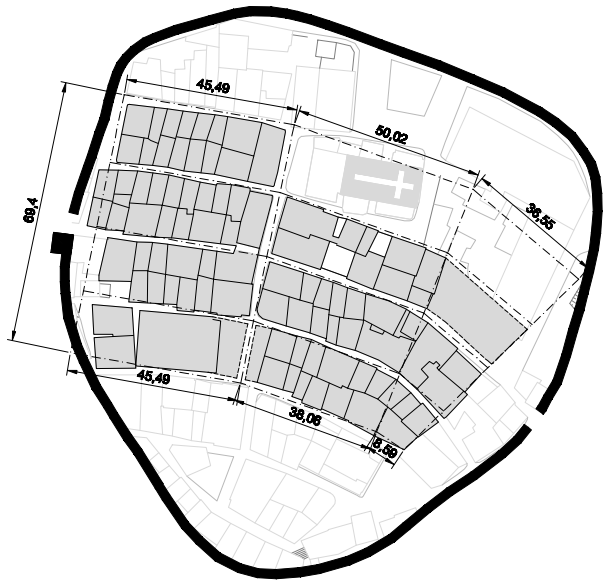


Fig. 3 Adaptação progressiva do existente ao modelo teórico

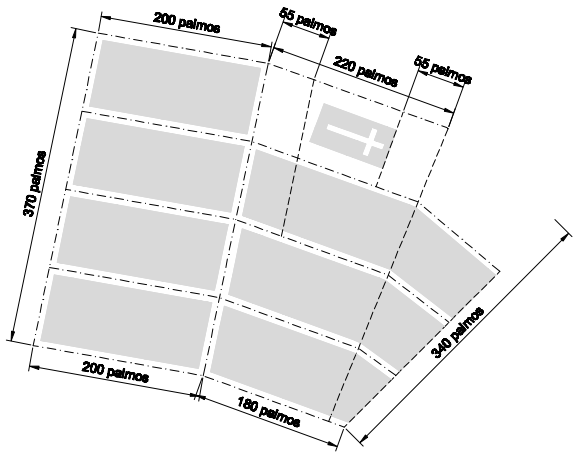


Fig. 4 Reconstituição hipotética do modelo teórico utilizado

10 50 100 200 palmos

2 10 20 40 varas

MONÇÃO

Interpretação 4

Reconstituição hipotética da regra algébrico-geométrica utilizada no núcleo original

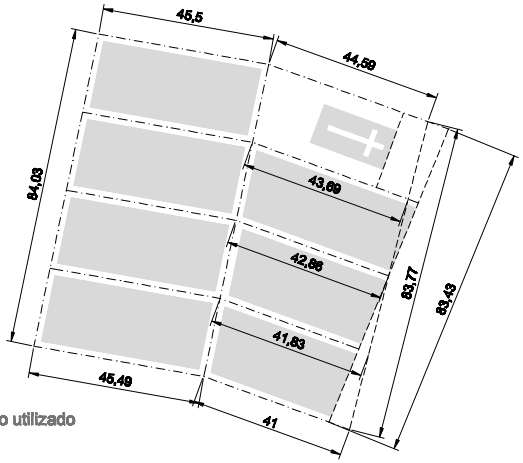


Fig. 5 Reconstituição hipotética do modelo teórico utilizado

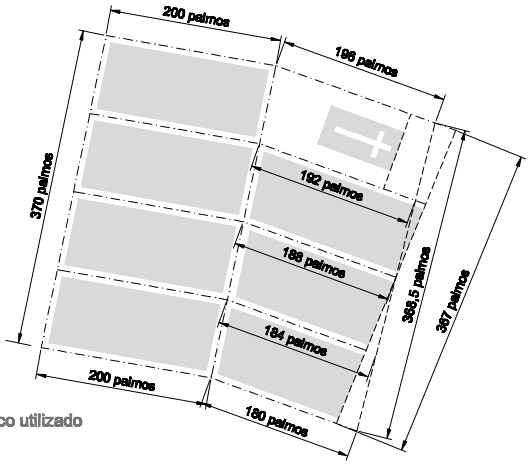


Fig. 6 Reconstituição hipotética do modelo teórico utilizado

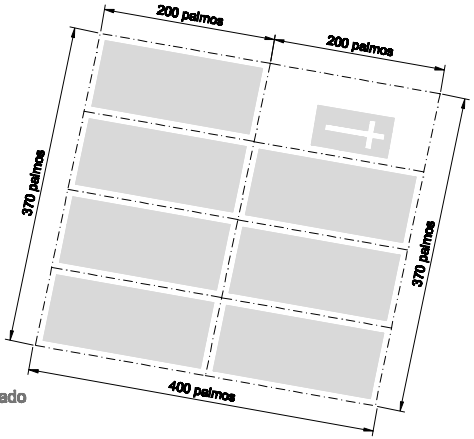


Fig. 7 Reconstituição hipotética do modelo teórico utilizado



MONÇÃO

Interpretação 5

Reconstituição hipotética da regra algébrico-geométrica utilizada no loteamento do núcleo original

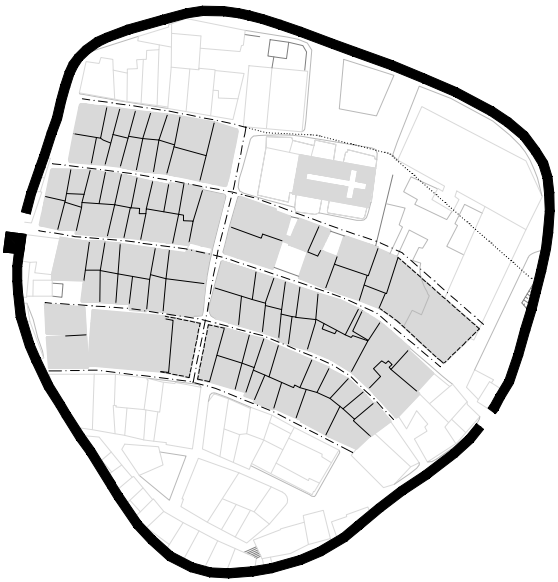


Fig. 1 Cadastro actual

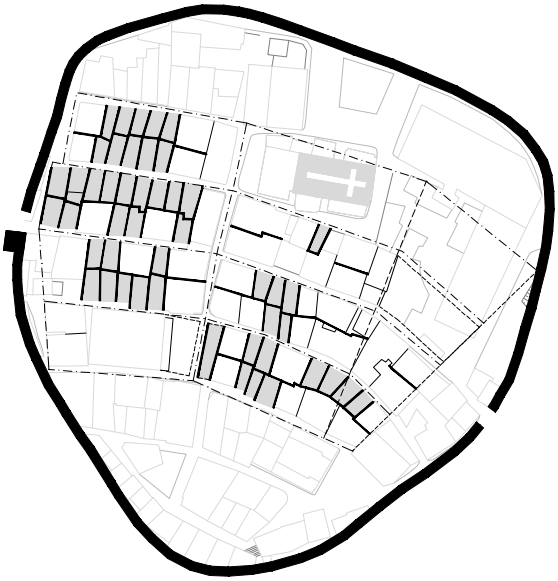


Fig. 2 Lotes que servem de base à profundidade e largura padrão

MONÇÃO

Interpretação 6

Reconstituição hipotética da regra algébrico-geométrica utilizada no loteamento do núcleo original

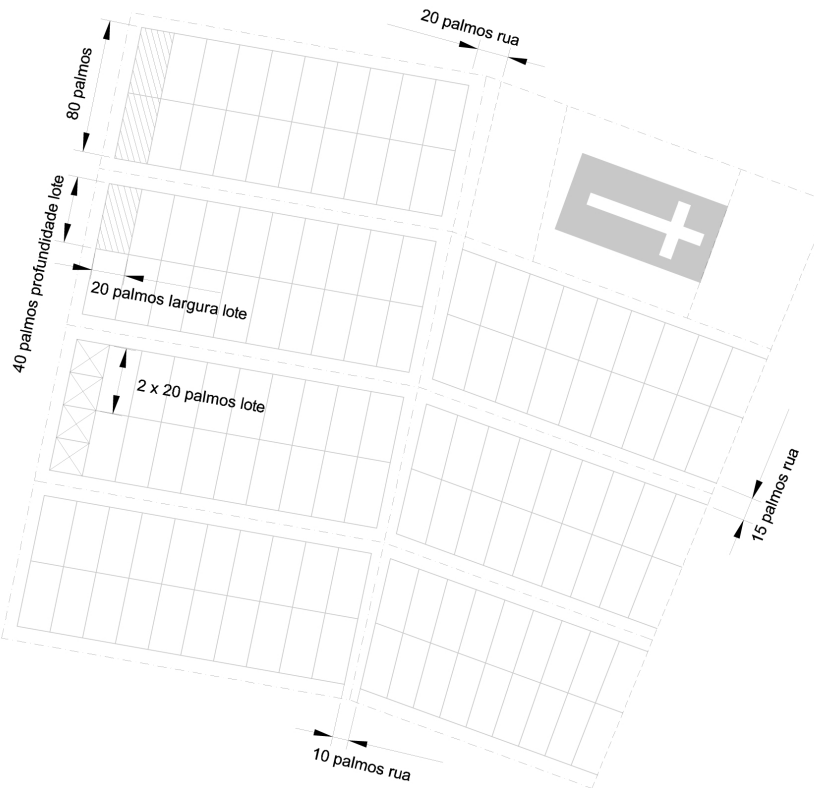
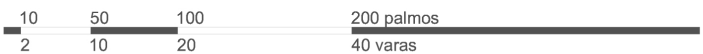


Fig. 3 Hipótese de métrica utilizada



MONÇÃO

Fotografias

Igreja Matriz





Ruas





Monsaraz

Implantada sobre uma colina com cerca de 320 metros de altura, à cavaleira sobre o vale do Guadiana[753], a vila de Monsaraz foi inicialmente reconquistada por Geraldo Sem Pavor, nos finais da década de 1160. Retomada pouco depois pela contraofensiva almóada, como todos os postos portugueses a sul do Tejo à exceção de Évora, a reconquista definitiva ocorreria já no reinado de D. Sancho II, em torno de 1232. Foi, porém, no reinado de Afonso III que, estabilizado o reino e posta em marcha uma estratégia de demarcação e reorganização das fronteiras, particularmente evidente no Alentejo, Monsaraz recebeu carta de foral, decalcada da de Beja e datada de 15 de janeiro de 1276[754].

Tudo indica que foi também D. Afonso III quem ordenou a edificação da muralha, embora os trabalhos se tenham prolongado pelo reinado de D. Dinis, como testemunha Rui de Pina[755]. À mesma época deverá atribuir-se o castelo e a igreja[756].

Pesem embora as ocupações anteriores, o processo de reorganização parece ter sido suficientemente importante para as camuflar por completo. Como sublinhou Maneira Cunha, "*Monsaraz é um paradigma de uma vila de fundação. Se houve alguma ocupação anterior, a sua presença encontra-se muito dissimulada na coerente malha urbana medieval cristã*"[757].

Envolvendo toda a crista do monte, a muralha edificada em pedra de xisto definia um contorno ovalado rasgado por quatro portas que torres quadrangulares ou cubelos semicirculares protegiam: a principal, e por isso conhecida como Porta da Vila, virada a norte em contraponto ao castelo, a Porta de Évora, a poente e a Porta da Alcoba e o Postigo do Buraco, abertas na cortina nascente[758]. Duarte de Armas[759] representa uma barbacã extensa, pontualmente dotada de troneiras cruzetadas, abraçando integralmente o muro principal.

---

[753] A ocupação da colina remontaria à Idade do Bronze, como recentes trabalhos arqueológicos têm vindo a confirmar. Os resultados das escavações realizadas em agosto de 2007 e novamente retomadas a partir de abril de 2008, na encosta sudeste da vila, vêm confirmar as suspeitas de existência de um povoado antigo fortificado, com uma mancha de ocupação populacional desde a Ermida de S. Cristóvão até à Ermida de São Bento. Os trabalhos desenvolvidos puseram igualmente a descoberto a ocupação medieval em zonas exteriores ao perímetro definido pela muralha. Maria João ÂNGELO; Nuno PEDROSA, *Intervenção de acompanhamento e decapagem arqueológica no âmbito do projeto Parque de Estacionamento do Corro (Monsaraz-MZCO 07). Relatório Final*. Aprovado pelo Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR) a 12 de junho de 2008 (Ref.ª 2007/1[459]).

[754] *Chancelaria de D. Afonso III*, Liv. I, vol. 2, p. 213-218. Na opinião de Ruy de Azevedo, Monsaraz já tinha termo próprio em 1264, bem como carta de foral do tipo da de Santarém em data anterior a 1270. Ruy de AZEVEDO, "Período de formação territorial: expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores", p. 57.

[755] Rui de PINA, *Chronica do muito alto e muito esclarecido principe Dom Diniz,* p. 312.

[756] Rui Maneira CUNHA, *As medidas na arquitectura...,* p. 112-113.

[757] R. Maneira CUNHA, *As medidas na arquitectura*…, p. 89-90.

[758] R. Maneira CUNHA, *As medidas na arquitectura*…, p. 87.

[759] Duarte de ARMAS, *Livro das Fortalezas*, f. 15-16.

O castelo, de planta retangular e reforçado por torres angulares, ocupava todo o extremo sul da colina, à cota mais alta. Embora integrado no perímetro da muralha, de que constituía o topo, a conjugação de vários dispositivos diferentes permitiam isolá-lo da vila, reforçando a sua vocação de último reduto defensivo, capaz de resistir mesmo que a vila fosse tomada pelo exército inimigo: segundo o levantamento de Duarte de Armas quem, pelo interior da vila, pretendesse aceder ao castelo, era obrigado a transpor um fosso logo seguido de uma barbacã, num percurso integralmente controlado pela torre de menagem que, com cerca de dezoito metros de altura e planta pentagonal, se erguia em sentinela junto à principal porta de acesso.

Adotando uma posição de extrema visibilidade, repetida por exemplo em Portel, a torre de menagem erguia-se no enfiamento do principal eixo de circulação da vila, a rua Direita.

Monsaraz é apontada como um caso paradigmático pela historiografia portuguesa. Destacada por Jorge Gaspar no que pode, justamente, considerar-se o artigo fundacional do estudo das cidades de padrão geométrico em Portugal[760], a sua regularidade morfológica justificou que, de um ponto de vista exclusivamente operativo, fosse apontada como cabeça de um grupo mais vasto, onde as mesmas características podiam ser assinaladas. No estado atual da investigação, porém, dificilmente se pode continuar a atribuir esse papel a Monsaraz, sobretudo porque a forma como a regularidade dos arruamentos se manteve não foi acompanhada por um processo idêntico no que toca ao interior dos quarteirões, onde apenas muito pontualmente ainda sobrevive o lote estreito e profundo. Para isso terá contribuído a falta de densidade decorrente do progressivo abandono do espaço intramuros nos séculos seguintes. Processo que a transferência da sede do concelho, no século XIX, ainda mais intensificou[761].

Duas vias, retilíneas e paralelas, cortam a vila em toda a sua extensão longitudinal: a rua Direita que corre pelo lado nascente, a rua de Santiago, a poente. A primeira, consideravelmente mais larga, era a mais importante do núcleo, onde se situava a igreja e viria a ser construída a Casa da Câmara. Curiosamente, e apesar do topónimo com que foi (e é) conhecida — Direita, termo usado no decorrer da idade Média com o sentido de direta — não estabelecia uma relação imediata entre a porta da vila e o castelo, equipamentos situados em extremos opostos, respetivamente a norte e sul, como vimos anteriormente. Efetivamente, no topo norte, a rua Direita descreve uma curva de 90 graus[762] até entroncar na rua de Santiago, esta sim, em ligação direta com a porta da vila.

A ligação perpendicular entre os dois eixos estabelece-se por várias ruas travessas, mais estreitas e igualmente retas, sem que a distância entre elas acuse uma medida

[760] Jorge GASPAR, "A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média", p. 198-215. Da mesma forma, o caso de Monsaraz mereceria a atenção de Paulo Ormindo de AZEVEDO (1990), "Urbanismo de traçado regular nos dois primeiros séculos de colonização brasileira", p. 39-70.

[761] Ana Paula Ramalho AMENDOEIRA, *Monsaraz: análise do processo de conservação e transformação urbana no século XX*, dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Évora, 1998 (texto policopiado). De acordo com a estimativa do Numeramento de 1527, Monsaraz teria cerca de 380 moradores ou seja cerca de 1500 habitantes. Júlia GALEGO; Suzanne DAVEAU, *O Numeramento de 1527-1532…*, p. 108.

[762] Numa configuração que remete para o mecanismo de defesa islâmico (mas desde logo adoptado pelos cristãos), normalmente conhecido por "entrada em cotovelo".

padrão ou tão pouco aproximada. Os arruamentos assim definidos dão lugar a três fiadas de quarteirões alinhados: a central, constituída por lotes costas com costas; as laterais, de lote único com grandes quintais nas traseiras. Se ainda hoje entre estes quarteirões e a muralha resiste um corredor liberto de construções, a verdade é que a análise da linha de fundo dos lotes, associada ao denticulado dos quintais, parece indicar que a distância original seria consideravelmente superior.

A meio da rua Direita, e com uma posição ligeiramente recuada face ao eixo, ergue-se a igreja de Nossa Senhora da Lagoa construída em torno de 1561, em substituição do templo original, dedicado a Santa Maria[763]. Embora se desconheça a exata implantação deste, importa referir como, a partir dos dados presentes, Monsaraz é um dos raros casos em que a igreja se insere no tecido edificado.

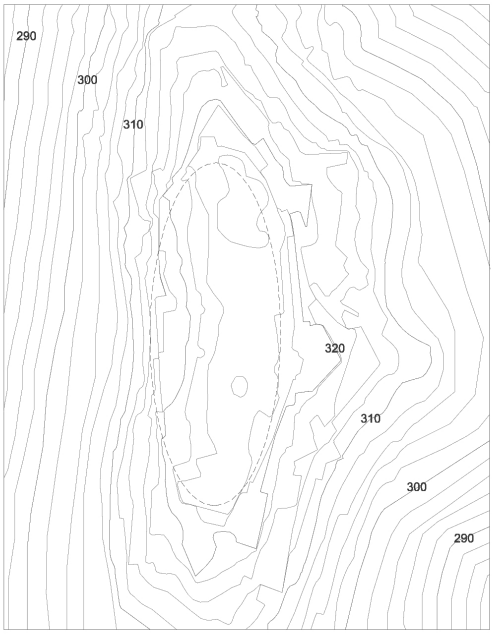
[763] No *Catálogo de todas as igrejas*…, realizado nos anos de 1320-1321, referem-se quatro igrejas em Monsaraz: a de Santa Maria, taxada em 200 libras, e as de S. Tiago, S. João e S. Bartolomeu, respetivamente taxadas em 150, 75 e 150 libras. As duas primeiras situavam-se no intramuros, a de S. João (conhecida por cuba de Monsaraz) no arrabalde, a curta distância do Postigo do Buraco, na direção nascente. Terá vindo substituir uma pequena igreja anterior que Túlio Espanca defende já existir em 1279, data em que o pároco seria Mendo Anes. Túlio ESPANCA, *Inventário Artístico de Portugal, Concelho de Évora*, p. 160.

MONSARAZ

Território

Área aproximada da implantação medieval: inserção topográfica





Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

MONSARAZ

Área do núcleo actual em análise

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual correspondente à implantação medieval



Escala 1:2 500

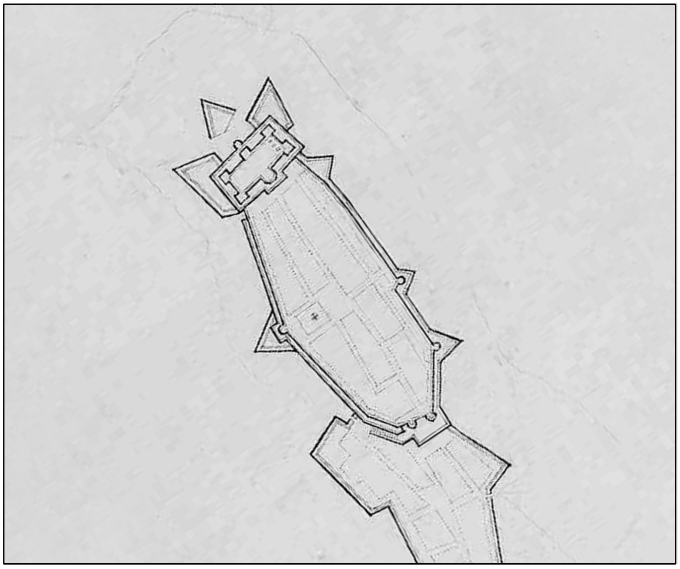
10 50 100 200 250

N

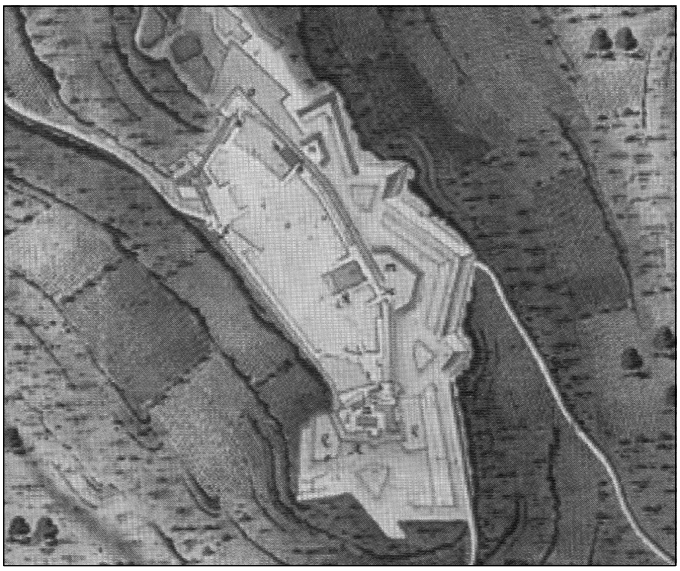
MONSARAZ

Cartografia

Monsaraz, Nicolau de Langres, *Desenhos e Plantas de todas as Praças do Reino de Portugal*, c. 1661, B.N.L., Cod. 7745 (pormenor)
Escala aproximada 1:5 000



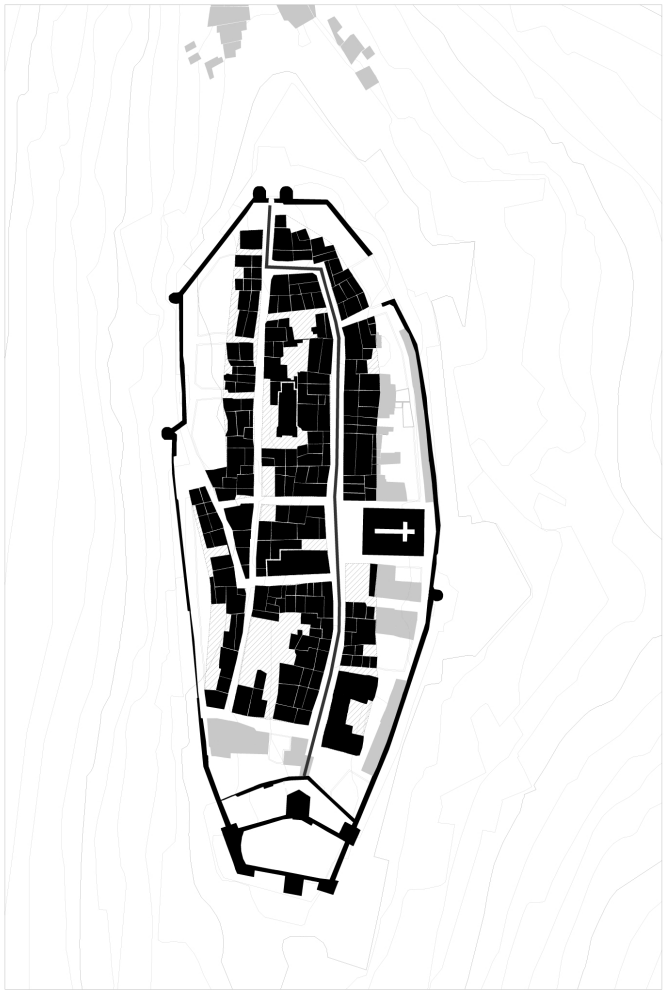
Planta da Praça de Monsaras e Seus Contornos, Miguel Luís Jacob, 1755, G.E.A.E.M. (pormenor)
Escala aproximada 1:5 000



MONSARAZ

Interpretação

- Tecido urbano actual
- Tecido urbano actual correspondente à implantação medieval
- Traçado existente da cerca medieval
- Eixo de acesso principal (Rua Direita)



Escala 1:2 500

10 50 100 200 250

MONSARAZ

Fotografias 1

Monsaraz



Rua Direita





MONSARAZ

Fotografias 2

Rua Direita e casa na Rua Direita





Rua da Muralha





Montalvão

Montalvão integrava-se no território de Açáfa doado por D. Sancho I à Ordem do Templo, em 1199. A sua posição estratégica, à cavaleira sobre um dos pontos onde a travessia do Rio Tejo era possível, determinaria a edificação, em data desconhecida, de uma estrutura militar de que apenas se sabe já existir no século X, quando o Mouro Razis a inclui na sua crónica descrevendo-a como um dos fortes castelos do território da Egitânia[764].

Foi certamente sobre essa estrutura islâmica preexistente que os templários ergueram o castelo medieval, dotando-o de algumas das mais recentes inovações em termos de dispositivos defensivos, caso do alambor na base dos muros, como já anteriormente haviam feito no castelo de Tomar (1160-1169) ou nas torres de menagem dos castelos de Pombal (1171) e Soure (meados da segunda metade do século XII)[765].

Construído em aparelho miúdo e irregular de blocos de xisto, o castelo apresentava um circuito ovalado onde se erguiam três torres com os cunhais reforçados, uma das quais flanqueando a única entrada existente[766].

Hoje reduzido a escassos vestígios, as duas vistas panorâmicas de Duarte de Armas[767] (sul e norte) constituem a melhor fonte para o estudo da fortaleza[768]. Curiosamente, o escudeiro régio representa-o por acabar, referindo na legenda que "*este castello esta*

---

[764] "*Neste território (do termo de Egitânia) há fortes castelos onde o clima é mui são, tal como o de Monsanto, que é muito sólido; o de Arronches; o de Montalvão que se encontra no cimo de um monte muito elevado...*". Texto reconstituído por Lévi-Provençal a partir da tradução espanhola da Crónica do Mouro Razis, da Crónica Geral de Espanha de 1344 (versão portuguesa) e de fontes árabes. A. Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, vol. I, p. 44. Stéphane Boissellier identifica a estrutura do castelo de Montalvão como o aproveitamento e reocupação de um albacar. Stéphane BOISSELLIER, *Naissance d'une identité portugaise : la vie rurale entre Tage et Guadiana de l'Islam à la reconquête (X^e^-XIV siècles)*, p. 128, nota 150.

[765] Já Sílvio Alves Conde e Marina Afonso Vieira, chamaram a atenção para o uso do alambor, embora apontem as origens orientais do modelo como argumento base para uma possível atribuição da estrutura ao período de ocupação muçulmana. Manuel Sílvio Alves CONDE; Marina Afonso VIEIRA (2001), "A paisagem urbana do Nordeste Alentejano entre a Idade Média e os Tempos Modernos", p. 278, nota 85. Sobre o papel da Ordem do Templo e concretamente de D. Gualdim Pais, mestre da Ordem entre 1156 e 1195, como responsável por um conjunto de inovações registadas na arquitetura militar portuguesa, entre as quais a utilização do alambor, veja-se Mário Jorge BARROCA, *A Ordem do Templo e a arquitectura Militar Portuguesa do século XII*, p. 197-198.

[766] O castelo sofreu várias alterações nos séculos seguintes: no XVI, o portal da entrada foi reconstruído; no século XVIII, o castelo parece estar operacional e provido de um fosso. Na descrição incluída nas Memórias Paroquiais de 1758 diz-se que "… *tem castello muito bom, espaçoso, o pé do castello tem vinte e tantos palmos de altura; e está feito a escarpia, de sorte que se lhe quiserem arrimar escadas para o conquistar, não assentam nem asseguram; e continuando sobre o mesmo castello todo ele he murado, em redondo e passa de trinta palmos de altura. He fechado com portas... tem seu fosso muito bom, e o castelo está dentro da muralha próximo da igreja matriz desta villa: e fica em hum alto monte donde se avistam muitas terras...*", José Dinis MURTA, "O Castelo de Montalvão", *Ibn Maruán. Revista cultural do concelho de Marvão*, 3, Marvão, Câmara Municipal, 1993, p. 154. O castelo foi posteriormente transformado em cemitério, sendo, já na década de sessenta do século XX, destruída a torre da entrada para a construção de um depósito de água.

[767] Duarte de ARMAS, *Livros das Fortalezas*, f. 50-51. Certamente devido ao estado inacabado do castelo e à ausência de estruturas no interior do recinto, Duarte de Armas não o representou em planta.

[768] A análise do castelo de Montalvão a partir do confronto entre o desenho de Duarte de Armas e a descrição do tombo da Ordem de Cristo, foi feita por Alves CONDE; Marina A. VIEIRA, "A paisagem urbana do Nordeste Alentejano entre a Idade Média e os Tempos Modernos", p. 277.

asy começado antigamente". Poderá isto significar que as obras templárias não chegaram a bom termo? Ou que vários séculos depois uma nova reforma seria intentada? Reforma que o Tombo de 1505-1509 atribui, segundo "*se diz*", ao "*ifante dom henrrique que deus aja começou de mandar fazer*"[769].

Qualquer que seja a resposta a esta questão específica, em nada altera o nosso objetivo de análise do núcleo medieval, sobretudo na forma como o povoado se estruturou e na posição relativa que adotou face à igreja e fortaleza.

De acordo com o esquema de ocupação mais simples, também verificado em Portel e Terena, o tecido construído ocupou toda a extensão do outeiro, estruturando-se praticamente só ao longo de uma rua. De ambos os lados, casas justapostas de acordo com o sistema construtivo de parede meã, viravam a fachada estreita à rua e o quintal para as traseiras. Do lado sul da rua Direita, e acompanhando-a em apenas parte da sua extensão, corria a rua de S. Pedro, menos densamente construída e de inequívoco caráter secundário, praticamente só de acesso às traseiras dos lotes.

Nos topos do outeiro erguiam-se os restantes elementos da composição: a nascente e em posição destacada face ao casario, localizava-se a igreja matriz[770] e o castelo, cuja única porta se abria precisamente no enfiamento da rua Direita; no topo contrário, no chamado Cabo da Vila, o limite era assinalado pela pequena igreja do Espírito Santo.

Dominando um amplo campo de visão e protegida desde sempre pelo castelo, Montalvão é representada por Duarte de Armas, em 1509, sem qualquer muralha envolvente. Registe-se, no entanto, a informação contrária veiculada por Frei António Nunes de Mendonça, em resposta ao inquérito do Padre Luíz Cardoso e incluída nas Memórias Paroquiais, posteriormente reproduzida por outros autores. De acordo com a informação, Montalvão seria, em data anterior aos inícios do século XVIII, provida de uma muralha em torno da vila, que a invasão castelhana de 1704 teria destruído em vários pontos: "*He praça de armas não capital, mas he regular; está murada em redondo, cujas muralhas estão demolidas em muitas partes*[771].

Se alguns argumentos podem ser aduzidos em abono desta versão — caso dos topónimos Portas de Cima e de Baixo e, sobretudo, rua do Arrabalde — recorde-se, contudo, que a missão atribuída por D. Manuel a Duarte de Armas, consistiu, justamente, no registo das estruturas defensivas, não se conhecendo até hoje um único caso que permita pôr em causa o rigor do levantamento ao nível de ignorar toda uma muralha[772]. Tal como em Nisa foi erguida uma segunda cerca de proteção ao arrabalde, já na Época Moderna, também em Montalvão poderá ter sido construído um muro em data posterior à passagem de Duarte de Armas, ainda que o seu traçado não tenha deixado vestígios visíveis.

---

[769] *Tombos da Ordem de Cristo,* vol. I, *Comendas a sul do Tejo (1505-1509),* p. 44.

[770] Existente pelo menos desde 1295, quando o Bispo da Guarda e o Mestre da Ordem dos Templários, D. João Fernandes, fizeram uma composição sobre os direitos episcopais das vilas de Nisa, Alpalhão e Montalvão.

[771] IANTT, *Memórias Paroquiais, "Dicionário geográfico de Portugal*, Tomo 24, M. 3. Américo COSTA, *Dicionário Chorográfico de Portugal Continental e Insular*, Porto, Livraria Civilização, 1947, Vol. VIII, p. 262. Jorge Rosa reproduz a informação, atribuindo a sua origem ao reinado de D. Dinis. Jorge ROSA*, Montalvão: ecos duma história milenar,* Lisboa, Colibri, 2001, p. 67.

[772] A troca do número de arcos entre as ponte de Chaves e Barcelos, apontada como exemplo de um erro cometido por Duarte de Armas, para além de não se incluir no capítulo de estruturas militares, o verdadeiro objetivo da tarefa atribuída por D. Manuel, não põe em causa a existência da estrutura, mas tão só a sua dimensão.

MONTALVÃO

Território



Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

N

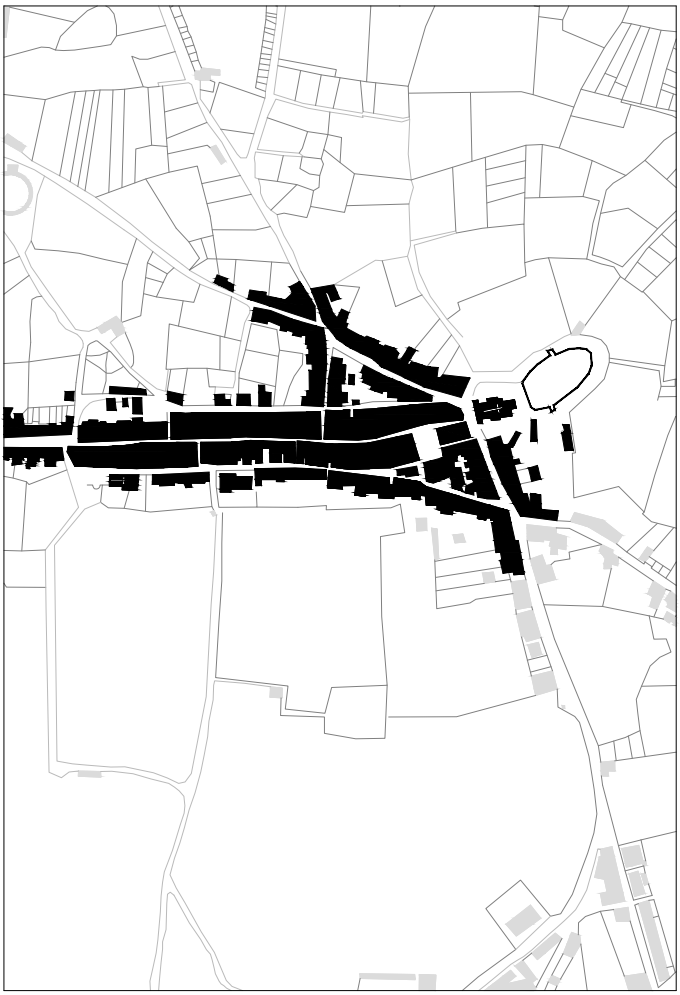
MONTALVÃO

Área do núcleo actual em análise

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual correspondente à implantação medieval

Perímetro da fortaleza



Escala 1:5 000

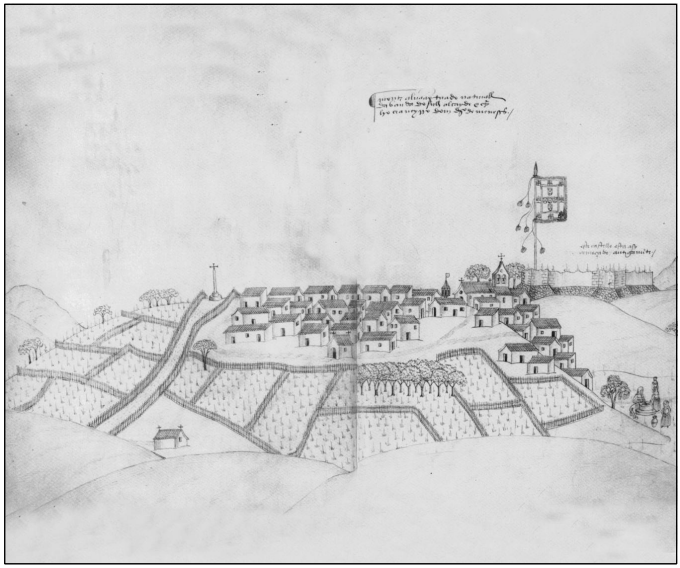
10 50 100 200 400

N

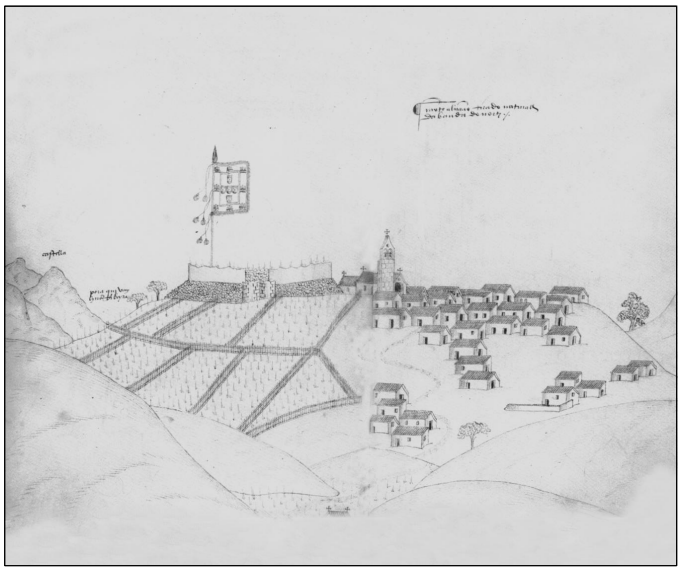
MONTALVÃO

Iconografia

Vista de Montalvão a partir de Sul, Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, c.1509



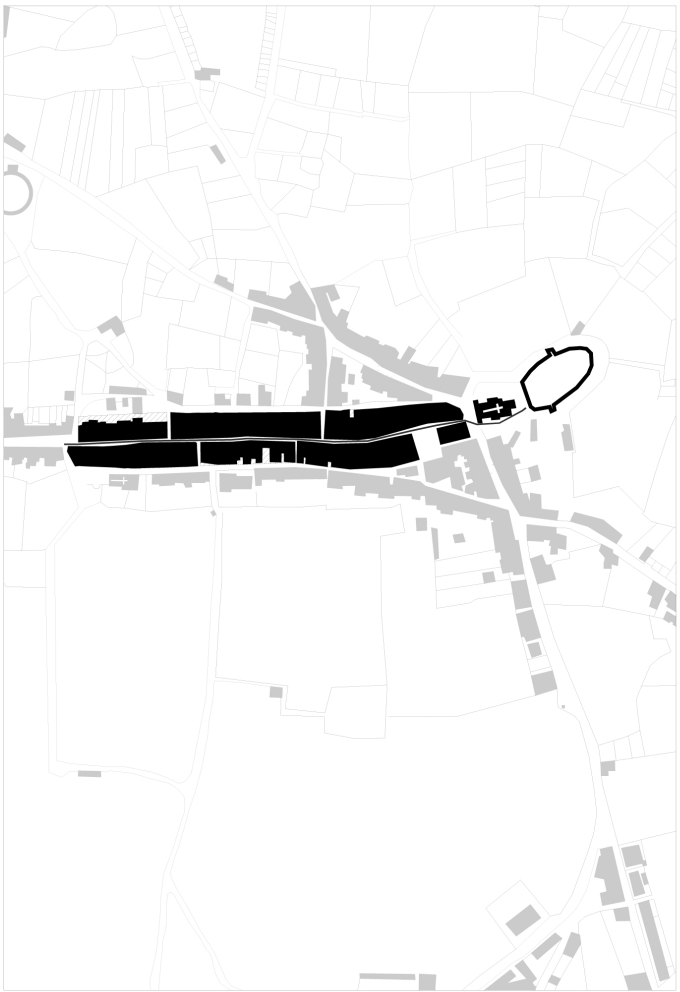
Vista de Montalvão a partir de Norte, Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, c.1509



MONTALVÃO

Interpretação

- Tecido urbano actual
- Tecido urbano actual correspondente à implantação medieval
- Perímetro da fortaleza
- Eixo de acesso principal



Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

N

MONTALVÃO

Fotografias 1

Vista da vila a partir do castelo



Recinto do castelo



MONTALVÃO

Fotografias 2

Igreja Matriz



Capela de Santo André e Capela de São Pedro





Rua Direita





Nisa

Sistematicamente identificada como iniciativa de D. Dinis, Nisa atual é justificada como o processo de reconstrução de Nisa a Velha, destruída na guerra entre aquele monarca e o infante D. Afonso, seu irmão. Segundo esta tese, alicerçada nas Memórias Paroquiais de 1758[773] e na sua reprodução quase integral por Motta e Moura[774] em 1855, a povoação datará da década de 1280, a que se seguiria, quase de imediato, a edificação das muralhas, entre 1290-1296[775].

Com base nesses factos — que identificam castelo, casario e cerca como iniciativas praticamente simultâneas — diferentes autores têm defendido um desenvolvimento do povoado em duas fases, a primeira correspondendo aos três quarteirões ocidentais, praticamente tangenciais à igreja e caracterizados por uma morfologia algo irregular a segunda, englobando a edificação dos restantes quatro, com vincada unidade morfológica e dimensional[776]. A constatação da existência de uma rua Direita por entre os primeiros quarteirões, ligando duas das portas da muralha constituirá um elemento primordial na fundamentação da referida tese.

Sem qualquer prova documental[777] e alicerçados numa incorreta identificação dos topónimos referidos na doação de Açáfa, pela qual, em 1199, D. Sancho I doava à

---

[773] "*Dizem os seus naturais que foy edificada por hum Dionizio meya legoa ao nordeste da que hoje exyste e que outro Dionísio a reedificou onde hoje está. Vem a ser Dionísio Bacco a fundou aonde hoje chamao Niza a Velha e o Senhor Rey D. Diniz a reedificou aonde hoje está. Constava dos livros da Camera desta villa que no cartório do convento de Thomar se acha a sua antiguidade. No convento de S. Francisco da cidade de Portalegre se acha em hum livro que trata das antiguidades das terras deste Byspado e diz assim:* […] *Foy seu fundador Dionísio Bacco, que conquistou Espanha e chamou a ditta do seu nome. Foy fundada depois do dilúvio mil e hum anos antes da vinda de Crysto...* […] *A tradição que há da sua destruição dizem seus moradores fora no tempo da discórdia que o príncipe D. Afonso teve com seu pai o senhor Rey D. Diniz e a causa fora que não querendo seus moradores dar quartel às tropas do dito príncipe que aquela villa chegarão antes tratando-as mal tomara o ditto príncipe per sua conta o desagravo desta offensa e a mandara queimar .* […] *Neste mesmo citio estão ainda vestígios de muytos edifícios, como são: o castello que a ditta villa tinha cujo está em hum outeyro muy alto principalmente para a parte da nascente* […] *Nossa Senhora da Graça que fica dentro do citio onde era o castello...* […] *he esta villa murada com muros todos de pedra de cantaria obra do senhor Rey D. Diniz que mandou reedificar no citio onde hoje está chamado antigamente o Val do Zambujal junto a uma torre antiga que naquele citio estava , chamada a torre de João Vaqueiro, cuja ainda hoje existe.* […] *Tem a villa em circuito onze torres e três portas principais alem de outras trez mais pequenas a que chamão Postigos.* […] *Tem hum soberbo castelo hoje também muyto arruinado depois que o inimigo lhe deitou abaixo com minas no anno de mil sette centos e quatro as suas quatro torres que tinha em os quatro cantos as quais erão muy altas especialmente huma chamada a torre da Cintra que dizem tinha mais de settenta côvados de altura. Não me parece justo deixar em silêncio visto fallar na fábrica dos muros a quazi copia de huma carta do Senhor Rey D. Diniz para os homens da governança deste povo em resposta de huma que elles lhe escreverão pedindo dinheiro para as obras dos muros.* […] *Não teve esta villa perda considerável com o terramoto. Só a igreja Matriz por estar já de antes arruinada andou mais a sua ruína e desde então está fechada...".* IANTT, *Memórias paroquiais*, vol. 25, nº (N) 24a, p. 155 a 182.

[774] José Diniz da Graça Motta e MOURA, *Memória Histórica da Notável Vila de Niza*, Fac-símile da edição de 1877, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.

[775] Manuel C. TEIXEIRA; Margarida VALLA, *O urbanismo português…*, p. 34.

[776] Manuel C. TEIXEIRA; Margarida VALLA, *O urbanismo português…*, p. 35; Sílvio Alves CONDE; Marina Afonso VIEIRA, "A paisagem urbana do Nordeste Alentejano entre a Idade Média e os Tempos Modernos", p. 272; Stéphane BOISSELLIER, *Le Peuplement Médieval dans le sud du Portugal*, p. 629.

[777] Se excetuarmos a referência a um suposto documento que terá existido na câmara de Nisa (destruído pelos castelhanos em 1704) relativo à atribuição de verbas por parte de D. Dinis para a edificação da cerca, episódio que, mesmo a ser verídico, em nada garante que a estrutura viesse de facto a ser concretizada nessa época, como o caso de Viana do Alentejo comprova, nada prova a destruição de Nisa e a transferência da população para outro local.

Ordem do Templo um vasto território para que o povoassem da melhor maneira possível, repetiram-se sistematicamente duas observações: que D. Dinis ordenara a transferência da povoação para a implantação atual, junto ao castelo de Férron, determinando, quase de imediato, a edificação da cerca defensiva.

Estudos recentes[778], todavia, põem em causa a tese tradicional. Não é apenas a revisão total do texto da Doação de Açáfa e a nova identificação dos topónimos citados — localizando o castelo de Ferron (ou Terron) para lá do rio Sever, atualmente em território espanhol — como, sobretudo, a prova irrefutável de que a cerca urbana de Nisa é, em mais de um século, posterior à fundação da vila, facto que obriga a repensar todo o desenvolvimento urbanístico comummente aceite. Importa, neste contexto, elencar o conjunto de dados conhecidos e comprovados.

O foral de Nisa, atualmente desaparecido mas a que a carta outorgada, em 1512, por D. Manuel faz referência, terá sido atribuído por D. Frei Estêvão de Belmonte, mestre da Ordem do Templo, em data anterior a 1232 [779]. Que Nisa era já nesta última data um concelho com limites definidos, prova-o o foral concedido ao Crato pelo Mestre da Ordem do Hospital, onde, explicitamente, se refere a inspiração na carta e costumes de Nisa[780]. Ao mesmo tempo, tudo indica que não seja anterior à conquista de Elvas, ocorrida em 1226.

Em 1242, a igreja estava edificada. Data desta época o conflito entre a Ordem do Templo e a recém-criada diocese da Guarda pela posse dos direitos eclesiásticos sobre Nisa, Montalvão e Alpalhão. Só em 1287, em pleno reinado de D. Dinis, a questão ficará definitivamente resolvida, com a passagem dos direitos das três vilas para a jurisdição da diocese e bispo da Guarda.

Um século depois, em 1343, o teor de duas cartas emitidas por Frei Estêvão Gonçalves, mestre da Ordem de Cristo, constitui prova irrefutável de que Nisa não era ainda amuralhada: a 2 de janeiro, e novamente a 19 do mesmo mês, o mestre comunica ao concelho de Tomar a decisão de lançar uma sisa destinada a "*se çercarem as villas de Castel Branco e de Nisa que he grande serviço de deus e del-Rey y prol do Reino se çercarem*[781]*.*

À luz dos conhecimentos atuais, por conseguinte, deve aceitar-se, por um lado, que a fundação de Nisa no local que atualmente ocupa é anterior ao reinado de D.

---

[778] José Augusto Fraústo BASSO, "O concelho de Nisa na doação de Açáfa", *A cidade, Revista Cultural de Portalegre*, 1, Janeiro-Junho, 1988. Carlos Dinis Tomás CEBOLA, *Nisa, a outra história*, Colibri, 2005. A notícia sobre a muralha de Nisa encontra-se em João Gouveia Tello GONÇALVES, "As muralhas de castelo Branco e de Nisa (sua construção)", *Estudos de Castelo Branco: Revista de História e Cultura*, 17, 1965, p. 38-45.

[779] C. CEBOLA, *Nisa, a outra história*, p. 72. Este mesmo autor, na esteira de A. Herculano, defende que a fundação de Nisa estaria associada à chegada de colonos francos atraídos por D. Sancho I, contexto em que o topónimo Nisa remeteria para a cidade de origem dos povoadores, ou seja, Nice, C. CEBOLA, *Nisa, a outra história*, p. 20, no que é seguido em *Vilas medievais planeadas de Portugal*, Coimbra, IERU, 2007, p. 364 onde o topónimo Nisa a Velha é identificado com a Nice francesa e não com uma primeira fundação em território nacional, eventualmente destruída pelas tropas do infante D. Afonso.

[780] C. CEBOLA, *Nisa, a outra história*, p. 64-66.

[781] Tello GONÇALVES, "As muralhas de castelo Branco e de Nisa", p. 38-45. Refira-se que já em 1937 Ruy de Azevedo mencionava a data de 1343 como o ano em que se decidira levantar as muralhas de Nisa e Castelo Branco. Ruy de AZEVEDO, "Período de formação territorial: expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores", p. 46.

Dinis; por outro, que só a partir de meados do século XIV, largo tempo decorrido sobre o processo de fundação, a vila foi dotada de cerca urbana.

Consequentemente, os únicos elementos que podem atribuir-se, com segurança, ao programa original da fundação da vila são a igreja e o tecido residencial. Contudo, e embora nenhum documento refira o castelo, parece igualmente de aceitar a existência de uma estrutura militar (a torre de João Vaqueiro, referida nas Memórias Paroquiais?), justificável no contexto de defesa do território, sobretudo tendo em conta a localização de Nisa, no centro geográfico das terras doadas e ponto estratégico pela interseção de importantes vias de comunicação.

Hoje desaparecido[782], a inclusão do castelo nos levantamentos de Duarte de Armas (duas vistas panorâmicas e planta[783]) e a descrição inserta no Tombo dos bens pertencentes à comenda de Nisa[784] permitem conhecer em pormenor a forma e estado de conservação que apresentava nos finais da primeira década do século XVI, data de ambos os registos[785].

Localizado no ponto mais alto do planalto onde se implanta Nisa, o castelo, a ser coevo da fundação da vila ou seja de finais da década de 1220 ou inícios da de 30, terá sofrido reformas posteriores[786] como o demonstra o partido arquitetónico mais ajustado à evolução registada a partir do reinado de D. Afonso III e, sobretudo, de D. Dinis, no que é normalmente designado por "castelo gótico"[787]. É disso exemplo o perímetro quadrangular de grande regularidade, as torres angulares marcadamente salientes e, sobretudo, a posição da torre de menagem adjacente à cortina do castelo, libertando, dessa forma, a praça de armas central. Note-se, aliás, a marcada proximidade formal com os castelos de Amieira, concluído em 1362[788], e de Alpalhão, igualmente datável do século XIV.

Contígua ao castelo situava-se a primitiva igreja substituída após o terramoto de 1755 pelo templo atual. Embora ocupando aproximadamente o mesmo espaço, apresenta uma orientação inversa, com a capela-mor virada a ocidente. Seguindo a orientação canónica, o templo original reforçava ainda mais a relação com o castelo (em detrimento da vila, para a qual virava a capela-mor), com as portas de ambos os recintos afrontadas e distando entre si escassos metros, facto visível na vista da banda norte, de Duarte de Armas.

---

[782] Vendido em 1834 e posteriormente arrasado, o local é atualmente ocupado por uma residência.

[783] Duarte de ARMAS, *Livro das Fortalezas*, f. 48-49 e 125v.

[784] *Tombos da Ordem de Cristo,* vol. I, *Comendas a sul do Tejo (1505-1509)*, p. 6-8.

[785] Uma descrição pormenorizada do castelo de Nisa, com base nas duas fontes referidas, pode ler-se em Manuel Sílvio Alves CONDE; Marina Afonso VIEIRA "A paisagem urbana do Nordeste Alentejano entre a Idade Média e os Tempos Modernos", p. 272-274.

[786] Mesmo tendo em conta o conjunto de inovações precocemente introduzidas pelos templários na arquitetura militar portuguesa. Veja-se sobre este aspeto Mário Jorge BARROCA, *A Ordem do Templo e a arquitectura Militar Portuguesa do século XII*, 1996/1997.

[787] Mário J. BARROCA, "D. Dinis e a arquitectura militar portuguesa", p. 801-820; J. Gouveia MONTEIRO, *Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média...,* p. 34-36; José Custódio Vieira da SILVA, "Séculos XIV e XV", *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, p. 55- 60.

[788] O castelo da Amieira foi edificado em meados do século XIV, por determinação de D. Álvaro Gonçalves Pereira, mestre da Ordem Militar dos Hospitalários.

Como foi já sublinhado, do elenco dos elementos presentes no momento de fundação não fazia parte a cerca urbana, cujo processo de edificação é necessariamente posterior a 1343.

Aproveitando a cortina oriental do castelo, a cujas torres angulares se unia, desenhava um perímetro aproximadamente quadrangular, delimitando um espaço de cerca de 3,3 hectares, no qual se englobava, para além da igreja e casario, uma quantidade significativa de espaços livres, não construídos. Nos panos norte, este e sul rasgavam-se três portas, respetivamente a de João de Évora, a de Montalvão e a da Vila que, junto à igreja, era enquadrada por duas torres, tal como a de João de Évora. Duas outras torres marcavam os ângulos nordeste e sudeste da cerca.

A barbacã extensa que rodeava todo o núcleo urbano e que, pelo menos do lado norte, era antecedida por fosso ou cava transponível por passadiço móvel, poderá ter sido erguida praticamente em simultâneo com a cerca, já que é justamente nos meados do século XIV que esse tipo de dispositivo surge em Portugal[789]. Aliás, as preocupações com a atualização da estrutura militar continuariam na centúria seguinte, uma vez que Duarte de Armas representa, no trecho da barbacã que protegia o castelo, um conjunto de troneiras cruzetadas, aptas a receber bocas de fogo.

Equacionar o momento de fundação sem a cerca obriga naturalmente a rever a tese enunciada inicialmente segundo a qual a malha urbana corresponderia a dois períodos diferentes, sendo os quarteirões originais os situados a ocidente ou seja, na proximidade imediata da igreja e castelo. A verdade é que, corroborada a inexistência da muralha e verificando-se um hiato de tempo superior a um século entre o casario e a cerca, a lógica evolutiva dos quarteirões parece ser precisamente a inversa.

Aceitando a hipótese de todo o casario a norte da rua da Cadeia ser bastante posterior e corresponder inicialmente a um espaço vazio, o que está aqui em causa é a ordem dos restantes sete quarteirões, paralelos entre si e cuja análise morfológica indica, de facto, dois momentos distintos. O que aqui propomos é a precedência dos quatro quarteirões orientais, como os únicos existentes à data da construção da muralha.

A favor desta hipótese, note-se como os 4 quarteirões (excluído o mais oriental pela posição de encosto à muralha) revelam uma acentuada homogeneidade formal: retangulares alongados, divididos num número idêntico de lotes únicos, ou seja com duas frentes de rua. Igualmente importante é o facto da rede viária que os delimita se constituir como um sistema duplo de ruas: ruas de frente, para onde viram as fachadas e ruas de traseira, definidas pelos muros dos quintais, sendo a importância das primeiras reforçada pela sua maior largura (20 palmos por oposição aos 15 que ocupam as ruas de traseira). Tanto os quarteirões como os lotes apresentam uma dimensão regular, ocupando os primeiros, em média, 100 palmos de largura por 510 de comprimento e os segundos, estreitos e compridos, cerca de 15 palmos de frente[790].

---

[789] Sobre o aparecimento da barbacã em Portugal, veja-se o conjunto de notícias elencadas por J. Gouveia MONTEIRO, *Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média…,* p. 87. De 1358, são as referências à construção de barbacãs e cavas em Amieira e Crato. De 1337, contudo, é a menção a "*huum portado de pedra na barvacã asu a porta do castelo"* de Torre de Moncorvo. Carlos d'ABREU, "A criação do concelho de Torre de Moncorvo…", p. 27.

[790] Contrariamente aos 30 palmos apontados por Manuel C. TEIXEIRA; Margarida VALLA, *O urbanismo português, séculos XIII a XVIII…*, p. 35. As medições efetuadas sobre a planta atual, correspondem, efetivamente, aos valores apresentados pelo Gabinete Técnico Local, entre os 3,5 e os 4,5 metros de frente. Luís Pedro CRUZ,

O conjunto de características enunciadas revela um processo em que a ocupação efetiva do espaço foi precedida por uma ideia global, concretizada no terreno pela imposição de uma norma pela qual o sistema viário hierarquicamente estruturado e a repartição do espaço privado foram concebidos em conjunto. Denuncia a posse do terreno por uma só entidade, a par do desígnio e autoridade necessários à sobreposição de uma regra sobre o caráter aleatório que caracteriza a soma de vontades individuais.

De acordo com esta hipótese, a relação registada entre castelo/igreja e tecido urbano — garantida a proximidade — caracterizava-se por uma marcada autonomia, aspeto, como temos vindo a comprovar, comum a vários centros urbanos coevos. Note-se como os três elementos se dispunham ao longo do que ainda hoje é um dos principais eixos de comunicação da região, onde, seguindo a direção dos ponteiros do relógio, entroncam os caminhos que vêm de Montalvão, Castelo de Vide, Alpalhão ou os que seguem para Arez e Vila Velha de Rodão, cruzando-se todos eles praticamente aos pés do castelo. Em função desse eixo territorial, os quarteirões dispõem-se em posição perpendicular, por forma a que os topos dos lotes fiquem orientados a nascente e poente. Essa relação entre um eixo principal e a disposição dos quarteirões é, de resto, a mesma que encontramos em Tomar e Viana do Castelo, respetivamente em relação à rua Direita da Várzea grande e à rua da Praça Velha.

Em contrapartida, os três quarteirões poente, pesem embora as acentuadas alterações de um deles no decorrer dos séculos seguintes[791], não apresentam qualquer unidade morfológica entre si. Mais do que isso, se o da esquerda se encosta à muralha, os restantes dois aparentam resultar de um processo de conformidade e adaptação a um espaço já parcialmente ocupado e confinado, facto especialmente evidente no topo sul, junto à igreja matriz, que, efetivamente, ocupava o local desde meados do século XIII. As duas situações referidas — encosto ao muro e contornos sinuosos — só fazem sentido se a cerca urbana os preceder. Não é, aliás, por acaso que os autores que têm defendido a quase simultaneidade entre fundação e edificação da muralha explicam o perfil das ruas Direita e de Santa Maria pela necessária articulação com a porta da vila[792]. Articulação evidente, mas que só poderia ocorrer um século depois, quando a muralha foi efetivamente construída.

Nem mesmo o facto da rua Direita se localizar entre esses quarteirões permite defender a sua anterioridade. A construção da cerca e das respetivas portas, definindo pontos concretos de contacto entre o intra e o extramuros e englobando numa unidade física os diversos elementos (castelo, igreja e malha) acarretou naturalmente transformações na dinâmica do espaço urbano. Definido um perímetro até aí inexistente, reconfigurou-se o centro de acordo com o que foi a partir de então — fixado pelas portas — o eixo de circulação obrigatório e onde mais tarde vieram a concentrar-se a Misericórdia, a casa da câmara e o hospital.

A muralha de Nisa criava um espaço intramuros de dimensões generosas, tendo em conta a ocupação existente. A norte e oeste, sobretudo, deixava-se um amplo espaço

"Centro Histórico de Nisa: caracterização urbana", *Actas do III Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico*, vol. II, Viana do Castelo - Guimarães, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1996, p. 341.

[791] Alterações, em grande parte, devidas à construção da Misericórdia, no século XVI.

[792] Atribuindo o perfil em cotovelo da entrada na vila a estratégias de defesa. Manuel C. TEIXEIRA; Margarida VALLA, *O urbanismo português, séculos XIII a XVIII*…, p. 35.

livre entre o casario e o muro, só ocupado pelo adro da igreja e respetivo cemitério e constituindo simultaneamente o ponto em que os caminhos se cruzavam. Espaço necessário ao crescimento futuro[793], ao mesmo tempo que terreiro necessário à vivência quotidiana da população.

De acordo com a lógica aqui defendida, em que os quatro quarteirões a nascente seriam os únicos programados no momento de fundação, definia-se um tecido exclusivamente residencial estruturado em três vias paralelas, onde, à exceção do poço, nenhum elemento urbano introduzia uma hierarquia espacial rompendo a homogeneidade do tecido.

A comprovar-se esta hipótese morfológica para a primeira metade do século XIII, Nisa constituiria, por entre o universo de vilas regulares fundadas em Portugal, um caso precoce, apenas com paralelo em Tomar, com a qual de resto apresenta grandes semelhanças formais. O que talvez não seja simples coincidência já que, em ambos os casos, o promotor é a Ordem do Templo.

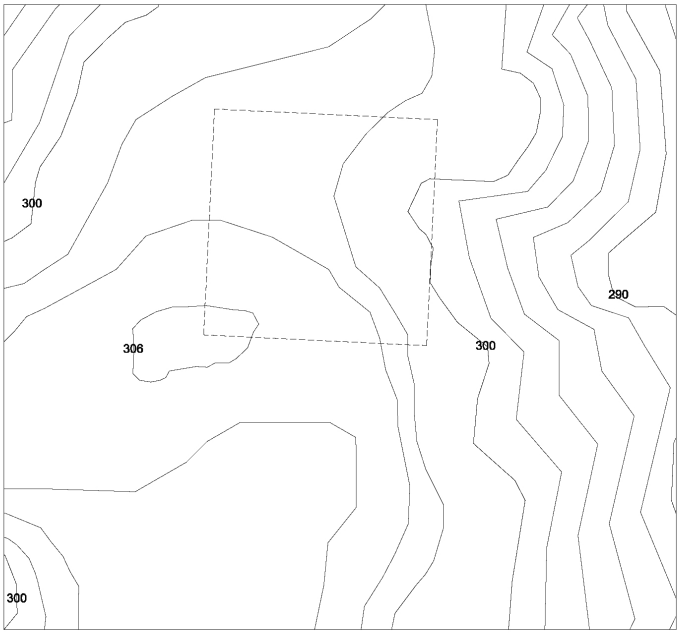
[793] Desconhecendo-se qualquer cifra relativa ao número de povoadores para o momento da fundação, o primeiro dado concreto sobre a população de Nisa é-nos dado pelo Numeramento de D. João III que contabiliza um total de 295 moradores. Júlia GALEGO, Suzanne DAVEAU, *O numeramento de 1527-1532…*, p. 108. De acordo com a hipótese de reconstituição do núcleo, Nisa seria programada para receber um número próximo das 120 famílias, o que não se afasta muito de outros valores conhecidos para outras tantas vilas de fundação.

NISA

Território

Área aproximada da implantação medieval: inserção topográfica





Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

N

NISA

Área do núcleo actual em análise

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual correspondente à implantação medieval



Escala 1:5 000

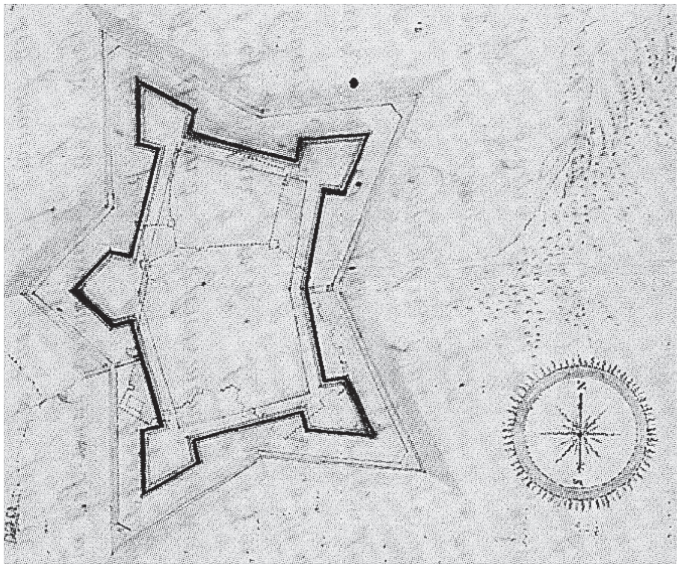
10 50 100 200 400

N

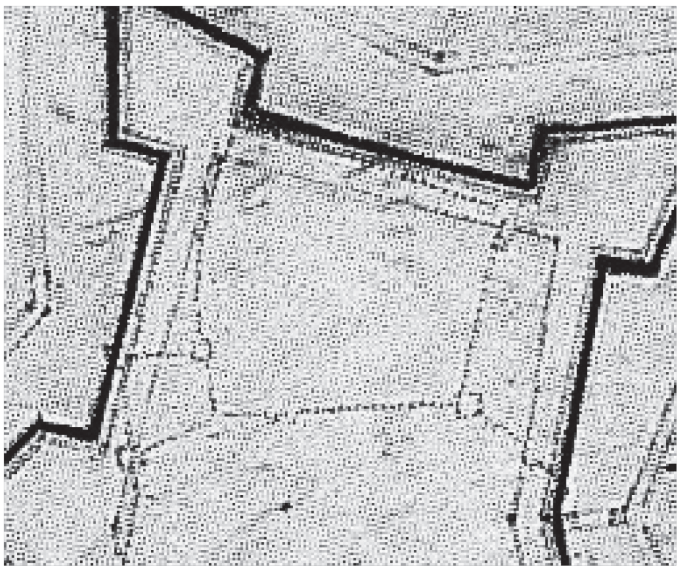
NISA

Cartografia

Nisa, Nicolau de Langres, *Desenhos e Plantas de todas as Praças do Reino de Portugal*, c. 1661, B.N.L., Cod. 7745
Escala aproximada 1:10 000



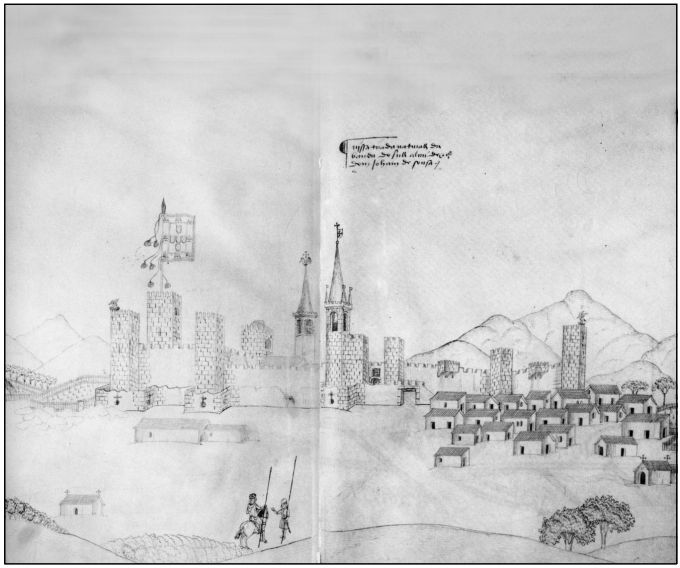
Pormenor do Castelo e Cerca medievais de Nisa, Nicolau de Langres,*Desenhos e Plantas de todas as Praças do Reino de Portugal* , c. 1661, B.N.L., Cod. 7745
Escala aproximada 1:5 000



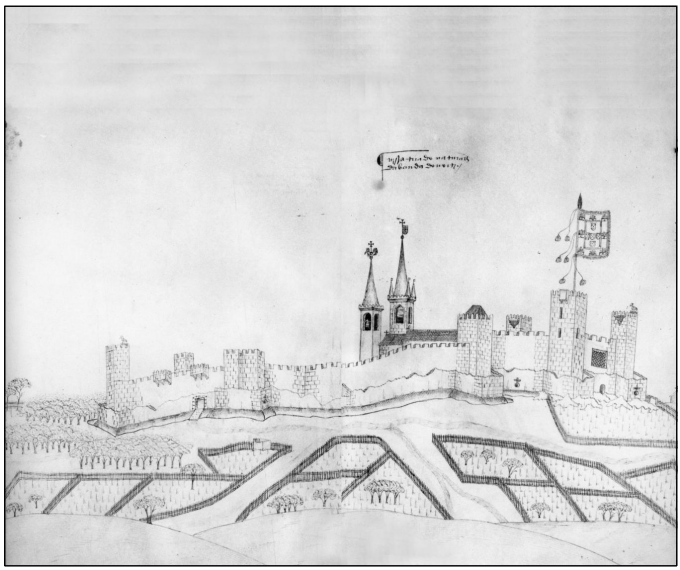
NISA

Iconografia 1

Vista de Nisa a partir de Sul, Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, c.1509



Vista de Nisa a partir de Norte, Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, c.1509

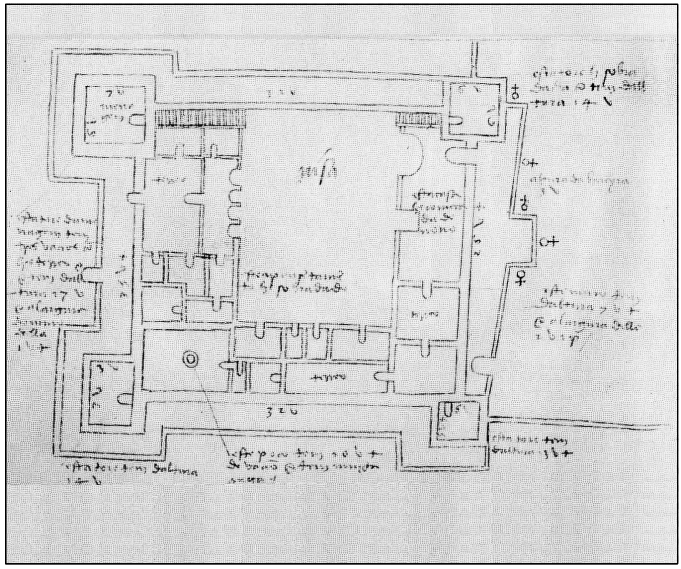


NISA

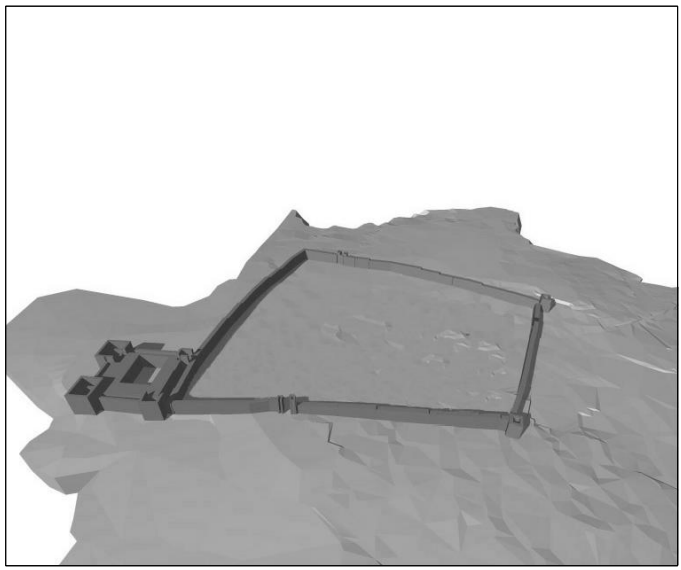
Iconografia 2

Planta do Castelo de Nisa, Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, c. 1509

Sem escala



Reconstituição das estruturas defensivas de Nisa (posterior a 1343)

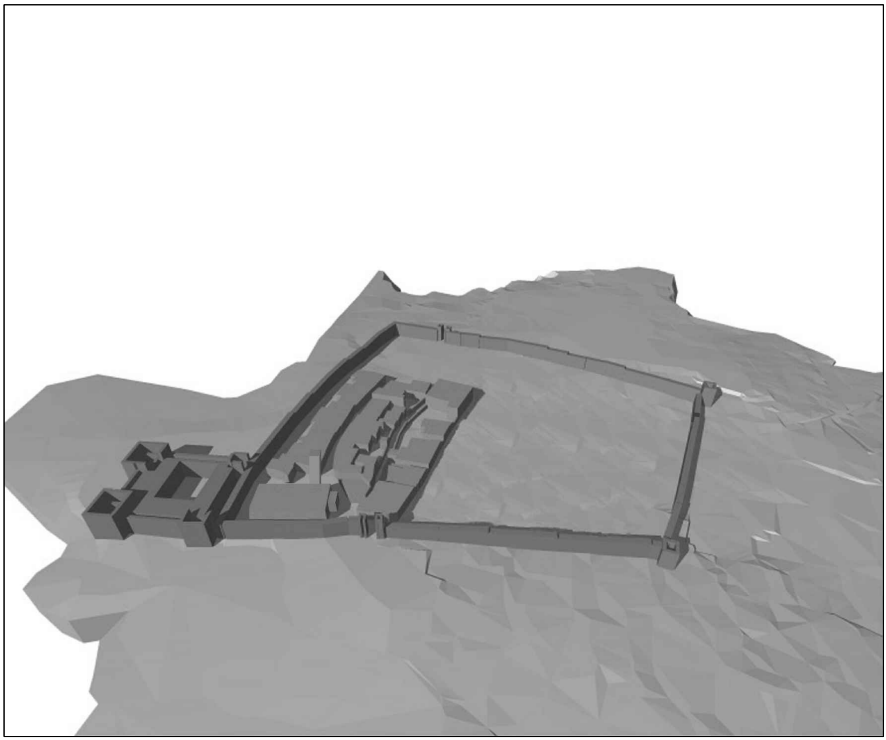


NISA

Interpretação 1

Reconstituição hipotética de Nisa segundo proposta de Manuel Teixeira; Margarida Vala, *O Urbanismo Português. Séculos XIII a XVIII*, p. 44

Sem escala

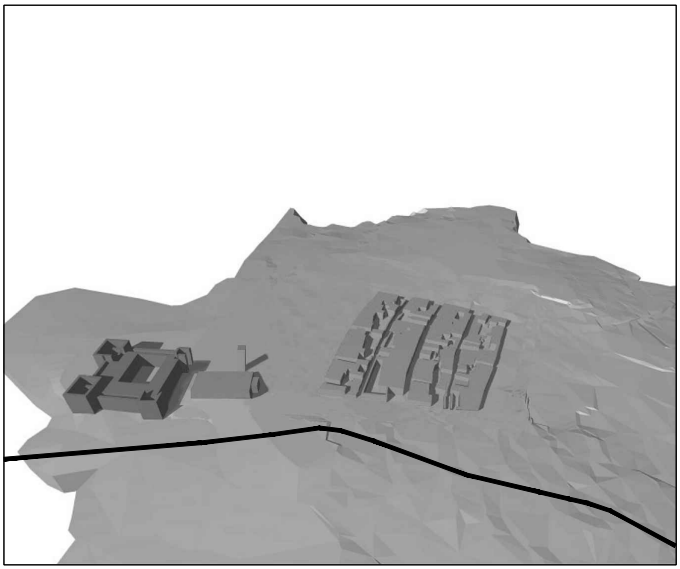


NISA

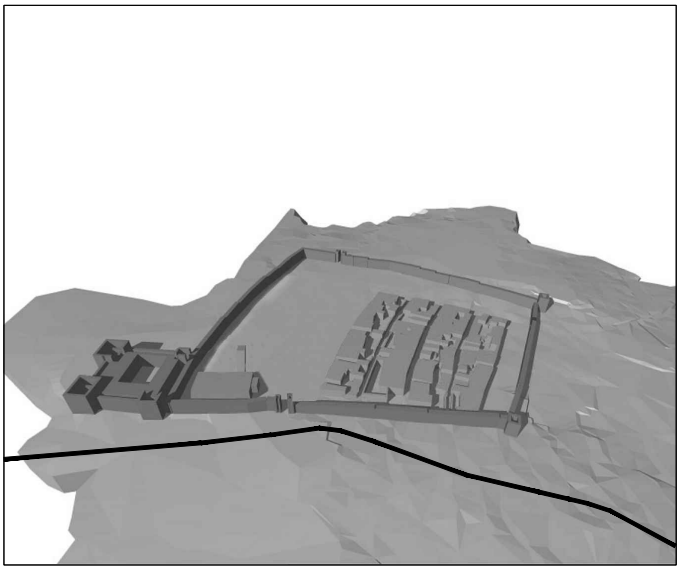
Interpretação 2

Proposta de reconstituição hipotética de Nisa

Indicação do eixo territorial



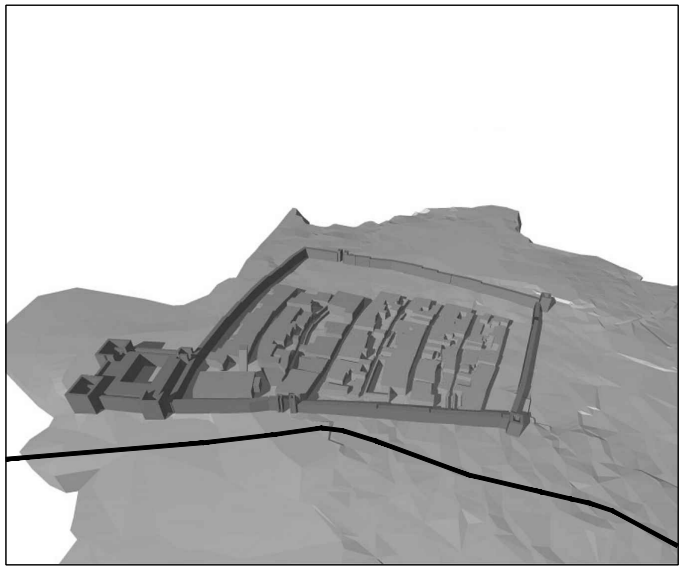
Construção da Muralha em data posterior a 1343



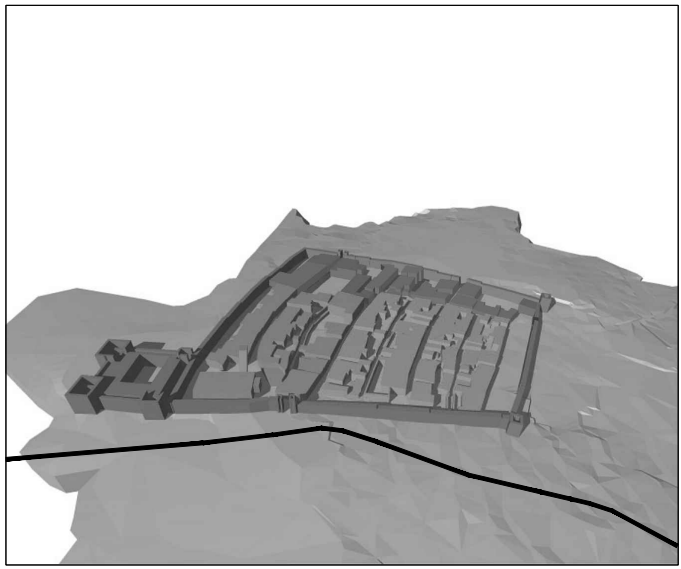
NISA

Interpretação 3

Preenchimento progressivo do espaço intramuros



Preenchimento progressivo do espaço intramuros



NISA

Interpretação 4

Tecido urbano actual

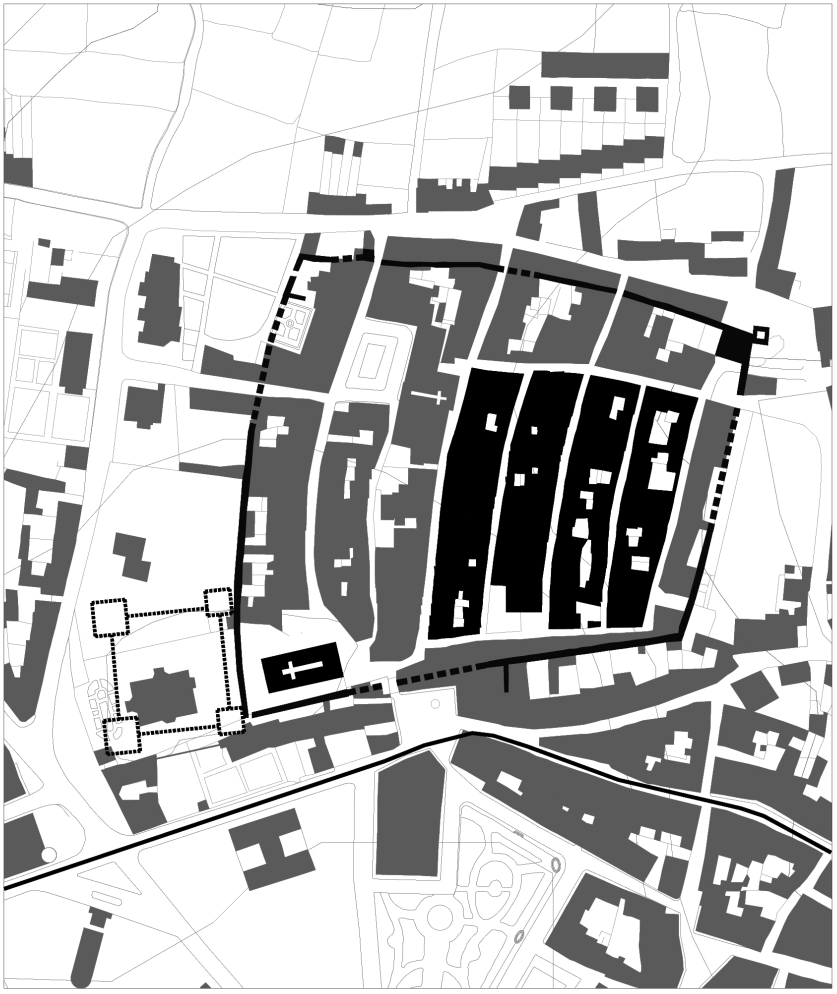
Tecido urbano actual correspondente à implantação medieval

Traçado hipotético do perímetro medieval do castelo de Nisa

Traçado existente da cerca e torres medievais

Traçado hipotético da cerca medieval

Eixo de acesso principal



Escala 1:2 500

10 50 100 200 250

N

NISA

Interpretação 5

Reconstituição hipotética da regra algébrico-geométrica utilizada no núcleo original

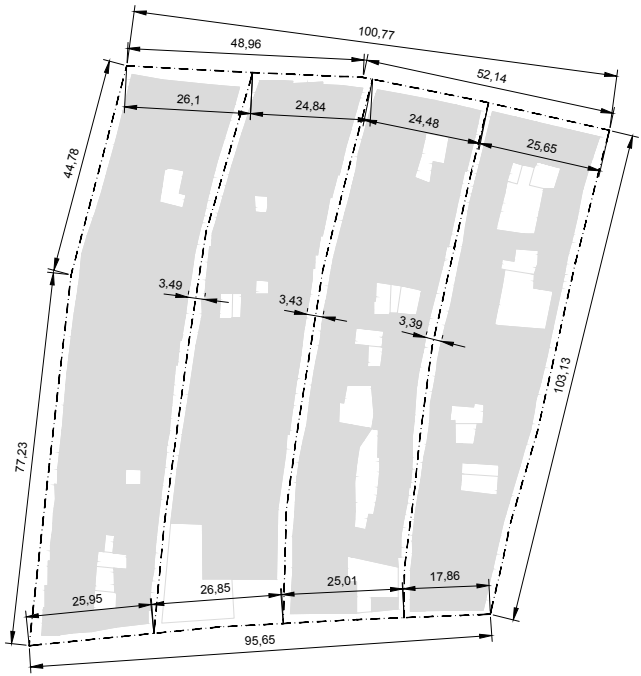


Fig. 1 Cadastro actual

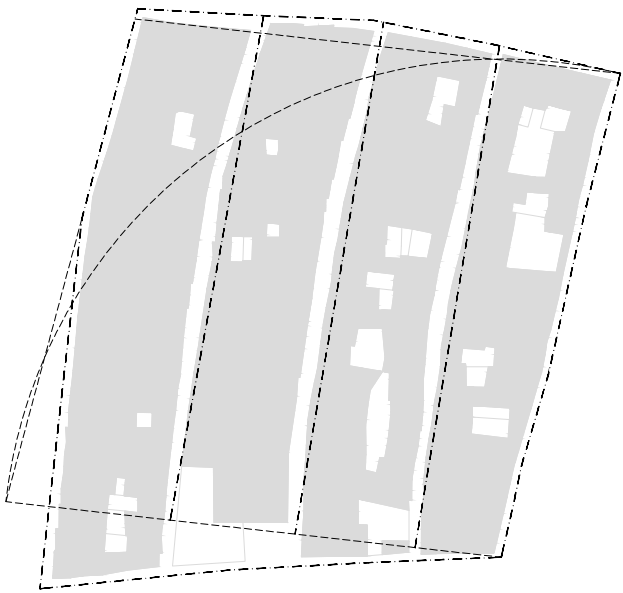


Fig. 2 Adaptação progressiva do existente ao modelo teórico

NISA

Interpretação 6

Reconstituição hipotética da regra algébrico-geométrica utilizada no núcleo original



Fig. 3 Adaptação progressiva do existente ao modelo teórico

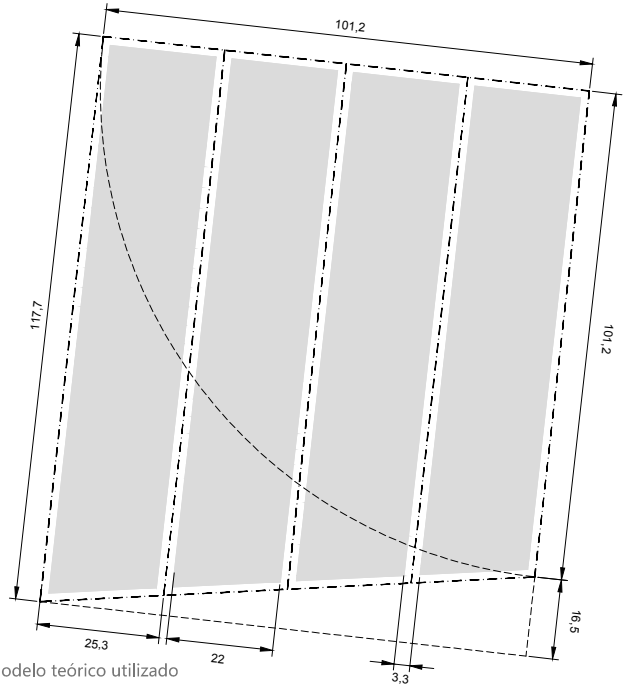


Fig. 4 Reconstituição hipotética do modelo teórico utilizado

NISA

Interpretação 7

Reconstituição hipotética da regra algébrico-geométrica utilizada no núcleo original

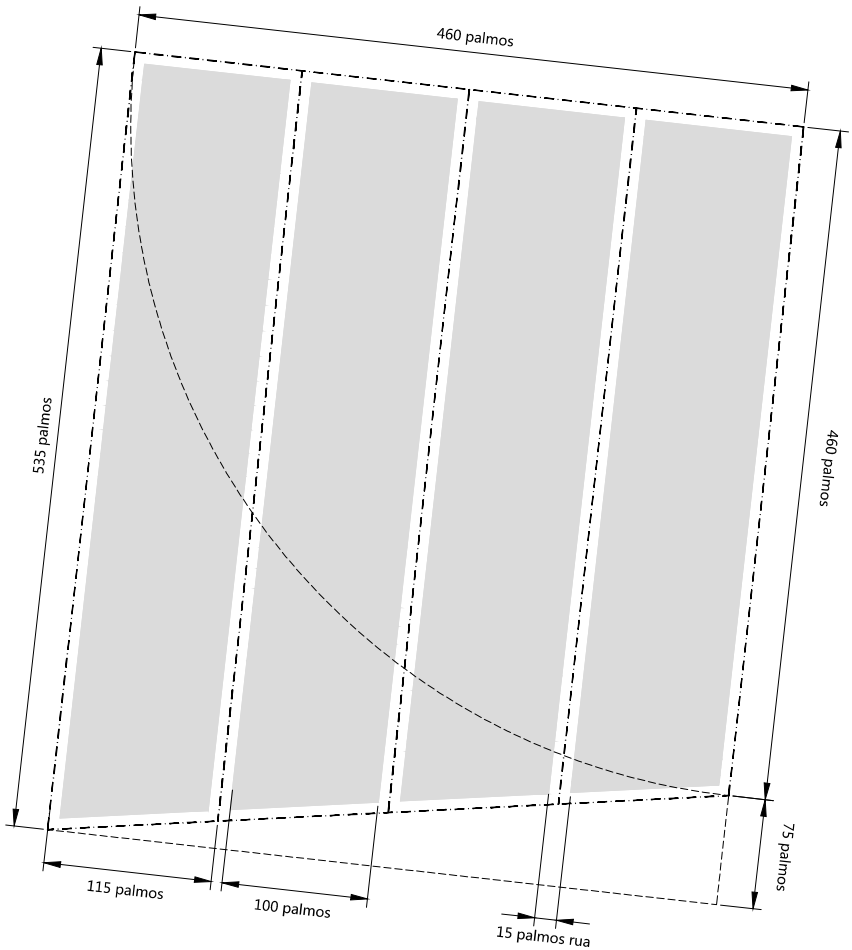
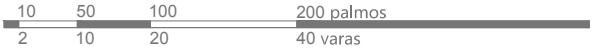


Fig. 5 Reconstituição hipotética do modelo teórico utilizado



NISA

Interpretação 8

Reconstituição hipotética da regra algébrico-geométrica utilizada no loteamento do núcleo original



Fig. 1 Cadastro actual



Fig. 2 Lotes que servem de base à profundidade e largura padrão

NISA

Interpretação 9

Reconstituição hipotética da regra algébrico-geométrica utilizada no loteamento do núcleo original

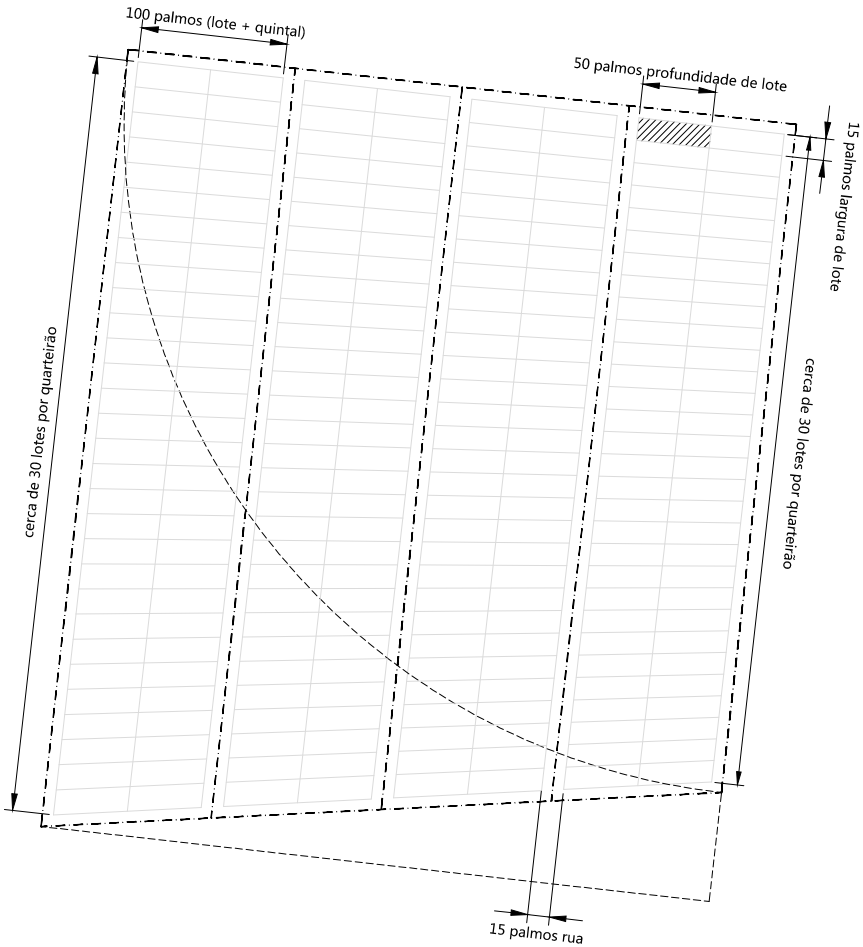


Fig. 3 Hipótese de métrica utilizada



NISA

Fotografias

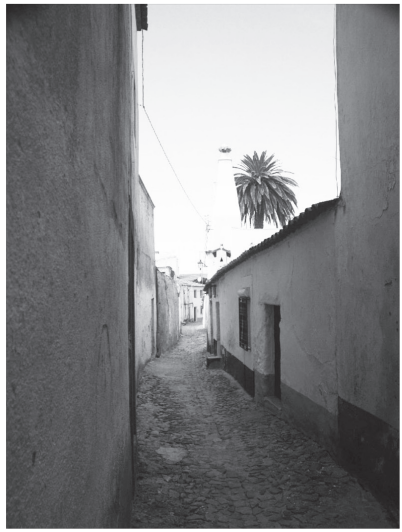
Porta da vila e torre da muralha





Ruas





Portel

No limite norte da serra de Portel, à cavaleira sobre a confluência das vias que, entre Beja e Évora, se dirigiam ao sul e a Castela e com um domínio visual sobre todo esse vasto território, constituiu-se, a partir de meados do século XIII, o senhorio de Portel.

No contexto que aqui diretamente nos interessa, a vila de Portel representa a ação direta de particulares na organização e exploração do território recentemente conquistado, de acordo com estratégias muito próximas das desenvolvidas, à escala nacional, pela coroa. João Peres de Aboim e Estevão Anes, figuras centrais no círculo mais restrito de conselheiros de Afonso III, são os exemplos paradigmáticos deste tipo de processos, o primeiro, responsável pela fundação de Vila Boim[794] e Portel, o segundo, por Barbacena, Almodôvar e Alvito.

O percurso de D. João Peres de Aboim, Senhor de Portel, foi já detalhadamente estudado por Anselmo Bramcaamp Freire e, mais recentemente, por Leontina Ventura e Maria Antónia Louro, pelo que aqui nos limitaremos a apresentar as principais linhas de força[795].

Nobre de recente e baixa linhagem, o percurso de João Peres de Aboim caracteriza-se por uma ascensão social e política meteórica a que corresponde, no plano material, um património vastíssimo com sede em Portel.

Filho de Pero Ourigues da Nóbrega, camareiro do Infante D. Afonso, foi criado juntamente com o futuro rei, em cuja comitiva partiu para a corte de Luís IX. A sua proximidade ao conde de Bolonha manteve-se após o regresso a Portugal em 1245, então como figura central da cúria régia de D. Afonso III. Subalferes entre 1250 e 1255 e mordomo da rainha de 1254 a 1259, desempenhou, desde 1264 e até à morte do monarca, o cargo de mordomo-mor. A subida ao trono de D. Dinis não significou o afastamento de D. João do círculo da coroa, no qual se manteve, ocupando o cargo de tenente de Évora. À sua morte, ocorrida em data incerta mas anterior a 1287, acumulara um património vastíssimo de que os 256 registos incluídos no "*Livro dos bens*" são o melhor testemunho.

Com uma política sistemática de aquisição de propriedades urbanas e rurais ao longo de trinta anos, por entre compras, escambos, préstamos e doações (régias, concelhias, de ordens religiosas e militares ou de particulares), os seus bens estendiam-se por vários concelhos, com destaque para os de Óbidos, Santarém, Évora e Portel, sede

[794] Fundada em 1260, no local conhecido como Fonte de Moçarave. A igreja edificada nessa altura era dedicada a S. João, sendo o padroado, por outorga do bispo de Évora, entregue a D. João de Aboim e sua mulher. Anselmo Braamcamp Freire refere que "*teve castelo, certamente erguido por D. João Peres de Aboim, de que hoje nada resta, destruído pelos castelhanos em 1662*". Tal como Portel, também Vila Boim retornou à posse da coroa, em 1305, por escambo realizado entre D. Dinis e D. Maria Anes, filha de João Peres de Aboim. *Livro dos bens de D. João de Portel*, publicado por Pedro de Azevedo com notícia histórica de Anselmo Braamcamp Freire, edição do Archivo Histórico Portuguez, 1906-1910, p. LVI e p. LIII-LIV.

[795] Sobre D. João Peres de Aboim veja-se a notícia histórica de Anselmo Braamcamp Freire incluída na edição do *Livro dos bens de D. João de Portel*, publicado por Pedro de Azevedo, Archivo Histórico Portuguez, 1906-1910; Leontina VENTURA, *A nobreza de corte de Afonso III*, vol. I, p. 340-344 e vol. II, p. 565-572; Maria Antónia Teixeira LOURO, *D. João de Portel: uma memória fundiária do século XIII*, dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1997, p. 8-11 e p. 113-115.

da casa senhorial. Foi, como o caracterizou Frei António Brandão, "*hum dos mais ricos senhores que ouve em Portugal naquelle tempo*"[796].

A doação do território de Portel exemplifica o papel determinante do monarca na constituição do património de D. João Peres de Aboim[797]. Como em muitas outras situações, a doação concelhia fez-se por intervenção direta do rei, o mesmo acontecendo nos anos seguintes quando ampliou os seus domínios à custa dos concelhos limítrofes de Beja, Estremoz, Montemor-o-Novo e Monsaraz. Se tal facto surge implícito na carta de 1257, dirigida pelo monarca aos homens bons de Évora no sentido de aceitarem João Peres de Aboim como seu vizinho, é explicitamente assumido no documento de novembro de 1258, pelo qual o concelho de Évora confessa fazer a doação "*per rogatum et outorgamentum dominj nostri Domini alfonsi nobilissimj regis Portugalie*"[798].

Depois de demarcado o termo por marcos e divisões, processo em que esteve presente o próprio D. João Peres de Aboim, o monarca coutou o senhorio, por carta de 15 de outubro de 1261[799], "*com todos os seus direitos e pertenças, por juro de herdade para sempre quitando-a de todo o tributo e serviço real*". Três dias depois, autorizou D. João a edificar um castelo e fortaleza onde melhor entendesse, outorgando-lhe a posse plena. Posse que, de resto, se estenderia aos seus herdeiros. Apenas duas exigências eram feitas: a de receber no castelo moeda do rei e a de fazer, em seu nome e dos seus sucessores, guerra e paz[800]. A 1 de dezembro de 1262, D. João Peres de Aboim, sua mulher Dona Marinha Afonso de Arganil e seu filho Pedro Eanes de Portel, concederam carta de foral, decalcada da de Évora, "*a todolos pobradores do nosso castello de Portel e de seus termhos*", reservando os direitos dos juízes e seus andadores[801].

Nos anos imediatamente seguintes, já no desempenho do cargo de mordomo-mor e escudado no apoio régio que gozava, D. João estendeu o seu senhorio incorporando terras até aí pertencentes aos concelhos vizinhos, expansão que obrigaria a novos processos de demarcação. Entre os que assinaram o instrumento de 1265, encontravam-se os juízes de Portel e o reitor da igreja de Santa Maria[802]. A fase de expansão e consolidação do núcleo verificou-se, por isso, num tempo muito curto, praticamente cingido aos anos de 1261-1265. Coutado o senhorio em 1261, outorgado o foral em 1262, onde já se faz referência ao castelo, o grosso das doações e compras de terrenos necessários à constituição do termo realiza-se em 1263 para, logo em 1265, ser acrescentado, data em que a igreja estaria já construída e provida de reitor. Não obstante a rapidez inicial, D. João continuava a investir no termo, como o provam as aquisições sucessivamente registadas ao longo dos 21 anos seguintes[803].

---

[796] *Monarquia Lusitana,* parte IV, f. 187v.

[797] Maria Antónia LOURO, *D. João de Portel: uma memória fundiária do século XIII*, p. 50-56.

[798] *Livro dos bens de D. João de Portel*, doc. II, p. 4.

[799] *Livro dos bens de D. João de Portel*, doc. VIII, p. 10-11. *Chancelaria de D. Afonso III*, Liv. I, vol. 1, p. 301-304.

[800] *Livro dos bens de D. João de Portel*, doc. X, p. 13-14. *Chancelaria de D. Afonso III*, Liv. I, vol. 1, p. 304-307.

[801] *Livro dos bens de D. João de Portel*, doc. CCLIX, p. 139-141.

[802] *Livro dos bens de D. João de Portel*, doc. XII, p. 16-18. *Chancelaria de D. Afonso III*, Liv. I, vol. 1, p. 381-384.

[803] Maria Antónia LOURO, D. *João de Portel: uma memória fundiária do século XIII*, p. 73.

O senhorio de Portel, porém, pouco sobreviveria à morte do seu fundador. Em 1301 a vila regressava à posse da coroa, por escambo realizado entre D. Dinis e D. Maria Eanes, filha e herdeira de João Peres de Aboim: contra a entrega do castelo e respetivo aglomerado urbano, D. Maria recebia as vilas de Mafra, Évoramonte e Aguiar de Neiva.

Pelo que ainda hoje pode observar-se, a ocupação do cabeço obedeceu a um esquema simples: um eixo à cota mais alta, ladeado de casario, foi balizado nos topos pelos dois principais equipamentos: o castelo, no extremo poente, a igreja de Santa Maria, no topo nascente. Articulando estes dois equipamentos, estendia-se a rua de Santa Maria, literalmente a rua direita, ao longo da qual se posicionavam, lado a lado, os lotes dos povoadores, retangulares e com quintal nas traseiras[804]. Todo este espaço, progressivamente abandonado a partir dos inícios da Época Moderna, encontra-se hoje, à exceção do castelo, profundamente alterado, com destaque para a dimensão dos lotes ou para o templo original do qual, e de forma invulgar, nenhum vestígio sobreviveu, pelo menos à superfície.

O castelo apresenta uma forma de polígono irregular contrafortado nos ângulos por cubelos semicirculares. No pano virado à vila, ergue-se a torre de menagem que, com os seus quase 25 metros de altura, protegia a principal entrada no recinto. Outra porta, situada a poente e hoje obstruída, dava acesso à estrada que ligava Portel a Beja.

Todo o cabeço onde se implantava a "*Vila Velha*" (*velha* por oposição ao núcleo novo que se desenvolveu extramuros, em finais da Idade Média) era protegido por uma muralha precedida por uma barbacã extensa, reforçada por cubelos quadrangulares. Se da primeira nada resta, da segunda conservam-se ainda importantes troços a sul, norte e poente. Nesta primeira linha defensiva integrava-se a porta gótica, que os brasões apostos confirmam como obra de iniciativa e patrocínio régio. Tudo indica que a conclusão da cerca fosse já da responsabilidade da coroa, facto justificável pelo caráter efémero do senhorio (1261-1301).

Na cerca vilã rasgavam-se três portas para o exterior: uma sensivelmente a meio da cortina sul, na direção de Moura, as duas restantes viradas a nascente. A primeira encontrava-se no enfiamento de um eixo que, atravessando todo o intramuros, cortava perpendicularmente a rua Direita ou de Santa Maria. Um segundo eixo, com a mesma orientação, corria nas proximidades do castelo.

Nos inícios do século XVI, em torno de 1510, a par da outorga de uma nova carta de foral, D. Manuel I encarregava Francisco de Arruda de uma vasta campanha de obras de renovação do castelo onde, para além de dotar o perímetro com seis torreões semicirculares dotados de janelas de tiro com rasgamento oblíquo e de proceder ao abobadamento do último piso da torre de menagem, se edificavam os paços ducais e a capela anexa, dedicada a São Vicente[805].

---

[804] Sobre a caracterização e desenvolvimento da "Vila Velha", veja-se, Ana PAGARÁ, "O castelo e a vila velha de Portel", *Agenda Cultural de Portel*, Portel, 2001.

[805] Francisco de Macedo da Pina Patalim, em 1730, lamentava-se pelo estado de degradação dos paços ducais: "*E dentro do dito castelo está uma igreja de admirável arquitetura com o orago de São Vicente (hoje quase arruinada) contígua ao palácio e boas casas onde vinham pousar os Serenissimos Duques de Bragança*" (Portel fora, na sequência de 1383-85 e do apoio dado a Castela pelo alcaide, doada por D. João I a D. Nuno Álvares Pereira entrando, por essa via, no património da Casa de Bragança). Francisco de Macedo da Pina PATALIM, *Relação Histórica da nobre Vila de Portel*, ed. fac-similada do manuscrito de 1730, Portel, Junta de Freguesia-Câmara Municipal, 1992, f. 8.

Foi provavelmente este processo de residencialização do castelo e respetiva torre de menagem que ditou a deslocação do centro político-administrativo para o exterior da cerca urbana, embora a ela contíguo. Encostada ao canto nordeste da muralha, definia-se, a partir do século XVI, uma praça de grande regularidade formal onde, para além da antiga Capela de São Romão (no local da atual Misericórdia), se erguia a Casa da Câmara e cadeia, o pelourinho, as fangas e os açougues públicos[806]. Paralelamente ao crescimento urbano extramuros, desertificava-se a Vila Velha, onde, como foi já referido, a própria igreja de Santa Maria viria a desaparecer[807].

Pensada como sede de um grande senhorio, a precoce passagem para a coroa da vila de Portel (e a sua diluição no contexto nacional) associada à fuga da população para as terras baixas explica, por um lado, a ambição subjacente às grandes dimensões da cerca e ao porte do castelo, por outro, o facto de nunca se ter alcançado o seu total preenchimento.

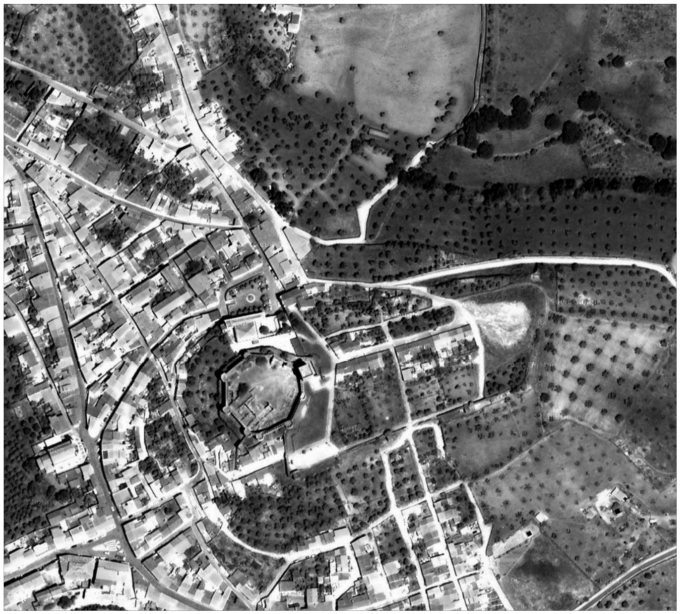
[806] Correspondente à atual praça D. Nuno Álvares Pereira onde, ainda hoje, se situa o edifício da Câmara Municipal, embora já não o original. A Capela de Santo António e a Igreja da Misericórdia, datam já do século XVII.

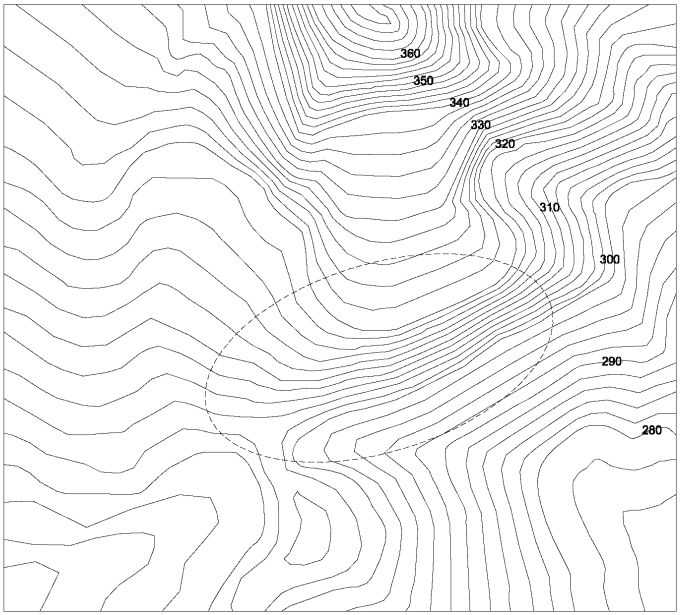
[807] O culto foi suspenso em 1593, destruindo-se o edifício com o intuito de, no seu lugar, se erguer um outro, o que nunca chegou a concretizar-se. As funções de matriz funcionaram na Igreja do Espírito Santo e, mais tarde, na Igreja de São Luís, até que foi edificada a atual igreja matriz, já na segunda metade do século XVIII. Do velho templo intramuros não sobreviveu qualquer vestígio aparente. Manuel Pedro PADEIRA; Francisco PADEIRA, *Memoria do Património de Portel Villa*, Portel, Junta de Freguesia, 2005. Francisco de Macedo da Pina PATALIM, *Relação Histórica da nobre Vila de Portel*, f. 6v.

PORTEL

Território

Área aproximada da implantação medieval: inserção topográfica





Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

N

PORTEL

Área do núcleo actual em análise

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual correspondente à implantação medieval

Traçado da cerca e torres medievais



Escala 1:5 000

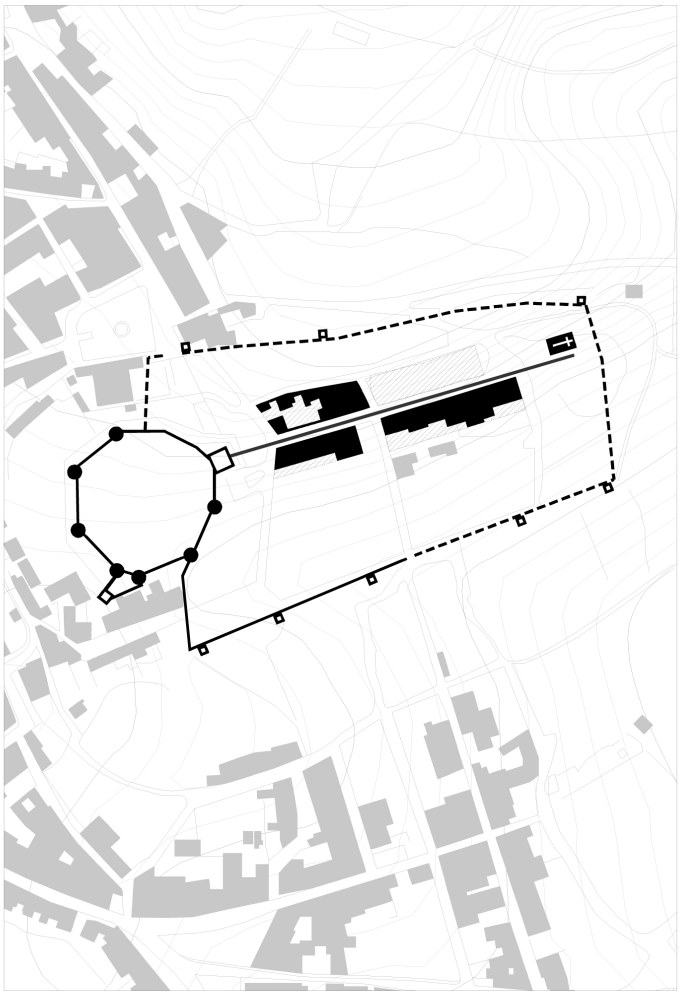
10 50 100 200 400

N

PORTEL

Interpretação

- Tecido urbano actual
- Tecido urbano hipoteticamente correspondente à implantação original
- Traçado existente da cerca e torres medievais
- Traçado hipotético da cerca e torres medievais
- Eixo de acesso principal



Escala 1:2 500

10 50 100 200 250

N

PORTEL

Fotografias 1

Vista do castelo de Portel



Castelo de Portel



PORTEL

Fotografias 2

Rua de Santa Maria, vista de Nascente



Rua de Santa Maria, a partir do Castelo



PORTEL

Fotografias 3

Castelo e cerca de Portel





Castelo e cerca de Portel





Salvaterra de Magos

No texto da carta de foral outorgada por D. Dinis, a 1 de junho de 1295[808], decalcado da de Santarém, o monarca impunha aos futuros povoadores que rompessem o paul de Magos no prazo de quatro anos, assumindo para si o encargo de manutenção dos canais de drenagem e construção de pontes. À exploração do território, a fundação de Salvaterra associava um outro objetivo estratégico de âmbito territorial: a consolidação das vias fluviais de acesso a Lisboa e de ligação entre o interior ribatejano e alentejano.

Com efeito, situada na margem sul do Tejo, a meio caminho entre Lisboa e Santarém, Salvaterra de Magos viria a assumir uma posição nodal, quer no trânsito de mercadorias de abastecimento à capital, quer no de trocas entre a região interior, sobretudo enquanto ponto do percurso de entrada no Alentejo. Foi, como a definiu Jorge Borges de Macedo[809], um "*lugar de acerto de caminho*", que a Vala transformava em porto de chegada, partida e distribuição de mercadorias muito diversificadas. A crescente importância da vila enquanto entreposto comercial foi, de resto, posta em evidência no novo foral concedido pelo infante D. Fernando,[810] donatário da vila, em 1455.

Como em muitas outras regiões do país, a ação régia no Ribatejo obedeceu a uma política concertada, recorrendo-se à fundação de núcleos urbanos como forma de garantir o controlo efetivo da região e o enquadramento das populações. Num curto espaço de tempo, correspondente aos últimos anos do século XIII e primeiros da centúria seguinte, assistiu-se à criação de seis vilas novas: Vila de Rei, em 1285, Salvaterra de Magos, uma década depois, Atalaia, Asseiceira e Tojeira em 1302 e, finalmente, Muge, em 1304[811].

---

[808] IANTT *Chancelaria de D. Dinis*, Doações, Liv. 2, f. 104-104 v., publicado em *Foral de Salvaterra de Magos*, apresentação de Jorge Borges de Macedo, Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, Lisboa, 1992, p. 1-3.

[809] *Foral de Salvaterra de Magos*, p. XV.

[810] Sobre a enorme gama de produtos transacionados e os respetivos destinos, com destaque para a Flandres, veja-se a análise de Jorge Borges de Macedo *Foral de Salvaterra de Magos*, p. VII-XVIII. Em 1429, D. João I doou a vila ao infante D. Fernando, seu filho; morto sem descendência, o senhorio foi posteriormente vendido a Rodrigo Afonso que o transmitiu ao seu filho Pedro Correia. Nos inícios do século XVI mudou novamente de mãos, entrando na posse de D. Nuno Manuel, irmão colaço de D. Manuel I; a pedido régio, o seu sucessor cederá o senhorio ao Infante D. Luís, responsável pela (re)construção do Paço de Salvaterra, em torno de 1547, sob traça atribuída a Miguel de Arruda. Sofrerá mais tarde novas remodelações e ampliações, primeiro no reinado de D. Pedro II, depois por iniciativa de D. José, incidindo, sobretudo, no edifício da Falcoaria e na edificação da Casa da Ópera. Joaquim Manuel da Silva CORREIA; Natália Brito Correia GUEDES, *O Paço Real de Salvaterra de Magos. A corte. A ópera. A falcoaria*, Livros Horizonte, Lisboa, 1989, p. 11-12. José Rodrigues GAMEIRO, *Salvaterra de Magos, vila histórica no coração do Ribatejo*, 1992.

[811] O conjunto destas vilas é destacado por Rui de Pina na Crónica de D. Dinis: "... *e assi fez outras povoaçoens assi como Muja, Salvaterra, Atalaya, Ceyceyra, Montargil, e outras semilhantes...*". Rui de Pina, *Crónicas*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, 1977, p. 312. Também em abono de uma estratégia concertada, note-se como a fundação de Salvaterra foi preparada pelo monarca com antecedência, adquirindo, a partir de 1293, propriedades em Magos e Caçarabotão (nome dado aos campos entre o Vale do Sorraia e a Ribeira de Muge) e obtendo, em maio do ano seguinte, a cedência do Paul de Magos pelo concelho de Santarém. Em 1295 surgia finalmente a póvoa de Salvaterra de Magos. Rui de AZEVEDO, "Período de formação territorial: expansão pela reconquista e a sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores", p. 50.

Se com a fundação de Atalaia, Asseiceira e Tojeira o monarca pretendia, pela ação de povoamento, implementar a segurança de caminhos terrestres essenciais ao trânsito de gentes e bens, *"... por muito mal que me diserom e que eu sey por çerto que se fazia no Soveral d'Alaveiras que he antre Tomar e Golegaa matando hi os homees e as molheres e esbulhando-os e teendo hi o caminho e fazendo hy muito mal e muita malfeitoria. Pera se partir todo este mal e todos estes danos e todas estas perdas* […] *mando ao conçelho de Torres Novas, cujo termo he aquel logar que façam hy duas pobras convem a saber a hua na albergaria que chamam da Çeiçeira e a outra no logar que chamam a Atalaya"*[812], a fundação de Muge, com carta de foral em 1304 e um aditamento em 1307, garantia, como em Salvaterra, o desenvolvimento de um porto onde as barcas faziam a travessia do rio Tejo.

Como medidas de incentivo, o monarca concedia a isenção da hoste, fossado, julgada e relego, permitindo a alienação das propriedades ao fim de um ano. Concedia-lhes o direito a magistraturas próprias, alcaides e juízes, ainda que estes últimos estivessem sujeitos a confirmação régia. Em todas as restantes matérias, estipulava-se que seguissem o foral de Santarém. Tal como em Salvaterra, a coroa assegurava a abertura e manutenção de canais, a construção de pontes, e a exploração das barcas da Valada[813].

Do conjunto de vilas novas fundadas na região por D. Dinis, Salvaterra de Magos é a que melhor conservou a matriz inicial. Para além do cadastro atual — o edificado foi totalmente transformado — os levantamentos de 1752 e 1788[814] permitem o reconhecimento da composição original.

A sua localização no interior do país, aliada à vocação comercial, justifica certamente a ausência de estruturas defensivas. No terreno, como na documentação, não existe notícia de Salvaterra de Magos ter sido alguma vez provida de castelo ou muralha. Nem mesmo ao nível das intenções.

Implantada a escassas dezenas de metros do leito do Tejo, com o qual estabelecia ligação direta através da vala, a vila de Salvaterra estruturava-se em função de um eixo orientado no sentido norte-sul. Um conjunto de quarteirões retangulares, subdivididos

---

[812] *Chancelaria de D. Dinis*, Liv. III, f. 18, 2, publicado por Rosa MARREIROS, *Propriedade fundiária e rendas da coroa…,* p. 193. A associação das três vilas sob um mesmo objetivo é claramente assumida pelo monarca "*… sabendo por verdade que se matavam muitos homens e se faziam muytos roubos e muytas malfeitorias en termho de Torres fiz fazer hua pobra no logar que chamam a Atalaya e outra na Çaiçeira e outra antre essas pobras, no logar que chamam a Tojeira*". *Chancelaria de D. Dinis,* Liv. III, f. 27v. 3, publicado por Rosa MARREIROS, *Propriedade fundiária e rendas da coroa…,* p. 193.

[813] Ainda no âmbito do povoamento desta região de Santarém, em 1299, D. Dinis doou a mata de Urqueira, a Martim Lourenço da Cerveira, seu vassalo, nomeando-o povoador e prometendo respeitar as condições dos contratos que ele viesse a estabelecer com os respetivos povoadores. Contudo, a iniciativa parece não ter alcançado os objetivos pretendidos, por falta de interessados. Em 1319, D. Dinis nomeou um indivíduo de nome João Domingues povoador de uma póvoa que então pretendia fundar entre Coruche e Lavre. A elevação à categoria de couto régio e a isenção de hoste e fossado foram algumas das medidas tomadas para atrair população. Em 1321, uma vez mais como forma de controlar a segurança dos percursos terrestres, coutou uma outra herdade situada entre Abrantes e Santarém. Rosa MARREIROS, *Propriedade fundiária e rendas da coroa…, p.* 192-193.

[814] *Planta da Villa de Salvaterra de Magos*, 26 de março de 1752, Instituto Geográfico Português; *Mappa Tepografico da villa de Salvaterra de Magos*, 1788, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças.

interiormente em lotes dispostos costas com costas, bordejavam a rua Direita, separados entre si, a espaços regulares, por travessas de largura inferior à do eixo longitudinal[815].

A mancha assim constituída indicia, de acordo com o que tem sido comprovado na generalidade dos casos, uma povoação de pequenas dimensões com uma previsão inicial em torno das 150 casas. Note-se como, apesar da importância crescente da vila no decorrer da Idade Média, de que o foral de 1455 constitui prova, nos primeiros anos do século XVI Salvaterra ficava ainda aquém dos 600 habitantes[816].

Se a norte a vila era delimitada pela vala, a sul, o tecido edificado terminava com a igreja, cuja edificação, embora assumida na carta de foral como obrigação do próprio monarca, viria a ser erguida por iniciativa do bispo de Lisboa, D. João Martins de Soalhães, que a *"mandou levantar com licença del rey que lhe fez merce della em Lisboa a quinze de janeiro do ano seguinte de 1296*"[817].

Num segundo momento, mas cronologicamente próximo da fase de povoamento, a construção do paço real veio ocupar o topo sul, nas proximidades da igreja e numa posição isolada relativamente ao núcleo principal. Documentado desde a segunda metade do século XIV — aí foi assinado, em 1383, o contrato de casamento entre D. Beatriz e D. Juan I de Castela, em presença de D. Fernando e D. Leonor — o paço de Salvaterra[818] incluía-se numa rede de residências régias especialmente vocacionadas para o exercício da atividade venatória (à acessibilidade privilegiada a partir da capital associava-se a fertilidade das terras e a abundância de espécies animais), com destaque para os paços de Muge, Valada, Benavente, Vila Nova da Rainha, Almeirim, Alcanhões e Alenquer. No século XV, o paço era constituído por várias salas e câmaras. Nas proximidades, "*antre os paços e a pouoraçam de saluaterra*", existia ainda um lanço de casas para além de uma propriedade com horta e árvores "*valada e carrada sobre si*"[819].

[815] Deve-se a Paulo Ormindo de Azevedo a primeira chamada de atenção para o caráter regular de Salvaterra de Magos, morfologia que o autor considera em parte justificada por questões diretamente relacionadas com preocupações de drenagem em que "*as ruas longitudinais seguem as linhas de maior declive do terreno, formando quarteirões alongados perpendiculares ao mar ou a um rio*". Paulo Ormindo de AZEVEDO (1990), "Urbanismo de traçado regular nos dois primeiros séculos de colonização brasileira", p. 64.

[816] Em 1527 são contabilizados 150 moradores na vila e 4 no termo. Júlia GALEGO, Suzanne DAVEAU, *O numeramento de 1527-1532…*, p. 108.

[817] *Monarquia Lusitana*, parte V, p. 229-229v.

[818] As estadias em Salvaterra dos diversos monarcas são elencadas por José ESTEVAM, *Anais de Salvaterra de Magos. Dados históricos desde o século XIV*, Lisboa, Couto Martins, 1959.

[819] Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995, p. 270.

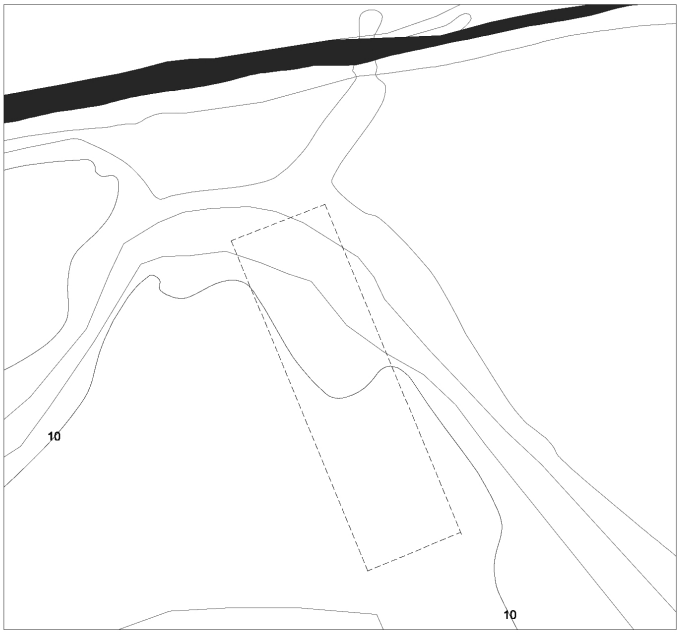
SALVATERRA DE MAGOS

Território

Vala Real

Área aproximada da implantação medieval: inserção topográfica





Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

N

SALVATERRA DE MAGOS

Área do núcleo actual em análise

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual aproximadamente correspondente à implantação medieval

Vala Real



Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

N

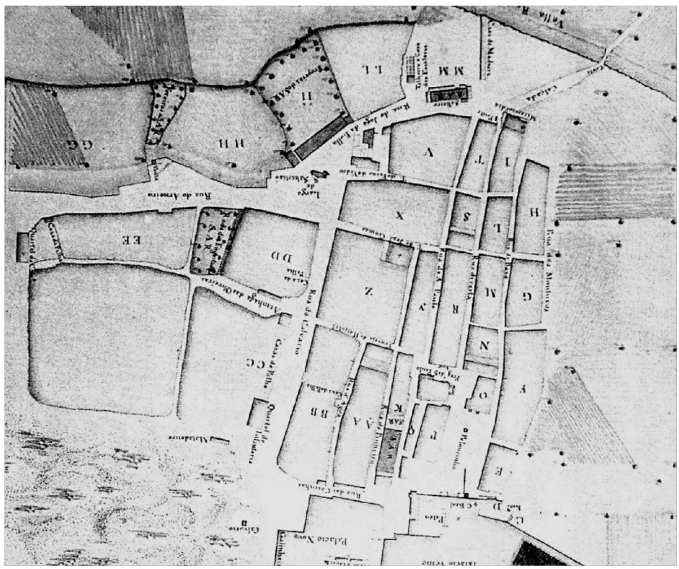
SALVATERRA DE MAGOS

Cartografia

Planta da Villa de Salvaterra de Magos , 1759, Cartoteca, I.G.P. (pormenor)
Escala aproximada 1:5 000



Mappa Tepografico da Villa de Salvaterra de Magos , 1788 (pormenor)
Escala aproximada 1:5 000



SALVATERRA DE MAGOS

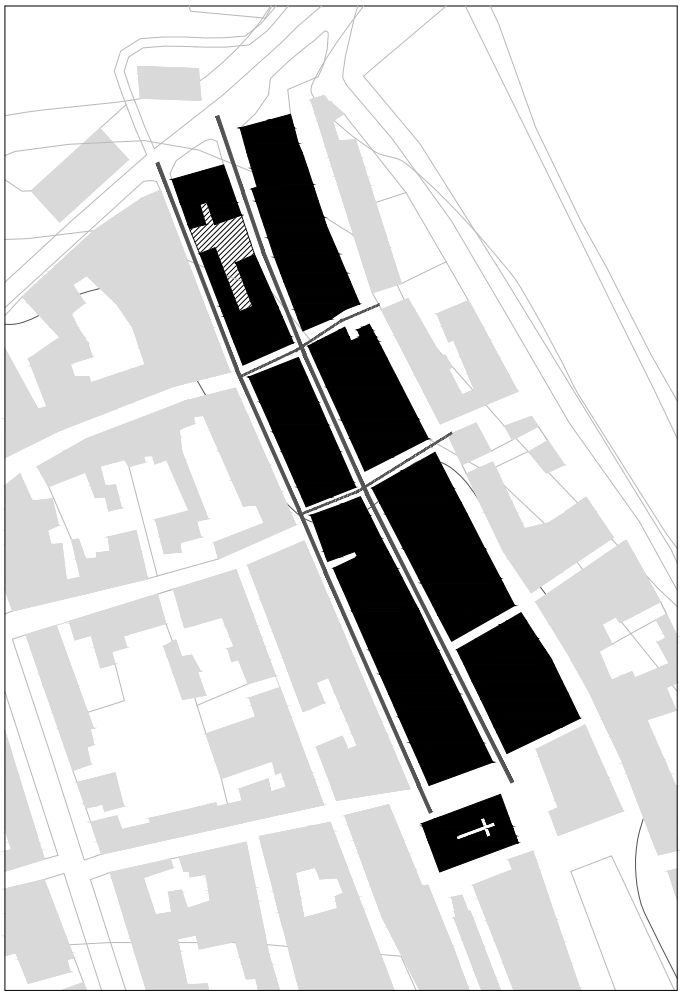
Interpretação

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual correspondente à implantação medieval

Eixos de acesso principal

Eixos de acesso secundário



Escala 1:2 500

10 50 100 200 250

N

Sines

Com uma situação geográfica estratégica — assente numa plataforma quase plana, abruptamente cortada em escarpa sobre uma baía virada a sul e protegida dos ventos do quadrante norte[820] — Sines conjugou, desde cedo, toda uma vocação marítima em torno das atividades da pesca, indústria de transformação de pescado e ponto de apoio à navegação com as condições naturais de defesa que o local oferecia, face às incursões de corso e pirataria. Não admira, por isso, que a arqueologia tenha vindo a revelar ocupações sucessivas que remontam à pré-história; entre elas, pela relevância dos vestígios recolhidos e pelo que eventualmente possa representar para a conformação da vila medieval, importa destacar o assentamento da época romana.

Efetivamente, ainda que a denominação do povoado romano permaneça desconhecida, o volume e relevância dos vestígios recolhidos autorizam, com crescente segurança, a pensar num núcleo de certa importância.

Para além dos "*mosaicos, um hipocausto, cerâmica doméstica incluindo sigillata e sigillata clara, moedas, fíbulas, vidros, inscrições funerárias*", que Jorge Alarcão elencou em 1988[821], a campanha arqueológica realizada nos inícios dos anos noventa, pôs a descoberto, no terreno imediatamente adjacente à cortina nascente do castelo, vestígios de duas oficinas de salga e produção de preparados de peixe, bem como um forno do Baixo Império. Também da época romana, mas posteriormente reutilizado na construção dos muros da fortaleza tardo-medieval, é um pedestal cuja epígrafe demonstra ter pertencido a uma estátua de Marte, mandada erguer por um sacerdote encarregado do culto imperial[822]. Os testemunhos da romanização de Sines completam-se com a necrópole posta a descoberto a sudoeste do castelo, denunciando, no seu conjunto, uma ocupação estável e prolongada do local, entre os séculos I e inícios do V[823].

Mas, na prática, qual o significado desses vestígios? Jorge Alarcão e Vasco Mantas defendem a hipótese de Sines ter sido o porto que servia a cidade de *Mirobriga* (junto a Santiago do Cacém), constituindo, para o primeiro investigador, um *vicus* ou aldeia sem estatuto próprio nem organização administrativa, para o segundo, o porto que serviu o santuário de Esculápio, existente em *Mirobriga*, de acordo com o costume comprovado de certos santuários terem instalações portuárias privativas garantindo a movimentação de "grande número de passageiros por altura das peregrinações"[824].

---

[820] Maria de Lourdes Rosa POEIRA, *Sines: estudo de geografia urbana*, dissertação de licenciatura em Geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1972 (texto policopiado).

[821] J. ALARCÃO, *Roman Portugal,* vol. II, fasc. 3, p. 172: 7/19 Sines.

[822] Sobre esta epígrafe veja-se José d´ENCARNAÇÃO, *"Em torno da inscrição a Marte, de Sines", Actas do 1º Encontro de História do Alentejo Litoral*, 2009 e José d´ENCARNAÇÃO, "No tempo dos romanos: Sines teve uma estátua do Deus Marte", *O Distrito de Setúbal*, 18-08-1992.

[823] Para uma análise pormenorizada dos trabalhos arqueológicos realizados em Sines, veja-se Carlos Tavares da SILVA; Joaquina SOARES, "Para uma arqueologia do castelo de Sines", *Da Ocidental Praia Lusitana. Vasco da Gama e o seu tempo*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 21-45. No interior do recinto militar, apenas junto à cortina nascente foram encontrados vestígios da época romana.

[824] Vasco Gil MANTAS, "Portos marítimos romanos", *Memórias da Academia de Marinha*, VIII, 2000, p. 5-60.

José d'Encarnação, por seu lado, analisando todos os dados coligidos, com especial relevo para a epígrafe já referida, avança a hipótese de ter existido em Sines "*uma população que não estaria apenas na dependência de Mirobriga*", talvez constituída, pelo menos parcialmente, por imigrantes de eventual origem itálica, "*característica perfeitamente aceitável atendendo à localização geográfica de Sines e à sua actividade como entreposto marítimo*". O culto a Marte, Deus da Guerra (raro no universo Lusitânico) e o estatuto do ofertante, um liberto com uma situação social e económica seguramente confortável, membro do colégio sacerdotal encarregue de zelar pelo culto local ao imperador, leva-o a propor a existência de um fórum na Sines romana, "*onde a colocação desta estátua teria pleno cabimento*". Marte surgiria, neste contexto, como a divindade protetora de mareantes e pescadores. "*Talvez não um fórum administrativo, a implicar, por exemplo, estatuto municipal para o aglomerado; mas um fórum estreitamente ligado à actividade marítima*"[825].

Do período posterior, compreendido entre os séculos V e VII, permanecem igualmente importantes testemunhos: pedras de mármore lavradas e elementos arquitetónicos vários[826], que Fernando de Almeida atribuiu a uma basílica visigótica, provavelmente erguida no local da atual igreja matriz, imediatamente a poente do castelo. A natureza dos vestígios romanos incorporados nos panos do castelo e a hipotética localização da basílica visigótica, apontam para que toda a zona hoje ocupada por aquela construção militar desempenhasse, já na Antiguidade, um papel central na estrutura do povoado.

Contrariamente às épocas anteriores, para o período balizado entre a ocupação muçulmana e a Reconquista cristã permanece um total vazio documental. Baseados no movimento geral de recuo das populações face à linha de costa que caracterizou toda a Alta Idade Média, vários autores têm interpretado a inexistência de vestígios como resultante do abandono da região[827]. Diferente é a opinião de Martins Quaresma, para quem "*nada indicia o desaparecimento do povoado (quanto muito, talvez, a sua retracção no período mais crítico da Reconquista) até porque bem perto existia Santiago do Cacém que só por Sines poderia manter ligações marítimas fáceis*"[828].

Qualquer que tenha sido o cenário, a verdade é que, reconquistada em 1217, só na segunda metade do século XIII surge a primeira referência documental a Sines descrita, no foral da portagem de Lisboa, como porto de origem de cereal, vinho, mel, carvão e cortiça[829]. Não seria, então, mais do que um pequeno povoado integrado no termo de Santiago do Cacém, que D. Afonso III doara à Ordem de Santiago da Espada. É nesta condição de dependência face a Santiago do Cacém que, em 1310, Sines reverte para o senhorio de D. Vataça[830], princesa de origem grega vinda para Portugal,

[825] José d´ENCARNAÇÃO, "Em torno da inscrição a Marte, de Sines", p. 40-41.

[826] Cantarias visigóticas hoje expostas no Museu de Sines.

[827] Carlos Tavares da SILVA; Joaquina SOARES, "Para uma arqueologia do castelo de Sines", p. 42.

[828] António Martins QUARESMA, "Sines no trânsito da Época Medieval para a Moderna", *Da Ocidental Praia Lusitana. Vasco da Gama e o seu tempo*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 49-50.

[829] António Martins QUARESMA, "Sines no trânsito da Época Medieval para a Moderna", p. 60.

[830] Filha de D. Lascara princesa da Grécia e de Guilherme Pedro de Vintemiglia, refugiada em Aragão sob a proteção de Pedro III, vem para Portugal, em 1282, como dama de D. Isabel de Aragão, sua prima em 7º

em 1282, no séquito de D. Isabel de Aragão. Residente em Castela no período que decorre entre 1297 e novamente entre 1317 e 1323 (nestes últimos anos como dama de D. Constança, filha de D. Dinis, casada com Fernando IV), D. Vataça trocou, com Diogo Moniz, mestre da Ordem de Santiago, o senhorio de Villalar (próximo de Tordesilhas) que recebera de Fernando IV de Castela, pela posse vitalícia de Santiago do Cacém, local que parece eleger, no final da vida, como sede da sua corte, centro militar e judicial dos domínios que senhoreava.

A ela se deve, como donatária de Santiago do Cacém, a fundação da ermida de Nossa Senhora das Salas[831], no topo oeste da arriba, em local afastado da povoação e essencialmente ocupado por estruturas associadas à pesca e salga. A presença de salgas parece estar, de resto, na origem da designação da ermida[832]. A construção original, descrita na Visitação de 1517 como modesta, de uma só nave com cobertura de telha-vã e capela-mor com forro de madeira, foi integralmente reconstruída por Vasco da Gama, datando desses primeiros anos do século XVI, o essencial da sua feição atual[833].

O período que verdadeiramente aqui nos interessa inicia-se em 1362, quando, a pedido expresso dos moradores, D. Pedro I concedeu autonomia administrativa a Sines, desmembrando-a de Santiago do Cacém, ato que o próprio monarca justificava como *"seruiço de deus e meu E grande guarda da mjnha terra porque aquel lugar sta em aquella costa do mar E pero que stando assy desçercado podia per hi aa mjnha terra recrecer grande dampno"*[834]. *Na decisão do monarca pesou, por isso, a compensação prometida pelos "homeens boons de sines* […] *que se fosse mjnha mercee de os fazer jsentos da sugeiçom de santiago de cacem cuja aldea era e que fosse ujlla per ssy que elles se queriam cercar e fazer aquelle muro que ora hi he compeçado per ssyi*"[835].

---

grau. Em 1285, casa com Martim Anes de Soverosa do qual enviúva em 1295. Sobre D. Vataça veja-se Maria Helena da Cruz COELHO, Leontina VENTURA, "Vataça: uma Dona na vida e na morte" Sep. de *Atas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Porto, 1985, p. 159-193; Maria Helena da Cruz COELHO, Leontina VENTURA, "A mulher como um bem e os bens da mulher", *A mulher na sociedade portuguesa: visão histórica e perspectivas atuais,* Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da universidade de Coimbra, Coimbra, 1986, p. 51-90; Maria Helena da Cruz COELHO, Leontina VENTURA, "Os bens de Vataça: visibilidade de uma existência", *Revista de História das Ideias*, 9, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1987, p. 33-77.

[831] A fundação é registada na visitação feita, em 1517, por D. Jorge, duque de Coimbra e mestre de Santiago: *"... esta Irmida de nosa Senhora das Sallas foy edeficada no tempo que a Rajnha dona Betaça da Greçia aquj desembarcou e ella fez a dita irmida..."*, ato que se integra na ação de D. Vataça de mandar reedificar ou levantar de raiz diversas igrejas nos territórios sob sua administração, como as matrizes de Santiago do Cacém e de Panóias, ou a ermida de S. Romão, dotando-as com relíquias que lhe pertenciam. José António FALCÃO; Ricardo Estêvão PEREIRA, "A Ermida de Nossa Senhora das Salas", *Da Ocidental Praia Lusitana. Vasco da Gama e o seu tempo*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 84.

[832] José A. FALCÃO; Ricardo E. PEREIRA, "A Ermida de Nossa Senhora das Salas", p. 83.

[833] Parece não haver total correspondência entre o local da ermida original e o templo quinhentista, sendo este erguido alguns metros a oeste, alteração que mais virá agudizar as relações entre Vasco da Gama e D. Jorge, mestre de Santiago. Em 1961-62, o templo foi profundamente intervencionado pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, datando desse restauro o desaparecimento das casas dos romeiros e do ermitão que se encostavam ao alçado sul.

[834] *Chancelarias Portuguesas. Dom Pedro I*, p. 323-324.

[835] *Chancelarias Portuguesas. Dom Pedro I*, p. 323-324.

Entre os direitos que D. Pedro reservava para a Ordem de Santiago, donatária da nova vila, como a nomeação de oficiais, a confirmação dos juízes eleitos e das posturas municipais ou a apresentação dos clérigos, destacava-se, no texto do foral, a tarefa de demarcação do termo. O que veio a ser feito por Estevam Dominguez Falporinho que "*lhe asignou per marcos e diujsoões certas segundo entendeo que lhes era compridoyro*". O processo não foi, porém, consensual uma vez que, já depois destas demarcações, o mestre viria a excluir o que os homens de Sines consideravam ser, justamente, a melhor parte do termo. Ouvidas as queixas, o monarca entendeu, em 1364, fazer valer a primeira demarcação[836].

Em termos de morfogénese, importa reter o facto de Sines resultar da evolução de um pequeno povoado, uma aldeia que, por via administrativa, ascendeu à condição de vila. Embora não correspondendo a uma situação de fundação *ex-novo* e menos ainda *ex-nihilo*, a verdade é que a simples alteração de estatuto acarretaria, necessariamente, implicações morfológicas, quanto mais não fosse por potenciar o crescimento e, por essa via, a necessidade de apetrechamento do povoado. De acordo com o entendimento medieval de "fazer villa", a primeira transformação de relevo associada ao novo estatuto materializava-se na edificação da cerca ou muralha. Neste caso, contudo, a cerca prometida pelos moradores ao rei, e que eles afirmam ter já começada, não foi concretizada de imediato. Sabemos que em finais da centúria, Sines permanecia ainda sem qualquer tipo de estrutura que a defendesse, fragilidade que D. João I reconhecia em 1395, quando isentava os moradores de servirem em qualquer fronteira do reino por serem poucos para defenderem a vila que *"... estaa em porto de maar e que na dita Villa nom ha castello nem çerco nehuu em que se possam defender aos jmiguos"*[837].

O castelo que hoje subsiste só poderá datar, por isso, da primeira metade do século XV, hipótese corroborada pelas análises arqueológicas que registam, sob as fundações da muralha, sedimentos atribuíveis à Baixa Idade Média. Ao contrário do inicialmente previsto, não se trata já de uma cerca vilã ou muralha urbana — o crescimento da povoação ocorrido entretanto terá, provavelmente, ditado o abandono do projeto — mas de uma cidadela que, encerrando uma área de cerca de meio hectare — assegurava um espaço de refúgio e defesa da população em caso de emergência, estrutura a que voltaremos mais tarde.

Definindo um rectângulo quase perfeito e encerrando um espaço intramuros de cerca de meio hectare, virava um dos lados menores à falésia, que controlava. Em 1480, Estêvão da Gama seria responsável por obras de melhoramento, descritas no texto da Visitação realizada em 13 de Novembro[838]. Entre as benfeitorias destaca-se a abertura de uma porta nova "*dês contra a vila*" e o encerramento de outras duas "*por ficar o castelo mais forte*". De acordo com as necessidades da época, tratava-se igualmente de apetrechar a fortaleza com dispositivos capazes de resistir às armas

[836] *Chancelarias Portuguesas. Dom Pedro I*, p. 451-452.

[837] Arnaldo SOLEDADE, *Sines, terra de Vasco da Gama*. Sines, Junta Distrital de Setúbal, 1973, p. 46.

[838] Luís Adão da FONSECA, "Vasco da Gama e a Ordem de Santiago", *As Ordens Militares: guerra, religião, poder e cultura,* p. 277-292.

de fogo, pelo que foram construídos dois baluartes, um à porta do castelo, do lado de fora, o outro no interior, junto à porta dos paços do comendador, cuja torre seria então subida e ameada.

Para a análise morfológica do núcleo desenvolvido a partir de meados do século XIV, momento em que se consuma a autonomia administrativa face a Santiago do Cacém, os dados disponíveis são escassos, como se constata pelo que ficou dito e que aqui sintetizamos:

- a existência de uma pequena aldeia costeira, num sítio de ocupação milenar;
- o facto de ser um povoado "chão", para usar a terminologia medieval, ou seja, desprovido de qualquer estrutura defensiva;
- a presença de, pelo menos, uma capela nas proximidades, sob invocação de Nossa Senhora das Salas.

Não é, contudo, totalmente impossível resgatar o que possa ter sido a forma original desse povoado, seja ao nível da estrutura ou dos elementos presentes.

Contrariamente à generalidade dos casos estudados, Sines dispõe de uma vasta cartografia histórica[839], levantada no decorrer da Época Moderna, em resposta às necessidades de melhoria das condições de defesa e de ampliação da calheta onde as embarcações se recolhiam. Entre o primeiro levantamento, realizado em torno de 1602, por Leonardo Turriano, e os dois últimos, datados já de finais de Setecentos, parece não se registar qualquer evolução significativa, seja ao nível das dimensões, seja no que toca à configuração morfológica. O que significa que as cartas do século XVIII — consideravelmente mais pormenorizadas e legíveis que as anteriores e incluindo referências toponímicas — remetem para um estádio de evolução praticamente idêntico ao que se registaria em finais de Quinhentos, razão pela qual a análise morfológica tem por base as duas últimas, da autoria de D. C. Mota e João de Chermont.

No topo e ao centro da falésia, em terreno plano e sem que algum acidente geográfico condicionasse o crescimento da vila, Sines estruturou-se ao longo de um eixo principal, paralelo à costa. Denominado por rua Direita, à semelhança do que temos visto em tantos outros casos, prolongava-se, para lá dos limites urbanizados, como caminho territorial que, na direção poente, levava à Ribeira e ao núcleo da Senhora das Salas, e, para nascente ao burgo de Santiago do Cacém, que aí tinha a sua única saída de mar.

---

[839] *Costa e planta da villa de Sines*, c. 1602, por Leonardo Turriano, Lisboa, IANTT, Códice da Casa Cadaval, liv. 29, f. 60; *A villa de Sinnes*, c. 1613, por Alexandre Massai, Lisboa, IANTT, Códice da Casa Cadaval, liv. 29, f. 66; *Vila de Sines*, 1621, por Alexandre Massai, Lisboa, Museu da Cidade, Códice de Alexandre Massaii, *Descripção do Reino de Portugal*, f. 68; *Castello de Sines*, 1621, por Alexandre Massai, Lisboa, Museu da Cidade, Códice de Alexandre Massaii, *Descripção do Reino de Portugal*, f. 71 ; *Sines Descripção de sua Villa e Calheta*, 1693, por João Rodrigues Mouro, IANTT, Casa Cadaval, liv. 28; *Planta de Sines*, finais do século XVIII, por João Gabriel de Chermont, Lisboa, IGP, Mapoteca nº 415; *Planta de Sines*, finais do século XVIII, por D. C. Mota, Lisboa, IGP, Mapoteca, nº414. Este conjunto de cartografia foi recentemente estudado e publicado por António Martins QUARESMA, *Alexandre Massai. A «escola italiana» de Engenharia Militar no litoral alentejano (séculos XVI e XVII)*, Sines, Centro Cultural Emmerico Nunes, 2007.

A rua Direita foi, desde cedo, cortada por uma outra, na prática um pequeno barranco (o futuro Barranco da Misericórdia, hoje conhecido como Muro da Praia), que assegurava o acesso direto e íngreme à beira-mar, o que, numa povoação dedicada à faina marítima, constituiria uma determinante fundamental.

O cruzamento das duas vias[840] seria, no decorrer dos séculos seguintes, o ponto de concentração dos principais equipamentos da cidade: a igreja do Salvador, o hospital, a Misericórdia, a Casa da Câmara[841].

Estruturado a partir do caminho tornado rua, o corpo da vila constituiu-se pela adição de várias outras vias, correndo paralelas à rua Direita, uma a norte, mais longa, outras duas a sul, apenas com metade da extensão, primeiro porque interrompidas pelo adro da matriz, logo depois inviabilizadas pela construção do castelo, estrutura que viria a tamponar o crescimento da vila para nascente: a do Salvador, no enfiamento da igreja e a rua do Mar representando, como o próprio nome indica, o limite meridional da povoação.

Para lá desta mancha compacta, nos quarteirões limítrofes, a toponímia revela claramente o carácter pouco consolidado da malha, já periférica e contaminada pela ruralidade, caso do Sítio dos Penedos, Aldeia dos Cucos, Terreiro do Madrugo, Terreiro da Oliveira, Bombarral, Parreira ou Arieiro.

Esse aspecto, associado à mudança de padrão morfológico dos quarteirões a norte da rua da Cadeia ou do Cárcere e a nascente da travessa do Norte, sugerem que o núcleo original fosse constituído pelos quarteirões centrais, com claras afinidades entre si.

Em Sines reencontramos o tipo de desenvolvimento linear, em que um eixo principal surge bordejado por uma série de quarteirões estreitos e retangulares, com o lado maior paralelo à via, rotina ou mecanismo de atuação comum, como temos vindo a comprovar. Da mesma forma, quando a rua única, decalcada sobre o caminho prévio, se torna insuficiente, formam-se outras vias paralelas. A multiplicação de vias introduz alguma tensão no tecido, uma vez que o trajeto preexistente verá aumentada a sua centralidade. Alinhados em fileiras, os quarteirões são cruzados por um número variável de travessas, em função das necessidades de atravessamento.

Nos casos em que a malha assim formada não foi encerrada por um perímetro defensivo, caso de Sines, o crescimento posterior processa-se também pelo prolongamento da rua Direita, decalcando e incorporando progressivamente troços do caminho. Daqui resulta a conhecida forma de fuso também evidenciada, a título de exemplo, no núcleo extramuros de Vila Viçosa: uma malha mais densa ao centro, junto dos principais equipamentos urbanos, para estreitar nas extremidades, na procura de uma maior proximidade ao caminho. No cômputo final, o resultado é aquele que, em 1850, Francisco Luís Lopes intuía, ainda que contra o saber tradicionalmente veiculado

[840] Em Outubro de 1910, por deliberação da Câmara de Sines a rua Direita passou a denominar-se rua Teófilo Braga e a rua da Praça, rua Cândido dos Reis.

[841] Razão por que esse mesmo eixo viria a ser conhecido, no século XVIII, por rua da Praça, por aí se abrir um pequeno e acanhado largo, descrito, em 1855, como de "*mesquinha aparência inutilmente empachado por um pedestal de pelourinho*". António Martins QUARESMA, "Sines no trânsito da Época Medieval para a Moderna", p. 51.

sobre a Idade Média: "*As ruas, se não são alinhadas a cordel, também não são tortas como n'outro tempo se usava*"[842].

Dos três elementos fundamentais a qualquer vila medieval — castelo/cerca, igreja e um conjunto de parcelas (urbanas e rurais) —verificámos já como o primeiro constituiu a preocupação imediata da população e matéria de peso na negociação com o rei, mesmo que não fosse concretizado de imediato. Vimos também como se organizou (ou desenvolveu) o terceiro dos elementos, o casario. Resta agora analisar a situação da igreja.

Uma vez mais, Sines segue o modelo mais comum, pelo qual o templo nunca surge verdadeiramente inserido na malha urbana, ocupando, por regra, um terreiro em posição de topo ou lateral. Ao descolamento físico face ao casario, em Sines, a escolha do local para implantação do templo terá provavelmente também levado em linha de conta a proximidade ao barranco de acesso à praia e a visibilidade que tinha sobre o mar, principal ocupação dos moradores da vila: em posição sobranceira e bem a eixo da baía, o Salvador substituía Marte, enquanto protetor de navegantes e pescadores.

A igreja que hoje existe, erguida em torno de 1730[843], veio substituir o templo original que conhecemos através de uma descrição quinhentista: trata-se da visitação de D. Jorge de Lencastre, de 1517, já aqui referida a propósito da ermida da Senhora das Salas. De acordo com o texto do visitador, apresentava uma estrutura em três naves e abside única, com campanário por cima da entrada. Para além do portal axial, tinha uma porta em cada alçado lateral, sendo todo o seu entorno exterior provido de "*poyaees em que ho povoo se asenta*"[844].

As medições incluídas no texto da Visitação, registando o espaço ocupado pelo templo e o que mediava entre este e o casario envolvente, permitem ensaiar uma reconstituição do adro da igreja do Salvador[845]. O desenho daí resultante, assumidas potenciais imprecisões desde logo por desconhecermos os pontos exatos em que as medições foram efetuadas, sugere que, nos finais da segunda década do século XVI, não existia ainda o quarteirão imediatamente a norte da igreja, bem com os lotes que hoje constituem os topos dos quarteirões a poente. O adro, determinante na estrutura urbana enquanto ponto de passagem obrigatório para a Ribeira ou para o castelo, entretanto construído, corrobora a vocação de local de encontro e sociabilidade que as fontes escritas e a concentração de edifícios de prestígio sugerem. Aí se situava a primitiva casa da câmara como se pode inferir pela confrontação que refere "*um chão*

[842] Francisco Luís LOPES (1850), *Breve notícia de Sines, pátria de Vasco da Gama*, Sines, Câmara Municipal, 1985, p. 34.

[843] José António FALCÃO, *Memória paroquial do Concelho de Sines em 1758*, Santiago do Cacém, Real Sociedade Arqueológica Lusitana, 1987, p. 19.

[844] IANTT, *Livro da visitação a Sines de 1517*, publicado por Arnaldo SOLEDADE, *Sines, terra de Vasco da Gama*, p. 204-207.

[845] A igreja tinha 14 varas e um terço de comprimento por 9 varas e um terço de largura. A esta medida deve somar-se a dimensão da capela mor de 5,5 varas ou seja um comprimento total de cerca de 22 metros. O Adro teria 17 varas da parte do norte, das casas até à igreja, e da parte do lado sul, 19 varas e meia. Do lado do levante duas varas, da capela até ao muro e da parte do poente vinte e duas varas.

que tem a dicta igreja no adro apegado com a casa do Comçelho"[846]. Deste núcleo de edifícios/equipamentos concentrados no que podemos definir como o "ponto quente" da vila, na passagem do século XV para o XVI, fazia igualmente parte a igreja do Espírito Santo[847] e o respetivo Hospital[848], bem como, a partir da primeira metade do século XVI, a Igreja da Misericórdia[849].

[846] Arnaldo SOLEDADE, *Sines, terra de Vasco da Gama*, p. 209.

[847] "*… a igreja do Espírito Santo fica fronteira à matriz ficando a sua porta que he para o oriente fronteira à porta principal da matriz que he para ocidente. Entre estas duas igrejas e a Misericórdia que fica a um lado para a parte do Norte se forma hum grande largo aberto para a parte do mar que faz bastante vistozo aquelle sítio*". José António FALCÃO, *Memória paroquial do Concelho de Sines em 1758*, p. 23-24. A igreja e o hospital anexo foram destruídos na primeira metade do séc. XIX, edificando-se um novo edifício, de maiores dimensões, onde os serviços de saúde (a cargo da Misericórdia) permaneceriam até à década de setenta do século XX. É hoje ocupado pelo Centro Cultural Emmerico Nunes.

[848] O Hospital seria um edifício pobre, composto por quatro casas térreas. No século XVIII, obras de benfeitoria, para as quais o monarca teria contribuído com 400.000 reis, permitiram refazê-las levantando sobrados. Apresentava, nessa altura, uma varanda "*para a parte do sol para recreyo dos convalescentes*". José António FALCÃO, *Memória paroquial do Concelho de Sines em 1758*, p. 23.

[849] Existente pelo menos desde 1516, como refere o padre "… *por alguns papeis que do tal ano nela se achao e são os mais antigos que se descobriram*" a Misericórdia esteve inicialmente instalada na fronteira Capela do Espírito Santo, razão por que no levantamento de Leonardo Turriano surge designada como "*Misericórdia Velha*". Aí permaneceria até à década de 80 do século XVI quando, a pedido do Provedor e Irmãos, o rei autoriza a construção de uma nova igreja em terrenos pertencentes ao adro da Matriz do Salvador. Erguido nos anos imediatamente seguintes, o novo templo, de uma só nave e capela-mor, é já representado por Leonardo Turriano no dobrar do século. José António FALCÃO, *Memória paroquial do Concelho de Sines em 1758*, p. 25.

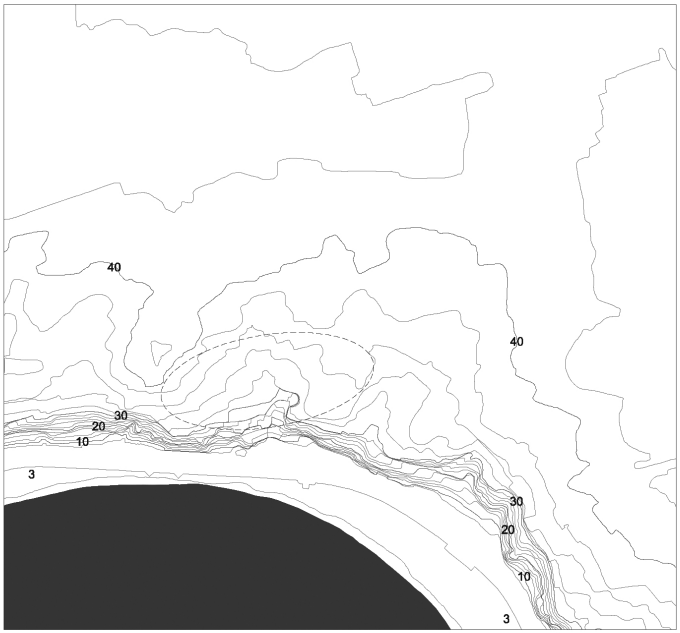
SINES

Território

Oceano Atlântico

Área aproximada da implantação medieval: inserção topográfica





Escala 1:10 000

10 50 100 200 400 800

N

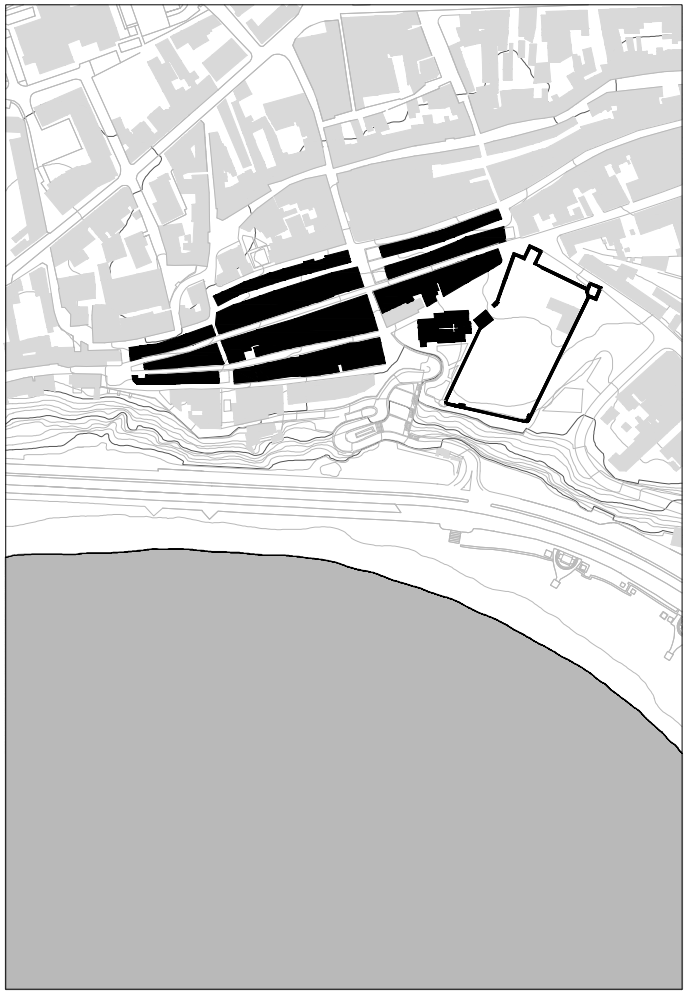
SINES

Área da cidade actual em análise

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual correspondente à implantação medieval

Oceano Atlântico



Escala 1:5 000

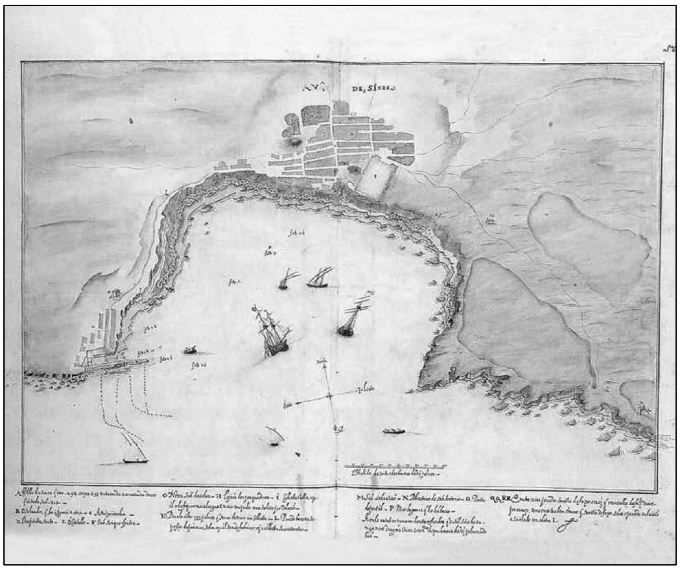
10 50 100 200 400

N

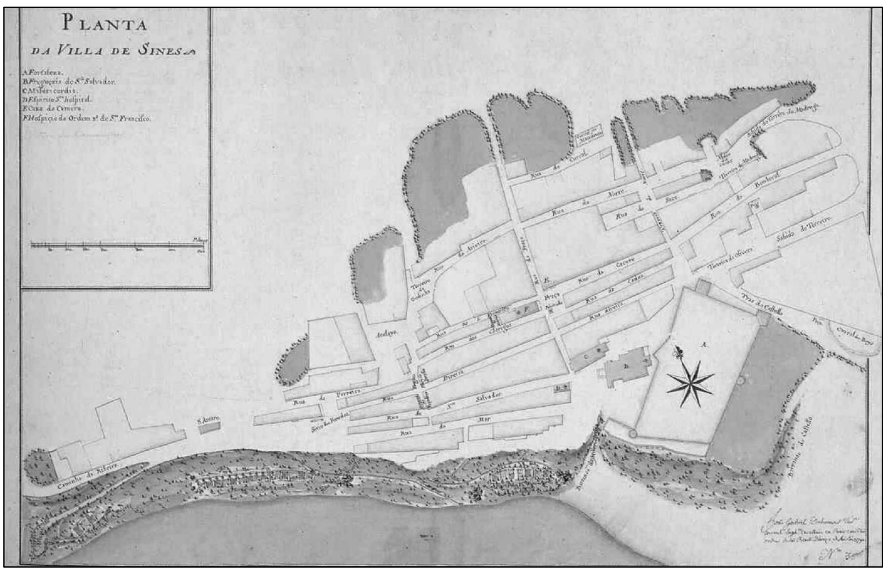
SINES

Cartografia 1

Planta da villa e calheta de Sines, inícios do séc. XVII, Lisboa, Museu da Cidade, Códice de Alexandre Massaii, *Discripção do Reino de Portugal*, fl. 68
Sem escala



Planta de Sines, João Gabriel de Chermont, finais do séc. XVIII, Lisboa, I.P.C.C., Mapoteca, nº 415
Escala aproximada 1:3 000

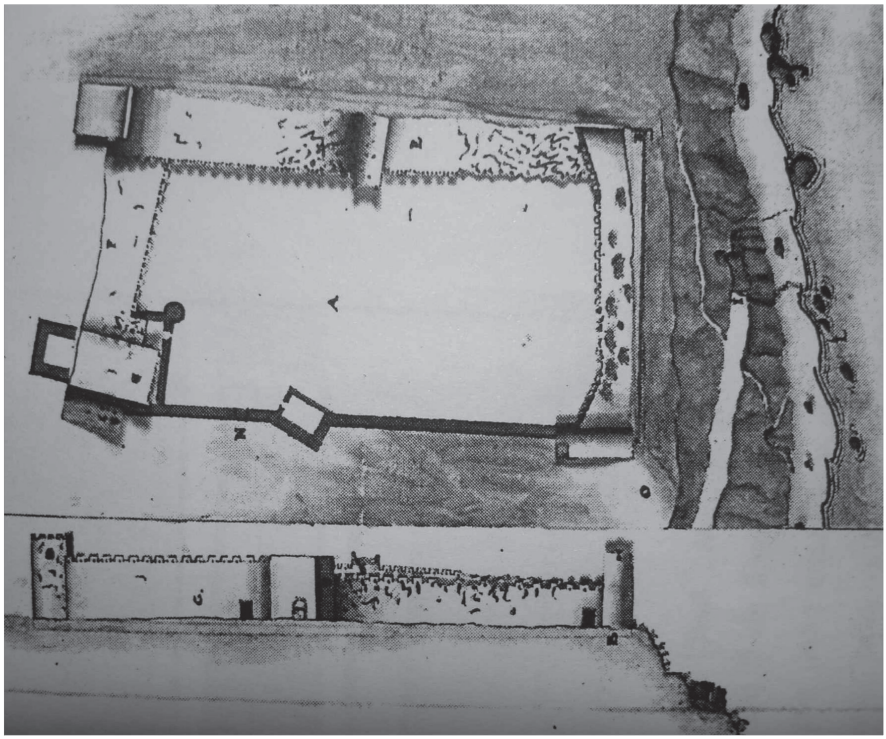


SINES

Cartografia 2

Castelo de Sines, 1621,Lisboa, Museu da Cidade, Códice de Alexandre Massaii, *Discripção do Reino de Portugal*, fl. 71

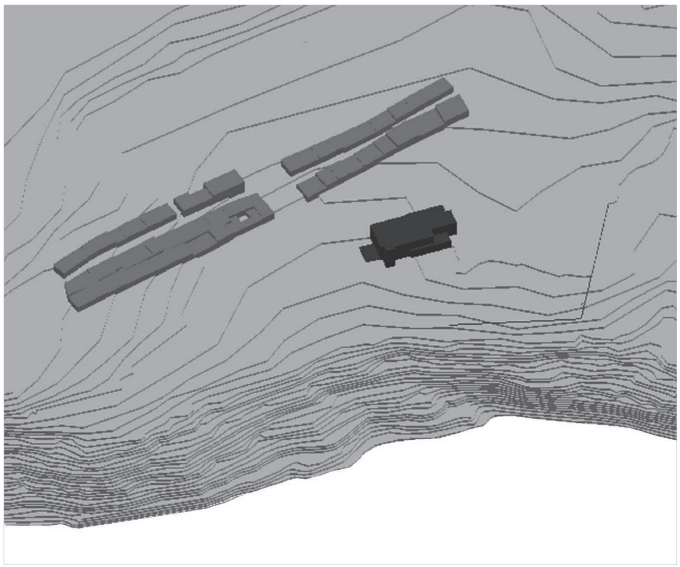
Sem escala



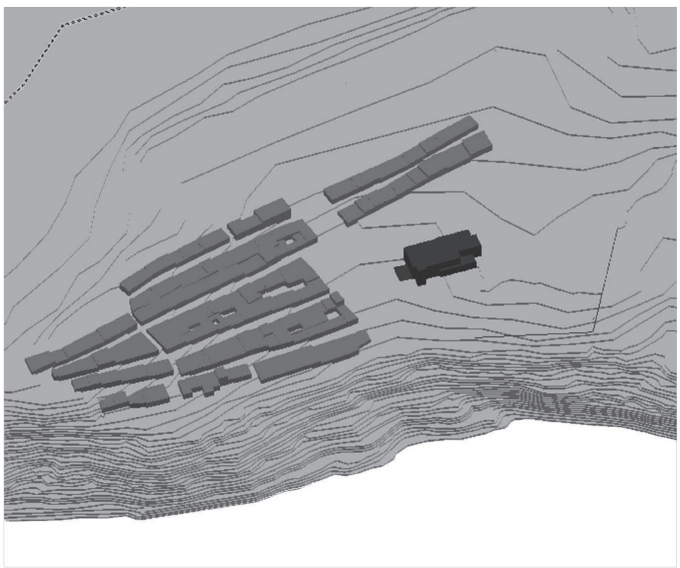
SINES

Interpretação 1

Proposta de reconstituição hipotética de Sines



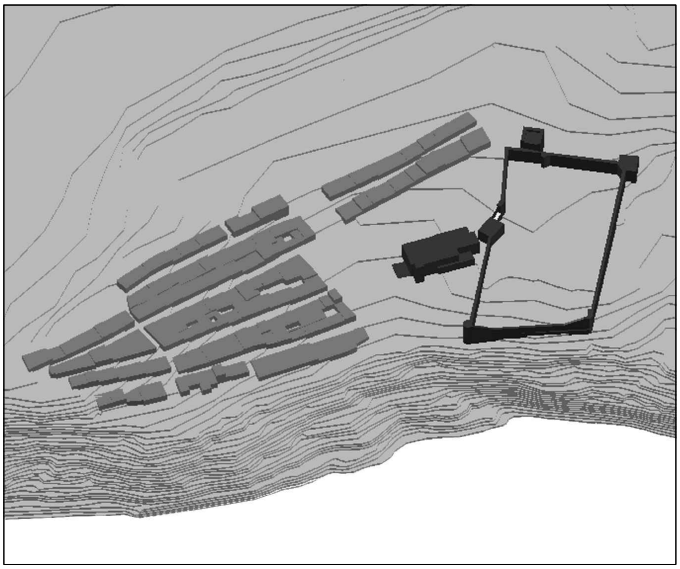
Reconstituição hipotética do crescimento de Sines



SINES

Interpretação 2

Reconstituição hipotética do crescimento de Sines, 1ª metade do séc. XV



SINES

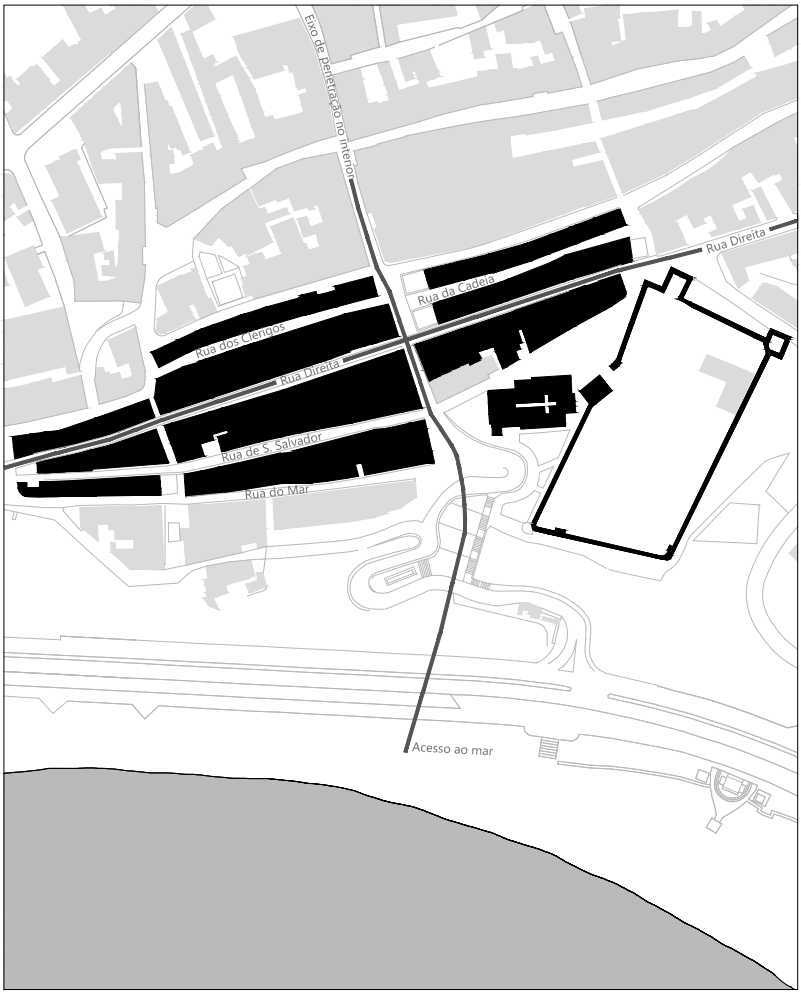
Interpretação 3

Interpretação dos eixos de crescimento de Sines

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual correspondente à implantação medieval

Eixos de acesso principal



Escala 1:2 000

10 50 100 200

N

SINES

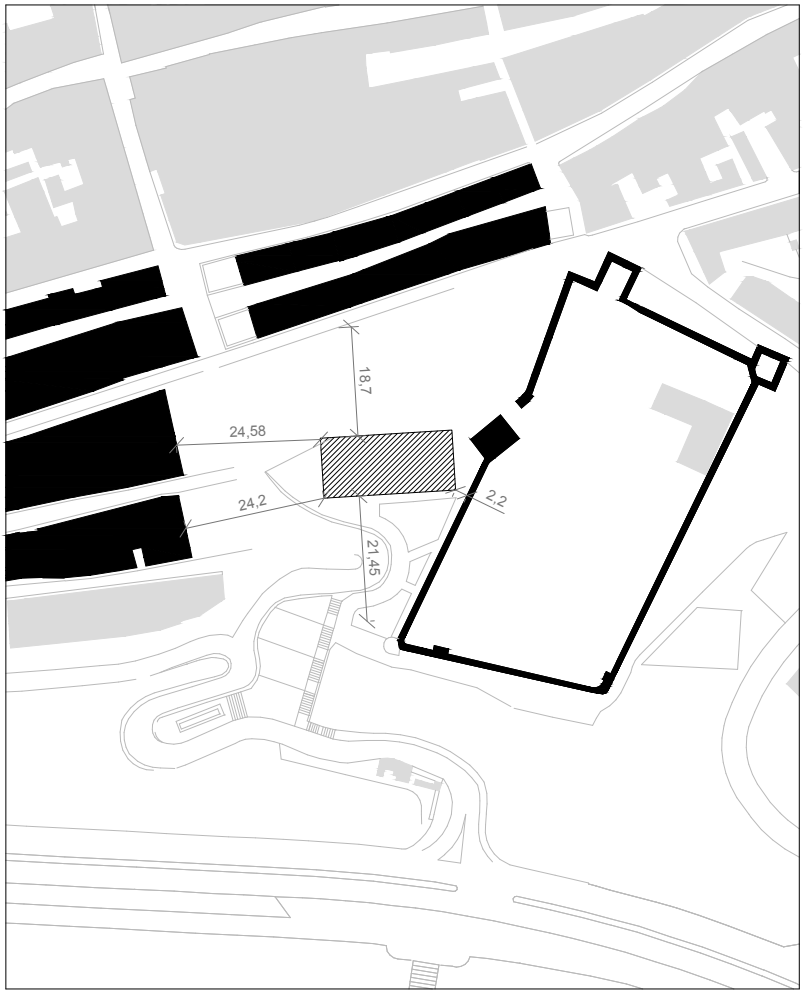
Interpretação 4

Reconstituição hipotética do adro, a partir da Visitação de 1517 (varas convertidas em metros)

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual correspondente à implantação medieval

Reconstituição hipotética da igreja original (22,5m x 10,25m)



Escala 1:1 000

10 50 100

N

SINES

Fotografias 1

Ruas





Igreja e muro do castelo



SINES

Fotografias 2

Interior do castelo



Interior do castelo



Terena

Recuperada definitivamente pelas tropas cristãs na década de 1230 — na sequência da reconquista de Badajoz (1229-1230) e de Elvas (cerca de 1232-1234) — a região de Terena[850] ou herdade de Odialuiciuez[851] foi doada, em 1259, a Gil Martins de Riba de Vizela pelos juízes e homens do concelho de Évora em cujo termo estava integrada, por intercessão de D. Afonso III [852].

São vários os testemunhos documentais que evidenciam o interesse imediato do novo donatário em estabelecer uma povoação no vale próximo da confluência das ribeiras de Alcaide e de Lucefecit, implantação que o topónimo de Monte da Vila Velha ainda hoje evoca.

À composição assinada, logo em 1261, com o bispo e cabido de Évora, onde fica bem patente a intenção de Gil Martins e D. Maria Anes da Maia, sua mulher, de erguer igreja ou igrejas nas "*hereditates de Terena e Foxem*" (Viana do Alentejo)[853] soma-se, no ano imediatamente seguinte, a outorga da carta de foral onde a povoação é já designada por *Sancta Maria de Terena*, sinal de que o templo, escolhido o orago, estava acabado ou, pelo menos, em construção[854]. O facto da igreja de Terena ser repetidamente citada nas cantigas de Santa Maria, de Afonso X de Castela, redigidas entre as décadas de 60 e 80 do século XIII, reforça a existência do templo desde o momento fundacional, bem como o prestígio que rapidamente alcançou, dados que certamente os próprios Riba de Vizela se encarregariam de transmitir a Afonso X, em cuja corte permaneceram por largos períodos, primeiro entre 1264 e 1275 e novamente a partir de 1280[855].

Para além da localização, nada se sabe do primitivo povoado, seja ao nível da dimensão ou organização do tecido edificado, seja do próprio templo, de cuja construção sobreviveu apenas uma base de coluna em mármore de Estremoz.

A informação disponível acerca de Terena, explícita ou inferida, aponta para um período de grandes transformações balizado, grosso modo, entre as décadas de 20 e 40 do século XIV e decorrentes da transferência do povoado para uma pequena elevação situada a noroeste do primitivo assentamento ,"*baixo e pouco sadio*"[856].

Fosse por razões de salubridade ou defesa, a deslocação do povoado constitui prova indiscutível de um novo investimento na região, a que não terá sido alheia a transferência de senhorio. Efetivamente, em 1314, dois anos após a morte de D. Martim

---

[850] A presente análise segue o estudo recentemente publicado por Mário Jorge Barroca onde, para além de um conjunto de interpretações solidamente sustentadas, o autor publica, em apêndice, todo o *corpus* documental conhecido relativo à vila. Mário J. BARROCA, *Terena. O Castelo e a Ermida da Boa Nova,* Lisboa, IPPAR, 2006.

[851] Como sublinhou M. J. Barroca, o topónimo Odialuiciuez remete, pelo radical *odi*, para curso de água ou rio, ou seja, para a ribeira de Lucefecit. O termo é citado na composição entre Gil Martins e o bispo D. Martinho Peres e o cabido da Sé de Évora.

[852] Mário J. BARROCA, *Terena* ..., Doc. nº1, p. 172-173.

[853] Mário J. BARROCA, *Terena* ..., p. 119.

[854] Mário J. BARROCA, *Terena* ..., doc. 2, p. 174.

[855] Mário J. BARROCA Terena ..., p. 117-118. Sobre o percurso dos Riba de Vizela veja-se Leontina VENTURA, *A nobreza de corte de Afonso III*, p. 690-697.

[856] Padre António Carvalho da COSTA, *Corografia Portugueza e Descripçam Topografica do famoso Reyno de Portugal,* vol. II, Tratado V, cap. III, p. 358.

Gil de Riba de Vizela, 2º conde de Barcelos, e da incorporação dos seus bens no património da coroa, D. Dinis doou a vila de Terena ao seu filho D. Afonso, integrando-a na casa senhorial com que nesse mesmo ano dotava o infante.

Ao que tudo indica, embora detendo o senhorio desde 1314, só após a subida ao trono, ocorrida em 1325, D. Afonso IV iniciaria um conjunto de medidas de vulto, com destaque para a construção de uma estrutura defensiva num local mais alto e propício à defesa, para junto da qual em breve se deslocaria o povoado e pela edificação de uma nova paroquial, essencial ao quotidiano da população. Vejamos como os principais elementos — castelo e igreja de S. Pedro de Terena — confluem numa mesma cronologia. Começando pelo novo templo com funções paroquiais, sabe-se que só pode ter sido erguido depois de 1320-1321, uma vez que não surge citado no *Catálogo de todas as igrejas, Comendas e Mosteiros*[857]. Só em março de 1391 surge a primeira referência à igreja, na Bula *Magna Devotionis,* de Bonifácio IX. A sua edificação datará, por isso, dos anos que medeiam entre 1321 e 1391. Intervalo muito próximo daquele de que dispomos para o castelo balizado entre 1314[858] e 1380, data em que D. Fernando atribuía 4000 libras para os acabamentos finais[859]. O ano de 1314 é aceite como *terminus a quo* com base na ausência total de referências à estrutura militar em documentos tão significativos quanto a carta de foral ou a doação da vila ao infante D. Afonso. Se a isso juntarmos o resultado da análise morfológica, traduzindo uma perfeita adequação à arquitetura militar da primeira metade do século XIV pode-se, como propõe Mário Barroca, atribuir a iniciativa e o grosso da obra ao reinado de Afonso IV.

Contudo, com base nalguns indícios indiretos, pode ainda estreitar-se a amplitude do intervalo cronológico proposto (1314-1391) para as duas primeiras décadas do reinado de D. Afonso IV, ou seja, 1325-1345. A referência a verbas avultadas que nos inícios da década de 40 foram entregues ao almoxarife de Terena[860], a par da estadia do monarca na vila em 1329 e, novamente, em 1332, reforçam a hipótese de ser esse um momento crucial no âmbito das transformações operadas.

Importa, por último, referir como no mesmo intervalo cronológico se inscreve a (re)construção de Santa Maria de Terena. Identificada genericamente como obra de meados do século, deve-se, uma vez mais, a Mário Barroca a proposta de afunilar o intervalo para os anos de 1325 a 1332[861]. Na realidade, a transferência do núcleo

---

[857] Mário J. BARROCA, *Terena ...*, p. 23-24.

[858] Alguns autores defenderam a origem muçulmana do castelo de Terena, caso de António Rei, para quem o hisn Tallana, mencionado por Ibn Sa'îd al-Maghribî corresponderia à matriz da fortaleza de Terena. Com argumentos sólidos, Mário Barroca contraria a tese anterior baseando-se, não só na conjugação da ausência total de vestígios físicos com o silêncio das primeiras fontes escritas cristãs como, sobretudo, pela identificação do referido hisn Tallana com Telena, povoado situado a cerca de 15 quilómetros de Badajoz e documentalmente comprovado como existente em data anterior a 1264. António REI, "Terena, 1230-1482 – Questões topográficas e toponímicas", *Callipole*, nº 7/8, Vila Viçosa, 1999-2000, p. 16-17. Mário J. BARROCA, *Terena ...*, p. 30-31.

[859] De acordo com referido documento, os trabalhos em falta limitavam-se à barbacã e carcova. J. Gouveia MONTEIRO, *Os castelos portugueses dos fins da Idade Média,* p. 131.

[860] Mário J. BARROCA, *Terena ...*, p. 48.

[861] O facto desta ser uma obra de iniciativa régia, comprovado pelo escudo aposto num dos balcões de mata-cães, remete igualmente para o reinado de Afonso IV, que detinha os direitos temporais e espirituais sobre o templo desde 1314. Dificilmente D. Dinis o poderia ter feito no curto espaço de tempo decorrido entre os finais de 1312 e outubro de 1314.

urbano para a colina próxima não significou o abandono ou sequer a secundarização da ermida. Pelo contrário, em simultâneo com a implantação e consolidação de Terena a Nova, D. Afonso IV procedia à reconstrução do primitivo local de culto, cuja fama funcionaria, em última análise, como mais um estímulo ao povoamento. Se o caráter de igreja-fortaleza pode explicar-se pelo isolamento que a deslocação do povoado provocava, a verdade é que, do plano centrado ao abobadamento geral, todas as opções arquitetónicas refletem o avultado investimento régio traduzível, desde logo, na escolha de um mestre altamente qualificado.

Tudo indica, portanto, que o monarca tenha decidido reforçar a defesa e controlo da linha de fronteira do Guadiana, ordenando a construção de uma estrutura militar num local próximo do antigo povoado, mas em cota mais favorável, o que não só propiciaria uma melhor defesa como, sobretudo, um amplo campo de visão sobre a planície envolvente. A construção do castelo de Terena inscrevia-se, desta forma, numa lógica defensiva territorial, em rede com os castelos de Juromenha e Alandroal, que o posicionamento estratégico da região, a meio caminho entre Évora e Badajoz, amplamente justificava. Protegendo uma área de cerca de 4200 m^2, o castelo desenha — em estreita adequação ao terreno — um pentágono irregular reforçado pontualmente e de forma assimétrica por quatro torreões de planta circular, um sensivelmente a meio da cortina ocidental, outro em posição angular na transição dos muros virados a nascente, os dois últimos enquadrando a Porta do Sol que, apesar de entaipada no século XVII, mantém a estrutura original gótica, de arco apontado[862].

A primitiva povoação, criada pelos Riba de Vizela em 1262 e certamente ainda de pequenas dimensões[863], transferiu-se para junto da nova fortaleza, ocupando longitudinalmente o topo da colina, a sul do castelo. Como contraponto a este e delimitando a mancha de ocupação, ergueu-se a nova igreja paroquial, S. Pedro de Terena.

A matriz morfológica original é ainda claramente identificável no cadastro atual. Numa composição muito próxima da de Montalvão, o tecido urbano desenvolve-se longitudinalmente ao longo da rua Direita demarcada nos topos pelos dois únicos edifícios de relevo: o castelo, a norte, a igreja, a sul. Note-se, aliás, como a entrada no recinto militar, através da chamada Porta da vila, se faz rigorosamente a eixo da rua Direita, a espinha dorsal do povoado[864].

Embora nada se saiba sobre o número de habitantes no decorrer do século XIV, a análise da mancha edificada e o cálculo (necessariamente relativo) da totalidade

---

De acordo com o mesmo autor, a visita ao templo de D. Maria, filha de D. Afonso IV e mulher de Afonso II de Castela (a quem os relatos setecentistas atribuem, sem qualquer base de sustentação, a responsabilidade da edificação) em 1340, quando se dirigia a Évora, pode ser entendida com um sinal de que a campanha de edificação chegara ao fim. Mário J. BARROCA, *Terena* ..., p. 124.

[862] Nos finais do século XV são introduzidos outros quatro torreões, todos de implantação angular. Sobre as diversas campanhas realizadas no castelo de Terena, veja-se Mário J. BARROCA, *Terena* ..., p. 63-110.

[863] D. Dinis atribui-lhe carta de feira a 23 de maio de 1323. Virgínia RAU, *Feiras medievais portuguesas*, p. 99.

[864] A entrada original, rasgada na base de uma torre quadrangular ladeada por torreões circulares, que Duarte de Armas registou em desenho em 1509, foi posteriormente alterada com a construção da torre de menagem, entre 1509 e 1517, por iniciativa de D. Martim Afonso da Silveira. Mário J. BARROCA, *Terena* ..., p. 85.

de lotes apontam para uma cifra próxima dos 400 habitantes, número que, em 1527, aumentara para 680[865] e que, em 1672, segundo Frei Francisco Brandão, rondava os 800 (ou 200 vizinhos)[866].

Relativamente aos elementos constituintes do núcleo urbano resta referir a muralha, no caso de Terena ausente do programa inicial, porventura considerada desnecessária perante um castelo de grandes dimensões. A verdade é que o caráter aberto do povoado viria a revelar-se desastroso para o povoamento, tanto mais pela proximidade da vila à fronteira. Isso mesmo reconhecia D. João I em agosto de 1413, sabendo "*que porquanto o lugar de terena se despouorou nas guerras passadas porque nam era cercada [e] hos moradores della nam tijnham como se deffender e guardar o seu*". Por isso o monarca ordenava a construção da cerca *"com emteemçam de seer milhor e mais em breue pouorado*"[867]. A ter tido início de imediato, sabe-se, pela carta de doação da vila de Terena a D. Nuno Martins da Silveira, datada de 8 de maio de 1436, que a *cerca "nom* [era] *ajnda acabada…*"[868]. Note-se, de resto, como todas as referências feitas pela documentação quatrocentista à muralha, como a que relata a entrega de 1000 reais a Álvaro Gonçalves da Porta, morador em Terena para os trabalhos relativos a "*huas portas da dicta villa*"[869] são desmentidas por Duarte de Armas quando, em 1509, retrata uma vila aberta, exclusivamente dotada de castelo[870]. E, contudo, o grau de atenção que o escudeiro terá dedicado a Terena pode aferir-se pela representação inconfundível da ermida da Boa Nova, pela configuração realista do castelo ou, finalmente, pela disposição relativa dos elementos entre si.

Permanece a dúvida sobre o que poderá constituir mais um exemplo de uma cerca que, apesar de todos os esforços, não terá chegado a ser mais do que uma intenção.

[865] Júlia GALEGO, Suzanne DAVEAU, *O numeramento de 1527-1532*…, p. 108.

[866] *Monarquia Lusitana*, parte VI, p. 136.

[867] Publicada por Virgínia RAU, *Sesmarias medievais portuguesas*, p. 176-177.

[868] Mário J. BARROCA, *Terena*..., Doc. 29, p. 215-216.

[869] Referência incluída na carta de quitação do regente D. Pedro a Diego Álvares, escudeiro do condestável, encarregue de receber certos dinheiros para reparação e corregimento dos muros e fortalezas da comarca de Entre-Tejo-e-Guadiana. Publicada por Mário J. BARROCA, *Terena…,* p. 78 e 218. J. Gouveia MONTEIRO, *Os castelos portugueses dos fins da Idade Média…*, p. 144.

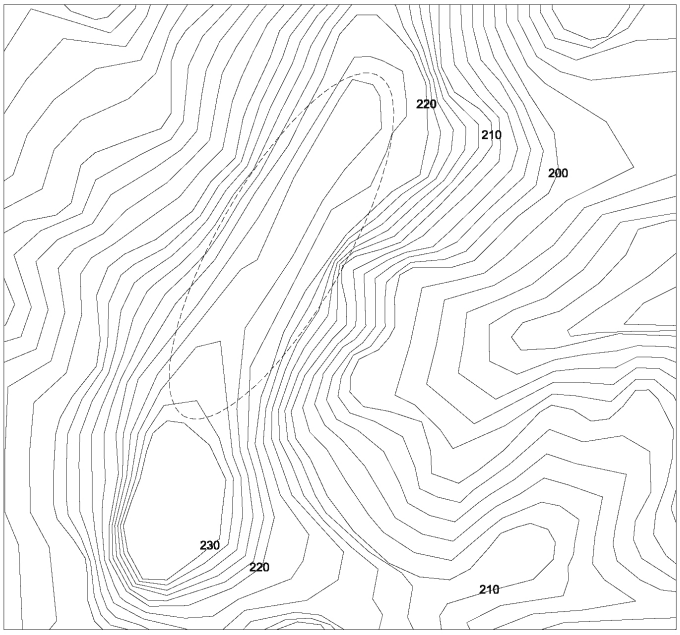
[870] Duarte de ARMAS, *Livro das Fortalezas*, f. 17-18 e 123.

TERENA

Território 1

Área aproximada da implantação medieval: inserção topográfica





Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

N

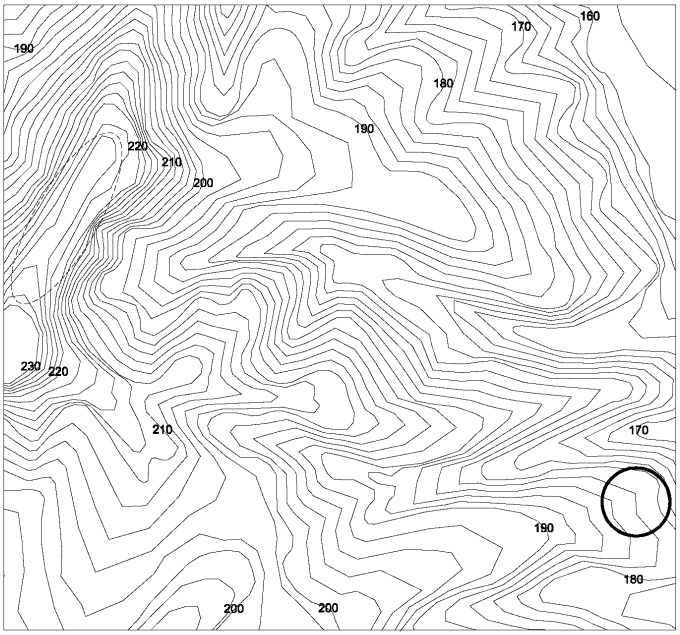
TERENA

Território 2

Área aproximada da implantação medieval: inserção topográfica (Vila Baixa)

Indicação da implantação da Ermida da Boa Nova





Escala 1:10 000

10 50 100 200 400 800

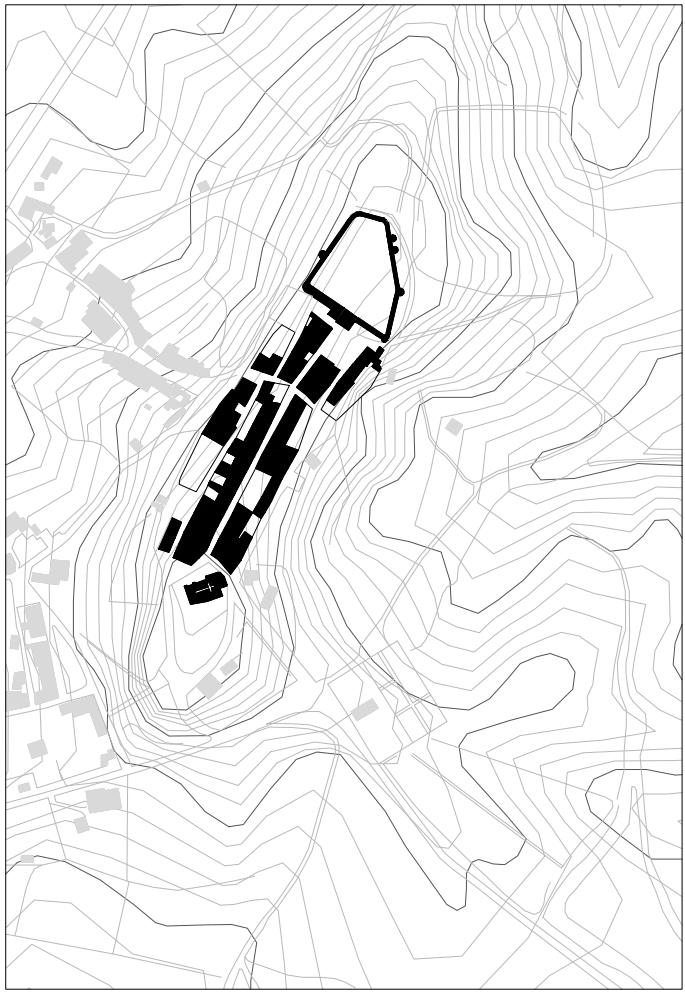
N

TERENA

Área do núcleo actual em análise

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual correspondente à implantação medieval



Escala 1:5 000

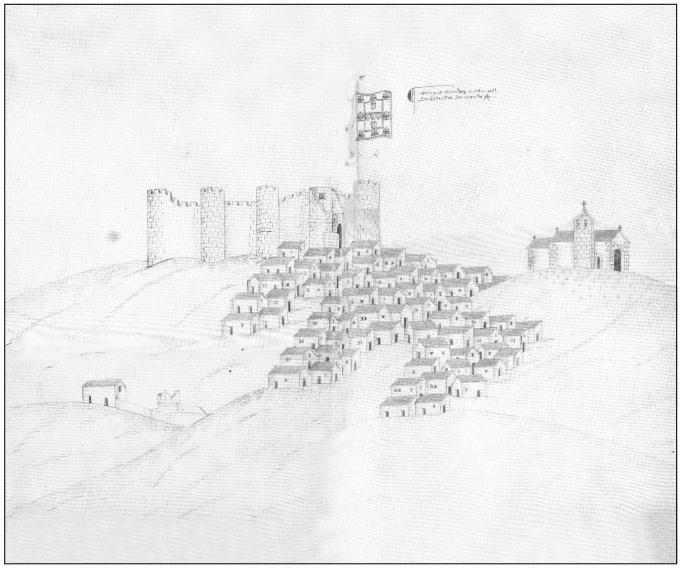
10 50 100 200 400

N

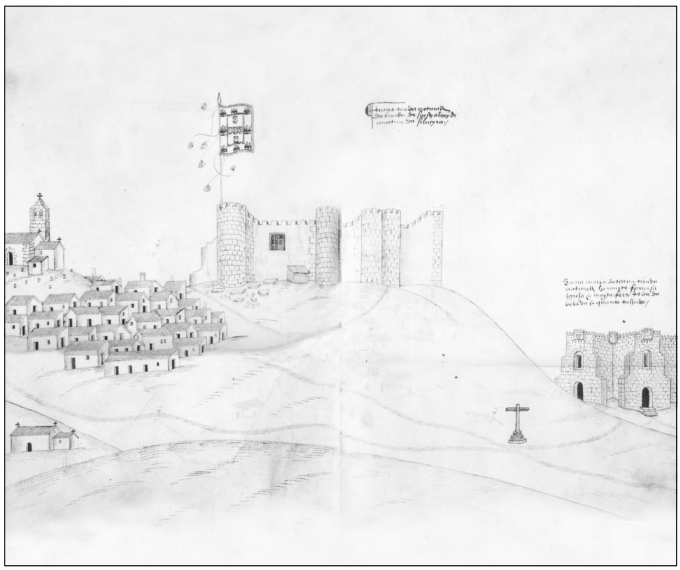
TERENA

Iconografia

Vista de Terena a partir de Sudoeste, Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, c.1509



Vista de Terena a partir de Nordeste, Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, c.1509



TERENA

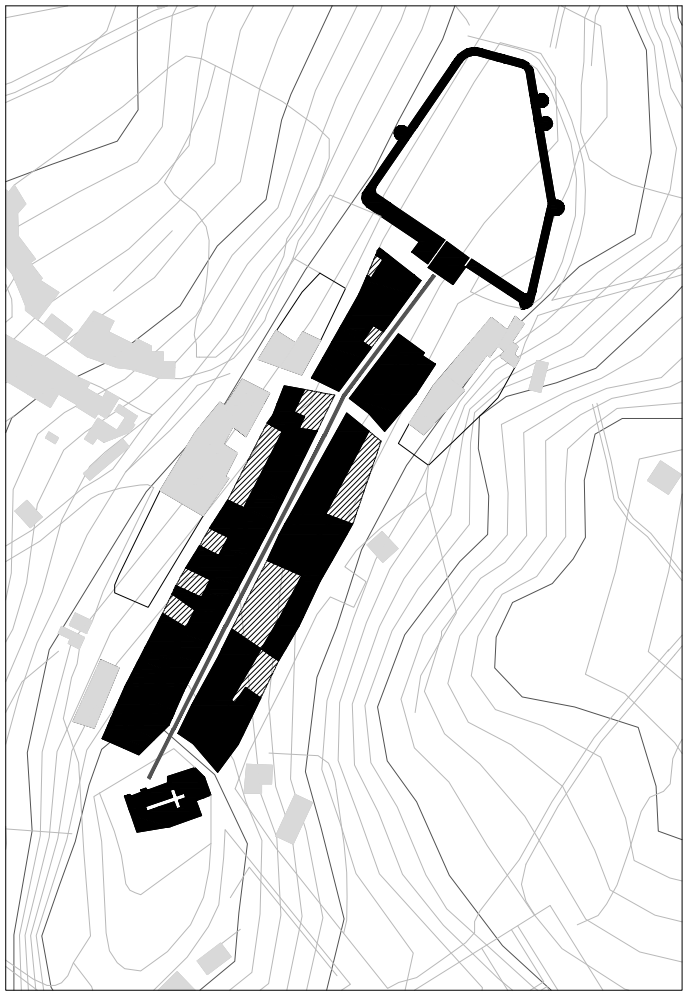
Interpretação

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual hipoteticamente correspondente à implantação original

Traçado existente da cerca medieval

Eixo de acesso principal



Escala 1:2 500

10 50 100 200 250

N

TERENA

Fotografias 1

Castelo visto a partir da vila



Vila vista a partir do castelo



TERENA

Fotografias 2

Rua principal



Rua principal e porta do castelo





Tomar

A conquista de Lisboa e Santarém em 1147, e a projeção da linha de fronteira entre cristãos e muçulmanos para sul do Tejo, pressupôs a reorganização do território de Ceras, doado por D. Afonso Henriques aos Templários, em 1159, para que o defendessem e povoassem. Com o domínio de Ceras-Tomar[871], reforçado nos anos seguintes pela posse dos castelos de Cardiga, Zêzere e Almourol, a Ordem assegurava uma posição estratégica na margem direita do Rio Tejo, controlando, simultaneamente, os acessos a Coimbra (por sul) e Santarém (por oriente)[872].

Em detrimento do arruinado castelo de Ceras[873], os Templários elegeram para sede do território o local conhecido por Tomar, "*por ser melhor cabeço e ter melhores águas*", dando início à construção da fortaleza em março de 1160, como o atesta a inscrição que se conserva na Torre de Menagem[874].

Em simultâneo, procedia-se ao povoamento da vila, que receberia carta de foral das mãos de D. Gualdim Pais, em 1162[875]. Três anos depois, efetivamente, já se transacionavam casas na vila e, em 1172, registava-se a doação de casas "*intus castellum de Tomar iuxta murum*"[876]. Em 1174, um novo diploma vinha completar o primeiro[877], especificando questões jurídicas, sobretudo de caráter criminal.

Tudo indica que a Vila de Baixo se desenvolveu praticamente em simultâneo com o núcleo amuralhado anexo ao castelo. Fosse pelas dimensões reduzidas deste — a muralha da Almedina, contígua ao castelo ou Alcáçova, encerrava uma área de apenas 1,6 hectares —, fosse pelas vantagens da proximidade ao rio que as unidades moageiras e os lagares exigiam, a verdade é que as primeiras referências a ruas no arrabalde datam de 1178.

---

[871] O castelo de Ceras e o amplo território que lhe estava associado foi entregue aos Templários em troca dos direitos eclesiásticos de Santarém (à exceção da igreja de S. Tiago) que a Ordem recebera do monarca pela sua ajuda na conquista, em 1147. Ruy de AZEVEDO, "Período de formação territorial: expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores", p. 40.

[872] M. Sílvio Alves CONDE, *Tomar Medieval...,* p. 38 e segs. Sobre as doações régias à Ordem, no decurso do século XII, veja-se Mário Jorge BARROCA, *A Ordem do Templo e a arquitectura militar portuguesa do século XII*, p. 171-182.

[873] Os vestígios do velho castelo eram ainda visíveis em 1542, data em que foram descritos por Pedro Álvares Seco. Em finais do século XVIII, porém, já quase nada existia. Mário J. BARROCA, *A Ordem do Templo e a arquitectura militar* …, p. 178.

[874] Mário J. BARROCA, *Epigrafia medieval...*, vol. II, tomo 1, nº 104, p. 271-276.

[875] D. Gualdim Pais, mestre da Ordem do Templo entre 1157 e 1195, data da sua morte, foi igualmente responsável pela construção dos castelos de Pombal, Almourol, Longroiva e, provavelmente, Penas Róias. De acordo com algumas inscrições terá ainda estado associado à edificação dos castelos de Zêzere, Cardiga, Idanha-a-Velha e Monsanto. No âmbito da reorganização concelhia, outorgou diversas cartas de foral a povoações dependentes da Ordem, caso de Redinha, Pombal, Castelo de Zêzere. Mário J. BARROCA, *Epigrafia medieval...*, vol. II, tomo 1, nº 203, p. 522-527.

[876] M. Sílvio Alves CONDE, *Tomar Medieval…,* p. 42.

[877] Como sublinhou Alves Conde, os métodos de povoamento e exploração do território postos em prática pelos Templários em nada diferiam dos seguidos pela coroa, semelhança que fica desde logo patente pela utilização da carta de foral de Coimbra datada de 1111 como modelo no povoamento de Tomar. M. Sílvio Alves CONDE, *Tomar Medieval…,* p. 42.

Três décadas depois, todavia, o que quer que existisse "*extra muros*", sofreria os danos infligidos pelas tropas almóadas que, chefiadas por Abu Yaqub al-Mansur, cercaram Tomar por um período de seis dias, em julho de 1190. A acreditar no relato da vitória cristã, inscrito numa epígrafe do mesmo ano[878], a destruição terá sido significativa.

Quer os avanços almóadas quer a conjuntura de maus anos agrícolas e pestes então registada terão dificultado a recuperação económica imediata da região, situação que só viria a alterar-se após a segunda década do século XIII, em grande parte potenciada pela vinda de populações do Norte, fugidas ao clima de insegurança que as lutas de fações e o banditismo provocavam[879]. A "*Vila de Baixo*" podia finalmente desenvolver-se nas terras planas, situadas entre o morro do castelo e o Rio Grande de Tomar[880].

Como foi já anteriormente referido, menos de duas décadas passadas sobre a doação do território aos Templários, existiam já as ruas da Corredoura e de S. João[881]. Das restantes ruas situadas a sul daquela, balizadas entre a Corredoura e a Riba-Fria, conhecem-se referências documentais pelo menos desde 1314[882]. À mesma cronologia pode atribuir-se a primitiva igreja românica de S. João Batista, erguida em torno do segundo quartel do século XIII[883].

Pelo conjunto de dados elencados — originalmente expostos por Costa Rosa e amplamente documentados, em 1989, por Sílvio Alves Conde — torna-se incontornável a aceitação da origem templária da "*Vila de Baixo",* de Tomar, iniciada ainda nos finais do século XII e consolidada no decorrer da centúria seguinte.

Foi, efetivamente, a partir da publicação da dissertação de mestrado de Alves Conde, em 1996, que a historiografia[884] abandonou a tese tradicional pela qual a atribuição de uma data tardia e já num contexto de "*modernidade*" constituía a única explicação plausível para a regularidade da malha. De acordo com este raciocínio, o responsável pela iniciativa só podia ser o Infante D. Henrique, no período correspondente ao governo da Ordem de Cristo, balizado entre 1420 e 1460. Embora reconhecendo a origem anterior da implantação, e nalguns casos mesmo a existência de um conjunto significativo de ruas já nos primeiros anos do século XIV, a figura do infante surgia como o grande promotor da regularização do espaço físico a quem, em "*obediência a um verdadeiro plano de urbanização*", se ficaria a dever a "*trama de feição ortogonal*"[885].

---

[878] Mário J. BARROCA, *Epigrafia medieval...*, vol. II, tomo 1, nº 188, p. 483-491.

[879] M. Sílvio Alves CONDE, *Tomar Medieval…,* p. 45.

[880] Só em 1254 surge denominado como Nabão e, ainda em meados do século XV, um viajante estrangeiro dizia ser "anónimo o rio que regava a vila". José Augusto FRANÇA, *Tomar*, Lisboa, Presença, 1994, p. 10.

[881] As referências respeitam a uma casa comprada pela Ordem do Templo a Pedro Cativo, na rua da Corredoura e a umas casas na rua de S. João que D. Tomás lega aos templários. M. Sílvio Alves CONDE, *Tomar Medieval…,* p. 84.

[882] M. Sílvio Alves CONDE, *Tomar Medieval…*, p. 87.

[883] M. Sílvio Alves CONDE, *Tomar Medieval…,* p. 45 e p. 133.

[884] Em obras de caráter geral, posteriores a 1995, o caso de Tomar é já inequivocamente atribuído aos finais do século XII. Walter ROSSA, "A cidade portuguesa", *História da Arte Portuguesa*, p. 258-259; Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA; Mário Jorge BARROCA, *História da Arte em Portugal, O Gótico*, p. 141; Saul António GOMES, "A diversificação económica", *Portugal em definição de fronteiras: do condado portucalense à crise do século XIV*, p. 396.

[885] Salete da PONTE, "O Infante D. Henrique em Tomar", *Oceanos*, 17, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, p. 28; José Manuel FERNANDES, *Angra do Heroísmo*, Lisboa, Presença, 1989, p. 45-47 e José Manuel Fernandes (1993), *Cidades e casas da Macarronésia*, Porto, FAUP, 1996, p. 183. De acordo com este raciocínio, a "*remodelação urbanística*" teria implicações muito mais profundas

As várias transformações efetivamente documentadas para Tomar no decorrer do século XV, e que adiante analisaremos, em caso algum alteraram o traçado implantado pelos Templários num período muito próximo ao da instalação da Ordem no território. É, de resto, essa mesma matriz original que importa aqui compreender, tentando identificar no cadastro que chegou aos nossos dias e que, grosso modo, estaria consolidado nos inícios da Época Moderna, o núcleo seminal, definindo a sua implantação concreta, dimensionamento e composição morfológica.

A hipótese que aqui se propõe, ancorada na existência, logo em 1178, das ruas da Corredoura e de S. João e pressupondo que as eventuais destruições causadas pelo cerco de 1190 se limitariam ao edificado (não interferindo na distribuição do solo e arruamentos), baseia-se na observação do cadastro, na interpretação da toponímia e no cotejo com outros casos conhecidos.

A norte e a sul, o núcleo parece claramente delimitado pela rua da Corredoura e pelo caminho da Riba Fria, dois eixos que, prolongando os percursos que de cada lado do castelo desciam em direção ao rio, definiam um espaço retangular, largo e plano. O seu caráter delimitador é atestado pelos próprios topónimos: o termo Corredoura, um dos mais frequentes nas cidades medievais portuguesas corresponde, invariavelmente, a uma artéria longa e periférica como a própria função de "*correr dos cavalos*" exigia[886].

No caso de Tomar, a Corredoura constituía o aproveitamento ou decalque de um caminho territorial que, depois de ligar a fortaleza templária ao rio, se prolongava, além da ponte, num eixo de acesso a várias direções com destaque para Coimbra ou, a escassas centenas de metros, à igreja de Santa Maria do Olival, ao que tudo indicia erguida ainda na segunda metade do século XII, no período de instalação da Ordem[887] e onde D. Gualdim Pais viria a ser sepultado[888].

---

do que o simples alargamento ou regularização de algumas ruas. O que parece estar em causa é a imposição de um novo cadastro, segundo novas regras. Os exemplos registados pela historiografia de processos que implicaram a transformação profunda do existente têm, invariavelmente, na sua origem destruições normalmente associadas a catástrofes como incêndios ou sismos, como são os casos de Lisboa (1755), Londres (1666) ou Catânia (1693). A simples vontade política, suficiente para impor regras em processos *ex novo* e *ex-nihilo*, revela-se incapaz de fazer tábua rasa da materialidade construída que "*um verdadeiro plano de urbanização em que se traçaram as ruas, cortadas em ângulo recto*" forçosamente exigiria. Dificilmente, por outro lado, um processo dessa natureza não teria deixado marcas na documentação, sobretudo quando estão em causa direitos de propriedade.

[886] Quer em Torres Vedras, quer em Lisboa, as respetivas Corredoura e Corredoura de Santo Antão constituem vias de acesso ao centro urbano. *Atlas das cidades medievais portuguesas*, p. 79 e 55. Em Braga, corria igualmente fora da muralha, frente à Porta do Souto, correspondendo, grosso modo, à área do Campo de Santa Ana que D. Diogo de Sousa reorganizará já no século XVI. Rui MAURÍCIO, *O mecenato de D. Diogo de Sousa, Arcebispo de Braga, 1505-1532...,* p. 93; Eduardo Pires de OLIVEIRA, *Estudos sobre o século XVIII em Braga*, Braga, Edições APPACDM, 1993, p. 123. O mesmo caráter de limite urbano é detetável em Cedovim, Torre de Moncorvo ou Tavira.

[887] M. Sílvio Alves CONDE, *Tomar Medieval…,* p. 131.

[888] Mário J. BARROCA, *Epigrafia medieval...*, vol. II, tomo 1, p. 527. A aproximação a vias territoriais preexistentes fica bem patente no texto da doação do Castelo de Ceras onde se refere explicitamente o "*portum de Thomar qui est in strata de Colimbria que uadit ad Sanctaren et inde per mediam stratam per portum de Ourens*", correspondendo, certamente, à antiga via romana que ligava *Scallabis* a Conímbriga. O seu traçado parece coincidir com o limite meridional do casario: vinda de sul, entroncava no Caminho da Riba Fria e seguia em direção ao Rio Grande de Tomar onde, atravessada a ponte, continuava pela chamada Estrada Coimbrã. É nesse percurso que, em 1552, Pedro Álvares Seco situa o edifício dos Estaus "*Começa o Edifício destes Estaus na estrada e serventia pública que vem de Santarém para Coimbra, que ora é Rua, por serem feitas casas da banda de Levante*". *Anais do Município de Tomar, 1454-1580,* Tomar, Câmara Municipal, 1972, p. 302-303.

Riba, por outro lado, descreve uma situação de margem de um curso de água, normalmente em declive. Note-se, em reforço desta questão dos limites urbanos, como, para lá da Corredoura e da Riba Fria começavam os terrenos alagadiços que os topónimos Várzea Pequena, a norte, e Várzea Grande, a sul, claramente identificam. Nesta última, e uma vez mais denunciando o caráter não edificado do local, instalou-se o Rossio da vila, onde, no século XV, se fazia a feira.

Nos dois outros topos, a nascente e poente, o local de implantação tinha como limites naturais o Rio Grande de Tomar e a íngreme colina do castelo. Balizado por estes dois grandes limites, parece ainda possível circunscrever um pouco mais o local escolhido pela Ordem para a urbanização dirigida: na esteira da proposta desenhada por Costa Rosa[889], o limite nascente do casario seria inicialmente assinalado pela rua dos Moinhos, a partir da qual e até ao rio se perdia o caráter urbano a favor da implantação de unidades moageiras, como o topónimo indica. Não sendo tão claro o limite poente, a rua Direita da Várzea Grande, que atravessava a zona plana em toda a extensão, perpendicularmente à Corredoura, constitui uma hipótese válida. A aceitação da rua Direita como baliza, também ela no prolongamento de um caminho territorial que, a norte, levava a Leiria, indicia uma lógica de implantação que optava deliberadamente pela planura, deixando a uma distância razoável e muito idêntica os dois principais acidentes naturais, o Rio Grande de Tomar e a encosta do castelo. Simultaneamente, nestes dois espaços residuais às margens do núcleo "desenhado" pelos freires, desenvolviam-se de forma espontânea os núcleos do Pé da Costa e da Ribeira, segundo uma lógica própria das suas funções, sobretudo evidente no caso do aproveitamento industrial da frente de rio[890].

Para lá dos limites assim definidos — Corredoura, Riba Fria, rua dos Moinhos e rua Direita — o espaço seria progressivamente ocupado nos séculos seguintes, prosseguindo-se, nesse processo de ocupação, a lógica da matriz geométrica inicial: para este e oeste surgiam novos quarteirões, ainda que necessariamente mais curtos, para norte rasgavam-se outras ruas, paralelas à Corredoura. É este um dos pontos em que se comprova a intervenção de D. Henrique, concretamente no saneamento dos terrenos da Várzea Pequena com vista à construção de casas[891].

De acordo com esta hipótese, os quatro ou cinco quarteirões iniciais, dispostos paralelamente no sentido do comprimento (permitindo uma eficaz escorrência das águas que, da colina, desciam em direção ao rio) criavam um tecido homogéneo, que nem mesmo a proximidade à igreja punha em causa. Da mesma forma, a própria localização do templo parece não ter nada de aleatório, funcionando como elemento de articulação entre a vila de Baixo e o castelo/convento senhorial que, do alto da colina, dominava topográfica, visual e simbolicamente, todo o núcleo urbano.

Na relação que os elementos estabelecem entre si, tanto quanto na composição dos quarteirões, o esquema remete para Nisa, igualmente de fundação templária e cronologicamente muito próxima.

---

[889] José Inácio da Costa ROSA, "Nascimento e evolução urbana de Tomar até ao Infante D. Henrique", *Boletim Cultural e informativo da Câmara Municipal de Tomar*, 2, 1981.

[890] Se a ocupação da zona baixa começou, efetivamente, pelos núcleos do Pé da Costa, uma rua-arrabalde no sopé da colina do castelo, e pela Ribeira, como defende Alves Conde, a ligação entre eles, feita a partir do conjunto de eixos retilíneos e paralelos terá sido prevista e concretizada quase de imediato.

[891] Salete da PONTE, "O Infante D. Henrique em Tomar", p. 26-31.

A este núcleo, consolidado há muito, o século XV trará, sob a administração de D. Henrique e, alguns anos depois, de D. Manuel, um conjunto de alterações de relevo, não só no que toca à expansão da malha como, sobretudo, no apetrechamento de novos equipamentos e na configuração de novas centralidades, caso dos Estaus e da Praça fronteira à igreja de S. João.

À margem do núcleo original, no ângulo sudeste, onde a Várzea Grande confluía com a Ribeira, existia o Chão do Pombal. Aqui, para além dos Paços da Ordem (referenciados como em mau estado em meados do século, mas onde ainda em 1438 pousava D. Duarte) estaria o pelourinho e, talvez, a primitiva casa da câmara. Junto desse espaço, mandou o Infante erguer os Estaus, numa atitude paralela à que o seu irmão, o infante D. Pedro tomara para Lisboa, para "*nelles fazer apousentamento pera seus criados e gente, quando na terra esteuesse ou outros Mestres por não dar opressão ao povo*"[892]. Serviriam igualmente para albergar aqueles que viessem à feira franca, outorgada por D. João I, em 1420[893].

O edifício dos Estaus foi certamente uma das transformações quatrocentistas de maior visibilidade, até pela forma como a sua arcaria viria a configurar a (justamente) chamada rua dos Arcos, cujas quinze varas e meia tornavam invulgarmente larga para a época, só ultrapassada pela rua Nova do Porto, mandada rasgar pelo pai do Infante, alguns anos antes, com uma dimensão de aproximadamente dezassete varas de largo[894]. Note-se, aliás, o paralelismo funcional e formal entre os dois projetos da Casa de Avis: ruas largas e perfeitamente retilíneas, com uma clara vocação comercial, que a proximidade às zonas ribeirinhas mais vincava.

No caso de Tomar, a rua, com aproximadamente oitenta e oito metros de extensão (400 palmos), ligava os dois principais polos comerciais: a ribeira e o Rossio da Várzea Grande onde, como foi já referido, decorria a feira. Embora não surja assim classificada, formal e funcionalmente, a rua dos Arcos em Tomar era, como a rua Nova do Porto, uma verdadeira *platea*[895].

A partir dos vestígios remanescentes e da descrição realizada por Pedro Álvares Seco[896], em 1552, foi já ensaiada uma reconstituição do espaço[897]. De ambos os lados da rua, os edifícios da hospedaria assentavam sobre uma arcaria de "*pedraria lavrada*", com cerca de dezasseis arcos ogivais de aproximadamente quatro varas de altura. Nos topos erguiam-se outros três arcos de cada lado da rua. As bases dos esteios estavam colocadas sobre um poial de pedra, "*lajeado de altura de 3 palmos e meio sobre o chão*" e neles "*se vende pão e outras coisas aos caminhantes*". Nos pisos superiores, alojavam-se os nobres e a criadagem da Casa do Infante. Ao que tudo indica, a morte do Infante terá ditado a interrupção do programa original, ficando apenas

---

[892] M. Sílvio Alves CONDE, *Tomar Medieval…*, p. 135.

[893] Virgínia RAU, *Feiras Medievais Portuguesas*, p. 141-143 e p. 187-188.

[894] Sobre as medidas da rua Nova do Porto, veja-se Walter ROSSA, *DiverCidade*…, p. 754-756.

[895] Veja-se, a este propósito, o capítulo 8. *O emergir da centralidade.*

[896] IANTT, *Ordem de Cristo*, cód. B51-2, f. 71-75v; *Monumenta Henricina*, vols. I-VIII e X- XV, Coimbra, 1960-74; doc. 111, p. 175.

[897] José Augusto FRANÇA, *Tomar*, p. 92-94. Na pág. 8 apresenta a reconstituição hipotética do edifício, que aqui reproduzimos. Sobre a ação de D. Henrique em Tomar e, concretamente, nos Estaus, veja-se Salete da PONTE, "O Infante D. Henrique em Tomar", p. 26-31.

totalmente concluído o piso térreo. Ainda assim, como conclui o autor, "*da maneira que estava, era um nobre edifício que muito ornava a Vila*".

A centralidade que caracterizava esta zona da Ribeira e dos Estaus parece comprovada pela existência de casas de vários andares, contrariamente ao panorama geral da vila onde predominavam as casas térreas e de dois pisos. Como sublinhou Alves Conde, o máximo alteamento encontrava na falta de espaço e valor locativo da zona "quente", a sua principal justificação[898].

Como fator essencial ao desenvolvimento económico da vila, o Infante mandou regularizar o rio, procedendo ao aprofundamento do canal do Mouchão, o que viria a possibilitar a secagem dos terrenos da Várzea Pequena e o seu aproveitamento para novas construções. Ainda na zona junto ao rio, a ação do Infante passou pela instalação das saboarias nos antigos celeiros dos Templários (que, ao que tudo indica, teriam por sua vez ocupado os velhos Paços da Ribeira ou da Várzea), vulgarmente designados por "*cubos*". A ponte foi também alvo de obras de beneficiação.

Em torno de 1430 e no outro extremo da vila, no espaço fronteiro à igreja de S. João Batista, mandou D. Henrique erguer o edifício das Boticas, onde antes existiam os hospitais de S. João e S. Tiago[899].

Com D. Manuel, Duque de Beja e administrador da Ordem de Cristo, as transformações continuaram, desde logo pela reconfiguração da praça com a adaptação das boticas a Casa do Concelho e pela reconstrução integral do velho templo de S. João. A transferência do pelourinho para esse espaço confirmava a centralidade da nova praça.

Ao mesmo tempo que concedia uma nova carta de foral, D. Manuel preocupou-se como o desenvolvimento económico de Tomar: corrigiu o curso do rio e renovou a ponte, melhorou as ferrarias, mandou construir lagares, moinhos, celeiros e adegas. Na Misericórdia, fundada em 1510, viria, uma década depois e no seguimento da política já antes iniciada por D. Henrique, a centralizar toda a assistência hospitalar.

O facto da generalidade das transformações elencadas — independentemente de serem da iniciativa de D. Henrique ou de D. Manuel — incidir sobre as margens do tecido urbano "geometrizado", não deixa de corroborar a hipótese que aqui apresentamos para a configuração da malha original. Seja a Ribeira, a este, os Estaus, no limite su-sudeste, a rua dos Arcos, a sul e, finalmente, a Praça de S. João, no topo poente, são espaços que envolvem o núcleo matricial, mas que em caso algum com ele colidem diretamente. Corresponderiam à expansão da vila, resultante do desenvolvimento económico e crescente protagonismo político alcançados no decorrer do século XV. Comprovam, por outro lado, a tendência tardia para a formação de espaços de maior centralidade — as praças — e o seu surgimento em situação periférica, na prática os únicos locais onde existia o espaço vago necessário à sua implantação.

---

[898] M. Sílvio Alves CONDE, *Tomar Medieval…*, p. 109.

[899] Sobre as melhorias introduzidas pelo infante em Tomar (feiras, estaus, boticas, hospital de Nossa Senhora da Graça, saboarias, drenagem das margens do rio Grande, surgimento de uma nova área residencial a norte da Corredoura, veja-se Maria José Travassos de Almeida BENTO, *O Convento de Cristo em Tomar: do Infante D. Henrique às empreitadas Manuelinas*, dissertação de mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2008 (texto policopiado), p. 53-61.

TOMAR

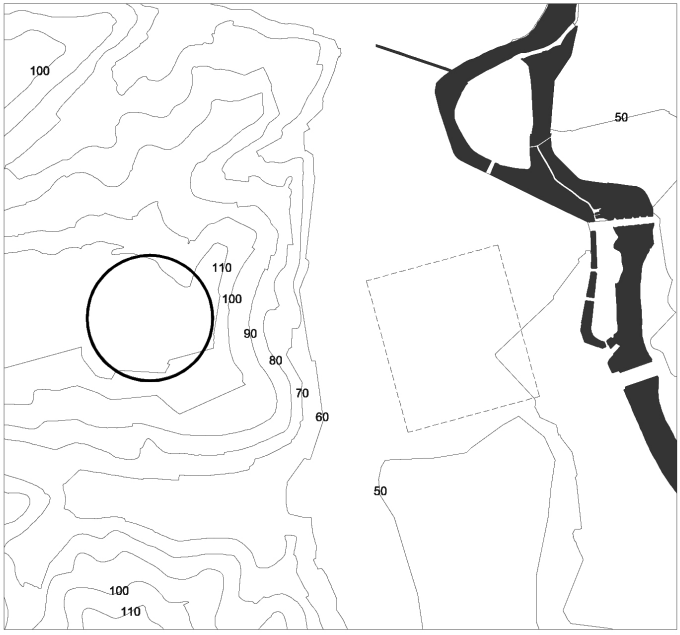
Território

Rio Nabão

Área aproximada da implantação medieval: inserção topográfica (Vila Baixa)

Vila de Cima (Alcáçova)





Escala 1:7 500

10 50 100 200 400 800

N

TOMAR

Área da cidade actual em análise

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual correspondente à implantação medieval

Rio Nabão



Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

N

TOMAR

Cartografia

Planta da Cidade de Tomar, por Elídio Cabral Campeão e José de Sousa Ribeiro (1928)
Localização: Edifício Escavação, Divisão de Planeamento Físico da Câmara Municipal de Tomar
Sem escala



TOMAR

Interpretação 1

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual hipoteticamente correspondente aos quarteirões originais

Rio Nabão



Escala 1:2 500

10 50 100 200 250

N

TOMAR

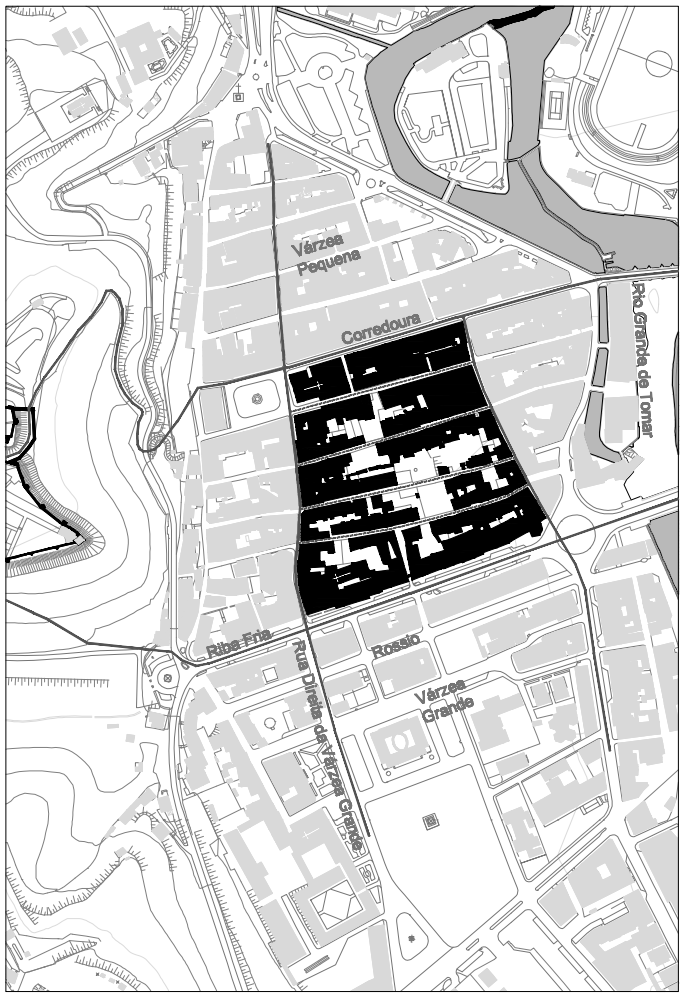
Interpretação 2

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual hipoteticamente correspondente aos quarteirões originais

Rio Nabão

Eixos de acesso principal



Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

N

TOMAR

Interpretação 3

Reconstituição hipotética da regra algébrico-geométrica utilizada no núcleo original

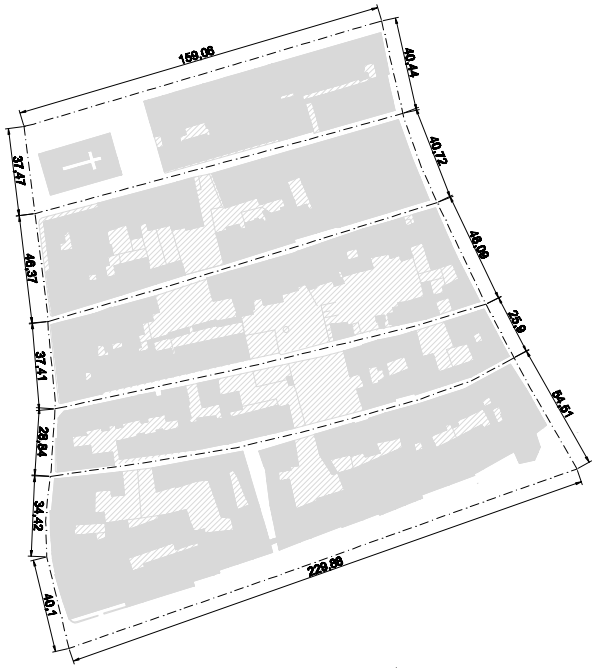


Fig. 1 Cadastro actual

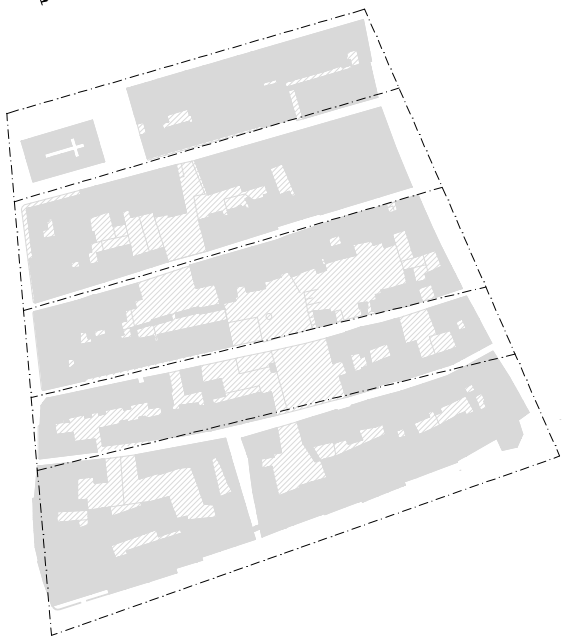


Fig. 2 Adaptação progressiva do existente ao modelo teórico

TOMAR

Interpretação 4

Reconstituição hipotética da regra algébrico-geométrica utilizada no núcleo original

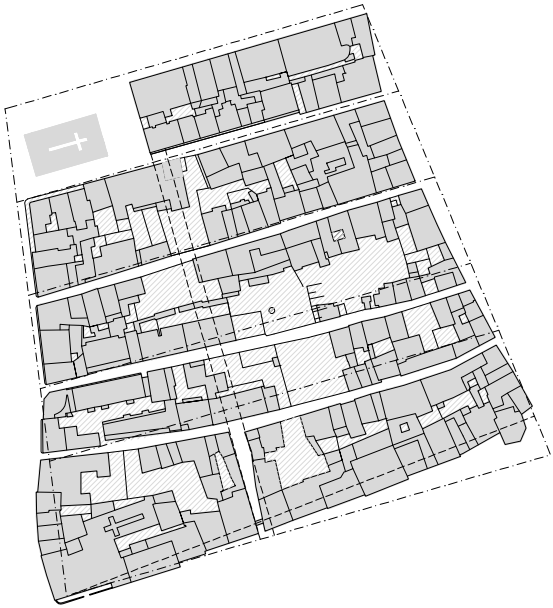


Fig. 3 Adaptação progressiva do existente ao modelo teórico

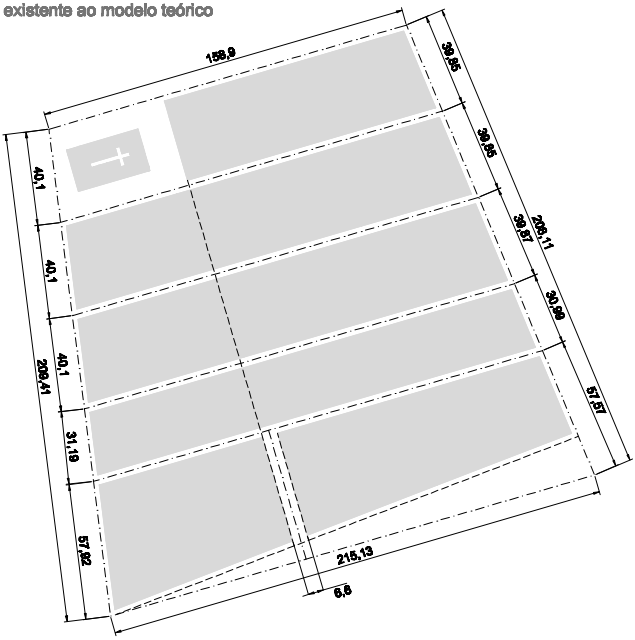


Fig. 4 Reconstituição hipotética do modelo teórico utilizado

TOMAR

Interpretação 5

Reconstituição hipotética da regra algébrico-geométrica utilizada no núcleo original

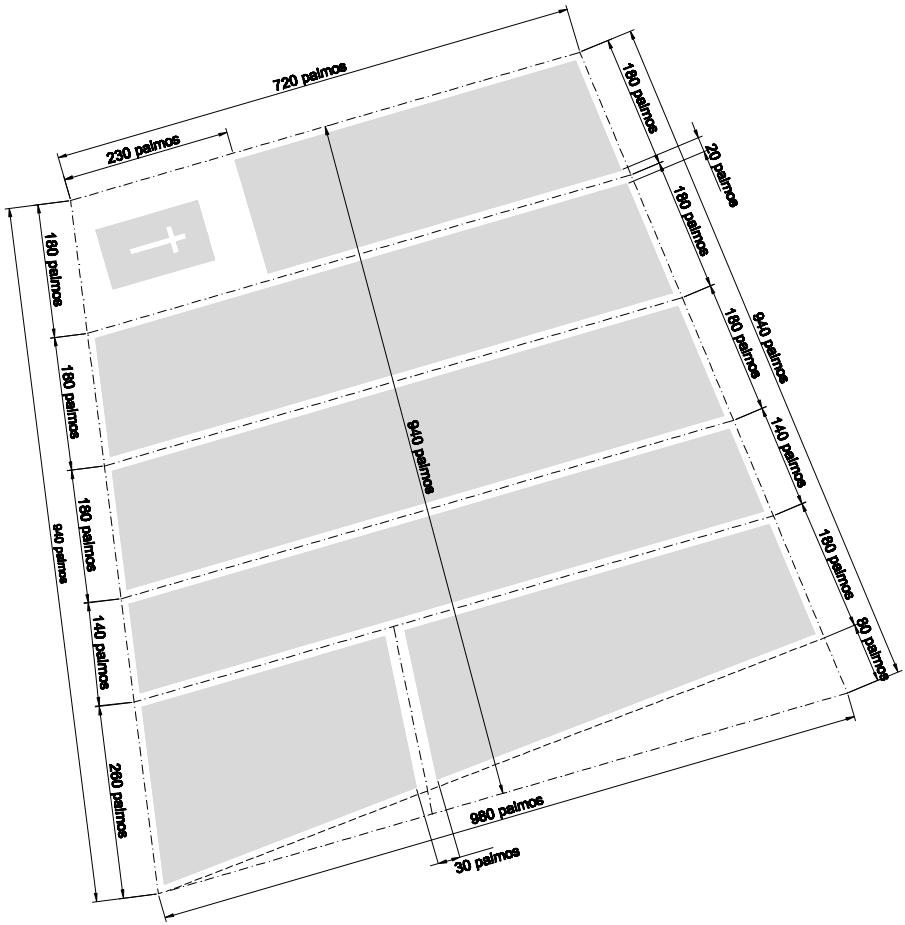


Fig. 5 Reconstituição hipotética do modelo teórico utilizado

10 50 100 200 palmos

2 10 20 40 varas

TOMAR

Interpretação 6

Reconstituição hipotética da regra algébrico-geométrica utilizada no loteamento do núcleo original

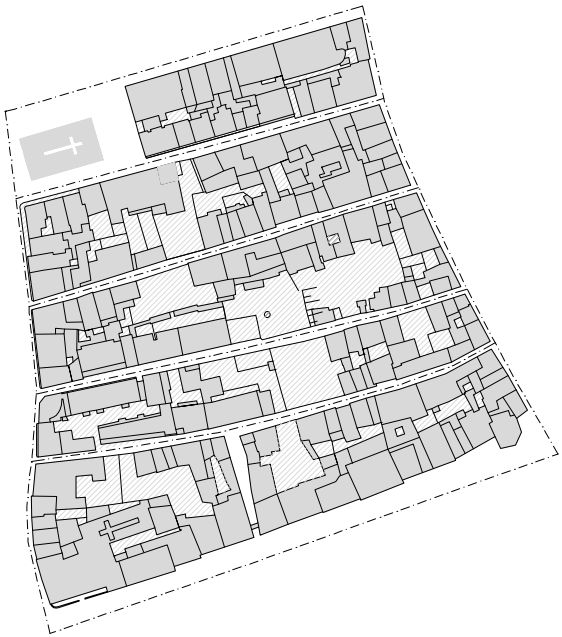


Fig. 1 Cadastro actual

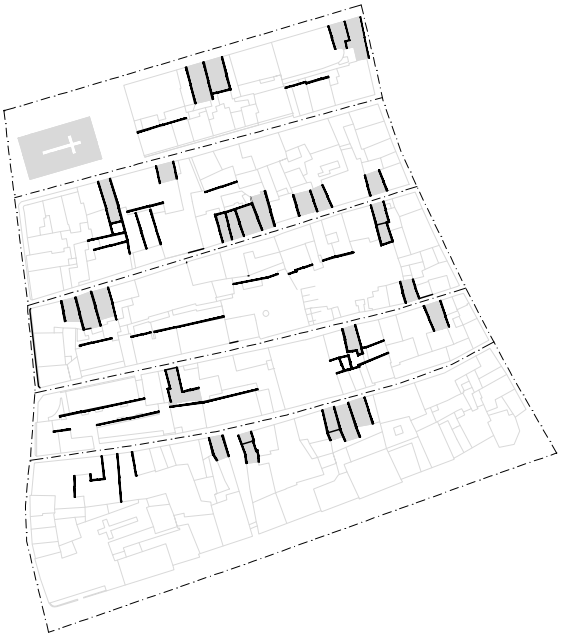


Fig. 2 Lotes que servem de base à profundidade e largura padrão

TOMAR

Interpretação 7

Reconstituição hipotética da regra algébrico-geométrica utilizada no loteamento do núcleo original

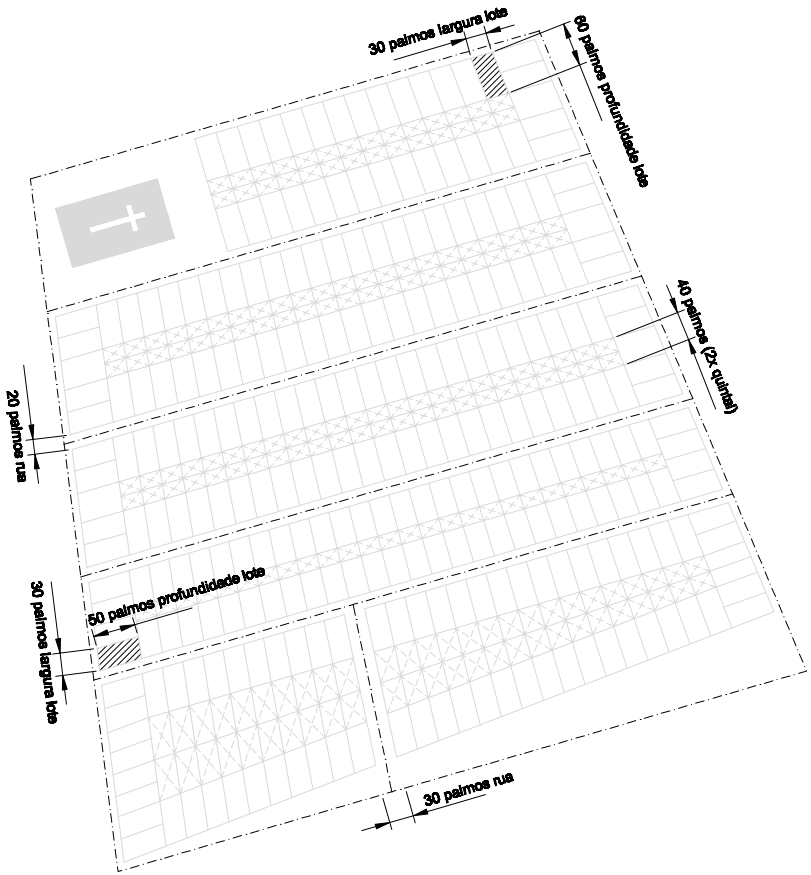


Fig. 3 Hipótese de métrica utilizada

10	50	100	200 palmos
2	10	20	40 varas

TOMAR

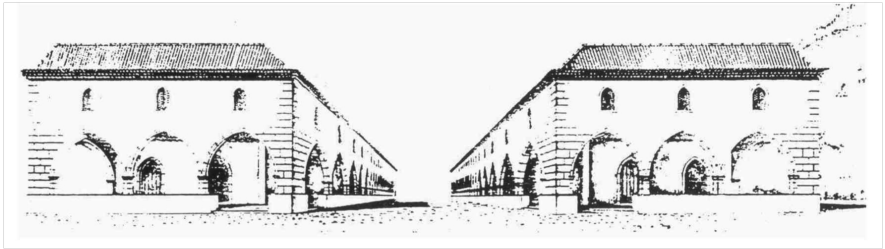
Fotografias

Vestígios do edifício dos Estaus





Reconstituição hipotética da Rua dos Arcos e do edifício dos Estaus, publicada por José Augusto França, *Tomar*, Lisboa, Presença, p. 8



TOMAR

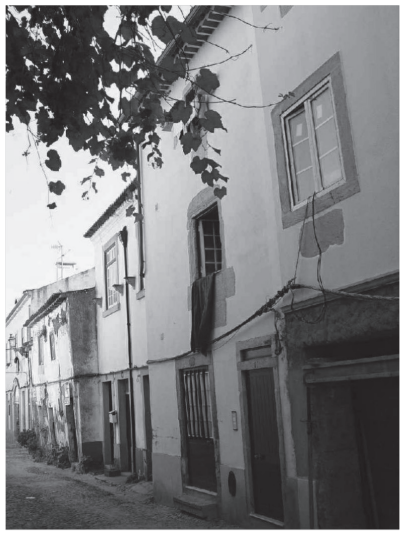
Fotografias 1

Vista de Tomar sobre a Corredoura



Rua Sacadura Cabral e Rua Pedro Dias





TOMAR

Fotografias 2

Ruas





Torre de Moncorvo

Já referida pelas testemunhas inquiridas em 1258[900], a "*villa de Turre de Menendo Coruo*" é dada como existente desde o reinado de D. Sancho II mencionando-se, igualmente, a presença de "… *una ecclesia* […] *sufragaya de ecclesia de Sancta Cruce*". Só com D. Dinis, todavia, adquire autonomia concelhia, por carta de foral datada de 12 de abril de 1285[901]. Em detrimento de Santa Cruz de Vilariça e herdando o seu termo, Torre de Moncorvo assumia, a partir de então, as funções de centro administrativo[902].

Por este diploma que, como muitos outros concedidos pelo monarca em Trás-os-Montes, seguia o modelo de Numão-Salamanca[903] como o mais adequado a implantações fronteiriças especialmente vocacionadas para a defesa, os moradores estavam isentos de fossado e fossadeira, equiparando-se, para efeitos jurídicos, o cavaleiro vilão ao infanção e o peão ao cavaleiro vilão.

A implantação da nova vila — onde progressivamente se reuniriam as populações de Vilariça[904] e do antigo povoado de *Turre de Menendo Coruo* — ditou o afastamento do primitivo templo e casario, localizado em zona baixa, a favor de uma colina próxima, com melhores condições de defesa.

A importância estratégica de Torre de Moncorvo, à cavaleira sobre o porto que, no Douro, permitia o contacto entre Trás-os-Montes e o sul do país, foi reconhecida no decorrer de toda a Idade Média, motivando uma atenção redobrada às defesas e povoamento da vila. Em 1376, D. Fernando expressa claramente essa preocupação: *"… em quanto a dita vylla da Torre for pobrada e mantyuda como ora he e que sendo a dita vylla da Torre despobrada ou guanhada dos enymigos cousa que deos non queyra que o dito porto se embarga por tal guisa que non poderemos por elle aver passagem para accorrer aas outras villas da dita comarca. E que ainda que o dito logo de ffreixo d'Espada à Cinta e Mogadoiro e Penas Royas e Bragança e Myranda estevessem por nos seendo*

[900] *PMH, Inquisitiones*, 1275.

[901] A carta de foral (a partir de um traslado de 1288) foi publicada por Carlos Alberto de Abreu FERREIRA, *Torre de Moncorvo: percursos e materialidades medievais e modernos*, Porto, dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Universidade do Porto, 1998, (texto policopiado), p. 141-144. Uma síntese completa e atualizada sobre a história de Torre de Moncorvo pode ser lida em Carlos d'ABREU, "A criação do concelho de Torre de Moncorvo, construção de fortaleza na sua sede e respectiva forma urbana", *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*, Coord. Mário J. Barroca, vol. I, Porto, FLUP, 1999, , p. 23-32.

[902] Maria Alegria Fernandes MARQUES, *Os forais de Torre de Moncorvo*, Paredes, Reviver Editora e Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, 2005, p. 11-12 e 14.

[903] Alexandre Manuel Monteiro PINTO, "*O lavrador" de forais: estudo dos forais outorgados por D. Dinis,* p. 45.

[904] Um documento de 1468 comprova o abandono de Santa Cruz de Vilariça, situada a cerca de cinco quilómetros de distância de Torre de Moncorvo: "*A quantos esta carta virem fazemos saber que a nos enviou dizer o concelho e homens boos da nossa villa de Torre de Memcorvo como na Ribeira da Vallariça em hum outeiro alto que esta acerqua della fora povoraçom em outro tempo. E porque era doentio se mudarom hy viver aa dita villa da Torre e ficara o cerco deribado e destroido todo…".* A data do despovoamento é impossível de determinar. Em 1320, ainda aí existia a igreja com uma taxa de 240 libras. Maria da Assunção CARQUEJA, *Subsídios para uma monografia de Torre de Moncorvo*, tese de licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1955 (texto policopiado), p. 18-19. O foral de Santa Cruz de Vilariça, outorgado por D. Sancho II, em 1225, está publicado em *Chancelaria de D. Afonso III*, Livro II e III, p. 222.

cercadas dos ennmigos que se poderiam perder se pelo dito porto e villa não fossem accorridos e que posto que as outras vyllas sobreditas ffossem perdidas ou cercadas sse o dito logo da Torre e o dito posto estevessem por nos que por ellas poderiamos guanhar as outras que perdidas ffossem e que non ha outro porto nem vylla na dita comarca per que esto podessemos ffazer…"[905]

Não admira, por isso, que as estruturas militares fossem previstas desde o início: em finais de 1295, dez anos após a outorga da carta de foral, decorria já a campanha de construção do castelo. Aliás, a posição fronteiriça de Torre de Moncorvo é tida em conta no escalonamento das fortalezas erguidas na região, determinando o monarca a sua prioridade sobre a de Vila Flor[906]. Em 1337 a obra estaria concluída[907].

O povoado dionisino, implantado sobre o topo de uma colina e desenvolvendo-se longitudinalmente no sentido norte-sul, era protegido por uma cerca oval com cerca de 600 metros de extensão, onde se rasgavam três portas: uma, virada a nascente e flanqueada por dois baluartes tronco-cónicos em alvenaria de xisto, ainda hoje existente e conhecida por Porta da Senhora dos Remédios; uma outra, rasgada a sul e, finalmente, a Porta de S. Bartolomeu, virada a poente.

Na extremidade sul da cerca, aproveitando um dos locais mais elevados, implantou-se o castelo, hoje desaparecido, mas que um levantamento existente na Academia Real de la História de Madrid permite conhecer em pormenor[908]. Com uma planta quase quadrada, apresentava os ângulos nordeste e sudoeste guarnecidos por bastiões circulares. Duas torres quadrangulares, dispostas lado a lado, erguiam-se no interior do pátio.

---

[905] Já num outro documento anterior, datado de 1370, o monarca expressava a mesma preocupação: "*Outro ssy me embyarom dizer que teem huum porto no rio Douro e barcas em el, a huma legua da dita vila no seu termho e se a dita vila da Torre fosse perdida ou guaanhada dos inimigos, o que Deos non queira, embargarssa o dito porto por tal guisa que nestas fronteiras non poderyam por aquel porto aver passagem para Myranda, nem para Samora, nem para outras partes do meu senhorio e que a my e aos meos sogeitos seria mui dapnoso*". Maria da Assunção CARQUEJA, *Subsídios para uma monografia de Torre de Moncorvo*, p. 22-23. No reinado seguinte, o concelho de Torre de Moncorvo continuou a captar a atenção régia: em 1385, D. João I acrescentava o termo da vila, integrando a aldeia de Vila Nova de Foz Côa, e isentava os seus vizinhos do pagamento de portagens, usagens e costumagens relativas aos transportes de mercadorias oriundas ou com destino a essa localidade. Dez anos depois, com o propósito de tornar a vila mais "*emnobrecida*" concedeu uma feira franca anual, a realizar nos primeiros quinze dias de maio, gozando de privilégios e franquezas equivalentes aos da feira de Trancoso. H. Baquero MORENO, "A vila de Torre de Moncorvo no reinado de D. João I", *Separata de Estudos Medievais*, 2, Porto, 1982, p. 8-9 e p. 14-15.

[906] "*… por razom da fortaleza que mandei fazer em essa vila de Torre de meencorvo, e porque eu mandey que metesedes as terças das igrejas de vila frol primeyramente, e depois que metesedes as terças da Torre de meencorvo na fortaleza de vila frol* […] *porque e mays fronteira a Torre de meencorvo, e logar que se deve mays aguardar*". Francisco M. ALVES, *Bragança*…, tomo IV, doc. 91, p. 274.

[907] Notícia de um documento lavrado "*na vila da torre a porta do castelo*". Carlos d'ABREU, "A criação do concelho de Torre de Moncorvo…", p. 27.

[908] *Plano del castillo de la Villa de Moncorbo*, Beltrán Beaumont e Pedro Beaumont, 1762, R 219, Sign. C/Ic20p. Publicado por Carmen MANSO-PORTO, *Cartografia Historica Portuguesa: Catálogo de Manuscritos (Siglos XVII-XVIII)*, Madrid, Real Academia de la Historia - Departamento de Cartografia y Bellas Artes, 1999, p. 71. O levantamento de Madrid é um complemento fundamental aos elementos gráficos oitocentistas até agora conhecidos, da autoria do engenheiro militar Miguel José Pinto Castelinho e que serviram de base à análise de Carlos de Abreu FERREIRA em 1998. Carlos Alberto de Abreu FERREIRA, *Torre de Moncorvo: percursos e materialidades…*, p. 52-53. O alçado sul do castelo, da autoria de Pinto Castelinho foi publicado por António Júlio ANDRADE, *Torre de Moncorvo: notas toponímicas*, Torre de Moncorvo, Câmara Municipal, 1991, p. 250. Abandonado no último quartel do século XVIII, face ao estado de degradação em que se encontrava, o castelo viria a ser demolido em meados da centúria seguinte.

São várias as obras documentadas no castelo e na muralha de Torre de Moncorvo, no decorrer da Idade Média. Logo em 1337, o concelho contratou com João Peres e Pero Peres, mestres pedreiros locais, a construção de "*huum portado de pedra na barvacã asu a porta do castelo*", obra que custaria ao município, para além do fornecimento da pedra e cal necessárias, 22 libras de dinheiros pretos[909]. Em 1366, os moradores de Peredo e Urros foram obrigados, por determinação régia, a fazer uma parte da muralha "*desde o cubo novo até ao cubo da Porta do Castelo* […] *e alimpar a carcova*"[910]. Poucos anos depois, em 1376, o ouvidor real, Diogo Gil, determinou a construção de oito novos cubelos ao longo do muro, nos lugares por ele assinalados *"… para affortellegamento da dita vylla que per hy ssera mays fforte e melhor esguardada do que he, e que elles ffaram a dita ffortaleza de pedra e call ou de canto talhado"*[911]. *Apesar de todos os trabalhos referidos, em 1439, os procuradores queixavam-se ao regente D. Pedro do mau estado em que se encontrava o muro da vila, caído e "aportelado*" em muitos pontos, com grande parte dos cubos em terra, *"o que é grande perigo se vier guerra"*. Como solução, pediam as anúduvas dos lugares em redor, bem como a utilização do dinheiro dos resíduos[912].

No interior do perímetro muralhado, a mancha construída estruturava-se ao longo da rua Direita, que percorria todo o burgo no sentido norte-sul, ligando o castelo ao topo norte, onde alguns autores colocam a hipótese de ter existido uma quarta porta[913]. Duas outras ruas corriam paralelas a este eixo central, embora mais estreitas e de evidente caráter secundário, definidas pelas traseiras dos quarteirões, maioritariamente ocupadas por quintais de fundo de lote. Por elas se fazia o acesso às portas nascente e poente.

Até ao século XVI, altura em que foi edificada a igreja da Misericórdia na rua Direita, não existiu no espaço definido pelas muralhas qualquer templo, sendo a vida religiosa do novo burgo assegurada pela antiga igreja de Santiago, localizada a curta distância e já referida nas Inquirições de 1258[914]. Ao que tudo indica, no século XIV será edificado um outro templo, sob invocação de Santa Maria, mas igualmente localizado no arrabalde[915].

A partir do último quartel do século XIV, multiplicam-se as notícias documentais que testemunham o abandono a que a população votava a área cercada, atraída pelo arrabalde que se ia formando no espaço fronteiro ao castelo. D. Fernando e D. Afonso V foram alguns dos monarcas que tomaram medidas no sentido de contrariar o êxodo.

---

[909] Carlos d'ABREU, "A criação do concelho de Torre de Moncorvo…", p. 27. Sublinhe-se a data em que a barbacã é referida e a sua precocidade no contexto nacional.

[910] António J. ANDRADE, *Torre de Moncorvo: notas toponímicas*, p. 252.

[911] Carlos d'ABREU, "A criação do concelho de Torre de Moncorvo…", p. 27.

[912] J. Gouveia MONTEIRO, *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média*…, p. 142.

[913] Carlos d'ABREU, "A criação do concelho de Torre de Moncorvo…", p. 27. Sobre a estruturação do espaço urbano e descrição rua a rua, veja-se António J. ANDRADE, *Torre de Moncorvo: notas toponímicas,* p. 250-263.

[914] Situação em tudo idêntica à que se verificou em Viana da Foz do Lima onde, até aos inícios do século XV, se manteve como matriz o velho templo do Átrio.

[915] Carlos de ABREU, "As igrejas da vila de Torre de Moncorvo com estatuto de matriz (séculos XIII-XVIII)", separata de *Douro: estudos e documentos*, vol. IV (8), Porto, 1999 (2º), p. 83-87.

Para além da concessão de exclusividade no desempenho dos ofícios concelhios ou da prioridade na escolha dos jornaleiros, os que morassem continuadamente no interior da cerca ficavam isentos de aposentadoria e de acompanhar ou guardar presos. Uma outra medida conducente à revitalização do espaço cercado obrigava a que todas as transações comerciais se realizassem, a partir de então, "*na praça de demtro da dita cerca*". O que não viria a ser cumprido por muito tempo já que, nas cortes de 1456, D. Afonso V voltava a determinar que o mercado não se fizesse no arrabalde mas, de acordo com tradição antiga, no interior da cerca. A tendência era, todavia, imparável e, em 1463, o rei optou por uma solução de compromisso: parte do ano no arrabalde "*onde estauam feictas muiy boas cassas e alpendres e grande chafariz para repairo dos dictos mercadores"*, os meses restantes no intramuros onde, à custa das rendas concelhias, se faria "*hua praça rrezoada* […] *com alguuns alpenderes*", em que mercadores e mercadorias se pudessem acolher[916].

O referido documento é, aliás, extremamente curioso do ponto de vista da reconstituição da vila: é que, por entre as razões apontadas como justificação para a realização do mercado no arrabalde, refere-se o facto de "*as rruas do dicto castello e çerqua* [serem] *mujto estreitas e sem praça e as casas sem alpendres*". Se as primeiras e as últimas não levantam problemas de interpretação, a referência à praça pode conter ainda alguma ambiguidade, como é próprio do período em que se inscreve, num processo em plena evolução entre a praça como sinónimo de mercado e a praça, já "feito urbano"[917].

[916] Documentos publicados por Humberto Baquero MORENO, "O mercado na Idade Média (o caso de Torre de Moncorvo)", *Estudos de História de Portugal, séculos X-XV, homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, vol. I, Lisboa, Estampa, 1982, p. 320-325.

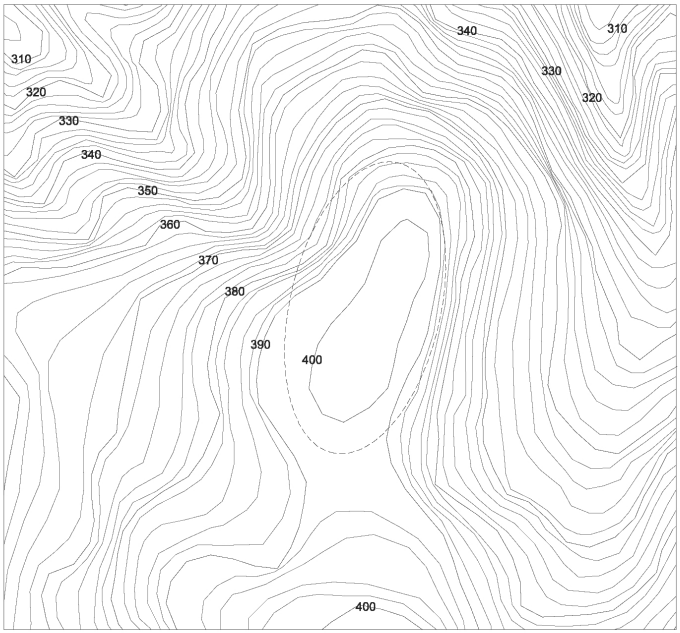
[917] Veja-se, sobre esta questão, o capítulo 8. *O emergir da centralidade*.

TORRE DE MONCORVO

Território

Área aproximada da implantação medieval: inserção topográfica





Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

N

TORRE DE MONCORVO

Área do núcleo actual em análise

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual correspondente à implantação medieval



Escala 1:2 500

10 50 100 200 250

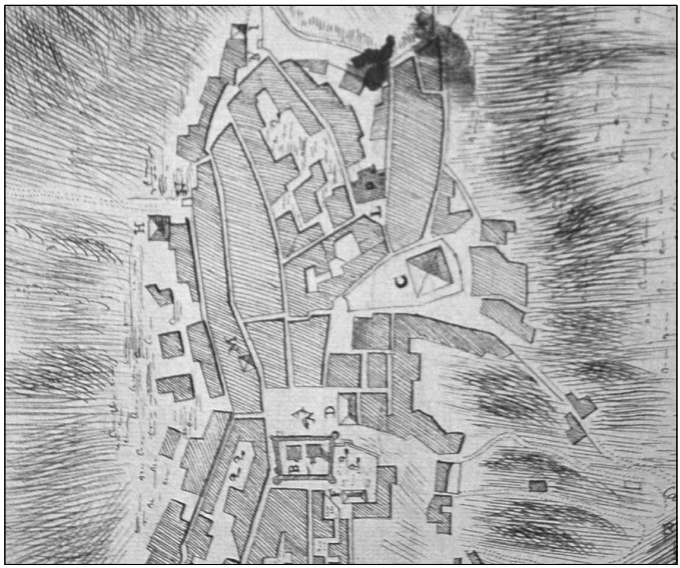
N

TORRE DE MONCORVO

Cartografia

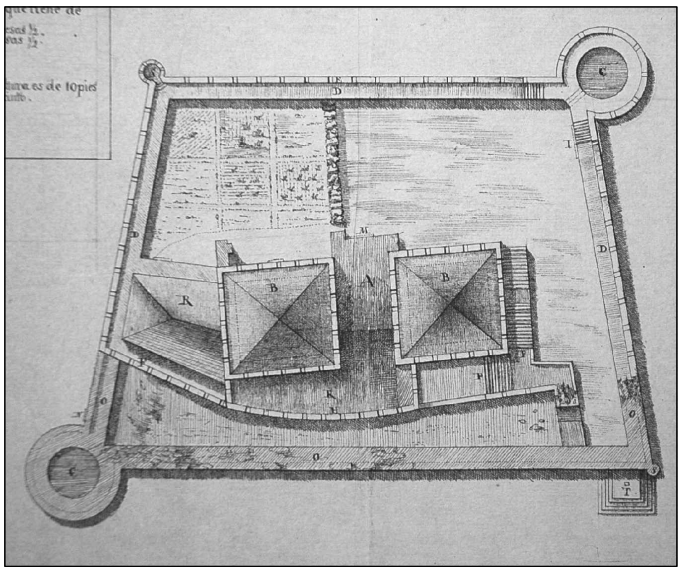
Plano de la torre de Moncorbo, Madrid, Real Academia de la Historia, R. 218, Sign. C/Ic18p (pormenor)

Sem escala



Plano del Castillo de la Villa de Moncorbo, Beltran Beaumont e Pedro Beaumont,1762, Madrid, Real Academia de la Historia, R. 219, Sign. C/Ic20p (pormenor)

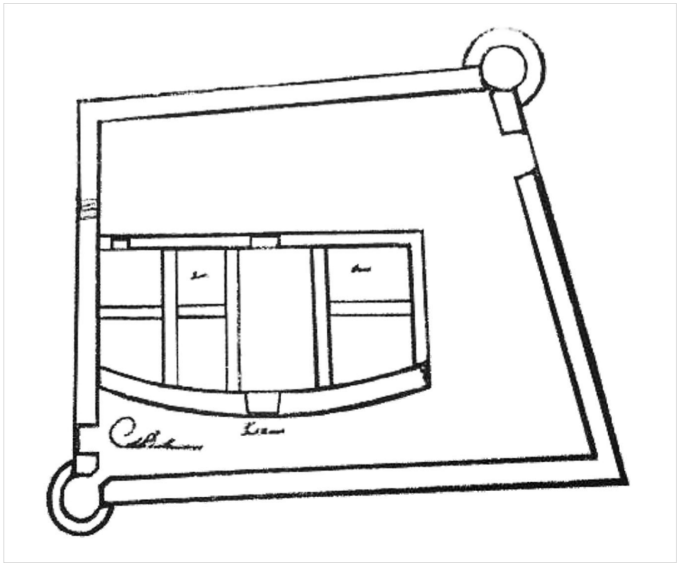
Escala aproximada 1:2 000



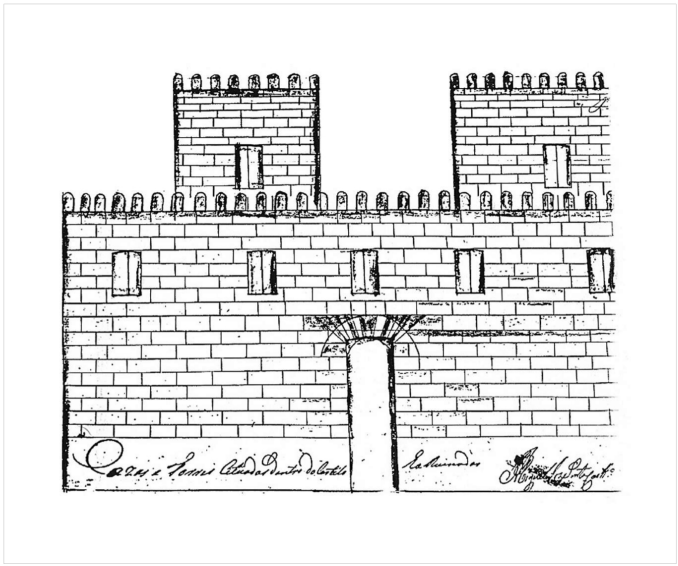
TORRE DE MONCORVO

Iconografia

Planta do Castelo de Torre de Moncorvo publicada por Carlos de Abreu Ferreira, *Torre de Moncorvo: percursos e materialidades medievais e modernos* , 1990, p. 53



Alçado Sul do Castelo, desenho de Miguel José Castelinho, séc.XIX publicado por António Júlio de Andrade, *Torre de Moncorvo. Notas Toponímicas* , Torre de Moncorvo, Câmara Municipal, 1991, p. 251



TORRE DE MONCORVO

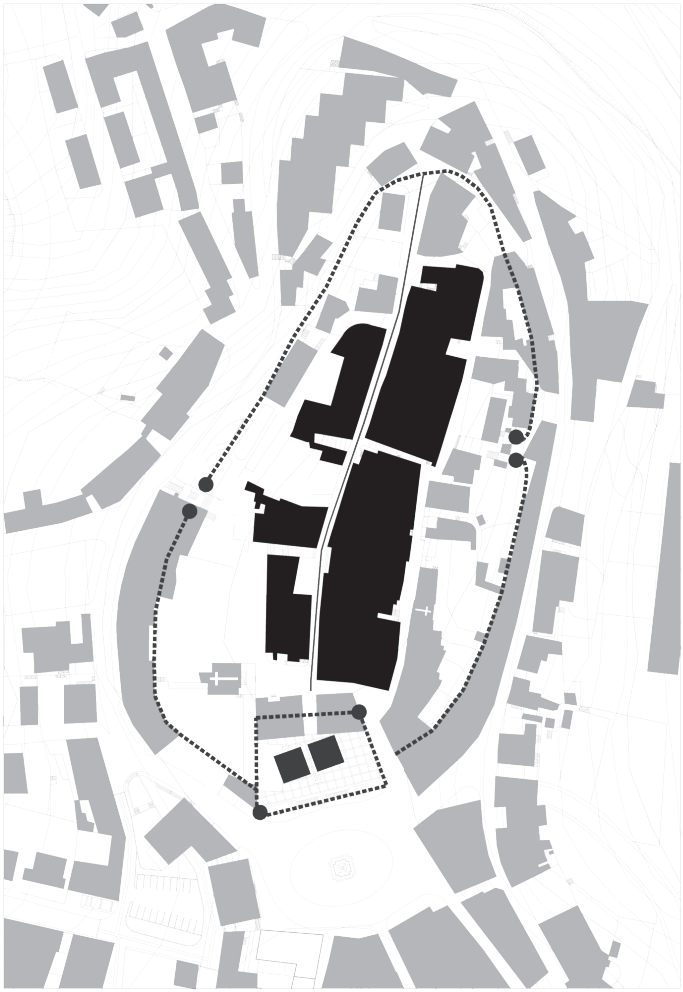
Interpretação

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual correspondente à implantação medieval

Traçado hipotético da cerca e torres medievais

Eixo de acesso principal



Escala 1:2 500

10 50 100 200 250

N

TORRE DE MONCORVO

Fotografias 1

Vestígios do castelo na actualidade









Rua Direita e Rua do Poço





TORRE DE MONCORVO

Fotografias 2

Porta de Nossa Senhora dos Remédios (cortina Nascente da cerca medieval)







Valença

Embora com um processo de fundação precoce, ainda nos finais do século XII, por iniciativa de D. Sancho II, Valença medieval resulta de uma profunda reestruturação encetada meio século depois, por D. Afonso III. Na realidade, a primeira tentativa de criação do burgo, então denominado Contrasta, viria a revelar-se um fracasso perante a concorrência de outros poderes instituídos na região. Como sublinhou Amélia Aguiar Andrade, "*Contrasta devia estar insuficientemente apetrechada para funcionar como polo ordenador capaz de enquadrar defensiva, fiscal e economicamente a região, situação amplamente comprovada pelo texto das inquirições de 1258 dos quais emerge um Entre Lima e Douro em que preponderava uma nobreza ávida e usurpadora, evidenciando ainda a força aglutinadora da Sé de Tui*"[918].

O local escolhido para a implantação foi um morro junto à foz do rio Minho, que, confrontando visualmente com a cidade de Tui, permitia o controlo da travessia do rio e da estrada romana que ligava Braga a Lugo. O seu caráter estratégico explica, certamente, a ênfase posta no ato de fundação, capaz de marcar as populações locais que, nos inquéritos de 1258, ainda o relembram detalhadamente, o conjunto de figuras presentes na delimitação do couto: Paio Gonçalves Carramondo, o porteiro Martim Nunes, para além de "*de oitros moitos omees d elRey que y andavam e do Senhor da terra, Martim Peres da Maia, o Jami*"[919]. A formalização do evento implicava todo um conjunto de práticas ritualizadas que, protagonizadas pelo novo proprietário ou pelos seus representantes, decorriam perante um público alargado e heterogéneo. Era assim na Idade Média, fosse na tomada de posse de uma casa — batendo portas e janelas e trilhando ruidosamente o chão — fosse na demarcação do território dependente, o termo ou o *cautum*, que os padrões de pedra ou as cruzes assinalavam. Atos carregados de simbolismo e, sobretudo, públicos, testemunhados por oficiais da justiça, homens bons, clérigos e nobres, que, neste caso específico, anunciavam a dependência exclusiva do rei.

Apesar de todas as medidas régias — assegurando a viabilidade económica da vila pela formação de um couto conseguido por troca de propriedades com o mosteiro de Fiães; do amplo conjunto de privilégios contemplados na carta de fundação, decalcada do foro breve de Salamanca; ou do novo enquadramento religioso que, contra as pretensões de Tui e Ganfei, tinha por padroeiro do templo o próprio rei — ,Contrasta não vingou. Situação que em nada se alterou com D. Afonso II, limitando-se, em 1217, a confirmar o foral dado por seu pai[920].

É já nos meados da centúria, no âmbito da estratégia global pensada para todo o Entre Lima e Minho, que D. Afonso III inicia nova tentativa. Mais do que uma simples reforma, tratou-se de um ato de refundação, pelo qual uma nova vila, Valença, veio substituir a velha Contrasta[921]. Com esse objetivo, o monarca tomou duas medidas

[918] Amélia Aguiar ANDRADE, *Vilas, poder régio e fronteira*..., p. 355-361.

[919] Amélia Aguiar ANDRADE, "De contrasta a Valença: a formação de uma vila medieval", p. 10.

[920] A. Lopes de OLIVEIRA, *Valença do Minho*, Póvoa do Varzim, Editora Poveira, 1978, p. 61.

[921] O mesmo processo de mudança de local de assentamento e de nome ocorrera em Tui alguns anos antes, quando, em 1170, Fernando II decidiu reforçar as suas defesas. O extenso preâmbulo dos foros concedidos é uma verdadeira declaração programática dos motivos que moveram a ação repovoadora do reino leonês naquele setor fronteiriço: "*para la defensa del reino* — dirá o monarca — não era suficiente o combate com as armas "*sino que tambien se necessitaba*

de fundo: a ampliação da base patrimonial, logo em 1256, e a outorga de uma nova carta de foral com privilégios acrescentados, em 1262[922].

Se a rutura com o passado[923] se torna evidente do ponto de vista simbólico, o mesmo não é garantido no que toca à materialidade, sendo hoje difícil perceber até que ponto a preexistente Contrasta terá determinado a nova vila de Valença. Por entre os testemunhos coligidos nas Inquirições de 1258, refere-se que quando "*D. Sancho I deu a povoar esta vila de Contrasta, que agora chamam Valença a Paio Carramondo, o bispo de Tui veio fazer uma igreja que chamavam S. Pedro; depois moveram-se daquele logo em que seia e puseram-na em outro logo fora da vila* […] *Igualmente veio depois o abade de Ganfei fazer outra igreja fora do muro que ora é contra o rio a que chamam S. Vicente. Igualmente esse Paio Carramondo fez outra igreja no corpo da vila, por mandado de el-rei* […]. *Igualmente disseram que viram e ouviram dizer a Gonçalo Simões que, quando fazia muro, fez então umas casas a par do muro, sobre o poço para el-rei*"[924].

Os vários templos referidos[925]— com destaque para o de padroado régio, "*no corpo da vila*", sob invocação de Santa Maria — e a menção explícita ao muro da vila, obrigam a equacionar quais as estruturas físicas que, passadas as dificuldades sentidas na atração e fixação de povoadores e, sobretudo, a vaga de destruição causada pelos exércitos de Afonso IX de Leão, em meados de 1212, poderiam ainda subsistir da velha Contrasta.

Os relatos das destruições causadas pela invasão dos exércitos leoneses, registados em documentação diversa, são unânimes em considerar Contrasta como uma das vilas mais severamente devastadas, facto que o bispo de Tui atribui a ter sido a primeira vila da fronteira a sofrer o embate dos invasores. Recorde-se como a fundação de Contrasta tivera exatamente por objetivo proteger a principal via de penetração no noroeste português[926].

---

construir ciudades y pueblos muy bien defendidos con el fin de que no se conturbasen ante los ataques de los enemigos". J. RUÍZ DE LA PEÑA ,"El desarrollo urbano de la periferia norteña Castellano-Leonesa en la Edad Media (siglos XII a XIV)", *Anuario de Estudios Medievales*, Barcelona, 19, 1989, p. 175. Sobre a alteração do nome, António Matos Reis destaca a possível conotação negativa que, em meados do século, pendia sobre o topónimo Contrasta: "*exprimia não só uma oposição genérica a invasores castelhanos ou pelo menos galegos mas um afrontamento em relação a Tui, que, ainda por cima, era sede de uma diocese com metade do seu território a sul do rio Minho, que tinha à sua frente, nessa data, um bispo português, D. Gil Peres de Cerveira, e em relação à qual não havia nem interessava manifestar hostilidade*…" António Matos REIS, "O foral de Valença", *Cadernos vianenses*, Valença, Câmara Municipal, 1996, p. 35.

[922] Proibição do rico-homem pousar na vila ou no couto e remissão de todos os direitos num tributo anual de 150 morabitinos velhos pagos às terças do ano. A. Matos REIS, "O foral de Valença…", p. 68.

[923] A. Matos REIS, "O foral de Valença…", p. 30.

[924] Lopes de OLIVEIRA, *Valença do Minho*, p. 66; Alberto Pereira de CASTRO, *A igreja de Santo Estevão de Valença do Minho e a formação da colegiada*, Valença, Comissão da Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Maria dos Anjos de Valença, 2000, p. 13-15.

[925] Na relação das igrejas do episcopado de Tui no território de Entre Lima e Minho, datada de 1258-1259, refere-se apenas uma igreja: a "*ecclesia de Contrasta de Couto*" sendo difícil identificá-la com umas das mencionadas. Avelino Jesus da COSTA, "A comarca eclesiástica de Valença do Minho (antecedentes da diocese de Viana do Castelo)", sep. de *I Colóquio Galaico-Minhoto*, Braga, 1981, p. 160.

[926] Para Lopes de Oliveira a destruição total da vila pode ser comprovada pela transferência da sua população, por iniciativa de D. Afonso II, para a fronteira do Côa, no âmbito do povoamento de Sortelha, de acordo com a menção feita no foral: "*quam de populatoribus de Valencia quam etiem omnibus aliis qui ibi venerint populare de omnibus terris*". A. Lopes de OLIVEIRA, *Valença do Minho*, p. 69. Matos Reis discorda, identificando a vaga de povoadores referidos como originários de alguma povoação mais próxima "*provavelmente Valência de Alcântara, no vale do Tejo, fugidos à ofensiva dos almóadas, após a batalha de Alarcos*". A. Matos REIS, "O foral de Valença…", p. 34.

A estruturação da vila medieval, ainda hoje percetível no cadastro é, por essa razão, atribuída à iniciativa afonsina. Desde logo a reedificação da muralha, com um perímetro elíptico de cerca de 700 metros, protegendo uma área aproximada de 2,5 hectares[927]. O contacto com o exterior fazia-se em três pontos: a norte, virada ao rio Minho e a Tui, a Porta da Gaviarra, a sul, no enfiamento da via que se dirigia a Viana, a Porta do Sol, e, finalmente, virada a poente, a mais tardia Porta do Açougue, qualquer delas protegidas por torres.

Nas duas vistas de Duarte de Armas[928], toda a muralha é precedida por uma barbacã, sabendo-se que a obra estava em curso em 1370, quando D. Fernando determinou, contra a isenção dada anteriormente, que os moradores do julgado do Fraião fossem obrigados a prestar anúduva na barbacã de Valença.[929]

A malha estruturava-se quase em exclusivo ao longo da rua Direita que, no sentido norte-sul e de acordo com a pendente do terreno, punha em contacto direto as Portas da Gaviarra e do Sol. Os seis quarteirões retangulares alinhavam-se paralelamente ao eixo, formando uma mancha alongada cortada por duas travessas. Destas, a que se situava mais a sul, viria progressivamente a adquirir um maior protagonismo pelo facto de ligar a igreja de Santo Estêvão[930] à Porta do Açougue e por nela se localizar, em data posterior aos meados do século XIV, a casa da câmara e cadeia, bem como o pelourinho.

Internamente, embora assente sobre uma amostragem reduzida, coloca-se a hipótese dos quarteirões serem subdivididos em lotes uniformes, muito estreitos, com apenas cerca de 20 palmos de largura, originando uma arquitetura de fachada com ritmos idênticos de vãos[931]. Os mesmos 20 palmos constituíam a largura média das ruas.

Numa situação paralela à que se observa em Caminha, a igreja matriz de Santa Maria (a partir do século XV designada por Santa Maria dos Anjos) ocupava um terreiro no topo norte da zona intramuros, junto à Porta da Gaviarra e, como tal, solta da mancha do casario. Em 1320-21, no *Catálogo de todas as igrejas*, são referidas as igrejas de Santa Maria, taxada em 70 libras e a de Santo Estêvão de Valença, taxada em 90, localizada a oriente dos quarteirões residenciais, local onde, já no século XVI, se edificaria igualmente a igreja da Misericórdia e o convento de Santa Clara.

O recenseamento populacional mandado realizar por D. Manuel nas vilas de Caminha e Valença, em 1513, aponta, para esta última, uma cifra de 201 fogos, incluídos os do burgo e do arrabalde. O Numeramento de 1527, por seu lado, indica 170 moradores para a sede da unidade administrativa[932]. Em função destes

[927] Nuno Pizarro DIAS, "As cidades de fronteira de Portugal com a Galiza", p. 91.

[928] Duarte de ARMAS, *Livro das Fortalezas*, f. 111-112.

[929] J. Gouveia MONTEIRO, *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média*…, p. 127.

[930] A referência mais antiga que se conhece para a igreja de Santo Estêvão, cuja localização no intramuros impede que seja confundida com a que ao tempo da primeira fundação foi mandada erguer pelo Bispo de Tui, é de 28 de novembro de 1322. Eugénio de Andrêa da Cunha e FREITAS, "A igreja colegiada de Santo Estêvão", *Monumentos*, 12, Lisboa, DGEMN, 2000, p. 15-17.

[931] Uma análise morfológica de Valença pode ser vista em Margarida VALLA, "A estrutura urbana: da «Bastide» do século XIII à «Praça Forte» seiscentista", *Monumentos*, 12, Lisboa, DGEMN, 2000, p. 25-31 e *Vilas medievais planeadas de Portugal*…, p. 156-159.

[932] João J. Alves DIAS, *Gentes e espaços. Edição crítica do Numeramento de 1527-1532*…, p. 40; António de OLIVEIRA, "A população de Caminha e Valença em 1513", p. 8.

dados e das dimensões reduzidas do arrabalde representado por Duarte de Armas (dezasseis casas no total das duas vistas, número que apenas podemos considerar como ordem de grandeza), pode considerar-se que, nas primeiras décadas de Quinhentos viveriam no interior da cerca de Valença um número aproximado de 650 pessoas.

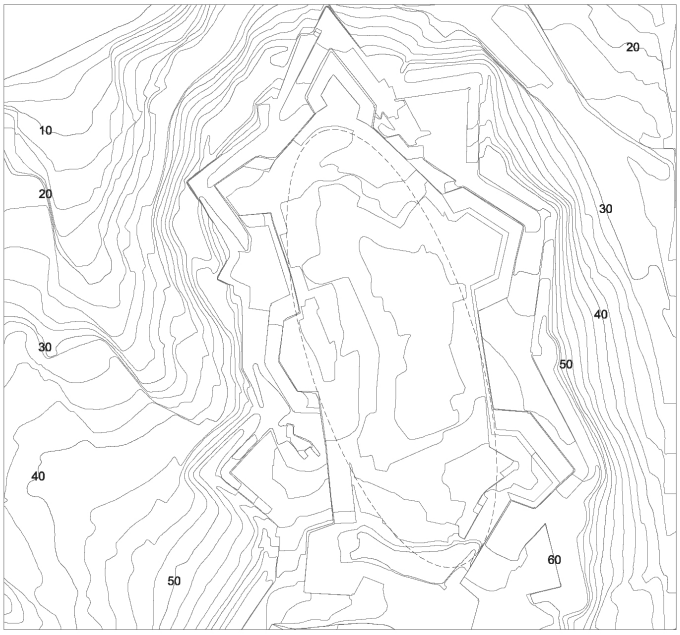
VALENÇA

Território

Rio Minho

Área aproximada da implantação medieval: inserção topográfica





Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

N

VALENÇA

Área do núcleo actual em análise

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual correspondente à implantação medieval

Rio Minho



Escala 1:5 000

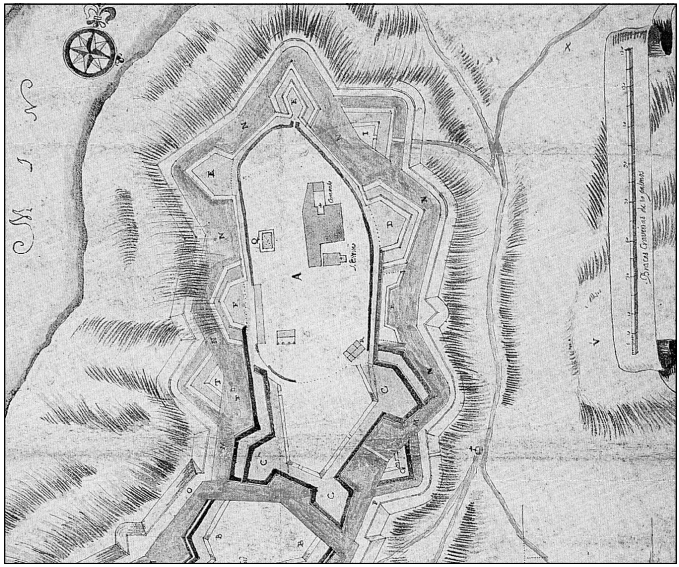
10 50 100 200 400

N

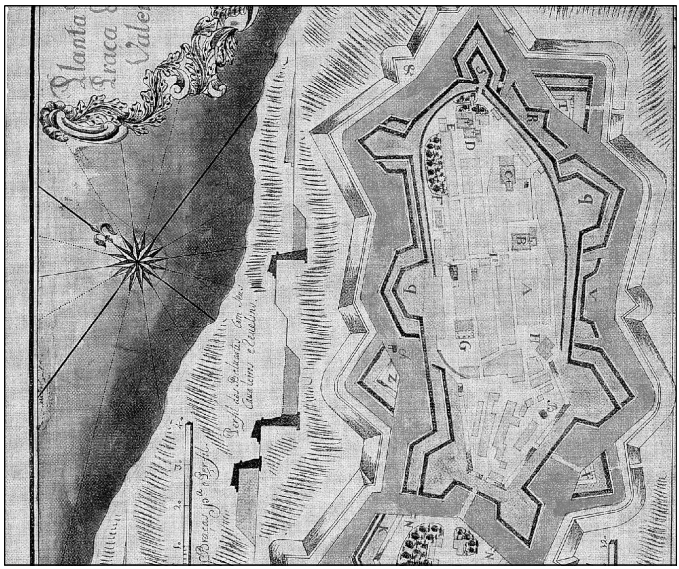
VALENÇA

Cartografia 1

Planta da Praça de Valença , Manuel Pinto de VilaLobos, 1713, B.N.L. (pormenor)
Sem escala



Planta da Praça de Valença , Gonçalo Luís da Silva Brandão, 1758, B.P.M.P. (pormenor)
Sem escala

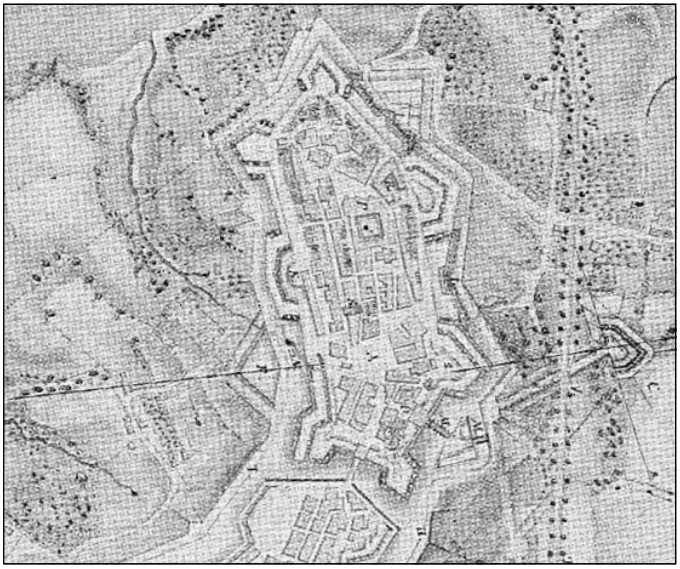


VALENÇA

Cartografia 2

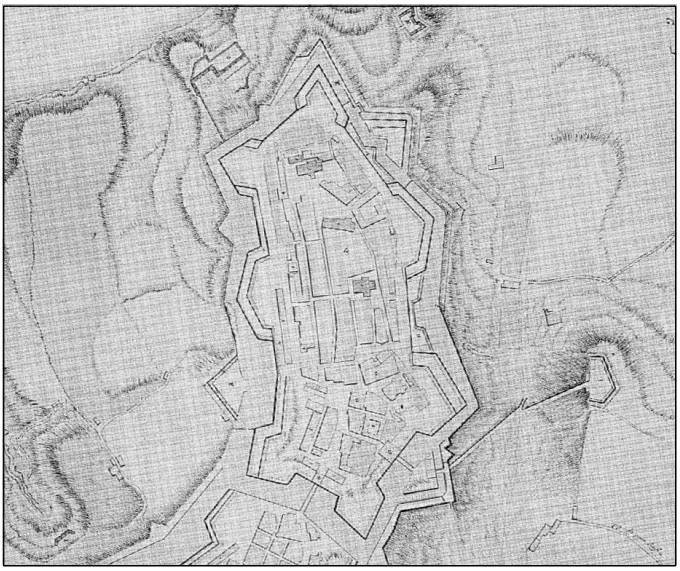
Planta Topográfica da Praça de Valença do Minho, José Champalimaud de Nussane, 1777, G.E.A.E.M. (pormenor)

Sem escala



Planta da Praça de Valença do Minho, Maximiano José da Serra, 1797, B.P.M.P. (pormenor)

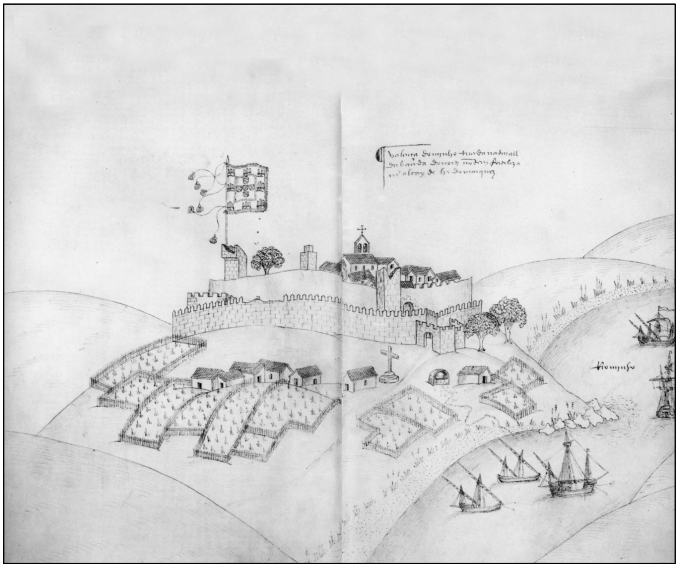
Sem escala



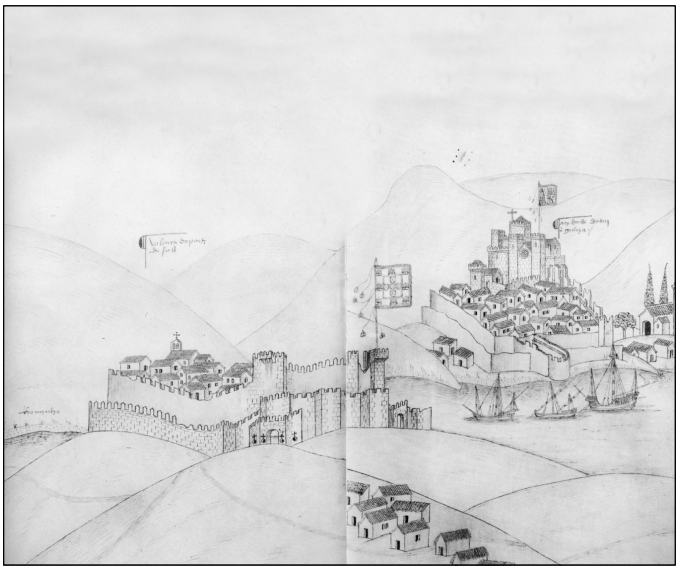
VALENÇA

Iconografia

Vista de Valença a partir de Norte, Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, c.1509



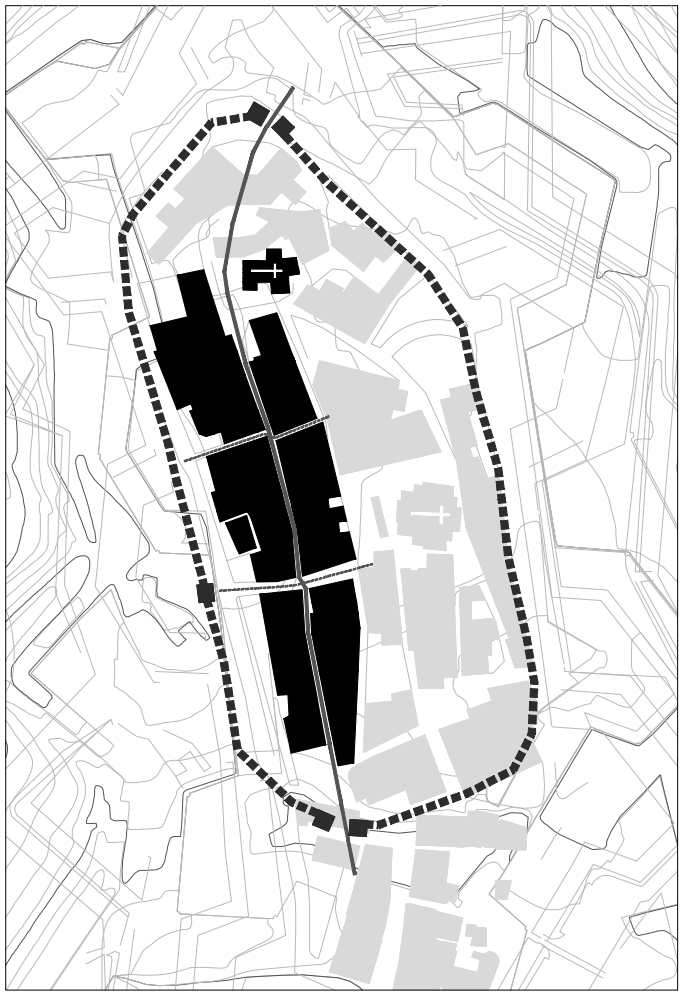
Vista de Valença a partir de Sul, Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, c.1509



VALENÇA

Interpretação 1

- Tecido urbano actual
- Tecido urbano actual correspondente à implantação medieval
- Rio Minho
- Traçado hipotético da cerca e torres medievais
- Eixo de acesso principal
- Eixos de acesso secundário



Escala 1:2 500

10 50 100 200 250

N

VALENÇA

Interpretação 2

Reconstituição hipotética da regra algébrico-geométrica utilizada no núcleo original

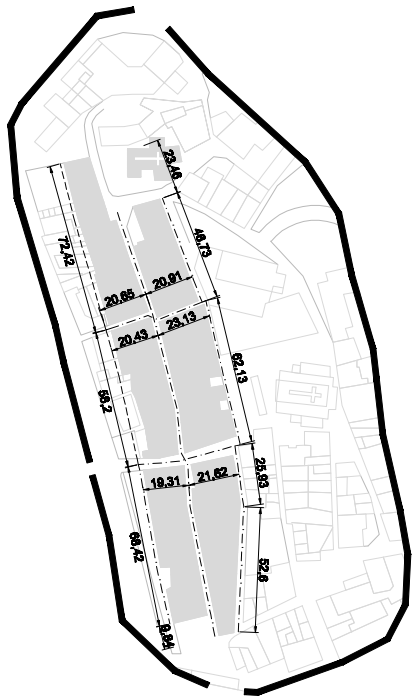


Fig. 1 Cadastro actual

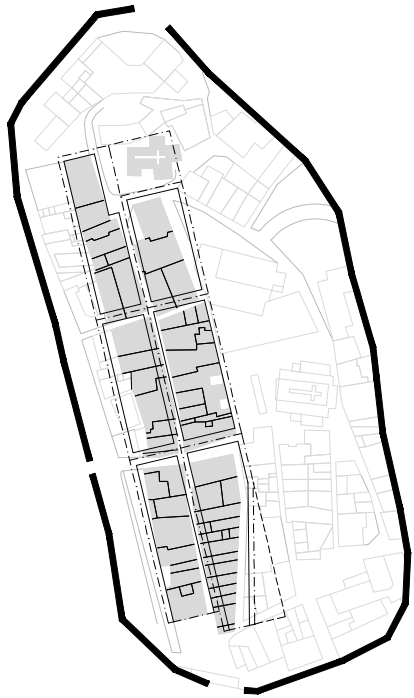


Fig. 2 Adaptação progressiva do existente ao modelo teórico

VALENÇA

Interpretação 3

Reconstituição hipotética da regra algébrico-geométrica utilizada no núcleo original

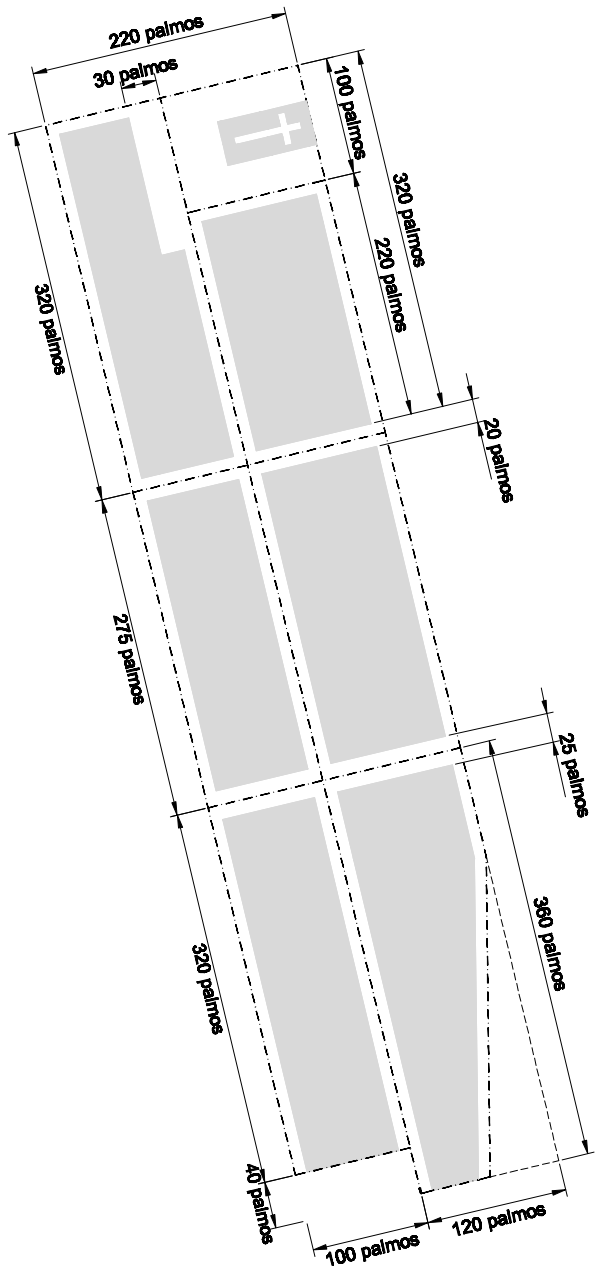


Fig. 3 Reconstituição hipotética do modelo teórico utilizado

10	50	100	200 palmos
2	10	20	40 varas

VALENÇA

Interpretação 4

Reconstituição hipotética da regra algébrico-geométrica utilizada no loteamento do núcleo original



Fig. 1 Cadastro actual

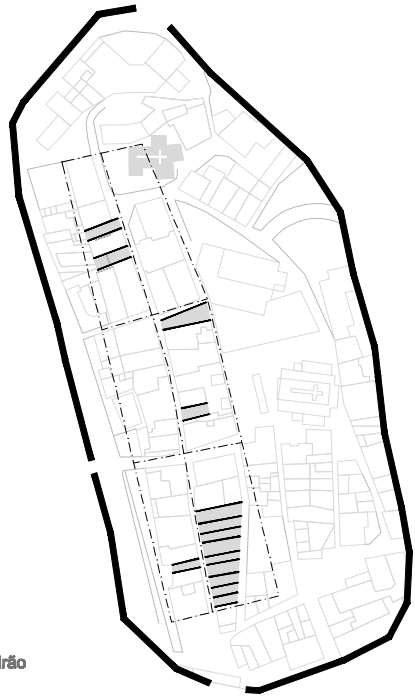


Fig. 2 Lotes que servem de base à profundidade e largura padrão

VALENÇA

Interpretação 5

Reconstituição hipotética da regra algébrico-geométrica utilizada no loteamento do núcleo original

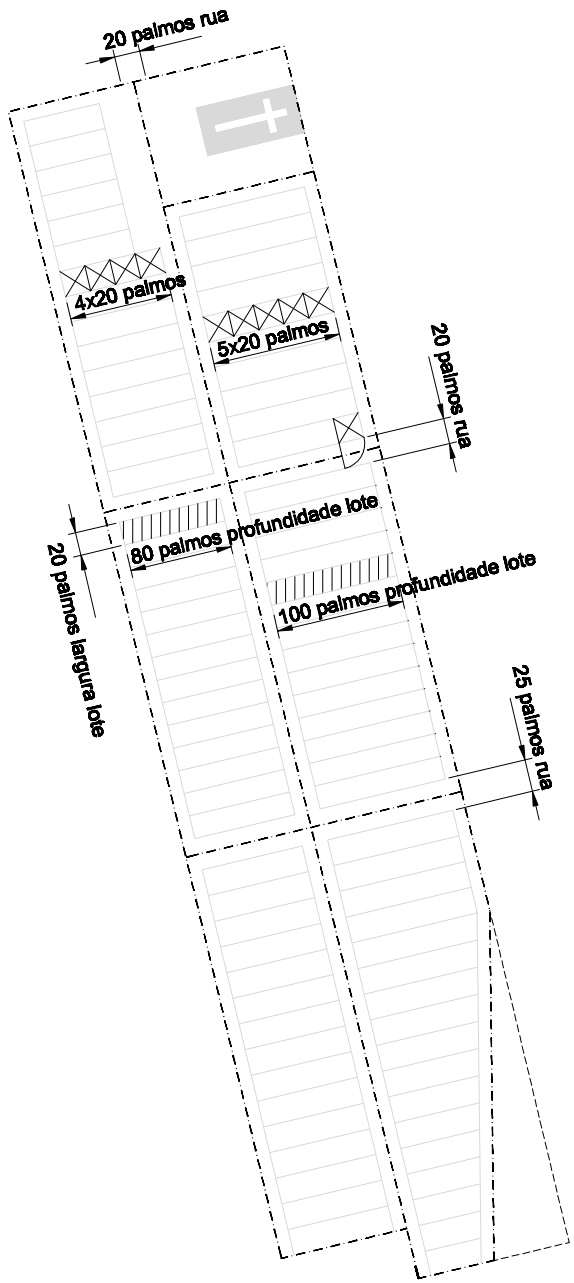
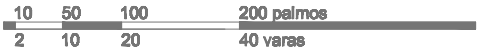


Fig. 3 Hipótese de métrica utilizada



Viana da Foz do Lima (Viana do Castelo)

Com carta de foral datada de 1258 e reformulada em 1262[933], segundo o modelo de Salamanca, Viana da Foz do Lima[934] resulta do agrupamento e reorganização de uma população que, de forma dispersa, existiria no lugar do Adro ou Átrio, rebatizado no momento de fundação por D. Afonso III[935]. Para a implantação, que o monarca deixou a cargo de João Gonçalves, Povoador[936], foi escolhido um local a cerca de duzentos metros da antiga capela de S. Salvador do Átrio[937], localizada na frente ribeirinha e marcando uma encruzilhada de caminhos terrestres e fluviais. Pese embora a distância e separação física da póvoa recém criada, S. Salvador do Átrio desempenhou, até ao século XV, o papel de igreja matriz, mantendo a função cemiterial por toda a Idade Média.

Também D. Dinis prestou atenção ao burgo, não só reduzindo o tributo anual de 1100 para 1000 maravedis[938], como autorizando a realização de uma feira quinzenal, por carta datada de 1286.

Viana é, por entre os casos em análise, um dos que mais sobressai no que respeita à morfologia regular. Os cinco quarteirões paralelos e alinhados, separados entre si por ruas uniformemente dimensionadas, à exceção da rua Grande, confirmam o processo de fundação dirigido que os dados conhecidos e atrás mencionados — foral, mudança de implantação e de nome ou a referência ao povoador — por si só já indiciavam. Pelo contrário, sobre os restantes elementos que comporiam o programa inicial pouco se sabe. À exceção da torre defensiva junto ao penedo[939], a nordeste e sem contacto físico com o tecido residencial, outros equipamentos, religiosos e defensivos, continuam, ainda hoje e apesar da multiplicidade de estudos sobre Viana, a suscitar algumas dúvidas.

A primeira referência conhecida à muralha de Viana é já tardia. Datada de 1374, surge a propósito da avaliação de uma torre "*a qual foi feita acerca do muro da dita vila*". Em dezembro do mesmo ano, uma carta régia dirigida aos moradores de Ponte

---

[933] *Chancelaria de D. Afonso III*, Liv. 1, vol. 1, p. 179-183 e p. 325-329; H. da Gama BARROS, *História da administração pública em Portugal…*, vol. 3, p. 569; Manuel António Fernandes MOREIRA, *O município e os forais de Viana do Castelo*, Viana do Castelo, Câmara Municipal, 1986, p. 235-241.

[934] A designação atual, de Viana do Castelo, só entrará em uso a partir do século XVIII.

[935] "… *uolo facere pouoam in loco qui dicitur Atrium infoce Limie, cui populе de nouo inpono nomen Viana*". *Chancelaria de D. Afonso III*, Liv. 1, vol. 1, p. 325. Rafael Moreira aponta a cidade de Viana de Ebro, no reino de Navarra, como inspiração para a escolha do nome, por parte de Afonso III. Tal como Valença e Monção, a opção afirmaria a aliança portuguesa com o reino de Navarra e a Coroa de Aragão, no âmbito da luta anticastelhana. Rafael MOREIRA, "O mar e a imagem da cidade. I. O nome de Viana", *Viana e o mar*, Grupo desportivo e cultural dos trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, Viana do Castelo, 1995, p. 101-119. António Reis Matos corrobora esta possível filiação provando que as vilas do leste Ibérico eram conhecidas em Portugal à época, sendo Valença referida nas cantigas de Pero da Ponte e Monção nas de João Soares de Paiva. António Matos REIS, *Fundação de Viana. O foral de D. Afonso III,* Viana do Castelo, CER-Centro de Estudos Regionais, 1994.

[936] A carta que o monarca dirige ao povoador, em 1265, foi publicada por Manuel António Fernandes MOREIRA, *Viana nas suas origens*, sep. de *Estudos Regionais*, 12, Viana do Castelo, Câmara Municipal, 1993, p. 57.

[937] Documentada para os anos de 1258-59, na lista das igrejas do bispado de Tui no Entre Minho e Lima e nas inquirições régias do mesmo ano como paróquia de "Sancti Salvatoris de Átrio". O trecho relativo a Viana foi publicado por Manuel António Fernandes MOREIRA, *O município e os forais de Viana do Castelo*, p. 55.

[938] Carta publicada por Manuel António Fernandes MOREIRA, *O município e os forais de Viana do Castelo,* p. 42.

[939] Destruída em 1526.

de Lima e seu termo impõe a participação na construção da cerca de Viana da Foz do Lima[940]. Na realidade, nada permite comprovar a opinião tradicionalmente aceite de que a cerca de Viana tenha sido começada em 1263 e concluída em 1374: nem os forais, nem a carta ao povoador, de 1265, referem qualquer tipo de estruturas defensivas. A reduzida exposição da vila à entrada da barra pode justificar que a estrutura não fosse pensada desde o primeiro momento ou que o processo de construção se arrastasse no tempo.

Em qualquer dos casos, ainda em 1439, nas cortes de Lisboa, os procuradores de Viana do Castelo pediam ao rei que os 16 reais anuais que cada morador era obrigado a entregar para a construção da couraça que se fazia em Caminha fosse aplicado na própria vila de Viana, reparando o cais e a muralha, ainda por acabar "*pois há lugares em que não é tão alta como uma lança de armas*"[941]. Apesar da ambiguidade desta última notícia — podendo o seu teor remeter apenas para melhoramentos, naturalmente exagerados por procuradores pouco interessados em suportar obras noutra vila que não a sua — nada, no seu conteúdo, contradiz o processo de arrastamento das obras de construção da muralha de Viana.

Para além da cronologia — e com ela relacionado — também o traçado do muro, com cerca de 2 a 2,5 metros de espessura e definindo um perímetro oval em torno de uma área de cerca de 2,5 hectares, tem suscitado opiniões distintas. A primeira, defendida por Ferreira de Almeida[942], sustenta a existência de dois momentos distintos, correspondentes a duas cercas: a original, de menores dimensões, desenharia, segundo o autor, um quadrado em que as cortinas oeste e sul passariam de forma quase tangencial aos cinco quarteirões originais, ou seja, decalcando aproximadamente o percurso seguido pelas ruas do Hospital Velho e do Cais. Num segundo momento, iniciado em data incerta mas terminado no reinado de D. Fernando[943], a cerca seria aumentada, em arco, para ocidente. António Matos Reis, por outro lado, embora reconhecendo não existir qualquer prova documental, admite que a muralha existisse desde a origem, embora com o perímetro incompleto, talvez interrompida a sul, do lado do rio. Para outros autores ainda, a cerca terá tido sempre a mesma dimensão, embora a sua construção tenha decorrido num tempo invulgarmente longo[944].

A verdade é que, seja a propósito do aumento do perímetro, do fecho do circuito ou do arrastamento do tempo de construção, todos os que têm estudado o caso de Viana se inclinam para que a cerca defensiva fosse um elemento previsto e iniciado logo no momento de fundação. O que estaria de acordo com a política seguida nos restantes núcleos criados ou reestruturados ao longo do curso do Lima, corroborando

---

[940] IANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1 f. 156 v; J. Gouveia MONTEIRO, *Os castelos portugueses nos finais da Idade Média…*, p. 130.

[941] BGUC, Ms. 700, p. 239-240: *Cortes de Lisboa de 1439*, Cap. Especiais de Viana do Castelo, nº1; J. Gouveia MONTEIRO, *Os castelos portugueses nos finais da Idade Média…*, p. 140.

[942] C. A. Ferreira de ALMEIDA, *Alto Minho*, pág. 75.

[943] No reinado de D. Fernando trabalhavam no muro os pedreiros António Fernandes e João Domingues, decerto o mesmo que, em outubro do ano seguinte, iniciava a torre de menagem do castelo de Óbidos. António Matos REIS, *Viana a cidade através do tempo*, p. 16.

[944] António Matos REIS, *Viana a cidade através do tempo*, p. 15-16.

— tal como a proximidade cronológica das diferentes iniciativas ou a escolha de um mesmo tipo de carta fundacional — o caráter global da estratégia régia[945].

Por outro lado, e agora com base no cotejo com outros núcleos estudados, nada na dimensão do perímetro que veio a concretizar-se impede que seja original. O espaço vago entre a mancha inicialmente urbanizada e o muro, com finalidades várias, foi regra comum nas cidades de fundação portuguesas, como os vários casos analisados têm vindo a demonstrar.

Recorde-se que a época a que nos remetemos era de crescimento populacional acelerado, nada fazendo prever que essa progressão fosse brutalmente interrompida, apenas algumas décadas depois. Sintomáticas desse mesmo otimismo, — afinal inerente a qualquer ação de planeamento — são as rendas estabelecidas no momento de fundação, traduzindo as expectativas de angariar um elevado número de povoadores, e que a prática obrigou quase sempre a reduzir, por vezes mais do que uma vez, face a uma realidade bem menos generosa. Monção é disso exemplo, com um tributo sucessivamente estipulado em 400, 300 e, finalmente, 200 morabitinos velhos. Em Vila Real, a realidade revelou-se ainda mais exigente, obrigando a abandonar a cifra inicialmente anunciada de mil povoadores, correspondentes a mil e quinhentos morabitinos velhos, para apenas metade. Por último, a garantia de edificação de uma cerca foi, sem dúvida, um dos argumentos mais utilizados pela coroa no momento de atrair potenciais povoadores, sobretudo em zonas de fronteira a que, neste caso, se associava a posição na orla costeira, ainda não totalmente livre de perigos vários.

Parcialmente engolida pelo casario no decorrer do tempo e, finalmente, demolida nos troços restantes, a muralha deixou, apesar de tudo, uma cicatriz indelével no cadastro[946]. O acentuado crescimento da vila nos finais da Idade Média acelerou o processo de açambarcamento do muro por parte dos particulares[947]. Embora entre 1501 e 1530, a Câmara ainda tenha tentado impedir a abertura de qualquer janela ou porta sobre a muralha, mandando encerrar as existentes, o processo estava irremediavelmente em marcha desde que, por alvarás de 1501 e 1502, D. Manuel permitira a ocupação de terrenos junto à muralha. Em 1531, era o próprio senado concelhio que vendia, a quem oferecesse mais, os chãos situados entre a porta das Atafonas e a Torre do Cais, no ângulo sudeste da povoação. Progressivamente, servindo de encosto às traseiras dos novos lotes, a muralha desaparecia no interior do casario, preenchendo-se totalmente o espaço intramuros. A alienação da muralha culminaria com a demolição levada a cabo nos séculos XVIII e XIX, reutilizando-se a pedra no calcetamento da vila.

Às dúvidas suscitadas pela muralha juntam-se as incertezas relativas à existência de um templo, desde o momento fundacional, no local escolhido para a nova implantação da vila. Na realidade, a existência no núcleo original, o Adro ou Átrio, de uma

[945] Amélia Aguiar ANDRADE, *Vilas, poder régio e fronteira*…, p. 329-331.

[946] Marta Aguiar propõe o traçado da muralha tal como existiria no século XV utilizando como instrumento base o levantamento atual aerofotogramétrico transferido para CAD, no qual introduziu as notícias documentais, referências iconográficas ou indicações sugeridas por outras fontes cartográficas. Marta Marques AGUIAR, "Contributo cartográfico para a reconstituição das cercas medievais de Viana e de Caminha", p. 877-884.

[947] Manuel António Fernandes MOREIRA, *O Município e os forais de Viana*, p. 107. Segundo o Numeramento de 1527, na vila e arrabaldes contabilizavam-se 972 vizinhos. João J. Alves DIAS, *Gentes e espaços. Edição crítica do Numeramento de 1527-1532*…, p. 45.

pequena capela sob a invocação de S. Salvador, tem levado a maioria dos autores a assumir a inexistência de qualquer outro templo no interior da cerca. Uma vez mais, é Ferreira de Almeida[948] quem levanta uma hipótese contrária: a igreja construída nos inícios do século XV, sob a invocação de Santa Maria, viria ocupar o espaço de uma pequena capela anterior, possivelmente dedicada a S. João de Agra. Como argumentos a favor, elenca a existência de sepulturas antropomórficas nessa mesma área[949], a mudança de orago e as referências toponímicas da Porta e da rua de S. João.

Sem qualquer dado novo que permita resolver a questão refira-se como, para a reconstituição da vila medieval original, a existência de um templo nessa situação em nada viria alterar o esquema defendido, comprovando pelo contrário, uma vez mais, a dissociação entre igreja e malha residencial, a chamada terra de permeio, já tantas vezes aqui referida a propósito de tantos outros casos. Recorde-se, a título de exemplo, Nisa, Montalvão, Terena, Miranda do Douro, Monção ou Caminha, situações em que nunca o templo se inscreveu na malha edificada comprometendo, por essa via, a paridade dos lotes a distribuir.

Em síntese, em 1258 programava-se uma nova vila na margem direita do estuário do Lima, aproveitando-se para a sua implantação o pequeno morro entre o rio e o sopé do monte de Santa Luzia[950], num local que, à enorme potencialidade marítima e comercial, associava capacidade de defesa, de proteção contra as cheias e salubridade. Paralelamente ao rio, desenhavam-se cinco quarteirões alongados de dimensões quase rigorosamente idênticas, definindo uma mancha quadrangular compacta, de 500 palmos de lado. A forma invulgar como o cadastro chegou aos nossos dias, permite recuperar a divisão interna dos quarteirões, configurando um conjunto de parcelas de 20 palmos de frente por 80 de profundidade. Também as ruas mediam cerca de 20 palmos, à exceção da rua Grande, um pouco mais larga.

Dois grandes eixos entrecruzavam o tecido que, de forma compacta, preenchia (apenas) o centro da área muralhada. O primeiro, mais tarde conhecido por rua da Praça Velha, corria no sentido noroeste–sudeste e passava tangencialmente ao topo dos cinco quarteirões, ligando a porta do Forno e a Porta do Postigo ou o pequeno ancoradouro (que era também o local de passagem para a outra margem) ao ponto mais alto do burgo, dominado pela torre de menagem; o segundo, desde cedo identificado como rua Grande, integrava o conjunto de ruas que separavam os quarteirões[951], prolongando-se em toda a extensão do intramuros e colocando em contacto as portas da Ribeira e das Atafonas. Era, na prática, um troço do caminho que levava de Ponte de Lima a Caminha, passando por S. Salvador do Adro. O ponto de interseção dos dois eixos estruturadores não correspondia, porém, a nenhum ponto significativo. O centro cívico de Viana ocupava, como foi já referido, o quadrante nordeste da área

[948] Opinião seguida por Marta OLIVEIRA, "Viana, a Sé", *Monumentos*, 22, D. G. E. M. N., Lisboa, 2005, p. 28-41.

[949] C. A. Ferreira de ALMEIDA, *Alto Minho*, p. 79.

[950] Sobre a evolução de Viana veja-se, de Mário Gonçalves FERNANDES, *Viana do Castelo, a consolidação de uma cidade,* 1995; *Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal...,* 2005 e "A evolução do centro histórico de Viana do Castelo", *Monumentos,* 22, p. 6-21.

[951] De norte para sul: rua do Poço, rua do Tourinho, rua Grande, rua Cega e rua do Cais. A orientação das ruas tinha em conta o melhor escoamento das águas.

cercada, correspondente ao ponto mais alto onde, por isso mesmo, se situava a torre de menagem, erguida sobre um penedo. Era nesse terreiro, eventualmente junto a uma capela, que reunia o concelho e se realizava o mercado. É, efetivamente, "*na praça do penedo*" que, em 1383, reúne o concelho alargado[952].

Terreiro que, a partir de 1400, sofre uma reconfiguração profunda com a construção da nova matriz[953]. Em torno do novo templo — para cujo arranque das obras D. João I contribuiu com uma avultada quantia, mas que em 1439 ainda se encontrava por concluir, como testemunha o pedido de ajuda financeira lançado pelos procuradores a D. Afonso V — definia-se uma verdadeira praça, de vocação religiosa, política e comercial. O mercado, que há muito aí decorria, encontrava então estruturas próprias para a sua realização, quer nos alpendres que o concelho projetava erguer na fachada norte do templo[954], quer na extensa arcaria térrea do casario que, do lado norte, fechava a praça[955]. Galeria de que hoje resta apenas a casa de João Velho, onde, em 1502, ficou alojado D. Manuel I[956].

[952] *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383),* vol. II, p. 379.

[953] Embora só na década de 40 se erguesse a torre do relógio e nos anos oitenta se concluísse a torre sul, a igreja estaria aberta ao culto desde meados da centúria, havendo registo da compra de alfaias para o culto, em 1455.

[954] Por duas vezes, nas cortes de 1439 e de 1455, foi pedido auxílio para a construção de alpendres. É possível que nunca chegassem a ser edificados, uma vez que deles não sobreviveram quaisquer marcas, nem arqueológicas nem historiográficas.

[955] A frente contínua de arcadas do lado norte da Matriz é visível na cartografia histórica existente, caso da *Planta da vila de Viana,* pelo engenheiro José Martins da Cruz (1759) publicada em Miguel SOROMENHO, "O alpendre da irmandade do Santíssimo Sacramento da matriz de Viana" *Monumentos*, 22, D.G.E.M.N., Lisboa, 2005, p. 168.

[956] João Vieira CALDAS; Paulo Varela GOMES, *Viana do Castelo*, Lisboa, Presença, 1990; João Vieira CALDAS, "Casas nobres de Viana", *Monumentos*, 22, D.G.E.M.N., Lisboa, 2005, p.172-181.

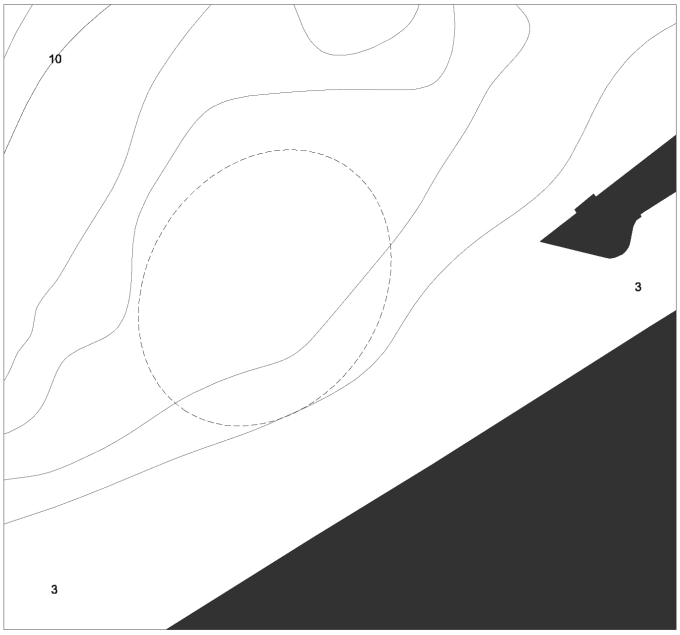
VIANA DA FOZ DO LIMA

Território

Rio Lima

Área aproximada da implantação medieval: inserção topográfica





Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

N

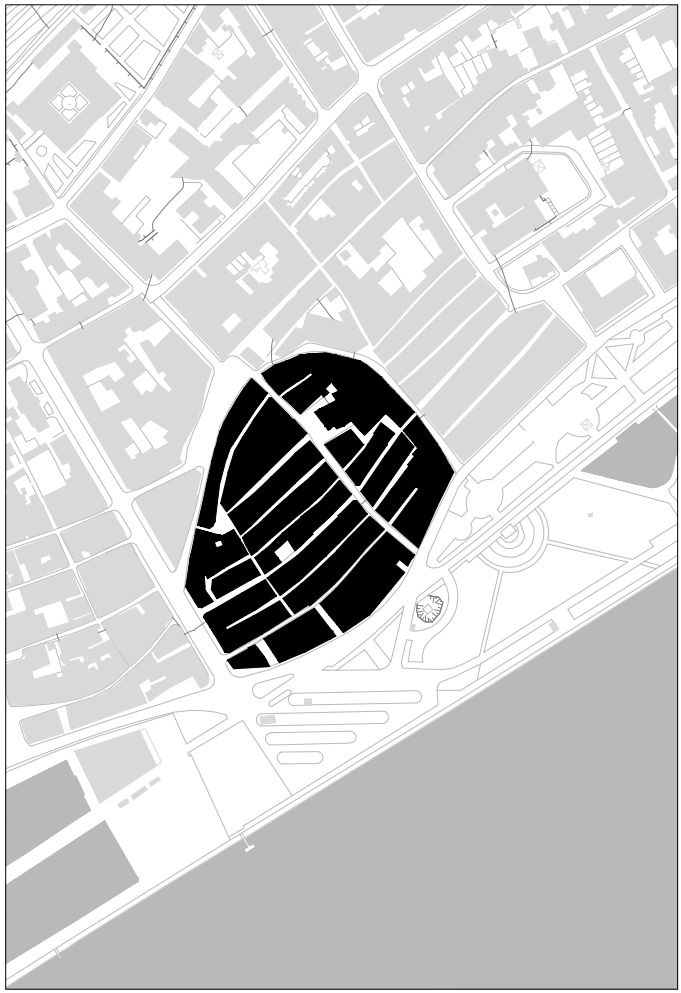
VIANA DA FOZ DO LIMA

Área da cidade actual em análise

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual correspondente à implantação medieval

Rio Lima



Escala 1:5 000

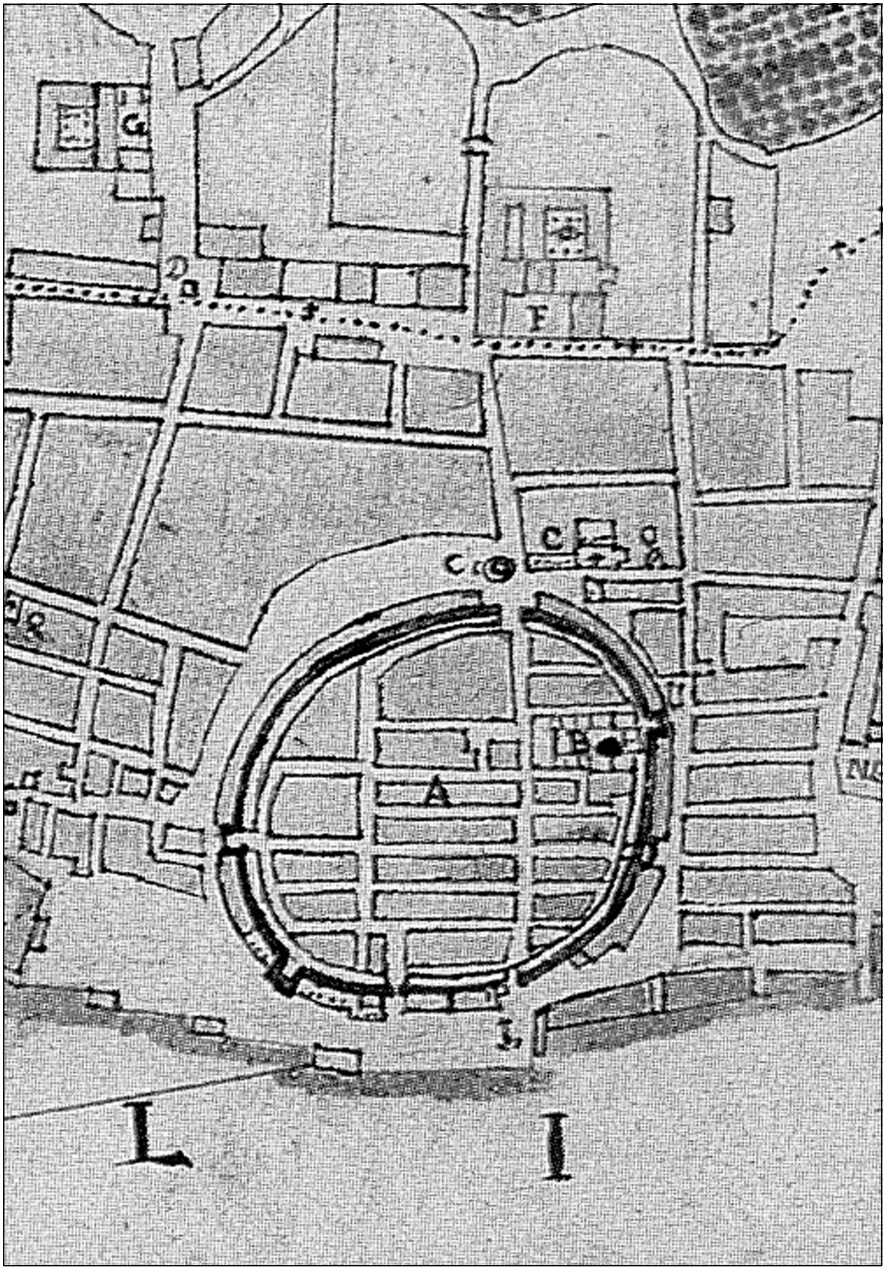
10 50 100 200 400

N

VIANA DA FOZ DO LIMA

Cartografia 1

Planta da villa de Vianna e a sua barra e castello , Manuel Pinto de VilaLobos, séc. XVIII, S.G.L. (pormenor)
Escala aproximada 1:2 000



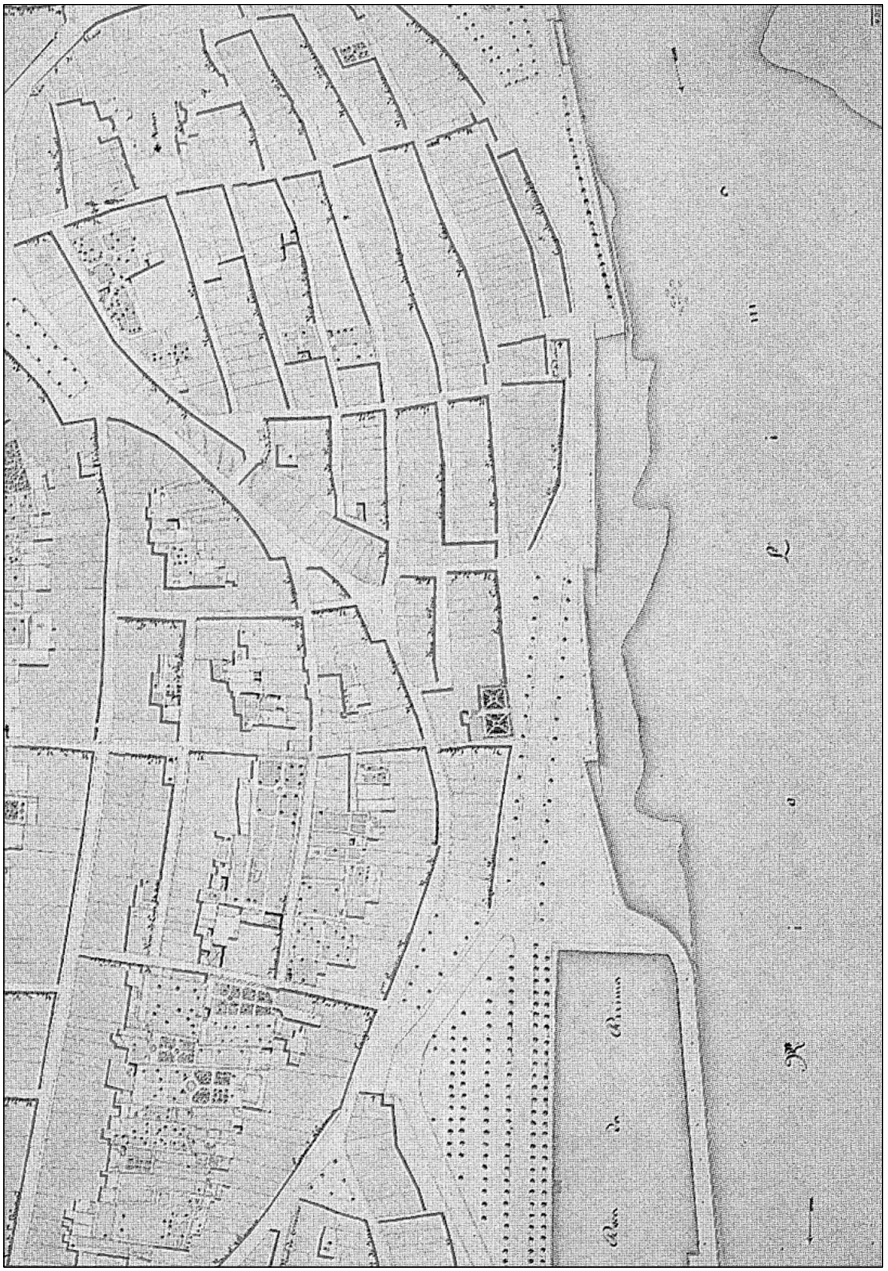
N

VIANA DA FOZ DO LIMA

Cartografia 2

Carta cadastral da cidade de Vianna do Castello, fl.11, A.G.T., Ferreira E.V. Salgado, 1868/69 B.A.H.M.O.P. (pormenor)

Escala aproximada 1:2 000



N

VIANA DA FOZ DO LIMA

Interpretação 1

Tecido urbano actual

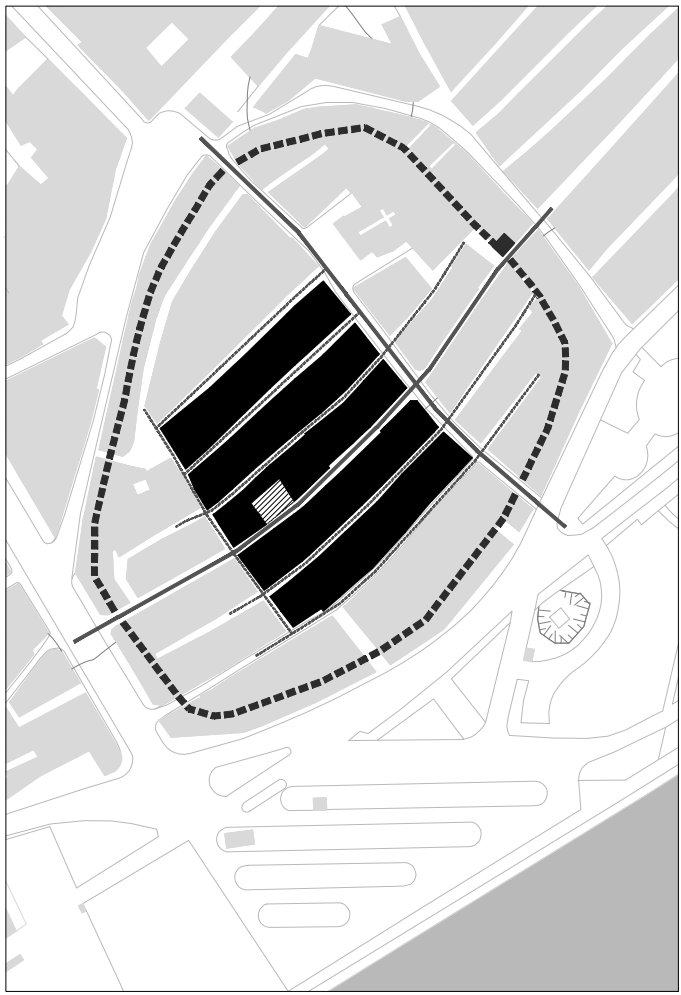
Tecido urbano actual correspondente à implantação medieval

Rio Lima

Traçado hipotético da cerca medieval

Eixos de acesso principal

Eixos de acesso secundário



Escala 1:2 500

10 50 100 200 400

N

VIANA DA FOZ DO LIMA

Interpretação 2

Reconstituição hipotética da regra algébrico-geométrica utilizada no núcleo original

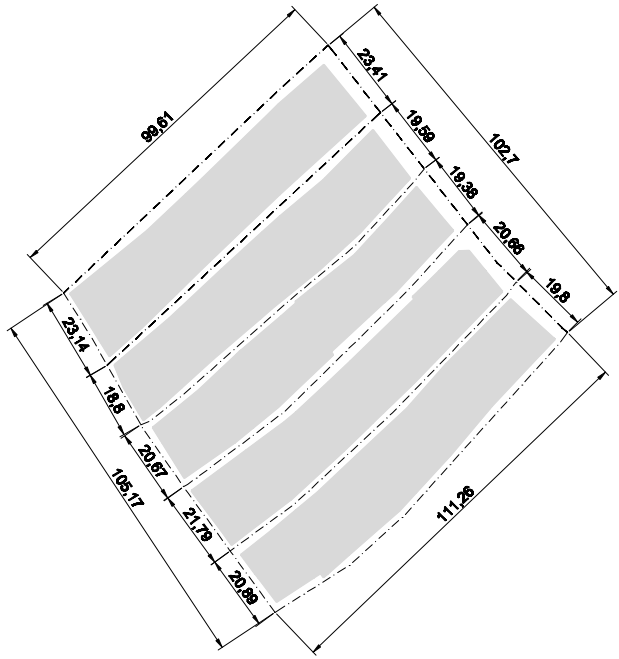


Fig. 1 Cadastro actual

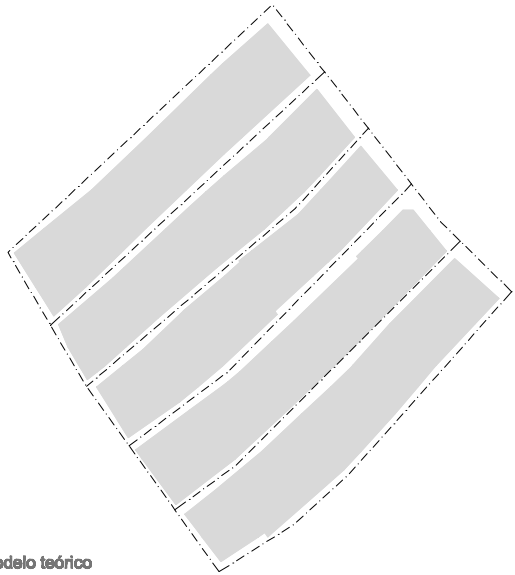


Fig. 2 Adaptação progressiva do existente ao modelo teórico

VIANA DA FOZ DO LIMA

Interpretação 3

Reconstituição hipotética da regra algébrico-geométrica utilizada no núcleo original

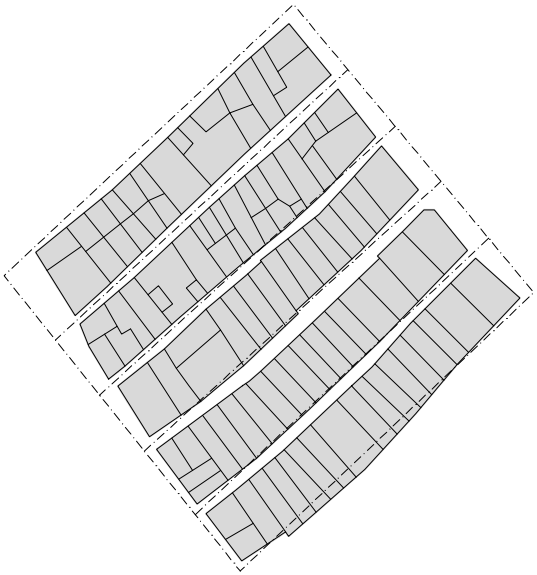


Fig. 3 Adaptação progressiva do existente ao modelo teórico

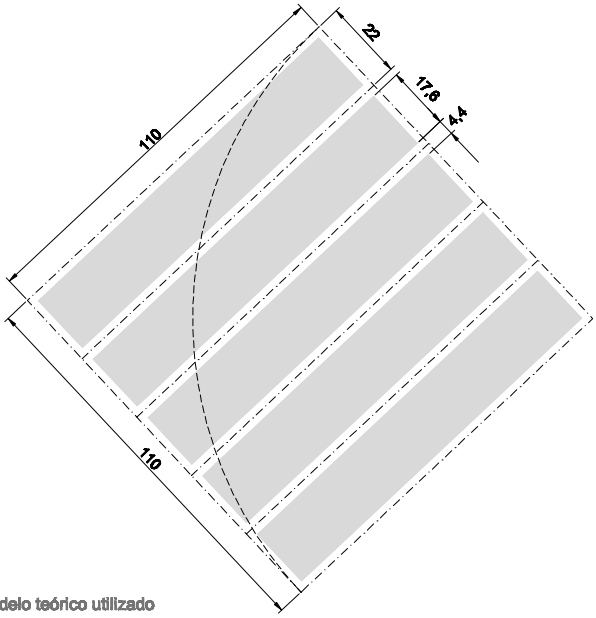


Fig.4 Reconstituição hipotética do modelo teórico utilizado

VIANA DA FOZ DO LIMA

Interpretação 4

Reconstituição hipotética da regra algébrico-geométrica utilizada no núcleo original

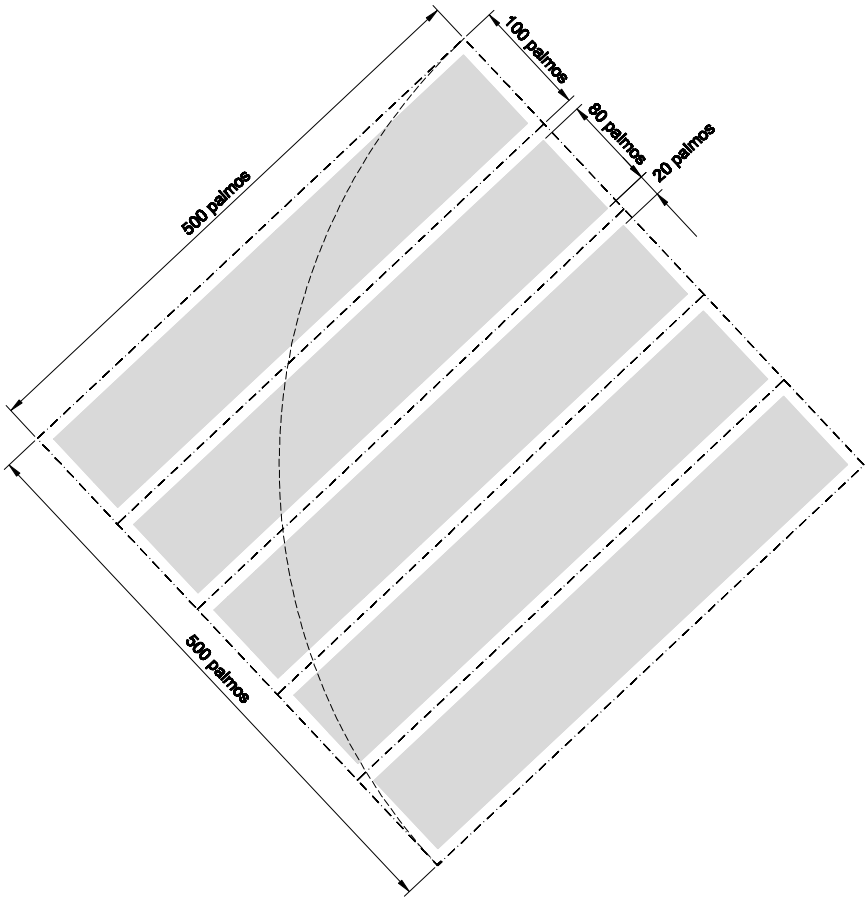


Fig. 5 Reconstituição hipotética do modelo teórico utilizado

10	50	100	200 palmos
2	10	20	40 varas

VIANA DA FOZ DO LIMA

Interpretação 5

Reconstituição hipotética da regra algébrico-geométrica utilizada no loteamento do núcleo original

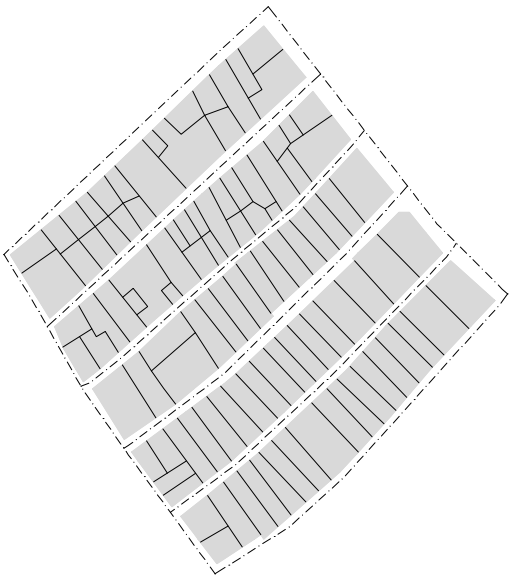


Fig. 1 Cadastro actual

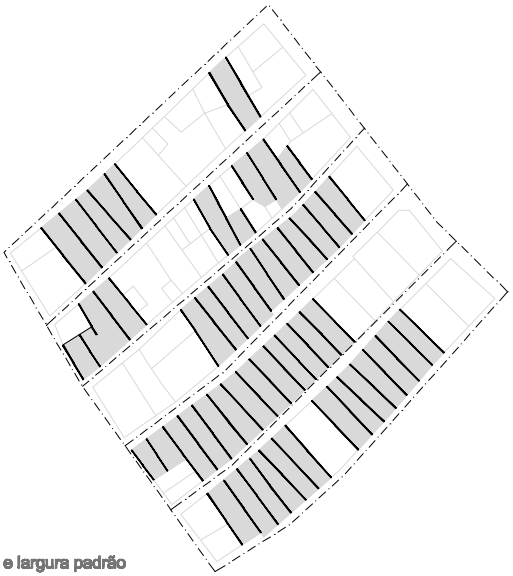


Fig. 2 Lotes que servem de base à profundidade e largura padrão

VIANA DA FOZ DO LIMA

Interpretação 6

Reconstituição hipotética da regra algébrico-geométrica utilizada no loteamento do núcleo original

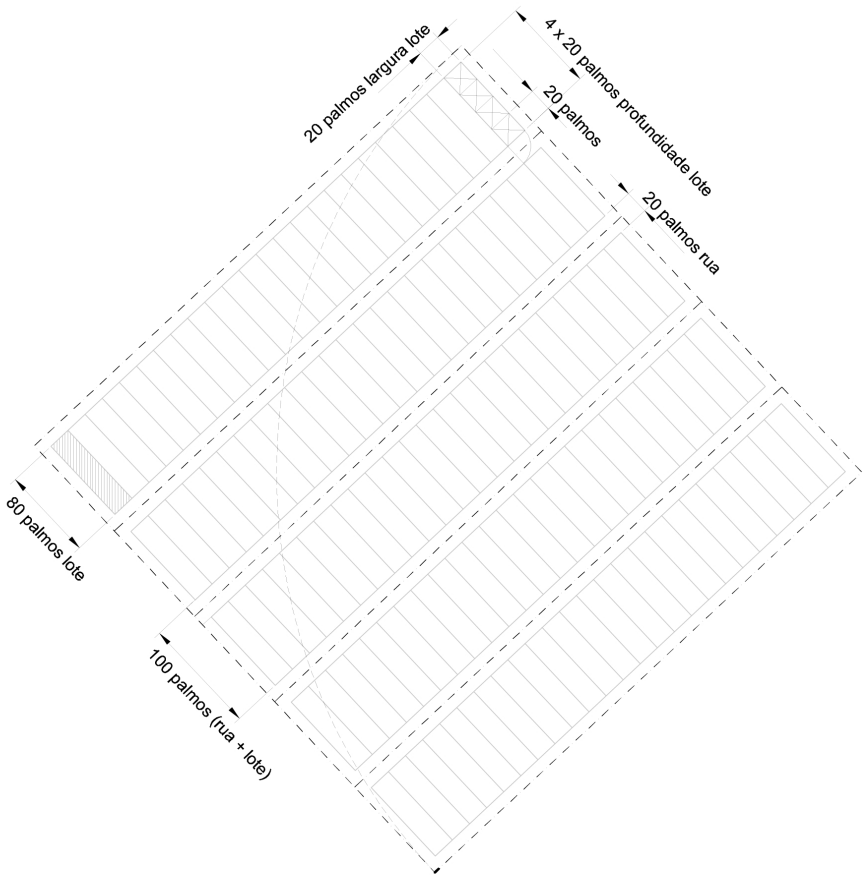
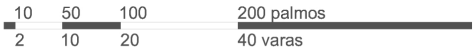


Fig. 3 Hipótese de métrica utilizada



VIANA DA FOZ DO LIMA

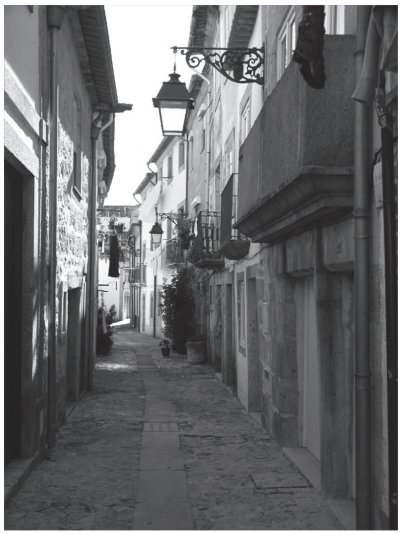
Fotografias 1

Rua Sacadura Cabral e Rua Grande





Rua do Tourinho





VIANA DA FOZ DO LIMA

Fotografias 2

Casa dos Lunas e Paço do Concelho





Casa de João Velho





Viana do Alentejo

Viana do Alentejo ou Viana a par do Alvito, como viria mais tarde a ser denominada, foi, no decorrer da segunda metade do século XIII, um povoado sob o domínio dos Riba de Vizela[957]. Sem qualquer dado que permita identificar a sua dimensão ou estrutura, o que se sabe dessa primeira fase resume-se à existência de uma igreja (comprovada pelo contrato realizado, em 1269, entre Gil Martins e o bispo de Évora[958]) e de uma fonte pública, descrita no reinado de D. Dinis como "*fomte gramde*"[959]. Só a partir de 1312, quando, por morte de Martim Gil, conde de Barcelos, a vila reintegra os bens da coroa, a documentação[960] se torna mais esclarecedora, denunciando um período de alterações significativas.

A intenção de D. Dinis de "*fazer villa em Viana*"[961], logo em 1313, corresponde, na prática, a transformações profundas no povoado preexistente. No plano administrativo e económico, a carta de foral, decalcada da de Santarém, estipulava um vasto termo onde se incluía Alvito, Vila Nova, Vila Ruiva, Malcabron, Benalberque e Oriola. Viana, concentrando em exclusividade o exercício da justiça e do tabelionado, constituía-se, a partir de então, como polo administrativo ou "*cabecça de villa*"[962].

No plano da reorganização material, o monarca ordenava a construção da cerca urbana: "*… fazer çerca de muro em que seja a villa de IIII braças em o quall luguar que lhes El Rey mamdar e que colham demtro a fomte gramde de que se aguora serve a villa. E o muro deve ser huma braça em amcho e em allto ser quamto poder atamjer hum cavalleiro em çima de hum cavallo com huma lamça de IX covados e nom posa ferir nem dar com ella ao que estever amtre as ameyas e fazerem a esa cerca tres portas nos luguares comvinhavees e fazerem a cada porta dous cubellos boons hum da huma parte da porta e outro da outra e o dito Senhor El Rey per esto da lhe loguo em ajuda mill livras e que*

[957] Gil Martins de Riba de Vizela ocupou um lugar cimeiro na escala social, desempenhando o cargo de Mordomo-mor, entre 1253 e 1264. Embora esteja documentada a sua presença em Toledo, em 1248, junto de Sancho II, a partir de agosto desse mesmo ano e até 1264, Gil Martins permaneceu ininterruptamente na cúria de Afonso III. Por razões que hoje se desconhecem terá regressado a Castela à corte de Afonso X, onde viria a morrer em 1274 ou 1275. O seu filho, Martim Gil de Riba de Vizela, regressado de Castela onde acompanhara o pai, manteve-se junto do monarca português entre 1276 e 1280, período em que deteve a tenência de Elvas e após o qual retornaria à corte de Afonso X; estaria de volta a partir de 1285 ocupando o cargo de alferes até à sua morte, em 1295, cargo que a partir daí seria desempenhado pelo seu filho Martim Gil, também chamado Martim Gil de Sousa, conde de Barcelos, e irmão de Teresa Gil. Leontina VENTURA, *A nobreza de corte de Afonso III*, vol. II, p. 690-702.

[958] Em 1320-1321 a igreja de Viana do Alentejo é taxada em 300 libras. A parte que nela tinha D. Teresa Egídio e a infanta é taxada em 100 libras, a infanta só pode ser D. Constança, filha de D. Dinis, morta já há alguns anos. D. Teresa Egídio seria Teresa Gil irmã de Martim Gil, conde de Barcelos, que com ele teria parte do padroado da igreja. A razão só pode ser uma: é que a igreja já existia antes de 1313, data em que D. Dinis recupera Viana para a coroa, sendo fundação de D. Gil Martins de Riba de Vizela. *Catálogo de todas as igrejas…*, p. 136.

[959] Talvez a que, situada no centro da vila, na atual Praça da República recebe, no século XVI, a feição que ainda hoje persiste.

[960] Expresso aqui o meu agradecimento ao Arq. Pedro Cid pela disponibilização de todo o levantamento documental relativo a Viana do Alentejo, por ele efetuado no âmbito do "Projecto de Recuperação, Conservação e Valorização do Castelo de Viana do Alentejo", IPPAR /Direcção Regional de Évora, 2003-2006.

[961] IANTT, *Leitura Nova*, Livro 3 de Místicos, f. 53-55 v.

[962] IANTT, *Leitura Nova*, Livro 3 de Místicos, f. 53-55 v.

o dito comçelho meta loguo maão a fazer e lavrar no dito muro e nom allçarem delle maão ata que lhe dem cabo e se o asy nom comprirem …[963].

De forma invulgarmente pormenorizada e atestando um conhecimento prévio do território que a coroa pretendia reorganizar, o documento dá-nos um quadro quase completo da estrutura defensiva: as dimensões totais do perímetro, a altura e largura do muro coroado por ameias, a determinação de proteger com cubelos as três portas projetadas. Embora nada diga sobre a localização destas, pode conjeturar-se se os *luguares comvinhavees* não corresponderiam ao enfiamento das três principais vias que desembocavam no cruzamento estratégico onde a vila se implantava: no sentido norte, a que levava a Évora, a ocidente, na direção de Alcáçovas e, finalmente, a que partindo para oriente, dava acesso a Portel e (por bifurcação) a Alvito.

Apesar de todo o empenho do monarca, materializado, desde logo, na atribuição de mil libras para a edificação da cerca, a obra nunca chegou a concretizar-se. Nem as referidas verbas foram canalizadas para qualquer outra obra militar que assegurasse a defesa da vila. Ao contrário do que a tradição veiculou, Viana do Alentejo foi uma vila desprotegida até bem adiantado o século XV.

Embora seja consensualmente aceite que o castelo, na feição com que chegou à atualidade[964], seja o resultado de uma grande campanha de obras realizada nos finais do século XV, decorrida praticamente em simultâneo com a realização das cortes de 1481-82 (iniciadas em Évora e terminadas em Viana), a verdade é que a origem da construção tem sido sistematicamente atribuída ao reinado de D. Dinis[965]. Seria, na opinião geral, uma campanha de atualização de uma estrutura preexistente, pela qual os muros trecentistas recebiam um novo coroamento de merlões chanfrados, ao mesmo tempo que os cinco torreões circulares, recuperados ou reerguidos, eram rematados por coruchéus cónicos.

A tese das origens dionisinas da estrutura militar, certamente fundada nas Memórias paroquiais de 1758, por sua vez erroneamente alicerçada na atribuição da verba por D. Dinis (onde, de resto, as 1000 libras referidas no documento original são reduzidas a 500) é, todavia, abertamente contrariada por documentação posterior; é o caso de um documento relativo às rendas das capelas de D. Afonso IV[966], datado de 1460, onde se destaca a fragilidade de Viana pelo facto de não ser cercada:

---

[963] IANTT, *Leitura Nova*, Livro 3 de Místicos, f. 53-55 v.

[964] Já no século XX, o castelo de Viana sofreu obras de consolidação, nomeadamente a nível do pano murário e das ameias, a primeira campanha da responsabilidade da DGEMN, na década de 1940, a segunda, nos últimos anos pela mão do IPPAR.

[965] Ao analisar as obras militares realizadas no reinado de D. Dinis, Mário Jorge Barroca refere que, para além dos 57 casos comprovados pela conjugação de referências cronísticas e epigráficas, o número pode ascender a 86 quando acrescentados outros castelos onde, apesar do silêncio das referidas fontes "*se costumam atribuir reformas à iniciativa de D. Dinis. Alguns deles, como Lindoso, Torre de Moncorvo, Trancoso, Linhares, Penamacor, Castelo Novo, Nisa e Viana do Alentejo com fundamentos documentais devidamente comprovados ou testemunhos arqueológicos coevos ainda sobreviventes*". Mário Jorge BARROCA, "D. Dinis e a arquitectura militar portuguesa", p. 810. No *Dicionário Geográfico*, vol. 39, (Memoria 150, f. 891-910) de 1758, o prior José Peres Maciel, em resposta ao inquérito do Padre Luíz Cardoso, refere: "*Não he prassa de armas mas tem hum castello dentro do qual está a matriz, o muro he antigo e não terraplanado. Tem cinco torres de obra Mourisca uma das he mayor e munto bem feita e como as mais rotunda, para a fatura do qual castello deu o Senhor Rey D. Deniz quinhentas libras por contrato, aos oficiais da câmara. No terramoto uma das torres "se partio pello meyo"*.

[966] Pelo testamento de 1345, D. Afonso IV, a quem D. Dinis doara a vila de Viana em 1314, atribuiu às dez capelanias que instituíra na Sé de Lisboa — conhecidas por Capelas de D. Afonso IV — a maior parte dos dízimos de Viana do Alentejo.

"… E como pera o soportamento e gouernamça do que dito he he mays proueytoso e comueniemte seer lhe dada certa rremda em dinheiro çerto cada huü anno em luguar comarquaão aas ditas capellas que teerem a dita jurdiçom çiuell da dita villa de viana, a qual jurdiçom nom rremde nenhuüa cousa e he allomguada da dita cidade homde as ditas capellas ssam setuadas por vimte legoas pouco mais ou menos e he açerqua dos estremos de castella. E por nom seer cercada vymdo guerra se lhe poderia seguyr muyto dampno e detrimento e gramde mimgua das rremdas que ora hy ham[967].

Se a comprovação da inexistência de muralha não levanta grandes problemas — desde logo pela ausência total dos vestígios que uma estrutura como essa normalmente deixa impressos no tecido urbano — já a época aproximada da construção do castelo é denunciada por uma carta de D. Afonso V, datada de 1478[968]. Dirigida ao concelho de Viana e incidindo sobre a posse da alcaidaria que o monarca atribuíra, dois anos antes, a Martim Ribeiro[969], refere explicitamente o pedido dos moradores para *"fazer huma forteleza na dita villa pera sua defenssam e se temiam de nos darmos a alcaidaria moor della e assy a pequena a algumas pessoas o que seria azo pera virem em sogeiçam e trabalho me pediam que o nam fizesse mas amte quizesse que desto fossem privilegiados E elle dito Comcelho fosse obriguado a guardar e defender a dita forteleza e dariam sua menagem e a guardariam e defenderiam aos comtrairos como a tem e fazem os da nossa villa de freixo d espada cinta*".

O pedido feito pelos homens-bons de Viana, de disporem de uma fortaleza, surge transcrito em documentação posterior, concretamente em 1497, na carta em que D. Manuel confirma os privilégios aos moradores da vila de Viana do Alentejo[970] e, novamente, em 1752, num alvará de D. José onde as concessões outorgadas se justificam como "… *remuneração tãobem de terem seus antepassados feito e fabricado o castello e fortaleza da mesma villa com essa condição em tempo em que este reyno labrava em sanguinolentas guerras*"[971].

Nem mesmo a questão da alcaidaria — estando em causa a cedência a um nobre como era prática comum[972] ou ao concelho, por especial privilégio —, que à partida faria supor a existência de uma qualquer estrutura militar, contradiz a ausência de castelo ou cerca. Nas próprias cortes de Évora, de 1481-1482 os povos pediam a D. João II que nas cidade e vilas onde existissem alcaides, mas não castelos, as rendas fossem utilizadas na reparação das fortalezas da raia, pedido que o monarca indefere[973].

---

[967] IANTT, *Leitura Nova,* Livro 3 de Místicos, f. 53-55 v.

[968] IANTT, *Leitura Nova,* Livro 4 de Odiana, f. 100.

[969] O pedido do concelho de Viana surge na sequência da doação por D. Afonso V da alcaidaria a Martim Ribeiro, fidalgo da casa do duque de Viseu e de Beja, D. Diogo, seu sobrinho, para logo de seguida a conceder a Fernando de Meneses, fidalgo da mesma casa. A carta de doação data de 19 de março de 1476 e nela se refere que até então a vila nunca tinha tido alcaide, situação que o monarca resolvera alterar em função do "*tempo que he*". IANTT, *Leitura Nova,* Livro 6 de Odiana, f. 215v.-216.

[970] IANTT, *Leitura Nova,* Livro 5 de Odiana, f. 166 v.-167.

[971] Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Viana do Alentejo, Livro n.º 16 (f. 27 v.-28).

[972] Nas Ordenações Manuelinas justifica-se a entrega da alcaidaria-mor a um nobre com o argumento que se for de "*boa linhagem de padre e madre* […] *sempre auerá vergonha de fazer cousa que lhe estee mal*". *Ordenações Manuelinas*, Livro I, título LV, *Dos Alcaides Moores dos Castelos*, Fac-símile da edição da Real Imprensa da Universidade de Coimbra, 1797, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 370.

[973] "*Capittolo que a terça parte da renda dos alcaides de lugares que nom teem castelos se despenda em repairo dos castelos do estremo*": "*… em allguuas cidades e villas de vosos regnos ha alcaides moores omde nom ha castellos os quaees*

Que a existência do cargo de alcaide-mor não decorria necessariamente da presença de uma estrutura militar, prova-o igualmente o título LV das Ordenações Manuelinas onde expressamente se declara que "*… E nom deuem seer postos Alcaides Moores, saluo nos Luguares que teuerem Castelo de menagem, ou onde já ouue os ditos Castelos, ou em outros alguuns Luguares, em que de tempo antiguo sempre ouue os ditos Alcaides, posto que nelles nunca ouuesse Castelo*"[974].

Daqui se depreende que, até finais da década de 1470, Viana não possuía castelo ou cerca. O primeiro documento conhecido que menciona a existência de uma estrutura militar é o Tombo dos bens do Hospital de Nossa Senhora da Graça de Viana, redigido em 1537, onde, por entre as confrontações dos imóveis elencados, surge a referência à "*Rua que se chama dos Tosadores contra o castello*"[975].

Ainda em torno desta questão da edificação tardia do castelo, importa referir o único documento conhecido onde surge uma nota potencialmente contraditória: por entre os muitos privilégios concedidos por D. João I a vinte homens que "*… morarem e pobrarem conthinuadamente…*" em Vera Cruz do Marmelar, inclui-se a isenção "*… de hirem seruir nas aduas que mandamos dar aa villa de Viana e as outras cercas que mandamos fazer na comarca d antre Tejo e odiana e doutros quaaes quer encargos que recrecesem ao diante tamanhos como estes ou mayores ou menores …*"[976]. De acordo com esta informação, em 1397 e por ordem régia, prestava-se anúduva em Viana, o que, de acordo com o significado do termo no Portugal medieval (que, de resto, o próprio texto denuncia como "*fazer cerca*") significava a obrigatoriedade de "*construir e reparar cercas, torres, muros, castelos, fossos e outras fortificações militares...*" [977]. Se por entre a indicação vaga de "*outras cercas que mandamos fazer na comarca d antre Tejo e odiana*", Viana surge como o único caso individualizado, parece ser de aceitar que, no reinado de D. João I, se equacionasse, uma vez mais, a necessidade de proteger a vila através de uma cerca. E, ao que tudo indica, uma vez mais, a intenção não chegou a ser concretizada.

Por tudo isto parece de aceitar, contra uma tradição infundada, que Viana do Alentejo só na última década do século XV viu, finalmente, ser erguida uma estrutura defensiva. Toda a linguagem formal, até aqui atribuída a uma profunda reforma, deve ser, afinal, interpretada como obra de raiz. Note-se como ao nível da dimensão das cortinas, do coroamento de ameias — baixas e largas com fina seteira ao centro — ou dos torreões circulares, revela claras afinidades com o castelo do Alvito, cuja edificação está documentada precisamente para a mesma época[978].

---

alcaydes tem grosas rendas de vosos direitos reaes e as levam e despemdem em suas próprias fazemdas e nom em aquello pera que forom ordenadas …". Cortes de Évora de 1481-1482. *Ius Lusitaniae. Fontes Históricas de Direito Português* (http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt).

[974] *Ordenações Manuelinas*, Livro I, título LV, *Dos Alcaides Moores dos Castelos*, p. 381.

[975] IANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 273, f. 69 v.; Arm.º 17 do interior da Caza da Coroa, Maço 2.º de Tombos, n.º 4, f. 25.

[976] *Chancelarias Portuguesas. D. João I (1384-1385)*, vol. II, tomo 3, p. 97.

[977] Sobre o significado do termo anúduva em Castela e Portugal veja-se J. Gouveia MONTEIRO, *Os Castelos portugueses dos finais da Idade Média…,* p. 161.

[978] Edificado pelo segundo Barão do Alvito, entre 1494 e 1504, embora a autorização para erguer a estrutura datasse de 1482 e tivesse sido concedida a D. João da Silveira, para quem D. Afonso V criara o

O parentesco com a arquitetura tardo-gótica alentejana é aqui igualmente visível nos remates cónicos dos torreões ou cubelos, com paralelos no palácio Cordovil, na igreja de S. Francisco de Évora, em Nossa Senhora da Assunção de Elvas, na igreja da Madalena em Olivença ou, nas já mais tardias, igreja do Alvito e cobertura da mesquita/igreja de Mértola[979].

Como foi já referido, Viana implanta-se no cruzamento de três importantes vias que cruzam a planície. O castelo virá ocupar o topo sul, fisicamente separado da malha urbana, ainda na zona baixa, embora praticamente encostado ao ponto em que o terreno se torna mais acidentado. A datação atribuída à estrutura, nos finais da centúria de Quatrocentos, levanta outras questões que devem ser aqui equacionadas. É que no interior do recinto muralhado encontra-se a igreja matriz, o edifício da misericórdia e, ao que tudo indica, o que terá funcionado entre os séculos XIV e XVII como casa da câmara[980]. Assumindo-se que a igreja matriz, construída cerca de 1520, por Diogo de Arruda[981] ocupa, de acordo com a prática de manutenção do *locus* sagrado, o mesmo espaço da original, fundada no período pré-dionisino pelos Riba de Vizela, poderá colocar-se como hipótese que a escolha da implantação do castelo tenha sido determinada pela localização dos edifícios de maior prestígio à época existentes na vila, em detrimento da elevação vizinha, situação que, do ponto de vista militar e defensivo, faria muito mais sentido. A incorporação dos edifícios no interior do castelo justificar-se-ia pela inexistência de alcaide, cargo, como vimos, assumido pelo próprio concelho, de acordo com a prerrogativa régia.

Do ponto de vista urbanístico, Viana do Alentejo é um dos melhores exemplos do recurso a uma malha de padrão geométrico. Se o edificado foi totalmente substituído nos séculos seguintes, o traçado viário mantém-se inalterado.

Em terreno plano e junto ao cruzamento de vias, dissociado fisicamente da igreja — a sul e em posição de destaque — adota a estrada que vem de Évora[982] em direção à igreja como eixo estruturador[983]. Este eixo principal, toponimicamente identificado como rua Direita, é cortado perpendicularmente por quatro ruas retilíneas de dimensões regulares, tanto ao nível da largura como do comprimento, configurando um bom exemplo da série cruzada ou em "espinha de peixe". Formam-se assim seis

---

título de Barão. José Custódio Vieira da SILVA, *Paços medievais portugueses*, 2ª ed., Lisboa, IPPAR, 2002, p. 270-271.

[979] José Custódio Vieira da SILVA, *O Tardo-gótico em Portugal. A arquitetura no Alentejo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989, p. 118-144.

[980] O interior compõe-se de duas salas, a primeira de planta retangular com dois tramos desiguais, primitivamente cobertos por abóbadas de arcos quebrados de que restam ainda os arranques. Um banco de pedra corria pelas quatro faces da sala, que recebiam iluminação através de duas frestas geminadas góticas.

[981] José Custódio Vieira da SILVA, *O tardo-gótico em Portugal…*, p. 133. No Livro da Visitação do bispado de Évora, datado de 1534, refere-se que a igreja de Santa Maria de Viana se achava bem provida, o que indica que a campanha de obras tinha já terminado.

[982] Estrada, caminho ou Calçada de Évora. IANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 273, f. 69 v.; Arm.º 17 do interior da Caza da Coroa, Maço 2.º de Tombos, n.º 4, f. 29.

[983] "*Rua Direita que vai para a igreja*". IANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 273, f. 69 v.; Arm.º 17 do interior da Caza da Coroa, Maço 2.º de Tombos, n.º 4, f. 9.

quarteirões, três de cada lado do eixo central, dispostos paralelamente no sentido do comprimento. A análise do loteamento permite equacionar uma distribuição homogénea do espaço residencial, rondando uma cifra total de cerca de 240 lotes[984], dispostos costas com costas. O miolo dos quarteirões é preenchido pelos quintais de fundo de lote.

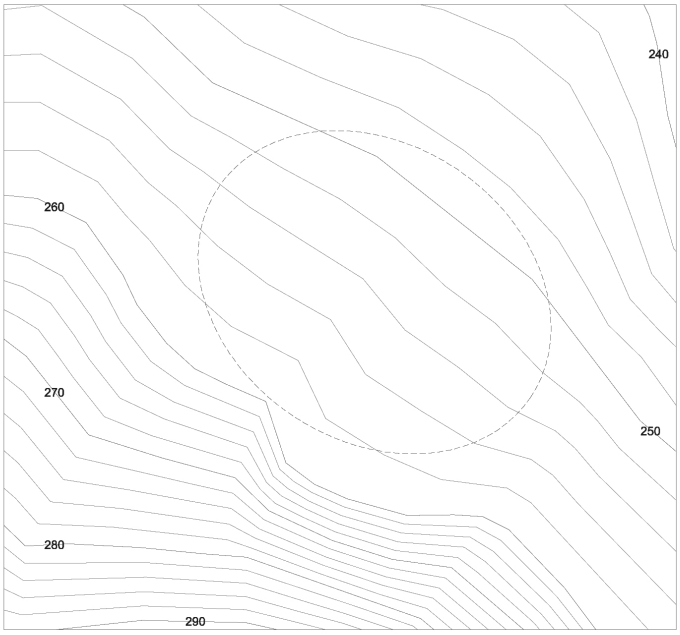
[984] De acordo com esta hipótese, a população inicial rondaria as cerca de 1000 pessoas. Em 1527, o Numeramento contabiliza 371 fogos (cerca de 1660 pessoas) na vila. Júlia GALEGO; Suzanne DAVEAU, *O Numeramento de 1527-1532…*, p. 108.

VIANA DO ALENTEJO

Território

Área aproximada da implantação medieval: inserção topográfica





Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

N

VIANA DO ALENTEJO

Área do núcleo actual em análise

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual correspondente à implantação medieval



Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

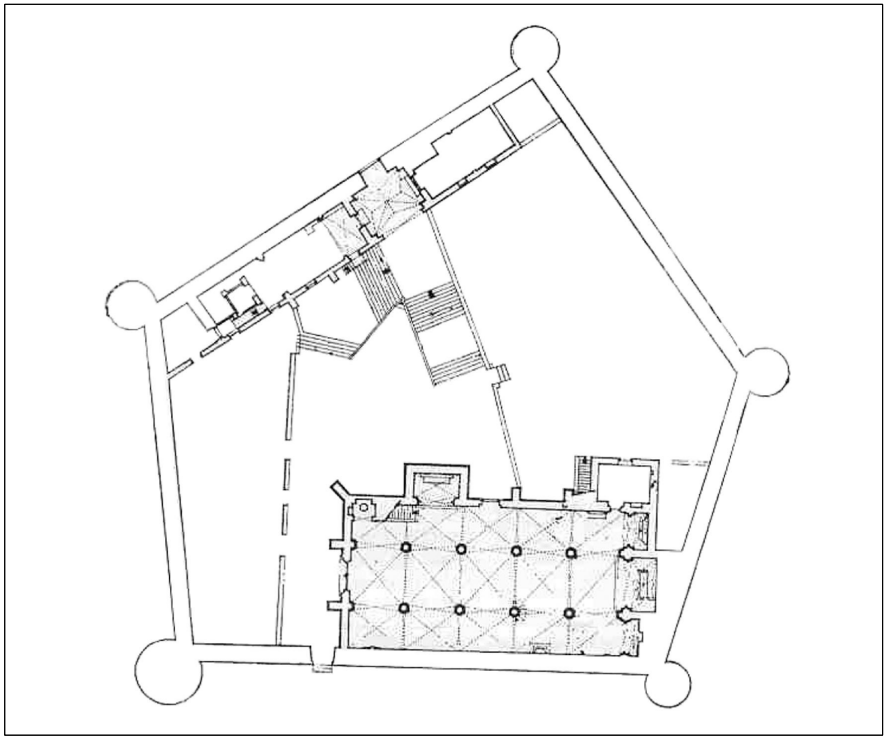
N

VIANA DO ALENTEJO

Cartografia

Levantamento do recinto do castelo de Viana do Alentejo

Sem escala



VIANA DO ALENTEJO

Interpretação 1

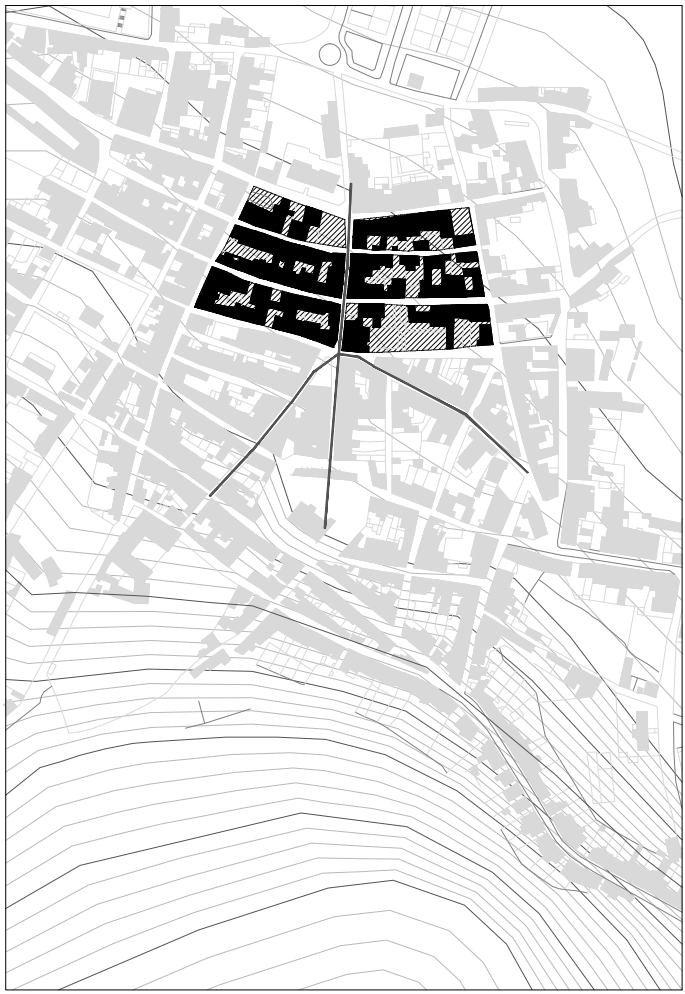
Reconstituição do Tecido urbano medieval
Preenchimento progressivo do espaço, 1ª fase de urbanização

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual hipoteticamente correspondente à implantação original

Reconstituição hipotética do tecido urbano correspondente à implantação original

Eixos de acesso principal



Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

N

VIANA DO ALENTEJO

Interpretação 2

Reconstituição do Tecido urbano medieval
Preenchimento progressivo do espaço, 2ª fase de urbanização

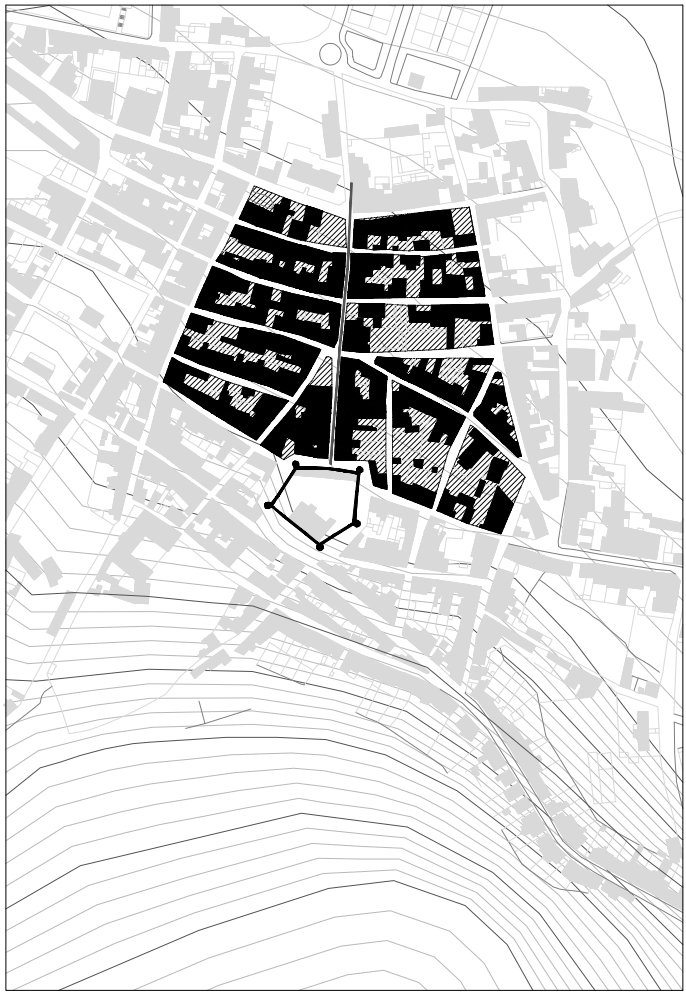
Tecido urbano actual

Tecido urbano correspondente à 1ª e 2ª fases de implantação medieval

Reconstituição hipotética do tecido urbano correspondente à 1ª e 2ª fases de implantação medieval

Traçado do perímetro medieval do castelo de Viana do Alentejo (finais séc. XV)

Eixo de acesso principal



Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

N

VIANA DO ALENTEJO

Interpretação 3

Reconstituição hipotética da regra algébrico-geométrica utilizada no núcleo original

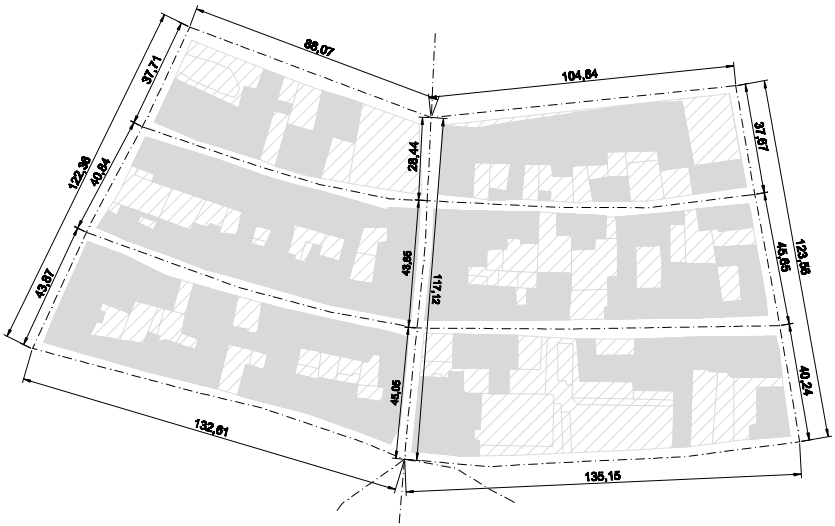


Fig. 1 Cadastro actual

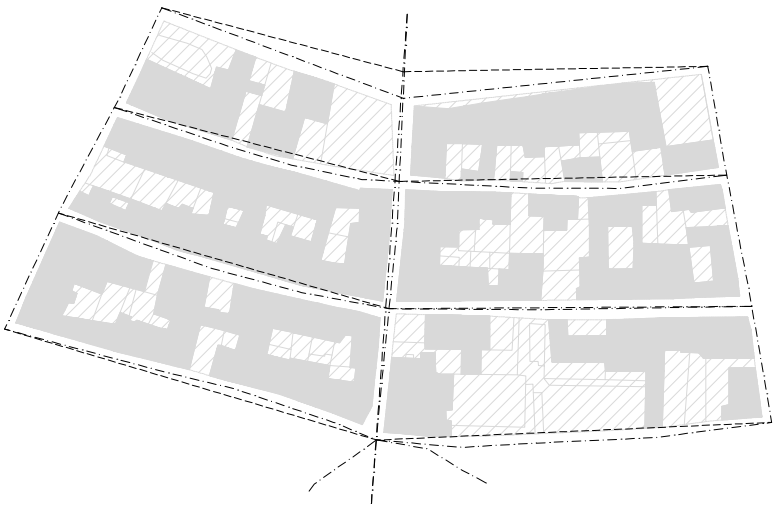


Fig. 2 Adaptação progressiva do existente ao modelo teórico

VIANA DO ALENTEJO

Interpretação 4

Reconstituição hipotética da regra algébrico-geométrica utilizada no núcleo original

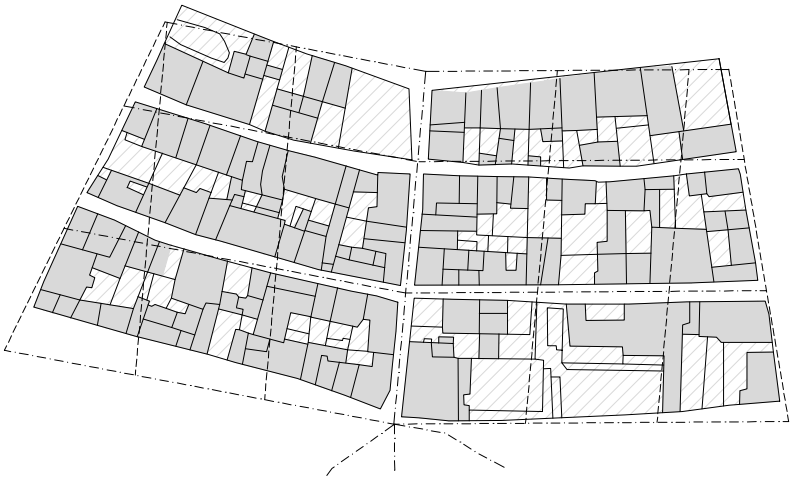


Fig. 3 Adaptação progressiva do existente ao modelo teórico

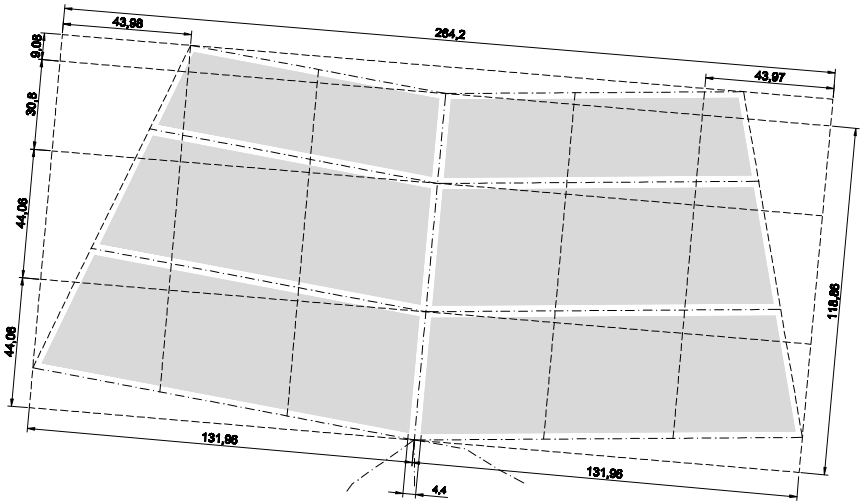


Fig. 4 Reconstituição hipotética do modelo teórico utilizado

VIANA DO ALENTEJO

Interpretação 5

Reconstituição hipotética da regra algébrico-geométrica utilizada no núcleo original

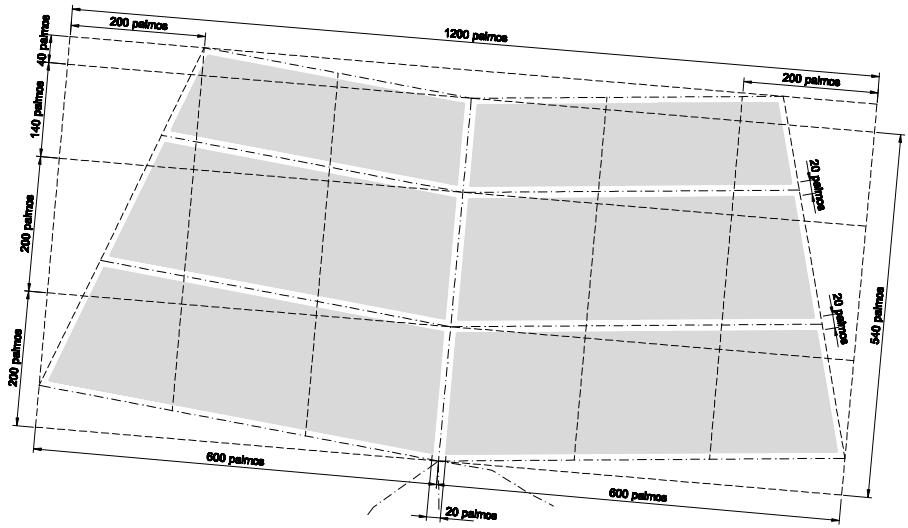


Fig. 5 Reconstituição hipotética do modelo teórico utilizado

10 50 100 200 palmos

2 10 20 40 varas

VIANA DO ALENTEJO

Interpretação 6

Reconstituição hipotética da regra algébrico-geométrica utilizada no loteamento do núcleo original

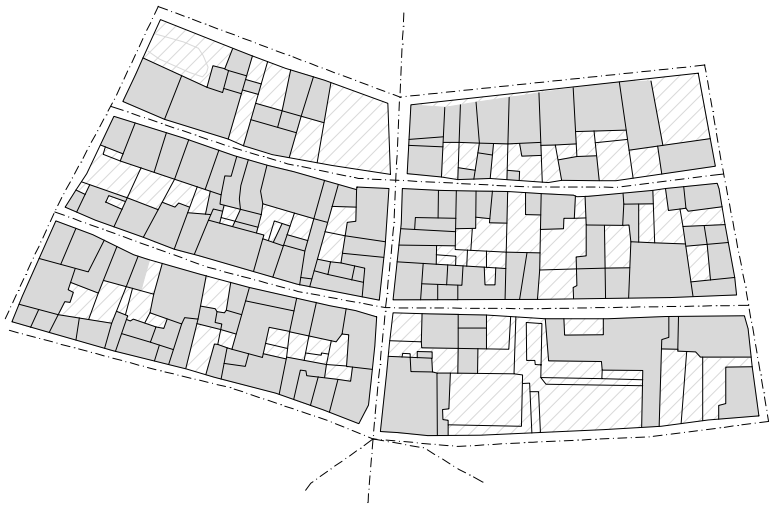


Fig. 1 Cadastro actual

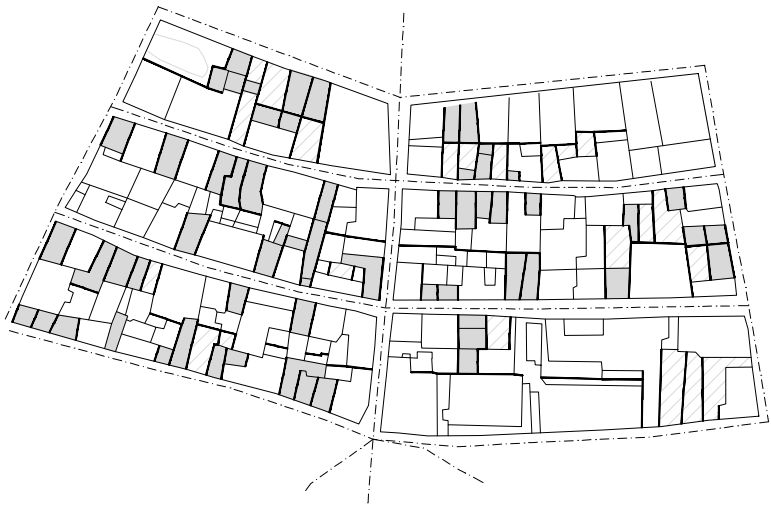


Fig. 2 Lotes que servem de base à profundidade e largura padrão

VIANA DO ALENTEJO

Interpretação 7

Reconstituição hipotética da regra algébrico-geométrica utilizada no loteamento do núcleo original

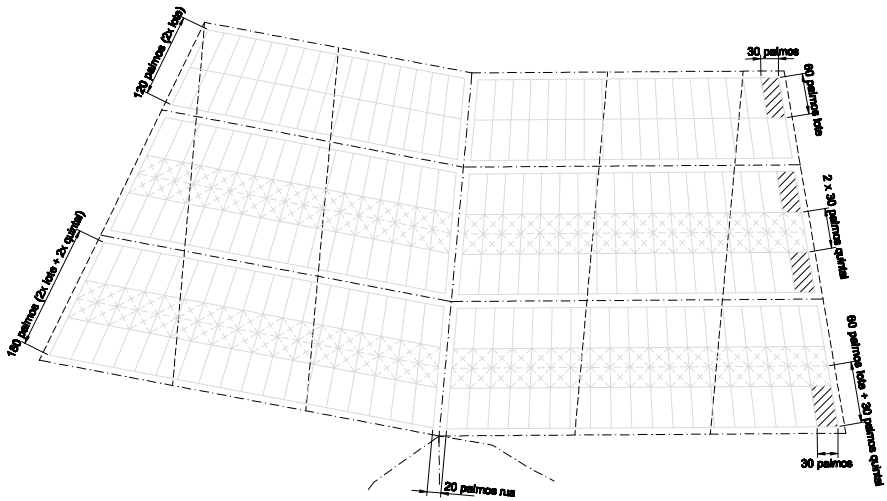


Fig. 3 Hipótese de métrica utilizada

10 50 100 200 palmos
2 10 20 40 varas

VIANA DO ALENTEJO

Fotografias 1

Interior do castelo, dependências integrando a antiga Casa da Câmara



Interior do castelo, antiga Casa da Câmara (pormenor)



VIANA DO ALENTEJO

Fotografias 2

Interior do castelo, dependências integrando a antiga Casa da Câmara (pormenor)



Interior do castelo, átrio de distribuição



VIANA DO ALENTEJO

Fotografias 3

Interior do castelo, átrio (pormenor das colunas)





Interior do castelo, átrio (pormenor de coluna e pórtico da antiga Casa da Câmara)





VIANA DO ALENTEJO

Fotografias 4

Castelo e igreja



Castelo (pormenor)



Vila Nova de Foz Côa

A autonomia concelhia de Foz Côa foi reconhecida por D. Dinis em 21 de maio de 1299[985]. Na constituição do termo da Vila Nova integrava-se Azinhate, Aldeia Nova e Póvoa da Veiga de Terra de Santa Maria, cuja elevação a vila, em 1284, fracassara.

Pelas condições estipuladas no documento, cada morador ficava obrigado a pagar à coroa um foro anual de quatro canadelas de cevada e oito dinheiros, para além das vinte libras da colheita. Como incentivo ao povoamento, o monarca permitia a alienação de património, desde que salvaguardados os direitos da coroa[986], equiparava o estatuto jurídico dos cavaleiros ao dos infanções e proibia o rico-homem de permanecer na vila por mais de um dia. Reservava as vozes, coimas, portagens e padroado das igrejas, construídas ou a construir na vila e no termo, para a coroa. Em todos os outros aspetos não especificados na carta, os moradores de Foz Côa seguiriam os usos de Torre de Moncorvo.

Os primeiros tempos parece não terem sido favoráveis à consolidação da vila, pelo que, em resposta ao pedido dos procuradores, em 1314, D. Dinis outorgou uma nova carta de foral. Por esta segunda versão, o monarca convertia todos os direitos da coroa num tributo anual de 300 libras, reservando para si apenas o tabelionado e o padroado das igrejas. Para além de mandar partir e sesmar de novo por quinhentos povoadores de condição vilã todos os herdamentos vagos existentes no termo, ordenava a construção de uma muralha em torno da vila: "… *e vos devedes hy a fazer muro en essa vila de duzentas braças en redor e en alto quanto poder huum cavaleiro de cima d'huum cavalo con hua lança de nove covados açima e devede lo logo começar a ffazer e fazerdes en ele cada ano de guisa que seia fecto e acavado ata dez anos*".

A muralha que veio efetivamente a ser construída, com um perímetro ovalado de aproximadamente 330 metros, ou seja, ligeiramente inferior ao que o monarca estipulara, era rasgada por três portas: a Porta da Vila, no topo nascente da oval e no enfiamento da rua da Barca e as portas do Norte e do Sol, mais próximas do topo contrário e dispostas frente a frente.

Da importância que o caminho para o porto onde as barcas atravessavam o Douro representou na estruturação da vila e no seu desenvolvimento, deixou D. Dinis um testemunho claro quando, em 1302, determinou que todos "*os que passam per freixeo e per moxagata e que se vaao passar aas barcas que os constrangades que vaao e venham per essa mjnha pobra e aqueles que o fazer nom aujserem mandamos que os filhedes por descamjnhados*"[987].

Com um plano muito regular[988], a vila estruturava-se em função de um eixo central, a rua do Castelo que, à cota mais elevada, atravessava todo o lado maior da oval,

[985] IANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, Liv. IV, F. 14v, doc. 1. Os dois forais de Vila Nova de Foz Côa, respetivamente de 1299 e 1314, encontram-se publicados por António Matos REIS, *Os concelhos na primeira dinastia…*, p. 597 e p. 611-612.

[986] "… *E vos nem vossos sucessões nom devedes vender nem dar nem doar nem enlhear os herdamentos desses logares nem parte delles a ordim nem a cavaleiro nem a clérigo nem a escudeiro nem a dona nem a nenhua pessoa religiosa mas se as vender quiserdes vendede as aa tal pessoa ou pessoas que façam a mim e a todos meus sucessores cada ano compridamente como de suso dito he os ditos foros…*".

[987] *Chancelarias portuguesas. D. João I*, vol. III, tomo 1, p. 204.

[988] P. Dordio GOMES, *Arqueologia das Vilas urbanas de Trás-os-Montes* …, p. 105-106.

desembocando no topo poente, contra o muro. Este eixo era cruzado por quatro vias de distribuição, com claro protagonismo para a que levava da Porta do Norte à Porta do Sol. Em termos de circulação definia-se um T, que ligava as três portas já referidas. A regularidade patente na configuração da rede viária não é tão nítida ao nível da disposição dos quarteirões ou da sua divisão interior, ainda que a metade sul da oval, mais densamente construída, possa indiciar o esquema de composição inicialmente previsto, pelo qual os quarteirões retangulares se dispunham paralelamente entre si e perpendiculares ao eixo central.

Tal como em Cedovim, a orientação nascente-poente do eixo estruturante determinaria a opção por uma organização em espinha de peixe, permitindo que as fachadas do casario disposto ao longo das travessas ficassem expostas a nascente ou a poente.

Sem que qualquer templo seja referido no rol de 1320, só mais tarde, e já no arrabalde, Vila Nova de Foz Côa será dotada de uma igreja[989].

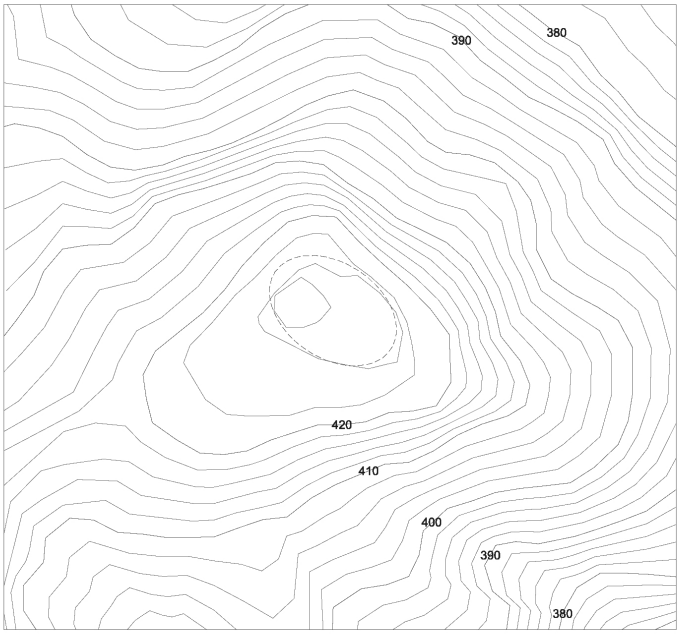
[989] Segundo Dordio Gomes, Vila Nova incluía-se na paróquia de Santa Mara da Veiga, a norte e próxima do Douro. P. Dordio GOMES, *Arqueologia das vilas urbanas de Trás-os-Montes* …, p. 105.

VILA NOVA DE FOZ CÔA

Território

Área aproximada da implantação medieval: inserção topográfica





Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

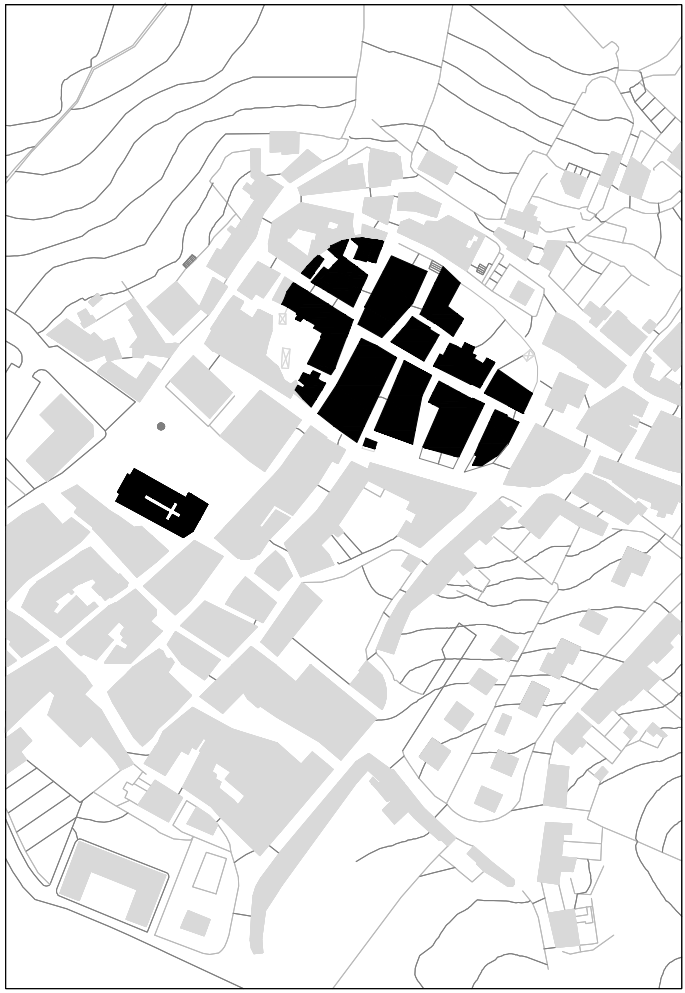
N

VILA NOVA DE FOZ CÔA

Área da cidade actual em análise

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual correspondente à implantação medieval



Escala 1:2 500

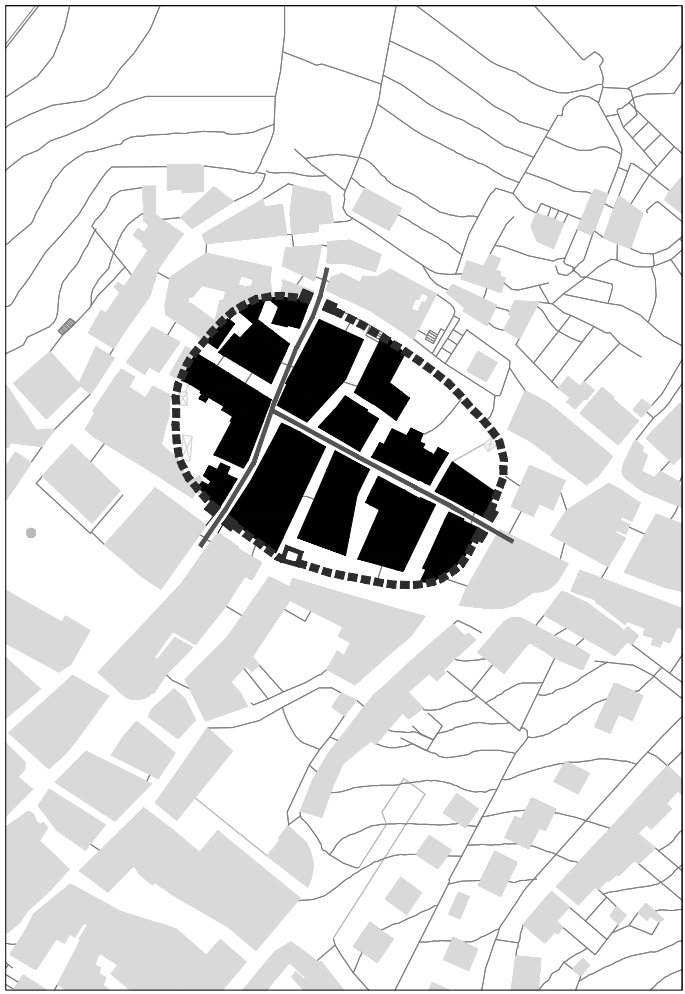
10 50 100 200 250

N

VILA NOVA DE FOZ CÔA

Interpretação

- Tecido urbano actual
- Tecido urbano actual correspondente à implantação medieval
- Traçado existente da torre medieval
- Traçado hipotético da cerca medieval
- Eixos de acesso principal



Escala 1:2 000

10 50 100 200

N

VILA NOVA DE FOZ CÔA

Fotografias

Torre do Relógio e vestígios da muralha





Ruas





Vila Nova de Portimão

Com uma cronologia tardia relativamente aos restantes núcleos analisados, o processo de fundação de Portimão decorre já na segunda metade do século XV associado, por um lado, ao desenvolvimento do litoral algarvio e, por outro, ao processo de assoreamento de Silves, cujo declínio levaria a sucessivos cortes no seu termo, como já acontecera com Lagos e viria a acontecer com o Alvor, em 1495.

A 8 de agosto de 1463[990], D. Afonso V autorizava os moradores do lugar de Portimão a fundar uma nova povoação na margem direita do Rio Arade, sob o nome de São Lourenço da Barrosa ficando, para efeitos administrativos, dependente de Silves, em cujo termo se incluía[991].

Como forma de potenciar o povoamento, o monarca concedia, nesse ano e no seguinte, um importante conjunto de privilégios e isenções: para além de dispensar os moradores do pagamento de peitas, fintas, talhas e outras servidões, determinava que não entrassem no cômputo dos besteiros de Silves; comprometia-se a não entregar a povoação a nobre ou fidalgo, proibindo, simultaneamente, a residência de privilegiados; concedia-lhes, por fim, o direito de elegerem juízes investidos de autoridade cível e crime, ainda que sujeitos a confirmação anual. Como condição, impunha aos cerca de quarenta povoadores iniciais a edificação das suas casas no prazo de dois anos[992].

Contrariando o compromisso assumido inicialmente no sentido de manter a povoação sob o domínio direto da coroa, logo em 1465 D. Afonso V entregou os direitos reais de São Lourenço da Barrosa a Rui Afonso de Melo, almirante-mor do reino, em cuja posse se manteria até 1467, data da sua morte.

Dez anos depois, em 1475, São Lourenço surge já referenciada com autonomia administrativa face a Silves. Embora a data exata de elevação a vila seja desconhecida, tudo indica que deverá ter ocorrido no período que medeia entre 1467 e 1475, ano em que, nas cortes de Évora, os procuradores de Silves apresentam uma queixa pelos atrasos na construção das muralhas de Vila Nova de Portimão, para as quais contribuíam por imposição régia[993].

O conjunto de dados elencados denuncia os passos essenciais a qualquer processo de fundação: a escolha de um local, a instituição de medidas capazes de assegurar

---

[990] Maria da Graça Mateus VENTURA; Maria da Graça Maia MARQUES, *Portimão*, Lisboa, Presença, 1993; *Foral de Vila Nova de Portimão, 1504*, atualização do texto, introdução, notas e glossário de Maria da Graça Mateus VENTURA e Maria da Graça Maia MARQUES, Portimão, Câmara Municipal, 1990. IANTT, *Chancelaria de Afonso V*, Liv. 9, f. 122-122v.

[991] A identificação de S. Lourenço da Barrosa com Portimão não é unanimemente aceite pela historiografia local. De acordo com alguns autores, os dois lugares terão coexistido no tempo, o primeiro identificado como o atual local dos Três Bicos, na estrada do Alvor, à saída de Portimão e, pouco tempo depois de fundado, assimilado por Portimão. Como argumento fundamental apontam a referência incluída no foral manuelino de Portimão, de 1504, a um diploma anterior outorgado por D. Afonso III. Padre José Gonçalves VIEIRA, *Memoria monographica de Villa Nova de Portimão,* Porto, Typographia Universal de Figueirinhas, 1911, p. 16-17*;* Joaquim António NUNES, *Portimão. Estudos algarvios*, III, Lisboa, Casa do Algarve, 1956, p. 17.

[992] Padre José Gonçalves VIEIRA, *Memoria monographica de Villa Nova de Portimão*, p. 14.

[993] *Cortes de Évora de 1475*, Capítulos do Algarve, p. 50 e *Cortes de Montemor-o-Novo de 1477*, Capítulo do Algarve, p. 53. *Ius Lusitaniae. Fontes Históricas de Direito Português* (http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt).

a captação de povoadores[994], a construção do casario, a elevação a vila com a respetiva alteração do nome, a organização do termo, essencial à viabilidade económica do núcleo e a construção de uma cerca que assegurasse a defesa dos povoadores.

Em 1476, à revelia dos protestos dos vizinhos, o monarca fez nova doação, desta feita a D. Gonçalo Vaz de Castelo Branco[995], vedor da Fazenda, entregando-lhe a jurisdição, rendas e direitos de Vila Nova de Portimão. As prerrogativas outorgadas ao donatário tornaram-na rapidamente num dos principais portos de apoio ao comércio da navegação[996]. É ao novo donatário que se deve a iniciativa da edificação da igreja matriz na parte mais elevada da vila, de cuja feição original resta ainda o portal gótico.

A muralha, em construção já em 1475 mas cujos trabalhos prosseguiriam sob o senhorio do novo donatário, pode, apesar dos danos sofridos no terramoto de 1755 e da progressiva assimilação pelo casario, ser reconstituída com exatidão[997]. Se a observação direta dos troços subsistentes ou a cicatriz que deixou no cadastro para tal não bastassem, restaria ainda o conjunto de levantamentos realizados em 1621 por Alexandre Massai[998].

Com um perímetro de cerca de 1100 metros, aproximadamente triangular e com o lado maior paralelo ao rio Arade, a muralha circunscrevia uma área de cerca de seis hectares e meio. À exceção do lado virado ao rio, protegido por uma barbacã, a cerca era formada pela justaposição de segmentos de reta de 40 varas de comprimento (ou 200 palmos), progressivamente salientes — numa forma comummente designada por "dentes de serra" e também utilizada na muralha coeva de Sagres. Refira-se, todavia, que já a Cerca Nova de Évora utilizava essa mesma configuração, embora os segmentos tivessem aí dimensão ligeiramente superior. O desfasamento assim conseguido entre os vários panos da muralha permitia, a partir do troço saliente, o varrimento com fogo da base do segmento imediatamente seguinte, diminuindo os pontos mortos[999].

---

[994] Será nesse mesmo sentido que D. Afonso V aí institui um couto de homiziados, facto que, na opinião dos procuradores de Silves expressa nas cortes de 1481, resultava num clima de má vizinhança em toda a comarca, com roubos, feridas, mortes e, em Portimão, na afluência de "*mulheres que faziam pela vida*". A. de Sousa e Silva Costa LOBO, *História da Sociedade em Portugal no século XV*, p. 143.

[995] Sepultado na igreja de S. Martinho de Lisboa, a lápide tumular identifica-o como *"… Senhor de Vila Nova de Portimão, Monteiro-Mor, Almotacel-Mor, Escrivão da Puridade, Vedor da Fazenda de El-Rei D. Afonso V e seu testamenteiro, em cujo serviço e companhia foi à tomada de Arzila em África…*", Francisco CARRAPIÇO; Jaime PALHINHA; José BRÁZIO, *As muralhas de Portimão. Subsídios para o estudo da História local*, Portimão, Câmara Municipal, 1974, p. 11-12.

[996] Segundo as queixas apresentadas pelos procuradores de Silves nas cortes de 1481, a vila monopolizava a descarga de panos, ferro e outras mercadorias, cobrando os respetivos direitos de portagem.

[997] A reconstituição detalhada da muralha de Portimão pode ver-se em Francisco CARRAPIÇO; Jaime PALHINHA; José BRÁZIO, *As muralhas de Portimão...,* 1974. De acordo com os autores, a espessura média é de 1,60 metros, tendo o caminho de ronda cerca de 1 metro de largura. A altura oscila entre os 5 e os 6 metros.

[998] Além do levantamento do território (f. 27), onde faz a inserção de Portimão na foz do rio Arade e na costa marítima, Massai fez um outro desenho (f. 33), quase exclusivamente dedicada à área da vila, pormenorizando os muros, com "*459 brassas e meia sem os ângulos dos ditos muros que entram para dentro*", quarteirões e arruamentos. Lívio da Costa GUEDES, *Aspectos do Reino do Algarve nos séculos XVI e XVII. A descripção de Alexandre Massaii (1621)*, p. 212-214.

[999] Apesar do ensaio realizado em Évora, note-se como as últimas muralhas urbanas erguidas, Viseu e Aveiro, qualquer delas ainda no reinado de D. João I, seguiam o esquema tradicional de panos lisos intercalados por torres salientes. As muralhas de Sagres e Portimão constituem, por isso, as primeiras manifestações de um período intenso

Na muralha rasgavam-se três portas: a sul, a da Ribeira, a poente, a de S. João e, a norte, a Porta da Serra, qualquer delas flanqueada por torres quadrangulares. Para além das portas, três postigos complementavam a circulação entre o intra e o extramuros: os postigos de Santa Isabel e dos Fumeiros, junto ao rio e o postigo da Igreja, virado a poente e estabelecendo a ligação com o Rossio.

A análise morfológica realizada a partir do levantamento de Massai, datado de 1621, e da sua comparação com o cadastro atual[1000], permite entrever um espaço intramuros totalmente preenchido[1001] por ruas retilíneas e paralelas, orientadas no sentido norte-sul, ou seja perpendiculares ao Rio Arade. Sensivelmente a meio da sua extensão, eram cruzadas por um eixo formado pela justaposição de pequenas travessas que, dispostas segundo um mesmo alinhamento, permitiam o atravessamento rápido da vila no sentido este-oeste, ou seja, entre o Postigo dos Fumeiros e a Porta de S. João. Por volta de 1600, Henrique Fernandes Serrão descrevia Vila Nova de Portimão na *História do Reino do Algarve* como sendo uma vila "*muito bem assentada, com ruas direitas e suas travessas*"[1002].

Apesar do ordenamento regular das ruas, a diferente dimensão dos quarteirões e as transformações sofridas no interior dos mesmos não permite, com o rigor exigido, identificar eventuais unidades morfológicas (originais[1003] ou fruto de desenvolvimentos posteriores) ou uma regra que tenha servido de base à composição.

---

de experimentação e de adaptação das estruturas militares à pirobalística, processo que mais se intensifica no reinado de D. João II, sobretudo ao nível da capacidade e rapidez de fogo rasante conseguida pela marinha portuguesa.

[1000] A sobreposição do levantamento seiscentista ao cadastro atual permite compreender como, apesar dos danos sofridos pelo terramoto de 1755, as alterações são apenas pontuais, não pondo em causa o traçado geral.

[1001] Na *Corografia do Reino do Algarve*, redigida em 1577, por Frei João de S. José, Portimão é descrita como "… *povoação grande em seu género, nobre e de bons edifícios pera a terra, e de muito trato pera diversas partes, dentro e fora do reino* […]. *Terá esta vila 1500 vizinhos*." Poucos anos depois, Henrique Fernandes Sarrão, na *História do Reino do Algarve*, redigida cerca de 1600, confirma a ideia de Portimão como vila "*rica e populosa*", embora reduza o número de vizinhos para 900. Manuel Viegas GUERREIRO; Joaquim Romero de MAGALHÃES, *Duas descrições do Algarve no século XVI,* p. 42-43 e p. 152.

[1002] M. Viegas GUERREIRO; J. Romero de MAGALHÃES, *Duas descrições do Algarve no século XVI,* p. 152.

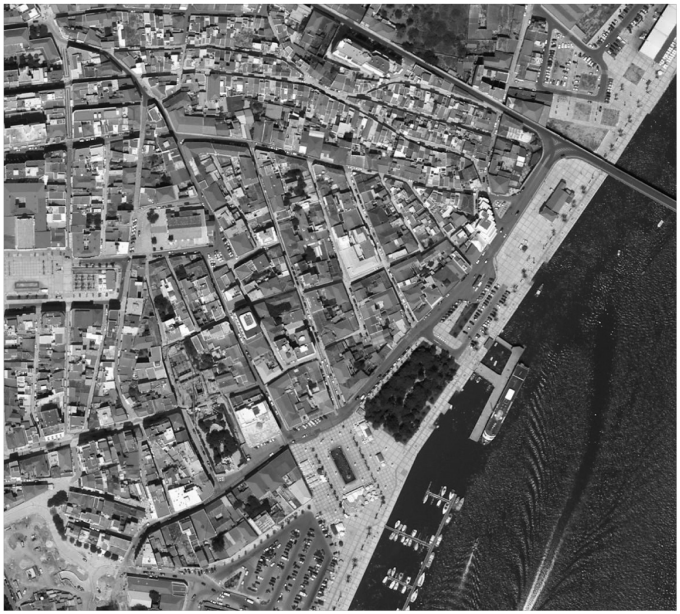
[1003] Razão pela qual Vila Nova de Portimão não integra o quadro da p. 141 onde surgem, à mesma escala, as hipóteses de reconstituição da forma original dos núcleos em estudo.

VILA NOVA DE PORTIMÃO

Território

Rio Arade

Área aproximada da implantação medieval: inserção topográfica





Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

N

VILA NOVA DE PORTIMÃO

Área da cidade actual em análise

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual correspondente à implantação medieval

Rio Arade



Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

N

VILA NOVA DE PORTIMÃO

Cartografia

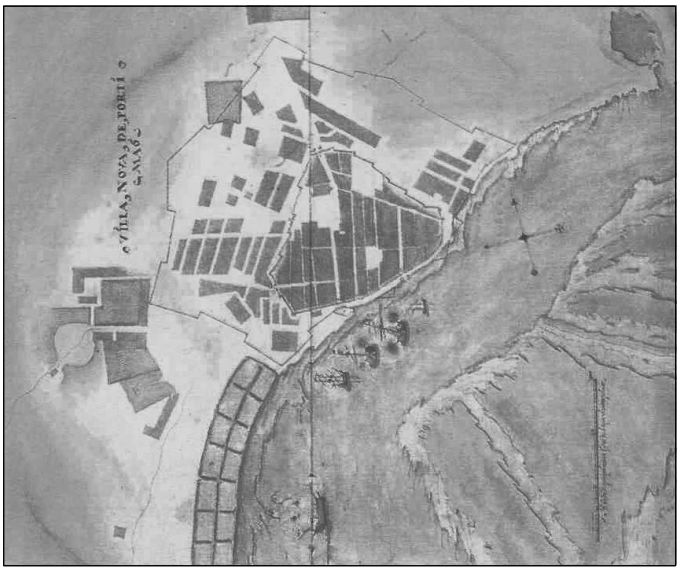
Representação de Portimão, 1621, Lisboa, Museu da Cidade, Códice de Alexandre Massaii, *Discripção do Reino de Portugal* , fl. 27 (pormenor)

Sem escala



Proposta do novo cerco de muralhas,1621, Lisboa, Museu da Cidade, Códice de Alexandre Massaii, *Discripção do Reino de Portugal* , fl. 33 (pormenor)

Sem escala



VILA NOVA DE PORTIMÃO

Interpretação 1

Reconstituição hipotética da regra algébrico-geométrica utilizada na cerca medieval

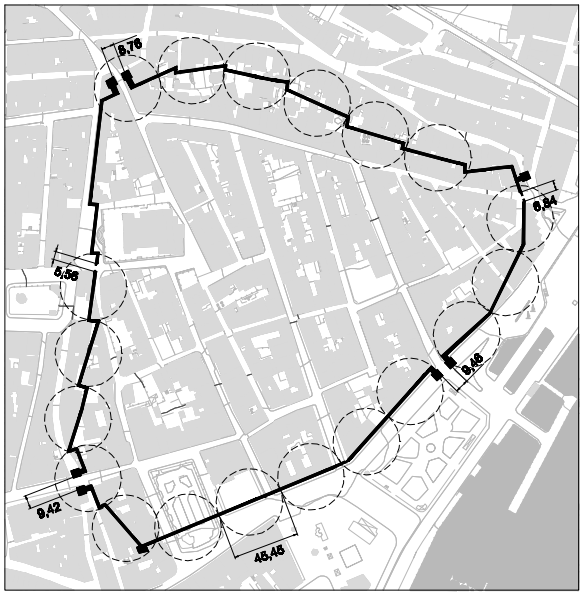


Fig. 1 Cadastro actual

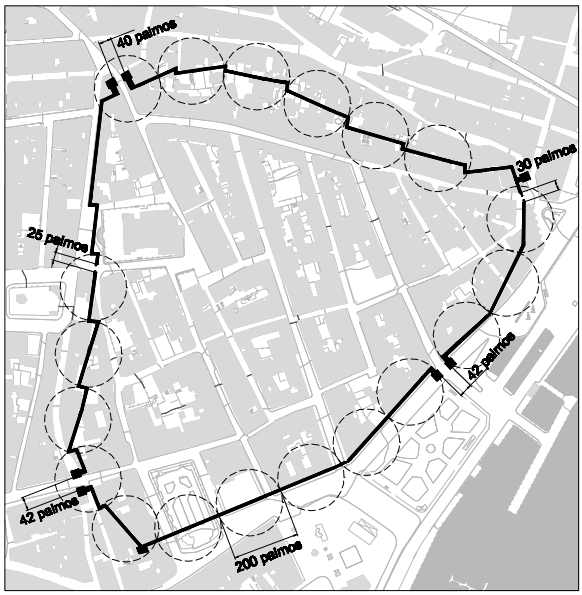


Fig. 2 Hipótese de métrica utilizada

100 200 400 800 palmos
20 40 80 160 varas

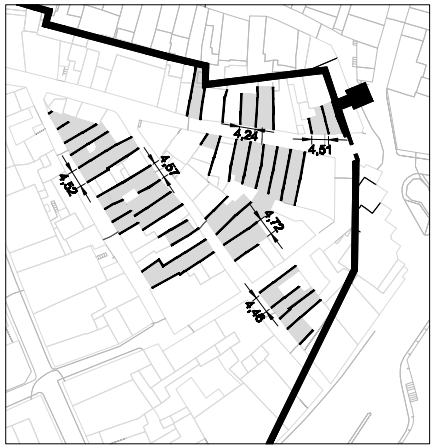
VILA NOVA DE PORTIMÃO

Interpretação 2

Reconstituição hipotética da regra algébrico-geométrica utilizada no loteamento intrínseco à cerca medieval



Fig. 1 Cadastro actual



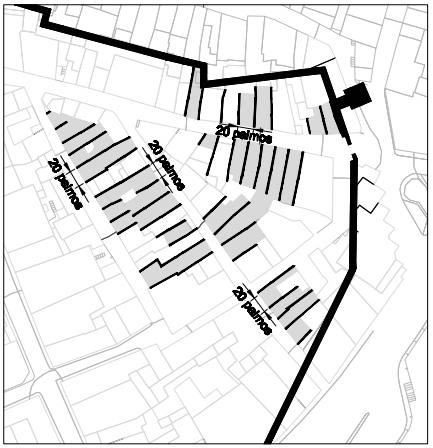


Fig. 2 e 3 Lotes que servem de base à largura padrão



Parte II — imposições e adições

(Página deixada propositadamente em branco)

6. Judiaria

A cidade portuguesa foi, até 1496, um espaço multiconfessional partilhado por cristãos, muçulmanos e judeus[1004]. Uma coexistência de mais de três séculos que assumiu, necessariamente, formas de expressão diferentes. Tendo como pano de fundo as transformações registadas no relacionamento da maioria cristã com a minoria judaica — da abertura e tolerância à marginalização e expulsão[1005] — o presente capítulo incide sobre as manifestações físicas e formais ocorridas no espaço urbano, no decorrer dos séculos XIV e XV, transformações essas particularmente intensas nas décadas que antecederam a expulsão, quando as leis que restringiam as liberdades dos judeus se tornaram mais duras e atuantes.

Leis que se traduziram em ações concretas sobre o espaço que a minoria ocupava na cidade cristã, conduzindo a fenómenos de confinamento, ampliação, deslocalização e, finalmente, extinção dos bairros judaicos. Aspetos que, para além das consequências imediatas a nível interno, tiveram necessariamente repercussões no tecido envolvente, numa primeira fase criando impasses e bloqueando percursos, mais tarde libertando espaços secularmente ocupados, devolvendo-os, a eles e à sua gestão, ao domínio do que se assumia a partir de então como um corpo unitário, uma cidade exclusivamente cristã. Para além destes aspetos, mas com eles diretamente relacionados, interessa-nos avaliar o que possa ter sido, no âmbito da cultura material, exclusivo à minoria.

Domínio e marcação simbólica do espaço, implantação, propriedade do solo e caracterização do edificado adquirem um interesse fundamental para o entendimento

---

[1004] O alvará de D. Manuel que estabelece a ordem de expulsão das comunidades hebraicas e mouras do reino data de 5 de dezembro de 1496. Maria José Ferro TAVARES, *Os Judeus em Portugal no século XV*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1982, p. 483.

[1005] A presença judaica em Portugal, nos seus mais diversos enfoques, tem sido um tema amplamente contemplado pela historiografia nacional. Por entre as dezenas de títulos já publicados, não podemos deixar de referir aqui os exaustivos levantamentos documentais de Sousa Viterbo, Gama Barros ou Leite de Vasconcelos e, sobretudo, a investigação de Maria José Ferro Tavares, de cujos resultados a presente análise é particularmente devedora. Sousa VITERBO, "Occorrencias da vida judaica", *Archivo Histórico Portuguez*, vol. II, Lisboa, 1904, p. 176-200; Henrique da Gama BARROS, "Judeus e Mouros em Portugal …", *Revista Lusitana*, 34, 1936, p. 168-265 e 35, 1937, p. 161-238; José Leite de VASCONCELOS, *Etnografia Portuguesa*, vol. IV, 1958. De Maria José Ferro TAVARES, para além dos inúmeros artigos citados no decorrer do texto, destacam-se as obras, *Os judeus em Portugal no século XIV,* Lisboa, Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos Históricos 1970; *Os Judeus em Portugal no século XV*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1982 e *A herança judaica em Portugal,* Lisboa, CTT, Correios de Portugal, 2004.

do que foram essas comunidades explicando, simultaneamente, a forma como foram reintegradas após o seu desaparecimento.

A análise do espaço judaico na cidade medieval portuguesa implica, como ponto de partida, uma constatação que, podendo ser considerada um lugar-comum, adquire, neste contexto, um significado da maior relevância: a presença remota do povo hebraico no território que viria a constituir o reino português.

Atestada documentalmente na Península Ibérica desde os séculos I-II[1006], perseguida e forçada à clandestinidade sob o domínio visigótico, a minoria judaica — a par da então minoria política cristã-moçárabe —encontrou na Hispânia muçulmana um modelo de coexistência pacífica, só pontual e tardiamente interrompido.

Estavam presentes quando, no decorrer da Reconquista, as cidades mudaram de mãos, surgindo contemplados nas mais antigas cartas de foro[1007]. Os judeus não se instalaram, por isso, depois de organizado o espaço cristão. Pelo contrário. Se a nova ordem política trouxe consigo uma nova ordem do espaço, determinando logo após a conquista a troca dos locais estratégicos entre vencidos e vencedores, aos judeus terá sido possível, em muitos casos, manter a sua anterior implantação, que, na cidade muçulmana, se situava maioritariamente nos arrabaldes.

Sabe-se ter sido essa a situação ocorrida em Lisboa servindo, certamente, de indicador para outros tantos casos análogos. Aí, com efeito, contrariamente à população islâmica que, sob vigilância do exército triunfante, foi obrigada a abandonar o interior da Cerca Moura[1008], a minoria hebraica pôde permanecer no local que já então ocupava, na cidade baixa e fora de portas, junto ao esteiro que desde a época romana servia de porto. Tudo indica que o local designado sob domínio islâmico como "*arrabalde dos judeus*" seria, afinal, a matriz da Judiaria Grande, o mais importante bairro judaico da Lisboa medieval[1009].

Coimbra exemplifica igualmente a situação descrita, embora neste caso se verifique um hiato entre a conquista da cidade por Fernando Magno, em 1064, e a primeira referência concreta ao local da judiaria, datada já de 1129[1010]. A verdade é que outros

---

[1006] Os primeiros testemunhos materiais da sua presença na Hispânia datam dos séculos II-III, sendo de finais do V os mais antigos encontrados para o território atualmente português. Trata-se da lápide de Mértola onde se encontra representado o candelabro de sete braços. A inscrição, em latim, data-a de 4 de outubro de 482 d.C.. M. J. Ferro TAVARES, *A herança judaica em Portugal,* p. 14.

[1007] Apenas a título de exemplo, refira-se a existência da comunidade judaica de Santarém, existente à data da Reconquista, bem como a referência feita aos judeus no foral aos mouros forros de Lisboa, Almada, Alcácer e Palmela, datado de 1170. Leite de VASCONCELOS, *Etnografia Portuguesa*, p. 70.

[1008] Trechos de descrições coevas que relatam a saída compulsiva dos mouros após a conquista de Lisboa, em 1147, podem ler-se em António Borges COELHO, "Lisboa nos dois primeiros séculos após a Reconquista". *Actas do Colóquio Lisboa encruzilhada de muçulmanos, judeus e cristãos (850º aniversário da conquista de Lisboa), Arqueologia Medieval, 7,* Porto*,* Edições Afrontamento, 2001, p. 235-242. José Luís de MATOS, "Lisboa Islâmica", *Atas do Colóquio Lisboa encruzilhada de muçulmanos, judeus e cristãos (850º aniversário da conquista de Lisboa), Arqueologia Medieval,* 7, Porto*,* Edições Afrontamento, 2001, p. 79-87.

[1009] De acordo com Vieira da Silva, os primeiros documentos onde surgem referências à Judiaria Grande são já do reinado de D. Afonso III. Vieira da SILVA, "A judiaria Velha", *As muralhas da Ribeira de Lisboa*, vol. I, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 3ª ed. 1987, p. 204.

[1010] O elenco das referências documentais a judeus e à judiaria de Coimbra foi recolhido por Walter ROSSA, *DiverCidade*…, 2001, p. 318-319 e Saul António GOMES, *A comunidade judaica de Coimbra medieval*, Coimbra, Inatel, 2003, p. 8-19.

elementos colmatam o intervalo assegurando a presença de judeus no aro urbano desde épocas muito anteriores. Atestada documentalmente desde 950, é especialmente relevante, como sublinha Saul Gomes, que o documento diga respeito a judeus proprietários "*o que poderá pressupor o seu enraizamento no território e a existência de uma comunidade judia minimamente ativa e organizada na Coimbra dos séculos IX e X*"[1011].

Para o século XII, multiplicam-se as referências a judeus proprietários de prédios urbanos ou rurais em zonas muito próximas do núcleo muralhado, caso de Montarroio, Arnado ou Ribela. É exatamente no topo poente deste último vale e à cota mais baixa, que, a partir da terceira década do século XII, o Mosteiro de Santa Cruz inicia uma política de emparcelamento de bens, com vista à construção do núcleo central da instituição, o que acontecerá logo em 1131. Entre os documentos que testemunham a aquisição dos diversos terrenos, por doação, permuta ou compra, encontram-se inúmeras referências a judeus, quer enquanto proprietários, quer a propósito de confrontações. Num dos primeiros, de dezembro de 1129, surge a mais antiga prova da existência do bairro judaico, já então situado na encosta noroeste da cidade, acompanhando, pelo exterior, a linha de muralha, na riba mais tarde conhecida por Corpo de Deus. Se em 1130 volta a mencionar-se o "*arravalde de illis Iudeis*", em 1137, a propósito da delimitação da paróquia de S. João, as menções à "*ripam Iudeorum*" ao "*almocoravaram*" ou ao "*viccus Iudeorum*" indiciam um espaço judaico perfeitamente consolidado.

Um posicionamento que é, senão anterior, pelo menos muito próximo da data em que a cidade cai às mãos do exército cristão, e que se manterá até à década de 1370, sobrevivendo incólume a toda a reorganização urbana desencadeada por D. Afonso Henriques, quando a cidade se torna a "capital" do novo reino[1012].

Os exemplos de Lisboa e Coimbra revelam uma implantação antiga, herdada pelos conquistadores. Inicialmente periférica, em ambos os casos, o crescimento da cidade e a progressiva consolidação das zonas baixas como centros de vocação mercantil, acabará por conferir aos bairros judeus uma centralidade que, nos séculos seguintes, os povos se encarregarão de contestar, como veremos. Mas acusam, sobretudo, a existência desde cedo de bairros que, com maior ou menor definição física, são claramente conotados com a minoria hebraica: o espaço dos judeus é identificado como "espaço outro" — uma travessa, uma rua, um bairro — cuja especificidade assenta na diferenciação religiosa. Diferença que, ao contrário do que sucedeu em muitos outros reinos europeus, será tolerada até muito tarde, permitindo o desenvolvimento de formas de relacionamento pacífico[1013].

[1011] Saul António GOMES, *A comunidade judaica de Coimbra medieval*, p. 7.

[1012] Walter ROSSA, *DiverCidade*…, 2001, p. 235 e segs.

[1013] Apesar das notícias de confrontos registados, por exemplo, em Coimbra (*circa* 1360) Leiria (1377), Lisboa (1383, 1449, 1482) ou no Crato (1491), a verdade é que não passaram de manifestações pontuais e circunscritas, inflamadas por momentos de crise ou conjuntura negativa, não caracterizando a vivência quotidiana pautada por um clima de aceitação, até à década de 1480. D. João II, manteve até ao fim do seu reinado uma política de proteção à comunidade judaica, transmitindo o seu descontentamento pelas medidas violentas e contrariando as determinações concelhias. Maria José Ferro TAVARES, "Revoltas contra os Judeus no Portugal medieval", *Revista de História das Ideias*, vol. 5, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1984, p. 161. Mesmo o episódio mais violento, o assalto popular à Judiaria Grande de Lisboa, em dezembro de 1449, decorrendo sob a palavra de ordem "*matallos e rouballos*" explica-se, de acordo com Baquero Moreno, pelo contexto de agitação social que caracterizou o período pós-Alfarrobeira. Baquero MORENO,

O que explica a existência de outros modelos de inserção, para além dos referidos bairros ou ruas. A presença dos judeus deteta-se igualmente de forma dispersa pelo tecido urbano ou, como se dizia à época, por entre a "*Christandade*". Em Portugal, com efeito, até ao dobrar do século XIV, a existência de bairros próprios decorreu muito mais de formas de associação espontânea do que de uma imposição exterior. Comum a qualquer época e a qualquer outro grupo minoritário, a tendência para a concentração justifica-se, sobretudo, pela capacidade de gerar redes de proteção e auxílio mútuo, podendo igualmente responder a necessidades de autocontrolo. Se uma mesma origem geográfica ou a comunhão de atividades profissionais foi suficiente para definir espaços próprios no tecido urbano medieval, por maioria de razões a partilha de um mesmo credo — apenas tolerado — associado a formas de gestão político-jurídica autónomas, terá ditado a concentração do grupo. Tudo indica, aliás, que ambas as situações coincidiram no espaço e no tempo. A existência de judiaria, até meados do século XIV e durante muito tempo depois disso, não impediu que um número significativo de judeus adotasse outras zonas da cidade como local de residência. Da mesma forma, até essa data, e mais uma vez prolongando-se por épocas posteriores, como veremos, o bairro judaico não constituiu, na prática, uma unidade cerrada e exclusiva à minoria hebraica. Sintetizando, durante muito tempo, encontramos judeus a viverem em judiarias, judeus dispersos pelos bairros cristãos, cristãos residentes em judiarias.

O ano de 1361 foi, neste contexto, um marco fundamental: por decreto régio, exarado nas cortes de Elvas, a segregação das minorias adquiriu caráter de obrigatoriedade. Em resposta ao pedido dos procuradores do povo, D. Pedro I determinou que, onde quer que o seu número fosse igual ou superior a dez, judeus e mouros morassem em "*logar apartado e nom antre christaãos*" [1014]. Às justiças locais deixou o encargo de assinalar os espaços necessários para o efeito, prova de que estavam ainda longe de ser uma realidade extensível a todo o país.

Embora o confinamento das minorias fosse, já desde o IV Concílio de Latrão (1215), uma medida reiteradamente prescrita pela igreja, e outros monarcas portugueses anteriores a D. Pedro tivessem assumido o compromisso de a observar, caso de D. Dinis[1015], a data marcou, indiscutivelmente, uma nova etapa na forma de convivência das populações. O espaço habitacional judaico, até aí resultante de associação espontânea, permeável e concomitante com uma ocupação dispersa pelo tecido urbano, tornou-se, por força de lei, compulsivo, circunscrito e exclusivo.

As referências documentais comprovam que, a partir da década de sessenta, o espaço judaico foi alvo de transformações diversas, ora criando bairros onde não

---

"O assalto à Judiaria Grande de Lisboa no Natal de 1449", *Marginalidade e conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV: estudos de história*, Lisboa, Presença, 1985, p. 89-131; Baquero MORENO, "Movimentos sociais antijudaicos em Portugal no século XV", *Marginalidade e conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV: estudos de história*, Lisboa, Presença, 1985, p. 82.

[1014] "*Item Ao que diziam no x1.º Artigoo que em Alghuus logares do nosso Senhorio moram os Judeus e mouros mesturados antre os christaãos e fazem alguas cousas desordinhadas de que os christaãos Recebem scandalo e noio E que fosse nossa merçee que mandássemos que morassem em logar apartado e nom antre christaãos //. A este artigo respondemos que se faça como per elles he pedido E esto se entenda nas villas grandes e nos outros logares hu ouuer ata dez Judeus ou Mouros e Mandamos aãs Justiças que lhis dem logares aguisados pera sa morada E esto medes se entenda nos Mouros*." *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-1367)*, p. 52.

[1015] Maria José Ferro TAVARES, *Os judeus em Portugal no século XIV*, p. 23.

existiam, ora aumentando e delimitando os existentes. Noutras situações, aproveitou-se a nova legislação para pressionar as autoridades a transferir o bairro hebraico para zonas menos nobres.

Se em Guimarães as primeiras menções a um espaço preferencialmente ocupado por judeus datam dos anos de 1359-1360, foi, justamente a partir de 1370, que o espaço conhecido por Quintã dos Sapateiros passou a ser designado por judiaria[1016]. Em 1365, os judeus de Trancoso dizem que o concelho lhes dera "*judaria apartada agora nouamente*", denunciando o caráter recente da ação[1017]. Em Lamego, a "Judiaria da Pedra" ganhou forma na década de oitenta, complementando um outro espaço, na zona da Porta do Sol, onde, nos finais do século XIII, se terão instalado os primeiros judeus, misturados por entre o casario cristão[1018]. Em Viseu, a primeira referência documental à rua da Judiaria, data de 1386[1019]. Em Coimbra, foi também na década de sessenta que se criou a Judiaria Nova, correspondendo a um afastamento da minoria do centro urbano[1020]. Tal como foi também na segunda metade do século que os judeus do Porto por "*mandado e constrangimento fizeram a dita judiaria apartada e que dispenderam em a fazer grã parte do que haviam*"[1021].

Note-se, todavia, que a medida esteve longe de representar um corte imediato e abrupto com a realidade vigente. Tudo indica, pelo contrário, que a sua aplicação decorreu segundo um processo lento e de forma alguma generalizado. A diversidade de formas que a presença judaica assumiu nas cidades portuguesas, dispersão, associação espontânea, bairros assinalados e bairros fisicamente encerrados — elenco que não implica necessariamente exclusividade ou sucessão cronológica — manteve-se ao longo do século seguinte. Como sublinhou Maria José Ferro Tavares, "*entre a imposição legal e a realidade quotidiana, ficava a distância que nos permite afirmar que esta última era a contravenção constante daquela, comprovada pelas sucessivas confirmações das leis anteriores e pelos protestos, em cortes, devido ao seu não cumprimento*"[1022].

O que após 1361 se alterou significativamente, foi a pressão que os procuradores do povo exerceram junto dos monarcas, muito mais intensa a partir do momento em que se sentiram legitimados pela lei.

Sem nunca adquirirem o caráter radical vivido noutros reinos, as exigências subiram de tom nos períodos de crise, potenciadas pelos efeitos da guerra, de fomes e

---

[1016] Denotando as expressões utilizadas uma ocupação recente: "*uma casa na qual ora faziam oração os judeus*" ou "*hu ora moram os judeus*", Maria da Conceição Falcão FERREIRA, *Guimarães: duas vilas, um só povo,* p. 451-454.

[1017] *Chancelarias portuguesas. D. Pedro I*, f. 106, p. 457.

[1018] Denominada por "*Judiaria Velha*" ou "*do fundo da cidade*". Anísio Miguel de Sousa SARAIVA, "A inserção urbana das catedrais medievais portuguesas: o caso da catedral de Lamego", p. 260.

[1019] Anísio Miguel de Sousa SARAIVA, "Giudei e cristiani. Coesistenza e cooperazione tra la comunità giudaica di Viseu e il capitolo della cattedrale alla fine del medioevo", *Coesistenza e Cooperazione nel Medioevo*. Actes du IVe Congrès Européen d'Études Médiévales (Palermo-Itália, 23-27 giugno 2009), Ed. Officina di Studi Medievali della Università degli Studi di Palermo, Louvain-la Neuve, Brepols, 2010 (no prelo).

[1020] Sobre a mudança de local da judiaria de Coimbra, a que voltaremos mais tarde, veja-se Saul António GOMES, *A comunidade judaica de Coimbra medieval*, p. 20 e segs. e Luísa TRINDADE, *A casa corrente em Coimbra*..., p. 122 e segs.

[1021] *Vereaçoens. Anos de 1390-1395*, p. 445.

[1022] Maria José Ferro TAVARES, "Judeus e mouros (séculos XII a XIV)", *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias,* III, Lisboa, 1993, p. 341-342. Veja-se também, Margarida Garcez VENTURA, *Igreja e poder no século XV, Dinastia de Avis e liberdades eclesiásticas (1383-1450),* Lisboa, Colibri, 1997, p. 476-483.

surtos pestíferos. Mas decorreram, sobretudo, do brusco aumento demográfico da comunidade, o que em Portugal se verificou de forma acentuada em dois momentos distintos e qualquer deles diretamente relacionado com instabilidade e perseguições registadas nos reinos vizinhos[1023]: nos finais do séculos XIV e, novamente, nos finais da centúria seguinte, com um pico em torno de 1492, com a vinda de milhares de judeus expulsos de Castela.

Um aumento demográfico que veio revelar-se decisivo, quer em termos sociais, quer em termos de gestão do espaço, questão que aqui nos interessa particularmente. Com efeito, embora o seu número viesse em crescendo desde os últimos anos do século XIV, os Judeus portugueses não excederiam, no decorrer do século XV, as 30.000 almas, o que corresponderia a cerca de 3% da população do reino[1024]. Com uma distribuição desigual, concentravam-se nas localidades de fronteira das comarcas da Beira e Entre Tejo e Odiana e, sobretudo, nas grandes cidades do centro e sul do país, sendo as comunas de Lisboa e Évora as mais populosas do reino. Apesar de omissas e contraditórias, fontes da época apontam para que essa cifra tenha praticamente triplicado nos últimos anos do reinado de D. João II[1025], pondo em causa o frágil equilíbrio ainda existente.

Uma das consequências do aumento demográfico foi a de reforçar o ressentimento crescente da população cristã face à minoria hebraica. Na verdade, à animosidade religiosa latente, associava-se a ameaça de concorrência profissional e a rivalidade económica, aspetos que encontram no teor das alterações insistentemente pedidas uma prova irrefutável: expulsar as judiarias dos centros urbanos e circunscrever a atividade dos artesãos judeus aos seus locais de residência[1026]. Na reta final, e sobretudo a nível popular, acrescia o receio de transmissão da peste, que então assolava de forma endémica a Península Ibérica[1027].

[1023] Em 1320 foram atacadas as aljamas de Jaca, Monclús e Tudela; em 1348, a de Sagunto e, em 1355, a judiaria de Toledo. Uma das maiores ondas de conflitos começou no mês de junho de 1391, em Sevilha, alastrando rapidamente por todos os reinos ibéricos, com exceção para Portugal. Em Castela houve conflitos nas comunidades judaicas de Ciudad Real, Ocaña, Huete, Cuenca, Madrid e Toledo. Na Estremadura foram atacadas as comunas de Burgos e Logroño. Em julho registavam-se em Palma de Maiorca, Barcelona e Girona, atingindo Lérida, em agosto. Ao longo do século XV ocorreram frequentemente e de forma generalizada: em 1405, em Córdova; em 1461, em Medina del Campo; sete anos depois em Sepúlveda; na década de setenta, em Córdova, Montoro, Écija, Ubeda, Jaen, Segóvia e Valladolid. H. Baquero MORENO, "Reflexos na cidade do Porto da entrada dos conversos em Portugal nos fins do século XV", *Marginalidade e conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV: estudos de história*, Lisboa, Presença, 1985, p. 138.

[1024] Maria José Ferro TAVARES, *Os judeus em Portugal no século XV*, p. 74.

[1025] Baquero Moreno, baseado em testemunhos coevos da expulsão, chega à cifra de oitenta e três mil judeus entrados em Portugal após março de 1492, "*sem contarmos com os largos milhares que desde 1473 vinham afluindo ao nosso território*". H. Baquero MORENO, "Reflexos na cidade do Porto da entrada dos conversos em Portugal nos fins do século XV", p. 152. Maria José Ferro Tavares aponta para um total de 100 000 judeus castelhanos entrados em Portugal após 1492. Maria José Ferro TAVARES, *A herança judaica em Portugal,* p. 153.

[1026] A proposta é apresentada pelos procuradores do povo, em 1481-82, não sendo aceite pelo monarca. M. J. Ferro TAVARES, *Os Judeus em Portugal no século XV*, p. 309.

[1027] Foi exatamente com base nessa acusação que as vereações de Lisboa (1484) e Porto (1485 e 1487) determinaram a expulsão dos que já aí se encontravam, ao mesmo tempo que proibiam a entrada de novas vagas. Humberto Baquero MORENO, "Reflexos na cidade do Porto da entrada dos conversos em Portugal nos fins do século XV", p. 143. A verdade é que no último quartel do século XV a epidemia revela-se de forma endémica, contabilizando-se pelo menos vinte surtos entre 1477 e 1496. Nas principais cidades do reino houve, por várias vezes, coincidência

Da articulação entre o decreto de 1361 e o aumento demográfico resultaram consequências várias de que aqui se destacam algumas, ainda que com diferentes matizes caso a caso: a definição e encerramento das judiarias, os efeitos com isso induzidos na dinâmica global da cidade; a superlotação dos bairros e as decorrentes pressões com vista à sua ampliação e deslocalização e, finalmente, a consolidação de tecidos demograficamente frágeis, aspeto particularmente evidente nas vilas do interior raiano onde o despovoamento era uma realidade crónica.

Embora não seja referido explicitamente, o encerramento dos bairros judaicos surge implícito à determinação que, em 1361, tornava obrigatória a vivência apartada de judeus e mouros. Logo em 1366, D. Pedro ordenava o fecho das portas da judiaria Grande de Lisboa referindo expressamente a existência de guardas régios[1028]. Pelos mesmos anos, surgem referências às portas das judiarias de Coimbra, Leiria e Trancoso[1029].

Ao mesmo tempo que se contestava a localização das portas que abriam sobre locais de maior movimento, caso da Guarda onde uma das entradas se fazia pelo adro de S. Vicente[1030], determinava-se a redução do seu número, de que é bom exemplo o caso da Covilhã, onde se encerraram cinco das dez portas que davam acesso ao bairro, eliminando prioritariamente as que abriam sobre os adros das igrejas[1031].

Quanto ao perímetro dos bairros, o isolamento fazia-se entaipando total ou parcialmente os vãos dos edifícios "*contra a Christandade*". Os prazos para tal são geralmente curtos, não excedendo os 15 dias, correndo as despesas a cargo das comunas. No caso de Viseu, descreve-se pormenorizadamente o procedimento: "*... e quanto às janellas queremos que se çarrem n'esta maneira, a saber, de pedra e cal, e a maneira de seteiras com um ferro per meio d'ellas ao longo, as quaes sejam altas do chão e em guisa que não tenham logar pera olhar, salvo pera receber lume, e da outra guisa não*"[1032]. A construção de cercas envolventes, tal como surge documentada em várias judiarias dos vizinhos reinos peninsulares[1033], parece não ter sido uma solução adotada em Portugal, embora o caso de Évora suscite dúvidas pela utilização de expressões como "*parede da judiaria*", "*çerco*

---

entre a eclosão da peste e a chegada dos conversos. Em Évora, o surto de 1487 eclode na judiaria; em 1492, a chegada em massa dos conversos foi acompanhada de novo surto epidémico. Com ou sem razão efetiva, os judeus foram frequentemente alvo de medidas repressivas por parte do povo e dos poderes concelhios sempre que se verificava novo foco de peste. M. J. Ferro TAVARES, *Os Judeus em Portugal no século XV*, p. 425-427.

[1028] *Chancelarias portuguesas. D. Pedro I*, p. 536

[1029] Quando, em meados do século XIV, Coimbra é palco de confrontos, a violência dos cristãos traduz-se, por exemplo, no arrancar das ferragens da porta da judiaria. Saul GOMES, *A comunidade judaica de Coimbra medieval*, p. 32. Na Páscoa de 1377, foi a vez da judiaria de Leiria ser atacada com os invasores a britarem as portas e provocar "*mal e dapno nos corpos*". Saul GOMES, "Os judeus de Leiria medieval como agentes dinamizadores da economia urbana*", Revista Portuguesa de História*, 28, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993, p. 6.

[1030] Na Guarda fecha-se o portão que comunica diretamente com o adro de S. Vicente, abrindo-se um outro acesso em local menos concorrido. Rita Costa GOMES, "Um microcosmos citadino: a judiaria medieval da Guarda*",* catálogo da exposição *Guarda: História e cultura judaica,* Guarda, Museu da Guarda-Câmara Municipal, 1999, p. 113

[1031] Publicado por Gama BARROS, "Judeus e Mouros em Portugal …", *Revista Lusitana*, 34, 1936, p. 260.

[1032] Publicado por Gama BARROS, "Judeus e Mouros em Portugal …", *Revista Lusitana*, 34, 1936, p. 259-260.

[1033] São disso exemplo as judiarias de Maiorca, Saragoça, Teruel, no reino de Aragão ou Pamplona, no de Navarra. Neste último caso, como no de Saragoça, o encerramento, parcialmente resolvido pela proximidade à muralha, completava-se com a construção de paliçadas ou muros de ladrilho. José Luís LACAVE, *Juderías y sinagogas españolas*, Madrid, Mapfre, 1992, p. 85, 100, 137 e 153.

da judaria" ou "*cerca da judaria*"[1034]. Embrechadas no casario cristão, como sugestivamente descreveu Leite de Vasconcelos, tal era praticamente impossível, optando-se por vedar os vãos das paredes viradas ao exterior que assim funcionavam como muro.

De portões encerrados, portas entaipadas e janelas gradeadas, o espaço judaico, sob vigia da guarda real, surge numa primeira impressão como um gueto intransponível.

Na prática, porém, só pontual e tardiamente se acatou a determinação. Da mesma forma que os judeus continuaram a viver fora dos espaços assinalados, os bairros permaneceram abertos, possibilitando um contacto livre, diário e intenso com a maioria cristã. O volume de queixas dirigidas aos monarcas, no decorrer do século XV, indicia que o alcance da lei fora, no tempo entretanto decorrido, muito pontual: em 1436, nas cortes de Lisboa, os procuradores de Lamego queixavam-se que as duas judiarias da cidade eram devassas e sem portas, queixas que, aliás, voltariam a apresentar em 1456[1035]. Na Guarda, a decisão de fechar definitivamente a porta principal, substituindo-a por outra em lugar menos concorrido, data de 1465[1036]; na Covilhã e Viseu, as denúncias são de 1468 e, em Lagos, de 1482[1037].

Mais difícil se revela a análise das repercussões do encerramento dos bairros judaicos no tecido global da cidade, a forma como se traduziram no espaço as medidas restritivas de convivência e circulação, avaliando o grau de descontinuidade urbana. A questão, mais do que das fontes escritas, totalmente omissas a este respeito, depende necessariamente da análise do espaço, da dimensão da judiaria[1038], da implantação mais ou menos central ou periférica do bairro, da proximidade, interseção ou coincidência com os eixos estruturantes, portas ou centros de comércio e decisão.

Peca, em qualquer dos casos, por demasiado abstrata. As implicações do bloqueio dependem diretamente do rigor com que a legislação foi acatada. Ou seja, mais do que nunca, importa aferir a distância real entre a determinação legal e a prática corrente, ou, por outras palavras, distinguir o espaço regulamentado do espaço vivido.

Teoricamente, assiste-se a uma crescente definição espacial dos bairros judaicos criando, entre eles e a restante cidade, verdadeiras barreiras físicas, com o objetivo de limitar os contactos ao mínimo indispensável. Mas a verdade é que, mesmo que a lei fosse rigorosamente cumprida, o bloqueio não chegaria a ser total. Senão vejamos: à semelhança da própria cidade, cujas portas fechavam ao toque das Trindades, o encerramento das judiarias limitava-se ao período noturno. Até ao amanhecer, vigorava o recolher obrigatório[1039].

[1034] Carmen BALLESTEROS, "A judiaria e a sinagoga medieval de Évora (1ª campanha de escavação)", *Os judeus sefarditas entre Portugal, Espanha e Marrocos. Actas do colóquio internacional,* coord. Carmen Ballesteros, Mery Ruah, Lisboa, Colibri, Assoc. Port. de Estudos Judaicos - CIDEHUS-UE, 2004, p. 202.

[1035] Gama BARROS, "Judeus e Mouros em Portugal …", *Revista Lusitana*, 34, 1936, p. 247-248 e p. 255-256.

[1036] Rita Costa GOMES, "Um microcosmos citadino…", p. 113.

[1037] Gama BARROS, "Judeus e Mouros em Portugal …", *Revista Lusitana*, 34, 1936, p. 259-261.

[1038] Sobre a enorme diferença de dimensões e respetivo impacto nas comunidades urbanas em que se inseriam, veja-se, para o caso espanhol, a listagem realizada por Fernando Súarez BILBAO, *Las ciudades castellanas y sus juderias en el siglo XV*, Madrid, Caja de Madrid, 1995, p. 272-279.

[1039] Em 1400, D. João I ao atualizar a legislação a aplicar às comunidades judaicas (incorporada nas Ordenações Afonsinas, Liv. 2, tít. 76, sob a rubrica "*De como os Judeos ham de viver em Judarias apartadamente*", refere

Porém, a prática admitia exceções designadamente aos homens ligados às atividades marítimas ou agrícolas, a almocreves, vendedores ambulantes e, sobretudo, a cirurgiões e físicos a quem os monarcas passavam salvo-condutos e cartas de privilégio, permitindo a circulação para além dos horários estipulados, desde que portadores de candeia e acompanhados de um cristão[1040].

Aos homens que em Setúbal se dedicavam à salga e venda do peixe, concedeu D. João II um salvo-conduto, ainda que apenas válido para os percursos (minuciosamente enumerados na determinação) que da judiaria levavam diretamente ao porto e às tendas[1041]. Apesar de fortemente tolhidos nos seus movimentos, não deixa de ser curioso verificar como a centralidade da judiaria obrigava a percorrer alguns dos principais eixos da Setúbal medieval: a rua e praça do Espírito Santo, a rua Direita, a Praça da Ribeira[1042].

Durante o dia os judeus circulavam livremente. As suas tendas e oficinas estavam espalhadas por toda a cidade, concentrando-se nos locais de maior centralidade, onde nunca foram proibidas. Também a maioria cristã masculina gozava de livre acesso às judiarias. A única restrição — estabelecida por D. Pedro[1043] e sucessivamente reiterada — recaía sobre as mulheres cristãs, com idade superior a 10 anos. Mas mesmo a estas, autorizava-se a entrada, desde que acompanhadas de um correligionário adulto. Da presença deste último dependia, em sentido inverso, a entrada de judeu em casa cristã o que, mais uma vez, comprova práticas quotidianas de convivialidade.

A legislação promulgada por D. Pedro no sentido de restringir a entrada de mulheres cristãs nas judiarias e mourarias, terá tido um impacto muito reduzido nas práticas quotidianas. Reiterada por D. João I, nos inícios do século XV, só no reinado de D. Duarte as medidas relativas a Lisboa se tornaram extensíveis a outras localidades. Na década de oitenta do século XV, a escassos anos do decreto de expulsão, continuava a afirmar-se a proibição da atividade comercial cristã no interior dos bairros judaicos, bem como da residência judaica no seu exterior, o que claramente denota a inoperacionalidade da legislação.

Com pouco sucesso, como demonstram as Ordenações Afonsinas, tentava-se limitar a conversação entre gentes dos dois credos: "*veendo como a converssaçom dantre Chrisptãos, e os Judeos he defesa assy per Direito Canónico como Civil, e ainda por Leyx dos Reyx, que em estes Regnos atee ora forom,* […] *elles porem nunca leixaarom de conversar com os Chrisptãos...*"[1044]. Na realidade, o contato apenas era permitido no espaço público, mas muitas profissões caracteristicamente judaicas (médicos, alfaiates, vendedores de vestuário, tecelões, pedreiros, carpinteiros) escapavam, forçosamente, ao estrito cumprimento da medida.

---

como os judeus andavam "… *de noite aas desoras fora das ditas Judarias*". Margarida Garcez VENTURA, *Igreja e poder no século XV. Dinastia de Avis e liberdades eclesiásticas (1383-1450),* Lisboa, Colibri, 1997, p. 478.

[1040] *Ordenações Afonsinas*, Liv. 2, tít. 80.

[1041] "*Saíram per a porta gramde da dita judaria que vem ter a rua de Santo Espírito e daly yram direitamente per a rua dos barbeiros e entam per a rua direita ata a praça da ribeira e de hii as barquas e entam as logeas e depois que acabarem de fazer suas compras, salguas e vemdas, entam se tornem per aquelas mesmas ruas e porta pera a dicta judaria*". M. J. Ferro TAVARES, *Os Judeus em Portugal no século XV*, p. 459.

[1042] Paulo Drumond BRAGA, *Setúbal Medieval*, p. 46.

[1043] Maria José Ferro TAVARES, *Os Judeus em Portugal no século XIV*, p. 75.

[1044] *Ordenações Afonsinas*, Liv. II, tít. 66, art. 1.

Com efeito, o papel decisivo que os judeus desempenhavam na economia urbana foi um fator determinante para um permanente furo ao bloqueio. Em Elvas, no reinado de D. Afonso V, os cristãos abasteciam-se de alimentos na judiaria, pelo que o monarca autorizou a manutenção das portas abertas até ao toque do sino de correr[1045]. Em Viseu, em 1460, os procuradores do concelho exigiram que os judeus frequentassem o mercado da cidade. Quando, em 1462, o rei proibiu a comunidade judaica de Sintra de utilizar os portais com serventia para a cidade cristã, o que estava em causa era a limitação do contacto físico, não a manutenção das trocas comercias. Por isso autorizou a abertura nas portas de umas "… *virdizellas da altura que deem a um homem pela cinta pera poderem dar per ellas as bofaminhas e assim outras coisas que venderem*"[1046].

Em suma, mesmo onde a lei foi estritamente cumprida, os efeitos de bloqueio foram circunscritos, não impedindo a movimentação de judeus por território cristão e vice-versa. Acrescente-se que só tardiamente as determinações legais foram observadas, e nem por isso de forma generalizada e rigorosa.

Os insistentes pedidos ao monarca para que obrigasse a um cumprimento escrupuloso da lei datam, essencialmente, da segunda metade do século XV, o que resulta numa efetiva vigência da lei por pouco mais de três décadas. Embora, em 1456, o rei tenha estabelecido o prazo máximo de dois meses para o encerramentos das judiarias de Lamego, ainda na década de setenta, cónegos da Sé moravam paredes meias com judeus[1047]. Em Braga, em 1466, Gonçalo Vasques, tercenário da Sé, residia na casa contígua à sinagoga, testemunhando a persistência da situação que, no início do século, D. Diogo de Azambuja criticava asperamente: "… *alguns christaaos e christaas moram e presumam de morar nas judarias* […] *das quaes cousas se geera grande escandallo aos outros christaaos e aos que o fazem se segue grande periigo das almas*"[1048]. O que, aliás, parecia ser uma situação comum na cidade dos arcebispos: não só se detetam judeus a residir na Praça da cidade, bem em frente à Sé, até finais do século XV, como em ambas as judiarias existentes na cidade a ocupação das casas é feita indistintamente por judeus e cristãos, clérigos incluídos.

A vizinhança entre judeus e cristãos repete-se em Coimbra[1049], Alcácer do Sal[1050], no Porto[1051] ou em Viana da Foz do Lima, onde, no reinado de D. Afonso V, os judeus são acusados de não viverem apartados, habitando livremente numa "… *das mayores praças e mais honrradas e cursavees da gente do lugar*"[1052].

[1045] M. J. Ferro TAVARES, *Os Judeus em Portugal no século XV*, p. 459.

[1046] Publicado por Gama BARROS, "Judeus e Mouros em Portugal …", *Revista Lusitana*, 34, 1936, p. 264.

[1047] Efetivamente, ainda em 1470, residia na judiaria o cónego João de Resende, paredes meias com famílias judias a quem arrendava as casas contíguas que, recentemente, comprara a cristãos. Após a sua morte, as moradas deixadas em testamento ao cabido são por este aforadas a João Eanes, também ele cónego da Sé. Anísio Miguel de Sousa SARAIVA, "A inserção urbana das catedrais medievais portuguesas: o caso da catedral de Lamego", p. 261.

[1048] Citado por Leite de VASCONCELOS, *Etnografia Portuguesa*, p. 99.

[1049] Saul GOMES, *A comunidade judaica de Coimbra medieval,* p. 29. Nas cortes de Santarém, realizadas em 1468, o monarca ordenava que no prazo máximo de seis meses, os judeus residentes fora das judiarias de Coimbra a elas recolhessem. *Indice chronologico dos pergaminhos e foraes existentes no archivo da Câmara Municipal de Coimbra: primeira parte do inventário do mesmo archivo*, Coimbra, Imprensa Litteraria, 2ª ed.,1875, p. 49.

[1050] Maria Teresa Lopes PEREIRA*, Alcácer do Sal na Idade Média*, p. 202-203.

[1051] Maria José Ferro TAVARES, *Os judeus em Portugal no século XV*, p. 64.

[1052] Maria José Ferro TAVARES, *Os judeus em Portugal no século XV*, p. 73.

Em muitos casos era o próprio monarca quem expressamente o autorizava: assim acontecia em Estremoz, onde o número de judeus excedia a capacidade do bairro, pelo que a comunidade recebeu autorização régia para aforar casas na zona cristã[1053]. Situação idêntica ao que acontecera em Lagos, por autorização do Infante D. Henrique[1054] ou acontecia, ainda em 1475, em Olivença[1055].

Montemor-o-Novo é um outro exemplo paradigmático: com ou sem autorização explícita do monarca[1056], os judeus procuravam como local de residência as artérias centrais da vila, em detrimento do local demarcado como judiaria, situado no arrabalde. Em sua defesa, argumentavam não existir aí espaço suficiente para albergar toda a comunidade. A razão não era aceite pelos homens-bons que alegavam ser essa uma atitude dissimulada "*pera viverem na Christandade*", o que era "*deserviço de Deos e nosso*" por permitir "*grande conversa com os ditos christãos*". Por isso solicitavam ao rei que não passasse mais cartas de morada fora da judiaria, comprometendo-se a acrescentá-la de "*lugares covenhaveis*", caso esta se revelasse insuficiente[1057].

Todas estas situações explicam que, em 1402-1404, as constituições do arcebispado de Lisboa insistissem em "... *que onde houver judarias* […] *apartadas os christaãos lhes nom aluguem as casas que teverem...*"[1058].

Mesmo que limitando a análise à segunda metade do século XV (quando tudo contribui para um extremar de posições), importa perceber o impacto da circunscrição física das judiarias na dinâmica urbana global. A relevância dos efeitos terá dependido essencialmente da conjugação de dois fatores: a dimensão da judiaria e a sua inserção relativa na malha urbana. A dimensão tem, como é óbvio, um peso decisivo: a judiaria Velha de Lisboa, a de Évora ou a do Campo do Olival, no Porto, rondando qualquer uma delas o hectare e meio, ocupavam uma mancha expressiva no todo urbano, em nada comparável com a de outras, que pouco excediam uma só artéria urbana. E quando à dimensão se associou uma implantação central, o grau de repercussões foi naturalmente muito superior, traduzindo-se na interrupção de percursos essenciais a um elevado número de utilizadores.

Para o efeito, comparem-se as judiarias de Lisboa e do Porto. No primeiro caso, quer a Judiaria Velha quer a Nova, ocupavam o coração da zona baixa da cidade; eram tangentes à rua Nova, o centro financeiro, comercial e social, considerada por monarcas e

---

[1053] Maria José Ferro TAVARES, *Os judeus em Portugal no século XV*, p. 72.

[1054] Situação que, em 1463, D. Afonso V sancionará face à exiguidade da judiaria. Gama BARROS, "Judeus e Mouros em Portugal …", *Revista Lusitana*, 34, 1936, p. 258.

[1055] Maria José Ferro TAVARES, *Os judeus em Portugal no século XV*, p. 73.

[1056] Em 1450, o rei autorizava Josepe Abacar e sua mulher Lidiça a que "e*lles possam teer e viver e morar nas ditas casas livremente, posto que sejam fora da judaria sem por ello encorrerem em pena alguma, nam embargando pera ello qualquer hordenaçam ou defesa que em comtrairo hii aja*". Esses imóveis situavam-se "*a porta da judaria que se chama a Porta de Santarém*" referindo-se que já neles haviam morado outros judeus. António Banha de ANDRADE, *Judeus em Montemor-o-Novo,* Lisboa, Grupo dos Amigos de Montemor-o-Novo – Academia Portuguesa de História, 1977, p. 16.

[1057] O local da vila mais procurado pelos judeus era "*huma das melhores ruas da villa*" ou, como refere um outro passo, "*a melhor rua*", certamente aquela que, nos primeiros anos do século XVI, era conhecida por rua dos Açougues, onde se situava a igreja da Senhora da Vila, o mercado, a Casa da Câmara e, como o nome indica, os açougues. António Banha de ANDRADE, *Judeus em Montemor-o-Novo,* p. 18-19.

[1058] Citado por Leite de VASCONCELOS, *Etnografia portuguesa*, p. 90.

cronistas como a melhor e principal rua da capital. A judiaria grande, estendendo-se por três freguesias (S. Julião, S. Nicolau e Madalena), era constituída por um vasto dédalo de ruas, travessas e becos, sendo os eixos mais importantes a rua do Picoto ou dos Mercadores e a rua da Gibitaria. A cumprir-se rigorosamente a legislação, o encerramento da judiaria truncava alguns trajetos urbanos importantes, obrigando a contornar os limites do bairro.



Distribuição das comunas de judeus em Portugal no século XV
(Maria José Ferro Tavares, *A herança judaica em Portugal,* p. 76)

LISBOA

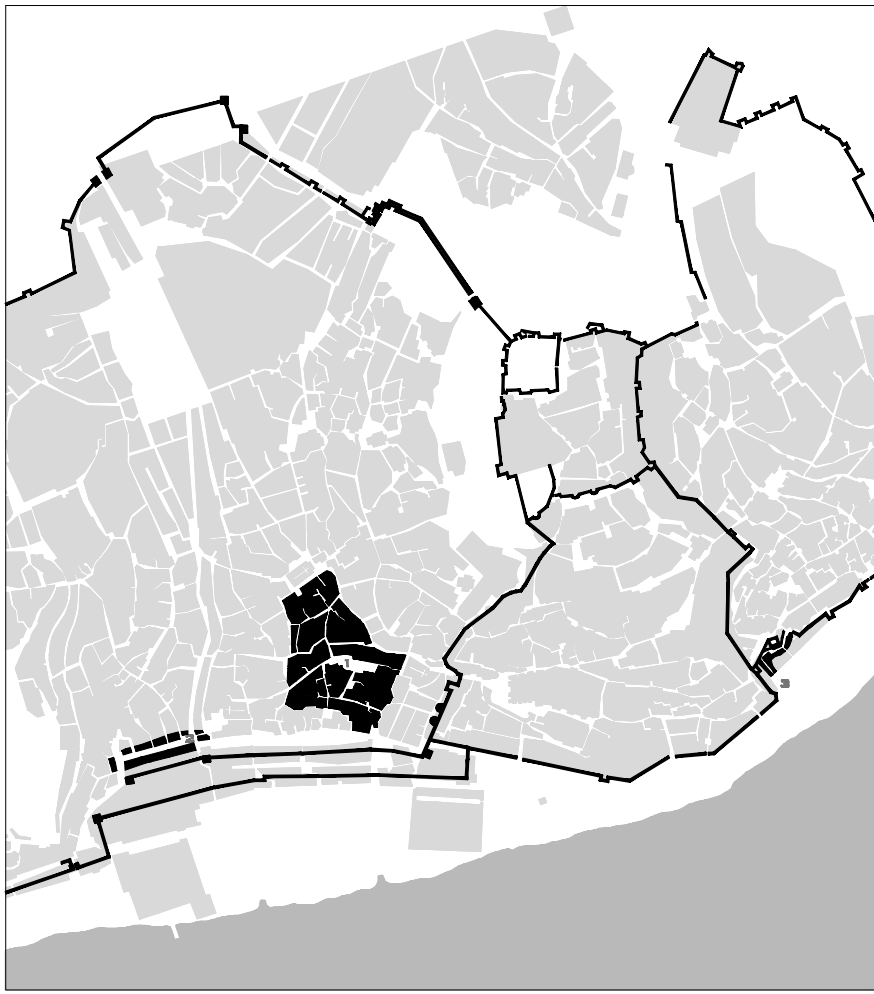
Tecido urbano

Tecido urbano correspondente às judiarias

Traçado da cerca velha e cerca fernandina

Rio Tejo

1. Judiaria Grande ou Judiaria Velha 2. Judiaria Nova 3. Judiaria de Alfama



Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

N

LISBOA

Tecido urbano

Tecido urbano correspondente aos quarteirões da Judiaria Grande/Velha

Sinagoga Grande Sinagogas Pequenas

1. Igreja de S. Nicolau 2. Igreja da Madalena 3. Igreja de S. Julião 4. Rua da Correaria 5. Rua da Ourivesaria 6. Poço da Fotea 7. Rua Nova d´El-Rei 8. Rua de Lava-cabeças 9. Rua que vai de S. Julião para S. Nicolau 10. Rua do Picoto ou Rua dos Mercadores 11. Poio 12. Largo ou Praça da Sinagoga grande 13. Beco da Sinagoga 14. Rua da Ferraria ou Rua Pública dos Ferreiros 15. Rua da Tinturaria 16. Rua da Sirgaria 17. Adega do Rei 18. Adega da "dona da judiaria" 19. Azinhaga que sai em S. Nicolau 20. Praça da Rua da Adega da judiaria 21. Rua do Chancudo 22. Rua de D. Rolim 23. Beco 24. Rua Pública do Poço da Fotea 25. Rua da Gibitaria 26. Rua da Estreita 27. Beco

Segundo Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Os judeus em Portugal no século XV*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, I.N.I.C., 1982-1984, p. 46



Escala 1:1 000

10 50 100

N

PORTO

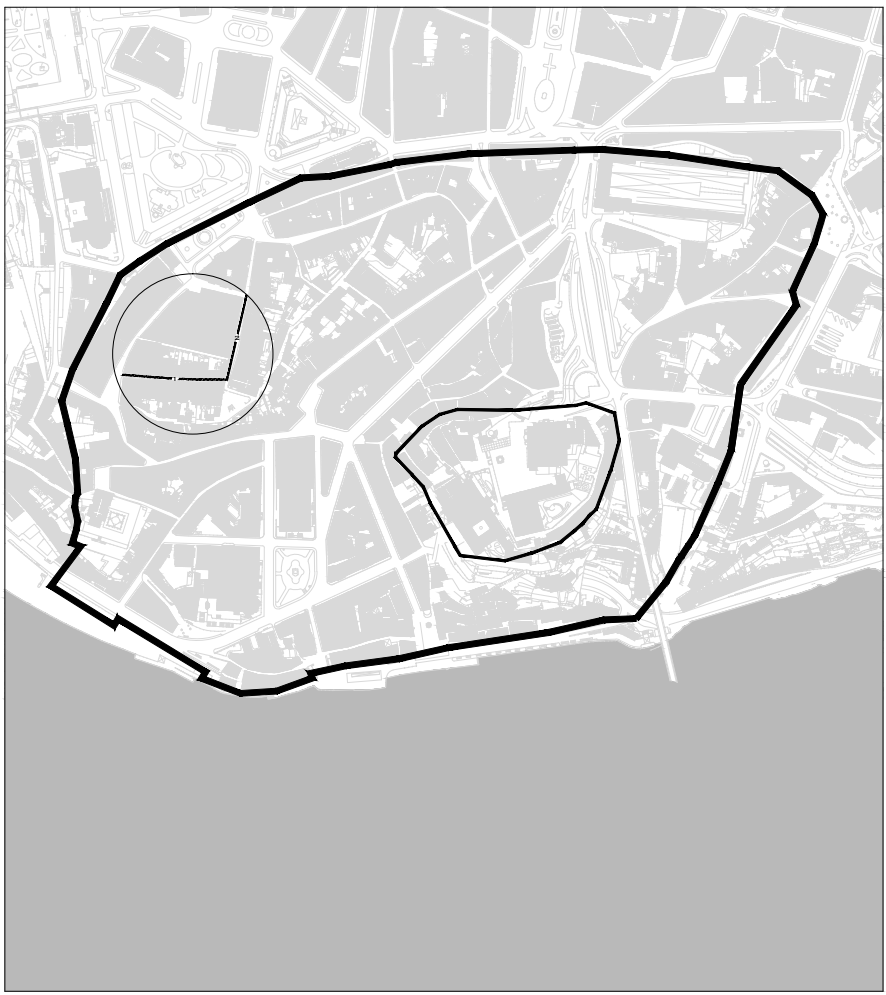
Tecido urbano actual

Tecido urbano actual aproximadamente correspondente à área de implantação da Judiaria do Olival

Muralha alto-medieval e muralha dita fernandina

Rio Douro

1. Rua da Minhota ou Rua de S. Miguel de baixo 2. Rua de S. Bento da Vitória, antiga Rua de S. Miguel de cima



Escala 1:4 000

10 50 100 200

N

PORTO

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual aproximadamente correspondente aos quarteirões da Judiaria do Olival

1. Rua da Minhota ou Rua de S. Miguel de Baixo 2. Rua de S. Bento da Vitória, antiga Rua de S. Miguel de Cima 3. Rua das Taipas, antigo Caminho do Olival 4. Rua de Belmonte 5. Caminho que de S. Domingos vai para Miragaia (actual Rua da Vitória) 6. Escadas da Esnoga 7. Rua da Ferraria de Baixo

Segundo Maria José Pimenta Ferro TAVARES , Os judeus em Portugal no século XV, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, I.N.I.C., 1982-1984, pp. 66-67



Escala 1:1 000

10 50 100

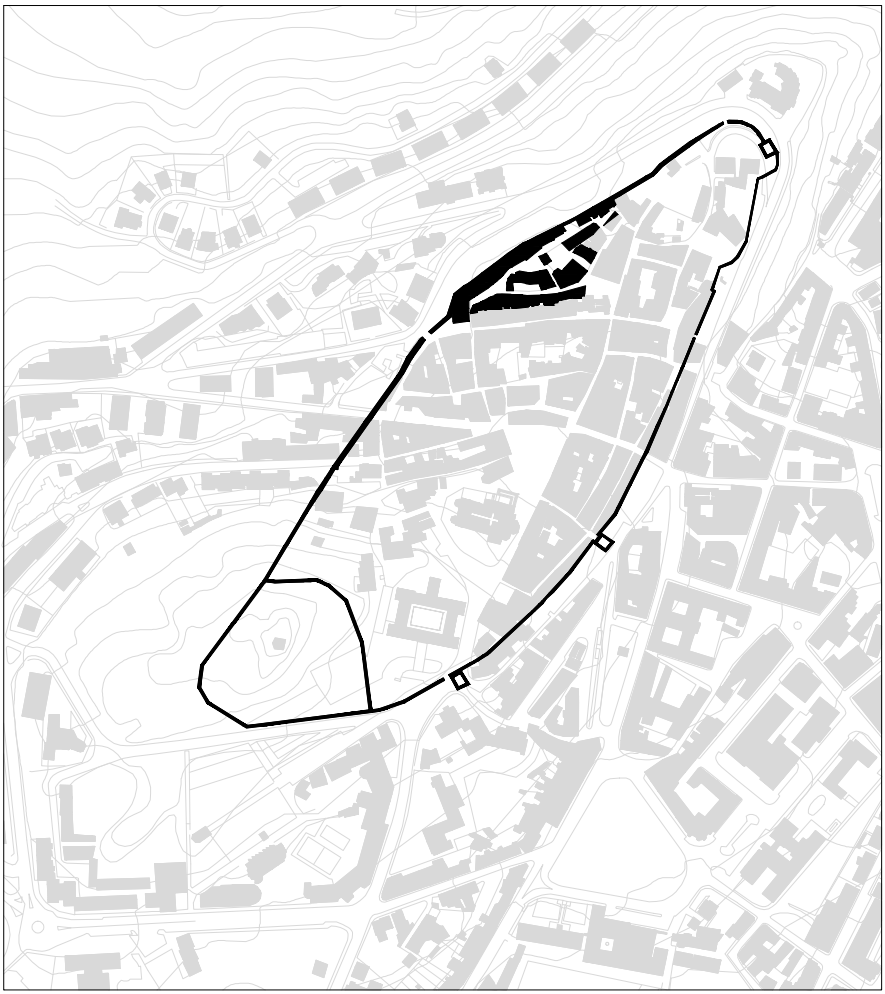
N

GUARDA

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual correspondente à área de implantação da judiaria

Cerca medieval



Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

N

GUARDA

Tecido urbano actual

Tecido urbanos actual correspondente aos quarteirões da judiaria

Sinagoga

1. Rua da Trindade 2. Travessa de S. Vicente 3. Rua do Amparo 4. Rua de S. Vicente 5. Largo de S. Vicente

Segundo Rita Costa Gomes, *A Guarda Medieval , 1200-1500*, Cadernos da Revista de História Económica e Social, 9-10, Lisboa, Sá da Costa, 1987, p. 31



Escala 1:1 000

10 50 100

N

ÉVORA

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual correspondente aos quarteirões da judiaria

Sinagoga

1. Rua do Tinhoso 2. Rua dos Mercadores 3. Rua do Alconchel 4. Rua do Reimondo 5. Rua da Sinagoga 6. Rua do Midras ou Travessa da Gamela Furada 7. Rua do Midras de Baixo 8. Rua da Milheira 9. Rua da Palmeira 10. Beco na Rua do Tinhoso 11. Beco do Alconchel 12. Rua da Baldresaria 13. Rua de Santa Maria ou de Salomão de Illescas 14. Rua da Tâmara ou de Me. Eleázer 15. Porta da Palmeira na Rua do Tinhoso 16. Porta da Palmeira na Rua dos Mercadores 17. Porta na Rua do Reimondo

Segundo Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Os judeus em Portugal no século XV*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, I.N.I.C., 1982-1984, pp. 60-61



Escala 1:2 000

10 50 100 200

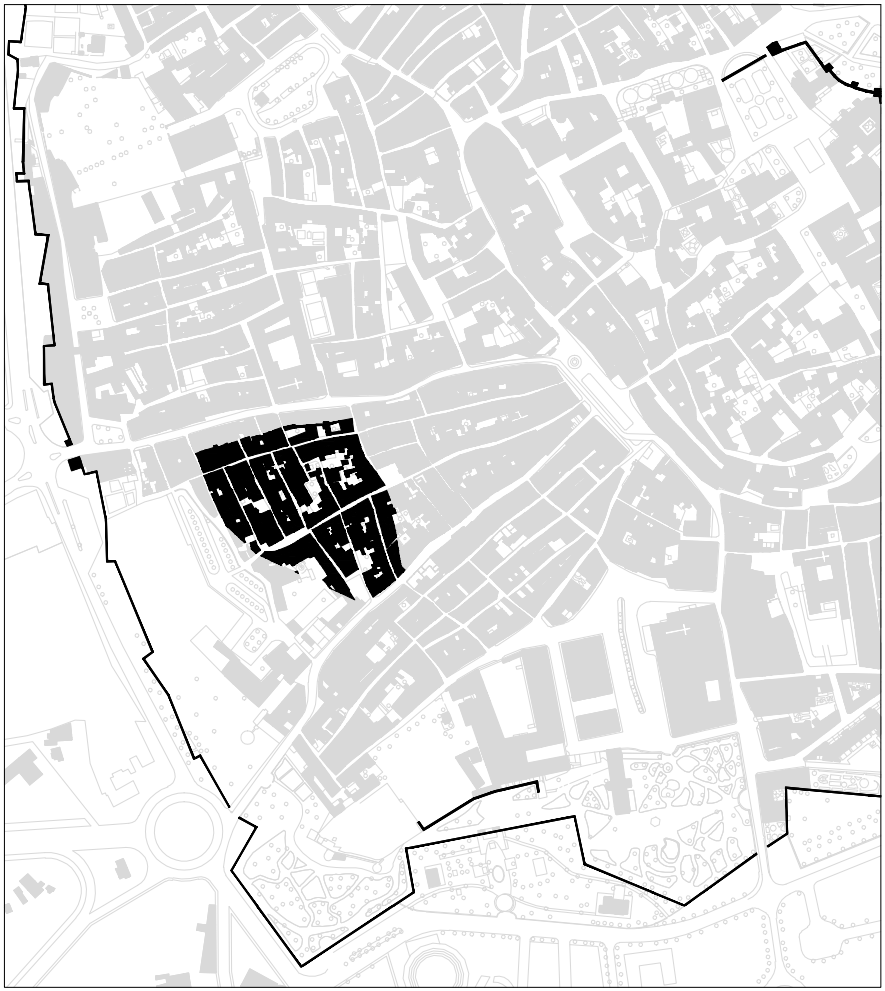
N

ÉVORA

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual correspondente à área de implantação da judiaria

Troços da cerca velha e da muralha moderna



Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

N

TOMAR

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual correspondente à área de implantação da judiaria

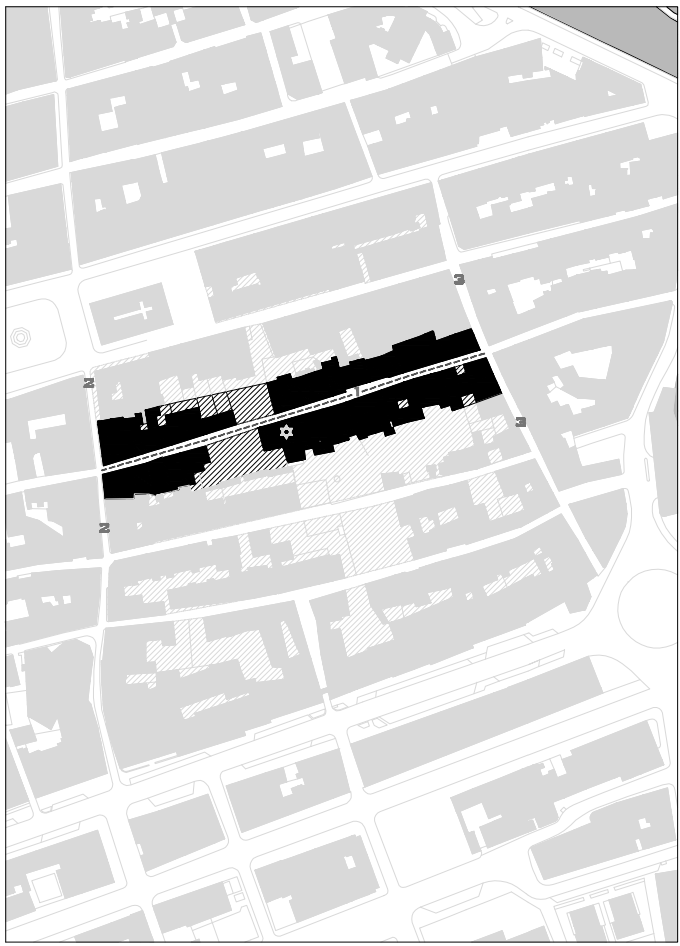
Eixo correspondente à rua da judiaria

Sinagoga

Rio Nabão

1. Rua Doutor Joaquim Jacinto 2. Rua Direita 3. Rua dos Moinhos

Segundo J. M. dos Santos Simões (1943), *Tomar e a sua judiaria* , Tomar, Museu Luso-Hebraico, 1992, p. 46



Escala 1:2 500

10 50 100 200 250

N

CASTELO DE VIDE

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual correspondente à área de implantação da judiaria

Cerca medieval

Ribeira de S. João



Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

N

CASTELO DE VIDE

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual correspondente aos quarteirões da judiaria

Sinagoga

1. Rua da Judiaria 2. Ruinha da Judiaria 3. Rua da Fonte

Segundo Cármen Ballesteros; J. Oliveira, "A judiaria e a sinagoga de Castelo de Vide", Ibn Marwán, 3, 1993



Escala 1:1 000

10 50 100

N

VISEU

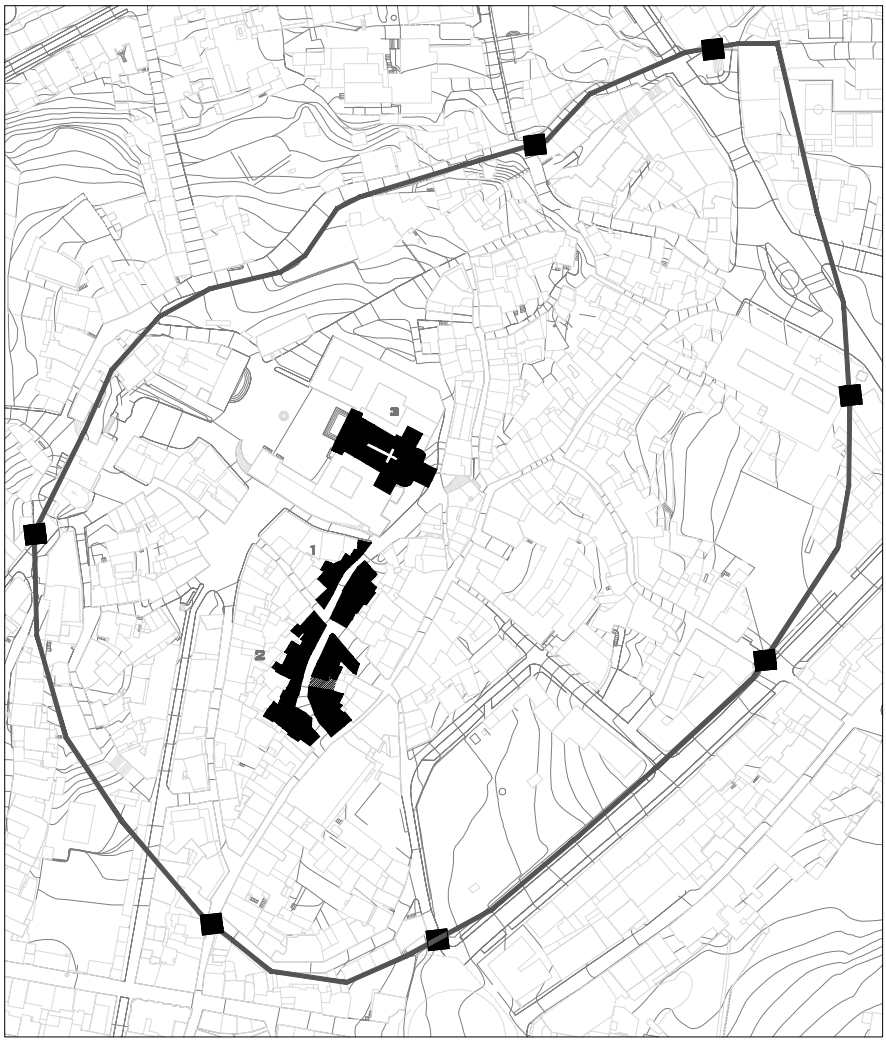
Tecido urbano actual

Tecido urbano actual correspondente à área de implantação das judiarias Velha e Nova

Reconstituição do traçado da muralha do séc.XV

1. Judiaria Velha 2. Judiaria Nova 3. Sé

Segundo Aníbal Miguel de Sousa Saraiva, "Giudei e cristiani. Coesistenza e cooperazione tra la comunità giudaica di Viseu e il capitolo della cattedrale alla fine del medioevo" (no prelo)



Escala 1:3 000

10 50 100 200 300

N

Se da análise de Lisboa passarmos para o caso do Porto, e continuando para esse efeito a seguir os levantamentos onde as judiarias são assinaladas, verificamos como a judiaria do Olival ainda que igualmente com uma dimensão considerável, apresentava uma situação com muito menos implicações: para além de ocupar o ângulo noroeste do intramuros era delimitada por eixos urbanos (como o caminho que de S. Domingos levava a Miragaia), que garantiam o essencial das necessidades de circulação da população portuense nos sentidos norte-sul e este-oeste e o acesso às duas portas que, junto ao bairro, se rasgavam na muralha dita fernandina: a do Olival e a das Virtudes.

Tratava-se de um esquema relativamente semelhante ao da Guarda, onde a implantação do bairro judaico não interferia com os dois eixos estruturantes da cidade: a rua de S. Vicente (este-oeste) e a rua Direita (norte-sul), em cuja interseção se situava a igreja e adro de S. Vicente.

Na Judiaria Velha de Coimbra, apesar de o limite sul, onde se situava a porta principal, abrir sobre a rua da Calçada — o eixo comercial que atravessava toda a cidade baixa — a sua implantação arriba acima e paralela ao circuito muralhado, deixava-a à margem dos principais trajetos, sem que o seu atravessamento fosse crucial para o quotidiano da maioria cristã. Tamponada a norte e nordeste pelos terrenos afetos ao Mosteiro de Santa Cruz, a via principal da judiaria dava acesso a uma encosta desabitada, onde o único equipamento existente era o almocavar judeu[1059].

A implantação da judiaria de Évora levanta outras questões relacionadas com o traçado urbano. De facto, apesar das dimensões e centralidade, a implantação do bairro numa malha ortogonal e a delimitação pelas ruas de Alconchel e do Raimundo, eixos retilíneos que ligavam as portas da muralha à praça principal, funcionavam como principais corredores de circulação que, com um desvio mínimo, substituíam os que, vedados, corriam paralelamente pelo interior da judiaria. Neste caso as dificuldades surgiam apenas nos atravessamentos. Situação que também se verificava em Tomar onde, embora o bairro da minoria ocupasse parte de uma artéria central — a atual rua Dr. Joaquim Jacinto que atravessando toda a vila de baixo desembocava na igreja e praça de S. João [1060] —, o percurso podia ser facilmente substituído por qualquer uma das paralelas que cingiam a judiaria em todo o comprimento.

Nalguns casos porém, a circulação pelo espaço hebraico era inevitável. As queixas apresentadas pelos procuradores de Santarém nas cortes de 1416, referem explicitamente o problema: a judiaria, implantada no eixo central que ligava a rua da Sapataria à porta da Alcáçova, constituía um atravessamento fundamental para os cristãos[1061]; pelo que a legislação em vigor não podia ser aplicada. O mesmo se verificava em Viseu, onde a judiaria ocupava parte significativa de uma artéria central, contígua às movimentadas ruas da Triparia e das Tendas. Embora entre 1415 e 1418, o bairro semita tivesse sido deslocado para uma zona a sul (atual rua da Senhora da Piedade), mais afastada do perímetro da catedral, mantinha ainda uma indiscutível centralidade, razão pela qual, em 1444, e a propósito da construção da muralha, o concelho pedia a D. Pedro

[1059] O instrumento de resolução da contenda sobre a legítima posse do antigo almocavar dos judeus de Coimbra, datado de 1520 situa-o na "*lladeyra e tera que corre dos muros de samta cruz tee ha callçada da porta do castello*…". *Indice chronologico dos pergaminhos e foraes existentes no archivo da Câmara Municipal de Coimbra,* p. 61-65.

[1060] Manuel Sílvio Alves CONDE, *Tomar medieval*, p. 105.

[1061] Gama BARROS, "Judeus e Mouros em Portugal …", *Revista Lusitana*, 34, 1936, p. 197.

o afastamento dos Judeus para uma zona excêntrica do espaço urbano cercado. Apesar da resposta afirmativa do regente a deslocalização nunca chegou a concretizar-se[1062].

Nestes casos, a impossibilidade de cumprir a lei, de cerrar as judiaras ou impedir os contactos com os cristãos, levou a que as vereações solicitassem aos monarcas a transferência dos bairros para outros lugares "*mais convenhaveis*". Periféricos, entenda-se. Para além dos tradicionais argumentos — contacto forçado, "*deshonestidades*", desrespeito pelos rituais cristãos ou as sujidades que eram acusados de provocar[1063] — as autoridades locais escudavam-se com a superlotação das judiarias existentes. O que em muitos casos correspondia à verdade, pois para além de recolherem os judeus antes dispersos pelo tecido urbano, tinham, simultaneamente, de acolher os contingentes que continuadamente atravessavam a fronteira.

O exemplo de Évora, em finais do século XIV, é dos mais significativos, ficando claramente demonstrado pela documentação coeva a inexistência de casas vagas a par com a escalada dos respetivos preços. No Porto, em 1482, acentuou-se a sublocação das casas e aforaram-se edifícios do lado exterior da porta da judiaria[1064]. Um pouco por toda a parte, após um escrupuloso aproveitamento do espaço assinalado, fosse pela ocupação de terrenos vagos, pelo aumento da cércea dos edifícios ou pelo acanhamento das vias de circulação, o alargamento das judiarias pela incorporação de arruamentos contíguos surgiu como a solução possível. Se em Lagos e Castelo Branco anexar uma azinhaga ou uma travessa foi suficiente, noutras localidades, como a Guarda ou Évora, esse aumento de área urbana adquiriu outra expressão, no primeiro caso, expandindo-se para norte e este, em direção à Praça de S. Vicente, no segundo, pela incorporação de seis ruas e travessas.

A verdade é que, independentemente da bondade dos argumentos utilizados, as tentativas de relocalizar os judeus traduziam o desejo velado de os expulsar das ruas Direitas ou dos Mercadores, das praças e adros das igrejas. Locais que, muito mais do que "*honrados e cursáveis de gentes*"[1065], constituíam o coração comercial das cidades e vilas, centros de produção e trocas onde a concorrência do povo judaico era uma ameaça constante.

[1062] Anísio Miguel de Sousa SARAIVA, "Giudei e cristiani. Coesistenza e cooperazione tra la comunità giudaica di Viseu…", (no prelo). O documento encontra-se publicado por Maria Helena da Cruz COELHO, "O concelho e senhorio de Viseu em Cortes", *Actas do congresso "Infante D. Henrique, Viseu e os Descobrimentos"*, Viseu, Câmara Municipal, 1995, p. 93 e 102.

[1063] "*Volvendo as costas contra a cruz e fazendo outras torpidades*" Rita Costa GOMES, "Um microcosmos citadino…", p. 113. Os judeus da Covilhã eram acusados de despejar sujidades e outras imundícies pelas janelas das suas casas que davam para os adros das igrejas e ruas da vila. Leite de VASCONCELOS, *Etnografia portuguesa*, p. 92.

[1064] Maria José Ferro TAVARES, *Os judeus em Portugal no século XV*, p. 64.

[1065] A centralidade dos bairros judaicos pode ser facilmente aferida através da consulta de A. H. de Oliveira MARQUES; Iria GONÇALVES; A. Aguiar ANDRADE, *Atlas das cidades medievais portuguesas*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica - Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990. Um exemplo elucidativo é o de Alcochete, onde a localização da judiaria junto à praça da vila suscitou queixas por parte da população cristã: na vereação de 24 de agosto de 1421, os moradores apresentaram um protesto contra os judeus por "*... aos domingos e festas que eles rezam suas oras no meio da praça onde eles moram que era a milhor praça que em o dito lugar ha e rezam tam alto que eles se anojavam deles*". Maria Ângela BEIRANTE, "Alcochete, vila-berço de D. Manuel. Administração, economia e forma urbana (séculos XV-XVI)", *D. Manuel e a sua época. Actas do III Congresso Histórico de Guimarães*, *3ª Secção – População, sociedade e economia*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, p. 126.

Finalmente, a centralidade dos bairros judaicos surgia aos olhos dos cristãos como uma subversão da ordem natural entre a maioria, superior e dominante, e a minoria, dominada e inferior. Se as queixas apresentadas pelos procuradores de Lisboa, em 1433, referiam já como "*em alguns logares de vossos regnos ha judiarias em mjlhores logares dellas E os christaaons vivuem no pyor*", em 1439, quando se dirigem ao regente D. Pedro, são ainda mais explícitos no entendimento de que "*o espaço urbano não pode contradizer a hierarquia social*"[1066]: "*e nos veeendo e cosijrando como as judarias que ha na mui nobre e muy leal cidade de Lixboa estam hedificadas na metade e no mjlhor lugar da dicta cidade e que porem se recrece grande dano aos moradores della e porque outrossy seria grande serviço de Deus* […] *e prol comunal de todo o concelho* […] *e seria mais nobre a cidade seerem moradas pellos cristãos que pellos judeos*". Por isso insistiam para que o infante desse cumprimento à ordenação de D. Duarte, pela qual os judeus deveriam ser transferidos para a zona de Valverde, o que nunca chegou a concretizar-se[1067] como, de resto, aconteceu à generalidade dos pedidos.

A consolidação do tecido urbano de vilas demograficamente deprimidas, foi particularmente sentida na raia fronteiriça, região que, desde o século XIV, sofria um despovoamento acentuado. A primeira leva de judeus castelhanos coincidiu com o rescaldo das guerras fernandinas e com a necessidade sentida pela coroa de restaurar as zonas periféricas, precisamente as que, depois da peste, mais acusavam os efeitos devastadores dos conflitos. A fixação de judeus — especialmente documentada nas comarcas da Beira e de Entre-Tejo e Odiana — constituiu, assim, um reforço à política régia de incentivo ao povoamento pelo recurso à instituição de coutos de homiziados.

O peso relativo desse reforço pode avaliar-se através do exemplo da Guarda: contra os duzentos homiziados chamados por D. Fernando em 1371, contabilizam-se os 150 a 400 judeus que, no decorrer da segunda metade do século XV, chegaram de Castela[1068]. Mais a sul, o arraial levantado às portas de Castelo de Vide para albergar os judeus castelhanos contava com 4 a 5 mil pessoas, facto que amplamente justifica a acentuada expansão da judiaria.

O crescimento será ainda mais intenso por volta de 1492, por ocasião do segundo grande surto de refugiados. Note-se, aliás, como a maior parte dos portos secos assinalados pela coroa portuguesa para a entrada dos judeus castelhanos recebera, ao longo das décadas anteriores, o estatuto de coutos de homiziados, denunciando essa mesma fragilidade populacional. São disso exemplo os concelhos de Melgaço, Bragança, Miranda do Douro, Arronches ou Elvas. Mesmo que a maioria dos judeus se encontrasse apenas de passagem, muitos acabariam por fixar-se nos diferentes povoados raianos, desfecho sem dúvida pressionado pelas medidas régias tendentes a limitar a saída dos judeus do reino, fosse pelo incentivo à conversão, pela limitação dos portos onde o embarque era autorizado ou pelo batismo forçado de crianças e adolescentes.

[1066] Margarida Garcez VENTURA, "Contributo para uma leitura social do espaço na Lisboa quatrocentista: o debate sobre a localização das judiarias", *Revista Portuguesa de História*, 36, I, Coimbra, Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002/2003, p. 238.

[1067] Zona atualmente ocupada pelos Restauradores e Avenida da Liberdade. Sobre esta questão veja-se Leite de VASCONCELOS, *Etnografia portuguesa*, p. 85; Margarida Garcez VENTURA, "Contributo para uma leitura social do espaço na Lisboa quatrocentista: o debate sobre a localização das judiarias". p. 235.

[1068] Rita Costa GOMES, "Um microcosmos citadino…", p. 112.

Os mesmos níveis de crescimento são verificáveis para localidades como Castelo Branco e Gouveia, duplicando o número de judeus no primeiro caso, triplicando no segundo, o que justifica a construção de uma nova sinagoga, em 1496, a escassos meses da expulsão. As comunidades judaicas de Almeida, Belmonte, Sabugal ou Celorico, com rendas até aí demasiado débeis para que constassem no rol das doações, surgem na documentação de finais do século XV, comprovando, por essa forma, o aumento demográfico daqueles núcleos urbanos.

Ao longo das páginas anteriores analisámos algumas das principais transformações registadas no espaço judaico no decorrer dos séculos XIV e XV, e das repercussões que possam ter causado no tecido envolvente. Mas avaliar o peso que a judiaria possa ter tido enquanto corpo estranho à cidade cristã passa também pela constatação de eventuais diferenças. Tanto quanto tem sido possível apurar, os bairros judaicos não apresentaram ao nível do cadastro e da estrutura viária características distintas da cidade cristã, circundante. A afirmação pode apenas validar-se na análise de um pequeno número de judiarias, concretamente, aquelas cuja densidade e extensão chegaram efetivamente a constituir tecido urbano. Ficam excluídas vilas como Guimarães, Barcelos, Vila Real, Tomar, Lagos ou Miranda do Douro, em que a judiaria se limitou a uma simples artéria[1069].

Diversos fatores terão contribuído para a continuidade da malha urbana. Em primeiro lugar, as questões de propriedade. Sem pôr em cheque a existência, abundantemente comprovada, de propriedades individuais ou comunitárias, o aforamento terá sido a forma mais utilizada pelos judeus. Por entre os organismos e poderes que tradicionalmente detinham a posse do solo urbano, as judiarias parece terem pertencido maioritariamente à coroa, aos cabidos catedralícios e aos concelhos.

Alguns exemplos são especialmente esclarecedores. Na Judiaria Velha de Braga, como mais tarde na Nova, as casas pertenciam ao cabido da catedral[1070]. Em Lamego, o estabelecimento da Judiaria da Pedra, nos finais do século XIV, fez-se essencialmente em terrenos da catedral. Em Viseu, o cabido era o principal proprietário das casas aforadas aos judeus[1071]. O mesmo aconteceu na Judiaria Nova de Évora, onde o grosso da propriedade pertencia ao bispo e ao cabido, com alguns edifícios régios e concelhios intercalados.

Por outro lado, as comunidades judaicas da Guarda e de Coimbra eram quase na totalidade foreiras da coroa. Quando, por volta de 1360, a Judiaria Velha de Coimbra foi desativada, o novo bairro, implantado a escassos metros do Mosteiro de Santa Cruz, foi fundamentalmente constituído por terrenos desse cenóbio, a par de outros do cabido e da colegiada de Santa Justa[1072].

Nas três judiarias de Lisboa, a propriedade régia era claramente dominante[1073]. O mesmo sucedia em Santarém, na rua Nova da Judiaria (também conhecida por rua

[1069] Estes e outros exemplos podem observar-se em Maria José Ferro TAVARES, *Os judeus em Portugal no século XV*, p. 73-74.

[1070] António LOSA, "Subsídios para o estudo dos judeus de Braga no Séc. XV", p. 98.

[1071] Anísio Miguel de Sousa SARAIVA, "Giudei e cristiani. Coesistenza e cooperazione tra la comunità giudaica di Viseu…", (no prelo).

[1072] Saul GOMES, *A comunidade judaica de Coimbra medieval,* p. 26 e segs.

[1073] Iria GONÇALVES, "Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia", *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996, p. 45.

Direita de Alpram), aberta em finais do século XIV para colmatar a falta de espaço da judiaria velha. No Porto, a criação do novo bairro judaico representou um encaixe de capital para os cofres do concelho que, por ordem do rei, cedeu aos judeus o Campo do Olival, em troca de 200 maravedis velhos pagos anualmente[1074].

Os exemplos acima elencados tornam claro como o aforamento de propriedades a comunidades judaicas representou uma parcela significativa da política de investimentos dos principais detentores do solo urbano. Mas tornam também evidente como, a partir de finais do século XIV, o crescimento dos bairros judaicos e/ou as mudanças de local impostas à minoria, significou a oportunidade de montar lucrativas operações imobiliárias, rentabilizando áreas de expansão recente, permitindo o desenvolvimento de estratégias concertadas de aquisição e valorização de bens urbanos de raiz.

Do ponto de vista que aqui diretamente releva, tudo isso denuncia uma implantação em grande parte condicionada por poderes externos à comunidade.

Os casos de Évora e do Porto são os que melhor o exemplificam, quer pela dimensão do empreendimento, quer pela coerência do programa estabelecido. Registe-se, em ambos, o caráter dirigido das intervenções expresso em matrizes racionais, definindo-se os eixos principais, os atravessamentos e a marcação do cadastro.

Em Évora a implantação da judiaria insere-se na estratégia global de preenchimento de uma vasta área de expansão que a Cerca Nova integrara na cidade. Compreendida entre as ruas do Raimundo e Alconchel (hoje Serpa Pinto), e tendo como principais eixos viários a rua do Tinhoso (atual Moeda) e a rua da Ferraria (atual Mercadores)[1075], obedecia ao esquema geral de eixos radiais estruturantes que, do núcleo original, partiam em direção às Portas do Raimundo e de Alconchel, rasgadas na cerca nova. A ligação entre esses eixos fazia-se por uma sequência de travessas perpendiculares. O processo de urbanização decorreu, à semelhança do que sucedia pela mesma altura no arrabalde da Porta de Moura, no de S. Mamede ou no de S. Francisco, pelo recurso a uma malha regular que, reforçando os dados da documentação escrita, indicia uma ação dirigida, neste caso fundamentalmente controlada pelos bacharéis e cabido da catedral, a quem pertencia a grande percentagem do solo, transformando os ferragiais em casarias aforadas a famílias judias[1076].

A toponímia reflete práticas e modelos urbanísticos então recorrentes, como a estruturação segundo o sistema rua/travessa, sendo frequente que um dos eixos estruturantes adquira o topónimo de rua Direita[1077] ou a nova malha a designação de Vila

---

[1074] J. Mendes dos REMÉDIOS, *Os Judeus em Portugal*, Coimbra, 1895, p. 360.

[1075] Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média*, p. 72. Com a expansão ordenada por D. João I em 1408, o espaço judaico, para além de se estender para ocidente, prolongou-se até à Palmeira, junto das Alcaçarias. De acordo com Maria José Ferro Tavares, a judiaria não começaria imediatamente junto à Praça (embora alguns judeus aí possuíssem tendas aforadas ao rei) mas a partir da primeira travessa que ligava a rua dos Mercadores à do Tinhoso. M. J. Ferro TAVARES, *Os judeus em Portugal no século XV*, p. 56. De opinião diferente, embora não perentória, é Carmen Ballesteros, baseada num documento que refere as "casas na rua direita da judiaria e junto com a porta que say contra a praça". Carmen BALLESTEROS, "A judiaria e a sinagoga medieval de Évora (1ª campanha de escavação)" p. 201.

[1076] Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média*, p. 71-73.

[1077] A utilização de ambos os termos, travessa e rua Direita, é patente no documento de D. João I, datado de 1408, onde se demarcam os novos limites da judiaria. Gabriel PEREIRA, *Documentos Históricos da cidade de Évora*, p. 222-223.

Nova, como sucedeu em Évora[1078]. São expressões comuns às áreas de expansão de cidades e vilas já consolidadas[1079]. No Porto, o dirigismo subjacente ao processo de urbanização do Campo do Olival fica bem patente no loteamento da rua de S. Miguel, onde os judeus recebem trinta quadrelas[1080], certamente correspondentes aos lotes ainda percetíveis no cadastro atual.

Por outro lado, as ampliações efetuadas pela incorporação de artérias cristãs adjacentes — o chamado "*meter a rua em judaria*"— contribuem, do mesmo modo, para o contínuo urbano.

Se do cadastro passarmos ao edificado, confirma-se a leitura da continuidade urbanística. A escassez de fundos documentais que descrevam o espaço residencial judaico, as profundas transformações e destruições a que as judiarias foram sujeitas no decorrer dos séculos, assim como o reduzido número de intervenções arqueológicas, constituem limitações incontornáveis. Contudo, com base em documentação lateral, pode ensaiar-se um paralelo com o que investigações recentemente desenvolvidas em Espanha têm permitido concluir: a inexistência, ao longo da Idade Média, de uma arquitetura que possa considerar-se específica dos judeus.

Para além de uma parcela importante dos imóveis pertencer a instituições cristãs como vimos anteriormente, constata-se que, na prática, os imóveis eram indistintamente utilizados por cristãos e judeus, quer quando estes residiam dispersos pela "*christandade*", quer quando aqueles habitavam no espaço assinalado como judiaria. O processo de ampliação dos bairros judaicos sugere a mesma ausência de especificidades estruturais. Ao incorporar as artérias adjacentes, as casas libertadas pelos cristãos são de imediato ocupadas pelos excedentes judaicos[1081].

O caso da ampliação da judiaria de Évora, ratificada por D. João I em 1408 e já por diversas vezes aqui referido, é, pela extensão envolvida, o mais elucidativo: "… *e pedirom nos por mercee que lhe alargássemos mais a dita judaria e lhe déssemos pera ella alguas ruas darredor, porque disiam que aprazia aos xpaãos ou aa mayor parte de cujos as casas erom*

[1078] Trata-se da expressão "*Rua Direita de Villa Nova*" (mais tarde rua Nova dos Mercadores ou apenas rua dos Mercadores) para caracterizar um dos eixos delimitadores da judiaria. Leite de VASCONCELOS, *Etnografia Portuguesa*, p. 86. Da mesma forma, Afonso de Carvalho identifica o Outeiro de Vila Nova de S. Francisco, denominação em uso em 1397, como "*uma área de acentuado crescimento urbano, nos finais do XIV e também no século XV, para os lados da judiaria*". Afonso de CARVALHO, *Da toponímia de Évora. Dos meados do século XII a finais do século XIV, Lisboa, Colibri, 2004*, p. 283-284.

[1079] Tema já tratado no capítulo 3. *Forma(s).*

[1080] Maria José Ferro TAVARES, *Os judeus em Portugal no século XV*, p. 65.

[1081] Em 1392, D. João I atribuiu uma rua do arrabalde de Vila Real à comuna dos judeus. É mais uma situação em que as casas já existiam, mudando apenas de proprietário, como esclarece um documento, datado de 1395, onde o monarca assegura aos donos das moradas a conservação de todos os seus direitos, de propriedade e rendas. A judiaria, limitada a uma só rua, foi demarcada "*des onde mora Afomso Teixeira ataa cruz umde mora Domingos Marcos e outrossy des o canto das casas donde mora Joham Franco ataa cruz da rua da casa de Lourenço Antam*". M. J. Ferro TAVARES, *Os judeus em Portugal no século XV*, p. 73. Nas cortes de Évora de 1481, D. João II, perante a exiguidade da judiaria de Lagos, "*hua pequena travessa em que cabyam poucos judeus*", ordenou que lhe fosse anexada uma azinhaga, determinação que obrigou os então proprietários cristãos a abandonar as suas moradas, trocando-as ou vendendo-as aos judeus. M. J. Ferro TAVARES, *Os judeus em Portugal no século XV*, p. 72. O necessário aumento da Judiaria Grande de Lisboa, seguramente a cidade que mais levas de judeus castelhanos recebeu, obrigou D. João I a aforar-lhes casas que pertenciam à cristandade, quer em Vila Franca, na freguesia de S. Julião, quer na zona das Fangas da Farinha. M. J. Ferro TAVARES , *Os judeus em Portugal no século XV*, p. 52.

de seerem postas em judaria […] *e nos vendoo que nos pediam e por a dita judaria ser acrecentada* […] *mandamos a Joane Meendes corregedor em a nossa corte que chegasse aa dita judaria e fesese chamar aa esnoga o Rabi e vereadores e procurador e outros alguus judeos* […] *e que visse as ruas convinhavees e lhas desse pera a dita judaria…*" [1082]. Ou seja, adicionam-se seis novas ruas e travessas — com o respetivo casario — ficando o encerramento do novo perímetro e o rasgar das novas portas a cargo da comuna.

Embora sem impacto à escala urbana, a diferença era assinalada ao nível do pormenor. Estudos recentes[1083] comprovam que os imóveis habitados por judeus recebiam um sinal distintivo exterior: a "marca na *mezuzah"* que, obedecendo aos textos sagrados, atestava publicamente a adesão à fé moisaica. Rasgada na ombreira direita da porta, de onde recebe a designação, constituía, na prática, uma concavidade longitudinal, com cerca de 10 cm de comprimento por 2 cm de largura e profundidade, onde, protegida por um estojo, se colocava a oração do Shemá, uma das mais relevantes do culto hebraico[1084]. Discreta mas facilmente reconhecida por todos, a marca tinha associado a si o ritual de, quando transposto o vão, beijar ou tocar com a mão direita a oração, ao mesmo tempo que se invocava a proteção divina.



Fig. 57 Castelo de Vide: edifícios na antiga judiaria e "marca na *mezuzah*"

[1082] Gabriel PEREIRA, *Documentos Históricos da Cidade de Évora,* p. 222-223, M.J. Ferro TAVARES, *Os Judeus em Portugal no século XV*, p. 55 e segs.

[1083] O levantamento sistemático destas marcas, como de outras atribuídas aos cristãos-novos, fundamental para o estudo da implantação judaica nas cidades tardo-medievais portuguesas, cobria, já em 1996, um total de dezassete localidades fronteiriças de que são exemplo Castelo de Vide, Monsaraz, Marvão, Alpalhão, Nisa, Castelo Branco, Freixo de Espada à Cinta ou Albuquerque, do lado de lá da fronteira. Carmen BALLESTEROS, "Marcas de simbologia religiosa judaica e cristã – para um levantamento prévio em povoações da raia portuguesa e espanhola", *Ibn Maruán*, 6, 1996, p. 139-152.

[1084] "*...Iahweh nosso Deus é o único Iahewh! Portanto amarás a Iahweh teu Deus com todo o teu coração, com toda a tua alma e com toda a tua força. Que estas palavras que hoje te ordeno estejam em teu coração. Tu as inculcarás aos teus filhos* […] *tu as escreverás nos umbrais da tua casa, e nas tuas portas*". *Deuterónimo* 6, 4-9; 11, 13-21 e *Êxodo* 13,1-10, 11-16. Carmen BALLESTEROS, "Marcas de simbologia religiosa judaica e cristã…", p. 142. No reverso do pergaminho escrevia-se em letras grandes a palavra *Shadday*, um dos vários nomes com que Deus surge designado na *Torah*, e que uma pequena abertura no estojo deixava ver. Enrique CANTERA MONTENEGRO, *Aspectos de la vida quotidiana de los judíos en la España medieval*, Madrid, Aula Abierta - Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1998, p. 178.

A mesma discrição formal caracterizou os edifícios públicos necessários à vivência quotidiana da comunidade[1085], ainda que muitos deles obedecessem a um conjunto específico de prescrições religiosas. Vejamos o caso da sinagoga[1086], que a lei mosaica declarava obrigatória em comunidades onde residissem dez ou mais famílias. Complexa do ponto de vista funcional, a casa de oração (*Bet ha-tefil.lah*) servia também como sede da assembleia e espaço de justiça comunal (*Bet din*) podendo, nas comunidades de menores dimensões, associar o centro de estudo (*Bet ha-midrash[1087]) e instituições de beneficência, como confrarias e hospitais.*

Embora existisse um conjunto de normas subjacente à construção da sinagoga, a sua observância foi firmemente condicionada pelos cristãos, de quem dependia a autorização para a edificação[1088]. Numa ação conjunta, monarcas e bispos impuseram um conjunto de restrições com o objetivo claro de anular o respetivo impacto urbanístico. Entre elas, ressalta a proibição de elevar os edifícios acima do casario envolvente, sobretudo de qualquer igreja vizinha[1089], ou a imposição de uma estrita contenção decorativa[1090]; limitações que a minoria contornou rebaixando o pavimento em relação ao exterior — como ainda podemos verificar na sinagoga de Tomar — e reservando toda a ornamentação para os interiores. A descrição que Jerónimo Münzer deixou da sinagoga Grande de Lisboa limita-se, de facto, a assinalar a riqueza do interior, considerado de *"extrema beleza*", com

[1085] De acordo com o *Talmud,* os judeus não devem habitar locais onde "*não haja um tribunal, uma associação de beneficência, um templo, um lugar para banhos, um médico e uma escola para crianças*". M. J. Ferro TAVARES, *Os Judeus em Portugal no século XV*, p. 367-368.

[1086] De origem grega, *synagogué*, significa congregação ou assembleia, sentido, como sublinhou Cantera Montenegro, muito próximo ao da *eclessia* cristã. CANTERA MONTENEGRO, *Aspectos de la vida quotidiana de los judíos…,* p. 152.

[1087] Nas comunidades mais populosas, as casas de estudo instalavam-se frequentemente em edifícios próprios, embora quase sempre adjacentes ou próximos da sinagoga. CANTERA MONTENEGRO, *Aspectos de la vida quotidiana de los judíos…*, p. 158. Para Portugal, conhecem-se referências aos *Midras*, como eram designados na documentação coeva, de Évora e Lisboa. Em qualquer deles a sala de estudo localizava-se no sobrado, por forma a garantir um ambiente sossegado e afastado do bulício da rua. Refira-se que, para Lisboa, estão documentadas outras duas escolas: uma dedicada ao ensino de crianças e adolescentes, vulgarmente designada nos reinos peninsulares por *habrah* e o Estudo do Palaçano, frente à sinagoga Grande, onde, tal como no *Bet hamidrash*, a comunidade adulta aperfeiçoava os estudos rabínicos através da leitura e estudo da *Torah* e do *Talmud*. Sobre o ensino nas comunidades portuguesas, veja-se M. J. Ferro TAVARES, *Os Judeus em Portugal no século XV*, p. 367 e segs.

[1088] Em 1379, o procurador do rei exigia dos judeus de Lisboa o pagamento de uma multa de 50 libras de ouro, por terem erguido a sinagoga de Alfama sem autorização régia; embora tivessem sido absolvidos, a sinagoga não poderia continuar a funcionar uma vez que estava em lugar onde perturbava as horas na igreja de S. Pedro. Gama BARROS, "Judeus e Mouros em Portugal …", *Revista Lusitana*, 34, 1936, p. 193.

[1089] Foi o caso da bula de Inocêncio IV que, em 1250, impôs limites à construção da sinagoga de Córdova, cuja grande altura suscitara queixas por parte dos cristãos.

[1090] As principais medidas restritivas foram incluídas, em 1261, nas *Siete Partidas* de Afonso X, o Sábio: "*Synoga es lugar do los judíos fazen oración; e tal cosa como esta non pueden fazer nuevamente en ningund lugar de nuestro señorio, a menos de nuestro mandado. Pero las que avían antigamente, si acaesciese que se derribasen, pueden las fazer e renovar en aquel suelo mismo así como estavan, e non las alargando nin las faziendo pintar. Et la sinoga que dotra guisa fuese fecha, deben la perder los judíos, et seer de la iglesia mayor del lugar do la ficiesen*". Partida VII, título XXIV, ley IV. A contenção não era imposta aos interiores, por vezes decorados com grande exuberância. Gessos e estuques eram utilizados na decoração, essencialmente constituída por carateres hebraicos e motivos de cariz vegetalista.

destaque para o púlpito ao estilo das mesquitas e "*dez enormes candelabros com cinquenta ou sessenta luzes cada um*"[1091].

Na maioria dos casos, a referência concreta à localização da sinagoga perdeu-se, permanecendo, na melhor das hipóteses, apenas o topónimo, rua da Sinagoga[1092]. As sinagogas de Tomar[1093] e de Évora, até hoje as únicas inequivocamente identificadas, comprovam esse quase anonimato exterior, por oposição à estrutura interna. Em ambas, edificadas de raiz, as salas obedecem a características integráveis no modelo sefardita de planta subquadrangular, com quatro colunas centrais e largo espaço intercolúnio, definindo com clareza o local onde se instalava a *Tevah*, plataforma a partir da qual se fazia a leitura da Torá e de outros textos sagrados[1094].

Se no caso de Tomar o partido arquitetónico seguia a tradição hebraica, o mesmo não pode dizer-se da decoração, claramente inscrita nas tendências gerais da época. Os evidentes paralelos com a cripta de D. Afonso, conde de Ourém, provam como os motivos mudéjares, respondiam indistintamente à encomenda da comunidade judaica ou à de um nobre cristão. Num terceiro edifício — que a tradição aponta como sendo a sinagoga de Castelo de Vide e que estudos recentes não comprovam, mas também não refutam[1095] — surgem como aspetos distintivos do casario vizinho a sua volumetria invulgar, a ausência de chaminé original, o espaço anexo de dimensões inusitadas ou o conjunto do *aron* e mísula[1096]. Nada, contudo, capaz de chamar sobre si as atenções ou de constituir uma afronta à maioria cristã.

[1091] M. J. Ferro TAVARES, *Os Judeus em Portugal no século XV*, p. 361.

[1092] É o caso de Olivença onde apenas sobreviveu a referência à "*rua da Esnogua*" num documento régio, de 1464. IANTT, *Chancelaria De D. Afonso V*, liv. 8 f. 119-119 v., publicado por Amândio BARROS, "Alterações urbanísticas em Faro e Olivença na 2ª metade do século XV", *Revista de História*, vol. VIII, Porto, Centro de Estudos da Universidade do Porto, 1987, p. 173-174.

[1093] J. M. dos Santos SIMÕES, *Tomar e a sua judiaria*, Tomar, Museu Luso-Hebraico, 1992.

[1094] Carmen BALLESTEROS, "Das Sinagogas da Antiguidade às sinagogas medievais peninsulares. Origens e percursos de uma instituição", Catálogo da Exposição *Guarda. História e cultura judaica*, Guarda, Museu da Guarda-Câmara Municipal, 1999, p. 144.

[1095] Carmen BALLESTEROS, "Das sinagogas da Antiguidade às sinagogas medievais ...", p. 143; Carmen BALLESTEROS; Jorge de OLIVEIRA, "A judiaria e a sinagoga medieval de Castelo de Vide", p. 136.

[1096] O *aron* era o armário sagrado onde se guardava a *Torah* e a lâmpada (*ner tamid*). Na mísula adjacente expunha-se o *Menorah* ou candelabro de sete braços. Sobre os *arons* portugueses, veja-se Mário J. BARROCA, "O aron de Castelo Mendo", *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*, 1, Porto, Faculdade de Letras, 2001, p. 183-197 e Marcos OSÓRIO, "Armários de pedra na arquitectura tradicional do Alto Côa. Testemunhos de culto judaico?", *Sabucale*, 1, Sabugal, 2008, p. 75-88.



Fig. 58 Castelo de Vide: edifício identificado como a sinagoga medieval

Note-se, todavia, que nem todas as comunidades tinham capacidade para erguer de raiz a sua sinagoga, adaptando para tal fim edifícios habitacionais comuns: em 1466, a sinagoga da judiaria Velha de Braga, devoluta após a transferência dos judeus para o novo bairro, foi aforada por Diogo de Viana, membro do cabido. Entretanto, a instalação do templo na Judiaria Nova fazia-se numa casa pertencente à catedral[1097].

A mesma utilização de edifícios de moradas comuns ocorreu em Monchique[1098], Tojal, Gouveia[1099] e Guarda[1100], ou mesmo em grandes comunidades como as do Porto[1101] e Lisboa. Nesta última cidade, uma das sinagogas da Judiaria Grande, situada na rua do Poço da Fotea ou na rua dos Mercadores, funcionava em casas régias, aforadas a José Romão[1102].

[1097] A judiaria Velha situava-se na rua de Santa Maria ou do Poço, atual D. Gonçalo Pereira. António LOSA, "*Subsídios para o estudo dos judeus de Braga no Séc. XV",* Sep. de *Congresso Histórico de Guimarães e sua colegiada*, 5, Braga, 1982, p. 100.

[1098] M. J. Ferro TAVARES, *Os Judeus em Portugal no século XV*, p. 99.

[1099] As comunidades judaicas do Tojal e de Gouveia tinham as suas sinagogas instaladas em edifícios comuns, sendo o da primeira composto por uma sala de cerca de 55 m^2, uma cozinha e um quintal.

[1100] Na Guarda a sinagoga funcionava, desde o reinado de D. Dinis, numa casa "*com sua quintã*" aforada ao rei pela qual a comunidade judaica pagava em finais do século XIV, o foro de trinta soldos. "Tombo da Comarca da Beira", leitura e transcrição de Braancamp Freire, *Archivo Histórico Português,* vol. X, Lisboa, 1916, p. 318.

[1101] No Porto, a sinagoga ocupava uma casa aforada a Lourenço Peres, marinheiro, na antiga rua da Minhata e nas proximidades dos banhos públicos. Geraldo Coelho DIAS, *O Cabido da Sé do Porto e a comuna dos judeus: por uma obra e um açougue",* Sep. de *"Humanística e teologia*, 4, Porto, 1983, p. 332.

[1102] M. J. Ferro TAVARES, *Os Judeus em Portugal no século XV*, p. 87, nota 73.

A verdade é que, cumpridos requisitos mínimos como o da existência do *Aron*, da orientação a nascente da parede de oração, a abertura de janelas ou a proximidade de água, essencial para os banhos rituais, a religião judaica não exigia um espaço específico para a instalação da sinagoga, podendo utilizar-se qualquer edifício desde que permitisse a reunião dos crentes[1103].

Por isso o panorama seria idêntico em todos os reinos peninsulares onde a maioria das sinagogas eram edifícios de modestas dimensões que, com frequência, não passavam de habitações comuns[1104]. Só algumas das comunidades mais importantes como as toledanas de Santa Maria La Blanca e a del Trânsito, ou a de Córdova possuíam sinagogas de maior porte[1105].

O cemitério, *bet jayim* (casa da vida) ou *bet olam* (casa da eternidade), em contrapartida, apresentava uma diferença de fundo relativamente às necrópoles cristãs. Ao contrário destas e na continuidade da tradição clássica, o espaço dos mortos nunca se sobrepunha ao espaço dos vivos. Implantado em terra virgem, era sempre exterior à judiaria, a uma distância mínima de cinquenta passos da última casa, para além do limite definido pela cerca urbana e, sempre que possível, separado desta por um curso de água. Entre as disposições rituais, contava-se ainda a primazia dada aos locais elevados e expostos a nascente, protegendo-se o espaço de enterramento através de um pequeno muro[1106].

Quanto aos restantes equipamentos das judiarias, como os balneários[1107], as carniçarias ou açougues, os fornos e as tabernas, apesar de alguns rituais religiosos obrigatórios a eles associados, os edifícios não se distinguiam dos congéneres utilizados pela maioria cristã. Nas comunidades mais pequenas seriam mesmo de uso comum, o que frequentemente originava conflitos com os poderes concelhios.

O caráter anónimo e indiferenciado dos edifícios contribuiu para que, após a expulsão, rapidamente se esbatessem os vestígios da presença judaica nas cidades portuguesas[1108].

[1103] As janelas deveriam estar em posição elevada para que o movimento exterior não distraísse aqueles que rezavam. Carmen BALLESTEROS, "Das sinagogas da Antiguidade às sinagogas medievais ...", p. 141.

[1104] Também em França a maioria das sinagogas eram casas correntes sumariamente adaptadas para esse efeito. B., BLUMENKRANZ "*Les Synagogues*", *Art et Archéologie des Juifs en France Médiévale,* Toulouse, Privat Editeur, 1980, p. 52-53.

[1105] CANTERA MONTENEGRO, *Aspectos de la vida quotidiana de los judíos* …, p. 154.

[1106] Conhece-se a localização de algumas das necrópoles portuguesas: para além da de Coimbra, já referida, sabe-se que os judeus de Évora sepultavam os seus mortos num terreno adquirido ao concelho, na estrada para Montemor-o-Novo; a comunidade do Porto utilizava o Monte dos Judeus, em Miragaia; a de Lisboa ocupava um terreno em Santa Justa. M. J. Ferro TAVARES, *Os Judeus em Portugal no século XV*, p. 46.

[1107] Nas *Siete Partidas*, Afonso o Sábio proibia aos judeus a utilização dos banhos públicos frequentados pela maioria cristã; contudo, ainda que a medida fosse sucessivamente reiterada nos séculos seguintes, nos diversos reinos peninsulares, não foi de todo invulgar que o mesmo edifício fosse frequentado por indivíduos dos três credos: cristãos, judeus e muçulmanos. Nessas ocasiões, regulamentava-se o uso, distribuindo os dias da semana pelas diferentes comunidades e sexos. CANTERA MONTENEGRO, *Aspectos de la vida quotidiana de los judíos* …, p. 161. Nas judiarias de maior relevo, porém, era frequente que a comunidade dispusesse dos seus próprios banhos, em todo o caso idênticos aos cristãos e islâmicos, dispondo, de acordo com a tradição romana, de tanques de água fria, tépida e quente. Os de Lisboa ficavam na rua da Gibitaria e eram constituídos por 4 casas térreas. Os de Évora, funcionavam perto da rua dos Ferreiros, numa casa com três compartimentos (um deles abobadado) e um quintal. M. J. Ferro TAVARES, *Os Judeus em Portugal no século XV,* respetivamente p. 84 e p. 58.

[1108] Veja-se Amélia Aguiar ANDRADE, "O desaparecimento espacial das judiarias nos núcleos urbanos

À semelhança do que alguns anos antes ocorrera em Castela, os bens comunitários dos judeus foram confiscados e incorporados nos bens da Coroa, que deles dispôs livremente[1109].

O seu destino foi variadíssimo: as sinagogas foram objeto de doação a particulares, convertidas em capelas e igrejas ou reutilizadas como cadeias. As de Évora[1110] e Montemor-o-Novo[1111], foram doadas pelo monarca, respetivamente ao Bispo de Tânger e a Álvaro de Matos, cavaleiro da Casa Real. Em Lisboa, enquanto a sinagoga pequena, situada na rua de S. Julião, foi arrendada a Duarte Borges, alfaiate cristão-novo, a de Alfama foi aforada a Gonçalo Fernandes, revertendo o foro, no primeiro caso, para o Hospital Real de Todos os Santos, no segundo, para S. Domingos[1112]. O mesmo destino teve a sinagoga de Silves e a da Judiaria Velha de Monchique, no arrabalde portuense[1113].

Igualmente comum, em toda a Península Ibérica[1114], foi a reconversão das casas de oração judaica em igrejas cristãs como testemunha Garcia de Resende: *"... vimos synogas mezquitas em que sempre erão dictas e pregadas heresias tornados em nossos dias igrejas sanctas benditas*"[1115].

O caso mais simbólico terá sido o da Sinagoga Grande de Lisboa consagrada, depois de 1496, como igreja da Conceição. Noutras situações, a (re)sacralização atingiu partes consideráveis do antigo espaço judaico, caso de Tavira onde a extinta judiaria foi o local escolhida para a edificação do convento de Nossa Senhora da Graça [1116], ou de Faro, cidade em que o bairro foi praticamente substituído pelo convento de Nossa Senhora da Assunção, de freiras clarissas[1117]. Uma terceira solução passou

portugueses de finais da Idade Média: o caso de Lisboa", *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. I, Porto, Faculdade de Letras, 2006, 143-163.

[1109] Através da carta de quitação de Gonçalo Velho, conhece-se o valor total das sinagogas e mesquitas do reino: 1234 657 reais em dinheiro, 511 marcos e seis oitavas em prata, além de panos e vestimentas diversas. Sousa VITERBO, "Occorrencias da vida judaica", p. 199.

[1110] A doação incluía "*todo ho assento e casas da synagoga desta cidade d'Évora con todas suas entradas e saydas, casas de homens e de molheres, quyntaes, poços, madeira lavrada e por lavrar, asentada e por asentar*". Carmen BALLESTEROS, "A sinagoga medieval de Évora (elementos para o seu estudo)", p. 187.

[1111] Documento publicado por Sousa VITERBO, "Occorrencias da vida judaica", p. 195.

[1112] M. J. Ferro TAVARES , *Os Judeus em Portugal no século XV*, p. 385-386.

[1113] Sousa VITERBO, "Occorrencias da vida judaica", p. 193-194

[1114] Em Aragão, a bula de Bento XIII promulgada em 1415, ordenando a consagração de um número muito significativo de sinagogas, com base no argumento de que a maioria dos judeus se convertera ao cristianismo, terá constituído um precedente importante. José Luís LACAVE, *Juderías y sinagogas españolas*, p. 14.

[1115] Garcia de RESENDE, "Miscelanea e variedade de historias, costumes, casos, e cousas que em seu tempo aconteceram" (1554), *Subsídios para o estudo da História da Literatura Portuguesa,* prefácio e notas de Joaquim Mendes dos Remédios, XIX, Coimbra, Tipografia França Amado, 1917.

[1116] Daniel SANTANA, "O convento de Nossa Senhora da Graça de Tavira", *Monumentos*, 14, Lisboa, DGEMN, 2001, p. 125-133.

[1117] José Alberto de Carvalho MARQUES, "O convento de Nossa Senhora da Assunção em Faro", *Cadernos de História de Arte*, dir. de Mendes de Atanázio, Lisboa, Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa, 1991, p. 87-88; Francisco LAMEIRA, *Faro. A arte na História da cidade*, Faro, Câmara Municipal, 1999, p. 32-40.

pela reutilização dos espaços sagrados como cadeias, detetando-se exemplos dessa prática em Bragança[1118], Tomar[1119], Montemor-o-Novo[1120] e Guimarães[1121].

Os cemitérios, por seu turno, foram frequentemente cedidos aos poderes locais, sendo exemplo o de Lisboa, que o monarca mandou transformar em rossio, ao mesmo tempo que se aproveitavam as lápides sepulcrais para a construção do Hospital Real de Todos os Santos[1122]. O de Coimbra, foi arrematado "… *na praça da dita cidade em pregam*", por Pedro Álvares de Figueiredo, escudeiro, cuja posse o concelho poria em causa em 1520. A resolução da contenda passaria por deixar ao antigo proprietário parte do terreno, revertendo a restante (numa proporção de 1 para 19) para a cidade, como "*Resyo de pastos de boys e bestas e outro gado meudo*"[1123].

As antigas judiarias foram integradas na "*christandade*". Derrubados os portões do bairro, reabertas as portas que em cada edifício davam acesso às ruas vizinhas, as vias abriram-se à circulação geral, identificando-se com novos topónimos de que *rua Nova* ou *Vila Nova*[1124] foram os mais frequentes. Simbolicamente, em Guimarães, foi rebatizada como rua do Espírito Santo, em Santarém, como Santa Cruz[1125] e, em Coimbra, como rua do Corpo de Deus.

Muitas das casas que as integravam não chegaram sequer a vagar, mudando apenas o credo dos habitantes, doravante conversos ou cristãos novos[1126]. As devolutas em função do êxodo, cedo foram ocupadas por cristãos.

[1118] Francisco Manuel ALVES, *Bragança...,* tomo III, doc. 92, p. 198-200.

[1119] Uso que manteve até ao século XVII. Após essa data foi, ao que tudo indica, transformada em capela de S. Bartolomeu e, posteriormente, em armazém. Comprada por Samuel Scharwz, em 1923, foi doada ao Estado na condição de aí se instalar o Museu Luso-hebraico. Salete da PONTE, "Testemunhos e vivências arqueo-históricas de ambas as culturas em Tomar", *Judeus e Árabes da Península Ibérica: encontro de religiões, diálogo de culturas,* Lisboa, Comissão Nacional da Unesco, 1994, p. 163.

[1120] Doada em 1501 a Álvaro de Matos, cavaleiro da Casa Real, o edifício mudou de mãos quase de imediato uma vez que, em 1504, era já um outro proprietário quem vendia o imóvel à câmara, que nele pretendia instalar a cadeia da vila. Da "*casa que foy sinagoga*", diz-se apenas "*que hera o melhor e mais pertencemte pera cadea que ha na vila toda*". António Banha de ANDRADE, *Judeus em Montemor-o-Novo,* p. 27.

[1121] Um documento de 1505 refere a "*casa dos presos que soya ser snoga dos judeus*". Publicado por A. L. CARVALHO, "Judeus em Guimarães", *Prisma*, 1938, p. 136.

[1122] Documento publicado por Sousa VITERBO, "Occorrencias da vida judaica", p. 198. Também em Vitória, Calahorra e Toledo, os cemitérios foram doados aos concelhos e transformados em pastos comunais. Em Miranda do Ebro, as lápides foram utilizadas nas obras de reparação do edifício da antiga sinagoga, a partir de então reutilizado como casa da câmara; em Haro, serviram o restauro da ponte sobre o rio Tíron; em Toledo, foram reaproveitadas nas obras da catedral e, em Segóvia, na reparação do mosteiro del Parral. CANTERA MONTENEGRO, *Aspectos de la vida quotidiana de los judíos* …, p. 170-171; José Luís LACAVE, *Juderías y sinagogas españolas*, p. 15; Ricardo IZQUIERDO BENITO, "Arqueologia de una minoria: la cultura material hispanojudía", *El legado material Hispanojudío,* 7º Curso de Cultura Hispanojudía y Sefardí de la Universidad de Castilla-La-Mancha, 1998, p. 282.

[1123] *Índice chronológico dos pergaminhos e foraes existentes no archivo da Câmara Municipal de Coimbra* , p. 61-65.

[1124] Assim aconteceu em Coimbra, Ponte de Lima, Tomar e Torres Novas. Em Lisboa, a judiaria Grande passou a ser conhecida como *Vila Nova* e a judiaria Nova ou Pequena, por *Vila Nova d'apar da Moeda*. A. Aguiar ANDRADE, "O desaparecimento espacial das judiarias…", p. 161. Em Espanha, tomaram frequentemente o topónimo de *Barrios Nuevos.*

[1125] Maria Ângela BEIRANTE, *Santarém medieval,* p. 220.

[1126] M. J. Ferro TAVARES, *Os Judeus em Portugal no século XV*, p. 490. O importante *corpus* documental recentemente levantado por Anísio Miguel de Sousa Saraiva, comprova como, também em Viseu, muitos dos edifícios da antiga judiaria continuaram nas mãos dos seus antigos proprietários, então rebatizados com nomes cristãos. Anísio Miguel de Sousa SARAIVA, "Giudei e cristiani. Coesistenza e cooperazione tra la comunità giudaica di Viseu…", (no prelo).

Se na maior parte dos casos o desaparecimento da judiaria quase não teve implicações na dinâmica da cidade, noutros, como em Lisboa, os efeitos fizeram-se sentir de forma marcante. Para tal contribuiu, não apenas a dimensão dos bairros judaicos e bens afetos, como, sobretudo, o desígnio régio. Como notou Amélia Aguiar Andrade[1127], as grandes transformações urbanísticas realizadas na capital por D. Manuel estão intimamente relacionadas com o desaparecimento das judiarias e a consequente entrada no mercado de um conjunto avultado de propriedades urbanas. Foi, com efeito, em terrenos que tinham pertencido aos judeus, que D. Manuel pôde erguer o Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém, abrir novos eixos de ligação ao Rossio, à Alcáçova e à colina do Mosteiro de S. Francisco ou reestruturar o setor mais oriental da Ribeira. Tal como um dos maiores ensanches de Lisboa, a urbanização de Vila Nova do Andrade (atual Bairro Alto), resultou, a partir de 1498, da venda das propriedades pertencentes ao judeu Guedelha Palaçano.

Do exposto, parece poder concluir-se que o protagonismo das judiarias no urbanismo medieval português foi pouco acentuado em termos de impacto produzido sobre o tecido urbano e praticamente nulo em questões de especificidade material.

De uma lei por si só pouco restritiva, aberta a numerosas exceções e só lenta e dificilmente posta em prática, resultou o caráter permeável dos bairros judaicos. O clima de aceitação e estabilidade vivido até à década de oitenta do século XV, só pontualmente interrompido por momentos de tensão a que o poder régio sempre pôs enérgico cobro, contribuiu, sem dúvida, para a manutenção de uma convivência estreita entre gentes de credos distintos, em grande parte ditada por uma efetiva participação das comunidades judaicas na vida socioeconómica do reino.

Na realidade, mais do que partilhar a cultura material da maioria, os judeus funcionaram como agentes ativos da sua produção e desenvolvimento[1128]. A segregação a que progressivamente foram forçados, até ao momento da expulsão nunca inteira e radicalmente conseguida, não implicou a necessidade de autossuficiência, única forma de gerar uma cultura material própria. As trocas, em ambos os sentidos, resistiram até ao final, prevalecendo mesmo quando os bairros foram encerrados por barreiras físicas.

Como tem sido apurado para os restantes reinos peninsulares, também em Portugal terá sido sobre a cultura espiritual que se baseou a especificidade judia[1129].

Foi no contexto da liberdade de culto, do direito a um ensino próprio ou, em menor grau, na observância do direito talmúdico e na margem de autonomia política[1130] que a minoria preservou a sua identidade. Foi na cisão étnico-religiosa que assentou a diferença. A judiaria foi reconhecida e identificada por todos como um *espaço outro,* porque habitado pelos seguidores do credo moisaico, não necessariamente por constituir um espaço diferente.

[1127] A. Aguiar ANDRADE, "O desaparecimento espacial das judiarias …", p. 159-161.

[1128] M. J. Ferro TAVARES, *Os Judeus em Portugal no século XV*, p. 273.

[1129] Ricardo IZQUIERDO BENITO, "Arqueologia de una minoria…", p. 289.

[1130] Em troca de pesados tributos, a coroa portuguesa permitiu ao longo de toda a Idade Média que, sob a chefia nacional do rabi-mor e local do rabi, as comunas judaicas gozassem de uma considerável margem de autonomia em relação ao poder concelhio dominante. Na prática, traduzia-se pela constituição de câmaras de vereação próprias, elegendo, num decalque direto dos cargos da administração local cristã, vereadores, juízes, procuradores, tabeliães, porteiros e almotacés. Refira-se, contudo, que no plano político como no jurídico estiveram sujeitos, em última instância, às ordenações gerais do reino. Veja-se M. J. Ferro TAVARES, *A herança judaica em Portugal,* p. 50 e segs.

(Página deixada propositadamente em branco)

7. Mouraria:
casas de mouros ou casas para mouros?

A questão de uma identidade traduzida numa eventual especificidade espacial/edificada coloca-se, até com mais propriedade, em relação às comunidades mouras que, com cristãos e judeus, partilharam, até finais do século XV, o espaço da cidade portuguesa. Na realidade, se comparada com a comunidade hebraica, a presença moura suscita um interesse acrescido mas também uma complexidade de análise superior. É que, ao contrário dos judeus cujo estatuto foi sempre o de minoria tolerada, os muçulmanos dominaram o espaço em causa num arco temporal que, embora variável, atingiu, no sul, quase meio milénio, impondo o seu modelo civilizacional e marcando o território de forma extensa e perene.

Tendo sido já analisado em capítulo próprio o processo de desestruturação interna a que a cidade islâmica foi sujeita, ainda que camuflada por um conjunto de aparências, importa agora apreender a forma como, depois da cidade (re)convertida ao cristianismo, decorreu o processo de instalação daqueles que, embora vencidos, optaram por permanecer no reino e a que o novo estatuto de minoria relegava para bairros periféricos, as mourarias. Trata-se, em suma, de compreender se estas comunidades gozaram de algum grau de autonomia na organização e construção do seu espaço ou se, pelo contrário, foram compulsivamente sujeitas a práticas urbanísticas que lhes eram estranhas. Por outras palavras, tratar-se-ia, neste caso específico, de casas de mouros ou casas para mouros?

Como foi já referido, o processo de Reconquista implicou, com a mudança de poder, uma reorganização política e social do espaço urbano.

As alcáçovas constituíram os primeiros elementos sobre os quais incidiu a troca de posições[1131], mesmo quando a entrega da cidade decorreu através de pacto[1132]. Dessa

[1131] Em Lisboa, a título de exemplo, foi na alcáçova que, para além da instalação do poder político, se ergueu o paço episcopal, no atual sítio da Praça Nova, obrigando à destruição de um vasto conjunto de estruturas habitacionais islâmicas. Sobre a antiga mesquita do complexo palatino, fundou D. Afonso Henriques a igreja de Santa Cruz. Clementino AMARO, "Arqueologia islâmica em Lisboa: um percurso possível", *Portugal islâmico: os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, p. 63.

[1132] Em 1165, Palmela rendeu-se às forças cristãs, entregando o castelo a troco da liberdade. Este acordo permitiu que parte dos residentes muçulmanos se mantivessem. Isabel Cristina FERNANDES, "Palmela no período da Reconquista", *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*, coord. de Mário Barroca; Isabel Cristina Fernandes, Câmara Municipal de Palmela – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005,

exigência é exemplo a proposta veiculada pelo arcebispo de Braga à população muçulmana de Lisboa, no dia anterior ao início do cerco cristão: "*Mas visto que ocupais a cidade desde longa data e nela nasceste, usamos para convosco da costumada bondade e vos pedimos que nos entregueis apenas a fortaleza do vosso castelo. Cada um de vós terá a sua antiga liberdade, porque vos não queremos expulsar das vossas casas. Cada um poderá viver dentro dos seus costumes a não ser que, convertendo-vos, queirais livremente vir aumentar a igreja de Deus*"[1133].

Ao recusarem categoricamente os termos propostos, os sitiados alteraram o rumo dos acontecimentos: a ocupação da cidade foi total e parcelas importantes do seu espaço foram, a título de recompensa, entregues pelo monarca aos que o auxiliaram na reconquista[1134]. Perante os cruzados, D. Afonso Henriques comprometeu-se a "... *que depois* [da conquista e saque], *sob a minha presidência, à maneira que eu melhor os venha a conhecer a cada um e conforme as suas condições, sejam distribuídas a cidade e as terras submetidas que deverão ser ocupadas segundo os honestíssimos costumes e liberdades dos francos, mas ressalvando para mim sobre eles o direito de apelação*"[1135]. O que efetivamente aconteceu.

Com base nos hagiónimos implantados, é possível distinguir as diferentes áreas de ocupação: aos originários do norte do reino, coube a zona que medeia entre o castelo e Santa Luzia/S. Martinho, tutelados por S. Tiago, seu santo patrono; em S. Martinho, reuniram-se os conquistadores procedentes da Europa central e litoral norte; os normandos, ocuparam uma zona já fora de portas, denominada de S. Cristóvão, santo da sua especial devoção; os ingleses, por sua vez, congregaram-se em torno da igreja de S. Jorge[1136], nas proximidades da Sé e do bispo, Gilberto de Hastings, seu conterrâneo.

À entrada dos vencedores, contrapôs-se a expulsão dos vencidos, "*uma tão grande multidão de gente*" que, de acordo com a descrição contida na carta de Raul a Osbert de Bawdsey, se prolongou pelos quatro dias seguintes à conquista[1137].

Se a fuga para sul procurando refúgio nos territórios ainda islâmicos ou a partida definitiva para o Magreb foi a opção tomada por muitos, outros, em número difícil de calcular, optaram por permanecer, ainda que sob domínio cristão.

Como sublinhou António Borges Coelho, a propósito da Lisboa pós Reconquista, "*a continuidade significativa das magistraturas, a reorganização rápida das freguesias extramuros, incluídas as freguesias de Alfama, parece confirmar que muitos dos ex-moradores*

---

p. 311-325. A mesma permanência da população islâmica nas almedinas documenta-se para Elvas e Faro, onde a conquista se fez igualmente por capitulação. Maria Filomena Lopes de BARROS, *Tempos e espaços de Mouros. A minoria muçulmana no Reino português (sécs. XII-XV),* Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2007, p. 84 e 95.

[1133] *Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147*…, p. 41.

[1134] Embora em finais de outubro e depois de um longo cerco a cidade capitulasse, os termos foram, então, muito menos favoráveis à população islâmica a quem apenas foi permitido sair com o que tivessem no corpo. *Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147…,* p. 67.

[1135] *Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147*…, p. 38.

[1136] José Luís de MATOS, *Lisboa Islâmica*, p. 25-26.

[1137] *Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147*…, p. 69. Sobre os relatos do cerco de Lisboa, veja-se João Paulo MOTA, "A conquista de Lisboa aos Mouros. Possíveis relações textuais entre as cartas dos cruzados", *A Nova Lisboa Medieval*, Lisboa, Colibri, 2005, p. 43-49.

voltaram à cidade"[1138]. A verdade é que mesmo em localidades como Santarém, onde a violência da conquista pela força das armas pressupunha a expulsão dos sobreviventes, de que as crónicas fazem amplo eco, tal situação não se verificou. Como alertou Maria Filomena Barros, as descrições de massacres sangrentos e êxodos de milhares de fugitivos "*veiculam uma memória produzida no contexto dos vencedores*" e são, no caso de Santarém, desmentidas por testemunhos vários que comprovam a continuidade da presença islâmica no período pós-reconquista[1139].

Parte da população moura remanescente foi realojada em locais assinalados para o efeito, normalmente arrabaldes cujo caráter pouco atrativo não despertava a cobiça dos conquistadores. O que não significa que fossem locais ermos e até aí desabitados. Em Lisboa, o espaço que veio a constituir a mouraria era já ocupado em época islâmica, facto comprovado pela deteção de um importante conjunto de silos datáveis dos séculos XI e XII, na igreja de S. Lourenço[1140].

Em Silves, os mouros foram instalados no arrabalde, na parte baixa da cidade, entre o Torreão do Arco e a Ponte, abrangendo uma área que, rodeada por muros, ia do Arco da Rebola ao Moinho da Porta[1141]. Também em Faro o mesmo foi previsto, desde o início, num terreiro "*quod iaez in cerco qui fuit diuissus pro ad mourariam*". Situado fora de muralhas e junto ao eixo viário que ligava ao antigo porto de mar, nas imediações do mercado e dos tanques de curtimento de peles, só depois de 1287 foi efetivamente ocupado[1142]. O mesmo tipo de implantação ocorreu em Alcácer do Sal, relegados os mouros, após 1217, para o arrabalde, próximo do Bairro das Olarias[1143]. Em Évora, foram transferidos para a encosta norte da cidade, na freguesia de São Mamede, para o local a partir de então denominado como Mouraria Nova, onde ocuparam pouco mais do que uma rua[1144]. Em Leiria, a mouraria situava-se na freguesia de Santo Estêvão, fora da cerca e em local anteriormente desabitado, caracterizando-se pela presença de espaços hortícolas e atividades ligadas à olaria e ao trabalho dos metais[1145].

[1138] António Borges COELHO, "Lisboa nos dois primeiros séculos após a Reconquista". *Actas do Colóquio Lisboa encruzilhada de muçulmanos, judeus e cristãos (850º aniversário da conquista de Lisboa). Arqueologia Medieval*, 7, Porto, Edições Afrontamento, 2001, p. 286. Para esse rápido processo de reorganização seria igualmente determinante a existência de uma forte comunidade cristã em Lisboa, preferencialmente implantada na freguesia de Santa Maria de Alcamim, mais tarde rebatizada como São Cristóvão, mas também em Santa Justa e S. Julião. José Sarmento de MATOS, *A invenção de Lisboa, Livro I: As chegadas*, Lisboa, Temas e Debates, 2008, p. 187-190.

[1139] Maria Filomena Lopes de BARROS, "Os mouros de Santarém: a comuna e os espaços", Catálogo da Exposição *Santarém e o Magreb: encontro secular (970-1578)*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2004, p. 61-62.

[1140] Clementino AMARO, "Arqueologia islâmica em Lisboa: um percurso possível", p. 66.

[1141] *Livro do Almoxarifado de Silves*, pref. de Humberto Baquero Moreno, transcrição de Maria José da Silva Leal e José Garcia Domingues, Silves, Câmara Municipal, 1984, p. 85-86; Rosa Varela GOMES, "Da Silves Islâmica à Silves da Expansão", *Monumentos*, 23, Lisboa, D.G.M.E.N., 2005, p. 27-28; A.H. de Oliveira MARQUES, Iria GONÇALVES, Amélia Aguiar ANDRADE, *Atlas das cidades medievais portuguesas*, p. 91.

[1142] Filomena L. BARROS, *Tempos e espaços de Mouros*…, p. 218; Francisco LAMEIRA, *Faro. A arte na História da cidade*, Faro, Câmara Municipal, 1999, p. 32.

[1143] Maria Teresa Lopes PEREIRA, *Alcácer do Sal na Idade Média*, p. 193-195.

[1144] Sobre as diferentes datas apontadas para essa transferência, veja-se Filomena L. BARROS, *Tempos e espaços de Mouros*…, p. 213.

[1145] Saul GOMES, "A Mouraria de Leiria. Problemas sobre a presença moura no Centro do País", *Estudos Orientais. II. O legado cultural de Judeus e mouros*, Lisboa, Instituto Oriental, 1991, p. 162-164.

Embora o assinalar de um espaço destinado à população mudéjar tenha sido um procedimento corrente logo no ato de conquista, tudo indica que não foi generalizado. Tão-pouco parece ter tido consequências imediatas, nos casos em que efetivamente ocorreu. Em várias localidades, parte dos mouros continuaram a viver nos locais anteriormente ocupados no espaço urbano, agora entendido e denominado como "*christandade*". A permanência dispersa pelo tecido urbano, difícil de contabilizar, seria, apesar de tudo, suficientemente significativa motivando, como já tivemos oportunidade de ver a propósito do espaço judaico que, em 1361, D. Pedro I configurasse em termos legislativos a existência das mourarias.

Apesar do muito que fica por esclarecer relativamente aos primeiros tempos, concretamente entre a data da conquista e a atribuição de cartas de foral às comunidades mouras ou, de forma mais abrangente, entre aquela primeira data e a instituição legal das mourarias já em meados do século XIV, sabe-se, por exemplo, que parte da população islâmica de Lisboa permaneceu em Alfama — para o que sem dúvida contribuiu o facto de se situar fora das muralhas — ainda que o espaço em causa fosse claramente marcado pelos conquistadores, através da implantação das igrejas de S. Pedro e S. Miguel, a primeira símbolo do Papa e do poder da igreja romana, a segunda, invocando o arcanjo de especial devoção da corte, símbolo retórico do poder real e da submissão dos infiéis[1146].

Note-se que, paralelamente ao processo de sujeição física e psicológica, a permanência dos mouros em território cristão constituiu uma resposta fundamental às necessidades da sociedade cristã que então se organizava. Por isso, desde Afonso VI de Leão, em finais do século XI[1147], os monarcas cristãos protegeriam as minorias mouras, não tanto por preceitos religiosos como acontecera com a *dimma*[1148] sob a dominação islâmica, mas pelos inúmeros benefícios que tal prática representava. É, de resto, nesta linha que se enquadra a ação de D. Afonso Henriques[1149].

Os mouros, para além de constituírem moeda de troca de cristãos aprisionados ou de o seu resgate ser financeiramente compensador, representavam uma mão de obra rural e urbana vital para a coroa, tanto mais que sujeita a tributos superiores aos que incidiam sobre a população cristã. Não interessava, por isso, que abandonassem o território. O conflito dirimido em 1272 entre D. Afonso III e D. Paio Peres Correia, mestre da Ordem de Santiago, é prova evidente do interesse da sua permanência — e rentabilização — nos respetivos domínios[1150]. Mas o mais evidente ato régio de

---

[1146] José Luís de MATOS, *Lisboa Islâmica*, p. 27.

[1147] Política patente na carta de foral outorgada a Santarém, em 1095, a propósito das penas aplicadas a quem matasse um mouro. Leite de VASCONCELOS, *Etnografia portuguesa*, vol. IV, p. 302-303.

[1148] A *dimma* (proteção) era consagrada pelo direito islâmico e devida a qualquer seguidor das Religiões do Livro, ou seja, cristãos e judeus.

[1149] Na carta de foral aos mouros forros de Lisboa refere-se explicitamente "*que em minha terra nenhuum mal, e sem razom nom recebades, e que nenhuum Christptão nem Judeu sobre vos nom aja poder de vos empeecer, mais aquelle, que vos da gente, e fé vossa sobre vós por Alquaide enlegerdes, esse medes vos julgue*". Leite de VASCONCELOS, *Etnografia portuguesa*, vol. IV, p. 308. Sobre a questão da proteção outorgada às minorias religiosas, veja-se Maria Filomena Lopes de BARROS, "Génese de uma minoria. O período formativo das comunas muçulmanas em Portugal", *Islão Minoritário na Península Ibérica*", ed. de Adel Sidarus, Lisboa, Hugin, 2001, p. 30 – 32.

[1150] À Ordem cabia a jurisdição dos que aí vivessem "*da pobraçom da terra continoadamente*", dos que se tinham alforriado ou viessem a fazê-lo nessas vilas, bem como dos mouros forros que, vindos de fora do reino, aí

incentivo à permanência, foi precisamente a outorga de cartas de foral às comunidades forras, contrapondo aos deveres da população moura — com destaque para a carga tributária[1151] — uma relativa autonomia jurídica e religiosa que lhes permitia conservar a sua identidade no seio da sociedade cristã.

Atribuídos algo tardiamente, os diplomas legalizavam o que era seguramente uma situação já existente. Entre a conquista de Lisboa e a outorga por D. Afonso Henriques da carta de foral ao mouros forros (simultaneamente atribuída aos de Palmela, Almada e Alcácer do Sal), decorreram 23 anos[1152]. O mesmo hiato se registou em relação às cidades de Silves, Tavira, Loulé e Faro que, só em 1269, duas décadas depois de definitivamente reconquistado o Algarve, receberam foros decalcados do de Lisboa. A comunidade de Évora só em 1273 é contemplada, ao passo que a de Moura — e possivelmente a de Beja[1153] — só já no reinado de D. Dinis, em 1296, recebem documento idêntico.

A origem das comunas é, por isso, de difícil caracterização[1154].

Especialmente concentradas no sul do país, com destaque para as de Santarém, Lisboa, Setúbal, Elvas, Évora, Moura, Beja, Silves, Loulé, Tavira e Faro[1155], a que ocupava a posição mais a norte parece ser, de acordo com o estado atual da investigação, a de Leiria, referenciada num documento da Sé de Coimbra, datado de 1303[1156].

O que não significa, necessariamente, que a ausência de referências documentais a comunas corresponda a igual ausência de mouros. Comprovada a sua presença em muitas outras localidades, o seu número não era, todavia, suficiente para que se organizassem enquanto comuna ou para que, em obediência à lei, residissem em mourarias.

Acresce que a realidade moura não foi homogénea nem seguiu a mesma linha evolutiva em todas as regiões. No norte do país, para onde foram levados pelos exércitos cristãos como mão de obra escrava e onde, já com outro estatuto que não o servil,

---

quisessem morar, embora esta última cláusula não se aplicasse aos vindos de além-mar, cuja alçada pertencia ao rei. Filomena L. BARROS, "Génese de uma minoria…", p. 35-36 e 40.

[1151] *Alfitra* e *livra da cabeça* (impostos de capitação), *azaqui* (taxa que recaia sobre os bens de raiz, gado, mel e cera e, de uma forma geral, sobre todos os haveres que tivessem em seu poder); dízima sobre o trabalho e alforria, portagens em todo o reino, isto sem contar com as contribuições especiais. Leite de VASCONCELOS, *Etnografia portuguesa*, vol. IV, p. 319-324.

[1152] Publicado por Pedro de AZEVEDO em "Do Areeiro à Mouraria, topographia histórica de Lisboa", *O Archeologo Português*, vol. V, 1899-1900, 212-224, 257-278. Acrescentado no decorrer dos séculos seguintes, os direitos e deveres da minoria moura foram codificados num outro texto, publicado em *Portugaliae Monumenta Historica, Leges et Consuetudines*, vol. I, Nendeln, Klaus Reprint Ltd., 1967, p. 98-99. A tradução aqui utilizada é de Leite de VASCONCELOS, *Etnografia portuguesa*, vol. IV, p. 307-308.

[1153] A propósito de um pedido de traslado feito pela comuna a D. Afonso V sabe-se que, nessa altura, já só existia, na Torre do Tombo, uma carta solta remontando ao reinado de D. Dinis. Maria Filomena Lopes de BARROS, "As Comunas muçulmanas em Portugal. Subsídios para o seu estudo", *Revista da Faculdade de Letras*, II Série, vol. VII, Porto, 1990, p. 88.

[1154] A temática é desenvolvida por Maria Filomena Lopes de Barros em "Génese de uma minoria. O período formativo das comunas muçulmanas em Portugal", 29-43.

[1155] Veja-se o elenco das comunas em Filomena L. BARROS, "As Comunas muçulmanas em Portugal...", p. 87-98.

[1156] Saul GOMES, "A Mouraria de Leiria…", p. 162-163. De acordo com o autor, o facto da mouraria não ser referida na documentação régia só prova a sua pouca importância, quando comparada com as existentes a sul do Tejo. Devia ocupar uma área extremamente reduzida, embora a referência à mesquita, banhos e alcaide faça pressupor um número consistente de mouros.

foram utilizados no processo de repovoamento[1157], a sua conversão, alforria e assimilação pela sociedade cristã ocorreu de forma extremamente rápida. Os dados compulsados nas inquirições de 1220 e 1256, evidenciam isso mesmo, duplicando, entre as duas datas, o número de indivíduos em que o nome cristão é seguido do cognome Mouro. Estes "*mouros cristãos*"[1158], frequentemente detetados acima da linha do Douro, são o resultado da conversão dos descendentes de escravos muçulmanos, ocorrida em finais do século XII ou inícios da centúria seguinte, manifestando uma rápida diluição na sociedade cristã.

Nas cidades a sul do Tejo, como a própria geografia das comunas comprova, a realidade é outra: em contingentes muito superiores e de condição livre[1159], razão por que até finais do século XV, são designados por mouros forros, a população mudéjar vive em comunidades juridicamente legitimadas, sendo a sua identidade e diferença reconhecidas pelo poder político.

O fenómeno mouro é, por isso, substancialmente diferente entre o norte e o sul do país, diversidade que Filomena Lopes de Barros resumiu de forma particularmente expressiva na oposição entre *Mouros da Terra e Terra de Mouros*[1160]. É esta segunda realidade que importa aqui analisar.

De acordo com a proposta de Torró Abad[1161], interessa-nos compreender como se processou o assentamento compulsivo das populações muçulmanas subjugadas, na tentativa de caracterizar o urbanismo mudéjar: o dos espaços propositadamente assinalados para receber a minoria, avaliando a forma como, embora gerados sob o domínio cristão, possam ter logrado reproduzir nos novos assentamentos as práticas e usos anteriores ao momento da conquista. Trata-se, em síntese, de aferir o grau de resistência face a um conjunto de pressões e condicionantes impostas pelos conquistadores, entre as quais destacamos como determinantes:

— o processo de "descastelização" ou abandono das alcáçovas e medinas, com o consequente desenraizamento patrimonial;
— a dispersão das linhagens pela pressão desagregadora que comporta uma alta mobilidade geográfica (morte, servidão, fuga), a par da quebra da coesão familiar e da solidariedade genealógica;

[1157] Para além de todas as pistas deixadas na toponímia, a documentação coeva refere expressamente o recurso aos mouros na reorganização do povoamento, caso das inquirições de Afonso III onde se relata que o mosteiro de Santo André de Gondomar (Guimarães) fora fundado por D. Afonso I que o "*plobou de bois e de vacas et de éguas et de seus mouros et de seu aver*". Maria Filomena Lopes de BARROS, "Mouros da terra e terra de mouros", *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*, coord. de Mário BARROCA e Isabel Cristina FERNANDES, Câmara Municipal de Palmela - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, p. 168.

[1158] Filomena L. BARROS, "Mouros da Terra e Terra de Mouros", p. 169.

[1159] O que não significa que a figura do mouro escravo estivesse ausente: capturados no decorrer dos séculos XIII e XIV, na guerra à pirataria muçulmana ou no aprisionamento fortuito, o seu número aumentaria com a Expansão. Leite de VASCONCELOS, *Etnografia portuguesa*, vol. IV, p. 341-342.

[1160] Filomena L. BARROS, "Mouros da Terra e Terra de Mouros", p. 170-171. O reconhecimento jurídico das aljamas nas regiões meridionais deve-se, para além da dimensão urbana do fenómeno, à importância estratégica da linha do Tejo e às dificuldades sentidas em povoar a região com o recurso único a contingentes populacionais cristãos. Maria Filomena Lopes de BARROS, "Mouros e mourarias", *Portugal islâmico: os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, p. 290.

[1161] TORRÓ ABAD, "El urbanismo mudéjar como forma de resistência…", p. 535-598.

— a marginalização territorial e o estabelecimento em espaços diminutos, quando comparados com os anteriores;
— a subordinação topográfica, social e económica face à vila;
— a preponderância do regime de enfiteuse;
— a ingerência no processo de demarcação e construção por parte dos proprietários do solo (coroa, mosteiros, cabidos, nobres);
— as condicionantes legais ao sistema de heranças islâmico.

Vejamos um pouco melhor cada uma delas.

A instabilidade e mobilidade geográfica que atingiu a população muçulmana, sobretudo a partir do século XII, já aqui referida, determinou todo um conjunto de efeitos na configuração do espaço urbano. Ao processo de descastelização ou abandono compulsivo das principais áreas urbanas — articulado com a perda do respetivo património imobiliário a favor dos conquistadores — somou-se a inevitável quebra populacional, inscrita no processo mais vasto da derrota.

Se a análise dos números carece de qualquer prova concreta, é dado adquirido que a população muçulmana diminuiu drasticamente. Para o caso de Lisboa, mesmo contando com o exagero que o cálculo do cruzado necessariamente comporta, para quem, segundo informação do alcaide, a cidade teria "*cento e cinquenta e quatro mil homens exceto as mulheres e as crianças*"[1162], o número dos que terão ficado foi comparativamente muito reduzido. Como salientou Oliveira Marques, o exame da primitiva mouraria de Lisboa, pouco mais perfazendo do que um hectare, denuncia o escasso volume da população moura que optou por permanecer na cidade[1163]. Razão que levaria D. Dinis a isentar de imposto os mouros, por entender que, dessa forma, "*o arravalde melhor se pobrara por ende*"[1164]. Reforçando a mesma ideia, embora incidindo sobre os finais da Idade Média, Luís Filipe Oliveira e Mário Viana calculam, com base na estimativa de 348 habitantes por hectare, que a população da mouraria da capital, a maior do reino, não excedesse os cerca de 500 indivíduos[1165].

Ao êxodo inicial, a par do processo de assimilação ou dos danos provocados à população moura pela peste negra, deve somar-se o movimento de fuga, ininterruptamente registado no decorrer da Idade Média, fatores que, em conjunto, explicam a generalizada contração demográfica das comunas mouras portuguesas. Se as de Avis, Estremoz, Palmela, Almada, Leiria, Alenquer e Coimbra desapareceram no decorrer dos séculos XIV e XV[1166], as remanescentes, à exceção de Lisboa, acusaram uma

[1162] Na cifra indicada incluíam-se os que haviam fugido à conquista de Santarém, bem como "*todos os nobres de Sintra, Almada e Palmela, com muitos mercadores de toda a parte da Espanha e da África*". *Conquista de Lisboa aos Mouros…,* p. 32.

[1163] Oliveira MARQUES, "A persistência do elemento muçulmano na História de Portugal após a Reconquista. O exemplo da cidade de Lisboa", *Novos ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Presença, 1988, p. 101.

[1164] Maria Filomena Lopes de BARROS, *A Comuna muçulmana de Lisboa (séculos XIV e XV),* Lisboa, Ed. Hughin, 1998, p. 144.

[1165] Luís F. OLIVEIRA; Mário VIANA, "A Mouraria de Lisboa no século XV", p. 201.

[1166] Sobre as comunas de Palmela e Almada subsistem dúvidas, já que não existe qualquer outra referência posterior à atribuição do foral, facto que leva Filomena L. Barros a pôr em causa a sua existência ou, pelo menos, o efetivo funcionamento enquanto comuna. Filomena L. BARROS, "As Comunas muçulmanas em Portugal...", p. 92.

indiscutível quebra populacional[1167]. Documentação do século XIV refere explicitamente a emigração de mouros para o Norte de África, bem como para Castela, Aragão, Andaluzia e Reino de Granada, movimento que encontra parte substancial da sua justificação na sobrecarga de deveres e serviços com que almotacés, justiças e vereadores sujeitavam, contra a vontade régia, a população mourisca[1168].

Lisboa é o único caso que foge à regra, ainda que o aumento populacional, mais do que resultante da multiplicação dos efetivos iniciais, decorresse da atração exercida pela capital sobre a generalidade das comunidades mouras nacionais[1169]. Com efeito, a documentação permite comprovar movimentos imigratórios em direção a Lisboa, abrangendo um amplo raio geográfico, grosso modo balizado entre Coimbra e Beja[1170].

A contração demográfica, fosse por fuga, aprisionamento, morte ou inserção no corpo sócio-religioso maioritário, conduziu a uma dispersão das linhagens, à quebra da coesão familiar e da solidariedade genealógica, abalando as estruturas da célula familiar extensa, modelo que, trazido para a Península Ibérica no século VIII pelos invasores, continuou em vigor nos séculos seguintes — praticamente incólume ao contacto e miscigenação com a população autóctone hispano-visigótica, onde o núcleo familiar restrito era a célula-base dominante — como amplamente provou Pierre Guichard[1171].

Se durante o período de ocupação muçulmana o modelo oriental foi o seguido pela população islâmica, o mesmo não pode asseverar-se relativamente à etapa subsequente, já sob o domínio cristão. Não sendo ainda totalmente clara a evolução da estrutura familiar da população islâmica residente no reino, as consequências da Reconquista, determinando a dissolução dos clãs e das solidariedades familiares, articuladas com a força do modelo nuclear praticado pelos conquistadores — para a disseminação do qual a pressão da igreja seria determinante —, ter-se-ão repercutido na organização social das comunidades mouras.

Na verdade, embora o regime poligâmico estivesse previsto nas Ordenações Afonsinas[1172], nada impedindo que os mudéjares residentes no reino desposassem as quatro mulheres que o Corão permitia, toda a documentação dos séculos XIII a XV indicia, como demonstrou Filomena Lopes de Barros, que não foi essa a prática seguida. De acordo com a referida autora, a norma legal "*postula mais um sistema discursivo* […] *do que um reflexo das práticas consuetudinárias de facto vivenciadas entre os mudéjares nacionais*", entre os quais parece ter dominado a estrutura familiar nuclear, com base no par conjugal[1173].

[1167] Em Évora, ocupando pouco mais do que uma rua, não excediam os 3,1% do total da população (compare-se com os judeus com uma cifra na ordem dos 13,6%). Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média,* p. 183.

[1168] Maria de Fátima BOTÃO, *Silves, Capital de um Reino Medievo*, Silves, Câmara Municipal, 1992, p. 48.

[1169] A. H. de Oliveira MARQUES, "A persistência do elemento muçulmano …" , p. 102.

[1170] Luís F. OLIVEIRA; Mário VIANA, "A Mouraria de Lisboa no século XV", p. 201.

[1171] Pierre GUICHARD, *Al-Andalus. Estructura antropológica de una sociedad islámica en occidente*, Granada, Universidad de Granada, (1ª ed. 1976), 1998. Veja-se, para o espaço português, Stéphane BOISSELLIER, *Naissance d'une identité portugaise…,* p. 31-32.

[1172] *Ordenações Afonsinas,* liv. II, tit. XXVIII, art. 43-45, p. 235-236.

[1173] Maria Filomena L. de BARROS, *Tempos e espaços de Mouros…* p. 424-427 e 557-559 e "Identidade e aculturação: o casamento islâmico no Portugal Medieval", *Minorias étnicas e religiosas em Portugal. História e atualidade",* coord. de Guilhermina Mota, Coimbra, Instituto de História Económica e Social – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003, p. 101–116. Apenas se deteta um caso de poligamia, numa carta de perdão datada de 1466 e relativa a um mouro de Lisboa. Para além de singular, o caso não chega a ser totalmente esclarecedor.

O que é um facto de extrema importância para a perspetiva que aqui particularmente nos interessa pela estreita articulação entre casa e grupo familiar, sendo aquela a expressão material do enquadramento social, dos graus de parentesco, do sistema de herança, bem como das estratégias nupciais[1174]. Detetar a manutenção ou interrupção do tipo alargado de família é, por isso, crucial para caracterizar as mourarias ou, de forma simples, perceber se houve justificação suficiente para dar continuidade à casa-pátio e ao crescimento das estruturas habitacionais por adição.

Recorde-se que uma das condições essenciais para a ocorrência do padrão urbanístico islâmico é a posse plena do terreno e o decorrente uso sem restrições, desde que salvaguardados os direitos idênticos dos vizinhos. Ora acontece que os novos assentamentos foram, na esmagadora maioria, realizados em propriedade de outrem, sobretudo monarcas, ordens religiosas, cabidos e membros da nobreza. Embora a figura do mouro proprietário esteja claramente referenciada, a dimensão do fenómeno parece ter sido significativamente diminuta no quadro geral, com predomínio claro para o sistema enfitêutico[1175]. O que fez da minoria um grupo de arrendatários, com todas as limitações implícitas na livre configuração das propriedades.

Por entre a escassez de dados, refira-se o exemplo da mouraria de Santarém, onde vários mouros viviam em casas da igreja do Salvador[1176] ou, ainda na mesma vila, as casas aforadas pelo convento de Chelas aos mouros oleiros da rua da Ramada[1177]. Em Évora, eram várias as instituições que possuíam casas na mouraria, no arrabalde de S. Mamede: para além das pertencentes ao concelho, encontravam-se propriedades do convento de S. Domingos, igreja de S. Tiago, Hospital de Jerusalém e Hospital de S. Bartolomeu. Junto à Porta Nova, era a coroa que arrendava cinco casas [1178] a mouros forros, o que explica que a zona também fosse conhecida por Olarias. Em Silves, sabemos, através do Livro do Almoxarifado redigido em 1474, que a coroa era proprietária de sete casas e quatro chãos no interior da mouraria[1179], cuja extensão se restringia a uma só rua.

Qualquer dos casos patenteia um contexto em que o mudéjar não só carece de direitos de propriedade sobre a casa, como igualmente se sujeita a um lote predefinido ou, inclusivamente, a uma casa já construída para o efeito, segundo os critérios do proprietário.

Neste mesmo sentido e de forma idêntica ao que observámos para a comunidade judaica, repare-se como foi realizado o acrescentamento da Mouraria de Beja, em 1432, face à escassez de espaço no bairro mouro, facto que levava a que as rendas anuais fossem equivalentes ao valor de compra do imóvel. Na carta em que responde afirmativamente ao pedido da minoria moura, o monarca refere que "… *Junto com a mouraria stam duas Ruas bem aazadas pera se meterem na mouraria em as quaees dizem que nom auera mais de xij casas ataa xiiij* […] *Teemos por bem e mandamos uos que ueiades as dictas Ruas e casas e se he prejuízo ao concelho E se o nom for uos a prazimento*

[1174] Veja-se a este propósito o capítulo 2. *Pré-conceitos e modelos...*

[1175] Filomena L. BARROS, *Tempos e espaços de Mouros…*, p. 455-481.

[1176] Ângela BEIRANTE, *Santarém medieval*, p. 91. Para além de incluírem cláusulas que obrigavam a fazer casa de pedra, cal e madeira, os contratos mencionam a construção de habitações em espaços até aí vagos.

[1177] Filomena L. BARROS, "Os mouros de Santarém: a comuna e os espaços", p. 65-66.

[1178] Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média*, respetivamente p. 90, 94, 100, 105, 109 e 80.

[1179] *Livro do Almoxarifado de Silves*, p. 34-36 e p. 84-85.

dos donos das dictas casas lhas fazee comprar e mete as e çarray as dentro na mouraria como elles pedem fazendo uos çarrar todo de dentro da dicta mouraria como dicto he…"[1180]. Em casos como este, a responsabilidade dos mouros na construção do seu espaço de residência seria praticamente nula, adaptando-se aos modelos urbanos dos conquistadores.

É hoje particularmente difícil averiguar qual o grau de intervenção do monarca na conceção do espaço habitacional destinado à minoria moura: entre o assinalar puro e simples da localização e extensão da mouraria, até à ingerência direta na definição dos lotes ou na construção propriamente dita, as variáveis são muitas e terão dependido de um conjunto de circunstâncias necessariamente diferentes caso a caso[1181].

Sublinhe-se, no entanto, que as fontes documentais sobreviventes, pela sua natureza notarial, refletem sobretudo os interesses dos proprietários, não tendo por isso uma representatividade absoluta. Por outro lado, é possível que depois de instalados, os mouros adaptassem pontualmente as casas às suas necessidades e tradições, não seguindo à risca as diretivas contratadas. Por isso a análise da materialidade urbana conta com o próprio registo físico que, mais do que um complemento da documentação escrita, deve erigir-se na fonte primária do conhecimento. O que, na prática, só pode ser realizado por equipas interdisciplinares e coordenadas, com o recurso sistemático a campanhas arqueológicas em que a análise estratigráfica se estenda aos paramentos. Prática que, em Portugal, não ultrapassou ainda o estado incipiente.

A caracterização física das mourarias portuguesas é, ainda hoje, praticamente uma incógnita[1182]. À escassez de intervenções arqueológicas, no âmbito cronológico dos séculos XIV e XV, soma-se o caráter lacónico da documentação, no melhor dos casos contemplando apenas uma breve referência à existência de cerca própria, à mesquita, a uma ou outra estrutura balnear, equipamentos quase sempre de difícil, senão impossível, localização no tecido urbano. Quase nada se diz sobre a estrutura das casas ou sobre o traçado das vias internas. Neste quadro vago e omisso destaca-se, apesar de tudo, a mouraria de Lisboa, de longe o maior bairro mouro do reino, cuja importância justifica algumas referências nas fontes escritas coevas.

[1180] *Chancelarias portuguesas. D. João I*, vol. IV, tomo 1 (1410-1425), Lisboa, Centro de Estudos Históricos-Universidade Nova de Lisboa, 2006, p. 244. O mesmo que se passou em Écija em 1498. Paulina RUFO YSERN, "La conversión de la comunidad musulmana de Écija", p. 169.

[1181] Apesar das enormes diferenças registadas entre as diversas comunidades mudéjares peninsulares, quer de reino para reino, quer no interior de cada uma das unidades políticas, como destacou Jean-Pierre Molénat, parece-nos importante deixar aqui alguns exemplos que a historiografia espanhola tem apurado, pela forma como elucidam a ingerência dos proprietários na construção de casas para mouros, seja para as comunidades de montanha, as alquerias, seja para as mourarias urbanas. Do primeiro caso, é exemplo o contrato estabelecido, em 1490, para a edificação de 100 casas em Alberic, determinando a reprodução, na forma e tamanho, de uma determinada casa situada junto à mesquita da vizinha alqueria de Benifaraig. Quanto ao segundo caso, a solução mais comum parece ser a do proprietário ceder a parcela delimitada, embora por edificar. Todavia, quando, entre 1454 e 1504, o Senhor de Manises decidiu criar um novo bairro "*viço novo*" ou *"Carrer Nou*", estabeleceu contratualmente com o mestre de obras da vila os materiais a utilizar em cada parte das casas: paredes mestras cofradas, paredes divisórias em ladrilho, teto de vigas e caniço, resultando num conjunto de arquitetura seriada ou de programa. Neste bairro de edifícios homogéneos, pouco ficou ao critério dos futuros habitantes, um misto de cristãos e mudéjares. TORRÓ ABAD, "El urbanismo mudéjar como forma de resistência...", p. 551 e segs. Jean-Pierre MOLÉNAT, "Unité et diversité des communautés mudéjares de la Péninsule Ibérique médievale", *Islão Minoritário na Península Ibérica"*, Adel Sidarus (ed.), Lisboa, Hugin, 2001, p. 22-23.

[1182] Filomena L. BARROS, *Tempos e espaços de Mouros…,* p. 223 e segs.

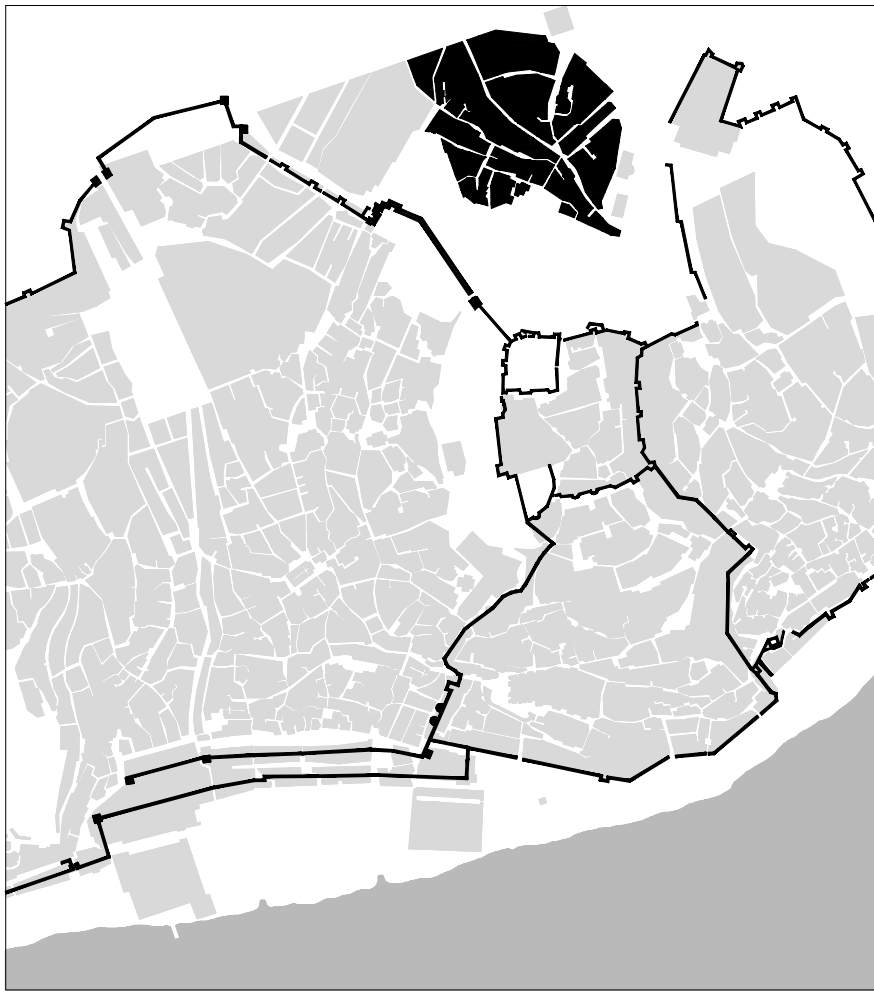
LISBOA

Tecido urbano

Tecido urbano correspondente à área de implantação da muralha

Traçado da cerca velha e cerca fernandina

Rio Tejo



Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

N

LISBOA

Tecido urbano

Tecido urbano correspondente aos quarteirões da mouraria

Traçado da cerca velha e cerca fernandina

Rio Tejo

1. Mesquita Grande 2. Mesquita Pequena 3. Escola de Mouros 4. Banhos 5. Carniçarias dos Mouros 6. Curral dos Mouros 7. Portas de localização segura 8. Portas de localização provável

Segundo Luís Filipe Oliveira; Mário Viana, "A Mouraria de Lisboa no século XV", *Arqueologia Medieval* 2 , 1993, p. 194



Escala 1:2 000

10 50 100 200

N

MOURA

Tecido urbano actual

Tecido urbano actual correspondente aos quarteirões da mouraria

Troço da cerca medieval

1. Área intramuros 2. Mouraria

Segundo Santiago Macias, "Moura na Baixa Idade Média: elementos para um estudo histórico e arqueológico", *Arqueologia Medieval*, 2, Porto, Afrontamento, 1993



Escala 1:5 000

10 50 100 200 400

N

Com pouco mais do que um hectare e situada a norte da cidade, no sopé da colina do castelo, a mouraria de Lisboa, conhecida como *Arrabalde dos mouros*, estava apetrechada com duas mesquitas, escola, cadeia, banhos, casas da alcaidaria, curral e carniçaria própria. O cemitério ou almocavar encontrava-se fora de portas, na encosta de Santa Maria da Graça. O espaço que mediava entre este e o bairro original foi ocupado, no decorrer do século XV e como resposta ao crescimento demográfico, por um segundo bairro mouro, conhecido como *Arrabalde Novo*. Sublinhe-se que a nova extensão não era, todavia, exclusivamente ocupada por mouros, detetando-se, com frequência, moradores cristãos. Em conjunto, os dois bairros ocupariam, de acordo com os cálculos de Oliveira Marques[1183], uma extensão de cerca de 5 hectares, sem que tal correspondesse a uma particular densidade construtiva, sendo parte considerável do espaço preenchido por quintais e campos agrícolas.

Demarcada do restante espaço urbano por uma cerca, documentação relativa aos anos de 1436 e 1465 referencia explicitamente duas portas, uma aberta sobre a rua de Benfica, a outra, denominada porta de S. Vicente, junto a uma das principais saídas da cidade, em direção a norte. Outras duas, ao que tudo indica, complementariam as circulações entre o bairro e o tecido envolvente[1184].

Duas ruas, identificadas como Direitas (atualmente rua dos Cavaleiros e, eventualmente, rua do Capelão), funcionariam como as espinhas dorsais da mouraria, aquelas onde se registava uma maior intensidade de tráfego. Curiosamente, em ambos os casos, tratava-se de ruas sem saída[1185], interrupção também verificada nas ruas de Dentro e da Carniçaria ou de outra designada como "*beco que atravessa ambalas Ruas dereytas*".

Informações demasiado escassas para caracterizar a rede viária como islâmica. De mais a mais porque vários factores podem contribuir para potenciar o aparecimento de "ruas cegas": o facto de a Mouraria de Lisboa se situar numa área de encosta com declive assinalável; o aumento demográfico do bairro e a densidade construtiva daí decorrente; o papel da cerca, também ela indutora de descontinuidades.

De qualquer forma, a identificação de uma eventual matriz islâmica depende da coexistência de outros elementos. Trata-se de um sistema complexo, coerentemente articulado, onde o efeito de cada parte influencia, em cadeia, todas as outras. Por outras palavras, a rede viária é substancialmente ditada pelo tipo de estrutura residencial. E das habitações da mouraria de Lisboa, pouco ou nada se sabe.

O estudo levado a cabo por Luís Filipe Oliveira e Mário Viana[1186], que temos vindo a seguir, identifica apenas três casas com pátio fronteiro, tipologia que, em termos de lógica distributiva dos espaços e respetiva funcionalidade, nada tem a ver com a de tradição mediterrânica. A questão não passa simplesmente pela existência de pátio, mas pela sua centralidade no plano da habitação. Um pátio fronteiro, do ponto de vista meramente estrutural/funcional, em nada se distingue de um pátio traseiro como o que caracteriza a habitação cristã. Em qualquer dos casos, a morada propriamente

[1183] A. H. de Oliveira MARQUES, "A persistência do elemento muçulmano …", p. 103.

[1184] A reconstituição da planta da mouraria, com a respetiva identificação dos arruamentos foi publicada por Luís F. OLIVEIRA; Mário VIANA, "A Mouraria de Lisboa no século XV", p. 194.

[1185] *Rua Grande Direita* "*que nom tem sayda homde faz fim*". Luís F. OLIVEIRA; Mário VIANA, "A Mouraria de Lisboa no século XV", p. 203.

[1186] Luís F. OLIVEIRA; Mário VIANA, "A Mouraria de Lisboa no século XV", p. 196 e nota 62.

dita desenvolve-se em profundidade, obrigando a formas de ventilação e arejamento — e consequentemente de encosto de imóveis vizinhos — diversas das que existem nas estruturas centradas sobre um espaço aberto. Que, como vimos já, determinam fortemente o cadastro. Em abono deste afastamento dos modelos islâmicos, repare-se na área diminuta das casas conhecidas facto que, como destacou Filomena Barros[1187], estaria de acordo com a estrutura nuclear da família, tal como já foi referido.

Ao levantamento feito por Oliveira e Viana, acrescenta a referida autora novos dados sobre duas casas onde a situação poderia ser mais consentânea com a estrutura islâmica: a primeira, descrita em 1503, já em contexto pós-expulsão, situava-se no percurso que levava ao almocavar, consistindo num "*assentamento de casas com seu patim E poço E com seu quintall de fora*"; a segunda, algo mais dúbia, configurava um espaço aberto ladeado por duas casas térreas. A verdade é que, como Filomena Barros conclui, "*o caráter excecional destas descrições" torna impossível "definir a latitude da aplicabilidade deste modelo*"[1188].

Desconhecido o sistema de aberturas das casas, surgiu uma referência isolada a duas janelas de adufa numa casa situada na rua de Benfica, nas proximidades da mouraria[1189]. De novo demasiado parco para poder retirar-se qualquer ilação. Quanto aos materiais, a fórmula utilizada na documentação é a que servia a generalidade dos contratos de arrendamento da época, associando, num conjunto genérico, a pedra, a cal, telha, madeira e pregadura.

A forma como os indícios parecem apontar para uma semelhança com o quadro global da cidade cristã sai reforçada com alguns outros dados: os banhos, situados junto à mesquita pequena e nas franjas limítrofes da mouraria, arrendados desde 1301 a um cristão e servindo conjuntamente à minoria cristã e à minoria islâmica, viram a sua utilização interrompida em finais do século XIV, transformados, a partir de então, em habitação privada. O mesmo se passou com a escola ou madraza que já antes dos meados do século XV deixara de funcionar. O desaparecimento precoce destes equipamentos na mais populosa mouraria do reino, qualquer deles essencial ao modo de vida muçulmano, parece denunciar um afrouxamento dos costumes islâmicos, lentamente diluídos, à medida que se assimilavam os hábitos da maioria cristã.

Assimilação que encontra na intensidade de contactos entre cristãos e mouros grande parte da sua justificação.

Pese embora a separação física dos bairros mouros — sabe-se que as mourarias de Lisboa, Setúbal, Évora e Silves se encontravam circunscritas por muros[1190] — restringindo o movimento de entradas e saídas a umas quantas portas que a legislação obrigava a encerrar ao toque das Trindades e as medidas separatistas em vigor desde

---

[1187] Filomena L. BARROS, *Tempos e espaços de Mouros…,* p. 223 e segs.

[1188] Filomena L. BARROS, *Tempos e espaços de Mouros…,* p. 230.

[1189] Luís F. OLIVEIRA; Mário VIANA, "A Mouraria de Lisboa no século XV", p. 198.

[1190] Para Lisboa, Setúbal e Silves a documentação refere "*o çerquo da mouraria*"; para Évora, menciona a "*parede que era guarda da dicta mouraria*". Filomena L. BARROS, *Tempos e espaços de Mouros…,* p. 222. Ao contrário do que sucedeu noutros reinos peninsulares, onde algumas cercas de mourarias chegaram a ter ameias, caso da de Xàtiva, erguida em 1419, em Portugal, os muros circundantes não eram propriamente defensivos, sendo a sua principal função a de demarcar com precisão o espaço da mouraria, isolando os seus habitantes da maioria cristã. TORRÓ ABAD, "El urbanismo mudéjar como forma de resistência...", p. 574.

o reinado de D. Pedro I[1191], (determinando a proibição de morar fora das mourarias, a interdição de entrada a mulheres cristãs, a limitação dos percursos[1192] ou a instituição de penas para os que fossem encontrados a "*deshoras fora da mouraria*"[1193]), a vivência quotidiana ultrapassou, frequentemente, as barreiras legais e físicas.

A questão, nas suas diversas vertentes, foi detalhadamente estudada por Filomena Barros[1194]: a partilha dos mesmos espaços comerciais (Santarém, Lisboa, Évora, Elvas, Beja), as situações de vivência entre a "*cristandade*" (por exemplo, em Coimbra, Campo Maior, Olivença e Coina) ou a situação inversa de residência de cristãos nas mourarias (Lisboa), são apenas algumas das situações que comprovam a relatividade do "*apartamento*".

A verdade é que vários fatores contribuíram para que essa fosse a situação comum, não se detetando, sequer, um extremar de posições em finais da Idade Média, como se verificou em direção à minoria hebraica[1195].

Em bom rigor, os mudéjares não suscitaram reações significativas por parte da população em geral exigindo, em consequência, uma muito menor atenção por parte do poder político. Não admira, por isso, que as medidas legislativas fossem dirigidas em número muito superior aos judeus, como fica bem evidente pelo *Livro de Leis e Posturas* onde se recolhem cinco normas de aplicação conjunta a mouros e judeus para trinta e uma exclusivamente relacionadas com os últimos. Na verdade, as próprias medidas de segregação referiam explicitamente que se aplicasse aos mouros as normas definidas para os judeus, denunciando, de forma implícita mas inequívoca, a precedência da legislação que pretendia controlar a comunidade hebraica, aquela que verdadeiramente suscitava os ódios da maioria[1196].

O que se explica por várias razões: por uma maior capacidade de aculturação e infiltração na sociedade cristã; pelo decréscimo populacional que globalmente afetou a minoria mudéjar portuguesa; mas, fundamentalmente, por não constituírem aos

---

[1191] *Chancelarias portuguesas. D. Pedro I,* p. 52. As medidas separatistas serão mais tarde recolhidas nas *Ordenações Afonsinas,* Liv. 1, tit. 62, item 13, p. 356-357 e Liv. 2, tit. 102, p. 535-536.

[1192] "… *Tenho por bem e mando que nemhua molher christaa de qualquer condiçom que seia nom entre no arraualde dessa cidade de noyte nem de dia saluo que possam hir quando lhes mester fizer pollo camjnho que uay da porta de sancto andré pera sancta barbora pella calçada desy pelo almocouar hu os mouros jazem enterrados Outrossy pello camjnho djreito que se uay do poço dos mouros ao dicto logo de sancta baruora E qualquer que o d outra guisa fizer mando que a matem …*". Apesar disso, previa-se a entrada de mulheres cristãs nas mourarias, desde que acompanhadas de dois homens adultos, caso fossem casadas, de um, se fossem solteiras. *Chancelarias medievais portuguesas. D. Pedro I* f. 124, p. 535.

[1193] *Chancelarias portuguesas. D. Pedro I*, f., p. 534-535. *Ordenações Afonsinas,* Liv. II, tit. CIII, p. 540. No Livro das Posturas Antigas, sob o título "*como ssenpre foy Custume*", refere-se "*tamto que dem sete oras logo sse acolham dentro em ssua mouraria e o alcaide faça fechar as portas* […] *E as portas nam seram abertas saluo pella menhãa depoys que derem as çinquo oras*". *Livro das posturas Antigas*, leitura e transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1974, p. 97.

[1194] Filomena L. BARROS, *Tempos e espaços de Mouros…,* p. 239 e segs.

[1195] Veja-se, a este propósito, M. J. Ferro TAVARES, "Judeus e Mouros no Portugal dos séculos XIV e XV (tentativa de estudo comparativo)*", Revista de História Económica e Social*, 9, Lisboa, 1982, p. 75-89.

[1196] Não consta que alguma vez tenha havido ataques a mourarias em Portugal. M. J. Ferro TAVARES, "Judeus e Mouros no Portugal dos séculos XIV e XV…" , p. 88.

olhos da população cristã, uma ameaça, ao contrário do que sucedia com os judeus, numérica, económica, financeira[1197], cultural e socialmente muito mais relevantes[1198].

Se a contestação à localização das aljamas foi praticamente nula[1199], foi porque a sua implantação periférica e nas proximidades dos campos agrícolas, onde desempenhavam a sua principal atividade[1200], não provocou a cobiça da maioria cristã.

O contacto com a maioria cristã[1201] terá, em última análise, permitido um esbater das diferenças, como sucedeu em muitos outros campos, fosse pela adoção de novos costumes determinada por força da lei ou decorrente do simples contacto quotidiano[1202].

[1197] O que se refletia no peso fiscal. Uma contabilidade rápida das quantias entregues pelas aljamas e comunas de Santarém e Évora dá bem a medida da diferença: enquanto os mouros pagaram, respetivamente, 8802 e 32 268, os judeus perfizeram a quantia de 129 002, em Santarém, e 132 215, em Évora. M. J. Ferro Tavares, "Judeus e Mouros no Portugal dos séculos XIV e XV …", p. 83-84.

[1198] A influência cultural e social dos judeus era igualmente muito superior, como indicia o número de cargos desempenhados nas cortes régias.

[1199] Surge praticamente isolado o caso de Elvas, embora a contestação não incida sobre a mouraria mas sobre o almocavar. Veja-se F. Branco CORREIA, *Elvas na Idade Média*, vol. I, p. 341-346.

[1200] Essencialmente dedicados à agricultura e mesteres. A proximidade ou mesmo coincidência entre os espaços vinculados à minoria moura e topónimos relacionados com a produção e venda de louças é particularmente sugestiva: *ruas das Olarias*, *ruas onde vendem louça* ou *fornos de cozer louça*, detetam-se em Lisboa, Leiria, Elvas, Tavira, Évora e Silves.

[1201] Repare-se como a própria maioria cristã adotou aspetos concretos da cultura islâmica, sobretudo em finais da Idade Média e ao nível das classes mais altas, com destaque para a música, a dança, trajes e gramática decorativa.

[1202] O esbater das diferenças, expurgando o espaço urbano de valores estranhos à sociedade cristã resultou, em muitas situações, de uma imposição legal; é disso exemplo a proibição da chamada do *muezín* à oração, pedida nos capítulos gerais das Cortes de Coimbra, realizadas em 1390, de acordo com as determinações do Concílio de Viena de 1311, ou a interdição do uso do árabe em registos notariais, a partir do reinado de D. João I, substituída doravante por "*letera Cristengua Português*". Filomena L. BARROS, *Tempos e espaços de Mouros,* p. 198 e Filomena L. Barros, *A Comuna muçulmana de Lisboa*, p. 147.

(Página deixada propositadamente em branco)

8. O emergir da centralidade

Vimos já, em capítulo anterior[1203], como na Idade Média port rama de fundação de uma cidade não contemplava, *ab initio,* uma praça, no sentido em que hoje a entendemos: um espaço público, aberto e de limites configurados, polarizador, por definição, das principais funções urbanas. E, contudo, ela encontra-se em qualquer cidade portuguesa da Época Moderna, concentrando em seu torno as atividades sociais, o mais importante trato comercial e, sobretudo, as sedes e os símbolos do poder político, administrativo e judicial. A praça assume-se verdadeiramente como o coração da urbanidade.

Usámos o exemplo das cidades de fundação apenas porque nelas o fenómeno é mais evidente. Mas nas restantes cidades, velhas por comparação com aquelas, a situação não seria muito diferente. Na verdade, se a praça fosse já um equipamento imprescindível, por muito rudimentares que fossem as vilas novas portuguesas, a sua existência teria sido contemplada. O que não aconteceu.

É algures no intervalo entre essas balizas, no período que medeia entre o século XIII e o XVI, que se assiste ao surgimento e consolidação da praça na cidade portuguesa. A localização no tempo e a explicação dos fatores que a tal conduziram, constituem os objetivos do presente capítulo.

O texto que se segue tem subjacente o princípio que em qualquer organismo urbano, independentemente do tempo e do espaço, existe uma área de maior complexidade funcional, onde se concentram e cruzam papéis tão diversos quanto o religioso, o económico, o administrativo, o político e o social. O que difere, no tempo e no espaço, são as combinações entre as diversas variáveis em jogo.

A ágora grega, o fórum romano ou o pátio da mesquita muçulmana são alguns dos espaços que, em tempos e civilizações diferentes, correspondem a esses pontos de maior complexidade. Com uma matriz mediterrânica comum, são recorrentemente apontados como eventuais antecessores da praça medieval, o que facilmente se entende se, em detrimento da forma — pesem embora os diferentes momentos de desenvolvimento e/ou apuramento conceptual dos espaços referidos — a vocação for considerada o principal parâmetro de comparação.

São, todavia, realidades distintas. A título de exemplo, repare-se como, ao contrário da ágora, do fórum ou do complexo constituído pela mesquita (considerando para além do templo, o pátio e os muros envolventes[1204]), a praça medieval adquire

[1203] Veja-se capítulo 3. *Forma(s)*.

[1204] A centralidade do espaço constituído pela mesquita, pelo pátio e ruas imediatas, pode aferir-se pelo conjunto

um estatuto próprio e inteiramente novo pela forma como integra a componente privada — erguendo uma moldura de edifícios (também) residenciais — no mais público dos espaços urbanos.

Contrariando a tese dos antecedentes diretos, já em 1976, Franco Mancuso equacionava a hipótese de a praça medieval, europeia e ocidental, poder representar algo de inteiramente novo relativamente a experiências anteriores, constituindo "*uma invenção ou reinvenção enquanto órgão da cidade, criação coletiva, expressão primeira da sua cultura urbana, estrutura essencial e profundamente funcional para a vida da cidade*"[1205].

As questões acima enunciadas implicam, desde logo, uma clarificação terminológica, no sentido de tentar resgatar e compreender a forma como essa parcela do espaço urbano foi percecionada entre os séculos XIII e XV.

Individualizá-la diferenciando-a, se possível, de outras realidades congéneres como adros, largos, terreiros ou rossios com que tão frequentemente é confundida, em muitos casos justamente porque essa diferente nomenclatura traduz a própria evolução do espaço em causa: adros que se alargam incorporando novas funções, rossios ou terreiros cuja reconfiguração morfológica, num dado momento, implica a perda dos usos e rotinas que justificavam a terminologia original ainda que esta, esvaziada de significado, subsista no quotidiano ou mesmo na toponímia oficial. Antes de qualquer processo evolutivo, importa ainda averiguar quando surge o termo e em que contextos foi utilizado, aferindo, por esse meio, o(s) seu(s) significado(s).

Terminologia: *platea*, fórum, açougue…

Com origem etimológica no grego *plateia,* o termo evolui em contexto latino para *platea,* mantendo inalterado o sentido de via larga. Pouco significativo no tratado de Vitrúvio[1206], deve-se a Isidoro de Sevilha a primeira definição conhecida do termo,

---

de funções urbanas vitais que desempenha: local de encontro por excelência, é aí que decorrem os principais atos públicos como a leitura de ordenanças, as convocatórias para a guerra ou os anúncios de pedidos de subsídios. À sua porta fixam-se as proclamações e no seu interior guardam-se os pesos e medidas. É no pátio que decorre toda a atividade jurídica, sobretudo a que respeita ao comércio, maioritariamente concentrado em torno do templo, no *suq* e alcaçaria ou, simplesmente, em banquetas alinhadas em torno do muro exterior da mesquita. De acordo com o caráter teocrático da sociedade islâmica, só o centro de decisão política se encontra ausente do complexo da mesquita, funcionando exclusivamente no palácio. Pedro CHALMETA, "Les fonctions de l'agora-forum dans la cité arabo-musulmane", p. 9-18.

[1205] Franco MANCUSO, "Piazza et plaza'", *Forum et plaza mayor dans le monde hispanique*, Publications de la Casa de Velazquez, Paris, Éditions E. de Boccard, 1978, IV, p. 123-132.

[1206] Vitrúvio utiliza apenas duas vezes o termo *platea*. A primeira, a propósito da organização do espaço no interior das muralhas e da orientação correta de *plateas* e ruas em função dos ventos (Livro I, cap. VI, 1), a segunda, como espaço a meia encosta, de amplas dimensões onde, em Halicarnasso, foi erguido o Mausoléu (Livro II, cap. VIII, 11), denunciando o sentido de rua larga. Prova disso é que, quando estabelece os lugares do Forum e dos templos na cidade (Livro I, cap. VII, 1), indica apenas a centralidade no tecido urbano ou a proximidade do porto, para o primeiro, referindo, para os templos e de acordo com a invocação, os pontos altos, o foro, o *emporium*, o porto, a vizinhança de edifícios de entretenimento ou o espaço extramuros (este último dedicado a Marte), omitindo por completo a *platea,* o que não faria sentido, caso o termo tivesse alguma relação com o significado atual. VITRÚVIO, *Tratado de Arquitetura,* tradução do latim, introdução e notas por, M. Justino Maciel, IST Press, 2006.

incluída no Livro XV do *Etymologiarum siue Originum,* dedicado aos edifícios e campos[1207]. Após definir as vias como os espaços estreitos que existem entre as casas, refere as *plateæ*, caracterizando-as como ruas largas e amplas, corroborando que a denominação decorre do sentido de amplitude que a palavra tem na língua grega. Acrescenta ainda as *quintanas* ou ruas transversais, assim chamadas por terem a quinta parte da largura da *platea*[1208].

Quando vários séculos depois, passada a Idade Média, voltamos a encontrar definições de praça, o conceito surge já muito ampliado. A um espaço amplo, mas já não uma rua, os dicionários seiscentistas e setecentistas acrescentam como elemento caracterizador principal o desenrolar de atividades mercantis e lúdicas podendo, igualmente, referir-se à sede do poder político e jurisdicional.

Para Raphael Bluteau é um lugar público, plano e espaçoso, onde se realizam feiras e jogos. Fazendo-o equivaler ao fórum, identifica as transações de bens alimentares como a sua principal vocação[1209].

Significado idêntico ao que lhe atribui o *Diccionario de la lengua española da Real Academia Española*[1210]: lugar largo e espaçoso dentro de um povoado, onde afluem várias ruas, se vendem mantimentos e se celebram feiras, mercados e festas públicas. A estas funções acrescia o exercício da justiça, como refere Sebastián de Covarrubias, no seu *Tesoro de la Lengua Castellana,* de 1611[1211]. A realidade francesa, por seu turno, é descrita por Jean Nicot, no *Thresor de la langue française*[1212], de 1606: "*un lieu subdial et à descouvert sans bastimens, et se prend tantost pour le rez de chaussée, Solum. Et tantost pour le lieu destiné au marché. Et ores le lieu où le peuple d'une ville s'assemble aussi pour autres occasions que pour acheter et vendre, Platea*".

As referências elencadas parecem indicar que, no decorrer da Idade Média, o termo praça associou à característica de espaço desafogado uma maior complexidade funcional, passando a designar o local onde, por excelência, confluía a atividade mercantil, política, judicial e lúdica. Não sendo atividades novas no mundo urbano, tal facto reflete que, em cronologia mais recuada, a sua realização ocorreria em locais designados por terminologia diferente.

Quando, no contexto dos primeiros séculos da Baixa Idade Média Portuguesa, se procuram referências ao espaço urbano correspondente ao descrito verifica-se que, com esta mesma aceção e, particularmente, com a vocação mercantil assumidamente marcada, se utilizou com acentuada frequência uma outra terminologia. Efetivamente,

---

[1207] Isidoro de SEVILLA, *Etimologias*, texto latino, versión española y notas por Jose Oroz Reta y Manuel A. Marcos Casquero, vol. II, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1982-1983, p. 231.

[1208] Luís CERVERA VERA, "Algunas definiciones urbanísticas y arquitetónicas de San Isidoro de Sevilla", *Anales de la Historia del Arte*, 4, *Homenaje al Prof. Dr. D. José Maria de Azcárate*, Madrid, Universidad Complutense, 1993-1994, p. 75.

[1209] Raphael BLUTEAU, *Vocabulário Portuguez e Latino*, Coimbra, Colégio das Artes, 1712-1728, p. 150-151.

[1210] *Diccionario de la lengua española* (1780), Real Academia Española, 22ª ed., 2001.

[1211] Refere que do facto dos juízes exercerem a sua atividade na praça, decorre o costume de designar as sentenças por "*plaças*" e o ato de convocar a justiça para a praça por "*emplaçar*". Sebastián de COVARRUBIAS, *Tesoro de la lengua castellana, o española*, Madrid, Luis Sanchez, 1611.

[1212] *Thresor de la langue françoyse, tant ancienne que moderne de Jean Nicot* (Paris, David Douceur, 1606) http://portail.atilf.fr/cgi-bin/dico1look.pl?strippedhw=place&dicoid=NICOT1606, capturado em 16 de março de 2008.

uma sondagem documental revela que, até ao século XIII, termos como foro[1213], *mercatorum* ou açougue (*azougue*) foram os vocábulos preferencialmente utilizados para designar o local de trocas.

Era como *foro regio*, *phoro regi* ou *forum regis*[1214] que, em Coimbra, se denominava a parte inferior do eixo comercial que, da porta de Almedina, levava à Sé Velha, ou seja, o espaço correspondente ao atual *Quebra-Costas*. Era também como *foro veteri* ou *forum vetus* que, em Santarém, se nomeava a Praça Velha, na freguesia de S. Nicolau, correspondente ao primitivo centro da vila ultrapassado, a partir do século XIII, por Marvilla[1215].

Note-se como, em ambos os casos, os centros denominados por fórum eram os primitivos, seguramente já existentes em época anterior à reconquista cristã. Tudo indica, efetivamente, que o *foro regis* de Coimbra corresponderia ao *souk* islâmico — na prática, a principal zona comercial da cidade que, embora sob o domínio islâmico, não deixava de constituir um importantíssimo centro moçárabe, facto que pode ajudar a explicar a permanência da terminologia latina. A mesma cronologia pré-reconquista é atribuída por Ângela Beirante ao velho centro de Santarém, enquanto ponto de maior vitalidade de uma povoação que, herdada dos visigodos e dos hispano-romanos, viria a ser moldada em período muçulmano[1216]. Para as áreas urbanas que as substituíram — e que assim as tornaram "velhas" — em consolidação e crescente protagonismo no século XIII, não se recorreu já à denominação de fórum.

Quando, nas mesmas datas, se utilizou em Coimbra o termo *platæ* foi para designar a posterior rua das Fangas e atual Fernandes Tomás que, rente à muralha, ligava a Porta de Belcouce ao Fórum[1217]. Paralela a esta, mas pelo exterior do muro, a rua dos Francos[1218]

[1213] Torres Balbás cita o Repartimiento de Mallorca onde umas vezes praça é denominada por "*platea"* ou "*platee"*, "*y otras eruditamente, foro. Probabelmente estas ultimas serían los zocos y lugares especialmente consagrados al comercio*". Leopoldo TORRES BALBÁS *Cidades hispano-musulmanas*, p. 300. Em França, na cidade de Etampes, no século XII, o mercado novo, concedido por Luís VI, é denominado como *forum novum*. L. GARCIA DE VALDEAVELLANO, *El mercado en León y Castilla durante la Edad Media,* p. 204.

[1214] A. G. Rocha MADAHIL, "Documentos para o estudo da cidade de Coimbra na Idade Média", *Biblos,* IX-XI, 1933-35, respetivamente doc. XCIX (1172), CIV (1173), CVI (1174) e CX (1179). Walter ROSSA, *Diver-Cidade*…, p. 381. Também José Pinto Loureiro faz referência a um destes documentos, embora datando-o (erradamente) de 1085. J. Pinto LOUREIRO, *Coimbra no passado, IX Centenário da Reconquista cristã de Coimbra*, vol. I, Coimbra, Câmara Municipal, 1964, p. 53.

[1215] Em 1245 por morte de D. Gontinha a igreja de Marvilla recebe uma "*domum sub foro veteri"* Maria Ângela BEIRANTE, *Santarém Medieval*, p. 73; Maria Ângela BEIRANTE, "Espaços públicos nas cidades portuguesas medievais: Santarém e Évora", p. 67 e 69. Também em Salamanca existia o "*foro veteri", "açoge vieio"* ou *"zoc velo",* localizado intramuros, logo após o ingresso na cidade pela porta principal do rio, perto da catedral, numa situação em tudo idêntica à de Coimbra. TORRES BALBÁS, "La Edad Media", p. 146. Os mercados, as praças ou as ruas em que decorria a atividade comercial, bem como as portas da muralha e as igrejas imediatas, designavam-se com o nome árabe romanceado de "*zoco"* ou "*azogue"*: em Segóvia, o local extramuros do mercado era o azoguejo. A praça frente à fachada principal da catedral de Burgos chamava-se "*del Azogue"*. Uma das oito portas do recinto medieval de Valladolid era a "*del Azoguejo"*. TORRES BALBÁS, "La Edad Media", *Resumen historico del urbanismo en España,* p. 148.

[1216] Maria Ângela BEIRANTE, *Santarém Medieval*, p. 73.

[1217] Leontina VENTURA, "Coimbra medieval. 1. A gramática do território", *Biblos*, LXXVI, *1ª parte da Miscelânia em honra do Doutor Salvador Dias Arnault, Estrutura de Poder*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2000, p. 20.

[1218] Conhecida também por Rua das Tendas, a partir de 1400 por Calçada e atualmente por Rua Ferreira Borges.

seria também designada por *platea Francorum*[1219]. Muito mais do que no caso anterior, a acentuada largura desta artéria, atingindo os cerca de nove metros[1220], justificava a utilização do termo na exata aceção que Isidoro de Sevilha lhe atribuíra.

Significativas são as denominações das igrejas de Santa Maria de Elvas e de Montemor-o-Novo, na segunda metade do século XIII, respetivamente como *Santa Maria de Foro* ou *Santa Maria do Azougue*[1221], por caracterizarem, justamente, a utilização simultânea dos vocábulos *foro*, de origem etimológica latina e *azougue*, do árabe hispânico *assúq*, decorrente, por sua vez, do árabe clássico *sūq*[1222], como sinónimos de mercado.

A utilização do termo foro que se encontra em Coimbra, Santarém e Elvas, no decorrer dos séculos XII e XIII, reportando invariavelmente a um local de forte dinâmica urbana, marcado por uma firme presença da atividade mercantil[1223], remete, desde logo, para uma linha de continuidade relativamente à tradição latina, que importa aqui explorar.

No mundo romano, para além de *mercatus* ou *emporium* (este último utilizado geralmente como sinónimo de entreposto ou porto comercial), é, sobretudo, como fórum que se identifica e denomina o espaço de comércio. É a importância que durante muito tempo a atividade mercantil teve no fórum que explica a razão porque o *forum romano*, o primeiro da cidade de Roma, localizado na depressão das colinas do Aventino, Palatino e Capitólio, foi o local escolhido para guardar a *mensa ponderaria* ou tábua dos pesos e medidas da cidade[1224], tal como explica que aos locais de trocas especializadas existentes na mesma cidade se associasse, quase sem exceção, o mesmo termo, sendo disso exemplo o *Forum Vinarium, Forum Boarium, Forum Olitorium, Forum Suarium* ou o Forum *Piscatorium*.

Com o sentido original de espaço livre ou recinto cercado, os inícios do fórum encontram-se, justamente, num espaço vazio em torno do qual os mercadores instalavam as suas tendas. No seu processo evolutivo, o espaço que rapidamente se transformou no

---

[1219] As referências datam de 1241 e 1285. *Liber Aniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis (Livro das Kalendas)*, I, p. 154; II, p. 230.

[1220] Water ROSSA, *DiverCidade…*, p. 439; Luísa TRINDADE "A Praça e a Rua da Calçada segundo o Tombo Antigo da Câmara de Coimbra (1532)", p. 125-127. Relativamente à rua das Fangas, deve equacionar-se a possibilidade de, em datas tão remotas quanto estas, não existir ainda a correnteza de edifícios encostada à muralha. Com apenas uma frente edificada, seria bastante mais larga, o que explicaria o designativo de *platea*.

[1221] Fernando Branco CORREIA, *Elvas na Idade Média*, p 278 e p. 182-184. A. Banha de ANDRADE, *Montemor o Novo*, *vila regalenga*…, p. 39 e Jorge FONSECA, "A vila intramuros de Montemor-o-Novo. Contributo para o seu estudo", *Almansor*, *Revista de Cultura*, 11, Montemor-o-Novo, Câmara Municipal, 1993, p. 47. Em Medina del Campo, Benavente, Betanzos e Soria, as igrejas de S. João, na primeira e de Santa Maria, nas três restantes, tinham igualmente por apelido "*del Azogue",* pela celebração de mercados nas suas imediações. TORRES BALBÁS, "La Edad Media", p. 148.

[1222] Por sua vez resultante do aramaico *sūqā* e este do acádio *sūqu*. Em árabe hispânico o designativo de praça era *rahba* (*rihab* ou *rahbad* no plural) que, ao contrário de outros termos de origem árabe, não deixou vestígios na língua portuguesa, facto que provavelmente se justifica pela sua escassa importância na cidade muçulmana. As praças situavam-se, sobretudo, junto às mesquitas, caso das de Sevilha, Valência ou Córdova; o seu escasso número e as suas reduzidas dimensões ficam bem explícitas nas descrições cristãs feitas após a reconquista. TORRES BALBÁS, *Cidades hispano-musulmanas,* p. 295-298.

[1223] Na leitura que Leontina Ventura faz da documentação coimbrã identifica *forum regis* com *mercato regis*. Leontina VENTURA, "Coimbra medieval. 1. A gramática do território", p. 20.

[1224] Joel LE GALL, "Que faisait-on sur un Forum?", *Forum et plaza mayor dans le monde hispanique*, p. 22-26.

centro da vida urbana, congregou, para além do comércio (prática que encontrava o seu apoio logístico na basílica e nas *tabernæ*), a componente religiosa (cabendo frequentemente ao templo organizar e estruturar o eixo maior da praça), a justiça e os atos administrativos e eleitorais. Foi essa a descrição que dele fez Vitrúvio, no seu *De Architectura,* associando ao fórum — a praça propriamente dita, rodeada de pórticos, na tradição das *stoa* das *agorai* helénicas — um conjunto restrito de edifícios: a cúria, local onde reunia o senado, o erário, o cárcere e a basílica, espaço de mercado coberto e de exercício da justiça[1225] .

Inicialmente, e antes da maturação tipológica dos edifícios públicos de entretenimento, o fórum incorporava ainda a vertente lúdica, aspeto tido em conta por Vitrúvio ao explicar a forma e dimensões adotadas: um espaço retangular, com uma largura correspondente a dois terços do comprimento e intercolúnios espaçosos, facultando uma maior visibilidade do público que, resguardado nos pórticos envolventes, assistia aos jogos.

O fórum vitruviano, de finais do século I a. C., correspondia já a um estádio avançado do processo evolutivo que o espaço registou no decorrer do tempo: efetivamente, de uma área livre original, não construída, onde os mercadores se reuniam, avançou-se, a partir dos finais do século III a.C.[1226], no sentido da delimitação física do espaço, através do recurso a colunatas ou pórticos, para culminar, já na época imperial, no fórum do tipo bloco único, fechado sobre si próprio, onde o conjunto da praça, templo, lojas e basílica formavam um "edifício" monumental, de acentuada coerência formal e, em alguns casos, apenas acessível à circulação pedonal.

Ao mesmo tempo que evoluiu no sentido de uma maior rigidez formal, o fórum tendeu para o predomínio das funções políticas, judiciais, administrativas e religiosas, em detrimento da componente comercial. Como acontecera na *ágora* grega[1227], o mercado foi tendencialmente afastado, desaparecendo as *tabernæ* dos *fora* do século I. Se ainda conservava alguma ligação ao mundo do comércio, ela restringia-se cada vez mais a operações financeiras e monetárias, normalmente transações a cargo do estado.

Quando o fórum perdeu a componente mercantil, os locais de comércio especializado, de acordo com os exemplos atrás referidos, mantiveram em uso a terminologia. Resumindo, se o fórum não era já uma zona comercial, a zona comercial continuava a ser fórum.

Estes *fora* mercantis correspondiam a locais abertos, por oposição ao *macellum,* com o significado de mercado coberto, termo cujo rasto se encontra igualmente na documentação medieval portuguesa[1228].

Se o termo fórum foi utilizado em Portugal ao longo dos séculos XII e XIII para designar o espaço urbano onde se concentravam lojas ou tendas, o equivalente a *macellum*

[1225] VITRÚVIO*, Tratado de Arquitetura*, p. 176-180.

[1226] O processo de helenização introduz em Roma o modelo das grandes *ágoras* da Ásia Menor, influenciando decisivamente a conversão do fórum num espaço cerrado. Cristóbal GONZÁLEZ ROMÁN, *Roma y la urbanización del Occidente*, Toledo, Arco Libros, 1997.

[1227] Também na *ágora* grega a componente comercial tendeu progressivamente a ser excluída do espaço sagrado, facto sobretudo visível nas chamadas *ágoras* jónicas. Repare-se como, de resto, o termo *ágora* refletia na sua aceção etimológica a prioridade da função política: *agorioi* eram os deuses da *ágora* e exerciam prerrogativas políticas. Roland MARTIN, "Agora et Forum, ancêtres de la Plaza Mayor?", *Forum et plaza mayor dans le monde hispanique*, p. 7-21

[1228] "*Petri Thome qui moratur apud macellum de Marvilla*". Maria Ângela BEIRANTE, *Santarém Medieval*, p. 98, nota 87.

parece ter sido, no decorrer de toda a Idade Média e em toda a extensão geográfica do país[1229], o termo *azougue*, adotado por contaminação do árabe hispânico *assúq*. Corresponderia, na prática, a um mercado coberto com vários "*logares, mesas ou seedas...*", fixas ou de armar, para venda de produtos vários, ou seja, algo muito próximo do que ainda hoje entendemos por mercado.

Este entendimento do açougue como um edifício especificamente destinado à venda fixa de produtos alimentares, carnes, peixe e verças[1230], afasta-se do significado que lhe era atribuído na cidade islâmica, onde não designava um elemento urbano determinado mas, de forma genérica, o local de trocas — qualquer que fosse a sua localização, o caráter eventual ou permanente e o tipo de bens transacionados — e que parece ter sobrevivido nos reinos peninsulares vizinhos, já sob domínio cristão. Torres Balbás defende que a utilização do termo, na Espanha Cristã, foi aplicada de forma ampla, podendo referir-se a uma ou várias ruas, uma praça ou mesmo um bairro comercial[1231]. Da mesma opinião é Garcia de Valdeavellano para quem o açougue ou mercado permanente é "*… algo así como um barrio o plaza de tiendas y puestos para la venda...*"[1232].

Importa, por isso, com o recurso a exemplos diversos, caracterizar fisicamente o açougue tal como existiu em Portugal, pelo menos no arco cronológico que vai do século XIII ao XVI. Se expressões como *"... as paadeiras e pescadores... se metem en encoberto do açougue...*", "*toto homine qui mesa posiere in azougue de dia...*" ou "*quando ueeem marceyros de fora e armam sas tendas no açougue...*"[1233] remetem já para um espaço delimitado e coberto, são vários os exemplos que comprovam como, em Portugal, o termo açougue correspondia a um edifício ou construção concreta[1234].

Em 1395, os açougues de Pinhel[1235], situados junto ao muro da Alcáçova Velha, são descritos como sendo uma construção com cerca de 25 metros de comprimento onde, conjuntamente, funcionavam as "*faangas*". Em Elvas, os azougues velhos, em uso no decorrer dos séculos XIV e XV, continuavam a ser, em 1490 e apesar do

---

[1229] Apenas a título de exemplo, registam-se em Braga, Guimarães, Vila Nova de Cerveira, Lamego, Valhelhas (Guarda), S. Pedro do Sul, Coimbra, Leiria, Santarém, Lisboa, Évora, Setúbal, Terena, Tolosa e Faro. Torres Balbás afirma que a palavra *zoco,* enquanto designação de mercado, não se limitou às cidades de passado muçulmano, transitando para as de formação estritamente ocidental, onde se manteve com muito maior persistência do que nas primeiras. TORRES BALBÁS *Cidades hispano-musulmanas*, p. 323.

[1230] O regulamento dos açougues novos de Évora, de 1470, menciona todos os tipos de produtos vendidos no interior do edifício, tais como verças, enxercas, pescado, carne, frutas secas e verdes, citrinos, etc., explicitando, ainda, a forma como as bancas eram distribuídas: anualmente, no dia de S. João, o procurador e o escrivão da câmara tiravam à sorte o lugar de cada um dos vendedores. Gabriel PEREIRA, *Documentos Históricos da cidade de Évora*, p. 321. Explorados pelo rei ou pelo concelho, as transações realizadas no açougue pagavam o imposto de açougagem a um funcionário próprio, o *açougueyro*.

[1231] TORRES BALBÁS *Cidades hispano-musulmanas*, p. 323.

[1232] L. Garcia de VALDEAVELLANO, *El mercado en León y Castilla durante la Edad Media*, p. 72.

[1233] Gama BARROS, *História da administração pública em Portugal…*, vol. 2, p. 156.

[1234] Que é, na verdade, o significado que Rafael Bluteau atribui ao termo, embora então já especializado na venda de um só produto: o de casa pública com um ou mais talhos onde se vende carne. Rafael BLUTEAU, *Vocabulario portuguez e latino...,* p. 104. O mesmo aconteceria com as fangas (ou fanegas), denominação do mercado especializado de cereais e legumes secos, cujo nome decorria da medida de seis alqueires com que eram transacionados os referidos produtos.

[1235] "Tombo da Comarca da Beira", p. 281-282.

mau estado de conservação, considerados como "*hus dos bõos e milhores deste Regno*"[1236]. A construção de um novo edifício, de algum porte e dividido por arcadas em várias naves, ocorreu já no reinado de D. Manuel, embora apenas concluído em torno de 1555[1237].

Também em Évora as referências registadas desde o século XIII remetem, invariavelmente, para edifícios, o primeiro, acanhado, junto à igreja de S. Pedro, o segundo, instalado no antigo templo romano[1238], o terceiro, já no reinado de D. Duarte, junto aos paços régios, na Praça de Alconchel[1239].

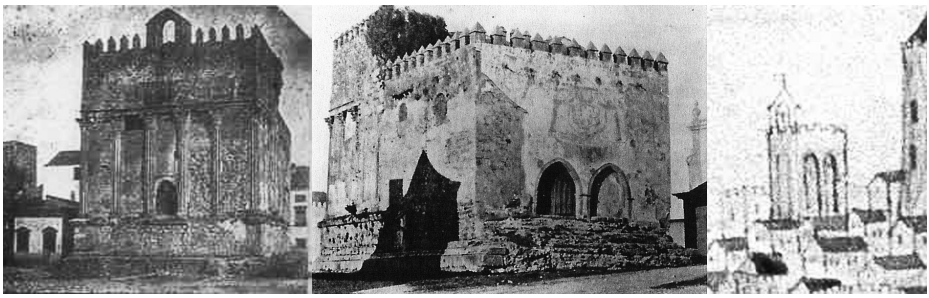


Fig. 59 Évora: vestígios da adaptação do templo romano a açougue (fotografias do séc. XIX) e pormenor da iluminura do Foral Novo de Évora, de Duarte de Armas (1501)

De inícios de Quinhentos[1240], são os casos de Coimbra, Beja e Braga, onde, para além da possibilidade de entrever o espaço, fica bem evidente o cuidado que este tipo de equipamento mereceu por parte das autoridades que, para a sua edificação, recorreram a arquitetos de renome e com provas dadas ao serviço da coroa: o de Coimbra, entregue por D. Manuel a Diogo Boutaca[1241]; o de Beja, mandado edificar, em meados

[1236] Dados relativos aos açougues de Elvas podem encontrar-se em Fernando Branco CORREIA, *Elvas na Idade Média*, p. 279; Victorino de ALMADA, *Elementos para um Diccionario de Geographia e Historia portugueza. Concelho d'Elvas e extinctos de Barbacena, Villa-Boim e Villa Fernando*, tomo I, Typ. Elvense, Elvas, 1888, p. 40-43; *Capítulos do Concelho de Elvas apresentado em Cortes,* prólogo de Pedro A. d'Azevedo, Elvas, 1914.

[1237] É possível que também o edifício dos Açougues de Montemor-o-Novo se organizasse da mesma forma. Banha de ANDRADE, *Breve História das ruínas do antigo burgo e concelho de Montemor-o-Novo*, p. 17.

[1238] A adaptação do antigo templo romano a açougue é visível na representação da cidade incluída no foral de 1501, da autoria de Duarte de Armas. As transformações, também captadas por fotografias oitocentistas, dariam ao edifício o ar de família que partilha com outros equipamentos urbanos congéneres: corpo compacto, coroado por ameias, aberto ao nível térreo por arcadas.

[1239] Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média*, p. 457-458.

[1240] Por esta mesma altura, em Castro Marim, o visitador da Ordem de Cristo ordena que se faça "*huua casa d'açougue que seja ao menos de dez covados de longo e de seis em largo em vãao*", porque deste tamanho era o açougue que o comendador mandara derrubar, sem autorização, "*pera despejo da dicta praça e entrada do dito castello*". Pedro DIAS, *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510*: *aspetos artísticos*, Coimbra, Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1979, p. 168.

[1241] Pedro DIAS, *A arquitetura de Coimbra na transição do gótico para a renascença 1490-1540*, Coimbra, 1982, p. 52-53; Walter ROSSA, *DiverCidade…,* p. 574; Luísa TRINDADE, "A Praça e a Rua da Calçada segundo o Tombo Antigo da Câmara de Coimbra", p. 132-133.

do século XVI, pelo Infante D. Luís, supostamente com traça de Diogo de Torralva[1242]; o de Elvas, erguido sob orientação de Francisco de Arruda[1243].

É, no entanto, o edifício dos açougues "*da carne e do peixe*", de Braga, projetado e construído no âmbito da reforma urbanística desencadeada por D. Diogo de Sousa, que permite visualizar em pormenor a estrutura da construção e, consequentemente, o seu funcionamento: "*huns asougues pera pescado de longo da rua muj compridos e anchos* […] *e tem dentro quatro mesas grandes de pedra postas cada hua sobre dous pilares, toda esta obra de pedraria muy bem lavrada e sobre cada mesa hum tirante com dous ferros pera terem a ballança ao pesar do pescado...*"[1244].

Finalmente, também a legislação em vigor comprova o sentido diverso do termo se comparado com o que vigorava na cidade islâmica ou em Castela: nas cortes de 1331, D. Afonso IV interditou a colocação de tendas e bancas à porta dos açougues, justificando a medida por embargarem as ruas[1245]. Em Portugal, se ruas e largos receberam o designativo de Açougues, foi porque aí se situava o edifício em causa, de que Lisboa constitui caso paradigmático. Mas não parece ter sido utilizado "à moda hispânica", onde *Azogueio* (Segóvia e Valladolid), *Azoque* (Zaragoza) ou *Açoch* (Valência) corresponderam a topónimos de zonas urbanas, independentemente de serem ruas, pequenas praças, espaços junto às portas, bairros, campos e descampados[1246], numa aceção, como vimos já, muito mais próxima do original islâmico[1247].

Por último, ainda em torno deste tema, importa referir a forma como ocuparam, quase sem exceção, uma localização de absoluta centralidade, junto dos principais edifícios religiosos. Aliás, repare-se como as igrejas de Santa Maria têm, por regra, correspondência física com a antiga mesquita muçulmana, em torno da qual se situava o *suq* islâmico, caso típico de Coimbra, Elvas ou Montemor-o-Novo[1248], o que explica que, após a Reconquista, quando a mesquita aljama foi cristianizada sob a invocação da Virgem, o topónimo de *suq*/açougue permanecesse associado. Já sob enquadramento cristão, manteve-se a vocação do local como centro de culto e de trocas comerciais.

[1242] Rafael MOREIRA, "Do "Modo" Gótico ao Maneirismo", *História da Arte Portuguesa,* dir. Paulo Pereira, vol. II Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p. 352 . Se o edifício não chegou a desempenhar a função para a qual foi inicialmente pensado, foi apenas porque o infante considerou "*o grande edifício de pedra que mandei fazer para o matadouro na praça, o qual Deus parece ter desejado tão belo quanto mal aproveitado era para tão baixa função*".

[1243] Vide bibliografia indicada na nota 1236. A autoria, ou pelo menos orientação das obras do edifício do açougue pode explicar-se pela simultaneidade com que decorriam as obras de edificação da Matriz de Nossa Senhora da Assunção, iniciada em 1517, sob traça de Francisco de Arruda.

[1244] Documento publicado por Rui MAURÍCIO, *O mecenato de D. Diogo de Sousa, Arcebispo de Braga, 1505--1532*, vol. II, p. 295.

[1245] Gama BARROS, *História da administração pública em Portugal…*, vol. 2 p. 162, nota 3.

[1246] L. TORRES BALBÁS *Cidades hispano-musulmanas*, p. 323.

[1247] O *zoco* central partia frequentemente da mesquita, alinhando-se a partir dela até uma das saídas da cidade. Comportando várias ruas, os artesãos organizavam-se por ofícios. VICENTE-MAZARIEGOS-EIRIZ, "La ciudad hispanomusulmana: organización social y formalización urbana", *Urbanismo e Historia Urbana en el mundo hispano, Actas del Segundo Simposio*, Tomo II, Madrid, Universidad Complutense, 1985, p. 749-764; TORRES BALBÁS, *Cidades hispano-musulmanas*, p. 295.

[1248] Jorge FONSECA, "A Vila intramuros de Montemor-o-Novo. Contributo para o seu estudo", p. 32.

Uma vez verificada a importância que o comércio revestiu no que pode ser considerado o espaço seminal da praça, parece-nos relevante analisar os diversos formatos (tempos e locais) que esta atividade assumiu na cidade medieval, indissociáveis entre si, como veremos, no próprio processo evolutivo.

Tendas

Para além dos açougues e fangas, a cidade medieval contava com arruamentos especialmente vocacionados para a atividade comercial: no intramuros, ligando duas das portas, ou nos arrabaldes, tangentes à cerca e nas proximidades dos principais acessos. Aí se juntavam tendas e oficinas, associando, num mesmo local, as valências de produção e venda dos mais diversos produtos. Frequentemente denominadas como *Direita*, *das Tendas* ou dos *Mercadores*, foram também apelidadas de rua dos Francos, denunciando, através da origem dos comerciantes, movimentos migratórios, tantas vezes promovidos pelas próprias autoridades que assim tentavam povoar e desenvolver o território recentemente conquistado. *Ruas dos Francos* registam-se em Coimbra, Guimarães[1249] e Braga[1250] mas também em Astorga, Burgos, Jaca, Sanguesa, Pamplona, Estella ou León, entre tantos outros exemplos possíveis[1251].

A esta tipologia associava-se uma outra, mais difusa: a existência do trato doméstico disperso por todo o tecido urbano. Em tabuleiros, poiais ou simplesmente no chão, de janelas e portas abertas, a cidade, no seu todo, transformava-se num local de trocas. Efetivamente, ainda que de forma condicionada, as populações residentes (os vizinhos) eram autorizadas a vender os seus produtos onde bem entendessem, sendo a obrigatoriedade de venda no mercado apenas imposta aos homens de fora[1252]. O caso de Coimbra é, sob este aspeto, esclarecedor: em meados do século XIII, quem quer que tivesse árvore de fruta podia vender à porta de sua casa, permissão que se estendia aos cereais, mel e azeite da sua lavra[1253]. Às regateiras com casa própria, autorizava-se o comércio de manteiga, azeite, mel, vinagre, castanhas, nozes, cominhos, pimenta, açafrão, ovos, alhos e cebolas. Esta liberdade não era, todavia, generalizada a todos os concelhos: os costumes de Castelo-Bom, Castelo Rodrigo e Castelo-Melhor, determinavam a venda exclusiva no mercado, mesmo aos seus próprios vizinhos[1254], postura naturalmente justificada pelo controlo que se pretendia exercer sobre a qualidade das mercadorias e tributos a cobrar[1255].

[1249] Gama BARROS, *História da administração pública em Portugal…*, vol. 2, p. 148.

[1250] Saul GOMES, "Imigrantes e emigrantes", *Portugal em definição de fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, p. 375.

[1251] TORRES BALBÁS, "La Edad Media", p. 71.

[1252] Tal era o sistema que vigorava nas vilas que seguiam os costumes de Santarém, Évora e Beja. Oliveira MARQUES, "A circulação e a troca de produtos", P*ortugal em definição de fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, p. 507.

[1253] Virgínia RAU, *Feiras medievais portuguesas...*, p. 177-180.

[1254] Gama BARROS, *História da administração pública em Portugal…*, vol. 2, p. 156.

[1255] Iria GONÇALVES, "Defesa do consumidor na cidade medieval: os produtos alimentares (Lisboa-séculos XIV-XV)", *Um Olhar sobre a Cidade Medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996, p. 100-101 e p. 113.

Feiras e mercados

Paralelamente a este comércio permanente, a maior parte dos núcleos urbanos contava com mecanismos de transação periódica, as feiras e os mercados.

Se as feiras portuguesas foram pormenorizadamente estudadas por Virgínia Rau[1256], o mesmo não acontece com o mercado, instituição para a qual não existe nenhum trabalho especifico[1257], pese embora a relevância da matéria. Continua, por isso, a ser de consulta obrigatória o já clássico estudo de Luís Garcia de Valdeavellano[1258] onde, de resto, o caso português é frequentemente abordado.

Embora nem sempre a documentação diferencie explicitamente os diferentes tipos de trocas[1259], mercados e feiras distinguem-se entre si pela periodicidade e escala ou âmbito das transações efetuadas.

Enquanto o mercado diário, cujos principais mecanismos analisámos anteriormente, tende a suprir o abastecimento da comunidade local de bens alimentares de primeira necessidade, o mercado semanal alarga o seu raio de ação aos habitantes das regiões limítrofes, implicando um sistema de trocas organizado entre o campo e a cidade. Para além de abastecer os habitantes do núcleo de tudo aquilo que não produzem, permite-lhes, simultaneamente, escoar a sua produção artesanal por entre os moradores das cercanias que, de livre vontade ou de forma compulsiva, aí acorrem.

No caso das feiras, e variando consoante o intervalo temporal que as separava, (quinzenais, mensais, anuais), a sua atuação estendia-se a um âmbito territorial muito mais vasto, onde o trato, por grosso mais do que a retalho, abrangia mercadores de regiões distantes e produtos das mais diversas proveniências.

Se bem que nem sempre acontecesse, o mais comum era que as três valências referidas — fixo, semanal e anual — coexistissem nas localidades de alguma dimensão. Arronches, por exemplo, no reinado de D. Dinis, completava o abastecimento diário no açougue com o mercado de domingo e a feira anual, realizada nos últimos quinze dias de maio[1260].

Ao contrário da localização central dos açougues, os mercados semanais e as feiras decorriam nos mais diversos locais, sem que se possa, sequer, apontar uma tendência preferencial pelo espaço intra ou extramuros.

[1256] A primeira edição de *Feiras medievais portuguesas. Subsídios para o seu estudo* é de 1943. A edição que aqui seguimos é da Presença de 1983.

[1257] A única exceção é a breve síntese de Oliveira Marques, "Mercados", *Dicionário de História de Portugal*, dir. de Joel Serrão, vol. IV, Porto, Livraria Figueirinhas, 1985, p. 269-271. O estudo de H. Baquero MORENO intitulado "O mercado na Idade Média (o caso de Torre de Moncorvo)", *Estudos de História de Portugal, séculos X-XV*, Estampa, Lisboa, 1982, foca, como o próprio título indica, especificamente o caso de Torre de Moncorvo.

[1258] Luís Garcia de VALDEAVELLANO, *El mercado en León y Castilla durante la Edad Media*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 1975.

[1259] D. Afonso III, após ordenar que a feira de Lisboa se realizasse nas suas casas junto à alcáçova, permitiu, em 1273, que o concelho fizesse a feira onde quisesse, um dia por semana, como tinha sido costume no tempo do seu pai e avô. O uso indiferenciado da terminologia fica bem patente na expressão utilizada no documento: *"... feiram que uocatur mercatum*" Gama BARROS, *História da administração pública em Portugal…,* vol. 2, p. 158.

[1260] Virgínia RAU, *Feiras Medievais Portuguesas*, p. 100.

Dependente das características do próprio local — desde logo do espaço necessário à sua realização[1261] e da facilidade de acessos ou proximidade às vias de comunicação terrestres e/ou fluviais — registam-se junto a ermidas, como em Monsanto, no interior dos castelos, caso de Lamego e Guimarães, ou junto às suas portas, como ocorria em Miranda do Douro. Noutras localidades decorriam ao longo de uma rua mais larga, como chegou a acontecer na rua Formosa, no Porto. Frequentemente, utilizavam-se campos, chãos e rossios, por natureza espaços amplos e livres de edificações: em Beja, a feira realizava-se no chão da Corredoura, em Vouzela ou Évora, nos rossios[1262].

Mas a localização podia ser determinada por outras lógicas que não a da acessibilidade ou dimensão do espaço, constituindo, por exemplo, uma resposta especificamente direcionada para a resolução de problemas de repovoamento de áreas em abandono. Por isso, contra o que seria de esperar, os locais planos e próximos das vias de comunicação foram frequentemente preteridos a favor do interior dos circuitos muralhados, das zonas altas e de "*má serventia*", forçando dinâmicas de ocupação que, afastado o período de guerra endémica, naturalmente se extinguiam[1263].



Fig. 60 Caçarelhos (Terras de Miranda). Local da feira com alpendre e poiais de pedra

Na maior parte dos casos, uma esplanada ou um terreno vago — rossio ou terreiro — era quanto bastava para a realização da feira, erguendo tendas móveis, cravando no

[1261] Veja-se, por exemplo, a sugestiva descrição de Sanchez-Albornoz sobre o mercado de Léon, onde a ampla esplanada, a numerosa afluência e o bulício são vivamente caracterizados. Claudio SÁNCHEZ-ALBORNOZ, (1965), *Una ciudad de la España cristiana hace mil años,* Madrid, Rialp, 1998, p. 30-56. Para o caso português destacam-se os trabalhos de Maria Helena da Cruz COELHO, *A feira de Coimbra no contexto das feiras medievais portuguesas*, Inatel, 1993; Maria Helena da Cruz COELHO, "Bragança medieval em tempos de feira e de festa", *Brigantia, Revista de Cultura*, vol. XIV, nº 3/4, 1994.

[1262] Todos os exemplos foram coligidos em Virgínia RAU, *Feiras Medievais portuguesas*. Para o caso de Évora, veja-se Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média*, p. 456.

[1263] Coimbra, Montemor-o-Novo, Elvas e Santarém são alguns dos muitos exemplos possíveis.

solo troncos que cobriam com panos ou ramagens[1264] para proteção das mercadorias expostas em bancos, cestos ou simplesmente no chão. A verdade é que, com o tempo, surge a preocupação de prover esses locais com um número mínimo de equipamentos tais como alpendres, boticas e chafarizes que, ao mesmo tempo que apoiavam a atividade dos mercadores, constituíam um rendimento acrescido para as vereações, através do arrendamento de lugares. É disso exemplo um documento relativo à feira de Vouzela, datado da última década do século XIV: "*E pera a dicta feira seer mjlhor e mais honrrada* […] *Mandamos vos fazer no Resio* […] *huu bõo alpendre grande de hua parte e da outra em que se uendam as dictas mercadorias* […] *E per a dicta feira seer mais honrrada e aquelles que a ella vierem teerem onde dar agoa aas suas bestas a perto de ssy mandaamos vos que façades hi fazer o dicto chafriz e fazede abrir cano e correger per tal guisa que venha a e lagoa aauondo*..."[1265].

Em 1456, o concelho de Lamego pedia ao rei a cedência de um terreno, no rossio da cidade, para mandar fazer "*boticas*". A renda que daí revertesse permitiria ao concelho "*fazer hi hua boa feyra*"[1266]. Em Torre de Moncorvo existiam alpendres e chafariz para "*rrepairo dos dictos mercadores*"[1267]; em Montemor-o-Novo, o Livro da Vereação de 1443, determina que as vendedeiras "*ao dia de feira venham armar suas tendas no Alpendre*"[1268]; na Guarda, o alpendre mandado fazer pelo rei incluía seis tendas que o Almoxarife arrendava em dia de feira[1269].

Lenta e progressivamente, o espaço da feira vai sendo apetrechado de equipamentos e arquiteturas essenciais à vocação comercial. O processo acelera-se no século XV. Curiosamente, é a mesma cronologia em que se assiste ao declínio das feiras, em Portugal, o que pode ter uma relação direta com o aparecimento e consolidação da praça: o mercado errante e sazonal é progressivamente substituído pelo comércio fixo e permanente.

O problema foi claramente enunciado por Virgínia Rau: "*a preponderância das feiras diminuiu com a estabilização da atividade comercial em vilas e cidades privilegiadas, onde o comércio se fixou — a noção de mercado desaparece perante a noção de praça comercial. Logo que a segurança e os privilégios que lhe pertenciam se estenderam a um país inteiro, que o acréscimo dos meios de transporte fez desaparecer o comércio errante e o substituiu pelo comércio permanente, que apareceram as lojas e se intensificou o comércio marítimo, a feira declina em proveito das bolsas. As exigências de uma vida económica mais evoluída não podem ser satisfeitas por um mecanismo intermitente. Atinge-se o ponto final de uma linha evolutiva: o comércio permanente*"[1270].

[1264] SÁNCHEZ-ALBORNOZ, *Una ciudad de la España cristiana*..., p. 41.

[1265] *Chancelarias portuguesas, D. João I*, vol. III, tomo 1, f. 27, p. 121-122.

[1266] Virgínia RAU, *Feiras Medievais portuguesas*..., p. 103.

[1267] Baquero MORENO, "O mercado na Idade Média ...", p. 319.

[1268] A. Banha de ANDRADE, *Festas e feiras em Montemor-o-Novo,* Lisboa, ed. do Grupo de Amigos de Montemor-o-Novo - Academia Portuguesa de História, 1984, p. 57.

[1269] "Tombo da Comarca da Beira", p. 323. Também para Alcochete existem referências ao alpendre do concelho, localizado na praça onde já existia a estalagem e o açougue. Maria Ângela BEIRANTE, "Alcochete, vila-berço de D. Manuel. Administração, economia e forma urbana (séculos XV-XVI)", p. 76.

[1270] Virgínia RAU, *Feiras Medievais portuguesas*..., p. 40.

Embora em Portugal, como nos restantes reinos ibéricos e certamente por influência muçulmana, o mercado diário tenha surgido de forma precoce — de que os açougues e as referências a dinâmicas mercantis estáveis incluídas em cartas de foral dos séculos XI e XII são prova irrefutável[1271] — a verdade é que o período de declínio das feiras, os meados do século XV[1272], corresponde ao florescimento da praça onde, por entre um conjunto alargado de funções, o comércio desempenha um papel preponderante.

Se o termo foro ou fórum desaparece da documentação a partir do século XIII — coincidindo justamente com o período em que a utilização do latim é preterida a favor da língua vernácula — e o termo açougue é utilizado para denominar um edifício específico, importa perceber qual o vocábulo utilizado em Portugal, a partir de então, para designar o espaço onde se desenrolava a atividade comercial "de levante", diária ou sazonal.

Desde logo mercado, do latim *mercātus,* termo que se mantém ao longo dos tempos e se regista desde cedo nas cartas de foral, referido conjuntamente com o *concilium* e a igreja, os três momentos/lugares da vivência urbana onde a manutenção da ordem requeria uma proteção especial[1273].

Outro termo porém, foi preferencialmente utilizado, encontrando-se por toda a documentação e de norte a sul do país: a praça.

A praça como ação/função

As primeiras referências que se encontram na documentação ao termo praça são já de inícios do século XIV e permitem afirmar, de forma inquestionável, que o vocábulo é então aplicado como sinónimo de mercado.

Pelo caráter fundamental que reveste para a análise da evolução do termo e do seu significado, vale a pena elencar detalhadamente alguns dos casos.

Sobressai, em primeiro lugar, a ligação da praça à rua, como se se tratasse de uma ação que ocorre num espaço, e não a referência a dois espaços urbanos distintos: em 1309, em Évora, refere-se a "... *rua da praça hu fazem os tauoleiros*..."[1274], em Lisboa,

[1271] Para Garcia de Valdeavellano o açougue "*es una fase decisiva en la evolución hacia ese comercio permanente, constituy ya un conjunto de tiendas permanentemente instaladas y a las que se acude diariamente para efetuar transaciones*". Garcia de VALDEAVELLANO, *El mercado en León*, p. 70. Da mesma opinião é Oliveira Marques para quem "*no Portugal cristão o sistema de mercado nunca constituiu novidade revolucionária*". Oliveira MARQUES, "A circulação e a troca de produtos", *Portugal em definição de fronteiras. Do condado Portucalense à crise do século XIV*, p. 503.

[1272] De acordo com a periodização proposta por Virgínia Rau, a "*partir de meados do século XV notam-se indícios reveladores de uma próxima decadência provocada pela evolução natural de um comércio que perdia o seu caráter periódico e errante*". As feiras "*deixaram de ser os únicos, ou os mais importantes centros de tráfico; as cidades e vilas, desenvolvendo-se e prosperando, serviam mais adequadamente os interesses económicos da comunidade*". Virgínia RAU, *Feiras Medievais portuguesas...,* p. 168.

[1273] Nos forais do tipo Salamanca e Ávila é constante a imposição de multa no caso de ferimentos feitos em reunião do concelho, no mercado ou na igreja. Gama BARROS, *História da administração pública em Portugal…*, vol. 2, p. 153.

[1274] *Chancelarias portuguesas: D. Pedro I (1357-1367),* f. 39-39v., p. 160.

a "*rua da praça da palha*"[1275], em Santarém, a "*rua da praça de sam njcollao*"[1276], em Ponte de Lima e Castelo Mendo, a "*rua da Praça*"[1277].

À localização na rua associa-se a forma como a sua deslocação é frequentemente equacionada. Veja-se a situação descrita para a Guarda, em 1364, sobre a "... *praça que he a par da jgreia de sam Vicente dessa cidade* […] *e diziam que outrossi o mudamento dessa praça era grande desenparamento dessa cidade e danoso aos camjnhantes que per hi pasauam porque a praça de sam Vicente estaua em na rua per que uãao os que per essa cidade pasam E a praça de sancta Maria esta alongada da dicta Rua e em lugar nom camjnhante...*"[1278],.

Igualmente esclarecedora é a referência à praça de Lamego, situada à porta da vila e realizada desde tempo antigo, que agora se "*desfaz*", pelo facto de os mercadores preferirem vender os produtos à porta das suas casas, em detrimento do local tradicionalmente afeto ao comércio de pescado e pão, entre muitos outros géneros[1279].

Dos exemplos aduzidos, vincando a ocorrência na rua, a possibilidade de deslocação ou desaparecimento, constata-se que o que está em causa, na utilização comum do termo, é a ação/função e não o espaço em si mesmo[1280].

Não admira, por isso, que Jorge Fonseca ao estudar a vila de Montemor-o-Novo e mais concretamente a freguesia de Santa Maria da Vila, descreva como a maior incógnita de toda a estrutura urbana da vila a tão frequentemente denominada "*praça*"[1281] ou "*praça Velha*", "*espaço em relação ao qual — apesar de supostamente central e ao que tudo indica agregando nas proximidades a igreja, a cadeia, o pelourinho, o açougue e a casa da câmara — não se encontrou, até hoje, qualquer vestígio*". Facto que só faz sentido, como o próprio autor sublinha, caso o termo praça fosse utilizado como sinónimo de mercado ou açougue[1282].

[1275] *Chancelarias portuguesas: D. Duarte*, Vol. I, Tomo 2, f.125v., p. 35-36.

[1276] *Chancelarias portuguesas: D. Duarte,* Vol. III, f. 80v., p. 453.

[1277] Amélia Aguiar ANDRADE, *Um Espaço Urbano Medieval: Ponte de Lima*, p. 22; Margarida Tavares da CONCEIÇÃO, "Castelo Mendo: a partir de um espaço urbano medieval", *Beira Interior. História e património, Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior*, Guarda, 2000, p. 303.

[1278] Rita Costa GOMES, *A Guarda medieval, 1200-1500*, p. 51-52 Confirmando a ideia de que o termo praça não se referia ao espaço em si mas à ação de mercadejar, veja-se como no tombo das propriedades régias, elaborado em 1395, o local volta a ser referido a propósito do alpendre onde o monarca tem seis tendas, "... *o qual esta no canpo da eygreia de Sam viçente*". "Tombo da Comarca da Beira", p. 323.

[1279] Virgínia RAU, *Feiras Medievais portuguesas*..., p. 104, nota 1.

[1280] Em 1385-1392 o monarca doa dois "*térreos que nos auemos em a dicta cidade* [de Lisboa] *que som a par dos açougues onde talham a carne que som no camjnho que uai djreito dos açougues pera alfandega* […] *e os aiam pera ssi daqui em diante como dicto he com entendimento que nom façam em ellas casas nem tendas mais que seiam per a praça da dicta cidade e nom pera outra cousa*". *Chancelarias portuguesas: D. João I*, vol. II, tomo 1, f. 21, p. 103. "... *que no dicto lugar se faça e possa fazer daquj en diante cada terça feira mercado no arraualde e praça do dicto moesteiro* [de Arouca] *com todollos moradores do dicto Julgado". Chancelarias portuguesas: D. João I,* Vol. II, Tomo 2, f. 97, p. 122.

[1281] Confirmando esta aceção da praça como mercado, Banha de Andrade refere um documento, de junho de 1485 (ainda que sem mencionar a fonte), segundo o qual D. João II determinava que a praça ou açougue então em construção estivesse pronta até janeiro seguinte, a fim de aí se poder vender "*todo o pam, pescado e fruitas e todos outros mantimentos e cousas que se acustumam de vender nas praças dos lugares*". A. Banha de ANDRADE, *Breve História das ruínas do antigo burgo e concelho de Montemor-o-Novo*, p. 18.

[1282] Jorge FONSECA, "A vila intramuros de Montemor-o-Novo..., p. 46-47.

Nesta mesma linha destaca-se a carta régia, de 1413, referente a Évora, pela qual o monarca reclama como seu o chão "*a que chamavam a praça dalconchel*". A leitura atenta do documento, contudo, demonstra existir no discurso régio uma clara destrinça entre duas realidades distintas: o chão ou terreiro, por um lado, a praça por outro. Razão por que ambos são sistematicamente referidos — chão e praça ou terreiro e praça —, sendo que, relativamente ao terreiro, se indicam as benfeitorias que o concelho abusivamente fizera, elencando-se, no que toca à praça, os direitos devidos ao rei por cada bem transacionado[1283]. A praça era, uma vez mais, uma ação que decorria num determinado espaço, sem que uma se confundisse com o outro.

É exatamente com esta aceção que se justifica o uso do termo com caráter genérico, como se verifica nas seguintes circunstâncias: isenção "*das coisas que venderem em praça e em no terreiro*"[1284] ; "*... uender pam E outras mercadias em praça per almoteceiria...*"[1285]; "*... que o dicto reeo andaua defamando dela per praças E lugares...*"[1286] ou por último, "*... que faça lançar pregoees* […] *per concelhos e praças das billas e lugares da comarca...*"[1287].

Curiosamente, a utilização de praça como sinónimo de mercado não ocorre em nenhum outro país. Se, independentemente do quadro geográfico, a praça é invariavelmente associada ao mercado, como uma das suas funções principais, o termo não foi aplicado em sua substituição.

Quanto ao paralelismo verificado em Portugal, e sem provas documentais concretas, poderá equacionar-se a possibilidade de ter existido, na origem, uma influência franca com a adoção da expressão *place du marché*[1288] — sítio do mercado, este último entendido como ação de mercadejar, troca e não como *locus.* De uso corrente, a evolução do termo poderá ter ditado um processo de contração com a queda de *marché* e a manutenção simples de *place* ou praça, o sítio por excelência do mercado. Fica a hipótese.

Qualquer que seja a origem, a utilização permanece atual, razão pela qual, ainda hoje, em português corrente, se utiliza a expressão ir *à praça* com conotação de compra e venda, seja de mercado de víveres, seja de mercado financeiro.

Tudo isto parece indiciar o que as reconstituições possíveis da cidade medieval portuguesa apontam: a existência, desde cedo, de um espaço de mercado, a par da inexistência de praça, enquanto espaço físico; na realidade, para que o mercado se realize, qualquer que seja a sua tipologia, basta um terreiro, um chão, um rossio, um adro ou um largo[1289]. Basta, em última análise, uma rua.

Salvo raras exceções,[1290] até aos finais do século XIV, é em vão que se procuram no interior da urbe espaços centrais e expressamente pensados como vazios, ou seja, sem

---

[1283] Gabriel PEREIRA, *Documentos Históricos da cidade de Évora*, p. 237-238.

[1284] *Chancelarias portuguesas: D. João I*, Vol. I, Tomo 2, f. 118, p. 162.

[1285] *Chancelarias portuguesas: D. Duarte,* Vol. III, f. 33v., p. 203.

[1286] *Chancelarias portuguesas: D. Duarte,* Vol. III, f. 79v., p. 446.

[1287] *Chancelarias portuguesas: D. Duarte*, Vol. III, f. 9, p. 61.

[1288] Na primeira edição do *Dictionnaire de L'Académie française*, de 1694, place é definido como "*Lieu, espace qu'occupe ou peut occuper une personne, une chose. "Place marchande", é o local "commode pour vendre de la marchandise. Si vous voulez vendre, mettez-vous en place marchande, choisissez une place marchande*".

[1289] Largo no sentido literal de um alargamento da(s) via(s), uma vez que o termo é totalmente omisso na documentação medieva.

[1290] Caso de Évora e Elvas onde a construção de uma segunda cintura de muralhas no reinado de D. Afonso

caráter residual e de perímetro minimamente configurado. Se tal facto pode ser demonstrado nas cidades preexistentes, de passado romano, visigótico ou islâmico, melhor se comprova nas cidades de fundação onde o "programa" original nunca a inclui, como vimos em capítulo anterior. Por ora, importa compreender como a situação se alterou.

Com o avançar da Idade Média e com a complexidade crescente da vida urbana, a praça, no sentido atual do termo, iniciou um processo de consolidação até atingir, na passagem do século XV para o XVI, um papel preponderante no plano urbano. Na maior parte das situações registadas, o processo de formação da praça enquanto espaço físico ocorreu, justamente, no local onde desde há muito se realizava o mercado, conferindo ao vocábulo um carácter ambivalente: a partir de então, a praça/mercado passou a decorrer na praça/elemento formal do espaço urbano.

Sendo embora um processo diluído no tempo, é a partir de inícios do século XV que a documentação indicia novas preocupações com o espaço que gradualmente se configura em praça. Como processo gradual que é, o significado primitivo permanece em uso, a par do novo, tornando-se, por vezes, difícil afirmar com segurança qual o sentido atribuído ao vocábulo. O que não deixa margem para dúvidas, é a nova atitude para com o espaço em si. Honrado, nobre e formoso são os adjetivos que justificam os derrubes de casas, as indemnizações aos proprietários ou os pedidos que, em crescendo, as vereações dirigem ao poder central, solicitando a cedência de um espaço, a autorização para a construção de um alpendre ou de um chafariz ou as verbas necessárias à edificação de um qualquer equipamento público.

Para o reinado de D. João I, elencam-se os casos de Lisboa, Ponte de Lima e Óbidos, no primeiro cedendo tendas ao concelho "… *pera a praça* [do Pelourinho] *da dicta çidade sseer mais fermosa*"[1291]; no segundo, autorizando o derrube de casas com vista à ampliação do espaço para a construção da nova igreja matriz frente à qual existia "... *hua muy booa praça com huu chafaria todo muito sollenne* ..."[1292]. Repare-se que o espaço conseguido destinava-se à igreja, sendo a praça pouco mais do que um adro alargado. Afinal, a "*booa praça*" que o documento refere era ainda o mercado propriamente dito[1293].

No caso de Óbidos, o alargamento do adro da igreja de Santa Maria foi também feito à custa do derrube de casas e pardieiros, devidamente autorizado pelo monarca e tendo como contrapartida a indemnização dos proprietários. A construção de novos edifícios, exclusivamente permitida em redor da praça, indicia uma nova conformação espacial, mais desafogada e própria da centralidade do espaço onde continua a realizar-se o mercado. Mas uma vez mais, parece ser a ele que o termo diretamente respeita. Na realidade, se a interpretação do documento de 1411 onde se refere que "*o prior do hospital fez fazer hua praça*" poderia ser dúbia, o tombo

IV, associada à urbanização em extensão dos novos espaços protegidos, determinou a centralização geográfica do antigo rossio periférico.

[1291] Iria GONÇALVES, "Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia", p. 21

[1292] Amélia Aguiar ANDRADE, *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*, p. 22.

[1293] O que explica que, tal como no caso de Montemor-o-Novo atrás citado, Amélia Aguiar Andrade ao estudar Ponte de Lima não tenha encontrado a referida praça, mas tão só a "*rua da praça*", concluindo que talvez nunca se tenha concretizado, tendo sido "*mais sonhada do que consumada*". Amélia Aguiar Andrade, *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*, p. 22.

concelhio esclarece que a "*Praça noua*" é, na realidade, a designação que dão ao alpendre que o concelho tem no adro[1294].

Se o termo continuava a significar o mercado, a verdade é que, como no caso de Ponte de Lima, o espaço em causa vai reunindo progressivamente todo um conjunto de atividades vitais ao funcionamento do centro urbano. Da mesma forma que no adro de Santa Maria de Óbidos estava instalado, desde finais do século XIV, o Paço do Concelho, junto à igreja matriz de Ponte de Lima encontrava-se, desde 1380, a Casa da Câmara, em cuja proximidade se acrescentaria, por volta de 1412, o edifício dos açougues[1295].

Em meados do século, a referência a praças torna-se recorrente na documentação trocada entre monarcas e concelhos. Alegando o rápido aumento populacional, as vereações — a iniciativa parece partir sobretudo da administração local — requerem o alargamento dos antigos espaços de mercado, a construção de novos equipamentos e a conformação do edificado envolvente.

Coimbra, é disso exemplo. Se já em 1406, D. João I doara ao concelho uma metade de casa na "*praça aa porta do adro da igreija de Santiago* […] *porquanto seu deseio he de acrecentarem na dicta praça e a fazer mayor*"[1296], o processo de configuração do espaço balizado entre as igrejas de S. Bartolomeu e S. Tiago continuou no período em que o Infante D. Pedro encabeçou o ducado de Coimbra. É disso prova a carta que dirigiu à câmara da cidade, no ano de 1437, como bem notou Walter Rossa[1297]. Nela afirma ter tomado conhecimento da demolição compulsiva pelo município de uma casa que "*estava na praça* […] *per portaria que vos da minha parte foy dada*". Embora achando "*bem feito de aditta casa seer derribada*", entende e ordena que seja feita uma "*outra aacusta do concelho hi acerca da praça em alguum lugar que vos pareça geitoso*", para ser dada como compensação ao proprietário.

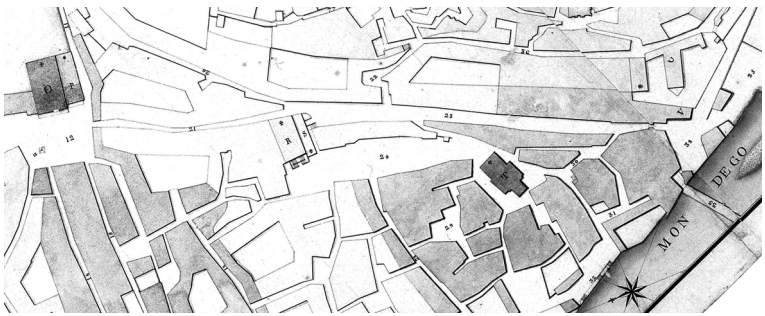


Fig. 61 Coimbra: Praça Velha (pormenor do "*Mappa Thopografico da cidade de Coimbra com a divizão das antigas freguesias*", finais do séc. XVIII, IPCC, Cat. de Cartas Antigas da Mapoteca 391)

[1294] Sobre o caso de Óbidos veja-se *Chancelarias portuguesas: D. João I*, vol. III, tomo 2, f. 129, [III-826], p. 261--262 e Manuela Santos SILVA, *Óbidos Medieval, Estruturas Urbanas e administração concelhia*, Cascais, Patrimonia, 1997, p. 56-57.

[1295] Amélia Aguiar ANDRADE, *Um Espaço Urbano Medieval. Ponte de Lima*, p. 22.

[1296] *Chancelarias portuguesas: D. João I*, vol. III, tomo 2, f. 91, p. 106-107.

[1297] Walter ROSSA, *DiverCidade...*, p. 442-443; Luísa TRINDADE, "A Praça e a Rua da Calçada segundo o Tombo Antigo da Câmara de Coimbra…" , p. 131.

Relevante é o facto de esse mesmo espaço ser alvo de uma acentuada concentração de equipamentos públicos num curto espaço de tempo: em 1398, faz-se referência aos açougues novos; em 1419, surge a primeira notícia ao pelourinho; em 1437 as demolições já referidas e, finalmente, em 1442, o concelho assume a necessidade de fazer obras na casa "*que antygamente foy feita pera a feira e paaço do concelho*", ao mesmo tempo que erguia um novo edifício de apoio à feira anual[1298].

Em Coimbra, nestes primeiros anos do século XV, a preocupação com os espaços públicos não se limitou à praça da cidade. Num processo paralelo ao régio e concelhio, o prior de Santa Cruz, D. Afonso Martins, regularizava o adro fronteiro à igreja do mosteiro, alargando-o e dotando-o de dois chafarizes. Recorde-se como, para além de ponto nodal no tecido urbano, de espaço de sociabilidade, paragem obrigatória do pregoeiro e assento de tabeliães, o adro funcionava, simultaneamente, como mercado ou "praça" onde os crúzios comercializavam os excedentes agrícolas das suas propriedades[1299].

A crescente atenção aos espaços "centrais", a par do caráter ambíguo da denominação, é igualmente visível em Faro, em meados do século. Com efeito, quando nas cortes de 1444[1300] a cidade requer ao Infante D. Pedro uns chãos para erguer um alpendre, o qual "*sera mujto honrrosa cousa a esta billa. Porque açerca dos dictos acougues e faamgas e paaco do Conçelho todos juntamente E que se hordenara homrrada praça segundo mujto perteeçe a este lugar …*", o intuito final do concelho parece ser o da conformação de um espaço central — uma praça — onde confluíssem os principais equipamentos e serviços da vila. O que acontece, porém, é que, como o próprio requerimento explica, o alpendre serviria para que "*comtinuadamente possam uender as uerçeiras e paadeiras suas uendas apartadamente asi em jnuerno como em uerãao porque em bista delles mujto acerca se hordena a feira No tempo da carregaçom Em que os mercadores uendem seus panos e mercadorias…*", pelo que, mais uma vez, pode questionar-se se o termo praça não continua a ser (apenas) indicativo de mercado, referindo-se a ordenação não ao espaço mas à posição relativa das vendedoras, como era, de resto, prática comum nas posturas medievais e modernas.

Ou porque o projeto não fosse avante, ou porque a cidade necessitava de um outro espaço congénere, anos depois, em 1464, voltava a solicitar-se, agora a D. Afonso V, umas "*terecenas pera fazerem praça pera vendedeiras*", o que o monarca defere dando-lhes "*lugar que eles possam madeirar da derradeira parede da parte de fora a outra acerqua pera fazerem alpender e ajam o chãao todo daly atee barreira pera fazerem praça e nam pera outra cousa alguua*"[1301].

Como temos vindo a sublinhar, em torno do mercado congregava-se, naturalmente, um conjunto de equipamentos congéneres como a *casa de ver o peso*, onde os mercadores aferiam medidas e pesos, os edifícios de apoio à feira, os açougues e as fangas. Estes últimos, por sua vez, ao serem diretamente explorados e fiscalizados

[1298] *Indice chronologico dos pergaminhos e foraes existentes no Archivo da Câmara Municipal de Coimbra...,* p. 37. Sobre as várias notícias glosadas, veja-se Walter ROSSA, *DiverCidade*..., p. 443, 458-461 e 573.

[1299] W. ROSSA, *DiverCidade*..., p. 477.

[1300] Documento publicado por Alberto IRIA, *O Algarve nas corte medievais portuguesas do século XV (subsídios para a sua história),* Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1990, p. 220-226.

[1301] IANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 8, f. 119-119 v., publicado por Amândio BARROS, "Alterações urbanísticas em Faro e Olivença na 2ª metade do século XV", p. 171.

pelo poder concelhio surgiam, quase invariavelmente, nas proximidades, ou até mesmo no próprio edifício da Casa da Câmara, como veremos no capítulo seguinte. A cadeia de interdependências não fica por aqui. Na realidade, a inclusão da casa das audiências, onde o juiz ouvia os presos e queixosos, no mesmo edifício camarário, reclamava a proximidade do pelourinho, símbolo e local da aplicação da justiça[1302]. Em torno da Casa da Câmara, do espaço de exercício de justiça e do local onde se contratavam gentes, serviços e bens, estabeleciam-se, naturalmente, os tabeliães.

Ou seja, por questões de eficácia, mas também pela procura de uma maior visibilidade e protagonismo, a localização dos diversos equipamentos funcionava de acordo com o que pode definir-se como lei da atração. Tendo por matriz o mercado, o desenvolvimento e a intensidade crescente da vida urbana materializada, por exemplo, na fixação do comércio intermitente ou na sedentarização e multiplicação das sessões camarárias em sedes fixas, acabou por justificar a aglutinação dos vários equipamentos num mesmo espaço.

A partir do século XVI, aos equipamentos já referidos juntou-se a cadeia, o hospital, a Misericórdia. Se a tudo isto associarmos o desejo emergente e transversal de enobrecimento da urbe, compreende-se facilmente o protagonismo que a praça adquiriu no contexto das transformações urbanas de finais da Idade Média.

Para fechar o quadro de exemplos correspondentes ao período de regência do Infante D. Pedro, importa questionar, seguindo o raciocínio de Walter Rossa[1303], se a construção do edifício dos Estaus, em Lisboa, não terá sido o primeiro passo na reconfiguração do rossio em "*Praça do Rossio*". Na realidade, até meados do século XV, o espaço em causa constituía ainda uma área de cultura intensiva de produtos agrícolas, embora despontassem já os primeiros sintomas de urbanização, identificáveis, por exemplo, na crescente substituição de almuinhas por casas[1304]. Neste processo de configuração dos limites da praça, teve um papel decisivo a construção da imensa mole do Hospital Real de Todos-os-Santos, no reinado de D. João II.

Nesta segunda metade da centúria, as vereações em exercício colocaram a questão da praça na ordem do dia, sucedendo-se as notícias, umas atrás das outras. Em Olivença, datam de 1462 as primeiras notícias conhecidas que testemunham o crescimento da vila para fora das muralhas. Numa carta de fevereiro daquele ano, dirigida a D. Afonso V, a vereação oliventina informava que o espaço intramuros se encontrava mais povoado "*que grandes tempos havia que nunca fora e não tinha já na vila onde fazer casas*". Como tal, solicitava autorização para tapar parte da cava que rodeava exteriormente a muralha, para sobre ela construir novos edifícios. Como forma de pressionar o assentimento régio lembravam, nessa mesma missiva, que já tempos antes o monarca havia concedido permissão para que todo o espaço da cava, desde a igreja da Madalena até à entrada da sinagoga, "*fosse atupida e feita em Praça*

[1302] A justiça, audição, julgamento e castigo, eram matéria pública, assentando parte da sua eficácia na espetacularidade do ato. As Ordenações Afonsinas determinavam que todo aquele que desse falso testemunho fosse açoutado publicamente, na praça, junto ao pelourinho. *Ordenações Afonsinas*, liv. V, tit. XXXVII, prag. 4.

[1303] W. ROSSA, *DiverCidade*..., p.520.

[1304] Iria GONÇALVES, "Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia", p. 20-23.

o que era grande formusura, honra e vantagem desta vila". Na Praça foram erguidos os novos Paços do Concelho[1305].

Também em Silves, nos inícios da década de setenta do século XV, e escudando-se uma vez mais com o crescimento populacional[1306], os procuradores do concelho entenderam ser seu dever introduzir melhorias, pelo que pediram a D. Afonso V a cedência de algumas propriedades régias e o derrube de outras, para *"...alagar (sic) huum luguar que há a porta da uylla em maneira de praça*"[1307] .

Dispersos por todo o país, se bem que maioritariamente relativos às cidades do litoral, onde o florescimento do comércio marítimo tornava o crescimento mais acentuado, os exemplos demonstram como, a partir dos últimos anos do século XIV, ou seja, com o advento da Dinastia de Avis e prolongando-se por todo o século XV, as cidades portuguesas afirmaram urbanisticamente a sua determinação em aglutinar as principais funções urbanas. Para tal, sobretudo por iniciativa concelhia, mas sempre dependente da autorização e auxílio dos monarcas, ampliaram-se os adros, expropriando e derrubando os edifícios que tornavam o espaço acanhado, dotando-o de alpendres, fontes e chafarizes, edificando novas casas da câmara. Melhorias que, quase sem exceção, foram justificadas pelo crescimento das urbes e pela vontade de enobrecer um espaço que cada vez mais se assumia como o de representação das próprias cidades.

De finais da centúria e decorrente da conjugação de esforços da coroa e do concelho, data o "*refazimento*" da Praça da Ribeira[1308], no Porto, parcialmente destruída pelo incêndio de 1491. A reconfiguração da praça "*per cordel e linha*" e assente no princípio já tantas vezes referido de enobrecimento do local, implicou o arranjo das vias de acesso, a definição da tipologia arquitetónica — casas alicerçadas em esteios, com sacadas — bem como uma nova calçada que teria por modelo a da rua Formosa[1309].

Que a configuração dos limites da praça constituiu uma preocupação do concelho, prova-o a forma como se empenhou, no decorrer dos anos seguintes, na edificação de casas que preenchessem os espaços ainda ermos, cerzindo a linha do edificado; ao mesmo tempo, mantinha uma fiscalização apertada sobre o uso do espaço, vendo-se

---

[1305] Rui Rosado VIEIRA, *Centros urbanos no Alentejo fronteiriço. Campo Maior, Elvas e Olivença, (de inícios do século XVI a meados do século XVII)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, p. 121-122. Documento publicado por Amândio BARROS, "Alterações urbanísticas em Faro e Olivença na 2ª metade do século XV", p. 173-174.

[1306] Maria Helena da Cruz COELHO, "O Portugal quatrocentista: um reino de onde partiram povoadores para os Açores", *Revista Portuguesa de História*, t. XXXI, vol. I, Coimbra, Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1996, p. 129; Alberto IRIA, *O Algarve nas corte medievais portuguesas do século XV…*, doc. 9.

[1307] Documento publicado por Maria de Fátima BOTÃO, *Silves capital de um reino medievo*, p. 142. A anuência do monarca ficou registada no livro do Almoxarifado de Silves que tem início, justamente, com a descrição das cinco tendas "*logo açerca da porta da uilla"* que já nada rendem pois "*fez el Rey dela merçe aa cidade para a praça*". *Livro do Almoxarifado de Silves*, pref. de Umberto Baquero Moreno, transcr. de Maria José da Silva Leal e José Garcia Domingues Silves, Câmara Municipal, 1984. p. 13 -15 e p. 30.

[1308] Maria Adelaide Millan COSTA, "O refazimento da Praça da Ribeira em finais de qatrocentos", *Um mercador e autarca dos séculos XV-XVI: o arquivo de João Martins Ferreira*. Catálogo da Exposição comemorativa da classificação do Porto como Património Cultural da Humanidade, Porto, Arquivo Distrital, 1996, p. 31-34.

[1309] Sobre o papel modelar da rua Formosa, extravasando mesmo a própria cidade, veja-se Iria GONÇALVES, "Uma realização urbanística medieval: o calcetamento da Rua Nova de Lisboa", *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996, 117-137.

obrigado, logo em 1497, a mandar retirar tabuleiros, tabernáculos e alpendres, pois embargavam a área de circulação e projetavam sombras sobre os espaços de transação[1310].

Embora este processo date já da última década do século XV importa, para o nosso propósito, sublinhar que o que está em causa são obras de "*refazimento*", não de raiz. A verdade é que tudo indica que este espaço se tenha conformado na sequência da abertura e caseamento da rua Nova que, correndo paralela ao rio, articulava todos os espaços ribeirinhos[1311]. O que justifica que, a partir de 1401, surja referenciado como praça, em vez de simplesmente "*Ribeira*" ou "*rossio da Ribeira*" [1312]. Acresce que a denominação de "*rossio da Ribeira*" denuncia ainda o caráter ruralizante e pouco edificado do local, onde, por isso mesmo, se realiza a feira. Voltamos ao advento da dinastia de Avis, mas voltamos, também e sobretudo, a uma praça / mercado.

Na realidade, o grande projeto joanino para a cidade do Porto fora a abertura da rua Nova (atual rua do Infante D. Henrique) e o seu respetivo caseamento, cujos trabalhos, embora iniciados ainda antes de 1395, se prolongariam até finais do terceiro quartel do século XV[1313]. Com este projeto, D. João I alcançava dois objetivos essenciais: não só estruturava toda a zona ribeirinha, dos Codeçais a Miragaia, como criava o mecanismo financeiro de que a coroa necessitava para concretizar a compra do senhorio da cidade ao bispo.

Retilínea e com um largura de praticamente 57 pés (cerca de 19 metros)[1314], a rua Nova ou Formosa deixava muito aquém as congéneres de Coimbra (rondando os 9 metros) e Lisboa (cerca de 12 metros) constituindo verdadeiramente uma *platea,* no sentido clássico e isidoriano do termo, em suma, uma rua larga e claramente direcionada. Importa, apesar disso, sublinhar que não foi à época denominada como tal, mas sempre como rua, apesar da sua centralidade em termos de funções: palco de festejos, procissões, de correr touros, assentamento de notários e tabeliães, etc. Quem, na realidade, a comparou a uma praça foi Pereira de Novais, já no século XVII[1315].

O que aqui importa realçar é como, contrariamente a outros casos, esta rua nunca foi denominada por praça, pese embora a importância do eixo, até como espaço de representação e afirmação do poder no panorama do Porto medieval. A verdade é que, no momento matricial, o mercado não esteve presente entre as funções que lhe

---

[1310] Maria Adelaide Millan COSTA, "O refazimento da Praça da Ribeira ...", p. 33-34.

[1311] José Ferrão AFONSO, "A construção de um novo centro cívico: notas para a história da Rua Nova e da zona ribeirinha do Porto no século XV", *Museu*, IV série, 9, 2000, p. 29-70. José Ferrão AFONSO, *A Rua das Flores no século XVI...,* p. 70-72.

[1312] No Rossio da Ribeira, que a documentação refere como local de venda de pescado e pão, e onde se "*descarregam e carregam as barcas e os baixees*" existia o "*paço da feira*". Rogério de AZEVEDO, *O Porto desde a Proto-história à época do Infante D. Henrique*, sep. de *Studium Generale*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, 1960, p. 39.

[1313] O primeiro documento que refere a rua Nova, isentando os pedreiros e carpinteiros que aí trabalhavam, data de 1395. Uma grande quantidade de aforamentos de casas na rua Formosa foram feitos entre os anos de 1414 e 1419. *Chancelarias portuguesas: D. João I*, vol. III, tomo 3, p. 157, 164, 166, 176 e 183 e vol. IV, tomo 1, p. 32, 35, 89, 92, 94, 103, 105, 122, 196 e 208. Alguns dos documentos referem a "*rua fremosa em que ora lauram*", comprovando o curso dos trabalhos na segunda década do século XV. *Chancelarias portuguesas: D. João I*, vol. III, tomo 3, p. 157.

[1314] Para uma análise da rua Nova no contexto do urbanismo português, veja-se W. ROSSA, *DiverCidade...*, p. 754-756.

[1315] Rogério de AZEVEDO, *O Porto desde a Proto-história* ..., p. 41-42.

foram destinadas. A sua consolidação, ou se quisermos, o seu caráter, foi, desde o início, residencial e comercial, mas de um comércio fixo, sediado nos pisos térreos dos edifícios que uniformemente a bordejavam. O mercado, ou em bom rigor "a praça", não foi contemplada e, se existem registos da feira aí se ter realizado, tal terá sucedido já em época posterior à consolidação da rua.

Sintetizando depois deste longo percurso, pode afirmar-se que quando, no século XII, se recorre ao termo *platæ,* quer-se com isso significar uma rua larga e não propriamente uma praça, e quando, no século XIV, se utiliza *praça* tal define ou caracteriza um espaço de mercado, mas não necessariamente um qualquer tipo urbanístico. O termo praça remete, por isso, para questões de ocupação e utilização, para a atividade que aí se exerce, não para uma tipologia urbanística ou para uma qualquer entidade abstrata e conceptual.

A mudança ocorrerá de forma lenta e progressiva no curso do século XV sendo, na esmagadora maioria dos casos, impossível identificar, de forma inquestionável, a exata aceção do termo.

No século seguinte pode considerar-se definitivamente concluído remetendo, a partir de então e até ao presente, para duas realidades distintas: mercado e elemento/tipo urbanístico.

É neste último sentido que apontam os casos do Funchal, de Vila do Conde e Setúbal, o primeiro da década de oitenta do século XV, os dois últimos já da centúria seguinte.

No primeiro caso, datado de 1485 e detalhadamente estudado por Helder Carita, importa realçar o papel decisivo que desempenhou D. Manuel, donatário da ilha. Por uma sequência de três cartas, em que demonstra uma determinação inabalável, fica patente a forma como conduziu o processo de configuração de um novo centro cívico, político e religioso no chão por ele cedido — o chamado *Campo do Duque* — reunindo "*por nobreza e honra da dita ilha* […] *a igreja e praça e Casa do Concelho*", o paço dos tabeliães, e a picota "*porque não ha-de estar senão na praça onde está em todos os lugares*"[1316].

No segundo caso, o intuito de configuração do espaço é ainda mais visível. Com efeito, quando em 1502 o monarca envia uma carta aos vereadores de Vila do Conde, com o "*regimento da maneira que se ha de fazer a igreja de Villa*"[1317], os termos não deixam já margem para dúvidas, desde logo, porque definidores das características formais dos diversos tipos urbanísticos distinguindo rua, adro e praça: "*... a porta principal dará para defronte dumas casas que se hão de derribar* […]. *Do lado da porta principal a igreja será afastada das casas 4 braças; e ao redor da igreja e da Capella ficarão despejadas 6 braças para adro. Entre a rua dos Mourilheiros e a rua da Cruz se fará uma rua que vá ter à travessa onde está o forno de Brás Eannes e irá romper da outra parte aonde for mais direito e terá* […] *braças de largo, as casas não sairão umas das outras e será direita. Nesta rua, defronte da porta principal se fará uma praça quadrada de 15 braças de lado, e a rua irá ter ao meio".*

[1316] Helder CARITA, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos…,* p. 49-50. José Pereira da COSTA, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal, século XV,* p. IX.

[1317] José Augusto FERREIRA, *Villa do Conde e o seu alfoz. Origens e monumentos*, Porto, 1923, p. 21-22.

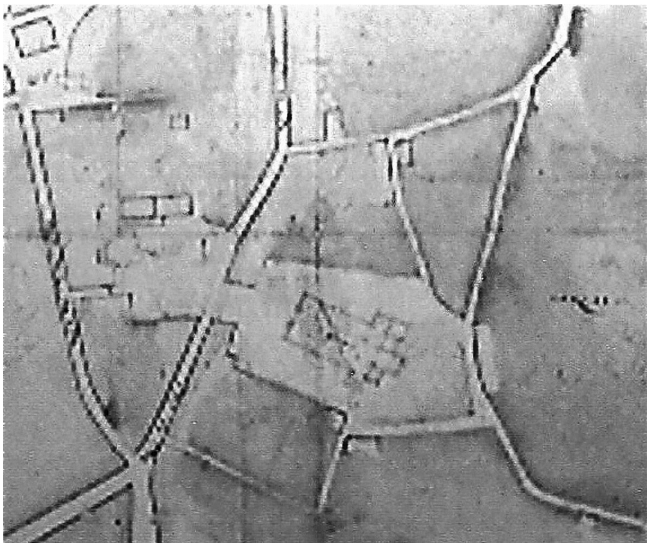


Fig. 62 Vila do Conde. Praça da igreja (pormenor da *Planta de Vila do Conde*, 1568-1570, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Coleção Barbosa Machado - CAM. 4-2, nº 1)

Por último importa referir o exemplo de Setúbal, o mais completo mas também o mais tardio e que analisaremos com maior detalhe no capítulo seguinte, no âmbito da evolução dos edifícios de gestão camarária. Trata-se, por iniciativa direta de D. João III, da transferência dos principais equipamentos urbanos — Casa da Câmara, cadeia, açougues e Paço do Trigo — até aí concentrados na praça da Ribeira ou dispersos pelo tecido urbano, para um local de maior desafogo, a praça da Fonte ou do Sapal cujas obras conformarão "*no milhor e mais nobre lugar da uila*"[1318]. Que a praça de Setúbal foi, à época, claramente entendida como um espaço urbano, concreto e diferenciado de todos os restantes, prova-o o imposto que, por ordem do monarca, recaía sobre todos os que aí residissem ou de cujas casas se pudesse avistar. A praça assumia-se como um espaço privilegiado[1319].

O percurso até agora realizado e os vários exemplos elencados, permitem compreender como o mercado teve uma importância determinante na fase inicial de definição da praça, ao ponto de com ela se confundir[1320]. Mas denunciam também como a sua cristalização surge estreitamente associada ao desenvolvimento e vitalidade das instituições municipais[1321], que de forma mais detalhada analisaremos no capítulo seguinte.

[1318] Teresa Bettencourt da CÂMARA, *A Praça do Sapal em Setúbal. Um estudo de urbanismo quinhentista*, Salpa, 1992, p. 83.

[1319] Documento publicado por Teresa B. da CÂMARA, *A Praça do Sapal,* p. 79-84.

[1320] Defendido por TORRES BALBÁS, "La Edad Media", p. 145 ou Lino ALVAREZ; COLLANTES DE TERAN; Florencio ZOIDO, "Plazas, Plaza Mayor y espacios de sociabilidad en la Sevilla intramuros", *Plazas et sociabilité en Europe et Amérique Latine*, p. 87.

[1321] Enunciada por Gautier Dalché "La place et les structures municipales en Vieille-Castille", p. 54-57; Pedro CHALMETA, "Les fonctions de l'agora-forum dans la cité arabo-musulmane", p. 17 ou Franco MANCUSO, "Piazza et plaza", p. 123-132; para o caso português veja-se Amélia A. ANDRADE; W. ROSSA, "La plaza portuguesa.

Importa, todavia, adiantar que, também neste aspeto, o século XV será um tempo particularmente decisivo.

A questão que aqui se coloca é que a praça enquanto elemento físico surgirá, apenas e quando, fruto de uma complexidade crescente, a vida urbana já não puder prescindir de um conjunto de equipamentos especificamente destinados a determinadas funções. Sendo um processo lento mas ininterrupto, a sua evolução é claramente marcada por um efeito centrípeto em que a presença de uns atrai, inevitavelmente, a aproximação de outros.

Adros…

Na origem de todo o processo encontra-se o adro das principais igrejas, catedral ou matriz, edifício de prestígio a que então nenhum outro fazia concorrência. Adro no sentido etimológico do termo latino, ou seja, *atrium* como espaço que precede, vestíbulo ou pórtico. A Idade Média utilizou recorrentemente o termo para designar o espaço fronteiro ou em torno de uma igreja, com função cemiterial, terreno aberto ou murado, sem outras especificações formais. Espaço sagrado tal como o próprio templo[1322], também chamado *circuitum, terminum* ou *dextro,* de dimensão definida, embora quase nunca cumprida pela sistemática aproximação do casario.

O facto de para aí convergirem obrigatoriamente as populações funcionou como um íman, atraindo todo um vasto conjunto de atividades: os inevitáveis açougues, (prolongando a velha tradição mesquita/*suq*), os alpendres dos mercadores, as reuniões dos homens-bons, numa primeira fase, o exercício da justiça ou as bancas dos tabeliães. Contra todas as prescrições da igreja[1323], o caráter sagrado do adro diluía-se no quotidiano, transformando o espaço funerário num local de convívio, palco de festividades, sagradas e profanas[1324]. Os adros das igrejas tornaram-se verdadeiramente no

---

Acerca de una continuidad de estructuras y funciones", *Catálogo da Exposição La plaza en España y Iberoamérica. El escenario de la ciudad*, Madrid, Museo Municipal de Madrid, 1998, p. 99-109.

[1322] De acordo com o concílio de Coyanza (1055) deveria ter setenta passos em redor. GARCIA GALLO, "El concilio de Coyanza", *Anuario de historia del derecho español*, T. XX p. 439-441. No artigo 5º da concórdia de 1427 referem-se "quarenta passos se for Igreja Cathedral, e se for meior, a trinta". Margarida Garcez VENTURA, *Igreja e poder no século XV*, p. 256-257; O direito de asilo começava no adro, também ele sagrado.

[1323] O conhecimento das formas de vivência nos adros tem nas condenações da Igreja uma das suas melhores fontes: em Coimbra e Elvas, em meados do século XIV, os juízes faziam audiências no interior dos templo, nos adros, "*ssobre os mojmentos*". *Indice chronologico dos pergaminhos e foraes existentes no Archivo da Câmara Municipal de Coimbra...*, p. 8. Que as condenações eram ineficazes, prova-o o Sínodo da Guarda que, em 1500, dedicava especificamente a esta questão uma das constituições, reiterando, sob pena de excomunhão, a proibição de juízes, escrivães e procuradores utilizarem para o seu ofício igrejas e cemitérios e interditando "*que nos ditos adros e cemitérios se corram e agarrochem touros...*". *Synodicon Hispanum,* (dir. António Garcia y Garcia), II, *Portugal*, por Francisco Cantelar Rodriguez, Avelino Jesus da Costa, António Garcia y Garcia, António Gutierrez Rodriguez, Isaías da Rosa Pereira, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1982, p. 263-264.

[1324] Adelaide P. Millán da COSTA, "O espaço dos vivos e dos mortos nas cidades da Baixa Idade Média", *O reino dos mortos na Idade Média peninsular*, dir. José Mattoso, Lisboa, Sá da Costa, 1996, p.178. O mesmo se verificava um pouco por toda a Europa. Relativamente a França, Le Goff refere que "*les cimetières intraurbains rappellent que les morts ont acquis droit de cité avec le christianisme et que ce sont des lieux de réunion*", "L'apogée de la France urbaine médiévale, 1150-1330", *La ville en France au Moyen Âge*, Paris, Seuil, 1998, p. 217. Sobre a função comercial, política e mesmo lúdica dos adros cemiteriais em França, veja-se Jacques HEERS, *La ville au*

que Jacques Le Goff caracterizou como zonas quentes do tecido medieval[1325]. Aquelas onde tudo acontece. Não admira, por isso, que quando se tornou inevitável a sedentarização da gestão política e administrativa em espaços próprios, a escolha de implantação tenha recaído sobre eles. E a casa da câmara arrastou consigo as fangas, as casas de ver o peso, os paços dos tabeliães, o pelourinho. "*Todos juntamente*", como pretendia a vereação de Faro, em 1444.

A breve trecho, foi necessário juntar outros equipamentos, mais recentes, e ainda em pleno processo de formação, como os hospitais "centrais", as misericórdias[1326] e até as cadeias. O que na maior parte dos casos se revelou incompatível com os velhos e acanhados adros.

Razão pela qual o passo seguinte foi, inevitavelmente, a deslocalização destes centros. Nos casos em que se atingiu o ponto de rutura, sobretudo nas cidades do litoral onde o crescimento se fazia sentir de forma mais intensa, a escolha natural recaiu sobre os terreiros e rossios fora de portas. Fenómeno que Walter Rossa sugestivamente denominou como "*nova centralidade*" e que, desde então, tem sido sistematicamente utilizado pela historiografia da especialidade ainda que, como o próprio autor reconhece, "*por simplificação, mas com injustiça tendemos a identificar apenas com o reinado de D. Manuel*"[1327]. É que a grande transformação da imagem urbana que tal processo tem implícita estava já há muito em curso. O modelo de centro estava criado e vinha sendo testado desde os inícios da dinastia de Avis atingindo, na transição do século XV para o XVI, o seu ponto culminante. Ao crescimento populacional — recorde-se que, efetivamente, só a partir da década de 1470 a curva demográfica entrou verdadeiramente em ascensão — associava-se, então, uma maior disponibilidade financeira do poder central para o sempre reclamado apoio às construções que a conjuntura tornava agora possível erguer de raiz. As preocupações estéticas com a cidade traduzidas em expressões como "*orgulho e nobreza*", que vimos ocorrerem um pouco por todo o reino, ao longo do século XV, encontravam, finalmente, a sua expressão material na reorganização dos novos espaços. Respondendo aos anseios das cada vez mais restritas elites concelhias, a coroa utilizou de forma consciente e dirigida

---

Moyen Âge, p. 388 e seg. No sínodo de 1534, Gutierre Vargas de Carvajal, bispo de Plasencia, reiterava o caráter sagrado e solene do espaço de enterramento: "... *Y porque somos informados que en la mayor parte deste nuestro obispado los çiminterios de las iglesias sirven de plaças publicas de los lugares donde corren toros y juegan canas y* […] *se ponen personas tratantes a vender y comprar, estatuimos y mandamos que todos los çiminterios de todas las iglesias deste nuestro obispado se çerquen de dos tapias en alto, de manera que esten extintos de los lugares publicos*". Maria do Rosario BASTOS, "Prescrições sinodais sobre o culto dos mortos nos séculos XIII a XVI", *O reino dos mortos na Idade Média peninsular*, dir. José Mattoso, Lisboa, Sá da Costa, 1996, p.110.

[1325] Jacques LE GOFF, "La ville médiévale", *Histoire de la France urbaine*, dir. George Duby, tomo II, Paris, Seuil, 1980, p. 224.

[1326] A reforma manuelina dos estabelecimentos de assistência tradicionais, concentrando ou centralizando o conjunto de serviços, meios e rendas dispersas e de eficácia muito limitada, resultou na criação de edifícios de porte significativo, preferencialmente erguidos nos espaços de maior centralidade urbana, de que é exemplo o Hospital Real de Coimbra, situado na atual praça Velha. No que toca à generalização das misericórdias note-se como no curto período que medeia entre 1498 (data em que D. Leonor institui a Misericórdia de Lisboa) e 1525 (data da sua morte), se assiste à fundação de sessenta e uma instituições, uma das quais em Goa. Sobre as misericórdias, veja-se Isabel dos Guimarães SÁ, *As misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Livros Horizonte, 2001.

[1327] W. ROSSA , "A cidade portuguesa", *História da Arte em Portugal*, p. 260-263.

a oportunidade para projetar de si própria uma imagem forte, inerente a um Estado cada vez mais centralizado. A concentração dos referidos edifícios num espaço amplo, agora sim, claramente assumido como uma praça, possibilitou, pela primeira vez na história do urbanismo português, a criação de cenários estudados, onde a implantação, a volumetria e o léxico decorativo da nova casa da câmara — e a relação que estabelecia com os restantes equipamentos[1328] — se assumia como peça central do discurso imagético.

… rossios, terreiros e campos

Espaços (ainda) desafogados, quase só existiam fora de portas. Denominados como terreiros[1329], rossios[1330] ou campos[1331], remetem, em qualquer dos casos, para espaços abertos, planos e amplos, originalmente sem edificações. Maioritariamente fora dos povoados mas nas proximidades das portas, são quase sempre coincidentes com os principais eixos de circulação territoriais, que os cortam tangencialmente. Menos frequentemente, surgem no interior das cercas, residuais e segregados em relação à malha viária urbana.

Embora a distinção entre os vários termos esteja longe de ser clara e, em última análise, todos signifiquem espaços amplos e por edificar, de natureza comunitária, pode-se especular, com base em referências documentais, sobre uma eventual especialização, sobretudo no caso do terreiro e do campo. No primeiro caso, surge frequentemente associado a um edifício específico que o tutela e com o qual desenvolve uma relação de dependência funcional. Em breve, aliás, a sedimentação do conceito associará àquelas uma relação formal. Peça essencial à representatividade e visibilidade do edifício, desenvolve-se entre ambos uma relação indissociável, algo próximo da relação entre cena e cenário. Exemplificativos de tudo isto (função, tutela e forma) e independentemente da época, são o Terreiro da Sé, no Funchal; o Terreiro do Trigo, o "*terreiro diante da gafaria*" ou o Terreiro de São Frutuoso, em Braga[1332];

[1328] Sobre a criação de eixos visuais em torno dos vários equipamentos, veja-se a análise de W. ROSSA sobre o caso de Coimbra, *DiverCidade…*, p. 579-585.

[1329] Do latim *terrarius*: "*Pedaço de chão, espaço com plana superfície*". Para Vitruvio significa o lugar em que ainda não houve edifícios e no qual alguém pretende fazer obras. Raphael BLUTEAU, *Vocabulário portuguez & latino*, Lisboa, 1720, vol. p. 125.

[1330] Com uma origem etimológica controversa, rossio é identificado com um terreno roçado. Raphael BLUTEAU, *Vocabulário portuguez & latino*, Lisboa, 1720, p. 353. Duarte Nunes de Leão diz que a grafia correta da palavra "*é Ressio e não Rossio ou Rocio. A primeira significa campo largo a segunda chuva miudinha ou orvalho. De qualquer forma, ambos derivam do latim Ros (orvalho). Rocios ou Recios são lugares descubertos e patentes às influências e orvalhos do Ceo*". Duarte Nunes de LEÃO, *Ortografia e origem da língua portuguesa,* 1595, p. 167. Segundo outros autores, provém do latim *residuus* com o significado de espaço não cultivado ou construído. Ângela BEIRANTE, "Espaços públicos nas cidades portuguesas medievais: Santarém e Évora", p. 70. É com o significado de espaço (já) não construído que a documentação medieval refere "*casas que ora estão em rossio*". Luísa TRINDADE, *A casa corrente em Coimbra…,* p. 122-123.

[1331] Etimologicamente decorrente do *campus* latino.

[1332] Rui MAURÍCIO, *O Mecenato de D. Diogo de Sousa*, *Arcebispo de Braga, 1505-1532*, vol. II, p. 295- 303.

o Terreiro de Jesus, em Salvador; os Terreiros do Paço, em Lisboa, Santarém[1333], Vila Viçosa, Rio de Janeiro e Goa[1334].

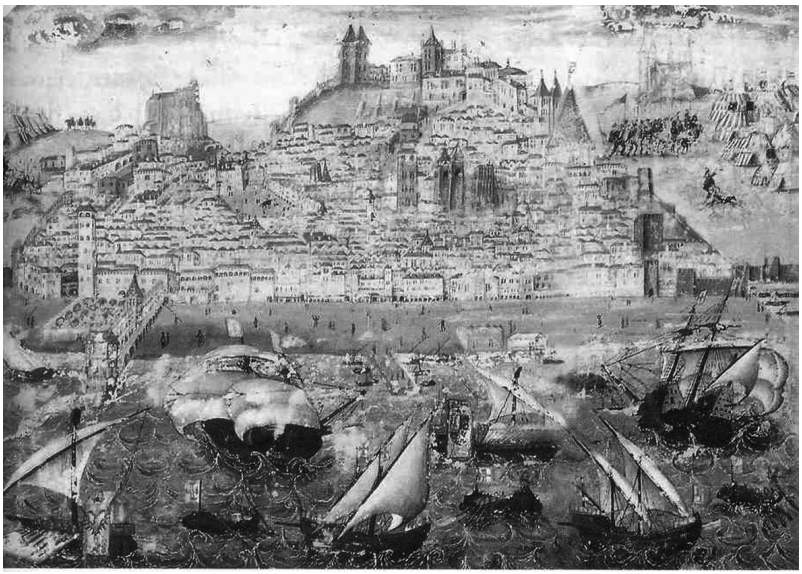


Fig. 63 Lisboa: Terreiro do Paço
(Iluminura da *Chronica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão, atribuída a António de Holanda, primeira metade do séc. XVI, Casa-Museu do Conde Castro Guimarães, Cascais)

O campo, por seu turno, sugere uma maior proximidade a determinadas ações ou exercício de profissões, caso do Campo do Tabolado, em Vila Real, do Toural, em Guimarães, do Forno, em Viana da Foz do Lima ou dos Ferreiros, em Caminha. A partir dos exemplos elencados ocorre perguntar se a utilização dos termos não obedecerá também a uma qualquer distribuição geográfica. É que, coincidência ou não, todos os campos referenciados no Atlas das Cidades Medievais Portuguesas[1335] remetem, sem exceção, para região a norte do Douro.

Hipóteses que carecem de inquéritos mais vastos e dirigidos.

Em qualquer das situações, rossios, campos ou terreiros desempenhavam um papel fundamental, funcionando para a cidade medieval como o *campus* para a cidade

[1333] D. Duarte manda derrubar algumas casas para alargar o terreiro do Paço de Santarém. Ângela Beirante, "A evolução urbana de Santarém", *O ar da cidade*, p. 152.

[1334] No tombo da Ordem de Cristo, realizado em 1509, na comenda de Castro Marim, diz-se que a casa do açougue e uma casa de morada "*foram derribadas por se alargar a praça e se fazer terreiro ante a porta do castelo*". *Tombos da Ordem de Cristo. Comendas a sul do Tejo (1505-1509),* p. 138.

[1335] A. H. de Oliveira MARQUES; Iria GONÇALVES; Amélia Aguiar ANDRADE, *Atlas das cidades medievais portuguesas,* 1990.

romana[1336] ou como a *musāra* e a *musalla* para a cidade islâmica[1337]. Serviam de prado e logradouro comunitário, mas também de espaços para a realização do alardo, de treinos militares, justas e torneios, para correr touros ou como carreira de cavalos. Desde há muito que eram sobretudo utilizados para a realização da feira anual ou do mercado sazonal. Beja, Évora, Coimbra ou Vouzela são casos onde essa mesma prática se verificava. O que não era, obviamente, um exclusivo português. Fosse porque no interior da cerca não havia espaço para tal, fosse porque a proximidade às vias de comunicação terrestres e fluviais era uma questão fundamental no abastecimento e transporte de mercadorias, o mesmo sucedia em inúmeras localidades dos reinos vizinhos de que Jaca, Pamplona, Estela, Sahagún, Vitória, Segóvia, Ávila, Valhadolid, Medina do Campo, Burgos, Barcelona, Leão, Salamanca, Zamora e Girona[1338], são apenas alguns exemplos possíveis.

A verdade é que a realização do mercado nestes espaços terá tido um papel fulcral no seu progressivo (des)envolvimento. A força que daí retiraram justifica que se abra um parêntesis, analisando, a partir de casos concretos, o papel do mercado enquanto motor de evolução urbana.

O mercado tinha a capacidade de atrair novos moradores[1339], tanto quanto de fixar os existentes. Pelo contrário, a sua deslocação ou desaparecimento determinava, de imediato, movimentos de contração e despovoamento. Não admira, por isso, que vereações, monarcas e populações disputassem a concessão do mercado, registando-se conflitos frequentes entre os habitantes da cerca e os dos arrabaldes. Os problemas são absolutamente idênticos em todos os reinos ibéricos, tal como semelhantes são as soluções adotadas pelas autoridades.

[1336] Na cidade romana *campus* é, justamente, um espaço livre e exterior às fortificações, sobretudo utilizado para treino militar e entretenimento desportivo de que o mais conhecido é o *Campus Marcius* ou Campo de Marte, em Roma. Joel LE GALL, "Que faisait-on sur un Forum?" *Forum et Plaza mayor dans le monde hispanique*, p. 22-26.

[1337] Local onde se realizava a revista militar antes da partida para as expedições e onde se levavam a cabo as execuções públicas. Pedro CHALMETA , "Les fonctions de l'agora-forum dans la cité arabo-musulmane", p. 11. Descampado fora de portas, livre de construções e suficientemente amplo, espécie de vasto santuário ao ar livre onde todos os habitantes podem assistir em simultâneo à oração, sobretudo às festividades que assinalam o final do Ramadão e que, nas pequenas cidades, podia igualmente servir para a realização do mercado rural. A *musalla*' foi também denominada por *sari'a* ou *xarea* no Ocidente muçulmano. *Musāra* e a *musalla*' são, na realidade, os únicos grandes espaços de reunião da cidade muçulmana. Míkel de EPALZA "Espacios y sus funciones en la ciudad árabe", *Simposio internacional sobre la ciudad islâmica*, Saragoça, 1991, p. 14; André BAZZANA, "L'Évolution du cadre urbain à l'époque médiévale: quelques exemples en pays valencien", *"Plazas" et sociabilité en Europe et Amérique Latine*, Publications de la Casa de Velazquez, Série "Recherches en Sciences Sociales", VI, Diffusion de Boccard, Paris, 1982, p. 26.

[1338] Nas quatro últimas cidades acontecia já desde o século XII. TORRES BÁLBAS, "La Edad Media", 147-149.

[1339] Em Zaragoza, a mudança do mercado para a porta de Toledo levou à criação da "*Población del Rey"* (ou Bairro de S. Paulo), tal como em Leão o mercado extramuros deu origem ao "*Barrio de San Martín*", também denominado "*burgo nuevo*". Em Zamora, a celebração da feira desencadeou, no século XV, a "*Puebla de la Feria"*. Veja-se, para os vários exemplos, BETRÁN ABADÍA, "Mutación y permanência: el plano de Zaragoza", 1996 e LADERO QUESADA, "Economia mercantil y espacio urbano: ciudades de la corona de Castilla en los siglos XIII a XV", *Boletín de la Real Academia de la Historia*, 191 (II), Madrid, 1994.

Se nuns casos determinam a obrigatoriedade da entrada — e subida — de mercadores e mercadorias ao interior da cerca, caso de Cuenca[1340], Zamora[1341], Jerez da Fronteira[1342], Coimbra[1343] Montemor-o-Novo[1344], Moura[1345] ou Bragança[1346], noutros, recorre-se à alternância dos locais de realização do mercado, caso de Astorga[1347], Vitória e Cidade Rodrigo[1348] ou, entre nós, de Torre de Moncorvo[1349].

Na realidade, as feiras e os mercados estabeleciam toda uma dinâmica que extravasava a simples atividade comercial e se estendia a muitos outros tipos de serviços. As queixas apresentadas nas cortes de 1459, pela cidade de Lamego, descreviam o prejuízo sentido pelos habitantes da cerca, habituados a arrendar as suas casas aos mercadores que acorriam à feira. A deslocalização desta e a decorrente quebra da procura, eram razões suficientes para que muitos abandonassem o local, contribuindo para o despovoamento do intramuros[1350].

Por outro lado, o desenvolvimento dos arrabaldes desencadeado pela atividade comercial representava alguns perigos: alterava os termos do exercício do poder e da atividade económica, em prejuízo do centro urbano onde residiam os grupos

---

[1340] Que "*ninguna persona nin personas non sean ousados de descargar ni vender en el arrabal de dia ni di noche ningunas provisiones de las que vinieren a vender a la dicha çibdat fasta sobir a la plaça del mercado*". LADERO QUESADA, "Economia mercantil y espacio urbano…", p. 277. Ver também María Dolores CABANAS GONZÁLEZ, "Ciudad, mercado y municipio en Cuenca durante la Edad Media (siglo XV)", *La ciudad hispanica durante los siglos XIII a XVI, Actas del coloquio celebrado en La Rábida y Sevilla* del 14 a 19 de septiembre de 1981, tomo II, Universidad Complutense, Madrid, 1985, p. 1705 e p. 1715.

[1341] A única exceção era o vinho que se vendia nas tabernas dos arrabaldes rurais de Olivares e Allende la Puente. LADERO QUESADA, "Economia mercantil y espacio urbano…", p. 246.

[1342] Em 1480, só oito ofícios tinham autorização para se instalar no extramuros, quase todos relacionados com o trabalho do couro, ferro e barro. A qualquer outro estava vedada a possibilidade, com base no argumento de que "*si están fuera del cuerpo della* […] *la cibdad se despuebla e se poblarian los arrabales*". LADERO QUESADA, "Economia mercantil y espacio urbano…", p. 289.

[1343] Determinação de D. Fernando no sentido de que a feira franca se faça "*na cerca da dicta cidade no cural dos nossos paaços e arredor delles se dentro nom couberem*". Documento publicado por Maria Helena da Cruz COELHO, *A feira de Coimbra no contexto das feiras medievais portuguesas*, Inatel, 1993, p. 44.

[1344] Os mercadores, "*asy moradores da villa como de fora della*", estavam proibidos de vender noutro local que não a praça de dentro. Banha de ANDRADE, *Montemor-o-Novo, Vila realenga …,* p. 44.

[1345] Em 1349, o monarca determinava "... *que todallas viandas que se ouuerem de uender daqui em diante na dicta ujlla que se uendam dentro na dicta cerca como ante desta mjnha carta se vendiam na praça da jgreja de sam Joham dessa villa E que a feira que se faça em essa cerca dentro e nom fora* ...". *Chancelarias portuguesas, D. Pedro I*, p. 259-260.

[1346] Em 1413, D. João I determinava que a feira de Bragança regressasse ao interior da cerca muralhada. Maria Helena da Cruz COELHO, "Bragança medieval em tempos de feira e de festa". p. 10.

[1347] Em 1496, em Astorga, estabelecia-se a realização do mercado semanal na praça Maior, entre maio e outubro, e na de São Julião, entre novembro e abril. LADERO QUESADA, "Economia mercantil y espacio urbano…", p. 290.

[1348] No decorrer da feira de maio, em 1438, gados, cavalos e madeira contratavam-se durante dois dias no arrabalde e, a partir do 3º dia, no interior da cidade. LADERO QUESADA, "Economia mercantil y espacio urbano…", p. 253.

[1349] A disputa entre os moradores da cerca e os do arrabalde foi resolvida por D. Afonso V ao determinar que a feira se realizasse no intramuros, de maio a setembro, decorrendo, nos restantes meses do ano, fora da cerca. Documento publicado por H. Baquero MORENO, "O mercado na Idade Média ...", p. 322-325.

[1350] V. RAU, *Feiras medievais portuguesas*, p. 105.

dominantes; dificultava a cobrança de direitos (em 1497, os Reis Católicos queixam-se que, em Sória, *"... viennen a los dichos arrabales algunas personas com mercaderías e las venden e se van syn pagar el alcabala que deven*[1351]), bem como a política protecionista de abastecimento e controlo das transações comerciais [1352].

O desenvolvimento potencial que mercado e praça representavam ditou o seu aproveitamento pelos diversos poderes, com o intuito de dinamizar e valorizar os locais que diretamente exploravam e onde as suas propriedades eram mais significativas. Em Siguenza, por exemplo, disposição e contestação invertem a lógica corrente: o bispo, senhor da cidade, ordenou, em 1495, que o mercado franco semanal abandonasse a praça maior, situada no alto, a favor da nova praça, fronteira à catedral. Os vizinhos não apoiaram a decisão mas os argumentos do bispo foram mais fortes: as dificuldades levantadas pela subida e pela estreiteza e tortuosidade das ruas da cidade alta encareciam as mercadorias, comprometendo-se os mercadores a oferecer os produtos a melhor preço cá em baixo[1353].

Praças fora de portas

Independentemente dos motivos que levaram o bispo de Siguenza a tomar a decisão, a verdade é que os espaços fora de portas, situados em zonas planas e tangentes às mais transitadas vias de circulação, exerceram uma atração natural sobre as populações, sobretudo quando a defesa já não era uma preocupação diária. Tudo se conjugou para que, com o decorrer do tempo, esses espaços, matricialmente abertos, fossem progressivamente apetrechados: numa primeira fase, por casas, chafarizes, alpendres ou estalagens de apoio à feira; pouco depois por novos bairros e casario, que envolvendo-os os fizeram perder a marcada irregularidade original, cerzindo os limites. Quanto à vocação comercial, o movimento registou-se no sentido da junção/sobreposição do mercado/feira, que já aí existia com o do trato fixo, que então se desenvolveu, acabando por se lhe sobrepor.

Em determinada altura deste processo, lento mas ininterrupto, coexistiram nas cidades e vilas tardo-medievais dois espaços públicos centrais: o mais antigo e importante, no intramuros e junto à igreja, o mais recente e (ainda) menos relevante, mas

[1351] LADERO QUESADA, "Economia mercantil y espacio urbano…", p. 262; M. DIAGO HERNANDO, "Evolucion urbanística y de la distribución topográfica de la población", *La ciudad de Soria en la Edad Media*, Soria, 1991.

[1352] A obrigatoriedade de vender em locais específicos, fosse nos açougues e fangas, fosse no local definido para a realização da praça/mercado, permitia aos oficiais concelhios exercer um estrito controlo sobre os intercâmbios. O espaço aberto assegurava que as transações se realizavam à vista de todos, ao mesmo tempo que facilitava a recolha das taxas fiscais. Por isso os concelhos tomavam medidas enérgicas para que os produtos só pudessem ser vendidos na praça, perante os almotacés e perto dos locais onde se aferiam os pesos e medidas. Emílio OLMOS HERGUEDAS, "Urbanística medieval en una villa de la Cuenca del Duero: Cuéllar durante la Baja Edad Media", *La ciudad medieval: aspectos de la vida urbana en Castilla Bajomedieval*, coord. de Juan A. Bonachía Hernando, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Cientifico - Universidad de Valladolid, 1996, p. 67. Para o caso português veja-se o artigo de Iria GONÇALVES, "Defesa do consumidor na cidade medieval: os produtos alimentares (Lisboa-séculos XIV-XV)", p. 97-116.

[1353] LADERO QUESADA, "Economia mercantil y espacio urbano…", p. 265.

de muito maiores dimensões, adjacente pelo exterior ao recinto muralhado e junto da porta de maior afluência. Consequência direta deste movimento, o que antes era apenas uma saída da cidade converteu-se numa área central, o que ocorreu ainda de forma mais célere e vincada quando, simultaneamente, se assistiu à edificação de uma nova cerca defensiva colocando a praça, até aí periférica, no centro geográfico da cidade. Isso mesmo se verificou em Évora e Beja ou em Alcalá de Henares[1354].

A muito breve trecho, a praça de fora ultrapassou, relegando para um papel secundário, o antigo centro, onde apenas a vocação religiosa permaneceu verdadeiramente intacta e inultrapassável. Tal foi o caso de Coimbra, Viana do Castelo, Caminha, Garrovillas, Trujillo[1355], Málaga, Madrid, entre inúmeras outras.

Que a procura de espaço disponível foi sempre um dos fatores determinantes, prova-o o caso de Leiria, onde a possibilidade de conquistar alguma área extra surgiu sem que houvesse necessidade de mudar a implantação da praça[1356]. Efetivamente, a praça da igreja de S. Martinho, cujo grau de "centralidade" podemos entrever pela existência do alpendre da feira, da estalagem, de casas com arcos ou, a partir de 1423, da casa da câmara, do paço dos tabeliães e da cadeia (1471) evidenciava, em finais da Idade Média, ter esgotado a sua capacidade, a ponto de o concelho ser obrigado a arrendar o adro da igreja para a realização da feira.

Neste caso, contrariamente a todos os outros, não foi a "praça" que se deslocou mas a igreja de S. Martinho, cujo derrube — só possível pela criação do episcopado de Leiria e pela construção da respetiva catedral — permitiu que "*ho assento della e o adro ficase devoluto a dita çydade pera se edificar em praça...*"[1357].

O caso de Viana da Foz do Lima[1358] pode considerar-se paradigmático da evolução dos espaços públicos nas cidades medievais portuguesas, não só pela formação tardia da praça intramuros, como pela sua substituição, em finais do século XV, por uma outra, mais ampla e fora de portas. É, efetivamente, com a edificação da igreja matriz, ao longo da primeira metade do século XV[1359], que a praça no interior da cerca ganha forma, ocupando um espaço que, exceção feita à torre de menagem, se encontrava praticamente por edificar desde a época da fundação. Características que o tornavam indicado para a realização do mercado — "*a praça do Penedo*" — bem como para as reuniões alargadas do concelho.

[1354] CASTILLO OREJA, "Alcalá de Henares, una ciudad medieval en la España cristiana (s. XIII-XV)", *En la España medieval, 6, La ciudad hispanica durante los siglos XIII al XVI,* tomo II, Universidad Complutense de Madrid, 1985, p. 1071.

[1355] Francisco Javier PIZARRO GÓMEZ, "Plazas mayores cacereñas. Origem y función", *Urbanismo e historia urbana en el mundo hispano*, tomo III, Universidad Complutense, Madrid, 1985, p. 835-852.

[1356] Saul António GOMES, "A praça da S. Martinho de Leiria...", p. 61.

[1357] Contrato realizado, em 1546, entre frei Brás de Braga e o concelho de Leiria, publicado por Saul António GOMES, "A praça da S. Martinho de Leiria...", p. 75.

[1358] Marta AGUIAR, "Contributo cartográfico para a reconstituição das cercas medievais de Viana e Caminha", p. 877-884; Mário Gonçalves FERNANDES, *Viana do Castelo a consolidação de uma cidade (1855-1926)*, p. 38 e 39; Mário Gonçalves FERNANDES, "A evolução do centro histórico de Viana do Castelo", p. 6-21; C. A. Ferreira de ALMEIDA, *Alto Minho,* p. 79.

[1359] Se em 1420 era cobrado um imposto para a construção da igreja, ainda em 1439 se solicitava ajuda a D. Afonso V para que as obras fossem terminadas. Finalmente, em 1455, compravam-se alfaias para o culto.

Ao longo da segunda metade da centúria, a praça foi ganhando forma, delimitada por edifícios com galerias térreas que, pelo menos do lado norte da Matriz, se manteriam até ao 3º quartel do século XIX, como confirmam os levantamentos da cidade realizados em meados desse mesmo século[1360] e de que a Casa dos Arcos ou de João Velho é hoje vestígio isolado .



Fig. 64 Viana do Castelo: Casa de João Velho

Contudo, o aumento populacional, a crescente procura de espaço para construir — por alvarás de 1501 e 1502 D. Manuel permite a venda e ocupação dos terrenos encostados à muralha — e a necessidade de apetrechar a vila com novos edifícios públicos, determinou que o centro cívico polarizado em torno da matriz fosse substituído por outro, de maiores dimensões: o Campo do Forno onde, desde o reinado de D. Dinis, decorria a feira quinzenal. No topo nascente, fechando a praça, foi construído o novo edifício camarário, polarizando, entre as arcadas do piso térreo e as traseiras, as fangas, o açougue e a cadeia.

Outros exemplos poderiam ser apresentados, como o de Coimbra, onde as limitações físicas do adro da Sé, para além de um dispersar precoce de funções e equipamentos — casa do concelho ou do "*Vodo*", pelourinho, tabeliães —, justamente para o espaço que se ia reconfigurando como praça, ficam bem patentes na necessidade sentida pelo bispo D. Jorge de Almeida em alargar o espaço fronteiro à catedral, recorrendo, para isso, ao derrube de edifícios permutados com o concelho[1361].

Em síntese, é só na reta final da Idade Média que a cidade portuguesa integra a praça como "feito urbano" [1362]. Redefinindo espaços que também já não eram novos

[1360] *Planta Geral de melhoramento do Porto de Vianna do Castello* por A. Kopke de Barbosa Ayalla, 1869; *Carta Cadastral da cidade de Viana do Castelo*, 1868-1869 e *Planta Geral da Cidade de Vianna do Castello*, por Thomaz Correia, 1859-1860.

[1361] António de VASCONCELOS, *A Sé Velha de Coimbra.* Coimbra, Imprensa da Universidade, vol. I, 1930, documentos publicados em apêndice, p. 451-457.

[1362] A este propósito, veja-se Amélia Aguiar ANDRADE; Walter ROSSA , "La plaza portuguesa. Acerca de una continuidad de estructuras y funciones", p. 102 e segs.

e neles articulando a centralidade que há muito se vinha definindo em torno das principais igrejas. Fenómeno difuso e de configuração lenta, não foi pensado desde a origem em função de regras codificadas em abstrato, como um local livre de edificações, inscrito formalmente no traçado e com ele estabelecendo relações claras de continuidade e proporcionalidade. Nem mesmo nas cidades de fundação, em que tal teria sido possível *ab initio*. Na dependência física da igreja e disputando cada centímetro do adro numa primeira fase, tenderá, em função do crescimento demográfico e do desenvolvimento das instituições urbanas, a procurar uma nova implantação só possível fora do núcleo primitivo, em espaços matricialmente residuais ou remanescentes que a cidade foi progressivamente incorporando, sobretudo em resposta às necessidades mercantis. A praça portuguesa corresponde inteiramente ao que F. Mancuso designou como uma obra coletiva da comunidade[1363] , ideia reforçada pelas preocupações expressas pelas vereações em exercício no decorrer do século XV.

Mais do que por via de uma formulação global e codificada do espaço, só rara e tardiamente alcançada, integram-se novas arquiteturas, derrubam-se algumas das existentes, realinham-se as restantes, introduzem-se pelourinhos e chafarizes. Num processo em que a função precede claramente a forma, as praças portuguesas resultam, não são projetadas.

Importa agora compreender se tal facto é uma especificidade ou se, pelo contrário, encontra paralelos além-fronteiras, como parece ser o caso.

Nos vários reinos ibéricos, os casos de cidades dotadas desde o início com praças centrais e regulares constituem, com efeito, uma minoria, facto apenas iludido pela visibilidade que a historiografia repetidamente lhes confere.

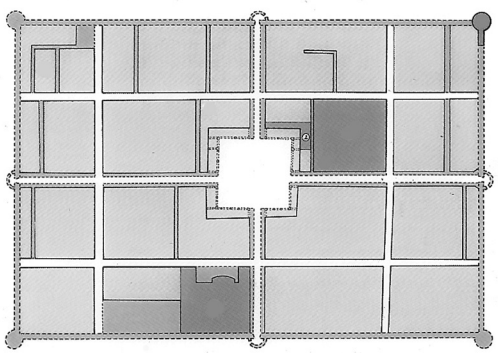


Fig. 65 Villareal de los Infantes, Valência, Espanha
(desenho retirado de *La ciudad hispanoamericana. El sueño de un orden*, p. 92)

Vilarreal de los Infantes, fundada pelo monarca aragonês em 1272, no recém-conquistado reino de Valência, é, sob este aspeto, um exemplo paradigmático[1364] pela

[1363] Franco MANCUSO, "Piazza et plaza", 1978, p. 123.

[1364] *La ciudad hispanoamericana. El sueño de un orden*, CEHOPU-MOPU Centro de Estudios Históricos de Obras Públicas y Urbanismo – Ministerio de Obras Públicas y Urbanismo, 1989, p. 92. GARCIA FERNÁNDEZ, "Trazas urbanas hispanoamericanas y sus antecedentes", *La ciudad hispanoamericana. El sueño de un orden,* p. 215 (reconstituição gráfica na p. 92).

forma como a praça, rigorosamente quadrangular, ocupa o centro geométrico de um traçado também ele estritamente ortogonal e simétrico. Mas o mesmo não aconteceria nas restantes cidades criadas por Jaime I e seus sucessores na planície de Castellón: em Almenara (1250), Castellón de La Plana (1251) ou Nules, já dos inícios do século XIV, embora se mantenha o rigor geométrico, a praça desaparece, restringindo-se o espaço público aos adros das igrejas. De qualquer forma, Aragão (e o Levante espanhol em geral) ocupa um lugar pioneiro na reformulação das cidades de passado islâmico, demonstrando uma preocupação precoce com a abertura de praças, visível logo no decorrer do século XIV. É talvez isso que explica a forma como, no âmbito do que pode considerar-se a primeira reflexão teórica sobre a cidade medieval — o *Dotzé del Crestiá,* de Francesc Eiximenis — datado de 1383 e não por acaso aragonês, a praça constitui o elemento central do plano e de cada uma das quatro partes em que aquele se subdivide.

Como sintetizou Betrán Abadía, é a partir do século XIV que, em Aragão, estas manifestações se produzem de forma extensível e com força, coincidindo com o momento em que "*el fortalecimiento de las instituciones ciudadanas supone una demanda generalizada de lugares específicos*" [1365].

Na restante Hispânia o processo foi mais tardio e praticamente paralelo ao português. Garcia Fernandez corrobora como as cidades de fundação dos séculos XII a XIV "*carecían de espacios públicos importantes e solo en el contorno de la iglesia podia existir un reducido âmbito destinado a cementerio, un compás o un suportal ante la entrada principal. De aqui que los cementerios o los pórticos se utilizaran, en ocasiones, para reuniones del concejo y aún para transaciones mercantiles y otras atividades menos santas*"[1366]. O que não significa que, excecionalmente, a praça não fosse um elemento da composição inicial como sucedeu em Pesquera del Duero (Valhadolid) e Briviesca[1367], fundação castelhana de 1313, curiosamente de iniciativa de D. Branca de Castela, abadessa de Las Huelgas de Burgos e irmã de D. Dinis.

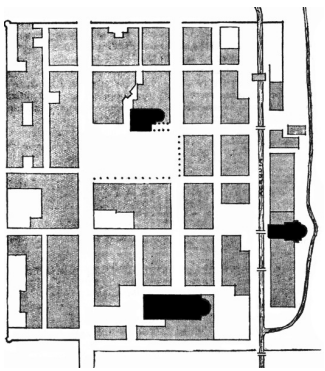


Fig. 66 Briviesca, Burgos, Espanha (desenho a partir de Torres Balbás, "La Edad Media", p. 127)

[1365] BETRÁN ABADÍA, *La Forma de la ciudad. Las ciudades de Aragón*…, p. 197.

[1366] GARCIA FERNÁNDEZ, "Trazas urbanas hispanoamericanas y sus antecedentes", p. 215.

[1367] José Luís SÁINZ GUERRA *La génesis de la plaza en Castilla durante la Edad Media*, Valladolid, Colegio Oficial de Arquitectos de Valladolid, 1990, p. 178 e 188; TORRES BALBÁS, "La Edad Media", p. 126.

Bem mais próxima da situação portuguesa está o grupo de cidades guipuscoanas, já aqui várias vezes referidas[1368]. Se Azcoitia, Elgoibar ou Usurbil são exemplos, entre muitos, de vilas sem qualquer tipo de praça, Azpeitia, Guetaria, Moitrico ou San Sebastian, correspondem à tipologia mais simples, em que o adro, diminuto e geralmente periférico relativamente ao tecido urbanizado, corresponde ao único espaço público existente. Mondragon e Elgueta, serão talvez os poucos casos que, sem correspondência total, mais se aproximam de uma praça central e de configuração regular.

Além Pirinéus, no reino de França, a praça torna-se mais comum, afirmando-se definitivamente nas vilas novas ou bastidas do Sudoeste, no período que decorre entre os meados do século XIII e os meados da centúria seguinte[1369]. E, contudo, como sublinhou Jacques Heers, "*sur trois cents bastides ou environ, un centaine seulement présente une place répondant à un plan précis; certaines n'en ont aucune; d'autres que de minuscules parvis d'églises*"[1370]. Nas cidades fundadas em solo inglês, por seu turno, a praça não foi um elemento preponderante. Longe disso. Na maior parte dos casos, um espaço residual junto às muralhas ou castelo desempenhou as suas funções, ou, quanto muito, alargou-se uma rua para esse efeito. Flint parece ser o único caso em que uma praça, frente à igreja e no cruzamento de duas vias estruturantes, ocupa o centro da povoação[1371].

Deixando de lado outros exemplos dificilmente comparáveis com a realidade portuguesa como as cidades da Península Itálica[1372] ou do Leste Europeu onde a marcada

---

[1368] ARIZAGA BOLUMBURU, *Urbanística Medieval (Guipúzcoa),* 1990.

[1369] Exceção feita a Montauban, edificada em 1144 e durante muito tempo sem repercussões, a divulgação da praça como elemento central das bastidas parece coincidir com o impulso de Alphonse de Toulouse, em torno de 1255. Charles HIGOUNET, "La place dans les bastides médiévales", *"Plazas" et sociabilité en Europe et Amérique Latine,* Publications de la Casa de Velazquez, Serie "Recherches en Sciences Sociales", Fasc. VI, Diffusion de Boccard, Paris, 1982. O autor propõe que a inspiração ou modelo seja proveniente das cidades antigas do Próximo-Oriente, por via de algum familiar do Conde de Toulouse, o que, a ser verdade, não explica o caso de Montauban, anterior em quase um século. Sobre Montauban veja-se Hélène GUICHARNAUD, "De la "Plassa de cubertas" à la Place à programme: l'exemple de Montauban", *La Place Publique urbaine du Moyen Âge à nos jours,* Études réunies par Laurence Baudoux-Rousseau, Youri Carbonnier et Philippe Bragard, Artois Presses Université, 2007, p. 162-168.

[1370] Jacques HEERS, *La Ville au Moyen Âge*, p. 144.

[1371] Pierre LAVEDAN, *Histoire de L'Urbanisme…,* p. 401-402.

[1372] Veja-se, a título de exemplo, como Bolonha, logo em 1203 leva a cabo uma ambiciosa intervenção urbanística para a criação de um novo centro político, civil e económico. Angelica ZOLLA, "Bologna. La Piazza Maggiore", *Le Piazze italiane dal medievo all'ottocento. Progettazione, vedute, metrologia*, a cura di Enrico Guidoni, Edizione Kappa, 2006, p. 38. Gubbio é outro exemplo significativo, com a construção da monumental e cenográfica *Platea comunis,* em 1321. Paolo MICALIZZI; Marco PETRINI, "Gubbio, La Platea Comunis", *Le Piazze italiane dal medievo all'ottocento. Progettazione, vedute, metrologia*, a cura di Enrico Guidoni, Edizione Kappa, 2006, p. 61. Em 1310, as autoridades de Siena, já depois de concluído o prestigiado Palácio Comunal, tentavam ordenar e embelezar a *Piazza del Campo* obrigando todos os edifícios em seu torno a adotar janelas idênticas. Bolonha, por seu lado, contrata, ainda no século XIII, um conjunto de arquitetos com o objetivo de supervisionar todas as obras e edifícios públicos da cidade. A. E. J. MORRIS, *Historia de la forma urbana. Desde sus orígens hasta la Revolución Industrial*, Barcelona, Gustavo Gili, 1984, p. 111. Sobre a precocidade da regulamentação urbanística nas cidades italianas enquanto reflexo de uma nova e crescente preocupação com o decoro urbano, veja-se Vittorio Franchetti PARDO, *Historia del Urbanismo, siglos XIV y XV*, Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 1985, p. 41-44. Comparativamente, as cidades fundadas por Florença, tais como San Giovanni, Castelfranco di Sopra, Terranuova, Scarperia e Firenzuola são já tardias correspondendo à primeira metade do século XIV. David FRIEDMAN, *Florentine New Towns: Urban Design in the Late Middle Ages*, Architectural History Foundation-MIT Press Series, 1989. Enrico GUIDONI, *Storia dell`urbanistica: il duecento,* Roma-Bari, Laterza, 1989.

vocação comercial fez da praça a razão de ser da cidade[1373], pode afirmar-se que, talvez por uma questão de escala, em Portugal o que falta são precisamente as exceções, sendo o panorama geral em tudo idêntico.

Passeios cobertos

Resultantes do alargamento de adros ou da conformação lenta e progressiva de terreiros e rossios, as praças medievais são formalmente o produto de uma adaptação ao quadro existente denunciando, na dimensão, proporções e definição do perímetro, a sujeição a aspetos como a orientação dos eixos viários, a localização das portas das muralhas ou a linha do casario que, em crescendo, as envolve. Um elemento que frequentemente lhes confere alguma unidade e coerência é a solução de galeria em arcadas ou pórticos que, parcial ou globalmente, configura o nível térreo dos edifícios circundantes.

Solução utilizada desde a Época Helenística e amplamente divulgada na cidade romana[1374], os pórticos ou galerias foram sempre associados às zonas de maior vocação comercial e afluência, o que facilmente se explica pela proteção que proporcionam à população em geral e aos mercadores e mercadorias, em particular.

Quando, na Baixa Idade Média, se assiste ao desenvolvimento das atividades mercantis, as galerias em pórtico ou arcadas surgem, naturalmente, como dispositivo de proteção ao sol e à chuva, sendo, em última análise, redundante tentar encontrar uma genealogia concreta para este tipo de soluções.



Fig. 67 Santa Coloma de Queralt, Tarragona, Espanha

De madeira ou pedra, em esteios ou arcadas, de volta perfeita, apontadas ou abatidas, de profundidade e altura variáveis, a diversidade é uma das suas principais características, denunciando a sua adição paulatina, os sucessivos acrescentos e reedificações.

[1373] H. J. NITZ, "Medieval towns with grid plan and central market place in east-central Europe: origins and diffusion in the early-thirteenth century", *Urban Morphology,* 2001 (2).

[1374] E. J. OWENS, *The city in the greek and roman world*, London and New York, Routledge, 1991, p. 141.

Note-se que, mesmo nas bastidas francesas, nos casos em que a praça surge contemplada desde o primeiro momento, estudos recentes têm vindo a comprovar que as arcadas resultam de acrescentos posteriores ao momento de fundação, confirmando serem a resposta a necessidades concretas e intimamente relacionadas com a atividade mercantil (de que as *halles*[1375] são uma outra evidência), muito mais do que uma qualquer contaminação ou importação de modelos[1376].

Do ponto de vista estritamente funcional, os passeios cobertos tinham como diretos antecessores, apesar do caráter rudimentar e efémero, os alpendres erguidos onde quer que se realizassem trocas, registados, entre nós e desde cedo, em vilas como Lamego, Guarda[1377], Torre de Moncorvo, Óbidos, Montemor-o-Novo[1378] ou Faro.



Fig. 68 Monpazier, França: praça central e mercado

Particularmente conhecidas em Espanha[1379], também marcaram presença nas praças portuguesas, caso da Guarda, onde a praça de Santa Maria do Mercado era

[1375] As *halles* a que nos referimos, algumas das quais ainda existentes, eram construções em madeira, constituídas por grandes telheiros suportados por pilares, localizados nos centros das praças; ao que tudo indica, também a sua construção foi posterior à fundação; no segundo piso destes edifícios, reunia o concelho quando a complexidade dos assuntos comunais passou a exigir um local especializado. Charles HIGOUNET, "La place dans les bastides médiévales", p. 127.

[1376] *Galerie* ou *arcades*, também conhecidas por *amban, cornières* e *couverts*. Em abono da tese que defende a sua construção em fase posterior à definição e construção do espaço ao momento de fundação, por vezes um século depois, estão as alturas e desenho diferentes, a diversidade de material e técnica relativamente às casas a que se encostam e, sobretudo, os pedidos de autorização para construção registados documentalmente. Charles HIGOUNET, "La place dans les bastides médiévales", p. 124-127; Hélène GUICHARNAUD, "De la "Plassa de cubertas" à la Place à programme: l'exemple de Montauban", p. 162-168.

[1377] Na praça de S. Vicente existia um alpendre já em 1295; o alpendre adjacente à igreja, das *pescadeiras*, seria mais tarde substituído por um outro, "*q EllRey ha na dicta çidade o qual o dicto Roy perez fez fazer per mandado do dicto Senhor En o qual estam seis tendas*". Rita Costa GOMES, *A Guarda medieval...*, p. 51. "Tombo da Comarca da Beira", p. 323.

[1378] No Livro da Vereação relativo a 1443, determinava-se que "… *as Vendedeiras ao dia de feira venham armar suas tendas no Alpendre*" e não ficassem espalhadas por outros lugares. Banha de ANDRADE *Festas e feiras em Montemor-o-Novo*, p. 57.

[1379] Já em 1306, Jaime II concedia à cidade de Játiva os pórticos da praça do Mercado até à *Porta del Puig*, para que neles se celebrasse a feira anual. Existiram (ou existem) em Cáceres, Sória, Trujillo, Valladolid, Talavera de la Reina, Placência, Zaragoza Badajoz ou Santiago de Compostela. LADERO QUESADA, "Economia mercantil

delimitada a norte por um bloco de casas porticadas[1380], em Coimbra, nos edifícios do lado nascente da praça Velha, em Beja, em Évora na praça do Giraldo, em Leiria na praça de S. Martinho, no Porto na praça da Ribeira ou em Setúbal, na já mais tardia praça do Sapal. Em Lisboa, marcaram igualmente os principais espaços comerciais da cidade, da rua Nova à arcaria do Hospital Real[1381], no lado oriental do Rossio.



Fig. 69 Évora: praça do Giraldo

Para além do aspeto funcional[1382], as arcadas desempenharam simultaneamente um papel importante ao nível da imagem urbana: em Elvas, o seu prolongamento era considerado "*proueito da Ree pruuica*"[1383]; em Lisboa, segundo João Brandão, a arcada

y espacio urbano..., p. 271-276. Ainda hoje são visíveis em vilas como Santa Pau (Gerona) e Ainsa (Huesca). *Guia de las Plazas de España e Hispanoamérica*, MOPT, Revista del Ministério de Obras Públicas y Transportes, 389, 1991. Sobre a introdução progressiva dos "*suportales*", veja-se SAÍNZ GUERRA, *La génesis de la plaza en Castilla,* p. 180.

[1380] Rita Costa GOMES, *A Guarda medieval...,* p. 53.

[1381] Toda a fachada do Hospital voltada ao Rossio, numa extensão de quase 110 metros, era ocupada por uma longa arcaria, correndo desde a rua da Betesga até aos dormitórios de S. Domingos. Arcos diferentes, uns de volta perfeita, outros abatidos, de aduelas chanfradas e amplitudes variáveis, formavam uma galeria de cerca de 5,40 metros de profundidade. Ana Cristina LEITE, *"*O Hospital Real de Todos-os-Santos*", Hospital Real de Todos-os-Santos: séculos XV a XVIII*, dir. Paulo Pereira, Lisboa, Câmara Municipal, 1993, p. 5-19. Ainda no século XVIII, a arcada era dedicada à atividade comercial, como descreve Frei Agostinho de Santa Maria: "*trinta e cinco arcos de pedraria muyto reforçada, e no vão desta grande coxia que compreende o seu comprimento todo o Rocio que tem de largo alguns trinta palmos aonde se vem muitas tendas de fitas, meãs, rendas, e outras muytas cousas necessarias e também curiosas".* Frei Agostinho de SANTA MARIA, *Santuário Mariano*, vol. VII, Lisboa 1721, p. 182. Para outras descrições, veja-se "Rossio", *Dicionário da História de Lisboa*, dir. de Francisco Santana e Eduardo Sucena, Lisboa, 1994, p. 784.

[1382] Do ponto de vista funcional os pórticos especializavam-se em determinados géneros: em Cáceres, existiam os *portales del Pan*, dos *Plateros*, de *los Zapateros*, em Placência, do pão, da sapataria e da carne, em Trujillo, os *portales del Pan* e *del Lienzo*.

[1383] Fernando Branco CORREIA, *Elvas na Idade Média,* p. 351-353.

do Hospital Real "*alem do muito que honrou a obra adornou a çidade, por caso da feira que se faz no Ressio*"[1384].



Fig. 70 *Lisboa: o Rossio e o Hospital Real de Todos-os-Santos em dia de mercado, antes do Terramoto de 1755* (Coleção Celestino da Costa, 1787)

Era com base no mesmo argumento que, em 1476, Isabel a Católica autorizava o concelho de Madrid a erguer pórticos na praça de San Salvador por considerar que a construção de *"... portales delante delas dichas tiendas"* seriam muito *"prouechosos pues es nobleza e prouecho dela dicha plaça"*[1385].

Com o século XVI, a procura de ordem, simetria e racionalidade[1386], imprimirá uma nova uniformidade às praças, em muitos casos conseguida, justamente, pela substituição das estruturas medievais porticadas, heterogéneas e assentes em velhos postes de madeira, por outras, com arcos de cantaria e abóbadas de arestas[1387] ou

[1384] João BRANDÃO, *Tratado da Majestade, Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa, na segunda metade do século XVI*, Lisboa, 1923, p. 111.

[1385] Robert RICARD, "Apuntes complementarios sobre la Plaza Mayor española y el "Rossio" português", *Estúdios Geográficos*, a. XIII, 1952, p. 230. Em 1458, o concelho de Badajoz autorizava o cabido a fazer "*portales delant de las casas vuestras, que vos tenedes en la Plaza* [alta] *de dicha cibdad* […] *e que los arcos que ficiéredes así los fogades sobre arcos de ladrillos e piedra, porque la dicha plaza sea más noblescida, con tanto que los dichos portales sean de la dicha çibdat, segun las condiciones con que se han dado los otros portales de la dicha plaza*".

[1386] De acordo com Alberti, as ruas e o fórum (praça) serão mais belos se os seus pórticos forem iguais e as casas que a rodeiam perfeitamente alinhadas e com a mesma altura. Leon Battista ALBERTI, *On the art of building in ten books*, translated by Joseph Rykwert, Neil Leach, Robert Tavernor, MIT Press, 1991, Liv. VIII, cap. 6, p. 262. Também Filarete projetará a sua cidade ideal com pórticos nas ruas e praças.

[1387] Em finais do século XV, as casas da praça do mercado de Burgos apoiavam-se em postes muito velhos de madeira; assim deveria ser a de Valhadolid, uma das mais antigas e incendiada em 1561. Em Cáceres data do último quartel do século XVI a reconfiguração da praça onde, depois dos trabalhos de terraplanagem, se substituíram as vigas que adintelavam os pórticos por arcos e abóbadas de aresta. Foi precisamente essa a origem da praça Maior de Madrid, conhecida na Baixa Idade Média (reinado de D. Juan II) como *Plaza del Arrabal* por se localizar do lado de fora do recinto muralhado, no enfiamento da *Porta de Guadalajara*. Em plano inclinado, com um perímetro irregular e envolta por casas baixas e pobres com pórticos assentes em pilares de madeira, a praça funcionava como mercado e local de venda de víveres. Embora já em 1532 fosse identificada como *Plaza Mayor*, só em 1617-19 seria objeto de remodelação profunda, levada a cabo por Juan Gomes de Mora, após importantes

colunas e arquitraves de pedra[1388], como provavelmente terá sucedido na praça de Nossa Senhora da Oliveira, em Guimarães.



Fig. 71 Guimarães: praça de Nossa Senhora da Oliveira

Apesar das vantagens evidentes deste tipo de estruturas, a verdade é que, sobretudo as mais antigas, baixas e escuras, representavam alguns inconvenientes, levando até em determinados casos à sua proibição como sucedeu em Valência, logo nos finais do século XIV: entre as críticas mais comuns, apontava-se o facto de dificultarem o trânsito e o combate aos incêndios ou o propiciarem práticas fraudulentas por parte dos mercadores, por impedirem uma boa luminosidade[1389].

Sobre a configuração das praças medievais portuguesas pouco mais se pode acrescentar. Como se referiu inicialmente, as fontes escritas não pormenorizam o espaço, e a arqueologia pouco pode fazer por locais sistematicamente transformados no decorrer dos séculos seguintes e ainda hoje densamente ocupados.

Acresce, todavia, uma característica fundamental e que pode, justamente, constituir uma resposta à questão colocada no início deste capítulo em torno da praça ser ou não uma invenção medieval.

Só podendo formular-se a questão por comparação com outras realidades anteriores e supostamente congéneres, como a *ágora*, o fórum e o pátio da mesquita islâmica, verifica-se que algo de totalmente distinto caracteriza a praça medieval: a presença (ou sobreposição) marcante do setor residencial. Efetivamente, as arcadas comerciais,

obras de terraplanagem. TORRES BALBÁS, "La Edad Media", p. 167-170; Luis CERVERA VERA, "La epoca de los Austrias", *Resumen historico del urbanismo en España*, p. 193-198.

[1388] Bonet Correa distingue os pórticos castelhanos, em que postes verticais suportam vigas horizontais, dos *suportales* catalães e da costa cantábrica, compostos por grossos pilares donde nascem os arcos de volta perfeita ou apontados, formando galerias cobertas de abóbadas de arestas. Com pés direitos mais baixos que os anteriores, são mais escuros e pouco arejados. A. BONET CORREA, "Los Suportales en las ciudades españolas", p. 77-88.

[1389] TORRES BALBÁS, "La Edad Media", p. 143; Adealide P. Millan da COSTA, "O refazimento da Praça da Ribeira ...", p. 34.

preenchidas por tendas e oficinas que vimos cercarem o espaço central de grande número de praças, constituíam apenas o piso térreo de edifícios de vários andares ou sobrados, para utilizar a terminologia da época. Como tem sido sobejamente reiterado, os prédios seriam tanto mais altos quanto centrais fossem as zonas em que se inscreviam[1390]. Porque o terreno era mais caro e os lotes valorizados, aumentava-se a área residencial para moradia própria ou para subalugar, acrescentando um novo andar aos já existentes. A tendência para o crescimento em altura está amplamente comprovada nas zonas onde o comércio era mais intenso: nas praças, portanto.

Ora este tipo de configuração afasta-se radicalmente dos espaços públicos congéneres de cronologias mais recuadas, invariavelmente equacionados como possíveis antecessores. A moldura residencial cria, naturalmente, uma ambiência que é a antítese do fórum ou do pátio da mesquita, deserto e encerrado pela noite. Mais: em termos de alçados, as dezenas de janelas rasgadas sobre a praça desdobram os planos de participação: dos que circulam e dos que assistem, dos que simultaneamente veem e são vistos[1391].

A praça torna-se um palco privilegiado, encerrando em si mesma os principais símbolos da urbanidade e do poder concelhio.

[1390] Veja-se, como exemplo, os edifícios que fechavam a praça de Coimbra pelo lado oriental: no piso térreo ficavam os açougues, com os seus "*arqos de pedrarya*" na frontaria, sob os quais se encontravam as "*vendedeiras de pescado, enxerqueiras e tripeiras*". No piso logo imediatamente acima dos arcos, situava-se o Paço dos Tabeliães e, nos pisos superiores, as casas estavam arrendadas a mercadores. "Livro I da Correia", *Arquivo Coimbrão* (Boletim da Biblioteca Municipal), IV, Coimbra, 1938-39, p. 169, art. 787; *Tombo Antigo da Câmara de Coimbra*, p. 6-10; Luísa TRINDADE, "*A Praça e a Rua da Calçada* segundo o Tombo Antigo da Câmara de Coimbra", p. 121-157.

[1391] Potencialidades que a *Plaza Mayor* espanhola desenvolverá até às últimas consequências.

9. A Casa da Câmara

O quadro sociopolítico

No *Regimento dos Corregedores* de 1340, D. Afonso IV determinava que os vereadores reunissem em conselho uma vez por semana, ao domingo de manhã, devendo, para isso, apartar-se "*a huu logar pera averem de falar ou de concordar em todas aquelas cousas que forem prol e boo uereamento da dicta vila*"[1392]. Que a determinação régia foi quase de imediato cumprida, prova-o a queixa apresentada às cortes de Lisboa em 1352, segundo a qual "*os vereadores que ssom postos em cada hua Çidade e Vilas sse apartam em logares çiuis e ffazem sas posturas*"[1393].

A análise dos dois testemunhos permite compreender como a adoção de um novo modelo de gestão urbana, de que a referência aos vereadores é o sinal mais evidente, foi determinante no aparecimento e vulgarização de um espaço próprio ou "*apartado*", reservado à administração concelhia: a Casa da Câmara, também chamada Paço do Concelho ou Paço da Relação.

Foi efetivamente, ao longo do século XIV que se assistiu, em Portugal como na maior parte do restante espaço europeu, à transferência de poderes da assembleia alargada ou *concilium* para o seio de uma elite restrita de homens-bons[1394]. Aos juízes e vereadores, cargo recentemente criado que encontra no primeiro testemunho transcrito a sua mais antiga referência documental, e no segundo a confirmação da sua rápida divulgação, confiava-se, a partir de então, a tarefa cada vez mais exigente da governação[1395].

[1392] Marcelo CAETANO, A *administração Municipal de Lisboa durante a primeira dinastia (1179-1383)*, Separata da Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, vol. VII, Lisboa, 1951, p. 168. No texto é ainda utilizado o termo "ueedores".

[1393] *Cortes portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*, p. 134.

[1394] Das profundas alterações registadas no regime municipal ao longo da Idade Média, destacaremos apenas as que mais diretamente se relacionam com o aparecimento e evolução de um espaço próprio para o exercício do poder. Para um estudo aprofundado da realidade concelhia portuguesa, veja-se Marcelo CAETANO, *História do direito português [1140-1495],* Lisboa, Verbo 3ª ed., 1992; António Manuel HESPANHA, *História das Instituições. Época medieval e moderna*, Coimbra, Almedina, 1982; Maria Helena da Cruz COELHO; Joaquim Romero de MAGALHÃES, *O poder concelhio: das origens às cortes constituintes. Notas de História social*, Coimbra, Centro de Estudos e Formação Autárquica, 1986.

[1395] A criação do cargo de vereador deverá situar-se em torno de 1338; nos primeiros anos da década de quarenta, são referidos em concelhos de natureza tão distinta quanto Lisboa, S. Martinho de Mouros ou Bragança, o que atesta a rápida divulgação do cargo. Marcelo CAETANO, *A administração Municipal de Lisboa*, p. 75-77.

São vários e indissociáveis os fatores que conduziram ao novo modelo de gestão urbana, pelo qual os poderes da assembleia, símbolo máximo da autonomia concelhia e onde a totalidade dos vizinhos tinha assento e voz, foram progressivamente transferidos para um corpo restrito de oficiais, recrutados entre os "*bons*"[1396]. Como sugestivamente resumiu Maria Alegria Fernandes Marques, "*a administração não é mais assunto de todos, antes se torna em função de alguns*"[1397].

Da expansão dos núcleos urbanos à intensa mobilidade das populações, do fortalecimento da economia monetária ao crescente dinamismo das trocas comerciais ou da rápida difusão da escrita e do número a todo um conjunto de novos problemas desencadeados pela crise de meados do século XIV — alguns, como o abastecimento ou a desordem social, de difícil resolução —, tudo concorreu para tornar a administração da cidade uma tarefa cada vez mais exigente, a que a estrutura pouco ágil e especializada de uma assembleia alargada já não conseguia dar resposta capaz.

Para a consolidação desse grupo dos "*profissionais da vereação*"[1398], cada vez mais restrito e especializado, acresceu um outro fator fundamental: a forma como essa mesma burguesia desenvolveu mecanismos que lhe permitiram monopolizar o poder municipal. Juízes, vereadores e procuradores, essencialmente, mas também muitos dos que os assessoravam e cujo número e especialização dependia da grandeza e dinamismo do núcleo em causa, formaram o que Adelaide Millán Pereira sugestivamente caracterizou como a "*família da vereação*", rodando entre si os cargos, vedando o acesso a novos membros, nomeando os sucessores, fazendo da administração urbana uma carreira praticamente vitalícia[1399].

Mas se as oligarquias urbanas vingaram, foi porque a concentração de poderes num grupo minoritário foi ao encontro à estratégia de reforço e centralização do poder real, de que o controlo dos núcleos urbanos constituiu um dos vetores essenciais[1400].

À multiplicação de cargos de nomeação régia com competências progressivamente ampliadas e devidamente codificadas — meirinhos, corregedores, almoxarifes, juízes de fora ou "*por el rei*" — o monarca associou uma estratégia de limitação do número daqueles que, entre os homens-bons dos concelhos, podiam ascender ao

---

[1396] Ainda que, em 1343, D. Afonso IV determinasse que os vereadores deveriam ser "*homees boos honrados e entendidos e sem suspeita*", o processo de recrutamento dos vereadores evoluiu muito rapidamente no sentido de um afunilamento em que o prestígio e a riqueza constituíram parâmetros essenciais. Para a caracterização da aristocracia municipal nos séculos XIV e XV, veja-se Armindo de SOUSA, "A Sociedade (estruturas, grupos e motivações)" *História de Portugal,* dir. José Mattoso, vol.II, *A monarquia feudal (1096-1480),* Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 408-412.

[1397] Maria Alegria Fernandes MARQUES, "O poder concelhio em Portugal na Baixa Idade Média", *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXII, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1997/98, p. 7.

[1398] Adelaide Pereira Millan da COSTA, *"Vereação" e "vereadores". O governo do Porto em finais do século XV*, Porto, Arquivo Municipal - Câmara Municipal, 1993, p. 68.

[1399] No Porto, em finais do século XV, 62,5 % dos detentores de cargos concelhios permanecem no ativo por mais de vinte anos. Da recorrência na titularidade dos cargos é elucidativo o caso de Álvaro Rodrigues de Azeredo que, permanecendo em funções entre 1453 e 1495, foi sucessivamente almotacé, vereador, juiz e procurador. Adelaide Pereira Millan da COSTA, *"Vereação" e "vereadores".* p. 66-70 e p. 100.

[1400] Sobre a convergência de interesses, veja-se o exemplo da Guarda onde, a pedido do próprio concelho, em 1468, o número de homens envolvidos na governação sofreu uma redução de 36 para 12; alguns anos depois, contudo, queixavam-se que a escolha desses poucos era, então, feita pelo ouvidor do corregedor, incidindo apenas sobre homens da sua confiança. Maria Helena da Cruz COELHO; Joaquim Romero de MAGALHÃES, *O poder concelhio*..., p. 28.

desempenho de cargos públicos. De entre as medidas tomadas com vista ao esvaziamento de poderes da assembleia, de que a criação do cargo de vereador foi um primeiro golpe, ganha especial relevo a lei geral que, em 1391, instituiu a chamada Ordenação dos Pelouros.

Justificando a medida com a necessidade de pôr fim aos tumultos e bandos que, cada vez mais frequentemente, acompanhavam os processos eleitorais, D. João I retirava à assembleia de vizinhos a capacidade de eleger livremente os oficiais da governança. A responsabilidade da elaboração de listas ou pautas onde constassem os nomes dos elegíveis — desde logo limitados aos considerados "*jdoneos e perteençentes*" a cada um dos cargos — recaía, agora, exclusivamente sobre alguns membros da aristocracia local, que ajustes posteriores à lei ainda mais reduziriam. E, embora o sorteio decorresse sob a supervisão do corregedor, a legitimidade do resultado dependia, em última análise, de confirmação régia[1401].

Se a estratégia da coroa contribuiu decisivamente para a concentração de poderes nas mãos de uns poucos, não o fez com o intuito de os fortalecer, mas apenas porque assim assegurava um controlo mais eficaz — quando não mesmo a manipulação — dos que "*andavam na governança*" e, por seu intermédio, a submissão dos núcleos urbanos. A resposta ao pedido de eleições que, em 1492, o concelho de Évora dirigiu a D. João II, pode bem considerar-se o culminar de toda esta evolução: "... *e quamto ao que nos pedys* […] *ajamos por bem que façaaes vosa imliçam do dito ofiçio* […] *per queremos que na dita imliçam seja loguo metido o dito Joham Mendez pera teer e servir o dito ofiçio estes tres annos primeiros seguintes...*"[1402].

Resumindo, da conjugação de vários fatores — necessidade de especialização e de dedicação integral aos negócios da cidade, ambição e auto defesa do grupo, a par de uma maior ingerência e controlo por parte da coroa — resulta que, em meados do século XIV, a gestão urbana fosse já um assunto que só a uma elite dizia respeito[1403].

As reuniões amplamente participadas, convocadas por pregão para espaços desafogados, em regra a céu aberto, no adro de uma igreja, debaixo de um carvalho ou de um olmo[1404], numa praça, sob um alpendre ou no claustro de um convento, só teriam doravante lugar quando o assunto fosse considerado "*grande e grave*". A sua realização seria, por isso, cada vez mais esporádica, por ocasião da abertura dos pelouros, anunciando medidas extraordinárias relacionadas, por exemplo, com surtos de peste, fazendo ler publicamente cartas régias, decidindo matérias sensíveis como a criação

[1401] Para uma descrição pormenorizada do processo eleitoral conhecido por Ordenação dos Pelouros, veja-se Marcelo CAETANO *História do direito português...*, p. 498. Algumas das mais comuns subversões ao sistema encontram-se publicadas por António Manuel HESPANHA, *História das instituições...*, p. 249.

[1402] Manuela MENDONÇA, *D. João II. Um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal*, Lisboa, Estampa, 2ª ed. 1995, p. 317.

[1403] Armando Carvalho HOMEM e Maria Isabel Carvalho HOMEM, "Lei e poder concelhio: as posturas. O exemplo de Lisboa (sécs. XIV- XV)", R*evista da Faculdade de Letras - História*, 7, Porto, 2006, p. 39.

[1404] Como sucedia em 1255 em Guilhade ou em Lamego, onde, junto a um lódão ou "*ladoreiro*", reunia o concelho. Veja-se, respetivamente, José MATTOSO, *Identificação de um país...*, vol. I, p. 383; Anísio de Sousa SARAIVA, "A inserção urbana das catedrais medievais portuguesas: o caso da catedral de Lamego", p. 259. Também em Oña e Valhadolid, o concelho reunia debaixo de um grande olmo. José Luís SÁINZ GUERRA, *La génesis de la plaza en Castilla,* p. 125 e Gautier Dalché, "La Place et les structures municipales en Vieill-Castille", p. 55.

de aposentadorias ou o lançamento de fintas. Ao longo dos últimos vinte e cinco anos do século XV, a assembleia plenária portuense reuniu apenas dezasseis vezes.[1405]

Em muitos dos casos, de qualquer forma, o seu poder deliberativo era então já muito limitado, senão mesmo fictício, não passando o concelho apregoado de uma simples sessão informativa, adiando-se a efetiva discussão e resolução do problema para a reunião camarária seguinte, ou seja, para o âmbito restrito dos quadros da vereação[1406]. Estes, de composição distinta consoante a dimensão e vitalidade do núcleo urbano em causa[1407], comportariam, numa situação intermédia, para além do colégio eleito de juízes e vereadores, ou seja, a câmara propriamente dita[1408], o procurador, dois almotacés e o mais ou menos especializado conjunto de funcionários de nomeação concelhia: tesoureiro, contador, escrivão, porteiro e pregoeiro, podendo, em muitos casos, registar-se a acumulação de algumas destas funções. Às reuniões semanais, podiam igualmente comparecer os oficiais de provimento régio, caso do corregedor, do alcaide e do almoxarife[1409].

Ainda no âmbito da gestão quotidiana, na resolução das questões "*leves e boas*", assessorava este núcleo restrito um número variável de homens-bons que "*para a relação e regimento da cidade são apartados*", normalmente antigos detentores de ofícios e magistraturas que, pela sua experiência e saber, eram ouvidos pela vereação eleita. Em Évora, em finais do século XIV, os homens-bons nomeados pelo corregedor não excediam o número de dez, todos eles oriundos das mais influentes famílias da cidade[1410]. Variável de concelho para concelho, o seu número tenderia, em qualquer dos casos, a ser limitado. Em 1440, salvaguardando situações de gravidade, D. Pedro proibia ajuntamentos de homens-bons nas vereações, "*porque delles se seguem gramdes empachos e torvações*" o que, ainda segundo a opinião do infante, era incompatível com a discrição necessária à boa condução dos negócios[1411].

Esta necessidade de discrição ou secretismo[1412] foi, em grande medida, responsável pela criação de um espaço próprio à administração concelhia. No Porto, em meados

---

[1405] Adelaide Pereira Millan da COSTA, *"Vereação" e "vereadores"…*, p. 66-70 e p. 31.

[1406] Adelaide Pereira Millan da COSTA, *"Vereação" e "vereadores"…*, p. 40.

[1407] Sobre as assimetrias registadas ao nível dos quadros concelhios, quer em termos numéricos quer no grau de especialização, veja-se Oliveira MARQUES, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV,* p. 199.

[1408] Os juízes eram normalmente em número de dois, dividindo as matérias de cível e crime. Em núcleos de maior dimensão, podiam ser coadjuvados por outros juízes especializados, tais como os dos ovençais, dos judeus, dos testamentos, dos órfãos, etc. Quanto aos vereadores, o número de cinco ou seis "*ou mais se virem que se trata de lugar que o mereça*", previsto inicialmente pelo Regimento dos Corregedores, revelou-se excessivo sendo reduzido para dois ou três. Marcelo CAETANO, *A administração Municipal de Lisboa...*, p. 76.

[1409] A sua presença suscitou inúmeras queixas por parte das vereações, acusando-os de se valerem do seu poder para pressionar e manipular os oficiais concelhios. Em 1442, o concelho de Setúbal queixava-se ao infante D. Pedro da intromissão dos corregedores e ouvidores nas reuniões da assembleia a quem censuravam o querer "*saber os segredos do comçelho que a sua juridiçom nom perteemçem*". Em resposta, o regente determinava que "*quamdo os offiçiaaes e homeens boons alguuas cousas secretas amtressy quiserem fazer, que elles nom vãao aas vereaçõoes saluo prazemdo aos sobreditos*". H. Baquero MORENO, "A evolução do município em Portugal nos séculos XIV e XV", *Os municípios portugueses nos séculos XII a XV*, Lisboa, 1986, p. 41.

[1410] Maria Ângela BEIRANTE*, Évora na Idade Média*, p. 678.

[1411] António Manuel HESPANHA, *História das instituições*..., p. 237.

[1412] Era hábito instituído que os membros das vereações, ao tomarem posse do cargo, jurassem, sobre os Santos Evangelhos, manter segredo absoluto sobre tudo o que fosse discutido na câmara. Veja-se os exemplos de Évora ou Funchal, respetivamente, em Gabriel PEREIRA*, Documentos históricos da cidade de Évora,* p. 173 e *Vereações*

do século XIV, a urgência em erguer um novo edifício era justificada pelos vereadores com o argumento de que o existente, integralmente construído de madeira, não lhes permitia "*usar nem falar nenhuns segredos, segundo a seus ofícios pertencia*"[1413].

Uma estrutura física de apoio seria, de resto, cada vez mais necessária face à complexidade administrativa crescente. A gestão dos núcleos urbanos já não era compatível com a itinerância do exercício do poder. Como veremos, à medida que surgiram as necessidades, consubstanciou-se o programa.

O aumento de população nos centros urbanos e o consequente avolumar de negócios e tensões veio determinar um ritmo mais intenso e uma maior regularidade de reuniões; se em 1340 uma só reunião semanal parecia suficiente, em meados do século XV, as Ordenações Afonsinas determinavam que as vereações reunissem às quartas e sábados, penalizando, em cem reais brancos, os vereadores que não comparecessem na Relação[1414].

Por outro lado, não eram apenas os símbolos do concelho (bandeiras e selos), a arca dos pelouros ou os documentos escritos, essenciais à salvaguarda da autonomia e privilégios concelhios — de que a primitiva carta de foral era obviamente um dos mais importantes, ainda mais numa época em que as investidas do poder central eram permanentes — que implicavam um espaço próprio. Todos eles podiam, em última análise, ser entregues à guarda de um mosteiro, de uma igreja ou de um dos membros da vereação[1415]. Totalmente diferente era o acréscimo de burocracia que, de forma cada vez mais intensa, pesava sobre a gestão urbana corrente. O governo central tornava-se progressivamente mais exigente, regulamentando em detalhe as práticas dos diversos ofícios e magistraturas, definindo competências, tornando obrigatória a manutenção de registos atualizados tanto no que à administração como à justiça dizia respeito. Assim, às duas versões do Regimento dos Corregedores, a primeira de 1332, a segunda de 1340 (incluindo já o regimento dos vereadores) e à codificação do tabelionado, primeiro em 1305 e novamente em 1340, sucede, em data anterior a 1348, a "*ordenaçam em razom dos juízes e dos vogados e procuradores e tabeliães e dos outros oficiais dos concelhos, como devem fazer em seus ofícios…*"[1416].

Se os primeiros sintomas datam ainda do reinado de D. Dinis[1417] (imposição do selo concelhio, obrigatoriedade de existência de Paço dos Tabeliães ou a exigência da presença de juiz e procurador no concelho), toda a evolução posterior denuncia um controlo cada vez mais apertado. De forma transversal a todos os diplomas referidos,

---

da Câmara Municipal do Funchal, século XV, leitura e transcrição de José Pereira da COSTA, Secretaria Regional de Turismo e Cultura - Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995, p. 150. Deste mesmo secretismo queixaram-se os povos nas cortes de 1352, como foi já referido.

[1413] Artur de Magalhães BASTO, "Os diversos Paços do Concelho da cidade do Porto", *Vereaçoens, Anos de 1390--1395. O mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Porto existentes no seu Arquivo,* comentários e notas de Artur de Magalhães Basto, Porto, Câmara Municipal, 1937, p. 249.

[1414] *Ordenações Afonsinas*, liv. I, tít. XXVII, p. 173-179.

[1415] Marcelo CAETANO, *A administração municipal de Lisboa...*, p. 95. O mesmo se passava nos reinos vizinhos: os arquivos municipais de Ecija, na Andaluzia, ficaram, até aos inícios do século XVI, altura em que o Paço do Concelho foi finalmente construído, à guarda dos franciscanos. Jacques HEERS, *La ville au Moyen Âge*, p. 417.

[1416] Marcelo CAETANO, *A administração municipal de Lisboa...*, p. 77-79.

[1417] Determinações recolhidas nas *Ordenações de D. Duarte,* p. 196, p. 299 e p. 355.

perpassa a obrigatoriedade de registar por escrito tudo o que ao concelho diga respeito. A escrita invade todas as esferas da administração e o acesso aos seus principais agentes é assegurado ou, pelo menos, regulamentado.

Ao findar do século, no título I do Regimento de Évora[1418], impunha-se o arrolamento em livros próprios de todas as rendas e bens móveis, das armas, medidas e ferramentas, da totalidade dos foros e privilégios, dos *estromentos* e sentenças. As escrituras que estivessem dispersas seriam obrigatoriamente recolhidas e arquivadas na arca concelhia. Quanto aos livros de registo, revistos os dos últimos vinte anos e imposta, a partir de então, uma rigorosa atualização, guardar-se-iam nos armários do concelho. Um ano depois, em 1393, D. João I alargava a determinação a todo o reino[1419].

Não é, por isso, coincidência que as próprias reuniões concelhias passem a dispor de atas, surgindo, justamente ao longo do século XIV, os primeiros livros de vereações[1420].

Centralizar registos e ofícios num determinado espaço aumentava, inquestionavelmente, a eficácia da gestão. Permitia, sobretudo, exercer um controlo e fiscalização mais apertados sobre práticas e funcionários. Em 1431, pretendendo evitar falsificações e abusos que a dispersão dos atos originava, D. João I declarava só reconhecer validade às cartas procedentes dos concelhos desde que redigidas "*demtro em a camara do comçelho*", assinadas e seladas pelos respetivos vereadores e procuradores[1421].

Primeiros espaços

Os paços do concelho eram, por tudo o que ficou dito, uma estrutura inadiável. Razão pela qual, tanto as referências documentais como os vestígios arqueológicos de edifícios especificamente destinados às tarefas da vereação, ganham expressão em torno dos meados do século XIV.

Em Óbidos, deteta-se em 1334[1422], em Lisboa, em 1336[1423], em Torres Vedras, em 1337[1424]. Pouco ou nada se sabe sobre estas estruturas. O Paço do Concelho de Lisboa, tradicionalmente apontado pela historiografia como o exemplo mais precoce[1425], terá ocupado o que parece ter sido a antiga casa de Santo António, nas imediações da Sé,

---

[1418] Gabriel PEREIRA, *Documentos históricos da cidade de Évora*, p. 168-169. *Os Regimentos de Évora e de Arraiolos do Século XV,* introdução e revisão de Hermínia Vasconcelos Vilar, leitura e transcrição de Sandra Paulo, ʷww.cidehus.uevora.pt/textos/fontesul/reg_arraiolos.pdf, p. 14-15.

[1419] O monarca ordenava aos escrivães que escrevessem "*em huu liuro de purgamjnho bem encadernado e cuberto todallas escripturas que aas dictas çidades e villas e comçelhos pertencerem asy de rendas como djreitos e priuillegios que lhes pertençem como de sentenças e graças que ouuerom ou ouuerem daquy em diamte...*". Documento publicado por H. Baquero MORENO "O poder real e as autarquias locais no trânsito da Idade Média para a Idade Moderna", *Os municípios portugueses nos séculos XIII a XVI, Estudos de História*, Lisboa, Presença, 1986, p. 88-89.

[1420] Maria Helena da Cruz COELHO, "O quadro institucional", *Portugal em definição de fronteiras*, p. 563.

[1421] H. Baquero MORENO, "O poder real e as autarquias locais...", p. 88-89.

[1422] Manuela Santos SILVA, *Óbidos medieval...,* p. 127.

[1423] Marcelo CAETANO, *A administração municipal de Lisboa...*, p. 94.

[1424] Ana Maria RODRIGUES, *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média*, Fundação Calouste Gulbenkian-Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995, p. 148 e 174.

[1425] Ferreira de ALMEIDA; Mário J. BARROCA, *História da Arte em Portugal. O Gótico*, p. 143.

praticamente no adro onde até aí reunia regularmente o conselho. Local onde se manteve ao longo dos séculos seguintes[1426].

A proximidade cronológica destes vários testemunhos, todos eles da década de trinta, e a multiplicação de referências nos anos imediatamente seguintes, marcam o momento de viragem. Contudo, a primeira menção que encontramos a um edifício concelhio é consideravelmente anterior. Efetivamente, a 23 de setembro de 1316, um documento relativo ao mosteiro de Alcobaça era "*fecto em Leiria em no concelho da par de S. Pedro*", no que parece ser uma clara referência topográfica ao primitivo Paço do Concelho da vila, situado no interior da cerca, junto à igreja de S. Pedro, local onde também funcionaria a audiência dos tabeliães e cadeia[1427]. Que a primitiva câmara aí terá funcionado em edifício próprio — em 1423 já se encontrava na Praça de S. Martinho — pode ser comprovado pelo escambo feito entre Frei Brás de Braga, bispo de Leiria, e a cidade quando, em 1546, o primeiro cedeu parte de um campo junto ao rio em troca de "*huas casas que* [a cidade] *tem na cerqua em que soya de fazer câmara*"[1428].

No mesmo sentido, deve ter-se em linha de conta a referência à reunião dos oficiais de Lamego, ocorrida em 1317, "*no concelho ao balcão*". Também neste caso permanecem algumas dúvidas quanto ao significado exato da expressão. A verdade é que, dois anos depois, volta a mencionar-se uma casa "*que nos avemos acerca da porta do dicto Castelo de Lamego hu se soe a fazer o concelho*"[1429]. Já sem qualquer tipo de equívocos, pode afirmar-se que, em 1357, Lamego dispunha de um espaço exclusivamente destinado à vereação[1430].

Independentemente destes casos isolados, que pouco mais permitem que o recuar da data em que a estrutura possa ter surgido pela primeira vez no país, importa salientar como, só adiantada a década de 1330, a divulgação dos paços concelhios é uma realidade facilmente comprovada.

Tal como acontecera em Lisboa, as vereações de Coimbra[1431] e Porto escolheram (ou mantiveram) a proximidade às respetivas catedrais para local de reunião. Eram, todavia, edifícios modestos e exíguos pelo que, primeiro no Porto, um pouco mais tarde em Coimbra, foram substituídos por outros maiores, mais apropriados e, seguramente, dotados de outra dignidade. Vale a pena referir o caso do Porto para o qual

---

[1426] Em 1498, D. Manuel ordenava que se acudisse de imediato à Casa da Câmara "*porque se vinha de todo ao chão e corria muito risco as casas da vizinhança della*". Aproveitando a campanha de obras, e dando cumprimento ao que D. João II determinara em 1495, o monarca mandava edificar, na cave do edifício, uma capela abobadada, em honra de Santo António. Marcelo CAETANO, *A administração municipal de Lisboa...,* p. 97. Documento publicado por Helder CARITA, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos,* p. 207.

[1427] Saul António GOMES, "A praça da S. Martinho de Leiria do século XII à reforma de 1546", p. 60-61. A cópia integral do documento foi-nos facultada pelo Professor Doutor Saul Gomes, facto que aqui publicamente agradecemos.

[1428] Saul António GOMES, "A praça da S. Martinho de Leiria do século XII à reforma de 1546", p. 76-77.

[1429] Documento publicado por Anísio Miguel de Sousa SARAIVA, *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV (1296-1349)*, Leiria, Magno edições, 2003, p. 576.

[1430] Anísio SARAIVA, "A inserção urbana das catedrais medievais portuguesas: o caso da catedral de Lamego", p. 260.

[1431] A primeira referência ao "*paço onde se faz o concelho*" é de 1341. Maria Helena da Cruz COELHO, "Coimbra trecentista, a cidade e o estudo", *Biblos*, 68, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1992, p. 337.

a documentação é invulgarmente pormenorizada[1432]. Nos anos anteriores a 1350, a cidade dispunha de uma casa de madeira, encostada aos muros da Sé, funcionando simultaneamente como cadeia, sala de audiências e câmara de reuniões.

Que o edifício era totalmente desadequado para as funções que lhe estavam adstritas, prova-o a descrição de 1354, segundo a qual "*quando alguns presos por justiça metem a tormento* […] *a gordura e sangue que aí se faz cai recude sobre as paredes da igreja. E as confissões que esses assim faziam, não se podiam fazer,* […] *que não fossem ouvidas, porque é todo tavoados*". Essa mesma falta de privacidade preocupava igualmente os juízes e vereadores que "… *não podiam aí usar nem falar nenhuns segredos, segundo a seus ofícios pertencia*".

Não admira, por isso, que a vereação se queixasse de não ter "*paços nem lugar honesto, nem conveniente, segundo à dita cidade pertencia*". Razões mais do que suficientes para que, ainda na década de cinquenta, cidade e bispo erguessem um novo paço, novamente junto à Sé, ocupando parte do cemitério e adro fronteiro, onde desde os finais do século XII se realizava um mercado semanal[1433]. Pouco se sabe sobre este paço que, assente sobre frágil muro de suporte, desabou num curto espaço de tempo, arrastando consigo parte do adro e as casas contíguas. Apesar da documentação o definir sumariamente como um "*paço em arcos*" a expressão é, por si só, suficiente para permitir inferir um salto qualitativo em relação à estrutura anterior.

Deixando de lado os edifícios que apenas conhecemos por testemunho documental e passando à análise do pequeno núcleo dos que, com maiores ou menores transformações e restauros, sobreviveram até aos dias de hoje, verifica-se como, corroborando o exemplo do Porto, os paços concelhios foram construções que, praticamente desde a origem e sempre que possível, suscitaram um cuidado acrescido por parte das comunidades e dos próprios monarcas, materializando, na forma edificada, a forte carga simbólica que rapidamente adquiriram.

Os antigos paços do concelho de Estremoz, implantados a sul da igreja de Santa Maria, parecem ser o exemplo mais precoce de quantos chegaram até nós. Tradicionalmente interpretado pela historiografia como uma dependência do paço que D. Dinis aí mandara erguer, deve-se a José Custódio Vieira da Silva[1434] a sua identificação como edifício camarário, autónomo e distinto da morada régia. Facto que justifica a existência da pedra de armas com os símbolos concelhios sobre a porta de entrada, em vez dos régios, como se verifica na torre de menagem. Iniciada ainda no reinado de D. Dinis, estaria já concluída em 1341, ano em que D. Afonso IV doou, de acordo com a inscrição, a pedra de armas atrás referida[1435]. Mas não terá sido este o único

[1432] Seguimos a documentação publicada por Artur de Magalhães BASTO em "Os diversos Paços do Concelho da cidade do Porto", p. 247 e segs. Uma síntese pode ler-se em Manuel Luís REAL, "Como nasceu a câmara municipal do Porto", *Porto de Encontro*, 1, maio/junho, Porto, Câmara Municipal, 1991, p. 44-48.

[1433] Artur de Magalhães BASTO, "Desenvolvimento topográfico da cidade. Séculos XII a XV", *História da cidade do Porto*, vol. I dir. Damião Peres, Portucalense Editora, p. 156.

[1434] José Custódio Vieira da SILVA, *Paços medievais portugueses*, p. 89-90.

[1435] Segundo leitura de Afonso de Ornelas, a pedra de armas contém a seguinte inscrição: "*Era de 1379 anos reinando D. Afonso o quarto filho do mui nobre D. Diniz rei de Portugal. Este rei D. Afonso deu esta bandeira em quantas lidas que foi todas venceu em este tempo"*. Túlio ESPANCA, *Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Évora*, 8, vol. I, Academia Nacional de Belas Artes, 1975, p. 101.

apoio do monarca à construção da Casa da Câmara: ao que tudo indica, terá também cedido o seu "arquiteto", mestre Anton, que, simultaneamente ou pouco tempo depois, erguia a torre de menagem do paço real. O que explica o elevado nível arquitetónico, a ornamentação cuidada ou a utilização extensiva de materiais nobres, características que, de certa forma, conferem ao Paço do Concelho de Estremoz um lugar de topo no panorama português coevo.

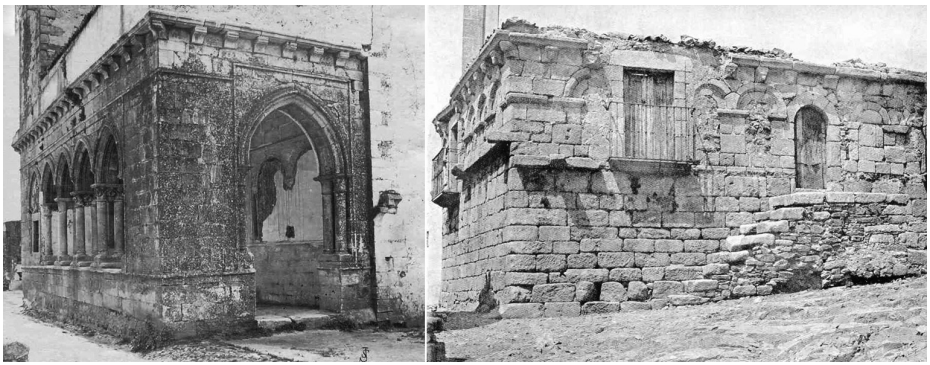


Fig. 72 Estremoz e Bragança: primitivos Paços do Concelho antes dos respetivos restauros

Mais modesta, e provavelmente mais representativa, a primitiva Casa da Câmara de Monsaraz, situada no largo principal junto à igreja matriz, e pela primeira vez documentada, em 1362[1436], mantém ainda, apesar das transformações a que foi sujeita no decorrer dos séculos seguintes[1437], elementos construtivos medievais dignos de nota. Entre eles, destaca-se a série de três pares de janelas geminadas apontadas[1438], abertas na parede da sala de reuniões virada à rua Direita, bem como, no alçado sul (sob o que é hoje a escada de acesso ao 2º piso) o conjunto portal-duplas janelas, que davam acesso e iluminavam a sala de audiências propriamente dita (onde ainda pode ver-se o famoso fresco alusivo ao bom e mau juiz), abrindo para o que pode ter sido originalmente uma estrutura do corredor ou galilé[1439].

[1436] Túlio ESPANCA, *Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Évora*, p. 390.

[1437] Nos finais do século XV ou já nos inícios do XVI foi acrescentado um segundo piso coincidindo, certamente, com a adaptação do edifício a cadeia. Parcialmente danificado pelo terramoto de 1858, o edifício foi, a partir dos anos cinquenta do século XX, objeto de profundo restauro por parte da Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais.

[1438] Sendo o par central uma reconstituição recente.

[1439] Sobre esta hipótese, veja-se infra, p. 632-634.

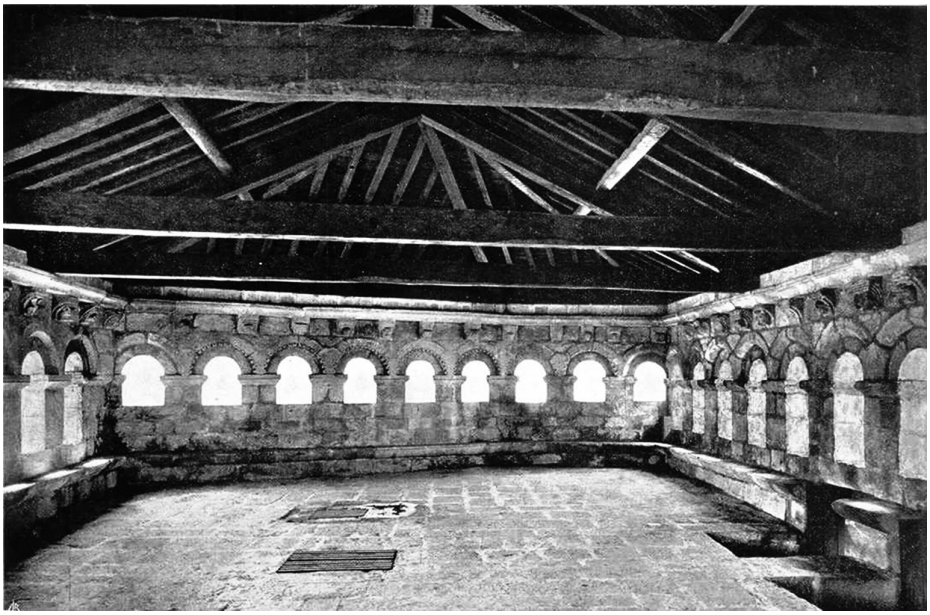


Fig. 73 Bragança: interior da sala de reuniões

Um terceiro edifício é a Casa da Câmara de Bragança[1440], vulgarmente conhecida por *Domus Municipalis,* e igualmente datável do século XIV[1441]. Distingue-se dos anteriores por integrar, no seu interior, a cisterna o que não só lhe confere características próprias, como ajuda a explicar o investimento avultado no edifício. Esta associação não seria, de resto, totalmente invulgar registando-se, alguns anos depois, em Chaves e em Montemor-o-Novo, embora nada se saiba destas construções, entretanto desaparecidas[1442]. Ainda relativamente a Bragança, importa destacar uma outra característica: o vasto salão, rodeado a toda a volta por um banco de pedra, é rasgado em todas as cinco faces por uma série contínua de janelas em arco, conferindo ao espaço de reunião uma certa permeabilidade ao exterior, no que parece ser um traço recorrente neste tipo de edifícios. Espaço que, na sua versão mais simples, podia não ser mais que um rudimentar alpendre, como aquele em que o conselho de Guimarães reunia, em 1353[1443].

[1440] O edifício cumpriu as funções de câmara municipal até meados do século XIX, altura em que o estado de ruína iminente ditou o seu abandono; profundamente transformado, foi restaurado pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais na década de 1920.

[1441] Pedro DIAS, *A arquitectura gótica portuguesa*, Lisboa, Estampa, 1994, p. 186. Ferreira de ALMEIDA; Mário J. BARROCA, *História da Arte em Portugal. O Gótico*, p. 147.

[1442] Em 1383, o concelho reuniu na "*villa de chaves Em çima da Çisterna*". *Cortes portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383),* vol. II, p. 106. O Livro de receitas e despesas da câmara de Montemor-o-Novo, de 1506 (anterior à realização das obras manuelinas), refere a existência de cisterna no Paço do Concelho. Banha de ANDRADE, *Breve História das ruínas do antigo burgo e concelho de Montemor-o-Novo*, p. 14.

[1443] Maria da Conceição Falcão FERREIRA, *Guimarães, duas vilas um só povo..,.* p. 526.

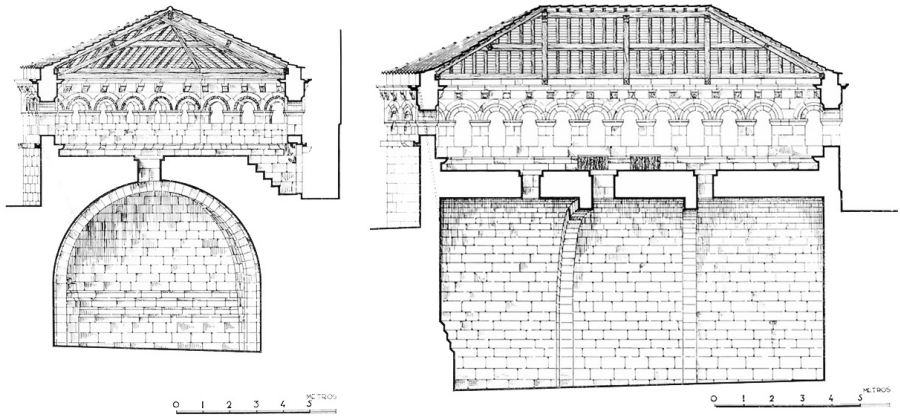


Fig. 74 Bragança: corte transversal e longitudinal da sala e cisterna
(*"Domus Municipalis" de Bragança*, DGEMN, 4, Lisboa, 1936)

Se, em meados do século XIV, as casas da câmara já não constituíam uma novidade — em 1346, deteta-se em Alcácer do Sal, em 1355, em Vila Nova de Gaia, em 1358, em Montemor-o-Novo e, em 1360, D. Pedro I doa um chão em Faro "… *pera ajuda de fazerem o dicto paaço*"[1444] — pode afirmar-se que, ainda antes do final do terceiro quartel do século XIV, este tipo de equipamento estava já amplamente divulgado.

É, com efeito, a conclusão que se retira da leitura das procurações que os concelhos enviaram às cortes realizadas em Santarém, entre finais de agosto e começos de setembro de 1383, pelas quais juravam como herdeiros do trono a infanta D. Beatriz, filha do monarca português, e seu marido João I, rei de Castela[1445]. Embora o corpo do texto obedeça a uma grande uniformidade, o primeiro e o último parágrafos referem-se, especificamente, a cada uma das vilas ou cidades, comportando, para a matéria em análise, dados de extrema importância[1446]. Logo no protocolo inicial, após a identificação dos oficiais da vereação, anota-se o lugar para o qual o pregoeiro convocou a assembleia. Não simplesmente a cidade ou vila, mas o espaço concreto no seu interior que a comunidade elegeu como o mais adequado para a reunião dos vizinhos. Omitida nalguns casos, a informação pode ainda surgir no escatocolo, antes da enumeração das testemunhas e da identificação do tabelião. O que nos permite

[1444] Respetivamente, Maria Teresa Lopes PEREIRA, *Alcácer do Sal na Idade Média*, p. 106-107; Joaquim G. GUIMARÃES, *Gaia e Vila Nova na Idade Média: arqueologia de uma área ribeirinha*, Porto, Universidade Portucalense, 1995; António A. Banha de ANDRADE, *Breve história das ruínas do antigo burgo e concelho de Montemor-o-Novo*, p. 14-15; *Chancelarias portuguesas*: *D. Pedro I (1357- 1367)*, p 177.

[1445] *Cortes portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383)*, vol. II, (1383).

[1446] O aproveitamento das referidas procurações para o estudo do aparecimento e divulgação dos edifícios camarários foi já realizado por Maria Alegria Fernandes MARQUES, "O poder concelhio em Portugal na Baixa Idade Média", p.7; Jacques HEERS *La ville au Moyen Âge en occident*, p. 420, bem como, de forma mais extensa, por Matos REIS, *Os concelhos na primeira dinastia…*, p. 118-120.

conhecer, para o ano de 1383 e em cerca de sessenta localidades diferentes, o espaço de exercício do poder[1447].

Um problema subsiste: todos os documentos, sem exceção, referem a convocatória por pregão, facto que, em regra, ocorria quando a gravidade do assunto justificava uma alargada base de participação. Nestas ocasiões, a Casa da Câmara, a existir, seria frequentemente incapaz de albergar a totalidade da assembleia, razão por que, em alternativa, se recorria a locais amplos como os claustros de um qualquer mosteiro (Braga, Santarém), salas capitulares (Castelo Rodrigo, Porto), praças (Mértola, Odemira, Viana da Foz do Lima, Vila Nova da Cerveira), adros, alpendres e interiores de igrejas, sem dúvida a situação mais recorrente (Abrantes, Alandroal, Borba, Lourinhã, Lousã, Monforte do Rio Livre, Monsanto, Montemor-o-Velho, Olivença, Penedono, Sabugal, Sertã, Sesimbra, Setúbal, Tomar e Trancoso), às portas ou mesmo no interior de um castelo (Cascais, Pombal) ou, simplesmente, em vastos terreiros a céu aberto (Caminha, Castelo Bom, Penela, Sintra).

A escolha destes locais fez-se, certamente em muito mais situações do que as que podemos comprovar, por razões meramente práticas. No Porto, ao longo dos séculos XIV, XV e XVI, recorria-se invariavelmente ao claustro, cabido ou alpendre do mosteiro de S. Domingos, apenas porque não existia na cidade, que como sabemos dispunha de Casa da Câmara desde 1350, "*outro lugar conveniente para grande ajuntamento de gente*"[1448]. Situação que se repetia em Montemor-o-Velho onde, existindo Paço do Concelho, pelo menos desde 1380[1449], a assembleia reunia, três anos depois, "*junto com santa Maria de campos*".

Leiria e Santarém constituem bons exemplos de como as reuniões podiam realizar-se em espaços diferentes, sem que isso significasse a inexistência de edifício próprio. Em Leiria, onde a Casa da Câmara datava de inícios do século, os conselhos apregoados tanto podiam realizar-se no adro de Santo Estevão (1376)[1450] como na sede concelhia (1383). Em Santarém, onde a primeira referência ao Paço do Concelho data de 1377, a reunião plenária de 1383 ocorreu no claustro do mosteiro de S. Francisco, espaço que surgia em alternativa ao alpendre da feira ou à igreja de S. João de Alporão[1451].

Para além destes casos, muitos outros assinalam especificamente a casa ou Paço do Concelho, paço da audiência, da relação ou casa da fala[1452] como o local em que, na

[1447] Do total de 66 procurações, duas referem-se ao mosteiro de Alcobaça e à comenda de Idanha-a-Nova. Nas procurações de Lanhoso, Melgaço, Monção e Pinhel não se regista o local de realização da assembleia.

[1448] A referência é de 1575. *Vereaçoens*, *Anos de 1390-1395,* p. 249.

[1449] Trata-se da procuração passada aos representantes do concelho para, nas cortes de Torres Novas, jurarem preito e menagem aos infantes D. Beatriz e D. Henrique, filho de D. João I de Castela; nela refere-se que reuniram "*todos no Paaço do Conçelho come he de nosso custume de se fazer suas Relações...*". *Cortes portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383),* vol. I, p. 179. Sobre os vários acordos matrimoniais negociados por D. Fernando para a infanta D. Beatriz, iniciados quase após o seu nascimento, veja-se Marcelo CAETANO, *História do Direito português*, p. 436-437.

[1450] *Cortes portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383)*, vol. I, p. 161.

[1451] Ângela BEIRANTE, *Santarém medieval*, p. 74. Sobre a diversidade de espaços, veja-se, da mesma autora, "Espaços Públicos nas Cidades Portuguesas Medievais: Santarém e Évora", p. 71.

[1452] O designativo de "*casa da fala*" é de todos o menos utilizado nas procurações, registando-se apenas em Moura e Évora. *Cortes portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383),* vol. II, p. 221. Contudo, o mesmo termo surge noutras localidades em cronologias diversas: em Tomar, em 1430, substituído, logo em 1444, por

presença da vereação e de muitos outros homens-bons, foi redigido o documento[1453]. Se o seu elenco é elucidativo em termos quantitativos, é-o ainda mais pela extensão geográfica abarcada: Albufeira, Alcácer do Sal, Atouguia, Arronches, Avis, Castelo Branco, Castelo Mendo, Covilhã, Crato, Elvas, Estremoz, Évora, Évora-Monte, Faro, Guarda, Guimarães, Leiria, Lisboa, Moura, Óbidos, Ponte de Lima, Portalegre, Serpa, Silves, Soure, Tavira, Torres Novas e, finalmente, Vila Viçosa[1454].

Em síntese, se os primeiros edifícios diretamente vocacionados para a gestão municipal são da década de 30 e se a sua divulgação ocorre no período que medeia entre os anos 40 e 70, os exemplos arrolados nas procurações de 1383 permitem concluir, sem hesitações, que nas últimas décadas do século XIV, constituíam já uma realidade comum a toda a extensão do reino.

Importa, mesmo que de forma breve, perceber o significado desta cronologia em termos europeus, sobretudo com regiões onde o desenvolvimento do regime municipal possa ser comparável ao português, o que exclui, à partida, o norte de Itália, a Flandres ou o reino de Aragão, onde este tipo de edifícios surge de forma precoce e rapidamente adquire uma escala dificilmente igualável[1455].

Parece ter sido igualmente no século XIV que a generalidade das cidades francesas viram surgir os "*hôtels de ville*". Entre os mais antigos, Jacques Le Goff aponta os exemplos de Mulhouse (1293) Turckheim (1315), Estrasburgo (1321) e Ribeauvillé (1342). Da mesma opinião é Roberto Lopez que acrescenta, para a mesma cronologia,

---

"*casa da Rollaçom*", Manuel Sílvio Alves CONDE, *Tomar medieval*, p. 134; em Montemor-o-Novo, no século XV, refere-se "a *camara da falla do paaço do Concelho*", Jorge FONSECA, "A vila intramuros de Montemor-o-Novo…, p. 16-17; em Alcácer do Sal, em 1482. Maria Teresa Lopes PEREIRA, *Alcácer do Sal na Idade Média*, p. 107.

[1453] Jacques Heers considera que dos 64 municípios elencados, apenas 14 dispõem de um espaço próprio: aqueles em que a expressão utilizada foi efetivamente casa do concelho. Jacques HEERS *La ville au Moyen Âge en occident*, p. 420. De fora ficaram todas as referências a paços da relação, casa da fala ou paço da audiência. Se o primeiro não representa qualquer dúvida e o segundo pode facilmente aceitar-se por analogia com o caso de Évora onde, de forma mais esclarecedora, se refere a "*quintaa das casas da fala dos paaços do conçelho*", já a última expressão, paço da audiência, poderia levantar algumas questões. Sendo essencialmente o espaço destinado ao exercício da justiça, a forma ambígua com que é utilizado na documentação (os casos de Arronches e Avis são exemplificativos utilizando, respetivamente, as expressões "*em conçelho na dicta villa na audjençia*" e "*em nosso conçelho em Audijençija*"), e a frequência com que surge integrado no Paço do Concelho sendo este a soma da "*relação*" e "*audiência*" ou "*câmara*" e "*audiência*" permitem, em nossa opinião, utilizar os diferentes termos como sinónimos de espaço de exercício do poder, tema a que voltaremos mais tarde.

[1454] As casas da câmara de Arronches, Évora-Monte e Elvas são já referidas nas procurações que os concelhos enviaram às cortes de Leiria, de 1376, segundo as quais juravam reconhecer como herdeiros do trono português a infanta D. Beatriz e D. Fradique, filho de Henrique II. *Cortes portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383),* vol. I, respetivamente, p. 156, 159 e 157. No caso de Ponte de Lima, o testemunho encontra-se nas procurações apresentadas às cortes de Torres Novas, em 1380. *Cortes portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383),* vol. I, p. 184.

[1455] A forte dinâmica das cidades comunais italianas impossibilita a comparação com a realidade ibérica e, concretamente, com a portuguesa. Veja-se, a título de exemplo, como Bolonha, logo em 1203, leva a cabo uma ambiciosa intervenção urbanística de criação de um novo centro político, civil e económico com a construção do palácio comunal composto por uma arcada térrea destinada à atividade comercial e um amplo salão no andar superior para a atividade governativa. Angelica ZOLLA, "Bologna. La Piazza Maggiore", *Le Piazze italiane dal medievo all'ottocento. Progettazione, vedute, metrologia*, a cura di Enrico Guidoni, Edizione Kappa, 2006, p. 38. Embora mais tardio, é também o caso do grande salão de Barcelona, concluído em 1373, para as reuniões do *Consejo de Ciento*. "El Consell de Cent: creació i desenvolupament del su règim de govern (1249-1462)", *La Barcelona gótica*, Institut de Cultura-Museu d'Historia de la ciutat, 1999, p. 34.

as famosas *Rathaus* polacas. As cidades inglesas, pelo contrário, só raramente e bastante tarde conheceriam o chamado *guild-hall*[1456].

Mas a comparação mais interessante é, para nós, o caso de Castela e Leão. Como em Portugal, o aparecimento das *"casas del concejo*" ou "*casas del Ayuntamiento*" foi um fenómeno que decorreu do aparecimento dos "*regidores*" que, a partir da década de 40 e com funções idênticas às dos vereadores portugueses, controlaram a administração das cidades[1457]. Por isso, só em pleno século XIV e em paralelo com a consolidação das elites urbanas, se assistiu ao aparecimento de um espaço próprio para a administração concelhia. E, todavia, na esmagadora maioria das cidades, o processo ocorreu de forma extremamente lenta. Em Toledo, a "*casa del Ayuntamiento*" foi edificada apenas em 1411[1458]; em Saragoça, até ao século XV, as reuniões concelhias decorriam regularmente no cemitério de Santa Maria[1459]. Enric Llop chega mesmo a afirmar que, para a "*Espanha" do século XV, o seu número pouco excederia a vintena, e dessas, a maioria pertencia à zona levantina*[1460].



Fig. 75 Casas da câmara de Catí, Ares e Morella (Espanha)

Não surpreende, por isso, que, nas cortes de 1480, os monarcas Fernando e Isabel tornassem obrigatória a existência de paços concelhios em todos os núcleos urbanos devendo, aqueles que até à data os não tivessem, erguê-los, impreterivelmente, ao longo dos dois anos seguintes[1461].

[1456] Roberto LOPEZ, *A Cidade medieval*, Lisboa, Presença, 1988, p. 107.

[1457] Luis SUAREZ FERNÁNDEZ, "Del municipio romano a la ciudad medieval", *El Municipio. Historia de los servicios urbanos*, Grupo FCC, 2003, p. 78.

[1458] Maria Magdalena MERLOS ROMERO, "El Palacio arzobispal de Toledo. Su entorno urbano en la Edad Media", *La ciudad medieval: de la casa al tejido urbano*, coord. Jean Passini, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-la-Mancha, 2001, p. 253.

[1459] BETRÁN ABADÍA, "Mutación y permanencia: el plano de Zaragoza en la Edad Media", p. 410.

[1460] Enric LLOP, "Las lonjas en la província de Castelló. Edifícios para las instituciones", *Logge e/y Lonjas. I luoghi del commercio nella storia della città. Los lugares para el comercio en la Historia de la ciudad*, a cura di Giancarlo Cataldi e Roberto Corona, Firenze, Alínea, 2002, p. 98.

[1461] "*Porque paresce cosa desaguisada e de mala governacion que las cibdades e villas de nuestra corona real no tengan cada una su casa publica de ayuntamiento e cabildo en que se ayuntar, las justicias e regidores a entender en las cosas complideras a la republica que a de governar. Mandamos a la justicia e regidores de las cibdades e villas e logares de*

É por essa razão que, para o final do século, se regista uma vaga significativa de construções: em Madrid, as obras de edificação do *Ayuntamiento* foram dadas por terminadas em 1489[1462], o mesmo ano em que se inaugurou a Casa da Câmara de Oviedo, apesar do arrastamento dos trabalhos pelos primeiros anos de quinhentos[1463]; em Santiago de Compostela, a casa do concelho, na praça da Quintana, foi erguida nos inícios do século XVI[1464], tal como as de Cáceres ou Trujillo, decorrendo as obras nesta última entre 1484 e 1509[1465].

Analisados os principais dados que nos permitem fixar o período de aparecimento e difusão dos paços concelhios, é tempo de perceber quais as linhas de força que caracterizaram o fenómeno. Referimo-nos, concretamente, à implantação destes edifícios na malha urbana, às transformações urbanísticas daí decorrentes, à eventual existência de um modelo e ao seu desenvolvimento formal. Embora os exemplos que utilizamos tenham sido já, na sua quase totalidade, objeto de análise parcelar, por regra integrada em estudos monográficos, o seu alinhamento e análise paralela permite ensaiar algumas conclusões sobre um processo que, iniciado ainda na primeira metade do século XIV, só nos finais do reinado de D. Manuel alcançou o seu total desenvolvimento.

O edifício

"Casa da Câmara", *"Casa do Concelho*", "*Paço do Concelho*", "*casa ou paço da audiência*", "*casa da fala*" ou "*Paço da Relação*" são, como vimos a propósito das procurações enviadas às cortes em 1383, alguns dos designativos utilizados. Mais do que o significado de relação, audiência ou "*fala*", cuja análise remetemos para outro momento, interessa-nos aqui, sobretudo, avaliar se a distinta utilização dos termos *casa* ou *paço* correspondia, na época, a realidades diferentes, bem como, se entre eles existiu alguma sequência cronológica.

Passando de novo em revista as referidas procurações, a resposta imediata parece ser, em ambos os casos, negativa. A hipótese avançada por Ferreira de Almeida de que "*os concelhos que, no século XIII, reuniam nos adros ou nas igrejas passam a ter "casa" própria no século XIV ou "câmara", e, mais comummente, "paço" na centúria seguinte*"[1466] não é corroborada pelos dados disponíveis. Pelo contrário: a designação de "*Paço do Concelho*" é, sem

nuestra corona real que no tienen casa publica de cabildo e ayuntamiento para se ayuntar, que dentro de dos años primeros siguientes, contados desde el dia en que estas nuestras leyes fueren pregonadas e publicadas, fagan cada una cibdad e villa su casa de ayuntamiento e cabildo en que se ayunten, sopena de que en la cibdad e villa donde no se fiziere dentro del dicho termino, que dende en adelante los tales oficiales ayan perdido e pierdan los oficios de justicias o regimientos que tienen", ARIZAGA BOLUMBURU, *Urbanística medieval (Guipúzcoa),* p. 194-195.

[1462] Maria del Carmen CARLÉ, *La sociedad hispano medieval...*, p. 43.

[1463] Margarita CUARTAS RIVERO, "La forma urbana de Oviedo en el primer tercio del siglo XVI" p. 238.

[1464] Clara ALVAREZ, "La gestión administrativa del concejo de Santiago de Compostela en el ámbito del urbanismo durante el siglo XVI", *En la España medieval, 7, La Ciudad Hispanica durante los siglos XIII al XVI,* tomo I, Universidad Complutense de Madrid, 1985 p. 157.

[1465] LADERO QUESADA, "Economia mercantil y espacio urbano…" p. 273-274.

[1466] Ferreira de ALMEIDA; Mário J. BARROCA, *História da Arte em Portugal. O Gótico*, p. 143.

dúvida, a mais utilizada, num total de doze referências contra apenas uma "*casa do concelho*", o mesmo se verificando para *paço* e *casa da audiência* numa proporção de sete para um.

Se a aplicação dos termos não obedece a uma ordem cronológica — recorde-se que uma das referências mais precoces é precisamente ao "*Paço do Concelho*" de Lisboa, em 1336 — o mesmo parece poder dizer-se quanto às características do edifício. Isto é, a designação de *paço* aplica-se, neste contexto preciso, ao espaço de exercício do poder, por analogia com a morada do rei e da nobreza e não propriamente como sinónimo de uma arquitetura sumptuosa[1467]. Afirmação que não pode naturalmente ser perentória face ao quase total desconhecimento do que estas estruturas seriam à época. Contudo, num ou noutro caso, é isso mesmo que pode concluir-se.

Veja-se o exemplo de Coimbra onde, em 1376, a expressão "*paço onde se faz o concelho*", a escassos dois metros da porta principal da Sé, é relativa a um edifício que uma descrição de 1498 caracteriza como "*casa muy pequena*". Razão por que a cidade cederia, por troca, a casa e respetivo terreno ao bispo, aproveitando a oportunidade para mandar fazer "*hua muy nobre casa para a dita audiência*"[1468]. O mesmo pode dizer-se do edifício utilizado pela vereação de Lisboa, certamente uma casa comum, apenas elevada à categoria de *paço* quando as sessões concelhias passaram a decorrer no seu interior.

Em suma, a designação de *paço*, utilizada de forma recorrente logo no decurso do século XIV, não se aplica necessariamente a edifícios de exceção ou arquiteturas palacianas. Caracteriza, acima de tudo, um espaço político, a sede do poder local, onde o monarca delega parte substancial da sua autoridade.

Vejamos um pouco mais sobre os espaços eleitos para o exercício do poder.

Por entre as várias soluções possíveis, a adaptação de uma casa de morada comum terá sido das mais frequentes, sobretudo em vilas de pequena dimensão.



Fig. 76 Castelo de Vide: edifício onde funcionou a Casa da Câmara medieval

[1467] Sobre a origem e evolução do termo paço, veja-se José Custódio Vieira da SILVA, *Paços medievais portugueses,* p. 20 e 35-36.

[1468] A proposta do bispo D. Jorge de Almeida tinha em vista o derrube da referida casa do concelho para alargamento do tabuleiro em torno da Sé o que veio, efetivamente, a acontecer. António de VASCONCELOS, *A Sé Velha de Coimbra*, vol. I, p. 169-170 e 451-454, vol. II, p. 219-231; *Indice chronologico dos pergaminhos e foraes existentes no Archivo da Câmara Municipal de Coimbra...,* p. 55-56.

Em Castelo de Vide, nenhum traço específico — nem mesmo o arco — distinguia os antigos paços concelhios das inúmeras casas contíguas. Ainda nos primeiros anos do século XVI, a vereação da vila madeirense de Santa Cruz, reunida na casa de João de Freitas "*honde se custumam fazer as vereações*" acordou arrendar a Pero Alvarez "*huas suas casas de morada pera a camara e cadea", com "sobrado, camara cozinha com sua salla e ysto lhe alugaram* […] *pera fazerem as vereações he audiências e bem asy*" lhe alugaram outra casa, paredes-meias, para a cadeia[1469].

Prática que seria extensível a muitos outros reinos: Jacques Heers aponta os exemplos de Londres, até 1411, Lovaina, Malines, Dijon ou mesmo Paris, como casos em que simples casas compradas a particulares funcionaram durante muito tempo como sedes do poder concelhio, concluindo pela raridade dos casos em que se edificou de novo, expressamente para o efeito[1470].

Uma outra alternativa possível, e também ela pouco dispendiosa, passou pela reutilização de uma das torres da muralha, situação que se documenta para Viana do Castelo, até aos finais do século XV, Pinhel, Torre de Moncorvo, Loulé, Melgaço, Sesimbra, Penamacor, destacando-se, entre todas, as de Silves e Coimbra, ambas instaladas nas torres de maior porte de todo o circuito muralhado, protegendo as principais entradas das cidades e, por isso, em ambos os casos conhecidas como Portas da Almedina[1471].

[1469] *Vereações da Câmara Municipal do Funchal. Primeira metade do século XVI,* p. 513.

[1470] Jacques HEERS, *La ville au Moyen Âge*, p. 406.

[1471] Veja-se respetivamente: João Vieira CALDAS; Paulo Varela GOMES, *Viana do Castelo*, p. 19; Em Pinhel, a vereação estava instalada na chamada Torre do Galo e, em Torre de Moncorvo, a Casa da Relação apropriou-se, a partir de 1459 e mediante autorização régia, de uma das torres do circuito muralhado. Rita Costa GOMES, *Castelos da Raia, Beira,* p. 46-47 e p. 87. Maria de Fátima BOTÃO, "A paisagem urbana de Loulé nos finais da Idade Média", *Atas do III Congresso Histórico de Guimarães, D. Manuel e a sua época, 3ª Secção — População, sociedade e economia*. Guimarães, Câmara Municipal, 2004, p. 160; O caso de Melgaço é representado por Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, f. 22; Luís Filipe FERREIRA; Luís Jorge GONÇALVES, "O castelo de Sesimbra. Um castelo de fronteira Marítima", *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500),* Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos, coord. de Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Lisboa, Colibri-Câmara Municipal de Palmela, 2001, p. 385-388; Em Silves, foi na Torre do concelho que a assembleia reuniu em 1383. *Cortes portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383),* vol. II, p. 331; a Torre de Almedina de Coimbra veio substituir a diminuta casa fronteira à catedral, já anteriormente referida, onde o concelho reuniu até 1376-77. Maria Helena da Cruz COELHO, "Coimbra trecentista, a cidade e o estudo", p. 337. A mesma apropriação de torres da muralha ocorreu nos reinos vizinhos, estando documentada para Burgos, Salamanca ou Azcoitia. Maria del Cármen CARLÉ, *La sociedad hispano medieval...*, p. 43; LADERO QUESADA, "Economia mercantil y espacio urbano…", p. 253; ARIZAGA BOLUMBURU, *Urbanística medieval (Guipúzcoa),* p. 195.



Fig. 77 Coimbra e Silves: respetivas Torres de Almedina

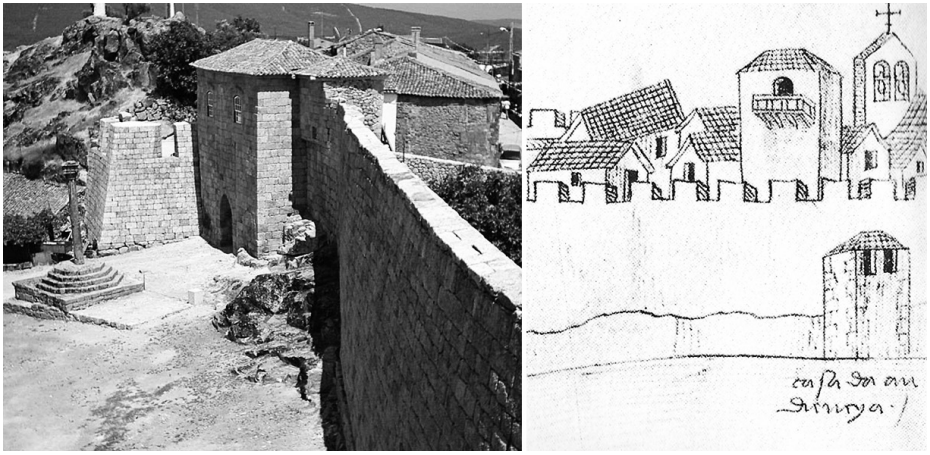


Fig. 78 Penamacor: torre onde funcionava a Casa da Câmara medieval. Melgaço: Casa da Audiência (desenho de Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, f. 22)

Continuando a percorrer as alternativas possíveis, vimos já como determinado tipo de equipamentos urbanos podiam ser utilizados para, com algumas alterações, criar espaços de reunião. Sem a monumentalidade da cisterna de Bragança (ou Chaves?), as fontes medievais de Aguiar da Beira e Linhares foram igualmente utilizadas para esse fim. Em ambos os casos, a cobertura da nascente, provida de bancos corridos e, pelo menos em Linhares, protegida por alpendre, foi o espaço de que as respetivas vereações se apropriaram[1472]. O que não deixava de ser uma forma de chamar a si o protagonismo da construção deste tipo de equipamentos — que em regra promoviam com o apoio régio — fundamentais ao quotidiano das populações e, por isso, considerados um bem comum.

[1472] Ferreira de ALMEIDA, Mário J. BARROCA, *História da Arte em Portugal. O Gótico,* p. 145.

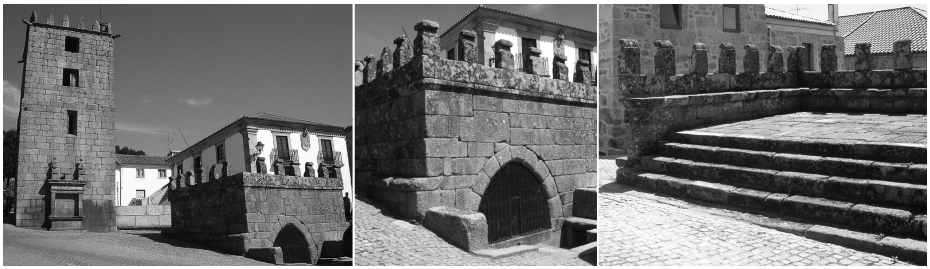


Fig. 79 Aguiar da Beira: vista da fonte onde reunia a vereação

Sempre que possível, porém, e cada vez mais com o decorrer do tempo, vereações e monarcas aliaram-se na construção de um edifício próprio, procurando a correspondência lógica entre a importância simbólico-funcional e a forma material. Vimos como, logo em 1350, a vereação do Porto reclamava uns "*paços* […] *segundo à dita cidade pertencia*". Muitas outras o fariam ao longo das centúrias seguintes.

A consolidação do tipo

Com um enfoque na análise formal, voltamos aos casos mais remotos que lograram chegar até nós, Estremoz e Monsaraz, particularmente, porque, ao que tudo indica, foram erguidos com esse fim específico.

Do edifício de Estremoz, iniciado a mando de D. Dinis e terminado já em 1341, no reinado de D. Afonso IV, destaca-se a galeria, originalmente aberta nos dois topos, com cinco arcos ogivais assentes em colunelos geminados com capitéis de decoração zoomórfica e vegetalista. O acesso à sala do conselho, onde subsiste ainda o banco de pedra corrido, fazia-se por porta de arco ogival, encimada pelo brasão de armas do concelho e ladeada por duplas janelas. Quer o salão quer o pórtico foram, já na época manuelina, cobertos por abóbadas, em substituição dos madeiramentos primitivos.

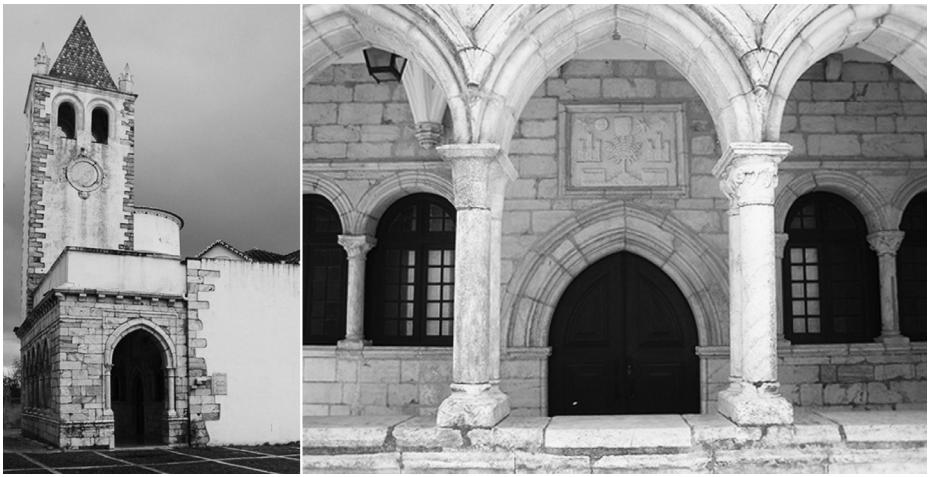


Fig. 80 Estremoz: Paço da Audiência e pormenor da galeria

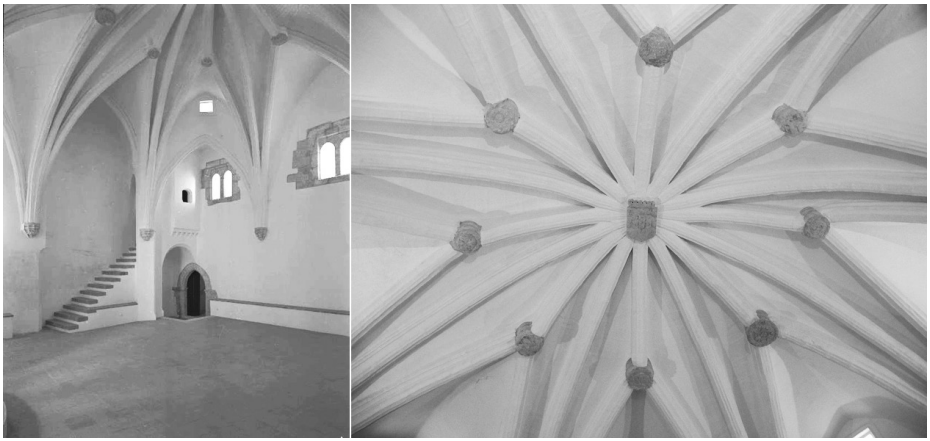


Fig. 81 Estremoz: interior do Paço da Audiência

Embora no edifício de Monsaraz as alterações posteriores tenham sido mais profundas, concretamente aquelas que em finais do século XV e inícios do XVI adaptaram o edifício a cadeia, é ainda possível apreender o que terá sido a organização original; na realidade, nos dois espaços contíguos hoje existentes, um corredor de planta retangular e uma sala ampla, pode entrever-se o que terá sido uma tipologia afim da utilizada em Estremoz: a sala de reuniões propriamente dita, aberta sobre uma galeria-corredor, fazendo-se a comunicação através de um portal enquadrado por duplas janelas de arco apontado. É um facto que, em alçado, hoje nada resta dessa hipotética galeria[1473], mas a sua existência permite explicar (pelo menos parcialmente) o porquê da parede fronteira, de ligação à sala de reuniões, apresentar duas janelas duplas, uma de cada lado do portal. De acordo com a lógica mais elementar, o rasgar de janelas responde (embora não apenas) à necessidade de deixar entrar a luz, o que só seria possível se o espaço sobre o qual abriam fosse, também ele, permeável ao exterior, ou seja, uma galeria, um pórtico, um alpendre.

[1473] É hoje um corredor fechado, por onde se faz o acesso ao edifício, sob as escadas que levam ao andar superior.



Fig. 82 Estremoz: interior do Paço da Audiência



Fig. 83 Monsaraz: Paço da Audiência: exterior e galeria de acesso à sala



Fig. 84 Monsaraz: interior do Paço da Audiência

Sistema que lembra, de imediato, a organização característica das salas capitulares monásticas ou catedralícias onde o dispositivo portal-dupla janela se rasgava sobre uma das naves ou galerias do claustro[1474].

Os dois exemplos referidos, Estremoz e Monsaraz, apesar de manifestamente insuficientes para retirar qualquer conclusão definitiva, permitem conjeturar sobre a colagem a um modelo, funcionalmente idêntico[1475] e já amplamente testado. A necessidade de criar uma estrutura própria para reuniões, com diferentes níveis de participação, associada a um espaço de espera e/ou encontro capaz de albergar um número considerável de pessoas, pode ter encontrado a sua inspiração nas velhas salas do capítulo[1476], espaços, aliás, bem conhecidos das vereações que frequentemente a eles recorriam como local de reunião[1477].

Se as estruturas arquitetónicas religiosas podem ter sido, num primeiro momento, o motivo de inspiração — para além das referidas salas do capítulo e claustros, as reuniões camarárias utilizaram, a título de empréstimo, as estruturas alpendradas adossadas aos muros exteriores das igrejas como sucedeu em Évora[1478] ou Lamego[1479] — a verdade é que a opção por um espaço vazado e permeável, a um tempo protegido e aberto ao exterior, viria a marcar definitivamente a arquitetura dos paços concelhios.

[1474] O facto da sala do capítulo ser provida de porta ladeada por janelas é considerado um elemento distintivo relativamente a todas as outras dependências do claustro. "Cabeça do claustro", forma com ele uma unidade, conseguindo-se, a partir do rasgar das várias aberturas, que ambos os espaços se interpenetrem. Heidrun STEIN-KECKS, "«*Claustrum*» and «*capitulum*»: some remarks on the façade and interior of the chapter house", *Der mittelalterliche Kreuzgang: The medieval cloister — le cloître au Moyen Âge, architektur, funktion und programm*, Regensburg, Schell-Steiner, 2003, p. 157-160.

[1475] A sala do capítulo era o espaço onde a comunidade religiosa reunia, não só para o normal desenrolar de atividades de natureza religiosa — o seu nome vem de nela ser lido e comentado diariamente um dos capítulos da regra de S. Bento — como para a resolução de toda uma vasta gama de assuntos administrativos e judiciais. Espaço de eleições e de concessão de cargos, aí se realizava periodicamente o "*capítulo das culpas*" em que os monges denunciavam as faltas cometidas na observância da Regra. Nelson Correia BORGES, *Arquitetura monástica portuguesa na Época Moderna (notas de uma investigação)* , sep. da *Revista Museu*, IV Série, 7, 1998, p. 52.

[1476] É em termos de funcionalidade que as aberturas das salas do capítulo são explicadas: as arcadas ou duplas janelas abertas para a galeria aumentam a sala do capítulo, criando uma relação visual e auditiva entre os membros que reunem no interior e os que aguardam e observam do exterior, permitindo, se necessário, uma separação hierárquica. No caso de Cluny, por exemplo, os noviços, membros ainda não formalmente admitidos no Capítulo, podiam, a partir da nave do claustro, acompanhar os trabalhos que decorriam no interior. Heidrun STEIN-KECKS, "«*Claustrum*» and «*capitulum*»…", p. 159.

[1477] Era, por exemplo, o caso de Guimarães, onde o concelho reunia frequentemente na sala do cabido da igreja de Santa Maria. Conceição Falcão FERREIRA, *Guimarães, duas vilas um só povo…,* p. 526. Também no Porto a vereação recorria ao claustro de S. Francisco, ou em Castelo Rodrigo ao de Santa Maria. Em Braga utilizava-se o claustro da Sé. *Cortes portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383),* vol. II, p. 95 e 287. A mesma utilização de salas capitulares para as reuniões concelhias regista-se em Madrid e Sevilha. Maria del Carmen CARLÉ, *La sociedad hispano medieval...,* p. 43.

[1478] O concelho de Évora reunia regularmente no alpendre "*mistico com as casas pontificaes*", pertencente à catedral, enquanto o bispo D. Fernando e os seus sucessores assim o autorizassem, o que deverá ter acontecido até 1375, data em que surge a primeira referência à casa do concelho. Gabriel PEREIRA, *Documentos históricos da cidade de Évora,* p. 58 e 144. Quando as reuniões exigiam uma participação mais alargada, recorria-se ao adro de Santo António (1286), ao adro da Sé (1384) ou à igreja de S. Miguel (1449). Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média*, p. 679-680.

[1479] Anísio SARAIVA, "A inserção urbana das catedrais medievais portuguesas: o caso da catedral de Lamego", p. 258.

Uma opção tipológica que foi, de resto, comum a toda a zona de influência mediterrânica. As *laubia*, *loggeas*, *perxes* ou *lonjas* tornaram-se, desde o século XIII e até bem adiantado o XVI, um dos mais característicos traços identificativos dos edifícios de gestão concelhia. Encontramo-los precocemente nas cidades da Lombardia e, no decorrer dos séculos seguintes, em todo o Levante espanhol, ou seja, nas regiões onde mais cedo e com incomparável intensidade se desenvolveu o regime municipal[1480].

O facto do modelo se espalhar rapidamente por muitas outras regiões — a que Portugal não foi alheio, como vimos, — assenta em duas razões principais: a associação dos espaços porticados ao exercício da justiça por um lado, e ao desenrolar de atividades comerciais, por outro. Funções que ocupavam um lugar central no âmbito das atribuições da gestão concelhia.

Quanto ao primeiro aspeto, a tradição remonta, na arquitetura palaciana de origem lombarda e goda, pelo menos ao século IX, constituindo os pórticos térreos os espaços onde os monarcas ou os seus representantes exerciam a justiça ou realizavam atos relacionados com a administração em geral[1481]. Como destacou José Custódio Vieira da Silva, é essa mesma tradição que sustenta o uso continuado dos pórticos nos palácios portugueses, bem evidente nos exemplos mais remotos que chegaram aos nossos dias como Sintra, Belas, Tentúgal ou Barcelos[1482].



Fig. 85 Sintra: Paço da Vila (corpo joanino com arcada térrea)

[1480] Veja-se sobre o tema *Logge e/y Lonjas. I luoghi del commercio nella storia della città. Los lugares para el comercio en la Historia de la ciudad*, a cura di Giancarlo Cataldi e Roberto Corona, Firenze, Alínea, 2002, sobretudo os estudos relativos à realidade peninsular com destaque para: Salvador LARA ORTEGA, "Apuntes para una comprensión de las lonjas", p. 15-31; Francisco JUAN VIDAL, "Lonjas y ayuntamientos en las villas y ciudades valencianas de la Era Moderna", p. 77-94; Enric LLOP, "Las lonjas en la província de Castelló. Edifícios para las instituciones", p. 95--106 e, finalmente, Santiago VARELA BOTELLA, "Nuevas aportaciones a las lonjas de contratación", p. 107- 116.

[1481] José Custódio Vieira da SILVA, *Paços medievais portugueses*, p. 216-217. Jacques HEERS, *La ville au Moyen Âge*, p. 425.

[1482] José Custódio Vieira da SILVA, *Paços medievais portugueses*, p. 216-217.

Que esta correlação entre forma arquitetónica e função continuaria a gozar de grande fortuna nos séculos seguintes, prova-o o pequeno pórtico renascentista do Pátio da Audiência do Paço de Sintra, onde não falta, sequer, a cadeira de aparato que o monarca utilizava nas audiências aos súbditos.

Não seria diferente no exercício da justiça concelhia: no Funchal, existia o "*alpendre do ouvidor*", mais tarde substituído pela "*logea de bayxo* [onde] *se podessem fazer as audiências"* e, em Évora, os "*Alpendres em que se fazem as audiências*", casos a que voltaremos adiante.

Mas talvez um dos exemplos mais sugestivos da utilização deste tipo de estrutura seja o que Duarte de Armas registou no Livro das Fortalezas, ao fixar a vista panorâmica de Ouguela: um simples alpendre encostado ao exterior da muralha, legendado por "*aquj fazem audiencya*".

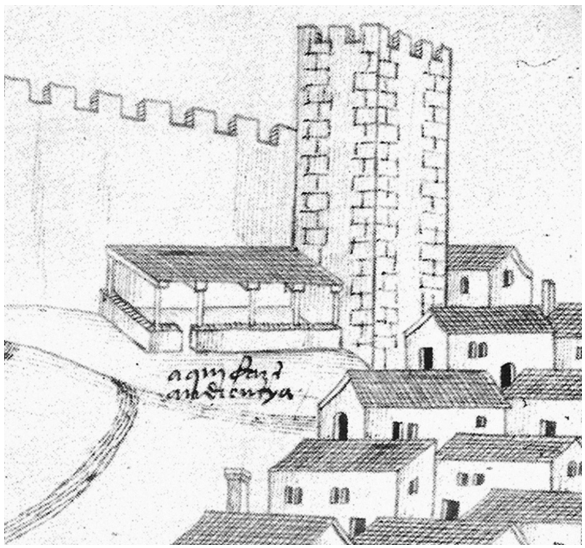


Fig. 86 Ouguela: alpendre "*onde se faz a audiência*"
(desenho de Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, f. 30, pormenor)

À função judicial e administrativa acresce a comercial, talvez até mais determinante e cujas origens se perdem no Mediterrâneo Antigo. Remetendo-nos exclusivamente à Idade Média e sem sequer sair do espaço português, pode afirmar-se que os pórticos são presença constante nos locais destinados às trocas comerciais.

Surgem onde quer que afluam mercadores: nos campos ou rossios onde se realiza a feira, nos adros e largos onde decorre o mercado diário ou semanal, adossados à igreja, independentes ou integrados nas edificações circundantes. Descontínuas ou compondo extensos corredores, em madeira ou pedra, as galerias assentes sobre arcos, esteios ou colunas detetam-se em Évora, Elvas, Beja, Guimarães, Faro, Óbidos, Leiria, Viana, Barcelos, Guarda, Lamego, Lisboa ou Porto, sempre nos locais de maior centralidade, os mesmos, afinal, onde se situa a Casa da Câmara. Com um fôlego renovado, constituem, em finais do século XV e princípios do XVI, marca

fundamental de todos os grandes edifícios de patrocínio régio, onde igualmente se sediavam atividades mercantis[1483]. O Hospital Real de Todos-os-Santos é exemplo paradigmático dessa tendência.

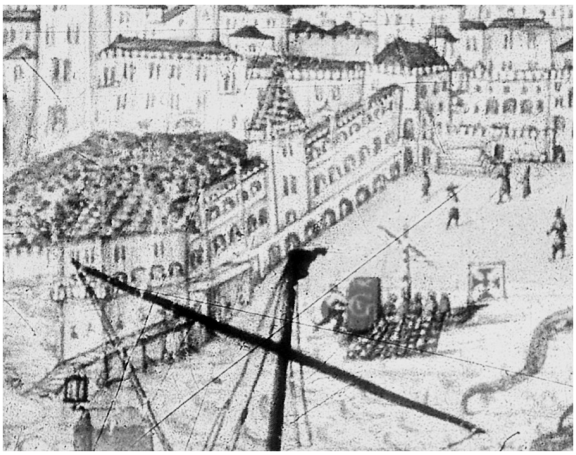


Fig. 87 Lisboa: Paço Real (pormenor da Panorâmica de Lisboa, Genealogia do Infante D. Fernando de Portugal, 1530-1534, f. 8, m. 12531, British Library, Londres)

Ora, como veremos adiante de forma mais pormenorizada a propósito da organização funcional, as casas do concelho recolhiam, no seu interior ou na proximidade imediata, o monopólio de determinadas transações comerciais. Sobretudo a venda de cereais e carne recaíu, por necessidade de controlo, sob a alçada direta dos oficiais concelhios. Fangas e/ou açougues ocuparam, em inúmeras vilas e cidades, o piso térreo dos edifícios camarários. Não admira, por isso, que houvesse uma contaminação de imagem e que, sempre que no programa do edifício camarário se incluíram as referidas funções, a arcada fosse a solução adotada. A par do aspeto funcional, desempenhou um papel de relevo ao nível da imagem urbana. Em pleno século XV, as arcadas foram consideradas uma mais-valia, e muitas foram as cidades e vilas que pediram autorização ao monarca para as edificar. Em Elvas, o seu prolongamento foi considerado "*proueito da Ree pruuica*"[1484]; no Porto, tornaram a Praça da Ribeira "*muito mais enobrecida*"[1485].

Em síntese, pode afirmar-se que foram várias as razões subjacentes à adoção de estruturas vazadas pelos edifícios especialmente destinados à gestão urbana.

[1483] Veja-se Walter ROSSA, *DiverCidade*..., p. 605-606.

[1484] Trata-se do pedido de construção de casas sobre arcos, situadas na praça e idênticas a outras já existentes. Fernando Branco CORREIA, *Elvas na Idade Média,* p. 351-353.

[1485] No Porto, determina-se que as casas da Praça da Ribeira, refeita a cordel e linha após o incêndio de 1491, sejam "*assentes em esteios de pedra bem lavrada e altos todos per ordem e* [...] *de altura ate o primeiro sobrado das ditas cazas porque por esta maneira a dita praça ficava muito mais enobrecida*", Adelaide Pereira Millàn da COSTA, "O "refazimento" da Praça da Ribeira em finais de Quatrocentos", 1996 e J. Ferrão AFONSO, *A Rua das Flores*..., p. 70-72. Para além de praças e adros, surgem em ruas de vocação comercial como em Évora, nas ruas Direita e dos Mercadores, nos Estaus de Tomar, ou nas ruas Nova, das Tanoarias e dos Ferreiros, em Lisboa.

Documentadas ainda no século XIV — em Estremoz e (provavelmente) em Monsaraz ou no referido "*Paço em Arcos*" que o Porto ergueu em torno de 1350 — associavam os necessários espaços de privacidade, a sala ou câmara, a um espaço de maior permeabilidade com a envolvente urbana, acessível a todos os que procuravam justiça ou o mercado de determinados produtos.

Os exemplos multiplicam-se a partir do século XV, a ponto de podermos considerar a arcada térrea como um dos principais traços distintivos e identificativos dos paços concelhios.

De norte a sul do reino, as vereações em exercício pediram ajuda ao rei no sentido de erguer novos paços, mais condignos com a importância das respetivas vilas e cidades. Em 1446, os homens-bons de Elvas fizeram chegar ao monarca a necessidade que tinham de "*huua camara boa pera fazermos pera nossa vereaçom porque a que ha nom he tall como a esta villa convem*". Conseguido o intento, no novo edifício não prescindiram da solução em arcada[1486]. O mesmo aconteceu em Barcelos, Viana, Évora ou Setúbal. Nalguns casos, como Guimarães, a nova arcada não constituiu propriamente uma novidade. Do ponto de vista funcional, significava apenas a passagem à pedra do velho alpendre. Do ponto de vista simbólico, todavia, conferia à sede concelhia um enorme acréscimo de nobreza. Um fator que parece ter sido particularmente tido em conta pelas cada vez mais aristocratizadas elites detentoras do poder local. É que, na consolidação do modelo, parece detetar-se uma aproximação deliberada à imagem do paço da nobreza. Como sublinhou Maria Helena Coelho, "*estas aristocracias urbanas mimetizam os códigos e valores da aristocracia de sangue. Vestem-se à maneira da nobreza, habitam nas melhores ruas, rodeiam-se de criadagem.* [...] D*esfilam nas procissões e nos cortejos em montadas ricamente ajaezadas e envergando vestes e joias ricas e deslumbrantes, entram na igreja com grandes comitivas e ocupam os lugares mais honoráveis". Enfim, "ostentam a riqueza, o poder e a honra. Em vida e na morte*"[1487]. Não nos referimos agora às arcadas cuja presença se justifica por questões funcionais, embora esse constituísse já um primeiro ponto de contacto. Referimo-nos, concretamente, à apropriação de alguns elementos próprios da heráldica paçã de que os coroamentos ameados, entretanto liberalizados pelo poder régio, ou a adoção da torre, são exemplos paradigmáticos. Se os primeiros foram recorrentemente aplicados nos edifícios concelhios — Guimarães, Barcelos, Viana do Castelo, Braga ou Évora — a segunda teve em Barcelos e, sobretudo, no Porto de Quatrocentos, a sua mais perfeita expressão.

Uma prova de que a arquitetura nobre era um paradigma conscientemente mimetizado pelas vereações, encontra-se nos modelos que os homens-bons do Porto, em meados do século XV, elegeram para os tetos de madeira e escadas da nova Casa da Câmara e que explicitamente transmitiram ao mestre-empreiteiro: o paço da Alcáçova, em Lisboa, e o Paço do Bispo, no Porto[1488].

[1486] Fernando Branco CORREIA, *Elvas na Idade Média*, p. 306.

[1487] Maria Helena da Cruz COELHO, "O Estado e as sociedades urbanas", *A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medievo (séculos XIII-XV)*, Lisboa, UAL, 1999, p. 284.

[1488] A eleição destes modelos é matéria a que voltaremos neste mesmo capítulo, a propósito da organização funcional do edifício camarário.

Guimarães é, neste contexto, um exemplo fundamental, podendo, através do alinhamento dos poucos testemunhos conhecidos, atestar este mesmo processo evolutivo. Em 1342[1489] surge a primeira referência ao "*alpender do concelho*" que, tudo leva a crer, fazia parte do paço que a partir da década de oitenta[1490] é repetidamente citado pela documentação. No mesmo edifício do concelho ou em situação de contiguidade, funcionava a relação[1491]. Para além do alpendre, nada se sabe do ponto de vista formal. Em 1414, estava lançada uma finta para a edificação de um novo Paço do Concelho, facto que suscitava queixas por parte do cabido que via os seus rendeiros e lavradores do termo compelidos a pagar[1492]. Embora se desconheça se chegou efetivamente a ser construído, uma notícia de meados do século permite-nos saber um pouco mais do que seria a Casa da Câmara quatrocentista. Por um contrato de 1449, os oficiais concelhios cediam a Diogo Gonçalves o "*ar*" por cima do alpendre da casa do concelho, onde se fazia a venda do grão. Ao arrendatário, impunham-se apenas duas condições: que o novo sobrado fosse estanque à água e que cuidasse para "*que não caísse sujidade alguma para baixo*". Os materiais mencionados são a madeira e a telha[1493]. Ainda que sumário, o texto permite adivinhar o caráter modesto do edifício, talvez mesmo com alpendre em madeira. Só isso justifica que, em 1516, fosse necessária uma "*nova casa do concelho como cumpria à vila, porque a que tinham era a pior do reino e muito desbaratada*"[1494].

[1489] O alpendre está documentado para os anos de 1342, 1348 e 1353 e 1383. Antes de 1342, concretamente em 1323, mencionando-se de forma vaga "*ho logar v fazem o conçelho, na rua tisoireira*", expressão que parece indicar não existir um edifício próprio. A partir de meados do século XIV, quando as reuniões eram amplamente participadas, um dos locais eleitos era a igreja de Santa Maria, fosse no cabido ou nos claustros. Maria Conceição Falcão FERREIRA, *Guimarães, duas vilas um só povo...,* p. 526.

[1490] *Cortes portuguesas, reinado de D. Fernando I (1367-1383),* vol. I, p. 176 e vol. II, p. 154. Em ambos os casos, datados de 1380 e 1383, refere-se expressamente que a procuração é feita e "*outorgada na dicta vila no Conçelho dela*". Outros testemunhos coevos são citados por Maria da Conceição Falcão FERREIRA, *Guimarães, duas vilas um só povo...,* p. 526.

[1491] Situação que se manteria nos séculos posteriores: em 1692, a descrição feita pelo Padre Torcato de Azevedo refere que "*As casas da Câmara e das audiências estão místicas, e ambas fazem parte da praça maior*...". Maria José Queirós MEIRELES, *Permanência e inovação na cidade de Guimarães*, dissertação de mestrado em Arqueologia urbana apresentada à Universidade do Minho, Braga, 2000, p. 115.

[1492] Maria da Conceição Falcão FERREIRA, *Guimarães, duas vilas um só povo...,* p. 525.

[1493] Maria da Conceição Falcão FERREIRA, "Habitação urbana corrente, no Norte de Portugal medievo", *Morar, tipologia, funções e quotidianos da habitação medieval, Media Ætas Revista de Estudos Medievais*, 3/4, Ponta Delgada, 2000/2001, p. 27 e 40.

[1494] Maria da Conceição Falcão FERREIRA, *Guimarães, duas vilas um só povo...,* p. 525.



Fig. 88 Guimarães: Paços do Concelho

O edifício que ainda hoje subsiste, entre a praça de Santiago e o largo de Nossa Senhora da Oliveira, local que já os anteriores ocupariam, com ampla galeria de arcos apontados no piso térreo — em substituição do(s) antigo(s) alpendre(s) — e o característico remate de ameias no superior, corresponde, por isso, e de forma exemplar, ao longo processo de valorização e nobilitação dos paços concelhios, no âmbito do qual se consolidaram em arcada monumental as velhas e frágeis estruturas alpendradas.

De acordo com este raciocínio, torna-se, todavia, necessário rever a cronologia vulgarmente aceite para o edifício que, a ser efetivamente de meados de quatrocentos, nunca no contexto nacional poderia ser descrito como o pior do reino, por muito ambiciosa que fosse a vereação então em funções. O edifício de forma global, e não apenas o coroamento de ameias, não pode ser anterior ao período manuelino, concretamente aos finais da segunda década do século XVI[1495].

Neste mesmo âmbito, a evolução dos espaços que em Évora serviram ao exercício do poder local é também relevante. A inexistência de casa própria e o aproveitamento de estruturas emprestadas numa fase inicial, a recorrência dos espaços semiabertos, a consciencialização por parte das vereações da força simbólica da Casa da Câmara e a consequente materialização desse orgulho na forma arquitetónica, a aproximação aos novos centros ou focos da vida urbana, as dificuldades financeiras com que as câmaras, por regra, se debatiam para erguer as suas sedes e a interferência régia em todo o processo, são algumas das linhas de força que adquirem, neste caso concreto, grande visibilidade.

Senão vejamos. Ao alpendre em que nos inícios do século XIV e por empréstimo do bispo, decorriam as reuniões concelhias[1496], seguiu-se a sedentarização da administração em edifício próprio, junto ao castelo velho[1497], onde se manteria pelo menos até 1446[1498]. Note-se como a partir do cruzamento de duas breves alusões a esta construção, datadas de 1375 e 1383, onde são respetivamente referidas a "*crasta nova da*

[1495] Note-se que o edifício sofreu transformações em épocas posteriores, especialmente nos séculos XVII e XIX, como as janelas do piso nobre claramente documentam.

[1496] Veja-se nota 1478, deste mesmo capítulo.

[1497] Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média*, p. 86.

[1498] Documento relativo à entrega do castelo velho a D. Martim Afonso de Melo, onde se refere que, por um dos lados, confrontava "*com o Paço do Concelho da dita cidade*". Manuel Carvalho MONIZ, *A Praça do Giraldo,* Évora, Gráfica Eborense, 1984, p. 56.

quinta (sic) da casa do concelho" e a "*quintaa das casas da fala dos paaços do conçelho*"[1499], pode inferir-se que, entre os diferentes espaços que compunham os paços concelhios, existiria algo próximo de um claustro ou galeria, aberta sobre um pátio, para o qual dava também a casa da fala, aqui entendida como sinónimo de câmara[1500].

No reinado de D. Afonso V seria erguido um novo paço para o qual terá contribuído substancialmente João Mendes Cicioso a quem, em 1499, D. Manuel, por alvará régio, autorizava a manter as suas armas na fachada "*por quanto a casa da dita camara fez sendo vereador en ella* […] *E isto porque seja exemplo aos officiaes, que folguem sempre de fazer benfeitorias nas cidades e villas, de que tiverem a governança*"[1501]. Protagonismo igualmente solicitado pela vereação em exercício no ano de 1501, "*por disserem que foi feita em seu tempo*", embora desta vez indeferido pelo monarca[1502].

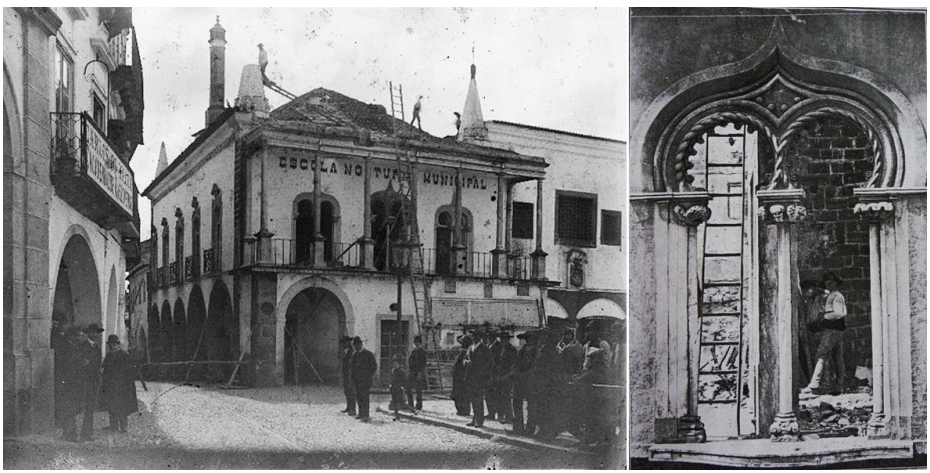


Fig. 89 Évora: desaparecida Casa da Câmara "*na Praça no canto da rua dos mercadores*". Pormenor de um dos vãos do piso nobre, hoje reconstituído no Museu de Évora

[1499] Respetivamente em Gabriel PEREIRA, *Documentos históricos da cidade de Évora*, p. 144 e *Cortes portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383),* vol. II, p. 131. É também na "*crasta do Paço do Concelho*" que, a 25 de fevereiro de 1384, tem lugar a reunião alargada onde se decide a participação da cidade nas despesas com a guerra com Castela. Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média*, p. 679. Também em Montemor-o--Novo, o edifício dos Paços do Concelho integrava, para além da sala ou câmara, uma crasta ou claustro. O livro da vereação de 1443 refere a chave da porta da crasta e o relativo ao ano de 1483, diz que as sessões se realizaram "*dentro na crasta do Paaço do concelho*". A. Banha de ANDRADE, *Breve história das ruínas do antigo burgo e concelho de Montemor-o-Novo*, 15.

[1500] Essa mesma associação de significados pode ler-se em Fernão Lopes: "*... juntaramsse os homrrados da çidade e muito do outro povo da cidade na camara do conçelho*, *honde tem em custume de falar seus feitos...*" Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, ed. de Lopes de Almeida e Magalhães Basto, vol. II, Livraria Civilização Editora, 1990, p. 129.

[1501] A série de notícias, de finais do século XV e inícios do seguinte, relativas à Casa da Câmara de Évora que aqui utilizamos encontram-se reunidas em Gabriel PEREIRA, *Estudos diversos (arqueologia, história, arte etnografia),* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934, p. 147-154.

[1502] Gabriel PEREIRA, *Documentos históricos da cidade de Évora*, p. 499.

A verdade é que, poucos anos decorridos, o edifício apresentava graves problemas. Logo em julho de 1500, D. Manuel determinava que "*as casas da camara da cidade* […] *se correjam; a saber que a camara grande se forre e a camarinha de dentro se abaixe para ficar no seu andar; e assi as outras casas todas*". Em 1504, por carta dirigida ao juiz, vereadores e procurador de Évora, o monarca respondia ao pedido de auxílio financeiro para "*as obras da casa da Camara e Alpendres em que se fazem as audiências e que dizem estão muito danificadas e para cair*"[1503].

A situação só seria resolvida em 1513, com a construção de um novo edifício "*na praça e em outra parte nom*". Para o efeito, compravam-se as casas de João Fernandes "*cerieiro com todo o seu assento dalto a baixo que são na Praça no canto da rua dos mercadores*"[1504].

No final de todo este atribulado processo, a Casa da Câmara, implantada no topo da Praça, o mais central dos espaços públicos de Évora, adquirira uma enorme visibilidade: apresentava arcada térrea na fachada oriental onde, para além da cadeia, estavam instaladas seis boticas; varanda no piso nobre e de fronte para a praça e remate superior com fileira de ameias correndo entre os coruchéus.

Em finais da Idade Média a procura de visibilidade parece ter sido, efetivamente, um dos principais vetores responsáveis pela vaga de reconstruções que percorreu todo o país. Como Leon Battista Alberti escreveria por esses mesmos anos, no *De re aedificatoria*, "*la majestad de los cargos públicos debe corresponderse con la de los edificios donde se ejercen; la grandeza de la arquitetura está unida à la de la ciudad e la estabilidad de las instituciones se suele medir por la solidez de los muros y bóvedas que las cobijan*"[1505]. O que não é muito diferente da opinião expressa pelos procuradores de Elvas, em 1446, quando solicitam ajuda para a construção de "*huua câmara boa como a esta villa convem*" porque "*nom he duvida que as bemfeitorias nobreçam os lugares*"[1506].

Visibilidade que não passou apenas por um novo fôlego arquitetónico: sempre que necessário, como se verificou em Évora, o processo decorreu a par de uma mudança de implantação, de forma a acompanhar a deslocação do centro da vila, ditada, nalguns casos pelo definitivo abandono das velhas alcáçovas, noutros, pelo crescimento da urbe. Para estas áreas de expansão, que analisámos no capítulo precedente, deslocaram-se os principais equipamentos urbanos e os símbolos tangíveis de um Estado centralizado. Por isso, este movimento, já denominado de "*nova centralidade*"[1507] foi em grande medida fomentado e dirigido pelo monarca. Os exemplos de Vila do Conde, Funchal, Coimbra ou Setúbal, expressam bem a forma como o rei acompanhou de perto a conformação dos novos centros decisórios, autorizando fintas, decidindo ao pormenor a implantação dos diversos equipamentos, definindo dimensões do espaço de circulação ou optando por soluções arquitetónicas concretas. Se as casas de câmara assumiram então uma nova dimensão, física e simbólica, foi porque, tanto quanto

[1503] Citado por Manuel Carvalho MONIZ, *A Praça do Giraldo*, p. 58.

[1504] Manuel Carvalho MONIZ, *A Praça do Giraldo*, p. 59.

[1505] Leon Battista ALBERTI, *De re ædificatoria,* tradução de TORRES BALBÁS, "La Edad Media", p. 155, nota 5.

[1506] Fernando Branco CORREIA, *Elvas na Idade Média,* p. 384.

[1507] Walter ROSSA, "A Cidade Portuguesa", *História da Arte Portuguesa*, p. 260-263.

às aristocratizadas elites detentoras do poder local, o processo vinha ao encontro dos interesses do monarca.

Vale a pena, a este propósito, passar em revista alguns dos exemplos mais relevantes.

Em Barcelos, o processo de recentralização da vila — a que não terá sido alheia a construção da muralha e a definição do principal acesso ao intramuros[1508] — traduziu-se numa progressiva perda de protagonismo do largo do Apoio, onde se situava a antiga Casa da Câmara, a par de uma crescente valorização do espaço em torno da matriz, onde viria a ser erguido o novo paço concelhio. Referenciado já em 1432, voltaria a receber nova campanha de obras algumas décadas mais tarde, financiada por imposto extraordinário lançado no ano de 1463[1509]. Embora o arrastamento das obras não constituísse propriamente situação invulgar, a análise formal do edifício, visível após restauro recente e com evidentes afinidades com as quinhentistas casas da câmara de Guimarães e Viana do Castelo, aponta, efetivamente, para que a solução final seja já resultado da intervenção levada a cabo na segunda metade da centúria[1510]. Não deixa de ser significativa a forma como no novo edifício concelhio se fez uso intensivo dos mais expressivos símbolos nobiliárquicos, afirmando-se o seu caráter excecional, à semelhança do que "legitimamente" acontecia nas vizinhas moradas nobres — dos Condes ou dos Pinheiros[1511] — pelo erguer de uma torre ou por um sugestivo coroamento ameado.

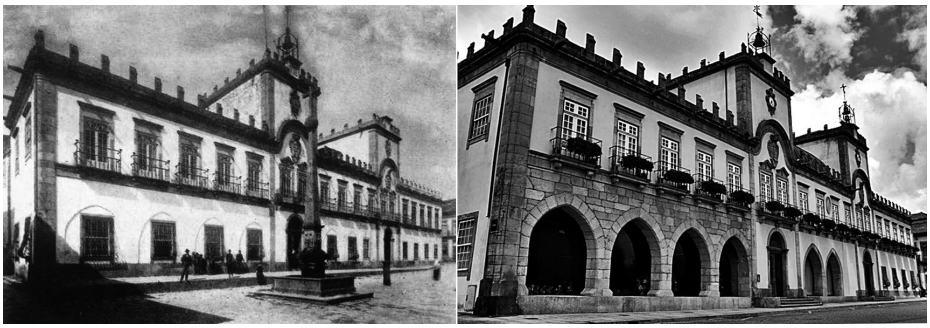


Fig. 90 Barcelos: Paços do Concelho antes e depois do restauro (fotografia de 1902)

Embora sem torre, a Casa da Câmara de Viana do Castelo segue, nas suas linhas gerais, o mesmo modelo da anterior: piso térreo vazado por arcaria apontada, câmara

[1508] A edificação da cerca de Barcelos, iniciada logo nos primeiros anos do século XV, estaria concluída em meados do século.

[1509] Maria da Conceição Falcão FERREIRA, *Barcelos terra de Condes*, Separata da *Revista Barcelos*, 1991/1992, p. 41.

[1510] Já Carlos Alberto Ferreira de Almeida colocava a hipótese do edifício ser posterior a 1484, atribuindo a iniciativa a D. João II que, nesse mesmo ano, teria estado oito dias em Barcelos. Ferreira de ALMEIDA; Mário J. BARROCA, *História da Arte em Portugal. O Gótico*, p. 148. Que o espaço envolvente da matriz continuava a ser melhorado ainda nos inícios do século XVI, demonstra-o a notícia do derrube de casas a expensas do concelho, para arranjo de uma rua que, da fachada principal do templo, seguia em direção ao Paço dos Pinheiros. Maria da Conceição Falcão FERREIRA, *Barcelos terra de Condes*, p. 40-41.

[1511] Edificado por Pedro Esteves em 1448, comportaria originalmente apenas uma torre e um corpo adossado devendo-se o caráter monumental ainda hoje visível à grande reforma levada a cabo pelo seu filho, Álvaro Pinheiro em finais do século XV. José Custódio Vieira da SILVA, *Paços medievais portugueses*, p. 174-175.

no piso nobre, remate de merlões. Até finais do século XV, o concelho reunia regularmente na torre de menagem[1512], dominando estrategicamente o então centro da vila onde, em torno de 1400, se erguera a igreja matriz e onde normalmente decorria o mercado.



Fig. 91 Viana do Castelo: Paços do Concelho antes do restauro

O crescimento da vila levaria, contudo, ao extravasar da cerca e à substituição da acanhada Praça Velha pelo Campo do Forno, antigo rossio exterior à muralha, no enfiamento da Porta de S. Tiago. Seria nesse mesmo espaço, concretamente no topo norte e em posição de evidente destaque que, entre 1501 e 1510[1513], a vereação faria erguer os novos paços do concelho.



Fig. 92 Viana do Castelo: Paços do Concelho na atualidade

[1512] João Vieira CALDAS; Paulo Varela GOMES, *Viana do Castelo*, p. 19.

[1513] Ferreira de ALMEIDA; Mário J. BARROCA, *História da Arte em Portugal. O Gótico,* p. 149.

Pelo paralelismo evidente com o caso de Viana do Castelo, e apesar de nunca ter sido efetivamente concretizado, não pode deixar de referir-se aqui o projeto pensado para Coimbra, precisamente no final da primeira década do século XVI. Até aos inícios de quinhentos, os diversos serviços municipais encontravam-se dispersos um pouco por toda a cidade e, ao que tudo indica, precariamente instalados. No castelo, situado no topo ocidental da cerca, funcionava a cadeia. Na velha torre de Almedina, com caráter regular desde o último quartel do século XIV, reunia a vereação e decorriam as audiências. A ter existido alguma tentativa para deslocar a sede concelhia para a praça fora de portas, como parece sugerir a referência de 1442 a uma "*cassa q antygamente foy feita pera a feira e paaço do concelho as quaees comprem seerem coRegidos de novo*"[1514], não terá sido suficientemente interessante, a ponto de constituir uma alternativa válida que justificasse o definitivo abandono da Torre. Na praça, estavam instalados os restantes serviços como o paço dos tabeliães e aqueles que mais diretamente se relacionavam com o mercado, caso dos açougues, fangas da farinha e casa de ver o peso. Os edifícios que parcialmente ocupavam, no lado oriental da praça e em situação quase contígua à fachada lateral sul da igreja de Santiago, exigiam, em princípios de quinhentos, mais do que uma reforma, uma nova edificação.

Pela correspondência então trocada entre D. Manuel I e a câmara de Coimbra, percebe-se que a discussão girava em torno de duas propostas distintas: a primeira, defendida pela vereação, com base no menor custo e afastada que estava a hipótese de financiamento régio já então canalizado para o Hospital Real, mostrava-se favorável à reedificação do antigo espaço; a segunda, apresentada pelo bispo D. Jorge de Almeida, propunha uma construção de raiz, a levantar no "*cabo da praça*". Em janeiro de 1511, o monarca decidiu a favor do Concelho, nomeando Diogo Boytaca mestre da obra dos açougues.

Construído ao longo da década de 20[1515], albergava no piso térreo, rasgado por arcada de cerca de 15 metros de comprido, as funções comerciais — açougues de carne e peixe, fangas, aferição de medidas e espaço de arrumos — e nos pisos superiores o paço dos tabeliães, instalações consideradas "*das boas que do dito oficio ha ao presente neste reino*"[1516].

Mais do que a obra efetivamente levada a cabo, interessa-nos, neste caso específico, avaliar as implicações da solução preterida. Se às características formais do edifício construído — concretamente a arcaria térrea — associarmos a localização defendida pelo bispo, podemos, de acordo com a proposta de Walter Rossa, intuir uma solução próxima da de Guimarães ou de Viana do Castelo. A sugestão de D. Jorge de Almeida para que o edifício fosse levantado no "*cabo da praça*", que o referido autor provou só poder ser o topo norte[1517], apesar de significativamente mais onerosa, teria permitido resolver todo um conjunto de questões formais: rematar a praça com um edifício de referência e, por isso, com forte impacto urbanístico e demarcar esse mesmo espaço

[1514] Walter ROSSA, *DiverCidade...*, p. 459.

[1515] Sabe-se, pelo foral de Coimbra de 1516, que nessa altura específica a cidade não dispunha de fangas, função que viria a ser incorporada no edifício em causa. Em 1532, contudo, já consta do tombo dos bens concelhios onde é minuciosamente descrito. Walter ROSSA, *DiverCidade...*, p. 575.

[1516] Pedro DIAS, *A arquitectura de Coimbra na transição do gótico para a renascença*, p. 52-53.

[1517] Walter ROSSA, *DiverCidade...*, p. 579.

do contíguo adro de Santiago, criando uma barreira mais visual do que física, assegurada que estava a passagem de um a outro pela arcaria do piso térreo.

A mesma necessidade de renovação do edifício camarário fez-se sentir em Braga, ainda em meados do século XV. A pobreza dos velhos paços, nas proximidades da Sé, foi a razão apresentada, em 1442, pelos procuradores da cidade ao regente D. Pedro, a quem solicitavam auxílio monetário — entre 15 a 20.000 reais — por forma a viabilizar a construção de uma "*boa e fermosa casa de concelho*"[1518]. Mais de sessenta anos decorreriam até que o pedido fosse atendido, não já pelo poder central, mas por D. Diogo de Sousa, arcebispo de Braga, entre 1505 e 1532. O edifício, descrito pouco tempo depois da morte do mecenas, terá seguramente excedido as expectativas da vereação. De cantaria, com "*hua imagem de nossa Senhora com seu entabollamento*" e coroado por ameias, elevava-se em três pisos: o térreo aberto em "*hum allpendre com dous arquos grandes e assentos de pedraria pera se vender pão*"; o primeiro sobrado para as audiências; o último, guarnecido de "*allmarios pera escripturas e cousas da cidade*".

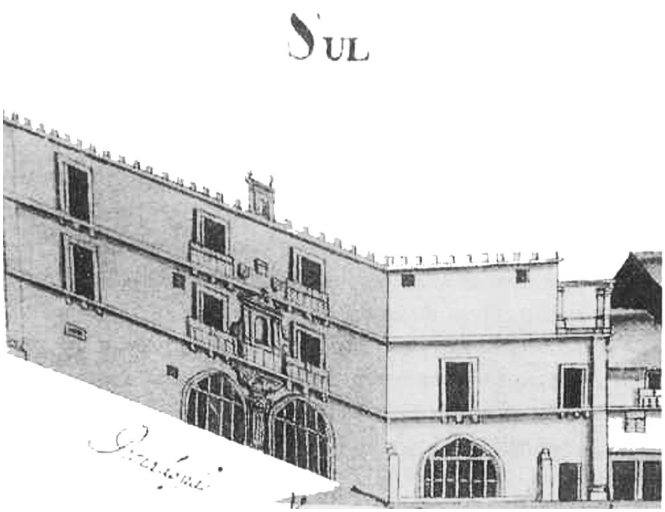


Fig. 93 Braga: representação dos Paços do Concelho quinhentistas
(Arquivo Distrital de Braga, *Mappa das Ruas de Braga*, 1750)

Pela mesma altura, demoliam-se os velhos paços para desafogar o espaço em torno da catedral, permitindo o alargamento da "*rua dos meiximinhos a qual dantes era tam estereita e tam allta de logares que se não via a See senão chegando muito a ella*". Quatro casas da praça seriam, entretanto, adquiridas por D. Diogo de Sousa para, depois de derrubadas, levantar os novos paços concelhios, mantendo-se desta forma a centralidade da localização[1519].

[1518] Ferreira de ALMEIDA; Mário J. BARROCA, *História da Arte em Portugal. O Gótico,* p. 144.

[1519] Sobre o mecenato artístico de D. Diogo de Sousa e reformas urbanísticas levadas a cabo em Braga, veja-se Rui MAURÍCIO, *O mecenato de D. Diogo de Sousa, Arcebispo de Braga, 1505-1532. Urbanismo e arquitectura*, Magno Edições, 2000. O *Memorial das obras que D. Diogo de Sousa mandou fazer*, redigido entre 1535 e 1565 e

A procura de centralidade aliada à vontade de dignificar a sede concelhia, entendida enquanto peça fundamental de um programa mais vasto, não ficaria completa sem uma referência ao exemplo paradigmático do Funchal. Embora a construção do edifício fosse já matéria em discussão desde os inícios da década de sessenta do século XV, altura em que D. Fernando autorizou a construção, junto da igreja principal, de uma casa para a "*Relaçam*" e outra para a Audiência[1520], as obras devem ter-se arrastado por vários anos, uma vez que, em 1470, o infante ordenava que se terminasse a "*casa para a camara que dias há começada...*". Provavelmente concebido como estrutura de apoio às funções administrativas e judiciais, em outubro de 1487 decorria a construção do "*alpendre do ouvidor*" onde, para além da audiência, reunia, por vezes, o concelho[1521]. A relação dos custos da obra, inclusa nos livros da câmara, refere pedra, madeiras e telha, entre os materiais aplicados, bem como algum mobiliário, como a cadeira, bancos e assentos da "*távola dos escrivães*". Sem que seja sinónimo de obra acabada, a verdade é que só em 23 de maio de 1489 surge uma referência explícita a uma reunião realizada "*em as casas da câmara*". Até aí, as vereações recorriam aos mais diversos tipos de enquadramentos: a igreja de Santa Maria do Calhau para as reuniões, o adro para os procedimentos eleitorais, administrando-se os assuntos correntes nas casas e quintais onde residiam os homens da governança.

A expansão da vila para ocidente, todavia, rapidamente determinaria a substituição destes equipamentos recém-erguidos, ou mesmo ainda por concluir. Por três cartas enviadas por D. Manuel, então ainda "apenas" na sua qualidade de Duque de Beja, é possível seguir de perto o processo de transferência dos equipamentos urbanos em causa. Logo nos inícios de junho de 1485, D. Manuel impunha um novo centro cívico, político e religioso ao Funchal ordenando que, no chão por ele doado, se edificasse "*por nobreza e honra da dita ilha* […] *uma igreja e praça e Casa do Concelho*". Decorrido mais de um ano sem que a obra se iniciasse e face à resistência dos moradores, D. Manuel reforçava a sua decisão por nova carta onde, de forma perentória, ordenava que se fizesse a "*Câmara do Concelho e paço de tabaliães*", equipamentos a que devia associar-se também a picota "*porque não ha-de estar senão na praça onde está em todos os lugares*"[1522]. Entre as recomendações enviadas a Brás Afonso Correia, salientamos o facto de a câmara dever ser sobradada e "*tam grande e tall que na logea de bayxo se podessem fazer as audiências e que isso mesmo na dita praça se fezesse hua casa pera paço de tabeliães...*"[1523].

---

onde vem descrito o novo paço concelhio, é publicado pelo autor em apêndice, vol. II, p. 295-303. Em meados do século XVIII, a sede concelhia foi transferida para o Campo de Touros (atual praça do Município) sendo o velho edifício demolido em 1775. Maria do Carmo Franco RIBEIRO, *Braga entre a época romana e a Idade moderna*…, p. 433.

[1520] No mesmo ano de 1461, o infante enviava o selo e a bandeira para o concelho. Um dos selos "*com as suas armas com que hão de ser seladas as coisas da justiça e do seu serviço*" e outro dos "*sinais que lhe praz que esse comçelho tragua e yso mesmo vos mandarey a bandeyra e os ditos sinaees*". Na mesma altura, os moradores do Funchal pediam ao infante que lhes enviasse o traslado da carta de mercê concedida ao capitão para o registarem no "*livro da câmara*". *Vereações da Câmara Municipal do Funchal, século XV*, p. VI.

[1521] *Vereações da Câmara Municipal do Funchal, século XV*, p. VIII-IX.

[1522] Helder CARITA, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos …,* p. 49-50. A carta, datada de 20 de novembro de 1486, é publicada na p. 203.

[1523] Carta de 3 de outubro de 1486. *Vereações da Câmara Municipal do Funchal, século XV*, p. IX.

As novas instalações, localizadas por trás da futura sé, estariam já em funcionamento em 1492[1524], ou seja, apenas escassos anos decorridos sobre a inauguração da primitiva Casa da Câmara, podendo, logo em 1491, proceder-se à demolição do alpendre do ouvidor. A atenção que D. Manuel concedeu a todo o processo é bem elucidativa de como este tipo de equipamentos assumia um valor polissémico, extravasando largamente o significado local.

Organização funcional

Ao longo do texto têm surgido, por diversas vezes, alusões aos vários serviços ou funções que diretamente dependiam das autoridades municipais: das rotineiras e obrigatórias reuniões dos vereadores à audiência dos juízes, do paço dos tabeliães aos açougues, passando pela guarda de livros e escrituras, bandeiras e selos, pesos e medidas, sem esquecer, naturalmente, as instalações prisionais.

A partir de algumas descrições, ainda que poucas e genericamente sumárias, é possível entrever como se organizava a distribuição funcional no interior dos edifícios. A primeira ideia a reter é a de uma perfeita adequação do programa às necessidades, o que explica as vincadas semelhanças com o que sucedia em edifícios congéneres de além-fronteiras[1525].

O Paço do Concelho surge, na esmagadora maioria das vezes, como um edifício de dupla valência: sala do conselho e tribunal ou, utilizando a terminologia coeva, câmara e audiência. A primeira, em regra um amplo salão onde decorriam as "*vereações*", surge também designada como "*casa da fala*" ou "*relação*"[1526]. Nas de Bragança, Estremoz e Viana do Alentejo[1527], mantêm-se ainda os bancos de pedra corridos, ao longo de todo o perímetro. É a divisão por excelência que, mais tarde e por antonomásia, virá a designar todo o edifício. Como nos paços nobres, no seu interior só "*os mayores e mais chegados de casa devem haver entrada*"[1528].

[1524] Em 1490, a construção estava a cargo de João Fernandes do Arco e Garcia da Vila, revertendo para esse efeito as verbas da imposição do vinho. Quatro anos depois, em 1496, já a Casa da Câmara necessitava de ser corrigida "*em tal modo e feição que não chova nelas nem pelas paredes*". As instalações estiveram em uso até 1784. *Vereações da Câmara Municipal do Funchal, século XV*, p. IX- XI

[1525] Veja-se, como exemplo, a descrição dos edifícios concelhios da província de Castellón em Enric LLOP, "Las lonjas en la província de Castelló. Edifícios para las instituciones", p. 97-98. A única dependência que o autor refere como comum, e que em Portugal parece não ser muito frequente, é a capela de que só encontrámos vestígios em Coimbra, Elvas e Lisboa.

[1526] As determinações que, em 1461, D. Fernando enviava para o Funchal são bem explícitas: autoriza a construção, junto da igreja principal, de uma casa para a "*Relaçam*" e outra para a audiência. Em Évora os regedores, eram obrigados a reunir todos os sábados na "*casa da rolaçom*", para com os vereadores fazerem e ordenarem "*posturas e vereaçoões as quais virem e acordarem que são em proll e bem da cidade*". No mesmo sentido, determinava-se que os juízes, ou pelo menos um deles, fosse à quarta e ao sábado "*aa relaçom da camara*". Gabriel PEREIRA, *Documentos históricos da cidade de Évora*, p. 172-173 e 179. São vários os testemunhos em que o termo "*relação*" é utilizado como sinónimo de vereação e não no sentido que mais tarde adquire e que já Santa Rosa Viterbo identifica como "*dar audiência, fazer justiça às partes*". Fr. Joaquim de Santa Rosa de VITERBO, *Elucidário das palavras, termos e frases…,* vol. II, p. 527.

[1527] Túlio ESPANCA, *Inventário artístico de Portugal. Distrito de Évora*, vol. 9, p. 458-459.

[1528] José Custódio Vieira da SILVA, *Paços medievais portugueses*, p. 29.

Por isso o local que câmara e audiência ocupavam no interior do edifício não era aleatório, adotando-se, na distribuição das diferentes funções, o princípio da crescente privacidade. À primeira, espaço em que cada vez mais apenas um número restrito de homens tinha assento, correspondia o piso nobre, de acesso mais recatado. À sala de audiências, onde oficiais e magistrados acolhiam diariamente as queixas de um número significativo de munícipes, destinava-se o compartimento de mais fácil e direto acesso a partir do exterior, estruturação ainda mais evidente quando o imóvel se organizava em altura, caso dos edifícios sobradados ou das torres. Em Coimbra, a Torre de Almedina tinha "*em cima huas varamdas de aRedor em q fazem camara e em baixo audiencias*"[1529]. Em Ponte de Lima, as reuniões decorriam, em torno de 1380, "*en no sobrado da Casa do Conçelho da dicta villa en hu se de Custume soe de ffazer a vereaçom do dicto Conçelho*..."[1530]. Em 1485, D. Manuel ordenava que a câmara do Funchal fosse "*tam grande e tall que na logea de bayxo se podessem fazer as audiências*".

É o mesmo princípio de crescente privacidade que justifica que, nalguns casos, existisse um outro compartimento de menores dimensões, expressamente concebido para a discussão de assuntos envoltos em maior secretismo[1531]: no Porto é designado por "*câmara de parlamento apartado*"[1532] ou "*câmara de dentro*", em Évora, por "*camarinha de dentro*"[1533].

Era nestes espaços mais recatados, câmara ou camarinha, que se localizavam normalmente os armários e arcas destinados a guardar os símbolos do concelho, bem como todo um conjunto de documentos escritos que a complexidade crescente da vida urbana e o processo de centralização régia mais e mais exigiam[1534]. No edifício que D. Diogo de Sousa mandou erguer em Braga, reservava-se o primeiro sobrado para as audiências, guarnecendo-se o último, de "*allmarios pera escripturas e cousas da cidade*". No Porto, era na "*câmara de dentro"*, separada a todo o comprimento por um tabique, que ficava "*um almário grande, à guisa de tenda de*

[1529] *Tombo Antigo da Câmara de Coimbra*..., p. 6.

[1530] *Cortes portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383),* vol. I, p. 184.

[1531] No Regimento dado a Évora em 1392, determina-se que os dez regedores que "*cada dia de sabado juntos na casa da rolaçom*" com os vereadores têm o encargo de fazer e ordenar posturas e vereações "*seram jurados aos evangelhos que guardem e tenham segredo do que com elles falarem e fora dhi o nom revelarem a nenhum*...". Gabriel PEREIRA, *Documentos históricos da cidade de Évora,* p. 163. Costume que se manterá ao longo da centúria seguinte: em maio de 1486, a vereação do Funchal jurava sobre os Evangelhos manter segredo absoluto de "*todo ho que se ffalase na dicta camara*". *Vereações da Câmara Municipal do Funchal, século XV*, p. 150.

[1532] *Vereaçoens, anos de 1390-1395*, p. 253.

[1533] Gabriel PEREIRA, *Estudos diversos*..., p. 152.

[1534] Os cuidados a ter com a guarda da documentação ficam bem patentes num documento do Porto, datado de 1486: *"Item requereo o dicto procurador que pera estarem as escripturas guardadas que os oficiais mandassem tapar de tavoado ou de taypa franҫes a camara de dentro atee o telhado pera todallas cousas que dentro estam estarem seguras e bem guardadas…*". Não tendo sido aceite a sua proposta, o oficial reclamou dizendo que se "*nom queriam çarrar a dicta camara que se della achase alguua cousa menos que elle nom fose a ello theudo*", citado por Adelaide Pereira Millan da COSTA, *"Vereação" e "vereadores"…*, p. 38. O desaparecimento de documentação concelhia, principalmente a que registava antigos privilégios e liberdades, causava enormes prejuízos à gestão urbana, razão por que a sua destruição era frequentemente incluída nas práticas de guerra infligidas por exércitos inimigos, como sucedeu em finais do século XIV quando os castelhanos roubaram a arca de Penamacor e queimaram as de Monsanto e Alter do Chão. Maria Helena da Cruz COELHO, "O quadro institucional", p. 563 . O mesmo episódio ocorreu em Montalegre. Gama BARROS, *História da administração pública em Portugal...*, vol. II, p. 138.

panos", com três prateleiras e duas portas[1535]. Em Setúbal, onde a especialização dos diferentes compartimentos surge já de forma mais acentuada, existia uma divisão exclusivamente concebida "*pera ter as arquas Dos liuros Da camara*"[1536].

Para uma visão mais pormenorizada destes espaços concretos vale a pena debruçarmo--nos sobre o caso do Porto, já por diversas vezes aqui aflorado e que uma cópia tardia de um ajuste de obras permite conhecer com invulgar minúcia. Trata-se do contrato celebrado, em 1443, entre a cidade e o mestre de carpintaria del-rei Gonçalo Domingues, para a realização de obras na casa-torre que, no largo da Sé, viera substituir o "*paço em arcos*", de meados do século XIV[1537].



Fig. 94 Porto: Torre da Relação antes e depois das obras de reabilitação de 1995

A torre era composta por loja e dois sobrados. O primeiro, como de costume, destinava-se às audiências, sendo por isso também chamado de "*Casa do Auditório*"; tinha em toda a sua volta bancadas e cadeirais para os juizes e tabeliães. As bancas destes últimos deviam ser "*da parte dianteira, forradas de tabuado alto, de guisa que os que aí estiverem se não possam lançar sobre os tabeliães, nem ler a sua escritura*". Uma escada de madeira, que o concelho queria semelhante à escada "*de pedra do Paço do Senhor Bispo*", permitia o acesso à câmara ou sala onde os vereadores reuniam, cuja importância na hierarquia dos espaços justificava a contratação de um teto de madeira "*pela guiza que Nosso Senhor El-Rei mandou fazer a sala do castelo de Lisboa*" ou doutra "*guisa*", melhor ainda, e "*todo pintado de muito boa pintura, e formoso, e de boas tintas*". Bancadas em todo o perímetro da sala e uma mesa para os oficiais[1538] constituíam o mobiliário principal. Separada por tabique, ficava a "*câmara de dentro*"

[1535] *Vereaçoens, anos de 1390-1395*, p. 253.

[1536] Teresa Bettencourt da CÂMARA, *A Praça do Sapal em Setúbal...,* p. 76.

[1537] Artur de Magalhães BASTOS, "Os diversos paços do concelho da cidade do Porto", p. 252-258.

[1538] A partir de 1495, decide-se que o escrivão, até aí de costas para a mesa e de frente para a assistência, passe a ocupar um dos topos da mesa onde se sentavam os restantes oficiais. Justificava-se a alteração com o facto dos titulares do cargo serem "*pessoas onrradas e de bem*" parecendo a antiga disposição "*desonesta e sem razom*". Adelaide Pereira Millan da COSTA, "*Vereação" e "vereadores*"..., p. 38 .

ou do "*parlamento apartado*". Ainda neste último sobrado, guardava-se a gaiola em que, na procissão do Corpo de Deus, seguia o Santíssimo Sacramento.

Tão ou mais interessante do que os dados que revela acerca da orgânica dos espaços ou mobiliário existente, é a forma como o texto expressa em toda a sua extensão o orgulho da elite governante daquela que se considerava, já então, a segunda maior cidade do reino. Para além de toda a carga simbólica que a torre por si só encerrava[1539], as janelas "*enlaçadas de bom louvor mourisco*" ou o ambicioso nível das sugestões apontadas — o paço régio da Alcáçova, em Lisboa, e o paço episcopal, do Porto — remetem, claramente, para uma aproximação deliberada às práticas e modelos da nobreza[1540].

A proximidade física entre câmara e audiência, constante em todos os exemplos referidos, encontra a sua explicação na falta de autonomia que, ao nível da gestão urbana, caracterizava o exercício do poder judicial e administrativo. Julgar e administrar eram, na cidade medieval, funções não totalmente dissociáveis, desempenhadas simultaneamente por juízes e vereadores. No regimento atribuído a Évora, em torno de 1392, concretamente nos títulos III e VI onde se definem as esferas de atuação dos vereadores e juízes, matérias que com poucas alterações viriam a ser recolhidas nas Ordenações Afonsinas, fica bem patente a ambiguidade ou justaposição de ambos os cargos.

Extravasando a respetiva esfera judicial, competia aos juízes comparecer à "*relaçom da camara*" duas vezes por semana, resolvendo tudo o que ao bom vereamento da terra dissesse respeito. Por seu lado, era da competência dos vereadores julgar em conjunto com os magistrados injúrias verbais e pequenos furtos, bem como as apelações apresentadas pelos almotacés cujos danos excedessem as dez mil libras[1541]. Em caso de doença ou ausência justificada de um dos juízes ordinários, determinava-se a sua

---

[1539] Sobre a simbologia e novo fôlego que a construção de torres ganhou em finais da Idade Média, veja-se José Custódio Vieira da SILVA, *Paços medievais portugueses*..., p. 63-69, 166-167 e Mário Jorge BARROCA, "Torres, "Casas-Torres ou Casas Fortes. A concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (séculos XII-XV)", *Revista de História das Ideias*, 19, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1997, concretamente as p. 64-66 onde o autor demonstra, a propósito da Torre de Buarcos, pertencente ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, como em 1450, ainda as construções torreadas e ameadas eram consideradas monopólio régio. Facto que apenas corrobora o poder retórico da solução arquitetónica adotada na Casa da Câmara do Porto que, sublinhe-se, não constituía um simples aproveitamento de uma torre da muralha, mas uma construção de raiz.

[1540] A escolha do adro da Sé para a implantação da torre, que já no século XIV demonstrara ser um terreno frágil provocando a derrocada do "*paço em arcos*", voltaria, cem anos decorridos sobre as obras quatrocentistas, a levantar problemas de estabilidade; efetivamente, em 1536, já o edifício estava "*aberto e em Risquo de cayr e era muito neçisarjo correger*". Para avaliar o estado da torre o concelho chamou, entre outros, Francisco de Cremona e Diogo de Castilho. Ao contrário do primeiro, que foi de opinião que se desfizesse tudo desde as ameias até aos alicerces, o segundo considerou ser suficiente uma simples reforma do velho alicerce em que a torre assentava. Em 1539, o rei pronunciou-se a favor da demolição e reconstrução de todo o edifício concedendo, para custear as obras, as receitas da imposição do sal, durante o prazo de dois anos. Artur de Magalhães BASTOS, "Os diversos paços do concelho da cidade do Porto", p. 260-261.

[1541] Gabriel PEREIRA, *Documentos históricos da cidade de Évora*, p. 170-172 e 177-180; Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média*, p. 690. Sobre a sobreposição ou complementaridade de funções, veja-se António Manuel HESPANHA, *História das instituições*..., p. 247 e *Ordenações Afonsinas* liv. I, tít. XXVI, art. 24 e 29; liv. I, tít. XXVIII, art. 10; liv. V, tít. LIX, art. 3.

substituição por um dos vereadores "*o qual virem que mais perteencente for que o dito encarrego tenha*"[1542].

Juízes e vereadores formavam o núcleo duro da vereação, repartindo entre si um alargado conjunto de tarefas cujos limites estavam longe de ser estanques. Não admira, por isso, que os espaços físicos onde exerciam as suas funções fossem, em regra, contíguos e considerados fundamentais na configuração de qualquer edifício camarário. Como se "*Paço do Concelho*" fosse, por definição, a soma de câmara e audiência. É essa mesma proximidade física e funcional que justifica, afinal, que termos como "*audiência*", "*relaçom*" "*câmara*" ou "*Paço do Concelho*" possam ter um mesmo significado e ser indistintamente utilizados. Subjacente a todos eles, a ideia de espaço do exercício do poder.

A sedentarização e concentração dos diversos serviços que recaíam sob a alçada da gestão municipal não foi um processo fácil. Muito mais do que ao nível das reuniões da vereação que, como vimos, desde meados do século XIV ocorriam em locais "*apartados*", as dificuldades registaram-se, sobretudo, com o exercício da justiça e do tabelionado, apesar de todos os esforços envidados pelo poder central. A consolidação do modelo da Casa da Câmara a que assistimos em finais da Idade Média e o papel que o rei desempenha em todos os processos de reconstrução pode ser interpretado como mais uma medida no sentido de regulamentar — e controlar — as diversas esferas de gestão concelhia.

Embora o Paço do Concelho integrasse, desde há muito, a casa da audiência e com ela se confundisse, nem sempre os juízes exerciam a sua atividade nesse espaço. Por toda a documentação perpassa a ideia de que igrejas, claustros, adros cemiteriais, praças ou mercados foram locais frequentemente escolhidos para a celebração das audiências. Da mesma forma, a própria morada do juiz ou o espaço fronteiro à sua casa seriam também soluções comuns para a resolução de agravos. Povos e poder central aliaram-se no combate a essa dispersão, sobretudo pelas irregularidades processuais a que dava azo[1543].

A verdade é que o costume terá permanecido em uso até ao final da Idade Média: em 1361, nas cortes de Elvas, o clero queixava-se que as "*Justiças ffaziam comsselhos e audiencias em as IgreJas e em hos adros dellas maiormente em ffectos criminaes ...*" [1544]. Decorrido um século, nas cortes de Lisboa de 1459, o monarca voltava a ordenar que aqueles "*que vara de justiça teverem, por qualquer maneira que seja façam as audiências nos lugares deputados para elas e não em suas casas nem em qualquer lugar privado*". A medida seria reiterada nas cortes de Évora-Viana, de 1481-1482, considerando-se nulas as sentenças e atos realizados nos lugares que não fossem públicos e a isso

[1542] Note-se que para o desempenho das funções de juiz ordinário não era exigida uma formação específica registando-se, até, uma enorme percentagem de analfabetos entre os detentores do cargo. Dominando mal o corpo normativo, eram frequentemente acusados de "*erros no ofício*" ao que se desculpavam alegando a sua condição de "*simples e ignorantes*". Luís Miguel DUARTE, *Justiça e criminalidade no Portugal medievo*..., p. 248.

[1543] Em Castela, os mesmos inconvenientes são apontados por Afonso X, em 1275. A proibição do monarca parece não ter sido totalmente eficaz, pois ainda no reinado de Enrique III os juízes administravam justiça nos claustros catedralícios. Segundo Maria del Carmen Carlé só em finais do século XV começaram a surgir edifícios próprios para esse fim. Maria del Carmen CARLÉ *La sociedad hispano medieval*, p. 44.

[1544] *Cortes portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-1367),* p. 25.

destinados[1545]. Contudo, ainda em 1500, a constituição 73 do Sínodo da Guarda corroborava a permanência do uso, agravando-se contra o facto de em "*alguns lugares do nosso bispado os juízes seculares com pouco acatamento fazem audiências nas igrejas e seus cemitérios, ouvindo aí feitos crimes e cíveis, o que é cousa assaz feia e contra direito* [1546].

A mesma resistência verifica-se no caso dos tabeliães. Não nos referimos aqui aos tabeliães judiciais cuja presença era, por lei, obrigatória em todas as sessões presididas pelo juiz, razão pela qual eram também chamados de "*tabeliães das audiências*". Em causa estão os tabeliães do paço ou das notas, a quem competia, essencialmente, funções civis[1547]. Como os juízes, também os tabeliães redigiam contratos e escrituras nos mais diversos locais, sob alpendres de igrejas ou em bancas montadas nos adros cemiteriais, lado a lado com a agitação da feira ou o alvoroço do mercado diário, por entre jogos, rezas e pregões[1548].

Para além da proximidade aos potenciais clientes, outras motivações parecem ter existido até porque, não raro as mesmas funções decorriam em espaços privados, por exemplo, na morada do tabelião[1549]. As queixas sistematicamente apresentadas em cortes e que vários regimentos compilam, não deixam espaço para dúvidas: o facto de os atos decorrerem fora de uma estrutura organizada, pública e passível de controlo, possibilitava fraudes e erros de que os mais comuns seriam a cobrança de salários superiores ao que a lei regulamentava, o não cumprimento dos prazos de redação dos documentos, a omissão da leitura do documento a ambas as partes ou os enganos em que induziam a clientela iletrada.

Por essas e outras razões, a sedentarização dos tabeliães num espaço próprio fora determinada, logo em 1305 por D. Dinis: no artigo 17º do 2º *Regimento dos tabeliães*[1550], o monarca determinava que nas villas onde existissem "*muytos tabelliões ou de dous açima*" seria obrigatório ter casa ou paço conhecido, por forma a que quem dos seus serviços necessitasse, soubesse onde se dirigir. Pelo menos nas maiores cidades do reino, a determinação régia de ter paço próprio terá sido quase de imediato acatada: em Leiria, já existia 1306, em Coimbra em 1313 e em Lisboa, em data anterior a 1327[1551]. Tal como no caso dos juízes, porém, a existência de paço ou casa própria não significa que

---

[1545] Armindo de SOUSA, *As cortes medievais portuguesas (1385-1490)*, vol. II, p. 360 e p. 456.

[1546] *Synodicon Hispanum,* (dir. António Garcia y Garcia), Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1982, II vol, Portugal, p. 263-264.

[1547] Sobre as duas categorias de tabeliães (cuja separação parece acentuar-se em inícios do século XV, legislando D. João I sobre as competências específicas de cada uma das categorias e daquelas que permaneciam gerais, matéria depois recolhida nas *Ordenações Afonsinas, liv.* I, tít. 47, art. 10), veja-se Gama BARROS, *História da administração pública em Portugal*..., vol. III, p. 762-763.

[1548] Sobre as queixas dos procuradores em cortes relativas ao facto de os tabeliães das notas ou do paço não se encontrarem no seu local de trabalho, veja-se Armindo de SOUSA, *As cortes medievais portuguesas...*, vol. II, p. 365, p. 448 e p. 451.

[1549] Em Elvas, em 1473, os tabeliães eram acusados de fazerem inúmeras escrituras em casa própria, raras vezes indo ao paço. Também os procuradores de Évora pedem ao rei que obrigue os tabeliães a "*estarem a horas certas sempre todos no paço pera os extrangeiros e lavradores que vão pera fazerem suas obrigações que os achem prestes pera as fazer".* Gama BARROS, *História da administração pública em Portugal...*, vol. III, p. 765-766.

[1550] Gama BARROS, *História da administração pública em Portugal...*, vol. III, p. 739.

[1551] No escatocolo de um documento de 1306, é claramente referenciada a sua redação "*en a audiencia dos Tabelliões de Leyreã*". Saul António GOMES, "A praça de S. Martinho de Leiria..., p. 60-61. Gama BARROS, *História da administração pública em Portugal*..., vol. III, p. 764.

os tabeliães o tenham utilizado em exclusividade. Por isso as leis que definiam a existência de espaços próprios, onde quotidianamente e em horário fixo os tabeliães exercessem o seu ofício, se repetem: em 1379, por D. Fernando e, em 1406, por D. João I. As Ordenações Afonsinas reiteram, uma vez mais, a obrigatoriedade de em todas as cidades, vilas e julgados os tabeliães estarem "… *em casa apartada que lhe pera ello for hordenada pelo concelho por tal que as partes* […] *os possam ligeiramente achar em a dita casa que lhes assy for assignada*"[1552]. Pela redação do texto parece poder inferir-se que a responsabilidade de encontrar e disponibilizar o espaço ficava a cargo dos concelhos.

Fosse por isso, fosse pela obrigatoriedade de desempenhar tarefas conjuntas[1553] ou pela necessidade de um controlo mais apertado, tudo confluiu para que os paços dos tabeliães ficassem sediados nos paços do concelho ou nas suas proximidades imediatas, como sucedia no Funchal ou em Coimbra.

Outras funções ainda, igualmente decisivas no âmbito da gestão urbana, tinham lugar na sede concelhia ou nas suas imediações.

Referimo-nos às questões relacionadas com o abastecimento de géneros alimentares, preocupação constante das vereações num período particularmente marcado pelo espetro de maus anos agrícolas e colheitas insuficientes. Regulamentava-se minuciosamente toda a atividade comercial na tentativa de satisfazer as necessidades de consumo, assegurando uma repartição equitativa e ao preço justo, zelando pela qualidade das mercadorias transacionadas, garantindo a uniformidade de pesos e medidas, fiscalizando a higiene dos locais de trocas.

Embora a totalidade dos produtos caísse sob a alçada dos almotacés[1554], alguns, porque fundamentais à dieta alimentar medieval, pela sua rápida deterioração ou porque mais facilmente sujeitos a venda fraudulenta, eram comercializados em regime de monopólio pelas autoridades concelhias[1555] que, para além de um controlo rigoro-

---

[1552] *Ordenações Afonsinas*, liv. I, tít. 47, art. 12.

[1553] Determinado tipo de escrituras só podia ser executado na presença de um magistrado: em Beja, em 1339, o corregedor Afonso Eanes decretava que os tabeliães não fizessem escritura de contrato pelo qual alguém se constituísse devedor a um judeu ou mercador, senão na casa do concelho ou no alpendre perante o juiz como já estava, de resto, determinado pelo rei. Gama BARROS, *História da administração pública em Portugal…*, vol. III, p. 743.

[1554] "*Os almotacees* [...] *mandem logo apregoar que os carniceiros e paadeiras e regateiras e almocreves e alfayates e sapateiros e todolos outros mesteiraaes usem cada hum de seus mesteres e dem os mantymentos aavondo guardando as vereações e posturas do concelho e outrosy todos os que teem medidas de pam e vynho e azeite que as mostrem pera as veerem se som direitas sô a pena que lhes he posta na postura do concelho*" ou "*façam e costranjam os carniceiros que dem carneiros e vacas e porcos e as outras carnes* […] *e estaram como for manhãa dando as carnes no açougue ataa ora da terça nom se partindo dhi e fasendo as dar e repartir per os ricos e pobres aavondo cada hum como o merecer...*" Gabriel PEREIRA, *Documentos históricos da cidade de Évora*, p. 174-176.

[1555] Os açougues podiam ser régios ou concelhios, coexistindo ambos em diversas localidades, caso de Coimbra. No século XV, a pedido do povo miúdo, D. Afonso V permitiu o desdobramento dos açougues em Évora e Tavira, autorizando a criação de outros exclusivamente destinados ao seu abastecimento com base no argumento de que os existentes não cumpriam cabalmente a sua função "*porque só atendiam às pessoas qualificadas, ficando as que eram pobres e de menor graduação na impossibilidade de serem tambem providas*". Gama BARROS, *História da administração pública em Portugal*, vol. II, p. 229-230.

so, daí retirava importantes receitas fiscais. Caso dos cereais panificáveis (com destaque para o trigo), da carne e do peixe[1556].

A sua venda diária fazia-se em locais próprios, com caráter permanente: os açougues e as fangas[1557]. Localizavam-se nas zonas mais centrais dos núcleos urbanos sendo, aliás, agentes decisivos dessa mesma centralidade. Junto à matriz e nas proximidades da Casa da Câmara, frequentemente no próprio edifício da sede concelhia, ao abrigo das arcadas do piso térreo.

Em Viana do Castelo, Guimarães e Braga era sob os arcos que se fazia a venda do pão; em Vila do Conde[1558], a determinação abarcava todas as mercadorias que chegassem por terra, "*assy em carros como em bestas como ao colo*", devendo aí permanecer por três dias[1559]. Comércio que, uma vez mais, decorreria na arcada do edifício, que a planta de 1568-1570, hoje à guarda da Biblioteca do Rio de Janeiro, assinalou[1560].

Em Leiria, no século XVI, era "*na casa de sobre os açougues*" que se fazia a relação[1561]. Em Coimbra, como foi já referido, os açougues de carne e pescado ocupavam o piso térreo porticado do edifício camarário reedificado na Praça Velha, na segunda década de quinhentos. Aí se situava também a *casa de ver o peso,* onde os comerciantes aferiam os seus pesos e medidas pelos padrões guardados nas arcas concelhias, como acontecia, aliás, em todas as localidades[1562]. Em Setúbal, pela mesma época, casa do concelho, açougue e *paço do trigo* confrontavam entre si, unidos por extensa galeria ou alpendre[1563]. A mesma proximidade física entre açougues, fangas e sede concelhia existia

---

[1556] Como sugestivamente escreveu Armindo de Sousa, na "*Idade Média europeia os hábitos alimentares andaram prisioneiros do consumo de pão e carne. Logo, faltando pão, havia fome*". Armindo de SOUSA, "Condicionalismos básicos", p. 342. Sobre a importância crucial destes produtos na alimentação medieva, veja-se Oliveira MARQUES, *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos da vida quotidiana*, Lisboa, Sá da Costa, 1964. Para uma visão global das medidas mais correntemente tomadas pelas autoridades concelhias no controlo do abastecimento urbano, qualidade dos produtos, tabelamento dos preços e aferição de pesos e medidas, veja-se o exemplo de Lisboa em Iria GONÇALVES, "Defesa do consumidor na cidade medieval: os produtos alimentares (Lisboa – séculos XIV e XV)", p. 97-116.

[1557] Sobre a origem do termo veja-se o capítulo 8. *O emergir da centralidade*, do presente trabalho.

[1558] A construção dos Paços do Concelho aqui referidos data de meados do século XV. Nas atas das vereações de janeiro de 1466, já realizadas no "*paaço novo*", determina-se que o velho, que José Marques supõe existir desde o segundo quartel do século XIV, fosse recuperado "*de telha como de portas em guisa que seja bem fechado e corregydo*". José MARQUES, *A administração municipal de Vila do Conde, em 1466*, Braga, 1983, p.33-34 e p. 72.

[1559] José MARQUES, *A administração municipal...*, p. 35. A ata da reunião camarária em que o assunto foi objeto de deliberação, datada de janeiro de 1466, é publicada pelo autor nas p. 68-69. Em agosto do mesmo ano, o concelho voltava a reiterar a medida, então a propósito da venda de fruta: "*a fruita que vier a dicta vila se ponha no dicto paaço do concelho e hy se venda e compre* [...] *e doutra guisa nom sob pena de C reaes...*", p. 89.

[1560] Fundação Biblioteca Nacional Rio de Janeiro, ARC 16, 9, 1. Pode ver-se uma reprodução em *Portugaliæ Monumenta Cartografica*, vol. V, Est. 595 A.

[1561] Saul António GOMES, "A praça de S. Martinho de Leiria...", p. 74.

[1562] No *Livro I da Correia*, referem-se as "*bitolas e craveiras e medidas que estão na arca da Câmara*". *Livro I da Correia,* leitura de J. Pinto Loureiro, *Arquivo Coimbrão*, vols. II-V, Coimbra, 1930-1940, artigo 1117º. Tal como em Évora: "*Item mandou que os pesos do concelho fossem postos na casa do concelho e qualquer que comprar ou vender per peso vaa pesar per os ditos pesos essa mercadoria*". Gabriel PEREIRA, *Documentos históricos da cidade de Évora*, p. 197. Sobre a regulamentação de pesos e medidas para o caso de Évora veja-se Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média*, p. 483-487.

[1563] Documento publicado por Teresa CÂMARA, *A Praça do Sapal em Setúbal…*, p. 66.

em Faro[1564], em Santarém (na Praça de Marvila)[1565], em Évora (na Praça da Porta de Alconchel)[1566] e em Ponte de Lima, a partir de inícios do século XV[1567].

Dos diversos exemplos referidos constata-se como, sempre que no edifício camarário existiu o recurso a uma solução porticada, esse espaço foi destinado às atividades mercantis mais diretamente controladas pelo poder local, corroborando a importância deste aspeto na definição da tipologia arquitetónica, como vimos anteriormente.

Finalmente, o edifício concelhio podia ainda comportar uma última valência: a de espaço de reclusão de criminosos. Sobretudo a partir de 1491, data em que D. João II ordenou que se fizessem nos principais lugares das "*Correições de nossos Reinos mui boas casas de cadeias em que os presos possam estar seguros de fugirem e não recebam pelas maldades das casas maus tangimentos de suas pessoas*"[1568]. A determinação régia punha, finalmente, fim à utilização de uma torre ou dependência do castelo como prisão, prática que deixou centenas de testemunhos na documentação[1569]. Por isso, as Ordenações Manuelinas omitem a referência ao castelo, mantendo, em tudo o resto, a redação que vinha do corpo legislativo afonsino[1570]. Pela data adiantada da determinação joanina, o grande surto construtivo decorreria já no reinado de D. Manuel. Embora não fosse uma situação inédita (detetável na Guarda e em Lisboa em datas anteriores[1571]), a Casa da Câmara passou a ser um dos locais mais comuns para a sua localização. Nos casos em que tal coincidiu com a edificação de um novo paço concelhio, a cadeia foi, desde o início, contemplada na organização do espaço, ocupando uma dependência do piso térreo. Setúbal, Viana ou Porto, são apenas alguns dos exemplos possíveis[1572].

[1564] Em 1444, a propósito dos benefícios da construção de um alpendre refere-se que seria "*mujto honrrosa cousa a esta billa. Porque açerca dos dictos acougues e faamgas e paaco do Conçelho todos juntamente*". Alberto IRIA, *O Algarve nas cortes medievais portuguesas do século XV,* p. 225-226.

[1565] Ângela BEIRANTE, *Santarém medieval*, p. 74

[1566] Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média*, p. 116.

[1567] Amélia Aguiar ANDRADE, *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*, p. 24.

[1568] *Livro Antigo de Cartas e Provisões dos Senhores Reis D. Afonso V, D. João II e D. Manuel do Arquivo Municipal do Porto*, Porto, Câmara Municipal/Gabinete de História da Cidade, 1940, p. 19-21.

[1569] Veja-se Luís Miguel DUARTE, *Justiça e criminalidade no Portugal medievo...,* p. 399.

[1570] Em meados do século XV determinam as Ordenações do Reino que "*os que elle* [alcaide pequeño] *per sy prender, leve-os perante o Juiz, ante que vaão ao castello: pero se for de noute, ou a taaes oras, que nom possa achar Juiz, ou não for na Cidade ou for tal pessoa o preso que seria cousa prigosa de o trazer polla villa, leve-o aa prisom que tiver em sua casa, ou a alguma outra, que pera ello seja sinada pelo Alcaide Moor*". *Ordenações Afonsinas*, liv. I, tít. 30, art. 5. Nas Ordenações Manuelinas, embora a substância do texto seja a mesma, a forma revela as alterações entretanto verificadas, desaparecendo a referência ao castelo: "*e os que elle* [alcaide pequeño] *por si prender, Leve-os perante o Juiz, ante que vam aa Cadea; pero se for de noute, ou a taaes oras, que o nom possa achar, ou nom for na Cidade ou for tal pessoa o preso, que seria periguosa cousa de o trazer por a Villa, leve-o aa prisom que tiver em sua casa, ou a algua outra, que pera ello seja assinada polo Alcaide Moor*". *Ordenações Manuelinas*, liv. I, tít. LVI, art. 10.

[1571] Rita Costa GOMES, *A Guarda medieval*…, p. 185 e Luís Miguel DUARTE, *Justiça e criminalidade no Portugal medievo*…, p. 403.

[1572] Teresa CÂMARA, *A Praça do Sapal em Setúbal…,* p. 79*;* Artur de Magalhães BASTO, "Os diversos paços do concelho da cidade do Porto..., p. 373.

Deixámos para o fim o caso de Setúbal a que já aludimos pontualmente no decorrer do texto, embora de forma dispersa e a propósito de aspetos muito concretos. Retomamo-lo agora por duas razões fundamentais: em primeiro lugar, porque, pela data tardia em que ocorre, corresponde ao culminar das principais tendências registadas no processo de configuração de um modelo de edifício de gestão pública; em segundo, porque, excecionalmente, o volume e a riqueza da informação disponível permitem uma abordagem global, desde a implantação urbanística ao partido arquitetónico, passando pela lógica distributiva dos espaços interiores[1573].

A implantação escolhida foi a praça do Sapal, no extremo poente do intramuros, junto à igreja de S. Julião, espaço periférico e secundarizado na vila medieval, facto parcialmente explicável pela posição baixa e alagadiça, que, de resto, os topónimos Sapal e Sapalinho corroboram[1574].

No decorrer dos séculos XIV e XV, com efeito, o centro de Setúbal dividia-se entre o adro da igreja de Santa Maria, localizada exatamente no extremo contrário e o mais alto de toda a implantação e a praça da Ribeira Velha, a sul e encostada à muralha, onde, protegido por torres, se abria o mais importante acesso ao rio[1575]. A rua Direita fazia a ligação entre os dois espaços. Se no primeiro se reunia regularmente a população por ocasião dos concelhos apregoados (1342 e 1383), no segundo, já em 1397, estava sediado o Paço do Concelho que documentação do reinado de D. João I descreve como "*assaz bom e fermoso*"[1576].

Foi nas últimas décadas do século XV que a praça da Fonte ganhou protagonismo. As origens do processo remontam ao reinado de D. João II, monarca que, de acordo com Garcia de Resende terá, em 1487, "*por mais nobrecimento de Setuuel, e por proueyto commum*" mandado fazer os "*canos dagoa, que agora vem da serra a dita Villa, e assi a praça do çapal…*"[1577].

[1573] Noticiado originalmente por Sousa VITERBO, *Diccionario histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*, vol. III, p. 331, o tema foi objeto de estudo aprofundado, em 1992, por Teresa Bettencourt da Câmara. À exceção do auto de medição e avaliação realizado em outubro de 1530 por Diogo de Arruda (IANTT, Corpo Cronológico, Parte I, m. 46, doc. 61), os mais importantes documentos relativos ao processo foram publicados pela autora em apêndice, para aí se remetendo os dados aqui utilizados na descrição do edifício. Teresa Bettencourt da CÂMARA, *A Praça do Sapal em Setúbal. Um estudo de urbanismo quinhentista*, Salpa, 1992, p. 55-84.

[1574] José Custodio Vieira da SILVA, *Setúbal*, Lisboa, Presença, 1990, p. 24.

[1575] V. Rivotti SILVA, "A cerca velha da cidade de Setúbal", *Livro do Congresso. Segundo congresso sobre monumentos militares portugueses*, Património XXI, 1984, p. 255.

[1576] Drumond BRAGA, *Setúbal medieval*, p. 260. Uma referência ao arrendamento do alpendre do concelho em 1462, atesta, uma vez mais, o caráter omnipresente desta solução nos edifícios camarários. Drumond BRAGA, *Setúbal medieval*, p. 182.

[1577] Garcia de RESENDE, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, p. 98. Efetivamente, a construção do aqueduto de Setúbal, em 1487-88, por iniciativa régia, implicava já uma requalificação fundamental da praça do Sapal, uma vez que era no chafariz aí erguido que se fazia a distribuição da água à população. Não admira, por isso, que o redesenho da praça fizesse parte dos projetos do monarca. Walter ROSSA, "Os aquedutos de utilidade pública em Portugal na Idade Moderna. Alguns casos", *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*, Coimbra, Almedina, 2002, p. 126.

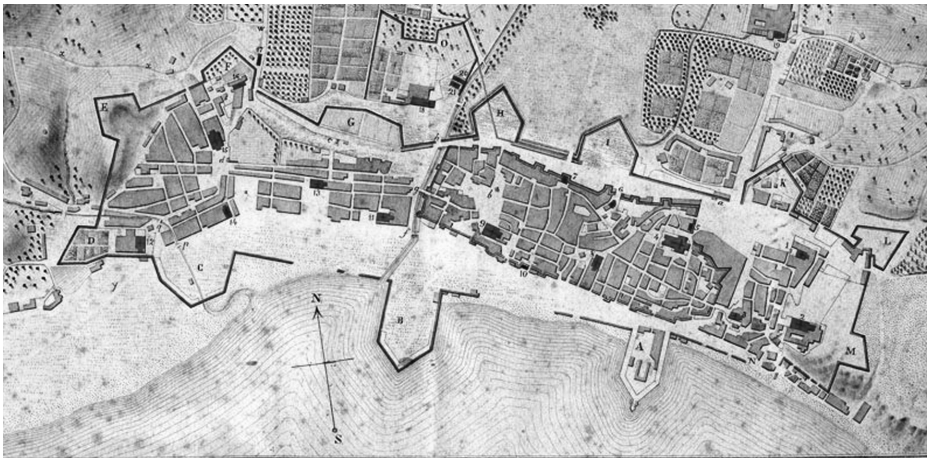


Fig. 95 Setúbal: Pormenor da Planta da Praça e Vila de Setúbal, levantada em 1805 por Maximiano José da Serra e desenhada por Caetano José Vaz Parreiras. Publicada em 1820. Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar da Direcção dos Serviços de Engenharia.

As transformações seguintes datam já do reinado de D. Manuel, embora não digam respeito ao espaço da praça mas, tão só, à igreja de S. Julião. Descrita como "*deRibada*" na visitação de 1510, o monarca ordenou, em 1513, a sua reedificação e ampliação a João Favacho. Os portais axial e norte, bem como parte da torre sineira são, hoje, os únicos vestígios dessa reforma manuelina[1578].

A estas intervenções pontuais sucedeu, a partir de 1526, um ano depois da subida ao trono de D. João III, uma operação global de transformação do espaço. A intenção do monarca, com um papel decisivo no decorrer de todo o processo, foi claramente assumida desde o primeiro momento: o que estava em causa era a criação de uma "*praça noua*", que fosse "*o milhor e mais nobre lugar da uila*". A centralidade pretendida assegurava-se através da concentração dos principais serviços públicos, até aí dispersos por vários edifícios, cuja venda reverteria para a obra dos novos[1579].

Com projeto delineado na corte, sob a supervisão de Bartolomeu de Paiva[1580], as intenções do monarca surgem minuciosamente descritas no regimento de obra enviado a Brás Dias, vedor das obras da praça, em 1526. Embora alguns aspetos não sejam totalmente claros, parece indiscutível que os lados nascente e norte da praça seriam,

[1578] José Custódio Vieira da SILVA, *Setúbal*, p. 68-71.

[1579] O *paço do trigo*, mandado edificar por D. João II, é descrito no auto de visitação que em 1510 o mestre D. Jorge fez à vila, como um espaço retangular de cerca de 22 metros de comprido por 11 de lado, em cujo interior funcionavam catorze fangas. Em data incerta mas balizada entre 1510 e 1526, também nessa estrutura funcionariam os açougues. Como a maioria dos edifícios congéneres, toda a fachada era ocupada por um longo alpendre. Drumond BRAGA, *Setúbal medieval*, p. 168-169.

[1580] "*… que per empreitada que bertolameu De Paiva meu amo e do meu comselho a de fazer na qual empreitada hira decraradamente toda a obra que se conuio de fazer…*". Sobre as obras régias em que Bartolomeu de Paiva terá tido um papel crucial (Jerónimos, Santa Cruz de Coimbra, Alcobaça, S. Francisco de Évora, Tomar), veja-se Rafael MOREIRA, "Arquitectura: Renascimento e classicismo", *História da Arte portuguesa*, dir. Paulo Pereira, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p. 346.

a partir de então, ocupados por um conjunto de edifícios contíguos, subordinados a um programa arquitetónico global, onde uma extensa arcada — em 1531 Diogo de Arruda atesta estarem construídos vinte e sete arcos de pedraria[1581] — funcionava como elemento unificador.

A implantação fazia tábua rasa do existente: avaliadas as casas e indemnizados os proprietários, demolia-se tudo o que pusesse em causa o cumprimento do novo projeto. E não seria pouco: as casas que "*da banda da fonte*" ocupavam até ao adro de S. Julião, destas até à rua que vem dos paços da Ordem e, "*pela dianteira da fonte de huum cabo a outro norte e sul e pera comtrairo o leuante ate rua gomez dourado*".

No seu conjunto, a documentação deixa entrever um edifício de grande porte, de desenho e decoração cuidados, construído com materiais nobres. A frontaria, virada para a praça, rasgava-se em dupla arcaria sobreposta: um alpendre, no piso térreo e uma varanda, no andar superior. Os pilares e colunas obedeceriam a um mesmo alinhamento e os arcos, primeiro de "*sarapanees*"[1582], depois de volta perfeita, seriam todos iguais. Coroavam o edifício "*duas grinhas com suas bolas de cobre e bandeyras e auitos de samtiago*".

De acordo com uma já longa tradição, o projeto manteria a lógica de distribuição dos serviços: *paço do trigo*[1583], açougue e cadeia no piso térreo, câmara e audiências no sobrado. Ao caráter funcional do alpendre térreo[1584], contrapunha-se a feição nobre da varanda do piso superior, espaço de representação por excelência, dotada de peitoril de pedra donde arrancavam "*sete arquos De perdarja e dous trauersos* […] *madeirada e solhada de castanho*".

Nas duas salas principais, forradas de madeira, existiam "*mesas grandes e asemtos e todas ao Redor com seu asemtos e Recostos de bordos fazciados...*". Completavam as dependências concelhias quatro outros pequenos compartimentos nas traseiras, onde se guardavam as arcas e os livros, se fazia a audiência da almotaçaria e se arrecadavam os direitos reais.

A obra da praça estaria terminada em 1537. Viver ou usufruir da praça e dos edifícios aí construídos foi considerado um privilégio. Privilégio que teria de ser pago: entendeu D. João III que todas as casas que confrontassem com a praça ou de cujas janelas se pudesse avistar, recebiam "*beneficio e melhoria pelo nobresjmento que se ade faer na dita praça*", pelo que os seus proprietários seriam obrigados a comparticipar os custos da obra.

Como referimos anteriormente, a data tardia do caso de Setúbal, balizado entre 1526 e 1537, permite "usá-lo" como o ponto de chegada de um longo processo. Porque, em bom rigor, tudo o que lhe diz respeito — da procura de um espaço central ao caráter nobre do edifício, com varanda e coroamentos ou colunas inspiradas nas

---

[1581] IANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 46, doc. 61.

[1582] Em 1531, definiam-se os trabalhos de forma a que "*cada huum dos ditos arquos da dita uaranda seram de sarapanel* [...] *E cada huum pilar dos arquos sera de duas peças com huum noo na metade laurado d arte dos noos que fez as culunas do Mestre nosso senhor na uaranda das suas casas As colunas seriam oitavadas, com 2 palmos de diâmetro e 14 de altura e os arcos, de perfil rebatido, chanfrados de ambos os lados*". Em 1534, porém, "*quamdo aquy esteve el Rey noso senhor mandou* […] *os arquos que aviam de ser sarapanees* […] *se fezessem Redomdos …*" e por "*nam uirem Iguaees mandou fazer huuns tamanhos como os outros e asy os conhantes que nam vinham Iguaees os mandou iguar…*".

[1583] Com vinte braças de comprimento, era dividido em duas naves.

[1584] Justificava-se a opção de o lagear "*por Rezam das pesoas que a dita uila traziam legumes e os vendiam per obrigaçam e regimento da uila nos ditos alpederes e nam Demtro no dito paço*".

do paço do Duque, passando pela concentração dos diversos equipamentos ou pela especialização e orgânica da distribuição dos espaços — apresenta claras analogias com os exemplos elencados para datas anteriores. O que é diferente no caso de Setúbal, é a quantidade de informação que logrou chegar aos nossos dias, denunciando o caráter dirigido e programado de um conjunto de transformações de inegável impacto na vila. Que terá tido paralelo em muitos outros casos anteriores, executados, pelo menos, a partir de meados do século XV.

Processos que hoje podemos apenas intuir, mas de que os casos de Viana da Foz do Lima, Barcelos, Braga ou Funchal são provas irrefutáveis. Processos que, sobretudo, identificam o caráter indissociável entre a evolução registada para os edifícios de gestão concelhia e a consolidação da praça na cidade tardo-medieval portuguesa.

Assistimos ao aparecimento de edifícios próprios numa cronologia que encontra paralelos em toda a Europa e que, em Portugal, está diretamente relacionada com o fortalecimento do poder local, remontando os mais antigos exemplos ainda ao reinado de D. Dinis. Divulgado em meados do século XIV, pode afirmar-se que, em finais da centúria, a esmagadora maioria dos centros urbanos contava com uma sede concelhia, mesmo que, por vezes, o caráter modesto do edifício tornasse difícil distingui-la de qualquer outra morada comum. Em resposta às especificidades próprias da gestão concelhia, de que a mais marcante terá sido a inclusão de um espaço comercial no próprio edifício, mas também decorrente da complexidade crescente (com destaque para a invasão da escrita e a especialização dos funcionários), assistimos à definição de uma tipologia arquitetónica própria, também ela com traços comuns com o que se fazia além-fronteiras. No século XV, de norte a sul do reino, as vereações reclamaram novos edifícios, mais condizentes com a nobreza da vila ou cidade, mas também com a "*nobreza*" a que essas mesma elites se pretendiam guindar.

A partir de meados de quatrocentos, assistiu-se a um verdadeiro surto construtivo, atingindo-se o auge no reinado de D. Manuel. Os novos edifícios apresentam um indiscutível ar de família podendo, sem hesitações, falar-se de um modelo tipológico consolidado: dois pisos, arcada no térreo, janelas ou varanda no superior, coroamentos ameados. A cada piso correspondem funções diferentes e compartimentos especializados. À visibilidade das soluções arquitetónicas, pela qual as vereações projetam de si próprias uma imagem de grandeza, acresce a escolha de uma nova implantação de grande impacto urbanístico.

As fachadas assim concebidas assumem-se como cenários privilegiados: de onde as elites concelhias assistem às largadas de touros, de onde se proclamam as notícias ou como pano de fundo da aplicação da justiça, atribuição fundamental no reconhecimento do poder concelhio. Por isso o pelourinho se afirma em paralelo com a Casa da Câmara: na indissociabilidade da localização, como no investimento de que, então, é alvo. Sobretudo a partir de meados de quatrocentos, o tronco e a picota, instrumentos rudimentares de uma justiça que se pretendia espetacular e como tal pedagógica, darão lugar a um pelourinho progressivamente mais elaborado, processo que, como é bem conhecido, atinge o ponto mais alto no reinado de D. Manuel[1585].

[1585] Os troncos são já referidos pela documentação do século XIII (*PMH, Inq.*, p. 1413), sendo as picotas mais

Na orgulhosa torre portuense tinha lugar o encerramento das festividades do *Corpus Christi*, onde, "*segundo antijgo custume*", se realizava um farto e participado banquete oferecido pelo concelho[1586]. A forma como a oligarquia urbana usava as festas para se autoprojetar — em finais do século XV são os mais prestigiados homens-bons dos concelhos que, vestidos de apóstolos, acompanham o Corpo de Deus, numa clara alusão ao seu posicionamento no topo do tecido social[1587] — encontrava neste bodo final, enquadrado pela torre concelhia, um dos momentos de maior simbolismo, a ponto de nele investir a mais significativa fatia do orçamento disponível[1588].

Apesar de tudo, a documentação deixa bem claro as dificuldades sentidas pelas vereações no decorrer deste processo. Com os cofres municipais cronicamente vazios[1589], a responsabilidade de suportar os custos da edificação[1590], mesmo podendo para tal lançar talhas e fintas, representava um problema dificilmente ultrapassável. Por isso se repetem os pedidos de apoio. Por isso, também, em grande parte dos casos estudados, a concretização da obra dependeu da ajuda de bispos e monarcas. Doando terrenos, canalizando as terças, fazendo mercê de verbas avultadas. Por isso, ainda, a rentabilização de parte do espaço consagrado à gestão concelhia foi, desde o início, uma opção comum: em Guimarães, arrendava-se a parte superior do alpendre; em Évora, a fachada do novo edifício quinhentista que confrontava com a rua dos Mercadores incluía, ao nível térreo e sob a arcada, seis estreitas boticas que se davam de arrendamento; finalmente, em 1485, a vereação portuense punha em pregão a "*logia do chaão de todo o fundo de baixo do paaço das audiançias*" que "*auja mujtos tempos que Estaua Sem della a dicta Cidade aproueitar*"[1591].

---

comuns na centúria seguinte. Sobre os pelourinhos em Portugal, veja-se a excelente síntese de Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, *História da Arte em Portugal. O Gótico*, p. 149-153.

[1586] Iria GONÇALVES, "As festas do *Corpus Christi* do Porto na segunda metade do século XV: a participação do concelho" *Um Olhar sobre a cidade medieval*, p. 167. Apenas a título de curiosidade, nesse mesmo ano, consumiram-se 24 carneiros, 36 galinhas e 13 dúzias de ovos. O número de convivas que estas cifras pressupõem leva a crer que a realização do banquete fosse feita ao ar livre, embora junto aos paços do concelho.

[1587] Maria João Violante Branco Marques da SILVA, "A procissão na cidade: reflexões em torno da festa do Corpo de Deus na Idade Média portuguesa", *A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares.* Actas I, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, p. 195-218.

[1588] Os dados analisados por Iria Gonçalves para o caso do Porto, revelam que, ao longo da década de noventa do século XV, a refeição comunitária constituiu sempre a rubrica mais importante de todas as que integravam as festividades a ponto de, em 1496 exceder os 62% da verba global. Iria GONÇALVES, "As festas do *Corpus Christi* do Porto...", p. 175.

[1589] Armindo de SOUSA, "Realizações", *História de Portugal,* dir. de José Mattoso, vol. II, *A monarquia feudal (1096-1480),* Lisboa, Círculo de Leitores, 1993 p. 531-532.

[1590] A edificação dos paços do concelho inscreve-se, a partir do reinado de Afonso V, no rol de obras tradicionalmente a cargo dos concelhos. É assim que surge no regimento que D. Manuel outorga em 1495 ao Desembargador da Alçada da Comarca da Beira, pelo qual ordena que "*com muita deligencia tomees cuydado das benfeytorias pubricas convem a saber callçadas pontes e fontes chafarizes e casas dos concelhos e picotas e outrras quaaeesquer que forem necesarias pera se fazer mandando logo fazer haquellas que comprem seer fectas e asy repayrar as que repayro ouverem mester*". Luís Miguel DUARTE, *Justiça e criminalidade no Portugal medievo*..., p. 640.

[1591] Maria da Conceição Falcão FERREIRA, *Guimarães, duas vilas um só povo...,* p. 525; Manuel Carvalho MONIZ, *A Praça do Giraldo*, p. 60-63; Artur de Magalhães BASTO, "Os diversos Paços do Concelho da cidade do Porto", p. 259.

(Página deixada propositadamente em branco)

Conclusão

A questão a que inicialmente nos propusemos responder — qual o programa subjacente à construção da cidade portuguesa nos últimos séculos da Idade Média; quem e como o implementava no terreno — ditou o âmbito geográfico alargado e determinou a metodologia seguida nesta dissertação. O objeto obrigou à ampliação do arco temporal, porque o tempo de construção da cidade é por natureza longo, mesmo nos casos em que é possível identificar o desígnio original, situação aplicável aos casos aqui analisados.

Em Portugal, como em todo o Ocidente europeu, a cidade converteu-se num instrumento central da política régia de apropriação do território. Com particular intensidade no período que decorreu entre 1250 e 1325, a cidade foi a grande protagonista de mudanças à escala do território desempenhando, no processo de centralização do poder e, com ele, na criação do Estado português e na formação da identidade, um papel tão relevante quanto a difusão da escrita, a uniformização das leis ou a consolidação da máquina administrativa. Foi, de resto, o palco onde todos eles maturaram.

A cidade foi, por isso, o meio escolhido para, de forma consciente e programada, compor o território: reorganizada e desenvolvida onde existia, criada ou recriada onde (quase) não existia. Comprovando o ritmo inédito de tal ação ficou-nos o volume de cartas de foral outorgadas no período em análise, os topónimos de vilas Nova, Real, Franca e Segura e, sobretudo, as matrizes regulares até hoje impressas no terreno. Estas últimas, mais do que qualquer documento escrito, encerram as pistas capazes de clarificar o processo formal de fundação. Sim, porque disso se tratou, de um processo. Só uma prática organizada e consolidada na rotina permitiria erguer num tão curto espaço de tempo o conjunto de núcleos urbanos em causa, nos quais, acima de todas as inevitáveis diferenças e singularidades, sobressai a similitude de formas e, por elas, o inquestionável "ar de família", ou melhor, um gene comum.

A esta prática ou mecanismos de execução dedicámos parte considerável da presente dissertação. Porque "*a forma da cidade é a cartografia da sua história*"[1592], no descodificar da morfogénese partimos de levantamentos rigorosos da cidade

[1592] J. M. HERNÁNDEZ LEÓN, apresentação da obra de Fernando TERÁN, *El passado activo. Del uso interesado de la historia para el entendimiento y la contrucción de la ciudad*, Madrid, AKAL, 2009, p. 5.

atual, aquela que, por imperativo disciplinar, se converte obrigatoriamente na primeira das fontes, aquela que nenhum outro documento substitui, embora todos complementem.

Num processo de análise regressiva e por acareação permanente do conjunto de fontes disponíveis para cada caso, procedeu-se gradualmente à supressão das adições e à identificação das transformações e destruições operadas no decorrer dos séculos que separam o momento fundacional do tempo presente. Limpo o ruído e anulados os "erros" que a transposição para o terreno, por regra, comporta, tornou-se possível avançar com uma proposta de (re)constituição da forma original. Metodologicamente, todo o processo interpretativo assentou no desenho assistido por computador como principal ferramenta, convertendo em linguagem gráfica a globalidade da informação coligida. Por uma questão de rigor e porque se entende ser um ponto essencial a desenvolvimentos futuros, fez-se questão de enunciar todas as fases do processo de exegese e não apenas o resultado final. Por isso e apesar do volume decorrente, não foi tratado como apêndice. Não são, insiste-se, meras ilustrações, mas elementos que, em plena paridade com o texto, constituem a chave de leitura.

Do conjunto de casos analisados constata-se, mais do que um qualquer modelo, sintomas de uma lógica de atuação, linhas de força que, invariavelmente, operam na constituição da forma urbana. É a constância do caráter estruturante e seminal de um caminho territorial que o processo de urbanização transforma em eixo principal. É também a forma como este eixo, dependendo da dimensão prevista para o núcleo, surge secundado por um número variável de ruas paralelas, regulares e sempre fluidas. É ainda como ao longo destas e em fileira, se justapõem lotes retangulares, estreitos e profundos. Nas suas formas longilíneas, os quarteirões são interrompidos por vias transversais que facilitam e agilizam a circulação. Denunciando um apurado entendimento do território — desde logo visível na escolha do local de assentamento do castelo e da muralha — a organização da malha potencia as características topográficas a favor da maior eficácia defensiva, da melhor exposição solar, da proteção aos ventos dominantes, da facilidade de escorrência das águas, da comodidade de circulação de gentes e bens ou da proximidade aos cursos fluviais.

Por isso, no processo de implantação no terreno, os núcleos adotam formas diferentes, mais consentâneas com as especificidades do local. Por questões operativas, identificámo-las em séries, formações mais ou menos compactas, mais ou menos alongadas, mas que em nenhum caso põem em causa uma mesma lógica subjacente.

O programa, determinado no círculo régio em obediência a estratégias concertadas de âmbito territorial, é executado no terreno por homens que para tal são especialmente mandatados pelo monarca. São os *povoadores del rei*, figuras particularmente difusas, embora já não totalmente desconhecidas. Dominando o conjunto de procedimentos rotinados subjacente a qualquer ato de fundação — as condições por eles estabelecidas junto dos colonos constituíam, na prática, o esboço da carta de foral posteriormente outorgada pelo monarca — competia-lhes a configuração formal do núcleo, desde a demarcação do termo à delimitação do espaço a cercar, passando pelo traçar das vias e pela distribuição dos lotes em função do número de colonos esperado. Tarefas simples decorrentes do caráter elementar do programa funcional,

circunscrito a um número limitado de elementos — muralha, igreja e rede viária/casario — sendo este último quase exclusivamente aquele sobre que recaiu a necessidade de articulação.

Socorrendo-se de padrões repetitivos e adaptando-os a cada situação, as matrizes regulares decorrentes evidenciam uma composição prévia, uma prefiguração não desenhada, que a rotina quase tornava intuitiva. E, contudo, por entre o conjunto de 22 casos reunidos e analisados com maior detalhe, foi possível detetar um número significativo de exemplos em que, com uma insuspeitada evidência, o processo de composição denuncia uma complexidade acrescida, materializada no apuramento geométrico, nos ritmos uniformes, nas dimensões calculadas em números inteiros ou na proporcionalidade estabelecida entre o dimensionamento da rua, do lote, do quarteirão.

Quando, a partir das primeiras décadas do século XIV, o ritmo de fundação de vilas novas abranda, as práticas urbanísticas já consolidadas e amplamente testadas permanecem em uso, embora, a partir de então, circunscritas a surtos de renovação e expansão de núcleos existentes não contemplando, por isso, a globalidade do programa. Acompanhadas ou não de um novo templo, preenchendo espaços recentemente amuralhados, mas não em sua função exclusiva, as marcas de continuidade dizem especialmente respeito à ação de "arruar e casear". Morfologias em tudo similares às anteriores, compostas segundo eixos de acesso principais ao longo dos quais se enfileiram os lotes, tanto mais equitativos quanto curto tenha sido o tempo de concretização da ação e dirigido o processo de edificação. Coimbra, Évora, Elvas, Estremoz, Olivença, Viana do Castelo ou Arronches são apenas alguns exemplos de núcleos onde os ensanches evidenciam a transversalidade de uma forma de fazer cidade. Transversalidade em muitos casos vincada pelo próprio topónimo de Vila Nova.

No objetivo, tal como nos resultados, é em vão que se procura uma "originalidade portuguesa". Trata-se inevitavelmente de uma cultura urbanística europeia, de origem difusa que, operando sobre uma realidade específica, produziu um resultado concreto. Mais do que em qualquer singularidade formal, o meio e as circunstâncias portuguesas determinaram a pequena escala dos núcleos, a dificuldade em concretizá-los como inicialmente previsto e, sobretudo, no prazo estipulado, obrigando, em diversas situações, ao abandono dos projetos mais ambiciosos. Em suma, uma urbanidade modesta, que nisso não nos é específica, mas sim ofuscada por um punhado de casos celebrados pelos compêndios de maior circulação, que, naturalmente, procuram exemplos de maior legibilidade e exceção, ignorando assim o que é corrente.

Apesar de todo o afã legislativo na criação de feiras e da importância que estas assumiram no desenvolvimento de um espaço nacional de comércio, importa reter como a fundação de cidades foi, muito mais do que uma resposta à necessidade de criação de entrepostos comerciais, uma questão crucial na afirmação de soberania e defesa do território. Razão pela qual a sua presença é particularmente sentida nas fronteiras, áreas por natureza instáveis e repulsivas. O que, num reino, sempre em défice demográfico, mais dificultou a captação inicial de povoadores ou a sua permanência no tempo subsequente, aspetos que o poder real tentou contornar com a imposição de períodos mínimos de residência ou com a criação de coutos de homiziados.

Com uma vocação maioritariamente defensiva e uma população sobretudo dedicada a atividades primárias, do conjunto sobressai o caráter elementar da sua urbanidade, visível, por exemplo, na ausência de espaços/edifícios públicos especificamente pensados e configurados como tal desde a origem. O adro e o alpendre da igreja, um qualquer campo ou terreiro colmatarão, até bem adiantado o século XIV, as necessidades mais imediatas — espaço destinado às transações comerciais ou às reuniões alargadas de vizinhos — de uma população que raramente excedia as poucas centenas.

Em breve, porém, e por reduzida que fosse a dimensão dos núcleos, a gestão urbana e o crescente controlo exercido sobre ela, exigiria mais. Em finais do século XIV não eram já raras as estruturas próprias, onde, em privado e em dias determinados, decorriam as reuniões dos vereadores, os juízes davam audiência ou se guardavam os cada vez mais numerosos livros do concelho e os símbolos da sua autonomia.

Da mesma forma, fixavam-se os espaços de comércio à medida que a sazonalidade das feiras dava lugar à permanência das trocas quotidianas. Aos tradicionais adros das igrejas juntavam-se outros locais, de cuja progressiva especialização dão conta os pedidos das vereações para erguer alpendres e edificar fontes e chafarizes. Espaços que em breve se expandiriam à custa de derrubes e expropriações. Se a necessidade era real, a honra e nobreza da cidade foi o argumento sistematicamente utilizado. Não surpreende que aí, paulatinamente, se concentrassem os principais edifícios públicos, a câmara, o açougue, a cadeia, o pelourinho. Como o espaço que agora partilhavam, também eles ganhariam um outro protagonismo. Ao mesmo tempo que consolidavam a estrutura em toda a sua vertente funcional — de que as arcadas rasgadas ao nível térreo são a marca mais evidente — fortaleciam a sua aproximação a modelos arquitetónicos e decorativos de forte carga senhorial, orgulhosamente explicitada, por exemplo, nos coroamentos ameados.

Velhas ou novas, as cidades portuguesas foram obrigadas, ainda que transitoriamente, a compartimentar um espaço fluido por natureza. A partir de meados do século XIV e por força de lei, judiarias (existentes em todo o país) e mourarias (especialmente presentes a sul do Tejo) foram alvo de pressões crescentes no sentido do isolamento, determinando o levantar de muros, o fecho de portas ou o afastamento compulsivo dos centros da "*Christandade*". Na prática porém, os efeitos de seccionamento da cidade terão ficado muito aquém do que alguns setores — com destaque para a igreja e o povo — insistentemente reivindicavam. E quando a lei parecia finalmente aplicar-se em toda a sua extensão, a expulsão das minorias devolveu os espaços em causa à cidade. Para a rapidez da sua reintegração no tecido urbano terá contribuído o facto de matricialmente pouco ou nada diferirem da restante malha, mesmo no caso das mourarias, como tudo parece indicar.

Do longo percurso efetuado em torno das origens e desenvolvimento da cidade portuguesa importa, por último, reter dois aspetos: o papel que os resultados possam desempenhar em estudos futuros — seja incidindo sobre a mesma cronologia, seja versando épocas imediatamente seguintes — e a atualidade operativa do tema.

Quanto ao primeiro ponto referimo-nos, não apenas à continuidade, alargamento e atualização permanente do que esperamos possa vir a ser uma metodologia e base

de dados que cubra todo o País, como também à relativização da modernidade frequentemente atribuída às realizações urbanísticas portuguesas de Quinhentos, incluindo as do Império. Como estudos anteriores já o indicavam, fica agora bem patente, por exemplo, a semelhança de práticas e modelos entre a matriz urbanística de Viana da Foz do Lima e a primeira fase de urbanização do Bairro Alto, realizada 250 anos depois. Por isso e não só, é desejável que no desenvolvimento desses estudos se integrem abordagens monográficas aprofundadas.

A segunda questão remete para o que Fernando de Téran sugestivamente caracterizou como "*passado ativo*"[1593]. Na verdade, se há muito que a cidade medieval deixou de o ser, a sua matriz — reutilizada, preservada, adulterada — persiste na contemporaneidade. E aí radica a atualidade do tema e, por ela, o seu interesse operativo. Qualquer intervenção sustentável na cidade atual pressupõe um conhecimento profundo dos ciclos passados — essencialmente sobre a(s) sua(s) matriz(es) — processo tanto mais complexo quanto a evolução e permanente transformação como organismo vivo os mescla e confunde. Torna-se assim vã qualquer tentativa de leitura estratigráfica.

Se, em tese, a preservação do património — na sua aceção mais alargada — é hoje uma tendência inquestionável, na prática, e sobretudo em intervenções em conjuntos urbanos, verifica-se ainda uma profunda incompreensão da complexidade dos elementos em jogo. Quando o que está em causa são troços de cidade, não basta preservar o edificado, manter a traça, usar determinados materiais ou cores. A configuração e dimensionamento do cadastro, o sistema hierarquizado das vias, a configuração dos lotes, a volumetria, a relação entre os cheios e vazios, os ritmos e a proporcionalidade dos vãos, são apenas alguns dos muitos elementos que, conjugados, caracterizam e identificam a matriz urbana, compondo um código de evolução cujo desconhecimento pode levar à rutura.

Não se trata de qualquer noção de preservação obsessiva, engessadora, cujos resultados se revelam quase sempre de uma mediocridade oca e paralizante, que só o turismo massificado ainda pretensamente justifica. Mas apenas que o desejado processo de regeneração ocorra da única forma ecologicamente viável, ancorando-se no Conhecimento. "*Segundo uma lógica de sustentabilidade e na raiz mais profunda do étimo, património é isso mesmo: um bem que se transmite por herança para assegurar o futuro de quem vem e o bom nome de quem esteve.*"[1594] E no património urbanístico português a matriz é, maioritariamente, de composição medieval.

[1593] Fernando TERÁN, *El passado activo. Del uso interesado de la historia para el entendimiento y la contrucción de la ciudad*, Madrid, AKAL, 2009

[1594] Walter ROSSA; Margarida Tavares da CONCEIÇÃO; Luísa TRINDADE, "Raia e Cidade", *Monumentos*, 28, Lisboa, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2008, p. 20.

(Página deixada propositadamente em branco)

Fontes e bibliografia

(Página deixada propositadamente em branco)

Fontes

Fontes manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

Chancelaria de D. Dinis, Livros 1 a 4

Chancelaria de D. Fernando, Livro 1

Chancelaria de D. Afonso V, Livro 9

Corpo Cronológico, Parte I, maço 46; Parte II, maço 234

Leitura Nova Livro 3 de Místicos

Leitura Nova Livro 2 de Direitos Reais

Leitura Nova Livro 4 a 6 de Odiana

Memórias Paroquiais, 1722-1832, PT-TT-MPRQ, (http://ttonline)

Fontes impressas

ACTAS das Vereações de Loulé, edição e prefácio Humberto Baquero Moreno; leitura paleográfica, transcrição e índices Luís Miguel Duarte e João Alberto Machado, Porto, ed. Câmara Municipal de Loulé, 1984.

ACTAS de Vereação de Loulé: *século XV,* leitura paleográfica, revisão e transcrição Luís Miguel Duarte, *Revista Al-Ulyã*, 10, Loulé, Arquivo Histórico Municipal - Câmara Municipal, 2004.

ACTAS de Vereação de Loulé: séculos XIV-XV, coord. Manuel Pedro Serra, leitura paleográfica e transcrição Luís Miguel Duarte, João Alberto Machado, Maria Cristina Cunha, Separata da *Revista Al-Ulyã*, 7, Loulé, Arquivo Histórico Municipal - Câmara Municipal, 1999/2000.

AFONSO X, Rei de Castela e Leão, *Las siete partidas del sabio Rey Don Alonso*, nuevamente glosadas por el licenciado Gregorio Lopez, Valladolid, Casa de Diego Fernandez de Cordova, 1587-1588.

ALVES, Francisco Manuel, *Bragança. Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança, repositório amplo de notícias corográficas, hidro-orográficas, geológicas, mineralógicas, hidrológicas, biobibliográficas, heráldicas ...*, 2ªed., Bragança, Tipografia Académica, 2000.

ANAIS do Município de Tomar, 1454-1580, Tomar, Câmara Municipal, 1972.

BARROS, João de, "Geographia d'entre Douro e Minho e Tras os Montes", *Colecção de manuscritos inéditos agora dados à estampa*, vol. V, Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1919.

CAPÍTULOS do Concelho de Elvas apresentados em Cortes, prólogo de Pedro de Azevedo, Elvas, ed. António José Torres de Carvalho, 1914.

CATÁLOGO de todas as igrejas, comendas e mosteiros que havia nos reinos de Portugal e Algarves, pelos anos de 1320 e 1321, com a lotação de cada uma delas. Anos de 1746, ed. Fortunato de Almeida, *Historia da Igreja em Portugal,* tomo II, Coimbra, Imprensa Académica,1910.

CHANCELARIA de D. Afonso III, Livro I, transcrição Leontina Ventura e António Resende de Oliveira, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006.

CHANCELARIA de D. Afonso III, Livros II e III, transcrição Leontina Ventura e António Resende de Oliveira, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2011.

CHANCELARIAS portuguesas: D. Afonso IV, ed. A. H. de Oliveira Marques e Teresa Ferreira Rodrigues, transcrição Teresa Ferreira Rodrigues, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica - Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova, 1990-1992.

CHANCELARIAS portuguesas: D. Duarte, org. e rev. João José Alves Dias, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova, 1998-2002.

CHANCELARIAS portuguesas: D. João I, org. e rev. João José Alves Dias, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova, 2004-2006.

CHANCELARIAS portuguesas: D. Pedro I (1357-1367), ed. A. H. de Oliveira Marques, transcrição Iria Gonçalves e Maria José Pimenta Ferro Tavares, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova - Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984.

CONQUISTA de Lisboa aos Mouros em 1147. Carta de um cruzado inglês, apresentação e notas José Felicidade Alves, 2ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 2004.

CORPO Diplomatico Portuguez, contendo todos os tratados de paz, de alliança, de neutralidade, de tregua, de commercio, de limites, de ajustes de casamentos, de cessões de territorio…, ed. Manuel Francisco de Barros e Sousa, Visconde de Santarém, Pariz, Casa de J.P. Aillaud, Impresso por ordem do Governo Português, 1846.

CORPUS codicum latinorum et Portugalensium eorum qui in Archivo Municipali Portucalensi…, asservantur antiquissimorum iussu Curiae Municipalis editum, Porto, Typis Oficinæ Graphicæ Portucalensis, 1891-1978.

CORTES de Évora de 1481-1482. Ius Lusitaniæ: Fontes Históricas de Direito Português (http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=125&id_obra=77&pagina=237).

CORTES Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357), Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova - Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982.

CORTES portuguesas. Reinado de D. Duarte (1436 e 1438), org. e rev. João José Alves Dias, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova, 2004.

CORTES Portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383), org. A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa - Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990-1993.

CORTES Portuguesas. Reinado de D. Manuel I, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova, 2001-2002.

CORTES Portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-1367), org. A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova - Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.

CRÓNICA de Portugal de 1419, edição crítica, introdução e notas Adelino de Almeida Calado, Aveiro, Universidade de Aveiro, 1998.

CRÓNICA Geral de Espanha de 1344, edição crítica do texto português Luís Filipe Lindley Cintra, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1983-1990.

DEMARCAÇÕES de fronteiras, coord. Humberto Baquero Moreno, Porto, Centro de Investigação e Documentação de História Medieval da Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2003.

Direitos, bens e propriedades da Ordem e Mestrado de Avis nas suas três vilas de Avis, Benavila e Benavente e seus termos, «Tombo feito pelo Ldº Iorze Lopes: año 1556», introdução e notas José Mendes da Cunha Saraiva, Lisboa, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1950-1953.

DOCUMENTOS de D. Sancho I (1174-1211), ed. Rui de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira, Coimbra, Universidade, 1979, vol. I.

DOCUMENTOS Históricos da cidade de Évora, ed. Gabriel Pereira, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1998.

DOCUMENTOS Medievais Portugueses. Documentos régios, ed. Rui de Azevedo, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958.

DOCUMENTOS para o estudo da cidade de Coimbra na Idade Média, ed. A. G. Rocha Madahil, *Biblos,* vol. IX-XI, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1933-35.

DUARTE, Rei de Portugal*, Leal Conselheiro*, org. e notas José Maria Piel, Lisboa, Bertrand, 1942.

FONTES Medievais da História de Portugal, vol. I Anais e Crónicas, selecção, prefácio e notas Alfredo Pimenta, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1948.

FORAL de Salvaterra de Magos, apresentação Jorge Borges de Macedo, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, 1992.

FORAL de Vila Nova de Portimão, 1504, actualização do texto, introdução, notas e glossário Maria da Graça Mateus Ventura e Maria da Graça Maia Marques, Portimão, Câmara Municipal, 1990.

FUERO de Usagre (siglo XIII) anotado con las variantes del de Cáceres, ed. R. de Ureña y Smenjaud; A. Bonilla y San Martin, Madrid, Hijos de Deus Editores, 1907.

GAVETAS (As) da Torre do Tombo, ed. A. da Silva Rego, Lisboa, Centro de Estudos Ultramarinos, 1960-1977.

GENTES e Espaços. Edição Crítica do Numeramento de 1527-32, *Dicionário Corográfico do Portugal Quinhentista: Comarca de Entre Douro e Minho* ed. João José Alves Dias, Cascais, Patrimonia, 1999.

INDICE chronologico dos pergaminhos e foraes existentes no Archivo da Câmara Municipal de Coimbra: primeira parte do inventário do mesmo archivo, 2ª ed., Coimbra, Imprensa Litteraria, 1875.

ÍNDICE geral dos documentos registados nos Livros das Chancelarias existentes no Real Archivo da Torre do Tombo mandado fazer pelas Cortes na Lei do Orçamento de 7 de Abril de 1838, vol. I, Lisboa, Typographia de G.M. Martins, 1841.

ÍNDICES e sumários dos livros e documentos mais antigos e importantes do Arquivo da Câmara Municipal de Coimbra, ed. J. C. Ayres de Campos, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1867.

ISIDORO, (Santo) de Sevilha, *Etimologias*, texto latino, versión española y notas por Jose Oroz Reta y Manuel A. Marcos Casqueros, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1982-1983.

LIBER anniversariorum ecclesiae cathedralis Colimbriensis (Livro das kalendas), edição crítica e org. Pierre David e Torquato de Sousa Soares, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1947-1948.

LIVRO 2º da Correia (Cartas, Provisões e Alvarás Régios registados na Câmara de Coimbra) 1273-1754, org., leitura e notas José Branquinho de Carvalho, Coimbra, Biblioteca Municipal, 1958.

LIVRO antigo de cartas e provisões dos senhores reis D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I do arquivo municipal do Porto, prefácio e notas Artur de Magalhães Basto, Porto, Câmara Municipal - Gabinete de História da Cidade, 1940.

LIVRO das posturas antigas, leitura e transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, Câmara Municipal, 1974.

LIVRO do Almoxarifado de Silves, pref. de Umberto Baquero Moreno, transcrição de Maria José da Silva Leal e José Garcia Domingues, Silves, Câmara Municipal, 1984.

LIVRO dos bens de D. João de Portel, fac-símile da edição de Pedro de Azevedo, com notícia histórica de Anselmo Braamcamp Freire, Archivo Histórico Portuguez, 1906-1910 Lisboa, Colibri-Câmara Municipal de Portel, 2003.

LIVRO dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa), transcrição João José Alves Dias, Lisboa, Estampa, 1982.

LIVRO I da Correia, leitura de J. Pinto Loureiro, *Arquivo Coimbrão,* vol. II-V, Coimbra, Boletim da Biblioteca Municipal, 1930-1940.

LOPES, Fernão, Crónica do Senhor Rei D. Fernando nono rei destes regnos, introd. Salvador Dias Arnaut, Porto, Livraria Civilização Editora, 1989.

LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, introd. Humberto Baquero Moreno e prefácio de António Sérgio, Porto, Civilização, 1990-1991.

MONUMENTA Henricina, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1960-74.

ORDENAÇÕES Afonsinas, nota de apresentação Mário Júlio de Almeida Costa, Livro II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

ORDENAÇÕES Del-Rei Dom Duarte, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

ORDENAÇÕES Manuelinas, nota de apresentação Mário Júlio de Almeida Costa, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

PINA, Rui de, *Chronica do muito alto e muito esclarecido principe Dom Diniz, sexto rey de Portugal fielmente copiada do seu original por Miguel Lopes Ferreyra*, Lisboa, Off. Ferreyriana, 1729.

PINA, Rui de, *Crónicas*, introd. e revisão M. Lopes de Almeida, Porto, Lello e irmãos Editores, 1977.

PORTUGALIÆ Monumenta Cartographica, por Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.

PORTUGALIÆ Monumenta Historica. Diplomata et Chartæ, Lisboa, Typis Academicis, 1867.

PORTUGALIÆ Monumenta Historica. Inquisitiones, Lisboa, Academia das Ciências, 1888-1977.

PORTUGALIÆ Monumenta Historica. Leges et consuetudines, Lisboa, Typis Academicis, 1856-1868.

REGIMENTOS (Os) de Évora e de Arraiolos do Século XV, introdução e revisão de Hermínia Vasconcelos Vilar, leitura e transcrição Sandra Paulo www.cidehus.uevora.pt/textos/fontesul/reg_arraiolos.pdf

RELAÇÃO da derrota naval, façanhas e sucessos dos cruzados que partiram do Escalda para a Terra Santa no ano de 1189 , tradução e anotações João Baptista da Silva Lopes, Lisboa, Typ. Academia [das Sciencias], 1844.

TOMBO da Comarca da Beira, leitura de A. Braamcamp Freire, *Arquivo Histórico Português*, vol. X, Lisboa, 1916.

TOMBOS da Ordem de Cristo - vol. I*: Comendas a Sul do Tejo (1505-1509)*, org. Iria Gonçalves, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova, 2002.

TOMBOS da Ordem de Cristo - vol. II: *Comendas do Médio Tejo (1504-1510),* org. Iria Gonçalves e Manuel Sílvio Alves Conde, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova, 2005.

TOMBOS da Ordem de Cristo - vol. III: *Comendas do vale do Mondego (1508),* dir. Iria Gonçalves, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova, 2006.

TOMBOS de Santa Maria de Abade de Neiva e São Vicente de Fragoso, concelho de Barcelos (1493-1494), org. e rev. geral Iria Gonçalves e Conceição Falcão Ferreira, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova, 2003.

VEREAÇOENS, Anos de 1390-1395. O mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Porto existentes no seu Arquivo, comentários e notas Artur de Magalhães Basto, Porto, Câmara Municipal, 1937.

VEREAÇOENS, Anos de 1401-1449. O segundo Livro de Vereações do Município do Porto existente no seu Arquivo, nota prévia J. A. Pinto Ferreira, Porto, Câmara Municipal, 1980.

VEREAÇOENS, Anos de 1431-1432, Livro I, leitura, índices e notas João Alberto Machado e Luís Miguel Duarte, Porto, Câmara Municipal, 1985.

VEREAÇÕES da Câmara Municipal do Funchal, século XV, leitura e transcrição de José Pereira da Costa, Secretaria Regional de Turismo e Cultura - Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995.

VEREAÇÕES da Câmara Municipal do Funchal. Primeira metade do século XVI, leitura e transcrição José Pereira da Costa, Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura - Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998.

VITRÚVIO*, Tratado de Arquitectura,* tradução do latim, introdução e notas M. Justino Maciel, Lisboa, IST Press, 2006.

ZURARA, Gomes Eanes da, *Crónica da Tomada de Ceuta*, introdução e notas Reis Brasil, Mem-Martins, Publicações Europa-América, 1988.

Fontes iconográficas

ARMAS, Duarte de, *Livro das Fortalezas*, introd. Manuel da Silva Castelo Branco, fac-símile do Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições Inapa, 1997.

BERTRAND Boysset (1355-1415). La vie et les œuvres techniques d'un arpenteur médiéval, http://boysset.ifrance.com/boysset/introduc.htm

CITÉS (Les) du monde: Europe et Amérique. Les planches de l'édition de 1572 du Civitates Orbis Terrarum, introdução Lelio Pagani, Paris, Booking International, 1990.

CIUDADES de España, Madrid, Ministério de Defensa, 2007.

COLECÇÃO de Gravuras Portuguêzas, 4ª Série, País: Norte, org. João Camacho Pereira, prefácio de Rocha Madahil, Lisboa, 1948.

GALERIA: um século de fotografia aérea, Porto Salvo, Municípia S.A., 2003.

GENEALOGIA (A) do Infante D. Fernando de Portugal, introdução, notas, direcção artística e gráfica Martim de Albuquerque e João Paulo de Abreu e Lima, fac-símile do Ms. da British Library – ADD. 12 531, Porto-Lisboa, Selecções, 1984.

LIVRO de Horas de D. Manuel, estudo introdutório Dagoberto Markl, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983.

MAGALOTTI, Lorenzo , *Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal (1668-1669),* edición y notas Angel Sánchez Rivero y Angela Mariutti de Sánchez Rivero, Madrid, Sucesores de Rivadeneyra, 1933.

MANSO-PORTO, Carmen, *Cartografia Historica Portuguesa: Catálogo de Manuscritos (Siglos XVII-XVIII),* Madrid, Real Academia de la Historia - Departamento de Cartografia y Bellas Artes, 1999.

MATOS, Gastão de Melo de, *Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal*, Lisboa, Publicações da Comissão de História Militar, 1941.

PEREDA, *Felipe et al., El Atlas del Rey Planeta*: La «descripción de España y de las costas y puertos de sus reinos» de Pedro Teixeira (1634), San Sebastian, Nerea, 2002.

PORTUGALLIAE Civitates: Perspectivas cartográficas militares, Lisboa, Instituto Geográfico do Exército, 2008.

SÁNCHEZ RUBIO, Rocío; TESTÓN NÚÑEZ, Isabel; SÁNCHEZ RUBIO, Carlos M. (eds.) *Imágenes de un imperio perdido: el Atlas del Marqués de Heliche – Plantas de diferentes plazas de España, Italia, Flandres y las Indias,* Mérida, Presidencia de la Junta de Extremadura, 2004.

TOPOGRAFIA da província de Entre Douro e Minho, fac-símile de Topographia da Fronteyra, praças e seus contornos, raya seca, costa e fortes da Província de Entre Douro e Minho offerecida ao Ilmo Exmo Senhor Sebastião José de Carvalho e Mello, Secretario de Estado de S. Magde Fidellissima, delineada por Gonçalo Luís da Sylva Brandão, 1753, Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1994.

Dicionários

BAPTISTA, João Maria, *Chorographia moderna de Portugal,* Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1874-1879, 7 vols.

BLUTEAU, Raphael, *Vocabulário Portuguez e Latino [...] autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos*, Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.

CARDOSO, Luís, *Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontrão, assim antigas, como modernas*, Lisboa, Regia Offic. Silviana, 1747-1751.

COSTA, Américo, *Dicionário Chorográfico de Portugal Continental e Insular,* Vila do Conde, ed. do autor, 1930-1943.

COSTA, Américo; NUNES, Joaquim, *Dicionário corográfico de Portugal Continental e Insular: hidrográfico, histórico, orográfico, biográfico, arqueológico, heráldico, etimológico*, Porto, Civilização, 1929-49.

COSTA, António Carvalho da, *Corografia Portugueza e Descripçam Topografica do famoso Reyno de Portugal,* (1708), 2ª ed., Braga, Domingos Gonçalves Gouvea, 1868-1869.

COVARRUBIAS, Sebastián de, *Tesoro de la lengua castellana, o española,* Madrid, Luis Sanchez, 1611.

DICCIONARIO de la lengua española, (1780), 22º ed., Real Academia Española, 2001.

LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno. Diccionario Geographico, Estatístico, Chorographico, Heráldico, Archeologico, Histórico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, vilas e freguesias de Portugal e de grande numero de aldeias,* Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1873.

LIMA, Luís Caetano de, *Geografia histórica de todos os estados soberanos da Europa,* Lisboa, Off. de Joseph Antonio da Sylva, 1734-1736.

NICOT, Jean, *Thresor de la langue françoyse, tant ancienne que moderne* Paris, David Douceur, 1606.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram,* (1798), ed. crítica Mário Fiúza, Porto, Livraria Civilização, 1962-1964.

Bibliografia

ABELLÁN PÉREZ, Juan "Del urbanismo musulmán al urbanismo Cristiano. I. Andalucía occidental", *La ciudad islámica. Ponencias y comunicaciones*, Zaragoza, Institución Fernando el Católico, 1991.

ABREU, Carlos de, "A criação do concelho de Torre de Moncorvo, construção da fortaleza na sua sede e respectiva forma urbana", *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*, coord. Mário Jorge Barroca, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999.

ABREU, Carlos de, "As igrejas da vila de Torre de Moncorvo com estatuto de matriz (séculos XIII-XVIII)", separata de *Douro: estudos e documentos*, Porto, vol. IV, nº 8, 1999.

ACIÉN ALMANSA, Manuel, "La formación del tejido urbano en Al-Andalus", *La ciudad medieval: de la casa al tejido urbano*, coord. Jean Passini, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-la-Mancha, 2001.

AFONSO, José Ferrão, "A construção de um novo centro cívico: notas para a história da Rua Nova e da zona ribeirinha do Porto no século XV", *Museu*, IV série, nº 9, 2000.

AFONSO, José Ferrão, *A Rua das Flores no século XVI: elementos para a História Urbana do Porto quinhentista*, Porto, FAUP, 2000.

AGUIAR, Marta Marques, "Contributo cartográfico para a reconstituição das cercas medievais de Viana e de Caminha", *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500), Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Lisboa, Edições Colibri-Câmara Municipal de Palmela, 2002.

ALARCÃO, Jorge de, *Roman Portugal*, vol. II, Fasc. 3 - Évora, Faro e Lagos, Warminster, Aris & Phillips, 1988.

ALBERTI, Leon Battista, *On the art of building in ten books,* translated by Joseph Rykwert, Neil Leach, Robert Tavernor, Cambridge, Mass., MIT Press, 1991.

ALBUQUERQUE, Luís Mendonça de, *Os Almanaques Portugueses de Madrid*, Coimbra, Junta de Investigações do Ultramar, 1961.

ALMADA, Vitorino de, *Elementos para um diccionario de geographia e historia portugueza: concelho d'Elvas e extinctos de Barbacena, Villa-Boím e Villa Fernando*, Elvas, Typ. Elvense, 1888-1891.

ALMAGRO, Antonio, "Planimetría de las Ciudades Hispanomusulmanas", *Al-Qantara Revista de Estudios Árabes*, vol. VIII, Fasc.I y II, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), 1987.

ALMEIDA, Balbina Rodrigues de, *D. Dinis. Breve estudo da sua chancelaria. Liv. I, fls. 25-86 v.*, dissertação de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1969 (texto policopiado).

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Castelologia Medieval de Entre Douro e Minho: desde as origens a 1220,* prova complementar das provas de doutoramento, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1978 (texto policopiado).

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, "Castelos e cercas medievais: séculos X a XIII", *História das fortificações portuguesas no mundo*, dir. Rafael Moreira, Lisboa, Alfa, 1989.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, "Muralhas românicas e cercas góticas de algumas cidades do centro e norte de Portugal: a sua lição para a dinâmica urbana de então", *Cidades e História*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Alto Minho,* Lisboa, Editorial Presença, 1987.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Vias Medievais: Entre Douro e Minho*, dissertação de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1968 (texto policopiado).

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge, *História da Arte em Portugal. O Gótico*, Lisboa, Presença, 2002.

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. I, Porto, Portucalense Editora, 1967; vol. IV, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1971.

ALOMAR, Gabriel, *Urbanismo regional en la Edad Media: las Ordinacions de Jaume II (1300) en el Reino de Mallorca*, Barcelona, Gustavo Gili, 1976.

ALVAREZ, Clara, "La gestión administrativa del concejo de Santiago de Compostela en el ámbito del urbanismo durante el siglo XVI", *La Ciudad hispánica durante los siglos XIII al XVI,* Actas del Coloquio celebrado en La Rábida y Sevilla del 14 a 19 de septiembre de 1981, tomo I, Madrid, Universidad Complutense, 1985.

ALVAREZ, Lino; COLLANTES DE TERAN, Antonio; ZOIDO Florencio, "Plazas, Plaza Mayor y espacios de sociabilidad en la Sevilla intramuros", *Plazas et sociabilité en Europe et Amérique Latine*, Colloque des 8 et 9 mai 1979, Publications de la Casa de Velazquez, Série Recherches en Sciences Sociales, Paris, Diffusion de Boccard, IV, 1982.

ALVES, Adalberto, "Qalbi Arabi: o património árabo-islâmico em Portugal. Introdução", *Memórias Árabo-Islâmicas em Portugal*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

ALVES, Adalberto, *Em busca da Lisboa árabe*, Lisboa, CTT Correios de Portugal, 2007.

ALVES, Artur Carlos, "A terra de Miranda nas Inquirições de D. Afonso III (1258)", *Cadernos Históricos Mirandese*s, 3, Miranda do Douro, Câmara Municipal, 1974.

ALVES, Francisco Manuel, *Bragança. Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de* Bragança, *repositório amplo de notícias corográficas, hidro-orográficas, geológicas, mineralógicas, hidrológicas, biobibliográficas, heráldicas (...),* 2ªed., Bragança, Tipografia Académica, 2000.

AMARAL, Luís Carlos, *Subsídios Documentais para o Estudo da Propriedade Imobiliária no Concelho do Porto no Período Medieval*, Sep. de *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 1987/88.

AMARAL, Luís Carlos; DUARTE, Luís Miguel, "Os Homens que pagaram a Rua Nova (fiscalidade, sociedade e ordenamento territorial no Porto quatrocentista)", *Revista de História,* VI, Porto, Centro de História da Universidade, 1985.

AMARO, Clementino, "Arqueologia islâmica em Lisboa: um percurso possível", *Portugal islâmico: os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998.

AMARO, Clementino, "Presença muçulmana no claustro da sé catedral: três contextos com cerâmica islâmica", *Garb: sítios islâmicos do sul peninsular*, coord. Manuel Lacerda et al, Lisboa, IPPAR, 2001.

AMENDOEIRA, Ana Paula Ramalho, *Monsaraz: análise do processo de conservação e transformação urbana no século XX*, dissertação de mestrado em recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico apresentada à Universidade de Évora, 1998 (texto policopiado).

ANDRADE, Amélia Aguiar, *A construção medieval do território*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

ANDRADE, Amélia Aguiar, "A estratégia afonsina na fronteira noroeste", *Actas* do *2.º Congresso Histórico de Guimarães: a política portuguesa e as suas relações exteriores*, Guimarães, Câmara Municipal - Universidade do Minho, 1997.

ANDRADE, Amélia Aguiar, "A estratégia régia em relação aos portos marítimos no Portugal medieval: o caso da fachada atlântica", *Ciudades y villas portuarias del Atlántico en la Edad Media*, *Actas de Nájera, Encuentros Internacionales del Medievo*, Nájera, 27 a 30 de Julio de 2004, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 2005.

ANDRADE, Amélia Aguiar, "A paisagem urbana medieval portuguesa: uma aproximação", *Universo Urbanístico Português, 1415-1822, Colectânea de Estudos*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

ANDRADE, Amélia Aguiar, "Conhecer e nomear: a toponímia das cidades medievais portuguesas", *A cidade: jornadas inter e pluridisciplinares, Actas II*, Lisboa, Universidade Aberta, 1993.

ANDRADE, Amélia Aguiar, "De Contrasta a Valença: a formação de uma vila medieval", *Monumentos*, nº 12, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2000.

ANDRADE, Amélia Aguiar, *Horizontes urbanos medievais*, Lisboa, Horizonte, 2003.

ANDRADE, Amélia Aguiar, "O desaparecimento espacial das judiarias nos núcleos urbanos portugueses de finais da Idade Média: o caso de Lisboa", *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. I, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006.

ANDRADE, Amélia Aguiar, "Percursos vividos, percursos conhecidos nos núcleos urbanos medievais", *Estudos de Arte e História: homenagem a Artur Nobre de Gusmão*, Lisboa, Vega, 1995.

ANDRADE, Amélia Aguiar, "Um empreendimento régio: a formação e desenvolvimento de uma rede urbana na fronteira Noroeste de Portugal durante a Idade Média", *Penélope*, 12, Lisboa, Cosmos, 1993.

ANDRADE, Amélia Aguiar, "Um percurso através da paisagem urbana medieval", *Povos e Culturas - A cidade em Portugal: onde se vive,* Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 1987.

ANDRADE, Amélia Aguiar, *Um Espaço Urbano Medieval: Ponte de Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

ANDRADE, Amélia Aguiar, *Vilas, poder régio e fronteira. O exemplo de Entre Lima e Minho medieval*, dissertação de doutoramento em História da Idade Média apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1994 (texto policopiado).

ANDRADE, Amélia Aguiar; ROSSA, Walter, "La plaza portuguesa. Acerca de una continuidad de estructuras y funciones", Catálogo da Exposição *La plaza en España y Iberoamérica: el escenario de la ciudad*, Madrid, Museo Municipal, 1998.

ANDRADE, António Alberto Banha de, *Breve História das ruínas do antigo burgo e concelho de Montemor-o-Novo*, Évora, Grupo dos Amigos de Montemor-o-Novo, 1977.

ANDRADE, António Alberto Banha de, *Festas e feiras* em *Montemor-o-Novo,* Lisboa, Grupo de Amigos de Montemor-o-Novo - Academia Portuguesa de História, 1984.

ANDRADE, António Alberto Banha de, *Judeus em Montemor-o-Novo* Lisboa, Grupo dos Amigos de Montemor-o--Novo - Academia Portuguesa de História, 1977.

ANDRADE, António Alberto Banha de, "Montemor tem História. Tentativa de reconstituição do burgo antigo: ruas e edifícios", *A defesa*, 1975.

ANDRADE, António Alberto Banha de, *Montemor-o-Novo, Vila realenga (ensaio de História de administração local)*, Lisboa, Grupo dos Amigos de Montemor-o-Novo - Academia Portuguesa de História, 1976.

ANDRADE, António Júlio, *Torre de Moncorvo: notas toponímicas*, Torre de Moncorvo, Câmara Municipal, 1991.

ÂNGELO, Maria João; PEDROSA, Nuno, *Intervenção de acompanhamento e decapagem arqueológica no âmbito do projecto Parque de Estacionamento do Corro (Monsaraz-MZCO 07). Relatório Final*. Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (Ref.ª 2007/1[459]), Junho de 2008.

ANSELMO, António Joaquim, *O Concelho de Borba*, fac-símile da edição de 1907, Borba, Câmara Municipal, 1997.

ANTELO IGLESIAS, Antonio, "La ciudad ideal según fray Francesc Eiximenis y Rodrigo Sánchez de Arévalo", *La ciudad hispánica durante los siglos XIII a XVI,* Actas del Coloquio celebrado en La Rábida y Sevilla del 14 a 19 de septiembre de 1981, tomo I, Madrid, Universidad Complutense, 1985.

ANTUNES, José, *Acerca da liberdade de religião na Idade Média: Mouros e Judeus perante um problema teológico--canónico*, *Sep.* da *Revista de História das Ideias,* 11, Coimbra, Faculdade de Letras, 1989.

ARAÚJO, Luís, "Os muçulmanos no Ocidente peninsular", *História de Portugal* dir. José Hermano Saraiva, vol. I, Lisboa, Publicações Alfa, 1983.

ARIZAGA BOLUMBURU, Beatriz, "La arquitectura popular en la Edad Media (Guipúzcoa)", *Revista Espacio tiempo y forma,* Serie III Historia Medieval, nº 4, Madrid, Facultad de Geografía e Historia, 1989.

ARIZAGA BOLUMBURU, Beatriz, *Urbanística Medieval (Guipúzcoa),* San Sebastián, Editorial Kriselu, 1990.

ARIZAGA BOLUMBURU, Beatriz, "El paisaje urbano en la Europa Medieval", *III Semana de Estudios Medievales*, Logroño, Goberno de la Rioja - Instituto de Estudios Riojanos, 1993.

ARIZAGA BOLUMBURU, Beatriz, «Permanencias urbanísticas en las villas vascas», *Revision del Arte Medieval en Euskal Herria*, Cuadernos de Sección, Artes Plásticas y Monumentales, 15, Donostia-San Sebastián, Eusko Ikaskuntza (Sociedad de Estudios Vascos), 1996.

ARIZAGA BOLUMBURU, Beatriz, "La recuperacion del paisaje urbano medieval: propuesta metodologica", *La ciudad medieval: aspectos de la vida urbana en la Castilla Bajomedieval,* coord. Juan Antonio Bonachía Hernando, Estudios de Historia Medieval, Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico de la Universidad de Valladolid, 1996.

ARIZAGA BOLUMBURU, Beatriz, *La imagem de la ciudad medieval: la recuperación del paisaje urbano*, Santander, Universidad de Cantábria, 2002.

ARIZAGA BOLUMBURU, Beatriz; MARTÍNEZ MARTÍNEZ, Sergio, "El espacio publico de la villa de Bilbao", *Atlas de villas medievales de Vasconia: Bizkaia*, Eusko Ikaskuntza (Sociedad de Estudios Vascos), 2006.

ARQUEOLOGIA 2000. Balanço de um século de investigação arqueológica em Portugal, *Arqueologia & História,* Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses, 54, Lisboa, 2002.

"ARQUEOLOGIA em Silves: resultados e perspectivas", *Palácio almóada da alcáçova de Silves*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 2001.

AZEVEDO, João Ayres de, *"Origens de Villa Real", O Instituto, Revista Scientifica e Litteraria,* Coimbra, Imprensa da Universidade, vol. XLVI, nº 7 a 11, 1899.

AZEVEDO, José Lúcio de, *História dos Cristãos-Novos portugueses*, 3ª ed., Porto, Clássica Editora, 1989.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de, "Urbanismo de traçado regular nos dois primeiros séculos de colonização brasileira", *Universo Urbanístico Português, 1415-1822*, Colectânea de Estudos, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

AZEVEDO, Pedro de, "Do Areeiro à Mouraria: topographia histórica de Lisboa", *O Archeologo Português*, vol. V, Lisboa, Museu Ethnographico Português, 1899-1900.

AZEVEDO, Pedro de, *Cartas de vila, de mudança de nome e do título de notável das povoações da Estremadura*, Sep. do *Boletim da Classe de Letras* da Academia das Ciências de Lisboa, vol. XIII, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921.

AZEVEDO, Rogério de, *O Porto, desde a Proto-História à época do Infante D. Henrique*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, 1960.

AZEVEDO, Rui de; COSTA, Avelino de Jesus da; PEREIRA, Marcelino Rodrigues, *Documentos de D. Sancho I (1174-1211),* Coimbra, Centro de História da Universidade, 1979.

AZEVEDO, Rui de, "Período de formação territorial: expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores", *História da expansão portuguesa no mundo*, vol. I, Lisboa, Ed. Ática, 1937.

AZNAR, Fernando, *Espana medieval: musulmanes, judios y cristianos*, Madrid, Anaya, 1990.

AZOFRA AGUSTÍN, Eduardo, "Desarrollo urbano de Santo Domingo de la Calzada en los tiempos medievales. Nuevas aportaciones históricas", *III Semana de Estudios Medievales*, Logroño, Gobernó de la Rioja - Instituto de Estudios Riojanos, 1993.

BACHMANN, Maria da Graça, "Na rota dos vestígios judaicos: a sinagoga Grande de Évora", *Os judeus sefarditas entre Portugal, Espanha e Marrocos. Actas do Colóquio Internacional,* coord. Carmen Ballesteros e Mery Ruah, Lisboa, Colibri - Associação Portuguesa de Estudos Judaicos - CIDEHUS-UE, 2004.

BALLESTEROS, Carmen, "A Sinagoga medieval de Évora. Elementos para o seu estudo", *A cidade de Évora. Boletim de Cultura da Câmara Municipal de Évora*, II Série, 1, 1994-95.

BALLESTEROS, Carmen, "Marcas de simbologia religiosa Judaica e cristã", *Ibn Maruán*, Revista cultural do Concelho de Marvão, nº 6, 1996.

BALLESTEROS, Carmen, "Das sinagogas da Antiguidade às sinagogas medievais peninsulares. Origens e percursos de uma instituição", *Guarda, história e cultura judaica*, Guarda, Museu da Guarda - Câmara Municipal, 1999.

BALLESTEROS, Carmen, "A judiaria e a sinagoga medieval de Évora", *Os judeus sefarditas entre Portugal, Espanha e Marrocos. Actas do Colóquio Internacional,* coord. Carmen Ballesteros e Mery Ruah, Lisboa, Colibri - Associação Portuguesa de Estudos Judaicos - CIDEHUS-UE, 2004.

BALLESTEROS, Carmen; OLIVEIRA, J., "A judiaria e a Sinagoga de Castelo de Vide"*, Ibn Maruán*, Revista cultural do Concelho de Marvão, nº 3, 1993.

BALLESTEROS, Carmen; SANTOS, Carla Alexandra, "Aspectos da Arqueologia Judaica em Trancoso", *Beira Interior, História e Património, Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior*, eds. Maria do Céu Crespo Ferreira *et al.*, Guarda, Câmara Municipal, 2000.

BARBOSA, Isabel Maria Lago, "A Ordem de Santiago em Portugal nos finais da Idade Média (Normativa e Prática)", *As ordens de Cristo e de Santiago no início da Época Moderna: a normativa*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1999.

BARBOSA, Isabel Maria Lago, "D. Afonso III: forais algarvios e fortalecimento de poder", *Actas das III Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, Loulé, Câmara Municipal, 1989.

BARBOSA, José Maria da Silva Pinto, *Da praça pública em Portugal*, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Évora, 1993 (texto policopiado).

BARCELÓ CRESPÍ, María, "La Ciudad de Mallorca en el último cuarto del siglo XV: parroquias y red viaria", *La Ciudad hispánica durante los siglos XIII al XVI,* Actas del Coloquio celebrado en La Rábida y Sevilla del 14 a 19 de septiembre de 1981, tomo II, Madrid, Universidad Complutense, 1985.

BAREL, Ivés, *La ciudad medieval. Sistema social, Sistema urbano,* Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 1981.

BARROCA, Mário Jorge, "Do castelo da Reconquista ao castelo românico (séculos IX a XII)", *Portugália*, Nova Série, vol. XI-XII, Porto, Faculdade de Letras, 1990-91.

BARROCA, Mário Jorge, "Medidas-padrão medievais portuguesas" *História, Revista da Faculdade de Letras*, II Série, vol. IX, Porto, Universidade do Porto, 1992.

BARROCA, Mário Jorge, *A Ordem do Templo e a arquitectura Militar Portuguesa do século XII*, Sep. de *Portugália*, Nova Série, vol. XVII-XVIII Porto, Faculdade de Letras, 1996-1997.

BARROCA, Mário Jorge, "D. Dinis e a arquitectura militar portuguesa", *IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval: as relações de fronteira no século de Alcanises - Actas*, vol. I, Porto, Faculdade de Letras, 1998.

BARROCA, Mário Jorge, "Aspectos da evolução da arquitectura militar da Beira Interior", *Beira Interior, História e Património, Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior*, eds. Maria do Céu Crespo Ferreira *et al.*, Guarda, Câmara Municipal, 2000.

BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422),* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000, 4 vols.

BARROCA, Mário Jorge, "O aron de Castelo Mendo", *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*, vol. I, Porto, Faculdade de Letras, 2001.

BARROCA, Mário Jorge, "Arquitectura militar", *Nova História militar de Portugal*, dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. I, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2003.

BARROCA, Mário Jorge, "Tempos de resistência e de inovação: a arquitectura militar portuguesa no reinado de D. Manuel", *Portugália*, Nova Série, vol. XXIV, Porto, Faculdade de Letras, 2003.

BARROCA, Mário Jorge, "Fortificações e povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI)", *Portugália*, Nova Série, vol. XXV, Porto, Faculdade de Letras, 2004.

BARROCA, Mário Jorge, *Terena. O Castelo e a Ermida da Boa Nova,* Lisboa, IPPAR, 2006.

BARROCA, Mário Jorge, "De Miranda do Douro ao Sabugal – Arquitectura militar e testemunhos arqueológicos medievais num espaço de fronteira", *Portugália*, Nova Série, vol. XXIX - XXX, Porto, Faculdade de Letras, 2008 – 2009.

BARROS, Amândio, "Alterações urbanísticas em Faro e Olivença na 2ª metade do século XV", Separata da *Revista de História*, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, 1987.

BARROS, Henrique da Gama, "Comunas de Judeus e comunas de Mouros"*, Revista Lusitana*, nº 34-35, Lisboa, 1936-1937.

BARROS, Henrique da Gama, *História da administração pública em Portugal* nos séculos XII a XV, Lisboa, Sá da Costa, 1945-54.

BARROS, Maria Filomena Lopes de, "As Comunas muçulmanas em Portugal. Subsídios para o seu estudo", *Revista da Faculdade de Letras*, II Série, vol. VII, Porto, 1990.

BARROS, Maria Filomena Lopes de, "Os Mudéjares em Portugal: convivência e submissão", *Memórias Árabo-Islâmicas*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

BARROS, Maria Filomena Lopes de, *A Comuna muçulmana de Lisboa (séculos XIV e XV),* Lisboa, Ed. Hugin, 1998.

BARROS, Maria Filomena Lopes de, "Mouros e mourarias", *Portugal islâmico: os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998.

BARROS, Maria Filomena Lopes de, "Génese de uma minoria. O período formativo das comunas muçulmanas em Portugal", *Islão Minoritário na Península Ibérica"*, ed. Adel Sidarus, Lisboa, Hugin, 2001.

BARROS, Maria Filomena Lopes de, "A comuna muçulmana de Lisboa: paradigma institucional", *Actas do Colóquio Lisboa encruzilhada de muçulmanos, judeus e cristãos (850º aniversário da conquista de Lisboa), Arqueologia Medieval*, nº 7, Porto, Edições Afrontamento, 2001.

BARROS, Maria Filomena Lopes de, "Identidade e aculturação: o casamento islâmico no Portugal medieval", *Minorias étnicas e religiosas em Portugal. História e actualidade",* coord. Guilhermina Mota, Coimbra, Instituto de História Económica e Social – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003.

BARROS, Maria Filomena Lopes de, "Os mouros de Santarém: a comuna e os espaços", Catálogo da Exposição *Santarém e o Magreb: encontro secular (970-1578)*, Santarém, Câmara Municipal, 2004.

BARROS, Maria Filomena Lopes de, *Tempos e Espaços de Mouros. A minoria muçulmana no Reino português (sécs. XII – XV)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2007.

BARROS, Maria Filomena Lopes, "Mouros da terra e terra de mouros", *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*, coord. Mário Barroca e Isabel Cristina Fernandes, Palmela, Câmara Municipal de Palmela - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005.

BASSO, José Augusto Fraústo, "O concelho de Nisa na doação de Açáfa", *A cidade, Revista Cultural de Portalegre* (Nova Série), nº 1, Portalegre, Atelier de Artes Plásticas, Janeiro-Junho, 1988.

BASTO, Artur Carlos de Barros, *Os Judeus no Velho Porto*, Sep. da *Revista de Estudos Hebraicos*, Lisboa, 1929.

BASTO, Artur de Magalhães, "Os diversos Paços do Concelho da cidade do Porto", *Vereaçoens, Anos de 1390-1395. O mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Porto existentes no seu Arquivo,* comentários e notas de Artur de Magalhães Basto, Porto, Câmara Municipal, 1937.

BASTOS, Artur de Magalhães, "Desenvolvimento topográfico da cidade: séculos XII a XV", *História da Cidade do Porto*, dir. Damião Peres, vol. I, Porto, Portucalense Editora, 1962.

BASTOS, Maria do Rosário, "Prescrições sinodais sobre o culto dos mortos nos séculos XIII a XVI", *O reino dos mortos na Idade Média peninsular*, dir. José Mattoso, Lisboa, Sá da Costa, 1996.BAZZANA, André, "L'evolution du cadre urbain à l'époque médiévale: quelques exemples en pays valencien", *Plazas et sociabilité en Europe et Amérique Latine,* Colloque des 8 et 9 mai 1979, Publications de la Casa de Velázquez, Serie Recherches en Sciences Sociales, fasc. VI, Paris Diffusion de Boccard, 1982.

BAZZANA, André, *Maisons d' Al-Andalus. Habitat médiéval et structures du peuplement dans l' Espagne orientale*, Madrid, Casa de Velázquez, 1992.

BAZZANA, André; BEDIA, Juana; TRAUHT, Norbert, "Saltés/Shaltish. Una ciudad islámica en la marisma de Huelva", *El territorio medieval, II Jornadas de Cultura Islámica,* Almonaster La Real, 2001, ed. Juan Aurelio Pérez Macías, Huelva, Universidad de Huelva, 2002.

BEIRANTE, Maria Ângela, *Estudos de alguns documentos da chancelaria de D. Dinis. Liv. II, fls.7-57 v. (1291-1293),* dissertação de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1969 (texto policopiado).

BEIRANTE, Maria Ângela, *Santarém medieval,* Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, 1980.

BEIRANTE, Maria Ângela, "Espaços Públicos nas cidades portuguesas medievais: Santarém e Évora", *A cidade: jornadas inter e pluridisciplinares, Actas II*, Lisboa, Universidade Aberta, 1993.

BEIRANTE, Maria Ângela, *Évora na Idade Média*, Fundação Calouste de Gulbenkian - Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.

BEIRANTE, Maria Ângela, "Alcochete, vila-berço de D. Manuel. Administração, economia e forma urbana (séculos XV-XVI)", *D. Manuel e a sua época. Actas do III Congresso Histórico de Guimarães*, *3ª Secção – População, sociedade e economia*, Guimarães, Câmara Municipal, 2004.

BEIRANTE, Maria Ângela, *O ar da cidade. Ensaios de História Medieval e Moderna*, Lisboa, Colibri, 2008.

BEIRANTE, Maria Ângela; DIAS, João José Alves, "O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do século XVI", *Estudos de Arte e História: homenagem a Artur Nobre de Gusmão*, Lisboa, Vega, 1995.

BELTRÁN DE HEREDIA, Soledad Vila, "El plan regular de Eximenis y las ordenanzas reales de 1573", *Actas del Seminario La ciudad iberoamericana,* Buenos Aires, CEHOPU, 1985.

BELTRÁN DE HEREDIA, Soledad Vila, "Un modelo teórico de ciudad en el siglo XIV: la ciudad de Eximenis", *Urbanismo e Historia Urbana en el mundo hispano,* Actas del Segundo Simposio, tomo I, coord. Antonio Bonet Correa, Madrid, Universidad Complutense, 1985.

BENEVOLO, Leonardo, *História da Cidade*, São Paulo, Perspectiva, 1983.

BENITO MARTIN, F., *La formación de la ciudad medieval: la red urbana en Castilla y León*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2000.

BENTO, Maria José Travassos de Almeida, *O Convento de Cristo em Tomar: do Infante D. Henrique às empreitadas manuelinas*, dissertação de mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2008 (texto policopiado).

BERESFORD, Maurice, *New towns of the middle ages: town plantation in England, Wales and Gascony*, London, Lutterworth Press, 1967.

BERNAL ESTÉVEZ, Ángel, *Poblamiento, transformación y organización social del espacio Extremeño (siglos XIII a XV)*, Mérida, Editora Regional de Extremadura, 1998.

BERNARD, Gilles, *L`aventure des bastides du sud-ouest*, Toulouse, Privat, 1993.

BETRÁN ABADÍA, Ramón, *La Forma de la ciudad. Las ciudades de Aragon en la Edad Media*, Zaragoza, Delegación en Zaragoza del Colegio Oficial de Arquitectos de Aragón, 1992.

BETRÁN ABADÍA, Ramón, "Las huellas del tiempo: parcelario, tipo y propiedad", *Paisajes rurales y paisajes urbanos: métodos de análisis en Historia Medieval*, *Aragón en la Edad Media*, *III Seminario de Historia Medieval,* Zaragoza, Universidad de Zaragoza, 1994.

BETRÁN ABADÍA, Ramón, "Mutación y permanencia: el plano de Zaragoza en la Edad Media", *Tecnología y sociedad: las grandes obras publicas en la Europa Medieval,* XXII Semana de Estudios Medievales, Estela, 17 a 21 de julio de 1995, Pamplona, Gobierno de Navarra, 1996.

BIANQUIS, Thierry, "A família no Islão árabe", *História da Família. Tempos medievais: ocidente, oriente,* dir. André Burguière e*t al.*, vol. II, Lisboa, Terramar, 1997.

BILBAO FERNANDO, Suárez, *Las ciudades castellanas y sus juderias en el siglo XV*, Madrid, Caja de Madrid, 1995.

BLUMENKRANZ, Bernhard, "Les Synagogues", *Art et Archéologie des Juifs en France Médiéval*, Toulouse, Privat Editeur, 1980.

BOEREFIJN, Wim, "Designing the medieval new town", *Urban Morphology,* Journal of the International Seminar on Urban Form, ed. Jeremy Whitehand, 4(2), Birmingham, University of Birmingham, 2000.

BOFIL, Ricardo; VÉRON, Nicolas, *L'architecture des villes*, Paris, Editions Odile Jacob, 1995.

BOIÇA, Joaquim Manuel Ferreira; BARROS, Maria de Fátima Rombouts de, "A mesquita-igreja de Mértola", *As Ordens Militares: guerra, religião, poder e cultura*, *Actas do III Encontro sobre Ordens Militares,* coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Lisboa, Colibri - Câmara Municipal de Palmela, 1999.

BOIÇA, Joaquim Manuel Ferreira; BARROS, Maria de Fátima Rombouts, "O castelo de Mértola - estrutura e organização espacial", *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500) Actas do Simpósio Internacional sobre castelos,* 2000, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Lisboa, Colibri - Câmara Municipal de Palmela, 2002.

BOISSELLIER, Stéphane, *Naissance d'une identité portugaise: la vie rurale entre Tage et Guadiana de l'Islam à la reconquête (X^{e}-xIV^{e} siècles),* Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1999.

BOISSELLIER, Stéphane, "Les relations entre l`habitat et le châteaux dans le Sud du Portugal à la fin du Moyen Âge (d'après le Livro das fortalezas de Duarte Darmas): évolutions depuis la Reconquête", *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500) Actas do Simpósio Internacional sobre castelos,* 2000, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Lisboa, Colibri - Câmara Municipal de Palmela, 2002.

BOISSELLIER, Stéphane, *Le Peuplement Médiéval dans le sud du Portugal*, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003.

BOLÒS, Jordi, *Els orígens medievals del paisatge Català. L'arqueologia del paisatge com a font per a coneixer la història de Catalunya*, Barcelona, Institut d'Estudis Catalans, 2004.

BONACHÍA HERNANDO, Juan Antonio, "El concejo como Señorío (Castilla, siglos XIII-XV), *Concejos y ciudades en la Edad Media Hispánica, 2º Congreso de Estudios Medievales*, León, 25 al 29 de septiembre de 1989, Ávila, Fundación Sánchez-Albornoz, 1990.

BONACHÍA HERNANDO, Juan Antonio, "«Más honrada que ciudad de mis reinos...» La nobleza y el honor en el imaginario urbano (Burgos en la Baja Edad Media)", *La ciudad medieval: aspectos de la vida urbana en la Castilla Bajomedieval,* coord. Juan Antonio Bonachía Hernando, Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico - Universidad de Valladolid, 1996.

BONET CORREA, Antonio, "La Plaza Mayor de Madrid. Escenario de corte", *El urbanismo en España e Hispanoamerica*, Madrid, Ensayos Arte Cátedra, 1991.

BONET CORREA, Antonio, "Las ciudades españolas del Renacimiento al Barroco", *El urbanismo en España e Hispanoamerica*, Madrid, Ensayos Arte Cátedra, 1991.

BONET CORREA, Antonio, "Las Plazas españolas", *El urbanismo en España e Hispanoamerica*, Madrid, Ensayos Arte Cátedra, 1991.

BONET CORREA, Antonio, "Los Suportales en las ciudades españolas", *El urbanismo en España e Hispanoamerica*, Madrid, Ensayos Arte Cátedra, 1991.

BORDOY, Guillermo, "De madîna a ciudad: Mayurca/Mallorques", *Al-Andalus espaço de mudança. Balanço de 25 anos de História e Arqueologia medievais, Actas do Seminário Internacional em homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen,* Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2005.

BORGES, Nelson Correia, *Arquitectura monástica portuguesa na Época Moderna (notas de uma investigação)*, Sep. de *Museu*, Revista do Círculo Dr. José de Figueiredo (Museu Nacional Soares dos Reis), IV série, n.º7, Porto, 1998

BOTÃO, Maria de Fátima, *Silves capital de um reino medievo*, Silves, Câmara Municipal de Silves, 1992.

BOTÃO, Maria de Fátima, "A paisagem urbana de Loulé nos finais da Idade Média", *D. Manuel e a sua época. Actas do III Congresso Histórico de Guimarães*, *3ª Secção – População, sociedade e economia*, Guimarães, Câmara Municipal, 2004.

BOTÃO, Maria de Fátima, *Construção de uma identidade urbana. O caso de Loulé*, dissertação de doutoramento em História e Arqueologia apresentada à Universidade Nova de Lisboa, 2007 (texto policopiado).

BOUSQUET-LABOUÉRIE, Christine, «L´image de la ville dans le Grands Chroniques de France: miroir du prince ou du pouvoir urbain?», *La ville au Moyen Âge* (sous la direction de Noel Coulet et Olivier Guytjeannin), Paris, Éditions du CTHS, 1998.

BRAGA, Paulo Drumond, *Setúbal Medieval (séculos XIII-XV),* Setúbal, Câmara Municipal - Biblioteca Pública Municipal, 1998.

BRANCO, Manuel J. C., "Evolução do sítio do século XIII ao século XIX", *Monumentos*, nº 17, Lisboa, D.G.E.M.N., 2002.

BRANDÃO, António *et al.*, *Monarquia Lusitana*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1973-1988.

BUSQUETS, Joan, *Barcelona, evolución urbanística de una capital compacta,* Madrid, MAPFRE, 1994.

CABANAS GONZÁLEZ, María Dolores, "Ciudad, mercado y municipio en Cuenca durante la Edad Media (siglo XV), *La ciudad hispánica durante los siglos XIII a XVI*, Actas del Coloquio celebrado en La Rábida y Sevilla del 14 a 19 de septiembre de 1981, tomo II, Madrid, Universidad Complutense, 1985.

CABRAL, Caroline Almeida Aragão, *Casos de Câmara (do séc. XV ao séc. XVIII). Uma análise da evolução*, Prova final de licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2003 (texto policopiado).

CAETANO, Marcelo, *A administração Municipal de Lisboa durante a primeira dinastia (1179-1383)*, Separata da *Revista da Faculdade de Direito* da *Universidade de Lisboa*, vol. VII, Lisboa, Universitas Olisipoensis, 1951.

CAETANO, Marcelo, *História do direito português [1140-1495],* 3ª ed., Lisboa, Verbo, 1992.

CALABI, Donatella, "La longue histoire de la regularité des villes nouvelles", *ECDJ*, nº 9, coord. Walter Rossa e Adelino Gonçalves, Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2005.

CALDAS, João Vieira, "Casas nobres de Viana", *Monumentos*, nº 22, Lisboa, D.G.E.M.N., 2005.

CALDAS, João Vieira; GOMES, Paulo Varela, *Viana do Castelo*, Lisboa, Presença, 1990.

CÂMARA, Teresa Bettencourt da, *A Praça do Sapal em Setúbal. Um estudo de urbanismo quinhentista*, Setúbal, Salpa - Associação para a Salvaguarda do Património Cultural e Natural da Região de Setúbal, 1992.

CANTERA MONTENEGRO, Enrique, *Aspectos de la vida quotidiana de los judíos en la España medieval*, Madrid, Aula Abierta, Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1998.

CARA BARRIONUEVO, Lorenzo; MORALES SÁNCHEZ, Rosario; GARCÍA LOPEZ, José Luís, "Arqueología urbana y historia de la ciudad: el caso de Almería medieval", *Ciudad y territorio en Al-Andalus,* ed. Lorenzo Cara Barrionuevo, Granada, Athos-Pérgamos, 2000.

CÁRCEL ORTÍ, M. Milagros; TRENCHS ODENA, J., "El consell de Valencia: disposiciones urbanísticas (siglo XIV)", *La ciudad hispánica durante los siglos XIII a XVI,* Actas del Coloquio celebrado en La Rábida y Sevilla del 14 a 19 de septiembre de 1981, tomo II, Madrid, Universidad Complutense, 1985.

CARDOSO, Mário de Sousa, *As muralhas de Santarém: interpretação e enquadramento histórico-arqueológico,* Santarém, Câmara Municipal, 2001.

CARITA, Helder, *Bairro Alto: tipologias e modos arquitectónicos*, Lisboa, Câmara Municipal, 1994.

CARITA, Helder, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da Época Moderna (1495-1521),* Lisboa, Livros Horizonte, 1999.

CARLÉ, Maria del Carmen, "La Ciudad Castellana a comienzos de la baja Edad Media", *Anuario del Instituto de Investigaciones Históricas*, nº 3, Rosário (Argentina), 1958.

CARLÉ, Maria del Carmen, *Del Consejo medieval castellano-leonés,* Buenos Aires, Instituto de Historia de España, 1968.

CARLÉ, Maria del Carmen, "La ciudad y su contorno en León y Castilla (siglos X-XIII)" *Anuario de Estudios Medievales*, nº 8, Barcelona, Instituto de Historia Medieval de España, 1972.

CARLÉ, Maria del Carmen, "La Casa en la Edad Media Castellana", *Cuadernos de Historia de España*, LXVII--LXVIII, Buenos Aires, 1982.

CARLÉ, Maria del Carmen, *La sociedad hispano medieval: la ciudad*, Buenos Aires, Gedisa, 1984.

CARMONA, Joaquim da Silva, *Documentos da chancelaria de D. Dinis (1287-1289). Subsídios para o estudo da época dionisina,* dissertação de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1969 (texto policopiado).

CARO BAROJA, Julio, *La ciudad y el campo*, Madrid, Alfaguara, 1966.

CARO BAROJA, Julio, *Una vieja ciudad: Vitoria*, San Sebastián, Vasconiana, 1974.

CARO BAROJA, Julio, "Los núcleos urbanos de la España cristiana medieval", *Vivenda y urbanismo en España,* Barcelona, Banco Hipotecario de España, 1982.

CARO BAROJA, Julio, *Paisajes y ciudades*, Madrid, Taurus, 1984.

CARQUEJA, Maria da Assunção, *Subsídios para uma monografia de Torre de Moncorvo*, tese de licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1955 (texto policopiado).

CARRAPIÇO, Francisco; PALHINHA, Jaime; BRÁZIO, José, *As muralhas de Portimão: subsídios para o estudo da História local*, Portimão, Câmara Municipal, 1974.

CARVALHO, Manuel Raimundo Serra de, *Forais de Caminha*, Caminha, Câmara Municipal, 1984.

CARVALHO, Sérgio Luís, *A vila de Sintra nos séculos XIV e XV,* dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1987 (texto policopiado).

CARVALHO, Sérgio Luís, *Cidades medievais portuguesas: uma introdução ao seu estudo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.

CASACA, João M., *O palmo craveiro e as antigas unidades de comprimento*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2006.

CASTELO-BRANCO, Manuel da Silva, "O Livro de Duarte de Armas", *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*, catálogo da exposição, coord. Francisco Faria Paulino, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994.

CASTILLO OREJA, M. A., "Alcalá de Henares, una ciudad medieval en la España cristiana (siglos XIII-XV)*", La Ciudad hispánica durante los siglos XIII al XVI,* Actas del Coloquio celebrado en La Rábida y Sevilla del 14 a 19 de septiembre de 1981, tomo II, Madrid, Universidad Complutense, 1985.

CASTRO, Alberto Pereira de, *A igreja de Santo Estevão de Valença do Minho e a formação da Colegiada*, Valença, Comissão da Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Maria dos Anjos de Valença, 2000.

CATARINO, Helena, "Notas sobre o período islâmico na Marca Inferior (Tagr al-Gharbi) e as escavações na Universidade de Coimbra", *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII),* coord. Mário Barroca e Isabel Cristina Fernandes, Palmela, Câmara Municipal de Palmela - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005.

CATARINO, Helena; FILIPE, Sónia, "Madinat Qulumbriya: arqueologia numa cidade de fronteira", *Al-Andalus espaço de mudança. Balanço de 25 anos de História e Arqueologia medievais, Actas do Seminário Internacional em homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen,* Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2005.

CATARINO, Helena; INÁCIO, Isabel, "Vestígios do urbanismo islâmico no Castelo de Paderne: uma primeira abordagem", *Xelb*, nº 6, Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve, Silves, Museu Municipal de Arqueologia - Câmara Municipal, 2006.

CATEURA BANASSER, Pablo, "El municipio Balear en la Edad Media cristiana", *Concejos y ciudades en la Edad Media hispánica,* II Congreso de Estudios Medievales, Ávila, Fundacion Sanchez-Albornoz, 1990.

CEBOLA, Carlos Dinis Tomás , *Nisa, a outra história*, Lisboa, Colibri - Câmara Municipal de Nisa, 2005.

CERVERA VERA, Luís, "Algunas definiciones urbanísticas y arquitetónicas de San Isidoro de Sevilla", *Anales de Historia del Arte*, 4, *Homenaje a José María de Azcárate y Ristori,* Madrid, Universidad Complutense, 1993-1994.

CERVERA VERA, Luís, "La epoca de los Austrias", *Resumen historico del urbanismo en España*, Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 1968.

CERVERA VERA, Luís, *Plazas mayores de España,* Madrid, Espasa-Calpe, 1990.

CHALMETA, Pedro, "Les fonctions de l'agora-forum dans la cite arabo-musulmane", *Plazas et sociabilité en Europe et Amérique Latine*, Colloque des 8 et 9 mai 1979, Publications de la Casa de Velázquez, Série Recherches en Sciences Sociales, Paris, Diffusion de Boccard, IV, 1982.

CHEVALIER, Bernard, "Le paisaje urbain a la fin du Moyen Âge: imaginations et réalités"*, Le paysage urbain au Moyen* Âge*,* Actes du XIe Congrès des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur, Lyon, PUL, 1981.

CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte, *Os forais de D. Manuel. 1496-1520*, Lisboa, ANTT, 1990.

CHOUQUER, Gérard; FAVORY, François, *L'arpentage romain: histoire des textes, droit, techniques*, Paris, Éditions Errance, 2001.

PROJECTO de Recuperação, Conservação e Valorização do Castelo de Viana do Alentejo, IPPAR /Direcção Regional de Évora, 2003-2006 (texto policopiado).

CID, Pedro, "Castelo de Vide e o álbum de Duarte de Armas: algumas notas", *Estudos/Património*, nº 8, Lisboa, IPPAR, 2005.

CITÉ (La) Idéale en Occident, Paris, Éditions du Félin, 1996.

CITTÀ (Le) di fondazione, Venecia, Marsilio Editori, 1978.

CITTÀ (La) Medievali dell'Italia Meridionale e Insulare, a cura de Aldo Casamento e Enrico Guidoni, Roma, Edizione Kappa, 2002.

CIUDAD (La) hispanoamericana: el sueño de un orden, Madrid, CEHOPU-MOPU, Centro de Estudios Históricos de Obras Públicas y Urbanismo - Ministerio de Obras Públicas y Urbanismo, 1989.

CIUDAD (La) Islâmica: ponencias y comunicaciones, Zaragoza, Institución Fernando el Católico, 1991.

CIUDAD (La) medieval: de la casa al tejido urbano, coord. Jean Passini, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-la-Mancha, 2001.

CIUDAD y arqueologia medieval, coord. Antonio Malpica Cuello, Salobreña, Editorial Alhulia, 2007.

CIUDAD (La) y las murallas, eds. Cesare de Seta; Jacques Le Goff, Madrid, Cátedra, 1991.

CIUDAD y territorio en Al-Andalus, ed. Lorenzo Cara Barrionuevo, Granada, Athos-Pérgamos, 2000.

CIUDADES de España, Madrid, Ministério de Defensa, 2007.

CLARAMUNT RODRÍGUEZ, Salvador, "El arrabal de las Ramblas en la Barcelona del siglo XV", *La ciudad hispánica durante los siglos XIII a XVI,* Actas del coloquio celebrado en La Rábida y Sevilla del 14 a 19 de septiembre de 1981, tomo II*,* Madrid, Universidad Complutense, 1985.

CLAVEL-LÉVÊQUE, Monique; PORTET, Pierre, "Bertrand Boysset, arpenteur artésien de la fin du Moyen Âge (vers 1355/1358 - vers 1416), et ses traités téchniques d'arpentage et de bornage", *Dialogues d'histoire ancienne*, nº 2, l'Institut des Sciences et Techniques de l'Antiquité – CNRS, 1996.

COELHO, António Borges, "Judeus e árabes: dois tópicos de reflexão", Actas do Seminário *Judeus e Árabes da Península Ibérica: encontro de religiões, diálogo de culturas,* Lisboa, Comissão Nacional da Unesco, 1994.

COELHO, António Borges, *Quadros para uma viagem a Portugal no século XVI*, Lisboa, Caminho, 1986.

COELHO, António Borges, *Portugal na Espanha Árabe*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Caminho, 1989.

COELHO, António Borges, "Lisboa nos dois primeiros séculos após a "Reconquista", Actas do Colóquio *Lisboa encruzilhada de muçulmanos, judeus e cristãos (850º aniversário da conquista de Lisboa), Arqueologia Medieval*, nº 7, Porto, Edições Afrontamento, 2001.

COELHO, Maria Helena da Cruz, "A acção régia de D. Afonso III e D. Dinis em Caminha", *Homens, espaços e poderes, séculos XI a XVI,* vol. I, *Notas do viver social,* Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

COELHO, Maria Helena da Cruz, "A assistência em Coimbra em tempos manuelinos: o Hospital Novo', *Biblos*, vol. LXXII, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1996.

COELHO, Maria Helena da Cruz, *A feira de Coimbra no contexto das feiras medievais portuguesas,* Coimbra, Delegação do Inatel, 1993.

COELHO, Maria Helena da Cruz, "A rede e as estruturas urbanas antes da expansão. Apresentação", *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

COELHO, Maria Helena da Cruz, "As relações fronteiriças galaico-minhotas à luz das Cortes do século XV", Sep. da *Revista da Faculdade de Letras. História,* 2.ª série, vol. VII, Porto, Faculdade de Letras, COELHO, Maria Helena da Cruz, "Bragança medieval em tempos de feira e de festa", *Brigantia, Revista de Cultura*, vol. XIV, 3/4, Bragança, 1994.

COELHO, Maria Helena da Cruz, "Coimbra trecentista: a cidade e o estudo", *Biblos,* vol. LXVIII, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992.

COELHO, Maria Helena da Cruz, *Festa e Sociabilidade na Idade Média*, Coimbra, Delegação do Inatel, 1994.

COELHO, Maria Helena da Cruz, *História Medieval de Portugal*, *Guia de Estudo*, Porto, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 1991.

COELHO, Maria Helena da Cruz, *Homens, Espaços e Poderes (séculos XI-XVI),* vol. I, *Notas do Viver Social*, vol. II, *Domínio Senhorial*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

COELHO, Maria Helena da Cruz, *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média,* Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.

COELHO, Maria Helena da Cruz, "O concelho e senhorio de Viseu em Cortes", Actas do congresso *Infante D. Henrique, Viseu e os Descobrimentos*, Viseu, Câmara Municipal, 1995.

COELHO, Maria Helena da Cruz, "O Estado e as Sociedades Urbanas", *A Génese do Estado Moderno no Portugal tardo-medievo (Séculos XIII-XV),* Lisboa, UAL, 1999.

COELHO, Maria Helena da Cruz, "O Poder concelhio em tempos medievais: o "deve" e "haver" historiográfico", *Revista da Faculdade de Letras, História*, Série III, vol. VII, Porto, Faculdade de Letras, 2006.

COELHO, Maria Helena da Cruz, "O poder e a sociedade ao tempo de Afonso IV", *Revista de História,* vol. VIII, Instituto Nacional de Investigação Científica - Centro de História da Universidade do Porto, 1988.

COELHO, Maria Helena da Cruz, "O Portugal quatrocentista - um reino de onde partiram povoadores para os Açores", *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXI, vol. I, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1996.

COELHO, Maria Helena da Cruz, "O quadro institucional", *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325): do Condado Portucalense à crise do século XIV*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III, Lisboa, Presença, 1996.

COELHO, Maria Helena da Cruz, "Os homens ao longo do tempo e do espaço", *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325): do Condado Portucalense à crise do século XIV*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III, Lisboa, Presença, 1996.

COELHO, Maria Helena da Cruz, "Santo António de Lisboa em Santa Cruz de Coimbra", *Actas do Congresso Internacional Pensamento e testemunho,* vol. I, Braga, Faculdade de Teologia, Universidade Católica Portuguesa, 1996.

COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero de, *O poder concelhio: das origens às cortes constituintes. Notas de História social*, Coimbra, Centro de Estudos e Formação Autárquica, 1986.

COELHO, Maria Helena da Cruz; VENTURA, Leontina , "A mulher como um bem e os bens da mulher", *A mulher na sociedade portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais,* Coimbra, Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986.

COELHO, Maria Helena da Cruz; VENTURA, Leontina, "Os bens de Vataça: visibilidade de uma existência", *Revista de História das Ideias*, vol. IX, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1987.

COELHO, Maria Helena da Cruz; VENTURA, Leontina, "Vataça: uma Dona na vida e na morte", Sep. de *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Porto, Universidade do Porto - Centro de História, 1985.

COELHO, Possidónio M. Laranjo, "As ordens de cavalaria no Alto Alentejo, I, Comendas da Ordem de Cristo. Documentos para a sua história", Sep. de *O Archeologo Português*, 1ª série, vol. XXVI, Lisboa, Imprensa Nacional, 1924.

COELHO, Possidónio M. Laranjo, *A Pederneira. Apontamentos para a história dos seus mareantes, pescadores, calafates e das suas construções navais nos séculos XV a XVII*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1924.

CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da, "Castelo Mendo: a partir de um espaço urbano medieval", *Beira Interior, História e Património, Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior*, eds. Maria do Céu Crespo Ferreira *et al.*, Guarda, Câmara Municipal, 2000.

CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da, *Da vila cercada à praça de guerra. Formação do espaço urbano em Almeida, séculos XVI-XVIII*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da, "Transformação do espaço urbano: de Duarte de Armas a Champalimaud de Nussane", *Monumentos*, nº 12, Lisboa, DGEMN, 2000.

CONCEJOS y ciudades en la Edad Media Hispánica, II Congreso de Estudios Medievales, Ávila, Fundación Sánchez Albornoz, 1990.

CONDE, Manuel Sílvio Alves, "A vila de Povos na Idade Média", *Senhor da Boa Morte, Mitos, História e Devoção,* Vila Franca de Xira, Câmara Municipal, 2000.

CONDE, Manuel Sílvio Alves, "Materialidade e funcionalidade da casa comum medieval: construções rústicas e urbanas do Médio Tejo nos finais da Idade Média", *Media Ætas, Revista de Estudos Medievais*, nº 3-4, Ponta Delgada, Patrimonia, 2000-2001.

CONDE, Manuel Sílvio Alves, "Sobre a Casa urbana do Centro e Sul de Portugal, nos fins da Idade Média", *Arqueologia Medieval,* nº 5, Porto, Edições Afrontamento, 1997.

CONDE, Manuel Sílvio Alves, *Tomar Medieval, O espaço e os homens*, Cascais, Patrimonia, 1996.

CONDE, Manuel Sílvio Alves, *Uma paisagem humanizada: o Médio Tejo nos finais da Idade Média,* Cascais, Patrimonia Historica, 2000.

CONDE, Manuel Sílvio Alves; VIEIRA, Marina Afonso, "A paisagem urbana do Nordeste Alentejano entre a Idade Média e os Tempos Modernos", *D. Manuel e a sua época. Actas do III Congresso Histórico de Guimarães, 3ª Secção - População, sociedade e economia*, Guimarães, Câmara Municipal, 2004.

CONFINS (Nos) da Idade Média, Arte portuguesa, séculos XII a XV, Catálogo da exposição, Porto, Museu Nacional Soares dos Reis, 1992.

CONVIVENCIA (La) en las ciudades medievales, IV Encuentros Internacionales del Medievo, eds. Beatriz Arízaga Bolumburu; Jesús Solórzano Telechea, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 2007.

CORREIA, Fernando Branco, *Elvas na Idade Média,* dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1999 (texto policopiado).

CORREIA, Joaquim Manuel da Silva; GUEDES, Natália Brito Correia, *O Paço Real de Salvaterra de Magos. A corte. A ópera. A falcoaria*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.

CORREIA, Luís Miguel de Vasconcelos, *Castelos em Portugal. Retrato do seu perfil arquitectónico [1509-1949]*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2010.

COSTA, Adelaide Pereira Millán da, "O espaço dos vivos e dos mortos nas cidades da Baixa Idade Média", *O reino dos mortos na Idade Média peninsular*, dir. José Mattoso, Lisboa, Sá da Costa, 1996.

COSTA, Adelaide Pereira Millán da, "O refazimento da Praça da Ribeira em finais de Quatrocentos", *Um mercador e autarca dos séculos XV-XVI: o Arquivo de João Martins Ferreira*, catálogo da exposição comemorativa da classificação do Porto como Património Cultural da Humanidade, Porto, Arquivo Histórico Municipal, 1996.

COSTA, Adelaide Pereira Millán da, *«Vereação» e «Vereadores». O governo do Porto em finais do século XV*, Porto, Arquivo Municipal - Câmara Municipal, 1993.

COSTA, Avelino de Jesus da, "A comarca eclesiástica de Valença do Minho (antecedentes da diocese de Viana do Castelo)", Sep. de *I Colóquio Galaico-Minhoto*, Braga, Oficinas da Livraria Cruz, 1981.

COSTA, Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Arquidiocese de Braga*, 2ª edição refundida e ampliada, Braga, Edição da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 1997-2000.

COVANEIRO, Jaquelina; CAVACO, Sandra, "Tavira islâmica. Uma aproximação à vida quotidiana", *Tavira, território e poder,* Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 2003.

CRAVEIRO, Maria de Lurdes, *A arquitectura "ao romano", Arte Portuguesa, da Pré-História ao século XX,* coord. Dalila Rodrigues, Fubu Editores, 2009.

CRUZ, Luís Pedro, "Centro Histórico de Nisa: caracterização urbana", *Actas do III Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico*, Viana do Castelo - Guimarães, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1996.

CRUZ, Maria Alfreda, "Caminha, evolução e estrutura de uma antiga vila portuguesa", *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, Vol. II, nº 3, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1967.

CRUZ, Maria Alfreda, *Caminha. Evolução e estrutura da vila da Foz do Minho*, Caminha, 1988.

CUARTAS RIVERO, Margarita, "La forma urbana de Oviedo en el primer tercio del siglo XVI" *La Ciudad hispánica durante los siglos XIII al XVI,* Actas del Coloquio celebrado en La Rábida y Sevilla del 14 a 19 de septiembre de 1981, tomo I, Madrid, Universidad Complutense, 1985.

CUNEO, Paolo, *Storia dell'urbanistica. Il mondo islâmico*, Roma-Bari, Editori Laterza, 1986.

CUNHA, Rui Maneira, *As medidas na arquitectura, séculos XIII-XVIII. O estudo de Monsaraz*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2003.

CUNHA, Rui Maneira, "O sítio e a arquitectura de uma casa quinhentista na Ribeira de Santarém: ensaio tipológico das casas urbanas de frente estreita", *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, nº 18, Lisboa, Edições Colibri, 2006.

DALCHÉ, Jean Gautier, *Historia urbana de Leon y Castilla en la Edad Media (siglos IX a XIII),* Madrid, Siglo Veintiuno Editores, 1979.

DALCHÉ, Jean Gautier, "La place et les structures municipales en Vieille-Castille". *Plazas et sociabilité en Europe et Amérique Latine*, Colloque des 8 et 9 mai 1979, Publications de la Casa de Velazquez, Série Recherches en Sciences Sociales, Paris, Diffusion de Boccard, IV, 1982.

DALCHÉ, Jean Gautier, "La ville hispanique au Moyen Âge", *Concejos y ciudades en la Edad Media Hispánica, II Congreso de Estudios Medievales*, Ávila, Fundación Sánchez Albornoz, 1990.

DIAGO HERNANDO, M., "Evolución urbanística y de la distribución topográfica de la población", *La ciudad de Soria en la Edad Media,* Soria, Universidad Internacional Alfonso VIII, 1991.

DIAS, Geraldo Coelho, *O Cabido da Sé do Porto e a comuna dos judeus: por uma obra e um açougue,* Sep. de *Humanística e Teologia*, nº 4, Porto, Universidade Católica, 1983.

DIAS, João José Alves, *Gentes e espaços. Edição crítica do Numeramento de 1527-1532. Dicionário corográfico do Portugal quinhentista. Comarca de Entre Douro e Minho*, Cascais, Patrimonia, 1999.

DIAS, João José Alves, *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian - Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996.

DIAS, João José Alves, "Itinerário de D. Afonso III (1245-1279)", *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XV, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

DIAS, Nuno José Pizarro, "Chaves medieval (séculos XIII e XIV)", Sep. da *Revista Aquæ Flaviæ*, nº 3, Chaves, Grupo Cultural *Aquæ Flaviæ* 1990.

DIAS, Nuno Pizarro, "As cidades de fronteira de Portugal com a Galiza", *Cadernos do Noroeste*, vol. III, nº 1-2, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 1990.

DIAS, Pedro, *A arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença 1490-1540,* Coimbra, Edições Portuguesas de Arte e Turismo, 1982.

DIAS, Pedro, *A arquitectura gótica portuguesa*, Lisboa, Estampa, 1994.

DIAS, Pedro, *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822), O Espaço do Atlântico*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999.

DIAS, Pedro, *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510: aspectos artísticos*, Coimbra, Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1979.

DIVORNE, F.; *et al*., *Les Bastides d'Aquitaine, du Bas-Languedoc et du Béarn: essai sur la régularité*, Bruxelles, Archives d'architecture moderne, 1985.

DOMINGUES, José Garcia, *Portugal e o Andalus*, Lisboa, Hugin Editores, 1997.

DUARTE, Luís Miguel, "A propriedade urbana", *Portugal do Renascimento à crise dinástica*, coord. João José Alves Dias, *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. V, Lisboa, Editorial Presença, 1998.

DUARTE, Luís Miguel, *Justiça e Criminalidade no Portugal Medievo (1459-1481),* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

DUARTE, Luís Miguel; AMARAL, Luís Carlos, "Prazos do Século e Prazos de Deus (Os aforamentos na Câmara e no Cabido da Sé do Porto no último quartel do século XV)", *Jornadas sobre Portugal Medieval*, Leiria, Câmara Municipal, 1983.

DUBOURG, Jacques, *Histoire des bastides D'Aquitaine,* Bordeaux, Éditions Sud Ouest, 1991.

DUBOURG, Jacques, *Histoire des bastides. Les villes neuves du Moyen Âge*, Bordeaux, Éditions Sud Ouest, 2002.

EIROA RODRIGUÉZ, Jorge, "Arqueología urbana de la Baja Edad Media en la región de Murcia: datos para un debate sobre el modelo de gestión", *Ciudad y arqueología medieval*, dir. Antonio Malpica Cuello, Salobreña, Editorial Alhulia 2007.

ENCARNAÇÃO, José de, "No tempo dos romanos: Sines teve uma estátua do Deus Marte", *O Distrito de Setúbal*, 22.

EPALZA FERRER, Míkel de, "Espacios y sus funciones en la ciudad árabe", *Simposio Internacional sobre la ciudad islámica*, Zaragoza, Institución Fernando el Católico, 1991.

ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Évora*, IX, vol. I, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1978.

ESPIÑAR MORENO, Manuel, "Del urbanismo musulmán al urbanismo cristiano, II: Andalucía oriental", *Simposio Internacional sobre la ciudad Islámica,* Zaragoza, Institución Fernando el Católico, 1991.

ESTAL GUTIERREZ, J. M. del, "Problemática en torno a la conquista y repoblación de las ciudades musulmanas de Orihuela y Alicante por Alfonso X el Sabio", *La ciudad hispánica durante los siglos XIII a XVI*, Actas del Coloquio celebrado en La Rábida y Sevilla del 14 a 19 de septiembre de 1981, Madrid, Universidad Complutense, 1985.

ESTEPA DÍEZ, Carlos "Alfonso X en la Europa del siglo XIII", *Alfonso X, aportaciones de un rey castellano a la construcción de Europa*, Región de Murcia, Consejería de Cultura y Educación, 1997.

ESTEPA DÍEZ, Carlos, "El realengo y el señorío jurisdiccional concejil en Castilla y León (siglos XII-XV), *Concejos y ciudades en la Edad Media Hispánica, II Congreso de Estudios Medievales*, Ávila, Fundación Sánchez Albornoz, 1990.

ESTEVAM, José, *Anais de Salvaterra de Magos: dados históricos desde o século XIV*, Lisboa, Couto Martins, 1959.

FALCÃO, José António; PEREIRA, Ricardo Estêvão, "A Ermida de Nossa Senhora das Salas", *Da Ocidental Praia Lusitana. Vasco da Gama e o seu tempo*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

FARINHA, A. Dias, "O imaginário da cidade muçulmana", *O imaginário da cidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

FEGO, Francisco de Jesus, *Cedovim. Memórias da terra e das gentes (subsídios para a sua História)*, Foz Côa, Câmara Municipal, 1995.

FERNANDES, Hermenegildo, *Entre mouros e cristãos: a sociedade de fronteira no Sudoeste peninsular interior (séculos XII-XIII),* dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2000 (texto policopiado).

FERNANDES, Hermenegildo, "Fronteiras e Reconquista", *Portugal islâmico: os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998.

FERNANDES, Hermenegildo, *Organização do espaço e sistema social no Alentejo medievo. O caso de Beja*, dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991 (texto policopiado).

FERNANDES, Hermenegildo, "Os mouros e a mouraria em Elvas: alguns problemas de topografia genética", *Monumentos*, nº 28, Lisboa, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2008.

FERNANDES, Hermenegildo, "Uma cidade no imaginário medieval: Lisboa muçulmana nas descrições de Idrisi e de Ranulfo de Granville", Sep. de *Estudos Medievais*, nº 7, Porto, 1986.

FERNANDES, Isabel Cristina, "Palmela no período da Reconquista", *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*, coord. Mário Barroca e Isabel Cristina Fernandes, Palmela, Câmara Municipal de Palmela - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005.

FERNANDES, José Manuel, "A cidade portuguesa: um modo característico de espaço urbano", *Síntese da cultura portuguesa – A arquitectura*, Lisboa, Comissariado para a Europália 91 e Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1991.

FERNANDES, José Manuel, *Angra do Heroísmo*, Lisboa, Presença, 1989.

FERNANDES, José Manuel, *Cidades e casas da Macarronésia*, Porto, FAUP, 1996.

FERNANDES, José Manuel, *História ilustrada da Arquitectura dos Açores*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008.

FERNANDES, José Manuel, "O Funchal e o urbanismo de raiz portuguesa no Atlântico: estudo comparativo e de enquadramento histórico-estrutural", *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, vol. I, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1989.

FERNANDES, José Manuel, "O lugar da cidade portuguesa", *Povos e Culturas.* 2, Lisboa, Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 1987.

FERNANDES, Maria da Conceição Lopes Aleixo, *Os "restauros" e a memória da cidade de Évora (1836-1986)*, dissertação de mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico apresentada à Universidade de Évora, 1998 (texto policopiado).

FERNANDES, Mário Gonçalves, "A evolução do centro histórico de Viana do Castelo", *Monumentos*, nº 22, D.G.E.M., Lisboa, 2005.

FERNANDES, Mário Gonçalves, *Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal (Viana do Castelo, Póvoa do Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926*, Porto, FAUP, 2005.

FERNANDES, Mário Gonçalves, *Viana do Castelo, a consolidação de uma cidade (1855-1926),* Lisboa, Colibri, 1995.

FERRÃO, Bernardo José, *Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadas (1758-1813)*, Porto, FAUP, 1997.

FERREIRA, José Augusto, *Villa do Conde e o seu alfoz. Origens e monumentos*, memoria historica apresentada no Congresso luso-hespanhol de sciencias, celebrado na cidade do Porto no anno de 1921, Porto, Marques de Abreu, 1923.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, "Barcelos, terra de condes. Uma abordagem preliminar", Sep. da *Barcelos Revista*, Barcelos, 1991-1992.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, *Guimarães, duas vilas um só povo. Estudo de história urbana (1250-1389)*, dissertação de doutoramento em História da Idade Média apresentada à Universidade do Minho, Braga, 1997 (texto policopiado).

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, "Habitação urbana corrente, no Norte de Portugal medievo", *Morar: tipologia, funções e quotidianos da habitação medieval, Media Ætas, Revista de Estudos Medievais*, 3-4, Ponta Delgada, Patrimonia, 2000/2001.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, *Uma rua de elite na Guimarães medieval, (1376-1520),* Guimarães, Câmara Municipal, 1989.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, "Um percurso por Guimarães medieval no século XV"*, Patrimonia, Identidade, Ciências Sociais e Fruição Cultural*, 1, Cascais, Patrimonia, 1996.

FERREIRA, Carlos Alberto de Abreu, *Torre de Moncorvo: percursos e materialidades medievais e modernos*, dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998 (texto policopiado).

FERRER NAVARRO, Ramón, "Las ciudades en el Reino de Valencia durante la Baja Edad Media", *Concejos y ciudades en la Edad Media Hispánica, 2º Congreso de Estudios Medievales*, León, 25 al 29 de septiembre de 1989, Ávila, Fundación Sánchez-Albornoz, 1990.

FERRER NAVARRO, Ramón, *Conquista y repoblación del Reino de Valencia,* Valencia, Del Cenia al Segura, 1999.

FERRO, João Pedro, *Alenquer Medieval (Séculos XII-XV): subsídios para o seu estudo*, Cascais, Patrimonia, 1996.

FIGUEIREDO, José F., *Monografia da notável Vila de Nisa*, fac-símile da edição de 1956, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda e Câmara Municipal de Nisa, 1989.

FIGUEIREDO, Maria Amélia da Silva Alves dos Santos, *A administração municipal do Porto entre 1488 e 1498 segundo o Livro 6 de Vereações*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996 (texto policopiadoFINOTTO, Francesco, *La città chiusa. Storia delle teorie urbanistiche dal Medioevo al Settecento*, Venezia, Marsilio Editori, 1992.

FLOR, Pedro, "O Portal da Igreja Matriz de Arronches e a escultura do Renascimento em Portugal", *O Largo Tempo do Renascimento – Arte, Propaganda e Poder,* coord. Maria José Redondo Cantera e Vitor Serrão, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2008.

FONSECA, Jorge, "A vila intra-muros de Montemor-o-Novo. Contributo para o seu estudo", *Almansor*, *Revista de Cultura*, 11, Montemor-o-Novo, Câmara Municipal, 1993.

FONSECA, Jorge, *Montemor-o-Novo no século XV*, Montemor-o-Novo, Câmara Municipal, 1998.

FONSECA, Luís Adão da, "Vasco da Gama e a Ordem de Santiago", *As Ordens Militares: guerra, religião, poder e cultura*, *Actas do III Encontro sobre Ordens Militares,* coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Lisboa, Colibri - Câmara Municipal de Palmela, 1999.

FONT Y RIUS, José María, "El repartimiento de Orihuela (notas para el estudio de la repoblación levantina)", *Homenaje a Jaime Vicens Vives*, vol. I, Barcelona, Universidad de Barcelona, 1965.

FORTIFICATIONS, portes de villes, places publiques, dans le monde méditerranéen (textes réunis par Jacques Heers), Presse de l'Université de Paris-Sorbonne, 1985.

FORUM et plaza mayor dans le monde hispanique, Publications de la Casa de Velázquez, Série Recherches en Sciences Sociales, IV, Paris, Diffusion de Boccard, 1978.

FRANÇA, José Augusto, "Imagens de Lisboa através dos séculos", *Rassegna,* Ano XVI, 59, Bologna, Editrice CIPIA, 1994.

FRANÇA, José Augusto, *Tomar*, Lisboa, Presença, 1994.

FRANKLIN, Francisco Nunes, *Memoria para servir de indice dos foraes das terras do reino de Portugal e seus dominios,* Lisboa, Academia Real das Ciências, 1825.

FREIRE, Anselmo Braamcamp, "Chancelaria de D. Afonso V", *Archivo Histórico portuguez*, vol. III, Lisboa, 1905.

FREIRE, Anselmo Braamcamp, "Povoação de Entre Doiro e Minho no XVI século", *Archivo Histórico portuguez*, vol. II-IV, Lisboa, 1904-1906.

FREITAS, Eugénio de Andrêa da Cunha e, "A igreja colegiada de Santo Estêvão", *Monumentos*, nº 12, Lisboa, DGEMN, 2000.

FREY SÁNCHEZ, A. Vicente, *El Jardín de Al-Andalus: origen e consolidación de la Múrcia Islámica*, Múrcia, Real Academia Alfonso X el Sabio, 2002.

FRIEDMAN, David, *Florentine New Towns: urban design in the late Middle Ages*, Cambridge, MIT Press, 1989.

GALANTAY, Ervin Y., *Nuevas ciudades, de la Antiguidad a nuestros dias*, Barcelona, G. Gilli, 1975.

GALEGO, Júlia; DAVEAU, Suzanne, *O numeramento de 1527-1532. Tratamento cartográfico. Memórias do Centro de Estudos Geográficos*, nº 9, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1986.

GAMEIRO, José Rodrigues, *Salvaterra de Magos, vila histórica no coração do Ribatejo*, 2ª ed., 1992.

GARCIA DE VALDEAVELLANO, Luís, *El mercado en León y Castilla durante la Edad Media*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 1975.

GARCÍA FERNÁNDEZ, José Luís, "Análisis dimensional de modelos teóricos ortogonales de las ciudades españolas e hispanoamericanas desde el siglo XII al XIX", *La ciudad iberoamericana*, Actas del Seminario, Buenos Aires, CEHOPU, 1985.

GARCÍA FERNÁNDEZ, José Luís, "Trazas urbanas hispanoamericanas y sus antecedentes", *La ciudad hispanoamericana: el sueño de un orden*, Madrid, CEHOPU-MOPU, Centro de Estudios Históricos de Obras Públicas y Urbanismo - Ministerio de Obras Públicas y Urbanismo, 1989.

GARCÍA FERNÁNDEZ, José Luís; SALADINA ROUCI, Lena Saladina, *La Plaza en la ciudad y otros espacios significativos: Galicia, Asturias, Cantabria, País Vasco, Navarra*, Madrid, Hermann Blume, 1986.

GARCIA GRINDA, J. Luís, *Burgos edificado*, Madrid, Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid, 1984.

GARCÍA SANJUÁN, Alejandro, *La Huelva islámica, Una ciudad del occidente de Al-Andalus (Siglos VIII-XIII)*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 2002.

GARCIA Y BELLIDO, Antonio, *Urbanística de las grandes ciudades del Mundo Antiguo*, 2ª ed., Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, Instituto Español de Arqueología, 1985.

GARCÍA-BELLIDO Y GARCÍA DE DIEGO, J., "Principios y reglas morfogenéticas de la ciudad islámica", *Qurtuba*, 2, 1997.

GARCIA, João Carlos, *O espaço medieval da Reconquista no Sudoeste da Península Ibérica*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1986.

GARCIA, João Carlos, "As cidades na obra de Orlando Ribeiro", *Penélope. Fazer e desfazer a História*, 7, Lisboa, Cosmos, 1992.

GARCIA, Maria Antonieta, "Diálogo entre diferenças", *Guarda: História e cultura judaica,* Guarda, Museu da Guarda - Câmara Municipal, 1999.

GARCIA, Maria Antonieta, "Partir? – Ficar?", *Guarda: História e cultura judaica,* Guarda, Museu da Guarda - Câmara Municipal, 1999.

GARZIA DE CORTÁZAR, Fernando; GONZÁLEZ VESGA, José Manuel, *Breve Historia de España*, Madrid, Alianza Editorial, 1995.

GASPAR, A.; LEMOS, F. S.; DELGADO, M., "O Salvamento de Bracara Augusta", *Actas do Iº Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*, *Trabalhos de Arqueologia*, nº 3, Lisboa, 1986.

GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana, "Resultados preliminares das escavações arqueológicas no Castelo de S. Jorge", *Actas do Colóquio Lisboa encruzilhada de muçulmanos, judeus e cristãos (850º aniversário da conquista de Lisboa), Arqueologia Medieval*, nº 7, Porto, Edições Afrontamento, 2001.

GASPAR, Jorge, "A cidade portuguesa na Idade Média. Aspectos da estrutura física e desenvolvimento funcional", *La ciudad hispánica durante los siglos XIII a XVI,* Actas del coloquio celebrado en La Rábida y Sevilla del 14 a 19 de septiembre de 1981, tomo I, Madrid, Universidad Complutense, 1985.

GASPAR, Jorge, "A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média", *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, vol. IV, nº 8, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1969.

GASPAR, Jorge, "A propósito da originalidade da cidade muçulmana", *Finisterra*, *Revista Portuguesa de Geografia*, vol. III, nº 5, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1968.

GASPAR, Jorge, "Estudo Geográfico das aglomerações urbanas em Portugal Continental", *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, vol. X, nº 19, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1975.

GIRÃO, Amorim, *Viseu, estudo de uma aglomeração urbana*, Coimbra, Coimbra Editora, 1925.

GISBERT SANTONJA, Josep Antoni, "Dānia y la Vila de Denia. En entorno al urbanismo de una ciudad medieval", *Urbanismo medieval del país valenciano*, eds. R. Azuar; S. Gutiérrez; F. Valdés, Madrid, Ediciones Polifemo, 1993.

GOMES, Ana; SEQUEIRA, Maria José, "Continuidades e descontinuidades na arquitectura doméstica do período islâmico e após a conquista da cidade de Lisboa: escavações arqueológicas na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva", *Actas do Colóquio Lisboa encruzilhada de muçulmanos, judeus e cristãos (850º aniversário da conquista de Lisboa), Arqueologia Medieval*, nº 7, Porto, Edições Afrontamento, 2001.

GOMES, Paulo Dordio, "O povoamento medieval em Trás os Montes e no Alto-Douro. Primeiras impressões e hipóteses de trabalho", *Arqueologia Medieval*, nº 2, Porto, Afrontamento, 1993.

GOMES, Paulo Dordio, *Arqueologia das Vilas urbanas de Trás-os-Montes e Alto Douro, a reorganização do povoamento e dos territórios na Baixa Idade Média (séculos XII-XV)*, dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993 (texto policopiado).

GOMES, Rita Costa, "A construção das fronteiras", *A memória da Nação*, Lisboa, Sá da Costa, 1991.

GOMES, Rita Costa , *A corte dos reis de Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995.

GOMES, Rita Costa, *A Guarda Medieval, 1200-1500, Cadernos da Revista de História Económica e Social*, nº 9-10, Lisboa, Sá da Costa, 1987.

GOMES, Rita Costa, *Castelos da Raia,* Vol. I: *Beira,* Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1996.

GOMES, Rita Costa, *Castelos da Raia,* Vol. II: *Trás-os-Montes,* Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2003.

GOMES, Rita Costa, "Sobre as fronteiras medievais: a Beira", *Revista de História Económica e Social*, nº 21, Lisboa, Sá da Costa, 1987.

GOMES, Rita Costa, "Um microcosmos citadino: a judiaria medieval da Guarda*", Guarda: História e cultura judaica,* Guarda, Museu da Guarda-Câmara Municipal, 1999.

GOMES, Rosa Varela, "O Barlavento Algarvio nos finais da islamização", *Portugal islâmico: os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998.

GOMES, Rosa Varela, "A conquista cristã: o fechar de um ciclo?", *Palácio almóada da alcáçova de Silves*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 2001.

GOMES, Rosa Varela, "Da Silves islâmica à Silves da Expansão: a evidência arqueológica", *Monumentos*, nº 23, Lisboa, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2005.

GOMES, Saul António, *A comunidade judaica de Coimbra Medieval*, Coimbra, Inatel, 2003.

GOMES, Saul António, "A Mouraria de Leiria. Problemas sobre a presença moura no Centro do País", *Estudos Orientais. II. O legado cultural de Judeus e mouros*, Lisboa, Instituto Oriental, 1991.

GOMES, Saul António, "A organização do espaço urbano numa cidade estremenha: Leiria medieval", *A cidade. Jornadas inter e pluridisciplinares. Actas II*, Lisboa, Universidade Aberta, 1993.

GOMES, Saul António, "A Praça de S. Martinho de Leiria do Século XII à Reforma de 1546", *Mundo da Arte,* II Série, Janeiro/Fevereiro/Março, 1990.

GOMES, Saul António, *As cidades têm uma história: Caldas da Rainha das origens ao século XVIII*, Caldas da Rainha, PH - Património Histórico, 1994.

GOMES, Saul António, "Grupos étnico-religiosos e estrangeiros", *Portugal em definição de fronteiras. Do condado Portucalense à crise do século XIV*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís Carvalho Homem, *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III, Lisboa, Presença, 1996.

GOMES, Saul António, *Introdução à História do Castelo de Leiria*, (2ª edição revista e ampliada), Leiria, Câmara Municipal, 2004.

GOMES, Saul António, "Mundo rural e mundo urbano", *Portugal em definição de fronteiras. Do condado Portucalense à crise do século XIV*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís Carvalho Homem, *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III, Lisboa, Presença, 1996.

GOMES, Saul António, "O nascimento do concelho da Batalha", *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, vol. I, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura – Universidade de Coimbra e Edições Magno, 2001.

GOMES, Saul António, "Os judeus de Leiria medieval como agentes dinamizadores da economia urbana*", Revista Portuguesa de História*, tomo XXVIII Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993.

GOMES, Saul António, "Ser-se Judeu na Coimbra medieval", *Minorias étnicas e religiosas em Portugal. História e actualidade",* coord. Guilhermina Mota, Coimbra, Instituto de História Económica e Social - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003.

GOMÉZ, Susana; MACÍAS, Santiago; TORRES, Cláudio, "Las ciudades del Garb al-Andalus", *Al-Ándalus, país de ciudades*, Actas del Congreso celebrado en Oropesa, del 12 a 14 de marzo de 2005, Toledo, Diputación Provincial de Toledo, 2008.

GONÇALVES, Iria, "A construção corrente na Beira Interior nos finais da Idade Média", *D. Manuel e a sua época,* Actas do III Congresso Histórico de Guimarães, 3ª Secção - População Sociedade e economia, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2004.

GONÇALVES, Iria, "As festas do Corpus Christi do Porto na segunda metade do século XV: a participação do concelho", *Um Olhar sobre a Cidade Medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996.

GONÇALVES, Iria, "Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia", *Um Olhar sobre a Cidade Medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996.

GONÇALVES, Iria, "Defesa do consumidor na cidade medieval: os produtos alimentares (Lisboa-séculos XIV--XV)", *Um Olhar sobre a Cidade Medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996.

GONÇALVES, Iria, "Entre o campo e a cidade na segunda metade do século XIV", *Um Olhar sobre a Cidade Medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996.

GONÇALVES, Iria, *Imagens do Mundo Medieval*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988.

GONÇALVES, Iria, "Na Ribeira de Lisboa, em finais da Idade Média", *Um Olhar sobre a Cidade Medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996.

GONÇALVES, Iria, "Percorrendo a fronteira na companhia de Duarte de Armas", *Media Ætas,. Revista de Estudos Medievais*, 2, II Série, Ponta Delgada, Patrimonia, 2005-2006.

GONÇALVES, Iria, "Posturas Municipais e vida urbana na Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa", *Um Olhar sobre a Cidade Medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996.

GONÇALVES, Iria, *Um Olhar sobre a Cidade Medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996.

GONÇALVES, Iria, "Um projecto adiado: a muralha quatrocentista do Funchal", *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996.

GONÇALVES, Iria, "Uma realização urbanística medieval: o calcetamento da Rua Nova de Lisboa", *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996.

GONÇALVES, João Gouveia Tello, "As muralhas de castelo Branco e de Nisa (sua construção)", *Estudos de Castelo Branco: Revista de História e Cultura,* nº 17, Castelo Branco, 1965.

GONZALEZ JIMÉNEZ, Manuel, "El poblamiento de la Andalucía Betica (siglos XIII al XV), *Andalucía Medieval, Actas: I Coloquio Historia de Andalucía*, Córdoba, Publicaciones del Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Córdoba, 1979.

GONZÁLEZ JIMENEZ, Manuel, *En entorno a los orígenes de Andalucía*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 1988.

GONZALEZ MINGUEZ, César, "La urbanización del litoral del Norte de España (siglos XII a XIV*)", III Semana de Estudios Medievales*, Logroño, Gobernó de la Rioja, Instituto de Estudios Riojanos, 1993.

GONZALEZ MINGUEZ, César, "Los fueros de las villas medievales de la Rioja Alavesa: su contexto histórico", *Actas de las primeras Jornadas de Estudios Históricos de la Rioja Alavesa, espacio, sociedad y economía,* coord. Ernesto García Fernández, Álava, Diputación Foral de Álava, Departamento de Cultura, 2002.

GONZÁLEZ VILLAESCUSA, Ricardo, "Un parcelario regular andalusí en Murcia (reinterpretación de una centuriación o los excesos de la investigación de los años setenta", *Las formas de los paisajes mediterráneos*, Jaén, Universidad de Jaén, 2002.

GORDO, J. J. Ferreira, "Memoria sobre os judeos em Portugal", *Memorias de Historia da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, vol. VIII, Lisboa, 1823.

GRIMAL, Pierre, *As cidades romanas*, Lisboa, Edições 70, 2003.

GUEDES, José Barreiro; FERNANDES, João Cordeiro; SAAVEDRA, Eduardo, "Novos rumos para a Cartografia topográfica portuguesa", *Os Mapas em Portugal: da tradição aos novos rumos da cartografia,* coord. Maria Helena Dias, Lisboa, Ed. Cosmos, 1995.

GUEDES, Lívio da Costa, *Aspectos do Reino do Algarve nos séculos XVI e XVII. A descripção de Alexandre Massaii (1621)*, Lisboa, Arquivo Histórico Militar, 1988.

GUERREIRO, Manuel Viegas, "Judeus", *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Porto, Livraria Figueirinhas,, 1985.

GUERREIRO, Manuel Viegas; MAGALHÃES, Joaquim Romero de, *Duas descrições do Algarve no século XVI, Cadernos da Revista de História Económica e Social*, nº 3, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1983.

GUIA de las Plazas de España e Hispanoamérica, *Revista del Ministério de Obras Públicas y Transportes*, nº 389, Madrid, Ministério de Obras Públicas y Transportes, 1991.

GUICHARD, Pierre, *Al-Andalus. Estructura antropológica de una sociedad islámica en occidente*, fac-símile da edição de 1976, Granada, Universidad de Granada, 1998.

GUICHARNAUD, Hélène, "De la "Plassa de cubertas" à la Place à programme: l'exemple de Montauban", *La Place Publique urbaine du Moyen Âge à nos jours*, Études réunies par Laurence Baudoux-Rousseau, Youri Carbonnier et Philippe Bragard, Arras, Artois Presses Université, 2007.

GUIDONI, Enrico, *Arte e urbanística in Toscana (1000-1315),* Roma, Bulzoni, 1970.

GUIDONI, Enrico, *La città dal Medioevo al Rinascimento*, Roma-Bari, Laterza, 1992.

GUIDONI, Enrico, *La Ville européenne. Formation et signification du quatrième au onzième siècle*, Bruxelles, Pierre Mardaga, 1981.

GUIDONI, Enrico, *Storia dell`urbanistica, il duecento*, Roma-Bari, Laterza, 1989.

GUILLAUME, Jean; TOULIER, Bernard, "Tissu urbain et types de demeures: le cas de Tours", *La maison de ville a la Renaissance. Recherches sur l'habitat urbain en Europe aux XVe et XVIe siècles*, Actes du Colloque tenu à Tours du 10 au 14 mai 1977, Paris, Picard, 1983.

GUIMARÃES, Gonçalves; AFONSO, José António; PRATA, Raul Solla, *O foral de Gaia de 1255,* Vila Nova de Gaia, Gabinete de História e Arqueologia e Câmara Municipal, 1983.

GUTIÉRREZ LLORET, Sonia, "De la civitas a la madina: destrucción y formación de la ciudad en el sureste de Al-Andalus. El debate arqueológico", *IV Congreso de Arqueología Medieval Española*, tomo I, Madrid, CSIC, 1993.

GUTKIND, E.A., "Urban development in Southern Europe: Spain and Portugal", *International History of City development*, vol. III, New York, The Free Press, 1967.

HEERS, Jacques, *La Ville au Moyen Âge. Paysages, pouvoirs et conflits*, Paris, Fayard, 1993.

HENRIQUES, António de Castro, *O rei e a Terra do Barroso: montanha, periferia e poder régio séculos (séculos XII-XIV)*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2003 (texto policopiado).

HERCULANO, Alexandre, "Apontamentos para a história dos bens da coroa e dos forais [1843-1844]", *Opúsculos*, vol. IV, Lisboa, Presença, 1985.

HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal desde o começo da monarquia até ao fim do reinado de D. Afonso III*, Lisboa, Bertrand, [18--].

HESPANHA, António Manuel, *História das Instituições. Época medieval e moderna*, Coimbra, Almedina, 1982.

HIGOUNET, Charles, "La place dans les bastides médiévales", *Plazas et sociabilité en Europe et Amérique Latine*, Publications de la Casa de Velazquez, Serie Recherches en Sciences Sociales, VI, Paris, Diffusion de Boccard, 1982.

HIGOUNET, Charles, *Paysages et villages neufs du Moyen Âge,* Bordeaux, Fédération Historique du Sud-Ouest, 1975.

HILLENBRAND, Robert, *Islamic architecture. Form, function and meaning,* Edinburgh, Edinburgh University Press, 1994.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho, "Para uma abordagem da burocracia régia: Portugal, séculos XIII a XV", *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXI, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1996.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho, *O Desembargo Régio (1320-1433),* Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica - Centro de História da Universidade do Porto, 1990.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho; ANDRADE, Amélia Aguiar; AMARAL, Luís Carlos, "Por onde vem o medievismo em Portugal?", *Revista de História Económica e Social,* nº 22, Lisboa, Sá da Costa, 1988.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho; HOMEM, Maria Isabel Carvalho, "Lei e poder concelhio: as posturas. O exemplo de Lisboa (sécs. XIV- XV)', *História, Revista da Faculdade de Letras*, III Série, vol. VII, Porto, Universidade do Porto, 2006.

INFANTE (O) e as Ilhas: Conferências da Sessão Comemorativa do VI centenário do nascimento do Infante D. Henrique, Madeira, Secretaria Regional de Turismo e Cultura - Centro de Estudos de História do Atlântico, 1994.

IRIA, Alberto, *O Algarve nas corte medievais portuguesas do século XV: subsídios para a sua história,* Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1990.

IRIA, Alberto, *O Algarve nas cortes medievais portuguesas do século XIV: subsídios para a sua história,* Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1982.

IRIA, Alberto, "O Infante D. Henrique e os judeus de Lagos (subsídios para a sua história)", *Anais*, II Série, vol. 23, t. II, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1976.

IRIA, Alberto, *O Infante D. Henrique no Algarve (estudos inéditos),* Lagos, Centro de Estudos Gil Eanes, 1997.

IRIA, Alberto, *Os Judeus no Algarve medieval e o cemitério israelita de Faro no século XIX: história e epigrafia*, Sep. de *Anais do Município de Faro*, vol. XIV, Faro, Câmara Municipal, 1985.*ITINERÁRIOS régios medievais. Elementos para o estudo da administração medieval portuguesa. I. Itinerário del-rei D. Dinis (1279-1325),* Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1962.

IZQUIERDO BENITO, Ricardo, "Arqueología de una minoría: la cultura material hispanojudía", *El legado material Hispanojudío*, coord. A. Mª López Álvarez, e R. Izquierdo Benito (VII Curso de Cultura Hispanojudía y Sefardí de la Universidad de Castilla-La-Mancha), Colección Humanidades, nº 25, Cuenca, Universidad de Castilla-La-Mancha, 1998.

IZQUIERDO BENITO, Ricardo, "Espacio y sociedad en la Sefarad Medieval", *Juderías y sinagogas de la Sefarad Medieval, En memoria de José Luís Lacave Riaño,* coord. A. Mª López Álvarez, e R. Izquierdo Benito (XI Curso de Cultura Hispanojudía y Sefardí de la Universidad de Castilla-La-Mancha), Colección Humanidades, nº 73, Cuenca, Universidad de Castilla-La-Mancha , 2003.

JERUSALEM, Rome, Constantinople: l'image et le mythe de la ville, textes réunis par Daniel Poirion, Paris, Presses de l'Université de Paris - Sorbonne, 1986.

JIMÉNEZ CASTILLO, Pedro; NAVARRO PALAZÓN, Julio "El urbanismo islámico y su transformación después de la conquista cristiana: el caso de Murcia", *La ciudad medieval: de la casa al tejido urbano,* coord. Jean Passini, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-la-Mancha, 2001.

JUDEUS (Os) portugueses e a expulsão: catálogo da exposição evocativa dos 500 anos da expulsão dos judeus de Portugal, coord. Lúcia Liba Mucznik, Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1996.

JUDEUS (Os) portugueses em 500 anos de diáspora (1496-1996): herança de uma nação, esperança de um povo: exposição documental, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1996.

KHIARA, Youssef, "Propos sur L'Urbanisme dans la jurisprudence musulmane", *Arqueologia Medieval*, nº 3, Porto, Afrontamento, 1993.

KOSTER, Elwin A., "Urban Morphology and computers", *Urban Morphology,* Journal of the International Seminar on Urban Form, ed. Jeremy Whitehand, 2 (1), Birmingham, University of Birmingham, 1998.

KOSTER, Elwin A., "Urban morphology and computers 10 years on", Urban Morphology, Journal of the International Seminar on Urban Form, ed. Jeremy Whitehand, 13(1) Birmingham, University of Birmingham, 2009.

KRUS, Luís, "A cidade no discurso cultural nobiliárquico (séculos XIII e XIV)", *A cidade. Jornadas inter e pluridisciplinares,* Actas II, Lisboa, Universidade Aberta, 1993.

KRUS, Luís, "Escrita e poder: as inquirições de Afonso III", *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*, Redondo, Patrimonia Histórica, 1994.

KRUS, Luís, "O Rei herdeiro dos condes: D. Dinis e a herança dos Sousas", *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*, Redondo, Patrimonia Histórica, 1994.

KRUS, Luís, "Os heróis da Reconquista e a realeza sagrada medieval peninsular: Afonso X e a primeira Crónica Geral de Espanha", *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*, Redondo, Patrimonia Histórica, 1994.

LACARRA DE MIGUEL, José María, "Acerca de la atracción de pobladores en las ciudades fronterizas de la España Cristiana (s. XI-XII)", *En la España Medieval II, Estudios en Memoria del Prof. Don Salvador de Moxó*, Madrid, Universidad Complutense, 1982.

LACARRA DE MIGUEL, J. María, "El desarrollo urbano de las ciudades de Navarra e Aragón en la Edad Media", R*evista Pirineos*, n.º 15-16, Jaca, 1950.

LACARRA DE MIGUEL, J. María; RIU, Uría; VÁSQUEZ DE PARGA, L., *Las Peregrinaciones a Santiago de Compostela*, Madrid, 1950.

LACAVE, José Luís, "Estampas de la vida cotidiana de los judíos palentinos", *Vida cotidiana en la España medieval*, Actas del VI Curso de Cultura Medieval, Aguilar de Campoo, septiembre de 1994, Agilar de Campoo--Madrid, Fundación Santa María La Real, Centro de Estudios del Románico - Editiones Polifemo, 2004.

LACAVE, José Luís, *Juderías y sinagogas españolas*, Madrid, MAPFRE, 1992.

LADERO QUESADA, Manuel Fernando, "Consideraciones metodológicas sobre el estudio de los núcleos urbanos en la Castilla bajomedieval: notas para un modelo teórico de análisis", *Fuentes y Métodos de la Historia Local*, *Actas*, Zamora, Instituto de Estudios Zamoranos "Florian de Ocampo", CSIC, 1991.

LADERO QUESADA, Manuel Fernando, *Las ciudades de la corona de Castilla en la Baja Edad Media (siglos XIII a XV)*, Madrid, Arco/Libros, 1996.

LADERO QUESADA, Manuel Fernando, "Sobre la evolución de las fronteras medievales hispánicas (siglos XI a XIV)", *Identidad y representación de la frontera en la España medieval (siglos XI-XIV),* Colección de la Casa Velázquez, nº 75, Madrid, Casa Velásquez - Universidad Autónoma de Madrid, 2001.

LADERO QUESADA, Miguel Angel, "Economia mercantil y espacio urbano: ciudades de la corona de Castilla en los siglos XIII a XV", *Boletín de la Real Academia de la Historia*, 191 (II), Madrid, 1994.

LADERO QUESADA, Miguel Angel, *Historia de Sevilla: la ciudad medieval (1248-1492),* Sevilla, Universidad de Sevilla, 1980.

LAMEIRA, Francisco, *Faro. A arte na História da cidade*, Faro, Câmara Municipal, 1999.

LAVADO PARADINAS, Pedro, "La ciudad mudéjar: espacios y nuevas funciones", *La ciudad Islámica. Ponencias y comunicaciones*, Zaragoza, Institución Fernando el Católico, 1991.

LAVAJO, Joaquim Chorão, "A expulsão dos judeus portugueses. Erro ou equívoco?", *Os judeus sefarditas entre Portugal, Espanha e Marrocos. Actas do Colóquio Internacional,* coord. Carmen Ballesteros e Mery Ruah, Lisboa, Colibri - Associação Portuguesa de Estudos Judaicos - CIDEHUS-UE, 2004.

LAVEDAN, Pierre, *Géographie des villes*, Paris, Gallimard, 1936.

LAVEDAN, Pierre, *Histoire de L'Urbanisme. Antiquité-Moyen Age*, Paris, Henri Laurens, 1926.

LAVEDAN, Pierre; HUGUENEY, Jeanne, *L´urbanisme au Moyen-Âge*, Genebra, 1974.

LAVIGNE, Cédric, "Assigner et fiscaliser les terres au Moyen Âge. Trois exemples", *Études rurales nº 175-176, Nouveaux chapitres d'histoire du paysage*, Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2006.

LE GALL, Joel, "Que faisait-on sur un Forum?", *Forum et plaza mayor dans le monde hispanique,* Publications de la Casa de Velázquez, Série Recherches en Sciences sociales, IV, Paris, Éditions de Boccard, 1978.

LE GOFF, Jacques, *A Civilização do Ocidente Medieval*, Lisboa, Estampa, 1983.

LE GOFF, Jacques, "L'apogée de la France urbaine médiévale, 1150-1330", *La ville en France au Moyen Âge*, Paris, Seuil, 1998.

LE GOFF, Jacques, *Por Amor das Cidades*, Lisboa, Teorema, 1999.

LE GOFF, Jacques, (dir.), *O Homem Medieval*, Lisboa, Presença, 1989.

LEGUAY, Jean-Pierre, *La Rue au Moyen Age*, Rennes, Éditions Ouest-France, 1984.

LEITE, Antonieta Reis, "Angra. Um porto no percurso da cidade portuguesa" *Atlântida,* vol. XLVII, Angra do Heroísmo, Instituto Açoreano de Cultura, 2002.

LILLEY, K. D. , "Taking measures across the urban landscape: aspects of urban design before the Renaissance", *Urban Morphology*, Journal of the International Seminar on Urban Form, ed. Jeremy Whitehand, 2 (2), Birmingham, University of Birmingham, 1998.

LIMA, J. A. Pires de, *Mouros, judeus e negros na História de Portugal*, Porto, Livraria Civilização, 1940.

LINAZASORO RODRÍGUEZ, José Ignacio, *Permanencias y arquitectura urbana: las ciudades vascas de la época romana a la Ilustración*, Barcelona, Gustavo Gili, 1978.

LLOBREGAT, Enrique A., "De la ciudad visigótica a la ciudad islámica en el Este Peninsular", *La ciudad Islámica. Ponencias y comunicaciones*, Zaragoza, Institución Fernando el Católico, 1991.

LOBO, A. de Sousa Silva Costa, *História da Sociedade em Portugal no século XV*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1903.

LOPES, Carla do Carmo; RAMALHO, Maria Magalhães, "Presença islâmica no Convento de S. Francisco de Santarém", *Garb. Sítios islâmicos do sul peninsular*, coord. Manuel Lacerda *et al.*, Lisboa, IPPAR, 2001.

LOPES, Maria da Conceição, *A cidade romana de Beja: percursos e debates em torno de Pax Iulia,* Coimbra, Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, 2003.

LOPEZ ALSINA, Fernando, "La formación de los núcleos urbanos de la fachada atlántica del señorío de la iglesia de Santiago de Compostela en el siglo XII: Padrón, Noya y Pontevedra", *Jubilatio – Homenaje de la Facultad de Geografía e Historia a los Profesores D. Manuel Lucas Álvarez y D. Ángel Rodríguez González*, t. I, Santiago de Compostela, Universidad de Santiago de Compostela, 1987.

LOPÉZ-CUERVO, Serafín, *Medina Az-Zahra: ingeniería y formas*, Madrid, Ministerio de Obras Públicas y Urbanismo, 1985.

LOPEZ, Roberto S., *A Cidade Medieval*, Lisboa, Presença, 1988.

LOSA, António, *Subsídios para o estudo dos judeus de Braga no Séc. XV, Sep.* de *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, vol. V, Guimarães, Braga, Barbosa & Xavier, 1982.

LOUREIRO, José Pinto, *Coimbra no passado*, *IX Centenário da Reconquista Cristã de Coimbra*, Coimbra, Câmara Municipal, 1964.

LOURO, Maria Antónia Teixeira, *D. João de Portel: uma memória fundiária do século XIII*, dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1997 (texto policopiado).

MACEDO, Francisco Pato de, "O Campo Muçulmano: a Arte", *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III, Lisboa, Presença, 1996.

MACEDO, Francisco Pato de, *O Infante D. Pedro: patrono e mecenas*, Sep. de *Biblos*, vol. LXIX, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993.

MACHADO, José Timóteo Montalvão , "Dificuldades do Povoamento de Trás-os-Montes durante a primeira dinastia", Sep. de *Arqueologia e História,* 8ª Série, vol. XII, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1966.

MACHADO, José Timóteo Montalvão, "Forais de Chaves", *Revista Aquæ Flaviæ,* nº 4, Chaves, Grupo Cultural *Aquæ Flaviæ*, 1990.

MACIAS, Santiago, "Casas urbanas e quotidiano no Gharb al-Ândalus", *Portugal islâmico: os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998.

MACIAS, Santiago, *Mértola islâmica. Estudo histórico-arqueológico do bairro da Alcáçova*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 1996.

MACIAS, Santiago, *Mértola. O último porto do Mediterrâneo*, Campo Arqueológico de Mértola, 2006.

MACIAS, Santiago, "Moura na Baixa Idade Média: elementos para um estudo histórico e arqueológico", *Arqueologia Medieval,* nº 2, Porto, Afrontamento, 1993.

MACIAS, Santiago; TORRES, Cláudio, "Arqueologia islâmica em Mértola", *Memórias Árabo-Islâmicas*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

MACIAS, Santiago; TORRES, Cláudio, "Contributos da arqueologia medieval para o conhecimento do processo urbanístico e territorial da passagem do Garb al-Andalus para o reino de Portugal", *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822,* Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

MAGALHÃES, Teresa A. Marques, *Monção: do foral velho ao foral novo*, Monção, Câmara Municipal, 1998.

MAIA, Manuel, "Muralhas islâmicas de Tavira", *Tavira: território e poder*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 2003.

MALPICA CUELLO, Antonio "Sirve la arqueología urbana para el conocimiento histórico? El ejemplo de Granada", *Ciudad y territorio en Al-Andalus,* ed. Lorenzo Cara Barrionuevo, Granada, Athos-Pérgamos, 2000.

MANCUSO, Franco, "Piazza et plaza", *Forum et plaza mayor dans le monde hispanique*, Publications de la Casa de Velazquez, Série Recherches en Sciences Sociales, IV, Paris, Diffusion de Boccard, 1978.

MANTAS, Vasco Gil, "As cidades marítimas da Lusitânia", Sep. de *Les Villes de Lusitanie Romaine*, Paris, Éditions du CNRS, 1990.

MANTAS, Vasco Gil, "As civitates: esboço da geografia política e económica do Algarve romano", *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar,* Lisboa, IPPAR, 1997.

MANTAS, Vasco Gil, "Olisipo e o Tejo", *Lisboa Ribeirinha, Actas do II Colóquio Temático*, Lisboa, Câmara Municipal, 1997.

MANTAS, Vasco Gil, "Teledetecção, cidade e território: Pax Iulia", *Arquivo de Beja*, 3ª série, vol. I, 1996.

MANTAS, Vasco Gil, "Teledetecção e urbanismo romano: o caso de Beja", Sep. de *Geociências*, *Revista da Universidade de Aveiro*, nº 5, Aveiro, Universidade de Aveiro, 1990.

MARCOS MARTÍN, Alberto, "Propuestas de investigación para una historia urbana", *Fuentes y Métodos de la Historia Local*, Actas, Zamora, Instituto de Estudios Zamoranos "Florian de Ocampo", CSIC, 1991.

MARQUES, A. H. de OLIVEIRA, "A persistência do elemento muçulmano na História de Portugal após a Reconquista. O exemplo da cidade de Lisboa", *Novos ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Presença, 1988.

MARQUES, A. H. de Oliveira, "A população portuguesa nos finais do século XIII", *Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Portugália, 1965.

MARQUES, A. H. de Oliveira, "*A sociedade medieval portuguesa. Aspectos da vida quotidiana*, Lisboa, Sá da Costa, 1964.

MARQUES, A. H. de Oliveira, "As cidades portuguesas nos finais da Idade Média", *Penélope. Fazer e desfazer a História,* 7, Lisboa, Cosmos, 1992.

MARQUES, A. H. de Oliveira, "Cidades Medievais Portuguesas: algumas bases metodológicas gerais", *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Presença, 1988.

MARQUES, A. H. de Oliveira, "D. Afonso Henriques: rei portucalense ou rei português", *D. Afonso Henriques e a sua época, Actas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães,* vol. I, Guimarães, Câmara Municipal - Universidade do Minho, 1997.

MARQUES, A. H. de Oliveira, "Depois da Reconquista, a cidade na Baixa Idade Média", *O Livro de Lisboa*, coord. Irisalva Moita, Lisboa, Livros Horizonte, 1994.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Portugália, 1965.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Estampa, 1988.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, vol. I, (8ª ed.), Lisboa, Palas Editores, 1978.

MARQUES, A. H. de Oliveira, "Introdução à história da cidade medieval portuguesa", *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Presença, 1988.

MARQUES, A. H. de Oliveira, "Mercados", *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. IV, Porto, Livraria Figueirinhas, 1985.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Presença, Lisboa, 1988.

MARQUES, A. H. de OLIVEIRA, "O Portugal Islâmico", *Nova História de Portugal. Portugal das invasões germânicas à Reconquista* dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. II, Lisboa, Presença, 1993.

MARQUES, A. H. de Oliveira, "Para a História do Algarve Medieval", *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Presença, 1988.

MARQUES, A. H de Oliveira, "Para a História do Concelho de Cascais na Idade Média, - I", *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Presença, 1988.

MARQUES, A. H. de Oliveira, "Para a História do Concelho de Cascais na Idade Média - II", *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Presença, 1988.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV, Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A H. de Oliveira Marques, vol. IV, Lisboa, Presença, 1987.

MARQUES, A. H. de Oliveira, (coord.), *A expansão quatrocentista, Nova História da Expansão Portuguesa,* dir. Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, vol. II, Lisboa, Estampa, 1998.

MARQUES, A. H. de Oliveira; DIAS, João José Alves, *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar Português*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2003.

MARQUES, A. H. de OLIVEIRA; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar, *Atlas das cidades medievais portuguesas*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica - Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990.

MARQUES, José, *A administração municipal de Vila do Conde em 1466*, *Bracara Augusta*, nº 37, fasc. 83-84, Braga, 1983.

MARQUES, José, *A Arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988.

MARQUES, José, "As judiarias de Braga e de Guimarães no século XV", *Xudeus e Conversos na Historia, Congreso Internacional*, Actas, vol. II, Santiago de Compostela, La editorial de la Historia, 1994.

MARQUES, "José, Aspectos da vida de fronteira nos finais da Idade Média", *Jornadas de Cultura Hispano-Portuguesa*, Madrid, Universidad Autonoma de Madrid, 1999.

MARQUES, José, "Braga nos finais da Idade Média: subsídios para o seu estudo", *Braga Medieval*, Braga, 1983.

MARQUES, José, "D. Afonso IV e a construção do Alcácer do castelo em Olivença" *História, Revista da Faculdade de Letras,* II Série, vol. II, Porto, Universidade do Porto, 1985.

MARQUES, José, "*O povoamento das aldeias transmontanas de Gache, Justes, Torre e Soudel, no século XIII,* Sep. de *Estudos Transmontanos*, nº 1, Vila Real, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital, 1983.

MARQUES, José, *Os castelos algarvios da ordem de Santiago no reinado de D. Afonso III*, Sep. da *Revista Caminiana*, Ano VIII, nº 13, Caminha, 1986.

MARQUES, José, "Os Municípios na estratégia defensiva dionisina", *História, Revista da Faculdade de Letras,* nº 15, Porto, Universidade do Porto, 1998.

MARQUES, José, "Património régio na cidade do Porto e seu termo nos finais do século XV: subsídios para o seu estudo", *Actas do Colóquio O Porto na Época Moderna*, vol. II, Porto, INIC/Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1982.

MARQUES, José, "Povoamento e defesa na estruturação do Estado medieval português", *Revista de História,* vol. VIII, Instituto Nacional de Investigação Científica - Centro de História da Universidade do Porto, 1988.

MARQUES, Maria Alegria Fernandes, "As minorias na legislação sinodal portuguesa medieval", *Minorias étnicas e religiosas em Portugal. História e actualidade",* coord. Guilhermina Mota, Coimbra, Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003.

MARQUES, Maria Alegria Fernandes, "O poder concelhio em Portugal na Baixa Idade Média", *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXII, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1997-98.

MARQUES, Maria Alegria, "Os coutos de Alcobaça: das origens ao século XVI", *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal,* Lisboa, Colibri - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998.

MARQUES, Maria Alegria Fernandes, *Os forais de Torre de Moncorvo*, Paredes, Reviver Editora - Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, 2005.

MARQUES, Maria Alegria Fernandes, *Reconquista e repovoamento entre Mondego e Tejo no século XII*, trabalho apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra como Prova de Aptidão Pedagógica Coimbra, 1984 (texto policopiado).

MARREIROS, Maria Rosa, *A administração pública em Portugal no reinado de D. Dinis através do estudo de alguns documentos da sua Chancelaria (Liv. III, fls. 63-81v),* dissertação de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973 (texto policopiado).

MARREIROS, Maria Rosa, *Propriedade fundiária e rendas da coroa no reinado de D. Dinis. Guimarães*, Coimbra, dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990 (texto policopiado).

MARTIN, Roland, "Agora et Forum, ancêtres de la Plaza Mayor?", *Forum et plaza mayor dans le monde hispanique*, Publications de la Casa de Velázquez, Série Recherches en Sciences Sociales, IV, Paris, Diffusion de Boccard, 1978.

MARTINS, Miguel Gomes, *Lisboa e a guerra nos finais da Idade Média (1367-1411),* Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

MARTINEZ SOPENA, Pascual, "El despliegue urbano en los reinos de León y Castilla durante el siglo XII", *III Semana de Estudios Medievales*, Logroño, Goberno de la Rioja, Instituto de Estudios Riojanos, 1993.

MARTINEZ SOPENA, Pascual, "Repoblaciones interiores, villas nuevas de los siglos XII y XIII", *Depoblación y colonización del valle del Duero, siglos VIII-XX, IV Congresso de Estudios Medievales*, León, Fundación Sánchez Albornoz, 1995.

MARTINS, José António de Jesus, *Lagos Medieval,* Vila Real de Santo António, Emp. Litográfica do Sul, 2001

MATOS, Gastão de Melo de, *Contribuição para o estudo de antigas medidas portuguesas*, Madrid, C. Bermejo, 1953.

MATOS, José Luís de, "Lisboa Islâmica", *Actas do Colóquio Lisboa encruzilhada de muçulmanos, judeus e cristãos (850º aniversário da conquista de Lisboa), Arqueologia Medieval*, nº 7, Porto, Edições Afrontamento, 2001.

MATOS, José Luís de, "Lisboa Islâmica", Lisboa, Instituto Camões, 1999.

MATOS, José Sarmento de, *A invenção de Lisboa, Livro I: As chegadas*, Lisboa, Temas e Debates, 2008.

MATTOSO, José, "A cidade medieval na perspectiva da História das Mentalidades", *Cidades e História,* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

MATTOSO, José, "Dois séculos de vicissitudes", *História de Portugal,* dir. José Mattoso, vol. II, *A Monarquia Feudal (1096-1480)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

MATTOSO, José, "A nova face de Afonso Henriques", *D. Afonso Henriques e a sua época, Actas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães,* vol. I, Guimarães, Câmara Municipal - Universidade do Minho, 1997.

MATTOSO, José, "As relações de Portugal com Castela no reinado de Afonso X, o Sábio", *Fragmentos de uma composição medieval*, Lisboa, Estampa, 1987.

MATTOSO, José, "Grupos sociais na fronteira portuguesa, séculos X a XIII", *Las sociedades de frontera en la España Medieval, II Seminario de Historia Medieval*, Zaragoza, Universidad de Zaragoza, 1993.

MATTOSO, José, *Identificação de um País. Ensaios sobre as origens de Portugal (1096-1325), vol. I, Oposição, vol. II, Composição*, Lisboa, Estampa, 1985.

MATTOSO, José, "Introdução à História urbana portuguesa. A cidade e o poder", *Cidades e História,* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

MATTOSO, José, "Os nobres nas cidades portuguesas da Idade Média", *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985.

MATTOSO, José, *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002.

MATTOSO, José, *et al.*, *Nova História Militar de Portugal*, vol. I, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2000.

MAURÍCIO, Maria Fernanda, *Entre Douro e Tâmega e as inquirições afonsinas e dionisinas*, Lisboa, Colibri, 1996.

MAURÍCIO, Rui, *O mecenato de D. Diogo de Sousa, Arcebispo de Braga, 1505-1532. Urbanismo e arquitectura,* Leiria, Magno Edições, 2000.

MAZZOLI-GUINTARD, Christine, *Ciudades de al-Andalus. España y Portugal en la Época Musulmana (s. VIII--XV),* Granada, Almed, 2000.

MEDIANERO HERNÁNDEZ, José Maria, *Historia de las formas urbanas medievales*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 2004.

MEDIEVAL (The) town: a reader in English urban History 1200-1540, ed. Richard Holt; Gervase Rosser, London - New York, Longman, 1990.

MEIRELES, Maria José Queirós, *Permanência e inovação na cidade de Guimarães*, dissertação de mestrado em Arqueologia Urbana apresentada à Universidade do Minho, 2000 (texto policopiado).

MELO, Arnaldo de Sousa, "Relações interconcelhias no reinado de D. Dinis", *Actas das IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval - As relações de fronteira no século de Alcanices*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996.

MENDONÇA, Manuela, *D. João II. Um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal,* 2ª ed., Lisboa, Estampa, 1995.

MENEZES, José Luís Mota, "Instrumentos para a percepção do espaço da «Escola portuguesa de urbanismo». Geometria prática", *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

MENTRÉ, Mireille, "L'image de la Jérusalem céleste dans l'iconographie des XIe et XIIe siècles", *Jerusalem, Rome, Constantinople, l'image et le mythe de la ville,* textes réunis par Daniel Poirion, Paris, Presses de l'Université de Paris - Sorbonne, 1986.

MERLIN, Pierre; CHOAY Françoise, *Dictionnaire de L´Urbanisme et de L´Aménagement*, Paris, Puf - Presses Universitaires de France, 1988.

MERLOS ROMERO, Maria Magdalena, "El Palacio arzobispal de Toledo. Su entorno urbano en la Edad Media", *La ciudad medieval: de la casa al tejido urbano*, coord. Jean Passini, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-la-Mancha, 2001.

MINORIAS étnicas e religiosas em Portugal. História e actualidade", coord. Guilhermina Mota, Coimbra, Instituto de História Económica e Social - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003.

MOLÉNAT, Jean-Pierre, "Unité et diversité des communautés mudéjares de la Péninsule Ibérique médiévale", *Islão Minoritário na Península Ibérica"*, ed. Adel Sidarus, Lisboa, Hugin, 2001.

MOLINA MOLINA, Angel Luis, *Urbanismo Medieval de la Región de Murcia*, Murcia, Universidad de Murcia, 1992.

MONCLUS, F.J.; OYON, J.L., "Espacio urbano y sociedad: algunas cuestiones de método en la actual historia urbana", *Urbanismo e Historia Urbana en el mundo hispano,* Actas del Segundo Simposio, coord. Antonio Bonet Correa, Madrid, Universidad Complutense, 1985.

MONIZ, Manuel Carvalho, *A Praça do Giraldo,* Évora, Gráfica Eborense, 1984.

MONTEIRO, Cláudio, *Escrever direito por linhas retas. Legislação e planeamento urbanístico na Baixa de Lisboa (1755-1833),* Lisboa, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 2010.

MONTEIRO, João Gouveia, *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1997.

MONTEIRO, João Gouveia, "Arcaísmo ou modernidade do exército português nos finais da Idade Média? O contributo das Ordens Militares", *As Ordens Militares: guerra, religião, poder e cultura*, *Actas do III Encontro sobre Ordens Militares,* coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Lisboa, Colibri - Câmara Municipal de Palmela, 1999.

MONTEIRO, João Gouveia, *Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*, Lisboa, Colibri, 1999.

MONTEIRO, João Gouveia, "A Fronteira luso-castelhana nas preocupações militares da monarquia portuguesa (1350-1450), *Revista Militar*, II Século, vol. LII, nº 2377/2378, Lisboa, 2000.

MONTEIRO, João Gouveia, "Reformas góticas nos castelos portugueses ao longo do século XIV e primeira metade do século XV", *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500), Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Lisboa, Edições Colibri - Câmara Municipal de Palmela, 2002.

MONTEIRO, João Gouveia, "Castelos e armamento", *Nova História militar de Portugal*, dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. I, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2003.

MONTEIRO, João Gouveia, *Lições de história da Idade Média: sécs. XI-XV*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006.

MONTERO VALLEJO, Manuel, *Historia del Urbanismo en España: del neolítico a la Baja Edad Media*, Madrid, Cátedra, 1996.

MONTILLA TORRES, Irene, "Criterios para un modelo de intervención arqueológica en ciudades historicas", *Ciudad y arqueologia medieval*, dir. Antonio Malpica Cuello, Salobreña, Editorial Alhulia, 2007.

MOREIRA, Manuel António Fernandes, *O município e os forais de Viana do Castelo*, Viana do Castelo, Câmara Municipal, 1986.

MOREIRA, Manuel António Fernandes, *Viana nas suas origens*, Sep. de *Estudos Regionais*, 12, Viana do Castelo, Câmara Municipal, 1993.

MOREIRA, Rafael, "O mar e a imagem da cidade. I. O nome de Viana", *Viana e o mar*, Viana do Castelo, Grupo desportivo e cultural dos trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, 1995.

MOREIRA, Rafael, "Do "Modo" Gótico ao Maneirismo", *História da Arte Portuguesa,* dir., Paulo Pereira, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.

MORENO KOCH, Yolanda, "El espacio comunal por excelência: la sinagoga", *El legado material Hispanojudío*, coord. A. Mª López Álvarez, e R. Izquierdo Benito (VII Curso de Cultura Hispanojudía y Sefardí de la Universidad de Castilla-La-Mancha), Colección Humanidades, nº 25, Cuenca, Universidad de Castilla-La-Mancha, 1998.

MORENO, Humberto Baquero, "A contenda do Cabido contra os judeus de Braga na segunda metade do século XV", *Altitude*, 2ª Série, Ano II, nº 4, Guarda, 1981.

MORENO, Humberto Baquero, "A luta da nobreza contra a realeza e o poder político nos fins da Idade Média", *Portugal no Mundo: séculos XII a XV,* dir. Luís de Albuquerque, vol. I, Lisboa, Alfa, 1989.

MORENO, Humberto Baquero, "A presença dos corregedores nos municípios e os conflitos de competências: 1332-1459", *Revista de História*, nº 9, Porto, 1989.

MORENO, Humberto Baquero, "A evolução do município em Portugal nos séculos XIV e XV", *Os municípios portugueses nos séculos XII a XV*, Lisboa, Editorial Presença, 1986.

MORENO, Humberto Baquero, "A peste negra e os legados à igreja", *Revista de Ciências Históricas*, nº 6, Porto, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 1991.

MORENO, Humberto Baquero, "As pregações do Mestre Paulo contra os Judeus bracarenses nos finais do século XV", *Bracara Augusta*, nº 30, Braga, 1976.

MORENO, Humberto Baquero, *A vila de Torre de Moncorvo no reinado de D. João I*, Sep. de *Estudos Medievais*, nº 2, Porto, 1982.

MORENO, Humberto Baquero, "Elementos para o estudo dos coutos de homiziados instituídos pela coroa", *Os municípios portugueses nos séculos XIII a XVI. Estudos de História*, Lisboa, Presença, 1986.

MORENO, Humberto Baquero, "Mirandela e o seu foral na Idade Média portuguesa", *Revista de Ciências Históricas*, nº 5, Porto, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 1990.

MORENO, Humberto Baquero, "Movimentos sociais antijudaicos em Portugal no século XV", *Marginalidade e conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV: estudos de história*, Lisboa, Presença, 1985.

MORENO, Humberto Baquero, "O assalto à Judiaria Grande de Lisboa em Dezembro de 1449", *Marginalidade e conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV: estudos de história*, Lisboa, Presença, 1985.

MORENO, Humberto Baquero, "O mercado na Idade Média (o caso de Torre de Moncorvo)", *Estudos de História de Portugal, séculos X-XV*, Lisboa, Estampa, 1982.

MORENO, Humberto Baquero, "O poder central e o poder local: modos de convergência e de conflito nos séculos XIV e XV", *Revista de História*, nº 8, Porto, 1988.

MORENO, Humberto Baquero, "O poder real e as autarquias locais no trânsito da Idade Média para a Idade Moderna", *Os Municípios portugueses nos séculos XIII a XVI. Estudos de História*, Lisboa, Presença, 1986.

MORENO, Humberto Baquero, "Os castelos portugueses (1350-1450)", *Livro do Congresso. Segundo congresso sobre monumentos militares portugueses*, Lisboa, Património XXI - Associação Portuguesa para a Protecção e Desenvolvimento da Cultura, 1984.

MORENO, Humberto Baquero, "Os judeus na cidade do Porto nos séculos XIV e XV", *Xudeus e conversos na Historia*, Actas do Congresso Internacional Ribadavia 14-17 de Outubro de 1991, tomo II, Sociedade e Inquisición, Santiago de Compostela, La editorial de la Historia, 1994.

MORENO, Humberto Baquero, *Os municípios portugueses nos séculos XIII a XVI. Estudos de História*, Lisboa, Presença, 1986.

MORENO, Humberto Baquero, "Reflexos na cidade do Porto da entrada dos conversos em Portugal nos fins do século XV", *Marginalidade e conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV: estudos de história*, Lisboa, Presença, 1985.

MORPHOLOGIE urbaine et parcellaire, ed. Pierre Merlin, Saint-Denis, Presses Universitaires de Vincennes, 1988.

MORRIS, A. E. J. *Historia de la forma urbana. Desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial*, Barcelona, Gustavo Gili, 1984.

MOTA, João Paulo, "A conquista de Lisboa aos Mouros. Possíveis relações textuais entre as cartas dos cruzados", *A Nova Lisboa Medieval*, Lisboa, Colibri, 2005.

MOURA, José Diniz da Graça Mota e, *Memória Histórica da Notável Vila de Niza*, fac-símile da edição de 1877, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1982.

MURALHAS de Lagos, Boletim da DGEMN, 104, Lisboa, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1961.

MURTA, José Dinis, "O Castelo de Montalvão", *Ibn Maruán, Revista cultural do concelho de Marvão*, 3, Marvão, Câmara Municipal, 1993.

NAVAL MÁS, Antonio, "Estudios de Historia Urbana, Urbanismo e Centros Historicos en Italia y Francia", *Ciudad y Territorio, Revista de Ciencia Urbana*, 57-58, Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 1983.

NAVARRO PALAZÓN, Julio; JIMÉNEZ CASTILLO, Pedro, *Las ciudades de Alandalús. Nuevas perspectivas*, Zaragoza, Instituto de Estúdios Islámicos y del Oriente Próximo, 2007.

NOGUEIRA, Bernardo Sá, "A constituição do senhorio fronteiriço de Marvão, Portalegre e Arronches em 1271. Antecedentes regionais e significado político", *A Cidade*, Nova Série, nº 8, Portalegre, 1991.

NOLLA, J. M., "El Urbanismo de la ciudad de Gerona en la Alta Edad Media. Una primera aproximación", *El urbanismo de los estados cristianos peninsulares, Actas do III curso sobre la Península Ibérica y el Mediterráneo entre los siglos XI y XII* (Julio de 1998), Aguilar de Campoo, Fundación Santa María La Real, Centro de Estudios del Románico, 1999.

NUNES, Joaquim António, *Portimão. Estudos Algarvios*, Lisboa, Casa do Algarve, 1956.

NUTI, Lucia, "The mapped views by Georg Hoefnagel: the merchant's eye, the humanist's eye", *Word and Image*, 4, nº2, Taylor & Francis, 1988.

NUTI, Lúcia, "The perspective plan in the sixteenth century: the invention of a representational language", *The Art Bulletin*, vol. 76, nº 1, New York, College Art Association, 1994.

OLIVEIRA J. M. Pereira de, *O espaço urbano do Porto. Condições naturais e desenvolvimento*, Coimbra, Instituto de Alta Cultura - Centro de Estudos Geográficos, 1973.

OLIVEIRA, A. Lopes de, *Valença do Minho*, Póvoa do Varzim, Editora Poveira, 1978.

OLIVEIRA, António de, *A população de Caminha e Valença em 1513*, Sep. de *Bracara Augusta*, nº 30, Braga, 1976.

OLIVEIRA, Francisco Roque de, "Imágenes de un Imperio perdido: el Atlas del Marqués de Heliche – Plantas de diferentes plazas de España, Italia, Flandres y las Indias. Mérida, Presidencia de la Junta de Extremadura, 2004: recensão crítica", *Anais de História de Além-Mar*, nº 7, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2006.

OLIVEIRA, Luís Filipe; VIANA Mário, "A Mouraria de Lisboa no século XV", *Arqueologia Medieval*, nº 2, Porto, Afrontamento, 1993.

OLIVEIRA, Marta, "Viana, a Sé", *Monumentos*, nº 22, Lisboa, D.G.E.M.N. , 2005.

OLMOS HERGUEDAS, Emilio, "Urbanística medieval en una villa de la Cuenca del Duero: Cuéllar durante la Baja Edad Media", *La ciudad medieval: aspectos de la vida urbana en Castilla Bajomedieval,* coord. Juan A. Bonachía Hernando, Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Cientifico - Universidad de Valladolid, 1996.

ORDENS (As) Militares: guerra, religião, poder e cultura, *Actas do III Encontro sobre Ordens Militares,* coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Lisboa, Colibri - Câmara Municipal de Palmela, 1999.

OSÓRIO, Marcos, "Contributos arqueológicos para a história de Alfaiates (Sabugal) retirados dos escritos de Brás Garcia Mascarenhas (séc. XVII)", *Praça Velha*, Ano 8, nº 18, Guarda, 2005.

OSÓRIO, Marcos, "O urbanismo e a arquitectura do Sabugal Velho (Aldeia Velha, Sabugal). Tentativa de caracterização de uma aldeia fortificada no Riba-Côa dos séculos XII-XIII", *Actas do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior. Da idade média à contemporaneidade: ambientes e musealização,* vol. IV, Porto, 2008.

OSÓRIO, Marcos, "Armários de pedra na arquitectura tradicional do Alto Côa. Testemunhos de culto judaico?", *Sabucale*, 1, Sabugal, Museu do Sabugal, 2008.

OSÓRIO, Maria Isabel Noronha, *Cidade, plano e território: urbanização do plano intramuros do Porto (século XIII - primeira metade do XIV)*, dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Porto, 1994 (texto policopiado).

OWENS, E. J., *The city in the greeck and roman world*, London and New York, Routledge, 1991.

PADEIRA, Manuel Pedro; PADEIRA, Francisco, *Memoria do Património de Portel*, Portel, Junta de Freguesia, 2005.

PAGARÁ, Ana, "O castelo e a vila velha de Portel", *Agenda Cultural de Portel*, Portel, 2001.

PAIO, Alexandra Cláudia Rebelo, *As novas vilas medievais séc. XIII-XIV: urbanismo medieval planeado*, dissertação de mestrado em Desenho Urbano apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 2001 (texto policopiado).

PAISAGENS rurais e urbanas: fontes, metodologias, problemáticas, *Actas das Primeiras Jornadas,* coord. Iria Gonçalves, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2005.

PAISAGENS rurais e urbanas: fontes, metodologias, problemáticas, *Actas das Segundas Jornadas,* coord. Iria Gonçalves, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006.

PAISAGENS rurais e urbanas: fontes, metodologias, problemáticas, *Actas das Terceiras Jornadas,* coord. Iria Gonçalves, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2007.

PARDO, Vittorio Franchetti, *Historia del Urbanismo, siglos XIV y XV*, Madrid, Instituto de Estudios de Administracion Local, 1985.

PASSINI Jean*, "*Algunos aspectos del espacio doméstico medieval en la ciudad de Toledo", *El Espacio Urbano en la Europa Medieval,* ed. Beatriz Arízaga Bolumburu; Jesus Solórzano Telechea, Actas de *Nájera, Encuentros Internacionales del Medievo 2005*, Logroño, Gobierno de La Rioja - Instituto de Estúdios Riojanos, 2006.

PASSINI, Jean, *Casas y casas principales urbanas. El espacio domestico de Toledo a fines de la Edad Media*, Toledo, Universidad de Castilla-La-Mancha, 2004.

PASSINI, Jean, "El medio urbano como informador arqueológico medieval", *III Semana de Estudios Medievales,* Logroño, Goberno de la Rioja - Instituto de Estudios Riojanos, 1993.

PASSINI, Jean, "Habitat villageois médiéval le long du Chemin vers Saint Jacques de Compostelle», *Castrum, 6, Maisons et espaces domestiques dans le monde méditérranéen au Moyen Âge,* dir. André Bazzana et Étienne Hubert, Rome-Madrid, École Française de Rome, Casa Vélazquez, 2000.

PATALIM, Francisco de Macedo da Pina, *Relação Histórica da nobre Vila de Portel*, fac-símile do manuscrito de 1730, Portel, Junta de Freguesia - Câmara Municipal, 1992.

PATRÍCIO, Agostinho Amado, *Estudo da Chancelaria de D. Dinis. Alguns aspectos da sua época, Liv. II, fls. 57v-109)*, dissertação de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1972 (texto policopiado).

PAULA, Rui Mendes, *Lagos: evolução urbana e património*, Lagos, Câmara Municipal, 1992.

PAULA, Frederico Mendes, *Lagos no período árabe*, Lagos, Câmara Municipal, 1997.

PAULO, Amílcar, "A comuna judaica do Porto. Apontamentos para a sua história", Sep. de *O Tripeiro*, Porto, Associação Comercial do Porto, 1965.

PAULO, Amílcar, "A Sinagoga do Olival, um problema arqueológico", *Actas do IV Colóquio Portuense de Arqueologia*, vol. V, Porto, Lucerna, 1966.

PAULO, Amílcar, "Os encargos das comunas judaicas no Portugal medievo", Sep. de *Congresso Luso-Espanhol de Estudos Medievais: XI Centenário da Presúria de Portugale por Vímara Peres*, Porto, Câmara Municipal, 1968.

PEREIRA, Gabriel, *Documentos históricos da cidade de Évora*, fac-símile da edição de 1885, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1998.

PEREIRA, Gabriel, *Estudos Diversos (arqueologia, história, arte etnografia),* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934.

PEREIRA, Maria Teresa Lopes, *Alcácer do Sal na Idade Média*, Lisboa, Colibri, 2000.

PEREIRA, Maria Teresa Lopes, "A paisagem ribeirinha de Alcácer do Sal em finais do século XV", *Media Ætas, Revista de Estudos Medievais*, II série, nº 2, Ponta Delgada, Patrimonia, 2005-2006.

PEREIRA, Paulo, "Lisboa (séculos XVI-XVII)", *Simpósio internacional Novos Mundos - Neue Welten. Portugal e a Época dos Descobrimentos,* Berlim Deutsches Historisches Museum, 2006.

PERES, Damião, (dir.) *História de Portugal*, Barcelos, Portucalense Editora, 1929.

PÉREZ ALGAR, Félix, *Alfonso X, el Sabio*, Madrid, Studium Generalis, 1994.

PÉREZ HIGUERA, Teresa, "De la ciudad hispanomusulmana a la ciudad mudéjar: el ejemplo de Toledo". *La Città Medievali dell'Italia Meridionale e Insulare,* a cura di Aldo Casamento e Enrico Guidoni, Roma, Edizione Kappa., 2002.

PETRUCCIOLI, Attilio, *After Amnesia. Learning from the islamic mediterranean urban fabric,* Bari, ICAR - Politecnico di Bari, 2007.PHILLIPS, Jonathan, *De Expugnatione Lyxbonensi. The Conquest of Lisbon*, tradução de Charles Wendell David, nota introdutória e bibliografia de Jonathan Phillips, New York, Columbia University Press , 2000.

PIANTE (Le) ricostruttive dei tessuti urbani medievali e moderni. Metodo e ricerche, a cura di Teresa Colletta, Roma, Edizione Kappa, 2006.

PIAZZE italiane dal medievo all'ottocento. Progettazione, vedute, metrologia, a cura di Enrico Guidoni, Roma, Edizione Kappa, 2006.

PICARD, Christophe, "A islamização do Gharb al-Ândalus", *Portugal islâmico: os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998.

PICARD, Christophe, "Le changement du paysage urbain dans le Gharb al- Andalus (X-XIIe siècle): les signes d'une dynamic", *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*, coord. Mário Barroca e Isabel Cristina Fernandes, Palmela, Câmara Municipal de Palmela - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005.

PICARD, Christophe, *Le Portugal musulman (VIIIe-XIIIe siècle). L'Occident dál-Andalus sous domination islamique,* Paris: Maisonneuve & Larose, 2000.

PIMENTEL, António Filipe, *A morada da sabedoria I - O paço real de Coimbra das origens ao estabelecimento definitivo da Universidade*, Coimbra, Almedina, 2006.

PINON, Pierre, "La transición desde la ciudad antigua a la ciudad medieval. Permanencia y transformación de los tejidos urbanos en el Mediterráneo Oriental", *La ciudad medieval: de la casa al tejido urbano*, coord. Jean Passini, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-la-Mancha, 2001.

PINTO, Alexandre Manuel Monteiro, *«O lavrador» de forais: estudo dos forais outorgados por D. Dinis*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007 (texto policopiado).

PINTO, Sandra Maria Gameiro, *Análise formal: recursos, princípios, métodos. Subsídios metodológicos para o conhecimento da cidade portuguesa*, dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2006 (texto policopiado).

PIZARRO GÓMEZ, Francisco Javier, "Plazas mayores cacereñas. Origen y función", *Urbanismo e Historia Urbana en el mundo hispano,* coord. Antonio Bonet Correa, Tomo II, Madrid, Universidad Complutense, 1985.

PIZARRO, José de Sotto Mayor , *D. Dinis*, Lisboa, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 2005.

PLACE (La) Publique urbaine du Moyen Âge à nos jours, Études réunies par Laurence Baudoux-Rousseau, Youri Carbonnier et Philippe Bragard, Arras, Artois Presses Université, 2007.

PLATT, Colin, *The English medieval town*, London, BAS Printers, 1986.

PLAZA (La) en España y Iberoamérica - El escenario de la ciudad, *Catálogo da Exposição,* Madrid, Museo Municipal de Madrid, 1998.

PLAZAS et sociabilité en Europe et Amérique Latine, Colloque des 8 et 9 mai 1979, Publications de la Casa de Velazquez, Série Recherches en Sciences Sociales, Paris, Diffusion de Boccard, IV, 1982.

POEIRA, Maria de Lourdes Rosa, *Sines: estudo de geografia urbana*, dissertação de licenciatura em Geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1972 (texto policopiado).

PONTE, Salete da, "O Infante D. Henrique em Tomar", *Oceanos*, 17, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994.

PONTE, Salete da, Testemunhos e vivências arqueo-históricas de ambas as culturas em Tomar, *Judeus e Árabes da Península Ibérica: encontro de religiões, diálogo de culturas,* Lisboa, Comissão Nacional da Unesco, 1994.

PONTE, Salete da; FERREIRA, Luís, "Um Tempo, uma Exposição. A Sinagoga de Tomar", *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Tomar*, nº 15, Tomar, Câmara Municipal, 1991.

PORTAS, Nuno, "A Formação urbana de Vila Viçosa: um ensaio de interpretação", *Monumentos*, nº 6, Lisboa, D.G.E.M.N., 1997.

PORTUGAL do Renascimento à crise dinástica, coord. João José Alves Dias, *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. V, Lisboa, Editorial Presença, 1998.

PORTUGAL em definição de fronteiras. Do condado Portucalense à crise do século XIV, coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís Carvalho Homem, *Nova História de Portugal* dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III, Lisboa, Editorial Presença, 1996.

PRAÇA (A) em Portugal: inventário de espaço público - Continente, coord. Carlos Dias Coelho, Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa - DGOTDU, 2008.

PRAÇA (A) na cidade portuguesa, coord. Manuel C. Teixeira, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

PRADALIÉ, Gérard, *Lisboa da Reconquista ao fim do séc. XIII,* Lisboa, Palas Editores, 1975.

PROVENÇAL Lévi; GARCÍA GÓMEZ, E., *Sevilla a comienzos del siglo XII: el tratado de Ibn Abdun*, Madrid, Moneda y Credito, 1948.

PUIG I CADAFALCH, Josep, "Idees teòriques sobre urbanisme en el segle XIV: un fragment d'Eiximenis", *dins Homenatge a Antoni Rubió i Lluch: miscel·lània d'estudis literaris, històrics i lingüístics*, vol. I, Barcelona, Estudis Universitaris Catalans, 1936.

QUARESMA, António Martins, *Alexandre Massai. A «escola italiana» de Engenharia Militar no litoral alentejano (séculos XVI e XVII)*, Sines, Centro Cultural Emmerico Nunes, 2007.

QUARESMA, António Martins, "Sines no trânsito da Época Medieval para a Moderna", *Da Ocidental Praia Lusitana. Vasco da Gama e o seu tempo*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

RADULET, Carmen M. , "Cósimo III Medici and the Portuguese Restoration: A Voyage to Portugal in 1668--1669", *e-JPH, e-journal of Portuguese History*, Vol. I, number 2, Winter, 2003.

RAMALHO, Américo da Costa, *Nótula sobre os Judeus no Porto, Sep. de Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. XXVIII, nº 3-4, Porto, Câmara Municipal, 1965.

RAMON DE MARIA, P., *El repartimiento de Burriana y Villareal*, Valencia, J. Nácher, 1935.

RAMOS, João, "Genealogia dos Reis de Portugal", *Biblos*, vol. X, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1934.

RAU, Virgínia, "Biografias de figuras medievais: D. Dinis (1261-1325)", *Estudos de História Medieval*, Lisboa, Presença, 1986.

RAU, Virgínia, *Feiras medievais portuguesas: subsídios para o seu estudo*, Lisboa, Presença, 1983.

RAU, Virgínia, "Itinerário d´El Rei D. Dinis, 1279-1325", *Estudos de História Medieval,* Lisboa, Presença, 1986.

RAU, Virgínia, "Para a História da população portuguesa dos séculos XV e XVI", *Do Tempo e da História,* vol. I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura - Centro de Estudos Históricos, 1965.

RAU, Virgínia, "Presúrias e sesmos no povoamento de Portugal até ao século XIII", *Estudos de História Medieval*, Lisboa, Presença, 1986.

RAU, Virgínia, *Sesmarias medievais portuguesas*, Lisboa, Presença, 1982.

REAL, Manuel Luís; TAVARES, Rui, "Bases para a compreensão do desenvolvimento urbanístico do Porto, *Povos e Culturas*, nº 2, Lisboa, Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 1987.

REBELO, Joaquim M., *Resenha Histórica de Torre de Moncorvo*, Torre de Moncorvo, 1988.

REI, António, " A fronteira no sudoeste peninsular (1234-1242). Novas visões da Reconquista a partir do Al-Mughrib… de Ibbn Sa'id de Granada", *Arqueologia Medieval*, nº 8, Porto, Afrontamento, 2003.

REI, António, *Pesos e medidas de origem islâmica em Portugal. Notas para o seu estudo,* Évora, Câmara Municipal, 1998.

REI, António, "Terena, 1230-1482: questões topográficas e toponímicas", *Callipole*, nº 7-8, Vila Viçosa, Câmara Municipal, 1999-2000.

REIS, António Matos, Fundação de *Viana. O foral de D. Afonso III,* Viana do Castelo, CER-Centro de Estudos Regionais, 1994.

REIS, António Matos, "O foral de Valença", *Cadernos Vianenses*, Valença, Câmara Municipal, 1996.

REIS, António Matos, *Os concelhos na primeira dinastia à luz dos forais e de outros documentos da chancelaria régia*, dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004 (texto policopiado).

REIS, António Matos, *Origens dos municípios portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.

REIS, António Matos, "Os forais antigos de Melgaço, terra de fronteira", *IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. As relações de fronteira no século de Alcanices*, *História, Revista da Faculdade de Letras*, II Série, nº 15, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998.

REIS, António Matos, "Os forais antigos do noroeste de Portugal", *Estudos Regionais*, nº 9, Viana do Castelo, CER-Centro de Estudos Regionais, 1991.

REIS, António Matos, *Viana, a cidade através do tempo*, Cadernos Vianenses, nº 16, Viana do Castelo, Câmara Municipal, 1993.

REKLAITYTE, Leva, "La vecindad en peligro: el saneamiento en la madîna andalusí", *La convivência en las ciudades medievales*, ed. Beatriz Arízaga Bolumburu; Jesus Solórzano Telechea, Actas de *Nájera, Encuentros Internacionales del Medievo 2007*, Logroño, Gobierno de La Rioja-Instituto de Estúdios Riojanos, 2008.

REMÉDIOS, J. Mendes dos, *Os Judeus em Portugal*, Coimbra, F. França Amado, 1895.

RENOUARD, Yves, *Les villes d'Italie de la fin du Xe siècle au début du XIVe siècle*, Paris, Sedes, 1969.

RIBEIRO, João Pedro, *Memorias para a historia das Inquirições dos primeiros reinados de Portugal*, Lisboa, Impressão Regia, 1815.

RIBEIRO, Maria do Carmo Franco, *Braga entre a época romana e a Idade moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*, dissertação de doutoramento em Arqueologia apresentadoa ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008 (texto policopiado).

RIBEIRO, Orlando, "A Rua Direita de Viseu", *Geographica, Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa*, nº16, vol. IV, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1968.

RIBEIRO, Orlando, "Achegas para a geografia urbana de Viseu", *Opúsculos Geográficos* vol. V: Temas urbanos, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

RIBEIRO, Orlando, "Cidade", *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1985.

RIBEIRO, Orlando, "Em torno das origens de Viseu", *Opúsculos Geográficos*, vol. V: *Temas urbanos,* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

RIBEIRO, Orlando, "Évora. Sítio, origem, evolução e função de uma cidade", *Opúsculos Geográficos,* vol. V: *Temas urbanos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

RIBEIRO, Orlando, "Lisboa, génese de uma capital", *Opúsculos Geográficos,* vol. V: *Temas urbanos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

RIBEIRO, Orlando, "Notas para o estudo da cidade de Olivença", *Opúsculos Geográficos*, vol. V: *Temas urbanos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

RICARD, Robert, "Apuntes complementarios sobre la Plaza Mayor española y el "Rossio" português", *Estúdios Geográficos,* vol. XIII, nº 47, Madrid, CSIC, Instituto de Economía y Geografía, 1952.

RILEY, Carlos Guilherme, "A guerra e o espaço na fronteira medieval beirã: uma abordagem preliminar", *Revista de Ciências Históricas*, nº 6, Porto, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 1991.

ROCHA, Manuel João Paulo, *Monografia de Lagos*, fac-símile da edição de 1909, Faro, Algarve em Foco, 1991.

RODRIGUES, Ana Maria, "Festas de touros no Portugal medievo", *Cadernos do Noroeste*, vol. IV, nº 6-7, Braga, Centro de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho, 1991.

RODRIGUES, Ana Maria, *Torres Vedras, a vila e o termo nos finais da Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.

RODRIGUES, Ana Maria, "O Porto Novo de D. Dinis e o Porto do Carro de D. Fernando", *Estudos sobre Torres Vedras medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996.

RODRIGUES, Jorge, "Os Paços medievais de Avis", *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*, coord. Mário Jorge Barroca, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999.

ROMERO, Maria Magdalena Merlos, "El Palacio arzobispal de Toledo. Su entorno urbano en la Edad Media", *La ciudad medieval: de la casa al tejido urbano*, coord. Jean Passini, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla--la-Mancha, 2001.

ROSA, Isabel Sousa, *El diseño de la ciudad medieval portuguesa*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofía y Letras da Universidad de Extremadura, Cáceres, 2002 (texto policopiado).

ROSA, Jorge*, Montalvão: ecos duma história milenar*, Lisboa, Colibri, 2001.

ROSA, José Inácio da Costa, "Nascimento e evolução urbana de Tomar até ao Infante D. Henrique", *Boletim Cultural e informativo da Câmara Municipal de Tomar*, nº 2, Tomar, Câmara Municipal, 1981.

ROSSA, Walter, "A cidade portuguesa", *História da Arte Portuguesa*, dir. Paulo Pereira, vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.

ROSSA, Walter, *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre urbanismo português*, Coimbra, Almedina, 2002.

ROSSA, Walter, "Da certeza à interrogação: uma breve reflexão acerca dos trilhos da historiografia do urbanismo colonial português da Idade Moderna", *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre urbanismo português*, Coimbra, Almedina, 2002.

ROSSA, Walter, *Divercidade. Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2001 (texto policopiado).

ROSSA, Walter, "História do Urbanismo e identidade: a arte inconsciente da comunidade", *História*, Ano XXII, III Série, nº 27, Lisboa, História - Publicações e Conteúdos Multimédia, 2000.

ROSSA, Walter, "Lisboa quinhentista, o Terreiro e o Paço: prenúncios de uma afirmação da capitalidade", *D. João III e o Império*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar - Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2004.

ROSSA, Walter, "No primeiro dos elementos: dados para uma leitura sintética do urbanismo e da urbanística portugueses da Idade Moderna", *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre urbanismo português*, Coimbra, Almedina, 2002.

ROSSA, Walter, "O urbanismo regulado e as primeiras cidades coloniais portuguesas", *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*, Coimbra, Almedina, 2002.

ROSSA, Walter, "Recenseando as invariantes: alinhamento de alguns casos de morfologia urbana portuguesa de padrão geométrico", *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre urbanismo português*, Coimbra, Almedina, 2002.

ROSSA, Walter; ANDRADE, Amélia Aguiar, "La plaza portuguesa, Acerca de una continuidad de funciones", Catálogo da Exposição *La plaza en España y Iberoamérica: el escenario de la ciudad*, Madrid, Museo Municipal, 1998.

ROSSA, Walter; CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da; TRINDADE, Luísa, "Raia e Cidade", *Monumentos*, nº 28, Lisboa, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2008.

ROSSA, Walter; TRINDADE, Luísa, "Questões e antecedentes da cidade portuguesa: o conhecimento sobre o urbanismo medieval e a sua expressão morfológica", *Murphy. Revista de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*, nº 1, Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2005.

ROSSA, Walter; TRINDADE, Luísa, "O desenho e o conhecimento do urbanismo medieval português", *El Espaçio Urbano en la Europa Medieval,* ed. Beatriz Arízaga Bolumburu; Jesus Solórzano Telechea, Actas de *Nájera, Encuentros Internacionales del Medievo*, 2005, Logroño, Gobierno de La Rioja-Instituto de Estúdios Riojanos, 2006.

ROUX, Simone, *Le Monde des Villes au Moyen Âge, XIe-XVe siècle*, Paris, Hachette, 1994.

RUBIERA MATA, Maria Jesús, "Arquétipos ideales de la ciudad árabe", *La ciudad islámica. Ponencias y comunicaciones*, Zaragoza, Institución Fernando el Católico, 1991.

RUFO YSERN, Paulina, "La conversión de la comunidad musulmana de Écija", *Tolerancia y convivencia étnico-religiosa en la Península Ibérica durante la Edad Media, III Jornadas de Cultura Islámica,* ed. Alejandro García Sanjuán, Huelva, Universidad de Huelva, 2003.

RUÍZ DE LA PEÑA, Juan Ignacio, "Ciudades y sociedades urbanas en la frontera castellano-leonesa (1085--1250, circa)", *Las sociedades de frontera en la España Medieval, II Seminario de Historia Medieval*, Zaragoza, Universidad de Zaragoza, 1993.

RUÍZ DE LA PEÑA , Juan Ignacio, "El desarrollo urbano de la periferia norteña Castellano-Leonesa en la Edad Media (siglos XII a XIV)", *Anuario de Estudios Medievales,* nº 19, Barcelona, CSIC- Universidad de Barcelona, 1989.

RUÍZ DE LA PEÑA, Juan Ignacio, *Las «Polas» Asturianas en la Edad Media. Estudio y diplomatorio*, Oviedo, Universidad de Oviedo, Departamento de Historia Medieval, 1981.

RUIZ HERNANDO, José Antonio, "La Catedral en la ciudad medieval", *Medievalismo y neomedievalismo en la arquitectura española. Aspectos generales,* eds. Pedro Navascués Palacio; Jose Luis Gutíerrez Robledo, Avila, Fundación Cultural Santa Teresa, 1990.

SÁ, Isabel dos Guimarães, *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

SAGREDO FERNANDEZ, Félix, *Briviesca antigua y medieval. De Virovesca a Briviesca: datos para la Historia de la Bureba,* Madrid, Imp. Industrias Gráficas, 1979.

SÁINZ GUERRA, José Luís, *Cartografia y Ciudad: las huellas de la ciudad en la cartografia de Valladolid hasta el siglo XIX,* Valladolid, Ayuntamiento, 1990.

SÁINZ GUERRA, José Luís, *La génesis de la plaza en Castilla durante la Edad Media*, Valladolid, Colegio Oficial de Arquitectos de Valladolid, 1990.

SALGUEIRO, Teresa Barata, *A cidade em Portugal. Uma geografia urbana,* Porto, Afrontamento, 1992.

SAMPAIO, Alberto, "As Villas do Norte de Portugal", *Estudos Historicos e Economicos*, vol. I, Porto, Livraria Chardron, 1923.

SAMPAIO Alberto, "As póvoas marítimas", *Estudos Historicos e Económicos*, vol. II, Lisboa, Editorial Vega, 1979.

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Cláudio, *Una ciudad de la España cristiana hace mil años*, Madrid, Rial , 1998.

SANTANA, Maria Olinda Rodrigues, *Documentação foraleira dionisina de Trás-os-Montes*, Lisboa, Colibri, 2008.

SANTOS, João Marinho dos, *D. Dinis (1298-1291): subsídios para o estudo da sua Chancelaria, Liv. I, fls. 252v-271v*, dissertação de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1972 (texto policopiado).

SANTOS, Maria Luísa Estácio da Veiga Afonso dos, *Arqueologia Romana do Algarve: subsídios,* Vol. I, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1971-1972.

SANTOS, Vítor Pavão dos, "As "Casas" do Alcaide-Mor de Mértola no início do século XVI", *Bracara Augusta* nº 31, fasc. 71-72, Braga, 1977.

SARAIVA Anísio Miguel de Sousa, "A inserção urbana das catedrais medievais portuguesas: o caso da catedral de Lamego", *Revista Portuguesa de História: homenagem aos Professores Luís Ferrand de Almeida e António de Oliveira*,

tomo XXXVI, vol. 1, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002-2003.

SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa, *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV (1296-1349)*, Leiria, Magno Edições, 2003.

SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa, "Giudei e cristiani. Coesistenza e cooperazione tra la comunità giudaica di Viseu e il capitolo della cattedrale alla fine del medioevo", *Coesistenza e Cooperazione nel Medioevo*. Actes du IVe Congrès Européen d'Études Médiévales (Palermo 23-27 giugno 2009), Ed. Officina di Studi Medievali della Università degli Studi di Palermo, Louvain-la Neuve, Brepols, 2010 (no prelo).

SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa, "Metamorfoses da cidade medieval. A coexistência entre a comunidade judaica e a catedral de Viseu", *Medievalista* [Em linha], Nº11, (Janeiro - Junho 2012), [Consultado dd.mm.aaaa]. Disponível em http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA11\anisio1106.html. ISSN 1646-740X.

SARAIVA, José da Cunha, "Inquirições de D. Dinis (1288)", Sep. de *Arquivo Histórico de Portugal*, *Revista de Cultura,* vols. I-II, Lisboa, Bertrand, 1933-1935.

SARASA SÁNCHEZ, Esteban, "Concejos y ciudades medievales en el Reino de Aragón. Hacia una tipologia socioeconómica de los municipios aragoneses en la Edad Media: de la foralidad a la municipalidad", *Concejos y ciudades en la Edad Media Hispánica, 2º Congreso de Estudios Medievales*, León, 25 al 29 de septiembre de 1989, Ávila, Fundación Sánchez-Albornoz, 1990.SCHWARZ, Samuel, *A sinagoga de Alfama*, Sep. da *Revista Municipal*, Lisboa, Imp. Oficinas Gráficas da Câmara Municipal, 1953.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *O Carmo e a Trindade. Subsídios para a História de Lisboa*, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal, 1939.

SERRA DESFILIS, Amadeo, "Orden y decorum en el urbanismo valenciano de los siglos XIV y XV", *La Città Medievali dell'Italia Meridionale e Insulare*, a cura di Aldo Casamento e Enrico Guidoni, Roma, Edizione Kappa, 2002.

SERRÃO, Eduardo da Cunha; SERRÃO, Vítor, *Sesimbra Monumental e Artística*, Sesimbra, Câmara Municipal, 1997.

SETA, Cesare de, "Las murallas, símbolo de la ciudad", *La Ciudad y las Murallas*, eds. Cesare de Seta; Jacques Le Goff, Madrid, Cátedra, 1991.

SILVA, Armando Carneiro da, *Estampas coimbrãs*, Coimbra, Edição do IX Centenário da Reconquista Cristã de Coimbra, Câmara Municipal, 1964-1965.

SILVA, A. Vieira da, *As muralhas da Ribeira de Lisboa*, 3ª ed., Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal, 1987.

SILVA, Carlos Tavares da; SOARES, Joaquina, "Para uma arqueologia do castelo de Sines", *Da Ocidental Praia Lusitana. Vasco da Gama e o seu tempo*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

SILVA, José Custódio Vieira da, "A Morada Privilegiada - O Paço", *O Fascínio do Fim*, Lisboa, Livros Horizonte, 1997.

SILVA, José Custódio Vieira da, *O tardo-gótico em Portugal. A arquitectura no Alentejo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.

SILVA, José Custódio Vieira da, *Paços Medievais Portugueses*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 1995.

SILVA, José Custódio Vieira da, Séculos XIV e XV", *História das fortificações portuguesas no mundo*, dir. Rafael Moreira, Lisboa, Alfa, 1989.

SILVA, José Custódio Vieira da, *Setúbal*, Lisboa, Presença, 1990.

SILVA, José Manuel Azevedo e, *A Madeira e a construção do Mundo Atlântico (séculos XV-XVII),* Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1995.

SILVA, Luís Fraga da, *Uma planta inédita de Tavira*, *do séc. XVI,* Tavira, Campo Arqueológico, 2008.

SILVA, Manuela Santos, *Óbidos Medieval: estruturas urbanas e administração concelhia,* Cascais, Patrimonia, 1997.

SILVA, Manuela, "Judiarias*", Portugal Medieval. História de Portugal dos tempos Pré-históricos aos nossos dias,* dir. João Medina, vol. III, Lisboa, Ediclube, 1993.

SILVA, Maria João Violante Branco Marques da, *Aveiro Medieval*, Aveiro, Câmara Municipal, 1991.

SILVA, Raquel Henriques da, *Cascais*, Lisboa, Presença, 1988.

SILVA, Raquel Henriques da, "Iconografia de Lisboa", *Dicionário da História de Lisboa*, dir. Francisco Santana e Eduardo Sucena, Sacavém, Carlos Quintas & Associados – Consultores, 1994.

SILVA, Vasco Rivotti, "A cerca velha da cidade de Setúbal", *Livro do Congresso. Segundo congresso sobre monumentos militares portugueses*, Lisboa, Património XXI - Associação Portuguesa para a Protecção e Desenvolvimento da Cultura, 1984.

SIMÕES, J. M. dos Santos, *Tomar e a sua judaria*, Tomar, Museu Luso-Hebraico,1992.

SOARES, Torquato de Sousa, *O Foral concedido a Coimbra, Santarém e Lisboa,* Sep. de *Anais*, II Série, vol. X, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1960.

SOARES, Torquato de Sousa, *O pensamento político de El-Rei D. Dinis*, Sep. de *O Instituto*, vol. CXXVII, Coimbra, Coimbra Editora, 1965.

SOARES, Torquato Brochado de Souza, *Subsídios para o estudo da organização municipal da cidade do Porto durante a Idade Média*, Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1935.

SOLANO, Francisco de, "Plaza Mayor Hispanoamericana", *Plazas et sociabilité en Europe et Amérique Latine*, Colloque des 8 et 9 mai 1979, Publications de la Casa de Velazquez, Série Recherches en Sciences Sociales, Paris, Diffusion de Boccard, IV, 1982.

SOLEDADE, Arnaldo, *Sines, terra de Vasco da Gama*, Sines, Junta Distrital de Setúbal, 1973.

SOROMENHO, Miguel, "O alpendre da Irmandade do Santíssimo Sacramento da matriz de Viana" *Monumentos*, nº 22, Lisboa, D.G.E.M.N., 2005.

SOUSA, Andreia, *Núcleos urbanos medievais da fronteira do Minho*, prova final da Licenciatura em Arquitectura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2007 (texto policopiado).

SOUSA, António Caetano de, *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza desde a sua origem até o presente*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1735.

SOUSA, Armindo de, "1325-1480, Condicionalismos básicos", *História de Portugal,* dir. José Mattoso, vol. II, *A monarquia feudal (1096-1480),* Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

SOUSA, Armindo de, "A sociedade (estruturas, grupos e motivações)", *História de Portugal,* dir. José Mattoso, vol. II, *A monarquia feudal (1096-1480),* Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

SOUSA, Armindo de, "Realizações", *História de Portugal,* dir. José Mattoso, vol. II, *A monarquia feudal (1096--1480),* Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

SOUSA, Armindo de, *As cortes medievais portuguesas (1385-1490)*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de História da Universidade do Porto, 1990.

SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e, "Elementos exógenos do povoamento em Portugal durante a Idade Média", *Portugal no Mundo: séculos XII a XV,* dir. Luís de Albuquerque, vol. I, Lisboa, Alfa, 1989.

SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e, "Leituras: *Histoire de la France Urbaine*", *Penélope - Fazer e desfazer a História,* nº 7*,* Lisboa, Cosmos, 1992.

SOUSA, Luís Alberto da Silva, *Subsídios para o estudo da Chancelaria de D. Dinis, Liv. II, fls. 109v-141*, dissertação de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1969 (texto policopiado).

STEIN-KECKS, Heidrun, "«Claustrum» and «capitulum»: some remarks on the façade and interior of the chapter house", *Der mittelalterliche Kreuzgang: the medieval cloister - le cloître au Moyen Âge, architektur, funktion und programm*, Regensburg, Schell-Steiner, 2003.

SUAREZ FERNÁNDEZ, Luis, "Del municipio romano a la ciudad medieval", *El Municipio. Historia de los servicios urbanos,* Madrid, Grupo FCC - Fomento de Construcciones y Contratas S.A, 2003.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, *Judíos españoles en la Edad Media*, Madrid, Rialp, 1980.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, *La expulsión de los judíos de España*, Madrid, Editorial MAPFRE, 1992.

SYNODICON Hispanum, dir. António Garcia y Garcia, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1982.

TAVARES, Maria José Ferro, "A Festa, uma ruptura no quotidiano do homem medieval", *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXI, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1996.

TAVARES, Maria José Ferro, *A herança judaica em Portugal*, Lisboa, CTT, Correios de Portugal, 2004.

TAVARES, Maria José Ferro, "A Política Municipal de Saúde Pública (Séculos XIV e XV)", *Revista de História Económica e Social,* 19, Lisboa, Sá da Costa, 1987.

TAVARES, Maria José Ferro, "Judeus e Mouros (séculos XII a XIV)", *História de Portugal dos tempos Pré-históricos aos nossos dias,* vol. III, Portugal Medieval, dir. João Medina, Lisboa, Ediclube, 1993.

TAVARES, Maria José Ferro, "Judeus e Mouros no Portugal dos séculos XIV e XV(tentativa de estudo comparativo)*", Revista de História Económica e Social*, 9, Lisboa, Sá da Costa, 1982.

TAVARES, Maria José Ferro, "Judeus e Mouros: que culturas?", Actas do Seminário *Judeus e Árabes da Península Ibérica: encontro de religiões, diálogo de culturas,* Lisboa, Comissão Nacional da Unesco, 1994.

TAVARES, Maria José Ferro, *Os judeus em Portugal no século XIV*, Lisboa, Guimarães Editores, 2000.

TAVARES, Maria José Ferro, *Os judeus em Portugal no século XV*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa - I.N.I.C., 1982-1984.

TAVARES, Maria José Ferro, "Os Judeus na Beira Interior", *Guarda: História e cultura judaica*, Guarda, Museu da Guarda - Câmara Municipal, 1999.

TEIXEIRA, Manuel C., "As praças urbanas portuguesas quinhentistas', coord. Manuel C. Teixeira, *A Praça na Cidade Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida, *O urbanismo português, séculos XIII a XVIII, Portugal-Brasil*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.

TEIXEIRA, Ricardo Jorge, "Castelos e fortificações da região de Chaves entre a «Reconquista» e a Baixa Idade Média", *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol. VII, *Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica*, Porto, ADECAP, 2000.

TEIXEIRA, Ricardo Jorge, *De Aquæ Flaviæ a Chaves. Povoamento e organização do território entre a Antiguidade e a Idade Média*, dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996 (texto policopiado).

TERÁN SÁNCHEZ, Antonio Collantes de, "Nueblas poblaciones del siglo XV en el Reino de Sevilla", *Cuadernos de Historia,* nº 7, Madrid, CEHRI, 1977.

TÉRAN, Fernando de, "La Historia sucedida e la Historia construída', *El pasado activo. Del uso interesado de la Historia para el entendimiento e la construcción de la ciudad,* Madrid, AKAL, 2009.

TÉRAN, Fernando de, "La Plaza Mayor de la ciudad hispanoamericana: transferencia cultural y lógica formal", Catálogo da Exposição *La plaza en España y Iberoamérica: el escenario de la ciudad*, Madrid, Museo Municipal, 1998.

TOLERANCIA y convivencia étnico-religiosa en la Península Ibérica durante la Edad Media, III Jornadas de Cultura Islámica, ed. Alejandro García Sanjuán, Huelva, Universidad de Huelva, 2003.

TORRES BALBÁS, Leopoldo, *Cidades hispano-musulmanas*, introducción y conclusión por Henri Terrasse, Madrid, Instituto Hispano-Arabe de Cultura, 1985.

TORRES BALBÁS, Leopoldo, "La Edad Media", *Resumen historico del urbanismo en Espana*, Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 1968.

TORRES BALBÁS, Leopoldo, "Plazas, socos y tiendas de las ciudades hispano-musulmanas", *Al-Andalus*, vol. XII, 1947.

TORRES FONTES, Juan, "El concejo de Murcia en la Edad Media", *Concejos y ciudades en la Edad Media Hispánica, 2º Congreso de Estudios Medievales*, León, 25 al 29 de septiembre de 1989, Ávila, Fundación Sánchez-Albornoz, 1990.

TORRES, Cláudio, "Lisboa muçulmana", *Lisboa Subterrânea,* Catálogo da exposição*,* Lisboa/Milão, Lisboa 94/ Electa, 1994.

TORRES, Cláudio, "O Garb-Al-Andaluz", *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. I, *Antes de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992.

TORRES, Cláudio, "O Gharb no contexto da civilização islâmica peninsular", *Judeus e Árabes na Península Ibérica — Confronto de religiões e diálogo de culturas, Lisboa*, Centro Nacional de Cultura, 1995.

TORRES, Cláudio, "O Islão do Ocidente: fenómenos de permanência e descontinuidade", *Portugal islâmico: os últimos sinais do Mediterrâneo,* Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998.

TORRES, Cláudio, "O Islão no Ocidente Ibérico", *Minorias étnicas e religiosas em Portugal. História e actualidade",* coord. Guilhermina Mota, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003.

TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago, "A arte islâmica no Ocidente andaluz: a arquitectura e as artes" *História da Arte Portuguesa*, dir. Paulo Pereira, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.

TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago, "A islamização do Gharb al-Andalus", *Memórias Árabo-Islâmicas em Portugal*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

TORRÓ ABAD, J. "El urbanismo múdejar como forma de resistencia. Alquerías y morerías en el reino de Valencia (siglos XIII-XVI)", *Actas del Simposio Internacional de Mudejarismo*, Teruel, 16-18 de septiembre de 1993, Zaragoza, Centro de Estudios Mudéjares del Instituto de Estudios Turolenses, 1995.

TRABUT-CUSSAC, J.P., "Bastides ou Forteresses? Les bastides de l'Aquitaine anglaise et les intentions de leurs fondateurs", *Le Moyen Âge*, tome LX, Editeur De Boeck, 1954.

TRINDADE, Diamantino Sanches, *Castelo de Vide: subsídios para o estudo de arqueologia medieval*, Portalegre, Assembleia Distrital, 1979.

TRINDADE, Luísa, *A casa corrente em Coimbra. Dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*, Coimbra, Câmara Municipal, 2002.

TRINDADE, Luísa, "A Praça e a Rua da Calçada segundo o Tombo Antigo da Câmara de Coimbra (1532)" *Media Ætas,* II Série, vol. I, *Paisagens Medievais I*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2004-2005.

TRINDADE, Luísa, *"*Coimbra, uma cidade do Ducado do Infante D. Pedro*"*, Actas do Colóquio Internacional *Universo Urbanístico Português 1415-1822*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

TRINDADE, Luísa, "From Islam to Christianity: urban changes in medieval portuguese cities*"*, *Religion and Power in Europe: conflict and convergence*, Pisa, Edizione Plus, 2007.

TRINDADE, Luísa, "Jewish Space in portuguese late medieval cities", *Religion, ritual and mythology. Aspects of identity formation in Europe*, Pisa, Edizione Plus, 2006.

TRINDADE, Luísa, "O Paço Sobre a Riba: histórias de uma torre na cerca Coimbrã", *Conímbriga*, vol. XLV, Coimbra, Revista do Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, 2006.

TRINDADE, Luísa; ROSSA, Walter, "Questões e antecedentes da cidade portuguesa: o conhecimento sobre o urbanismo medieval e a sua expressão morfológica", *Murphy. Revista de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*, nº 1, Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2005.

TRINDADE, Luísa; ROSSA, Walter, "O desenho e o conhecimento do urbanismo medieval português", *El Espaço Urbano en la Europa Medieval,* ed. Beatriz Arízaga Bolumburu, Jesus Solórzano Telechea, Actas de *Nájera, Encuentros Internacionales del Medievo 2005*, Logroño, Gobierno de La Rioja - Instituto de Estúdios Riojanos, 2006.

TRINDADE, Luísa; ROSSA, Walter; CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da, "Raia e Cidade", *Monumentos*, nº 28, Lisboa, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2008.

UGOLINI, Francesca, "La pianta del 1306 e l'impianto urbanistico di Talamone", *Storia della città,* nº 52, Milano, Electa Editrice, 1989.

URBANISMO medieval del país valenciano, eds. R. Azuzar; S. Gutierrez; F. Valdés, Madrid, Polifeno, 1993.

VALDEÓN BARUQUE, Júlio, "Las murallas urbanas en la Castilla Medieval", *La Città e la Mura*, Bari, Laterza, 1989.

VALDEÓN BARUQUE, Júlio, *Judios y conversos en la Castilla Medieval*, Valladolid, Âmbito Ediciones, 2004.

VALLA, Margarida, "A estrutura urbana: da «Bastide» do século XIII à «Praça Forte» seiscentista", *Monumentos*, nº 12, Lisboa, DGEMN, 2000.

VASCONCELOS, António de, *A Sé Velha de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930-1935.

VASCONCELOS José Leite de, "Grupos étnicos", *Etnografia portuguesa,* vol. IV, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1982.

VELOSO, Maria Teresa Nobre, *D. Afonso II, um tempo de afirmação política*, Sep. de *História de Portugal*, dir. A.H. de Oliveira Marques e Joel Serrão, vol. III, Lisboa, Editorial Presença, 1996.

VENTURA, Leontina, "A fronteira luso-castelhana na Idade Média", *História Revista da Faculdade de Letras*, II série, vol. XV, Porto, Universidade do Porto, 1998.

VENTURA, Leontina, "A muralha coimbrã na documentação medieval", *I Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro*, Coimbra, GAAC, 1979.

VENTURA, Leontina, *A nobreza de corte de Afonso III*, dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992 (texto policopiado).

VENTURA, Leontina, "Coimbra medieval. 1. A gramática do território", *Economia, sociedade e poderes. Estudos em homenagem a Salvador Dias Arnault*, coord. Leontina Ventura, Coimbra, Comissão Científica do Grupo de História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2004.

VENTURA, Leontina, *D. Afonso III*, Lisboa, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 2006.

VENTURA, Leontina, "O elemento franco na Coimbra do século XII: a família dos Rabaldes", *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXVI, vol. 1, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002-2003.

VENTURA, Margarida Garcez, *Igreja e poder no século XV, Dinastia de Avis e liberdades eclesiásticas (1383-1450),* Lisboa, Colibri, 1997.

VENTURA, Margarida Garcez, "Contributo para uma leitura social do espaço na Lisboa quatrocentista: o debate sobre a localização das judiarias"*, Revista Portuguesa de História*, tomo XXXVI, vol. I, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002-2003.

VENTURA, Maria da Graça Mateus; MARQUES, Maria da Graça Maia, *Portimão*, Lisboa, Presença, 1993.

VIAGEM de Cosme de Médicis a Coimbra no Século XVII, coord. Berta Duarte; Raquel Magalhães, Coimbra, Câmara Municipal, 2008.

VIANA, Mário "Algumas medidas lineares medievais portuguesas: o astil e as varas", *Arquipélago. História*, 2ª Série, 3, Universidade dos Açores, 1999.

VICENTE-MAZARIEGOS-EIRIZ, Josetxu, "La ciudad hispanomusulmana: organización social y formalización urbana", *Urbanismo y Historia Urbana en el mundo hispano,* Actas del Segundo Simposio, Tomo II, Madrid, Universidad Complutense, 1985.

VICOLI e cortili. Tradizione islamica e urbanistica populare in Sicilia, a cura di Enrico Guidoni, Palermo, Edizioni Giada, 1984.

VIDAURRE JOFRE, Julio, *Ciudad y arquitectura medievales: morfologías imaginarias en Castilla y León 1050--1450*, Madrid, Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid, 1990.

VIEIRA, José Gonçalves, *Memoria monographica de Villa Nova de Portimão*, Porto, Typographia Universal de Figueirinhas, 1911.

VIEIRA, Rui Rosado*, Centros urbanos no Alentejo fronteiriço. Campo Maior, Elvas e Olivença, (de inícios do século XVI a meados do século XVII),* Lisboa, Livros Horizonte, 1999.

VILAR, Hermínia Vasconcelos, *Abrantes Medieval séculos XIV e XV*, Abrantes, Câmara Municipal, 1988.

VILAR, Hermínia de Vasconcelos, "A comunidade cristã-nova no Porto no século XVI: notas para o seu estudo", *Xudeus e conversos na Historia*, Actas do Congresso Internacional, Ribadavia 14-17 de Outubro de 1991, Tomo II, *Sociedade e Inquisición*, Santiago de Compostela, La Editorial de la Historia, 1994.

VILAR, Hermínia; MATTOSO, José, "Povoamento e colonização do reino de Portugal nos séculos XII a XV. A sociedade urbana e a sociedade rural nos primeiros reinados portugueses", *Portugal no Mundo: séculos XII a XV*, dir. Luís de Albuquerque, vol. I, Lisboa, Alfa, 1989.

VILAS medievais planeadas de Portugal. Reinados de D. Afonso III e D. Dinis, Coimbra, IERU, 2007.

VILLAS (Las) nuevas medievales del Suroeste europeo. De la fundación medieval al siglo XXI. Análisis histórico y lectura contemporánea, Actas de las Jornadas Interregionales de Hondarribia, 16-18 noviembre de 2006, eds. Pascual Martínez Sopena y Mertxe Urteaga, Boletín Arkeolan, nº 14, Irun, Centro de Estudios e Investigaciones Histórico-Arqueológicas, ARKEOLAN, 2006.

VILLE (La) au Moyen Age, dir. Noel Coulet et Olivier Guyotjeannin, Paris, Editions du CTHS, 1998.

VITERBO, F. Sousa, "Occorrencias da vida judaica"*, Archivo Histórico Portuguez*, vol. II, Lisboa, 1904.

ZOLLA, Angelica, "Bologna, «La Piazza Maggiore»", *Le Piazze italiane dal medievo all'ottocento. Progettazione, vedute, metrologia,* a cura di Enrico Guidoni, Roma, Edizione Kappa, 2006.

(Página deixada propositadamente em branco)

(Página deixada propositadamente em branco)

Série Investigação
•
Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra University Press
2013

